Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Dados do Processo

Número do Processo
22856/2024

Assunto
PERMANENTE > COMPRA

Data de Criação
27/11/2024 09:30:33

Status
TRAMITANDO - ENCAMINHAR

Fase
ENCAMINHAR

Objeto
SOLICITA ABERTURA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DO
TIPO WORKSTATIONS

Sigiloso
Não

Prazo
Não

Data do Prazo

Mat. Cadastrador
1070519

Cadastrador
FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO

Setor Responsável
Diretoria Geral

Observação

Tipo de Documento de Origem

Número do documento

Forma de Recebimento

Localizador

Dados do Requerente Principal

Matrícula
1070519

CPF
66521483315

Nome
FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO

Telefone
8823-1213

Email
francisco.orino@mpma.mp.br

Orgão
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Setor
LAB-LD

Estado
MARANHÃO

Município

Envolvidos com o processo

Nome	Contato	Email	Relação	Matrícula
FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO	8823-1213	francisco.orino@mpma.mp.br	REQUERENTE PRINCIPAL	1070519
LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO	3227-8328/	lmuniz@mpma.mp.br	REPRESENTANTE	656280

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Envolvidos com o processo

Nome	Contato	Email	Relação	Matrícula
	99114-3208/ 98234-9090			

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
1	3825963	27/06/2025 09:58:09	ANEXO - PROCESSO	PUBLICAÇÃO DA ARP Nº 32/2025 NO PNCP	
Anexo : PUBLICAÇÃO DA ARP Nº 32/2025 NO PNCP					
2	3824979	26/06/2025 14:04:18	ANEXO - PROCESSO	PORTARIA FISCAL ARP Nº 32/2025	
Anexo : PORTARIA FISCAL ARP Nº 32/2025					
3	3824978	26/06/2025 14:04:18	ANEXO - PROCESSO	EXTRATO CONTRATOSGOV - ARP 32/2025	
Anexo : EXTRATO CONTRATOSGOV - ARP 32/2025					
4	3824977	26/06/2025 14:04:17	ANEXO - PROCESSO	ARP Nº 32/2025 - ASSINADA	
Anexo : ARP Nº 32/2025 - ASSINADA					
5	3824976	26/06/2025 14:04:17	ANEXO - PROCESSO	EXTRATO PUBLICAÇÃO SINC/TCE - ARP Nº 32/2025	
Anexo : EXTRATO PUBLICAÇÃO SINC/TCE - ARP Nº 32/2025					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
6	3824975	26/06/2025 14:04:17	ANEXO - PROCESSO	EXTRATO PUBLICAÇÃO SINC/TCE - RESULTADO	
Anexo : EXTRATO PUBLICAÇÃO SINC/TCE - RESULTADO					
7	3820266	24/06/2025 13:04:29	ANEXO - PROCESSO	TERMOS DE JULGAMENTO_HABILITAÇÃO_HOMOLOGAÇÃO_DILIGÊNCIA	
Anexo : TERMOS DE JULGAMENTO_HABILITAÇÃO_HOMOLOGAÇÃO_DILIGÊNCIAS					
8	9339483	17/06/2025 09:43:40	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
9	9339483	17/06/2025 09:43:40	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	PTC-CPL - 162025	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
Anexo da Movimentação com documento : PTC-CPL - 162025					
10	3812040	17/06/2025 09:39:06	ANEXO - PROCESSO	CERTIDAO-COTA PCD_PLUGNET	
Anexo : CERTIDAO-COTA PCD_PLUGNET					
11	9338950	17/06/2025 08:55:07	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	RODOLFO ALVES SANTOS
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: RODOLFO ALVES SANTOS Observação de Movimentação:					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
12	9335953	16/06/2025 13:39:01	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: ENCAMINHO OS AUTOS AO SERVIDOR RODOLFO ALVES PARA DAR CONTINUIDADE.					
13	9335915	16/06/2025 13:35:27	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	RODOLFO ALVES SANTOS
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: RODOLFO ALVES SANTOS Observação de Movimentação: PARA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA					
14	9335728	16/06/2025 13:24:48	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RONALD SILVA PEREIRA
ORIGEM: LAB-LD --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: RONALD SILVA PEREIRA Observação de Movimentação: ENCAMINHAR.					
15	9335728	16/06/2025 13:24:48	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-LABLD102025_QUALIFICACO TECNICA	RONALD SILVA PEREIRA
Anexo : DESPACHO-LABLD102025_QUALIFICACO TECNICA					
16	9335709	16/06/2025 13:18:15	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	PATRICIA GOMES CARDOSO
ORIGEM: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS --> DESTINO: LAB-LD Responsável pela Movimentação: PATRICIA GOMES CARDOSO Observação de Movimentação:					
17	9335673	16/06/2025 13:04:33	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RODOLFO ALVES SANTOS
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS Responsável pela Movimentação: RODOLFO ALVES SANTOS Observação de Movimentação: A PEDIDO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
18	9335572	16/06/2025 12:54:05	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA Observação de Movimentação: A PEDIDO.					
19	9331341	13/06/2025 13:44:58	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	RODOLFO ALVES SANTOS
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: RODOLFO ALVES SANTOS Observação de Movimentação: PARA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO CONTÁBIL/FINANCEIRA DA LICITANTE PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.					
20	9330859	13/06/2025 12:14:56	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RONALD SILVA PEREIRA
ORIGEM: LAB-LD --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: RONALD SILVA PEREIRA Observação de Movimentação:					
21	9330859	13/06/2025 12:14:56	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO LABLD-92025	RONALD SILVA PEREIRA
Anexo : DESPACHO LABLD-92025					
22	9322177	11/06/2025 11:49:03	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
ORIGEM: LAB-LD --> DESTINO: LAB-LD Responsável pela Movimentação: FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO Observação de Movimentação: PARA ANÁLISE E ATENDIMENTO AO DESPACHO-CPL - 4542025 NA MAIOR BREVIDADE POSSÍVEL.					
23	9320621	11/06/2025 09:28:21	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	ANDREIA FRANÇA SILVA
ORIGEM: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS --> DESTINO: LAB-LD Responsável pela Movimentação: ANDREIA FRANÇA SILVA Observação de Movimentação: A PEDIDO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
24	9318700	10/06/2025 14:26:45	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RODOLFO ALVES SANTOS
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS Responsável pela Movimentação: RODOLFO ALVES SANTOS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
25	9318700	10/06/2025 14:26:45	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CPL - 4542025	RODOLFO ALVES SANTOS
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CPL - 4542025					
26	3802164	10/06/2025 14:13:40	ANEXO - PROCESSO	HABILITAÇÃO - PLUGNET	
Anexo : HABILITAÇÃO - PLUGNET					
27	3802163	10/06/2025 14:13:40	ANEXO - PROCESSO	PROPOSTA COMERCIAL - PLUGNET	
Anexo : PROPOSTA COMERCIAL - PLUGNET					
28	3781148	28/05/2025 10:07:06	ANEXO - PROCESSO	EDITAL ALTERADO - DATA DA ABERTURA DA SESSSÃO - 10/06/2025	RODOLFO ALVES SANTOS
Anexo : EDITAL ALTERADO - DATA DA ABERTURA DA SESSSÃO - 10/06/2025					
29	9274448	28/05/2025 10:05:22	MOVIMENTAÇÃO	APAGAR ANEXO DE PROCESSO	RODOLFO ALVES SANTOS
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: RODOLFO ALVES SANTOS Observação de Movimentação: CANCELAMENTO DE VÍNCULO DE ANEXO AO PROCESSO (ARQUIVO: PE_90003-2025_SRP - AQUISICAO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATIONS_PA_22856_2024.PDF. DESCRIÇÃO : EDITAL ASSINADO - SESSÃO DIA 30/05/2025). OBSERVAÇÃO DE CANCELAMENTO : ALTERAÇÃO DA DATA DA ABERTURA DA SESSÃO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
30	3767853	20/05/2025 11:09:49	ANEXO - PROCESSO	PUBLICAÇÕES INICIAIS	RODOLFO ALVES SANTOS
Anexo : PUBLICAÇÕES INICIAIS					
31	3767808	20/05/2025 11:03:21	ANEXO - PROCESSO	PROCEDIMENTO NO SINC	RODOLFO ALVES SANTOS
Anexo : PROCEDIMENTO NO SINC					
32	9239241	19/05/2025 11:29:26	MOVIMENTAÇÃO	APAGAR ANEXO DE PROCESSO	RODOLFO ALVES SANTOS
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: RODOLFO ALVES SANTOS Observação de Movimentação: CANCELAMENTO DE VÍNCULO DE ANEXO AO PROCESSO (ARQUIVO: PE_90003-2025_SRP - AQUISICAO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATIONS_PA_22856_2024.PDF. DESCRIÇÃO : EDITAL ASSINADO - SESSÃO: 29/05/2025). OBSERVAÇÃO DE CANCELAMENTO : ALTERAÇÃO NO EDITAL					
33	9230982	15/05/2025 14:55:28	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação:					
34	9230817	15/05/2025 14:34:30	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO Observação de Movimentação: APÓS CIÊNCIA DESTA SEAF ACERCA DO NOVO TERMO DE REFERÊNCIA, CONSIDERANDO QUE NÃO HOUVE ALTERAÇÃO DO VALOR TOTAL, RETORNEM OS AUTOS PARA PROSSEGUIMENTO, CONFORME DESPACHO-DG - 27942025.					
35	9230438	15/05/2025 13:52:35	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
36	9230438	15/05/2025 13:52:35	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CPL - 3852025	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CPL - 3852025					
37	9223815	14/05/2025 11:15:57	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
ORIGEM: LAB-LD --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO Observação de Movimentação:					
38	9223815	14/05/2025 11:15:57	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-GAECO - 1252025 DO AJUSTE DE VALOR	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
Anexo : DESPACHO-GAECO - 1252025 DO AJUSTE DE VALOR					
39	9223815	14/05/2025 11:15:57	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	TERMO DE REFERENCIA ATUALIZADO 12052025	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
Anexo : TERMO DE REFERENCIA ATUALIZADO 12052025					
40	9205534	08/05/2025 12:37:42	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: LAB-LD Responsável pela Movimentação: RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
41	9205534	08/05/2025 12:37:42	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SEAF - 14802025	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SEAF - 14802025					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
42	9204662	08/05/2025 11:01:49	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
43	9204662	08/05/2025 11:01:49	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CPL - 3602025	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CPL - 3602025					
44	9197950	07/05/2025 08:30:06	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: PARA PUBLICAR E CONDUZIR A SESSÃO.					
45	9197943	07/05/2025 08:28:17	MOVIMENTAÇÃO	CANCELAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: CANCELAMENTO DE MOVIMENTACAO: Vou redistribuir.					
46	9197861	07/05/2025 08:08:37	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: PARA PUBLICAR E CONDUZIR O CERTAME.					
47	9197435	06/05/2025 17:06:07	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	PAULO GONÇALVES ARRAIS
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: PAULO GONÇALVES ARRAIS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
48	9197435	06/05/2025 17:06:07	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-DG - 27942025	PAULO GONÇALVES ARRAIS
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-DG - 27942025					
49	9194036	06/05/2025 09:58:52	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA Observação de Movimentação:					
50	9193788	06/05/2025 09:35:56	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
51	9193788	06/05/2025 09:35:56	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SEAF - 14372025	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SEAF - 14372025					
52	9191864	05/05/2025 14:17:01	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
53	9191864	05/05/2025 14:17:01	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CPL - 3462025	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CPL - 3462025					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
54	3740813	30/04/2025 11:51:26	ANEXO - PROCESSO	MINUTA - PE_90003-2025_SRP - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATIONS	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
Anexo : MINUTA - PE_90003-2025_SRP - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATIONS					
55	9178027	29/04/2025 09:26:01	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: ENCAMINHO OS AUTOS AO SERVIDOR MARCOS ANTONIO PARA ALTERAÇÕES CONFORME PARECER DA AJAD.					
56	9177593	29/04/2025 08:53:19	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
ORIGEM: LAB-LD --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO Observação de Movimentação: EM ATENDIMENTO AO DESPACHO-SEAF - 13432025 CONFORME PEDE O ITEM I DO PARECER PARECER-DGAJA - 1682025, ENCAMINHO O TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO E DEVIDAMENTE ASSINADO.					
57	9177593	29/04/2025 08:53:19	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	TERMO DE REFERENCIA WORKSTATIONS_ATUALIZADO28042025	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
Anexo : TERMO DE REFERENCIA WORKSTATIONS_ATUALIZADO28042025					
58	9172481	28/04/2025 08:58:41	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	PATRICIA GOMES CARDOSO
ORIGEM: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS --> DESTINO: LAB-LD Responsável pela Movimentação: PATRICIA GOMES CARDOSO Observação de Movimentação:					
59	9171226	25/04/2025 15:35:25	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS Responsável pela Movimentação: RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
60	9171226	25/04/2025 15:35:25	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SEAF - 13432025	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SEAF - 13432025					
61	9170050	25/04/2025 12:52:50	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU Observação de Movimentação: PARECER.					
62	9170041	25/04/2025 12:52:08	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração Responsável pela Movimentação: MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
63	9170041	25/04/2025 12:52:08	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	PARECER-DGAJA - 1682025	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
Anexo da Movimentação com documento : PARECER-DGAJA - 1682025					
64	9143693	14/04/2025 13:05:34	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração Responsável pela Movimentação: MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU Observação de Movimentação:					
65	9142985	14/04/2025 11:25:22	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração Responsável pela Movimentação: RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
66	9142985	14/04/2025 11:25:22	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SEAF - 11992025	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SEAF - 11992025					
67	9141911	14/04/2025 09:50:35	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
68	9141911	14/04/2025 09:50:35	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CPL - 3192025	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CPL - 3192025					
69	3721202	11/04/2025 17:20:45	ANEXO - PROCESSO	MINUTA - PE_90003-2025_SRP - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATIONS	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
Anexo : MINUTA - PE_90003-2025_SRP - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATIONS					
70	9139590	11/04/2025 13:26:58	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA Observação de Movimentação:					
71	9139281	11/04/2025 12:15:57	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RONALD SILVA PEREIRA
ORIGEM: LAB-LD --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: RONALD SILVA PEREIRA Observação de Movimentação: ATUALIZAÇÃO DE NOVA DFD.					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
72	9139281	11/04/2025 12:15:57	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	DFD925129_000035_2025_ASS	RONALD SILVA PEREIRA
Anexo : DFD925129_000035_2025_ASS					
73	9139145	11/04/2025 11:52:10	MOVIMENTAÇÃO	CANCELAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	RONALD SILVA PEREIRA
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: LAB-LD Responsável pela Movimentação: RONALD SILVA PEREIRA Observação de Movimentação: CANCELAMENTO DE MOVIMENTACAO: Será anexada DFD atualizada.					
74	9137815	11/04/2025 09:39:40	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RONALD SILVA PEREIRA
ORIGEM: LAB-LD --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: RONALD SILVA PEREIRA Observação de Movimentação: ANEXADO DFD ATUALIZADO.					
75	9137815	11/04/2025 09:39:40	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	DFD_925129_000035_2025_ WORSTATIONS	RONALD SILVA PEREIRA
Anexo : DFD_925129_000035_2025_ WORSTATIONS					
76	9137637	11/04/2025 09:16:26	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: LAB-LD Responsável pela Movimentação: MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA Observação de Movimentação: A PEDIDO					
77	9137575	11/04/2025 09:08:34	MOVIMENTAÇÃO	APAGAR ANEXO DE PROCESSO	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA Observação de Movimentação: CANCELAMENTO DE VÍNCULO DE ANEXO AO PROCESSO (ARQUIVO: PE_90003-2025_SRP - AQUISICAO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATIONS_PA_22856_2024.PDF. DESCRIÇÃO : MINUTA - PE_90003-2025_SRP - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATIONS). OBSERVAÇÃO DE CANCELAMENTO :					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
78	9122097	07/04/2025 14:41:23	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: ENCAMINHO OS AUTOS AO SERVIDOR MARCOS LIMA PARA ALTERAÇÃO CONFORME PARECER DA AJAD.					
79	9122051	07/04/2025 14:34:46	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: ENCAMINHO OS AUTOS AO SERVIDOR MARCOS LIMA PARA ALTERAÇÃO CONFORME PARECER DA AJAD.					
80	9115934	04/04/2025 10:48:24	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RONALD SILVA PEREIRA
ORIGEM: LAB-LD --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: RONALD SILVA PEREIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
81	9115934	04/04/2025 10:48:24	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-LABLD - 42025	RONALD SILVA PEREIRA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-LABLD - 42025					
82	9115934	04/04/2025 10:48:24	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : 5.Termo_de_Referencia_-_workstations - 03.04.25.pdf (Descrição: 5.TERMO_DE_REFERENCIA_-_WORKSTATIONS - 03.04.25)	RONALD SILVA PEREIRA
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : 5.Termo_de_Referencia_-_workstations - 03.04.25.pdf (Descrição: 5.TERMO_DE_REFERENCIA_-_WORKSTATIONS - 03.04.25)					
83	9115934	04/04/2025 10:48:24	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	Anexo do documento : DFD_925129_000035_2025_Worstations.pdf (Descrição: DFD_925129_000035_2025_WORSTATIONS)	RONALD SILVA PEREIRA

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
Anexo da Movimentação com documento : Anexo do documento : DFD_925129_000035_2025_ Worstations.pdf (Descrição: DFD_925129_000035_2025_ WORSTATIONS)					
84	9115931	04/04/2025 10:48:23	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RONALD SILVA PEREIRA
ORIGEM: LAB-LD --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: RONALD SILVA PEREIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
85	9115928	04/04/2025 10:48:22	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	RONALD SILVA PEREIRA
ORIGEM: LAB-LD --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: RONALD SILVA PEREIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
86	9115822	04/04/2025 10:32:36	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
ORIGEM: LAB-LD --> DESTINO: LAB-LD Responsável pela Movimentação: FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO Observação de Movimentação: PARA ATENDER DESPACHO-SEAF 9942025					
87	9091791	27/03/2025 11:53:57	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	ANDREIA FRANÇA SILVA
ORIGEM: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS --> DESTINO: LAB-LD Responsável pela Movimentação: ANDREIA FRANÇA SILVA Observação de Movimentação:					
88	9090761	27/03/2025 10:28:51	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS Responsável pela Movimentação: RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
89	9090761	27/03/2025 10:28:51	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SEAF - 9942025	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SEAF - 9942025					
90	9090021	27/03/2025 09:25:12	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JADIEL FERNANDES FRANÇA
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: JADIEL FERNANDES FRANÇA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
91	9090021	27/03/2025 09:25:12	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	PTC-ACI - 2912025	JADIEL FERNANDES FRANÇA
Anexo da Movimentação com documento : PTC-ACI - 2912025					
92	9070620	21/03/2025 10:46:28	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA Observação de Movimentação: PARA ANÁLISE E EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO.					
93	9063663	19/03/2025 14:52:01	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
94	9063663	19/03/2025 14:52:01	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SEAF - 8622025	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SEAF - 8622025					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
95	9062664	19/03/2025 12:19:58	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU Observação de Movimentação: PARECER.					
96	9062586	19/03/2025 12:09:29	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração Responsável pela Movimentação: MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
97	9062586	19/03/2025 12:09:29	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	PARECER-DGAJA - 1122025	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
Anexo da Movimentação com documento : PARECER-DGAJA - 1122025					
98	9024214	10/03/2025 13:33:10	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
ORIGEM: Assessoria Jurídica da Administração --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração Responsável pela Movimentação: MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU Observação de Movimentação:					
99	9024098	10/03/2025 13:16:55	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Assessoria Jurídica da Administração Responsável pela Movimentação: RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
100	9024098	10/03/2025 13:16:55	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SEAF - 6852025	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SEAF - 6852025					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
101	9019251	07/03/2025 14:45:54	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RONALD SILVA PEREIRA
ORIGEM: LAB-LD --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: RONALD SILVA PEREIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
102	9019251	07/03/2025 14:45:54	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-LABLD - 22025	RONALD SILVA PEREIRA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-LABLD - 22025					
103	8965604	18/02/2025 09:39:31	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	PATRICIA GOMES CARDOSO
ORIGEM: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS --> DESTINO: LAB-LD Responsável pela Movimentação: PATRICIA GOMES CARDOSO Observação de Movimentação:					
104	8964183	17/02/2025 14:16:43	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS Responsável pela Movimentação: RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
105	8964183	17/02/2025 14:16:43	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SEAF - 5192025	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SEAF - 5192025					
106	8962036	17/02/2025 11:50:42	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
107	8962036	17/02/2025 11:50:42	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CPL - 1472025	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CPL - 1472025					
108	3645689	17/02/2025 11:29:58	ANEXO - PROCESSO	PORTARIA-GAB_PGJ_11123_2024_AGENTE DE CONTRATAÇÃO	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
Anexo : PORTARIA-GAB_PGJ_11123_2024_AGENTE DE CONTRATAÇÃO					
109	3645675	17/02/2025 11:28:01	ANEXO - PROCESSO	MINUTA - PE_90003-2025_SRP - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATIONS	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
Anexo : MINUTA - PE_90003-2025_SRP - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATIONS					
110	8921256	04/02/2025 10:46:00	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: ENCAMINHO OS AUTOS AO SERVIDOR MARCOS OLIVEIRA PARA DAR CONTINUIDADE.					
111	8918307	03/02/2025 12:30:09	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
ORIGEM: LAB-LD --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO Observação de Movimentação: CONFORME APONTADO PELA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, SEGUE ANEXO O TERMO DE REFERÊNCIA, DEVIDAMENTE ASSINADO, COM PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO A SER LICITADO AJUSTADO DE 30 PARA 60 DIAS, PRORROGÁVEIS POR IGUAL PERÍODO QUANDO JUSTIFICADO.					
112	8918307	03/02/2025 12:30:09	ANEXO - MOVIMENTAÇÃO	TERMO DE REFERENCIA WORKSTATIONS_ATUALIZADO030220251229	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
Anexo : TERMO DE REFERENCIA WORKSTATIONS_ATUALIZADO030220251229					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
113	8858165	14/01/2025 12:45:50	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	ANDREIA FRANÇA SILVA
ORIGEM: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS --> DESTINO: LAB-LD Responsável pela Movimentação: ANDREIA FRANÇA SILVA Observação de Movimentação:					
114	8856476	14/01/2025 09:24:56	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS Responsável pela Movimentação: MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA Observação de Movimentação: A PEDIDO DO SERVIDOR FRANCISCO ORINO.					
115	8835279	08/01/2025 09:59:09	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: JOSÉ LINDSTRON PACHECO Observação de Movimentação: PARA ELABORAR O EDITAL.					
116	8803878	18/12/2024 08:36:25	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ORIGEM: Comissão Permanente de Licitação --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM Observação de Movimentação: ENCAMINHO OS AUTOS AO SERVIDOR JOSÉ LINDSTRON PARA ELABORAÇÃO DA MINUTA DO EDITAL.					
117	8801784	17/12/2024 13:52:01	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	PAULO GONÇALVES ARRAIS
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Comissão Permanente de Licitação Responsável pela Movimentação: PAULO GONÇALVES ARRAIS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
118	8801784	17/12/2024 13:52:01	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DECISÃO-DG - 2042024	PAULO GONÇALVES ARRAIS
Anexo da Movimentação com documento : DECISÃO-DG - 2042024					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
119	8798822	17/12/2024 11:10:52	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA Observação de Movimentação:					
120	8798545	17/12/2024 10:48:50	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
121	8798545	17/12/2024 10:48:50	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SEAF - 53652024	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SEAF - 53652024					
122	8789697	13/12/2024 13:57:03	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL
ORIGEM: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
123	8789697	13/12/2024 13:57:03	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-CMTI - 5132024	NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-CMTI - 5132024					
124	8786962	12/12/2024 17:27:31	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação Responsável pela Movimentação: RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
125	8786962	12/12/2024 17:27:31	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SEAF - 52792024	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SEAF - 52792024					
126	8782630	11/12/2024 14:34:25	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO
ORIGEM: LAB-LD --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
127	8782630	11/12/2024 14:34:25	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-GAECO - 2742024	LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-GAECO - 2742024					
128	8777186	10/12/2024 13:00:23	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	ANDREIA FRANÇA SILVA
ORIGEM: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS --> DESTINO: LAB-LD Responsável pela Movimentação: ANDREIA FRANÇA SILVA Observação de Movimentação:					
129	8775631	10/12/2024 09:25:40	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS Responsável pela Movimentação: RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
130	8775631	10/12/2024 09:25:40	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SEAF - 52322024	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SEAF - 52322024					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
131	8772510	09/12/2024 15:36:19	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
132	8772510	09/12/2024 15:36:19	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	PTC-ACI - 17352024	LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA
Anexo da Movimentação com documento : PTC-ACI - 17352024					
133	8749227	02/12/2024 09:52:03	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA
ORIGEM: Assessoria Técnica da Administração --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA Observação de Movimentação:					
134	8747702	29/11/2024 14:44:37	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	ELISABETH JARDIM PEDRAÇA CARDOSO
ORIGEM: Coordenadoria de Orçamento e Finanças --> DESTINO: Assessoria Técnica da Administração Responsável pela Movimentação: ELISABETH JARDIM PEDRAÇA CARDOSO Observação de Movimentação: APÓS REALIZAÇÃO DOS REGISTROS SOLICITADOS, À ASSESSORIA TÉCNICA, CONFORME DESPACHO-SEAF - 50412024.					
135	8746990	29/11/2024 12:35:12	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	TATIANA ALVES DE PAULA
ORIGEM: Coordenadoria de Orçamento e Finanças --> DESTINO: Coordenadoria de Orçamento e Finanças Responsável pela Movimentação: TATIANA ALVES DE PAULA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO EM LOTE.					
136	8746561	29/11/2024 11:37:38	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
ORIGEM: Secretaria Administrativo-Financeira --> DESTINO: Coordenadoria de Orçamento e Finanças Responsável pela Movimentação: RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
137	8746561	29/11/2024 11:37:38	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-SEAF - 50412024	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-SEAF - 50412024					
138	8743445	28/11/2024 15:56:25	MOVIMENTAÇÃO COM DOCUMENTO	ENCAMINHAR PROCESSO	PAULO GONÇALVES ARRAIS
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Secretaria Administrativo-Financeira Responsável pela Movimentação: PAULO GONÇALVES ARRAIS Observação de Movimentação: MOVIMENTAÇÃO A PARTIR DE UM DOCUMENTO ADMINISTRATIVO					
139	8743445	28/11/2024 15:56:25	DOCUMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DESPACHO-DG - 91122024	PAULO GONÇALVES ARRAIS
Anexo da Movimentação com documento : DESPACHO-DG - 91122024					
140	8737205	27/11/2024 09:49:33	MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA Observação de Movimentação:					
141	8737196	27/11/2024 09:48:45	MOVIMENTAÇÃO	ENCAMINHAR PROCESSO	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA Observação de Movimentação: AUTUE-SE.					
142	8737195	27/11/2024 09:48:44	MOVIMENTAÇÃO	ACEITAR REQUISIÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA
ORIGEM: Diretoria Geral --> DESTINO: Diretoria Geral Responsável pela Movimentação: JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA Observação de Movimentação: AUTUE-SE.					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
143	3550399	27/11/2024 09:30:33	ANEXO - PROCESSO	PROPOSTA DA MS INFORMÁTICA	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
Anexo : PROPOSTA DA MS INFORMÁTICA					
144	3550398	27/11/2024 09:30:33	ANEXO - PROCESSO	SOLICITAÇÃO PROPOSTA MS INFORMÁTICA	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
Anexo : SOLICITAÇÃO PROPOSTA MS INFORMÁTICA					
145	3550397	27/11/2024 09:30:33	ANEXO - PROCESSO	MAPA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
Anexo : MAPA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS					
146	3550396	27/11/2024 09:30:33	ANEXO - PROCESSO	TERMO DE REFERÊNCIA EDITÁVEL	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
Anexo : TERMO DE REFERÊNCIA EDITÁVEL					
147	3550395	27/11/2024 09:30:33	ANEXO - PROCESSO	TERMO DE REFERÊNCIA DEVIDAMENTE ASSINADO	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
Anexo : TERMO DE REFERÊNCIA DEVIDAMENTE ASSINADO					
148	3550394	27/11/2024 09:30:33	ANEXO - PROCESSO	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DEVIDAMENTE ASSINADO	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
Anexo : ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DEVIDAMENTE ASSINADO					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
149	3550393	27/11/2024 09:30:33	ANEXO - PROCESSO	ANÁLISE DE RISCOS	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
Anexo : ANÁLISE DE RISCOS					
150	3550392	27/11/2024 09:30:33	ANEXO - PROCESSO	DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
Anexo : DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA					
151	3550391	27/11/2024 09:30:33	ANEXO - PROCESSO	PROPOSTA DO GRUPO TORINO	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
Anexo : PROPOSTA DO GRUPO TORINO					
152	3550390	27/11/2024 09:30:33	ANEXO - PROCESSO	SOLICITAÇÃO PROPOSTA GRUPO TORINO	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
Anexo : SOLICITAÇÃO PROPOSTA GRUPO TORINO					
153	3550389	27/11/2024 09:30:33	ANEXO - PROCESSO	PROPOSTA DA PLUGNET	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
Anexo : PROPOSTA DA PLUGNET					
154	3550388	27/11/2024 09:30:33	ANEXO - PROCESSO	SOLICITAÇÃO PROPOSTA PLUGNET	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
Anexo : SOLICITAÇÃO PROPOSTA PLUGNET					

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Eventos do processo

N.	Detalhe	Data	Tipo Evento	Descrição	Responsável
155	3550387	27/11/2024 09:30:33	ANEXO - PROCESSO	MEMORANDO INAUGURAL	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
Anexo : MEMORANDO INAUGURAL					
156	0	27/11/2024 09:30:33	PROCESSO	ABERTURA DO PROCESSO/REQUISIÇÃO	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
ABERTURA DO PROCESSO/REQUISIÇÃO					

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
17/06/2025 09:43:40	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	Comissão Permanente de Licitação	RODOLFO ALVES SANTOS	17/06/2025 09:45:38	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO

Anexos

Documento Administrativo: PTC-CPL - 162025

17/06/2025 08:55:07	Comissão Permanente de Licitação	RODOLFO ALVES SANTOS	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	17/06/2025 09:38:21	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
16/06/2025 13:39:01	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Comissão Permanente de Licitação	RODOLFO ALVES SANTOS	17/06/2025 08:53:44	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
16/06/2025 13:35:27	Comissão Permanente de Licitação	RODOLFO ALVES SANTOS	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	16/06/2025 13:39:01	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
16/06/2025 13:24:48	LAB-LD	RONALD SILVA PEREIRA	Comissão Permanente de Licitação	RODOLFO ALVES SANTOS	16/06/2025 13:28:51	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

DESPACHO-LABLD102025_QUALIFICACO TECNICA

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
16/06/2025 13:18:15	Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS	PATRICIA GOMES CARDOSO	LAB-LD	RONALD SILVA PEREIRA	16/06/2025 13:22:52	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
16/06/2025 13:04:33	Comissão Permanente de Licitação	RODOLFO ALVES SANTOS	Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS	PATRICIA GOMES CARDOSO	16/06/2025 13:17:53	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
16/06/2025 12:54:05	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	Comissão Permanente de Licitação	RODOLFO ALVES SANTOS	16/06/2025 12:59:42	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
13/06/2025 13:44:58	Comissão Permanente de Licitação	RODOLFO ALVES SANTOS	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	13/06/2025 13:57:02	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
13/06/2025 12:14:56	LAB-LD	RONALD SILVA PEREIRA	Comissão Permanente de Licitação	RODOLFO ALVES SANTOS	13/06/2025 13:42:08	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

DESPACHO LABLD-92025

11/06/2025 11:49:03	LAB-LD	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO	LAB-LD	RONALD SILVA PEREIRA	11/06/2025 14:06:17	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
11/06/2025 09:28:21	Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS	ANDREIA FRANÇA SILVA	LAB-LD	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO	11/06/2025 11:48:06	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
10/06/2025 14:26:45	Comissão Permanente de Licitação	RODOLFO ALVES SANTOS	Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS	ANDREIA FRANÇA SILVA	11/06/2025 09:13:41	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 4542025

28/05/2025 10:05:22	Comissão Permanente de Licitação	RODOLFO ALVES SANTOS	Comissão Permanente de Licitação	RODOLFO ALVES SANTOS	28/05/2025 10:05:23	APAGAR ANEXO DE PROCESSO	DISTRIBUÍDO
19/05/2025 11:29:	Comissão Permanente de Licitação	RODOLFO ALVES SANTOS	Comissão Permanente de Licitação	RODOLFO ALVES SANTOS	19/05/2025 11:29:27	APAGAR ANEXO DE PROCESSO	DISTRIBUÍDO

Ata nº 00032/2025

Última atualização 26/06/2025

Local: São Luís/MA **Órgão:** ESTADO DO MARANHAO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico

Data de divulgação no PNCP: 26/06/2025 **Data de assinatura:** 25/06/2025

Vigência: de 30/06/2025 a 29/06/2026

Id ata PNCP: 05483912000185-1-000054/2025-000001 **Fonte:** Contratos.gov.br

Id contratação PNCP: 05483912000185-1-000054/2025

Objeto:

Registro de Preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS.

Arquivos Histórico

Nome	Data
Ata de Registro de Preços nº 00032	26/06/2025

Exibir: 5 1-1 de 1 itens Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso.**

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
26							
15/05/2025 14:55:28	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Comissão Permanente de Licitação	RODOLFO ALVES SANTOS	16/05/2025 09:33:17	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
15/05/2025 14:34:30	Secretaria Administrativo-Financeira	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	15/05/2025 14:55:14	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
15/05/2025 13:52:35	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Secretaria Administrativo-Financeira	GUSTAVO HENRIQUE OLIVEIRA DA SILVA	15/05/2025 14:00:29	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 3852025

14/05/2025 11:15:57	LAB-LD	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO	Comissão Permanente de Licitação	RODOLFO ALVES SANTOS	14/05/2025 11:37:40	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

DESPACHO-GAECO - 1252025 DO AJUSTE DE VALOR

TERMO DE REFERENCIA ATUALIZADO 12052025

08/05/2025 12:37:42	Secretaria Administrativo-Financeira	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA	LAB-LD	ANDRÉ WILLIAM GADÊLHA VILA NOVA	09/05/2025 08:48:20	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 14802025

08/05/2025 11:01:49	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Secretaria Administrativo-Financeira	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	08/05/2025 11:05:19	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 3602025

07/05/2025 08:30:06	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Comissão Permanente de Licitação	RODOLFO ALVES SANTOS	07/05/2025 11:14:12	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
07/05/2025 08:28:17	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	07/05/2025 08:28:17	CANCELAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	DISTRIBUÍDO
07/05/2025 08:08:37	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	07/05/2025 08:28:17	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
06/05/2025 17:06:07	Diretoria Geral	PAULO GONÇALVES ARRAIS	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	07/05/2025 08:07:40	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 27942025

06/05/2025 09:58:52	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA	Diretoria Geral	MILENA AZEVEDO BARBOSA CORDEIRO	06/05/2025 16:03:28	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
06/05/2025 09:35:56	Secretaria Administrativo-Financeira	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA	06/05/2025 09:58:37	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 14372025

05/05/2025 14:17:01	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIRE MARCIA DE SOUSA	05/05/2025 14:20:14	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 3462025

29/04/2025 09:26:01	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	29/04/2025 09:42:17	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
29/04/2025 08:53:19	LAB-LD	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	29/04/2025 09:23:06	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

TERMO DE REFERENCIA WORKSTATIONS_ATUALIZADO28042025

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
28/04/2025 08:58:41	Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS	PATRICIA GOMES CARDOSO	LAB-LD	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO	28/04/2025 13:14:39	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
25/04/2025 15:35:25	Secretaria Administrativo-Financeira	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA	Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS	PATRICIA GOMES CARDOSO	28/04/2025 08:54:55	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 13432025

25/04/2025 12:52:50	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIRE MARCIA DE SOUSA	25/04/2025 12:55:18	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
25/04/2025 12:52:08	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	25/04/2025 12:52:33	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: PARECER-DGAJA - 1682025

14/04/2025 13:05:34	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	Assessoria Jurídica da Administração	HERMANO JOSÉ GOMES PINHEIRO NETO	16/04/2025 08:30:21	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
14/04/2025 11:25:22	Secretaria Administrativo-Financeira	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	14/04/2025 13:05:24	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 11992025

14/04/2025 09:50:35	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIRE MARCIA DE SOUSA	14/04/2025 10:11:29	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 3192025

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
11/04/2025 13:26:58	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	11/04/2025 13:36:07	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
11/04/2025 12:15:57	LAB-LD	RONALD SILVA PEREIRA	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	11/04/2025 13:26:49	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

DFD925129_000035_2025_ASS

11/04/2025 11:52:10	Comissão Permanente de Licitação	RONALD SILVA PEREIRA	LAB-LD	RONALD SILVA PEREIRA	11/04/2025 11:52:10	CANCELAMENTO DE MOVIMENTAÇÃO	TRAMITANDO
11/04/2025 09:39:40	LAB-LD	RONALD SILVA PEREIRA	Comissão Permanente de Licitação	RONALD SILVA PEREIRA	11/04/2025 11:52:10	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

DFD_925129_000035_2025_ WORSTATIONS

11/04/2025 09:16:26	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	LAB-LD	RONALD SILVA PEREIRA	11/04/2025 09:36:44	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
11/04/2025 09:08:34	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	11/04/2025 09:08:35	APAGAR ANEXO DE PROCESSO	DISTRIBUÍDO
07/04/2025 14:41:23	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	08/04/2025 09:12:18	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
07/04/2025 14:34:46	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	07/04/2025 14:41:23	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
04/04/2025 10:48:24	LAB-LD	RONALD SILVA PEREIRA	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	07/04/2025 14:33:43	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-LABLD - 42025

Anexo de movimentação: 5.TERMO_DE_REFERENCIA_-_WORKSTATIONS - 03.04.25

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
Anexos							
Anexo de movimentação: DFD_925129_000035_2025_ WORSTATIONS							
04/04/2025 10:48:23	LAB-LD	RONALD SILVA PEREIRA	Comissão Permanente de Licitação			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
04/04/2025 10:48:22	LAB-LD	RONALD SILVA PEREIRA	Comissão Permanente de Licitação			ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
04/04/2025 10:32:36	LAB-LD	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO	LAB-LD	RONALD SILVA PEREIRA	04/04/2025 10:34:24	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
27/03/2025 11:53:57	Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS	ANDREIA FRANÇA SILVA	LAB-LD	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO	04/04/2025 10:31:52	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
27/03/2025 10:28:51	Secretaria Administrativo-Financeira	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA	Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS	ANDREIA FRANÇA SILVA	27/03/2025 11:29:33	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
Anexos							
Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 9942025							
27/03/2025 09:25:12	Assessoria Técnica da Administração	JADIEL FERNANDES FRANÇA	Secretaria Administrativo-Financeira	GUSTAVO HENRIQUE OLIVEIRA DA SILVA	27/03/2025 09:44:32	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
Anexos							
Documento Administrativo: PTC-ACI - 2912025							
21/03/2025 10:46:28	Assessoria Técnica da Administração	LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA	Assessoria Técnica da Administração	JADIEL FERNANDES FRANÇA	26/03/2025 11:09:58	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
19/03/2025 14:52:01	Secretaria Administrativo-Financeira	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA	Assessoria Técnica da Administração	LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA	19/03/2025 15:17:03	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
Anexos							

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
Anexos							
Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 8622025							
19/03/2025 12:19:58	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	Secretaria Administrativo-Financeira	GUSTAVO HENRIQUE OLIVEIRA DA SILVA	19/03/2025 13:02:42	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
19/03/2025 12:09:29	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	19/03/2025 12:19:42	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
Anexos							
Documento Administrativo: PARECER-DGAJA - 1122025							
10/03/2025 13:33:10	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	Assessoria Jurídica da Administração	HERMANO JOSÉ GOMES PINHEIRO NETO	12/03/2025 09:16:17	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
10/03/2025 13:16:55	Secretaria Administrativo-Financeira	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA	Assessoria Jurídica da Administração	MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU	10/03/2025 13:32:47	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
Anexos							
Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 6852025							
07/03/2025 14:45:54	LAB-LD	RONALD SILVA PEREIRA	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIRE MARCIA DE SOUSA	10/03/2025 08:36:33	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
Anexos							
Documento Administrativo: DESPACHO-LABLD - 22025							
18/02/2025 09:39:31	Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS	PATRICIA GOMES CARDOSO	LAB-LD	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO	19/02/2025 11:11:59	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
17/02/2025 14:16:43	Secretaria Administrativo-Financeira	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA	Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS	PATRICIA GOMES CARDOSO	18/02/2025 09:39:08	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
Anexos							
Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 5192025							
17/02/2025 11:50:42	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIRE MARCIA DE SOUSA	17/02/2025 11:51:09	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
Anexos							
Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 1472025							
04/02/2025 10:46:00	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	04/02/2025 11:38:56	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
03/02/2025 12:30:09	LAB-LD	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	04/02/2025 10:25:41	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
Anexos							
TERMO DE REFERENCIA WORKSTATIONS_ATUALIZADO030220251229							
14/01/2025 12:45:50	Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS	ANDREIA FRANÇA SILVA	LAB-LD	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO	15/01/2025 08:30:26	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
14/01/2025 09:24:56	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS	ANDREIA FRANÇA SILVA	14/01/2025 11:26:55	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
08/01/2025 09:59:09	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	Comissão Permanente de Licitação	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	08/01/2025 11:35:03	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
18/12/2024 08:36:25	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	Comissão Permanente de Licitação	JOSÉ LINDSTRON PACHECO	08/01/2025 09:58:52	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
17/12/2024 13:52:01	Diretoria Geral	PAULO GONÇALVES ARRAIS	Comissão Permanente de Licitação	CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM	18/12/2024 08:33:31	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
Anexos							

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
	Anexos						
	Documento Administrativo: DECISÃO-DG - 2042024						
17/12/2024 11:10:52	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA	Diretoria Geral	ANNA VALÉRIA PINHEIRO ANTUNES RÊGO	17/12/2024 13:44:38	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
17/12/2024 10:48:50	Secretaria Administrativo-Financeira	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA	17/12/2024 11:10:43	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
	Anexos						
	Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 53652024						
13/12/2024 13:57:03	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL	Secretaria Administrativo-Financeira	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	13/12/2024 14:00:30	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
	Anexos						
	Documento Administrativo: DESPACHO-CMTI - 5132024						
12/12/2024 17:27:31	Secretaria Administrativo-Financeira	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA	Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	IRACEMA SOUSA BARROSO	13/12/2024 08:13:09	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
	Anexos						
	Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 52792024						
11/12/2024 14:34:25	LAB-LD	LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIRE MARCIA DE SOUSA	11/12/2024 14:55:03	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
	Anexos						
	Documento Administrativo: DESPACHO-GAECO - 2742024						
10/12/2024 13:00:23	Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas -	ANDREIA FRANÇA SILVA	LAB-LD	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO	11/12/2024 11:24:51	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
	GAECO/SÃO LUIS						
10/12/2024 09:25:40	Secretaria Administrativo-Financeira	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA	Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS	ANDREIA FRANÇA SILVA	10/12/2024 12:40:56	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 52322024

09/12/2024 15:36:19	Assessoria Técnica da Administração	LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA	Secretaria Administrativo-Financeira	DAIRE MARCIA DE SOUSA	10/12/2024 08:05:44	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: PTC-ACI - 17352024

02/12/2024 09:52:03	Assessoria Técnica da Administração	LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA	Assessoria Técnica da Administração	JADIEL FERNANDES FRANÇA	09/12/2024 14:54:25	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
29/11/2024 14:44:37	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	ELISABETH JARDIM PEDRAÇA CARDOSO	Assessoria Técnica da Administração	LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA	02/12/2024 08:39:47	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
29/11/2024 12:35:12	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	TATIANA ALVES DE PAULA	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	ELISABETH JARDIM PEDRAÇA CARDOSO	29/11/2024 14:42:59	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
29/11/2024 11:37:38	Secretaria Administrativo-Financeira	RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA	Coordenadoria de Orçamento e Finanças	TATIANA ALVES DE PAULA	29/11/2024 12:28:43	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 50412024

28/11/2024 15:56:25	Diretoria Geral	PAULO GONÇALVES ARRAIS	Secretaria Administrativo-Financeira	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	29/11/2024 08:06:44	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO

Anexos

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 91122024

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Movimentações

Data	Origem	Funcionário	Destino	Recebedor	Data	Tipo	Status
27/11/2024 09:49:33	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA	27/11/2024 13:06:56	DISTRIBUIR PROCESSO ADMINISTRATIVO	DISTRIBUÍDO
27/11/2024 09:48:45	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA	27/11/2024 09:48:45	ENCAMINHAR PROCESSO	TRAMITANDO
27/11/2024 09:48:44	LAB-LD	JEANNE MIRELY SOUZA	Diretoria Geral	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA	27/11/2024 09:48:44	ACEITAR REQUISIÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO	TRAMITANDO

Anexos

Descrição do Anexo	Nome do arquivo	Tipo Anexo
ANÁLISE DE RISCOS	3.Analise de Riscos_Aquisicao Workstations_Assinado.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : DESPACHO LABLD-92025	Despacho LABLD-92025.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : DESPACHO-GAECO - 1252025 DO AJUSTE DE VALOR	DESPACHO-GAECO1252025_ASSINADO.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : DESPACHO-LABLD102025_QUALIFICACO TECNICA	DESPACHO-LABLD102025_QUALIFICACO TECNICA.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : DFD_925129_000035_2025_ WORSTATIONS	DFD_925129_000035_2025_ Worstations.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : DFD925129_000035_2025_ASS	DFD925129_000035_2025_Ass.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERENCIA ATUALIZADO 12052025	5.TermodeReferencia-AQUISICAO WORKSTATIONS-Atualizada12052025-1339.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERENCIA WORKSTATIONS_ATUALIZADO030220251229	5.Termo_de_Referencia_-_AQUISICAO_WORKSTATIONS_030220251229.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERENCIA WORKSTATIONS_ATUALIZADO28042025	5.TermodeReferencia-AQUISICAO WORKSTATIONS-Atualizada28042025_Ass.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ARP Nº 32/2025 - ASSINADA	ARP_32_2025_PE_90003_2025 - PLUGNET COMERCIO - 22856_2024.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
CERTIDAO-COTA PCD_PLUGNET	certidao-Cota PcD_PLUGNET.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA	2.DOD_WORKSTATIONS_2024_Assinado.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
EDITAL ALTERADO - DATA DA ABERTURA DA SESSSÃO - 10/06/2025	PE_90003-2025_SRP - Aquisicao de Computadores do tipo WORKSTATIONS_PA_22856_2024.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DEVIDAMENTE ASSINADO	4.ETP_925129-000038-2024_Assinado.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
EXTRATO CONTRATOSGOV - ARP 32/2025	CONTRATOS.GOV_ARP_32_2025.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Anexos

Descrição do Anexo	Nome do arquivo	Tipo Anexo
EXTRATO PUBLICAÇÃO SINC/TCE - ARP Nº 32/2025	Publicacao no SINC_TCE_ARP 32.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
EXTRATO PUBLICAÇÃO SINC/TCE - RESULTADO	Publicacao no SINC_TCE_Resultado.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
HABILITAÇÃO - PLUGNET	Habilitacao PlugNet Grupo 1.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
MAPA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS	7.Mapa de Formacao de Precos_WORKSTATIONS_Assinado.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
MEMORANDO INAUGURAL	1.MEMO-GAECO - 2342024_Memo inaugural.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
MINUTA - PE_90003-2025_SRP - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATIONS	PE_90003-2025_SRP - Aquisicao de Computadores do tipo WORKSTATIONS_PA_22856_2024.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
MINUTA - PE_90003-2025_SRP - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATIONS	PE_90003-2025_SRP - Aquisicao de Computadores do tipo WORKSTATIONS_PA_22856_2024.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
MINUTA - PE_90003-2025_SRP - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATIONS	PE_90003-2025_SRP - Aquisicao de Computadores do tipo WORKSTATIONS_PA_22856_2024.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PORTARIA FISCAL ARP Nº 32/2025	PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG-51-2025_ARP_32_2025_PLUGNET COMERCIO.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PORTARIA-GAB_PGJ_11123_2024_AGENTE DE CONTRATAÇÃO	NOVA PORTARIA-GAB_PGJ_11123_2024_AGENTE DE CONTRATACAO.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PROCEDIMENTO NO SINC	Publicacao no SINC_TCE.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PROPOSTA COMERCIAL - PLUGNET	Proposta PlugNet Grupo 1.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PROPOSTA DA MS INFORMÁTICA	9.MS TECNOLOGIA PROPOSTA LAB LD WORKSTATIONS.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PROPOSTA DA PLUGNET	10.PlugNET PROPOSTA LAB LD WORKSTATIONS.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PROPOSTA DO GRUPO TORINO	12.TORINO PROPOSTA LAB LD_WORKSTATIONS.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PUBLICAÇÃO DA ARP Nº 32/2025 NO PNCP	PNCP_ARP_32_2025.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
PUBLICAÇÕES INICIAIS	Publicacoes iniciais.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
SOLICITAÇÃO PROPOSTA GRUPO TORINO	11.TORINO - E-mail Solicitacao de Proposta Comercial.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
SOLICITAÇÃO PROPOSTA MS INFORMÁTICA	8.MS INFORMATICA - E-mail Solicitacao de Proposta Comercial.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
SOLICITAÇÃO PROPOSTA PLUGNET	10.PlugNET - E-mail Solicitacao Proposta Comercial.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
TERMO DE REFERÊNCIA DEVIDAMENTE ASSINADO	5.Termo de Referencia - AQUISICAO WORKSTATIONS 22112024_Assinado.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
TERMO DE REFERÊNCIA EDITÁVEL	6.Termo de Referencia - AQUISICAO WORKSTATIONS 22112024.odt	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO
TERMOS DE JULGAMENTO_HABILITAÇÃO_HOMOLOGAÇÃO_DILIGÊNCIAS	Relatorios Julgamento_Habilitacao_Homologacao_Diligencias.pdf	ANEXO DE PROC ADMINISTRATIVO GENÉRICO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documentos

Setor Origem	Data de Criação	Responsável	Tipo Doc	Status	Tipo Relação
Comissão Permanente de Licitação	17/06/2025 09:39:51	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	PARECER TÉCNICO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	10/06/2025 14:23:56	RODOLFO ALVES SANTOS	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	15/05/2025 13:39:43	RODOLFO ALVES SANTOS	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	08/05/2025 11:33:03	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	08/05/2025 10:52:25	RODOLFO ALVES SANTOS	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Diretoria Geral	06/05/2025 16:08:18	MILENA AZEVEDO BARBOSA CORDEIRO	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	06/05/2025 09:19:39	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	30/04/2025 11:56:09	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	25/04/2025 13:02:09	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Assessoria Jurídica da Administração	25/04/2025 12:07:31	HERMANO JOSÉ GOMES PINHEIRO	PARECER	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	14/04/2025 10:56:35	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	11/04/2025 17:24:50	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
LAB-LD	04/04/2025 10:43:53	RONALD SILVA PEREIRA	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
LAB-LD	04/04/2025 10:43:53	RONALD SILVA PEREIRA	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
LAB-LD	04/04/2025 10:43:53	RONALD SILVA PEREIRA	DESPACHO	TRAMITANDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	27/03/2025 10:00:17	GUSTAVO HENRIQUE OLIVEIRA DA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Assessoria Técnica da Administração	26/03/2025 11:15:51	JADIEL FERNANDES FRANÇA	PARECER TÉCNICO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	19/03/2025 13:20:21	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Assessoria Jurídica da Administração	19/03/2025 12:04:59	HERMANO JOSÉ GOMES PINHEIRO	PARECER	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	10/03/2025 10:28:46	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO

Ministério Público do Estado do Maranhão

Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documentos

Setor Origem	Data de Criação	Responsável	Tipo Doc	Status	Tipo Relação
LAB-LD	07/03/2025 10:29:28	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO	DESPACHO	ASSINADO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	17/02/2025 12:05:26	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Comissão Permanente de Licitação	17/02/2025 11:40:01	MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Diretoria Geral	17/12/2024 13:46:47	ANNA VALÉRIA PINHEIRO ANTUNES	DECISÃO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	17/12/2024 10:04:14	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação	13/12/2024 09:13:20	IRACEMA SOUSA BARROSO	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	12/12/2024 10:18:56	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
LAB-LD	11/12/2024 11:28:57	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	10/12/2024 09:11:31	DAIRE MARCIA DE SOUSA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Assessoria Técnica da Administração	09/12/2024 14:57:24	JADIEL FERNANDES FRANÇA	PARECER TÉCNICO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Secretaria Administrativo-Financeira	29/11/2024 08:24:48	MARIA DA GRAÇA FERREIRA RIBEIRO	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO
Diretoria Geral	27/11/2024 13:08:16	JEANNE MIRELY SOUZA FERREIRA	DESPACHO	RECEBIDO	DOCUMENTO GERADO POR MOVIMENTAÇÃO

Processos Anexados e Apensados

Data de Vínculo	Status	Tipo de Relação

Anexos Físicos

Descrição do Anexo	Anexo de

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

PUBLICAÇÃO DA ARP Nº 32/2025 NO PNCP

(*) Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS** em **25 de Junho de 2025 às 13:22 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG-512025, **Código de Validação**: CF677ADD85.

PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG - 512025
Código de validação: CF677ADD85

O DIRETOR-GERAL DA **PROCURADORIA** GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições previstas na Portaria nº. 6265/2024 – GPGJ, tendo em vista o que determina o art. 117 da Lei 14.133/2021.

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar os servidores, constantes da **tabela 1**, fiscais das **ARP nº 32/2025**, constante da **tabela 2**, firmada com a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, objetivando o registro de Preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, em face da classificação constante do **Processo Administrativo nº 22856/2024**, **e de acordo com a proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº 90003/2025**.

Tabela 1

NOME DO SERVIDOR	MATRÍCULA	FUNÇÃO
LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO	656280	GESTOR
FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO	1070519	FISCAL ADMINISTRATIVO
RONALD SILVA PEREIRA	1062298	FISCAL SUPLENTE

Tabela 2

Nº. ARP	CONTRATADO	CNPJ
32/2025	**PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**	02.213.325/0005-01

Art. 2º. São atribuições do gestor do contrato, **conforme dispõe os artigos 8º, 9º e 10º do Ato Regulamentar nº 10/2023 – GPGJ:**

(*) Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS** em **25 de Junho de 2025 às 13:22 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG-512025, **Código de Validação**: CF677ADD85.

Seção V
Do Gestor de Contrato

Art. 8º O gestor do contrato é o gerente funcional, designado pelo Procurador-Geral de Justiça, ou por quem ele delegar, com atribuições administrativas, incluída a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:
I - analisar a documentação que antecede o pagamento;
II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
III - analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
IV - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
V - acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
VI - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;
VII - efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Portal Nacional de Contratações
Públicas (PNCP);
VIII - exercer outras atividades compatíveis com a função.

Seção VI
Do Fiscal de Contrato

Art. 9º O fiscal de contrato é o servidor designado pelo Procurador-Geral de Justiça, ou por quem ele delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços.
§ 1º O fiscal de contrato deve anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
§ 2º A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Ato Regulamentar.
§ 3º O fiscal de contrato de obras e serviços de engenharia deverá ter formação nas áreas de engenharia ou arquitetura.
Art. 10. A função de fiscal de contrato deve ser atribuída a servidor com experiência e conhecimento na área relativa ao objeto contratado, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, e especialmente:
I - esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
II - expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
III - proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

(*) Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS** em **25 de Junho de 2025 às 13:22 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG-512025, **Código de Validação**: CF677ADD85.

IV - adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;
V - conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
VI - proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
VII - determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para perfeita execução do objeto;
VIII - exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
IX - determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de
eventuais subcontratadas, ou das próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
X - receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
XI - dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
XII - verificar a correta aplicação dos materiais;
XIII - requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
XIV - realizar, na forma do artigo 140 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
XV - propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
XVI - no caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos I ao XV:
a) manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;
b) visitar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;
c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;
XVII - outras atividades compatíveis com a função.
§ 1º A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com os artigos 119 e 120 da Lei nº 14.133, de 2021.
§ 2º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as

(*) Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS** em **25 de Junho de 2025 às 13:22 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG-512025, **Código de Validação**: CF677ADD85.

ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

§ 3º A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

I - os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

II - os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

III - a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

IV - a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

V - o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e

VI - a satisfação do público usuário.

§ 4º O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 5º A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como marca, qualidade e forma de uso.

§ 6º O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e no Capítulo I do Título IV, ambos da Lei nº 14.133, de 2021.

§ 7º Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais das contratações continuadas em regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

I - no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:

a) recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e para os seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, §3º, da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;

b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;

c) pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês

(*) Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS** em **25 de Junho de 2025 às 13:22 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG-512025, **Código de Validação**: CF677ADD85.

anterior;
d) fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;
e) pagamento do 13º salário;
f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;
h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;
i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a RAIS e o CAGED;
j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de
trabalho; e
k) cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.
II - No caso de cooperativas:
a) recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;
b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;
c) comprovante de distribuição de sobras e produção;
d) comprovante da aplicação do FATES – Fundo Assistência Técnica Educacional e Social;
e) comprovante da aplicação em fundo de reserva;
f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º (décimo terceiro) salário e férias; e
g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.
III - No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (OSCIP's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
§ 8º Além do cumprimento do §7º deste artigo, na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva de mão de obra, serão realizadas entrevistas, a partir de seleção por amostragem, com os trabalhadores da contratada para verificar as anotações contidas em CTPS, devendo ser observadas, entre outras questões, a data de início do contrato de trabalho, função exercida, a remuneração, gozo de férias, horas extras, eventuais alterações dos contratos de trabalho e, se necessário, fiscalizar o local de trabalho do empregado.

(*) Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS** em **25 de Junho de 2025 às 13:22 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PORTARIA-FISCAL-CONTRATO-DG-512025, **Código de Validação**: CF677ADD85.

Diretoria Geral

São Luís, data da assinatura digital.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico.

assinado eletronicamente em 25/06/2025 às 13:22 h (*)

PAULO GONÇALVES ARRAIS
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR-GERAL

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

PORTARIA FISCAL ARP Nº 32/2025

Extrato do Contrato

SOBRE O CONTRATO

Nº/ANO CONTRATO: **32/2025**

Ato Contrato: **ARP**

Status: **Em execução**

CONTRATANTE

CNPJ/CPF: 05.483.912/0001-85
Nome: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Endereço: Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Jaracati - Calhau - São Luís/MA
Telefone:

CONTRATADA

CNPJ/CPF: 02.213.325/0001-88
Nome: PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.
Endereço: R GENERAL ABREU E LIMA, 222 - : .; - ROSARINHO - RECIFE/PE
Telefone: (81) 3426-7006

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Registro de Preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS.

DADOS DO CONTRATO

Número do Processo
22856/2024

Código de Identificação

Tipo Contrato
Aquisição

Regime de Execução
Preço Unitário

Garantia
Sem Garantia

Forma de Pagamento
A Prazo

Data Assinatura
25/06/2025

Data Publicação
27/06/2025

Multa
Sem Previsão de Multas Contratuais

Início Vigência
30/06/2025

Final Vigência
29/06/2026

Procedimento
Pregão Eletrônico - 90003/2025

Unidade
GRUPO A. ESPECIAL COMB. ORG. CRIMINOSAS - GAECO

Departamento
Seção de Material/Equipamentos - GAECO

Gestor do Contrato
LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO

Gestor do Contrato Suplente

Elaboração
Esse contrato foi gerado por rodolfoslz@mpma.mp.br em Jun 26 2025 9:47AM

Valor Contrato Acumulado

950.168,00

Saldo Contrato Acumulado

950.168,00

Valor Contrato Atualizado

950.168,00

Saldo Contrato Atualizado

950.168,00

Extrato do Contrato

ENVOLVIDOS

Nome	Responsabilidade	Função	Telefone
FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO	Fiscal	Fiscal de Contrato	(98) 99115-6677
RONALD SILVA PEREIRA	Fiscal	Fiscal de Contrato	(98) 3219-3050
BRENO JOSÉ DE ARAUJO TAVARES	Sócio(a)		(81) 98844-0834

HISTÓRICO DE VIGÊNCIAS E SALDOS

Tipo	Justificativa	Inicio Vigência	Fim Vigência	Valor
Inicio do Contrato		30/06/2025	29/06/2026	950.168,00
TOTAIS				**950.168,00**

ITENS

Código	Item	Vlr.Estornado	Vlr. Estimado	Vlr. Pago
1395	WORKSTATION TIPO I	0,00	727.488,00	0,00
1396	WORKSTATION TIPO II - Modelo: PRECISION 5860	0,00	222.680,00	0,00
TOTAIS		**0,00**	**950.168,00**	**0,00**

FORNECIMENTO

Item	Lote	Sequência	Contratado Acumulado	Recebido Acumulado	Saldo Acumulado
WORKSTATION TIPO I	Único	1	16,00	0,00	16,00
WORKSTATION TIPO II - Modelo: PRECISION 5860	Único	2	2,00	0,00	2,00
TOTAIS			**18,00**	**0,00**	**18,00**

DESEMBOLSO POR PERÍODO

	Periodo	Vlr. Disponível	Vlr. Total	Vlr. Pago
1	30/06/2025 - 29/06/2026	950.168,00	950.168,00	0,00
TOTAIS			**950.168,00**	**0,00**

DESEMBOLSO POR EXERCÍCIO

Exercício	Vlr. Estimado	Vlr. Pago
2025	0,00	0,00
2026	0,00	0,00
TOTAIS	**0,00**	**0,00**

ASSINATURAS

Documento	Data de Inclusão	Limite de Assinatura	Status
Ata de Registro de Preços	25/06/2025	03/07/2025	Finalizado

HISTÓRICO DE ANOTAÇÕES

Tipo	Data	Título - Autor	Descrição
Automático	26/06/2025	Anexo Adicionado - RODOLFO ALVES SANTOS	O documento "GESTOR E FISCAL" foi anexado ao contrato.
Automático	26/06/2025	Anexo Adicionado - RODOLFO ALVES SANTOS	O documento "PUBLICAÇÃO PNCP" foi anexado ao contrato.
Automático	26/06/2025	Alteração do contrato - RODOLFO ALVES SANTOS	Contrato alterado
Automático	26/06/2025	Anexo Adicionado - RODOLFO ALVES SANTOS	O documento "EDITAL" foi anexado ao contrato.
Automático	26/06/2025	Anexo Adicionado - RODOLFO ALVES SANTOS	O documento "ARP" foi anexado ao contrato.
Automático	25/06/2025	Alteração do contrato - RODOLFO ALVES SANTOS	Contrato alterado
Automático	25/06/2025	Anexo Adicionado - RODOLFO ALVES SANTOS	O documento "Ata de Registro de Preços" foi anexado ao contrato.
Automático	24/06/2025	Inclusão contrato - RODOLFO ALVES SANTOS	Contrato incluido

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

EXTRATO CONTRATOSGOV - ARP 32/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22856/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025 – SRP – CPL/PGJ
ID DA CONTRATAÇÃO NO PNCP: 05483912000185-1-000054/2025

A **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO**, com sede nesta cidade, à Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3.261, Calhau, São Luís/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. PAULO GONÇALVES ARRAIS, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, **matrícula nº 1070173**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão de **nº 90003/2025**, operado na forma eletrônica, para Registro de Preços, constante do **Processo Administrativo nº 22856/2024**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital do certame, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Federal nº 11.462/2023, Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ e demais normativos legais aplicáveis à espécie, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, especificados nos **itens 1 e 2 do Grupo 1** do Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão nº 90003/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

2.2. DADOS DA EMPRESA:

Razão Social: PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. **CNPJ:** 02.213.325/0005-01

Endereço: Av. Governador Mário Covas, s/n, Km 279, Sala 89 – Bairro: Jacuhy – Serra (ES) – CEP: 29.161-230.

Telefone: (81) 2426-7006 **E-mail:** plugnet@plugnetshop.com.br

Nome do Representante: Breno José de Araújo Tavares

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por todos os envolvidos listados nas últimas páginas deste documento. Esta é a Página 1 de 8
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://signov.com.br/verificaautenticidade e informe, processo: 2025.4837006417, e o código: 8HW131J5

Item	Especificação	Qtde.	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01	WORKSTATION TIPO I Fabricante: DELL Marca: DELL Modelo: PRO MAX TOWER T2	16	R$ 45.468,00	R$ 727.488,00
02	WORKSTATION TIPO II Fabricante: DELL Marca: DELL Modelo: PRECISION 5860	02	R$ 111.340,00	R$ 222.680,00
	Valor Total - Grupo 1			**R$ 950.168,00**

2.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. No ato da prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pela PGJ/MA por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual, de que trata o item 5.2, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por todos os envolvidos listados nas últimas páginas deste documento. Esta é a Página 2 de 8
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://signgov.com.br/verificaautenticidade e informe, processo: 2025.4837066417, e o código: 8HW131J5

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por todos os envolvidos listados nas últimas páginas deste documento. Esta é a Página 3 de 8
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://signgov.com.br/verificaautenticidade e informe, processo: 2025.4837006417, e o código: 8HW131J5

no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a PGJ/MA convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva,

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por todos os envolvidos listados nas últimas páginas deste documento. Esta é a Página 4 de 8
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://signgov.com.br/verificaautenticidade e informe, processo: 2025.4837066417, e o código: 8HW131J5

na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a PGJ/MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, a PGJ/MA comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela PGJ/MA e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a PGJ/MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, a PGJ/MA atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. A PGJ/MA comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pela PGJ/MA, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por todos os envolvidos listados nas últimas páginas deste documento. Esta é a Página 5 de 8
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://signgov.com.br/verificaautenticidade e informe, processo: 2025.4837006417, e o código: 8HW131J5

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá a PGJ/MA, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho da PGJ/MA, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a PGJ/MA poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar à PGJ/MA qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por todos os envolvidos listados nas últimas páginas deste documento. Esta é a Página 6 de 8
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://signgov.com.br/verificaautenticidade e informe, processo: 2025.4837066417, e o código: 8HW131J5

os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 82, §5, VIº da Lei n. 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Luís (MA), data da assinatura eletrônica.

Órgão Gerenciador: Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão
PAULO GONÇALVES ARRAIS
Diretor-Geral

Fornecedor: Plugnet Comércio e Representações LTDA.
CNPJ: 02.213.325/0005-01
Representante: Breno José de Araújo Tavares
CPF: 376.XXX.XXX-XX

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por todos os envolvidos listados nas últimas páginas deste documento. Esta é a Página 7 de 8
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://signgov.com.br/verificaautenticidade e informe, processo: 2025.4837066417, e o código: 8HW131J5

Documento assinado eletronicamente por: BRENO JOSÉ DE ARAUJO TAVARES, CPF/CNPJ nº 376.381.144-34, como Contratada.
Assinado em: 25/06/2025, às 10:01, através do e-mail breno@plugnetshop.com.br, pelo ip 201.16.241.249

Documento assinado eletronicamente por: PAULO GONÇALVES ARRAIS, CPF/CNPJ nº 859.809.942-20, como Contratante.
Assinado em: 25/06/2025, às 16:49, através do e-mail pauloarrais@mpma.mp.br, pelo ip 164.163.242.2

O processo de acolhimento das assinaturas foi finalizado em: 25/06/2025, às 16:49, onde todos os envolvidos assinaram eletronicamente este documento.

A autenticidade do documento pode ser verificada no site: https://signgov.com.br/verificaautenticidade, informando o processo: 2025.48370066417 e o código: 8HW131J5

O original deste documento é eletrônico e foi assinado digitalmente por todos os envolvidos listados nas últimas páginas deste documento. Esta é a Página 8 de 8
Para verificar a autenticidade desta cópia impressa, acesse o site https://signgov.com.br/verificaautenticidade e informe, processo: 2025.48370066417, e o código: 8HW131J5

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

ARP Nº 32/2025 - ASSINADA

ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE CONTAS

EXTRATO DE ENVIO

PERÍODO: 26/06/2025 - 26/06/2025
ENTIDADE: PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA (PGJ) - 05483912000185
DATA DE CRIAÇÃO: 26/06/2025 13:55:58
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 481890d0-7401-4935-b47d-89c36e215140

ATA REGISTRO

cnpj procedimento	id procedimento	numero ata	ano ata	cpf envio	data envio	cpf exclusao	data exclusao	status
05483912000185	PE900032025	32	2025	49396544353	26/06/2025	-	-	ENVIADO

Total Ata Registro: 1

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

EXTRATO PUBLICAÇÃO SINC/TCE - ARP Nº 32/2025

ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE CONTAS

EXTRATO DE ENVIO

PERÍODO: 26/06/2025 - 26/06/2025
ENTIDADE: PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA (PGJ) - 05483912000185
DATA DE CRIAÇÃO: 26/06/2025 13:41:23
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 13ae7e75-5cb2-4e2c-b89c-59fb56cf33cd

RESULTADO

cnpj procedimento	id procedimento	tipo resultado	cpf envio	data envio	cpf exclusao	data exclusao	status
05483912000185	PE900032025	1	49396544353	26/06/2025	-	-	ENVIADO

Total Resultado: 1

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

EXTRATO PUBLICAÇÃO SINC/TCE - RESULTADO

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

TERMO DE JULGAMENTO

UASG 925129 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

PREGÃO 90003/2025

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto/Fechado
Compra emergencial:	Não	UF da UASG:	MA
Objeto da compra:	Registro de Preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS.		
Entrega de propostas:	De 29/05/2025 às 08:00 até 10/06/2025 às 10:00		
Abertura da sessão pública:	Dia 10/06/2025 às 10:00 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	10/06/2025 às 10:00:07	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	10/06/2025 às 10:20:57	Bom dia, Srs. Licitantes! Pregoeiro Rodolfo operando este pregão.
Sistema	10/06/2025 às 10:21:31	Sr. Licitante, dê o seu melhor lance agora, já estamos em encerramento aleatório para o grupo deste pregão.
Sistema	10/06/2025 às 10:25:09	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	10/06/2025 às 10:28:37	Avisamos a todos que não paramos para o almoço e que abriremos esta sessão todos os dias, normalmente as 10h, para atualizar as informações e/ou dar continuidade.
Sistema	10/06/2025 às 10:29:17	Neste momento, iniciaremos a etapa de convocação dos licitantes com os menores preços para o grupo único deste pregão.
Sistema	10/06/2025 às 10:30:13	Esclarecemos a todos os licitantes que a análise deste pregão ocorre da seguinte forma:
Sistema	10/06/2025 às 10:30:48	O pregoeiro faz a negociação, solicita a proposta readequada ao último lance ou ao valor negociado e, após o recebimento, a proposta e a documentação de habilitação são encaminhadas à Unidade Gestora para a análise da conformidade técnica da proposta.
Sistema	10/06/2025 às 10:31:12	Após a emissão de parecer técnico da Unidade Gestora, o pregoeiro faz a sua análise e informa se a proposta e a documentação de habilitação foram aprovadas ou não.
Sistema	10/06/2025 às 10:31:41	Invocando os princípios da celeridade e eficiência, informamos a todos que fica estabelecido que, ao convocarmos um licitante para responder a uma solicitação do pregoeiro, o prazo máximo para resposta será de cinco minutos. Caso não haja resposta no prazo informado, daremos continuidade ao pregão e/ou convocaremos o licitante seguinte.
Sistema	10/06/2025 às 11:45:46	Senhores licitantes, documentação recebida!
Sistema	10/06/2025 às 11:47:11	Encaminharemos a proposta e documentos de habilitação à Unidade Técnica para análise. Sendo assim, retornaremos a este pregão amanhã, dia 11.06.2025, às 10:00h.
Sistema	10/06/2025 às 11:47:35	Tenham todos uma boa tarde!

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/06/2025 às 10:00:10	Bom dia Srs. Licitantes!
Sistema	11/06/2025 às 10:01:09	Considerando que a Unidade Técnica ainda não emitiu parecer conclusivo acerca da proposta e documentação encaminhadas, referentes ao Grupo 1, retornaremos a esta sessão amanhã, dia 12/06/2025, às 10:00h.
Sistema	12/06/2025 às 09:49:08	Bom dia Srs. Licitantes!
Sistema	12/06/2025 às 09:49:31	Considerando que a Unidade Técnica ainda não emitiu parecer conclusivo acerca da proposta e documentação encaminhadas, referentes ao Grupo 1, retornaremos a esta sessão amanhã, dia 13/06/2025, às 10:00h.
Sistema	13/06/2025 às 09:58:26	Bom dia Srs. Licitantes!
Sistema	13/06/2025 às 09:59:16	Considerando que a Unidade Técnica ainda não emitiu parecer conclusivo acerca da proposta e documentação encaminhadas, referentes ao Grupo 1, retornaremos a esta sessão na próxima segunda-feira, dia 16/06/2025, às 10:00h.
Sistema	13/06/2025 às 09:59:31	Tenham todos um bom fim de semana!
Sistema	16/06/2025 às 10:01:40	Bom dia Srs. Licitantes!
Sistema	16/06/2025 às 10:02:22	Considerando que a Unidade Técnica ainda não emitiu parecer conclusivo acerca da proposta e documentação encaminhadas, referentes ao Grupo 1, retornaremos a esta sessão amanhã, dia 17/06/2025, às 10:00h.
Sistema	17/06/2025 às 10:02:59	Bom dia Srs. Licitantes!
Sistema	17/06/2025 às 10:06:48	Informo que Unidade Técnica emitiu parecer acerca da proposta e documentos de habilitação enviados pela Licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar.
Sistema	17/06/2025 às 10:07:39	No entanto, haverá necessidade de diligência, conforme item 8.17 do Edital.
Sistema	17/06/2025 às 10:59:31	Srs. Licitantes, após a análise e parecer técnico da Unidade Gestora, consideramos a proposta e documentos de habilitação aprovados para o grupo único deste pregão.
Sistema	17/06/2025 às 10:59:48	Informamos que o parecer da unidade gestora está disponível em nosso portal da transparência, Portal da Transparência Archives - Ministério Público do Estado do Maranhão (mpma.mp.br).

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
10/06/2025 às 10:00:07	Abertura da sessão pública
10/06/2025 às 10:25:09	Início da etapa de julgamento de propostas

Grupo 1

Valor estimado: R$ 1.125.658,6600 (total)

Situação: Aguardando adjudicação

Aceito e Habilitado por CPF ***.965.***-*3 - RODOLFO ALVES SANTOS para PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01, melhor lance: R$ 950.168,0000 (total)

Propostas do Grupo G1

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
59.232.522/0001-61 - 59.232.522 PAULO SOUSA DA SILVA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MA	R$ 1.044.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.116.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
52.593.051/0001-78 - CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 1.125.640,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.125.640,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
07.532.965/0001-74 - ENECH ENGENHARIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MA	R$ 1.125.560,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.125.560,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
17.991.542/0001-76 - FULL TIME EMPREENDIMENTOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 1.800.000.000.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.800.000.000.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
28.956.477/0002-45 - GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SE	R$ 1.124.400,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.124.400,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
33.506.065/0001-62 - HDN ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MA	R$ 1.008.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.125.658,6600 (total) Valor negociado: Não Realizado		
47.603.710/0002-50 - IBRASILL STORE, MIDIA, EDUCACIONAL E PARTICIPACOES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RJ	R$ 1.118.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.118.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
13.481.371/0001-84 - PHDS SERVICOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 1.125.646,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.125.646,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
02.213.325/0005-01 - PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Sim UF endereço: ES	R$ 950.168,0000 (total)	Fornecedor habilitado
Valor proposta: R$ 1.600.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
47.172.975/0001-60 - RENATO PALLADINO DE FREITAS 41131128869 Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 1.038.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.134.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
37.145.431/0001-56 - RNL TRADE AND FACILITIES ASSETS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 1.155.361,1130 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.155.361,1130 (total) Valor negociado: Não Realizado		
10.400.702/0001-16 - STERKE TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 209.160,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 209.160,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
49.264.057/0001-97 - T. D. A. S. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 1.125.658,6600 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.125.658,6600 (total) Valor negociado: Não Realizado		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
08.619.872/0001-44 - TECZAP COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 1.096.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 9.000.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
42.491.006/0001-59 - TGT CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R$ 1.125.658,6600 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.125.658,6600 (total) Valor negociado: Não Realizado		

Mensagens do chat do Grupo G1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	10/06/2025 às 10:00:07	A abertura do item G1 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	10/06/2025 às 10:01:07	O item G1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	10/06/2025 às 10:01:46	A proposta no valor de R$ 209.160,0000 para o item G1 foi excluída pelo pregoeiro conforme § 4ª, art. 21 da IN SEGES 73/2022. Caso queira manter sua proposta e eventuais lances, para reingresso à fase de disputa do item, clique em "Reafirmar valor".
Sistema	10/06/2025 às 10:19:30	A etapa fechada foi iniciada para o item G1. Fornecedores convocados poderão enviar um lance único e fechado até às 10:24:30 do dia 10/06/2025. Fornecedores convocados apresentaram os lances entre R$ 1.044.000,0000 e R$ 1.125.658,6600 em conformidade com o art. 24 da IN SEGES 73/2022.
Sistema	10/06/2025 às 10:24:31	A etapa fechada do item G1 foi encerrada. Os seguintes lances foram registrados pelos fornecedores convocados: R$ 1.008.000,0000, R$ 1.038.000,0000 e R$ 950.168,0000.
Sistema	10/06/2025 às 10:24:31	O item G1 está encerrado.
Sistema para o participante 02.213.325/0005-01	10/06/2025 às 10:39:36	Sr. Licitante, com fundamento no item 6.21 do Edital, solicito a proposta ajustada, catálogo dos itens e documentos de habilitação, no prazo máximo de 2 horas, sob pena de desclassificação. De preferência em arquivos zipados ou em pdf únicos, 1 para a proposta e outro para os documentos de habilitação.
Sistema para o participante 02.213.325/0005-01	10/06/2025 às 10:40:16	Sr. Fornecedor PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 12:41:00 do dia 10/06/2025. Justificativa: Sr. Licitante, com fundamento no item 6.21 do Edital, solicito a proposta ajustada, catálogo dos itens e documentos de habilitação, no prazo máximo de 2 horas, sob pena de desclassificação. De preferência em arquivos zipados ou em pdf únicos, 1 para a proposta e outro para os documentos de habilitaç.
Pelo participante 02.213.325/0005-01	10/06/2025 às 10:41:52	Entendido Sr. Pregoeir. Estamos ajustando a proposta comercial. Enviaremos todo o material solicitado dentro do prazo estabelecido.
Pelo participante 02.213.325/0005-01	10/06/2025 às 11:39:22	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:39:22 de 10/06/2025. 3 anexos foram enviados pelo fornecedor PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01.
Pelo participante 02.213.325/0005-01	17/06/2025 às 10:11:57	Ciente.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	17/06/2025 às 11:00:31	O item G1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 17/06/2025 11:10:31.
Sistema	17/06/2025 às 11:13:17	O item G1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 17/06/2025 11:23:17.

Eventos do Grupo G1

Data/Hora	Descrição
10/06/2025 às 10:01:07	Item aberto para lances.
10/06/2025 às 10:01:46	A proposta no valor de R$ 209.160,0000 foi excluída durante a disputa conforme § 4ª, art. 21 da IN SEGES 73/2022.
10/06/2025 às 10:19:30	Item com etapa aberta encerrada.
10/06/2025 às 10:19:30	Início da etapa fechada. Fornecedores convocados apresentaram os lances entre R$ 1.044.000,0000 e R$ 1.125.658,6600.
10/06/2025 às 10:24:31	Item com etapa fechada encerrada.
10/06/2025 às 10:24:31	Item encerrado para lances.
10/06/2025 às 10:40:16	Fornecedor PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 12:41:00 do dia 10/06/2025. Justificativa: Sr. Licitante, com fundamento no item 6.21 do Edital, solicito a proposta ajustada, catálogo dos itens e documentos de habilitação, no prazo máximo de 2 horas, sob pena de desclassificação. De preferência em arquivos zipados ou em pdf únicos, 1 para a proposta e outro para os documentos de habilitaç.
10/06/2025 às 11:39:22	Fornecedor PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01 finalizou o envio de anexo.
17/06/2025 às 11:00:31	Fornecedor PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01 teve a proposta aceita, melhor lance: R$ 950.168,0000. Motivo: Proposta aceita.
17/06/2025 às 11:13:17	Fornecedor PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01 foi habilitado.
17/06/2025 às 11:24:41	Encerramento da sessão 1 de julgamento / habilitação.

Item 1 do Grupo G1 - Microcomputador

Microcomputador Memória Ram: 32GB, Núcleos Por Processador: 5 A 8, Armazenamento Hdd: 2TB., Armazenamento Ssd: Até 2 Tb, Monitor: Sem MonitorPOL, Componentes Adicionais: Com Teclado E Mouse, Sistema Operacional: Proprietário, Garantia On Site: Superior A 36MESES

Quantidade:	16	Valor estimado:	R$ 56.435,7200 (unitário)
Unidade de fornecimento:	Unidade		R$ 902.971,5200 (total)
		Situação:	Aguardando adjudicação
Critério de julgamento:	Menor Preço		

Aceito e Habilitado por CPF ***.965.***-*3 - RODOLFO ALVES SANTOS para PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01, melhor lance: R$ 45.468,0000 (unitário) / R$ 727.488,0000 (total)

Propostas do Item 1

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
59.232.522/0001-61 - 59.232.522 PAULO SOUSA DA SILVA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MA	R$ 52.000,0000 (unitário) R$ 832.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: GOLDENTEC

Modelo/versão: WORKSTATION

Valor proposta: R$ 56.000,0000 (unitário) R$ 896.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16

52.593.051/0001-78 - CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 56.435,0000 (unitário) R$ 902.960,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: Dell

Modelo/versão: Dell

Valor proposta: R$ 56.435,0000 (unitário) R$ 902.960,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16

07.532.965/0001-74 - ENECH ENGENHARIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MA	R$ 56.430,0000 (unitário) R$ 902.880,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: C. E

Modelo/versão: C. E

Valor proposta: R$ 56.430,0000 (unitário) R$ 902.880,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16

17.991.542/0001-76 - FULL TIME EMPREENDIMENTOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 100.000.000.000,0000 (unitário) R$ 1.600.000.000.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: SIMILAR

Modelo/versão: SIMILAR

Valor proposta: R$ 100.000.000.000,0000 (unitário) R$ 1.600.000.000.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16

28.956.477/0002-45 - GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SE	R$ 56.400,0000 (unitário) R$ 902.400,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: Microcomputador

Modelo/versão: Microcomputador

Valor proposta: R$ 56.400,0000 (unitário) R$ 902.400,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
33.506.065/0001-62 - HDN ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MA	R$ 50.000,0000 (unitário) R$ 800.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	DIVERSOS				
Modelo/versão:	DIVERSOS				
Valor proposta:	R$ 56.435,7200 (unitário) R$ 902.971,5200 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	16

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
47.603.710/0002-50 - IBRASILL STORE, MIDIA, EDUCACIONAL E PARTICIPACOES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RJ	R$ 56.000,0000 (unitário) R$ 896.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	Conforme tr				
Modelo/versão:	conforme tr				
Valor proposta:	R$ 56.000,0000 (unitário) R$ 896.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	16

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
13.481.371/0001-84 - PHDS SERVICOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 56.435,0000 (unitário) R$ 902.960,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	GENÉRICO				
Modelo/versão:	GENÉRICO				
Valor proposta:	R$ 56.435,0000 (unitário) R$ 902.960,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	16

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
02.213.325/0005-01 - PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Sim UF endereço: ES	R$ 45.468,0000 (unitário) R$ 727.488,0000 (total)	Fornecedor habilitado

Marca/Fabricante:	DELL				
Modelo/versão:	DELL PRO MAX TOWER T2				
Valor proposta:	R$ 80.000,0000 (unitário) R$ 1.280.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	16

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
47.172.975/0001-60 - RENATO PALLADINO DE FREITAS 41131128869 Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 51.000,0000 (unitário) R$ 816.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	DELL				
Modelo/versão:	Workstation Precision				
Valor proposta:	R$ 56.500,0000 (unitário) R$ 904.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	16

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
37.145.431/0001-56 - RNL TRADE AND FACILITIES ASSETS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 57.959,4844 (unitário) R$ 927.351,7504 (total)	-

Marca/Fabricante: Microcomputador Memória Ram: 32GB, Núcleos Por Pro
Modelo/versão: Microcomputador Memória Ram: 32GB, Núcleos Por Pro
Valor proposta: R$ 57.959,4844 (unitário) R$ 927.351,7504 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16

10.400.702/0001-16 - STERKE TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 11.366,0000 (unitário) R$ 181.856,0000 (total)	Proposta desclassificada

Marca/Fabricante: Dell
Modelo/versão: optiplex
Valor proposta: R$ 11.366,0000 (unitário) R$ 181.856,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16

49.264.057/0001-97 - T. D. A. S. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 56.435,7200 (unitário) R$ 902.971,5200 (total)	-

Marca/Fabricante: Microcomputador
Modelo/versão: Microcomputador Memória Ram: 32GB
Valor proposta: R$ 56.435,7200 (unitário) R$ 902.971,5200 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16

08.619.872/0001-44 - TECZAP COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 55.000,0000 (unitário) R$ 880.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: SUPERMICRO
Modelo/versão: SUPERMICRO
Valor proposta: R$ 500.000,0000 (unitário) R$ 8.000.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16

42.491.006/0001-59 - TGT CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R$ 56.435,7200 (unitário) R$ 902.971,5200 (total)	-

Marca/Fabricante: DELL PRECISION
Modelo/versão: DELL PRECISION
Valor proposta: R$ 56.435,7200 (unitário) R$ 902.971,5200 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
10/06/2025 às 10:08:24	02.213.325/0005-01	R$ 56.400,0000

Data/hora	Participante	Lance
10/06/2025 às 10:11:59	08.619.872/0001-44	R$ 55.000,0000
10/06/2025 às 10:13:42	47.172.975/0001-60	R$ 55.500,0000
10/06/2025 às 10:15:27	59.232.522/0001-61	R$ 54.300,0000
10/06/2025 às 10:15:29	02.213.325/0005-01	R$ 55.000,0000
10/06/2025 às 10:15:43	47.172.975/0001-60	R$ 53.190,0000
10/06/2025 às 10:15:51	33.506.065/0001-62	R$ 55.000,0000
10/06/2025 às 10:16:09	59.232.522/0001-61	R$ 52.000,0000
10/06/2025 às 10:19:10	02.213.325/0005-01	R$ 54.400,0000
10/06/2025 às 10:23:56	33.506.065/0001-62	R$ 50.000,0000
10/06/2025 às 10:24:10	02.213.325/0005-01	R$ 45.468,0000
10/06/2025 às 10:24:19	47.172.975/0001-60	R$ 51.000,0000

Item 2 do Grupo G1 - Microcomputador

Microcomputador Memória Ram: 64GB, Núcleos Por Processador: Superior A 8, Armazenamento Hdd: 2TB., Armazenamento Ssd: Até 2 Tb, Monitor: Sem MonitorPOL, Componentes Adicionais: Com Teclado E Mouse, Sistema Operacional: Proprietário, Garantia On Site: Superior A 36MESES, Gabinete: Torre

Quantidade:	2	Valor estimado:	R$ 111.343,5700 (unitário)
Unidade de fornecimento:	Unidade		R$ 222.687,1400 (total)
		Situação:	Aguardando adjudicação
Critério de julgamento:	Menor Preço		

Aceito e Habilitado por CPF ***.965.***-*3 - RODOLFO ALVES SANTOS para PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01, melhor lance: R$ 111.340,0000 (unitário) / R$ 222.680,0000 (total)

Propostas do Item 2

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
59.232.522/0001-61 - 59.232.522 PAULO SOUSA DA SILVA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MA	R$ 106.000,0000 (unitário) R$ 212.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	GOLDENTEC				
Modelo/versão:	WORKSTATION				
Valor proposta:	R$ 110.000,0000 (unitário) R$ 220.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	2

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
52.593.051/0001-78 - CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 111.340,0000 (unitário) R$ 222.680,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: Dell

Modelo/versão: Dell

Valor proposta: R$ 111.340,0000 (unitário) R$ 222.680,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2

07.532.965/0001-74 - ENECH ENGENHARIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MA	R$ 111.340,0000 (unitário) R$ 222.680,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: C. E

Modelo/versão: C. E

Valor proposta: R$ 111.340,0000 (unitário) R$ 222.680,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2

17.991.542/0001-76 - FULL TIME EMPREENDIMENTOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 100.000.000.000,0000 (unitário) R$ 200.000.000.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: SIMILAR

Modelo/versão: SIMILAR

Valor proposta: R$ 100.000.000.000,0000 (unitário) R$ 200.000.000.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2

28.956.477/0002-45 - GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SE	R$ 111.000,0000 (unitário) R$ 222.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: Microcomputador

Modelo/versão: Microcomputador

Valor proposta: R$ 111.000,0000 (unitário) R$ 222.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2

33.506.065/0001-62 - HDN ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MA	R$ 104.000,0000 (unitário) R$ 208.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: DIVERSOS

Modelo/versão: DIVERSOS

Valor proposta: R$ 111.343,5700 (unitário) R$ 222.687,1400 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
47.603.710/0002-50 - IBRASILL STORE, MIDIA, EDUCACIONAL E PARTICIPACOES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RJ	R$ 111.000,0000 (unitário) R$ 222.000,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: conforme tr Modelo/versão: conforme tr Valor proposta: R$ 111.000,0000 (unitário) R$ 222.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2		
13.481.371/0001-84 - PHDS SERVICOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 111.343,0000 (unitário) R$ 222.686,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: GENÉRICO Modelo/versão: GENÉRICO Valor proposta: R$ 111.343,0000 (unitário) R$ 222.686,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2		
02.213.325/0005-01 - PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Sim UF endereço: ES	R$ 111.340,0000 (unitário) R$ 222.680,0000 (total)	Fornecedor habilitado
Marca/Fabricante: DELL Modelo/versão: PRECISION 5860 Valor proposta: R$ 160.000,0000 (unitário) R$ 320.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2		
47.172.975/0001-60 - RENATO PALLADINO DE FREITAS 41131128869 Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 111.000,0000 (unitário) R$ 222.000,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: DELL Modelo/versão: Workstation Precision Valor proposta: R$ 115.000,0000 (unitário) R$ 230.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2		
37.145.431/0001-56 - RNL TRADE AND FACILITIES ASSETS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 114.004,6813 (unitário) R$ 228.009,3626 (total)	-
Marca/Fabricante: Microcomputador Memória Ram: 64GB, Núcleos Por Pro Modelo/versão: Microcomputador Memória Ram: 64GB, Núcleos Por Pro Valor proposta: R$ 114.004,6813 (unitário) R$ 228.009,3626 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
10.400.702/0001-16 - STERKE TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 13.652,0000 (unitário) R$ 27.304,0000 (total)	Proposta desclassificada
Marca/Fabricante: Dell Modelo/versão: Optiplex Valor proposta: R$ 13.652,0000 (unitário) R$ 27.304,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2		
49.264.057/0001-97 - T. D. A. S. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 111.343,5700 (unitário) R$ 222.687,1400 (total)	-
Marca/Fabricante: Microcomputador Modelo/versão: Microcomputador Memória Ram: 64GB Valor proposta: R$ 111.343,5700 (unitário) R$ 222.687,1400 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2		
08.619.872/0001-44 - TECZAP COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 108.000,0000 (unitário) R$ 216.000,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: SUPERMICRO Modelo/versão: SUPERMICRO Valor proposta: R$ 500.000,0000 (unitário) R$ 1.000.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2		
42.491.006/0001-59 - TGT CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R$ 111.343,5700 (unitário) R$ 222.687,1400 (total)	-
Marca/Fabricante: DELL PRECISION Modelo/versão: DELL PRECISION Valor proposta: R$ 111.343,5700 (unitário) R$ 222.687,1400 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2		

Lances do Item 2

Data/hora	Participante	Lance
10/06/2025 às 10:07:19	02.213.325/0005-01	R$ 111.340,0000
10/06/2025 às 10:13:27	47.172.975/0001-60	R$ 113.000,0000
10/06/2025 às 10:15:01	08.619.872/0001-44	R$ 108.000,0000
10/06/2025 às 10:16:00	59.232.522/0001-61	R$ 106.000,0000
10/06/2025 às 10:16:03	33.506.065/0001-62	R$ 110.000,0000
10/06/2025 às 10:24:08	33.506.065/0001-62	R$ 104.000,0000
10/06/2025 às 10:24:18	47.172.975/0001-60	R$ 111.000,0000

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 925129 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

PREGÃO 90003/2025

Às 12:53 horas do dia 24 de junho do ano de 2025, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, PAULO GONCALVES ARRAIS, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nª 22856/2024, Pregão nª 90003/2025.

Fundamentação legal:	Lei 14.133/2021	Característica:	SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento:	Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa:	Aberto/Fechado
Compra emergencial:	Não	UF da UASG:	MA
Objeto da compra:	Registro de Preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS.		
Entrega de propostas:	De 29/05/2025 às 08:00 até 10/06/2025 às 10:00		
Abertura da sessão pública:	Dia 10/06/2025 às 10:00 (horário de Brasília)		

Mensagens do chat da compra

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	10/06/2025 às 10:00:07	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	10/06/2025 às 10:20:57	Bom dia, Srs. Licitantes! Pregoeiro Rodolfo operando este pregão.
Sistema	10/06/2025 às 10:21:31	Sr. Licitante, dê o seu melhor lance agora, já estamos em encerramento aleatório para o grupo deste pregão.
Sistema	10/06/2025 às 10:25:09	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	10/06/2025 às 10:28:37	Avisamos a todos que não paramos para o almoço e que abriremos esta sessão todos os dias, normalmente as 10h, para atualizar as informações e/ou dar continuidade.
Sistema	10/06/2025 às 10:29:17	Neste momento, iniciaremos a etapa de convocação dos licitantes com os menores preços para o grupo único deste pregão.
Sistema	10/06/2025 às 10:30:13	Esclarecemos a todos os licitantes que a análise deste pregão ocorre da seguinte forma:
Sistema	10/06/2025 às 10:30:48	O pregoeiro faz a negociação, solicita a proposta readequada ao último lance ou ao valor negociado e, após o recebimento, a proposta e a documentação de habilitação são encaminhadas à Unidade Gestora para a análise da conformidade técnica da proposta.
Sistema	10/06/2025 às 10:31:12	Após a emissão de parecer técnico da Unidade Gestora, o pregoeiro faz a sua análise e informa se a proposta e a documentação de habilitação foram aprovadas ou não.
Sistema	10/06/2025 às 10:31:41	Invocando os princípios da celeridade e eficiência, informamos a todos que fica estabelecido que, ao convocarmos um licitante para responder a uma solicitação do pregoeiro, o prazo máximo para resposta será de cinco minutos. Caso não haja resposta no prazo informado, daremos continuidade ao pregão e/ou convocaremos o licitante seguinte.
Sistema	10/06/2025 às 11:45:46	Senhores licitantes, documentação recebida!
Sistema	10/06/2025 às 11:47:11	Encaminharemos a proposta e documentos de habilitação à Unidade Técnica para análise. Sendo assim, retornaremos a este pregão amanhã, dia 11.06.2025, às 10:00h.
Sistema	10/06/2025 às 11:47:35	Tenham todos uma boa tarde!

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	11/06/2025 às 10:00:10	Bom dia Srs. Licitantes!
Sistema	11/06/2025 às 10:01:09	Considerando que a Unidade Técnica ainda não emitiu parecer conclusivo acerca da proposta e documentação encaminhadas, referentes ao Grupo 1, retornaremos a esta sessão amanhã, dia 12/06/2025, às 10:00h.
Sistema	12/06/2025 às 09:49:08	Bom dia Srs. Licitantes!
Sistema	12/06/2025 às 09:49:31	Considerando que a Unidade Técnica ainda não emitiu parecer conclusivo acerca da proposta e documentação encaminhadas, referentes ao Grupo 1, retornaremos a esta sessão amanhã, dia 13/06/2025, às 10:00h.
Sistema	13/06/2025 às 09:58:26	Bom dia Srs. Licitantes!
Sistema	13/06/2025 às 09:59:16	Considerando que a Unidade Técnica ainda não emitiu parecer conclusivo acerca da proposta e documentação encaminhadas, referentes ao Grupo 1, retornaremos a esta sessão na próxima segunda-feira, dia 16/06/2025, às 10:00h.
Sistema	13/06/2025 às 09:59:31	Tenham todos um bom fim de semana!
Sistema	16/06/2025 às 10:01:40	Bom dia Srs. Licitantes!
Sistema	16/06/2025 às 10:02:22	Considerando que a Unidade Técnica ainda não emitiu parecer conclusivo acerca da proposta e documentação encaminhadas, referentes ao Grupo 1, retornaremos a esta sessão amanhã, dia 17/06/2025, às 10:00h.
Sistema	17/06/2025 às 10:02:59	Bom dia Srs. Licitantes!
Sistema	17/06/2025 às 10:06:48	Informo que Unidade Técnica emitiu parecer acerca da proposta e documentos de habilitação enviados pela Licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar.
Sistema	17/06/2025 às 10:07:39	No entanto, haverá necessidade de diligência, conforme item 8.17 do Edital.
Sistema	17/06/2025 às 10:59:31	Srs. Licitantes, após a análise e parecer técnico da Unidade Gestora, consideramos a proposta e documentos de habilitação aprovados para o grupo único deste pregão.
Sistema	17/06/2025 às 10:59:48	Informamos que o parecer da unidade gestora está disponível em nosso portal da transparência, Portal da Transparência Archives - Ministério Público do Estado do Maranhão (mpma.mp.br).

Eventos da compra

Data/Hora	Descrição
10/06/2025 às 10:00:07	Abertura da sessão pública
10/06/2025 às 10:25:09	Início da etapa de julgamento de propostas

Grupo 1

Valor estimado: R$ 1.125.658,6600 (total)

Situação: Adjudicado e Homologado

Adjudicado e Homologado por CPF ***.809.***-*0 - PAULO GONCALVES ARRAIS para PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01, melhor lance: R$ 950.168,0000 (total)

Propostas do Grupo G1

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
59.232.522/0001-61 - 59.232.522 PAULO SOUSA DA SILVA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MA	R$ 1.044.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.116.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
52.593.051/0001-78 - CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 1.125.640,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.125.640,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
07.532.965/0001-74 - ENECH ENGENHARIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MA	R$ 1.125.560,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.125.560,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
17.991.542/0001-76 - FULL TIME EMPREENDIMENTOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 1.800.000.000.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.800.000.000.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
28.956.477/0002-45 - GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SE	R$ 1.124.400,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.124.400,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
33.506.065/0001-62 - HDN ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MA	R$ 1.008.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.125.658,6600 (total) Valor negociado: Não Realizado		
47.603.710/0002-50 - IBRASILL STORE, MIDIA, EDUCACIONAL E PARTICIPACOES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RJ	R$ 1.118.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.118.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
13.481.371/0001-84 - PHDS SERVICOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 1.125.646,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.125.646,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
02.213.325/0005-01 - PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Sim UF endereço: ES	R$ 950.168,0000 (total)	Proposta adjudicada
Valor proposta: R$ 1.600.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
47.172.975/0001-60 - RENATO PALLADINO DE FREITAS 41131128869 Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 1.038.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.134.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
37.145.431/0001-56 - RNL TRADE AND FACILITIES ASSETS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 1.155.361,1130 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.155.361,1130 (total) Valor negociado: Não Realizado		
10.400.702/0001-16 - STERKE TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 209.160,0000 (total)	Proposta desclassificada
Valor proposta: R$ 209.160,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
49.264.057/0001-97 - T. D. A. S. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 1.125.658,6600 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.125.658,6600 (total) Valor negociado: Não Realizado		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
08.619.872/0001-44 - TECZAP COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 1.096.000,0000 (total)	-
Valor proposta: R$ 9.000.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado		
42.491.006/0001-59 - TGT CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R$ 1.125.658,6600 (total)	-
Valor proposta: R$ 1.125.658,6600 (total) Valor negociado: Não Realizado		

Mensagens do chat do Grupo G1

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	10/06/2025 às 10:00:07	A abertura do item G1 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	10/06/2025 às 10:01:07	O item G1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	10/06/2025 às 10:01:46	A proposta no valor de R$ 209.160,0000 para o item G1 foi excluída pelo pregoeiro conforme § 4ª, art. 21 da IN SEGES 73/2022. Caso queira manter sua proposta e eventuais lances, para reingresso à fase de disputa do item, clique em "Reafirmar valor".
Sistema	10/06/2025 às 10:19:30	A etapa fechada foi iniciada para o item G1. Fornecedores convocados poderão enviar um lance único e fechado até às 10:24:30 do dia 10/06/2025. Fornecedores convocados apresentaram os lances entre R$ 1.044.000,0000 e R$ 1.125.658,6600 em conformidade com o art. 24 da IN SEGES 73/2022.
Sistema	10/06/2025 às 10:24:31	A etapa fechada do item G1 foi encerrada. Os seguintes lances foram registrados pelos fornecedores convocados: R$ 1.008.000,0000, R$ 1.038.000,0000 e R$ 950.168,0000.
Sistema	10/06/2025 às 10:24:31	O item G1 está encerrado.
Sistema para o participante 02.213.325/0005-01	10/06/2025 às 10:39:36	Sr. Licitante, com fundamento no item 6.21 do Edital, solicito a proposta ajustada, catálogo dos itens e documentos de habilitação, no prazo máximo de 2 horas, sob pena de desclassificação. De preferência em arquivos zipados ou em pdf únicos, 1 para a proposta e outro para os documentos de habilitação.
Sistema para o participante 02.213.325/0005-01	10/06/2025 às 10:40:16	Sr. Fornecedor PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01, você foi convocado para enviar anexos para o item G1. Prazo para encerrar o envio: 12:41:00 do dia 10/06/2025. Justificativa: Sr. Licitante, com fundamento no item 6.21 do Edital, solicito a proposta ajustada, catálogo dos itens e documentos de habilitação, no prazo máximo de 2 horas, sob pena de desclassificação. De preferência em arquivos zipados ou em pdf únicos, 1 para a proposta e outro para os documentos de habilitaç.
Pelo participante 02.213.325/0005-01	10/06/2025 às 10:41:52	Entendido Sr. Pregoeir. Estamos ajustando a proposta comercial. Enviaremos todo o material solicitado dentro do prazo estabelecido.
Pelo participante 02.213.325/0005-01	10/06/2025 às 11:39:22	O item G1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 11:39:22 de 10/06/2025. 3 anexos foram enviados pelo fornecedor PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01.
Pelo participante 02.213.325/0005-01	17/06/2025 às 10:11:57	Ciente.
Sistema	17/06/2025 às 11:00:31	O item G1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 17/06/2025 11:10:31.

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	17/06/2025 às 11:13:17	O item G1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 17/06/2025 11:23:17.

Eventos do Grupo G1

Data/Hora	Descrição
10/06/2025 às 10:40:16	Fornecedor PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01 convocado para o envio de anexo. Prazo para encerrar o envio: 12:41:00 do dia 10/06/2025. Justificativa: Sr. Licitante, com fundamento no item 6.21 do Edital, solicito a proposta ajustada, catálogo dos itens e documentos de habilitação, no prazo máximo de 2 horas, sob pena de desclassificação. De preferência em arquivos zipados ou em pdf únicos, 1 para a proposta e outro para os documentos de habilitaç.
10/06/2025 às 11:39:22	Fornecedor PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01 finalizou o envio de anexo.
24/06/2025 às 12:47:18	Fornecedor PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R$ 950.168,0000.
24/06/2025 às 12:53:18	Item homologado.

Item 1 do Grupo G1 - Microcomputador

Microcomputador Memória Ram: 32GB, Núcleos Por Processador: 5 A 8, Armazenamento Hdd: 2TB., Armazenamento Ssd: Até 2 Tb, Monitor: Sem MonitorPOL, Componentes Adicionais: Com Teclado E Mouse, Sistema Operacional: Proprietário, Garantia On Site: Superior A 36MESES

Quantidade:	16	Valor estimado:	R$ 56.435,7200 (unitário)
Unidade de fornecimento:	Unidade		R$ 902.971,5200 (total)
		Situação:	Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento:	Menor Preço		

Adjudicado e Homologado por CPF ***.809.***-*0 - PAULO GONCALVES ARRAIS para PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01, melhor lance: R$ 45.468,0000 (unitário) / R$ 727.488,0000 (total)

Propostas do Item 1

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
59.232.522/0001-61 - 59.232.522 PAULO SOUSA DA SILVA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MA	R$ 52.000,0000 (unitário) R$ 832.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	GOLDENTEC				
Modelo/versão:	WORKSTATION				
Valor proposta:	R$ 56.000,0000 (unitário) R$ 896.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	16

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
52.593.051/0001-78 - CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 56.435,0000 (unitário) R$ 902.960,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: Dell

Modelo/versão: Dell

Valor proposta: R$ 56.435,0000 (unitário) R$ 902.960,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16

07.532.965/0001-74 - ENECH ENGENHARIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MA	R$ 56.430,0000 (unitário) R$ 902.880,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: C. E

Modelo/versão: C. E

Valor proposta: R$ 56.430,0000 (unitário) R$ 902.880,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16

17.991.542/0001-76 - FULL TIME EMPREENDIMENTOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 100.000.000.000,0000 (unitário) R$ 1.600.000.000.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: SIMILAR

Modelo/versão: SIMILAR

Valor proposta: R$ 100.000.000.000,0000 (unitário) R$ 1.600.000.000.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16

28.956.477/0002-45 - GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SE	R$ 56.400,0000 (unitário) R$ 902.400,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: Microcomputador

Modelo/versão: Microcomputador

Valor proposta: R$ 56.400,0000 (unitário) R$ 902.400,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16

33.506.065/0001-62 - HDN ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MA	R$ 50.000,0000 (unitário) R$ 800.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: DIVERSOS

Modelo/versão: DIVERSOS

Valor proposta: R$ 56.435,7200 (unitário) R$ 902.971,5200 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
47.603.710/0002-50 - IBRASILL STORE, MIDIA, EDUCACIONAL E PARTICIPACOES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RJ	R$ 56.000,0000 (unitário) R$ 896.000,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: Conforme tr Modelo/versão: conforme tr Valor proposta: R$ 56.000,0000 (unitário) R$ 896.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16		
13.481.371/0001-84 - PHDS SERVICOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 56.435,0000 (unitário) R$ 902.960,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: GENÉRICO Modelo/versão: GENÉRICO Valor proposta: R$ 56.435,0000 (unitário) R$ 902.960,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16		
02.213.325/0005-01 - PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Sim UF endereço: ES	R$ 45.468,0000 (unitário) R$ 727.488,0000 (total)	Proposta adjudicada
Marca/Fabricante: DELL Modelo/versão: DELL PRO MAX TOWER T2 Valor proposta: R$ 80.000,0000 (unitário) R$ 1.280.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16		
47.172.975/0001-60 - RENATO PALLADINO DE FREITAS 41131128869 Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 51.000,0000 (unitário) R$ 816.000,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: DELL Modelo/versão: Workstation Precision Valor proposta: R$ 56.500,0000 (unitário) R$ 904.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16		
37.145.431/0001-56 - RNL TRADE AND FACILITIES ASSETS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 57.959,4844 (unitário) R$ 927.351,7504 (total)	-
Marca/Fabricante: Microcomputador Memória Ram: 32GB, Núcleos Por Pro Modelo/versão: Microcomputador Memória Ram: 32GB, Núcleos Por Pro Valor proposta: R$ 57.959,4844 (unitário) R$ 927.351,7504 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16		

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
10.400.702/0001-16 - STERKE TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 11.366,0000 (unitário) R$ 181.856,0000 (total)	Proposta desclassificada
Marca/Fabricante: Dell Modelo/versão: optiplex Valor proposta: R$ 11.366,0000 (unitário) R$ 181.856,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16		
49.264.057/0001-97 - T. D. A. S. Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 56.435,7200 (unitário) R$ 902.971,5200 (total)	-
Marca/Fabricante: Microcomputador Modelo/versão: Microcomputador Memória Ram: 32GB Valor proposta: R$ 56.435,7200 (unitário) R$ 902.971,5200 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16		
08.619.872/0001-44 - TECZAP COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 55.000,0000 (unitário) R$ 880.000,0000 (total)	-
Marca/Fabricante: SUPERMICRO Modelo/versão: SUPERMICRO Valor proposta: R$ 500.000,0000 (unitário) R$ 8.000.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16		
42.491.006/0001-59 - TGT CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA Beneficio Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R$ 56.435,7200 (unitário) R$ 902.971,5200 (total)	-
Marca/Fabricante: DELL PRECISION Modelo/versão: DELL PRECISION Valor proposta: R$ 56.435,7200 (unitário) R$ 902.971,5200 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 16		

Lances do Item 1

Data/hora	Participante	Lance
10/06/2025 às 10:08:24	02.213.325/0005-01	R$ 56.400,0000
10/06/2025 às 10:11:59	08.619.872/0001-44	R$ 55.000,0000
10/06/2025 às 10:13:42	47.172.975/0001-60	R$ 55.500,0000
10/06/2025 às 10:15:27	59.232.522/0001-61	R$ 54.300,0000
10/06/2025 às 10:15:29	02.213.325/0005-01	R$ 55.000,0000
10/06/2025 às 10:15:43	47.172.975/0001-60	R$ 53.190,0000
10/06/2025 às 10:15:51	33.506.065/0001-62	R$ 55.000,0000

Data/hora	Participante	Lance
10/06/2025 às 10:16:09	59.232.522/0001-61	R$ 52.000,0000
10/06/2025 às 10:19:10	02.213.325/0005-01	R$ 54.400,0000
10/06/2025 às 10:23:56	33.506.065/0001-62	R$ 50.000,0000
10/06/2025 às 10:24:10	02.213.325/0005-01	R$ 45.468,0000
10/06/2025 às 10:24:19	47.172.975/0001-60	R$ 51.000,0000

Item 2 do Grupo G1 - Microcomputador

Microcomputador Memória Ram: 64GB, Núcleos Por Processador: Superior A 8, Armazenamento Hdd: 2TB., Armazenamento Ssd: Até 2 Tb, Monitor: Sem MonitorPOL, Componentes Adicionais: Com Teclado E Mouse, Sistema Operacional: Proprietário, Garantia On Site: Superior A 36MESES, Gabinete: Torre

Quantidade:	2	Valor estimado:	R$ 111.343,5700 (unitário)
Unidade de fornecimento:	Unidade		R$ 222.687,1400 (total)
		Situação:	Adjudicado e Homologado
Critério de julgamento:	Menor Preço		

Adjudicado e Homologado por CPF ***.809.***-*0 - PAULO GONCALVES ARRAIS para PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01, melhor lance: R$ 111.340,0000 (unitário) / R$ 222.680,0000 (total)

Propostas do Item 2

Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3ª da Lei Complementar nª 123, de 14 de dezembro de 2006
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nª 14.133/2021 e no Decreto nª 12.304/2024

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
59.232.522/0001-61 - 59.232.522 PAULO SOUSA DA SILVA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MA	R$ 106.000,0000 (unitário) R$ 212.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	GOLDENTEC				
Modelo/versão:	WORKSTATION				
Valor proposta:	R$ 110.000,0000 (unitário) R$ 220.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	2

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
52.593.051/0001-78 - CENTERDATA COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA E SERVICOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 111.340,0000 (unitário) R$ 222.680,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	Dell				
Modelo/versão:	Dell				
Valor proposta:	R$ 111.340,0000 (unitário) R$ 222.680,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada:	2

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
07.532.965/0001-74 - ENECH ENGENHARIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MA	R$ 111.340,0000 (unitário) R$ 222.680,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: C. E

Modelo/versão: C. E

Valor proposta: R$ 111.340,0000 (unitário) R$ 222.680,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
17.991.542/0001-76 - FULL TIME EMPREENDIMENTOS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 100.000.000.000,0000 (unitário) R$ 200.000.000.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: SIMILAR

Modelo/versão: SIMILAR

Valor proposta: R$ 100.000.000.000,0000 (unitário) R$ 200.000.000.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
28.956.477/0002-45 - GHF TECNOLOGIA E COMUNICACAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SE	R$ 111.000,0000 (unitário) R$ 222.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: Microcomputador

Modelo/versão: Microcomputador

Valor proposta: R$ 111.000,0000 (unitário) R$ 222.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
33.506.065/0001-62 - HDN ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MA	R$ 104.000,0000 (unitário) R$ 208.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: DIVERSOS

Modelo/versão: DIVERSOS

Valor proposta: R$ 111.343,5700 (unitário) R$ 222.687,1400 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
47.603.710/0002-50 - IBRASILL STORE, MIDIA, EDUCACIONAL E PARTICIPACOES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: RJ	R$ 111.000,0000 (unitário) R$ 222.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: conforme tr

Modelo/versão: conforme tr

Valor proposta: R$ 111.000,0000 (unitário) R$ 222.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
13.481.371/0001-84 - PHDS SERVICOS DE INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 111.343,0000 (unitário) R$ 222.686,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	GENÉRICO			
Modelo/versão:	GENÉRICO			
Valor proposta:	R$ 111.343,0000 (unitário) R$ 222.686,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada: 2

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
02.213.325/0005-01 - PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. Benefício Me/Epp: Não Programa de integridade: Sim UF endereço: ES	R$ 111.340,0000 (unitário) R$ 222.680,0000 (total)	Proposta adjudicada

Marca/Fabricante:	DELL			
Modelo/versão:	PRECISION 5860			
Valor proposta:	R$ 160.000,0000 (unitário) R$ 320.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada: 2

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
47.172.975/0001-60 - RENATO PALLADINO DE FREITAS 41131128869 Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 111.000,0000 (unitário) R$ 222.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante:	DELL			
Modelo/versão:	Workstation Precision			
Valor proposta:	R$ 115.000,0000 (unitário) R$ 230.000,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada: 2

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
37.145.431/0001-56 - RNL TRADE AND FACILITIES ASSETS LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 114.004,6813 (unitário) R$ 228.009,3626 (total)	-

Marca/Fabricante:	Microcomputador Memória Ram: 64GB, Núcleos Por Pro			
Modelo/versão:	Microcomputador Memória Ram: 64GB, Núcleos Por Pro			
Valor proposta:	R$ 114.004,6813 (unitário) R$ 228.009,3626 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada: 2

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
10.400.702/0001-16 - STERKE TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: SP	R$ 13.652,0000 (unitário) R$ 27.304,0000 (total)	Proposta desclassificada

Marca/Fabricante:	Dell			
Modelo/versão:	Optiplex			
Valor proposta:	R$ 13.652,0000 (unitário) R$ 27.304,0000 (total)	Valor negociado:	Não Realizado	Quantidade ofertada: 2

Fornecedor	Valor ofertado	Situação
49.264.057/0001-97 - T. D. A. S. Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: DF	R$ 111.343,5700 (unitário) R$ 222.687,1400 (total)	-

Marca/Fabricante: Microcomputador
Modelo/versão: Microcomputador Memória Ram: 64GB
Valor proposta: R$ 111.343,5700 (unitário) R$ 222.687,1400 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2

08.619.872/0001-44 - TECZAP COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Não UF endereço: MG	R$ 108.000,0000 (unitário) R$ 216.000,0000 (total)	-

Marca/Fabricante: SUPERMICRO
Modelo/versão: SUPERMICRO
Valor proposta: R$ 500.000,0000 (unitário) R$ 1.000.000,0000 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2

42.491.006/0001-59 - TGT CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA Benefício Me/Epp: Sim Programa de integridade: Sim UF endereço: MG	R$ 111.343,5700 (unitário) R$ 222.687,1400 (total)	-

Marca/Fabricante: DELL PRECISION
Modelo/versão: DELL PRECISION
Valor proposta: R$ 111.343,5700 (unitário) R$ 222.687,1400 (total) Valor negociado: Não Realizado Quantidade ofertada: 2

Lances do Item 2

Data/hora	Participante	Lance
10/06/2025 às 10:07:19	02.213.325/0005-01	R$ 111.340,0000
10/06/2025 às 10:13:27	47.172.975/0001-60	R$ 113.000,0000
10/06/2025 às 10:15:01	08.619.872/0001-44	R$ 108.000,0000
10/06/2025 às 10:16:00	59.232.522/0001-61	R$ 106.000,0000
10/06/2025 às 10:16:03	33.506.065/0001-62	R$ 110.000,0000
10/06/2025 às 10:24:08	33.506.065/0001-62	R$ 104.000,0000
10/06/2025 às 10:24:18	47.172.975/0001-60	R$ 111.000,0000

Fase Recursal do Item/Grupo *

* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.

Sessão 1

Prazos:

Intenção de recurso no julgamento:	17/06/2025 11:10:31
Intenção de recurso na habilitação:	17/06/2025 11:23:17

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA

RELATÓRIO DE DILIGÊNCIAS

UASG 925129 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

PREGÃO 90003/2025

Grupo 1

Diligência

Data início	Data encerramento	Situação	Solicitante
17/06/2025 às 10:11:24	17/06/2025 às 10:53:25	Encerrada	***.965.***-*3 - RODOLFO ALVES SANTOS

Fornecedor

02.213.325/0005-01 - PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.

Motivo

Sr. Licitante, convoco-o para o encaminhamento do documento “Declaração de Inexistência de Parentesco”, nos termos do item 8.3.6 do Edital, indicado no modelo constante do Anexo II do documento editalício.

Análise

Convocado via diligência a apresentar “Declaração de Inexistência de Parentesco”, nos termos do item 8.3.6 do Edital, o Licitante PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ nª 02.213.325/0005-01, encaminhou dentro do prazo o referido documento.

Conclusão

A “Declaração de Inexistência de Parentesco” encaminhada dentro do prazo pelo Licitante PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ nª 02.213.325/0005-01, atende à previsão editalícia, inserta no item 8.3.6 do mencionado instrumento.

Anexos do fornecedor

Data/Hora	Anexos
17/06/2025 às 10:31:40	Resposta diligencia MPMA.pdf

Mensagens

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 02.213.325/0005-01	17/06/2025 às 10:11:24	Sr. Fornecedor PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01, uma nova diligência foi aberta para o item G1.
Sistema para o participante 02.213.325/0005-01	17/06/2025 às 10:16:51	Sr. Fornecedor PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01, você foi convocado para enviar anexos para o item G1, em sede de diligência. Prazo para encerrar o envio: 12:17:00 do dia 17/06/2025. Justificativa: Encaminhamento do documento “Declaração de Inexistência de Parentesco”, nos termos do item 8.3.6 do Edital, indicado no modelo constante do Anexo II do documento editalício..
Pelo participante 02.213.325/0005-01	17/06/2025 às 10:35:21	O item G1 teve a convocação para envio de anexos, em sede de diligência, encerrada às 10:35:21 de 17/06/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01.
Sistema para o participante 02.213.325/0005-01	17/06/2025 às 10:53:25	O item G1 teve a diligência do fornecedor PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01, analisada e concluída às 10:53:25 de 17/06/2025.

Eventos

Data/Hora	Descrição
17/06/2025 às 10:11:24	Diligência cadastrada.
17/06/2025 às 10:16:51	Fornecedor PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01 convocado para envio de anexo(s), em sede de diligência. Prazo para encerrar o envio: 12:17:00 do dia 17/06/2025. Justificativa: Encaminhamento do documento “Declaração de Inexistência de Parentesco”, nos termos do item 8.3.6 do Edital, indicado no modelo constante do Anexo II do documento editalício.
17/06/2025 às 10:35:21	Convocação do fornecedor PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01 para envio de anexo(s), em sede de diligência, finalizada pelo fornecedor.
17/06/2025 às 10:53:25	Fornecedor PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA., CNPJ 02.213.325/0005-01 teve a diligência para o item analisada e concluída às 10:53:25 de 17/06/2025.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

TERMOS DE JULGAMENTO_HABILITAÇÃO_HOMOLOGAÇÃO_DILIGÊNCIAS

(*) Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA** em **17 de Junho de 2025 às 09:43 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-CPL-162025, **Código de Validação**: ECDC8E1593.

PTC-CPL - 162025
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: ECDC8E1593

1. INTRODUÇÃO

Trata o presente de análise da matéria **essencialmente contábil**, a partir da documentação de habilitação (qualificação econômico-financeira) cadastrada no sistema *compras.gov.br*, pela empresa licitante **PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 02.213.325/0001-88, na presente licitação, cujo objeto é a formação de Registros de Preços visando a aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital do Pregão nº 90003/2025 e seus anexos.

2. DO EDITAL DO PREGÃO Nº 90003/2025

Determina o Edital, através do item 8.5 e seguintes, a necessidade de ser realizada análise econômico-financeira dos licitantes, tendo por objetivo verificar a situação econômica do licitante e sua capacidade cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato:

> **8.5 Qualificação Econômico-Financeira:**
>
> (...)
>
> 8.5.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II) ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;
>
> 8.5.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
>
> 8.5.3.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
>
> 8.5.3.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

(*) Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA** em **17 de Junho de 2025 às 09:43 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-CPL-162025, **Código de Validação**: ECDC8E1593.

8.5.3.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.5.3.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.5.4 Apresentar Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação;

8.5.4.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.5.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

(...)

8.11 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Isto posto, e conforme solicitação do Pregoeiro responsável pela condução do certame, a seguir será apresentada a análise da qualificação econômico-financeira e documentos por ela abrangidos, conforme o estabelecido no Edital, encaminhados pela empresa licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar para fornecimento do objeto, tomando por base as Normas Brasileiras de Contabilidade, especialmente a NBC TG 26 (R5) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

3. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1. PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

a. A empresa apresentou a Certidão Negativa de Falência **válida**, conforme o item **8.5.2 do Edital**;

b. Em atendimento aos **itens 8.5.3 e 8.5.3.4 do Edital**, a empresa encaminhou o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício, referentes aos exercícios 2023 e 2024 (gerados pelo sistema público de escrituração digital - SPED), e para fins de análise dos índices de Liquidez utilizaremos por base o exercício **2024**, cujos valores estão apresentados no quadro-resumo abaixo:

(*) Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA** em **17 de Junho de 2025 às 09:43 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-CPL-162025, **Código de Validação**: ECDC8E1593.

BALANÇO PATRIMONIAL DE 2023	
Ativo Circulante	**R$ 29.696.640,17**
Realizável a Longo Prazo	**R$ 50.526,24**
Passivo Circulante	**R$ 4.366.398,36**
Passivo Não Circulante	**R$ 0,00**
Ativo Total	**R$ 31.019.087,58**
Patrimônio Líquido	**R$ 26.652.689,22**

A partir dos valores apresentados, obtivemos os seguintes resultados para os indicadores de liquidez apresentados a seguir:

- Liquidez Geral (LG) = **6,81**: significa que, para cada R$ 1,00 de dívida total, a empresa tem R$ 6,81 em ativos circulantes e ativos realizáveis a longo prazo;

- Liquidez Corrente (LC) = **6,80:** significa que, para cada R$ 1,00 de dívida de curto prazo, a empresa tem R$ 6,80 em ativos de curto prazo (Ex.: como caixa, contas Bancárias); e

- Solvência Geral (SG) = **7,10**: significa que, para cada R$ 1,00 de dívida total, a empresa tem R$ 7,10 em ativos totais. A Solvência Geral mostra a capacidade da empresa de pagar todas as suas dívidas com todos os seus ativos.

Verifica-se que a empresa em comento apresenta índices de Liquidez **superiores** a 1(um), em conformidade com o **item 8.5.3.1 do Edital**. Os índices estão atestados mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, conforme o **item 8.5.5 do Edital**.

c. **Item 8.5.4 do Edital**: O patrimônio líquido da empresa evidenciado no Balanço Patrimonial/2024 é **superior** a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação:

PATRIMÔNIO LÍQUIDO > 10%	
Valor estimado global da Contratação	**R$ 1.125.658,66**
Patrimônio Líquido	**R$ 26.652.689,22**
10% do Valor estimado da Contratação corresponde a:	**R$ 112.565,87**

(*) Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA** em **17 de Junho de 2025 às 09:43 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-CPL-162025, **Código de Validação**: ECDC8E1593.

4. CONCLUSÃO

Diante do exposto, verifica-se que a empresa **PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 02.213.325/0001-88, provisoriamente classificada em primeiro lugar no Pregão Eletrônico em questão, **apresentou os documentos exigidos para qualificação econômico-financeira**. Seus índices de liquidez, calculados com base no Balanço Patrimonial de 2024 estão superiores a 1 (um), e seu patrimônio líquido é superior a 10% do Valor global estimado para a Licitação. Dessa forma, a empresa cumpre os critérios de qualificação econômico-financeira.

Além disso, no que diz respeito ao item 8.11 do Edital, a empresa é **desobrigada** a reservar percentual de seus cargos para pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados pela Previdência Social, tendo em vista o não enquadramento na hipótese legal prevista no art. 93, caput, da Lei nº 8.213 de 1991, conforme Certidão anexada aos autos.

Marcos Antonio Lima de Oliveira
Contador – CRC/MA nº 15105
Membro da CPL – Mat. 1075867

assinado eletronicamente em 17/06/2025 às 09:43 h (*)
MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
MEMBRO CPL

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: PTC-CPL - 162025

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

CERTIDÃO

EMPREGADOR: PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.
CNPJ: 02.213.325/0001-88
CERTIDÃO EMITIDA em 17/06/2025, às 09:36:29

Conforme os registros administrativos do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), certifica-se que o empregador acima identificado estava, em *11/06/2025,* **DESOBRIGADO** a reservar percentual de seus cargos para pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados pela Previdência Social, tendo em vista o não enquadramento na hipótese legal prevista no art. 93, caput, da Lei nº 8.213 de 1991.

1. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab/verificar com o código de verificação gZmwzW1v7XGmRGe.
2. Esta certidão reflete tão somente os dados constantes dos registros administrativos do eSocial. Esses dados são declarados pelo próprio empregador, não havendo validação por parte da Secretaria de Inspeção do Trabalho.
3. Os dados das certidões são atualizados diariamente. A presente certidão reflete a situação do empregador em *11/06/2025.* Em regra, o intervalo entre a data da situação do empregador e a data da emissão da certidão é de 3 (três) dias, podendo este prazo aumentar em razão de atraso no processamento dos dados.
4. Eventuais retificações nos dados enviadas após *11/06/2025* podem não se refletir nesta certidão.
5. Esta certidão não abrange autos de infração, termos de compromisso e decisões judiciais relativos à obrigação de preencher vagas com pessoas com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social, conforme art. 93 da Lei nº 8.213 de 1991.
6. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
7. O cálculo da cota e aferição de seu preenchimento são realizados conforme definido no Art. 4º da Portaria MTE nº 547 de 11 de abril de 2025. Para o cálculo da cota são excluídos da base de cálculo os aprendizes contratados e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez). O resultado fracionado terá seu arredondamento para o número inteiro superior. Não são contabilizados para o preenchimento da cota aqueles empregados com deficiência ou beneficiários reabilitados da Previdência Social contratados na modalidade de aprendiz, de contrato intermitente e os afastados por aposentadoria por incapacidade permanente (aposentadoria por invalidez).

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

CERTIDAO-COTA PCD_PLUGNET

(*) Documento assinado eletronicamente por **RONALD SILVA PEREIRA** em **16 de Junho de 2025 às 13:19 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-LABLD-102025, **Código de Validação**: 8A1A007432.

LAB-LD

DESPACHO-LABLD - 102025
Código de validação: 8A1A007432

São Luís-MA(data da ssinatura eletronica)

Assunto: PA 228562024: Edital Pregão Eletrônico nº 90003/2025 – Habilitação Técnica
Interessado: CPL\PGJ

À Comissão Permanente de Licitação.

Em atendimento ao DESPACHO-CPL– 4542025, relativo ao Processo nº 22856/2024, encaminhado para esta unidade LAB-LD, a proposta enviada pela empresa licitante PLUGNET COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA, de CNPJ 02.213.325/0005-01, a mesma apresentou *Atestado de Capacidade Técnica,* conforme solicitado no Termo de Referência, estando a mesma esta habilitada para o referido Pregão Eletrônico.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 16/06/2025 às 13:19 h (*)

RONALD SILVA PEREIRA
ASSESSOR TÉCNICO II

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

ANEXO DE MOVIMENTACAO : DESPACHO-LABLD102025_QUALIFICACO TECNICA

(*) Documento assinado eletronicamente por **RONALD SILVA PEREIRA** em **13 de Junho de 2025 às 12:11 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-LABLD-92025, **Código de Validação**: 7E21572E1A.

Ministério Público do Estado do Maranhão

LAB-LD

DESPACHO-LABLD - 92025
Código de validação: 7E21572E1A

Assunto: **PA 228562024: Edital Pregão Eletrônico nº 90003/2025**
Interessado: **CPL\PGJ**

À Comissão Permanente de Licitação.

Em atendimento ao DESPACHO-CPL– 4542025, relativo ao Processo nº **22856/2024**, encaminhado para esta unidade LAB-LD, a proposta enviada pela empresa licitante PLUGNET COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA, de CNPJ 02.213.325/0005-01, está em consonância com o Termo de Referência, manifesto-me a favor referente ao Pregão em epígrafe.

ITEM/GRUP0	Equipamento		Atente / Não Atende
ITEM ÚNICO	**WORKSTATION TIPO I**	Processador	
	O referido Processador oferecido pela empresa é superior e tem performance maior ao que foi solicitado no termo de referência, segue o modelo do processador ofertado pela empresa. WORKSTATION TIPO I Fabricante: DELL Marca: DELL Modelo: PRO MAX TOWER T2	INTEL ULTRA 9 285K	Atende
	WORKSTATION TIPO II		
	O modelo oferecido pela empresa atende o termo de referência. WORKSTATION TIPO II Fabricante: DELL Marca: DELL Modelo: PRECISION 5860	INTEL W7-2495X	Atende

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 13/06/2025 às 12:11 h (*)

RONALD SILVA PEREIRA
ASSESSOR TÉCNICO II

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

ANEXO DE MOVIMENTACAO : DESPACHO LABLD-92025

(*) Documento assinado eletronicamente por **RODOLFO ALVES SANTOS** em **10 de Junho de 2025 às 14:26 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CPL-4542025, **Código de Validação**: 17EF81177C.

MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão

Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO-CPL - 4542025
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: 17EF81177C

Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO

Referência: Pregão 90003/2025 – Workstations

Senhor Coordenador,

Encaminho a Vossa Senhoria o processo administrativo **nº 22856/2024**, para análise por este conceituado setor, na maior brevidade possível, da proposta abaixo descrita, referente ao Pregão em epígrafe.

ITEM/GRUPO	LICITANTE	VALOR TOTAL
ITEM ÚNICO	PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. (CNPJ sob nº 02.213.325/0005-01)	R$ 950.168,00

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 10/06/2025 às 14:26 h (*)

RODOLFO ALVES SANTOS
ANALISTA MINISTERIAL
FUNÇÃO DE CONFIANÇA - PREGOEIRO

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1645 e-mail: cpl@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 4542025

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**02.213.325/0005-01**
Razão Social:	**PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.**
Nome Fantasia:	**PLUGNET INFORMATICA**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **18/06/2025**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Demais**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**16/11/2025**	**Automática**
FGTS		Validade:	**19/06/2025**	**Automática**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**30/11/2025**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**01/09/2025**
Receita Municipal	Validade:	**26/06/2025**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2026**

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

CPF: 376.XXX.XXX-34 Nome: BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES

Ass: _____

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.213.325/0005-01

Razão Social: PLUGNET COM E REPRESENTACOES LTDA

Endereço: ROD GOVERNADOR MARIO COVAS SN KM 279 SALA 89 / JACUHY / SERRA / ES / 29161-230

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:21/05/2025 a 19/06/2025

Certificação Número: 2025052101130618599827

Informação obtida em 22/05/2025 16:36:50

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.
CNPJ: 02.213.325/0001-88

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:45:49 do dia 11/03/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 07/09/2025.
Código de controle da certidão: **6D4C.6300.4121.2687**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual - MOD. 2

Certidão Nº 20250000807050

Identificação do Requerente: CNPJ N° 02.213.325/0005-01

Certificamos que, até a presente data, não existe débito contra o portador do Cadastro de Pessoa Jurídica acima especificado, ficando ressalvada à Fazenda Pública Estadual o direito de cobrar quaisquer dívidas que venham a ser apuradas.

Certidão emitida via Sistema Eletrônico de Processamento de Dados, nos termos do Regulamento do ICMS/ES, aprovado pelo Decreto nº 1.090-R, de 25 de outubro de 2002.

Certidão emitida em **03/06/2025**, válida até **01/09/2025**.

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada via internet por meio do endereço **www.sefaz.es.gov.br** ou em qualquer Agência da Receita Estadual.

Vitória, 03/06/2025.

Autenticação eletrônica: **0017.643D.2EB0.88A3**

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
Secretaria Municipal da Fazenda

CEP: 29176-439 - RUA MAESTRO ANTONIO CICERO, N° 111 CACAROCA Serra ES

Certidão Negativa de Débitos

N° da Certidão: 12004742/2025 **Data Geração:23/05/2025** **Data Validade:23/07/2025**

CERTIFICAMOS, que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal, ressalvando o direito do município de cobrar quaisquer débitos que vierem a ser conhecidos e apurados após a expedição.

Essa certidão com base no art. 178 da Lei 3833, de 29 de dezembro de 2011, Código Tributário Municipal (CTM).

Identificação

CRC	**8462600 Crc Original: 8462600 Situação: Ativo**
Razão Social/Nome	**PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.**
CNPJ / CPF	**02.213.325/0005-01**
Inscrição Estadual/RG	**083778284**
Endereço	**29161-230 - RODOVIA GOVERNADOR MARIO COVAS, KM 279;SALA 89;**
Bairro	**JACUHY Cidade SERRA Estado ES**

Serra, Sexta-feira, 23 de Maio de 2025

N° da Certidão: 12004742/2025

Inscrição: 8462600

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet:
http://www.serra.es.gov.br/

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda **INVALIDARÁ** este documento.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
R. Des. Homero Mafra, 60 Enseada do Suá, Vitória - ES | CEP: 29.050-275 | Tel: (27) 3334-2000.

CERTIDÃO NEGATIVA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
NATUREZA DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL (FALÊNCIA E CONCORDATA)

Dados da Certidão

Razão Social: PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

CNPJ:	02.213.325/0005-01		
Data de Expedição:	03/06/2025 09:49:54	**Validade:**	30 DIAS
N° da Certidão:	**** 2024677459 ****		
-- ENDEREÇO --			
Município:	*- NÃO INFORMADO -*	**Bairro:**	*- NÃO INFORMADO -*
Logradouro:	*- NÃO INFORMADO -*	**Número:**	*- NÃO INFORMADO -*
Complemento:	*- NÃO INFORMADO -*	**CEP:**	*- NÃO INFORMADO -*
-- CONTATO --			
Email:	*- NÃO INFORMADO -*	**Telefone Fixo:**	*- NÃO INFORMADO -*
		Telefone Celular:	*- NÃO INFORMADO -*

CERTIFICA que, consultando a base de dados do Sistema de Gerenciamento de Processos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (E-Jud, SIEP, PROJUDI e PJe) até a presente data e hora, **NADA CONSTA** contra o solicitante .

Observações

a. Certidão expedida gratuitamente através da Internet;
b. Os dados do(a) solicitante acima informados são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
c. O prazo de validade desta certidão é de 30 (trinta) dias, contados da data da expedição, conforme disposto no art. 467 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
d. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - www.tjes.jus.br -, utilizando o número da certidão acima identificado;
e. Em relação as comarcas da entrância especial (Vitória/Vila Velha/Cariacica/Serra/Viana), as ações de: execução fiscal estadual, falência e recuperação judicial, e auditoria militar, tramitam, apenas, no juízo de Vitória;
f. As ações de natureza cível abrangem inclusive aquelas que tramitam nas varas de Órfãos e Sucessões (Tutela, Curatela, Interdição,...), Juizado Especial Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública, Execução Fiscal e Execução Patrimonial (observado o item **e**);
g. As ações de natureza criminal abrangem, dentre outras: as de auditoria militar e de juizados especiais criminais;
h. As matérias atinentes as varas de família e infância e juventude são objeto de certidão específica;
i. A base de dados do sistema de gerenciamento processual (1ª INSTÂNCIA: eJUD, SIEP, PROJUDI, PJe-1G; 2ª INSTÂNCIA: Sistema de Segunda Instância, PJe-2G) contém o registro de todos os processos distribuídos no Judiciário do Estado do Espírito Santo, com exceção do SEEU;
j. A certidão negativa referente ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU deverá ser requerida ao Cartório do Ofício de Distribuidor da Comarca, conforme Ato Normativo Conjunto n°. 009/2021.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
R. Des. Homero Mafra, 60 Enseada do Suá, Vitória - ES | CEP: 29.050-275 | Tel: (27) 3334-2000.

CERTIDÃO NEGATIVA DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
NATUREZA CÍVEL

Dados da Certidão

Razão Social: PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

CNPJ:	02.213.325/0005-01		
Data de Expedição:	03/06/2025 09:51:51	**Validade:**	30 DIAS
N° da Certidão:	**** 2024677468 ****		
-- ENDEREÇO --			
Município:	*- NÃO INFORMADO -*	**Bairro:**	*- NÃO INFORMADO -*
Logradouro:	*- NÃO INFORMADO -*	**Número:**	*- NÃO INFORMADO -*
Complemento:	*- NÃO INFORMADO -*	**CEP:**	*- NÃO INFORMADO -*
-- CONTATO --			
Email:	*- NÃO INFORMADO -*	**Telefone Fixo:**	*- NÃO INFORMADO -*
		Telefone Celular:	*- NÃO INFORMADO -*

CERTIFICA que, consultando a base de dados do Sistema de Gerenciamento de Processos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo (E-Jud, SIEP, PROJUDI e PJe) até a presente data e hora, **NADA CONSTA** contra o solicitante .

Observações

a. Certidão expedida gratuitamente através da Internet;
b. Os dados do(a) solicitante acima informados são de sua responsabilidade, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário;
c. O prazo de validade desta certidão é de 30 (trinta) dias, contados da data da expedição, conforme disposto no art. 467 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. Após essa data será necessária a emissão de uma nova certidão;
d. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - www.tjes.jus.br -, utilizando o número da certidão acima identificado;
e. Em relação as comarcas da entrância especial (Vitória/Vila Velha/Cariacica/Serra/Viana), as ações de: execução fiscal estadual, falência e recuperação judicial, e auditoria militar, tramitam, apenas, no juízo de Vitória;
f. As ações de natureza cível abrangem inclusive aquelas que tramitam nas varas de Órfãos e Sucessões (Tutela, Curatela, Interdição,...), Juizado Especial Cível, Juizado Especial da Fazenda Pública, Execução Fiscal e Execução Patrimonial (observado o item **e**);
g. As ações de natureza criminal abrangem, dentre outras: as de auditoria militar e de juizados especiais criminais;
h. As matérias atinentes as varas de família e infância e juventude são objeto de certidão específica;
i. A base de dados do sistema de gerenciamento processual (1ª INSTÂNCIA: eJUD, SIEP, PROJUDI, PJe-1G; 2ª INSTÂNCIA: Sistema de Segunda Instância, PJe-2G) contém o registro de todos os processos distribuídos no Judiciário do Estado do Espírito Santo, com exceção do SEEU;
j. A certidão negativa referente ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU deverá ser requerida ao Cartório do Ofício de Distribuidor da Comarca, conforme Ato Normativo Conjunto n°. 009/2021.

SINTEGRA/ICMS
Consulta Pública ao Cadastro
Estado do Espírito Santo

Cadastro atualizado até: 07/05/2025

IDENTIFICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA

CNPJ:	02213325000501	**Inscrição Estadual:**	083.778.28-4
Razão Social:	PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.		

ENDEREÇO

Logradouro:	RODOVIA GOVERNADOR MARIO COVAS		
Número:	S/N	**Complemento:**	KM 279;SALA 89;
Bairro:	JACUHY		
Município:	SERRA	**UF:**	ES
CEP:	29161230	**Telefone:**	

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Atividade Econômica:

COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA

COM VAREJ ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA.

INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA

SUPORTE TECNICO,MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAC

ALUGUEL DEMAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO

OUTRAS ATIVIDADES DE ENSINO, NAO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE.

Data de Inicio de Atividade:	16/06/2021
Situação Cadastral Vigente:	HABILITADO
Data desta Situação Cadastral:	16/06/2021
Regime de Apuração:	ORDINÁRIO
Devedor contumaz:	Não

A Inscrição Estadual (IE) com situação cadastral vigente **HABILITADO** indica que a empresa está **APTA** a realizar operações como contribuinte do ICMS.

Já a IE com situação cadastral **NÃO HABILITADA** indica que a empresa **NÃO** está **APTA** a realizar operações como contribuinte do ICMS, caso mantenha entre as suas atividades pelo menos um CNAE cuja inscrição estadual seja obrigatória. Caso a empresa não pertença a um CNAE cuja inscrição seja obrigatória e o CNPJ esteja ATIVO (consultar o site da Receita Federal do Brasil ? http://www.receita.fazenda.gov.br), a empresa poderá ser destinatária de mercadorias, bens e serviços **como CONSUMIDOR FINAL**. Neste caso, o número da Inscrição Estadual NÃO deverá constar em documentos que acobertem operações tributáveis pelo ICMS.

A lista dos CNAEs obrigados à Inscrição Estadual está disponível no endereço:
ftp://ftp.sefaz.es.gov.br/CNAE-F/cnaes_obrigadas_a_inscricao.pdf

OBSERVAÇÃO: Os dados acima são baseados em informações fornecidas pelo contribuinte, estando sujeitos a posterior confirmação pelo Fisco.

Data da Consulta: 07/05/2025

VOLTAR

© Copyright 2003/2025 **Secretaria de Estado da Fazenda do Espírito Santo**
Av. João Batista Parra . nº600 . Ed. Aureliano Hoffman . Enseada do Suá . Vitória-ES
CEP: 29050-375 . CNPJ: 27.080.571/0001-30

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
02.213.325/0005-01 **FILIAL**		**15/06/2021**

NOME EMPRESARIAL
PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
PLUGNET INFORMATICA	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ROD GOVERNADOR MARIO COVAS	**S/N**	**KM 279 SALA 89**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
29.161-230	**JACUHY**	**SERRA**	**ES**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
PLUGNET@PLUGNETSHOP.COM.BR	**(81) 3426-7006**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**15/06/2021**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **31/03/2025** às **08:37:31** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA

RUA MAESTRO ANTONIO CICERO, 111 CEP 29176-439 - CACAROCA - Serra - ES

Comprovante de inscrição e de situação cadastral

Cadastro - CCM	Inscrição Municipal	CPF/CNPJ	Inscrição Estadual	Data Inicio Atividade
4727180	**4727180**	**02.213.325/0005-01**	**083778284**	**15/06/2021**

Nome
PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.

Nome Fantasia
PLUGNET INFORMATICA

Endereço	CEP
29161-230 - RODOVIA GOVERNADOR MARIO COVAS, KM 279;SALA 89;	**29161-230**

Bairro	CIdade	U.F
JACUHY	**SERRA**	**ES**

Situação Cadastral	Simples Nacional	Tipo ISS	Tipo Empresa	Data de Encerramento Ccm
Ativo	**Nao**	**4 - ISS Variável**	**DEMAIS**	

Atividade Livre

Código e descrição da atividade econômica

Código e descrição das atividades de licença
4651-6/01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática

Código e descrição das atividades de serviço

Código e descrição dos CNAEs

4751-2/01 - Comércio verejista especializado de equipamentos e suprimento de informática

8599-6/99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

7733-1/00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios

6209-1/00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação

4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica

4651-6/01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática

A veracidade da informação poderá ser verificada em:
https://tributacao.serra.es.gov.br:8080/tbserra/loginWeb.jsp?execobj=ServicosWebSite

Chave de Verificação: **GYCFS-BPERV**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 02.213.325/0005-01
Certidão nº: 4831936/2025
Expedição: 27/01/2025, às 10:32:17
Validade: 26/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.213.325/0005-01**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=998lOwXZ8t901qh0qBXavg&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO

PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

CNPJ nº 02.213.325/0001-88

NIRE 26.2.0106931-0

14ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Pelo presente instrumento particular de 14ª alteração contratual, os abaixo assinados e assim qualificados:

BRENO JOSÉ DE ARAUJO TAVARES, brasileiro, nascido em 11/01/1968, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade nº 1.862.424 SSP/RN, inscrito no CPF/MF sob o nº 376.381.144-34, residente e domiciliado na Rua Jorge de Albuquerque, nº 31, apt. 1201, Edf. Duílio Cabral da Costa, no bairro Poço, cidade do Recife, Estado de Pernambuco, CEP: 52.061-155;

MARCOS DE ALBUQUERQUE CÉSAR FILHO, brasileiro, nascido em 24/05/1969, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade nº 2.945.891 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 492.032.744-72, residente e domiciliado na Avenida Boa Viagem, nº 4862, apt. 3401, no bairro de Boa Viagem, cidade do Recife, Estado de Pernambuco, CEP: 51.021-000.

Únicos sócios da sociedade empresária limitada, denominada **PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, sediada na Rua General Abreu e Lima, nº 222, no bairro do Rosarinho, cidade do Recife, Estado de Pernambuco, CEP: 52.041-040, inscrita no CNPJ sob o nº 02.213.325/0001-88, com seu contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de Pernambuco em 06/11/1997, sob o NIRE 26.2.0106931-0, resolvem alterar o contrato social, o que fazem de comum acordo, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA 01 – Da Extinção de filial

01.01 – Decidem os sócios através do presente instrumento contratual extinguir a filial sediada na Avenida Rômulo Maiorana, nº 700, sala 1709, Edf. Vitta Office, no bairro Marco, Cidade de Belém, Estado do Pará, CEP: 66.093-672, inscrita no CNPJ sob o nº 02.213.325/0004-20.

CLÁUSULA 02 – Da consolidação do contrato social com nova redação

12/12/2024
Certifico o Registro em 09/12/2024
Arquivamento 20248007548 de 09/12/2024 Protocolo 248007548 de 06/12/2024 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 56590708562443

02.01 – Em decorrência da alteração realizada por este instrumento, deliberam os sócios reformular as cláusulas contratuais **dando nova redação ao contrato social,** o qual passa a vigorar da seguinte forma:

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=998lOwXZ8t901qh0qBXavg&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO

PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

CNPJ nº 02.213.325/0001-88

NIRE 26.2.0106931-0

CLÁUSULA 01 – DA NATUREZA JURÍDICA E OBJETO

01.01 – A sociedade é empresária, revestindo a forma de Sociedade Limitada, regendo-se pelas cláusulas e condições do presente contrato, ainda pelas disposições dos arts. 1.052 e seguintes do Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e, supletivamente, pelas normas que regem as sociedades Anônimas, Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

01.02 – A sociedade tem por objeto social, o exercício das seguintes atividades abaixo:

a) Comércio de aparelhos e equipamentos eletrônicos, de informática e suprimentos para informática; b) representação de equipamentos eletrônicos, de informática e suprimentos; c) serviços de manutenção, montagem e instalação de equipamentos eletrônicos e de informática; d) comércio e instalação de softwares; e) projetos, execução e instalação de rede física, elétrica, lógica, de telecomunicações e de comunicação de dados; f) locação de equipamentos de informática; e g) ministrar cursos e dar treinamentos na área de informática.

01.03 – O objeto da sociedade é exercido gradativamente, em conformidade com as suas disponibilidades econômicas e financeiras, e na medida em que possa a mesma ir atendendo às exigências da legislação aplicável ao exercício de cada uma das atividades que o compõem.

CLÁUSULA 02 – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

02.01 – A sociedade atua e desenvolve suas atividades sob o nome empresarial **PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA,** tendo como nome de fantasia **PLUGNET INFORMÁTICA.**

CLÁUSULA 03 – DA SEDE SOCIAL

12/12/2024
Certifico o Registro em 09/12/2024
Arquivamento 20248007548 de 09/12/2024 Protocolo 248007548 de 06/12/2024 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 56590708562443

03.01 – A sociedade tem sede na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, com endereço social na Rua General Abreu e Lima, nº 222, no bairro do Rosarinho, CEP: 52.041-040.

03.02 – A sociedade possui filial nos seguintes endereços:

- Na Avenida Nossa Senhora dos Navegantes, nº 104, sala 402, no bairro de Manaíra, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP: 58.039- 110, inscrita no CNPJ sob o nº 02.213.325/0002-69;

- Na Rodovia Governador Mário Covas, S/N, Km 279, sala 89, no bairro Jacuhy, Cidade Serra, Estado Espírito Santo, CEP: 29.161-230.

03.03 – No interesse da sociedade e por deliberação da maioria do capital social, poderão ser abertas, em qualquer parte do Território Nacional e do Exterior, obedecidas às prescrições legais, sucursais, filiais, agências, escritórios, depósitos e dependências outras da sociedade, inclusive, se necessário for, com destaque de capital autônomo.

CLÁUSULA 04 – DO PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE

04.01 – A sociedade iniciou suas atividades em 01/11/1997. Seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA 05 – DO CAPITAL SOCIAL

05.01 – O capital social é de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), representado por 2.000.000 (dois milhões) de quotas, de valor nominal e unitário de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado, em moeda legal e corrente do País, em moeda legal e corrente do País, e assim distribuído entre os sócios:

05.01.1 – O sócio **BRENO JOSÉ DE ARAUJO TAVARES**, é detentor de 1.000.000 (um milhão) de quotas, totalizando a sua participação em R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), o que corresponde a 50% do capital social;

05.01.2 – O sócio **MARCOS DE ALBUQUERQUE CÉSAR FILHO**, é detentor de 1.000.000 (um milhão) de quotas, totalizando a sua participação em R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), o que corresponde a 50% do capital social.

05.02 – As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem ficará assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente, conforme arts. 1.056 e 1.057 do Código Civil.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=998lOwXZ8t901qh0qBXavg&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO

Certifico o Registro em 09/12/2024
Arquivamento 20248007548 de 09/12/2024 Protocolo 248007548 de 06/12/2024 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 56590708562443

05.03 – Na proporção das quotas que possuírem, os sócios terão direito à preferência para a subscrição de novas quotas, provenientes de aumento de capital, e, para tanto, deverão exercer o direito de preferência no prazo de 30 (trinta) dias, que se seguem à fixação do aumento do capital social.

05.04 – Nos termos do art. 1.052 do Código Civil, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, respondendo todos solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA 06 – DA ADMINISTRAÇÃO SOCIAL

06.01 – A administração da sociedade é exercida pelos sócios **BRENO JOSÉ DE ARAUJO TAVARES e MARCOS DE ALBUQUERQUE CÉSAR FILHO, em conjunto ou isoladamente,** autorizado o uso do nome empresarial em todos e quaisquer atos da administração da mesma, notadamente os seguintes: (a) a abertura, a movimentação e o encerramento de contas bancárias de qualquer natureza; (b) a emissão, o aceite e o endosso de títulos de crédito de qualquer natureza; (c) a aquisição e a alienação de bens móveis e imóveis; (d) a representação ativa e passiva da sociedade, a nível judicial e extrajudicial; (e) receber faturas/duplicatas, em órgãos públicos, federal, estadual ou municipal, em autarquias, empresas de economia mista, e empresas privadas, podendo para tanto, assinar, dar quitação e passar recibo; e (f) assinar, contratos, propostas, constituir procuradores e credenciais, para fins de interesses da empresa.

CLÁUSULA 07 – DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRADORES

07.01 – Os sócios administradores poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA 08 – DA RETIRADA, FALÊNCIA, EXCLUSÃO, INTERDIÇÃO OU FALECIMENTO DE SÓCIO

08.01 – Assiste a qualquer um dos sócios, o direito de se retirar da sociedade a qualquer tempo, desde que obedecidas às disposições desta cláusula contratual.

08.02 – Em caso de morte ou interdição de qualquer um dos sócios, é facultado ao cônjuge e/ou herdeiros necessários do sócio falecido ou interditado, substituí-lo na sociedade, na proporção das quotas que couber a cada um, de acordo com partilha realizada em processo de inventário, sendo certo que, enquanto não concluído o processo de inventário, o direito de voto correspondente às quotas do falecido, será exercido pelo inventariante nomeado no processo de inventário. Preferindo o cônjuge ou qualquer dos herdeiros necessários do sócio falecido ou interditado, o recebimento do valor das quotas com respectivos haveres e interesses sociais, conforme a parte que lhe couber no inventário, com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=998lOwXZ8t901qh0qBXavg&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO

Certifico o Registro em 09/12/2024
Arquivamento 20248007548 de 09/12/2024 Protocolo 248007548 de 06/12/2024 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 56590708562443

Parágrafo único – O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

08.03 – O balanço especial a que se refere o item anterior deverá estar concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, após a data da ocorrência do evento.

08.04 – O pagamento do capital e haveres de que trata o item anterior, será feito em 10 (dez) prestações mensais, sucessivas e iguais, a primeira delas no ato da aprovação do balanço especial, por parte dos quotistas, e as demais em iguais dias dos meses de calendário subsequentes ao do pagamento da primeira, acrescida de juros remuneratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês. O termo inicial para a afluência dos juros é o mês de calendário a que se referir o balanço especial.

CLÁUSULA 09 – DA CESSÃO DE QUOTAS

09.01 – A cessão de quotas por ato entre vivos, a título gratuito ou oneroso, poderá ser livremente efetuada entre os sócios quotistas, entretanto, a assim pretendida cessão de quotas, em favor de terceiros estranhos à sociedade, só poderá ser validamente realizada após a renúncia dos demais sócios, no prazo decadencial de 30 (trinta) dias, ao direito de preferência para a aquisição dessas quotas.

Parágrafo primeiro – A concordância dos outros com a cessão de quotas em favor de terceiros, manifestada pela expressa intervenção no instrumento de alteração contratual respectivo, dispensará o cumprimento da formalidade prevista na cláusula anterior.

Parágrafo segundo – Será de todo inválida em relação à sociedade e em relação aos demais sócios quotistas, qualquer cessão ou transferência de quotas, também a promessa de realização desses atos, que impliquem em violação às regras desta cláusula.

Parágrafo terceiro – No caso de cessão total ou parcial de quotas, o cedente responde solidariamente com o cessionário perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio, até 02 (dois) anos após a averbação da alteração contratual.

CLÁUSULA 10 – DA REPRESENTAÇÃO DOS SÓCIOS

10.01 – Qualquer dos sócios poderá se fazer representar perante o outro e perante a sociedade por mandatário constituído por instrumento público. Da procuração, todavia, deverá constar necessariamente a especialização dos atos a serem praticados pelo mandatário e o prazo de validade do mandato, o qual, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou motivo de força maior devidamente comprovados, em nenhuma hipótese poderá ser superior a 02 (dois) anos.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=998lOwXZ8t901qh0qBXavg&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO

Certifico o Registro em 09/12/2024
Arquivamento 20248007548 de 09/12/2024 Protocolo 248007548 de 06/12/2024 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 56590708562443

10.02 – Ocorrendo na outorga do mandato, omissão quanto ao prazo de sua validade ou o estabelecimento de prazo superior a 02 (dois) anos, entender-se á como válida a representação, apenas e tão somente pelo prazo de 02 (dois) anos, contado da data da outorga, sendo assim de todo ineficaz a outorga do mandato, para todos fins e efeitos de direito e sob toda e qualquer circunstância, no que ultrapassar ao prazo de 02 (dois) anos.

CLÁUSULA 11 – DA REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE

11.01 – A sociedade poderá constituir procuradores sempre que as circunstâncias e os interesses maiores dos negócios sociais assim o recomendem. Da procuração deverá constar, necessariamente, a especialização dos atos e operações a serem praticados pelo mandatário e o prazo de validade do mandato, que poderá ser indeterminado.

11.02 – A outorga de procuração para o foro em geral, portanto com a cláusula "Ad Judicia", será válida para toda a demanda e para todas as instâncias, e independerão de especialização da demanda e/ou atos a serem praticados, ressalvadas, quanto aos poderes, às especializações exigidas por Lei.

11.03 – Também para a representação da sociedade em Juízo, na forma do disposto no art. 12, inciso VI, do Código de Processo Civil, inclusive para a prestação de depoimento pessoal sempre que se exigir o representante legal da sociedade; ainda para as audiências, conciliações e transação de que tratam os arts. 277 e seus §§, 331 e seu § 1°, e 447 a 449, todos do Código de Processo Civil, assim como para confessar, acordar, discordar, transigir, desistir, reconhecer a procedência do pedido e renunciar ao direito sobre que se funda a ação, poderá a sociedade constituir procuradores.

CLÁUSULA 12 – DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO, LUCROS E PREJUÍZOS

12.01 – O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se, portanto, no dia 1º (primeiro) de janeiro de cada ano, com término no dia 31 (trinta e um) de dezembro.

12.02 – Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, os lucros ou perdas apuradas.

Parágrafo único – A depender do interesse da sociedade, fica garantida a faculdade de efetuar balanços intermediários, seja de forma mensal, bimestral, trimestral ou quadrimestral, para apuração dos resultados e distribuição de lucros.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=998lOwXZ8t901qh0qBXavg&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO

Certifico o Registro em 09/12/2024
Arquivamento 20248007548 de 09/12/2024 Protocolo 248007548 de 06/12/2024 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 56590708562443

12.03 – Do lucro líquido do exercício serão deduzidas as reservas exigidas por Lei e outras que os sócios acharem necessário, até o limite de 20% (vinte por cento). O saldo remanescente será distribuído mensalmente, trimestralmente ou anualmente, entre os sócios, se, por unanimidade de votos, estes não decidirem por outro procedimento, com relação à sua totalidade ou parte dele. Os lucros e os prejuízos, se houverem, serão rateados entre os sócios, na proporção do capital subscrito de cada um.

Parágrafo único – Também por deliberação, observando o quórum previsto neste contrato, os sócios poderão realizar a distribuição dos lucros de forma diversa da estabelecida nesta cláusula, ou seja, de forma desproporcional à participação de cada um no capital social.

12.04 – Toda e qualquer distribuição de lucros sociais não configura nenhum tipo de rendimento com noções a serem alcançadas por incidência do INSS, pois não se refere ao campo de incidência de salário de contribuição, prevista e definida no Inciso I do art. 22 da legislação previdenciária, Lei nº 8.212/91.

CLÁUSULA 13 – DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

13.01 – As deliberações sociais obedecerão ao disposto nos arts. 70 e 71 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando a sociedade desobrigada de realizar reunião em qualquer das situações previstas na legislação civil, bem como da publicação de qualquer ato societário.

CLÁUSULA 14 – DAS RESTRIÇÕES AO USO DO NOME EMPRESARIAL

14.01 – É defeso o uso do nome empresarial em negócios estranhos ou alheios aos interesses da sociedade. Igualmente proibidas são as prestações de fianças, avais e/ou garantias outras de qualquer natureza, em nome da sociedade, e/ou dos sócios, em favor de terceiros, exceto quando comprovadamente, houver interesse da sociedade na prestação da garantia, hipótese em que será necessária a participação da totalidade dos sócios quotistas na prática do ato.

CLÁUSULA 15 – DO FORO DE ELEIÇÃO

15.01 – Os sócios se obrigam por si e seus sucessores, a qualquer título e em todo tempo, a fazer do presente contrato, sempre bom, firme e valioso, em juízo ou fora dele, elegendo o foro da cidade e Comarca do Recife, capital do Estado de Pernambuco, como o único competente para conhecer, apreciar e decidir, sob quaisquer circunstâncias, todas as questões que digam respeito ao seu cumprimento, validade e execução.

CLÁUSULA 16 – DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=998lOwXZ8t901qh0qBXavg&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi14FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO

Certifico o Registro em 09/12/2024
Arquivamento 20248007548 de 09/12/2024 Protocolo 248007548 de 06/12/2024 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 56590708562443

16.01 – A sociedade se dissolverá pela vontade dos sócios, ou nos casos previstos em Lei, competindo aos sócios elegerem o liquidante, e ditar-lhes a forma de liquidação. Não havendo consenso, o processo de liquidação será remetido a Juízo.

CLÁUSULA 17 – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

17.01 – Os instrumentos de alteração contratual independerão da assinatura de todos os sócios, podendo, assim, serem levados a registro contando apenas com a assinatura da maioria do capital social.

17.02 – Assiste ao sócio que divergir da alteração do contrato social, a faculdade de se retirar da sociedade. Verificada a hipótese, os haveres do sócio dissidente serão apurados na forma estabelecida neste contrato.

CLÁUSULA 18 – DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

18.01 – Os sócios administradores declaram, sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA 19 – DOS CASOS OMISSOS

19.01 – Os casos omissos no presente contrato serão resolvidos pela ordem, com base nos dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e supletivamente nas disposições da Lei Federal n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e normas outras pertinentes à matéria societária que lhes possam ser aplicáveis.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento, em 01 (uma) via, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Recife/PE, 05 de novembro de 2024.

BRENO JOSÉ DE ARAUJO TAVARES

MARCOS DE ALBUQUERQUE CÉSAR FILHO

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=998lOwXZ8t901qh0qBXavg&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO

12/12/2024
Certifico o Registro em 09/12/2024
Arquivamento 20248007548 de 09/12/2024 Protocolo 248007548 de 06/12/2024 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 56590708562443

248007548

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	**PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA**
PROTOCOLO	**248007548 - 06/12/2024**
ATO	**002 - ALTERACÃO**
EVENTO	**028 - EXTINCAO DE FILIAL EM OUTRA UF**

MATRIZ

NIRE 26201069310
CNPJ 02.213.325/0001-88
CERTIFICO O REGISTRO EM 09/12/2024
SOB N: 20248007548

EVENTOS

051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO ARQUIVAMENTO: 20248007548

FILIAIS FORA DA UF

NIRE 15900494452
CNPJ 02.213.325/0004-20
ENDEREÇO: AV ROMULO MAIORANA, BELEM - PA
EVENTO 028 - EXTINCAO DE FILIAL EM OUTRA UF

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 37638114434 - BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES - Assinado em 05/12/2024 às 17:47:47

Cpf: 49203274472 - MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO - Assinado em 06/12/2024 às 10:07:09

Assinado eletronicamente por
JESSICA CAROLINE DAS CHAGAS MORAES
SECRETÁRIA GERAL

12/12/2024

Certifico o Registro em 09/12/2024
Arquivamento 20248007548 de 09/12/2024 Protocolo 248007548 de 06/12/2024 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 56590708562443

Governo do Estado do Espírito Santo

Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

SIMPLIFICA ES

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. **NIRE (filial):** 32900747257 **Natureza Jurídica:** Sociedade Empresária Limitada	**Protocolo:** ESC2301565873
Filial(ais) nesta Unidade da Federação **1- NIRE:** 32900747257 **CNPJ:** 02.213.325/0005-01 **Endereço Completo** RODOVIA GOVERNADOR MARIO COVAS, Nº S/N, KM 279;SALA 89; , JACUHY, Serra, ES, CEP:29161230	
Último Arquivamento **Data** 15/06/2021 **Número** 32900747257 **Ato/eventos** 310 / 029 - ABERTURA DE FILIAL COM SEDE EM OUTRA UF	**Situação** ATIVA **Status** SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 01/09/2023, às 16:21:08 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no **https://www.simplifica.es.gov.br**, com o código **5S11AH1R**.

ESC2301565873

Paulo Cezar Juffo
Secretário Geral

CRCPE
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PERNAMBUCO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PERNAMBUCO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : ALMIR DIAS DE SOUZA
REGISTRO..... : PE-006437/O-0
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.158.754-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PERNAMBUCO, 10/04/2025 as 09:37:36.
Válido até: 09/07/2025.
Código de Controle: 204339.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPE.

CRCPE
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE EM PERNAMBUCO

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PERNAMBUCO
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO PERNAMBUCO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI
REGISTRO..... : PE-020812/O-2
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.834.354-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: PERNAMBUCO, 10/04/2025 as 09:40:02.
Válido até: 09/07/2025.
Código de Controle: 956569.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCPE.

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA

Secretaria Municipal de Finanças

Departamento de Administração Tributária

ALVARÁ DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO 1839/2025

Data Abertura Empresa	N° Inscriçao Municipal	N° Processo Administrativo	Validade
	4727180		**12/05/2026**

Contribuinte

Nome PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.
CNPJ/CPF 02.213.325/0005-01
RG/Insc 083778284

Endereço

Logradouro RODOVIA GOVERNADOR MARIO COVAS **Cep** 29161-230
Complemento KM 279;SALA 89;
Bairro JACUHY
Cidade SERRA **Estado** ES

Atividade Principal

Observações

Atividades

4321-5/00	Instalação e manutenção elétrica
4651-6/01	Comércio atacadista de equipamentos de informática
4751-2/01	Comércio verejista especializado de equipamentos e suprimento de informática
6209-1/00	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
7733-1/00	Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios
8599-6/99	Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

Informações Complementares

1 - A validade deste alvará está condicionada ao cumprimento dos requisitos previstos no §2º do Art. 1º do Decreto nº 6877/2015 c/c Lei 4398/2015, bem como, à validade dos documentos apresentados no ato da solicitação.
2 - Independente do prazo de validade deste documento, o pagamento das Taxas de Poder de Polícia, dar-se-á anualmente.
3 - Este alvará perderá a validade, automaticamente, caso ocorra alteração na localização, atividades ou situação da inscrição municipal da empresa, devendo ser observado o disposto no art. 19 c/c art. 3º do Decreto 6877/2015.

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet: **https://tributacao.serra.es.gov.br:8080/tbserra**

Nro Autenticação 1839/2025

Gerado em: 20/05/2025 **Emitido em:** 04/06/2025

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO
DIRETORIA DE GESTÃO CORPORATIVA
Superintendência de Suprimento

ATESTADO

AT-SGS-103/2020

Atestamos que a empresa **PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 02.213.325/0001-88**,** forneceu à CHESF o objeto abaixo discriminado, atendendo satisfatoriamente às condições contratuais.

DADOS CONTRATUAIS

Contrato Nº:	CTNI-70.2018.4280.00 (4500023387)
Data Assinatura:	23/12/2019
Prazo de Execução:	20 (vinte) dias
Valor:	R$ 448.000,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil reais)

OBJETO

Fornecimento de 25 Desktops avançados, com as seguintes características:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
01	25	UN	DESKTOPS AVANÇADOS Marca: HP Modelo: Workstation HP Z4 G4 (3KW62AV#TMP) + HP EliteDisplay E233 23” (1FH46AA#ABA) + CarePack Desktop 5/5/5 CTR 48h (U1G72E) + CarePack Monitor 5/5/5 CTR 48h (UL083E)

Recife, 22 de outubro de 2020.

Gustavo Gonçalves Vieira
Superintendente de Suprimento

Este documento foi assinado digitalmente por Gustavo Goncalves Vieira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://chesf.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código D811-A706-770C-49C6.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal CHESF. Para verificar as assinaturas clique no link: https://chesf.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D811-A706-770C-49C6 ou vá até o site https://chesf.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D811-A706-770C-49C6

Hash do Documento

EAFB239B1540C7EF549403CCF60AD5D7FF9C698131E28BC468B4440A53EE252B

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 26/10/2020 é(são) :

- Gustavo Goncalves Vieira (Signatário) - 056.435.874-67 em 26/10/2020 11:16 UTC-03:00
  Tipo: Certificado Digital

Chesf

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF E PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, PARA FORNECIMENTO DE DESKTOPS AVANÇADOS.

CTNI-70.2019.4280.00

Nº DO PEDIDO: 4500023387

VALOR R$ 448.000,00

A **COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF**, sociedade de economia mista federal, com sede na cidade do Recife, estado de Pernambuco, na Rua Delmiro Gouveia, nº 333, bairro San Martin, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 33.541.368/0001-16 e no Cadastro de Contribuintes do Estado de Pernambuco sob o nº 0005584-00, neste Contrato denominada **CHESF,** e a **PLUGNET COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, com domicílio no município de Recife, estado de Pernambuco, na Rua General Abreu e Lima, nº 222, Rosarinho, CEP:52.041-040, e-mail: plugnet@plugnetshop.com.br, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº **02.213.325/0001-88** e Inscrição Estadual nº 18.1.001.0241444-4, doravante designado **CONTRATADO**, ambas as partes por seus representantes legais ao final assinados, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento de:

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO
1	25	UN	DESKTOPS AVANÇADOS. Marca: HP. Modelo: Workstation HP Z4 G4 (3KW62AV#TMP) + HP EliteDisplay E233 23" (1FH46AA#ABA) + CarePack Desktop 5/5/5 CTR 48h (U1G72E) + CarePack Monitor 5/5/5 CTR 48h (UL083E).

1.2 O fornecimento será efetuado de acordo com o Termo de Referência DEPG-2019-169-00, parte integrante deste Contrato.

1.3 Dados para emissão da Nota Fiscal:

Destinatário: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

Endereço: Av. General San Martin, 1450, San Martin, Recife/PE. CEP: 50.761-000.

CNPJ: 33.541.368/0222-76 **Inscrição Estadual**: 056708530.

1.4 Local de entrega:

Destinatário: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

Endereço: Rua Delmiro Gouveia, 333, Anexo I, Bloco B, Sala 6, PMS – Posto de Material da SEDE, Bairro San Martin, Recife-PE, CEP: 50.761-901.

CNPJ: 33.541.368/0001-16 **Inscrição Estadual**: 000558400.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO PREÇO

2.1 Como contrapartida ao fornecimento do objeto do presente Contrato, a **CHESF** deve pagar ao **CONTRATADO** o valor total de **R$ 448.000,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil reais)**, sendo que o recurso financeiro destinado ao pagamento está definido no orçamento da **CHESF**.

2.2 O preço a seguir relacionado inclui todos os impostos e taxas vigentes na Legislação Brasileira para o fornecimento do objeto desta contratação, sendo a alíquota de ICMS de 18%, e deverão incluir também, todos os custos diretos e indiretos inerentes.

ITEM	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	25	R$ 17.920,00	R$ 448.000,00

Cícero Gonçalves dos Santos
ID. 268.425

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PRAZOS

3.1 O prazo de fornecimento do objeto desta contratação é de 20 (vinte) dias, contados a partir da autorização de fornecimento, e o prazo de vigência é de 170 (cento e setenta) dias, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual.

3.2 Os prazos previstos neste Contrato, de execução e vigência, poderão ser prorrogados, durante a vigência contratual, com a aquiescência do **CONTRATADO**, por decisão do agente de fiscalização administrativa, por meio de apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA

GARANTIA TÉCNICA

4.1 Será de acordo com o definido no item 10 do Termo de Referência DEPG-2019-169-00, parte integrante deste Contrato.

4.2 Cabe ao **CONTRATADO** a responsabilidade sobre todos os custos despendidos no transporte do material, dentro do prazo de garantia, para reparo ou substituição e sua devolução.

CLÁUSULA QUINTA

EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1 O Contrato deve ser executado fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas e condições avençadas, as normas ditadas pela Lei n. 13.303/2016 e pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Eletrobras, neste instrumento denominado "Regulamento", respondendo cada uma das partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.1.1 O **CONTRATADO** é responsável pelos danos causados direta ou indiretamente à **CHESF** ou a terceiros em razão da execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CHESF**.

5.1.2 A fiscalização da execução do presente Contrato deve ser realizada por fiscal técnico e fiscal administrativo, formalmente designados pela **CHESF**, e consiste na verificação do cumprimento das obrigações contratuais por parte do **CONTRATADO**, com a alocação dos recursos, pessoal qualificado, técnicas e materiais necessários.

5.1.3 A gestão do presente Contrato deve ser realizada pela unidade de gestão de contrato da **CHESF**, que, no presente caso, é a **Divisão de Gestão de Contratos e de Fornecedores - DGCGC**, liderada pelo gestor do Contrato, abrangendo o encaminhamento de providências, devidamente instruídas e motivadas, identificadas em razão da fiscalização da execução do Contrato, suas alterações, aplicação de sanções, rescisão contratual e outras medidas que importem disposição sobre o Contrato.

5.1.4 O gestor do Contrato pode suspender a sua execução em casos excepcionais e motivados tecnicamente pelo fiscal técnico do Contrato, devendo comunicá-la ao preposto do **CONTRATADO**, indicando:

a) O prazo da suspensão, que pode ser prorrogado, se as razões que a motivaram não estão sujeitas ao controle ou à vontade do gestor do Contrato;

b) O montante que deve ser pago ao **CONTRATADO** a título de indenização em relação a eventuais danos já identificados e o procedimento e metodologia para apurar valor de indenização de novos danos que podem ser gerados ao **CONTRATADO**.

5.1.5 Constatada qualquer irregularidade na licitação ou na execução contratual, o gestor do Contrato deve, se possível, saneá-la, evitando-se a suspensão da execução do Contrato ou outra medida como decretação de nulidade ou rescisão contratual.

5.1.6 As partes contratantes não são responsáveis pela não execução, execução tardia ou parcial de suas obrigações, desde que essa falta resulte, comprovadamente, de fato necessário, cujo efeito não era possível evitar ou impedir. Essa exoneração de responsabilidade deve produzir efeitos nos termos do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

Cícero Gonçalves dos Santos
ID. 268.425

5.1.7 No caso de uma das partes se achar impossibilitada de cumprir alguma de suas obrigações, por motivo de caso fortuito ou força maior, deve informar expressa e formalmente esse fato à outra parte, no máximo até 10 (dez) dias consecutivos contados da data em que ela tenha tomado conhecimento do evento.

5.1.8 A comunicação de que trata o **item 5.1.7** deve conter a caracterização do evento e as justificativas do impedimento que alegar, fornecendo à outra parte, com a maior brevidade, todos os elementos comprobatórios e de informação, atestados periciais e certificados, bem como comunicando todos os elementos novos sobre a evolução dos fatos ou eventos verificados e invocados, particularmente sobre as medidas tomadas ou preconizadas para reduzir as consequências desses fatos ou eventos, e sobre as possibilidades de retomar, no todo ou em parte, o cumprimento de suas obrigações contratuais.

5.1.8.1 O prazo para execução das obrigações das partes, nos termos desta Cláusula, deve ser acrescido de tantos dias quanto durarem as consequências impeditivas da execução das respectivas obrigações da parte afetada pelo evento.

5.1.9 Na hipótese prevista no **item 5.1.5** desta Cláusula, o **CONTRATADO** deve submeter à **CHESF**, por escrito, todas as medidas que lhe parecerem oportunas, com vistas a reduzir ou eliminar as dificuldades encontradas, bem como os custos envolvidos. A **CHESF** compromete-se a manifestar-se, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, quanto à sua aprovação, recusa ou às disposições por ela aceitas, com seus custos correlatos.

5.1.10 A não utilização pelas partes de quaisquer dos direitos assegurados neste Contrato, ou na Lei em geral, ou no Regulamento, ou a não aplicação de quaisquer sanções, não invalida o restante do Contrato, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

5.1.11 Qualquer comunicação pertinente ao Contrato, a ser realizada entre as partes contratantes, inclusive para manifestar-se, oferecer defesa ou receber ciência de decisão sancionatória ou sobre rescisão contratual, deve ocorrer por escrito, preferencialmente nos seguintes e-mails:

E-mail **CHESF** – **andreavh@chesf.gov.br**

E-mail **CONTRATADO** - **plugnet@plugnetshop.com.br**

5.1.12 As partes estão obrigadas a comunicarem uma a outra, com 5 (cinco) dias de antecedência, qualquer alteração nos respectivos e-mails. No caso de falha ou problema técnico, as partes devem comunicar, uma a outra, em até 5 (cinco) dias.

CLÁUSULA SEXTA

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

6.1 São obrigações do **CONTRATADO**:

a) Administrar este Contrato e executar os fornecimentos, inclusive os complementares, nos prazos e condições fixados, de acordo com as regras comprovadas de boa técnica, utilizando para tal fim toda a experiência e *know-how* próprios, e empregando mão de obra qualificada e equipamentos, materiais e escritórios condizentes com a natureza, complexidade, exatidão e qualidade técnica requerida;

b) Refazer, sem ônus para a **CHESF** e sem direito a prorrogação de prazo, os fornecimentos que houver executado, em desacordo com o disposto no Contrato, no Edital de Licitação, seus Anexos e Adendos, ou que apresentarem defeitos, falhas, omissões e, ou desconformidades de qualquer natureza com o Termo de Referência e demais documentos integrantes.

CLÁUSULA SÉTIMA

OBRIGAÇÕES DA CHESF

7.1 São obrigações da **CHESF**:

a) Disponibilizar todas as informações técnicas relativas ao objeto **CONTRATADO**;

Cicero Gonçalves dos Santos
ID. 268.425

b) Remover de suas instalações, quando couber, quaisquer obstáculos que impeçam ou causem embaraços à execução do objeto **CONTRATADO**;

c) Analisar/aprovar/liberar, no que couber, os documentos técnicos do **CONTRATADO**, dentro dos prazos estipulados no Contrato; e

d) Efetuar os pagamentos das faturas nos prazos estabelecidos neste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA

RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1 A **CHESF**, por meio do agente de fiscalização técnica, deve receber o objeto do presente Contrato:

a) Provisoriamente: em 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação do **CONTRATADO** à **CHESF**, para a avaliação do objeto, sem representar qualquer tipo de aceite ou consideração sobre o adimplemento das obrigações pelo **CONTRATADO**;

b) Definitivamente: em 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação do **CONTRATADO** para a **CHESF**, relativo à integralidade do Contrato, representando aceitação da integralidade do Contrato e liberação do **CONTRATADO** no tocante a vícios aparentes.

8.1.1 Caso verifique o descumprimento de obrigações por parte do **CONTRATADO**, o agente de fiscalização técnica ou administrativo deve comunicá-la, indicando, expressamente, o que deve ser corrigido e o prazo máximo para a correção. O tempo para a correção deve ser computado no prazo de execução de etapa, parcela ou do Contrato, para efeito de configuração da mora e suas cominações.

8.1.2 Realizada a correção pelo **CONTRATADO**, abrem-se novamente os prazos para os recebimentos estabelecidos no **item 8.1** desta Cláusula.

CLÁUSULA NONA

CONDIÇÕES DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

9.1 O evento gerador de pagamento é: **a entrega do material em conformidade com o contrato.**

9.2 O CNPJ do documento de cobrança referente ao fornecimento de material deverá ser o mesmo do **CONTRATADO** ou de outro estabelecimento do **CONTRATADO,** situado no mesmo estado.

9.3 O CNPJ do **DESTINATÁRIO** deverá ser aquele indicado no **item 1.4** deste Contrato.

9.4 O documento de cobrança referente ao fornecimento de material será emitido, obrigatoriamente, utilizando a Nota Fiscal Eletrônica **(NF-e) modelo 55**.

9.5 A Nota Fiscal Eletrônica do material (arquivo eletrônico no formato XML) deverá ser carregada no sistema SGNF – Sistema de Gestão de Notas Fiscais, pelo próprio fornecedor, através do endereço eletrônico **https://sgnf.chesf.gov.br**.

9.5.1 Nas situações em que as operações sejam anuladas pelo **CONTRATADO**, através da emissão de nota fiscal de entrada, deve ser enviado o XML da respectiva nota fiscal de entrada constando, no campo '***Informações Complementares***', o número e a data da nota fiscal a ser anulada.

9.5.2 Nos casos em que a mercadoria seja rejeitada pela **CHESF**, deverá ser emitida a nota fiscal de entrada pelo **CONTRATADO**, observando os mesmos procedimentos previstos no **subitem 9.5.1**.

9.5.3 Na emissão de Carta de Correção Eletrônica – CCe, deverá, obrigatoriamente, ser enviado o respectivo arquivo XML, observando que, havendo mais de uma Cce emitida para uma mesma NFe, apenas a última correção será considerada válida.

9.5.4 Nos casos de '***Venda a Ordem***', tanto o **CONTRATADO** (adquirente original) quanto seu fornecedor (vendedor remetente) responsável pela efetiva entrega da mercadoria à **CHESF**, deverão enviar seus respectivos arquivos XML.

9.6 Para toda nota fiscal eletrônica emitida destinada à **CHESF**, o respectivo arquivo XML deverá ser enviado para o endereço eletrônico citado no **item 9.5**, a exemplo de: nota fiscal complementar, nota fiscal de simples faturamento para entrega futura, notas fiscais em que o transporte não pode ser feito de uma única vez (transporte em parte),

Cicero Gonçalves dos Santos
ID. 268.425

nota fiscal de substituição em garantia, nota fiscal de retorno de remessa para conserto, entre outras.

9.6.1 O acesso ao sistema se dá com o mesmo login (CNPJ) e senha atualmente utilizados para emitir o Certificado de Registro Cadastral - CRC, através do e-edital e do e-PV. A CARTILHA com as instruções para utilização do sistema pode ser obtida no endereço eletrônico **http://www.fsdigital.com/manualsgnf/**.

9.7 O **CONTRATADO** deverá enviar o arquivo eletrônico (XML) antes da saída efetiva do material do local de origem. O documento fiscal será validado e o material só poderá ser enviado após esta validação, mediante autorização expressa do Administrador do Contrato.

9.7.1 Somente serão aceitos os materiais cujas NF-e foram previamente validadas (contratual e fiscalmente) pela **CHESF**.

9.7.2 A validação da NF-e realizada pela **CHESF** não isenta o **CONTRATADO** da responsabilidade por eventuais erros cometidos na emissão da nota, posteriormente identificados em auditorias fiscais.

9.8 O **DANFE** deverá ser entregue junto com o material no local indicado no **item 1.3** deste Contrato.

9.8.1 Quando uma mesma embalagem contiver várias peças, deverá ser anexado ao **DANFE** um romaneio dessas peças, contendo os elementos necessários à sua identificação e conferência.

9.9 O documento de cobrança deverá conter as seguintes indicações:

9.9.1 Quando se tratar de cobrança relativa a materiais, informar os itens abaixo:

a) Número deste Contrato e Pedido, em destaque;

b) Identificação da simulação correspondente, em destaque, quando for o caso;

c) Identificação do regime de tributação "**OPTANTE PELO SIMPLES**" no campo observação, quando for o caso;

d) Número do código da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM válido;

e) Código FINAME (quando houver);

f) Número do evento gerador de pagamento (quando houver);

g) Descrição, quantidade, código do Imposto sobre Produto Industrializado - TIPI, unidade de medida pactuada e Código da Situação Tributária - CST do material expedido;

h) Número da inscrição estadual, CNPJ, razão social e endereço do estabelecimento de destino;

i) Número do Código Fiscal de Operação – CFOP;

j) Percentual da alíquota do ICMS incidente na operação;

k) Para os casos em que a alíquota de ICMS for 4%, deverá constar no documento a seguinte observação "Material enquadrado na Resolução 13/2012 do Senado Federal" (quando couber);

l) Fundamentação legal, quando a base de cálculo do ICMS for diferente do valor total da nota fiscal;

m) Número do documento de cobrança do valor básico, quando se tratar da correspondente cobrança de reajuste;

n) Número da Declaração de Importação – DI, quando se tratar de fornecimento de material de origem estrangeira;

o) Discriminação do desconto comercial, por item, quando houver concessão deste;

p) Inclusão do valor do IPI na base de cálculo do ICMS (no caso de fabricante);

q) O item do Contrato que está sendo atendido;

r) O endereço do local de entrega, no campo 'Informações Complementares', quando se tratar de Nota Fiscal de entrega do material;

s) Os dizeres: "Entrega parcial" e, na última remessa, "Entrega Final", quando se tratar de Nota Fiscal de entrega do material e quando a entrega for parcelada.

Cícero Gonçalves dos Santos
ID. 268.425

9.10 Caso o **CONTRATADO** não tiver declarado durante o processo licitatório quais os materiais que se trata de fornecimento sujeito ao regime de substituição tributária, a **CHESF** considerará que o DIFAL estará incluído no preço, não lhe cabendo nenhum ônus adicional. Caso o protocolo que institui o regime de substituição tributária seja posterior à assinatura do Contrato, o **CONTRATADO** deverá comunicar a **CHESF** no mínimo com 5 (cinco) dias úteis antes do envio do faturamento conforme estabelecido no **subitem 9.7**, apresentando a legislação que estabelece o recolhimento antecipado do DIFAL, bem como o código NCM do material a ser faturado.

9.11 O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data do recebimento do material no local indicado pela **CHESF**, desde que o material esteja em conformidade com a especificação e o **CONTRATADO** esteja adimplente com as demais cláusulas do Contrato pertinentes à entrega, ou 30 (trinta) dias contados a partir da data de resolução de eventuais pendências contratuais referente ao material entregue, o que ocorrer por último.

9.12 Todo pagamento será efetuado mediante crédito na conta corrente bancária informada na Carta de Apresentação da Proposta: nº 9.075-1, Agência: 1509-1, Banco: Banco do Brasil.

9.12.1 O CNPJ da conta bancária deverá ser o mesmo do **CONTRATADO** ou de outro estabelecimento do **CONTRATADO**, no caso estabelecido no **item 9.2.**

9.12.2 Caso, no decorrer da vigência contratual, os dados bancários indicados pelo **CONTRATADO** sejam invalidados pela instituição bancária informada ou tenha sido modificado o domicílio bancário, os novos dados deverão ser comunicados à **DIVISÃO DE FINANÇAS E TESOURARIA – DFSFT**, sita à Rua Delmiro Gouveia, 333, sala B-103, bairro San Martin, Recife(PE), CEP 50761-901, através de correspondência assinada pelo representante legal do **CONTRATADO**, conforme o modelo 'Alteração de Dados Bancários', que se encontra disponível no Portal da **CHESF**, no endereço eletrônico ***www.chesf.gov.br***, canal ***LICITAÇÕES***, subcanal ***Cadastro de Fornecedores***. A liquidação da cobrança será efetuada no prazo de 2 (dois) dias úteis após a confirmação, pela DFSFT, do recebimento dos novos dados bancários.

9.13 A **CHESF** não efetuará pagamentos de quaisquer títulos através de cobrança bancária.

9.14 As faturas que apresentarem erros ou cuja documentação suporte esteja em desacordo com o contratualmente exigido devem ser devolvidas ao **CONTRATADO** pela unidade de gestão de contrato da **CHESF** para a correção ou substituição. A **CHESF**, por meio da unidade de gestão de contrato, deve efetuar a devida comunicação ao **CONTRATADO** dentro do prazo fixado para o pagamento. Depois de apresentada a Nota Fiscal/Fatura, com as devidas correções, o prazo previsto no **item 9.11** deve começar a correr novamente do seu início, sem que nenhuma atualização ou encargo possa ser imputada à **CHESF**.

9.15 A **CHESF** pode reter ou glosar os pagamentos, garantido o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das sanções cabíveis, se o **CONTRATADO**:

a) Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

9.15.1 Havendo controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, à qualidade e à quantidade, o montante correspondente à parcela incontroversa deverá ser paga no prazo previsto no **item 9.11** e o relativo à parcela controvertida deve ser retido.

9.16 É vedado o pagamento antecipado.

9.17 É permitido à **CHESF** descontar dos créditos do **CONTRATADO** qualquer valor relativo à multa, ressarcimentos e indenizações, sempre observado o contraditório e a ampla defesa, independente da vinculação contratual que o mesmo tenha sido constituído.

9.18 Será do **CONTRATADO** a responsabilidade por restituição ou compensação de qualquer valor retido ou recolhido pela **CHESF,** com base em informações fornecidas pelo **CONTRATADO** de forma incompleta, inexata ou incorreta.

9.19 As parcelas referentes ao valor básico e de reajuste deverão ser faturadas em documentos de cobrança separados e devidamente identificados. A cobrança do reajuste referente ao material só poderá ser emitida com base na Simulação de Reajuste enviada pelo Administrador do Contrato e deverá fazer referência ao documento de cobrança do principal e à Simulação correspondente.

9.19.1 O pagamento das parcelas de reajuste será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após o adimplemento da obrigação e da apresentação dos documentos de cobrança.

Cícero Gonçalves dos Santos
ID. 268.425

9.20 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela **CHESF**, o valor devido será atualizado monetariamente pela variação acumulada, *pro rata die*, do IPCA do mês anterior ao do vencimento até o mês anterior ao do pagamento. Caso o atraso seja verificado dentro de um mesmo mês, para efeitos da aplicação da atualização monetária referida anteriormente, será considerada a variação *pro rata die* do mês anterior ao do pagamento, inclusive seus valores negativos.

CLÁUSULA DÉCIMA

ALTERAÇÕES INCIDENTES SOBRE O OBJETO DO CONTRATO

10.1 A alteração incidente sobre o objeto do Contrato deve ser consensual e pode ser quantitativa, quando importa acréscimo ou diminuição quantitativa do objeto do Contrato, ou qualitativa, quando a alteração diz respeito a características e especificações técnicas do objeto do Contrato.

10.1.1 A alteração quantitativa sujeita-se aos limites previstos nos § 1º e 2º do artigo 81 da Lei n. 13.303/2016, devendo observar o seguinte:

a) A aplicação dos limites deve ser realizada separadamente para os acréscimos e para as supressões, sem que haja compensação entre os mesmos;

b) Deve ser mantida a diferença, em percentual, entre o valor global do Contrato e o valor orçado pela **CHESF**, salvo se o fiscal técnico do Contrato apontar justificativa técnica ou econômica, que deve ser ratificada pelo gestor do Contrato.

10.1.2 A alteração qualitativa não se sujeita aos limites previstos nos § 1º e 2º do artigo 81 da Lei n. 13.303/2016, devendo observar, cumulativamente, o seguinte:

a) Os encargos decorrentes da continuidade do Contrato devem ser inferiores aos da rescisão contratual e aos da realização de um novo procedimento licitatório;

b) As consequências da rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação, devem importar prejuízo relevante ao interesse coletivo a ser atendido pela obra ou pelo serviço;

c) As mudanças devem ser necessárias ao alcance do objetivo original do Contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes;

d) A capacidade técnica e econômico-financeira do **CONTRATADO** deve ser compatível com a qualidade e a dimensão do objeto contratual aditado;

e) A motivação da mudança contratual deve ter decorrido de fatores supervenientes não previstos e que não configurem burla ao processo licitatório;

f) A alteração não deve ocasionar a transfiguração do objeto originalmente **CONTRATADO** em outro de natureza ou propósito diverso.

10.1.3 As alterações incidentes sobre o objeto devem ser:

a) Instruídas com memória de cálculo e justificativas de competência do fiscal técnico e do fiscal administrativo da **CHESF**, que devem avaliar os seus pressupostos e condições e, quando for o caso, calcular os limites;

b) As justificativas devem ser ratificadas pelo gestor do Contrato da **CHESF**; e

c) Submetidas à área jurídica e, quando for o caso, à área financeira ou técnica da **CHESF**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO CONTRATO

11.1 O equilíbrio econômico-financeiro do Contrato deve ocorrer por meio de:

a) Reajuste; ou

b) Revisão.

Cícero Gonçalves dos Santos
ID. 268.425

11.1.1 O preço estabelecido na Cláusula Segunda é firme e irreajustável durante 12 (doze) meses, contados a partir da data da sessão de disputa. Decorrido este prazo, o **CONTRATADO** deverá solicitar o reajuste, que observará a fórmula a seguir exposta, com periodicidade anual. O valor do reajuste poderá ser para mais ou para menos conforme o resultado do cálculo do índice seja positivo ou negativo, respectivamente.

MATERIAL

FCM0302 (FÓRMULAS COGE® MATERIAIS – ***www.formulascoge.org.br***)

R = Po (1,00 PI)

Onde:

R = preço reajustado;

Po = valor do preço básico a reajustar;

Novembro/2019 = mês/ano da sessão de disputa de preços.

ÍNDICE UTILIZADO, FORNECIDO PELO SISTEMA FÓRMULAS COGE®	
SÍMBOLO	**DESCRIÇÃO**
PI	Produtos industriais

11.1.1.1 Os cálculos serão efetuados de acordo com a variação dos índices, fornecida pelo **Sistema Fórmulas COGE®** (***www.formulascoge.org.br***), no período de referência.

11.1.1.2 Enquanto não divulgados os índices correspondentes ao mês do reajuste, os cálculos serão efetuados de acordo com os últimos índices conhecidos, cabendo, quando publicados os índices definitivos, a correção dos mesmos.

11.1.1.2.1 Nas aferições finais, todos os índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.

11.1.1.3 A aplicação da condição de reajustamento de preços estará sujeita às disposições da legislação em vigor.

11.1.1.4 A periodicidade de reajuste poderá ser alterada, sempre observando o que a respeito dispuser a legislação superveniente à data da assinatura deste Contrato.

11.1.2 Ocorrendo atraso atribuível ao **CONTRATADO**, antecipação ou prorrogação na realização dos eventos de fornecimentos, o reajuste obedecerá às seguintes condições:

11.1.2.1 Em caso de atraso:

a) Se houver aumento dos índices, prevalecerão aqueles vigentes nas datas previstas no Contrato ou no cronograma físico-financeiro em que os eventos de fornecimento deveriam ser realizados;

b) Se houver redução dos índices prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que os eventos de fornecimento forem efetivamente realizados.

11.1.2.2 No caso de antecipação, prevalecerão os índices vigentes nas datas em que os eventos de fornecimento forem efetivamente realizados.

11.1.2.3 No caso de prorrogação do prazo contratual, o cronograma de execução física, quando for o caso, deverá ter os eventos reformulados e aprovados, prevalecendo os índices vigentes nas datas previstas para a realização dos novos eventos de fornecimento.

11.1.2.4 A concessão do reajuste de acordo com o **subitem 11.1.2** não eximirá o **CONTRATADO** das penalidades contratuais previstas na Cláusula Décima Quarta deste Contrato.

11.1.2.5 A posterior recuperação do atraso não ensejará a atualização dos índices no período em que ocorrer a mora.

Cicero Gonçalves dos Santos
ID. 268.425

11.1.2.6 A prorrogação de que trata o **subitem 11.1.2.3**, subordina-se às disposições do artigo 71 da Lei n. 13.303/2016.

11.1.3 A revisão deve ser precedida de solicitação do **CONTRATADO**, acompanhada de comprovação:

a) Dos fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém com consequências incalculáveis;

b) Da alteração de preços ou custos, por meio de notas fiscais, faturas, tabela de preços, orçamentos, notícias divulgadas pela imprensa e por publicações especializadas e outros documentos pertinentes, preferencialmente com referência à época da elaboração da proposta e do pedido de revisão; e

c) De demonstração analítica, por meio de planilha de custos e formação de preços, sobre os impactos da alteração de preços ou custos no total do Contrato.

11.1.4 A revisão que não for solicitada durante a vigência do Contrato considera-se preclusa com a prorrogação ou renovação contratual ou com o encerramento do Contrato.

11.1.5 Caso, a qualquer tempo, o **CONTRATADO** seja favorecido com benefícios fiscais isenções e/ou reduções de natureza tributária em virtude do cumprimento do Contrato, as vantagens auferidas serão transferidas à **CHESF**, reduzindo-se o preço.

11.1.6 Caso, por motivos não imputáveis ao **CONTRATADO**, sejam majorados os gravames e demais tributos ou se novos tributos forem exigidos do **CONTRATADO**, cuja vigência ocorra após a data da apresentação da Proposta, a **CHESF** absorverá os ônus adicionais, reembolsando o **CONTRATADO** dos valores efetivamente pagos e comprovados, desde que não sejam de responsabilidade legal direta e exclusiva do **CONTRATADO**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

FORMALIZAÇÃO DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 As alterações contratuais incidentes sobre o objeto e as decorrentes de revisão contratual devem ser formalizadas por termo aditivo firmado pela mesma autoridade que firmou o Contrato, devendo o extrato do termo aditivo ser publicado no sítio eletrônico da **CHESF**.

12.1.1 Não caracterizam alteração do Contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de termo aditivo:

a) A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços;

b) As atualizações, as compensações ou as penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no Contrato;

c) A correção de erro material havido no instrumento de Contrato;

d) As alterações na razão ou na denominação social do **CONTRATADO**;

e) As alterações na legislação tributária que produza efeitos nos valores contratados, nas hipóteses dos **itens 11.1.5** e **11.1.6** do presente Contrato; e

f) Renovações contratuais, sejam por extensão do prazo de execução ou prorrogação do prazo de vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

RESCISÃO

13.1 O inadimplemento contratual de ambas as partes contratantes autoriza a rescisão, que deve ser formalizada por distrato. Aplica-se a teoria do adimplemento substancial, devendo as partes contratantes ponderar, no que couber, antes de decisão pela rescisão:

a) Impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;

b) Riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;

c) Motivação social e ambiental do empreendimento;

Cícero Gonçalves dos Santos
ID. 268.425

d) Custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;

e) Despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;

f) Possibilidade de saneamento dos descumprimentos contratuais;

g) Custo total e estágio de execução física e financeira do Contrato;

h) Empregos diretos e indiretos perdidos em razão da paralisação do Contrato;

i) Custo para realização de nova licitação ou celebração de novo Contrato;

j) Custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

13.1.1 O Contrato pode ser rescindido pela **CHESF** nos casos em que o **CONTRATADO** for agente econômico envolvido em casos de corrupção ou sobre os quais haja forte suspeita de envolvimento, condicionada à prévia manifestação fundamentada da Diretoria de *Compliance* ou equivalente.

13.1.2 A rescisão contratual, quando promovida pela **CHESF**, deve seguir o processo administrativo preceituado no artigo 97 do Regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a **CHESF** poderá, garantida a prévia defesa, de acordo com o processo administrativo preceituado no artigo 97 do Regulamento, aplicar ao **CONTRATADO** as sanções de advertência ou suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CHESF** por prazo não superior a 2 (dois) anos, que podem ser cumuladas com multa.

14.1.1 As sanções administrativas devem ser aplicadas diante dos seguintes comportamentos do **CONTRATADO**:

a) Dar causa à inexecução parcial ou total do Contrato;

b) Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

d) Prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;

e) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

f) Comportar-se com má-fé ou cometer fraude fiscal.

14.1.2 A sanção de suspensão, referida no inciso III do artigo 83 da Lei n. 13.303/2016, deve observar os seguintes parâmetros:

a) Se não se caracterizar má-fé, a pena base deve ser de 6 (seis) meses;

b) Caracterizada a má-fé ou intenção desonesta, a pena base deve ser de 1 (um) ano.

14.1.3 As penas bases definidas no **item 14.1.2** desta Cláusula devem ser qualificadas nos seguintes casos:

a) Em 1/2 (um meio), se o **CONTRATADO** for reincidente;

b) Em 1/2 (um meio), se a falta do **CONTRATADO** tiver produzido prejuízos relevantes para a **CHESF**.

14.1.4 As penas bases definidas no **item 14.1.2** desta Cláusula devem ser atenuadas nos seguintes casos:

a) Em 1/4 (um quarto), se o **CONTRATADO** não for reincidente;

b) Em 1/4 (um quarto), se a falta do **CONTRATADO** não tiver produzido prejuízos relevantes para a **CHESF**;

c) Em 1/4 (um quarto), se o **CONTRATADO** tiver reconhecido a falta e se dispuser a tomar medidas para corrigi-la; e

d) Em 1/4 (um quarto), se o **CONTRATADO** comprovar a existência e a eficácia de procedimentos internos de integridade, de acordo com os requisitos do artigo 42 do Decreto n. 8.420/2015.

14.1.5 Na hipótese do **item 14.1.4** desta Cláusula, se não caracterizada má-fé ou intenção desonesta e se o **CONTRATADO** contemplar os requisitos para as atenuantes previstos nas **alíneas 'a)'**, **'b)'**, **'c)'** e **'d)'** do **item 14.1.4**, a

Cícero Gonçalves dos Santos
ID. 268.425

pena de suspensão deve ser substituída pela de advertência, prevista no inciso I do artigo 83 da Lei n. 13.303/2016.

14.1.6 O **CONTRATADO** estará sujeito à multa:

a) De mora, por atrasos não justificados no prazo de execução de 0,2% (dois décimos por cento) do valor da parcela do objeto contratual em atraso, por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

b) Compensatória, pelo descumprimento total do Contrato, no montante de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

14.1.7 Se a multa moratória alcançar o seu limite e a mora não se cessar, o Contrato pode ser rescindido, salvo decisão em contrário, devidamente motivada, do gestor do Contrato, fundamentada no **item 13.1** do presente Contrato.

14.1.8 Caso a multa não cubra os prejuízos causados pelo **CONTRATADO**, a **CHESF** pode exigir indenização suplementar, valendo a multa como mínimo de indenização, na forma do preceituado no parágrafo único do artigo 416 do Código Civil.

14.1.9 A multa pode ser descontada da garantia, dos pagamentos devidos ao **CONTRATADO** em razão do Contrato em que houve a aplicação da multa ou de eventual outro Contrato havido entre a **CHESF** e o **CONTRATADO**, aplicando-se a compensação prevista nos artigos 368 e seguintes do Código Civil.

14.2 Na hipótese do **CONTRATADO** incorrer em multa, a **CHESF** emitirá um Aviso de Lançamento – AVL, que deverá ser pago no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da sua emissão. Caso exista alguma fatura vincenda, do **CONTRATADO**, a ser paga antes desse prazo, o AVL será descontado por ocasião do seu pagamento.

14.2.1 Enquanto esteja sendo discutido o controverso pelas partes, em face do **CONTRATADO** ter um único faturamento pendente de recebimento, a **CHESF** reterá valor no limite máximo da sanção contratual até o processamento final do AVL.

14.2.2 Em caso de inadimplência, a **CHESF** tomará as seguintes medidas:

a) O AVL deverá ser descontado de qualquer recebível que o **CONTRATADO** tenha junto a **CHESF**, independente da vinculação contratual que o mesmo tenha sido constituído;

b) A **CHESF** emitirá Título de Crédito contra o **CONTRATADO**, ficando o mesmo ainda sujeito à inscrição em cadastros públicos e privados de inadimplentes.

b.1) Considera-se a assinatura deste Contrato o "aceite" e a "autorização" para emissão de Título de Crédito contra o **CONTRATADO.**

14.2.3 Caso a inadimplência ainda persista:

a) O AVL deverá ser encaminhado para complementar processo de punição administrativa contra o **CONTRATADO**, considerando que o motivo da multa justifique a sua abertura;

b) Levará o Título de Crédito a protesto no local onde será exigida a obrigação;

c) Caso não haja o pagamento nesta última oportunidade, o Título de Crédito será encaminhado para execução e/ou subsidiar processo de cobrança judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

PUBLICIDADE E CONFIDENCIALIDADE

15.1 Quaisquer informações relativas ao presente Contrato, somente podem ser dadas ao conhecimento de terceiros, inclusive através dos meios de publicidade disponíveis, após autorização, por escrito, da **CHESF**. Para os efeitos desta Cláusula, deve ser formulada a solicitação, por escrito, à **CHESF**, informando todos os pormenores da intenção do **CONTRATADO**, reservando-se, à **CHESF**, o direito de aceitar ou não o pedido, no todo ou em parte.

Cícero Gonçalves dos Santos
ID. 268.425

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

ATOS LESIVOS À CHESF

16.1 Com fundamento no artigo 5 da Lei n. 12.846/2013, o **CONTRATADO** estará sujeito às sanções estabelecidas na Cláusula da Responsabilização Administrativa, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à **CHESF**, assim definidos:

a) Fraudar o presente instrumento contratual;

b) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o instrumento contratual;

c) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações deste instrumento contratual, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou neste instrumento contratual; ou

d) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro deste instrumento contratual; e

e) Realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei n. 12.846/2013, Decreto n. 8.420/2015, Lei n. 8.666/1993, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos associados ao tema de corrupção, ainda que não relacionadas no presente Contrato.

16.1.1 As sanções indicadas no **item 16.1** desta Cláusula se aplicam quando o **CONTRATADO** se enquadrar na definição legal do parágrafo único do artigo 1 da Lei n. 12.846/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

17.1 A prática, pelo **CONTRATADO**, de qualquer ato lesivo previsto na Cláusula Atos lesivos à **CHESF** deste Contrato ou no artigo 5 da Lei n. 12.846/2013, o sujeitará, com fundamento no artigo 6 da Lei n. 12.846/2013, garantida a ampla defesa e o contraditório, às seguintes sanções administrativas:

a) Multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação;

b) Publicação extraordinária da decisão condenatória;

c) Na hipótese da aplicação da multa prevista na alínea "**a)**", do caput desta Cláusula, caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, a multa será de R$ 6.000,00 (seis mil reais) a R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais);

17.1.1 A **CHESF** deve levar em consideração, na aplicação das sanções aqui previstas, o estabelecido no artigo 7 e seus incisos da Lei n. 12.846/2013.

17.1.2 Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei n. 13.303/2016, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o **CONTRATADO** também estará sujeito a sanções administrativas do **item 14.1** deste Contrato a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

17.1.3 As sanções descritas no caput desta Cláusula devem ser aplicadas fundamentadamente, isolada ou cumulativamente, de acordo com as peculiaridades do caso concreto e com a gravidade e natureza das infrações.

17.1.4 A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da **CHESF**.

17.1.5 A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.

17.1.6 A publicação extraordinária da decisão condenatória ocorrerá na forma de extrato de sentença, a expensas do **CONTRATADO**, em meios de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação da pessoa jurídica contratada, na sua falta, em publicação de circulação nacional, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e no sítio eletrônico na rede mundial de computadores.

Cicero Gonçalves dos Santos
ID. 268.425

17.1.7 A publicação a que se refere o **item 17.1.6** será feita a expensas da pessoa jurídica sancionada.

17.1.8 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à **CHESF** resultantes de ato lesivo cometido pelo **CONTRATADO**, com ou sem a participação de agente público.

17.1.9 O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei 12.846/2013 e no Decreto n. 8.420/2015, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o art. 21 do Decreto n. 8.420/2015.

17.1.10 Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

17.1.11 As disposições desta **Cláusula** se aplicam quando o **CONTRATADO** se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei n. 12.846/2013.

17.1.12 Não obstante o disposto nesta Cláusula, o **CONTRATADO** estará sujeito a quaisquer outras responsabilizações de índole cível, administrativa e/ou criminal, previstas neste Contrato e/ou na legislação aplicável, no caso de quaisquer violações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

INSPEÇÃO TÉCNICA

18.1 O material adquirido através deste Contrato estará sujeito, no ato do recebimento, a verificação de suas características físico-construtivas, conforme especificado neste instrumento contratual. A **CHESF** deverá se pronunciar sobre os resultados obtidos até 10 (dez) dias consecutivos após o recebimento do material.

18.2 Quando for constatada qualquer não conformidade, o material será colocado à disposição do **CONTRATADO** no local em que o mesmo foi entregue, cabendo-lhe providenciar a sua retirada no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da data de sua comunicação por parte da **CHESF**, cabendo ainda, ao **CONTRATADO**, a responsabilidade sobre todos os custos despendidos no transporte para devolução e nova entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

DA EMBALAGEM E TRANSPORTE

19.1 O **CONTRATADO** é responsável pela embalagem e identificação do material, de forma que seja possível à **CHESF** a adequada conferência do material recebido, de forma inequívoca com os itens discriminados nas Notas Fiscais, devendo fornecer à **CHESF** documentos auxiliares (como romaneios) de modo a permitir o recebimento provisório e conferência dos materiais.

19.2 O material deverá ser fornecido com embalagem adequada para transporte, recebimento, conferência e armazenagem, de modo a reduzir riscos de deterioração do material, ficando o **CONTRATADO** responsável por perdas e danos decorrentes de embalagem insuficiente e/ou inadequada.

19.3 O **CONTRATADO** é responsável pelo transporte e seguro do material, até o local de entrega.

19.4 O **CONTRATADO** é responsável pela descarga do material no local de entrega na área indicada pela **CHESF.**

19.5 O **CONTRATADO** somente deverá realizar as entregas de material após a prévia autorização do Administrador do Contrato, respeitando os horários definidos pela **CHESF.**

19.5.1 O **CONTRATADO** deverá fornecer as informações a seguir, por meio digital inclusive, quando solicitado pela **CHESF:**

a) Cronograma com a(s) data(s) da(s) entrega(s) e número total de viagens;

b) Nome da transportadora e os dados dos motoristas (Nome completo, nº da CNH e RG) e demais pessoas que irão trabalhar no local de entrega (Nome Completo e nº do RG);

c) Especificações da embalagem (desenho, dimensões, dentre outras);

Cicero Gonçalves dos Santos
ID. 268.425

d) Quais as condições e equipamentos necessários para movimentação do material nas condições mais econômicas e seguras;

e) Quais as condições adequadas para armazenagem (tipo de instalação de armazenagem, fator de empilhamento, simbologia quanto às intempéries, dentre outras).

19.6 O **CONTRATADO** deverá entregar o material acompanhado com romaneio(s), obrigatoriamente, quando a entrega do material for fracionada e/ou itens da Nota Fiscal estiverem dispostos em mais de um volume, ou quando solicitado pela **CHESF** nos demais casos, constando o seguinte:

a) Identificação do material e do volume com referência à respectiva Nota(s) Fiscal(is) e romaneio(s);

b) Identificação dos materiais embalados em cada volume (kits, peças sobressalentes, acessórios, etc.);

c) Descrição do material (modelo, referência, características, etc.) que permitam a identificação e conferência física;

d) Quantidade e unidades de itens que constam em cada volume;

e) Pesos e dimensão de cada volume.

19.6.1 O **CONTRATADO** deverá fornecer um romaneio para cada Nota Fiscal.

19.6.2 O **CONTRATADO** deverá enviar cópia eletrônica dos romaneios, caso seja solicitado para a **CHESF.**

CLÁUSULA VIGÉSIMA

DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 Visando a equidade de gênero, fica explicitado, neste Contrato, que os termos porventura utilizados, como pregoeiro, agente de licitação, empregado e outros, que estejam referidos pelo termo genérico representativo do masculino, referem-se a todo o coletivo, o que inclui mulheres e homens.

20.2 O **CONTRATADO** deverá garantir, para a realização do fornecimento, direitos iguais a todos os seus empregados, e ser contrária a qualquer forma de discriminação à pessoa com deficiência, etnia, raça, cor, gênero, idade, estado civil, religião, condições de saúde, orientação sexual, origem social ou regional, opinião política ou outra forma qualquer de discriminação.

20.3 A **CHESF** se reserva o direito de efetuar diligências e auditorias, a qualquer tempo, nas dependências do **CONTRATADO** e/ou locais de realização dos serviços, para monitorar e verificar o cumprimento da legislação que proíbe o emprego de trabalho forçado ou compulsório e que veda o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

20.4 O **CONTRATADO** deverá obedecer à legislação ambiental vigente, no que couber, e respeitar o Código de Ética da Chesf.

20.5 Não será permitido o subfornecimento.

20.6 Fica terminantemente proibida a DAÇÃO do presente Contrato como garantia de qualquer transação do **CONTRATADO**.

20.7 Manter, durante toda a vigência deste Contrato, as obrigações por ele assumidas na sua proposta, tanto em relação às condições de habilitação, como as de qualificação e as demais exigidas na licitação.

20.7.1 Se durante o prazo de vigência do Contrato, o **CONTRATADO** modificar sua situação em relação ao enquadramento no Simples Nacional, é sua responsabilidade comunicar imediatamente a **CHESF**, conforme prevê a Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 11/01/2012.

20.7.2 O descumprimento das disposições acima e a manutenção do **CONTRATADO** em situação irregular perante suas obrigações poderão implicar em rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

20.8 Na hipótese de descontinuidade ou obsolescência do objeto contratual durante todo o fornecimento, poderá ser aceito um produto substituto, mediante aprovação da **CHESF**, desde que atenda as características básicas especificadas e não represente ônus para a **CHESF**.

Cicero Gonçalves dos Santos
ID. 268.425

20.9 Fazem parte integrante do presente Contrato os documentos abaixo, independentemente de transcrição naquilo que, explícita ou implicitamente, com o mesmo não conflitem:

- EDITAL PG-70.2019.4280 e Termo de Referência DEPG-2019-169-00.
- PROPOSTA DO **CONTRATADO** APROVADA PELA CHESF.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

FORO

21.1 As partes contratantes elegem o foro da cidade de Recife, estado de Pernambuco, para solução de qualquer questão oriunda do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

21.2 E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas que também o subscrevem.

Recife, 23/12/19

Fernando José Duncan Meira
Gerente da Divisão de Compras e Contratações - DGCCC

Newdson Lourenço de Aquino
Superintendente Administrativo
CSC Nordeste - SGC

COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO - CHESF

PLUGNET INFORMÁTICA
CNPJ: 02.[illegible]/0001-80
Breno Tavares
Diretor Comercial

PLUGNET COMERCIO E REPRESENTAÇOES LTDA

Eraldo Cabral dos Santos
Mat. 77.600

Patrícia Paiuolo Paes Silva
Administradora
Mat. 241.156

TESTEMUNHAS

Cicero Gonçalves dos Santos
ID. 268.425

PLUGNET
INFORMATICA

Platinum Partner
Printing & Computing Systems

Microsoft
Registered Microsoft Partner

vmware PARTNER
ENTERPRISE SOLUTION PROVIDER

Recife, 14 de Novembro de 2019.

A
CHESF - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTO - SGS
Pregão Eletrônico Nº PG-70.2019.4280
Nº da Licitação: 00180/2019

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

Prezados Senhores,

Apresentamos nossa proposta revisada, de acordo com o menor preço ofertado durante a sessão do pregão, para a licitação em referência, cujo objeto é Desktops Avançados, no valor total de R$ 448.000,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil reais), sendo:

Item	Grupo	Preço (R$)
01	ITEM 01 - DESKTOPS AVANÇADOS Workstation HP Z4 G4 (3KW62AV#TMP) + HP EliteDisplay E233 23" (1FH46AA#ABA) + CarePack Desktop 5/5/5 CTR 48h (U1G72E) + CarePack Monitor 5/5/5 CTR 48h (UL083E)	448.000,00

discriminado na Planilha de Preços anexa, elaborada de acordo com o modelo de planilha fornecido no Edital supramencionado.

Ratificamos que lemos e compreendemos os princípios e normas constantes dos *'Princípios e Compromissos de Conduta Empresarial na Relação da Chesf com os Fornecedores'*, comprometendo-nos a atuar de acordo com as condutas estabelecidas, e que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o fornecimento e que foram levadas em consideração, para elaboração da proposta, as características particulares do fornecimento objeto desta licitação e assumimos exclusiva e integral responsabilidade pelo fornecimento, nos comprometendo a cumprir integralmente todas as condições técnicas definidas no Termo de Referência fornecido anexo ao Edital supramencionado.

Plugnet Comércio e Representações LTDA
Breno José de A Tavares
RG 1.862.424 – SSP/RN
Diretor

PLUGNET
INFORMATICA

DADOS DA EMPRESA:	DADOS BANCÁRIOS:	DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO:
Razão Social: Plugnet Comércio e Representações LTDA Inscrição Estadual: 18.1.001.0241444-4 CNPJ: 02.213.325/0001-88 Endereço: Rua General Abreu e Lima, 222, Rosarinho Recife - PE CEP 52.041-040 Fone/Fax: 81 3426.7006	Banco: 001 - Banco do Brasil S.A. Agência: 1509-1 (Casa Forte) Conta Corrente: 9.075-1	Nome: Breno José de Araújo Tavares Estado Civil: Casado Profissão: Empresário RG: 1.862.424 – SSP/RN CPF: 376.381.144-34 Endereço: Rua Jorge de Albuquerque, 31, Apto. 1201, Casa Forte Recife/PE CEP: 52.061-100
DECLARA QUE ESTÁ ENQUADRADA NA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA(ME) OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE(EPP):		( ) SIM (X) NAO
OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL:		( ) SIM (X) NAO

DADOS DO FORNECIMENTO
CÓDIGO FINAME: NÃO (X) SIM ( )
SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA: NÃO (**x**) SIM ( ) DISPOSITIVO LEGAL: NCM: **8471.50.10**

PLUGNET INFORMATICA

Recife, 14 de Novembro de 2019.

A
CHESF - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPRIMENTO - SGS
Pregão Eletrônico Nº PG-70.2019.4280
Nº da Licitação: 00180/2019

PLANILHA DE PREÇOS DO MATERIAL (PG-70.2019.4280)

PLANILHA DE PREÇO DO EQUIPAMENTO					
Item	Descrição Técnica do Material	Qtd. (und.)	Aliquota ICMS Origem (%)	Preço DDP com Impostos	
				Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
01	**ITEM 01 - DESKTOPS AVANÇADOS** **Marca: HP** **Modelo: Workstation HP Z4 G4 (3KW62AV#TMP) + HP EliteDisplay E233 23" (1FH46AA#ABA) + CarePack Desktop 5/5/5 CTR 48h (U1G72E) + CarePack Monitor 5/5/5 CTR 48h (UL083E)** **Características:** Workstation HP Z4 G4, com Processador Intel Xeon W-2133, Memória de 32GB (2x16GB) DDR4-2666 ECC Registered DIMMs, HD de 1TB SATA 7200 rpm 6Gb/s 3.5" HDD, DVD-RW, Teclado ABNT-2 USB, Mouse Óptico 1000 DPI USB, sensor de intrusão e trava solenoid, Placa de Vídeo NVIDIA Quadro P2000 5GB, com 01 adaptador DisplayPort para DVI. Fonte PFC de 1000W. Acompanha Monitor HP EliteDisplay E233 23". Garantia de 5 anos on-site do fabricante, com tempo de solução de 48h.	25	18%	17.920,00	**448.000,00**

DADOS DO LICITANTE
Razão Social: Plugnet Comércio e Representações LTDA
CNPJ: 02.213.325/0001-88
Inscrição Estadual: 18.1.001.0241444-4
Endereço: Rua General Abreu e Lima, 222 – Rosarinho - Recife-PE, CEP 52.041-040

PLUGNET
INFORMATICA

CONDIÇÕES COMERCIAIS:

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R$ 448.000,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil reais)

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da abertura da sessão pública.

PRAZO DE ENTREGA: 20 (vinte) dias contados a partir da autorização de fornecimento

GARANTIA DOS PRODUTOS OFERTADOS: Conforme Edital;

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Edital.

LOCAL DE ENTREGA: Conforme Edital.

Impostos e Taxas: nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

ABERTURA DE CHAMADOS NA HP

Telefone: **0800 709 77 51**
Internet: www.hp.com.br

ASSISTÊNCIA TÉCNICAS HP

UNISYS BRASIL LTDA.
Endereço: Av. Domingos Ferreira, 467, Pina
Cidade: Recife - PE.
Telefone: 81 2102.3444 / 99435.9885

Atenciosamente,

Plugnet Comércio e Representações LTDA
Breno José de A Tavares
RG 1.862.424 – SSP/RN
Diretor

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO

DIRETORIA DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO - DE
SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO DA EXPANSÃO E MEIO AMBIENTE - SEP
DEPARTAMENTO DE GEOTECNOLOGIA - DEPG

Empresa do Sistema Eletrobrás

TERMO DE REFERÊNCIA
PARA
AQUISIÇÃO DE DESKTOPS AVANÇADOS
DEPG-2019-169-00

Sumário

1 OBJETO DA LICITAÇÃO 3
2 JUSTIFICATIVA 3
3 REQUISITOS DE FORNECIMENTO 3
4 ENDEREÇO DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DURANTE O PRAZO DE GARANTIA 4
5 REQUISITOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS DOS EQUIPAMENTOS 4
5.1 PROCESSADOR 4
5.2 PLACA MÃE E BIOS 5
5.3 MEMÓRIA 7
5.4 INTERFACE DE VÍDEO 7
5.5 UNIDADE DE ARMAZENAMENTO 7
5.6 INTERFACE DE REDE 7
5.7 INTERFACE DE SOM 7
5.8 GABINETE 8
5.9 GRAVADOR DE DVD 8
5.10 FONTE DE ALIMENTAÇÃO 8
5.11 MONITOR 8
5.12 TECLADO 9
5.13 MOUSE 9
6 SOFTWARES 9
7 COMPATIBILIDADE 10
8 DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES 10
9 OUTROS REQUISITOS 11
10 SERVIÇOS DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA 11

1 OBJETO DA LICITAÇÃO

Este Termo de Referência estabelece os requisitos que deverão ser obedecidos na apresentação de propostas para o fornecimento de *Desktops* Avançados (*Workstations*) com garantia de 60 meses na Sede da Chesf (Recife/PE).

2 JUSTIFICATIVA

Já faz algum tempo que a informática se tornou uma ferramenta fundamental para a execução dos serviços nas empresas públicas e privadas.

Como acontece com a maioria das tecnologias, os computadores sofrem um processo de depreciação natural que, associado ao avanço das tecnologias, faz com que alguns equipamentos se tornem obsoletos para o fim a que se destinam, e dessa forma, não atendam mais aos requisitos mínimos exigidos nas versões mais recentes das soluções operacionalizadas nas empresas.

Nesse sentindo, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, visando modernizar alguns computadores das áreas de engenharia de transmissão e geração da empresa, tem a necessidade de renovar as antigas estações de trabalho desses setores que são responsáveis por gerir a infraestrutura dos dados espaciais, geração de projetos e de modelos de simulação hidrológicos, além de formular diretrizes e estratégias para o desenvolvimento de projetos de geração da Chesf.

A aquisição de computadores voltados a atender as demandas dessas áreas é essencial ao desenvolvimento das atividades a serem cumpridas pela empresa, impactando positivamente nos resultados a serem alcançados pelas atividades desenvolvidas pela Companhia.

Nesse sentido, objetivando solucionar os problemas de compatibilidade com as soluções mais recentes na empresa, e garantir performance e produtividade, à Chesf está lançando esse termo de referência para aquisição de 25 (vinte e cinco) *desktops*.

3 REQUISITOS DE FORNECIMENTO

3.1 Para esta aquisição não será permitida a formação de consórcio e/ou subfornecimento.

3.2 Todos os componentes da solução ofertada deverão ser novos;

3.3 Os equipamentos deverão ser ofertados com todos os itens necessários à sua perfeita instalação, ativação e funcionamento, incluindo cabos, conectores, interfaces, suportes, *drivers*, fontes de alimentação com adaptadores do novo padrão ABNT de tomadas para o antigo padrão e programas de configuração;

3.4 Caso seja ofertado componente comprovadamente superior aos especificados, a Chesf deverá avaliar a documentação apresentada por meio eletrônico e aceitar ou não o componente proposto;

3.5 Os equipamentos deverão estar acompanhados de sua documentação técnica completa e atualizada, que contenha manuais, guias de instalação e outros pertinentes em sua forma original, pois não serão aceitas cópias de qualquer tipo;

3.6 Os equipamentos devem ser totalmente compatíveis com o sistema operacional Microsoft Windows 10 Pro para Workstation (mais de 4 núcleos), em Português (Brasil), inclusive todos os *drivers* de todos os seus componentes;

3.7 Não serão admitidos configurações e ajuste que impliquem no funcionamento do equipamento fora as condições normais recomendadas pelo fabricante do equipamento ou dos

componentes, tais como, alterações de frequência de *clock* (*overclock*), e *drivers* não recomendados pelo fabricante do equipamento;

3.8 Os equipamentos devem ser entregues no prazo de até 20 (vinte) dias corridos após a autorização de fornecimento;

3.9 O transporte de todos os equipamentos ofertados, até a sede da Chesf, situada à Rua Delmiro Gouveia nº 333 – Bairro: San Martin – Recife (PE) – CEP 50761-901, será de responsabilidade da Contratada.

4 ENDEREÇO DE ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DURANTE O PRAZO DE GARANTIA

LOCALIDADE	ENDEREÇO
CHESF - EDF. ANDRÉ FALCÃO (PRÉDIO SEDE)	RUA DELMIRO GOUVEIA, 333 SAN MARTIN – CEP 50761-901 RECIFE – PE – ANEXO 1 – PMS FONE: (81) 3229-2758 / (81) 3229-2273

5 REQUISITOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS DOS EQUIPAMENTOS

ITEM 1 – DESKTOP AVANÇADO:

5.1 PROCESSADOR

5.1.1 Arquitetura 64 *bits*;

5.1.2 Suporte à memória DDR4-2666 MHz;

5.1.3 Largura de banda máxima da memória 85.3GB/s;

5.1.4 Frequência do processador de no mínimo de 3.60GHz;

5.1.5 Frequência turbo max de no mínimo de 3.90GHz;

5.1.6 Processador com no mínimo 06 núcleos e 12 *Threads*, com *cache* L2 total de no mínimo 8.25MB, suporte a pelo menos 128GB de memória RAM;

5.1.7 Processador de última geração (mais recente), com suporte à arquitetura de 64 *bits*, tecnologia AVX 2.0 ou similar;

5.1.8 Controladora de memória integrada;

5.1.9 Suporte ao conjunto de instruções AES (*Advanced Encryption Standard*);

5.1.10 Controle de nível do desempenho automático, ajustando dinamicamente a frequência e a voltagem de acordo com a necessidade requerida pela atividade do momento;

5.1.11 Implementar tecnologia que permite que máquinas virtuais hospedeiras usem diretamente os dispositivos periféricos, tais como *ethernet*, placas aceleradoras gráficas e controladores de disco rígido, através da DMA e remapeamento de interrupções;

5.1.12 Possuir tecnologia vPro ativada ou similar;

5.1.13 Deverá ser totalmente compatível com as funcionalidades descritas para gerenciamento remoto previstas para a placa principal;

5.1.14 TDP (*termal Design Power*) máximo de 140W;

5.1.15 O dissipador e o *cooler* devem ser dimensionados para a perfeita refrigeração do processador, considerando que este esteja operando em sua capacidade máxima, em ambiente não refrigerado.

Referência: Intel Xeon W-2133 3.6GHz, 3.9GHz Turbo, 6C 8.25M Cache, HT, (140W) DDR4-2666 ou similar ou de melhor qualidade.

5.2 PLACA MÃE E BIOS

5.2.1 As configurações das funcionalidades de gerenciamento presentes na placa-mãe deverão ser feitas sem a necessidade de intervenção presencial à máquina, mesmo com o sistema operacional inoperante;

5.2.2 Deve permitir o gerenciamento remoto, como acesso a *Bios*, permitir iniciar o computador a partir de uma imagem (.iso) em um compartilhamento de rede ou CD no console de administração, mesmo com o equipamento desligado (mas energizado);

5.2.3 Permite instalação de sistemas operacionais remotamente, com acesso remoto ao teclado e mouse além da visualização remota gráfica das telas de instalação. O gerenciamento baseado em hardware deve funcionar em redes Microsoft NAP ou Cisco NAC;

5.2.4 Permite acesso remoto via *hardware*, através de conexão TCP/IP, independente do estado, tipo e versão do sistema operacional instalado no microcomputador ofertado, com controle remoto total da *Bios* e visualização das telas de *post*;

5.2.5 O gerenciamento remoto deve permitir autenticação via *Kerberos*;

5.2.6 Deve possuir chip de segurança no padrão TPM versão 1.2, integrado a placa-mãe;

5.2.7 Sistema de detecção de intrusão de chassis, com acionador instalado no gabinete, sem adaptações;

5.2.8 Deverá possuir memória não volátil integrada à placa-mãe para armazenamento de informações de inventário de *hardware* e *software*. Estas informações deverão estar acessíveis via rede (local ou na wan) para leitura remota por *software* de gerenciamento, independente do estado do sistema operacional, até mesmo com o computador desligado (mas energizado);

5.2.9 Deve possuir tecnologia de monitoramento térmico.

5.2.10 Controladora de som *on-board*;

5.2.11 Portas e expansões:

I. Possuir no mínimo, 8 (oito) portas USB 2.0 / 3.0 ou superior nativas, sendo no mínimo 6 (seis) na parte traseira e no mínimo 2 (duas) na parte frontal do gabinete;

II. Não será aceito qualquer tipo de adaptador extensor de portas.

III. Das 8 portas, devem existir pelo menos 6 (seis) USB 3.0 ou superior;

IV. Possuir, no mínimo, 01 (uma) porta serial disponível (podendo ser ofertadas soluções através de placas PCI ou PCI-e);

5.2.12 O dispositivo ofertado deverá possuir o modo *Advanced Host Controller Interface* (AHCI) *chipset* SATA

5.2.13 A placa deverá possuir controladora integrada com suporte a *RAID* 0, 1, 5 e 10 e no mínimo, quatro *interfaces* tipo SATA 3.0 - 06GB/s;

5.2.14 Não serão aceitas placas de livre comercialização no mercado.

5.2.15 A *BIOS* deve ser desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou em regime de OEM ou ter direitos *copyright* sobre essa *BIOS*. O fabricante do computador deverá possuir livre direito de edição sobre a mesma, garantindo assim adaptabilidade do conjunto adquirido, comprovados através de atestados fornecidos pelo fabricante do equipamento;

5.2.16 Tecnologia *CMOS* com *EEPROM* reprogramável;

5.2.17 *Setup* em Português ou Inglês;

5.2.18 Controle de acesso por senhas para inicializar, alterar as configurações de *BIOS* e disco rígido.

5.2.19 Possuir *chip* de segurança integrado padrão TPM (*Trusted Platform Module*) 1.2 ou superior, integrado à placa principal, acompanhado de *software* para sua implementação e gerenciamento;

5.2.20 Possuir suporte à tecnologia ACPI (*Advanced Configuration and Power Interface*), versão 3.0 ou superior, para gerenciamento de energia e controle automático de temperaturas;

5.2.21 Suporte para salvar e restaurar as configurações do *Setup*;

5.2.22 Gerenciamento no padrão *DASH* 1.0 ou *iAMT*;

5.2.23 Suportar *Plug & Play*;

5.2.24 Suportar *SMBIOS* (*System Management BIOS*) versão 2.4 ou superior;

5.2.25 Suporte à tecnologia de previsão/contingenciamento de falhas de disco rígido S.M.A.R.T (*Self-Monitoring, Analysis and Reporting Technology*) habilitada.

5.3 MEMÓRIA

5.3.1 Memória RAM tipo ECC RDIMM DDR4 2666 MHz ou superior, com dois módulos idênticos de 16 GB, ou quatro módulos idênticos de 8 GB, totalizando 32GB instalada, operando em modo *Dual Channel*. O equipamento deverá garantir e oferecer expansibilidade para 128GB;

5.4 INTERFACE DE VÍDEO

5.4.1 Controladora de vídeo *off-board* com 5 GB de memória GDDR5, com driver disponível para o sistema operacional Windows 10 Pro Workstation (mais de 4 núcleos). Possuir compatibilidade com *DirectX* 12 ou superior, compatibilidade com *OpenGL* 4.5 ou superior e *OpenCL*. Deverá ser compatível com uso de 4 (quatro) monitores de vídeo simultaneamente.

5.4.2 O dispositivo ofertado deverá vir necessariamente com uma porta DVI-D livre, sendo aceitos adaptadores. Caso a solução seja por adaptador, o mesmo deverá acompanhar o dispositivo.

5.4.3 Possuir largura de banda da memória de até 96GB/s, mínimo de 1,43 TFLOPS de desempenho de precisão de pico simples e consumo máximo de 80W.

Referência: Placa de vídeo NVIDIA Quadro P2000 ou similar ou de melhor qualidade.

5.5 UNIDADE DE ARMAZENAMENTO

5.5.1 01 (uma) unidade de disco rígido (HDD) com capacidade de armazenamento total de no mínimo 1 TB, interface tipo SATA III 6Gb/s, velocidade operação de no mínimo 7.200 RPM e *buffer* mínimo de 64 MB, com suporte tecnologia *SMART* para detecção de pré-falhas;

5.6 INTERFACE DE REDE

5.6.1 Controladora de rede integrada compatível com os padrões *Ethernet*, *Fast-Ethernet* e *Gigabit Ethernet* operando automaticamente nas velocidades de comunicação de (10/100/1000) Mbps, *autosense*, *full-duplex*, *plug-and-play*, deve possuir recursos *wake on lan* (wol);

5.6.2 Possuir, no mínimo 01 (uma) porta do tipo RJ-45 integrado.

5.7 INTERFACE DE SOM

5.7.1 Possuir controladora integrada, com conectores para entrada, saída e microfone na parte traseira do gabinete e com conector de saída e microfone na parte frontal do gabinete.

5.8 GABINETE

5.8.1 Gabinete torre padrão ATX, cor predominante preta, acabamento interno composto de superfícies não cortantes. Deve possuir botão liga/desliga, conectores de entrada de microfone e de saída de fones de ouvido (podendo um único conetor acumular as duas funções) e 2 (duas) ou mais portas USB 3.0 instalados na parte frontal do gabinete;

5.8.2 Deve permitir a abertura do equipamento e a troca dos componentes "unidade de mídia ótica", "memórias" e "placas de expansão" sem a utilização de ferramentas. Não serão aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original e não serão aceitos parafusos recartilhados;

5.8.3 Dimensões máximas de 432 x 520 x 180 mm.

5.9 GRAVADOR DE DVD

5.9.1 Unidade de mídia ótica interna, de conexão do tipo SATA (1.5Gb/s ou superior) na mesma cor do gabinete, compatível com DVD+R, DVD-R, DVD+RW, DVD-RW, CD-R, CD-RW e DVD.

5.10 FONTE DE ALIMENTAÇÃO

5.10.1 Fonte de alimentação para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 VAC, 50-60Hz, com seleção automática de tensão, com potência suficiente para suportar todos os dispositivos internos na configuração máxima admitida pelo equipamento (placa principal, placa de vídeo, *interfaces*, discos rígidos, memória RAM e demais periféricos), com potência mínima de saída de 900W real.

5.10.2 A fonte deve possuir pfc (*power factor correction*) ativo com eficiência superior a 85% (pfc 80+).

5.10.3 O modelo de fonte fornecido deve estar cadastrado no site www.80plus.com na categoria *SILVER* (podendo alcançar até 90% de eficiência) ou superior. A implementação deste requisito é fundamental para o cumprimento dos requisitos de sustentabilidade ambiental estabelecido na IN SLTI/MPOG n. 01 de 19 de janeiro de 2010.

5.11 MONITOR

5.11.1 Tamanho da tela: mínima de 23 polegadas;

5.11.2 Tela 100% plana de *LED Backlit LCD*, ou IPS;

5.11.3 Resolução suportada: 1920 x 1080 *Full HD* a 60 hz;

5.11.4 Proporção 16:10 ou 16:9;

5.11.5 Brilho mínimo de 250 CD/m2;

5.11.6 Relação de contraste mínima de 1.000:1;

5.11.7 Suporte mínimo a 16,2 milhões de cores;

5.11.8 Tempo de resposta máximo 8ms;

5.11.9 Distância entre pixels: máximo de 0.2652 (H) mm x 0.2652 (V) mm;

5.11.10 Conectores de entrada:

5.11.11 Uma entrada DVI e/ou *displayport*, compatível com a interface controladora de vídeo dos computadores ofertados – o cabo de interligação deve ser entregue junto com a

solução;

5.11.12 Uma entrada HDMI;

5.11.13 Uma 1 porta USB 3.0 para *upstream* e 2 portas USB 3.0 para *downstream*;

5.11.14 Controle digital de brilho, contraste, posicionamento vertical e posicionamento horizontal;

5.11.15 Tela com regulagem de altura (mínimo de 10cm) e inclinação;

5.11.16 Fonte de alimentação para corrente alternada com tensões de entrada de 100 a 240 vac, 50-60hz, com ajuste automático;

5.11.17 Para fins de atendimento da garantia do conjunto "computador + monitor", o monitor deverá ser da mesma marca do computador ou em regime de OEM.

5.12 TECLADO

5.12.1 Teclado padrão brasileiro ABNT2, com as seguintes características:

5.12.2 Mínimo de 12 (doze) teclas de funções (F1-F12) situadas na porção superior do teclado.

5.12.3 Impressão permanente sobre as teclas, não podendo apresentar desgaste por uso prolongado;

5.12.4 Teclas de baixo perfil;

5.12.5 Mínimo de 107 (cento e sete) teclas;

5.12.6 Teclas multimídia;

5.12.7 Cor predominante: preta;

5.12.8 Conexão via porta USB 2.0 ou superior;

5.12.9 Comprimento mínimo do fio 120 cm;

5.12.10 Recurso "*plug and play*";

5.12.11 Teclas macias para digitação confortável;

5.13 MOUSE

5.13.1 Mouse óptico, com as seguintes características:

5.13.2 Cor predominante: preta;

5.13.3 Design ergonômico;

5.13.4 Simétrico (ambidestro)

5.13.5 2 (dois) botões e botão *scroll wheel*;

5.13.6 Comprimento mínimo do fio 120 cm;

5.13.7 Conexão tipo usb 2.0 ou superior;

5.13.8 Recurso "*plug and play*";

5.13.9 Resolução mínima 1000 (mil) DPI.

6 SOFTWARES

6.1 *Software* para gravação de mídias CD/DVD;

6.2 Os equipamentos deverão ser acompanhados de licença do MS-Windows 10 Pro para Workstation *(mais de 4 núcleos)* arquitetura 64 *bits*, no idioma Português (Brasil), com mídia de recuperação.

6.3 Os equipamentos utilizados para homologação deverão ser entregues com o sistema operacional, pré-instalado pelo fabricante;

6.4 Todos os *drivers* para os sistemas operacionais suportados, inclusive atualizações de *firmware*, devem estar disponíveis para *download* na *web site* do fabricante do equipamento sem necessidade de qualquer identificação do usuário, e devem ser facilmente localizados e identificados pelo modelo do equipamento ou código do produto conforme etiqueta permanente afixada no gabinete;

6.5 Deverá ser gerado um CD de recuperação, de forma que se consiga facilmente a restauração de todo o sistema em caso de falha (um CD por máquina).

6.6 Licença de uso do Sistema Operacional com etiqueta OEM afixada no gabinete comprovando autenticidade do produto;

6.7 Entrega de licença do Sistema Operacional em caráter perpétuo com todos os recursos, para garantir atualizações de segurança gratuitas durante todo o prazo da garantia estabelecida pelo fornecedor do equipamento.

7 COMPATIBILIDADE

7.1 O equipamento ofertado deverá constar no *Microsoft hardware compatibility list* (HCL) para o sistema operacional exigido. A comprovação da compatibilidade será efetuada pela apresentação do documento *hardware compatibility test report* emitido especificamente para o modelo no sistema operacional ofertado;

7.2 Todos os dispositivos de *hardware*, além de seus *drivers* fornecidos deverão ser compatíveis com os sistemas operacionais Windows 10 Pro para Workstation (mais de quatro núcleos) 64 bits, ou superior.

8 DOCUMENTOS E DECLARAÇÕES

8.1 Deverá estar disponível no site do fabricante, o manual de serviço/manutenção do equipamento, com orientações técnicas de como remover e recolocar peças externas e internas do modelo do equipamento. Comprovar com fornecimento do(s) *link*(s) em uma declaração por escrito e/ou fornecimento dos manuais;

8.2 Todas as características técnicas solicitadas neste termo de referência, além de serem comprovadas por testes, aceitações e certificações, deverão ser comprovadas pelo fornecedor devidamente subsidiadas pelo fabricante, se forem pessoas jurídicas diversas, através de: catálogos técnicos, manuais do produto, bem como constar no site do respectivo produtor/fabricante, ou documento comprobatório emitido pelo fabricante, direcionado ao presente certame licitatório com as especificações técnicas solicitadas;

8.3 Idioma – todas as informações e documentos exigidos no termo de referência deverão ser apresentados, preferencialmente, em português. Será aceito como idioma alternativo apenas o inglês, caso contrário, deverá ser apresentada tradução juramentada;

8.4 Comprovação de conformidade com a norma *energy star* 5.1, ou superior, para computador e monitor;

8.5 Certificado ou comprovante de conformidade com a norma elétrica IEC 60950-1:2001 (*safety of information technology equipment including electrical business equipment*), do computador e monitor para segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos;

8.6 Certificado ou comprovante de conformidade com IEC-62311 ou EN-62311, relativo à exposição do público em geral relacionados a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos para o computador;

8.7 Certificação ou comprovante de conformidade com iso-9296 (*acoustics - declared noise emission values of computer and business equipment*) para o computador;

8.8 Certificado ou comprovante de conformidade que comprove que o conjunto computador+monitor não contenha substâncias perigosas como mercúrio (hg), chumbo (pb), cromo hexavalente (cr(vi)), cádmio (CD), bifenil polibromados (pbbs), éteres difenil-polibromados (pbdes) em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (*restriction of certain hazardous substances)*;

9 OUTROS REQUISITOS

9.1 Todos os equipamentos ofertados (gabinete, teclado, mouse e monitor) devem possuir gradações neutras das cores, preta ou cinza, e manter o mesmo padrão de cor, além do mais, os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmos modelos e marcas dos utilizados nos equipamentos enviados para homologação, inclusive em relação ao padrão de cor.

9.2 Deverá ser apresentado prospecto com as características técnicas de todos os componentes do equipamento, como placa principal, processador, memória, *interface* de rede, placa de vídeo, fonte de alimentação, disco rígido, unidade leitora de mídia ótica, mouse, teclado e vídeo, incluindo especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca que identifiquem e comprovem as configurações ofertadas, através de certificados, manuais técnicos, *folders* e demais literaturas técnicas editadas pelos fabricantes. Serão aceitas cópias das especificações obtidas em sítios dos fabricantes na *internet*, em que conste o respectivo endereço eletrônico. A escolha do material a ser utilizado fica a critério do proponente;

9.3 Os equipamentos deverão possuir etiqueta permanente com código de barras, onde conste a marca, o modelo, a configuração e o número de série do equipamento, devendo essa ser em material resistente a desgaste por abrasão;

9.4 As unidades do equipamento deverão ser entregues devidamente acondicionadas em embalagens individuais adequadas, que utilizem preferencialmente materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e a armazenagem.

9.5 Todos os cabos, *drivers* e manuais necessários ao funcionamento e instalação do equipamento devem ser entregues.

9.6 O equipamento ofertado deve alcançar pontuação compatível em desempenho de acordo com o site www.cpubenchmark.net.

9.7 Comprovação de que o fabricante dos equipamentos ofertados possui banco de dados disponibilizado na *Internet* que permita obter a configuração de *hardware* e *software* ofertado, periféricos internos e *drivers* de instalação atualizados e disponíveis para *download* a partir do número de série dos mesmos ou modelos.

9.8 O equipamento ofertado deverá estar em linha de produção do fabricante, não podendo ser modelo descontinuado ou anterior ao de linha de produção.

9.9 Possuir *datasheet* do produto disponível no site do fabricante acessível a partir da página inicial.

9.10 Os equipamentos ofertados deverão possuir identificação do fabricante, modelo e código do produto/número de série único.

9.11 Todos os recursos e tecnologias requeridos neste termo de referência devem ser comprovados por meio de *datasheet* ou *links* para páginas oficiais do fabricante dos equipamentos ofertados.

10 SERVIÇOS DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

10.1 Garantia mínima de 60 (sessenta) meses para todas as peças, contada a partir do recebimento definitivo dos equipamentos, prestada por assistência técnica autorizada ou revenda localizada na cidade de Recife-PE.

10.2 A garantia prestada será livre de ônus para a Contratante inclusive com as substituições de equipamentos, acessórios e componentes que se fizerem necessárias durante o período de garantia.

10.3 Durante o período de garantia deverá ser prestada assistência técnica nos seguintes moldes: Atendimento on-site com prazo de atendimento e resolução em até 48 horas a partir da abertura de chamado, de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 18:00.

10.4 Quando não for possível o conserto no local do atendimento, os equipamentos devem ser devolvidos em perfeito funcionamento até 2 (dois) dias corridos, ficando a remoção e o transporte sob responsabilidade da contratada.

10.5 A contratada deve possuir central de atendimento tipo (0800) para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema, com atendimento disponível 8 horas por dia, 5 dias por semana;

10.6 Se o licitante não for o próprio fabricante dos equipamentos ofertados, este deverá assumir total responsabilidade pela garantia dos equipamentos propostos e ofertados neste processo, no caso de o licitante não ser o próprio fabricante, a assistência técnica deverá ser prestada, exclusivamente pelo fabricante dos equipamentos ou empresa prestadora de serviços de assistência técnica devidamente credenciada pelo mesmo através de carta no ato da homologação.

10.7 No caso de o licitante não ser o próprio fabricante do equipamento, ele deverá apresentar declaração/certificado do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

10.8 Caso haja necessidade de reparação dos equipamentos ou seus componentes nas instalações onde a Contratada designar, os custos de translado dos mesmos da CHESF ao suporte técnico e a sua posterior devolução, devidamente reparados, serão de total responsabilidade da Contratada, não cabendo a CHESF a responsabilidade de arcar com nenhum custo, seja de transporte, seguro ou quaisquer outras taxas envolvidas.

10.9 Os equipamentos que apresentarem defeitos de projeto e/ou de fabricação durante o período de garantia deverão ser reparados ou substituídos pela Contratada, sem ônus para a CHESF. Em caso da impossibilidade em solucionar o problema, a contratada compromete-se a substituir o equipamento defeituoso, por outro equivalente ou superior, a fim de proporcionar a operacionalização do equipamento e a continuidade da rotina de trabalho dos usuários.

10.10 O fabricante deverá disponibilizar *site* na *Internet* que possibilite o *download* de todos os *drivers* para os sistemas operacionais suportados pelo equipamento. A Contratada deverá fornecer canais de comunicação como *E-mail*, *Web Site* ou Número de Telefone gratuito para abertura de chamados que deverão ser feitos pela própria contratada e de sua inteira responsabilidade.

10.11 A entrega de todos os cabos e acessórios do equipamento deverão vir necessariamente dentro de sua respectiva caixa ou afixados (à sua caixa), através de envelope plástico de segurança, não sendo aceitas entregas fracionadas dos acessórios que compõem o equipamento.

10.12 A contratada deve permitir a abertura do gabinete pelos técnicos da Chesf, para fins de diagnóstico e upgrades, sem perda da garantia.

RECEBEMOS DE PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA, CNPJ: 02.213.325/0001-88, OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA ABAIXO		**NF-e**
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	Nº. 000007015 SÉRIE 1

PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

RuaGeneral Abreu e Lima, 222

Bairro Rosarinho - 52.041-042

Recife / PE

8134267006

marcos@plugnetshop.com.br

DANFE

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - Entrada

1 - Saída [1]

Nº. 000007015

SÉRIE 1

FL 1 / 1

CONTROLE DO FISCO

CHAVE DE ACESSO

2620 0202 2133 2500 0188 5500 1000 0070 1512 0205 3345

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

126200017964523 28/02/2020 08:47:30

NATUREZA DA OPERAÇÃO

Venda de mercadoria adquirida ou recebida de terceiros entre

INSCRIÇÃO ESTADUAL	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ/CPF
024144495		**02.213.325/0001-88**

DESTINATÁRIO/REMETENTE

NOME/RAZÃO SOCIAL			CNPJ/CPF	DATA DA EMISSÃO
Companhia Hidro Eletrica do Sao Francisco			33.541.368/0222-76	28/02/2020
ENDEREÇO	**BAIRRO/DISTRITO**		**CEP**	**DATA SAÍDA/ENTRADA**
AvenidaGeneral San Martin 1450	Bairro San Martin		50.761-901	28/02/2020
MUNICÍPIO	**FONE/FAX**	**UF**	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**HORA DE SAÍDA**
Recife	8132292330	PE	056708530	08:39:59

FATURA

Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor	Número	Vencimento	Valor
001	28/02/2020	448.000,00						

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTIT.	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
184.486,40	33.207,55	0,00	0,00	448.000,00

VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR DO IPI	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	448.000,00

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF VEÍCULO	CNPJ/CPF
	9 - Sem Frete				

ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
				0,000	0,000

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO

COD. PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QTDE	V.UNITÁRIO	VL. TOTAL	BC. ICMS	VL. ICMS	V. IPI	ICMS	IPI
0000005731	Workstation HP Z4 G4 SO Win10 (9WD19LP#AC4)	84715010	220	5119	UN	25,00	16.720,000000000	418.000,00	172.132,40	30.983,83	0,00	18,00	0,00
0000005437	Monitor HP EliteDisplay E233 US 23 (1FH46AA#ABA)	85285220	220	5119	UN	25,00	1.200,0000000000	30.000,00	12.354,00	2.223,72	0,00	18,00	0,00

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR DO ISSQN
2939967			

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	RESERVADO AO FISCO
Valor aproximado dos tributos cf lei 12.741/12 RS - Federal: RS 142412.60 Banco do Brasil SA - Ag. 1509-1 - CC - 9075-1 -REDUCAO BASE DE CALCULO DO ICMS CONF. LEI 15.946 RICMS - Equipamentos faturados pela HP Brasil Ind. Com. Equip. Eletr. Ltda, no DANFE 450446 (27/02/2020), em Venda a Ordem. Referente Contrato CTNI-70.2019.4280.00.	

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO – SETIN

ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, inscrita sob o CNPJ: nº 04.976.700/0001-77, com sede a Travessa Quintino Bocaiuva, nº 1585 – Bairro: Nazaré – Belém (PA), CEP: 66035-903, vem através deste, informar que a Plugnet Comércio e Representações Ltda, empresa com sede com sede à Av. Romulo Maiorana, n 700, sala 1709 - Marco - Belém/PA, inscrita sob o CNPJ: nº 02.213.325/00040-01, realizou o fornecimento de equipamentos de TI a esta Tribunal (contrato nº 16/2021), conforme quantitativo abaixo:

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	25	Workstation Z2 G5 TWR XW1250 32Gb/512 (6N9S5LP#AK4) Win10 Pro for workstation (Win 11 Lic) (NF 048 e 118)	R$ 17.350,00	R$ 433.750,00
2	25	Mouse HP USB WD (10H95AV) (NF 048 e 118)	R$ 50,00	R$ 1.250,00
3	25	Teclado HP USB (10H97AV#AC4) (NF 048 e 118)	R$ 100,00	R$ 2.500,00
4	25	Monitor HP P24a G4 FHD (3Y0Q4AA#AC4) (NF 048 e 118)	R$ 980,00	R$ 24.500 ,00

Informamos que os produtos foram entregues e atenderam os requisitos contratado de forma satisfatória.

Belém, 24 de outubro de 2023.

Kleber da Silva Albuquerque
Subsecretário de Tecnologia da Informação

PREFEITURA DO RECIFE
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
AUTARQUIA DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA URBANA
Av. Governador Carlos de Lima Cavalcanti, nº09
Derby - Recife - PE - CEP: 50.070-110
PABX: 3355.5500
CNPJ: 11.497.013/0001-34
www.recife.pe.gov.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que a Empresa **Plugnet Comércio e Representações Ltda.**, Inscrita no CNPJ sob o número 02.213.325/0001-88, com sede à Rua General Abreu e Lima, 222 Rosarinho - Recife/PE, realizou o fornecimento dos seguintes materiais a este órgão conforme os quantitativos relacionados abaixo:

NOTA FISCAL	DATA	QTD	DESCRIÇÃO
NFE – 0014476/0014477	31/03/2023	03	Workstation DELL Precision 3660
NFE – 0014475 / 0014481	31/03/2023 18/04/2023	07	Workstation DELL Precision 3571

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIA

A Assistência Técnica aos equipamentos ofertados durante o prazo de garantia será efetuada on-site. A garantia dos produtos fornecidos é de 36 (trinta e seis) meses on-site.

Recife, 08 de Agosto 2023.

Atenciosamente,

Heraclio Tavares de Melo
Divisão de Compras e Suprimentos

SUAPE
Complexo Industrial Portuário
Governador Eraldo Gueiros

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins que a empresa PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.213.325/0001-88, situada à Rua General Abreu e Lima, 222 – Rosarinho – Recife/PE, forneceu os materiais abaixo especificados em plenas condições de uso, no prazo de entrega estabelecido.

- Workstation HP Z220 (A8X11AV#025) – 10 Unidades.
- Workstation HP Z220 (A8X11AV#027) – 20 Unidades.
- Mouse PS2 HP (A8Z44AV) – 30 Unidades.
- Teclado ABNT HP (A8Z42AV#AC4) – 30 Unidades.
- Monitor 24" LED HP LA2405X (A9P21AA#ABA) – 05 Unidades.
- Monitor 21,5" LED HP LA2206X (XN376AA#AC4) – 30 Unidades.
- Estabilizador APC 500 VA/W – 30 Unidades.

Atestamos que tais fornecimentos foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Em 23 de Setembro de 2015.

Saulo Alexandre Alves Teixeira
Coordenador Executivo de TIC

Saulo Teixeira
Coordenador Executivo do CTIC

7º DISTRITO JUDICIÁRIO DA COMARCA DE RECIFE - PE
CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DA ENCRUZILHADA
Romero Logrado - Titular
Substitutos: Gustavo da Fonte Longman / Josefa Maria da Silva - Vilma da Silva
Rodrigo Freitas Galvão de Albuquerque - Robson Freitas de Melo
Estrada de Belém, 1000 - (81) 3242-6917 / 3427-4581
AUTENTICIDADE
Autentico a presente cópia reprográfica conforme a original que me foi apresentada, do que dou fé.
Recife, 24 de setembro de 2015. Em testº da verdade
Robson Freitas de Melo - Escrevente Substituto
Valor Total R$ 3,10
Consulte Autenticidade em: www.tjpe.jus.br/selodigital

ATESTADO 2/2024 - CSMTI/DG/JP/REITORIA/IFPB

Em 7 de maio de 2024.

COORDENAÇÃO DE SUPORTE E MANUTENÇÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CAMPUS JOÃO PESSOA

ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

Atestamos que a Empresa **Plugnet Comercio e Representação Ltda.** Inscrita no CNPJ sob o número 02.213.325/0002-69 com sede a Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 104 Sala 402 – Tambaú – João Pessoa/PB, nos forneceu e instalou equipamentos de informática conforme especificação abaixo, bem como vem prestou assistência técnica satisfatoriamente com pontualidade e eficiência num prazo de atendimento de no máximo 24(vinte e quatro) horas a contar da abertura do chamado.

Danfe	Datas	Material	Quant
Nº 1064	09/06/2017	**Workstation HP Z1 G3 de 27"** Processador Intel Xeon 3.5Ghz, memória de 16GB, 02 discos de 1.0TB, Mouse, teclado, Sistema operacional Windows 11 Professional, garantia de 36 meses ON-SITE.	16

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Assistência técnica prestada aos equipamentos durante o prazo de garantia foi efetuada ON-SITE nas diversas unidades do Campus pelo Fabricante dos equipamentos.

Clarineide Batista da Silva Lucena (1095719)
COORDENAÇÃO DE SUPORTE E MANUTENÇÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - CAMPUS JOÃO PESSOA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Clarineide Batista da Silva Lucena**, **COORDENADOR(A) - FG1 - CSMTI-JP**, em 07/05/2024 15:07:57.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 07/05/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código 562783
Verificador: e403d673a9
Código de Autenticação:

NOSSA MISSÃO: Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

VALORES E PRINCÍPIOS: Ética, Desenvolvimento Humano, Inovação, Qualidade e Excelência, Transparência, Respeito, Compromisso Social e Ambiental.

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	02.213.325/0001-88
Número de Ordem do Livro:	30
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 30.902.911,70	R$ 29.518.002,89
CIRCULANTE		R$ 29.467.149,83	R$ 28.130.559,84
DISPONÍVEL		R$ 11.396.900,12	R$ 9.463.916,41
BENS NUMERÁRIOS		R$ 5.202,31	R$ 6.140,90
DEPÓSITOS BANCÁRIOS A VISTA		R$ 859,02	R$ 45,77
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA		R$ 11.611.471,88	R$ 9.840.560,67
(-) RECEITAS A APROPRIAR		R$ (220.633,09)	R$ (382.830,93)
CLIENTES		R$ 8.085.922,93	R$ 6.581.388,15
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 8.085.922,93	R$ 6.581.388,15
OUTROS CRÉDITOS		R$ 8.639.138,49	R$ 10.940.400,59
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES"		R$ 0,00	R$ 642.668,06
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS		R$ 31.549,35	R$ 30.424,22
ADIANTAMENTO PARA VIAGENS		R$ 6.588,14	R$ 15.418,89
TRIBUTOS A RECUPERAR		R$ 8.601.001,00	R$ 10.251.889,42
ESTOQUES		R$ 1.345.188,29	R$ 1.144.854,69
ESTOQUE MATRIZ		R$ 1.284.846,57	R$ 1.107.958,57
ESTOQUE FILIAL JOAO PESSOA		R$ 77,12	R$ 10.992,00
ESTOQUE FILIAL PARÁ		R$ 30.081,12	R$ 22.526,40
ESTOQUE FILIAL ESPIRITO SANTO		R$ 30.183,48	R$ 3.377,72
NÃO CIRCULANTE		R$ 1.435.761,87	R$ 1.387.443,05
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R$ 26.537,20	R$ 38.287,04
OUTROS CREDITOS		R$ 26.537,20	R$ 38.287,04
CREDITOS COM TERCEIROS		R$ 22.672,00	R$ 22.672,00
CONSORCIO		R$ 3.865,20	R$ 15.615,04
IMOBILIZADO		R$ 1.411.035,91	R$ 1.346.263,09
IMÓVEIS		R$ 1.369.900,62	R$ 1.369.900,62
BENS EM OPERAÇÃO		R$ 627.241,95	R$ 637.368,40
(-) (-) DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO ACUMULADA		R$ (586.106,66)	R$ (661.005,93)
(-) INTANGÍVEL		R$ (1.811,24)	R$ 2.892,92
CUSTO		R$ 0,00	R$ 6.203,18
(-) (-) AMORTIZAÇÕES		R$ (1.811,24)	R$ (3.310,26)
PASSIVO		R$ 30.902.911,70	R$ 29.518.002,89
CIRCULANTE		R$ 1.837.201,48	R$ 2.245.771,27
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS		R$ 418,00	R$ 0,00
EMPRÉSTIMOS		R$ 418,00	R$ 0,00
FORNECEDORES		R$ 1.425.791,18	R$ 1.683.058,01
FORNECEDORES NACIONAIS		R$ 1.425.791,18	R$ 1.683.058,01
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R$ 120.875,87	R$ 271.325,33
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		R$ 68.212,91	R$ 255.306,75
TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER		R$ 52.662,96	R$ 16.018,58
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PRIVIDENCIÁRIAS		R$ 290.116,43	R$ 291.387,93
OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS		R$ 61.410,52	R$ 69.223,48
PROVISÕES		R$ 228.705,91	R$ 222.164,45
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R$ 29.065.710,22	R$ 27.272.231,62
CAPITAL SOCIAL		R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00
CAPITAL SUBSCRITO		R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00
RESULTADO ACUMULADO		R$ 27.065.710,22	R$ 25.272.231,62
RESULTADO ACUMULADO		R$ 27.065.710,22	R$ 25.272.231,62

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 20.4D.75.6D.EF.ED.75.C5.7D.65.3B.8E.F9.13.9D.B7.40.A1.E3.CB-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.0 do Visualizador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	02.213.325/0001-88
Número de Ordem do Livro:	30
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2023 a 31 de Dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ 107.661.890,24	R$ 33.085.649,27
VENDAS DE MERCADORIAS		R$ 103.010.550,00	R$ 27.117.452,60
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		R$ 4.651.340,24	R$ 5.968.196,67
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R$ (29.401.080,16)	R$ (8.292.184,30)
(-) VENDAS CANCELADAS		R$ (9.366.430,84)	R$ (2.226.219,13)
(-) (-) DE VENDAS DE MERCADORIAS MERCADO INTERNO		R$ (9.366.430,84)	R$ (2.226.219,13)
(-) IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS		R$ (20.034.649,32)	R$ (6.065.965,17)
(-) (-) ICMS		R$ (10.664.517,64)	R$ (2.967.352,19)
(-) (-) ISS		R$ (180.866,89)	R$ (199.623,45)
(-) (-) PIS		R$ (1.650.632,74)	R$ (517.352,16)
(-) (-) COFINS		R$ (7.611.294,34)	R$ (2.393.056,57)
ICMS DEVOLUÇÕES		R$ 72.662,29	R$ 11.419,20
(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		R$ 78.260.810,08	R$ 24.793.464,97
(-) (-) CUSTO DOS PRODUTOS/MERCADORIAS/SERVICOS		R$ (51.884.589,23)	R$ (9.025.739,30)
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R$ (51.884.589,23)	R$ (9.025.739,30)
LUCRO / (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO		R$ 26.376.220,85	R$ 15.767.725,67
(-) (+/-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (14.957.592,51)	R$ (14.196.474,15)
(-) DE VENDAS		R$ (26.916,88)	R$ (8.911,29)
(-) DESPESAS GERAIS		R$ (26.916,88)	R$ (8.911,29)
(-) ADMINISTRATIVAS		R$ (14.947.075,56)	R$ (13.319.442,56)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (14.859.319,87)	R$ (13.319.442,56)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS - JOAO PESSOA		R$ (87.755,69)	R$ 0,00
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R$ (1.098.034,56)	R$ (2.069.872,40)
(-) DESPESAS GERAIS		R$ (1.098.034,56)	R$ (2.069.872,40)
(-) RECEITAS FINANCEIRAS		R$ 831.046,29	R$ 1.239.950,85
RECEITAS FINANCEIRAS		R$ 831.046,29	R$ 1.004.024,92
RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS		R$ 434.371,48	R$ 235.925,93
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R$ (150.983,28)	R$ (38.198,75)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		R$ (150.983,28)	R$ (38.198,75)
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		R$ 11.418.628,34	R$ 1.571.251,52
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS		R$ 45.300,00	R$ 0,00
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		R$ 45.300,00	R$ 0,00
RECEITAS		R$ 45.300,00	R$ 0,00
RESULTADO ANTES DA CS E IR		R$ 11.463.928,34	R$ 1.571.251,52
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO		R$ 11.463.928,34	R$ 1.571.251,52

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 20.4D.75.6D.EF.ED.75.C5.7D.65.3B.8E.F9.13.9D.B7.40.A1.E3.CB-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.2.0

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
26201069310	02.213.325/0001-88	

NOME EMPRESARIAL
PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
DIARIO GERAL	30

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
20.4D.75.6D.EF.ED.75.C5.7D.65.3B.8E.F9.13.9D.B7.40.A1.E3.CB

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	03883435406	CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA:03883435406	751838847730903123	18/01/2024 a 17/01/2025	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	02213325000188	PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA:02213325000188	751702776195542009 8	19/06/2023 a 18/06/2024	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

20.4D.75.6D.EF.ED.75.C5.7D.65.3B.8E
.F9.13.9D.B7.40.A1.E3.CB-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 08/05/2024 às 12:44:47

6E.13.0B.03.06.95.36.94
31.93.8D.89.0A.49.10.51

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ: 02.213.325/0001-88
NIRE: 26.2.0106931-0 de 06/11/1997
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2023

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=tJq8RbSWUMyCB0OcwFdNgA&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi14FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO
03883435406-CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA

ATIVO

	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE	**28.130.559,84**	**29.467.149,83**
DISPONÍVEL	**9.463.916,41**	**11.396.900,12**
Caixa	6.140,90	5.202,31
Bancos C/Movimento	45,77	859,02
Aplicação de Liquidez Imediata	9.457.729,74	11.390.838,79
CRÉDITOS	**17.506.369,85**	**16.718.473,28**
Duplicatas a Receber	6.581.388,15	8.085.922,93
Adiantamento a Terceiro	642.668,06	0,00
Adiantamento a Empregados	30.424,22	31.549,35
Tributos a Recuperar	10.251.889,42	8.601.001,00
ESTOQUES	**1.144.854,69**	**1.345.188,29**
DESPESAS ANTECIPADAS	**15.418,89**	**6.588,14**
Despesas p/ Viagens	15.418,89	6.588,14
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**1.387.443,05**	**1.435.761,87**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**38.287,04**	**26.537,20**
Caução	22.672,00	22.672,00
Consorcio	15.615,04	3.865,20
IMOBILIZADO	**1.346.263,09**	**1.404.832,73**
Terrenos	320.000,00	320.000,00
Edificio e Construções	1.049.900,62	1.049.900,62
Máquinas e Equipamentos	11.131,22	9.024,94
Móveis e Utensílios	47.078,23	47.078,23
Veículos	291.644,91	291.644,91
Instalações	3.438,05	3.438,05
Computadores e Perifericos	284.075,99	269.852,64
(-) Depreciações Acumuladas	-661.005,93	-586.106,66
INTANGIVEL	**2.892,92**	**4.391,94**
Software	3.763,18	3.763,18
Marcas e Patentes	2.440,00	2.440,00
(-) Amortizações Acumuladas	-3.310,26	-1.811,24
TOTAL DO ATIVO	**29.518.002,89**	**30.902.911,70**

PASSIVO

CIRCULANTE	**2.245.771,27**	**1.837.201,48**
Fornecedores	1.683.058,01	1.425.791,18
Impostos Taxas e Contrib. A Recolher	340.548,81	182.286,39
Provisoes Trabalhistas	222.164,45	228.705,91
Financiamentos	0,00	418,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**0,00**	**0,00**
Credito de pessoas ligadas	0,00	0,00
PATRIMONIO LÍQUIDO	**27.272.231,62**	**29.065.710,22**
CAPITAL SOCIAL	**2.000.000,00**	**2.000.000,00**
Capital Subscrito	2.000.000,00	2.000.000,00
RESERVA DE LUCROS	25.272.231,62	27.065.710,22
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**29.518.002,89**	**30.902.911,70**

RECIFE, 31 DE DEZEMBRO DE 2023

As informações foram extraídas do sped contabil referente Livro Diário eletronico nº 30, transmitido para Receita Federal do Brasil em 08/05/2024, recibo de transmissao numero 20.4D.75.6D.EF.ED.75.C5.7D.65.3B.8E.F9.13.9D.B7.40.A1.E3.CB-5

A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado
A sociedade não possui Auditoria Independente

BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES
SOCIO - GERENTE
RG: 1862424 SSP/RN
CPF: 376.381.144-34

MARCOS DE ALBUQUERQUE CÉSAR FILHO
SOCIO - GERENTE
RG: 2945891 SSP/PE
CPF: 492.032.744-72

CARLOS ALBERTO B BIANCHI
CONTADOR
CRC - PE: 020812/O - CT
RG: 5115131 SDS/PE
CPF: 038.834.354-06

R GENERAL ABREU E LIMA Nº 222, ROSARINHO, RECIFE, PERNAMBUCO. CEP 52041-040

14/05/2024

Certifico o Registro em 14/05/2024
Arquivamento 20249319403 de 14/05/2024 Protocolo 249319403 de 09/05/2024 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 35578611718265

PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ: 02.213.325/0001-88
NIRE: 26.2.0106931-0 de 06/11/1997
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2023

	31/12/2023	31/12/2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**33.085.649,27**	**107.661.890,24**
RECEITAS DE REVENDA DE MERCADORIAS	27.117.452,60	103.010.550,00
RECEITA DE SERVIÇO	5.968.196,67	4.651.340,24
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**8.292.184,30**	**29.401.080,16**
IMPOSTOS SOBRE VENDA	6.065.965,17	20.034.649,32
VENDAS CANCELADAS	2.226.219,13	9.366.430,84
RECEITA LÍQUIDA	**24.793.464,97**	**78.260.810,08**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	**9.025.739,30**	**51.884.589,23**
LUCRO BRUTO	**15.767.725,67**	**26.376.220,85**
DESPESAS OPERACIONAIS	**12.147.341,63**	**14.059.275,32**
ADMINISTRATIVAS	13.366.552,60	15.124.975,72
DESPESAS FINANCEIRAS	2.069.872,40	1.098.034,56
(-) RECEITAS FINANCEIRAS	-1.239.950,85	-1.265.417,77
(-) JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO	-2.049.132,52	-898.317,19
RESULTADO OPERACIONAL	**3.620.384,04**	**12.316.945,53**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	**0,00**	**-45.300,00**
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**3.620.384,04**	**12.362.245,53**
(-) PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	0,00	0,00
(-) PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	0,00	0,00
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**3.620.384,04**	**12.362.245,53**

Recife,31 de Dezembro de 2023

As informações foram extraídas do sped contabil referente Livro Diário eletronico nº 30, transmitido para Receita Federal do Brasil em 08/05/2024, recibo de transmissao numero 20.4D.75.6D.EF.ED.75.C5.7D.65.3B.8E.F9.13.9D.B7.40.A1.E3.CB-5

A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado
A sociedade não possui Auditoria Independente

BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES
SOCIO - GERENTE
RG: 1862424 SSP/RN
CPF: 376.381.144-34

MARCOS DE ALBUQUERQUE CÉSAR FILHO
SOCIO - GERENTE
RG: 2945891 SSP/PE
CPF: 492.032.744-72

CARLOS ALBERTO B BIANCHI
CONTADOR
CRC - PE: 020812/O - CT
RG: 5115131 SDS/PE
CPF: 038.834.354-07

R GENERAL ABREU E LIMA Nº 222, ROSARINHO, RECIFE, PERNAMBUCO. CEP 52041-040

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=tJq8RbSWUMyCB0OcwFdNgA&chave2=biVYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO
03883435406-CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA

14/05/2024
Certifico o Registro em 14/05/2024
Arquivamento 20249319403 de 14/05/2024 Protocolo 249319403 de 09/05/2024 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 35578611718265

PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ: 02.213.325/0001-88
NIRE: 26.2.0106931-0 de 06/11/1997
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCRO	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 30.12.2022	**2.000.000,00**	**27.065.710,22**	**29.065.710,22**
DISTRIBUIÇÃO DE LUCRO	0,00	-3.406.434,80	**-3.406.434,80**
AJUSTE DE EXERCICIO ANTERIOR	0,00	41.704,68	**41.704,68**
JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO	0,00	-2.049.132,52	**-2.049.132,52**
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	3.620.384,04	**3.620.384,04**
SALDO EM 31.12.2023	**2.000.000,00**	**25.272.231,62**	**27.272.231,62**

Recife,31 de Dezembro de 2023

As informações foram extraídas do sped contabil referente Livro Diário eletronico nº 30, transmitido para Receita Federal do Brasil em 08/05/2024, recibo de transmissao numero 20.4D.75.6D.EF.ED.75.C5.7D.65.3B.8E.F9.13.9D.B7.40.A1.E3.CB-5
A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado
A sociedade não possui Auditoria Independente

BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES
SOCIO - GERENTE
RG: 1862424 SSP/RN
CPF: 376.381.144-34

MARCOS DE ALBUQUERQUE CÉSAR FILHO
SOCIO - GERENTE
RG: 2945891 SSP/PE
CPF: 492.032.744-72

CARLOS ALBERTO B BIANCHI
CONTADOR
CRC - PE: 020812/O - CT
RG: 5115131 SDS/PE
CPF: 038.834.354-06

R GENERAL ABREU E LIMA Nº 222, ROSARINHO, RECIFE, PERNAMBUCO. CEP 52041-040

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=tJq8RbSWUMyCB0OcwFdNgA&chave2=biVYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO
03883435406-CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA

14/05/2024
Certifico o Registro em 14/05/2024
Arquivamento 20249319403 de 14/05/2024 Protocolo 249319403 de 09/05/2024 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 35578611718265

PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ: 02.213.325/0001-88
NIRE: 26.2.0106931-0 de 06/11/1997
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

	2023 R$	2022 R$
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Resultado líquido do exercício	1.571.251,52	11.463.928,34
Depreciação	76.398,29	52.419,26
Ajustes de exercícios anteriores	41.704,68	-110.051,14
	1.689.354,49	11.406.296,46
Variação (aumento)/diminuição nos ativos operacionais:		
Clientes	1.504.534,78	6.941.443,16
Estoques	200.333,60	-69.472,03
Tributos a recuperar	-1.650.888,42	-5.654.602,32
Adiantamentos concedidos a terceiros	-650.373,68	9.245,35
Outros	0,00	0,00
	-596.393,72	1.226.614,16
Variação aumento/(diminuição) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	257.266,83	-8.785.523,70
Obrigações trabalhistas, fiscais e sociais	151.720,96	-308.707,51
Salarios a Pagar	0,00	-9.863,99
Outros	-418,00	418,00
	408.569,79	-9.103.677,20
Caixa líquido gerado pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	1.501.530,56	3.529.233,42
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado e intangível	-16.329,63	-69.024,04
Depósitos judiciais e outros	-11.749,84	0,00
Caixa líquido gerado pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	-28.079,47	-69.024,04
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Credito de Pessoas Ligadas		0,00
Distribuição de Lucros	-3.406.434,80	-1.864.587,84
Caixa líquido gerado pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	-3.406.434,80	-1.864.587,84
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	-1.932.983,71	1.595.621,54
Demonstração do aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa:		
Saldo do caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.396.900,12	9.801.278,58
Saldo do caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9.463.916,41	11.396.900,12
Aumento (redução) saldo do caixa e equivalentes de caixa	-1.932.983,71	1.595.621,54

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Recife,31 de Dezembro de 2023

As informações foram extraídas do sped contabil referente Livro Diário eletronico nº 30, transmitido para Receita Federal do Brasil em 08/05/2024, recibo de transmissao numero 20.4D.75.6D.EF.ED.75.C5.7D.65.3B.8E.F9.13.9D.B7.40.A1.E3.CB-5

A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado
A sociedade não possui Auditoria Independente

BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES
SOCIO - GERENTE
RG: 1862424 SSP/RN
CPF: 376.381.144-34

MARCOS DE ALBUQUERQUE CÉSAR FILHO
SOCIO - GERENTE
RG: 2945891 SSP/PE
CPF: 492.032.744-72

CARLOS ALBERTO B BIANCHI
CONTADOR
CRC - PE: 020812/O - CT
RG: 5115131 SDS/PE
CPF: 038.834.354-07

R GENERAL ABREU E LIMA Nº 222, ROSARINHO, RECIFE, PERNAMBUCO. CEP 52041-040

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=tJq8RbSWUMyCB0OcwFdNgA&chave2=biyYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO
03883435406-CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA

14/05/2024

Certifico o Registro em 14/05/2024
Arquivamento 20249319403 de 14/05/2024 Protocolo 249319403 de 09/05/2024 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 35578611718265

PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ: 02.213.325/0001-88
NIRE: 26.2.0106931-0 de 06/11/1997
BALANÇO ENCERRADO EM 31/12/2023
ÍNDICES FINANCEIROS

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	R$
AC = ATIVO CIRCULANTE	28.130.559,84
PC = PASSIVO CIRCULANTE	2.245.771,27
ARLP = REALIZAVEL LONGO PRAZO	38.287,04
PNC = PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00
PL = PATRIMÔNIO LÍQUIDO	27.272.231,62
LL = LUCRO LÍQUIDO	3.620.384,04
AT = ATIVO TOTAL	29.518.002,89

ILG =ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

ILG = $\frac{\text{AC + ARLP}}{\text{PC + PELP}} = \frac{28.168.846,88}{2.245.771,27}$ **12,54**

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

ILC = $\frac{\text{AC}}{\text{PC}} = \frac{28.130.559,84}{2.245.771,27}$ **12,53**

SG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

SG = $\frac{\text{AT}}{\text{PC + PELP}} = \frac{29.518.002,89}{2.245.771,27}$ **13,14**

RPL= ÍNDICE DE RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

RPL = $\frac{\text{L.L}}{\text{P.L}} = \frac{3.620.384,04}{27.272.231,62}$ **0,13**

GEG = GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL

GEG = $\frac{\text{PC + PELP}}{\text{AT}} = \frac{2.245.771,27}{29.518.002,89}$ **0,08**

IRP = ÍNDICE DE LIQUIDEZ S/RECURSOS PRÓPRIOS

IRP = $\frac{\text{AC - PC}}{\text{PL}} = \frac{25.884.788,57}{27.272.231,62}$ **0,95**

RA = RENTABILIDADE DO ATIVO

IRP = $\frac{\text{LL}}{\text{AT}} = \frac{3.620.384,04}{29.518.002,89}$ **0,12**

Recife, 31 de Dezembro de 2023

As informações foram extraídas do sped contabil referente Livro Diário eletronico nº 30, transmitido para Receita Federal do Brasil em 08/05/2024, recibo de transmissao numero 20.4D.75.6D.EF.ED.75.C5.7D.65.3B.8E.F9.13.9D.B7.40.A1.E3.CB-5

A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado
A sociedade não possui Auditoria Independente

BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES
SOCIO - GERENTE
RG: 1862424 SSP/RN
CPF: 376.381.144-34

MARCOS DE ALBUQUERQUE CÉSAR FILHO
SOCIO - GERENTE
RG: 2945891 SSP/PE
CPF: 492.032.744-72

CARLOS ALBERTO B BIANCHI
CONTADOR
CRC - PE: 020812/O - CT
RG: 5115131 SDS/PE
CPF: 038.834.354-07

R GENERAL ABREU E LIMA Nº 222, ROSARINHO, RECIFE, PERNAMBUCO. CEP 52041-040

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=tJq8RbSWUMyCB0OcwFdNgA&chave2=biVYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO
03883435406-CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA

14/05/2024

Certifico o Registro em 14/05/2024
Arquivamento 20249319403 de 14/05/2024 Protocolo 249319403 de 09/05/2024 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 35578611718265

PLUGNET COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ 02.213.325/0001-88
NIRE: 2620.106931-0 de 06/11/1997
NOTAS EXPLICATIVAS A DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS FINDA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Plugnet Comercio e Representações LTDA é uma sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil, e tem como principal operação comércio de aparelhos e equipamentos eletrônicos, de informática e suprimentos para informática;

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 estão sendo apresentadas em Reais.
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei n° 11.638/2007 e o Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Resoluções CFC n° 750/1993, 1.255/2009 e 1.282/2010.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Determinação do resultado
O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa
Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata.

c) Contas a Receber
Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos

d) Estoques de Mercadorias para Revenda
Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição.

e) Não Circulante
Os direitos realizáveis a longo prazo e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

f) Imobilizado
O imobilizado está registrado ao custo e não inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=tJq8RbSWUMyCB0OcwFdNgA&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO
03883435406-CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA

Certifico o Registro em 14/05/2024
Arquivamento 20249319403 de 14/05/2024 Protocolo 249319403 de 09/05/2024 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 35578611718265

PLUGNET COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ 02.213.325/0001-88
NIRE: 2620.106931-0 de 06/11/1997
NOTAS EXPLICATIVAS A DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS FINDA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

g) Intangível
Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados em até 10 anos considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos.

h) Benefícios a Empregados
Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência**.**

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2022
Caixa	6.140,90	5.202,31
Banco conta movimento	45,77	859,02
Aplicações de Liquidez Imediata	9.457.729,74	11.390.838,79
Total de Caixa e Equivalente de Caixa	9.463.916,41	11.396.900,12

Todas as aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimento de baixo risco.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2023	2022
Clientes de revenda de mercadoria	6.581.388,15	8.085.922,93

Os valores a receber são provenientes de revenda de mercadorias e estão registrados no ativo circulante.

6. IMOBILIZADO

a) Valor do Imobilizado

	2023	2022
	Valor Histórico	Valor Histórico
COMPUTADORES E PERIFERICOS	**284.075,99**	**269.852,64**
TERRENOS	**320.000,00**	**320.000,00**
EQUIP.MAQ.E INST.IND	**11.131,22**	**9.024,94**
MOVEIS,UTENS.E INST.	**47.078,23**	**47.078,23**
EDIFICIOS E CONSTRUÇÕES	**1.049.900,62**	**1.049.900,62**
VEICULOS	**291.644,91**	**291.644,91**
INSTALAÇÕES	**3.438,05**	**3.438,05**

a) Vidas Úteis e Taxas de Depreciação.
A depreciação dos ativos imobilizados foi realizada pelo método linear com base nas vidas úteis.

14/05/2024
Certifico o Registro em 14/05/2024
Arquivamento 20249319403 de 14/05/2024 Protocolo 249319403 de 09/05/2024 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 35578611718265

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=tJq8RbSWUMyCB0OcwFdNgA&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO
03883435406-CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA

PLUGNET COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ 02.213.325/0001-88
NIRE: 2620.106931-0 de 06/11/1997
NOTAS EXPLICATIVAS A DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS FINDA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

7. INTANGÍVEL

	2023	2022
	Valor Histórico	Valor Histórico
MARCAS E PATENTES	**2.440,00**	**2.440,00**
SOFTWARES	**3.763,18**	**3.763,18**

8. JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO

O JSCP é uma das formas de se distribuir o lucro entre os acionistas, titulares ou sócios de uma empresa, a outra é sob a forma de dividendos. Esse pagamento é tratado como despesa no resultado da empresa, enquanto o dividendo não. Neste caso, o investidor terá que pagar o IR sobre o capital recebido. Essa questão fiscal é justamente o benefício da companhia, como esse pagamento é contabilizado como despesa da empresa, antes do lucro, ela não arca com os tributos repassando este ônus ao investidor. A opção entre dividendos e juros sobre capital próprio compete à assembleia geral, ao conselho de administração ou à diretoria da empresa.

Primeiramente cabe observar que o *Pronunciamento Técnico CPC 09* estabelece que os juros sobre capital próprio configuram distribuição de riqueza (lucro) e não despesa, conforme podemos depreender em seu item 15:

Distribuição da riqueza

15. A segunda parte da DVA deve apresentar de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída. Os principais componentes dessa distribuição estão apresentados a seguir:

(...)

Já a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), objetivando amenizar os prejuízos à comparabilidade das demonstrações contábeis, determinou, através da *Deliberação CVM nº 207/1996*, que as companhias abertas observem as seguintes regras para contabilização dos JSCP:

Os juros pagos ou creditados pelas companhias abertas, a título de remuneração do capital próprio, devem ser contabilizados diretamente à conta de Lucros Acumulados, sem afetar o resultado do exercício;

Por tanto no balanço societário da empresa adicionamos o Juros Sobre Capital Próprio ao resultado da empresa e no SPED por se tratar de um Balanço fiscal o mesmo e computado como despesa para fins tributário

14/05/2024
Certifico o Registro em 14/05/2024
Arquivamento 20249319403 de 14/05/2024 Protocolo 249319403 de 09/05/2024 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 35578611718265

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=tJq8RbSWUMyCB0OcwFdNgA&chave2=biVYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO
03883435406-CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO PLUGNET COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ 02.213.325/0001-88
NIRE: 2620.106931-0 de 06/11/1997
NOTAS EXPLICATIVAS A DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS FINDA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023.

a) Capital Social
O capital social da Empresa Plugnet Comercio e Representações LTDA, no valor de R$ 2.000.000,00 é formado por cotas partes referentes a 2 sócios em 31 de dezembro de 2023.

Recife, 31 de dezembro de 2023

As informações foram extraídas do sped contábil referente Livro Diário eletrônico nº 30, transmitido para Receita Federal do Brasil em 08/05/2024, recibo de transmissão número 20.4D.75.6D.EF.ED.75.C5.7D.65.3B.8E.F9.13.9D.B7.40.A1.E3.CB-5
A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado
A sociedade não possui Auditoria Independente

BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES
SOCIO – GERENTE
RG: 1862424 SSP/RN
CPF: 376.381.144-34

MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO
SOCIO GERENTE
RG:2945891 SSP/PE
CPF: 492.032.744-72

CARLOS ALBERTO B BIANCHI
CONTADOR
CRC – PE: 020812/0 – CT
RG: 5115131 SDS/PE
CPF:038.834.354-06

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=tJq8RbSWUMyCB0OcwFdNgA&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO
03883435406-CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA

Certifico o Registro em 14/05/2024
Arquivamento 20249319403 de 14/05/2024 Protocolo 249319403 de 09/05/2024 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 35578611718265

249319403

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	**PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA**
PROTOCOLO	**249319403 - 09/05/2024**
ATO	**223 - BALANCO PUBLICADO**
EVENTO	**223 - BALANCO PUBLICADO**

MATRIZ

NIRE 26201069310
CNPJ 02.213.325/0001-88
CERTIFICO O REGISTRO EM 14/05/2024
SOB N: 20249319403

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 03883435406 - CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA - Assinado em 08/05/2024 às 13:29:26
Cpf: 37638114434 - BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES - Assinado em 08/05/2024 às 15:55:23
Cpf: 49203274472 - MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO - Assinado em 08/05/2024 às 18:07:53

Assinado eletronicamente por
JOAO PAULO ROCHA DAMASCENO
Secretário-Geral

14/05/2024

Certifico o Registro em 14/05/2024
Arquivamento 20249319403 de 14/05/2024 Protocolo 249319403 de 09/05/2024 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 35578611718265

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.		
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023	CNPJ:	02.213.325/0001-88
Número de Ordem do Livro:	30		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.
NIRE	26201069310
CNPJ	02.213.325/0001-88
Número de Ordem	30
Natureza do Livro	DIARIO GERAL
Município	Recife
Data do arquivamento dos atos constitutivos	01/11/1997
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital	23257

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.
Natureza do Livro	DIARIO GERAL
Número de ordem	30
Quantidade total de linhas do arquivo digital	23257
Data de inicio	01/01/2023
Data de término	31/12/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 20.4D.75.6D.EF.ED.75.C5.7D.65.3B.8E.F9.13.9D.B7.40.A1.E3.CB-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ: 02.213.325/0001-88
NIRE: 26.2.0106931-0 de 06/11/1997
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2024

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=hfx2qgE4qlzanZQLUqjNAA&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO
03883435406-CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA

ATIVO

	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO CIRCULANTE	**29.696.640,17**	**28.130.559,84**
DISPONÍVEL	**11.444.715,43**	**9.463.916,41**
Caixa	9.687,86	6.140,90
Bancos C/Movimento	82,68	45,77
Aplicação de Liquidez Imediata	11.434.944,89	9.457.729,74
CRÉDITOS	**17.186.875,62**	**17.506.369,85**
Duplicatas a Receber	7.156.257,85	6.581.388,15
Adiantamento a Terceiro	0,00	642.668,06
Adiantamento a Empregados	6.625,31	30.424,22
Tributos a Recuperar	10.023.992,46	10.251.889,42
ESTOQUES	**1.058.760,57**	**1.144.854,69**
DESPESAS ANTECIPADAS	**6.288,55**	**15.418,89**
Despesas p/ Viagens	6.288,55	15.418,89
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**1.322.447,41**	**1.387.443,05**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**50.526,24**	**38.287,04**
Caução	22.672,00	22.672,00
Consorcio	27.854,24	15.615,04
IMOBILIZADO	**1.269.481,17**	**1.346.263,09**
Terrenos	320.000,00	320.000,00
Edificio e Construções	1.049.900,62	1.049.900,62
Máquinas e Equipamentos	11.131,22	11.131,22
Móveis e Utensílios	47.078,23	47.078,23
Veículos	291.644,91	291.644,91
Instalações	3.438,05	3.438,05
Computadores e Perifericos	284.075,99	284.075,99
(-) Depreciações Acumuladas	-737.787,85	-661.005,93
INTANGIVEL	**2.440,00**	**2.892,92**
Software	3.763,18	3.763,18
Marcas e Patentes	2.440,00	2.440,00
(-) Amortizações Acumuladas	-3.763,18	-3.310,26
TOTAL DO ATIVO	**31.019.087,58**	**29.518.002,89**

PASSIVO

CIRCULANTE	**4.366.398,36**	**2.245.771,27**
Fornecedores	3.481.292,70	1.683.058,01
Impostos Taxas e Contrib. A Recolher	488.883,23	340.548,81
Provisoes Trabalhistas	222.281,97	222.164,45
Provisao para Contribuição Social	75.924,20	0,00
Provisão Imposto de Renda	98.016,26	0,00
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**0,00**	**0,00**
Credito de pessoas ligadas	0,00	0,00
PATRIMONIO LÍQUIDO	**26.652.689,22**	**27.272.231,62**
CAPITAL SOCIAL	**2.000.000,00**	**2.000.000,00**
Capital Subscrito	2.000.000,00	2.000.000,00
RESERVA DE LUCROS	24.652.689,22	25.272.231,62
TOTAL DO PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**31.019.087,58**	**29.518.002,89**

RECIFE, 31 DE DEZEMBRO DE 2024

As informações foram extraídas do sped contabil referente Livro Diário eletronico nº 31, transmitido para Receita Federal do Brasil em 17/04/2025, recibo de transmissao numero 3F.6A.F1.80.DF.FD.57.79.A0.2F.AE.51.76.D6.C9.0D.8B.16.B4.3A-5

A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado
A sociedade não possui Auditoria Independente

BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES
SOCIO - GERENTE
RG: 1862424 SSP/RN
CPF: 376.381.144-34

MARCOS DE ALBUQUERQUE CÉSAR FILHO
SOCIO - GERENTE
RG: 2945891 SSP/PE
CPF: 492.032.744-72

CARLOS ALBERTO B BIANCHI
CONTADOR
CRC - PE: 020812/O - CT
RG: 5115131 SDS/PE
CPF: 038.834.354-06

R GENERAL ABREU E LIMA Nº 222, ROSARINHO, RECIFE, PERNAMBUCO. CEP 52041-040

23/04/2025

Certifico o Registro em 23/04/2025
Arquivamento 20259340588 de 23/04/2025 Protocolo 259340588 de 18/04/2025 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 32496286660768

PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ: 02.213.325/0001-88
NIRE: 26.2.0106931-0 de 06/11/1997
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2024

	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**24.622.029,37**	**33.085.649,27**
RECEITAS DE REVENDA DE MERCADORIAS	18.148.141,02	27.117.452,60
RECEITA DE SERVIÇO	6.473.888,35	5.968.196,67
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	**4.452.546,07**	**8.292.184,30**
IMPOSTOS SOBRE VENDA	4.452.546,07	6.065.965,17
VENDAS CANCELADAS	0,00	2.226.219,13
RECEITA LÍQUIDA	**20.169.483,30**	**24.793.464,97**
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	**6.616.352,36**	**9.025.739,30**
LUCRO BRUTO	**13.553.130,94**	**15.767.725,67**
DESPESAS OPERACIONAIS	**11.201.350,19**	**12.147.341,63**
ADMINISTRATIVAS	12.305.799,95	13.366.552,60
DESPESAS FINANCEIRAS	8.070,22	2.069.872,40
(-) RECEITAS FINANCEIRAS	-1.112.519,98	-1.239.950,85
(-) JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO	0,00	-2.049.132,52
RESULTADO OPERACIONAL	**2.351.780,75**	**3.620.384,04**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	**0,00**	**0,00**
RESULTADO ANTES DAS PROVISÕES TRIBUTÁRIAS	**2.351.780,75**	**3.620.384,04**
(-) PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	233.980,62	0,00
(-) PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	625.946,16	0,00
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.491.853,97**	**3.620.384,04**

Recife,31 de Dezembro de 2024

As informações foram extraídas do sped contabil referente Livro Diário eletronico nº 31, transmitido para Receita Federal do Brasil em 17/04/2025, recibo de transmissao numero 3F.6A.F1.80.DF.FD.57.79.A0.2F.AE.51.76.D6.C9.0D.8B.16.B4.3A-5

A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado
A sociedade não possui Auditoria Independente

BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES
SOCIO - GERENTE
RG: 1862424 SSP/RN
CPF: 376.381.144-34

MARCOS DE ALBUQUERQUE CÉSAR FILHO
SOCIO - GERENTE
RG: 2945891 SSP/PE
CPF: 492.032.744-72

CARLOS ALBERTO B BIANCHI
CONTADOR
CRC - PE: 020812/O - CT
RG: 5115131 SDS/PE
CPF: 038.834.354-07

R GENERAL ABREU E LIMA Nº 222, ROSARINHO, RECIFE, PERNAMBUCO. CEP 52041-040

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=hfx2qgE4qlzanZQLUqjNAA&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO
03883435406-CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA

23/04/2025
Certifico o Registro em 23/04/2025
Arquivamento 20259340588 de 23/04/2025 Protocolo 259340588 de 18/04/2025 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 32496286660768

PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ: 02.213.325/0001-88
NIRE: 26.2.0106931-0 de 06/11/1997
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCRO	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 30.12.2023	**2.000.000,00**	**25.272.231,62**	**27.272.231,62**
DISTRIBUIÇÃO DE LUCRO	0,00	-2.141.776,16	**-2.141.776,16**
AJUSTE DE EXERCICIO ANTERIOR	0,00	30.379,79	**30.379,79**
JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO	0,00	0,00	**0,00**
RESULTADO DO EXERCICIO	0,00	1.491.853,97	**1.491.853,97**
SALDO EM 31.12.2024	**2.000.000,00**	**24.652.689,22**	**26.652.689,22**

Recife,31 de Dezembro de 2024

As informações foram extraídas do sped contabil referente Livro Diário eletronico nº 31, transmitido para Receita Federal do Brasil em 17/04/2025, recibo de transmissao numero 3F.6A.F1.80.DF.FD.57.79.A0.2F.AE.51.76.D6.C9.0D.8B.16.B4.3A-5
A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado
A sociedade não possui Auditoria Independente

BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES
SOCIO - GERENTE
RG: 1862424 SSP/RN
CPF: 376.381.144-34

MARCOS DE ALBUQUERQUE CÉSAR FILHO
SOCIO - GERENTE
RG: 2945891 SSP/PE
CPF: 492.032.744-72

CARLOS ALBERTO B BIANCHI
CONTADOR
CRC - PE: 020812/O - CT
RG: 5115131 SDS/PE
CPF: 038.834.354-06

R GENERAL ABREU E LIMA Nº 222, ROSARINHO, RECIFE, PERNAMBUCO. CEP 52041-040

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=hfx2qgE4qlzanZQLUqjNAA&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO
03883435406-CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA

23/04/2025
Certifico o Registro em 23/04/2025
Arquivamento 20259340588 de 23/04/2025 Protocolo 259340588 de 18/04/2025 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 32496286660768

PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ: 02.213.325/0001-88
NIRE: 26.2.0106931-0 de 06/11/1997
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

	2024 R$	2023 R$
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Resultado líquido do exercício	1.491.853,97	1.571.251,52
Depreciação	77.234,84	76.398,29
Ajustes de exercícios anteriores	30.379,79	41.704,68
	1.599.468,60	1.689.354,49
Variação (aumento)/diminuição nos ativos operacionais:		
Clientes	-574.869,70	1.504.534,78
Estoques	86.094,12	200.333,60
Tributos a recuperar	227.896,96	-1.650.888,42
Adiantamentos concedidos a terceiros	675.597,31	-650.373,68
Outros	0,00	0,00
	414.718,69	-596.393,72
Variação aumento/(diminuição) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.798.234,69	257.266,83
Obrigações trabalhistas, fiscais e sociais	322.392,40	151.720,96
Salarios a Pagar	0,00	0,00
Outros	0,00	-418,00
	2.120.627,09	408.569,79
Caixa líquido gerado pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	4.134.814,38	1.501.530,56
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado e intangível	0,00	-16.329,63
Depósitos judiciais e outros	-12.239,20	-11.749,84
Caixa líquido gerado pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	-12.239,20	-28.079,47
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos:		
Credito de Pessoas Ligadas	0,00	0,00
Distribuição de Lucros	-2.141.776,16	-3.406.434,80
Caixa líquido gerado pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	-2.141.776,16	-3.406.434,80
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	1.980.799,02	-1.932.983,71
Demonstração do aumento (redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa:		
Saldo do caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.463.916,41	11.396.900,12
Saldo do caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	11.444.715,43	9.463.916,41
Aumento (redução) saldo do caixa e equivalentes de caixa	1.980.799,02	-1.932.983,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Recife,31 de Dezembro de 2024

As informações foram extraídas do sped contabil referente Livro Diário eletronico nº 31, transmitido para Receita Federal do Brasil em 17/04/2025, recibo de transmissao numero 3F.6A.F1.80.DF.FD.57.79.A0.2F.AE.51.76.D6.C9.0D.8B.16.B4.3A-5

A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado
A sociedade não possui Auditoria Independente

BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES
SOCIO - GERENTE
RG: 1862424 SSP/RN
CPF: 376.381.144-34

MARCOS DE ALBUQUERQUE CÉSAR FILHO
SOCIO - GERENTE
RG: 2945891 SSP/PE
CPF: 492.032.744-72

CARLOS ALBERTO B BIANCHI
CONTADOR
CRC - PE: 020812/O - CT
RG: 5115131 SDS/PE
CPF: 038.834.354-07

R GENERAL ABREU E LIMA Nº 222, ROSARINHO, RECIFE, PERNAMBUCO. CEP 52041-040

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=hfx2qgE4qlzanZQLUqjNAA&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO
03883435406-CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA

23/04/2025

Certifico o Registro em 23/04/2025
Arquivamento 20259340588 de 23/04/2025 Protocolo 259340588 de 18/04/2025 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 32496286660768

PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ: 02.213.325/0001-88
NIRE: 26.2.0106931-0 de 06/11/1997
BALANÇO ENCERRADO EM 31/12/2024
ÍNDICES FINANCEIROS

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	R$
AC = ATIVO CIRCULANTE	29.696.640,17
PC = PASSIVO CIRCULANTE	4.366.398,36
ARLP = REALIZAVEL LONGO PRAZO	50.526,24
PNC = PASSIVO NÃO CIRCULANTE	0,00
PL = PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26.652.689,22
LL = LUCRO LÍQUIDO	1.491.853,97
AT = ATIVO TOTAL	31.019.087,58

ILG =ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL

ILG = $\frac{\text{AC + ARLP}}{\text{PC + PELP}} = \frac{29.747.166,41}{4.366.398,36}$ **6,81**

ILC = ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE

ILC = $\frac{\text{AC}}{\text{PC}} = \frac{29.696.640,17}{4.366.398,36}$ **6,80**

SG = ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL

SG = $\frac{\text{AT}}{\text{PC + PELP}} = \frac{31.019.087,58}{4.366.398,36}$ **7,10**

RPL= ÍNDICE DE RENTABILIDADE DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

RPL = $\frac{\text{L.L}}{\text{P.L}} = \frac{1.491.853,97}{26.652.689,22}$ **0,06**

GEG = GRAU DE ENDIVIDAMENTO GERAL

GEG = $\frac{\text{PC + PELP}}{\text{AT}} = \frac{4.366.398,36}{31.019.087,58}$ **0,14**

IRP = ÍNDICE DE LIQUIDEZ S/RECURSOS PRÓPRIOS

IRP = $\frac{\text{AC - PC}}{\text{PL}} = \frac{25.330.241,81}{26.652.689,22}$ **0,95**

RA = RENTABILIDADE DO ATIVO

IRP = $\frac{\text{LL}}{\text{AT}} = \frac{1.491.853,97}{31.019.087,58}$ **0,05**

Recife, 31 de Dezembro de 2024

As informações foram extraídas do sped contabil referente Livro Diário eletronico nº 31, transmitido para Receita Federal do Brasil em 17/04/2025, recibo de transmissao numero 3F.6A.F1.80.DF.FD.57.79.A0.2F.AE.51.76.D6.C9.0D.8B.16.B4.3A-5

A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado
A sociedade não possui Auditoria Independente

BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES
SOCIO - GERENTE
RG: 1862424 SSP/RN
CPF: 376.381.144-34

MARCOS DE ALBUQUERQUE CÉSAR FILHO
SOCIO - GERENTE
RG: 2945891 SSP/PE
CPF: 492.032.744-72

CARLOS ALBERTO B BIANCHI
CONTADOR
CRC - PE: 020812/O - CT
RG: 5115131 SDS/PE
CPF: 038.834.354-07

R GENERAL ABREU E LIMA Nº 222, ROSARINHO, RECIFE, PERNAMBUCO. CEP 52041-040

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=hfx2qgE4qlzanZQLUqjNAA&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO
03883435406-CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA

23/04/2025

Certifico o Registro em 23/04/2025
Arquivamento 20259340588 de 23/04/2025 Protocolo 259340588 de 18/04/2025 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 32496286660768

PLUGNET COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ 02.213.325/0001-88
NIRE: 2620.106931-0 de 06/11/1997
NOTAS EXPLICATIVAS A DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS FINDA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Plugnet Comercio e Representações LTDA é uma sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, Brasil, e tem como principal operação comércio de aparelhos e equipamentos eletrônicos, de informática e suprimentos para informática;

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 estão sendo apresentadas em Reais.
As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei n° 11.638/2007 e o Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Resoluções CFC n° 750/1993, 1.255/2009 e 1.282/2010.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Determinação do resultado
O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa
Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata.

c) Contas a Receber
Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos

d) Estoques de Mercadorias para Revenda
Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição.

e) Não Circulante
Os direitos realizáveis a longo prazo e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

f) Imobilizado
O imobilizado está registrado ao custo e não inclui os encargos financeiros incorridos durante o período de construção. Os bens são depreciados pelo método linear, com base nas vidas úteis estimadas.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=hfx2qgE4qlzanZQLUqjNAA&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO
03883435406-CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA

Certifico o Registro em 23/04/2025
Arquivamento 20259340588 de 23/04/2025 Protocolo 259340588 de 18/04/2025 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 32496286660768

PLUGNET COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ 02.213.325/0001-88
NIRE: 2620.106931-0 de 06/11/1997
NOTAS EXPLICATIVAS A DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS FINDA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

g) Intangível
Os ativos intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados em até 10 anos considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos.

h) Benefícios a Empregados
Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência**.**

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa	9.687,86	6.140,90
Banco conta movimento	82,68	45,77
Aplicações de Liquidez Imediata	11.434.944,89	9.457.729,74
Total de Caixa e Equivalente de Caixa	11.444.715,43	9.463.916,41

Todas as aplicações financeiras de liquidez imediata foram efetuadas em investimento de baixo risco.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2024	2023
Clientes de revenda de mercadoria	7.156.257,85	6.581.388,15

Os valores a receber são provenientes de revenda de mercadorias e estão registrados no ativo circulante.

6. IMOBILIZADO

a) Valor do Imobilizado

	2024	2023
	Valor Histórico	Valor Histórico
COMPUTADORES E PERIFERICOS	**284.075,99**	**269.852,64**
TERRENOS	**320.000,00**	**320.000,00**
EQUIP.MAQ.E INST.IND	**11.131,22**	**9.024,94**
MOVEIS,UTENS.E INST.	**47.078,23**	**47.078,23**
EDIFICIOS E CONSTRUÇÕES	**1.049.900,62**	**1.049.900,62**
VEICULOS	**291.644,91**	**291.644,91**
INSTALAÇÕES	**3.438,05**	**3.438,05**

a) Vidas Úteis e Taxas de Depreciação.
A depreciação dos ativos imobilizados foi realizada pelo método linear com base nas vidas úteis.

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=hfx2qgE4qlzanZQLUqjNAA&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO
03883435406-CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA

Certifico o Registro em 23/04/2025
Arquivamento 20259340588 de 23/04/2025 Protocolo 259340588 de 18/04/2025 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 32496286660768

PLUGNET COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ 02.213.325/0001-88
NIRE: 2620.106931-0 de 06/11/1997
NOTAS EXPLICATIVAS A DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS FINDA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

7. INTANGÍVEL

	2024	2023
	Valor Histórico	Valor Histórico
MARCAS E PATENTES	2.440,00	2.440,00
SOFTWARES	3.763,18	3.763,18

8. JUROS SOBRE CAPITAL PROPRIO

O JSCP é uma das formas de se distribuir o lucro entre os acionistas, titulares ou sócios de uma empresa, a outra é sob a forma de dividendos. Esse pagamento é tratado como despesa no resultado da empresa, enquanto o dividendo não. Neste caso, o investidor terá que pagar o IR sobre o capital recebido. Essa questão fiscal é justamente o benefício da companhia, como esse pagamento é contabilizado como despesa da empresa, antes do lucro, ela não arca com os tributos repassando este ônus ao investidor. A opção entre dividendos e juros sobre capital próprio compete à assembleia geral, ao conselho de administração ou à diretoria da empresa.

Primeiramente cabe observar que o *Pronunciamento Técnico CPC 09* estabelece que os juros sobre capital próprio configuram distribuição de riqueza (lucro) e não despesa, conforme podemos depreender em seu item 15:

Distribuição da riqueza

15. A segunda parte da DVA deve apresentar de forma detalhada como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída. Os principais componentes dessa distribuição estão apresentados a seguir:

(...)

Já a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), objetivando amenizar os prejuízos à comparabilidade das demonstrações contábeis, determinou, através da *Deliberação CVM nº 207/1996*, que as companhias abertas observem as seguintes regras para contabilização dos JSCP:

Os juros pagos ou creditados pelas companhias abertas, a título de remuneração do capital próprio, devem ser contabilizados diretamente à conta de Lucros Acumulados, sem afetar o resultado do exercício;

Por tanto no balanço societário da empresa adicionamos o Juros Sobre Capital Próprio ao resultado da empresa e no SPED por se tratar de um Balanço fiscal o mesmo e computado como despesa para fins tributário

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=hfx2qgE4qlzanZQLUqjNAA&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO
03883435406-CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA

Certifico o Registro em 23/04/2025
Arquivamento 20259340588 de 23/04/2025 Protocolo 259340588 de 18/04/2025 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 32496286660768

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO PLUGNET COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ 02.213.325/0001-88
NIRE: 2620.106931-0 de 06/11/1997
NOTAS EXPLICATIVAS A DEMONSTRAÇÃO CONTÁBEIS FINDA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

a) Capital Social
O capital social da Empresa Plugnet Comercio e Representações LTDA, no valor de R$ 2.000.000,00 é formado por cotas partes referentes a 2 sócios em 31 de dezembro de 2024.

Recife, 31 de dezembro de 2024

As informações foram extraídas do sped contábil referente Livro Diário eletrônico nº 31, transmitido para Receita Federal do Brasil em 17/04/2024, recibo de transmissão número 3F.6A.F1.80.DF.FD.57.79.A0.2F.AE.51.76.D6.C9.0D.8B.16.B4.3A-5
A sociedade não possui Conselho Fiscal instalado
A sociedade não possui Auditoria Independente

BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES
SOCIO – GERENTE
RG: 1862424 SSP/RN
CPF: 376.381.144-34

MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO
SOCIO GERENTE
RG:2945891 SSP/PE
CPF: 492.032.744-72

CARLOS ALBERTO B BIANCHI
CONTADOR
CRC – PE: 020812/0 – CT
RG: 5115131 SDS/PE
CPF:038.834.354-06

http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=hfx2qgE4qlzanZQLUqjNAA&chave2=bivYHKotZXwAGXcKi4FdLw
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 37638114434-BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES|49203274472-MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO
03883435406-CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA

Certifico o Registro em 23/04/2025
Arquivamento 20259340588 de 23/04/2025 Protocolo 259340588 de 18/04/2025 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 32496286660768

259340588

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	**PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA**
PROTOCOLO	**259340588 - 18/04/2025**
ATO	**223 - BALANCO PUBLICADO**
EVENTO	**223 - BALANCO PUBLICADO**

MATRIZ

NIRE 26201069310
CNPJ 02.213.325/0001-88
CERTIFICO O REGISTRO EM 23/04/2025
SOB N: 20259340588

REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 03883435406 - CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA - Assinado em 17/04/2025 às 10:32:11
Cpf: 37638114434 - BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES - Assinado em 17/04/2025 às 11:54:32
Cpf: 49203274472 - MARCOS DE ALBUQUERQUE CESAR FILHO - Assinado em 17/04/2025 às 11:01:42

Assinado eletronicamente por
JESSICA CAROLINE DAS CHAGAS MORAES
SECRETÁRIA GERAL

23/04/2025

Certifico o Registro em 23/04/2025
Arquivamento 20259340588 de 23/04/2025 Protocolo 259340588 de 18/04/2025 NIRE 26201069310
Nome da empresa PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
Este documento pode ser verificado em http://redesim.jucepe.pe.gov.br/autenticacaodocumentos/autenticacao.aspx
Chancela 32496286660768

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped **Versão: 10.2.3**

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
26201069310	02.213.325/0001-88	
NOME EMPRESARIAL		
PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.		

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2024 a 31/12/2024
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
DAIRIO GERAL	31
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
3F.6A.F1.80.DF.FD.57.79.A0.2F.AE.51.76.D6.C9.0D.8B.16.B4.3A	

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	03883435406	CARLOS ALBERTO BARROS BIANCHI DE OLIVEIRA:03883435406	733556273882897405 3	22/01/2025 a 22/01/2026	Não
Administrador	37638114434	BRENO JOSE DE ARAUJO TAVARES: 37638114434	106748017236545175 326139492375958944 647	15/03/2024 a 15/03/2027	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

3F.6A.F1.80.DF.FD.57.79.A0.2F.AE.
51.76.D6.C9.0D.8B.16.B4.3A-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 17/04/2025 às 08:56:11

33.B5.A0.F5.EC.3A.10.F1
8F.B9.3A.E2.04.4E.82.2E

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.		
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024	CNPJ:	02.213.325/0001-88
Número de Ordem do Livro:	31		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.
NIRE	26201069310
CNPJ	02.213.325/0001-88
Número de Ordem	31
Natureza do Livro	DAIRIO GERAL
Município	Recife
Data do arquivamento dos atos constitutivos	01/11/1997
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2024
Quantidade total de linhas do arquivo digital	24535

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.
Natureza do Livro	DAIRIO GERAL
Número de ordem	31
Quantidade total de linhas do arquivo digital	24535
Data de inicio	01/01/2024
Data de término	31/12/2024

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 3F.6A.F1.80.DF.FD.57.79.A0.2F.AE.51.76.D6.C9.0D.8B.16.B4.3A-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	02.213.325/0001-88
Número de Ordem do Livro:	31
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 29.518.002,89	R$ 31.019.087,58
CIRCULANTE		R$ 28.130.559,84	R$ 29.696.640,17
DISPONÍVEL		R$ 9.463.916,41	R$ 11.444.715,43
BENS NUMERÁRIOS		R$ 6.140,90	R$ 9.687,86
DEPÓSITOS BANCÁRIOS A VISTA		R$ 45,77	R$ 82,68
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA		R$ 9.840.560,67	R$ 11.956.319,34
(-) RECEITAS A APROPRIAR		R$ (382.830,93)	R$ (521.374,45)
CLIENTES		R$ 6.581.388,15	R$ 7.156.257,85
DUPLICATAS A RECEBER		R$ 6.581.388,15	R$ 7.156.257,85
OUTROS CRÉDITOS		R$ 10.940.400,59	R$ 10.036.906,32
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES"		R$ 642.668,06	R$ 0,00
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS		R$ 30.424,22	R$ 6.625,31
ADIANTAMENTO PARA VIAGENS		R$ 15.418,89	R$ 6.288,55
TRIBUTOS A RECUPERAR		R$ 10.251.889,42	R$ 10.023.992,46
ESTOQUES		R$ 1.144.854,69	R$ 1.058.760,57
ESTOQUE MATRIZ		R$ 1.107.958,57	R$ 901.936,39
ESTOQUE FILIAL JOAO PESSOA		R$ 10.992,00	R$ 8.022,69
ESTOQUE FILIAL PARÁ		R$ 22.526,40	R$ 0,00
ESTOQUE FILIAL ESPIRITO SANTO		R$ 3.377,72	R$ 148.801,49
NÃO CIRCULANTE		R$ 1.387.443,05	R$ 1.322.447,41
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		R$ 38.287,04	R$ 50.526,24
OUTROS CREDITOS		R$ 38.287,04	R$ 50.526,24
CREDITOS COM TERCEIROS		R$ 22.672,00	R$ 22.672,00
CONSORCIO		R$ 15.615,04	R$ 27.854,24
IMOBILIZADO		R$ 1.346.263,09	R$ 1.269.481,17
IMÓVEIS		R$ 1.369.900,62	R$ 1.369.900,62
BENS EM OPERAÇÃO		R$ 637.368,40	R$ 637.368,40
(-) (-) DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO ACUMULADA		R$ (661.005,93)	R$ (737.787,85)
INTANGÍVEL		R$ 2.892,92	R$ 2.440,00
CUSTO		R$ 6.203,18	R$ 6.203,18
(-) (-) AMORTIZAÇÕES		R$ (3.310,26)	R$ (3.763,18)
PASSIVO		R$ 29.518.002,89	R$ 31.019.087,58
CIRCULANTE		R$ 2.245.771,27	R$ 4.366.398,36
FORNECEDORES		R$ 1.683.058,01	R$ 3.481.292,70
FORNECEDORES NACIONAIS		R$ 1.683.058,01	R$ 3.481.292,70
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		R$ 271.325,33	R$ 378.988,82
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER		R$ 255.306,75	R$ 343.631,32
TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER		R$ 16.018,58	R$ 35.357,50
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PRIVIDENCIÁRIAS		R$ 291.387,93	R$ 332.176,38
OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS		R$ 69.223,48	R$ 109.894,41
PROVISÕES		R$ 222.164,45	R$ 222.281,97
OUTRAS OBRIGAÇÕES		R$ 0,00	R$ 173.940,46
PROVISÃO PARA IRPJ E CSLL		R$ 0,00	R$ 173.940,46
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		R$ 27.272.231,62	R$ 26.652.689,22
CAPITAL SOCIAL		R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00
CAPITAL SUBSCRITO		R$ 2.000.000,00	R$ 2.000.000,00
RESULTADO ACUMULADO		R$ 25.272.231,62	R$ 24.652.689,22
RESULTADO ACUMULADO		R$ 25.272.231,62	R$ 24.652.689,22

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 3F.6A.F1.80.DF.FD.57.79.A0.2F.AE.51.76.D6.C9.0D.8B.16.B4.3A-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	PLUGNET COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.		
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024	CNPJ:	02.213.325/0001-88
Número de Ordem do Livro:	31		
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024		

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		R$ 33.085.649,27	R$ 24.622.029,37
VENDAS DE MERCADORIAS		R$ 27.117.452,60	R$ 18.148.141,02
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		R$ 5.968.196,67	R$ 6.473.888,35
(-) (-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R$ (8.292.184,30)	R$ (4.452.546,07)
VENDAS CANCELADAS		R$ (2.226.219,13)	R$ 0,00
(-) DE VENDAS DE MERCADORIAS MERCADO INTERNO		R$ (2.226.219,13)	R$ 0,00
(-) IMPOSTOS INCIDENTES SOBRE VENDAS		R$ (6.065.965,17)	R$ (4.452.546,07)
(-) (-) ICMS		R$ (2.967.352,19)	R$ (2.066.945,55)
(-) (-) ISS		R$ (199.623,45)	R$ (207.518,46)
(-) (-) PIS		R$ (517.352,16)	R$ (386.654,82)
(-) (-) COFINS		R$ (2.393.056,57)	R$ (1.791.427,24)
ICMS DEVOLUÇÕES		R$ 11.419,20	R$ 0,00
(=) RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA		R$ 24.793.464,97	R$ 20.169.483,30
(-) (-) CUSTO DOS PRODUTOS/MERCADORIAS/SERVICOS		R$ (9.025.739,30)	R$ (6.616.352,36)
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R$ (9.025.739,30)	R$ (6.616.352,36)
LUCRO / (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO		R$ 15.767.725,67	R$ 13.553.130,94
(-) (+/-) DESPESAS OPERACIONAIS		R$ (14.196.474,15)	R$ (11.201.350,19)
DE VENDAS		R$ (8.911,29)	R$ 0,00
DESPESAS GERAIS		R$ (8.911,29)	R$ 0,00
(-) ADMINISTRATIVAS		R$ (13.319.442,56)	R$ (12.284.778,47)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R$ (13.319.442,56)	R$ (12.284.778,47)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R$ (2.069.872,40)	R$ (8.070,22)
(-) DESPESAS GERAIS		R$ (2.069.872,40)	R$ (8.070,22)
(-) RECEITAS FINANCEIRAS		R$ 1.239.950,85	R$ 1.112.519,98
RECEITAS FINANCEIRAS		R$ 1.004.024,92	R$ 995.044,46
RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS		R$ 235.925,93	R$ 117.475,52
(-) DESPESAS TRIBUTARIAS		R$ (38.198,75)	R$ (21.021,48)
(-) DESPESAS TRIBUTÁRIAS		R$ (38.198,75)	R$ (21.021,48)
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		R$ 1.571.251,52	R$ 2.351.780,75
RESULTADO ANTES DA CS E IR		R$ 1.571.251,52	R$ 2.351.780,75
(-) PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		R$ 0,00	R$ (233.980,62)
(-) PROVISAO PARA CONTRIBUICAO SOCIAL		R$ 0,00	R$ (233.980,62)
(-) PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA		R$ 0,00	R$ (625.946,16)
(-) PROVISAO PARA IMPOSTO DE RENDA		R$ 0,00	R$ (625.946,16)
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO		R$ 1.571.251,52	R$ 1.491.853,97

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 3F.6A.F1.80.DF.FD.57.79.A0.2F.AE.51.76.D6.C9.0D.8B.16.B4.3A-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.3 do Visualizador

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

HABILITAÇÃO - PLUGNET

Ao

Ministério Público do Estado do Maranhão

Edital Pregão Eletrônico nº 90003/2025

PLUGNET COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ.: 02.213.325/0005-01, sediada Av. Governador Mario Covas, s/n, Km 279, Sala 89 – Bairro: Jacuhy – Serra (ES) – CEP: 29.161-230 , declara, sob as penas da lei, para efeitos de habilitação no presente procedimento licitatório que:

Após análise do Edital, nós, abaixo-assinados, declaramos junto ao pregoeiro, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação, com os documentos devidamente atualizados na forma da legislação vigente, que se encontram dentro do **ARQUIVO – HABILITAÇÃO,** em conformidade com o que dispõe o Edital, para participação no Pregão Eletrônico nº 90003/2025, que realizar-se-á no dia 10/06/2025, às 10:00 HORAS.

Serra (ES), 10 de junho de 2025

Atenciosamente,

Plugnet Comércio e Representações Ltda
Breno José de Araujo Tavares
(81) 3426-7006
Diretor

Ao

Ministério Público do Estado do Maranhão

Edital Pregão Eletrônico nº 90003/2025

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

PLUGNET COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ.: 02.213.325/0005-01, sediada Av. Governador Mario Covas, s/n, Km 279, Sala 89 – Bairro: Jacuhy – Serra (ES) – CEP: 29.161-230, por intermédio de seu representante legal, Sr. **Breno José de A Tavares**, RG 1.862.424 – SSP/RN e CPF.: 376.381.144-34, DECLARA para fins do disposto do **Pregão Eletrônico nº 90003/2025**, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

A proposta apresentada foi elaborada de maneira independente pela Plugnet Com. e Rep. Ltda, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial o de fato do certame em referência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

 A intenção de apresentar a proposta elaborada não foi informada, ou discutida com, ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame em referência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

 Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame em referência, quanto a participar ou não da referida licitação;

 Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do certame em referência, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

 Que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a discutido com ou recebido de qualquer integrante da Comissão Permanente da Licitação da Ministério Público do Estado do Maranhão antes da abertura oficial das propostas; e

 Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Serra (ES), 10 de junho de 2025

Atenciosamente,

Plugnet Comércio e Representações Ltda
Breno José de Araujo Tavares
(81) 3426-7006
Diretor

Ao

Ministério Público do Estado do Maranhão

Edital Pregão Eletrônico nº 90003/2025

PLUGNET COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ.: 02.213.325/0005-01, sediada Av. Governador Mario Covas, s/n, Km 279, Sala 89 – Bairro: Jacuhy – Serra (ES) – CEP: 29.161-230, declara, sob as penas da lei, que não possui no seu quadro de funcionários, trabalhador menor de 18(dezoito) anos atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16(dezesseis) anos atuando em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em cumprimento ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

Serra (ES), 10 de junho de 2025

Atenciosamente,

Plugnet Comércio e Representações Ltda
Breno José de Araujo Tavares
(81) 3426-7006
Diretor

Ao

Ministério Público do Estado do Maranhão

Edital Pregão Eletrônico nº 90003/2025

PLUGNET COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ.: 02.213.325/0005-01, sediada Av. Governador Mario Covas, s/n, Km 279, Sala 89 – Bairro: Jacuhy – Serra (ES) – CEP: 29.161-230, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data, inexiste fato superveniente impeditivo para sua habilitação no processo licitatório, bem como que não está sofrendo nenhuma sanção promovida por Órgão ou Entidade Pública.

Serra (ES), 10 de junho de 2025

Atenciosamente,

Plugnet Comércio e Representações Ltda
Breno José de Araujo Tavares
(81) 3426-7006
Diretor

Ao

Ministério Público do Estado do Maranhão

Edital Pregão Eletrônico nº 90003/2025

PLUGNET COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ.: 02.213.325/0005-01, sediada Av. Governador Mario Covas, s/n, Km 279, Sala 89 – Bairro: Jacuhy – Serra (ES) – CEP: 29.161-230, DECLARA que os preços propostos correspondem a todas as despesas concernentes ao objeto da licitação, incluindo frete, impostos, taxas e outros encargos de qualquer natureza.

Serra (ES), 10 de junho de 2025

Atenciosamente,

Plugnet Comércio e Representações Ltda
Breno José de Araujo Tavares
(81) 3426-7006
Diretor

Ao

Ministério Público do Estado do Maranhão

Edital Pregão Eletrônico nº 90003/2025

A Plugnet Comércio e Representações Ltda, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ: 02.213.325/0005-01, através do seu representante legal, Sr. Breno José de Araújo Tavares, CPF: 376.381.144-34, DECLARA:

1) Que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;
2) Que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
3) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49;
4) DECLARAÇÃO REFERENTE À RESOLUÇÃO Nº 37/2009-CNMP: DECLARAMOS que esta empresa não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos art. 3º da Resolução nº 037/2009-CNMP (alterado pela Resolução nº 172/2017-CNMP), onde prevê que é VEDADA "a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de Évidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação". A vedação, conforme o §1º, "não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade" e, de acordo com o §2º, "se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização", e ainda, que não tenha entre seus empregados colocados à disposição do Ministério Público para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da Resolução nº 177/2017-CNMP.
5) DECLARAMOS, ainda, estar ciente das SANÇÕES que lhe poderão É impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

Serra (ES), 10 de junho de 2025

Atenciosamente,

Plugnet Comércio e Representações Ltda
Breno José de Araujo Tavares
(81) 3426-7006
Diretor

Ao

Ministério Público do Estado do Maranhão

Edital Pregão Eletrônico nº90003/2025

Tipo: Menor preço por LOTE

Objeto: objeto da presente licitação é a formação de Registros de Preços visando a aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS.

PLUGNET COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ.: 02.213.325/0005-01, sediada Av. Governador Mario Covas, s/n, Km 279, Sala 89 – Bairro: Jacuhy – Serra (ES) – CEP: 29.161-230, telefone (81) 3426-7006, e-mail: plugnet@plugnetshop.com.br, **DECLARA** que os preços propostos correspondem a todas as despesas concernentes ao objeto da licitação, incluindo frete, impostos, taxas e outros encargos de qualquer natureza.

Item	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
01	WORKSTATION TIPO I Fabricante: DELL Marca: DELL Modelo: PRO MAX TOWER T2	Um	16	45.468,00	**727.488,00**
02	WORKSTATION TIPO II Fabricante: DELL Marca: DELL Modelo: PRECISION 5860	Um	2	111.340,00	**222.680,00**
				Valor Total do Lote (R$):	**950.168,00**

Serra (ES), 10 de junho de 2025

Atenciosamente,

Plugnet Comércio e Representações Ltda
Breno José de Araujo Tavares
(81) 3426-7006
Diretor

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO)

2.1. WORKSTATION TIPO I

2.1.1. Processador

2.1.13.1. Processador com 24 (vinte e quatro) núcleos físicos reais e 32 (trinta e dois) threads, arquitetura x86, mínimo de 36MB de Cache total;

2.1.13.2. Frequência de operação mínima por núcleo de 2.4 GHz, sendo considerado para efeito de comprovação desta os valores alcançados no modo nativo da CPU;

2.1.13.3. O processador deverá suportar execução de sistema operacional e outros aplicativos tanto de 32 bits quanto de 64bits;

2.1.13.4. Processador com performance, mínima, de 60.000 (sessenta mil) pontos, no Performance teste do Passmark@Software:O desempenho será comprovado por intermédio de resultados de BenchMark, disponíveis em: http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php será aceito variações de até 5% na pontuação do processador ofertado;

2.1.13.5. É obrigatório informar na proposta o modelo do processador ofertado para fins de conferência.

2.1.2. Placa Mãe

2.1.2.1. Projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado, ou desenvolvida especialmente para o modelo em regime de OEM com a devida comprovação. Não sendo, portanto, aceitas placas genéricas destinadas ao mercado comum. 2.1.3. **Chipset**

2.1.3.1. Possuir chip de segurança TPM 2.0 ou superior integrado a mesma, acompanhado do software capaz de implementar as principais funcionalidades do mesmo e demais, conforme descrito a seguir: Deverá ser obrigatoriamente no idioma Português Brasil e do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM devidamente comprovado; quando em regime de OEM, deverá obrigatoriamente ser fornecido suporte e todas as atualizações, inclusive de versões durante o período de garantia do equipamento;

2.1.3.2. Deverá ser capaz de habilitar as principais funcionalidades básicas de segurança oferecidas pelo referido chip TPM na versão 2.0 ou superior, sendo as seguintes:

2.1.3.2.1. Deverá possuir módulo que credencie o usuário a fazer logon no equipamento pelo método padrão ou através de impressão digital se utilizando soluções externas de leitor biométrico conectado à porta USB, permitindo assim que seja utilizada senha convencional ou o leitor para acessar o sistema operacional;

2.1.3.3. Deverá através do software de segurança gerenciar as permissões dos usuários que utilizam o equipamento permitindo gerar configurações individuais ou por grupo para acesso a recursos de como, por exemplo:

2.1.3.3.1. Permitir ou bloquear acesso às portas USB;

2.1.3.3.2. Permitir ou bloquear acesso aos periféricos de conexão com o ambiente externo “Placa de Rede, Modem, Bluetooth, DVD+/-RW, etc.”;

2.1.3.3.3. Deverá possuir módulo para configurar a segurança e a proteção dos dados gerando uma área para armazenamento de arquivos particulares dos usuários, sendo essa área protegida por criptografia utilizando o chip TPM 1.2. Esse módulo visa garantir que não será possível o acesso indevido aos dados protegidos, mesmo

em caso de remoção do disco rígido para outro equipamento uma vez que o acesso aos mesmos está vinculado às credenciais dos usuários e ao chip TPM do respectivo equipamento;

2.1.3.3.4. O licenciamento do software deve contemplar suporte, atualização e garantia de evolução pelo período igual à garantia do equipamento ofertado sem qualquer custo adicional. 2.1.4. **BIOS**

2.1.4.1. Desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org);

2.1.4.2. A compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site http://www.uefi.org/members, na categoria membros;

2.1.4.3. BIOS deverá ser implementada em memória "flash", atualizável diretamente pelo Windows, projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou ter direitos (Copyright) sobre essa BIOS, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizações;

2.1.4.4. Deverá suportar tecnologias de integração à rede com PXE, configuração e controle remoto;

2.1.4.5. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede;

2.1.4.6. Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI

(Advanced Configuration and Power Interface) 3.0 e Plug-and-Play;

2.1.4.7. Deverá possuir campo com número de série do equipamento, podendo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;

2.1.4.8. Deverá possuir campo editável, com recurso para registro de informações como, por exemplo, o número do patrimônio do equipamento podendo o mesmo ser lido remotamente via comandos SMBIOS; 2.1.4.9. Possibilidade de habilitar /desabilitar portas USB;

2.1.4.10. O BIOS deve possuir ferramenta de diagnóstico com capacidade de executar teste de processador, memória RAM, saúde dodisco rígido ou SSD, interface de rede, interface gráfica e portas USB. A mensagem de erro deverá ser o suficiente para abertura de chamado em Garantia;

2.1.4.11. Relógio de calendário em bateria não volátil;

2.1.4.12. Deverá possuir a interface de configuração em idioma em Português ou Inglês;

2.1.4.13. Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco rígido;

2.1.4.14. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante;

2.1.4.15. Lançada a partir de 2022 e entregue na versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;

2.1.4.16. Deverá possuir interface gráfica acessível através de teclado e mouse;

2.1.4.17. Deverá possuir solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento em definitivo, tais como HDD, SSD e SSHD, em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela

BIOS;

2.1.4.18. Deverá possuir ferramenta que possibilite realizar a formatação definitiva dos dispositivos de armazenamento conectados ao equipamento. Caso esta

ferramenta não seja nativa, deverá ser oficialmente homologada pelo fabricante do dispositivo.

2.1.5. **Interfaces**

2.1.5.1. No mínimo 01 (um) slot PCIe Gen5 x16, 01 (um) Slots PCIe Gen4 x4, 01 (um) slot PCIe Gen3 x4 e 03 (três) slots M.2 para SSDs;

2.1.5.2. 01 (uma) Controladora de unidade de disco rígido tipo SATA ou SAS de 6.0 Gb/s, devendo suportar implementação dos níveis de Raid 0/1/5;

2.1.5.3. Possuir no mínimo 10 (dez) Portas USB, sendo pelo menos 06 (seis) delas USB 3.2 SuperSpeed (10Gbps); 2.1.5.4. Deverá possuir no mínimo 4 (quatro) portas USB na parte frontal do gabinete, sendo pelo menos 01 (uma) do tipo USB-C;

2.1.5.5. Possuir mínimo de 4 (quatro) Slots de memória suportando expansão mínima a 128GB com ECC.

2.1.6. **Memória**

2.1.6.1. No mínimo, 128GB (4X32GB), DDR5-3600MHz com ECC, em dual channel;

2.1.6.2. Permitir expansão mínima de até 128 GB.

2.1.7. **Armazenamento**

2.1.7.1. Deverá ser fornecido 01 (um) disco SSD de 1TB PCIe NVMe M.2, 01 (um) disco SSD de 2TB PCIe NVMe e 03 (três) HDD com capacidade de 4TB SATA-III 6.0 Gb/s 5.400 RPM, com suporte a tecnologia SMART para detecção de pré-falhas. (Discos defeituosos serão substituídos por novos, sendo que o disco antigo deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações). 2.1.8. **Vídeo**

2.1.8.1. Placa Off-board PCI Express de 128 bits com GPU Ativo, mínimo de 2800 (dois mil e oitocentos) processadores CUDAOu equivalente devidamente comprovado, memória dedicada mínima 16GB GDDR6 ou superior;

2.1.8.2. Suporte mínimo as APIs ao DirectX 12, OpenGL 4.6, OpenCL 3.0, DirectCompute;

2.1.8.3. Deve possuir no mínimo 04 (quatro) interfaces digitais, display port ou mini display port. As interfaces mini Display Port, devem ser fornecida com adaptadores para DisplayPort.

2.1.9. **Controladora de Rede**

2.1.9.1. Integrada para comunicação a 10/100/1000 Mbps, padrão Ethernet, FastEthernet e Gigabit Ethernet, plug- and-play, totalmente configurável por software;

2.1.9.2. Permitir comunicação no modo full-duplex;

2.1.9.3. Possuir conexão RJ-45 fêmea;

2.1.9.4. Possuir LED indicador de atividade de rede;

2.1.9.5. Possuir suporte a WakeUp on LAN;

2.1.9.6. Possuir suporte a PXE 2.1;

2.1.9.7. Suportar gerenciamento através do protocolo SNMP.

2.1.10. **Placa de Rede WiFi**

2.1.10.1. Controladora de rede sem fio integrada ao equipamento, não sendo aceitos adaptadores externos;

2.1.10.2. Suporte para os padrões IEEE 802.11ax 6GHz;

2.1.10.3. Suporte a WPA/WPA-PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit;

2.1.10.4. Possuir certificação ANATEL.

2.1.11. **Áudio**

2.1.11.1. Controladora de áudio de alta-definição integrada;

2.1.11.2. Possuir alto-falante interno integrado ao gabinete;

2.1.11.3. O alto-falante interno deve possuir a capacidade de reproduzir os sons gerados pelo sistema operacional e alarmes gerados por problemas de inicialização;

2.1.11.4. O alto-falante deve se desligar automaticamente, sem a necessidade de qualquer intervenção do usuário, quando forem conectados fones de ouvido ou caixas de som externas;

2.1.11.5. Deve possuir 1 (um) conector para saída de som (fone de ouvido) e outro para entrada (microfone) ou conector combo, localizados na parte frontal do equipamento. 2.1.12. **Teclado**

2.1.12.1. Teclado com no mínimo 104 teclas (AT Enhanced), padrão ABNT II;

2.1.12.2. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT II;

2.1.12.3. Possuir ajuste de inclinação;

2.1.12.4. LED indicador de teclado numérico habilitado;

2.1.12.5. LED indicador de tecla CAPS LOCK pressionada;

2.1.12.6. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;

2.1.12.7. Possuir bloco numérico separado das demais teclas;

2.1.12.8. Possuir doze teclas de função (F1-F12) na posição superior do teclado;

2.1.12.9. O teclado deverá, obrigatoriamente, ser da mesma marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).

2.1.14. **Mouse**

2.1.14.1. Dois botões, ambidestro (simétrico), com tecnologia laser;

2.1.14.2. Com roda (wheel) para rolagem (scroll) de tela;

2.1.14.3. Conector USB padrão, sem uso de adaptadores;

2.1.14.4. Tecnologia laser ou ótico e resolução mínima de 3000 dpi;

2.1.14.5. O mouse deverá, obrigatoriamente, ser compatível com o da marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).

2.1.15. **Gabinete**

2.1.15.1. Torre (Tipo Workstation) devendo o mesmo ser desenvolvido para esse propósito. Deve possuir tratamento anticorrosivo;

2.1.15.2. Deve atender ao padrão Toolless permitindo assim, a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido SATA, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Serão aceitos equipamentos que disponham de parafusos de segurança opcionais para uso durante o manuseio e transporte, a fim de prevenir possíveis acidentes;

2.1.15.3. Deve possuir sistema de resfriamento auxiliar posicionado na parte frontal do gabinete de forma a garantir o fluxo de ar passante no mesmo, evitando assim problemas de aquecimento nos componentes internos do equipamento;

2.1.15.4. Possuir sistema de trava eletrônica do gabinete com sensor de detecção de intrusão para evitar acessos indevidos ou em substituição possuir sensor de intrusão acoplado ao gabinete sem uso de qualquer adaptação que alerte no caso de abertura do mesmo e entrada na parte traseira do gabinete Para colocação de cadeado do tipo Kensington impossibilitando o acesso aos componentes internos, não será aceita qualquer tipo de adaptação ao gabinete original para atender a essa exigência como utilização de cadeados convencionais;

2.1.15.5. Deve possuir ainda etiqueta permanente com código de barras em material resistente ao desgaste por abrasão, onde conste a marca, o modelo, a configuração e o número de série do equipamento;

2.1.15.6. Deverão ser fornecidos todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos. Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136.

2.1.16. **Fonte**

2.1.16.1. Possuir chaveamento automático de tensão, potência mínima de 500W, com PFC Ativo e eficiência energética de 91% comprovada pela certificação 80 PLUS. As referências a essa certificação, deve ser verificada no site http://www.plugloadsolutions.com/80PlusPowerSupplies.aspx;

2.1.16.2. A fonte de alimentação deve ter potência suficiente para suportar o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima, incluindo discos, memórias, placas de vídeo e outros componentes.

2.1.17. **Software**

2.1.17.1. O equipamento deverá ser fornecido com o Sistema Operacional Microsoft Windows 11 Professional x64, instalado e devidamente configurado;

2.1.17.2. Deverá ser fornecido um kit de recuperação em dispositivo USB, utilizável pelo computador, contendo os drivers e o sistema operacional, com sua respectiva licença de uso, ou a imagem do disco rígido com o sistema operacional e drivers já instalados. Deverá ser entregue uma unidade por equipamento com identificação externa do seu conteúdo e proteção contra gravação. Esta solicitação visa proteger o extravio ou o uso do disco USB para outros fins. Alternativamente, será aceita solução do fabricante que permita reinstalar o Sistema Operacional através da BIOS conectado à Internet, que funcione mesmo com o Sistema Operacional inoperante ou inacessível. Não será aceita solução de recuperação em partição no disco como forma de atendimento;

2.1.17.3. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar atualizações de drivers, firmwares e BIOS, permitindo a busca no site do fabricante ou em um repositório interno da rede;

2.1.17.4. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar a saúde do sistema, sugerindo atualizações do sistema operacional e ajustes para melhorias de performance.

2.1.18. **Certificados e Compatibilidades**

2.1.18.1. HCL Microsoft Windows 11X64 (https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware /lpl/) para a Workstation;

2.1.18.2. HCL Linux para uma dessas distribuições: Ubuntu, RedHat ou Suse;

2.1.18.3. O equipamento deverá constar na Lista de BIOS & Firmware Compatibility para a solução de rastreamento e segurança da Absolute Software ;

2.1.18.4. O equipamento deve possuir conformidade com padrões de compatibilidade eletromagnética,
CISPR 22 /EN55022, IEC61000, emitida por laboratório nacional ou internacional;

2.1.18.5. O fabricante do equipamento ofertado deverá possuir a Certificação IBAMA referente a Qualidade Ambiental, em conformidade a Instrução Normativa IBAMA nº 6 de 15 de março de 2013 (Federal) http://www.ibama. gov.br/phocadownload/cp/2018/Ibama-IN-6-2013-compilada-IN112018.pdf;8.7. O fabricante deverá possuir a certificação ISO 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional;

2.1.18.6. A Workstation deve estar em conformidade com a norma EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) na categoria bronze ou superior. A comprovação deverá ser feita através do site hdp://www.epeat.net, com o modelo ofertado constando na lista da categoria “Computers and Displays 2018 (launched 2019)”;

2.1.18.7. Deverá comprovar em proposta, obrigatoriamente, todos os itens e subitens desta especificação. A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará a desclassificação da proponente.

2.1.19. **Diversos**

2.1.19.1. O equipamento deverá possuir indicadores (LED, display ou Bips) para facilitar a identificação do componente (memória, processador, vídeo, etc.) que esteja com problema, para agilizar o reparo. 2.2.

WORKSTATION TIPO II

2.2.1. **Processador**

2.2.1.1. Processador com 24 (vinte e quatro) núcleos físicos reais e 48 (quarenta e oito) threads, arquitetura x86, mínimo de 45MB de Cache total;

2.2.1.2. Frequência de operação mínima por núcleo de 2.5GHz, sendo considerado para efeito de comprovação desta os valores alcançados no modo nativo da CPU;

2.2.1.3. O processador deverá suportar execução de sistema operacional e outros aplicativos tanto de 32 bits quanto de 64bits;

2.2.1.4. Processador com performance, mínima, de 58.000 (cinquenta e oito mil) pontos, no Performance teste do Passmark@Software:O desempenho será comprovado por intermédio de resultados de BenchMark, disponíveis em: http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php será aceito variações de até 5% na pontuação do processador ofertado;

2.2.1.5. É obrigatório informar na proposta o modelo do processador ofertado para fins de conferência.

2.2.1.6.

2.2.2. **Placa Mãe**

2.2.2.1. Projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado, ou desenvolvida especialmente para o modelo em regime de OEM com a devida comprovação. Não sendo, portanto, aceitas placas genéricas destinadas ao mercado comum.

2.2.3. **Chipset**

2.2.3.1. Mínimo W790 ou AMD PRO 695;

2.2.3.2. Possuir chip de segurança TPM 2.0 ou superior integrado a mesma, acompanhado do software capaz de implementar as principais funcionalidades do mesmo e demais, conforme descrito a seguir: Deverá ser obrigatoriamente no idioma Português Brasil e do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM devidamente comprovado, quando em regime de OEM, deverá obrigatoriamente ser fornecido suporte e todas as atualizações, inclusive de versões durante o período de garantia do equipamento;

2.2.3.3. Deverá ser capaz de habilitar as principais funcionalidades básicas de segurança oferecidas pelo referido chip TPM na versão 2.0 ou superior, sendo as seguintes:

2.2.3.3.1. Deverá possuir módulo que credencie o usuário a fazer logon no equipamento pelo método padrão ou através de impressão digital se utilizando soluções externas de leitor biométrico conectado à porta USB, permitindo assim que seja utilizada senha convencional ou o leitor para acessar o sistema operacional.

2.2.3.4. Deverá através do software de segurança gerenciar as permissões dos usuários que utilizam o equipamento permitindo gerar configurações individuais ou por grupo para acesso a recursos de como, por exemplo:

2.2.3.4.1. Permitir ou bloquear acesso às portas USB;

2.2.3.4.2. Permitir ou bloquear acesso aos periféricos de conexão com o ambiente externo “Placa de Rede, Modem, Bluetooth, DVD+/-RW, etc.”.

2.2.3.4.3. Deverá possuir módulo para configurar a segurança e a proteção dos dados gerando uma área para armazenamento de arquivos particulares dos usuários, sendo

essa área protegida por criptografia utilizando o chip TPM 2.0. Esse módulo visa garantir que não será possível o acesso indevido aos dados protegidos, mesmo em caso de remoção do disco rígido para outro equipamento uma vez que o acesso aos mesmos está vinculado às credenciais dos usuários e ao chip TPM do respectivo equipamento.

2.2.3.4.4. O licenciamento do software deve contemplar suporte, atualização e garantia de evolução pelo período igual à garantia do equipamento ofertado sem qualquer custo adicional. 2.2.4. **BIOS**

2.2.4.1. Desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org);

2.2.4.2. A compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site http://www.uefi.org/members, na categoria membros;

2.2.4.3. BIOS deverá ser implementada em memória "flash", atualizável diretamente pelo Windows, projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou ter direitos (Copyright) sobre essa BIOS, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizações;

2.2.4.4. Deverá suportar tecnologias de integração à rede com PXE, configuração e controle remoto;

2.2.4.5. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede;

2.2.4.6. Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 3.0 e Plug-and-Play;

2.2.4.7. Deverá possuir campo com número de série do equipamento, podendo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;

2.2.4.8. Deverá possuir campo editável, com recurso para registro de informações como, por exemplo, o número do patrimônio do equipamento podendo o mesmo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;

2.2.4.9. Possibilidade de habilitar /desabilitar portas USB;

2.2.4.10. O BIOS deve possuir ferramenta de diagnóstico com capacidade de executar teste de processador, memória RAM, saúde do disco rígido ou SSD, interface de rede, interface gráfica e portas USB. A mensagem de erro deverá ser o suficiente para abertura de chamado em Garantia;

2.2.4.11. Relógio de calendário em bateria não volátil;

2.2.4.12. Deverá possuir a interface de configuração em idioma em Português ou Inglês;

2.2.4.13. Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco rígido;

2.2.4.14. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante;

2.2.4.15. Lançada a partir de 2022 e entregue na versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;

2.2.4.16. Deverá possuir interface gráfica acessível através de teclado e mouse;

2.2.4.17. Deverá possuir solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento em definitivo, tais como HDD, SSD e SSHD, em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela

BIOS;

2.2.4.18. Deverá possuir ferramenta que possibilite realizar a formatação definitiva dos dispositivos de armazenamento conectados ao equipamento. Caso esta ferramenta não seja nativa, deverá ser oficialmente homologada pelo fabricante do dispositivo.

2.2.5. **Interfaces**

2.2.5.1. No mínimo 01 (um) slot PCIe Gen5 x16, 01 (um) Slots PCIe Gen4 x16, 02 (dois) slot PCIe Gen3 x8 e 03 (três) slots M.2 para SSDs;

2.2.5.2. 01 (uma) Controladora de unidade de disco rígido tipo SATA ou SAS de 6.0 Gb/s, devendo suportar implementação dos níveis de Raid 0/1/5/10;

2.2.5.3. Possuir no mínimo 10 (dez) Portas USB 3.2, sendo pelo menos 06 (seis) delas USB 3.2 SuperSpeed (5Gbps); deverá possuir no mínimo 4 (quatro) portas USB na parte frontal do gabinete, sendo pelo menos 02 (duas) do tipo USB-C;

2.2.5.4. Possuir mínimo de 8 (oito) Slots de memória suportando expansão mínima a 1 TB com ECC.

2.2.6. **Memória**

2.2.6.1. No mínimo, 128GB (1X128GB), DDR5-4800MHz com ECC;

2.2.6.2. Permitir expansão mínima de até 1 TB.

2.2.7. **Armazenamento**

2.2.7.1. Deverá ser fornecido 01 (um) disco SSD de 1TB PCIe NVMe M.2, 01 (um) disco SSD de 2TB PCIe NVMe e 02 (dois) HDD com capacidade de 4TB SATA-III 6.0 Gb/s 7.200 RPM, com suporte a tecnologia SMART para detecção de pré-falhas. (Discos defeituosos serão substituídos por novos, sendo que o disco antigo deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações); 2.2.7.2. Deverá possuir unidade de gravação DVD-RW.

2.2.8. **Placa de Vídeo**

2.2.8.1. 02 (duas) Placas Off-board PCI Express de 320 bits com GPU Ativo, mínimo de 7.168 (sete mil cento e sessenta e oito) processadores CUDAOu equivalente devidamente comprovado, memória dedicada mínima 20GB GDDR6 ou superior;

2.2.8.2. Suporte mínimo as APIs ao DirectX 12, OpenGL 4.6, OpenCL 3.0, DirectCompute;

2.2.8.3. Deve possuir no mínimo 04 (quatro) interfaces digitais, display port ou mini display port. As interfaces mini Display Port, devem ser fornecidas com adaptadores para DisplayPort.

2.2.9. **Controladora de Rede**

2.2.9.1. Integrada para comunicação a 10/100/1000 Mbps, padrão Ethernet, FastEthernet e Gigabit Ethernet, plug- and-play, totalmente configurável por software;

2.2.9.2. Permitir comunicação no modo full-duplex;

2.2.9.3. Possuir conexão RJ-45 fêmea;

2.2.9.4. Possuir LED indicador de atividade de rede;

2.2.9.5. Possuir suporte a WakeUp on LAN;

2.2.9.6. Possuir suporte a PXE 2.1;

2.2.9.7. Suportar gerenciamento através do protocolo SNMP.

2.2.10. **Placa de Rede WiFi**

2.2.10.1. Controladora de rede sem fio integrada ao equipamento, não sendo aceitos adaptadores externos;

2.2.10.2. Suporte para os padrões IEEE 802.11ax 6GHz;

2.2.10.3. Suporte a WPA/WPA-PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit;

2.2.10.4. Possuir certificação ANATEL.

2.2.11. **Áudio**

2.2.11.1. Controladora de áudio de alta-definição integrada;

2.2.11.2. Possuir alto-falante interno integrado ao gabinete;

2.2.11.3. O alto-falante interno deve possuir a capacidade de reproduzir os sons gerados pelo sistema operacional e alarmes gerados por problemas de inicialização;

2.2.11.4. O alto-falante deve se desligar automaticamente, sem a necessidade de qualquer intervenção do usuário, quando forem conectados fones de ouvido ou caixas de som externas;

2.2.11.5. Deve possuir 1 (um) conector para saída de som (fone de ouvido) e outro para entrada (microfone) ou conector combo, localizados na parte frontal do equipamento. 2.2.12. **Teclado**

2.2.12.1. Teclado com no mínimo 104 teclas (AT Enhanced), padrão ABNT II;

2.2.12.2. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT II;

2.2.12.3. Possuir ajuste de inclinação;

2.2.12.4. LED indicador de teclado numérico habilitado;

2.2.12.5. LED indicador de tecla CAPS LOCK pressionada;

2.2.12.6. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;

2.2.12.7. Possuir bloco numérico separado das demais teclas;

2.2.12.8. Possuir doze teclas de função (F1-F12) na posição superior do teclado;

2.2.12.9. O teclado deverá, obrigatoriamente, ser da mesma marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).

2.2.13. **Mouse**

2.2.13.1. Dois botões, ambidestro (simétrico), com tecnologia laser;

2.2.13.2. Com roda (wheel) para rolagem (scroll) de tela;

2.2.13.3. Conector USB padrão, sem uso de adaptadores;

2.2.13.4. Tecnologia laser ou ótico e resolução mínima de 3000 dpi;

2.2.13.5. O mouse deverá, obrigatoriamente, ser compatível com o da marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).

2.2.14. **Gabinete**

2.2.14.1. Torre (Tipo Workstation) devendo o mesmo ser desenvolvido para esse propósito. Deve possuir tratamento anticorrosivo;

2.2.14.2. Deve atender ao padrão Toolless permitindo assim, a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido SATA, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Serão aceitos equipamentos que disponham

de parafusos de segurança opcionais para uso durante o manuseio e transporte, a fim de prevenir possíveis acidentes;

2.2.14.3. Deve possuir sistema de resfriamento auxiliar posicionado na parte frontal do gabinete de forma a garantir o fluxo de ar passante no mesmo, evitando assim problemas de aquecimento nos componentes internos do equipamento;

2.2.14.4. Possuir sistema de trava eletrônica do gabinete com sensor de detecção de intrusão para evitar acessos indevidos ou em substituição possuir sensor de intrusão acoplado ao gabinete sem uso de qualquer adaptação que alerte no caso de abertura do mesmo e entrada na parte traseira do gabinete Para colocação de cadeado do tipo Kensington impossibilitando o acesso aos componentes internos, não será aceita qualquer tipo de adaptação ao gabinete original para atender a essa exigência como utilização de cadeados convencionais;

2.2.14.5. Deve possuir ainda etiqueta permanente com código de barras em material resistente ao desgaste por abrasão, onde conste a marca, o modelo, a configuração e o número de série do equipamento;

2.2.14.6. Deverão ser fornecidos todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos. Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136.

2.2.15. **Fonte**

2.2.15.1. Possuir chaveamento automático de tensão, potência mínima de 1000W, com PFC Ativo e eficiência energética de 91% comprovada pela certificação 80 PLUS. As referências a essa certificação, deve ser verificada no site http://www.plugloadsolutions.com/80PlusPowerSupplies.aspx;

2.2.15.2. A fonte de alimentação deve ter potência suficiente para suportar o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima, incluindo discos, memórias, placas de vídeo e outros componentes.

2.2.16. **Software**

2.2.16.1. O equipamento deverá ser fornecido com o Sistema Operacional Microsoft Windows 11
Professional x64, instalado e devidamente configurado;

2.2.16.2. Deverá ser fornecido um kit de recuperação em dispositivo USB, utilizável pelo computador, contendo os drivers e o sistema operacional, com sua respectiva licença de uso, ou a imagem do disco rígido com o sistema operacional e drivers já instalados. Deverá ser entregue uma unidade por equipamento com identificação externa do seu conteúdo e proteção contra gravação. Esta solicitação visa proteger o extravio ou o uso do disco USB para outros fins. Alternativamente, será aceita solução do fabricante que permita reinstalar o Sistema Operacional através da BIOS conectado à Internet, que funcione mesmo com o Sistema Operacional inoperante ou inacessível. Não será aceita solução de recuperação em partição no disco como forma de atendimento;

2.2.16.3. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar atualizações de drivers, firmwares e BIOS, permitindo a busca no site do fabricante ou em um repositório interno da rede;

2.2.16.4. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar a saúde do sistema, sugerindo atualizações do sistema operacional e ajustes para melhorias de performance.

2.2.17. **Certificados e Compatibilidades**

2.2.17.1. HCL Microsoft Windows 11X64 (https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware /lpl/) para a Workstation;

2.2.17.2. HCL Linux para uma dessas distribuições: Ubuntu, RedHat ou Suse;

2.2.17.3. O equipamento deverá constar na Lista de BIOS & Firmware Compatibility para a solução de rastreamento e segurança da Absolute Software no seguinte endereço: https://www.absolute.com/partners/device-compatibility/;

2.2.17.4. O equipamento deve possuir conformidade com padrões de compatibilidade eletromagnética, CISPR 22 /EN55022, IEC61000, emitida por laboratório nacional ou internacional;

2.2.17.5. O fabricante do equipamento ofertado deverá possuir a Certificação IBAMA referente a Qualidade Ambiental, em conformidade a Instrução Normativa IBAMA nº 6 de 15 de março de 2013 (Federal) http://www.ibama. gov.br/phocadownload/cp/2018/Ibama-IN-6-2013-compilada-IN112018.pdf;8.7. O fabricante deverá possuir a certificação ISO 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional;

2.2.17.6. A Workstation deve estar em conformidade com a norma EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) na categoria bronze ou superior. A comprovação deverá ser feita através do site https://epeat.net/search-computers-and-displays, com o modelo ofertado constando na lista da categoria “Computers and Displays”;

2.2.17.7. Deverá comprovar em proposta, obrigatoriamente, todos os itens e subitens desta especificação. A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará a desclassificação da proponente.

2.2.18. **Diversos**

2.2.18.1. O equipamento deverá possuir indicadores (LED, display ou Bips) para facilitar a identificação do componente (memória, processador, vídeo, etc.) que esteja com problema, para agilizar o reparo

CONDIÇÕES COMERCIAIS:

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de abertura da sessão pública.

PRAZO DE ENTREGA: Conforme 7.9. O prazo para entrega dos equipamentos será de, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do Contrato;

FORMA DE PAGAMENTO: Conforme Edital.

LOCAL DE ENTREGA: Conforme item 7.10, os itens serão entregues no Almoxarifado Central da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Galpão 19, no endereço Av. Governador Luís Rocha (Antiga Estrada da Vitória), 2409, CEP 65.035-270 – Bairro da LIBERDADE - SÃO LUIS/MA (PROX. AO HOSPITAL SARAH) telefone: (98) 3219-1660, no horário das 08:00 às 15:00 horas;

.

IMPOSTOS, FRETES, SEGUROS E DEMAIS ENCARGOS: Incluso no preço dos equipamentos.

Dados da empresa:
Razão Social: Plugnet Comércio e Representações LTDA
CNPJ Nº.: 02.213.325/0005-01

Dados do titular (Representante Legal):
Breno José de Araújo Tavares
CPF: 376.381.144-34
RG ID: 1862424 SSP/RN
Rua Jorge de Albuquerque, 31 Apto. 1201 – Poço da Panela - Recife/PE – CEP: 52.061-155
Fone: 81 98844.0834 ou 81 3426.7006

Dados Bancários:
Banco: Banco do Brasil S.A. – 001
Agência: 3433-9
Conta Corrente: 7262-1

Serra (ES), 10 de junho de 2025

Atenciosamente,

Plugnet Comércio e Representações Ltda
Breno José de Araujo Tavares
(81) 3426-7006
Diretor

Ao

Ministério Público do Estado do Maranhão

Edital Pregão Eletrônico nº 90003/2025

DECLARAÇÃO DE SUPORTE E ATENDIMENTO

PLUGNET COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ.: 02.213.325/0005-01, sediada Av. Governador Mario Covas, s/n, Km 279, Sala 89 – Bairro: Jacuhy – Serra (ES) – CEP: 29.161-230, declara que a solução ofertada possui suporte e garantia do fabricante pelo período contratual, conforme Termo de Referência, Edital e seus anexos

Serra (ES), 10 de junho de 2025

Atenciosamente,

Plugnet Comércio e Representações Ltda
Breno José de Araujo Tavares
(81) 3426-7006
Diretor

Ao

Ministério Público do Estado do Maranhão

Edital Pregão Eletrônico nº 90003/2025

DECLARAÇÃO

PLUGNET COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ.: 02.213.325/0005-01, sediada Av. Governador Mario Covas, s/n, Km 279, Sala 89 – Bairro: Jacuhy – Serra (ES) – CEP: 29.161-230, declara que a sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Serra (ES), 10 de junho de 2025

Atenciosamente,

Plugnet Comércio e Representações Ltda
Breno José de Araujo Tavares
(81) 3426-7006
Diretor

Ao

Ministério Público do Estado do Maranhão

Edital Pregão Eletrônico nº 90003/2025

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

PREGÃO Nº 90003/2024 – SRP – PGJ/MA (RESOLUÇÃO CNMP 37/2009)

Cientes que ao se realizar declaração falsa, incorre-se no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, declaramos que não há sócios na empresa PLUGNET COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ.: 02.213.325/0005-01, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, detentor de tais cargos e funções quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, detentor de tais cargos quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

Serra (ES), 10 de junho de 2025

Atenciosamente,

Plugnet Comércio e Representações Ltda
Breno José de Araujo Tavares
(81) 3426-7006
Diretor

Eldorado do Sul, 5 de junho de 2025.

À
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
Ref.: Pregão Eletrônico nº 90003/2025

DECLARAÇÃO

A **Dell Computadores do Brasil Ltda**. ("Dell") inscrita no CNPJ sob o n. 72.381.189.0001-10 e com sede na Av. Industrial Belgraf n. 400, Eldorado do Sul, RS, vem, por meio de seu representante legal, declarar que a empresa **PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, com sede na Rodovia Governador Mario Covas, S/N, km 279, Sala 89, Jacuhy, Serra/ES, CEP 29.161-230, inscrita no CNPJ sob o nº 02.213.325/0005-01, faz parte do Programa de Parceria DELL TECHNOLOGIES e é atualmente parceira da Dell, estando autorizada a comercializar os produtos Dell em todo o território brasileiro.

_____
Dell Computadores do Brasil Ltda.
Juliane Casagrande Rodrigues – Gerente de Vendas

Esta declaração tem validade de 90 dias, a partir da data da sua emissão.

Eldorado do Sul, 5 de junho 2025

À
PLUGNET COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
A/C Sr. Breno Tavares

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO 90003/2025 – PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

ASSISTÊNCIAS TÉCNICAS

A **DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA. ("Dell"),** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.381.189/0001-10, com sede na Av. Industrial Belgraf, 400 – Medianeira – Cep 92990-000, Eldorado do Sul/RS, vem, através da presente, informar as suas assistências técnicas autorizadas:

Nome	UF	Cidade	Razão Social	CNPJ	Endereços	CEP	Gerente Logistico
São Luis	MA	São Luis	Proxxi Tecnologia Ltda	47379565012797	Rua dos Ipês, 30 - Jardim Renascença - QUADRA 29 - GLEBA A - São Luís/MA - CEP 65075-200	65075-200	Larissa Cristina Lima Daguer - (91) 99146-4700 ou Genivaldo Cruz Ribeiro - (71) 99683-5918

Atenciosamente,

_____

Dell Computadores do Brasil Ltda

Juliane Casagrande Rodrigues – Gerente de Vendas

Ministério Público do Estado do Maranhão **Edital Pregão Eletrônico nº 90003/2025**	
Ponto a Ponto - Item 01	
2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO)	**PÁGINA**
2.1. **WORKSTATION TIPO I**	**N/A**
2.1.1. **Processador**	**N/A**
2.1.13.1. Processador com 24 (vinte e quatro) núcleos físicos reais e 32 (trinta e dois) threads, arquitetura x86, mínimo de 36MB de Cache total;	ANEXO 02
2.1.13.2. Frequência de operação mínima por núcleo de 2.4 GHz, sendo considerado para efeito de comprovação desta os valores alcançados no modo nativo da CPU;	ANEXO 02
2.1.13.3. O processador deverá suportar execução de sistema operacional e outros aplicativos tanto de 32 bits quanto de 64bits;	ANEXO 02
2.1.13.4. Processador com performance, mínima, de 60.000 (sessenta mil) pontos, no Performance teste do Passmark@Software:O desempenho será comprovado por intermédio de resultados de BenchMark, disponíveis em: http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php será aceito variações de até 5% na pontuação do processador ofertado;	ANEXO 03
2.1.13.5. É obrigatório informar na proposta o modelo do processador ofertado para fins de conferência.	INTEL ULTRA 9 285K
2.1.2. **Placa Mãe**	**N/A**
2.1.2.1. Projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado, ou desenvolvida especialmente para o modelo em regime de OEM com a devida comprovação. Não sendo, portanto, aceitas placas genéricas destinadas ao mercado comum.	PROPOSTA
2.1.3. Chipset	**N/A**
2.1.3.1. Possuir chip de segurança TPM 2.0 ou superior integrado a mesma, acompanhado do software capaz de implementar as principais funcionalidades do mesmo e demais, conforme descrito a seguir: Deverá ser obrigatoriamente no idioma Português Brasil e do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM devidamente comprovado; quando em regime de OEM, deverá obrigatoriamente ser fornecido suporte e todas as atualizações, inclusive de versões durante o período de garantia do equipamento;	ANEXO 01 - Pág. 25 E ANEXO 13
2.1.3.2. Deverá ser capaz de habilitar as principais funcionalidades básicas de segurança oferecidas pelo referido chip TPM na versão 2.0 ou superior, sendo as seguintes:	ANEXO 13
2.1.3.2.1. Deverá possuir módulo que credencie o usuário a fazer logon no equipamento pelo método padrão ou através de impressão digital se utilizando soluções externas de leitor biométrico conectado à porta USB, permitindo assim que seja utilizada senha convencional ou o leitor para acessar o sistema operacional;	ANEXO 12 E 13
2.1.3.3. Deverá através do software de segurança gerenciar as permissões dos usuários que utilizam o equipamento permitindo gerar configurações individuais ou por grupo para acesso a recursos de como, por exemplo:	ANEXO 12 E 13

2.1.3.3.1. Permitir ou bloquear acesso às portas USB;	ANEXO 14
2.1.3.3.2. Permitir ou bloquear acesso aos periféricos de conexão com o ambiente externo “Placa de Rede, Modem, Bluetooth, DVD+/-RW, etc.”;	ANEXO 14
2.1.3.3.3. Deverá possuir módulo para configurar a segurança e a proteção dos dados gerando uma área para armazenamento de arquivos particulares dos usuários, sendo essa área protegida por criptografia utilizando o chip TPM 1.2. Esse módulo visa garantir que não será possível o acesso indevido aos dados protegidos, mesmo em caso de remoção do disco rígido para outro equipamento uma vez que o acesso aos mesmos está vinculado às credenciais dos usuários e ao chip TPM do respectivo equipamento;	ANEXOS: 12, 13 E 14
2.1.3.3.4. O licenciamento do software deve contemplar suporte, atualização e garantia de evolução pelo período igual à garantia do equipamento ofertado sem qualquer custo adicional.	PROPOSTA
2.1.4. BIOS	**N/A**
2.1.4.1. Desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org);	ANEXO 14 E ANEXO 04
2.1.4.2. A compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site http://www.uefi.org/members, na categoria membros;	ANEXO 04
2.1.4.3. BIOS deverá ser implementada em memória "flash", atualizável diretamente pelo Windows, projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou ter direitos (Copyright) sobre essa BIOS, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizações;	ANEXO 14 - PÁG. 5
2.1.4.4. Deverá suportar tecnologias de integração à rede com PXE, configuração e controle remoto;	ANEXO 1 E ANEXO 16
2.1.4.5. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede;	ANEXO 14 - PÁG. 15
2.1.4.6. Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 3.0 e Plug-and-Play;	ANEXO 01 E ANEXO 14
2.1.4.7. Deverá possuir campo com número de série do equipamento, podendo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;	ANEXO 14 - PÁG. 10
2.1.4.8. Deverá possuir campo editável, com recurso para registro de informações como, por exemplo, o número do patrimônio do equipamento podendo o mesmo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;	ANEXO 14 - PÁG. 21
2.1.4.9. Possibilidade de habilitar /desabilitar portas USB;	ANEXO 14 - PÁG. 21
2.1.4.10. O BIOS deve possuir ferramenta de diagnóstico com capacidade de executar teste de processador, memória RAM, saúde dodisco rígido ou SSD, interface de rede, interface gráfica e portas USB. A mensagem de erro deverá ser o suficiente para abertura de chamado em Garantia;	ANEXO 20
2.1.4.11. Relógio de calendário em bateria não volátil;	ANEXO 20 - RTC (Real-Time Clock)
2.1.4.12. Deverá possuir a interface de configuração em idioma em Português ou Inglês;	ANEXO 14 - PÁG. 10
2.1.4.13. Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco rígido;	ANEXO 14 - PÁG. 11 E 12

2.1.4.14. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante;	ANEXO 20
2.1.4.15. Lançada a partir de 2022 e entregue na versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;	ANEXO 20 E 24
2.1.4.16. Deverá possuir interface gráfica acessível através de teclado e mouse;	ANEXO 14 - PÁG. 9
2.1.4.17. Deverá possuir solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento em definitivo, tais como HDD, SSD e SSHD, em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela BIOS;	ANEXO 21
2.1.4.18. Deverá possuir ferramenta que possibilite realizar a formatação definitiva dos dispositivos de armazenamento conectados ao equipamento. Caso esta ferramenta não seja nativa, deverá ser oficialmente homologada pelo fabricante do dispositivo.	ANEXO 21
2.1.5. **Interfaces**	**N/A**
2.1.5.1. No mínimo 01 (um) slot PCIe Gen5 x16, 01 (um) Slots PCIe Gen4 x4, 01 (um) slot PCIe Gen3 x4 e 03 (três) slots M.2 para SSDs;	ANEXO 01 - PÁG. 10
2.1.5.2. 01 (uma) Controladora de unidade de disco rígido tipo SATA ou SAS de 6.0 Gb/s, devendo suportar implementação dos níveis de Raid 0/1/5;	ANEXO 01 - PÁG. 22
2.1.5.3. Possuir no mínimo 10 (dez) Portas USB, sendo pelo menos 06 (seis) delas USB 3.2 SuperSpeed (10Gbps); 2.1.5.4. Deverá possuir no mínimo 4 (quatro) portas USB na parte frontal do gabinete, sendo pelo menos 01 (uma) do tipo USB-C;	ANEXO 01 - PÁG. 19
2.1.5.5. Possuir mínimo de 4 (quatro) Slots de memória suportando expansão mínima a 128GB com ECC.	ANEXO 01 - PÁG. 19
2.1.6. **Memória**	**N/A**
2.1.6.1. No mínimo, 128GB (4X32GB), DDR5-3600MHz com ECC, em dual channel;	ANEXO 01 - PÁG. 18
2.1.6.2. Permitir expansão mínima de até 128 GB.	ANEXO 01 - PÁG. 18
2.1.7. **Armazenamento**	**N/A**
2.1.7.1. Deverá ser fornecido 01 (um) disco SSD de 1TB PCIe NVMe M.2, 01 (um) disco SSD de 2TB PCIe NVMe e 03 (três) HDD com capacidade de 4TB SATA-III 6.0 Gb/s 5.400 RPM, com suporte a tecnologia SMART para detecção de pré-falhas. (Discos defeituosos serão substituídos por novos, sendo que o disco antigo deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações).	ANEXO 01 - PÁG. 21 E PROPOSTA
2.1.8 Vídeo	**N/A**
2.1.8.1. Placa Off-board PCI Express de 128 bits com GPU Ativo, mínimo de 2800 (dois mil e oitocentos) processadores CUDAOu equivalente devidamente comprovado, memória dedicada mínima 16GB GDDR6 ou superior;	ANEXO - 15
2.1.8.2. Suporte mínimo as APIs ao DirectX 12, OpenGL 4.6, OpenCL 3.0, DirectCompute;	ANEXO - 15
2.1.8.3. Deve possuir no mínimo 04 (quatro) interfaces digitais, display port ou mini display port. As interfaces mini Display Port, devem ser fornecida com adaptadores para DisplayPort.	ANEXO - 15
2.1.9. **Controladora de Rede**	**N/A**
2.1.9.1. Integrada para comunicação a 10/100/1000 Mbps, padrão Ethernet, FastEthernet e Gigabit Ethernet, plug- and-play, totalmente configurável por software;	ANEXO 01 - PÁG. 20

2.1.9.2. Permitir comunicação no modo full-duplex;	ANEXO 01 - PÁG. 20 E ANEXO 16
2.1.9.3. Possuir conexão RJ-45 fêmea;	ANEXO 01 - PÁG. 20 E ANEXO 16
2.1.9.4. Possuir LED indicador de atividade de rede;	ANEXO 01 - PÁG. 20 E ANEXO 16
2.1.9.5. Possuir suporte a WakeUp on LAN;	ANEXO 01 - PÁG. 20 E ANEXO 16
2.1.9.6. Possuir suporte a PXE 2.1;	ANEXO 01 - PÁG. 20 E ANEXO 16
2.1.9.7. Suportar gerenciamento através do protocolo SNMP.	ANEXO 01 - PÁG. 20 E ANEXO 16
2.1.10. **Placa de Rede WiFi**	**N/A**
2.1.10.1. Controladora de rede sem fio integrada ao equipamento, não sendo aceitos adaptadores externos;	ANEXO 01 - PÁG. 20 E ANEXO 17
2.1.10.2. Suporte para os padrões IEEE 802.11ax 6GHz;	ANEXO 01 - PÁG. 20 E ANEXO 17
2.1.10.3. Suporte a WPA/WPA-PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit;	ANEXO 01 - PÁG. 20 E ANEXO 17
2.1.10.4. Possuir certificação ANATEL.	ANEXO 23
2.1.11. **Áudio**	**N/A**
2.1.11.1. Controladora de áudio de alta-definição integrada;	ANEXO 01 - PÁG. 20 E 21
2.1.11.2. Possuir alto-falante interno integrado ao gabinete;	ANEXO 01 - PÁG. 20 E 21
2.1.11.3. O alto-falante interno deve possuir a capacidade de reproduzir os sons gerados pelo sistema operacional e alarmes gerados por problemas de inicialização;	ANEXO 01 - PÁG. 20 E 21
2.1.11.4. O alto-falante deve se desligar automaticamente, sem a necessidade de qualquer intervenção do usuário, quando forem conectados fones de ouvido ou caixas de som externas;	ANEXO 01 - PÁG. 20 E 21 - PROPOSTA
2.1.11.5. Deve possuir 1 (um) conector para saída de som (fone de ouvido) e outro para entrada (microfone) ou conector combo, localizados na parte frontal do equipamento.	ANEXO 01 - PÁG. 7
2.1.12. Teclado	**N/A**
2.1.12.1. Teclado com no mínimo 104 teclas (AT Enhanced), padrão ABNT II;	PROPOSTA E ANEXO 18
2.1.12.2. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT II;	PROPOSTA E ANEXO 18
2.1.12.3. Possuir ajuste de inclinação;	PROPOSTA E ANEXO 18
2.1.12.4. LED indicador de teclado numérico habilitado;	PROPOSTA E ANEXO 18
2.1.12.5. LED indicador de tecla CAPS LOCK pressionada;	PROPOSTA E ANEXO 18
2.1.12.6. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;	PROPOSTA E ANEXO 18

2.1.12.7. Possuir bloco numérico separado das demais teclas;	PROPOSTA E ANEXO 18
2.1.12.8. Possuir doze teclas de função (F1-F12) na posição superior do teclado;	PROPOSTA E ANEXO 18
2.1.12.9. O teclado deverá, obrigatoriamente, ser da mesma marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).	PROPOSTA E ANEXO 18
2.1.14. **Mouse**	**N/A**
2.1.14.1. Dois botões, ambidestro (simétrico), com tecnologia laser;	PROPOSTA E ANEXO 19
2.1.14.2. Com roda (wheel) para rolagem (scroll) de tela;	PROPOSTA E ANEXO 19
2.1.14.3. Conector USB padrão, sem uso de adaptadores;	PROPOSTA E ANEXO 19
2.1.14.4. Tecnologia laser ou ótico e resolução mínima de 3000 dpi;	PROPOSTA E ANEXO 19
2.1.14.5. O mouse deverá, obrigatoriamente, ser compatível com o da marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).	PROPOSTA E ANEXO 19
2.1.15. **Gabinete**	**N/A**
2.1.15.1. Torre (Tipo Workstation) devendo o mesmo ser desenvolvido para esse propósito. Deve possuir tratamento anticorrosivo;	ANEXO 1 - PÁG. 7 E 9
2.1.15.2. Deve atender ao padrão Toolless permitindo assim, a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido SATA, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Serão aceitos equipamentos que disponham de parafusos de segurança opcionais para uso durante o manuseio e transporte, a fim de prevenir possíveis acidentes;	ANEXO 1 - PÁG. 7 E 9
2.1.15.3. Deve possuir sistema de resfriamento auxiliar posicionado na parte frontal do gabinete de forma a garantir o fluxo de ar passante no mesmo, evitando assim problemas de aquecimento nos componentes internos do equipamento;	ANEXO 1 - PÁG. 7 E 9
2.1.15.4. Possuir sistema de trava eletrônica do gabinete com sensor de detecção de intrusão para evitar acessos indevidos ou em substituição possuir sensor de intrusão acoplado ao gabinete sem uso de qualquer adaptação que alerte no caso de abertura do mesmo e entrada na parte traseira do gabinete Para colocação de cadeado do tipo Kensington impossibilitando o acesso aos componentes internos, não será aceita qualquer tipo de adaptação ao gabinete original para atender a essa exigência como utilização de cadeados convencionais;	ANEXO 1 - PÁG. 7 E 9
2.1.15.5. Deve possuir ainda etiqueta permanente com código de barras em material resistente ao desgaste por abrasão, onde conste a marca, o modelo, a configuração e o número de série do equipamento;	ANEXO 1 - PÁG. 7 E 9
2.1.15.6. Deverão ser fornecidos todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos. Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136.	ANEXO 1 - PÁG. 7 E 9
2.1.16. **Fonte**	**N/A**

2.1.16.1. Possuir chaveamento automático de tensão, potência mínima de 500W, com PFC Ativo e eficiência energética de 91% comprovada pela certificação 80 PLUS. As referências a essa certificação, deve ser verificada no site http://www.plugloadsolutions.com/80PlusPowerSupplies.aspx;	ANEXO 06
2.1.16.2. A fonte de alimentação deve ter potência suficiente para suportar o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima, incluindo discos, memórias, placas de vídeo e outros componentes.	ANEXO 1 PÁG. 23 E ANEXO 06
2.1.17. **Software**	**N/A**
2.1.17.1. O equipamento deverá ser fornecido com o Sistema Operacional Microsoft Windows 11 Professional x64, instalado e devidamente configurado;	ANEXO 01 - PÁG. 127
2.1.17.2. Deverá ser fornecido um kit de recuperação em dispositivo USB, utilizável pelo computador, contendo os drivers e o sistema operacional, com sua respectiva licença de uso, ou a imagem do disco rígido com o sistema operacional e drivers já instalados. Deverá ser entregue uma unidade por equipamento com identificação externa do seu conteúdo e proteção contra gravação. Esta solicitação visa proteger o extravio ou o uso do disco USB para outros fins. Alternativamente, será aceita solução do fabricante que permita reinstalar o Sistema Operacional através da BIOS conectado à Internet, que funcione mesmo com o Sistema Operacional inoperante ou inacessível. Não será aceita solução de recuperação em partição no disco como forma de atendimento;	PROPOSTA - https://www.dell.com/support/product-details/pt-br/product/dell-pro-max-fct2250-desktop/overview
2.1.17.3. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar atualizações de drivers, firmwares e BIOS, permitindo a busca no site do fabricante ou em um repositório interno da rede; (https://www.dell.com/support/kbdoc/pt-br/000300837/pacote-de-drivers-dos-desktops-dell-pro-max-fct2250-windows-11)	ANEXO 14
2.1.17.4. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar a saúde do sistema, sugerindo atualizações do sistema operacional e ajustes para melhorias de performance.	ANEXO 20
2.1.18. **Certificados e Compatibilidades**	**N/A**
2.1.18.1. HCL Microsoft Windows 11X64 (https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware /lpl/) para a Workstation;	ANEXO 07
2.1.18.2. HCL Linux para uma dessas distribuições: Ubuntu, RedHat ou Suse;	ANEXO 05
2.1.18.3. O equipamento deverá constar na Lista de BIOS & Firmware Compatibility para a solução de rastreamento e segurança da Absolute Software ;	ANEXO 08
2.1.18.4. O equipamento deve possuir conformidade com padrões de compatibilidade eletromagnética,	ANEXO 10
CISPR 22 /EN55022, IEC61000, emitida por laboratório nacional ou internacional;	ANEXO 10
2.1.18.5. O fabricante do equipamento ofertado deverá possuir a Certificação IBAMA referente a Qualidade Ambiental, em conformidade a Instrução Normativa IBAMA nº 6 de 15 de março de 2013 (Federal) http://www.ibama. gov.br/phocadownload/cp/2018/Ibama-IN-6-2013-compilada-IN112018.pdf;8.7. O fabricante deverá possuir a certificação ISO 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional;	ANEXO 22

2.1.18.6. A Workstation deve estar em conformidade com a norma EPEAT (Electronic Product	ANEXO 11
Environmental Assessment Tool) na categoria bronze ou superior. A comprovação deverá ser feita através do site hdp://www.epeat.net, com o modelo ofertado constando na lista da categoria "Computers and Displays 2018 (launched 2019)";	ANEXO 11
2.1.18.7. Deverá comprovar em proposta, obrigatoriamente, todos os itens e subitens desta especificação. A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará a desclassificação da proponente.	PONTO A PONTO
2.1.19. **Diversos**	**N/A**
2.1.19.1. O equipamento deverá possuir indicadores (LED, display ou Bips) para facilitar a identificação do componente (memória, processador, vídeo, etc.) que esteja com problema, para agilizar o reparo.	ANEXO 01 - PÁG. 7 E 29 E ANEXO 20

Ministério Público do Estado do Maranhão **Edital Pregão Eletrônico nº 90003/2025**	
Ponto a Ponto - Item 02	

2.2. WORKSTATION TIPO II	**PÁGINA**
2.2.1. **Processador**	**N/A**
2.2.1.1. Processador com 24 (vinte e quatro) núcleos físicos reais e 48 (quarenta e oito) threads, arquitetura x86, mínimo de 45MB de Cache total;	ANEXO 02
2.2.1.2. Frequência de operação mínima por núcleo de 2.5GHz, sendo considerado para efeito de comprovação desta os valores alcançados no modo nativo da CPU;	ANEXO 02
2.2.1.3. O processador deverá suportar execução de sistema operacional e outros aplicativos tanto de 32 bits quanto de 64bits;	ANEXO 02
2.2.1.4. Processador com performance, mínima, de 58.000 (cinquenta e oito mil) pontos, no Performance teste do Passmark@Software:O desempenho será comprovado por intermédio de resultados de BenchMark, disponíveis em: http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php será aceito variações de até 5% na pontuação do processador ofertado;	ANEXO 03
2.2.1.5. É obrigatório informar na proposta o modelo do processador ofertado para fins de conferência.	INTEL W7-2495X
2.2.2. **Placa Mãe**	**N/A**
2.2.2.1. Projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado, ou desenvolvida especialmente para o modelo em regime de OEM com a devida comprovação. Não sendo, portanto, aceitas placas genéricas destinadas ao mercado comum.	PROPOSTA
2.2.3. **Chipset**	**N/A**
2.2.3.1. Mínimo W790 ou AMD PRO 695;	ANEXO 01 - PÁG. 12
2.2.3.2. Possuir chip de segurança TPM 2.0 ou superior integrado a mesma, acompanhado do software capaz de implementar as principais funcionalidades do mesmo e demais, conforme descrito a seguir: Deverá ser obrigatoriamente no idioma Português Brasil e do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM devidamente comprovado, quando em regime de OEM, deverá obrigatoriamente ser fornecido suporte e todas as atualizações, inclusive de versões durante o período de garantia do equipamento;	ANEXO 01 - PÁG. 12
2.2.3.3. Deverá ser capaz de habilitar as principais funcionalidades básicas de segurança oferecidas pelo referido chip TPM na versão 2.0 ou superior, sendo as seguintes:	ANEXO 01 - PÁG. 12 E ANEXO 13
2.2.3.3.1. Deverá possuir módulo que credencie o usuário a fazer logon no equipamento pelo método padrão ou através de impressão digital se utilizando soluções externas de leitor biométrico conectado à porta USB, permitindo assim que seja utilizada senha convencional ou o leitor para acessar o sistema operacional.	ANEXO 12 E 13

2.2.3.4. Deverá através do software de segurança gerenciar as permissões dos usuários que utilizam o equipamento permitindo gerar configurações individuais ou por grupo para acesso a recursos de como, por exemplo:	ANEXO 12 E 13
2.2.3.4.1. Permitir ou bloquear acesso às portas USB;	ANEXO 14
2.2.3.4.2. Permitir ou bloquear acesso aos periféricos de conexão com o ambiente externo “Placa de Rede, Modem, Bluetooth, DVD+/-RW, etc.”.	ANEXO 14
2.2.3.4.3. Deverá possuir módulo para configurar a segurança e a proteção dos dados gerando uma área para armazenamento de arquivos particulares dos usuários, sendo essa área protegida por criptografia utilizando o chip TPM 2.0. Esse módulo visa garantir que não será possível o acesso indevido aos dados protegidos, mesmo em caso de remoção do disco rígido para outro equipamento uma vez que o acesso aos mesmos está vinculado às credenciais dos usuários e ao chip TPM do respectivo equipamento.	ANEXOS: 12, 13 E 14
2.2.3.4.4. O licenciamento do software deve contemplar suporte, atualização e garantia de evolução pelo período igual à garantia do equipamento ofertado sem qualquer custo adicional.	PROPOSTA
2.2.4 BIOS	**N/A**
2.2.4.1. Desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org);	ANEXO 14 E ANEXO 04
2.2.4.2. A compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site http://www.uefi.org/members, na categoria membros;	ANEXO 04
2.2.4.3. BIOS deverá ser implementada em memória "flash", atualizável diretamente pelo Windows, projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou ter direitos (Copyright) sobre essa BIOS, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizações;	ANEXO 14 - PÁG. 5
2.2.4.4. Deverá suportar tecnologias de integração à rede com PXE, configuração e controle remoto;	ANEXO 16
2.2.4.5. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede;	ANEXO 14 - PÁG. 15
2.2.4.6. Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 3.0 e Plug-and-Play;	ANEXO 01 E ANEXO 14
2.2.4.7. Deverá possuir campo com número de série do equipamento, podendo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;	ANEXO 14 - PÁG. 10
2.2.4.8. Deverá possuir campo editável, com recurso para registro de informações como, por exemplo, o número do patrimônio do equipamento podendo o mesmo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;	ANEXO 14 - PÁG. 21
2.2.4.9. Possibilidade de habilitar /desabilitar portas USB;	ANEXO 20
2.2.4.10. O BIOS deve possuir ferramenta de diagnóstico com capacidade de executar teste de processador, memória RAM, saúde do disco rígido ou SSD, interface de rede, interface gráfica e portas USB. A mensagem de erro deverá ser o suficiente para abertura de chamado em Garantia;	ANEXO 20

2.2.4.11. Relógio de calendário em bateria não volátil;	ANEXO 20 - RTC (Real-Time Clock)
2.2.4.12. Deverá possuir a interface de configuração em idioma em Português ou Inglês;	ANEXO 14 - PÁG. 10
2.2.4.13. Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco rígido;	ANEXO 14 - PÁG. 11 E 12
2.2.4.14. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante;	ANEXO 20
2.2.4.15. Lançada a partir de 2022 e entregue na versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;	ANEXO 24
2.2.4.16. Deverá possuir interface gráfica acessível através de teclado e mouse;	ANEXO 14 - PÁG. 9
2.2.4.17. Deverá possuir solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento em definitivo, tais como HDD, SSD e SSHD, em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela BIOS;	ANEXO 21
2.2.4.18. Deverá possuir ferramenta que possibilite realizar a formatação definitiva dos dispositivos de armazenamento conectados ao equipamento. Caso esta ferramenta não seja nativa, deverá ser oficialmente homologada pelo fabricante do dispositivo.	ANEXO 21
2.2.5. **Interfaces**	**N/A**
2.2.5.1. No mínimo 01 (um) slot PCIe Gen5 x16, 01 (um) Slots PCIe Gen4 x16, 02 (dois) slot PCIe Gen3 x8 e 03 (três) slots M.2 para SSDs;	ANEXO 01 - PÁG. 15
2.2.5.2. 01 (uma) Controladora de unidade de disco rígido tipo SATA ou SAS de 6.0 Gb/s, devendo suportar implementação dos níveis de Raid 0/1/5/10;	ANEXO 01 - PÁG. 18
2.2.5.3. Possuir no mínimo 10 (dez) Portas USB 3.2, sendo pelo menos 06 (seis) delas USB 3.2 SuperSpeed (5Gbps); deverá possuir no mínimo 4 (quatro) portas USB na parte frontal do gabinete, sendo pelo menos 02 (duas) do tipo USB-C;	ANEXO 01 - PÁG. 15
2.2.5.4. Possuir mínimo de 8 (oito) Slots de memória suportando expansão mínima a 1 TB com ECC.	ANEXO 01 - PÁG. 13
2.2.6. **Memória**	**N/A**
2.2.6.1. No mínimo, 128GB (1X128GB), DDR5-4800MHz com ECC;	ANEXO 01 - PÁG. 13
2.2.6.2. Permitir expansão mínima de até 1 TB.	ANEXO 01 - PÁG. 13
2.2.7. **Armazenamento**	**N/A**
2.2.7.1. Deverá ser fornecido 01 (um) disco SSD de 1TB PCIe NVMe M.2, 01 (um) disco SSD de 2TB PCIe NVMe e 02 (dois) HDD com capacidade de 4TB SATA-III 6.0 Gb/s 7.200 RPM, com suporte a tecnologia SMART para detecção de pré-falhas. (Discos defeituosos serão substituídos por novos, sendo que o disco antigo deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações);	ANEXO 01 - PÁG. 15
2.2.7.2. Deverá possuir unidade de gravação DVD-RW.	ANEXO 01 - PÁG. 09
2.2.8. **Placa de Vídeo**	**N/A**

2.2.8.1. 02 (duas) Placas Off-board PCI Express de 320 bits com GPU Ativo, mínimo de 7.168 (sete mil cento e sessenta e oito) processadores CUDAOu equivalente devidamente comprovado, memória dedicada mínima 20GB GDDR6 ou superior;	ANEXO 15
2.2.8.2. Suporte mínimo as APIs ao DirectX 12, OpenGL 4.6, OpenCL 3.0, DirectCompute;	ANEXO 15
2.2.8.3. Deve possuir no mínimo 04 (quatro) interfaces digitais, display port ou mini display port. As interfaces mini Display Port, devem ser fornecidas com adaptadores para DisplayPort.	ANEXO 15
2.2.9. **Controladora de Rede**	**N/A**
2.2.9.1. Integrada para comunicação a 10/100/1000 Mbps, padrão Ethernet, FastEthernet e Gigabit Ethernet, plug- and-play, totalmente configurável por software;	ANEXO 01 - PÁG. 20
2.2.9.2. Permitir comunicação no modo full-duplex;	ANEXO 01 - PÁG. 20 E ANEXO 16
2.2.9.3. Possuir conexão RJ-45 fêmea;	ANEXO 01 - PÁG. 20 E ANEXO 16
2.2.9.4. Possuir LED indicador de atividade de rede;	ANEXO 01 - PÁG. 20 E ANEXO 16
2.2.9.5. Possuir suporte a WakeUp on LAN;	ANEXO 01 - PÁG. 20 E ANEXO 16
2.2.9.6. Possuir suporte a PXE 2.1;	ANEXO 01 - PÁG. 20 E ANEXO 16
2.2.9.7. Suportar gerenciamento através do protocolo SNMP.	ANEXO 01 - PÁG. 20 E ANEXO 16
2.2.10. **Placa de Rede WiFi**	**N/A**
2.2.10.1. Controladora de rede sem fio integrada ao equipamento, não sendo aceitos adaptadores externos;	ANEXO 01 - PÁG. 16
2.2.10.2. Suporte para os padrões IEEE 802.11ax 6GHz;	ANEXO 01 - PÁG. 16
2.2.10.3. Suporte a WPA/WPA-PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit;	ANEXO 01 - PÁG. 16 E ANEXO 17
2.2.10.4. Possuir certificação ANATEL.	ANEXO 17
2.2.11. **Áudio**	**N/A**
2.2.11.1. Controladora de áudio de alta-definição integrada;	ANEXO 01 - PÁG. 16 E ANEXO 17
2.2.11.2. Possuir alto-falante interno integrado ao gabinete;	ANEXO 01 - PÁG. 16 E ANEXO 17
2.2.11.3. O alto-falante interno deve possuir a capacidade de reproduzir os sons gerados pelo sistema operacional e alarmes gerados por problemas de inicialização;	ANEXO 01 - PÁG. 16 E ANEXO 17
2.2.11.4. O alto-falante deve se desligar automaticamente, sem a necessidade de qualquer intervenção do usuário, quando forem conectados fones de ouvido ou caixas de som externas;	ANEXO 01 - PÁG. 16 E ANEXO 17
2.2.11.5. Deve possuir 1 (um) conector para saída de som (fone de ouvido) e outro para entrada (microfone) ou conector combo, localizados na parte frontal do equipamento.	ANEXO 01 - PÁG. 16 E ANEXO 17
2.2.12. Teclado	**N/A**

2.2.12.1. Teclado com no mínimo 104 teclas (AT Enhanced), padrão ABNT II;	PROPOSTA E ANEXO 18
2.2.12.2. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT II;	PROPOSTA E ANEXO 18
2.2.12.3. Possuir ajuste de inclinação;	PROPOSTA E ANEXO 18
2.2.12.4. LED indicador de teclado numérico habilitado;	PROPOSTA E ANEXO 18
2.2.12.5. LED indicador de tecla CAPS LOCK pressionada;	PROPOSTA E ANEXO 18
2.2.12.6. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;	PROPOSTA E ANEXO 18
2.2.12.7. Possuir bloco numérico separado das demais teclas;	PROPOSTA E ANEXO 18
2.2.12.8. Possuir doze teclas de função (F1-F12) na posição superior do teclado;	PROPOSTA E ANEXO 18
2.2.12.9. O teclado deverá, obrigatoriamente, ser da mesma marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).	PROPOSTA E ANEXO 18
2.2.13. **Mouse**	**N/A**
2.2.13.1. Dois botões, ambidestro (simétrico), com tecnologia laser;	PROPOSTA E ANEXO 19
2.2.13.2. Com roda (wheel) para rolagem (scroll) de tela;	PROPOSTA E ANEXO 19
2.2.13.3. Conector USB padrão, sem uso de adaptadores;	PROPOSTA E ANEXO 19
2.2.13.4. Tecnologia laser ou ótico e resolução mínima de 3000 dpi;	PROPOSTA E ANEXO 19
2.2.13.5. O mouse deverá, obrigatoriamente, ser compatível com o da marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).	PROPOSTA E ANEXO 19
2.2.14. **Gabinete**	**N/A**
2.2.14.1. Torre (Tipo Workstation) devendo o mesmo ser desenvolvido para esse propósito. Deve possuir tratamento anticorrosivo;	ANEXO 1 - PÁG. 6, 7 E 9
2.2.14.2. Deve atender ao padrão Toolless permitindo assim, a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido SATA, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Serão aceitos equipamentos que disponham de parafusos de segurança opcionais para uso durante o manuseio e transporte, a fim de prevenir possíveis acidentes;	ANEXO 1 - PÁG. 6, 7 E 9
2.2.14.3. Deve possuir sistema de resfriamento auxiliar posicionado na parte frontal do gabinete de forma a garantir o fluxo de ar passante no mesmo, evitando assim problemas de aquecimento nos componentes internos do equipamento;	ANEXO 1 - PÁG. 6, 7 E 9

2.2.14.4. Possuir sistema de trava eletrônica do gabinete com sensor de detecção de intrusão para evitar acessos indevidos ou em substituição possuir sensor de intrusão acoplado ao gabinete sem uso de qualquer adaptação que alerte no caso de abertura do mesmo e entrada na parte traseira do gabinete Para colocação de cadeado do tipo Kensington impossibilitando o acesso aos componentes internos, não será aceita qualquer tipo de adaptação ao gabinete original para atender a essa exigência como utilização de cadeados convencionais;	ANEXO 1 - PÁG. 6, 7, 9 E 23
2.2.14.5. Deve possuir ainda etiqueta permanente com código de barras em material resistente ao desgaste por abrasão, onde conste a marca, o modelo, a configuração e o número de série do equipamento;	ANEXO 1 - PÁG. 6, 7 E 9
2.2.14.6. Deverão ser fornecidos todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos. Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136.	ANEXO 1 - PÁG. 6, 7 E 9
2.2.15. **Fonte**	**N/A**
2.2.15.1. Possuir chaveamento automático de tensão, potência mínima de 1000W, com PFC Ativo e eficiência energética de 91% comprovada pela certificação 80 PLUS. As referências a essa certificação, deve ser verificada no site http://www.plugloadsolutions.com/80PlusPowerSupplies.aspx;	ANEXO 06
2.2.15.2. A fonte de alimentação deve ter potência suficiente para suportar o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima, incluindo discos, memórias, placas de vídeo e outros componentes.	ANEXO 01 - PÁG. 20
2.2.16. **Software**	**N/A**
2.2.16.1. O equipamento deverá ser fornecido com o Sistema Operacional Microsoft Windows 11 Professional x64, instalado e devidamente configurado;	ANEXO 01 - PÁG. 12
2.2.16.2. Deverá ser fornecido um kit de recuperação em dispositivo USB, utilizável pelo computador, contendo os drivers e o sistema operacional, com sua respectiva licença de uso, ou a imagem do disco rígido com o sistema operacional e drivers já instalados. Deverá ser entregue uma unidade por equipamento com identificação externa do seu conteúdo e proteção contra gravação. Esta solicitação visa proteger o extravio ou o uso do disco USB para outros fins. Alternativamente, será aceita solução do fabricante que permita reinstalar o Sistema Operacional através da BIOS conectado à Internet, que funcione mesmo com o Sistema Operacional inoperante ou inacessível. Não será aceita solução de recuperação em partição no disco como forma de atendimento;	ANEXO 24
2.2.16.3. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar atualizações de drivers, firmwares e BIOS, permitindo a busca no site do fabricante ou em um repositório interno da rede;	ANEXO 14
2.2.16.4. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar a saúde do sistema, sugerindo atualizações do sistema operacional e ajustes para melhorias de performance.	ANEXO 20
2.2.17. **Certificados e Compatibilidades**	**N/A**

2.2.17.1. HCL Microsoft Windows 11X64 (https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware /lpl/) para a Workstation;	ANEXO 07
2.2.17.2. HCL Linux para uma dessas distribuições: Ubuntu, RedHat ou Suse;	ANEXO 05
2.2.17.3. O equipamento deverá constar na Lista de BIOS & Firmware Compatibility para a solução de rastreamento	ANEXO 08
2.2.17.4. O equipamento deve possuir conformidade com padrões de compatibilidade eletromagnética, CISPR 22 /EN55022, IEC61000, emitida por laboratório nacional ou internacional;	ANEXO 09
2.2.17.5. O fabricante do equipamento ofertado deverá possuir a Certificação IBAMA referente a Qualidade Ambiental, em conformidade a Instrução Normativa IBAMA nº 6 de 15 de março de 2013 (Federal) http://www.ibama. gov.br/phocadownload/cp/2018/Ibama-IN-6-2013-compilada-IN112018.pdf;8.7. O fabricante deverá possuir a certificação ISO 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional;	ANEXO 22
2.2.17.6. A Workstation deve estar em conformidade com a norma EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) na categoria bronze ou superior. A comprovação deverá ser feita através do site https://epeat.net/search-computers-and-displays, com o modelo ofertado constando na lista da categoria “Computers and Displays”;	ANEXO 23
2.2.17.7. Deverá comprovar em proposta, obrigatoriamente, todos os itens e subitens desta especificação. A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará a desclassificação da proponente.	PONTO A PONTO
2.2.18. **Diversos**	**N/A**
2.2.18.1. O equipamento deverá possuir indicadores (LED, display ou Bips) para facilitar a identificação do componente (memória, processador, vídeo, etc.) que esteja com problema, para agilizar o reparo	ANEXO 01 - PÁG. 7 E ANEXO 20

DRAFT

Dell Pro Max Tower T2

FCT2250

Manual do Proprietário

Modelo normativo: D33M
Tipo normativo: D33M001
Março de 2025
Rev. A00

DELL Technologies

DRAFT

Notas, avisos e advertências

NOTA: NOTA fornece informações importantes para ajudar você a usar melhor o computador.

CUIDADO: Um AVISO indica possíveis danos ao hardware ou perda de dados e ensina como evitar o problema.

ATENÇÃO: Uma ADVERTÊNCIA indica possíveis danos à propriedade, lesões corporais ou risco de morte.

© 2025 Dell Inc. ou suas subsidiárias. Todos os direitos reservados. Dell Technologies, Dell e outras marcas são marcas comerciais da Dell Inc. ou suas subsidiárias. Outras marcas comerciais podem ser marcas comerciais de seus respectivos proprietários.

DRAFT

Índice

Capítulo 1: Vistas do Dell Pro Max Tower T2 FCT2250 7
Parte frontal 7
Voltar 9

Capítulo 2: Configurar seu computador 12

Capítulo 3: Especificações do Dell Pro Max Tower T2 FCT2250 16
Dimensões e peso 16
Processador 16
Chipset 17
Sistema operacional 17
Memória 17
Matriz de memória 18
Portas e slots externos 19
Slots internos 19
Ethernet 20
Módulo sem fio 20
Audio 20
Storage 21
Matriz de armazenamento 21
Leitor de cartão de mídia 22
RAID (Redundant Array of Independent Disks — Matriz redundante de discos independentes) 22
Especificações de alimentação 23
Conector da fonte de alimentação 23
GPU — integrada 24
GPU — discreta 24
Resolução da porta de vídeo 24
Segurança de hardware 25
Requisitos ambientais 26
Conformidade com normas 26
Ambiente de operação e armazenamento 26
Política de suporte Dell 27

Capítulo 4: Como trabalhar na parte interna do computador 28
Instruções de segurança 28
Antes de trabalhar na parte interna do computador 28
Precauções de segurança 29
Proteção contra descargas eletrostáticas 29
Kit de serviços em campo contra descargas eletrostáticas 30
Transporte de componentes sensíveis 31
Após trabalhar na parte interna do computador 31
BitLocker 31
Ferramentas recomendadas 32
Lista de parafusos 32

DRAFT

Principais componentes do Dell Pro Max Tower T2 FCT2250 33

Capítulo 5: Tampa lateral 36
Removendo a tampa lateral 36
Instalando a tampa lateral 37

Capítulo 6: Defletor de ar 40
Removendo o defletor de ar 40
Instalando o defletor de ar 41

Capítulo 7: Bateria de célula tipo moeda 42
Removendo a bateria de célula tipo moeda 42
Instalando a bateria de célula tipo moeda 42

Capítulo 8: Como remover e instalar as CRUs (Customer Replaceable Units, unidades substituíveis pelo cliente) 44
Tampa frontal 44
Removendo a tampa frontal 44
Instalando a tampa frontal 45
Suporte de E/S frontal 46
Removendo o suporte de E/S frontal 46
Instalando o suporte de E/S frontal 47
Alto-falante interno 48
Removendo o alto-falante interno 48
Instalando o alto-falante interno 49
Memória 49
Removendo o módulo de memória 49
Instalando o módulo de memória 50
Disco rígido 51
Removendo o conjunto do disco rígido de 3,5 polegadas (compartimento 1) 51
Removendo o conjunto do disco rígido de 3,5 polegadas (compartimento 2) 52
Removendo o suporte do disco rígido de 3,5 polegadas 53
Instalando o suporte do disco rígido de 3,5 polegadas 54
Instalando o conjunto do disco rígido de 3,5 polegadas (compartimento 2) 55
Instalando o conjunto do disco rígido de 3,5 polegadas (compartimento 1) 56
Unidade de estado sólido 57
Removendo a unidade de estado sólido PCIe M.2 2230 57
Instalando a unidade de estado sólido PCIe M.2 2230 58
Removendo a unidade de estado sólido PCIe M.2 2280 59
Instalando a unidade de estado sólido PCIe M.2 2280 60
Suporte da extremidade da GPU 61
Removendo o suporte da extremidade da GPU 61
Instalando o suporte da extremidade da GPU 62
Placa gráfica 63
Removendo a placa gráfica 63
Instalando a placa gráfica 64
Removendo a placa gráfica energizada 66
Instalando a placa gráfica energizada 67
Placa de rede sem fio 68

DRAFT

Removendo a placa de rede sem fio....68
Instalando a placa de rede sem fio....69
Sensor de violação....71
Removendo o sensor de violação....71
Instalando o sensor de violação....72
Ventilador....72
Removendo o ventilador frontal....72
Instalando o ventilador frontal....74
Removendo o ventilador traseiro de computadores com PSU de 360 W....76
Instalando o ventilador traseiro para computadores com PSU de 360 W....77
Removendo o ventilador traseiro de computadores com PSU de 1500 W....77
Instalando o ventilador traseiro para computadores com PSU de 1500 W....78
Unidade de fonte de alimentação....78
Removendo a fonte de alimentação de 1.500 W....78
Instalando a fonte de alimentação de 1.500 W....80
Removendo a fonte de alimentação de 360 W....82
Instalando a fonte de alimentação de 360 W....83

Capítulo 9: Como remover e instalar FRUs (Field-Replaceable Units)....85
Conjunto de ventilador e dissipador de calor do processador....85
Removendo o conjunto do ventilador e do dissipador de calor de 125 W do processador....85
Instalando o conjunto de ventilador e dissipador de calor de 125 W do processador....86
Removendo o conjunto do ventilador e do dissipador de calor de 65 W do processador....88
Instalando o conjunto de ventilador e dissipador de calor de 65 W do processador....89
Processador....90
Removendo o processador....90
Instalando o processador....90
Dissipador de calor com regulador de tensão....91
Removendo o dissipador de calor do regulador de tensão....91
Instalando o dissipador de calor do regulador de tensão....92
Porta externa (módulo opcional)....93
Removendo o módulo DisplayPort opcional....94
Instalando o módulo DisplayPort opcional....94
Removendo o módulo HDMI opcional....96
Instalando o módulo HDMI opcional....97
Removendo o módulo óptico de 5 GbE opcional....99
Instalando o módulo óptico de 5 GbE opcional....100
Removendo o módulo LAN opcional....102
Instalando o módulo LAN opcional....103
Removendo o módulo Thunderbolt opcional....105
Instalando o módulo Thunderbolt opcional....106
Removendo o módulo USB opcional....108
Instalando o módulo USB opcional....109
Removendo o módulo VGA opcional....111
Instalando o módulo VGA opcional....112
Placa de sistema....114
Removendo a placa de sistema....114
Instalando a placa de sistema....120

DRAFT

Capítulo 10: Software....127
Sistema operacional....127
Drivers e downloads....127

Capítulo 11: Configuração de BIOS....128
Entrando no programa Configuração do BIOS....128
Teclas de navegação....128
Menu de inicialização para uma única vez....128
Menu de inicialização única com a tecla F12....129
Opções de configuração do sistema....129
Como atualizar o BIOS....134
Como atualizar o BIOS no Windows....134
Como atualizar o BIOS em ambientes Linux e Ubuntu....134
Como atualizar o BIOS usando a unidade USB no Windows....134
Como atualizar o BIOS a partir do menu de inicialização única....135
Senhas do sistema e de configuração....136
Como atribuir uma senha de configuração do sistema....136
Como apagar ou alterar uma senha de sistema ou uma senha de configuração existente....136
Limpando as configurações do CMOS....137
Como remover senhas do sistema e de configuração....137

Capítulo 12: Como diagnosticar e solucionar problemas....138
Diagnósticos de verificação do desempenho do sistema de pré-inicialização do Dell SupportAssist....138
Executar a verificação de desempenho de pré-inicialização do sistema do SupportAssist....138
Autoteste integrado da fonte de alimentação....138
Luzes de diagnóstico do sistema....138
Recuperar o sistema operacional....139
Relógio de tempo real — Redefinição do RTC....140
Mídia de backup e opções de recuperação....140
Ciclo de energia da rede....140

Capítulo 13: Como obter ajuda e entrar em contato com a Dell....141

DRAFT

Vistas do Dell Pro Max Tower T2 FCT2250

Parte frontal

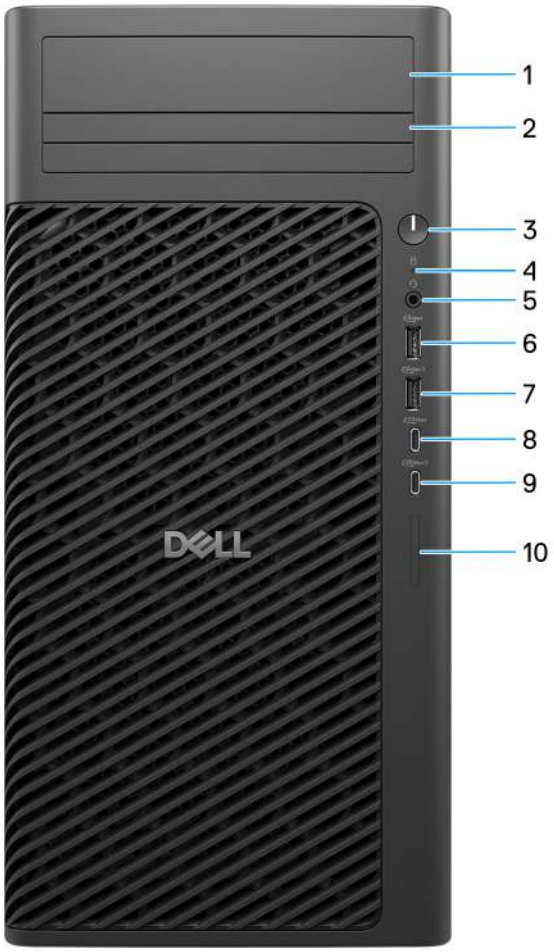


Figura 1. Vista frontal do Dell Pro Max Tower T2 FCT2250

1. **Compartimento de disco rígido de 3,5 polegadas (opcional)**

   Slot para instalar o disco rígido de 3,5 polegadas.

2. **Compartimento da unidade óptica slim (opcional)**

   Slot para instalar a unidade óptica slim.

3. **Botão liga/desliga com LED de diagnóstico**

   Pressione este botão para ligar o computador se ele estiver desligado, em estado de suspensão ou em estado de hibernação.

4. **Indicador de atividade do disco rígido**

   Acende quando o computador lê ou grava no disco rígido.

   NOTA: O indicador de atividade do disco rígido só é compatível com computadores enviados com disco rígido.

DRAFT

5. **Tomada global para headset**

   Conecte fones de ouvido ou um headset (fone de ouvido e microfone combinados).

6. **Porta USB 3.2 de 1ª geração (5 Gbit/s)**

   Conecte dispositivos como os de armazenamento externo e impressoras. Fornece velocidades de transferência de dados de até 5 Gbit/s.

7. **Porta USB 3.2 de 1ª geração (5 Gbit/s) com PowerShare**

   Conecte dispositivos como os de armazenamento externo e impressoras. Fornece velocidades de transferência de dados de até 5 Gbit/s.

   O PowerShare permite carregar dispositivos USB conectados.

   NOTA: Os dispositivos USB conectados não serão carregados quando o computador estiver desligado ou em um estado de suspensão. Para iniciar o carregamento dos dispositivos conectados, ligue o computador.

8. **Porta USB 3.2 Type-C de 2ª geração (10 Gbit/s)**

   Conecte dispositivos como os de armazenamento externo e impressoras. Fornece velocidades de transferência de dados de até 10 Gbit/s.

9. **Porta USB 3.2 Type-C x2 de 2ª geração (20 Gbit/s) com PowerShare**

   Conecte dispositivos como os de armazenamento externo, impressoras e monitores externos. Fornece taxa de transferência de dados de até 20 Gbit/s.

   O PowerShare permite carregar dispositivos USB conectados.

   NOTA: Os dispositivos USB conectados não serão carregados quando o computador estiver desligado ou em um estado de suspensão. Para iniciar o carregamento dos dispositivos conectados, ligue o computador.

10. **Slot de cartão expresso SD 7.0 (opcional)**

    Lê e grava em cartão SD.

DRAFT

Voltar

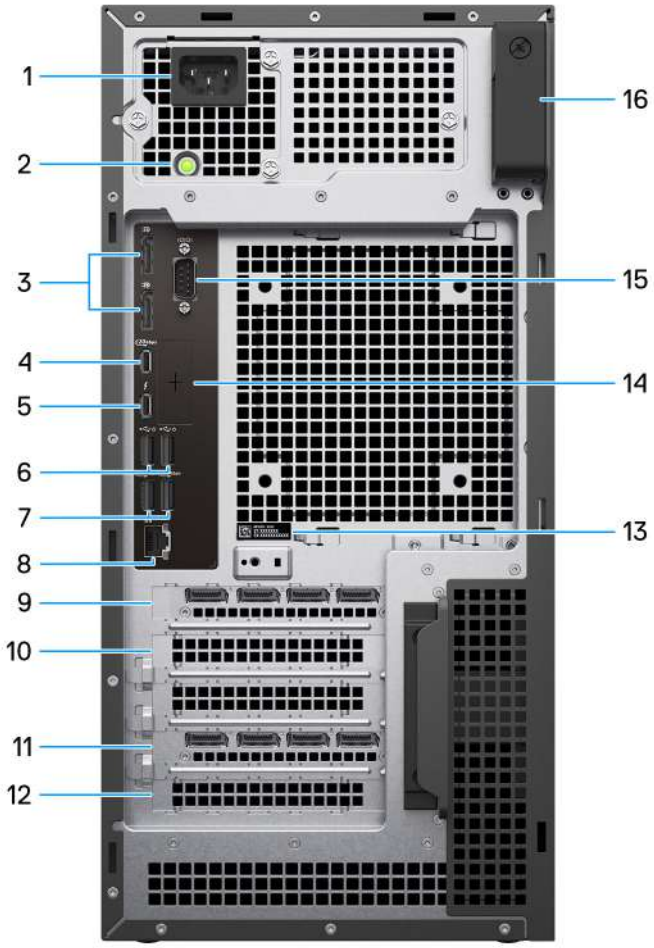


Figura 2. Vista traseira do Dell Pro Max Tower T2 FCT2250

1. **Conector do cabo de alimentação**

   Conecte um cabo de alimentação para proporcionar energia ao computador.

2. **Luz de diagnóstico da fonte de alimentação**

   Indica o estado da fonte de alimentação.

3. **Portas DisplayPort 1.4a HBR3**

   Conecte um monitor externo ou um projetor.

4. **Porta USB 3.2 Type-C de 2ª geração x2 (20 Gbit/s)**

   Conecte dispositivos como os de armazenamento externo e impressoras. Fornece velocidades de transferência de dados de até 20 Gbit/s.

5. **Thunderbolt4 port**

   Conecta dispositivos compatíveis com conectividade thunderbolt.

6. **Portas USB 2.0 (480 Mbit/s) com SmartPower**

   Conecte dispositivos como os de armazenamento externo e impressoras. Entrega velocidades de transferência de dados de até 480 Mbit/s. Sai do modo em espera com o teclado ou o mouse conectado a essa porta.

7. **Portas USB 3.2 de 2ª geração (10 Gbit/s)**

DRAFT

Conecte dispositivos como os de armazenamento externo e impressoras. Fornece velocidades de transferência de dados de até 10 Gbit/s.

8. **Porta Ethernet RJ45 (1 Gbit/s)**

   Conecte um cabo Ethernet (RJ45) de um roteador ou de um modem de banda larga para acesso à rede ou à Internet, com uma taxa de transferência de 10/100/1.000 Mbit/s.

9. **Slot PCIe de 3ª geração x4 fechado de altura completa e metade do comprimento**

   Conecte uma placa PCI-Express, como uma placa de áudio ou de rede, para aprimorar os recursos do computador.

10. **Slot PEG PCIe x16 de 5ª geração e altura completa**

    Conecte uma placa PCI-Express como placa gráfica, de áudio ou de rede para aprimorar os recursos do computador.

11. **Slot PCIe de 4ª geração x4 aberto de altura completa e comprimento completo**

    Conecte uma placa PCI-Express, como uma placa de áudio ou de rede, para aprimorar os recursos do computador.

12. **Slot PCIe de 3ª geração x4 aberto de altura completa e comprimento completo**

    Conecte uma placa PCI-Express, como uma placa de áudio ou de rede, para aprimorar os recursos do computador.

13. **Rótulo da etiqueta de serviço**

    A etiqueta de serviço é um identificador alfanumérico exclusivo que habilita os técnicos de serviço da Dell a identificar os componentes de hardware no computador e acessar informações de garantia.

14. **Porta opcional**

    A porta ou portas disponíveis neste local podem variar dependendo do módulo de porta opcional instalado no computador.

    NOTA: Apenas uma dessas opções pode ser instalada no local mostrado no computador.

    - **Porta VGA**

      Conecte um monitor externo ou um projetor. A resolução máxima compatível com esse tipo de porta é de 1920 x 1200 a 60 Hz.

    - **Porta HDMI 2.1 (FRL)**

      Conecte a uma TV, tela externa ou outro dispositivo com entrada HDMI. A resolução máxima compatível com esse tipo de porta é de 5120 x 3200 a 60 Hz.

    - **Porta DisplayPort 2.1 (UHBR20)**

      Conecte um monitor externo ou um projetor. A resolução máxima compatível com esse tipo de porta é de 7680 x 4320 a 60 Hz.

    - **Duas portas USB 3.2 de 2ª geração (10 Gbit/s)**

      Conecte dispositivos como os de armazenamento externo e impressoras. Garante velocidades de transferência de dados de 10 Gbit/s.

    - **Porta USB 3.2 Type-C de 2ª geração (10 Gbit/s) com modo alternativo DisplayPort**

      Conecte dispositivos como os de armazenamento externo e impressoras. Garante velocidades de transferência de dados de 10 Gbit/s. A resolução máxima compatível com esse tipo de porta é de 5120 x 3200 a 60 Hz com um adaptador de Type-C para DisplayPort.

    - **Uma porta Thunderbolt 4 + uma porta USB 3.2 Type-C de 2ª geração (10 Gbit/s)**

      Conecte dispositivos como os de armazenamento externo e impressoras. Garante velocidades de transferência de dados de 10 Gbit/s.

    - **Porta Ethernet RJ45 (5 Gbit/s)**

      Conecte um cabo Ethernet RJ45 de um roteador ou de um modem de banda larga para acesso à rede ou à Internet.

    - **Porta de fibra óptica (5 Gbit/s, ponto a ponto)**

      Conecte um cabo de fibra óptica de um roteador ou de um modem de banda larga para acesso à rede ou à Internet.

      NOTA: Oferece suporte à conectividade de até 5 Gbit/s em transmissão ponto a ponto. A velocidade real na rede depende da compatibilidade do equipamento, exigindo que o transceptor e o switch estejam na mesma velocidade máxima.

15. **Porta serial legada**

DRAFT

Conecte um periférico ou dispositivo à porta serial RS-232.

16. **Trava de liberação da tampa lateral**

    Solte para abrir a tampa lateral e acessar os componentes internos do computador.

DRAFT

2

Configurar seu computador

Etapas

1. Conecte o teclado e o mouse.

   NOTA: Para obter instruções de configuração, consulte a documentação enviada com o teclado e mouse.

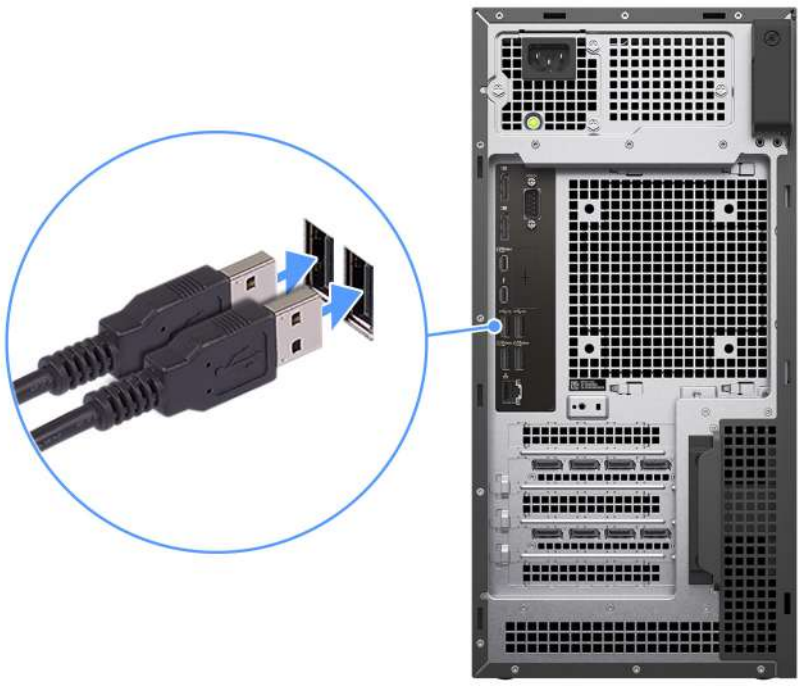


Figura 3. Conectando o teclado e o mouse

2. Conecte-se à rede usando um cabo ou conecte-se a uma rede sem fio.

DRAFT

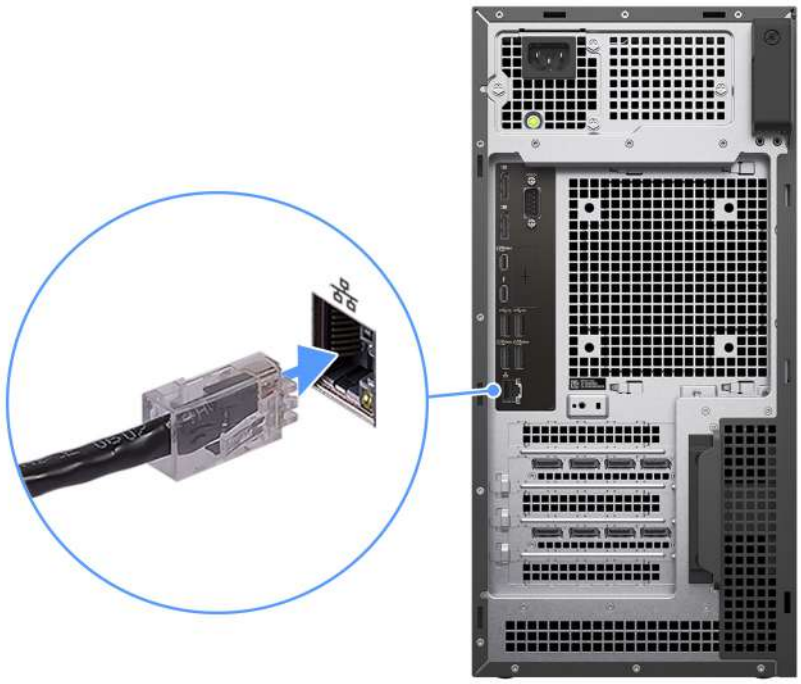


Figura 4. Conectando o cabo de rede

3. Conecte a tela.

   NOTA: Para melhorar o desempenho gráfico, conecte a tela às portas de exibição na unidade de processamento da placa gráfica dedicada.

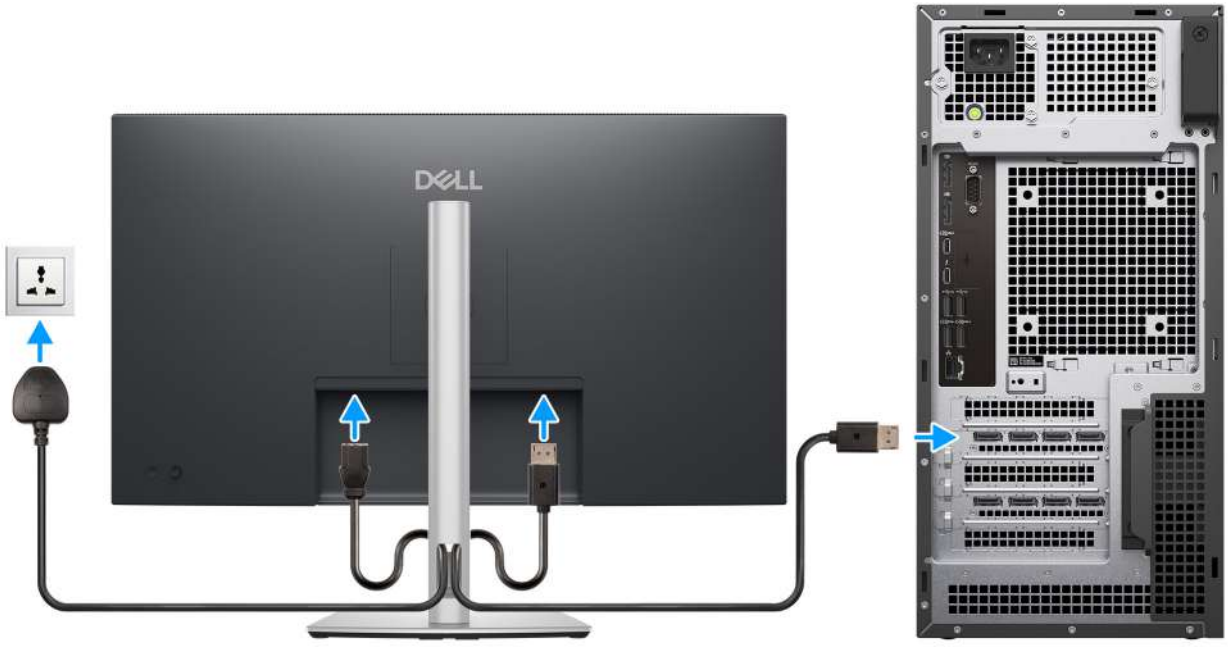


Figura 5. Conectando a tela

4. Conecte o cabo de alimentação.

DRAFT

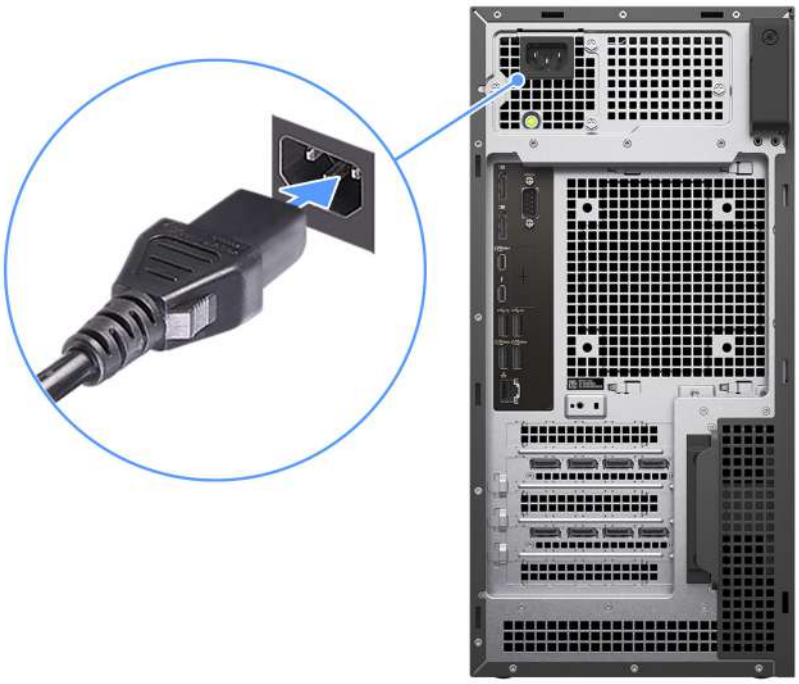


Figura 6. Conectando o cabo de alimentação

5. Pressione o botão liga/desliga.



Figura 7. Pressione o botão liga/desliga

Declaração da GS alemã

O dispositivo não se destina ao uso no campo de visão imediato em uma estação de trabalho do computador. Para evitar reflexos incômodos na estação de trabalho do computador, este produto não deve ser colocado no campo de visão imediato.

DRAFT

Das Gerät ist nicht für die Benutzung im unmittelbaren Gesichtsfeld am Bildschirmarbeitsplatz vorgesehen. Um störende Reflexionen am Bildschirmarbeitsplatz zu vermeiden, darf dieses Produkt nicht im unmittelbaren Gesichtsfeld platziert werden.

6. Conclua a instalação do sistema operacional.

Para Ubuntu:

Siga as instruções na tela para concluir a configuração. Para ver mais informações sobre instalando e configurar o Ubuntu, pesquise no recurso da base de conhecimento no site Suporte Dell.

Para Windows:

Siga as instruções na tela para concluir a configuração. Quando estiver configurando, a Dell Technologies recomenda que você:

- Conecte-se a uma rede para obter as atualizações do Windows.

  NOTA: Se estiver se conectando a uma rede sem fio segura, digite a senha de acesso à rede sem fio quando solicitado.

- Se estiver conectado à Internet, faça log-in com a conta da Microsoft ou crie uma. Se não estiver conectado à Internet, crie uma conta off-line.
- Na tela **Suporte e proteção**, insira suas informações de contato.

7. Localize e use os aplicativos da Dell no menu Iniciar do Windows — Recomendado.

Tabela 1. Localizar aplicativos Dell

Recursos	Descrição
	O Dell Optimizer é um aplicativo projetado para melhorar o desempenho e a produtividade do computador, otimizando as configurações de energia, bateria, tela, touchpad de colaboração e detecção de presença. Ele também fornece acesso a aplicativos adquiridos com seu novo computador. Para obter mais informações, consulte o Guia do usuário do Dell Optimizer no site Suporte Dell.
	**Dell Product Registration** Registre o seu computador na Dell.
	**Dell Help & Support** Acesse a ajuda e suporte para o seu computador.
	**SupportAssist** O SupportAssist é uma tecnologia proativa e preditiva que oferece suporte técnico automatizado para os computadores Dell. Ele monitora proativamente o hardware e o software, solucionando problemas de desempenho, prevenindo ameaças à segurança e automatizando o engajamento com o suporte técnico da Dell. . Para obter mais informações, consulte a documentação do SupportAssist no site Suporte Dell. **NOTA:** No SupportAssist, clique na data de vencimento da garantia para renovar ou atualizar sua garantia.

DRAFT

3

Especificações do Dell Pro Max Tower T2 FCT2250

Dimensões e peso

A tabela a seguir lista a altura, a largura, a profundidade e o peso do Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Tabela 2. Dimensões e peso

Descrição	Valores
Altura	387.00 mm (15.24 in.)
Largura	187.70 mm (7.40 in.)
Profundidade	438.00 mm (17.24 in.)
Peso **NOTA:** O peso do computador depende da configuração solicitada e da variabilidade na fabricação.	• Minimum: 9.70 kg (21.38 lbs.) • Maximum: 20.40 kg (44.97 lbs.)

Processador

A tabela a seguir mostra os detalhes dos processadores compatíveis com o Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Tabela 3. Processador

Descrição	Opção um	Opção dois	Opção três	Opção quatro	Opção cinco	Opção seis	Opção sete
Tipo de processador	Intel Core Ultra 5 235	Intel Core Ultra 5 245	Intel Core Ultra 5 245K	Intel Core Ultra 7 265	Intel Core Ultra 7 265K	Intel Core Ultra 9 285	Intel Core Ultra 9 285K
Potência do processador	65 W	65 W	125 W	65 W	125 W	65 W	125 W
Contagem de núcleo do processador	14	14	14	20	20	24	24
Contagem de threads do processador	14	14	14	20	20	24	24
Velocidade do processador	Up to 5 GHz	Up to 5.10 GHz	Up to 5.20 GHz	Up to 5.30 GHz	Up to 5.50 GHz	Up to 5.60 GHz	Up to 5.70 GHz
Cache do processador	24 MB	24 MB	24 MB	30 MB	30 MB	36 MB	36 MB
Placa gráfica integrada	Intel Graphics	Intel Graphics	Intel Graphics	Intel Graphics	Intel Graphics	Intel Graphics	Intel Graphics

DRAFT

Chipset

A tabela a seguir lista os detalhes do chipset compatível com o Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Tabela 4. Chipset

Descrição	Valores
Chipset	Intel W880
Processador	Intel Core Ultra 5/7/9
Largura do barramento de DRAM	64-bit
Flash EPROM	32 MB + 32 MB
Barramento PCIe	Up to Gen5

Sistema operacional

O Dell Pro Max Tower T2 FCT2250 é compatível com os seguintes sistemas operacionais:

- Windows 11 Home
- Windows 11 Pro
- Windows 11 Pro National Academic
- Windows 11 IoT Enterprise 2024 LTSC
- Ubuntu Linux 24.04 LTS

Para ver mais informações sobre a imagem de recuperação do sistema operacional da Dell, consulte *Como fazer o download e usar a imagem do Dell OS Recovery no Microsoft Windows*, no site do Suporte Dell.

Plataforma comercial Windows 11 N-2 e suporte ao sistema operacional por 5 anos:

Todas as plataformas comerciais mais recentes de 2019 e posteriores (Dell, Dell Pro, e Dell Pro Max) se qualificam e são fornecidas com a versão mais recente (N) do Windows 11 com canal semianual instalado de fábrica e se qualificam (mas não são fornecidas) com as duas versões anteriores (N-1, N-2). O Dell Pro Max Tower T2 FCT2250 será RTS com Windows 11 versão v23H2 no momento do lançamento e essa versão determinará as versões N-2 que são qualificadas inicialmente para esta plataforma.

Para versões futuras do Windows 11, a Dell continuará testando a plataforma comercial com as novas versões do Windows 11 durante a produção do dispositivo e durante cinco anos após a produção, incluindo lançamentos de outono e primavera da Microsoft.

Para obter informações adicionais sobre o suporte N-2 e de 5 anos do sistema operacional Windows, consulte Dell Windows as a Service (WaaS), no site do Suporte Dell.

EOML 411

O Dell Pro Max Tower T2 FCT2250 continua a testar as versões do Windows 11 com canal semianual durante até cinco anos após a produção, inclusive as versões de inverno e primavera de Microsoft.

Memória

A tabela a seguir lista as especificações de memória compatíveis com seu Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Tabela 5. Especificações da memória

Descrição	Valores
Slots de memória	Four UDIMM slots
Tipo de memória	DDR5
Velocidade da memória	• 4400 MT/s : 2 DIMM-2R

DRAFT

Tabela 5. Especificações da memória (continuação)

Descrição	Valores
	• 4800 MT/s : 2 DIMM-1R • 5600 MT/s : 1 DIMM-1R/2R
Configuração máxima de memória	128 GB
Configuração mínima de memória	8 GB
Tamanho da memória por slot	8 GB, 16 GB, 32 GB
Configurações de memória suportadas	• 8 GB: 1 x 8 GB, DDR5, 5600 MT/s, UDIMM, Non-ECC, single-channel • 16 GB: 2 x 8 GB, DDR5, 5600 MT/s, UDIMM, Non-ECC, dual-channel • 16 GB: 1 x 16 GB, DDR5, 5600 MT/s, UDIMM, Non-ECC, single-channel • 32 GB: 2 x 16 GB, DDR5, 5600 MT/s, UDIMM, Non-ECC, dual-channel • 32 GB: 4 x 8 GB, DDR5, 4800 MT/s, UDIMM, Non-ECC, dual-channel • 64 GB: 2 x 32 GB, DDR5, 5600 MT/s, UDIMM, Non-ECC, dual-channel • 64 GB: 4 x 16 GB, DDR5, 4800 MT/s, UDIMM, Non-ECC, dual-channel • 128 GB: 4 x 32 GB, DDR5, 4400 MT/s, UDIMM, Non-ECC, dual-channel • 16 GB: 1 x 16 GB, DDR5, 5600 MT/s, UDIMM, ECC, single-channel • 32 GB: 2 x 16 GB, DDR5, 5600 MT/s, UDIMM, ECC, dual-channel • 64 GB: 2 x 32 GB, DDR5, 5600 MT/s, UDIMM, ECC, dual-channel • 64 GB: 4 x 16 GB, DDR5, 4800 MT/s, UDIMM, ECC, dual-channel • 128 GB: 4 x 32 GB, DDR5, 4400 MT/s, UDIMM, ECC, dual-channel

Matriz de memória

A tabela a seguir lista as configurações de memória compatíveis com o Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Tabela 6. Matriz de memória

Configuração	Slot			
	UDIMM1	UDIMM2	UDIMM3	UDIMM4
DDR5 de 8 GB	8 GB			
DDR5 de 16 GB	8 GB	8 GB		
DDR5 de 16 GB	16 GB			
DDR5 de 32 GB	8 GB	8 GB	8 GB	8 GB
DDR5 de 32 GB	16 GB	16 GB		
DDR5 de 32 GB	32 GB			
DDR5 de 64 GB	16 GB	16 GB	16 GB	16 GB

DRAFT

Tabela 6. Matriz de memória (continuação)

Configuração	Slot			
	UDIMM1	UDIMM2	UDIMM3	UDIMM4
DDR5 de 64 GB	32 GB	32 GB		
DDR5 de 128 GB	32 GB	32 GB	32 GB	32 GB

Portas e slots externos

A tabela a seguir lista as portas externas e slots do Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Tabela 7. Portas e slots externos

Descrição	Valores
Porta de rede	One RJ45 ethernet port (1 Gbps)
Portas USB	• One USB 3.2 Gen 1 (5 Gbps) port • One USB 3.2 Gen 1 (5 Gbps) port with PowerShare • One USB 3.2 Gen 2 (10 Gbps) Type-C port • One USB 3.2 Gen 2x2 (20 Gbps) Type-C port with PowerShare • Two USB 2.0 (480 Mbps) ports with SmartPower • Two USB 3.2 Gen 2 (10 Gbps) ports • One Thunderbolt4 port • One USB 3.2 Gen 2x2 (20 Gbps) Type-C port
Porta de áudio	One global headset jack
Porta(s) de vídeo	Two DisplayPort 1.4a HBR3 ports
Leitor de cartão de mídia	One SD 7.0 Express-card slot (optional)
Porta do adaptador de energia	One power-cable connector
Slot do cabo de segurança	One Kensington security-cable slot

Slots internos

A tabela a seguir lista os slots internos do Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Tabela 8. Slots internos

Descrição	Valores
M.2	• One M.2 2230 slot for WiFi and Bluetooth combo card • Three M.2 2230/2280 slots for solid-state drive **NOTA:** Para saber mais sobre os recursos de diferentes tipos de placas M.2, faça uma pesquisa na base de conhecimento no site do Suporte Dell.
SATA	• Three SATA 3.0 slot for 3.5-inch hard-disk drive • One SATA 3.0 slot for slimline optical drive
PCIe	• One PEG full-height Gen5 PCIe x16 slot • One full-height, half-length Gen3 x4 PCIe closed-end slot

DRAFT

Tabela 8. Slots internos (continuação)

Descrição	Valores
	• One full-height, full-length Gen4 x4 PCIe open-end slot • One full-height, full-length Gen3 x4 PCIe open-end slot

Ethernet

A tabela a seguir mostra as especificações de rede local Ethernet com fio (LAN) do Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Tabela 9. Especificações de Ethernet

Descrição	Valores
Modelo	Intel i219-LM
Taxa de transferência	10/100/1000 Mbps

Módulo sem fio

A tabela a seguir lista os módulos de rede local sem fio (WLAN) compatíveis com o Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Tabela 10. Especificações do módulo sem fio

Descrição	Opção um	Opção dois
Número do modelo	Intel Wi-Fi 7 BE200	Qualcomm Wi-Fi 7 DBS WCN7851
Taxa de transferência	Up to 5760 Mbps	Up to 5760 Mbps
Bandas de frequência suportadas	2.4 GHz/5 GHz/6 GHz	2.4 GHz/5 GHz/6 GHz
Padrões sem fio	• WiFi 802.11a/b/g • Wi-Fi 4 (WiFi 802.11n) • Wi-Fi 5 (WiFi 802.11ac) • Wi-Fi 6E (WiFi 802.11ax) • Wi-Fi 7 (WiFi 802.11be)	• WiFi 802.11a/b/g • Wi-Fi 4 (WiFi 802.11n) • Wi-Fi 5 (WiFi 802.11ac) • Wi-Fi 6 (WiFi 802.11ax) • Wi-Fi 7 (WiFi 802.11be)
Criptografia	• 64-bit/128-bit WEP • AES-CCMP • TKIP	• 64-bit/128-bit WEP • AES-CCMP • TKIP
Placa de rede sem fio Bluetooth	Bluetooth 5.4 wireless card	Bluetooth 5.4 wireless card
	NOTA: A funcionalidade da placa de rede sem fio Bluetooth pode variar dependendo do sistema operacional instalado no computador.	

Audio

A tabela a seguir lista as especificações de áudio do Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Tabela 11. Especificações de áudio

Descrição	Valores
Tipo de áudio	High Definition Audio

DRAFT

Tabela 11. Especificações de áudio (continuação)

Descrição	Valores
Controlador de áudio	Realtek ALC3204
Interface de áudio interna	High Definition Audio (HDA) interface
Interface de áudio externa	One global headset jack

Storage

This section lists the storage options on your Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Table 12. Storage specifications

Storage type	Interface type	Capacity
3.5-inch, 5400 RPM, hard drive	SATA AHCI, up to 6 Gbps	4 TB
3.5-inch, 7200 RPM, hard drive	SATA AHCI, up to 6 Gbps	1 TB
3.5-inch, 7200 RPM, hard drive	SATA AHCI, up to 6 Gbps	2 TB
3.5-inch, 7200 RPM, hard drive, SAS, Enterprise hard drive	SATA AHCI, up to 6 Gbps	4 TB
3.5-inch, 7200 RPM hard drive, SAS, Enterprise hard drive	SATA AHCI, up to 6 Gbps	8 TB
M.2 2230 solid-state drive, Class 35	PCIe Gen4 x4 NVMe, up to 64 GT/s	256 GB
M.2 2280 self-encrypting Opal 2.0 solid-state drive, Class 40	PCIe Gen4 x4 NVMe, up to 64 GT/s	512 GB
M.2 2280 self-encrypting Opal 2.0 solid-state drive, Class 40	PCIe Gen4 x4 NVMe, up to 64 GT/s	1 TB
M.2 2280 self-encrypting Opal 2.0 solid-state drive, Class 40	PCIe Gen4 x4 NVMe, up to 64 GT/s	2 TB
M.2 2280 self-encrypting Opal 2.0 solid-state drive, Class 40	PCIe Gen4 x4 NVMe, up to 64 GT/s	4 TB
M.2 2280 self-encrypting Opal 2.0 solid-state drive, Class 40	PCIe Gen5 x4 NVMe, up to 128 GT/s	1 TB

Matriz de armazenamento

A tabela a seguir lista as configurações de armazenamento compatíveis com a Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Your Dell Pro Tower FCT2250 supports a combination of the following storage configurations:

- One 3.5-inch hard drive in 5.25 bay as front I/O option + one slim optical drive in 5.25 bay as front I/O option + two internal 3.5-inch hard drive or one half-height 5.25-inch device in 5.25 bay as front I/O option + two internal 3.5-inch hard drive
- Up to three M.2 2230/2280 solid-state drives

The primary drive of your Dell Pro Tower FCT2250 varies with the storage configuration. For computers:

- with a M.2 drive, the M.2 drive is the primary drive
- without a M.2 drive, the 3.5-inch hard drive is the primary drive

DRAFT

Leitor de cartão de mídia

A tabela abaixo apresenta as especificações dos cartões de mídia compatíveis com o Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Tabela 13. Especificações do leitor de cartão de mídia

Descrição	Valores
Tipo de slot de cartão de mídia	One SD Express 7.0 slot
Cartões de mídia com suporte	• Secure Digital (SD) • Secure Digital High Capacity (SDHC) • Secure Digital Extended Capacity (SDXC)
NOTA: A capacidade máxima permitida pelo leitor de cartão de mídia depende do padrão do cartão de mídia instalado no computador.	

RAID (Redundant Array of Independent Disks — Matriz redundante de discos independentes)

Para obter desempenho ideal ao configurar unidades como um volume RAID, a Dell Technologies recomenda modelos de unidade idênticos.

NOTA: O RAID não é compatível com configurações do Intel Optane.

Os volumes de RAID 0 (fracionado, de desempenho) se beneficiam de maior desempenho quando as unidades são correspondentes, pois os dados são divididos em várias unidades: quaisquer operações de E/S com tamanhos de bloco maiores do que o tamanho da fração dividirão a E/S e se tornarão limitados pela unidade mais lenta. Para as operações de E/S do RAID 0 em que os tamanhos de bloco são menores do que o tamanho da fração, qualquer que seja a unidade de destino da E/S, isso determinará o desempenho, o que aumenta a variabilidade e resulta em latências inconsistentes. Essa variabilidade é especialmente pronunciada para operações de gravação e pode ser problemática para aplicativos que são sensíveis a latência. Um exemplo disso é qualquer aplicativo que execute milhares de gravações aleatórias por segundo em tamanhos de blocos muito pequenos.

Os volumes de RAID 1 (Mirrored e Data Protection) se beneficiam de maior desempenho quando as unidades são correspondentes, pois os dados são espelhados em diversas unidades: todas as operações de E/S devem ser executadas de maneira idêntica nas duas unidades; assim, as variações no desempenho da unidade quando o os modelos são diferentes resultam nas operações de E/S concluídas somente de maneira tão rápida quanto a unidade mais lenta. Embora isso não sofra o problema de latência variável em operações de E/S aleatórias pequenas, como o RAID 0 em unidades heterogêneas, o impacto ainda é grande porque a unidade de maior desempenho se torna limitada em todos os tipos de E/S. Um dos piores exemplos de desempenho limitado é quando se usa E/S sem armazenamento em buffer. Para garantir que as gravações sejam totalmente confirmadas em regiões não voláteis do volume de RAID, a E/S sem armazenamento em buffer ignora o cache (por exemplo, usando o bit Force Unit Access no protocolo NVMe) e a operação de E/S não será concluída até que todas as unidades no volume RAID tenham concluído a solicitação para confirmar os dados. Esse tipo de operação de E/S nega completamente qualquer vantagem de uma unidade de melhor desempenho no volume.

O RAID 5 oferece melhor desempenho usando o fracionamento e a proteção de dados por meio da paridade. A desvantagem do RAID 5 é que a recriação de um grande volume RAID 5 requer um período mais longo. A seguir estão os principais recursos do RAID 5:

- Requer pelo menos três unidades.
- Os dados estarão disponíveis mesmo se uma das unidades presentes no volume falhar. A unidade com falha deve ser substituída e o volume deve ser reconstruído para que os dados fiquem acessíveis.
- A capacidade total é N-1, em que N é a capacidade total das unidades no array. Por exemplo, se você usar três unidades de 1 TB em um array RAID 5, o tamanho total do volume será de 2 TB.

Deve-se ter cuidado para fazer a correspondência não apenas do fornecedor, da capacidade e da classe da unidade, mas também o modelo específico. As unidades do mesmo fornecedor, com a mesma capacidade e até mesmo dentro da mesma classe, podem ter características de desempenho muito diferentes para determinados tipos de operações de E/S. Portanto, a correspondência por modelo garante que o volume RAID seja composto por um array homogêneo de unidades que oferece todos os benefícios de um volume RAID sem incorrer em penalidades adicionais quando uma ou mais unidades do volume apresentam desempenho inferior.

A Dell Pro Max Tower T2 FCT2250 é compatível com RAID com mais de uma configuração de disco rígido.

DRAFT

Especificações de alimentação

A tabela a seguir lista as especificações da classificação de energia do Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Tabela 14. Especificações de alimentação

Descrição	Opção um	Opção dois	Opção três
Type	360 W, Platinum	500 W, Platinum	1500 W, Platinum
Tensão de entrada	90 VAC–264 VAC	90 VAC–264 VAC	90 VAC–264 VAC
Frequência de entrada	47 Hz–63 Hz	47 Hz–63 Hz	47 Hz–63 Hz
Corrente de entrada (máxima)	5 A	7 A	13.5 A
Corrente de saída (contínua)	Operating: • 12 VA: 18 A • 12 VB: 18 A • 12 VC: 13 A Storage: • 12 VA: 1.50 A • 12 VB: 3.30 A • 12 VC: 0 A	Operating: • 12 VA: 18 A • 12 VB: 18 A • 12 VC: 18 A Storage: • 12 VA: 1.50 A • 12 VB: 3.30 A • 12 VC: 0 A	Operating: • 12 VA: 44 A • 12 VB: 36 A • 12 VC: 86 A Storage: • 12 VA: 1.50 A • 12 VB: 5.0 A • 12 VC: 0 A
Tensão de saída nominal	• 12 VA • 12 VB • 12 VC	• 12 VA • 12 VB • 12 VC	• 12 VA • 12 VB • 12 VC
Faixa de temperatura:			
De operação	5°C to 45°C (41°F to 113°F)	5°C to 45°C (41°F to 113°F)	5°C to 45°C (41°F to 113°F)
Armazenamento	-40°C to 70°C (-40°F to 158°F)	-40°C to 70°C (-40°F to 158°F)	-40°C to 70°C (-40°F to 158°F)

Conector da fonte de alimentação

A tabela a seguir mostra as especificações do conector da fonte de alimentação da Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Tabela 15. Conector da fonte de alimentação

Fonte de alimentação	Conectores
Fonte de alimentação interna de 360 W, 80 Plus Platinum	• Dois conectores de 4 pinos para o processador • Um conector de 8 pinos para a placa de sistema • Um cabeçalho de 8 pinos para a placa gráfica
Fonte de alimentação interna de 500 W, 80 Plus Platinum	• Um cabeçalho de 12 pinos para o processador • Um cabeçalho de 14 pinos para a placa de sistema • Um cabeçalho de 8 pinos para a placa gráfica
Fonte de alimentação interna de 1500 W (PSU), (80 PLUS Platinum)	• Um cabeçalho de 12 pinos para o processador • Um cabeçalho de 14 pinos para a placa de sistema • Dois cabeçalhos de 6 pinos e dois cabeçalhos de 8 pinos para a placa gráfica

DRAFT

GPU — integrada

A tabela a seguir mostra as especificações da unidade de processamento gráfico (GPU) integrada compatível com o Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Tabela 16. GPU — integrada

Controlador	Tamanho da memória	Processador
Intel Graphics	Shared system memory	Intel Core Ultra 5/7/9

GPU — discreta

A tabela a seguir mostra as especificações da unidade de processamento gráfico (GPU) dedicada compatível com o Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Tabela 17. GPU — discreta

Controlador	Tamanho da memória	Tipo de memória
NVIDIA RTX A400	4 GB	GDDR6
NVIDIA RTX A1000	8 GB	GDDR6
NVIDIA GeForce RTX 4060	8 GB	GDDR6
NVIDIA RTX 2000 Ada	16 GB	GDDR6
NVIDIA RTX 4000 Ada	20 GB	GDDR6
NVIDIA RTX 4500 Ada	24 GB	GDDR6
NVIDIA RTX 5000 Ada	32 GB	GDDR6
NVIDIA RTX 6000 Ada	48 GB	GDDR6
AMD Radeon Pro W7500	8 GB	GDDR6
AMD Radeon Pro W7600	8 GB	GDDR6

Resolução da porta de vídeo

A tabela a seguir lista a resolução da porta de vídeo do Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Tabela 18. Resolução da porta de vídeo

Placa gráfica	Portas de vídeo	Resolução máxima compatível
NVIDIA RTX A400	• Quatro mini DisplayPort 1.4a	• 4.096 x 2.160 a 120 Hz • 5.120 x 2.880 a 60 Hz
NVIDIA RTX A1000	• Três mini DisplayPort 1.4a	• 4.096 x 2.160 a 120 Hz • 5.120 x 2.880 a 60 Hz • 7.680 x 4.320 a 30 Hz
NVIDIA GeForce RTX 4060	• Três DisplayPort 1.4a • Um HDMI 2.0	• 4.096 x 2.160 a 120 Hz • 5.120 x 2.880 a 60 Hz • 7.680 x 4.320 a 60 Hz

DRAFT

Tabela 18. Resolução da porta de vídeo (continuação)

Placa gráfica	Portas de vídeo	Resolução máxima compatível
NVIDIA RTX 2000 Ada	• Quatro mini DisplayPort 1.4a	• 4.096 x 2.160 a 120 Hz • 5.120 x 2.880 a 60 Hz • 7.680 x 4.320 a 60 Hz
NVIDIA RTX 4000 Ada	• Quatro DisplayPort 1.4a	• 4.096 x 2.160 a 120 Hz • 5.120 x 2.880 a 60 Hz • 7.680 x 4.320 a 60 Hz
NVIDIA RTX 4500 Ada	• Quatro DisplayPort 1.4a	• 4.096 x 2.160 a 120 Hz • 5.120 x 2.880 a 60 Hz • 7.680 x 4.320 a 60 Hz
NVIDIA RTX 5000 Ada	• Quatro DisplayPort 1.4a	• 4.096 x 2.160 a 120 Hz • 5.120 x 2.880 a 60 Hz • 7.680 x 4.320 a 60 Hz
NVIDIA RTX 6000 Ada	• Quatro DisplayPort 1.4a	• 4.096 x 2.160 a 120 Hz • 5.120 x 2.880 a 60 Hz • 7.680 x 4.320 a 60 Hz
AMD Radeon Pro W7500	• Quatro DisplayPort 2.1	• 3.840 x 2.160 a 120 Hz • 5.120 x 2.880 a 60 Hz • 7.680 x 4.320 a 60 Hz
AMD Radeon Pro W7600	• Quatro DisplayPort 2.1	• 3.840 x 2.160 a 120 Hz • 5.120 x 2.880 a 60 Hz • 7.680 x 4.320 a 60 Hz

Segurança de hardware

A tabela a seguir mostra a segurança de hardware do Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Tabela 19. Segurança de hardware

Segurança de hardware
Sensor de violação do chassi
Suporte do slot de trava de segurança do chassi
Autenticação da Intel
Inicialização segura da Intel
Slot de cabo de segurança (trava Kensington)
Limpeza de dados do disco rígido local por meio do BIOS (apagamento seguro)
Proteção para cabos com trava
Microsoft Windows 10 Device Guard e Credential Guard (Enterprise SKU)
Microsoft Windows BitLocker
SafeBIOS: inclui o BIOS Verification, BIOS Resilience, BIOS Recovery e controles adicionais do BIOS fora do host da Dell
SafeID inclui módulo TPM (Trusted Platform Module) 2.0
Unidades de armazenamento com criptografia automática (Opal, FIPS)
Teclado Smart Card (FIPS)

DRAFT

Tabela 19. Segurança de hardware (continuação)

Segurança de hardware
Alertas de violação da cadeia de suprimentos
Trusted Platform Module TPM 2.0

Requisitos ambientais

A tabela a seguir lista as especificações ambientais do Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Tabela 20. Requisitos ambientais

Recurso	Valores
Embalagem reciclável	Sim
BFR/PVC - sem chassi	Sim
Suporte para embalagem de orientação vertical	Sim
Embalagem Multi-pack	Sim
Fonte de alimentação com uso eficiente de energia	Norma
Compatível com ENV0424	Sim

NOTA: As embalagens de fibra à base de madeira contêm um mínimo de 35% de conteúdo reciclado, em peso total de fibra à base de madeira. As embalagens sem fibra de madeira podem ser consideradas como não aplicáveis. Os critérios antecipados requeridos para a EPEAT 2018.

Conformidade com normas

A tabela a seguir lista a conformidade com normas do Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Tabela 21. Conformidade com normas

Conformidade com normas
Segurança do produto, EMC e especificações ambientais
Página inicial de conformidade com normas da Dell
Política da Responsible Business Alliance

Ambiente de operação e armazenamento

Esta tabela lista as especificações de operação e armazenamento do Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

Nível de poluentes transportados: G1, conforme definido pela norma ISA-S71.04-1985

Tabela 22. Características ambientais do computador

Descrição	Operação	Armazenamento
Faixa de temperatura	0°C to 35°C (32°F to 95°F)	-40°C to 65°C (-40°F to 149°F)
Umidade relativa (máxima)	10% to 90% (non-condensing)	0% to 95% (non-condensing)
Vibração (máxima)*	0.66 GRMS	1.30 GRMS
Choque (máximo)	110 G†	160 G†

DRAFT

Tabela 22. Características ambientais do computador (continuação)

Descrição	Operação	Armazenamento
Faixa de altitude	-15.2 m to 3048 m (-49.87 ft to 10000 ft)	-15.2 m to 10668 m (-49.87 ft to 35000 ft)
CUIDADO: Os intervalos de temperatura de armazenamento e de operação podem ser diferentes entre os componentes. Assim, operar ou armazenar o dispositivo fora desses intervalos pode afetar o desempenho de componentes específicos.		

* Medida usando um espectro de vibração aleatório que simula o ambiente do usuário.

† Medida usando um pulso de meio seno de 2 ms.

Política de suporte Dell

Para ver mais informações sobre a política de suporte Dell, faça uma pesquise na base de conhecimento no site do Suporte Dell.

DRAFT

4

Como trabalhar na parte interna do computador

Instruções de segurança

Use as diretrizes de segurança a seguir para proteger o computador contra possíveis danos e garantir sua segurança pessoal. A menos que indicado de outra forma, cada procedimento neste documento pressupõe que você leu as informações de segurança enviadas com o computador.

ATENÇÃO: Antes de trabalhar na parte interna do computador, leia as informações de segurança fornecidas com o computador. Para obter mais práticas recomendadas de segurança, consulte a página inicial da Dell sobre conformidade com normas.

ATENÇÃO: Desconecte o computador de todas as fontes de energia antes de abrir a tampa ou os painéis do computador. Depois que terminar de trabalhar na parte interna do computador, recoloque todas as tampas, painéis, e parafusos antes de conectar o computador a uma fonte de alimentação.

CUIDADO: Para evitar danos ao computador, certifique-se de que a superfície de trabalho seja plana e esteja seca e limpa.

CUIDADO: Você deve somente solucionar problemas ou realizar consertos simples conforme autorizado ou direcionado pela equipe de suporte técnico da Dell. Os danos provocados por serviços não autorizados pela Dell não serão cobertos pela garantia. Consulte as instruções de segurança enviadas com o produto ou acesse a Página inicial de conformidade com normas da Dell.

CUIDADO: Antes de tocar em qualquer componente na parte interna do computador, elimine a eletricidade estática de seu corpo tocando em uma superfície metálica sem pintura, como o metal da parte posterior do computador. Enquanto trabalha, toque periodicamente em uma superfície metálica sem pintura para dissipar a eletricidade estática, que poderia danificar componentes internos.

CUIDADO: Para evitar danos aos componentes e placas, segure-os pelas bordas e evite tocar nos pinos e contatos.

CUIDADO: Ao desconectar um cabo, puxe-o pelo conector ou pela aba de puxar, não pelo próprio cabo. Alguns cabos possuem conectores com presilhas ou parafusos borboleta que você precisará soltar antes de desconectar o cabo. Ao desconectar os cabos, mantenha-os alinhados para evitar entortar os pinos do conector. Ao conectar cabos, certifique-se de que o conector no cabo esteja corretamente orientado e alinhado com a porta.

CUIDADO: Pressione e ejete os cartões instalados no leitor de cartão de mídia.

CUIDADO: Tenha cuidado ao manusear baterias de íons de lítio em notebooks. Baterias inchadas não devem ser usadas e devem ser substituídas e descartadas adequadamente.

Antes de trabalhar na parte interna do computador

Sobre esta tarefa

NOTA: As imagens neste documento podem ser diferentes do seu computador, dependendo da configuração que você encomendou.

Etapas

1. Salve e feche todos os arquivos abertos e saia de todos os aplicativos abertos.

DRAFT

2. Desligue o computador. Para o sistema operacional Windows, clique em **Iniciar** > **Liga/desliga** > **Desligar**.

   NOTA: Se estiver usando um sistema operacional diferente, consulte a documentação de seu sistema operacional para obter instruções de desligamento.

3. Desligue todos os periféricos conectados.
4. Desconecte o computador e todos os dispositivos conectados das tomadas elétricas.
5. Desconecte todos os dispositivos de rede e periféricos conectados ao computador, como o teclado, mouse, monitor e assim por diante.

   CUIDADO: Para desconectar um cabo de rede, desconecte-o do computador.

6. Remova qualquer placa de mídia e de disco óptico do computador, se aplicável.

Precauções de segurança

Esta seção detalha as principais etapas que devem ser seguidas antes de desmontar qualquer dispositivo ou componente.

Observe as seguintes precauções de segurança antes de executar quaisquer procedimentos de instalação ou de correção de defeitos envolvendo desmontagem ou remontagem:

- Desligue o computador e todos os periféricos conectados.
- Desconecte o computador da corrente alternada.
- Desconecte todos os cabos de rede e os periféricos do computador.
- Use um kit de serviços em campo ESD quando for trabalhar na parte interna do computador para evitar danos causados por descargas eletrostáticas (ESD).
- Depois de remover um componente do computador, coloque-o sobre um tapete antiestático.
- Use calçados com sola de borracha que não seja condutiva para reduzir a chance de ser eletrocutado.
- Pressione e segure o botão liga/desliga por 15 segundos para drenar a energia residual da placa de sistema.

Alimentação do modo de espera

Antes de abrir a tampa traseira, é necessário desconectar os produtos Dell com alimentação em modo de espera. Os sistemas equipados com alimentação em modo de espera são alimentados mesmo enquanto estão desligados. A energia interna permite que o computador seja ligado (Wake-on-LAN) e colocado em modo de suspensão remotamente, além de contar com outros recursos avançados de gerenciamento de energia.

União

A ligação é um método para conectar dois ou mais condutores de aterramento ao mesmo potencial elétrico. Isso é feito usando um kit de descarga eletrostática (ESD) de serviço de campo. Ao conectar um fio de ligação, certifique-se de que está conectado a uma superfície bare metal, e nunca a uma superfície pintada ou que não seja de metal. Confira se a pulseira está bem firme e em total contato com a sua pele. Remova todas as joias, relógios, pulseiras ou anéis antes de fazer o aterramento pessoal e do equipamento.

Proteção contra descargas eletrostáticas

A ESD é uma grande preocupação quando você lida com componentes eletrônicos, especialmente componentes sensíveis, como placas de expansão, processadores, módulos de memória e placas de sistema. Uma carga leve pode danificar os circuitos de formas que talvez não sejam tão óbvias, causando, por exemplo, problemas intermitentes ou diminuindo a vida útil do produto. À medida que a indústria exige menores requisitos de energia e maior densidade, a proteção contra ESD é uma preocupação crescente.

Dois tipos reconhecidos de danos por descargas eletrostáticas são falhas catastróficas e intermitentes.

- **Catastrófica** – falhas catastróficas representam aproximadamente 20% das falhas relacionadas a descargas eletrostáticas. Os danos causam uma imediata e completa perda de funcionalidade do dispositivo. Um exemplo de falha catastrófica é um módulo de memória que recebeu um choque estático e, imediatamente, gera um sintoma "Ausência de POST/vídeo" com um código de bipe emitido para memória ausente ou não funcional.
- **Intermitente** – falhas intermitentes representam aproximadamente 80% das falhas relacionadas a ESD. A alta taxa de falhas intermitentes significa que, na maioria das vezes, quando ocorre um dano, ele não é imediatamente reconhecível. O módulo de memória recebe um choque estático, mas o traçado é apenas enfraquecido e não produz imediatamente sintomas externos

DRAFT

relacionados ao dano. O traçado enfraquecido pode levar semanas ou meses para derreter e pode causar degradação da integridade da memória, erros intermitentes de memória etc.

As falhas intermitentes, também chamadas de latentes e que significam falhas em que o sistema está funcionando, porém com danos visíveis, são difíceis de detectar e solucionar.

Execute as etapas a seguir para evitar danos ao ESD:

- Use uma pulseira contra descargas eletrostáticas com fio devidamente aterrada. As pulseiras antiestáticas sem fio não proporcionam proteção adequada. Tocar o chassi antes de manusear peças não garante uma proteção contra descargas eletrostáticas adequada em peças com maior sensibilidade para danos decorrentes de descargas eletrostáticas.
- Manuseie todos os componentes sensíveis à estática em uma área com proteção antiestática. Se possível, use almofadas de piso antiestáticas e almofadas de bancada de trabalho.
- Ao desembalar um componente sensível à estática da embalagem de remessa, não remova o componente do material de embalagem antiestático até que esteja pronto para instalar o componente. Antes de abrir a embalagem antiestática, use a pulseira antiestática para descarregar a eletricidade estática do seu corpo. Para obter mais informações sobre a pulseira anti-ESD e o testador de pulseira anti-ESD, consulte Componentes de um kit de serviços em campo anti-ESD.
- Antes de transportar um componente sensível a estática, coloque-o em um recipiente ou embalagem antiestático.

Kit de serviços em campo contra descargas eletrostáticas

O kit de serviços de campo não monitorado é o kit de serviços mais usado. Cada kit de serviços em campo inclui três componentes principais: tapete antiestático, pulseira e fio de ligação.

CUIDADO: É essencial manter os dispositivos sensíveis à ESD longe de peças internas que são isoladas e, geralmente são altamente carregadas, como os invólucros plásticos de dissipador de calor.

Ambiente de trabalho

Antes da implementação do kit de serviço em campo ESD, avalie a situação nas instalações do cliente. Por exemplo, a implementação do kit para um ambiente de servidor é diferente de um ambiente de desktop ou notebook. Os servidores, geralmente, são instalados em um rack em um data center; desktops ou notebooks são normalmente colocados em mesas de escritório ou cubículos. Sempre procure uma grande área de trabalho plana e aberta, livre de desordem e grande o suficiente para implementar o kit ESD com espaço adicional para acomodar o tipo de computador que está sendo reparado. O espaço de trabalho também deve estar livre de isoladores que possam causar um evento ESD. Na área de trabalho, antes de manusear fisicamente quaisquer componentes de hardware, é necessário mover os materiais isolantes como isopor e outros plásticos a pelo menos 30 centímetros, ou 12 polegadas, de distância de peças sensíveis.

Embalagem contra descargas eletrostáticas

Todos os dispositivos sensíveis a ESD devem ser enviados e recebidos em uma embalagem antiestática. Sacos metálicos com blindagem estática são preferidos. No entanto, você deve sempre devolver o componente danificado usando a mesma bolsa e embalagem anti-ESD nas quais a nova peça chegou. É preciso dobrar a bolsa anti-ESD e fechá-la com fita adesiva, além de usar todo o mesmo material de embalagem de espuma da caixa original em que a nova peça chegou. Somente remova os dispositivos sensíveis a ESD da embalagem em uma superfície de trabalho protegida contra ESD e nunca coloque peças sobre a embalagem anti-ESD, pois somente a parte interna da bolsa é protegida. Sempre coloque as peças na mão, no tapete antiestático, no computador ou dentro de um saco anti-ESD.

Componentes do kit de serviços em campo contra descargas eletrostáticas

Componentes de um kit de serviços em campo contra descargas eletrostáticas:

- **Tapete antiestático:** o tapete antiestático é dissipativo, e as peças podem ser colocadas nele durante os procedimentos de serviço. Ao usar um tapete antiestático, a pulseira deve estar bem ajustada e o fio de ligação deve estar conectado ao tapete e a qualquer bare metal no computador que receberá o serviço. Depois que tudo for implementado corretamente, as peças de serviço poderão ser removidas da bolsa contra descargas eletrostáticas e colocadas diretamente no tapete antiestático. Os itens sensíveis a descargas eletrostáticas estão seguros na sua mão, no tapete antiestático, no computador ou dentro de uma bolsa contra descargas eletrostáticas.
- **Pulseira anti-ESD e fio de aterramento:** a pulseira anti-ESD e o fio de aterramento podem ser conectados diretamente entre o seu pulso e o bare metal no hardware, caso o tapete antiestático não seja necessário, ou podem ser conectados ao tapete antiestático para proteger o hardware temporariamente colocado no tapete. A conexão física da pulseira anti-ESD e do fio de aterramento entre a pele, o tapete antiestático e o hardware é conhecida como aterramento. Use somente kits de serviços em campo com uma pulseira, um tapete antiestático e um fio de ligação. Nunca use pulseiras sem fio. Fique sempre atento, pois os fios internos de uma pulseira anti-ESD estão sempre propensos a danos devido ao desgaste normal e precisam ser verificados regularmente com um testador de

DRAFT

pulseira anti-ESD para evitar danos acidentais causados pelo hardware anti-ESD. É recomendável testar a pulseira e o fio de ligação pelo menos uma vez por semana.

- **ESD Wrist Strap Tester:** Os fios dentro de uma pulseira contra descargas eletrostáticas estão sujeitos a danos com o passar do tempo. Ao usar um kit não monitorado, é uma prática recomendada testar a pulseira regularmente antes de cada serviço e, no mínimo, testá-la uma vez por semana. Um testador de pulseira é o melhor método para fazer este teste. Para realizar o teste, conecte o fio de ligação da pulseira no testador enquanto ele estiver preso ao pulso e aperte o botão para testar. Um LED verde acende se o teste for bem-sucedido; um LED vermelho está aceso e um alarme soa se o teste falhar.

NOTA: É recomendado sempre usar as tradicionais pulseiras contra descargas eletrostáticas com aterramento e tapete antiestático de proteção durante a manutenção dos produtos Dell. Além disso, é essencial manter as peças sensíveis separadas de todas as peças isolantes ao fazer manutenção do computadores.

Transporte de componentes sensíveis

Quando for transportar componentes sensíveis a descargas eletrostáticas, como peças de substituição ou peças a serem devolvidas à Dell, é essencial colocar essas peças nos invólucros antiestáticos para assegurar um transporte seguro.

Levantamento de equipamentos

Siga as diretrizes a seguir ao levantar equipamento pesado:

CUIDADO: Não levante mais do que 50 libras. Sempre obtenha recursos adicionais ou use um dispositivo de levantamento mecânico.

1. Tenha uma base firme e equilibrada. Mantenha seus pés afastados para formar uma base estável, com os pés virados para fora.
2. Contraia a musculatura abdominal. A musculatura abdominal suporta a sua coluna quando você levanta, compensando a força da carga.
3. Levante com as pernas, não com as costas.
4. Mantenha a carga próxima. Quanto mais próxima estiver da sua coluna, menos força exercerá sobre as suas costas.
5. Mantenha as costas eretas, seja levantando ou abaixando a carga. Não adicione o peso do seu corpo à carga. Evite torcer o corpo e as costas.
6. Siga a mesma técnica na ordem inversa para descer a carga.

Após trabalhar na parte interna do computador

Sobre esta tarefa

CUIDADO: Deixar parafusos soltos na parte interna do computador pode danificar gravemente o computador.

Etapas

1. Recoloque todos os parafusos e verifique se nenhum parafuso foi esquecido dentro do computador.
2. Conecte todos os dispositivos externos, periféricos e cabos que removeu antes de trabalhar no computador.
3. Recoloque todas as placas de mídia, discos e quaisquer outros componentes que tenham sido removidos antes de trabalhar no computador.
4. Conecte o computador e todos os dispositivos conectados às suas tomadas elétricas.
5. Ligue o computador.

BitLocker

CUIDADO: Se o BitLocker não for suspenso antes de o BIOS ser atualizado, a chave do BitLocker não será reconhecida na próxima vez que você reiniciar o computador. A chave de recuperação precisará ser informada para que você possa prosseguir, e o computador pedirá a chave de recuperação em cada reinicialização. Se a chave de recuperação não for reconhecida, isso poderá resultar em perda de dados ou em uma reinstalação desnecessária do sistema operacional. Para saber mais, consulte o artigo de conhecimento: Atualização do BIOS em computadores Dell com o BitLocker ativado.

A instalação dos seguintes componentes aciona o BitLocker:

- Unidade de disco rígido ou unidade de estado sólido

DRAFT

- Placa de sistema

Ferramentas recomendadas

Os procedimentos descritos neste documento podem exigir as seguintes ferramentas:

- Chave de fenda Phillips nº 1
- Chave de fenda Phillips nº 2
- Chave plástica

Lista de parafusos

NOTA: Ao remover parafusos de um componente, é recomendável anotar o tipo do parafuso e a quantidade de parafusos e, em seguida, coloque-os em uma caixa de armazenamento de parafusos. Isto é feito para garantir que o número correto de parafusos e tipo correto de parafuso sejam recuperados quando o componente for recolocado.

NOTA: Alguns computadores têm superfícies magnéticas. Certifique-se de que os parafusos não fiquem presos nessas superfícies ao recolocar um componente.

NOTA: A cor do parafuso pode variar dependendo da configuração solicitada.

Tabela 23. Lista de parafusos

Componente	Tipo do parafuso	Quantidade	Imagem do parafuso
Tampa lateral	Parafuso prisioneiro	1	
Unidade de estado sólido M.2 2230/2280	M2x3.5	1	
Placa de WLAN	M2x3.5	1	
Antena interna WLAN	M3x3	2	
Tampa da fonte de alimentação	#6-32	1	
Fonte de alimentação de 1500 W	#6-32	4	
Fonte de alimentação de 360 W	#6-32	3	
Conjunto do ventilador e dissipador de calor de 125 W do processador	Parafuso prisioneiro	4	
Conjunto do ventilador e dissipador de calor de 65 W do processador	Parafuso prisioneiro	4	
Dissipador de calor do regulador de tensão	Parafuso prisioneiro	2	

DRAFT

Tabela 23. Lista de parafusos (continuação)

Componente	Tipo do parafuso	Quantidade	Imagem do parafuso
Ventilador frontal 1	M3x5	1	
Ventilador frontal 2	M3x5	1	
Ventilador traseiro (PSU de 1500 W)	M3x5	1	
Placa de sistema	#6-32 M2	10 2	 
Módulos opcionais • DisplayPort • HDMI • LAN • Thunderbolt • USB • VGA	M2x4	2	
Módulo óptico de 5 GbE opcional	M2x4	3	

Principais componentes do Dell Pro Max Tower T2 FCT2250

A imagem a seguir mostra os principais componentes do Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

DRAFT

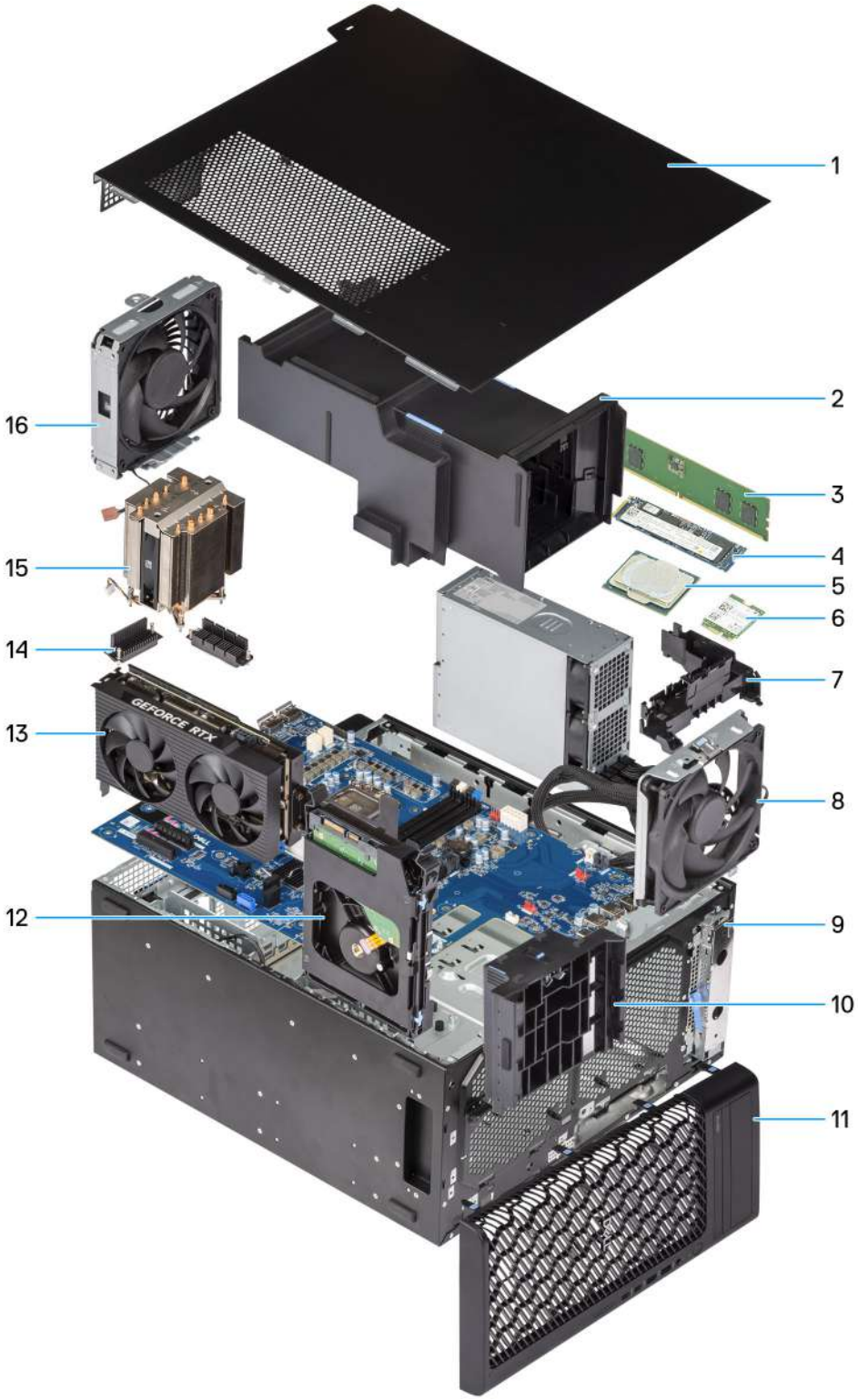


Figura 8. Principais componentes do Dell Pro torre Plus FCT2250

1. Tampa lateral
2. Defletor de ar
3. Módulo de memória
4. Unidade de estado sólido M.2 2280
5. Processador
6. Placa de WLAN
7. Hub de cabos

DRAFT

8. Ventilador traseiro do sistema
9. Flexbay frontal de 5,25 polegadas
10. Suporte da extremidade da GPU
11. Tampa frontal
12. Disco rígido de 3,5 polegadas
13. Placa gráfica alimentada
14. Dissipador de calor do regulador de tensão
15. Dissipador de calor do processador
16. Ventilador do sistema frontal

NOTA: A Dell Technologies oferece uma lista de componentes e seus números de peça para a configuração original do sistema adquirida. Essas peças são disponibilizadas de acordo com as coberturas de garantia adquiridas pelo cliente. Entre em contato com o representante de vendas Dell para obter as opções de compra.

DRAFT

5

Tampa lateral

Removendo a tampa lateral

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.

NOTA: Certifique-se de remover o cabo de segurança do slot do cabo de segurança (se aplicável).

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização da tampa lateral e são uma representação visual do procedimento de remoção.



Figura 9. Removendo a tampa lateral

DRAFT



Figura 10. Removendo a tampa lateral

Etapas

1. Solte o parafuso prisioneiro que prende a tampa lateral do computador.
2. Puxe a trava de liberação para soltar a tampa do computador.
3. Abra a tampa lateral para o lado do computador e levante a tampa removendo-a do chassi.

Instalando a tampa lateral

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização da tampa lateral e são uma representação visual do procedimento de instalação.

DRAFT



Figura 11. Instalando a tampa lateral

DRAFT



Figura 12. Instalando a tampa lateral

Etapas

1. Alinhe as abas na tampa lateral com os slots no chassi.
2. Pressione a tampa lateral em direção à lateral do computador para instalá-la.
3. A trava de liberação bloqueia automaticamente a tampa superior no computador.
4. Aperte o único parafuso prisioneiro para prender a tampa lateral ao computador.

Próximas etapas

1. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

DRAFT

6

Defletor de ar

Removendo o defletor de ar

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova o Removendo a tampa lateral.

NOTA: Remover o defletor de ar desconecta o módulo do ventilador da memória, pois o módulo do ventilador da memória é integrado ao defletor de ar.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do defletor de ar e fornecem uma representação visual do procedimento de remoção.



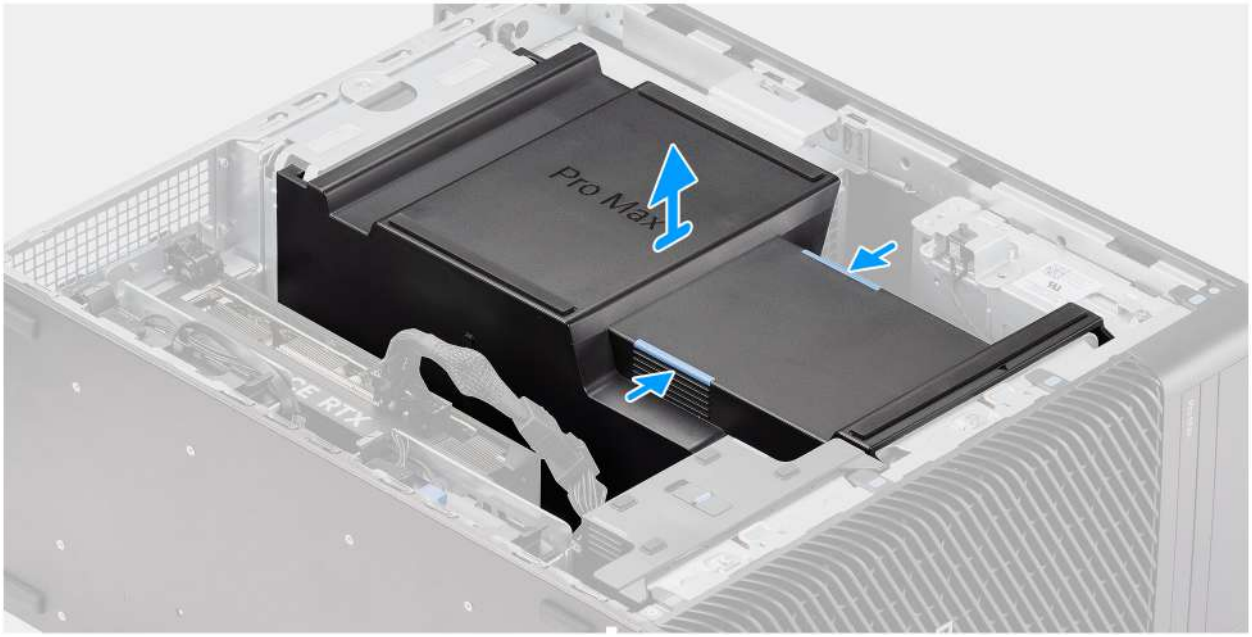


Figura 13. Removendo o defletor de ar

Etapas

1. Segure o defletor de ar nos pontos de agarramento.
2. Puxe o defletor de ar para cima e para fora do computador.

DRAFT

Instalando o defletor de ar

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

NOTA: Como o módulo do ventilador da memória é integrado ao refletor de ar, a instalação do defletor de ar conecta o módulo do ventilador da memória.

NOTA: Passe todos os cabos de alimentação pela tampa do defletor de ar inferior para evitar a interferência na instalação do defletor de ar.

Sobre esta tarefa

A imagem a seguir indica a localização do defletor de ar e é uma representação visual do procedimento de instalação.

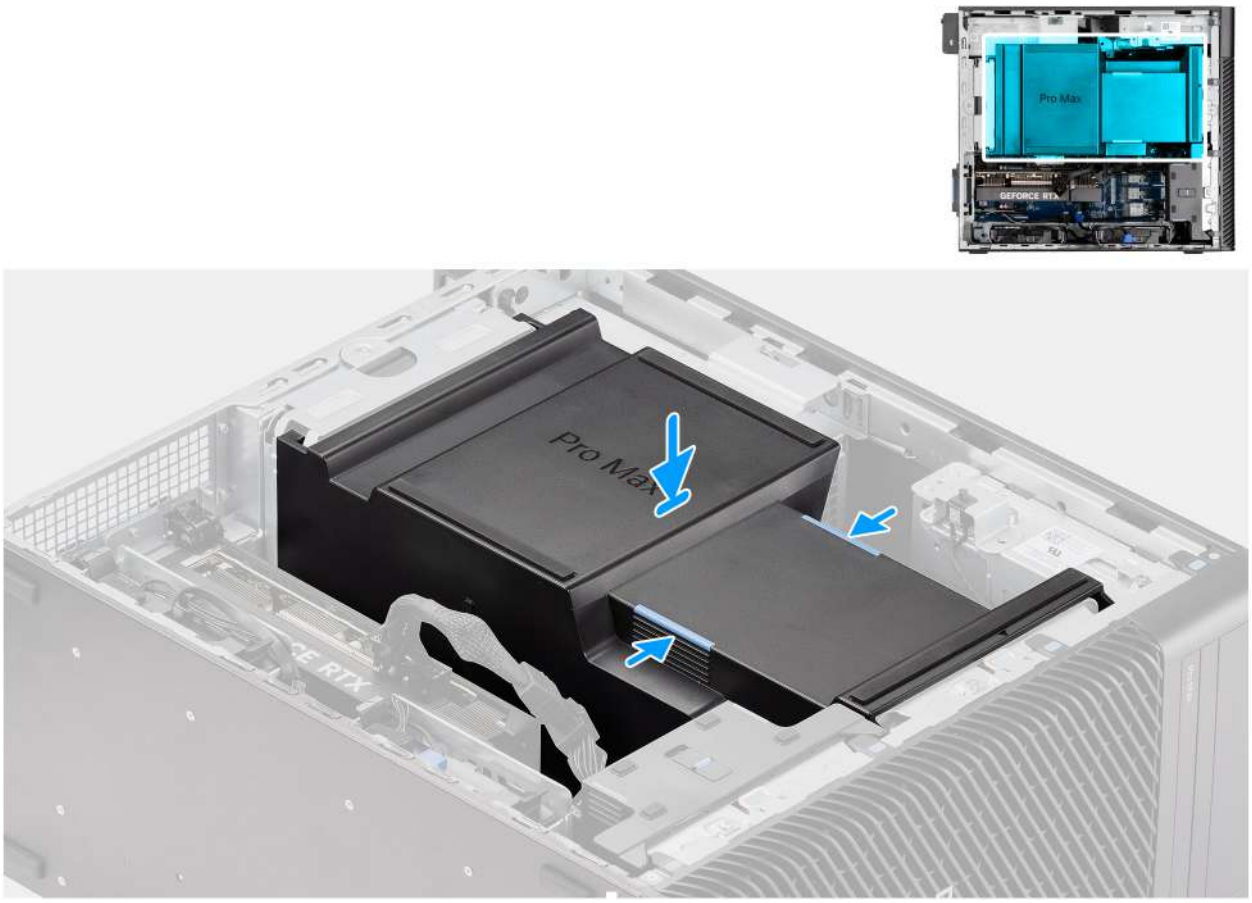


Figura 14. Instalando o defletor de ar

Etapas

1. Alinhe o defletor de ar segurando-o sobre o dissipador de calor e a placa de sistema e coloque-o no slot.
2. Pressione o defletor de ar para baixo até que as abas encaixem no lugar.

Próximas etapas

1. Instale a tampa lateral.
2. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

DRAFT

7

Bateria de célula tipo moeda

Removendo a bateria de célula tipo moeda

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização da bateria de célula tipo moeda e são uma representação visual do procedimento de remoção.

CUIDADO: A remoção da bateria de célula tipo moeda limpa o CMOS e redefine as configurações do BIOS.

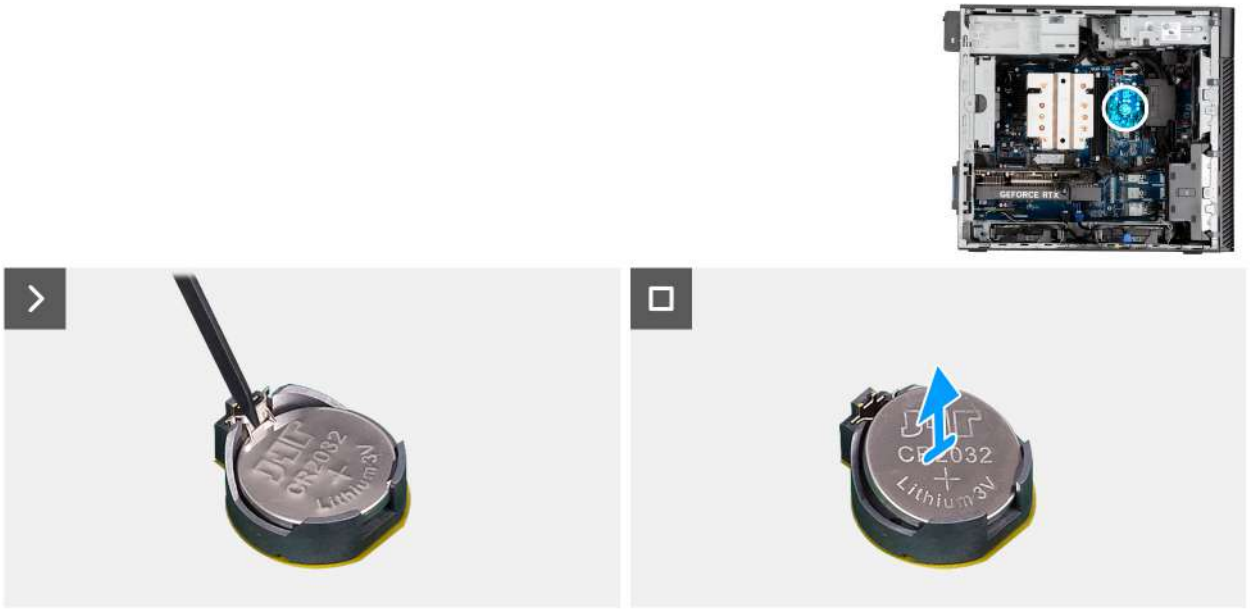


Figura 15. Removendo a bateria de célula tipo moeda

Etapas

1. Usando uma chave plástica, force delicadamente a bateria de célula tipo moeda para fora do slot na placa de sistema.
2. Remova a bateria de célula tipo moeda do computador.

Instalando a bateria de célula tipo moeda

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização da bateria de célula tipo moeda e são uma representação visual do procedimento de instalação.

DRAFT

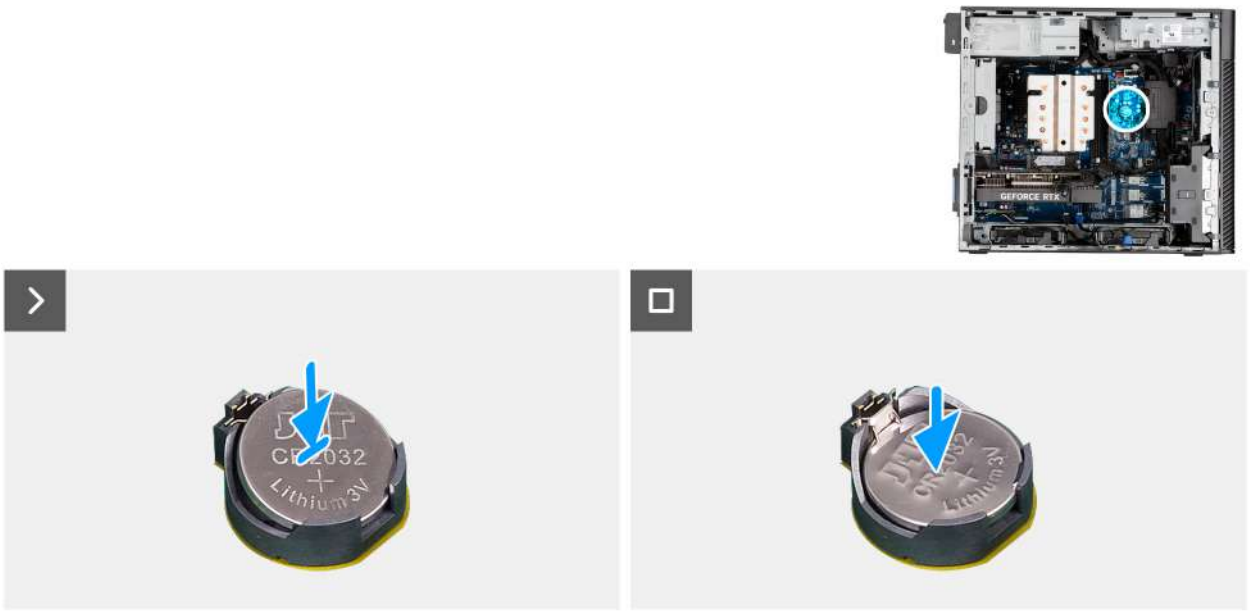


Figura 16. Instalando a bateria de célula tipo moeda

Etapas

1. Insira a bateria com o lado "+" virado para cima e deslize-a por baixo das presilhas de fixação no lado positivo do conector.
2. Pressione a bateria no conector até encaixá-la no lugar.

Próximas etapas

1. Instale o defletor de ar.
2. Instale a tampa lateral.
3. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

DRAFT

8

Como remover e instalar as CRUs (Customer Replaceable Units, unidades substituíveis pelo cliente)

Os componentes substituíveis neste capítulo são as CRUs (Customer Replaceable Units, unidades substituíveis do cliente).

CUIDADO: Os clientes só podem substituir as unidades substituíveis pelo cliente (CRUs) seguindo as precauções de segurança e os procedimentos de substituição.

NOTA: As imagens neste documento podem ser diferentes do seu computador, dependendo da configuração que você encomendou.

Tampa frontal

Removendo a tampa frontal

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização da tampa frontal e são uma representação visual do procedimento de remoção.

DRAFT



Figura 17. Removendo a tampa frontal

Etapas

1. Erga as abas de retenção para soltar a tampa frontal do computador.
2. Puxe levemente a tampa frontal e gire-a com cuidado para liberar as outras abas da tampa dos slots no chassi do computador.
3. Remova a tampa frontal do computador.

Instalando a tampa frontal

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização da tampa frontal e são uma representação visual do procedimento de instalação.

DRAFT



Figura 18. Instalando a tampa frontal

Etapas

1. Posicione a tampa frontal para alinhar as abas da borda aos slots no chassi.
2. Pressione a tampa frontal até as abas se encaixarem no lugar com um clique.

Próximas etapas

1. Instale a tampa lateral.
2. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Suporte de E/S frontal

Removendo o suporte de E/S frontal

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova a tampa frontal.

DRAFT

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do suporte frontal de E/S e são uma representação visual do procedimento de remoção.

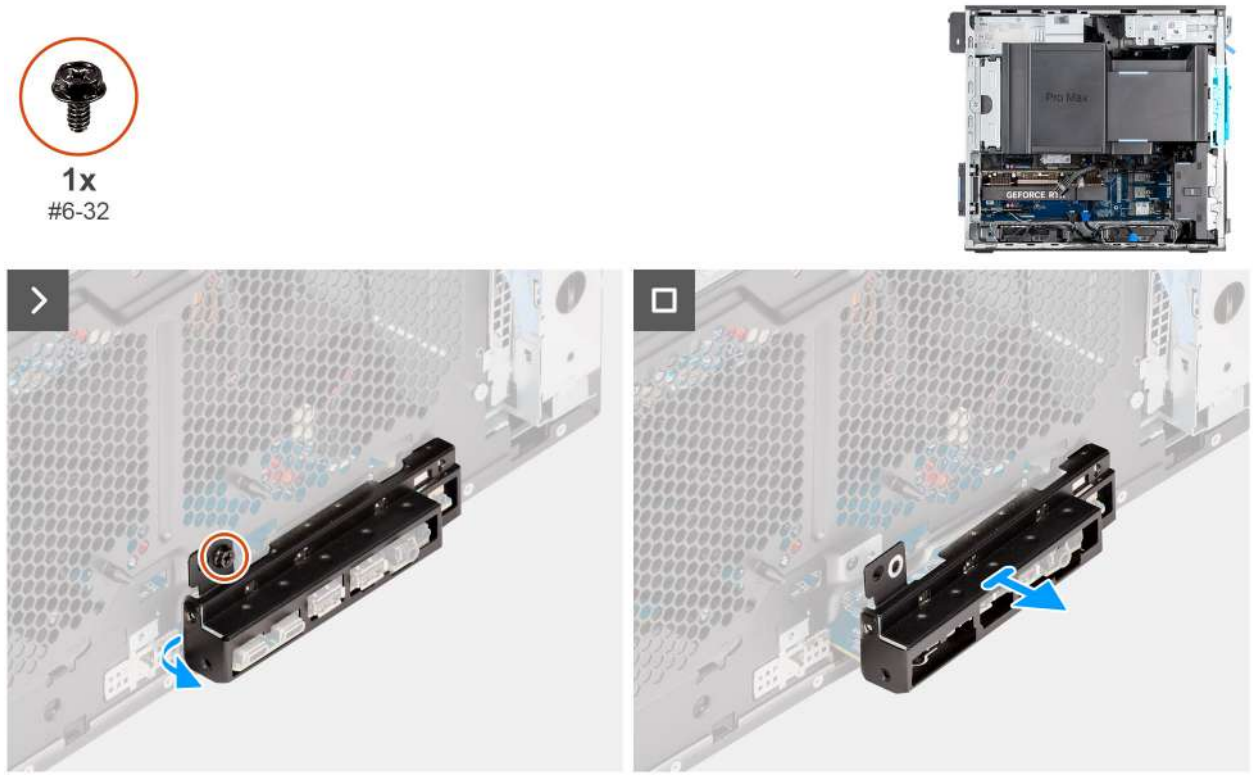


Figura 19. Removendo o suporte de E/S frontal

Etapas

1. Remova o parafuso (#6-32) que fixa o suporte de E/S frontal no chassi.
2. Deslize e remova o suporte de E/S frontal do chassi.

Instalando o suporte de E/S frontal

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do suporte frontal de E/S e são uma representação visual do procedimento de instalação.

DRAFT



Figura 20. Instalando o suporte de E/S frontal

Etapas

1. Alinhe e deslize o suporte frontal de E/S no seu slot no chassi.
2. Recoloque o parafuso (#6-32) para prender o suporte de E/S frontal no chassi.

Próximas etapas

1. Instale a tampa frontal.
2. Instale a tampa lateral.
3. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Alto-falante interno

Removendo o alto-falante interno

CUIDADO: As informações nesta seção sobre a remoção destinam-se apenas a técnicos de serviço autorizados.

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.

NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do alto-falante interno e são uma representação visual do procedimento de remoção.

DRAFT

Figura 21. Removendo o alto-falante interno

Etapas

1. Desconecte o cabo do alto-falante interno do conector na placa de sistema.
2. Remova o cabo do alto-falante interno pelo encaixe no chassi.
3. Deslize e remova o alto-falante interno do chassi.

Instalando o alto-falante interno

CUIDADO: As informações nesta seção sobre a instalação destinam-se apenas a técnicos de serviço autorizados.

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do alto-falante interno e são uma representação visual do procedimento de instalação.

Figura 22. Instalando o alto-falante interno

Etapas

1. Alinhe os orifícios no alto-falante interno com a haste de alinhamento no chassi.
2. Insira o alto-falante interno no slot.
3. Passe o cabo do alto-falante interno pelo encaixe na parte frontal do chassi.
4. Conecte o cabo do alto-falante interno ao conector na placa de sistema.

Próximas etapas

1. Instale o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

2. Instale a tampa lateral.
3. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Memória

Removendo o módulo de memória

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

Sobre esta tarefa

A imagem a seguir indica a localização do módulo de memória e apresenta uma representação visual do procedimento de remoção.

DRAFT

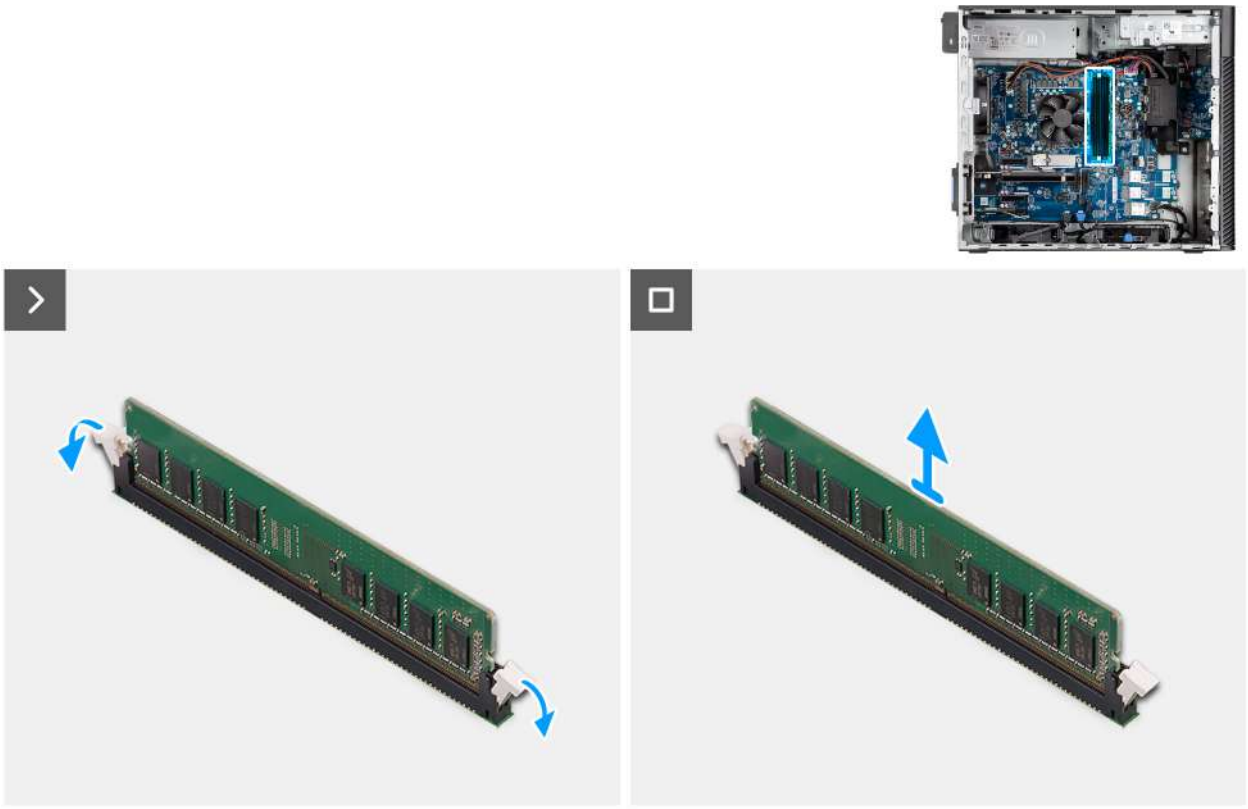


Figura 23. Removendo o módulo de memória

Etapas

1. Puxe os clipes de fixação de ambos os lados do módulo de memória até que ele se solte.
2. Deslize e remova o módulo de memória do slot módulo-memória.

> **CUIDADO: Para evitar danos no módulo de memória, segure-o pelas bordas. Não toque nos componentes nem nos contatos metálicos do módulo de memória, pois a descarga eletrostática (ESD) pode causar danos graves aos componentes. Para saber mais sobre a proteção contra descargas eletrostáticas, consulte Proteção contra descargas eletrostáticas.**

Instalando o módulo de memória

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

Sobre esta tarefa

A imagem a seguir indica a localização do módulo de memória e apresenta uma representação visual do procedimento de instalação.

DRAFT

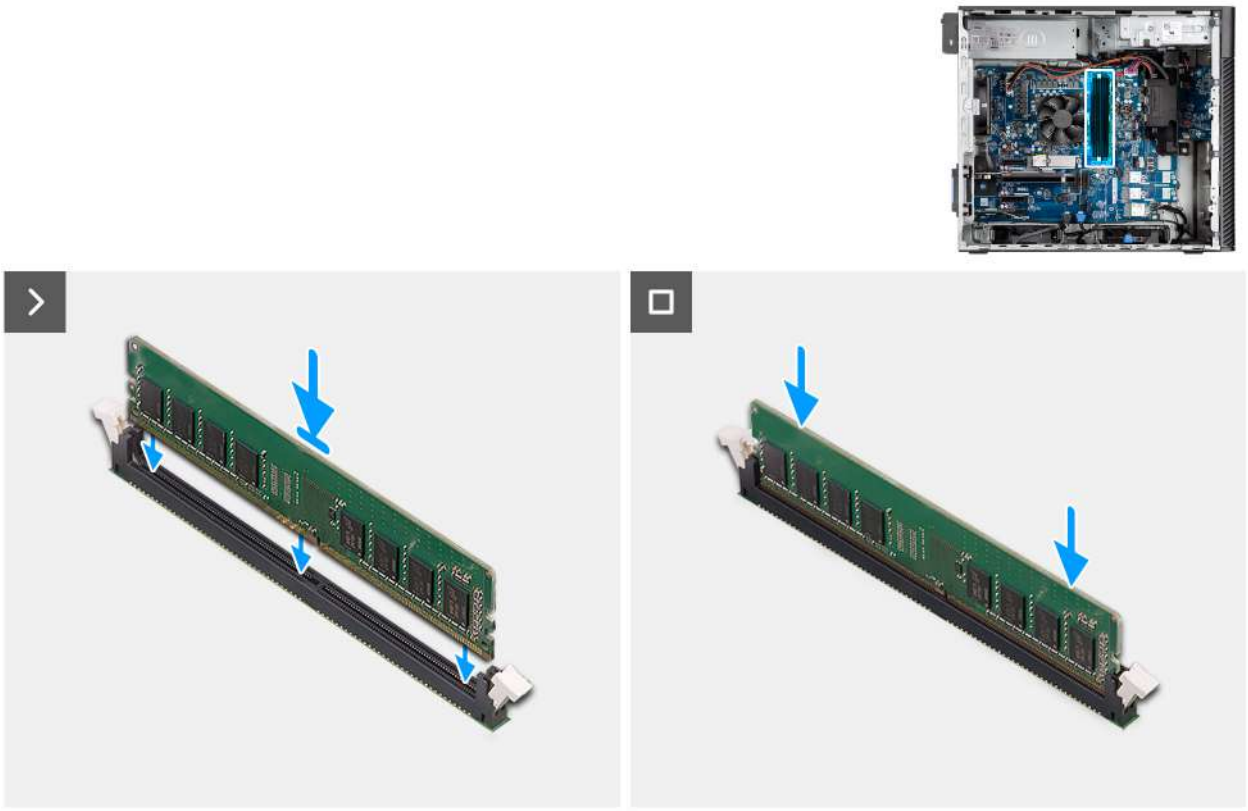


Figura 24. Instalando o módulo de memória

Etapas

1. Alinhe o entalhe do módulo de memória com a aba do slot módulo-memória.
2. Deslize firmemente o módulo de memória com uma leve inclinação e pressione-o até encaixá-lo no lugar.

NOTA: Se o módulo de memória não estiver firme, remova-o e reinstale-o.

CUIDADO: Para evitar danos no módulo de memória, segure-o pelas bordas. Não toque nos componentes nem nos contatos metálicos do módulo de memória, pois a descarga eletrostática (ESD) pode causar danos graves aos componentes. Para saber mais sobre a proteção contra descargas eletrostáticas, consulte Proteção contra descargas eletrostáticas.

Próximas etapas

1. Instale o defletor de ar.
2. Instale a tampa lateral.
3. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Disco rígido

Removendo o conjunto do disco rígido de 3,5 polegadas (compartimento 1)

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova a tampa frontal.

DRAFT

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do conjunto do disco rígido de 3,5 polegadas (compartimento 1) e são uma representação visual do procedimento de remoção.



Figura 25. Removendo o conjunto do disco rígido de 3,5 polegadas do compartimento 1

Etapas

1. Desconecte os cabos de alimentação e de dados do módulo do disco rígido de 3,5 polegadas.
2. Pressione as abas de fixação para soltar o conjunto do disco rígido do chassi.
3. Deslize o conjunto do disco rígido para fora do chassi.

Removendo o conjunto do disco rígido de 3,5 polegadas (compartimento 2)

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova a tampa frontal.

DRAFT

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do conjunto do disco rígido de 3,5 polegadas (compartimento 2) e são uma representação visual do procedimento de remoção.



Figura 26. Removendo o conjunto do disco rígido de 3,5 polegadas (compartimento 2)

Etapas

1. Desconecte os cabos de alimentação e de dados do módulo do disco rígido de 3,5 polegadas.
2. Pressione as abas de fixação para soltar o conjunto do disco rígido do chassi.
3. Deslize o conjunto do disco rígido para fora do chassi.

Removendo o suporte do disco rígido de 3,5 polegadas

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o conjunto do disco rígido de 3,5 polegadas (compartimento 1) ou o conjunto do disco rígido de 3,5 polegadas (compartimento 2).

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do suporte do disco rígido de 3,5 polegadas e são uma representação visual do procedimento de remoção.

DRAFT

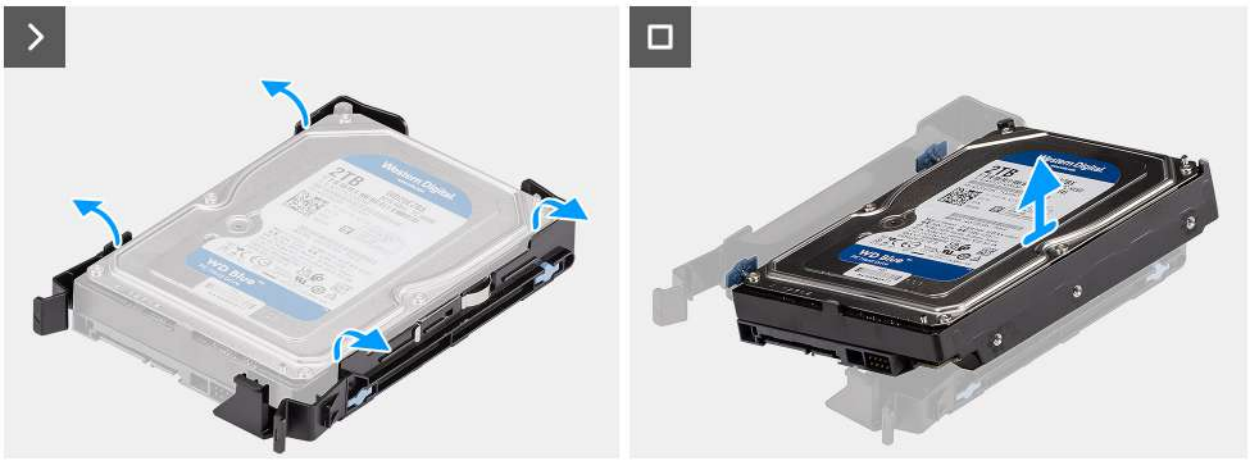


Figura 27. Removendo o suporte do disco rígido de 3,5 polegadas

Etapas

1. Force um lado da borda do suporte do disco rígido para soltar as abas no suporte dos slots no disco rígido.
2. Levante e remova o disco rígido do respectivo suporte.

Instalando o suporte do disco rígido de 3,5 polegadas

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do suporte do disco rígido de 3,5 polegadas e são uma representação visual do procedimento de instalação.

DRAFT



Figura 28. Instalando o suporte do disco rígido de 3,5 polegadas

Etapas

1. Coloque o disco rígido no respectivo suporte e alinhe as abas no suporte com os slots do disco rígido.
2. Encaixe o disco rígido no respectivo suporte.

Próximas etapas

1. Instale o conjunto do disco rígido de 3,5 polegadas (compartimento 1) ou o conjunto do disco rígido de 3,5 polegadas (compartimento 2).
2. Instale a tampa lateral.
3. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Instalando o conjunto do disco rígido de 3,5 polegadas (compartimento 2)

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização da montagem do disco rígido de 3,5 polegadas (compartimento 2) e são uma representação visual do procedimento de instalação.

DRAFT

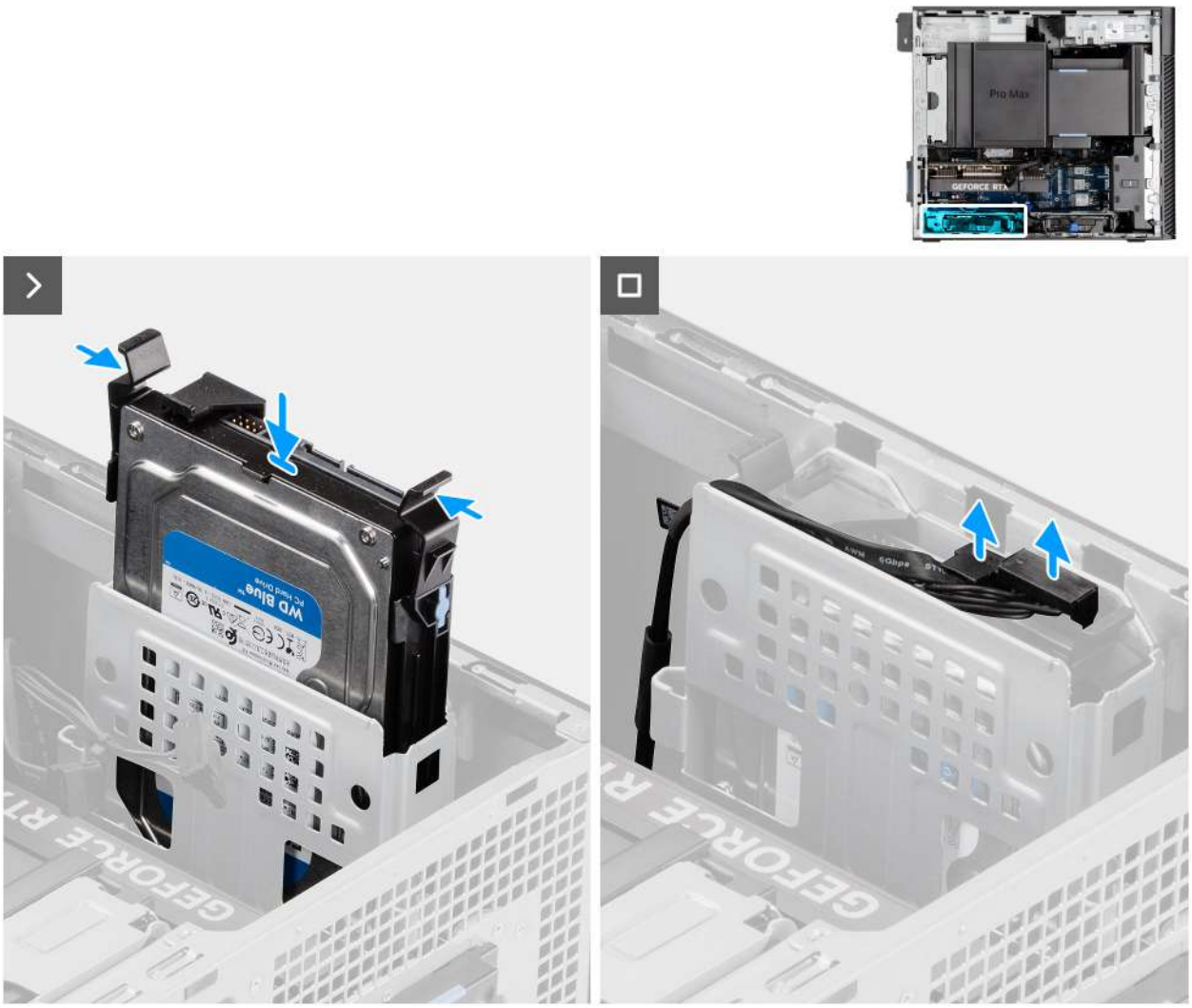


Figura 29. Instalando o conjunto do disco rígido de 3,5 polegadas (compartimento 2)

Etapas

1. Deslize e insira o conjunto do disco rígido de 3,5 polegadas no slot do disco rígido.
2. Passe o cabo de alimentação e o cabo de dados pelas guias de roteamento no conjunto do disco rígido e conecte os cabos ao disco rígido.

Próximas etapas

1. Instale a tampa frontal.
2. Instale a tampa lateral.
3. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Instalando o conjunto do disco rígido de 3,5 polegadas (compartimento 1)

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do conjunto do disco rígido de 3,5 polegadas e são uma representação visual do procedimento de instalação.

DRAFT

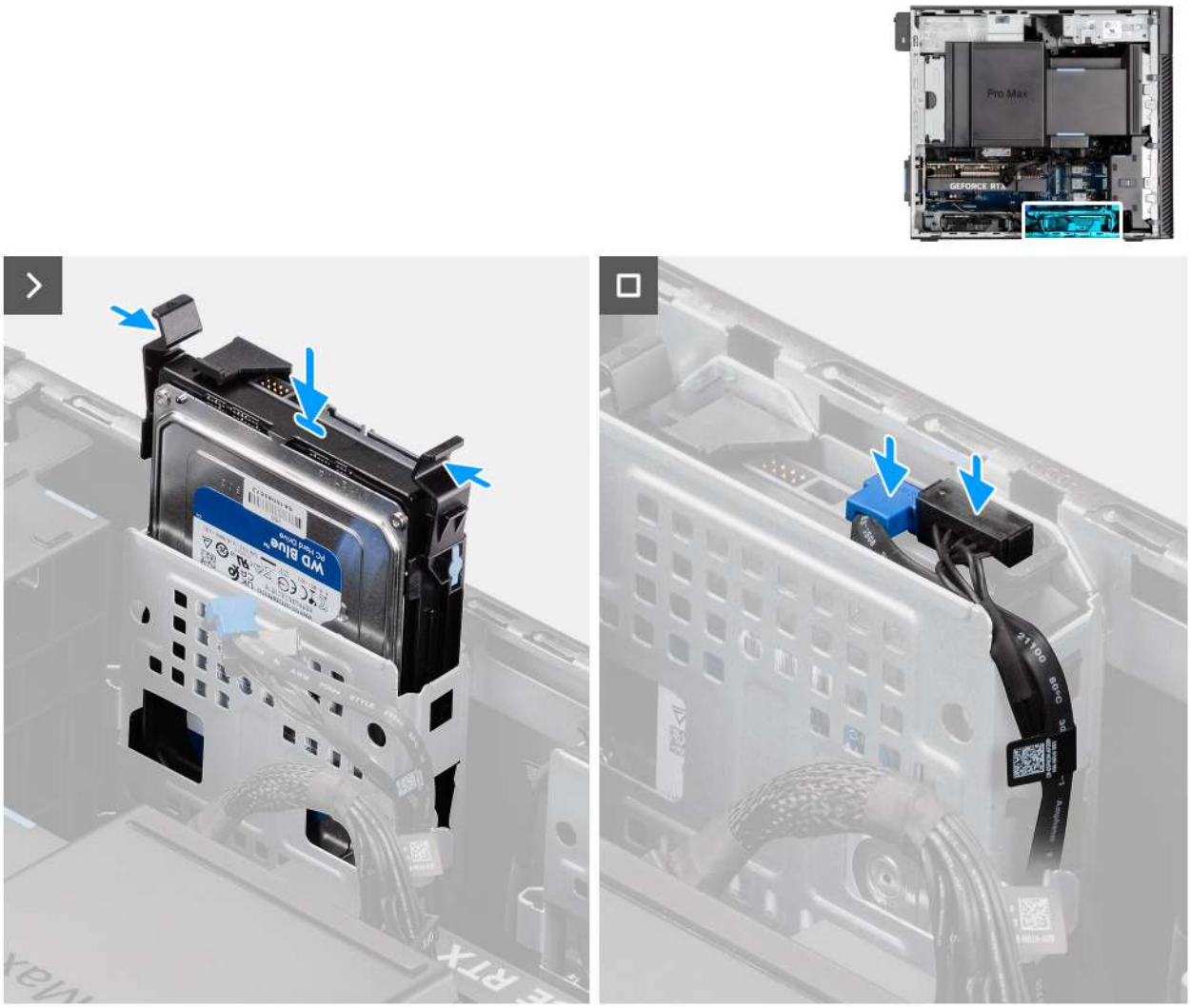


Figura 30. Instalando o conjunto do disco rígido de 3,5 polegadas do compartimento 1

Etapas

1. Deslize e insira o conjunto do disco rígido de 3,5 polegadas no slot do disco rígido.
2. Passe o cabo de alimentação e o cabo de dados pelas guias de roteamento no conjunto do disco rígido e conecte os cabos ao disco rígido.

Próximas etapas

1. Instale a tampa frontal.
2. Instale a tampa lateral.
3. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Unidade de estado sólido

Removendo a unidade de estado sólido PCIe M.2 2230

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.

DRAFT

NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização da unidade de estado sólido e são uma representação visual do procedimento de remoção.

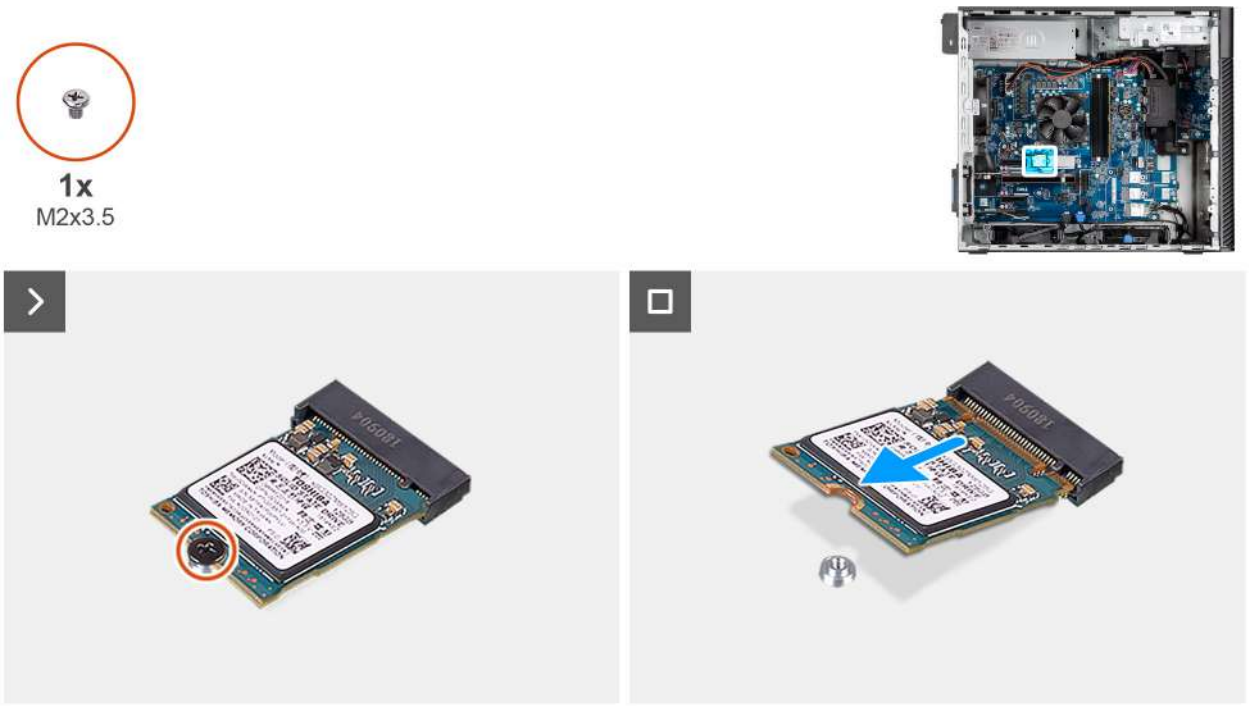


Figura 31. Removendo a unidade de estado sólido PCIe M.2 2230

Etapas

1. Remova o parafuso (M2x3.5) que prende a unidade de estado sólido à placa de sistema.
2. Deslize e remova a unidade de estado sólido da placa de sistema.

Instalando a unidade de estado sólido PCIe M.2 2230

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização da unidade de estado sólido e são uma representação visual do procedimento de instalação.

NOTA: Para computadores fornecidos com uma fonte de alimentação de 360 W, a SSD-2 deve ser instalada com um ventilador frontal de chassi. Os clientes devem entrar em contato com o departamento de vendas da Dell para adquirir o kit SSD CUS e o ventilador frontal de chassi adicional. Siga os procedimentos para instalar o ventilador frontal do chassi.

NOTA: A instalação da unidade de estado sólido no slot-1 requer a instalação de um dissipador de calor térmico.

NOTA: Siga os procedimentos abaixo para instalar a unidade de estado sólido nos slots SSD-1 e SSD-2.

DRAFT

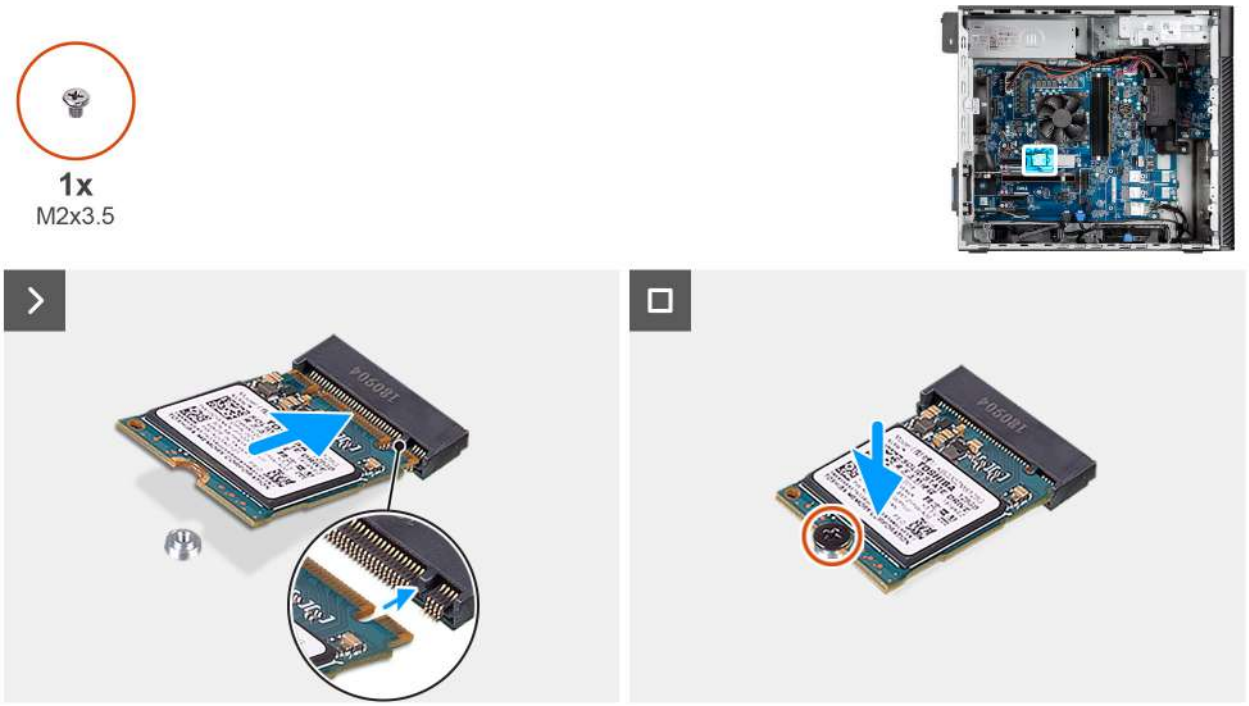


Figura 32. Instalando a unidade de estado sólido PCIe M.2 2230

Etapas

1. Alinhe o entalhe na unidade de estado sólido com a aba no conector da unidade de estado sólido.
2. Insira a unidade de estado sólido em ângulo no slot na placa de sistema.

   NOTA: Ao substituir uma unidade de estado sólido M.2 2280 de uma unidade de estado sólido M.2 2230, certifique-se de mover a porca do espaçador para a posição do slot da unidade de estado sólido M.2 2230.

3. Recoloque o parafuso (M2x3.5) para prender a unidade de estado sólido M.2 2230 à placa de sistema.

Próximas etapas

1. Instale o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

2. Instale a tampa lateral.
3. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Removendo a unidade de estado sólido PCIe M.2 2280

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização da unidade de estado sólido e são uma representação visual do procedimento de remoção.

DRAFT

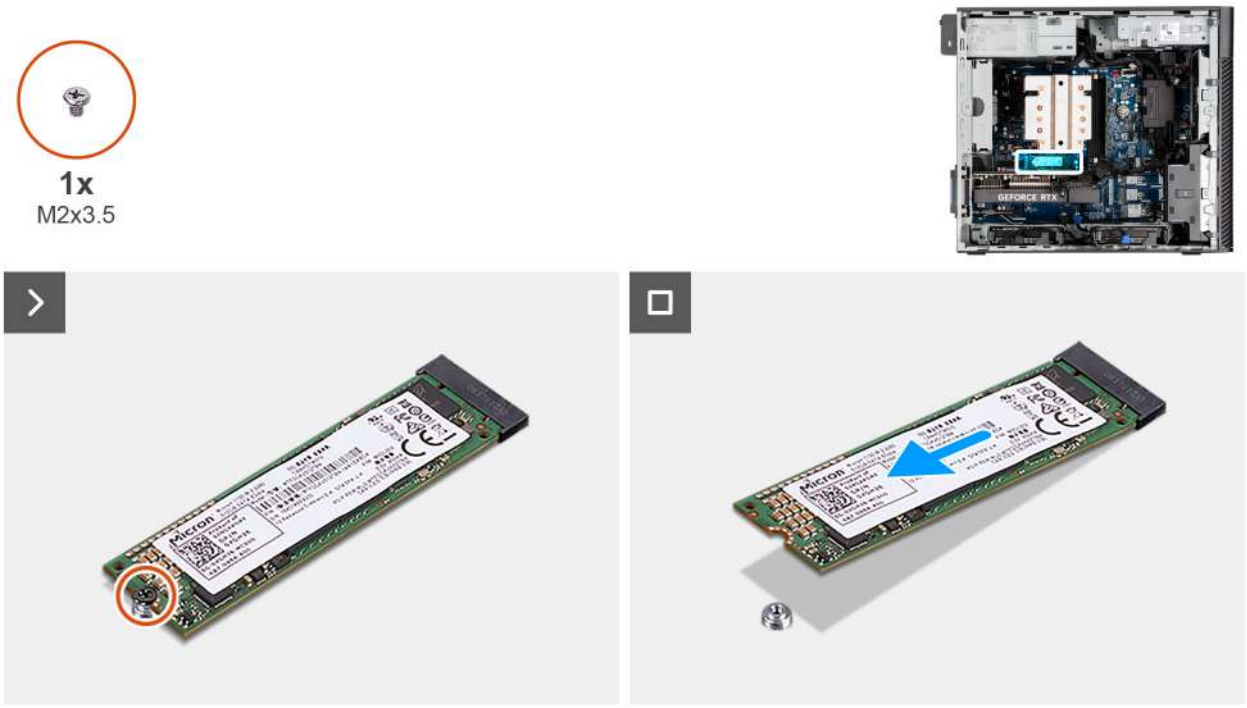


Figura 33. Removendo a unidade de estado sólido PCIe M.2 2280

Etapas

1. Remova o parafuso (M2x3.5) que prende a unidade de estado sólido à placa de sistema.
2. Deslize e remova a unidade de estado sólido da placa de sistema.

Instalando a unidade de estado sólido PCIe M.2 2280

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização da unidade de estado sólido e são uma representação visual do procedimento de instalação.

NOTA: Para computadores fornecidos com uma fonte de alimentação de 360 W, a SSD2 deve ser instalada com um ventilador frontal de chassi. Os clientes devem entrar em contato com o departamento de vendas da Dell para adquirir o kit SSD CUS e o ventilador frontal de chassi adicional. Siga os procedimentos para instalar o ventilador frontal do chassi.

NOTA: A instalação da unidade de estado sólido no slot-1 requer a instalação de um dissipador de calor térmico.

NOTA: Siga os procedimentos abaixo para instalar a unidade de estado sólido nos slots SSD-2 e SSD-3.

DRAFT

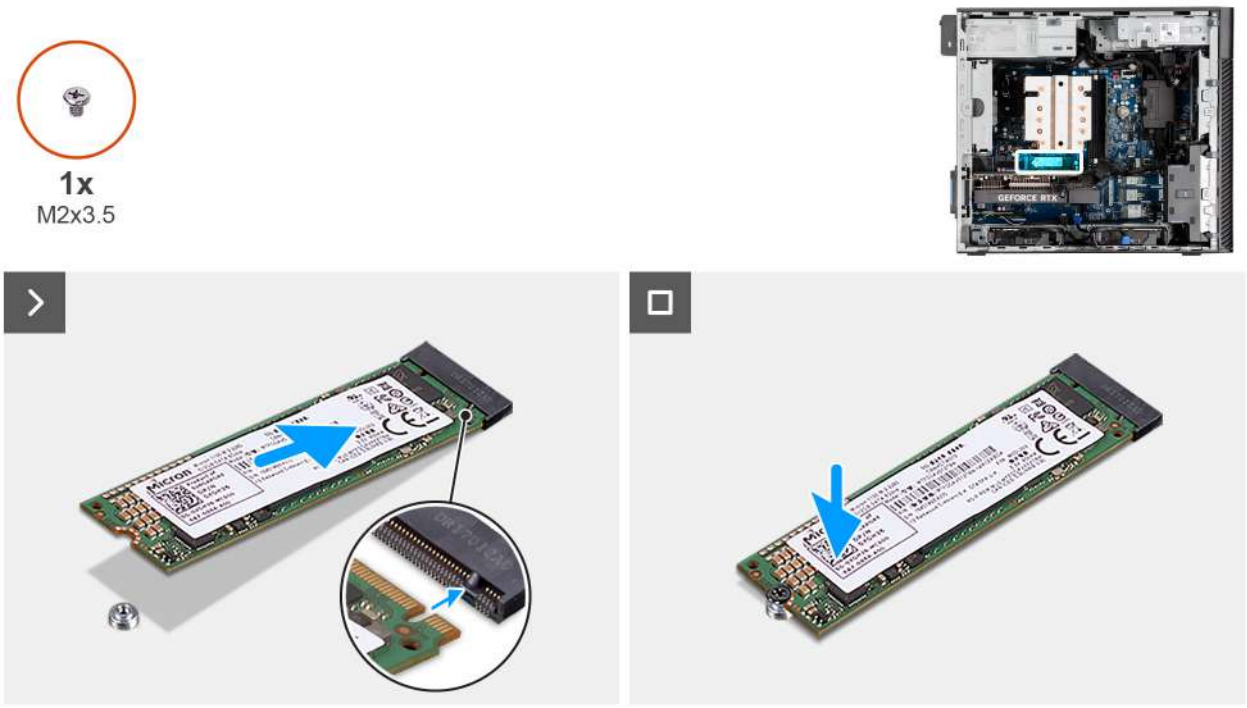


Figura 34. Instalando a unidade de estado sólido PCIe M.2 2280

Etapas

1. Alinhe o entalhe na unidade de estado sólido com a aba no conector da unidade de estado sólido.
2. Insira a unidade de estado sólido no slot na placa de sistema.

   NOTA: Ao substituir uma unidade de estado sólido M.2 2230 por uma M.2 2280, mova a porca do espaçador para a posição do slot da unidade de estado sólido M.2 2280.

3. Recoloque o parafuso (M2x3.5) para prender a unidade de estado sólido M.2 2280 à placa de sistema.

   NOTA: Repita o procedimento acima para instalar outras unidades de estado sólido.

Próximas etapas

1. Instale o defletor de ar.
2. Instale a tampa lateral.
3. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Suporte da extremidade da GPU

Removendo o suporte da extremidade da GPU

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.

NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

NOTA: O suporte da extremidade da GPU é um componente opcional que é incluso com algumas configurações de GPU dedicadas. Ele não é incluso com configurações de GPU integradas.

DRAFT

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do suporte da extremidade da GPU e são uma representação visual do procedimento de remoção.

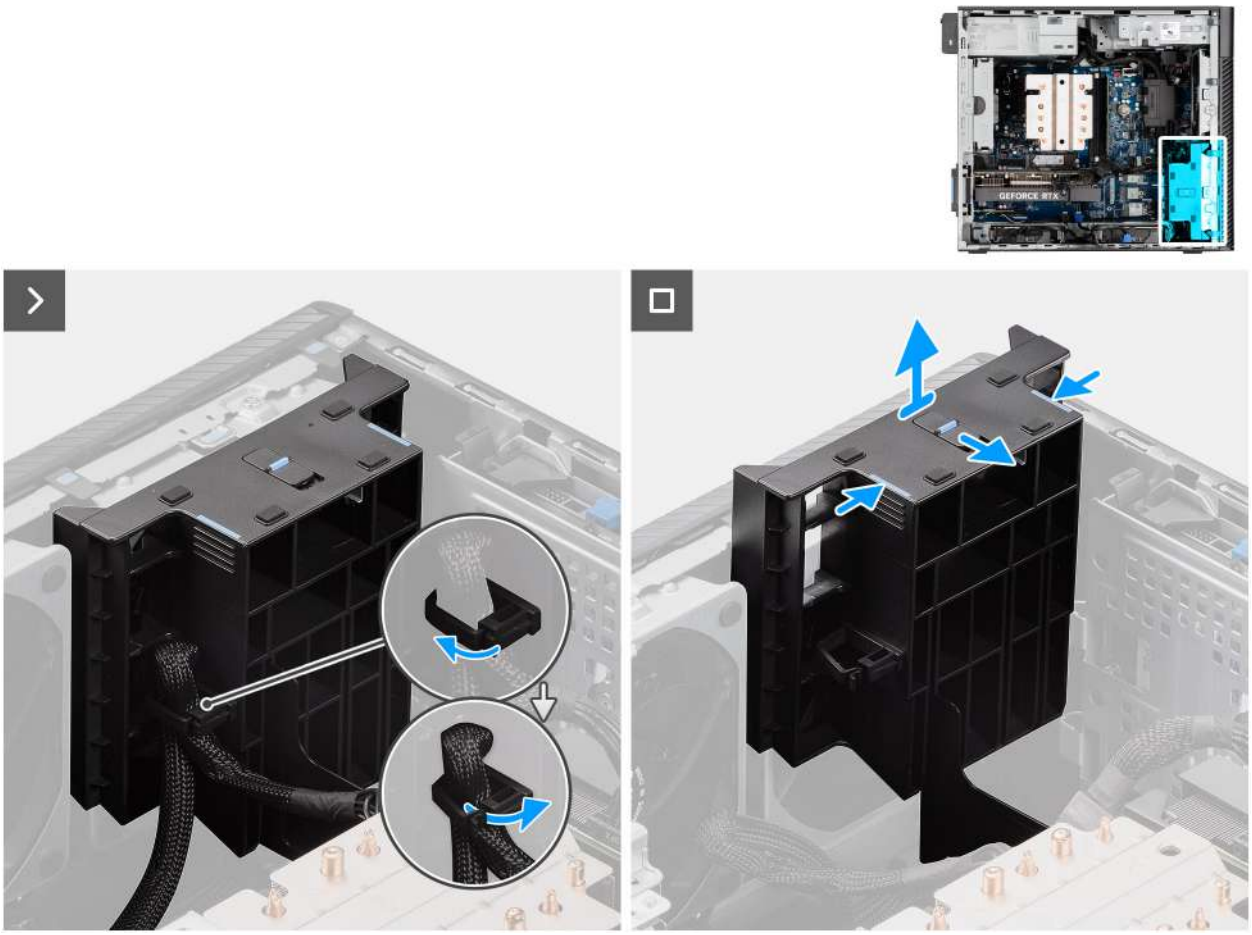


Figura 35. Removendo o suporte da extremidade da GPU

Etapas

1. Retire o cabo de alimentação da placa gráfica do clipe de retenção no suporte da extremidade da GPU.
2. Deslize a trava para a posição destravada no suporte da extremidade da GPU.
3. Pressione as abas de retenção em ambos os lados do suporte da extremidade da GPU para soltá-lo.
4. Levante e remova o suporte da extremidade da GPU do computador.

Instalando o suporte da extremidade da GPU

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do suporte da extremidade da GPU e são uma representação visual do procedimento de instalação.

DRAFT

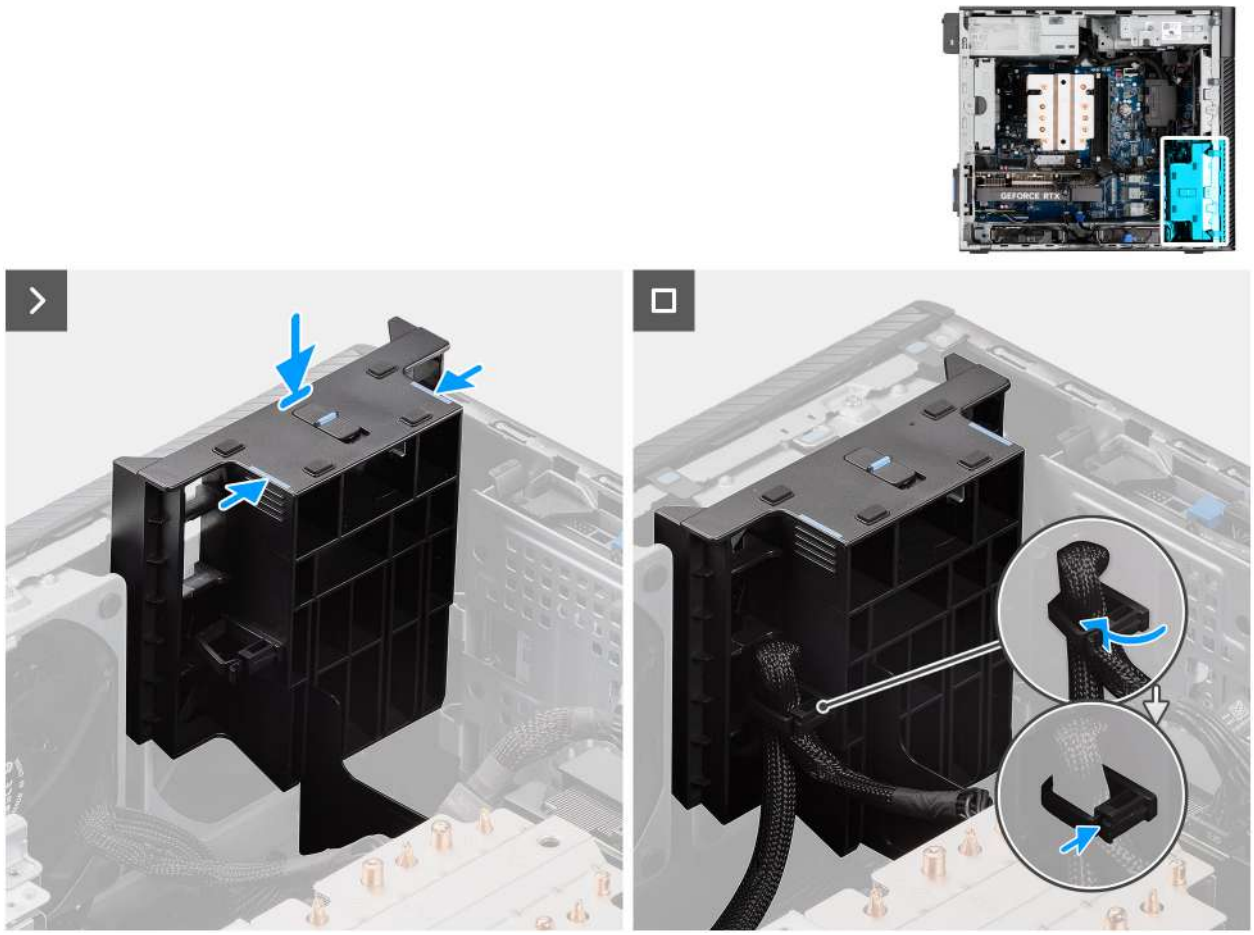


Figura 36. Instalando o suporte da extremidade da GPU

Etapas

1. Posicione o suporte da extremidade da GPU para que fique alinhado aos slots no chassi do computador.
2. Pressione o suporte da extremidade da GPU para baixo até encaixá-lo no lugar.
3. Deslize a trava para a posição travada no suporte da extremidade da GPU.
4. Passe o cabo de alimentação da placa gráfica pelo clipe de retenção no suporte da extremidade da GPU.
5. Pressione e trave o clipe de retenção para prender o cabo de alimentação da placa gráfica.

Próximas etapas

1. Instale o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

2. Instale a tampa lateral.
3. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Placa gráfica

Removendo a placa gráfica

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.

DRAFT

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização da placa gráfica e fornecem uma representação visual do procedimento de remoção.



Figura 37. Removendo a placa gráfica

Etapas

1. Pressione a aba de puxar para baixo para abrir a porta PCIe.
2. Remova o parafuso (M3x5) que fixa a placa gráfica ao slot PCIe.
3. Pressione e mantenha pressionada a aba de fixação no slot da placa gráfica e retire a placa gráfica do respectivo slot.
4. Insira o preenchimento da placa de proteção.
5. Levante a aba de puxar para fechar a porta PCIe.

Instalando a placa gráfica

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

DRAFT

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização da placa gráfica e são uma representação visual do procedimento de instalação.



Figura 38. Instalando a placa gráfica

Etapas

1. Pressione a aba de puxar para baixo para abrir a porta PCIe.
2. Remova o preenchimento da placa de proteção.
3. Alinhe a placa gráfica com o conector da placa PCI-Express na placa de sistema.
4. Usando a haste de alinhamento, conecte a placa gráfica ao conector e pressione-a para baixo com firmeza. Certifique-se de que a placa esteja encaixada corretamente.
5. Substitua o parafuso (M3x5) para fixar a placa gráfica ao slot PCIe.
6. Levante a aba de puxar para fechar a porta PCIe.

Próximas etapas

1. Instale a tampa lateral.
2. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

DRAFT

Removendo a placa gráfica energizada

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o suporte da extremidade da GPU

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização da placa gráfica alimentada e são uma representação visual do procedimento de remoção.



Figura 39. Removendo a placa gráfica energizada

Etapas

1. Pressione a aba de puxar para baixo para abrir a porta PCIe.
2. Desconecte o cabo de alimentação do conector na placa gráfica alimentada.
3. Remova o parafuso (M3x5) que fixa a placa gráfica ao slot PCIe.

DRAFT

4. Mantenha pressionada a aba de fixação no slot da placa gráfica e levante a placa gráfica energizada do slot da placa gráfica.
5. Levante a aba de puxar para fechar a porta PCIe.

Instalando a placa gráfica energizada

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização da placa gráfica alimentada e são uma representação visual do procedimento de instalação.



Figura 40. Instalando a placa gráfica energizada

Etapas

1. Alinhe a placa gráfica com o conector da placa PCI-Express na placa de sistema.

DRAFT

2. Usando a haste de alinhamento, conecte a placa gráfica ao conector e pressione-a para baixo com firmeza. Certifique-se de que a placa esteja encaixada corretamente.
3. Substitua o parafuso (M3x5) para fixar a placa gráfica ao slot PCIe.
4. Conecte o cabo de alimentação ao conector na placa gráfica alimentada.
5. Levante a aba de puxar para fechar a porta PCIe.

Próximas etapas

1. Instale o suporte da extremidade da GPU
2. Instale a tampa lateral.
3. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Placa de rede sem fio

Removendo a placa de rede sem fio

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.

NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

Sobre esta tarefa

A imagem a seguir indica a localização da placa de rede sem fio e é uma representação visual do procedimento de remoção.

DRAFT

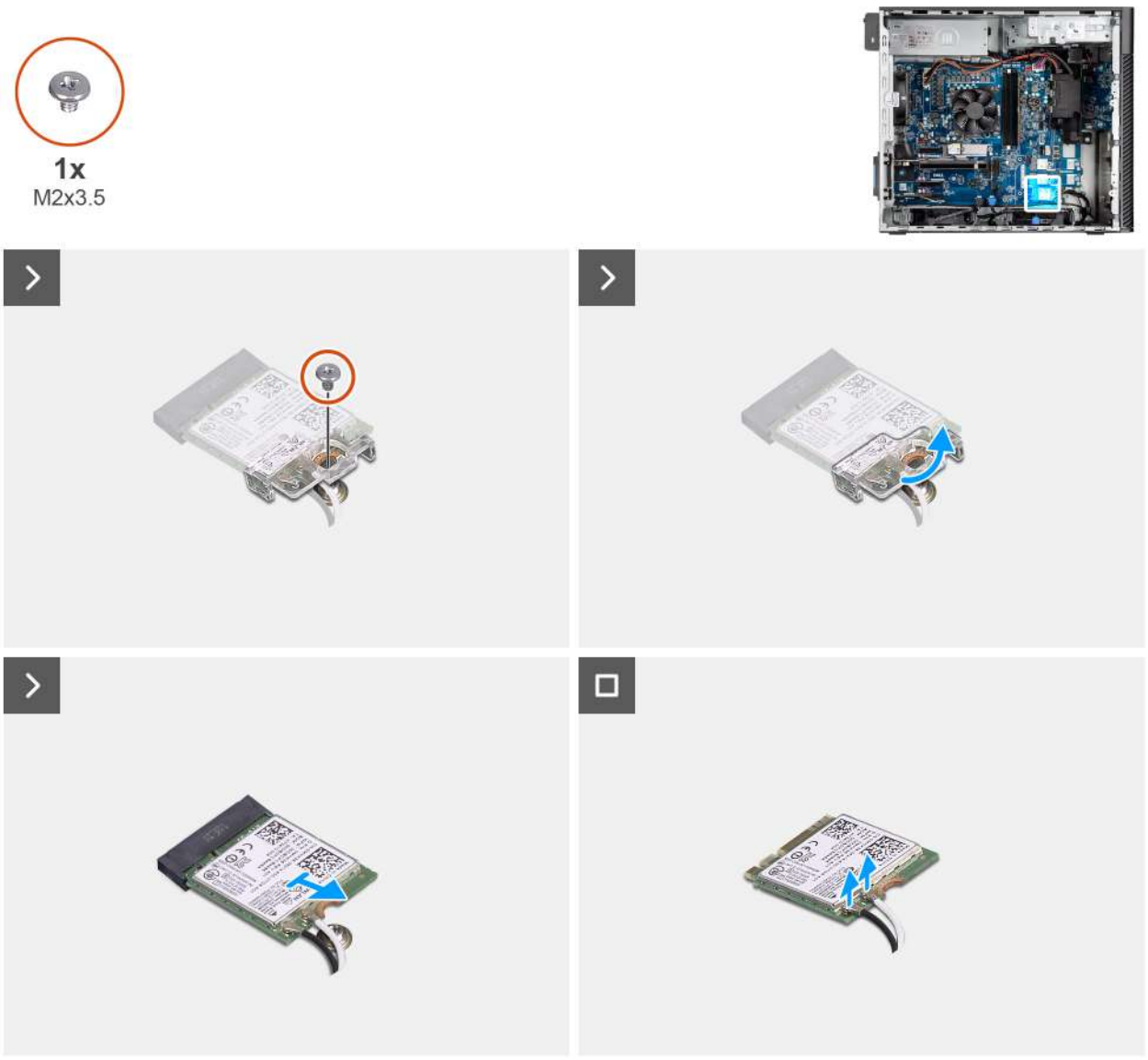


Figura 41. Removendo a placa de rede sem fio

Etapas

1. Remova o parafuso (M2x3.5) que prende a placa de rede sem fio à placa de sistema.
2. Deslize e remova o suporte da placa de rede sem fio da respectiva placa.
3. Desconecte os cabos da antena da placa sem fio.
4. Deslize e remova a placa de rede sem fio em um ângulo do a partir do respectivo slot (M.2 WLAN).

Instalando a placa de rede sem fio

Pré-requisitos

Se for substituir um componente, remova o componente existente antes de executar o processo de instalação.

Sobre esta tarefa

A imagem a seguir indica a localização da placa de rede sem fio e é uma representação visual do procedimento de instalação.

DRAFT

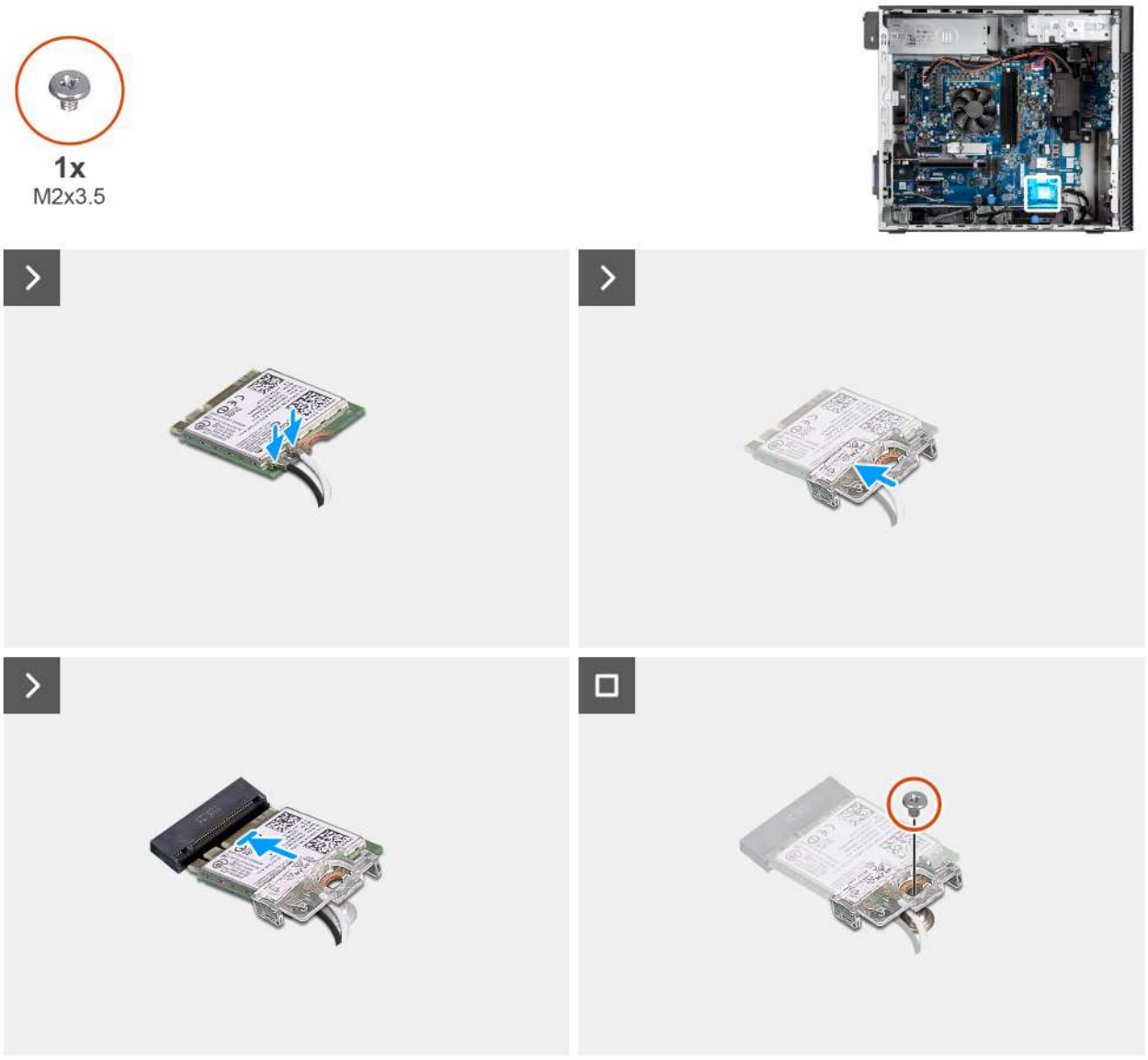


Figura 42. Instalando a placa de rede sem fio

Etapas

1. Conecte os cabos da antena à placa de rede sem fio.

Tabela 24. Esquema de cores do cabo da antena

Conector na placa de rede sem fio	Cor do cabo da antena	Marcação de impressão serigráfica	
Main	Branco	MAIN	△ (triângulo branco)
Auxiliar	Preto	AUX	▲ (triângulo preto)

2. Deslize e coloque o suporte da placa de rede sem fio na respectiva placa.
3. Alinhe o entalhe na placa de rede sem fio com a aba no slot da placa de rede sem fio (M.2 WLAN).
4. Insira a placa de rede sem fio inclinada no respectivo slot.
5. Substitua o parafuso (M2x3.5) que fixa a placa de rede sem fio na placa de sistema.

Próximas etapas

1. Instale o defletor de ar.

DRAFT

NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

2. Instale a tampa lateral.
3. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Sensor de violação

Removendo o sensor de violação

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.

NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do sensor de violação e são uma representação visual do procedimento de remoção.

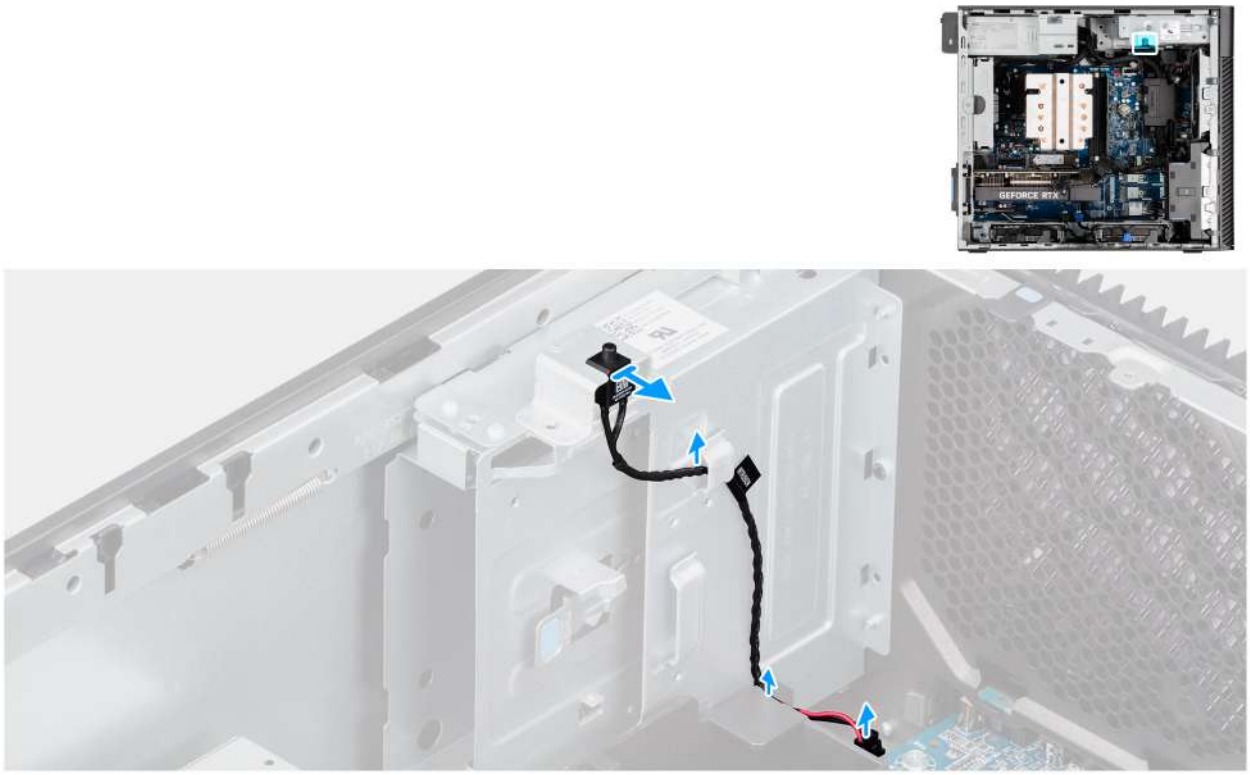


Figura 43. Removendo o sensor de violação

Etapas

1. Desconecte o cabo do switch de violação do conector na placa de sistema e remova-o da guia de passagem.
2. Deslize e remova o sensor de violação do chassi.

DRAFT

Instalando o sensor de violação

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

Sobre esta tarefa

A imagem a seguir indica a localização da chave de violação e fornece uma representação visual do procedimento de instalação.

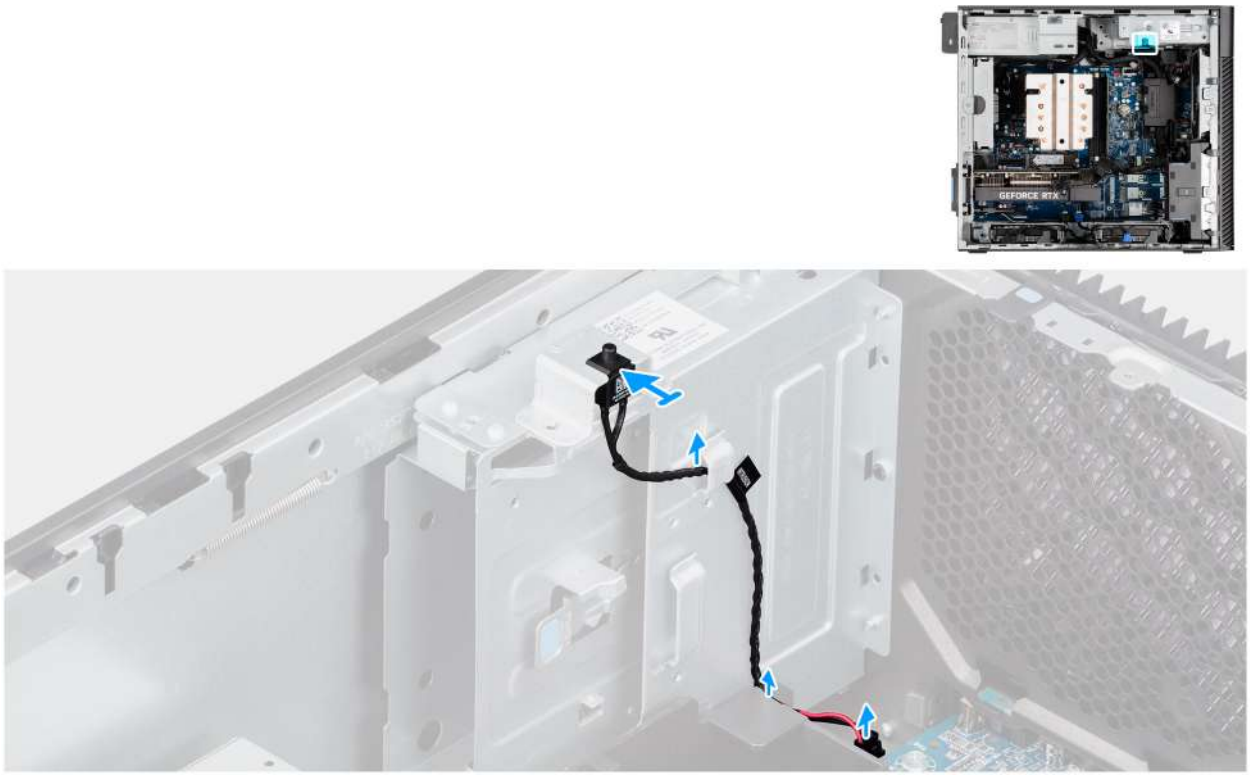


Figura 44. Instalando o sensor de violação

Etapas

1. Insira o interruptor de invasão no respectivo slot e deslize o sensor para fixá-lo no slot.
2. Passe os cabos de switch de violação pela guia de roteamento e conecte o cabo de violação ao conector na placa de sistema.

Próximas etapas

1. Instale o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

2. Instale a tampa lateral.
3. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Ventilador

Removendo o ventilador frontal

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.

DRAFT

2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.

NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do ventilador do chassi e são uma representação visual do procedimento de remoção.

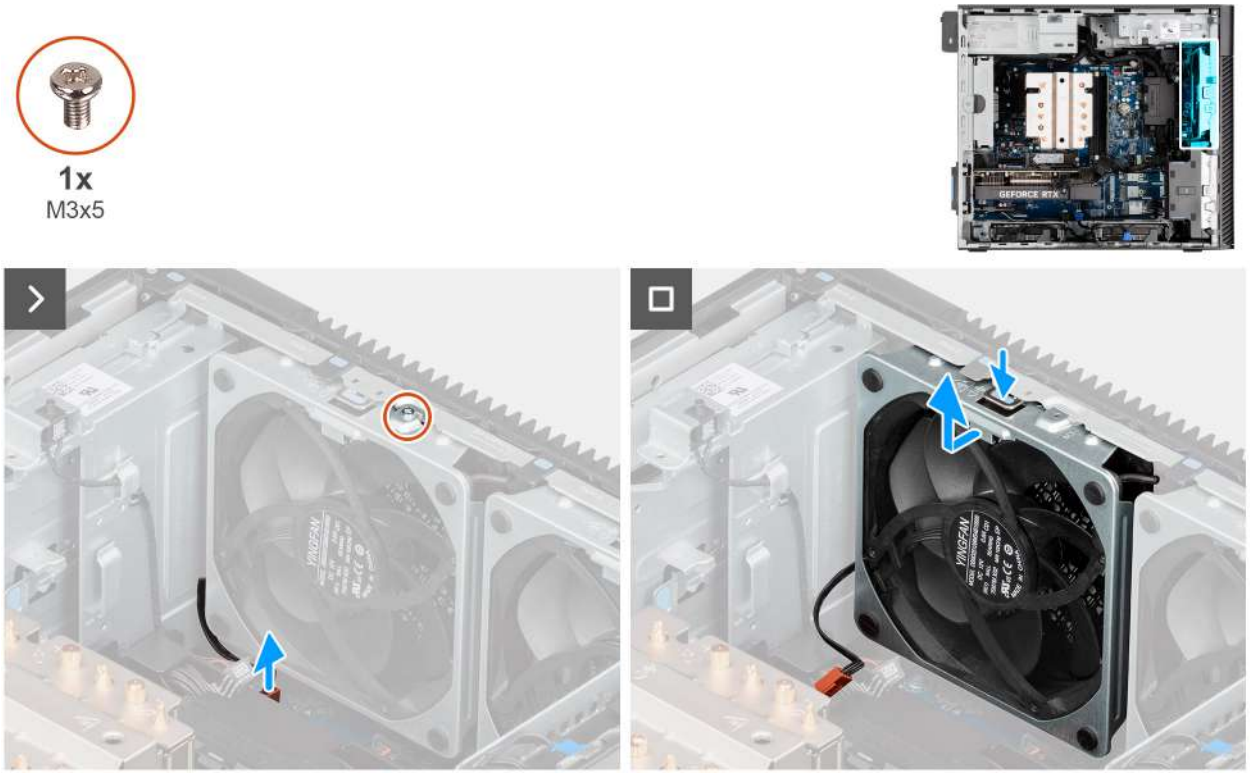


Figura 45. Ventilador frontal 1

DRAFT



Figura 46. Ventilador frontal 2

Etapas

1. Remova o parafuso (M3x5) que fixa o ventilador 1 no chassi.
2. Desconecte o cabo do ventilador do conector na placa de sistema.
3. Pressione a aba para soltar o ventilador do chassi do slot.
4. Com uma leve inclinação, levante o ventilador do chassi e remova-o.

NOTA: Siga o procedimento da etapa 1 à etapa 4 para o ventilador 2.

Instalando o ventilador frontal

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do ventilador do chassi e são uma representação visual do procedimento de instalação.

DRAFT



Figura 47. Ventilador frontal 1



Figura 48. Ventilador frontal 2

Etapas

1. Alinhe as guias no ventilador com os slots no chassi.
2. Insira o ventilador do chassi levemente inclinado nos slots no chassi.

DRAFT

3. Pressione o ventilador do chassi no slot até que a guia de liberação se encaixe no lugar.
4. Conecte o cabo do ventilador ao respectivo conector na placa de sistema.
5. Recoloque o parafuso (M3x5) para prender o ventilador 1 ao chassi.

NOTA: Siga o procedimento da etapa 1 à etapa 5 para o ventilador 2.

Próximas etapas

1. Instale o defletor de ar.

NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

2. Instale a tampa lateral.
3. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Removendo o ventilador traseiro de computadores com PSU de 360 W

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do ventilador traseiro e são uma representação visual do procedimento de remoção.



Figura 49. Removendo o ventilador traseiro de computadores com PSU de 360 W

Etapas

1. Desconecte o cabo do ventilador do conector na placa de sistema.
2. Localize a posição dos pinos de borracha.
3. Puxe cuidadosamente os pinos de borracha para soltar o ventilador do chassi.
4. Remova o ventilador do chassi.

DRAFT

Instalando o ventilador traseiro para computadores com PSU de 360 W

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do ventilador traseiro e são uma representação visual do procedimento de instalação.



Figura 50. Instalando o ventilador traseiro para computadores com PSU de 360 W

Etapas

1. Insira os pinos de borracha no chassi.
2. Alinhe os slots no ventilador com os pinos de borracha no chassi.
3. Passe os pinos de borracha pelos slots no ventilador e puxe-os até que o ventilador se encaixe na posição.
4. Conecte o cabo do ventilador ao respectivo conector na placa de sistema.

Próximas etapas

1. Instale a tampa lateral.
2. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Removendo o ventilador traseiro de computadores com PSU de 1500 W

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.

DRAFT

NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do ventilador do chassi e são uma representação visual do procedimento de remoção.

Figura 51. Removendo o ventilador traseiro de computadores com PSU de 1500 W

Etapas

1. Remova o parafuso (M3x5) que prende o ventilador do computador ao chassi.
2. Desconecte o cabo do ventilador do conector na placa de sistema.
3. Remova o ventilador do chassi.

Instalando o ventilador traseiro para computadores com PSU de 1500 W

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do ventilador do chassi e são uma representação visual do procedimento de instalação.

Figura 52. Instalando o ventilador traseiro para computadores com PSU de 1500 W

Etapas

1. Alinhe e coloque o ventilador no chassi.
2. Conecte o cabo do ventilador ao respectivo conector na placa de sistema.
3. Recoloque o parafuso (M3x5) para prender o ventilador no chassi.

Próximas etapas

1. Instale o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

2. Instale a tampa lateral.
3. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Unidade de fonte de alimentação

Removendo a fonte de alimentação de 1.500 W

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.
4. Remova o conjunto do dissipador de calor de 125 W ou o conjunto do dissipador de calor de 65 W.

NOTA: Observe a passagem de todos os cabos ao removê-los, de modo a poder recolocá-los corretamente quando estiver recolocando a unidade da fonte de alimentação.

DRAFT

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização da fonte de alimentação e são uma representação visual do procedimento de remoção.

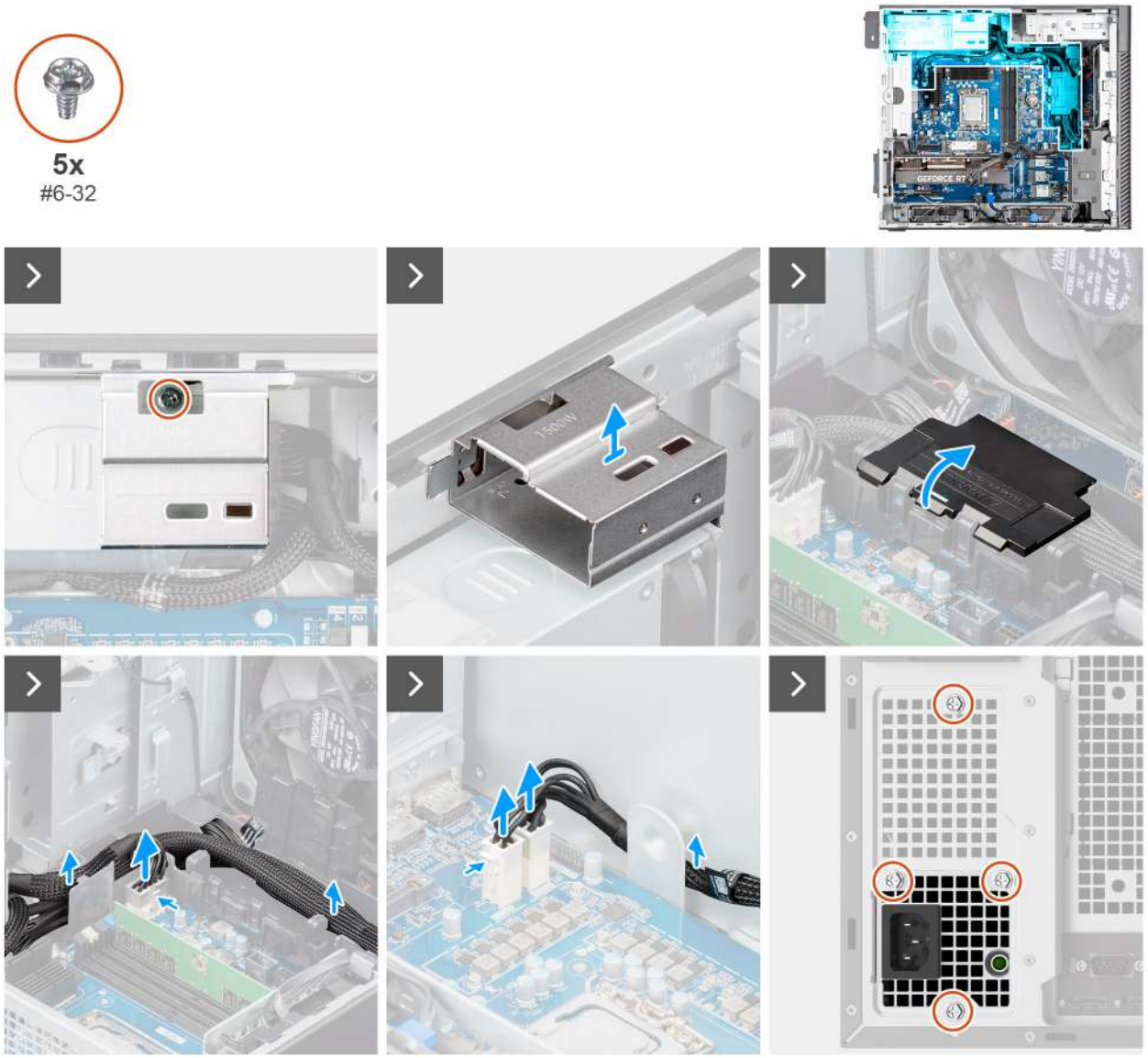


Figura 53. Removendo a fonte de alimentação de 1.500 W

DRAFT

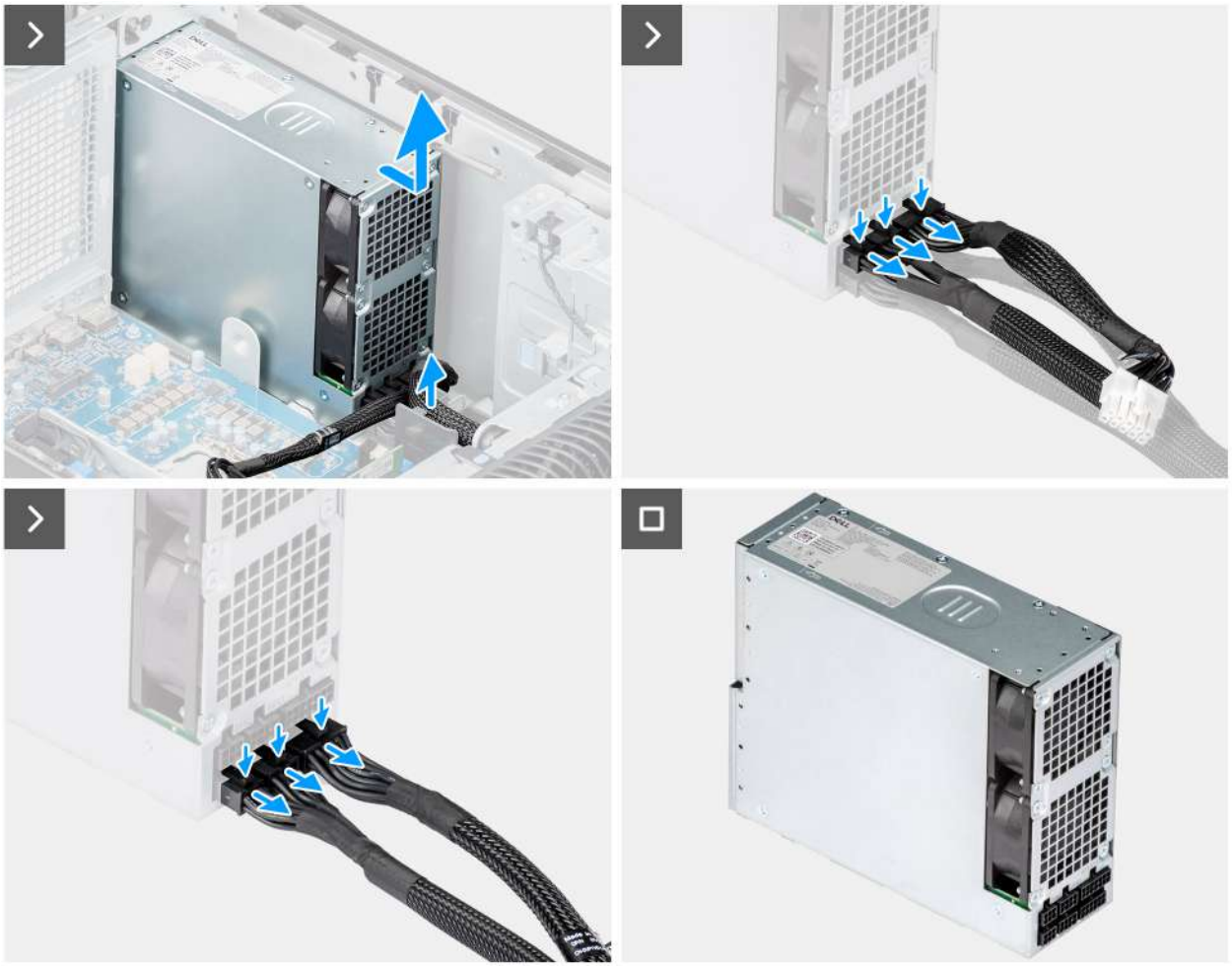


Figura 54. Removendo a fonte de alimentação de 1.500 W

Etapas

1. Remova o parafuso (#6-32) que fixa a tampa da fonte de alimentação à fonte de alimentação.
2. Levante a tampa da unidade da fonte de alimentação do chassi.
3. Abra a tampa da caixa de cabos e, com cuidado, retire os cabos de alimentação da caixa de cabos e das guias de roteamento no chassi.
4. Desconecte os cabos de alimentação dos conectores da placa de sistema.
5. Remova os quatro parafusos (#6x32) que prendem a unidade da fonte de alimentação ao chassi.
6. Deslize a unidade da fonte de alimentação para fora da parte traseira do chassi.
7. Remova a unidade da fonte de alimentação do chassi.
8. Pressione para baixo as abas de liberação dos cabos de alimentação e desconecte os cabos de alimentação do conector na unidade da fonte de alimentação.

Instalando a fonte de alimentação de 1.500 W

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização da unidade de fonte de alimentação e são uma representação visual do procedimento de instalação.

DRAFT



Figura 55. Instalando a fonte de alimentação de 1.500 W

DRAFT



Figura 56. Instalando a fonte de alimentação de 1.500 W

Etapas

1. Conecte os cabos de alimentação aos conectores na unidade de fonte de alimentação.
2. Insira a unidade de fonte de alimentação no chassi até prendê-la na posição.
3. Recoloque os quatro parafusos (#6x32) para fixar a unidade da fonte de alimentação no chassi.
4. Passe o cabo de alimentação pela caixa de cabos e pelas guias de roteamento no chassi.
5. Conecte os cabos de alimentação aos conectores da placa de sistema e feche a tampa da caixa de cabos.
6. Alinhe e coloque a tampa da fonte de alimentação no slot do chassi.
7. Recoloque o parafuso (#6-32) para fixar a tampa da fonte de alimentação na unidade da fonte de alimentação.

Próximas etapas

1. Instale o conjunto do dissipador de calor de 125 W ou o conjunto do dissipador de calor de 65 W.
2. Instale o defletor de ar
3. Instale a tampa lateral.
4. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Removendo a fonte de alimentação de 360 W

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o conjunto do dissipador de calor de 125 W ou o conjunto do dissipador de calor de 65 W.

NOTA: Observe a passagem de todos os cabos ao removê-los, de modo a poder recolocá-los corretamente quando estiver recolocando a unidade da fonte de alimentação.

DRAFT

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização da fonte de alimentação e são uma representação visual do procedimento de remoção.

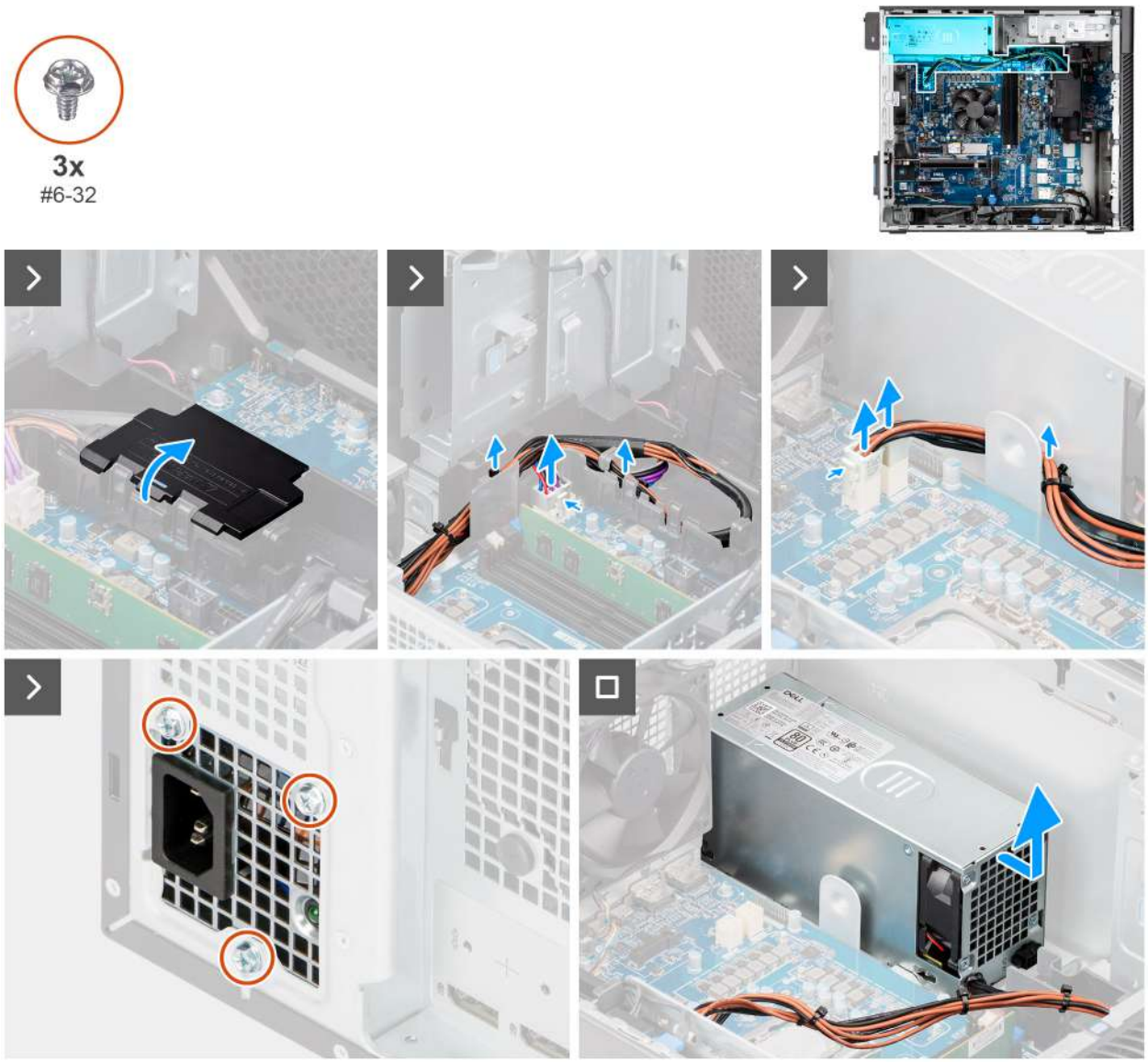


Figura 57. Removendo a fonte de alimentação de 360 W

Etapas

1. Abra a tampa da caixa de cabos e, com cuidado, retire os cabos de alimentação da caixa de cabos e das guias de roteamento no chassi.
2. Desconecte os cabos de alimentação dos conectores da placa de sistema.
3. Remova os três parafusos (#6x32) que fixam a fonte de alimentação ao chassi.
4. Deslize a unidade da fonte de alimentação para fora da parte traseira do chassi.
5. Remova a unidade da fonte de alimentação do chassi.

Instalando a fonte de alimentação de 360 W

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

DRAFT

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização da unidade de fonte de alimentação e são uma representação visual do procedimento de instalação.



Figura 58. Instalando a fonte de alimentação de 360 W

Etapas

1. Insira a unidade de fonte de alimentação no chassi até prendê-la na posição.
2. Conecte os cabos de alimentação aos conectores na unidade de fonte de alimentação.
3. Recoloque os três parafusos (#6x32) para prender a fonte de alimentação ao chassi.
4. Passe o cabo de alimentação pela caixa de cabos e pelas guias de roteamento no chassi.
5. Conecte os cabos de alimentação aos conectores da placa de sistema e feche a tampa da caixa de cabos.

Próximas etapas

1. Instale o conjunto do dissipador de calor de 125 W ou o conjunto do dissipador de calor de 65 W.
2. Instale a tampa lateral.
3. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

DRAFT

9

Como remover e instalar FRUs (Field-Replaceable Units)

Os componentes substituíveis neste capítulo são FRUs (Field-Replaceable Units).

CUIDADO: As informações nesta seção sobre a remoção e a instalação de FRUs se destinam apenas a técnicos de serviço autorizados.

CUIDADO: Para evitar possíveis danos ao componente ou perda de dados, a Dell Technologies recomenda que um técnico de serviço autorizado substitua as unidades substituíveis em campo (FRUs).

CUIDADO: A garantia não cobre danos que possam ocorrer durante reparos de FRU não autorizados pela Dell Technologies.

NOTA: As imagens neste documento podem ser diferentes do seu computador, dependendo da configuração que você encomendou.

Conjunto de ventilador e dissipador de calor do processador

Removendo o conjunto do ventilador e do dissipador de calor de 125 W do processador

CUIDADO: As informações nesta seção sobre a remoção destinam-se apenas a técnicos de serviço autorizados.

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.

   ATENÇÃO: O dissipador de calor pode esquentar durante a operação normal. Aguarde tempo suficiente para o resfriamento do dissipador de calor antes de tocá-lo.

   CUIDADO: Para garantir o máximo resfriamento do processador, não toque nas áreas de transferência do dissipador de calor. A oleosidade da pele pode reduzir a capacidade de transferência de calor da graxa térmica.

2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização da montagem de ventilador e dissipador de calor de 125 W do processador e fornecem uma representação visual do procedimento de remoção.

DRAFT

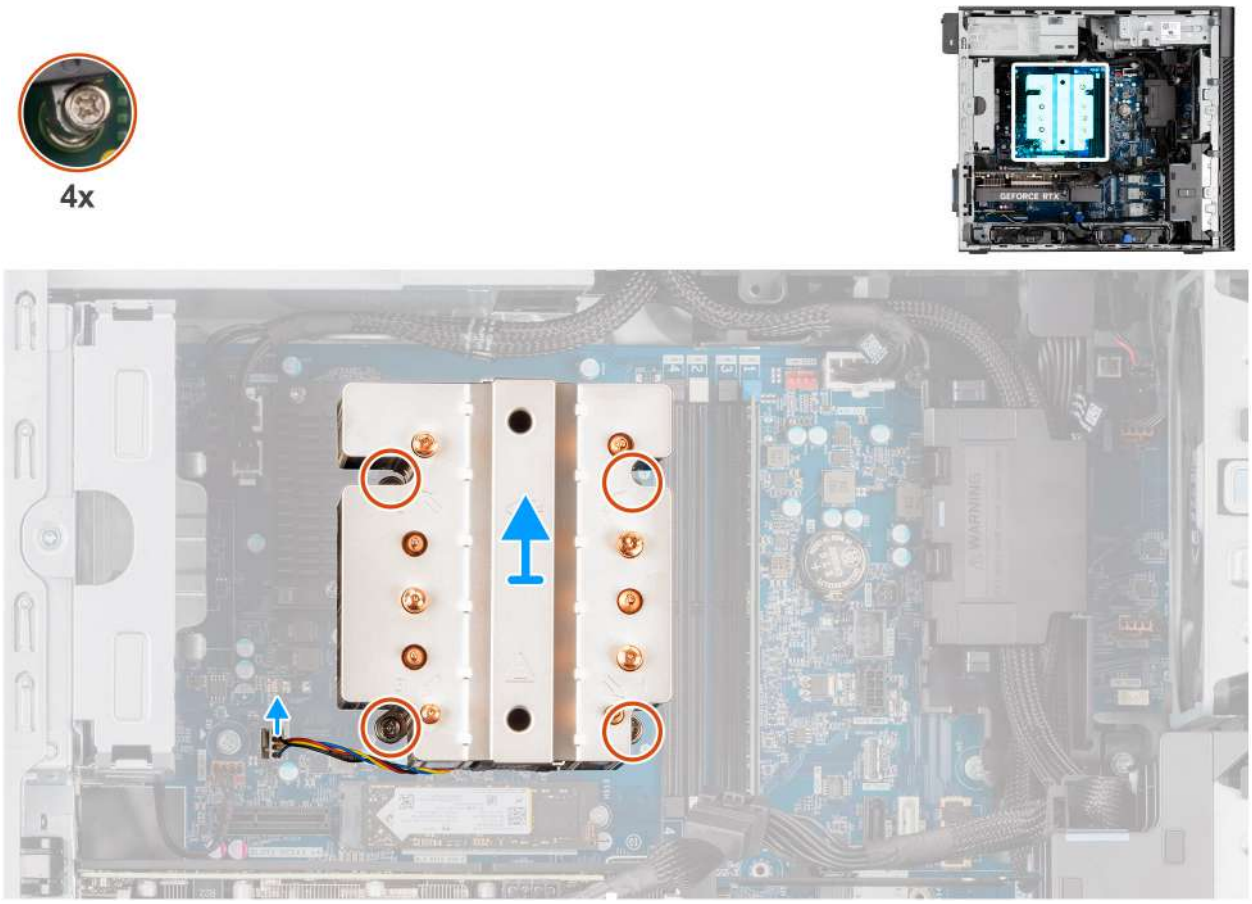


Figura 59. Removendo o conjunto do ventilador e do dissipador de calor de 125 W do processador

Etapas

1. Desconecte o cabo do ventilador do processador do conector na placa de sistema.
2. Na ordem sequencial inversa (4>3>2>1), solte os quatro parafusos prisioneiros que prendem a montagem do ventilador e do dissipador de calor do processador à placa de sistema.
3. Retire a montagem do ventilador e dissipador de calor do processador da placa de sistema.

Instalando o conjunto de ventilador e dissipador de calor de 125 W do processador

CUIDADO: As informações nesta seção sobre a instalação destinam-se apenas a técnicos de serviço autorizados.

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

NOTA: Se você substituir o processador ou o dissipador de calor, use a graxa térmica fornecida para garantir a condutividade térmica adequada.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do ventilador e dissipador de calor de 125 W do processador e são uma representação visual do procedimento de instalação.

DRAFT

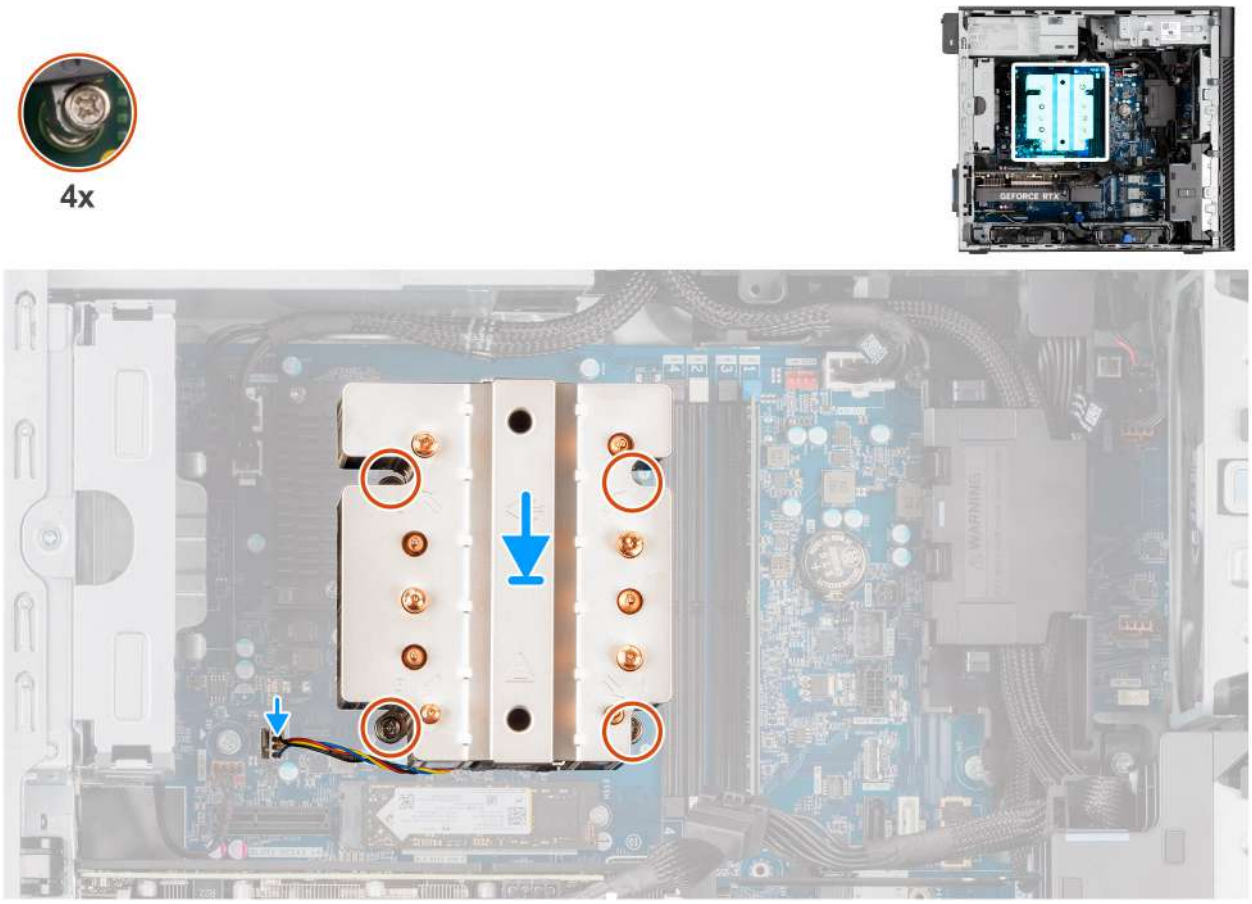


Figura 60. Instalando o conjunto de ventilador e dissipador de calor de 125 W do processador

Etapas

1. Alinhe os parafusos do conjunto do ventilador e do dissipador de calor do processador com os suportes dos parafusos na placa de sistema e, em seguida, coloque o conjunto no processador.

   NOTA: Certifique-se de que a marca do triângulo está direcionada em direção à parte traseira do computador.

2. Na ordem sequencial (1>2>3>4), aperte os parafusos prisioneiros que prendem o conjunto do ventilador e do dissipador de calor do processador à placa de sistema.

   NOTA: Aperte os parafusos em ordem sequencial (1, 2, 3, 4), conforme impresso na placa de sistema.

3. Conecte o cabo do ventilador do processador ao conector na placa de sistema.

   NOTA: Certifique-se de conectar o cabo ao conector correspondente com a mesma cor na placa de sistema.

Próximas etapas

1. Instale o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

2. Instale a tampa lateral.
3. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

DRAFT

Removendo o conjunto do ventilador e do dissipador de calor de 65 W do processador

CUIDADO: As informações nesta seção sobre a remoção destinam-se apenas a técnicos de serviço autorizados.

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.

   ATENÇÃO: O dissipador de calor pode aquecer durante a operação normal. Aguarde tempo suficiente para o resfriamento do dissipador de calor antes de tocá-lo.

   CUIDADO: Para garantir o máximo resfriamento do processador, não toque nas áreas de transferência do dissipador de calor. A oleosidade da pele pode reduzir a capacidade de transferência de calor da graxa térmica.

2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do ventilador e dissipador de calor do processador e são uma representação visual do procedimento de remoção.

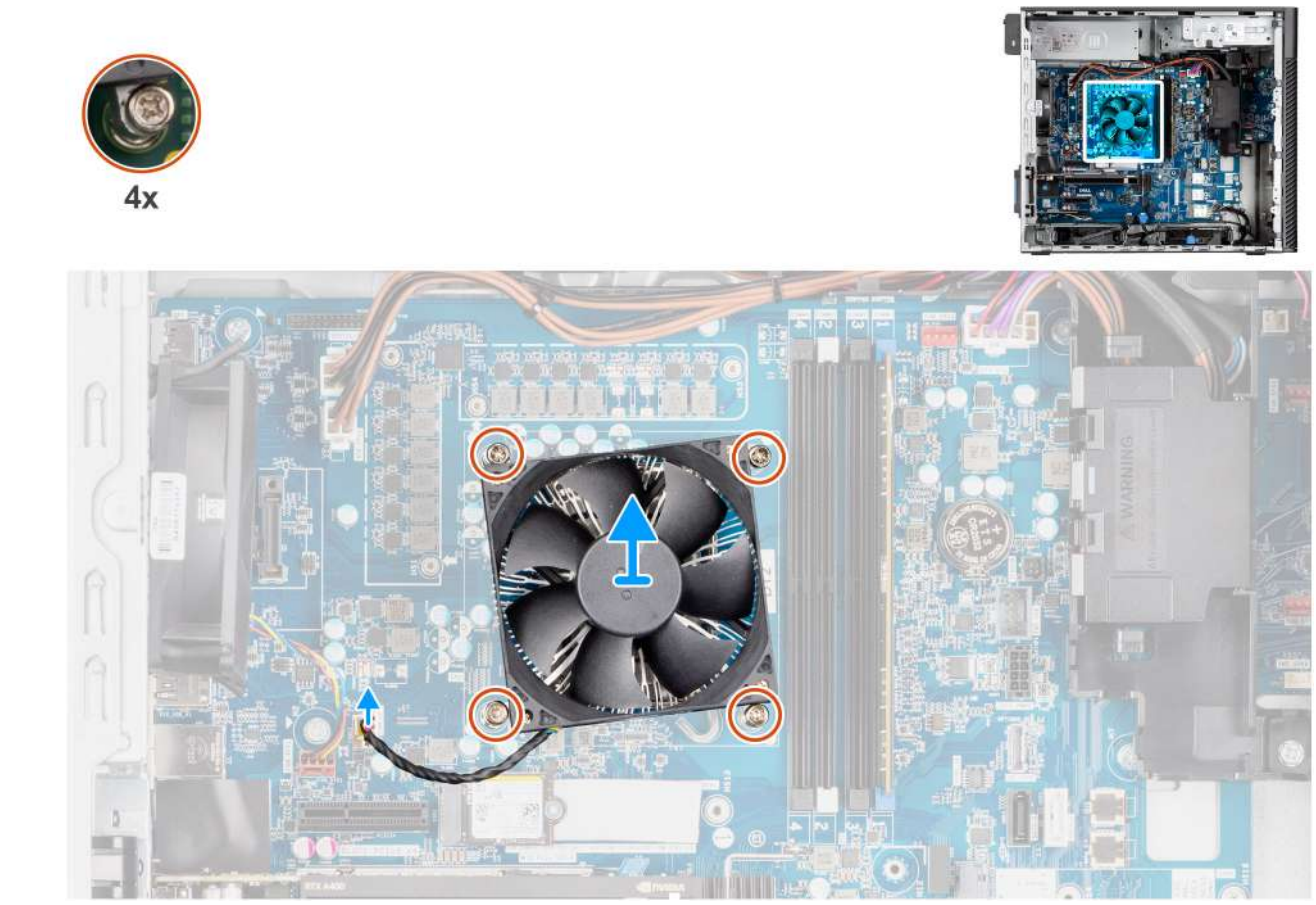


Figura 61. Removendo o conjunto do ventilador e do dissipador de calor de 65 W do processador

DRAFT

Etapas

1. Desconecte o cabo do ventilador do processador do conector na placa de sistema.
2. Solte os quatro parafusos prisioneiros que fixam o conjunto de ventilador e dissipador de calor do processador na placa de sistema.
3. Retire o conjunto de ventilador e dissipador de calor do processador da placa de sistema.

Instalando o conjunto de ventilador e dissipador de calor de 65 W do processador

CUIDADO: As informações nesta seção sobre a instalação destinam-se apenas a técnicos de serviço autorizados.

Pré-requisitos

NOTA: Se você substituir o processador ou o dissipador de calor, use a graxa térmica fornecida para garantir a condutividade térmica adequada.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do conjunto de ventilador e dissipador de calor do processador e são uma representação visual do procedimento de instalação.

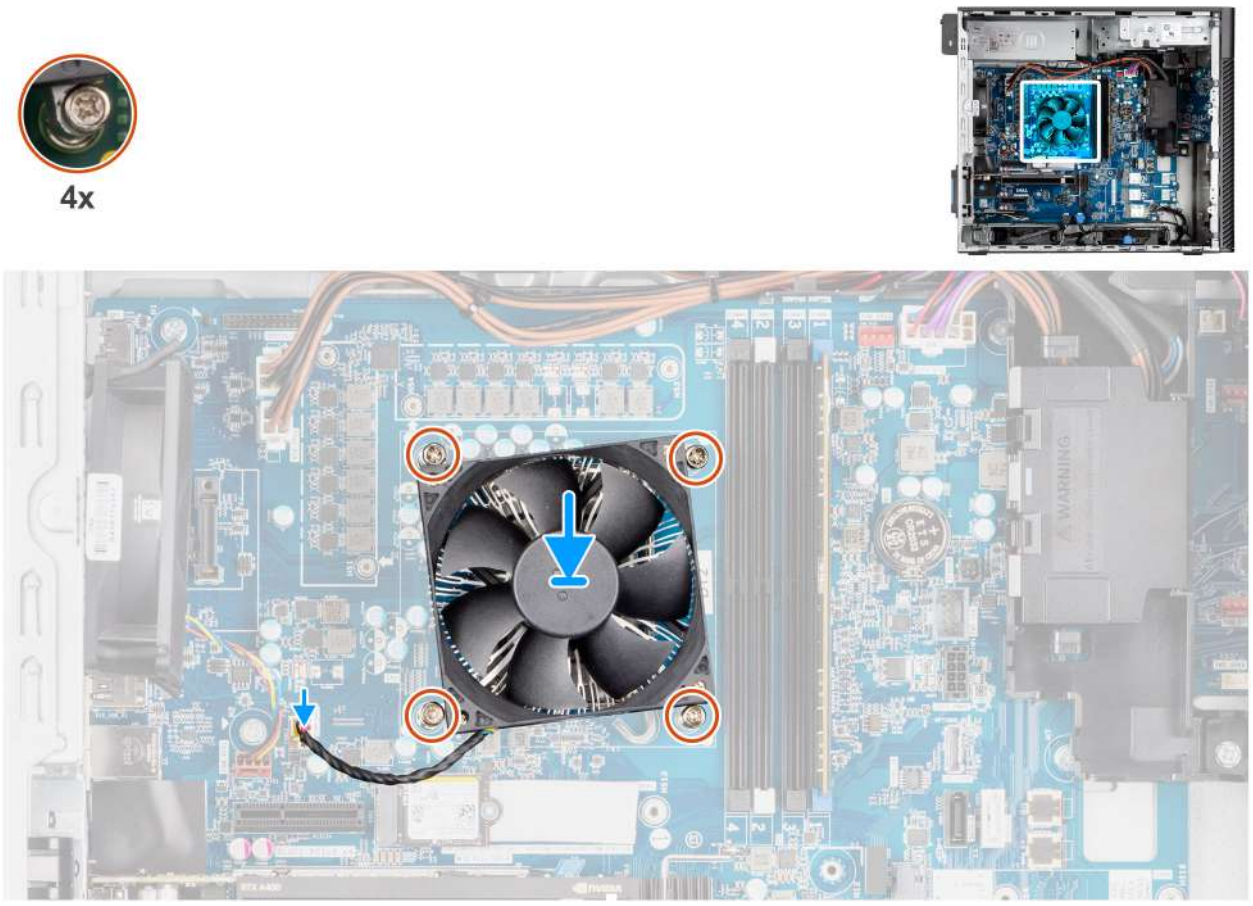


Figura 62. Instalando o conjunto de ventilador e dissipador de calor de 65 W do processador

Etapas

1. Alinhe os orifícios dos parafusos no conjunto do dissipador de calor e ventilador do processador com os orifícios correspondentes na placa de sistema.
2. Aperte os quatro parafusos prisioneiros que prendem o conjunto de ventilador e dissipador de calor do processador à placa de sistema.
3. Conecte o cabo do ventilador do processador ao conector na placa de sistema.

DRAFT

NOTA: Certifique-se de conectar o cabo ao conector correspondente com a mesma cor na placa de sistema.

Próximas etapas

1. Instale o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

2. Instale a tampa lateral.
3. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Processador

Removendo o processador

CUIDADO: As informações nesta seção sobre a remoção destinam-se apenas a técnicos de serviço autorizados.

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

4. Remova o conjunto do dissipador de calor de 125 W ou o conjunto do dissipador de calor de 65 W.

NOTA: O processador pode ainda estar quente depois que o computador for desligado. Deixe o processador esfriar antes de removê-lo.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do processador e são uma representação visual do procedimento de remoção:

Figura 63. Removendo o processador

Etapas

1. Pressione para baixo e empurre a alavanca de liberação afastando-a do processador para liberá-lo da aba de fixação.
2. Levante a alavanca e levante a tampa do processador.

   CUIDADO: Ao remover o processador, não deixe cair nenhum objeto sobre os pinos no interior do soquete e nem os toque.

3. Levante cuidadosamente o processador do respectivo soquete.

Instalando o processador

CUIDADO: As informações nesta seção sobre a instalação destinam-se apenas a técnicos de serviço autorizados.

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

Sobre esta tarefa

As imagens a seguir indicam a localização do processador e são uma representação visual do procedimento de instalação:

DRAFT

Figura 64. Instalando o processador

Etapas

1. Certifique-se de que a alavanca de liberação no soquete do processador está totalmente estendida na posição aberta.
2. Alinhe os entalhes no processador com as abas no soquete do processador e coloque o processador no soquete do processador.

   NOTA: O canto do pino 1 do processador tem um triângulo que se alinha ao triângulo no canto do pino 1 do soquete do processador. Quando o processador está assentado corretamente, todos os quatro cantos ficam alinhados no mesmo nível. Se um ou mais cantos do processador estiverem mais altos do que os outros, o processador não está fixado corretamente.

3. Quando o processador estiver encaixado no soquete, gire a alavanca de liberação para baixo e coloque-a sob a aba na tampa do processador.

Próximas etapas

1. Instale o conjunto do dissipador de calor de 125 W ou o conjunto do dissipador de calor de 65 W.
2. Instale o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

3. Instale a tampa lateral.
4. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Dissipador de calor com regulador de tensão

Removendo o dissipador de calor do regulador de tensão

CUIDADO: As informações nesta seção sobre a remoção destinam-se apenas a técnicos de serviço autorizados.

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.

   ATENÇÃO: O dissipador de calor pode esquentar durante a operação normal. Aguarde tempo suficiente para o resfriamento do dissipador de calor antes de tocá-lo.

   CUIDADO: Para garantir o máximo resfriamento do processador, não toque nas áreas de transferência do dissipador de calor. A oleosidade da pele pode reduzir a capacidade de transferência de calor da graxa térmica.

2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

4. Remova o conjunto do dissipador de calor de 125 W ou o conjunto do dissipador de calor de 65 W.

Sobre esta tarefa

A imagem a seguir indica a localização do dissipador de calor do regulador de tensão e é uma representação visual do procedimento de remoção.

DRAFT

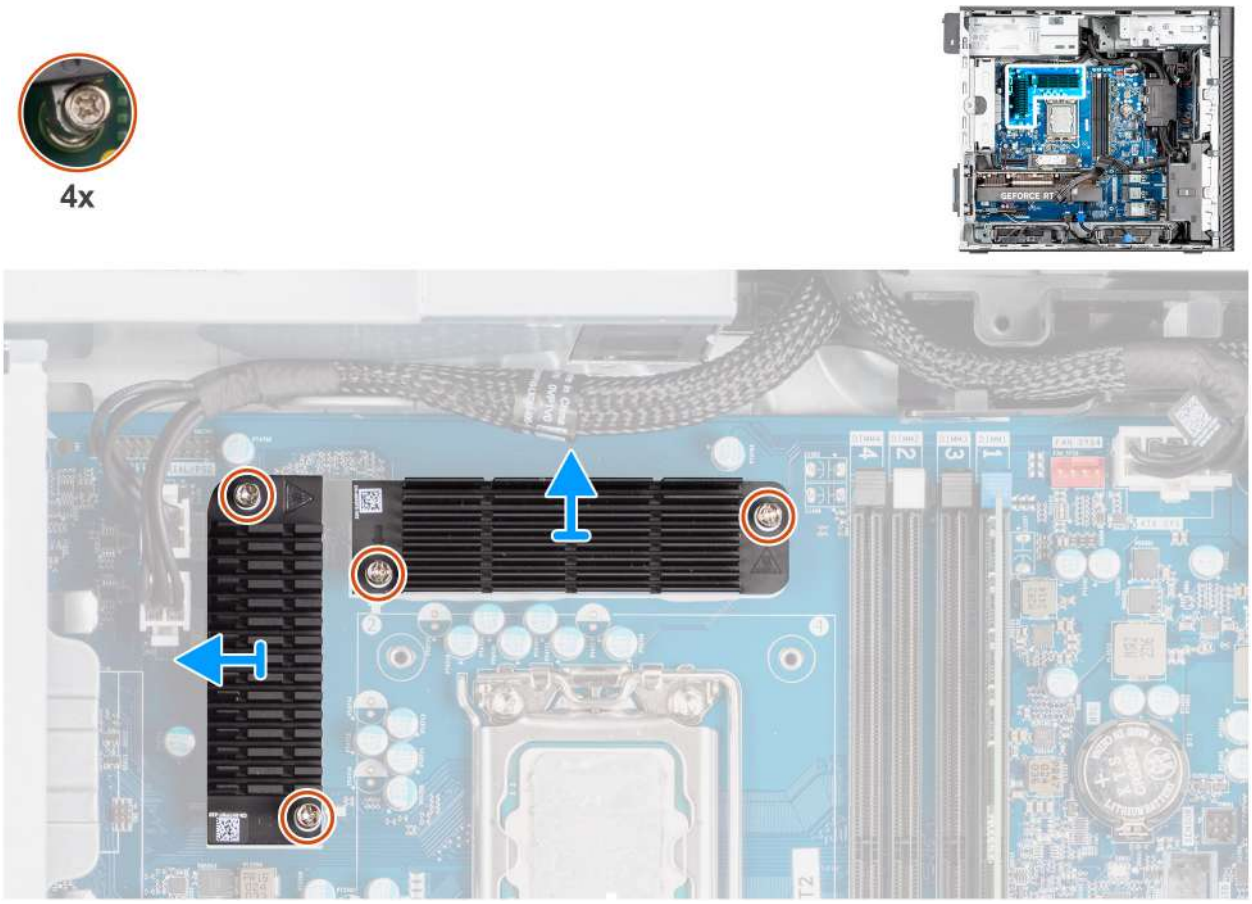


Figura 65. Removendo o dissipador de calor do regulador de tensão

Etapas

1. Solte os quatro parafusos prisioneiros que prendem os dissipadores de calor do regulador de tensão à placa de sistema.
2. Levante o dissipador de calor do regulador de tensão da placa de sistema.

Instalando o dissipador de calor do regulador de tensão

CUIDADO: As informações nesta seção sobre a instalação destinam-se apenas a técnicos de serviço autorizados.

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

Sobre esta tarefa

A imagem a seguir indica a localização do dissipador de calor do regulador de tensão e é uma representação visual do procedimento de instalação.

DRAFT

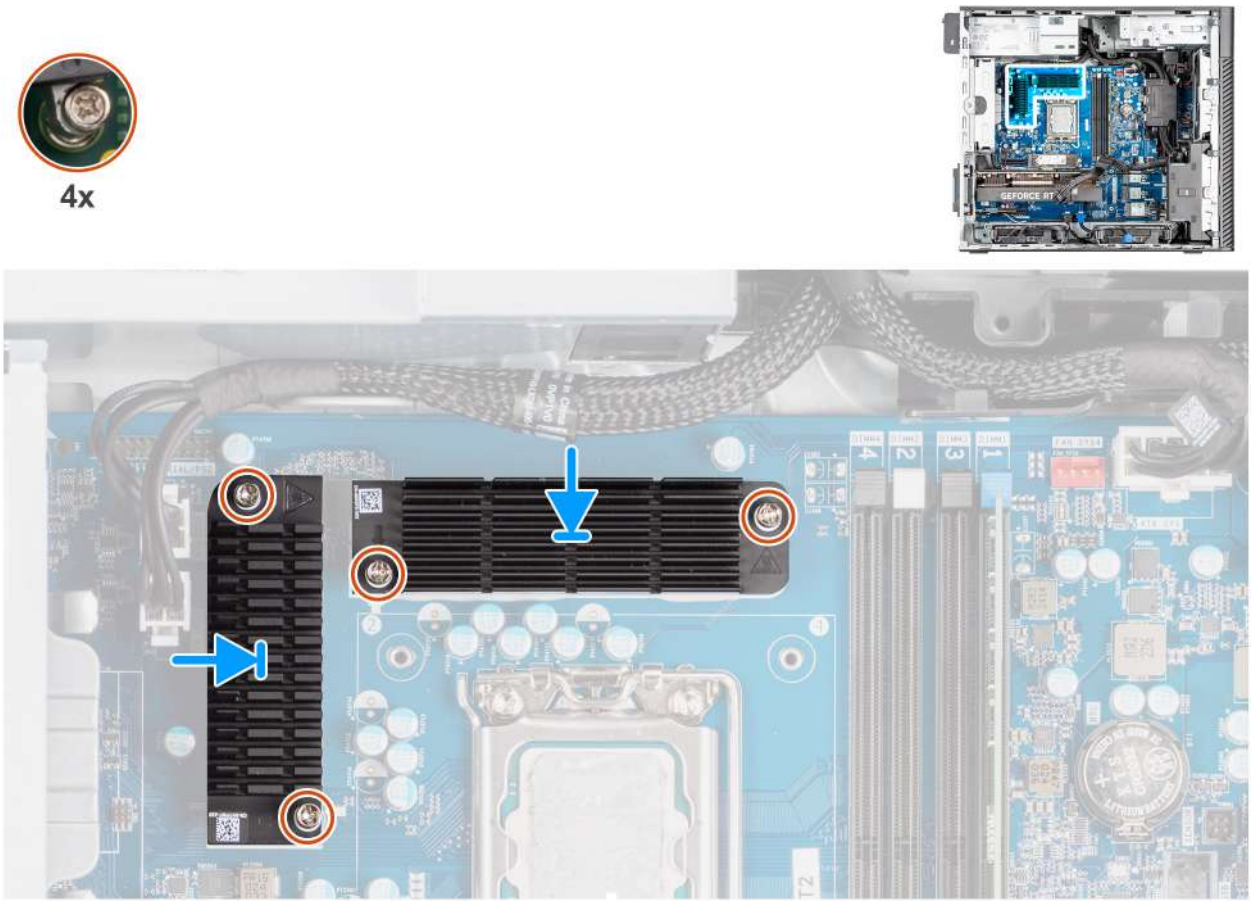


Figura 66. Instalando o dissipador de calor do regulador de tensão

Etapas

1. Remova o revestimento na parte traseira dos módulos do dissipador de calor com regulador de tensão.

   NOTA: A etapa 1 só é aplicável em uma nova instalação ou em um upgrade. Para substituir um componente existente, siga os procedimentos a partir da etapa 2.

2. Fixe os dissipadores de calor do regulador de tensão à placa de sistema.
3. Aperte os quatro parafusos prisioneiros que fixam o dissipador de calor do regulador de tensão à placa de sistema.

Próximas etapas

1. Instale o conjunto do dissipador de calor de 125 W ou o conjunto do dissipador de calor de 65 W.
2. Instale o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

3. Instale a tampa lateral.
4. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Porta externa (módulo opcional)

NOTA: Para obter mais informações sobre as portas compatíveis com a porta externa (slot de módulo opcional), consulte Especificações.

DRAFT

Removendo o módulo DisplayPort opcional

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.

NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

4. Remova o ventilador.
5. Remova o dissipador de calor de 125 W. Se aplicável.

Sobre esta tarefa

A imagem a seguir indica a localização do módulo DisplayPort opcional e fornece uma representação visual do procedimento de remoção.

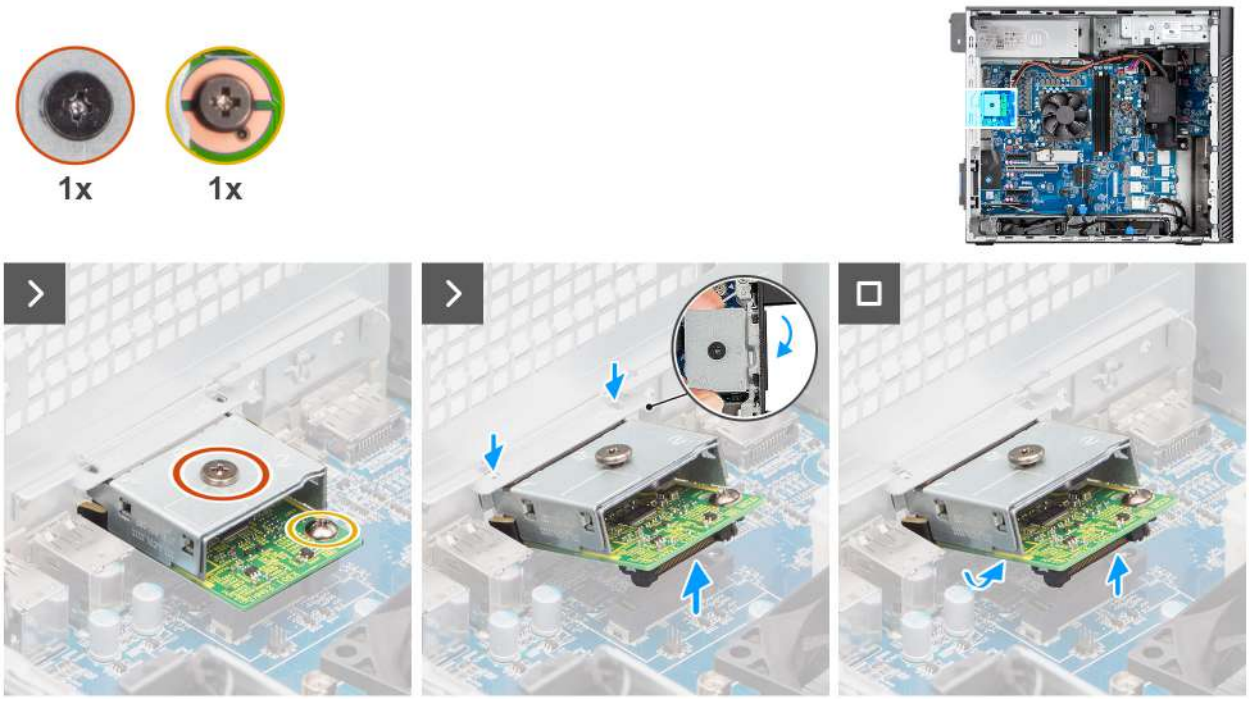


Figura 67. Removendo o módulo DisplayPort opcional

Etapas

1. Remova o parafuso (M2x4) que prende a tampa do DisplayPort opcional ao módulo DisplayPort opcional.
2. Remova o parafuso (M2x4) que fixa o módulo DisplayPort opcional na placa de sistema.
3. Levante o módulo DisplayPort opcional em ângulo e remova as abas do módulo DisplayPort opcional dos slots no chassi.
4. Remova o módulo DisplayPort opcional da placa de sistema.

Instalando o módulo DisplayPort opcional

Pré-requisitos

Se for substituir um componente, remova o componente existente antes de executar o processo de instalação.

Sobre esta tarefa

NOTA: Os módulos de portas opcionais são mutuamente exclusivos. Apenas um módulo pode ser instalado por vez.

DRAFT

As imagens a seguir indicam a localização do módulo DisplayPort opcional e são uma representação visual do procedimento de instalação.

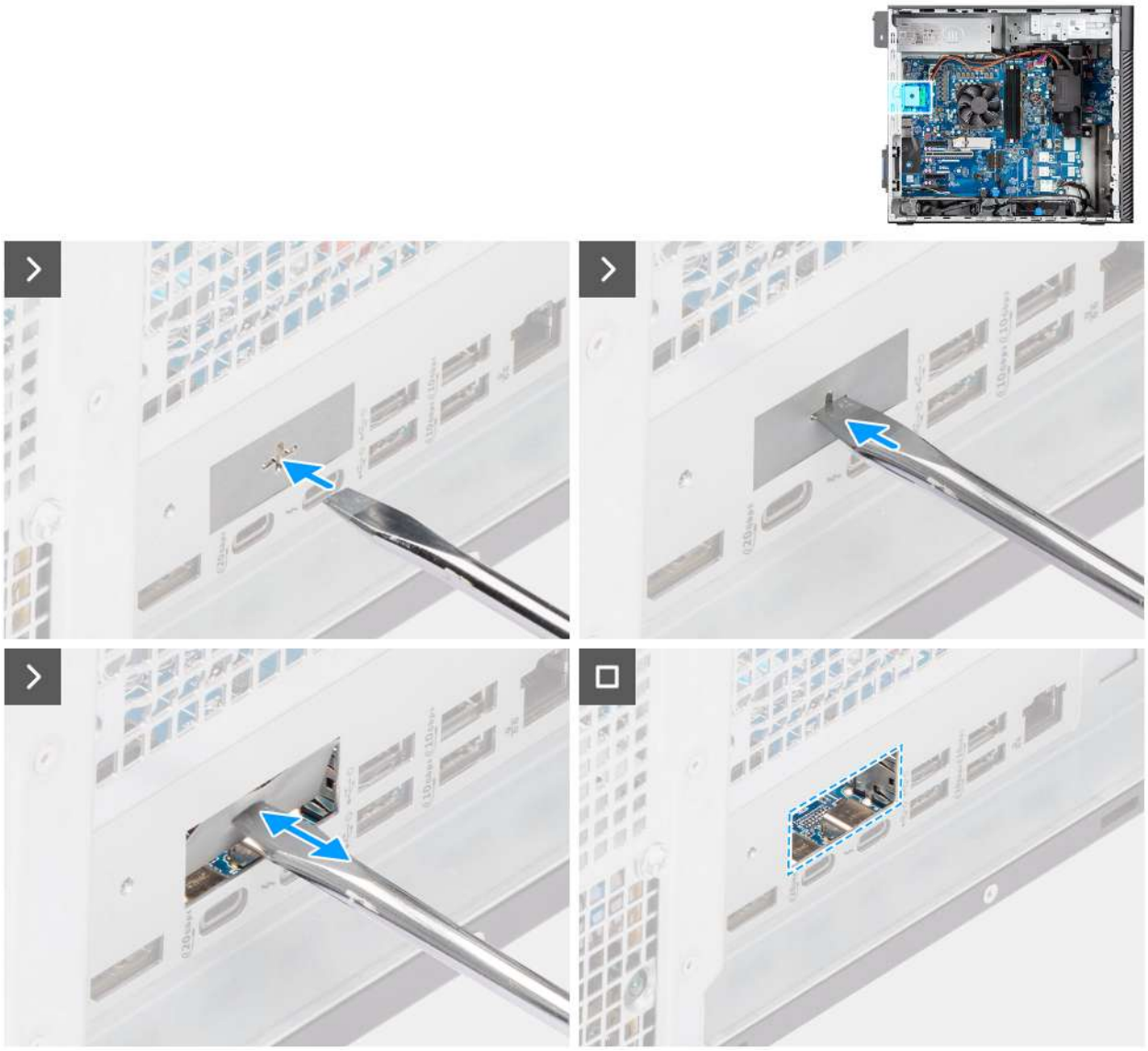


Figura 68. Instalando o módulo DisplayPort opcional

DRAFT

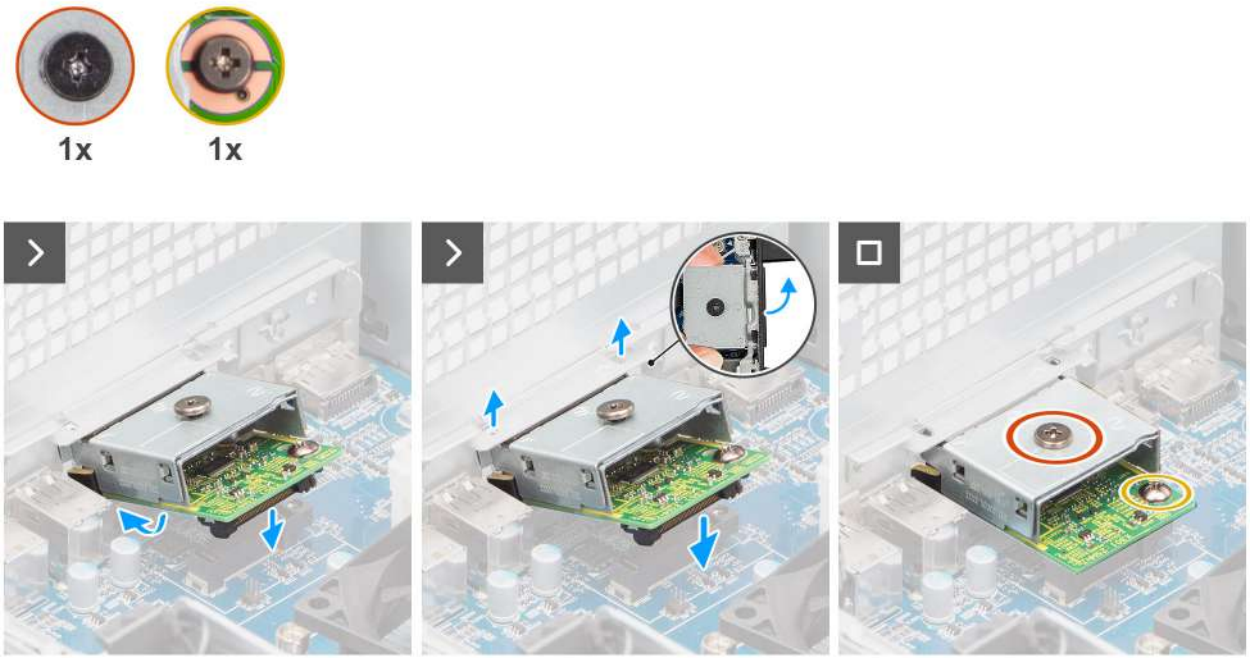


Figura 69. Instalando o módulo DisplayPort opcional

Etapas

1. Usando uma chave de fenda, empurre contra a tampa da porta opcional até que ela se solte.

   NOTA: Esta etapa só é aplicável se você estiver instalando o módulo de porta opcional em um computador que não tinha o módulo instalado anteriormente.

2. Posicione o módulo DisplayPort opcional em ângulo e alinhe as abas no módulo com os slots no chassi.
3. Alinhe o módulo DisplayPort opcional com o slot no chassi e conecte o módulo ao conector na placa de sistema (OPTION).
4. Recoloque o parafuso (M2x4) que fixa o módulo DisplayPort opcional na placa de sistema.
5. Alinhe o parafuso na tampa do DisplayPort opcional com o orifício do parafuso no módulo DisplayPort opcional.
6. Recoloque o parafuso (M2x4) que prende a tampa do DisplayPort opcional ao módulo DisplayPort opcional.

Próximas etapas

1. Instale o dissipador de calor de 125 W. Se aplicável.
2. Instale o ventilador do sistema.
3. Instale o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

4. Instale a tampa lateral.
5. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Removendo o módulo HDMI opcional

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

DRAFT

4. Remova o ventilador.
5. Remova o dissipador de calor de 125 W. Se aplicável.

Sobre esta tarefa

A imagem a seguir indica a localização do módulo HDMI opcional e apresenta uma representação visual do procedimento de remoção.

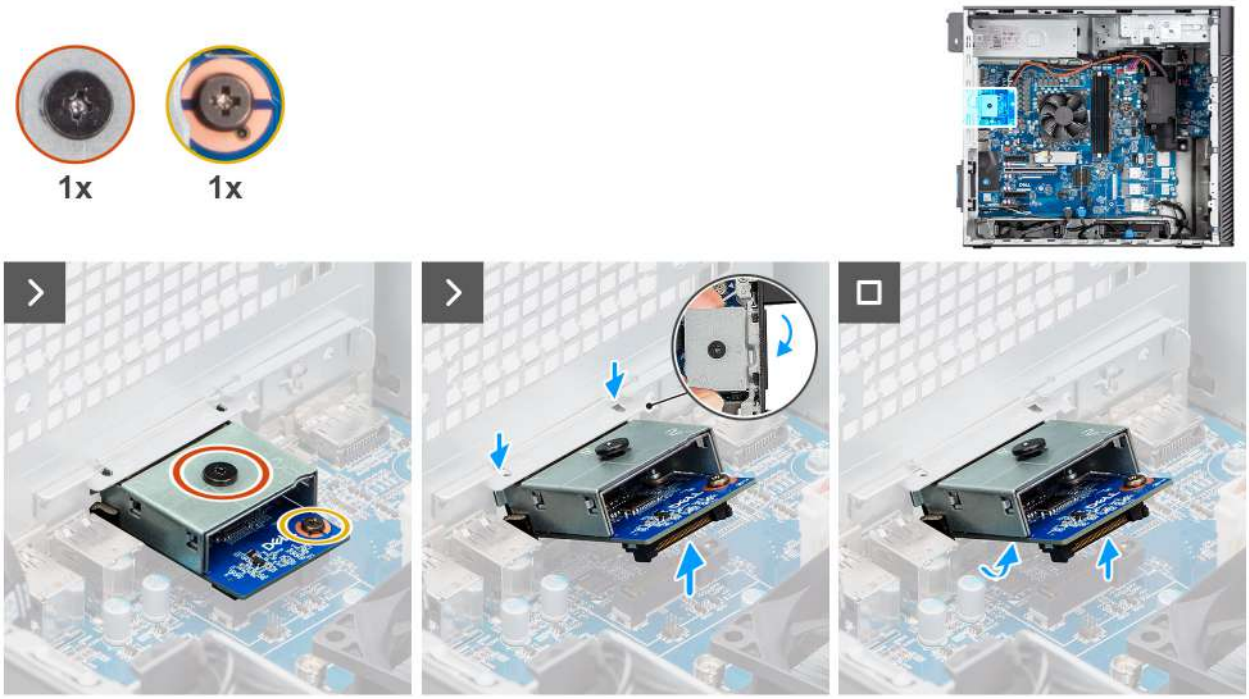


Figura 70. Removendo o módulo HDMI opcional

Etapas

1. Remova o parafuso (M2x4) que prende a tampa do HDMI opcional ao módulo HDMI opcional.
2. Remova o parafuso (M2x4) que fixa o módulo HDMI opcional na placa de sistema.
3. Levante o módulo HDMI opcional em ângulo e remova as abas do módulo HDMI opcional dos slots no chassi.
4. Remova o módulo HDMI opcional da placa de sistema.

Instalando o módulo HDMI opcional

Pré-requisitos

Se for substituir um componente, remova o componente existente antes de executar o processo de instalação.

Sobre esta tarefa

NOTA: Os módulos de portas opcionais são mutuamente exclusivos. Apenas um módulo pode ser instalado por vez.

As imagens a seguir indicam a localização do módulo HDMI opcional e são uma representação visual do procedimento de instalação.

DRAFT

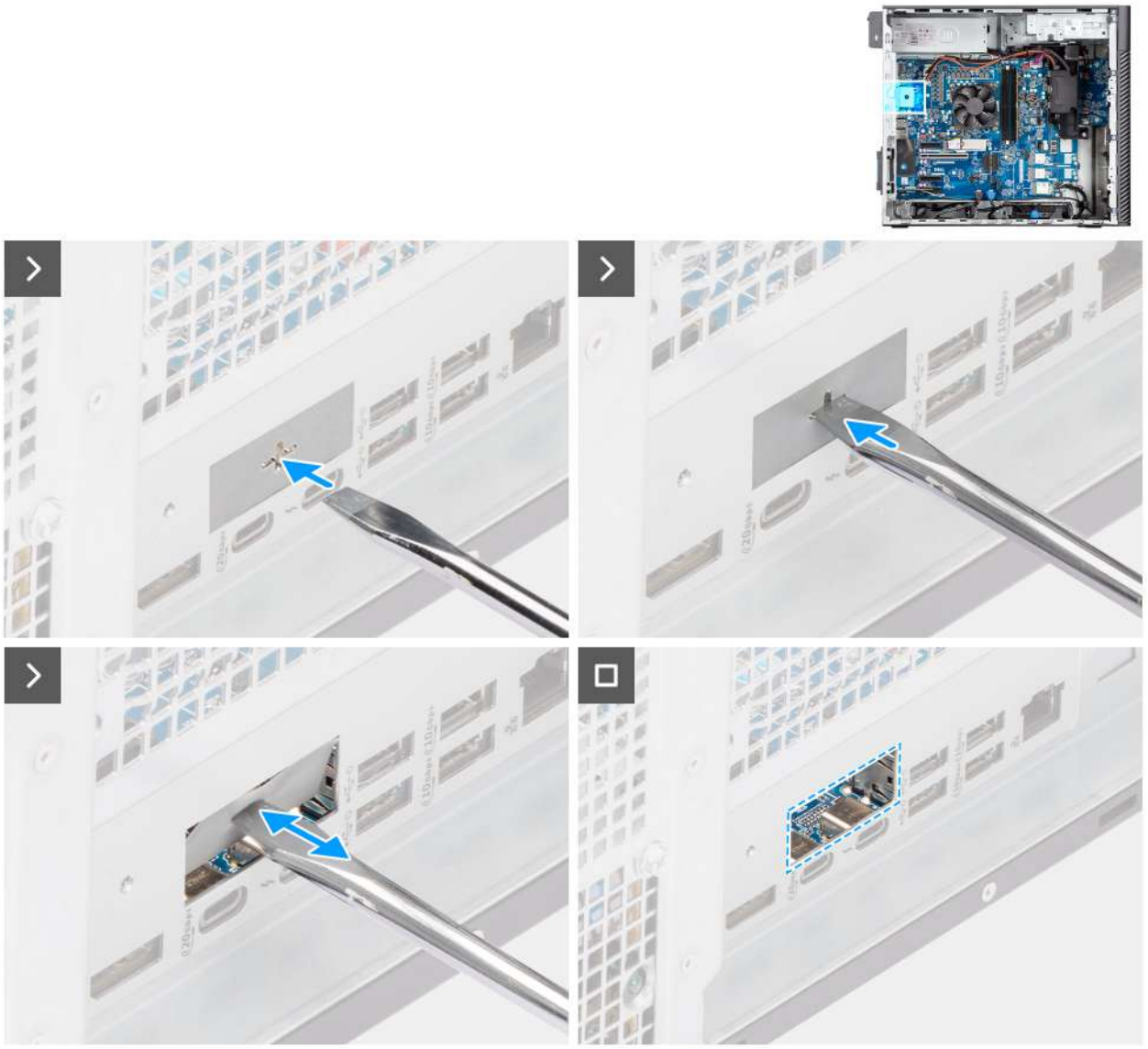


Figura 71. Instalando o módulo HDMI opcional

DRAFT

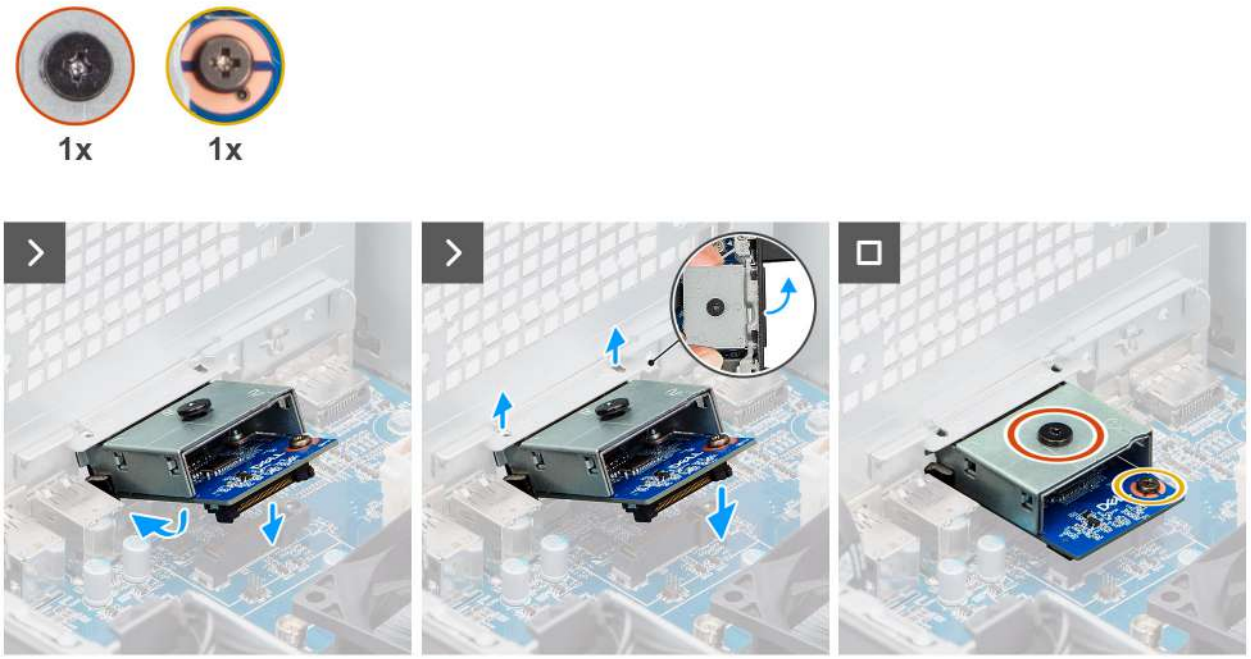


Figura 72. Instalando o módulo HDMI opcional

Etapas

1. Usando uma chave de fenda, empurre contra a tampa da porta opcional até que ela se solte.

   NOTA: Esta etapa só é aplicável se você estiver instalando o módulo de porta opcional em um computador que não tinha o módulo instalado anteriormente.

2. Posicione o módulo HDMI opcional em ângulo e alinhe as abas no módulo com os slots no chassi.
3. Alinhe o módulo HDMI opcional com o slot no chassi e conecte o módulo ao conector na placa de sistema (OPTION).
4. Recoloque o parafuso (M2x4) que fixa o módulo HDMI opcional na placa de sistema.
5. Alinhe o parafuso na tampa do HDMI opcional com o orifício do parafuso no módulo HDMI opcional.
6. Recoloque o parafuso (M2x4) que prende a tampa do HDMI opcional ao módulo HDMI opcional.

Próximas etapas

1. Instale o dissipador de calor de 125 W. Se aplicável.
2. Instale o ventilador do sistema.
3. Instale o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

4. Instale a tampa lateral.
5. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Removendo o módulo óptico de 5 GbE opcional

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

DRAFT

4. Remova o ventilador.
5. Remova o dissipador de calor de 125 W. Se aplicável.

Sobre esta tarefa

A imagem a seguir indica a localização do módulo óptico de 5 GbE opcional e fornece uma representação visual do procedimento de remoção.

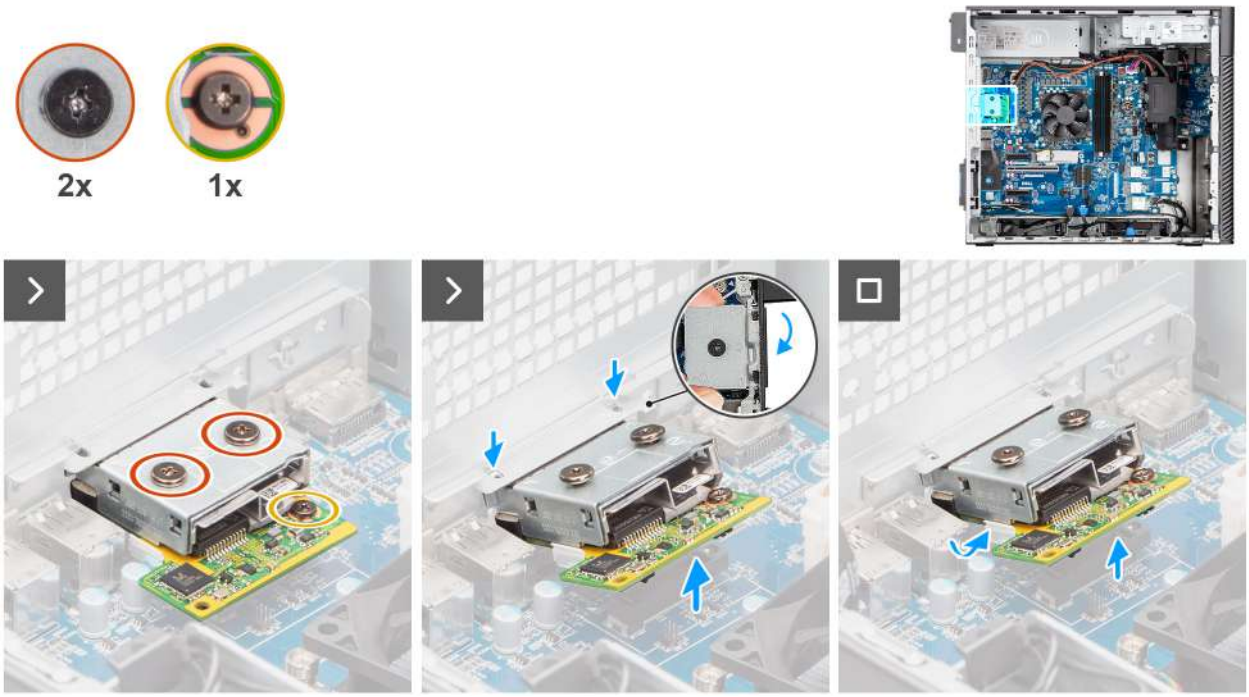


Figura 73. Removendo o módulo óptico de 5 GbE opcional

Etapas

1. Remova os dois parafusos (M2x4) que prendem a tampa do módulo óptico de 5 GbE opcional ao módulo óptico opcional de 5 GbE.
2. Remova o parafuso (M2x4) que fixa o módulo óptico de 5 GbE opcional na placa de sistema.
3. Levante o módulo óptico de 5 GbE opcional em ângulo e remova as abas do módulo óptico de 5 GbE opcional dos slots no chassi.
4. Remova o módulo óptico de 5 GbE opcional da placa de sistema.

Instalando o módulo óptico de 5 GbE opcional

Pré-requisitos

Se for substituir um componente, remova o componente existente antes de executar o processo de instalação.

Sobre esta tarefa

NOTA: Os módulos de portas opcionais são mutuamente exclusivos. Apenas um módulo pode ser instalado por vez.

As imagens a seguir indicam a localização do módulo óptico de 5 GbE opcional e são uma representação visual do procedimento de instalação.

DRAFT

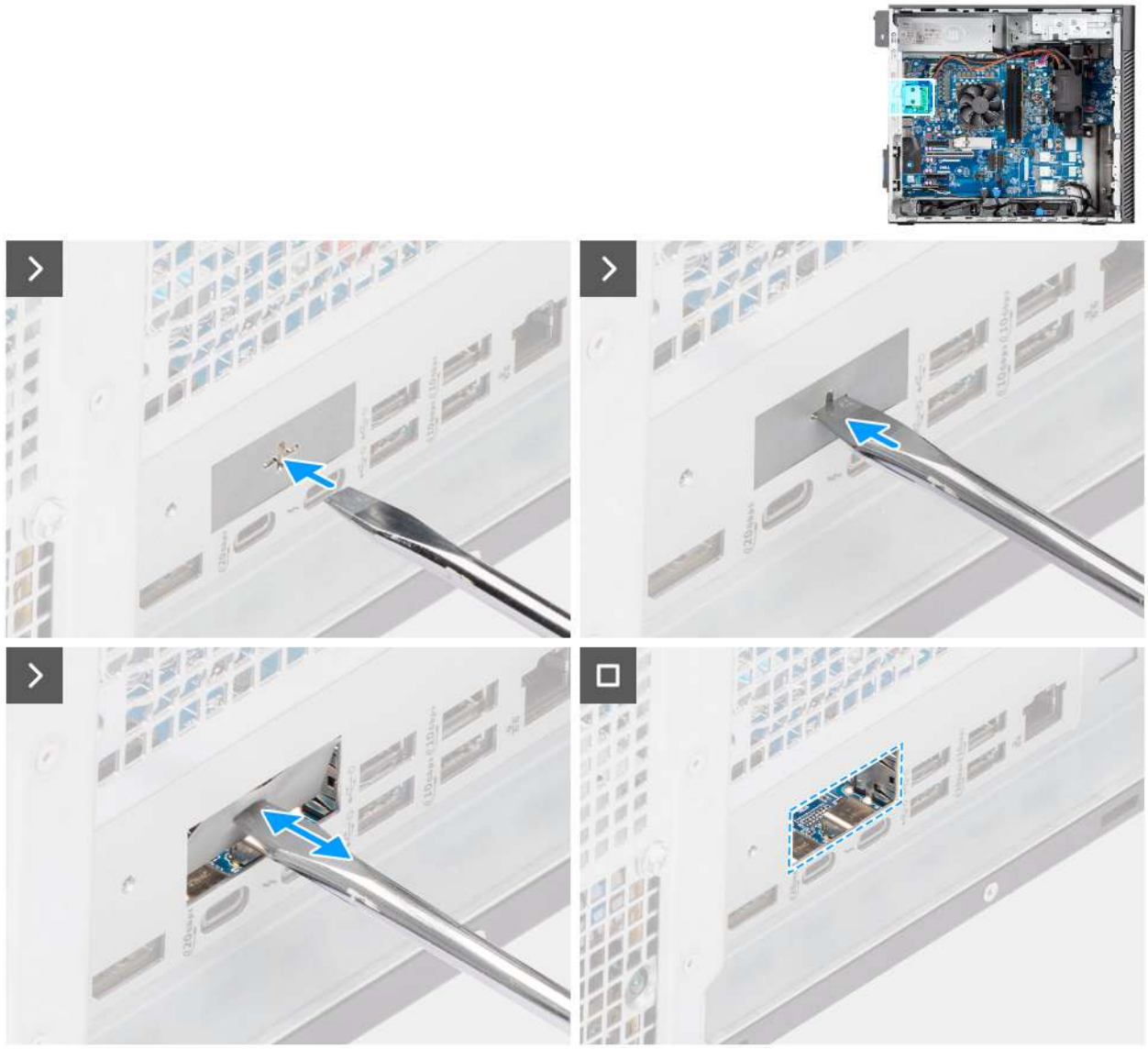


Figura 74. Instalando o módulo óptico de 5 GbE opcional

DRAFT

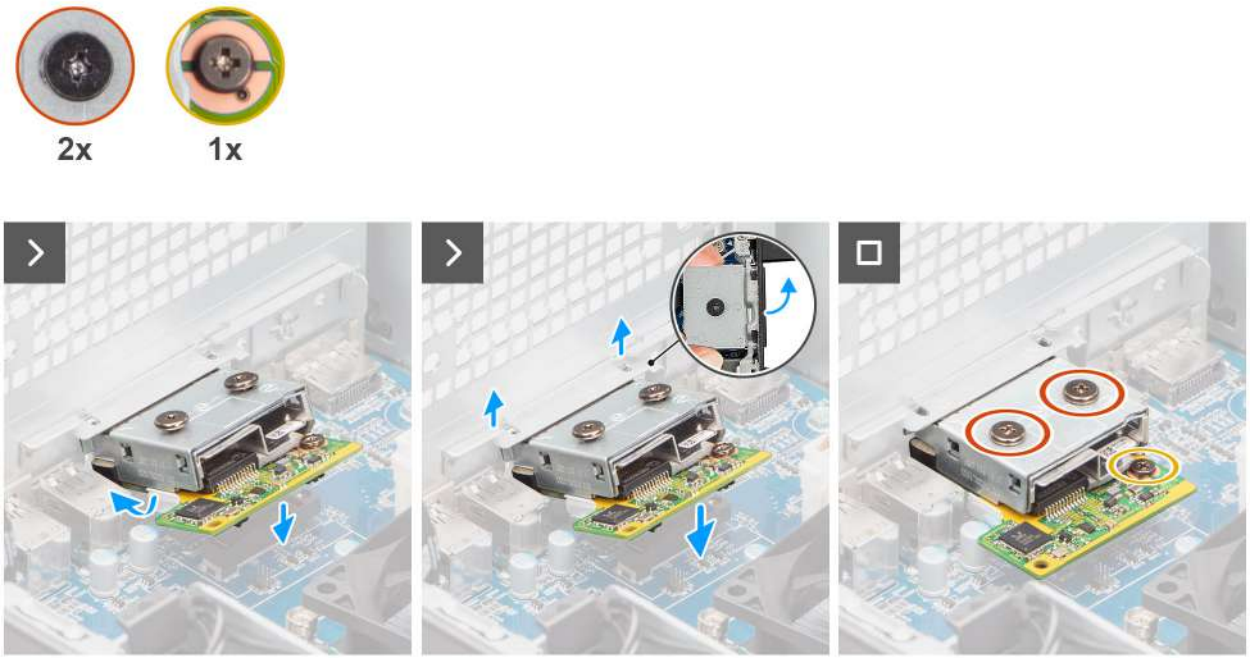


Figura 75. Instalando o módulo óptico de 5 GbE opcional

Etapas

1. Usando uma chave de fenda, empurre contra a tampa da porta opcional até que ela se solte.

   NOTA: Esta etapa só é aplicável se você estiver instalando o módulo de porta opcional em um computador que não tinha o módulo instalado anteriormente.

2. Posicione o módulo óptico de 5 GbE opcional em ângulo e alinhe as abas no módulo com os slots no chassi.
3. Alinhe o módulo óptico de 5 GbE opcional com o slot no chassi e conecte o módulo ao conector na placa de sistema (OPTION).
4. Recoloque o parafuso (M2x4) que fixa o módulo óptico de 5 GbE opcional na placa de sistema.
5. Alinhe o parafuso na tampa do módulo óptico de 5 GbE opcional com o orifício do parafuso no módulo óptico de 5 GbE opcional.
6. Recoloque o parafuso (M2x4) que prende a tampa do módulo óptico de 5 GbE opcional ao módulo óptico de 5 GbE opcional.

Próximas etapas

1. Instale o dissipador de calor de 125 W. Se aplicável.
2. Instale o ventilador do sistema.
3. Instale o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

4. Instale a tampa lateral.
5. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Removendo o módulo LAN opcional

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

DRAFT

4. Remova o ventilador.
5. Remova o dissipador de calor de 125 W. Se aplicável.

Sobre esta tarefa

A imagem a seguir indica a localização do módulo LAN opcional e apresenta uma representação visual do procedimento de remoção.

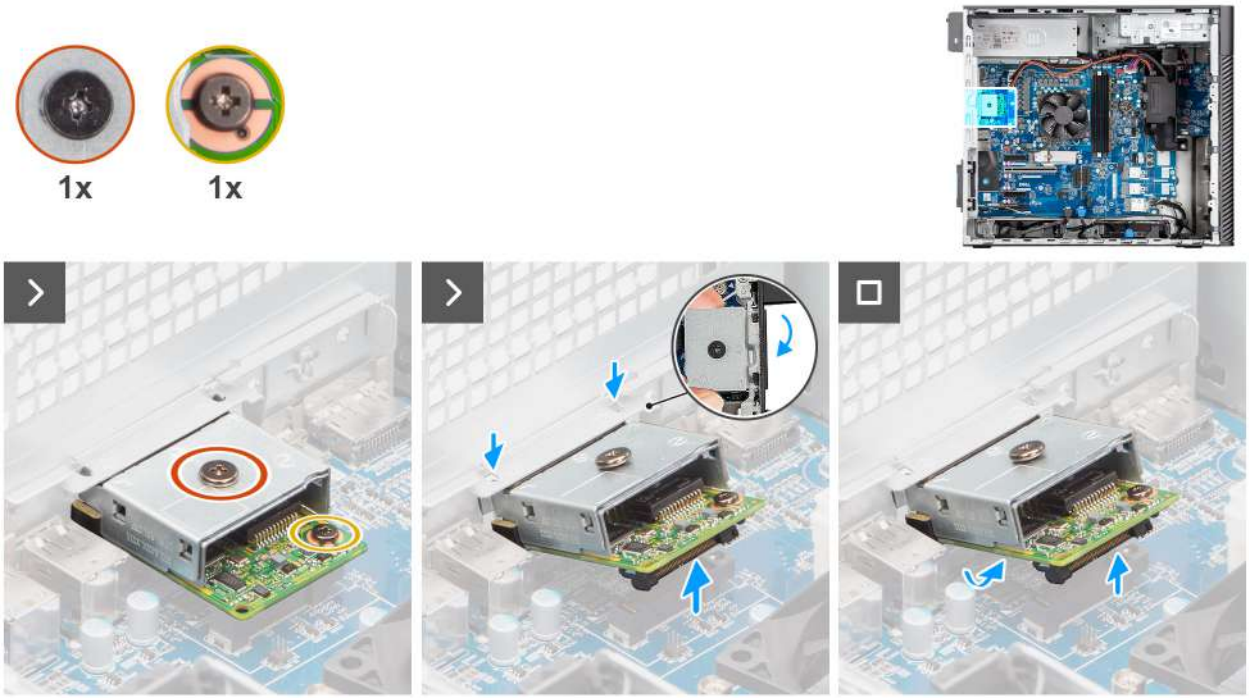


Figura 76. Removendo o módulo LAN opcional

Etapas

1. Remova o parafuso (M2x4) que prende a tampa do módulo LAN opcional ao módulo LAN opcional.
2. Remova o parafuso (M2x4) que fixa o módulo LAN opcional na placa de sistema.
3. Levante o módulo LAN opcional em ângulo e remova as abas do módulo LAN opcional dos slots no chassi.
4. Remova o módulo LAN opcional da placa de sistema.

Instalando o módulo LAN opcional

Pré-requisitos

Se for substituir um componente, remova o componente existente antes de executar o processo de instalação.

Sobre esta tarefa

NOTA: Os módulos de portas opcionais são mutuamente exclusivos. Apenas um módulo pode ser instalado por vez.

As imagens a seguir indicam a localização do módulo LAN opcional e são uma representação visual do procedimento de instalação.

DRAFT

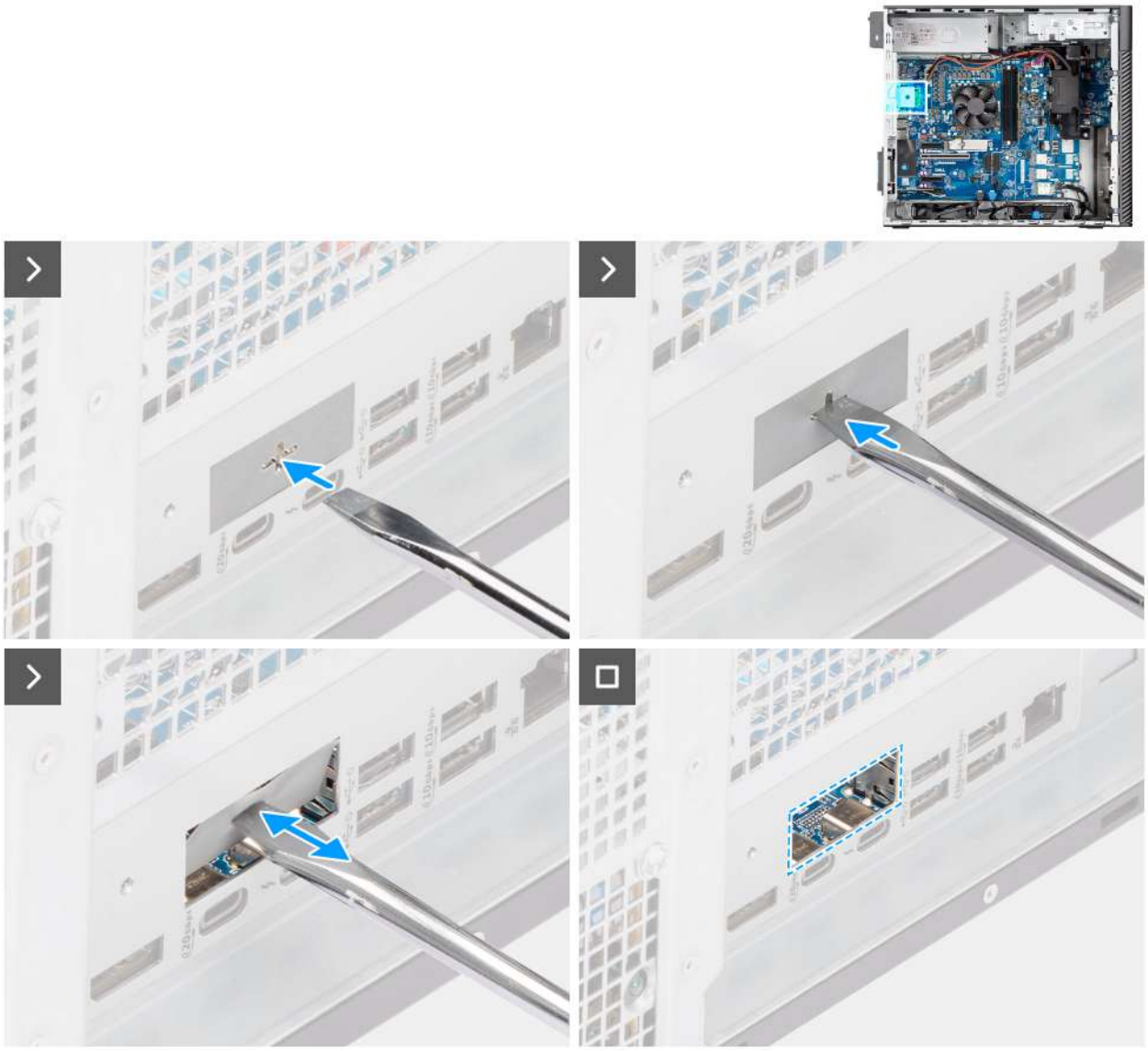


Figura 77. Instalando o módulo LAN opcional

DRAFT

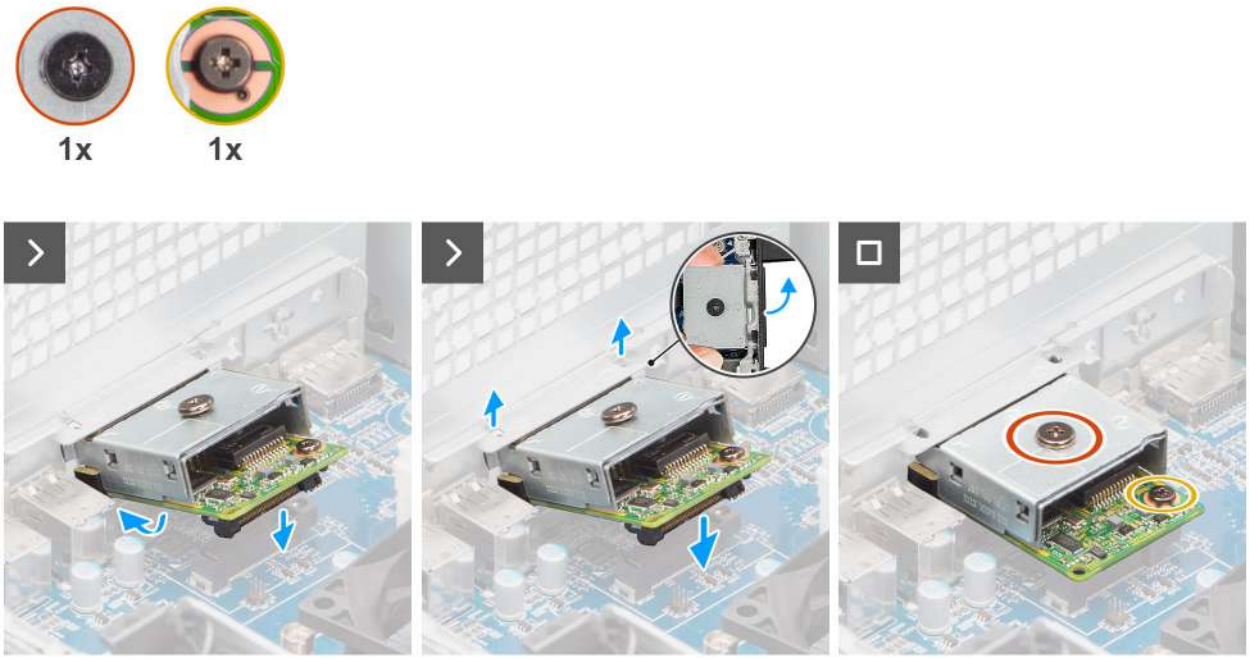


Figura 78. Instalando o módulo LAN opcional

Etapas

1. Usando uma chave de fenda, empurre contra a tampa da porta opcional até que ela se solte.

   NOTA: Esta etapa só é aplicável se você estiver instalando o módulo de porta opcional em um computador que não tinha o módulo instalado anteriormente.

2. Posicione o módulo LAN opcional em ângulo e alinhe as abas no módulo com os slots no chassi.
3. Alinhe o módulo LAN opcional com o slot no chassi e conecte o módulo ao conector na placa de sistema (OPTION).
4. Recoloque o parafuso (M2x4) que fixa o módulo LAN opcional na placa de sistema.
5. Alinhe o parafuso na tampa do módulo LAN opcional com o orifício do parafuso no módulo LAN opcional.
6. Recoloque o parafuso (M2x4) que prende a tampa do módulo LAN opcional ao módulo LAN opcional.

Próximas etapas

1. Instale o dissipador de calor de 125 W. Se aplicável.
2. Instale o ventilador do sistema.
3. Instale o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

4. Instale a tampa lateral.
5. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Removendo o módulo Thunderbolt opcional

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

DRAFT

4. Remova o ventilador.
5. Remova o dissipador de calor de 125 W. Se aplicável.

Sobre esta tarefa

A imagem a seguir indica a localização do módulo Thunderbolt opcional e fornece uma representação visual do procedimento de remoção.

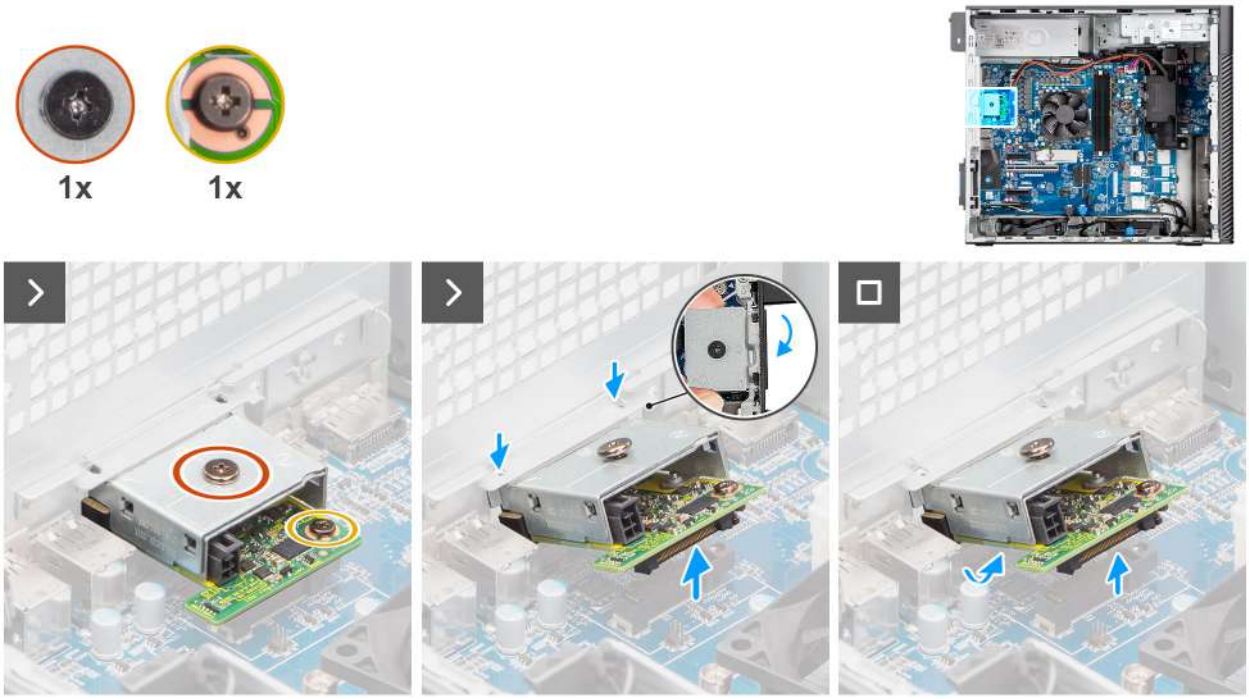


Figura 79. Removendo o módulo Thunderbolt opcional

Etapas

1. Remova o parafuso (M2x4) que prende a tampa do módulo Thunderbolt opcional ao módulo Thunderbolt opcional.
2. Remova o parafuso (M2x4) que fixa o módulo Thunderbolt opcional na placa de sistema.
3. Levante o módulo Thunderbolt opcional em ângulo e remova as abas do módulo Thunderbolt opcional dos slots no chassi.
4. Remova o módulo Thunderbolt opcional da placa de sistema.

Instalando o módulo Thunderbolt opcional

Pré-requisitos

Se for substituir um componente, remova o componente existente antes de executar o processo de instalação.

Sobre esta tarefa

NOTA: Os módulos de portas opcionais são mutuamente exclusivos. Apenas um módulo pode ser instalado por vez.

As imagens a seguir indicam a localização do módulo Thunderbolt opcional e fornecem uma representação visual do procedimento de instalação.

DRAFT

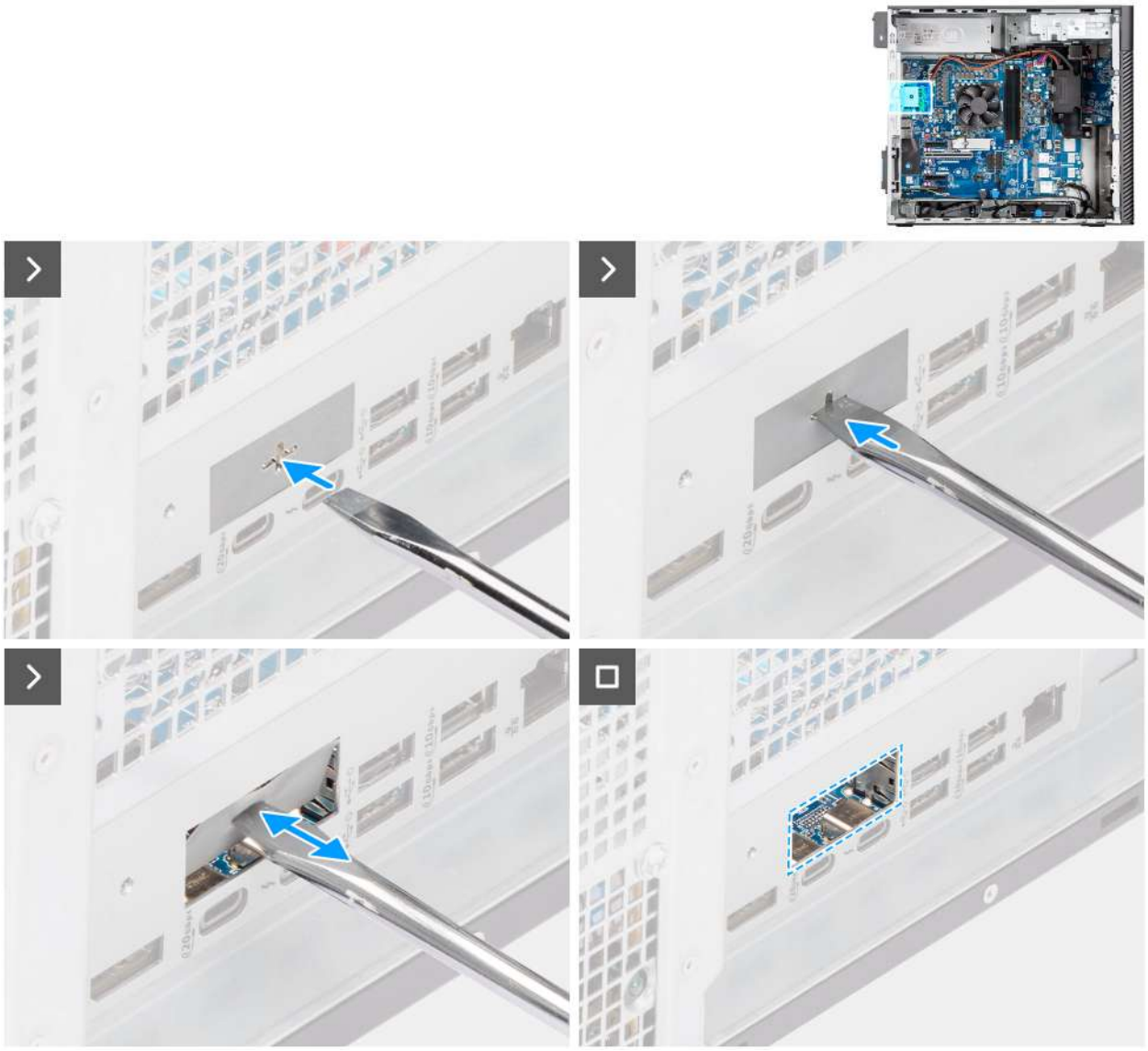


Figura 80. Instalando o módulo Thunderbolt opcional

DRAFT

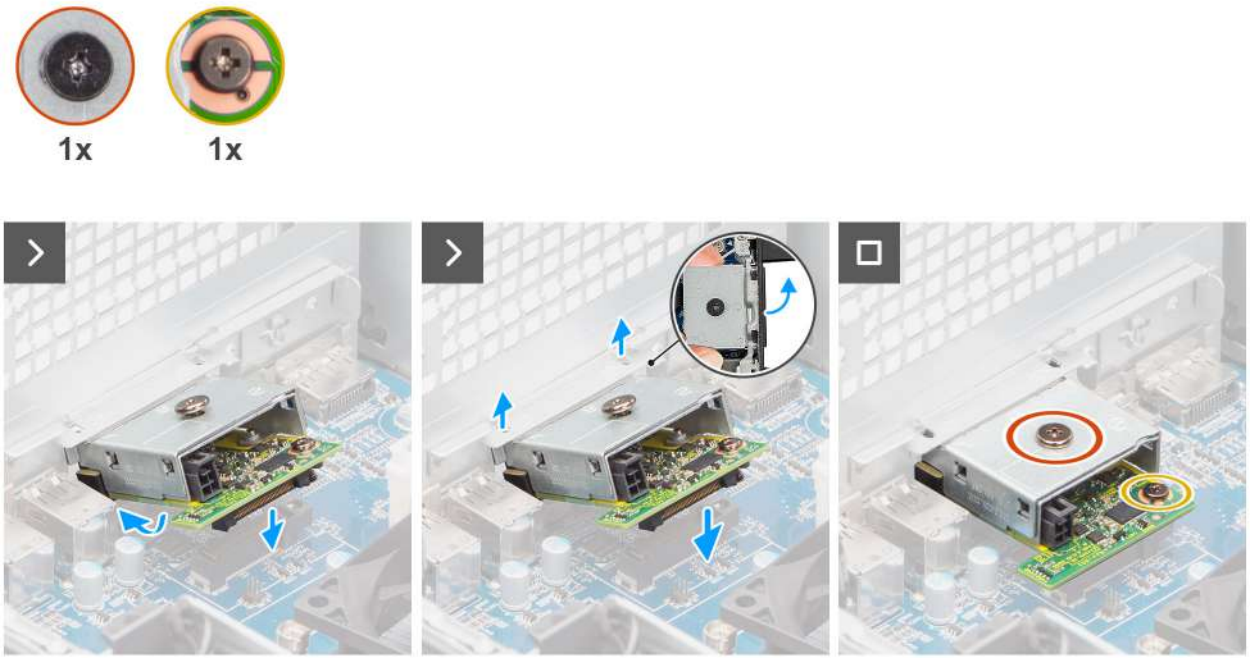


Figura 81. Instalando o módulo Thunderbolt opcional

Etapas

1. Usando uma chave de fenda, empurre contra a tampa da porta opcional até que ela se solte.

   NOTA: Esta etapa só é aplicável se você estiver instalando o módulo de porta opcional em um computador que não tinha o módulo instalado anteriormente.

2. Posicione o módulo Thunderbolt opcional em ângulo e alinhe as abas no módulo com os slots no chassi.
3. Alinhe o módulo Thunderbolt opcional com o slot no chassi e conecte o módulo ao conector na placa de sistema (OPTION).
4. Recoloque o parafuso (M2x4) que fixa o módulo Thunderbolt opcional na placa de sistema.
5. Alinhe o parafuso na tampa do módulo Thunderbolt opcional com o orifício do parafuso no módulo Thunderbolt opcional.
6. Recoloque o parafuso (M2x4) que prende a tampa do módulo Thunderbolt opcional ao módulo Thunderbolt opcional.

Próximas etapas

1. Instale o dissipador de calor de 125 W. Se aplicável.
2. Instale o ventilador do sistema.
3. Instale o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

4. Instale a tampa lateral.
5. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Removendo o módulo USB opcional

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

DRAFT

4. Remova o ventilador.
5. Remova o dissipador de calor de 125 W. Se aplicável.

Sobre esta tarefa

A imagem a seguir indica a localização do módulo USB opcional e apresenta uma representação visual do procedimento de remoção.

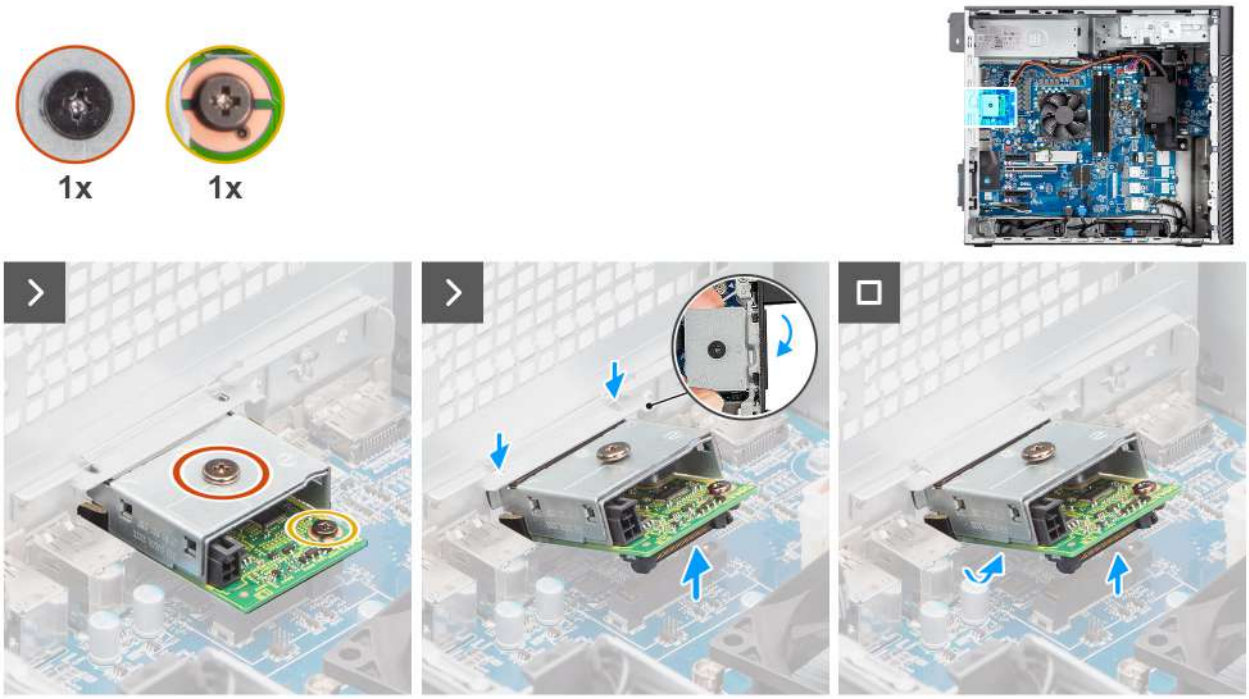


Figura 82. Removendo o módulo USB opcional

Etapas

1. Remova o parafuso (M2x4) que prende a tampa do módulo USB opcional ao módulo USB opcional.
2. Remova o parafuso (M2x4) que fixa o módulo USB opcional na placa de sistema.
3. Levante o módulo USB opcional em ângulo e remova as abas do módulo USB opcional dos slots no chassi.
4. Remova o módulo USB opcional da placa de sistema.

Instalando o módulo USB opcional

Pré-requisitos

Se for substituir um componente, remova o componente existente antes de executar o processo de instalação.

Sobre esta tarefa

NOTA: Os módulos de portas opcionais são mutuamente exclusivos. Apenas um módulo pode ser instalado por vez.

As imagens a seguir indicam a localização do módulo USB opcional e são uma representação visual do procedimento de instalação.

DRAFT

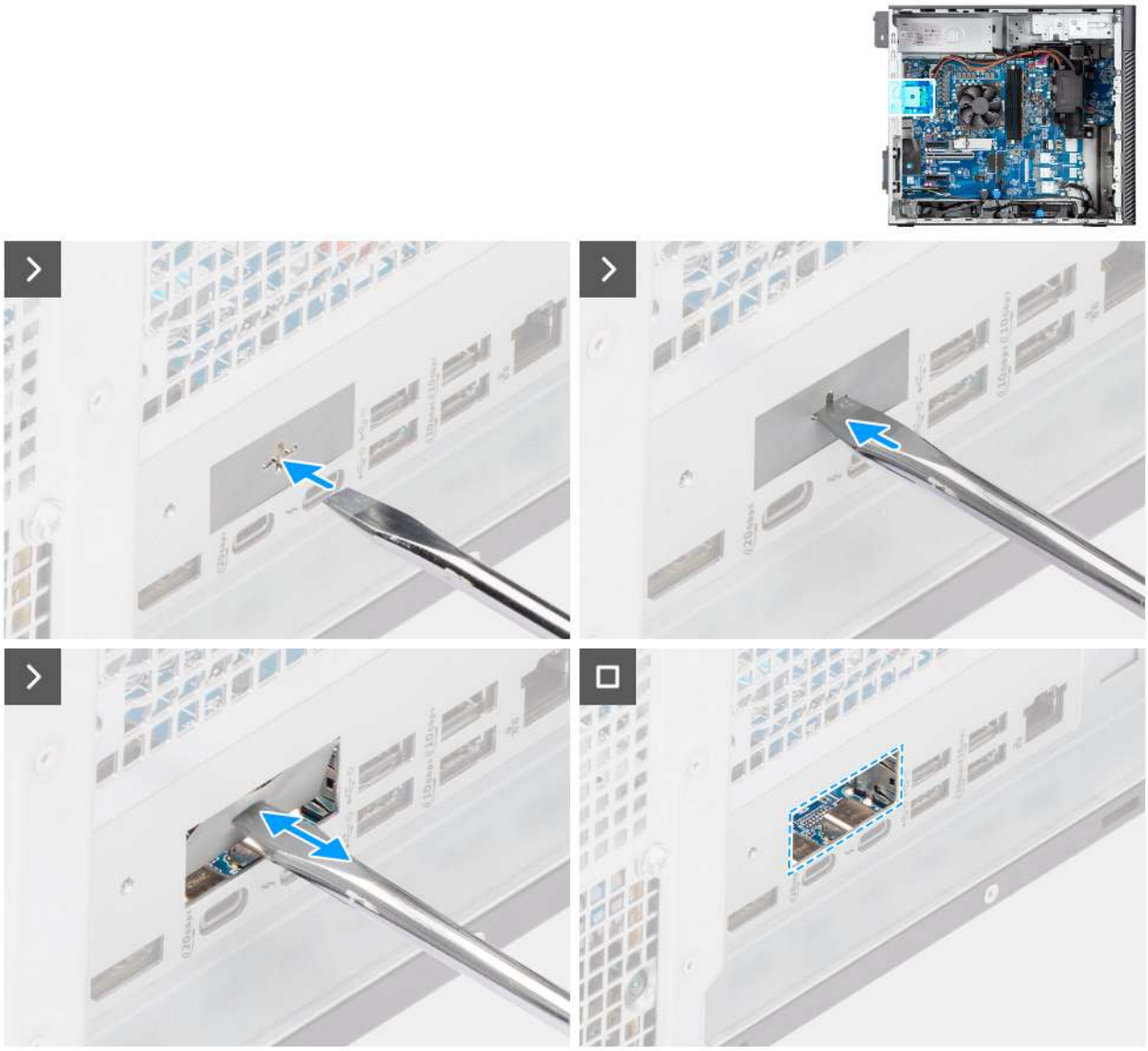


Figura 83. Instalando o módulo USB opcional

DRAFT

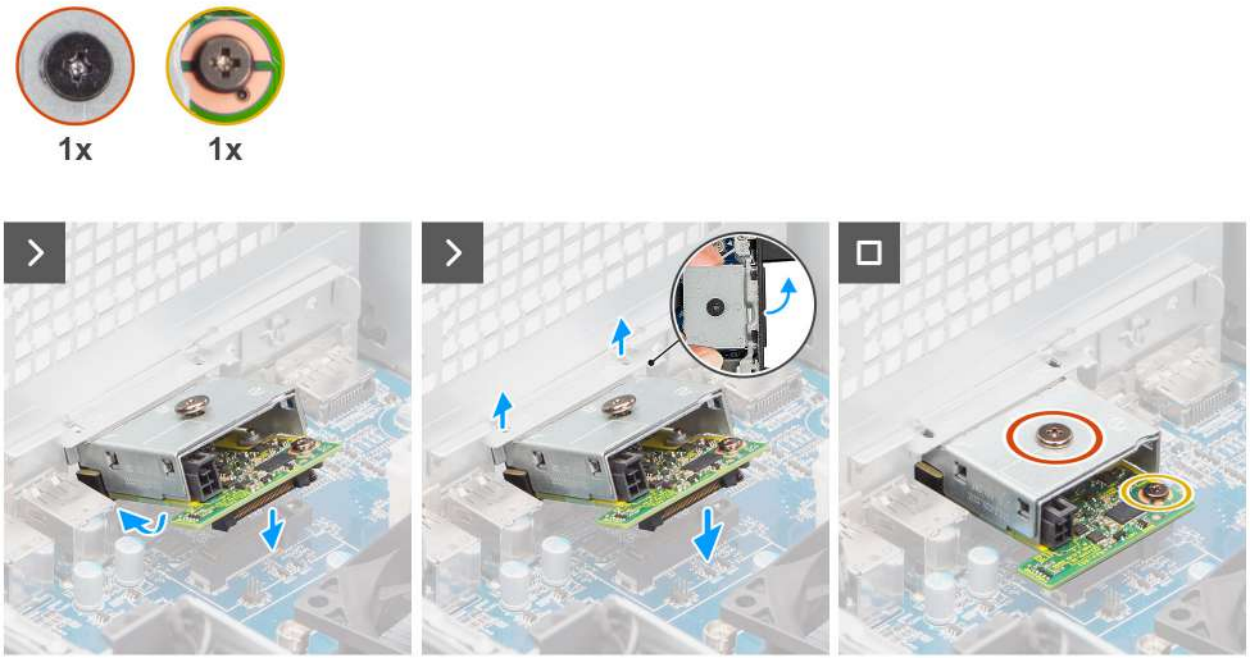


Figura 84. Instalando o módulo USB opcional

Etapas

1. Usando uma chave de fenda, empurre contra a tampa da porta opcional até que ela se solte.

   NOTA: Esta etapa só é aplicável se você estiver instalando o módulo de porta opcional em um computador que não tinha o módulo instalado anteriormente.

2. Posicione o módulo USB opcional em ângulo e alinhe as abas no módulo com os slots no chassi.
3. Alinhe o módulo USB opcional com o slot no chassi e conecte o módulo ao conector na placa de sistema (OPTION).
4. Recoloque o parafuso (M2x4) que fixa o módulo USB opcional na placa de sistema.
5. Alinhe o parafuso na tampa do módulo USB opcional com o orifício do parafuso no módulo USB opcional.
6. Recoloque o parafuso (M2x4) que prende a tampa do módulo USB opcional ao módulo USB opcional.

Próximas etapas

1. Instale o dissipador de calor de 125 W. Se aplicável.
2. Instale o ventilador do sistema.
3. Instale o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

4. Instale a tampa lateral.
5. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Removendo o módulo VGA opcional

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.
2. Remova a tampa lateral.
3. Remova o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

DRAFT

4. Remova o ventilador.
5. Remova o dissipador de calor de 125 W. Se aplicável.

Sobre esta tarefa

A imagem a seguir indica a localização do módulo VGA opcional e apresenta uma representação visual do procedimento de remoção.

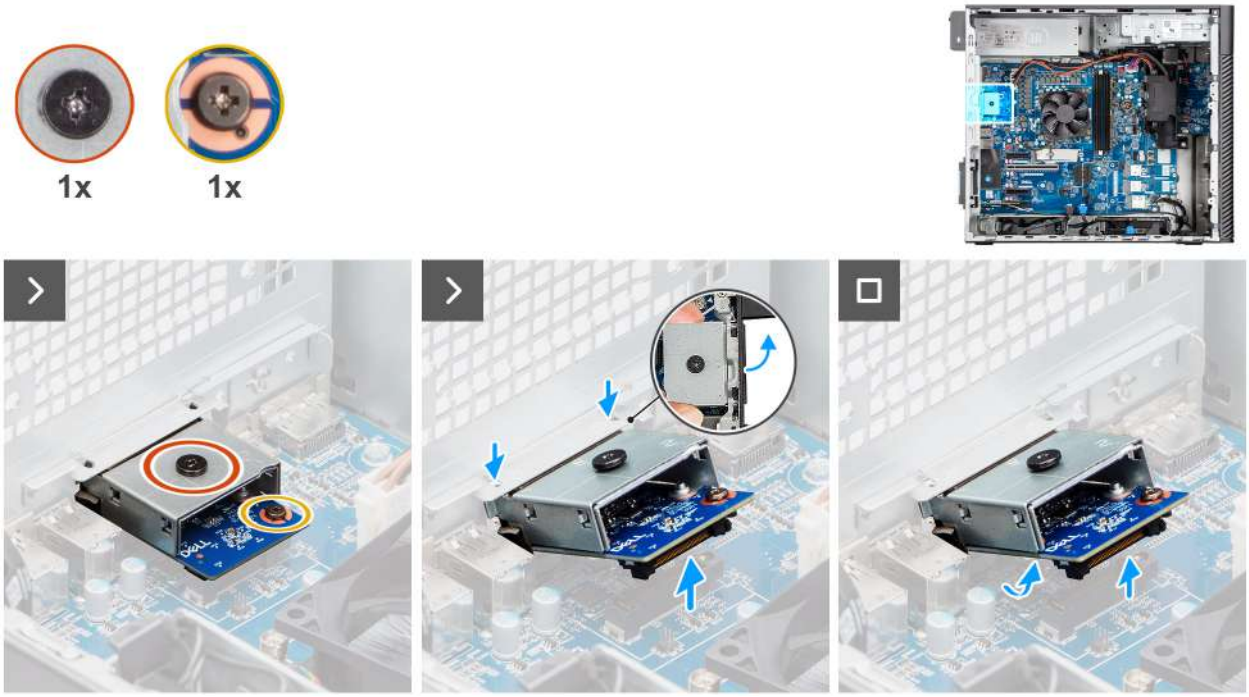


Figura 85. Removendo o módulo VGA opcional

Etapas

1. Remova o parafuso (M2x4) que prende a tampa do módulo VGA opcional ao módulo VGA opcional.
2. Remova o parafuso (M2x4) que fixa o módulo VGA opcional na placa de sistema.
3. Levante o módulo VGA opcional em ângulo e remova as abas do módulo VGA opcional dos slots no chassi.
4. Remova o módulo VGA opcional da placa de sistema.

Instalando o módulo VGA opcional

Pré-requisitos

Se for substituir um componente, remova o componente existente antes de executar o processo de instalação.

Sobre esta tarefa

NOTA: Os módulos de portas opcionais são mutuamente exclusivos. Apenas um módulo pode ser instalado por vez.

As imagens a seguir indicam a localização do módulo VGA opcional e são uma representação visual do procedimento de instalação.

DRAFT

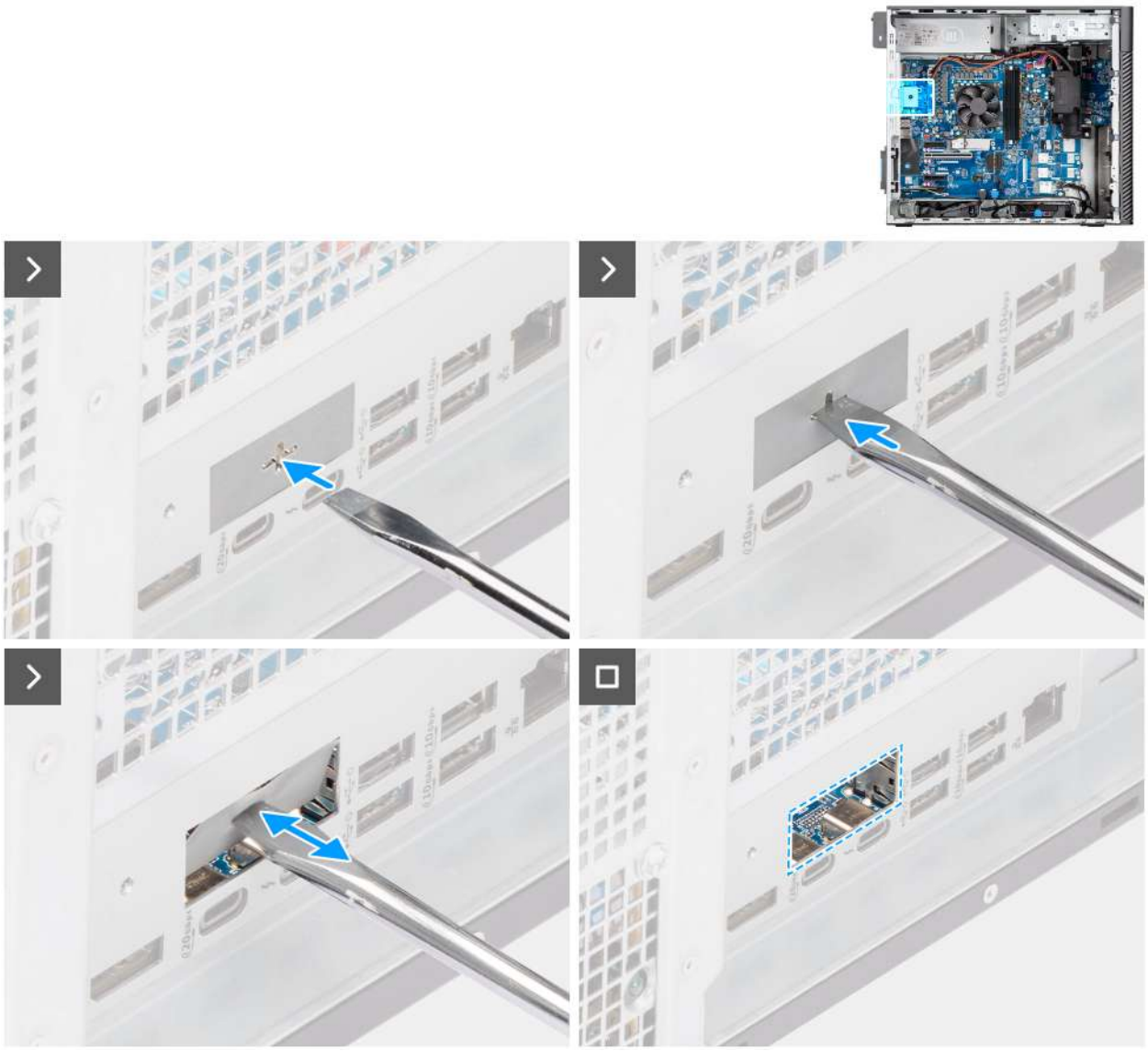


Figura 86. Instalando o módulo VGA opcional

DRAFT

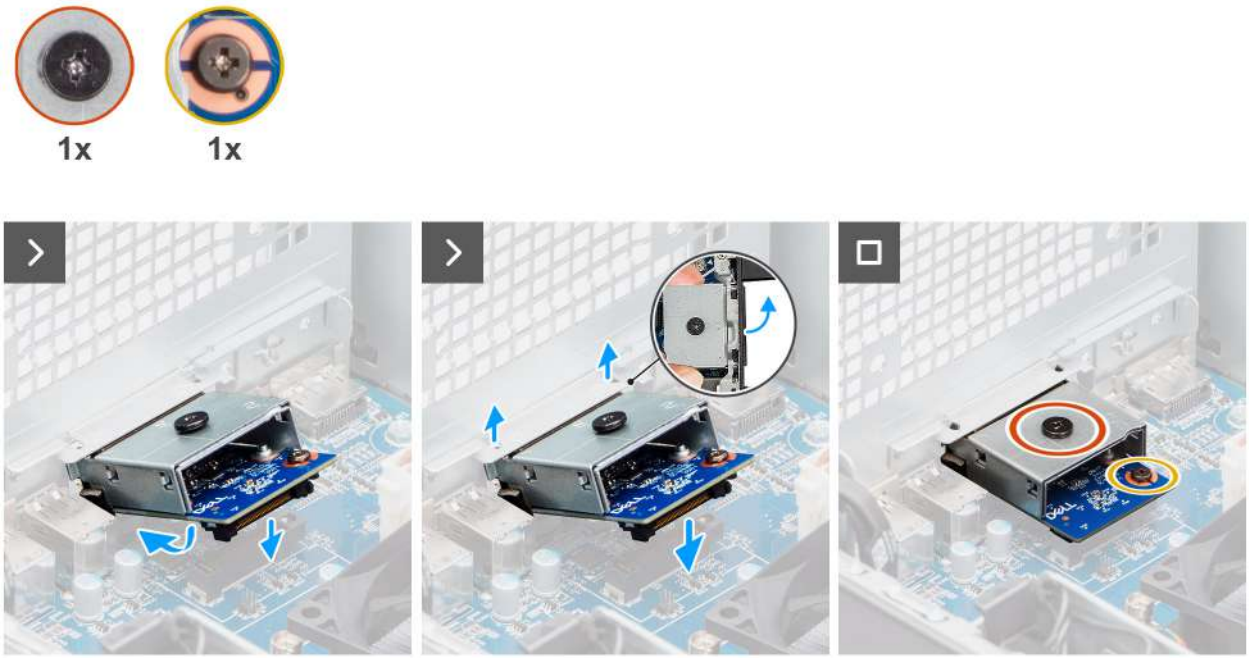


Figura 87. Instalando o módulo VGA opcional

Etapas

1. Usando uma chave de fenda, empurre contra a tampa da porta opcional até que ela se solte.

   NOTA: Esta etapa só é aplicável se você estiver instalando o módulo de porta opcional em um computador que não tinha o módulo instalado anteriormente.

2. Posicione o módulo VGA opcional em ângulo e alinhe as abas no módulo com os slots no chassi.
3. Alinhe o módulo VGA opcional com o slot no chassi e conecte o módulo ao conector na placa de sistema (OPTION).
4. Recoloque o parafuso (M2x4) que fixa o módulo VGA opcional na placa de sistema.
5. Alinhe o parafuso na tampa do módulo VGA opcional com o orifício do parafuso no módulo VGA opcional.
6. Recoloque o parafuso (M2x4) que prende a tampa do módulo VGA opcional ao módulo VGA opcional.

Próximas etapas

1. Instale o dissipador de calor de 125 W. Se aplicável.
2. Instale o ventilador do sistema.
3. Instale o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

4. Instale a tampa lateral.
5. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

Placa de sistema

Removendo a placa de sistema

CUIDADO: As informações nesta seção sobre a remoção destinam-se apenas a técnicos de serviço autorizados.

DRAFT

Pré-requisitos

1. Siga o procedimento descrito em Antes de trabalhar na parte interna do computador.

   NOTA: A etiqueta de serviço do seu computador está armazenada na placa de sistema. Você deve inserir a etiqueta de serviço no programa de configuração do BIOS após recolocar a placa de sistema.

   NOTA: Recolocar a placa de sistema remove quaisquer alterações feitas ao BIOS usando o programa de configuração BIOS. Você deve fazer as alterações apropriadas novamente depois de recolocar a placa de sistema.

   NOTA: Antes de desconectar os cabos da placa de sistema, observe os locais dos conectores para garantir a reconexão correta após a substituição da placa.

2. Remova a tampa lateral.
3. Remova a tampa frontal.
4. Remova o defletor de ar.

   NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

5. Remova o disco rígido de 3,5 polegadas.
6. Remova a SSD M.2 2230 ou a SSD M.2 2280.
7. Remova a WLAN.
8. Remova o módulo de memória.
9. Remova a placa gráfica.
10. Remova a GPU alimentada.

    NOTA: Esta etapa será necessária apenas se o computador estiver configurado com uma GPU alimentada.

11. Remova o conjunto do dissipador de calor de 125 W ou o conjunto do dissipador de calor de 65 W.
12. Remova o processador.
13. Remova o ventilador frontal do chassi e o ventilador traseiro do chassi.
14. Remova o sensor de violação.
15. Remova o alto-falante interno.
16. Remova o suporte de E/S frontal.

DRAFT

Sobre esta tarefa

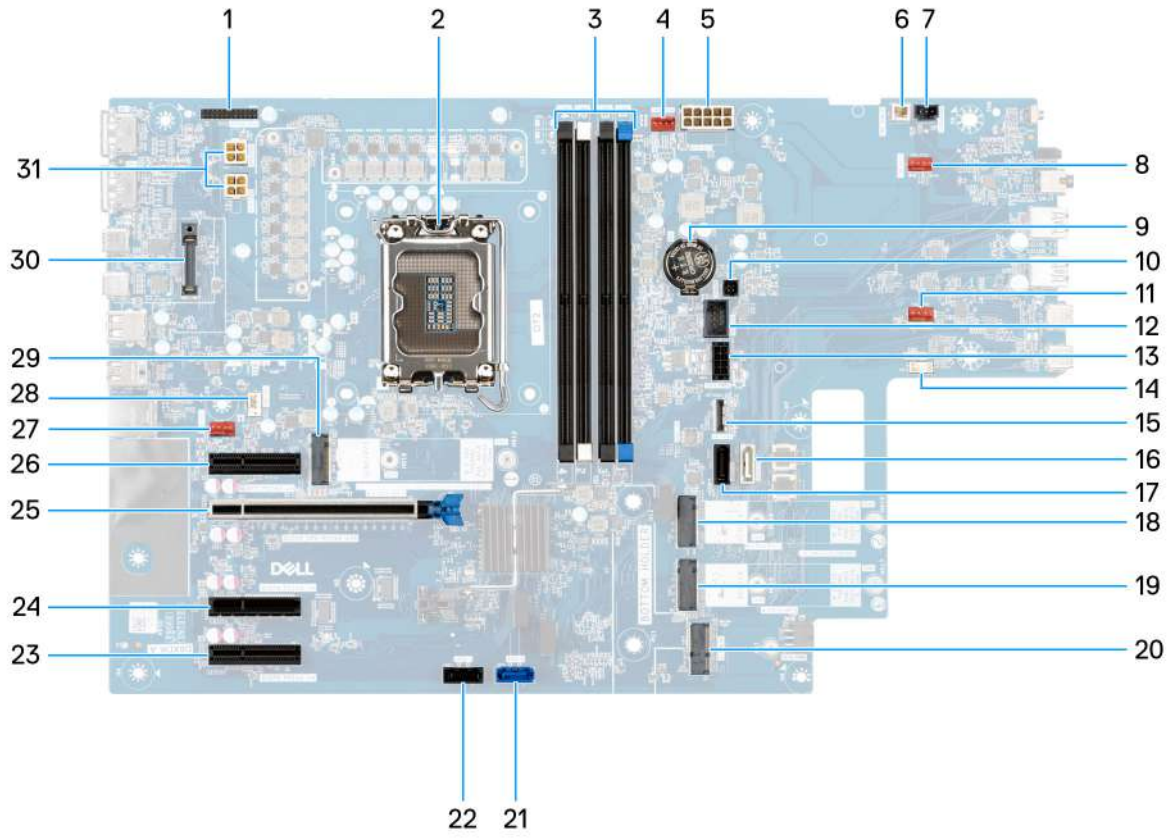


Figura 88. Legendas da placa de sistema

Tabela 25. Legendas da placa de sistema do Dell Pro Max torre T2 FCT2250

Não	Conector	Descrição
1	Serial/PS2	Conector do módulo Serial/PS2
2	CPU0_SKT	Soquete do processador
3	DIMM1 a DIMM4	Conectores do módulo de memória
4	FAN SYS4	Conector do ventilador do sistema 4
5	ATX SYS	Conector de alimentação do sistema ATX
6	PWR REMOTE	Conector remoto de alimentação
7	VIOLAÇÃO	Conector do sensor de violação
8	FAN SYS3	Conector do ventilador do sistema 3
9	RTC	Bateria de célula tipo moeda
10	SENSOR	Conector do sensor térmico
11	FAN SYS2	Conector do ventilador do sistema 2
12	INT USB	Conector USB interno
13	SATA PWR2	Conector de alimentação da SATA
14	INT SPKR	Conector do alto-falante interno
15	CARTÃO SD	Conector da placa SD

DRAFT

Tabela 25. Legendas da placa de sistema do Dell Pro Max torre T2 FCT2250 (continuação)

Não	Conector	Descrição
16	SATA-3	conector SATA 3
17	SATA-2	conector SATA 2
18	M.2 PCIe SSD-2	Slot 2 de SSD M2 PCIe
19	M.2 PCIe SSD-3	Slot 3 de SSD M.2 PCIe
20	WLAN M.2	Slot WLAN
21	SATA-0	conector SATA 0
22	SATA-1	conector SATA 1
23	SLOT5 PCIe3 x4	Conector PCIe x4
24	SLOT4 PCIe4 x4	Conector PCIe x4
25	SLOT2 PCIe5 x16	Conector PCIe x16
26	SLOT1 PCIe3 x4	Conector PCIe x4
27	FAN SYS1	Conector do ventilador do sistema 1
28	FAN CPU	Conector do ventilador da CPU
29	M.2 PCIe SSD-1	Slot 1 de SSD M2 PCIe
30	MÓDULO OPCIONAL	Cabeçalho do módulo opcional
31	ATX CPU1 e ATX CPU2	Conectores de 4 pinos de alimentação do processador

As imagens a seguir indicam a localização da placa de sistema e são uma representação visual do procedimento de remoção.

DRAFT

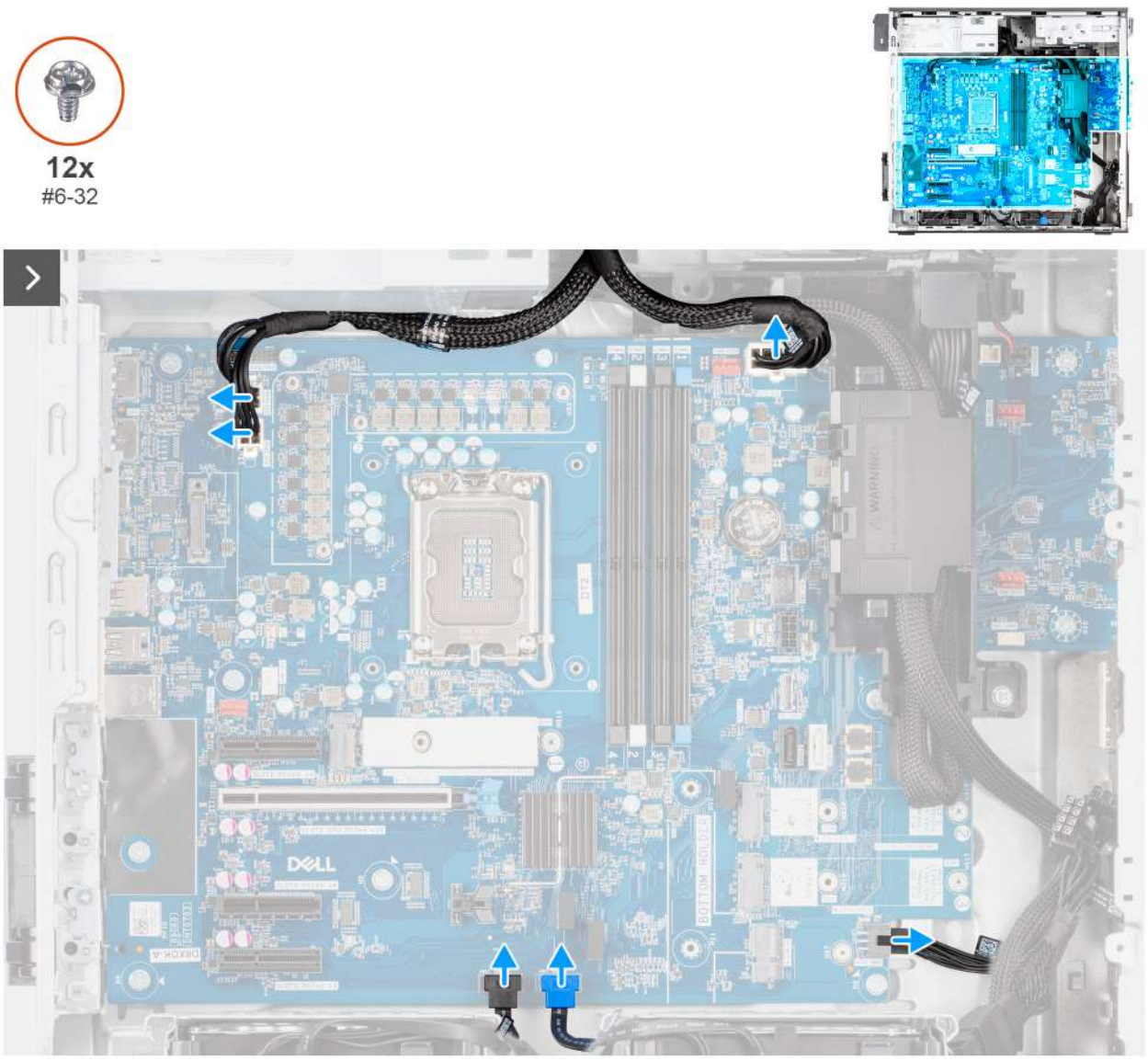


Figura 89. Removendo a placa de sistema

DRAFT

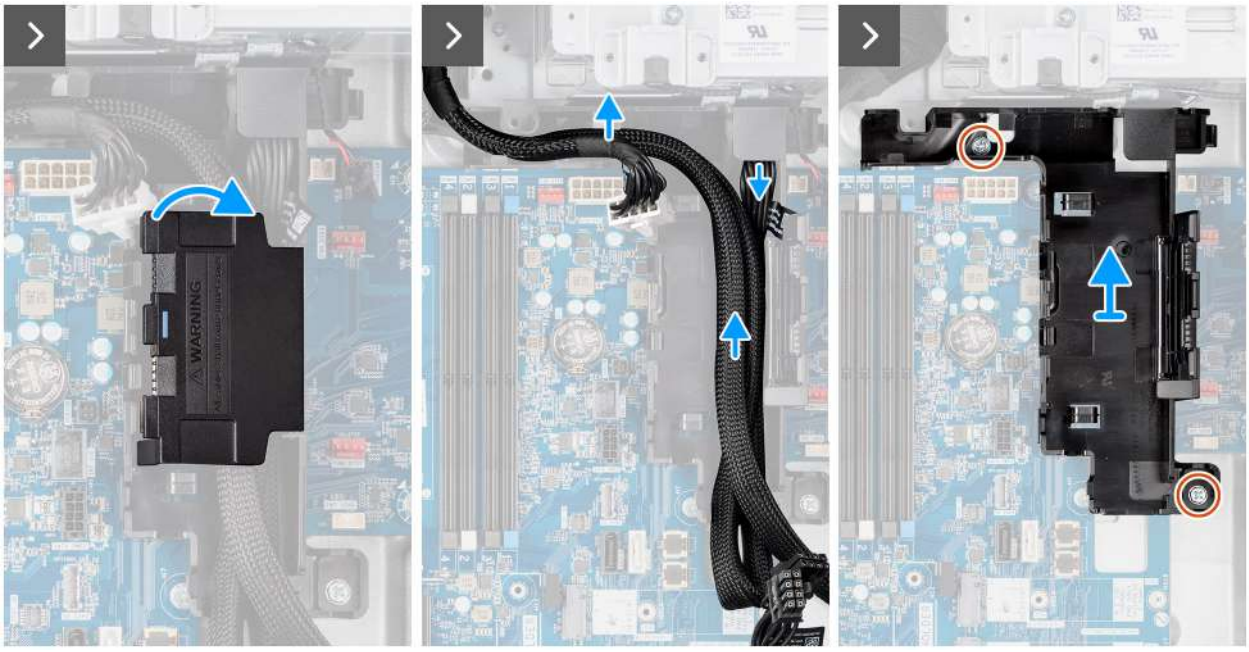


Figura 90. Removendo a placa de sistema

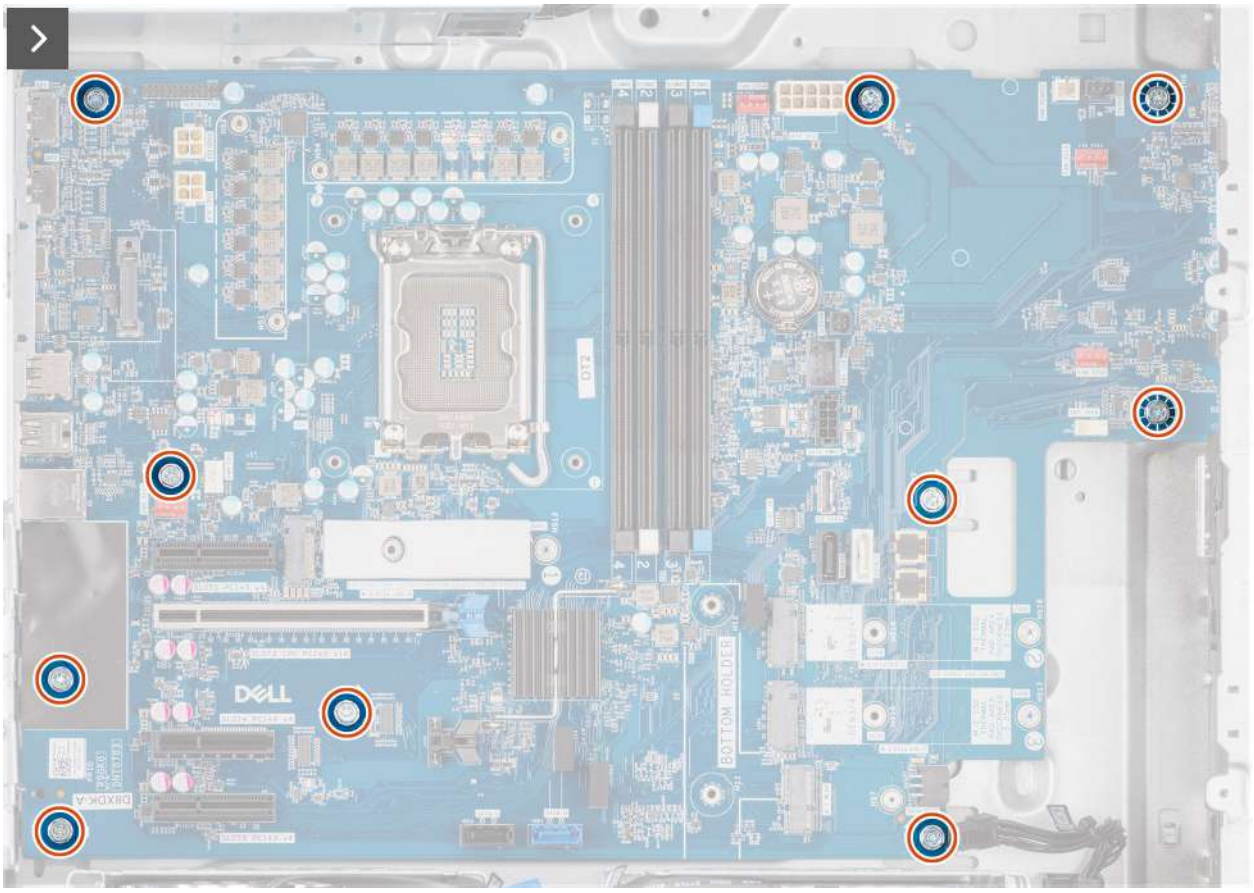


Figura 91. Removendo a placa de sistema

DRAFT



Figura 92. Removendo a placa de sistema

Etapas

1. Desconecte os cabos de alimentação e do disco rígido que estão conectados à placa de sistema.
2. Abra a tampa da caixa de cabos e retire-os da caixa de cabos.
3. Remova os dois parafusos (#6-32) que fixam a caixa de cabos no chassi.
4. Levante a caixa de cabos para fora do chassi.
5. Remova os dez parafusos (#6-32) que fixam a placa de sistema ao chassi.
6. Levante a placa de sistema com uma leve inclinação e remova-a do chassi.

Instalando a placa de sistema

CUIDADO: As informações nesta seção sobre a instalação destinam-se apenas a técnicos de serviço autorizados.

Pré-requisitos

Se estiver substituindo um componente, remova o componente existente antes de executar o procedimento de instalação.

DRAFT

Sobre esta tarefa

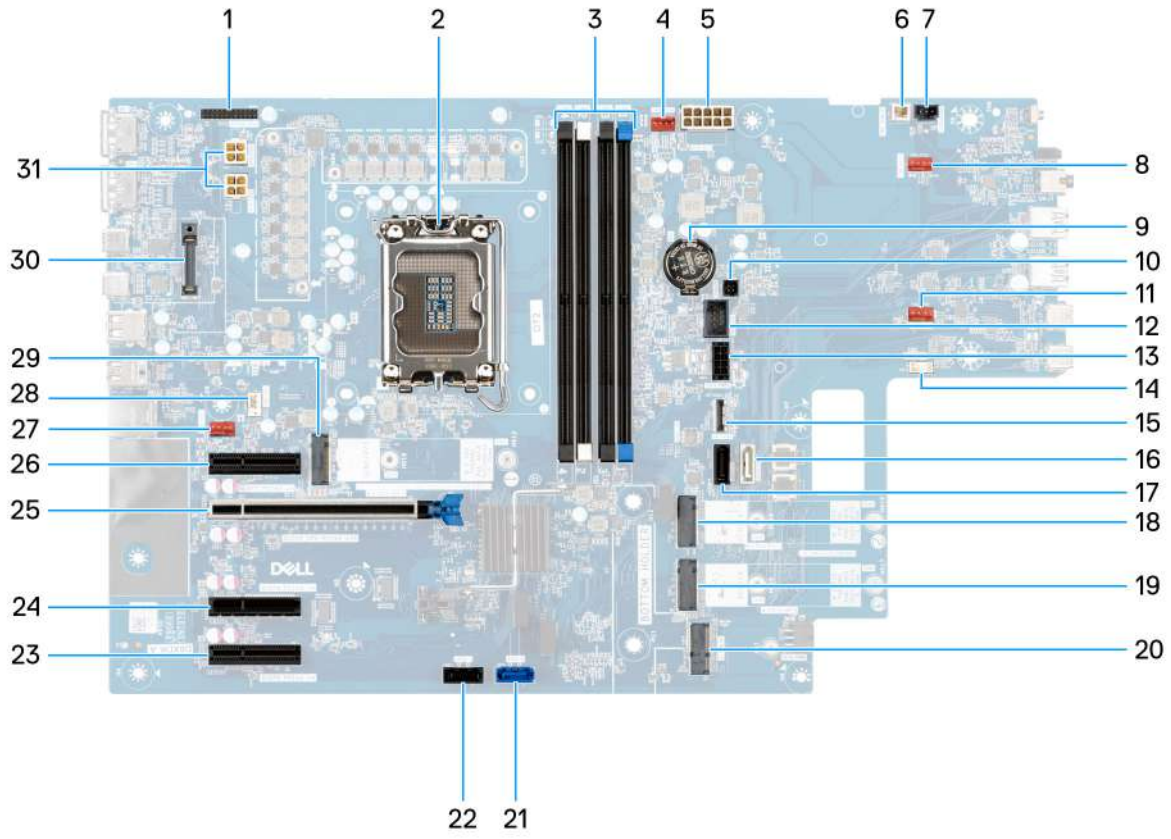


Figura 93. Legendas da placa de sistema

Tabela 26. Legendas da placa de sistema do Dell Pro Max torre T2 FCT2250

Não	Conector	Descrição
1	Serial/PS2	Conector do módulo Serial/PS2
2	CPU0_SKT	Soquete do processador
3	DIMM1 a DIMM4	Conectores do módulo de memória
4	FAN SYS4	Conector do ventilador do sistema 4
5	ATX SYS	Conector de alimentação do sistema ATX
6	PWR REMOTE	Conector remoto de alimentação
7	VIOLAÇÃO	Conector do sensor de violação
8	FAN SYS3	Conector do ventilador do sistema 3
9	RTC	Bateria de célula tipo moeda
10	SENSOR	Conector do sensor térmico
11	FAN SYS2	Conector do ventilador do sistema 2
12	INT USB	Conector USB interno
13	SATA PWR2	Conector de alimentação da SATA
14	INT SPKR	Conector do alto-falante interno
15	CARTÃO SD	Conector da placa SD

DRAFT

Tabela 26. Legendas da placa de sistema do Dell Pro Max torre T2 FCT2250 (continuação)

Não	Conector	Descrição
16	SATA-3	conector SATA 3
17	SATA-2	conector SATA 2
18	M.2 PCIe SSD-2	Slot 2 de SSD M2 PCIe
19	M.2 PCIe SSD-3	Slot 3 de SSD M.2 PCIe
20	WLAN M.2	Slot WLAN
21	SATA-0	conector SATA 0
22	SATA-1	conector SATA 1
23	SLOT5 PCIe3 x4	Conector PCIe x4
24	SLOT4 PCIe4 x4	Conector PCIe x4
25	SLOT2 PCIe5 x16	Conector PCIe x16
26	SLOT1 PCIe3 x4	Conector PCIe x4
27	FAN SYS1	Conector do ventilador do sistema 1
28	FAN CPU	Conector do ventilador da CPU
29	M.2 PCIe SSD-1	Slot 1 de SSD M2 PCIe
30	MÓDULO OPCIONAL	Cabeçalho do módulo opcional
3.1	ATX CPU1 e ATX CPU2	Conectores de 4 pinos de alimentação do processador

As imagens a seguir indicam a localização da placa de sistema e oferecem uma representação visual do procedimento de instalação.

DRAFT

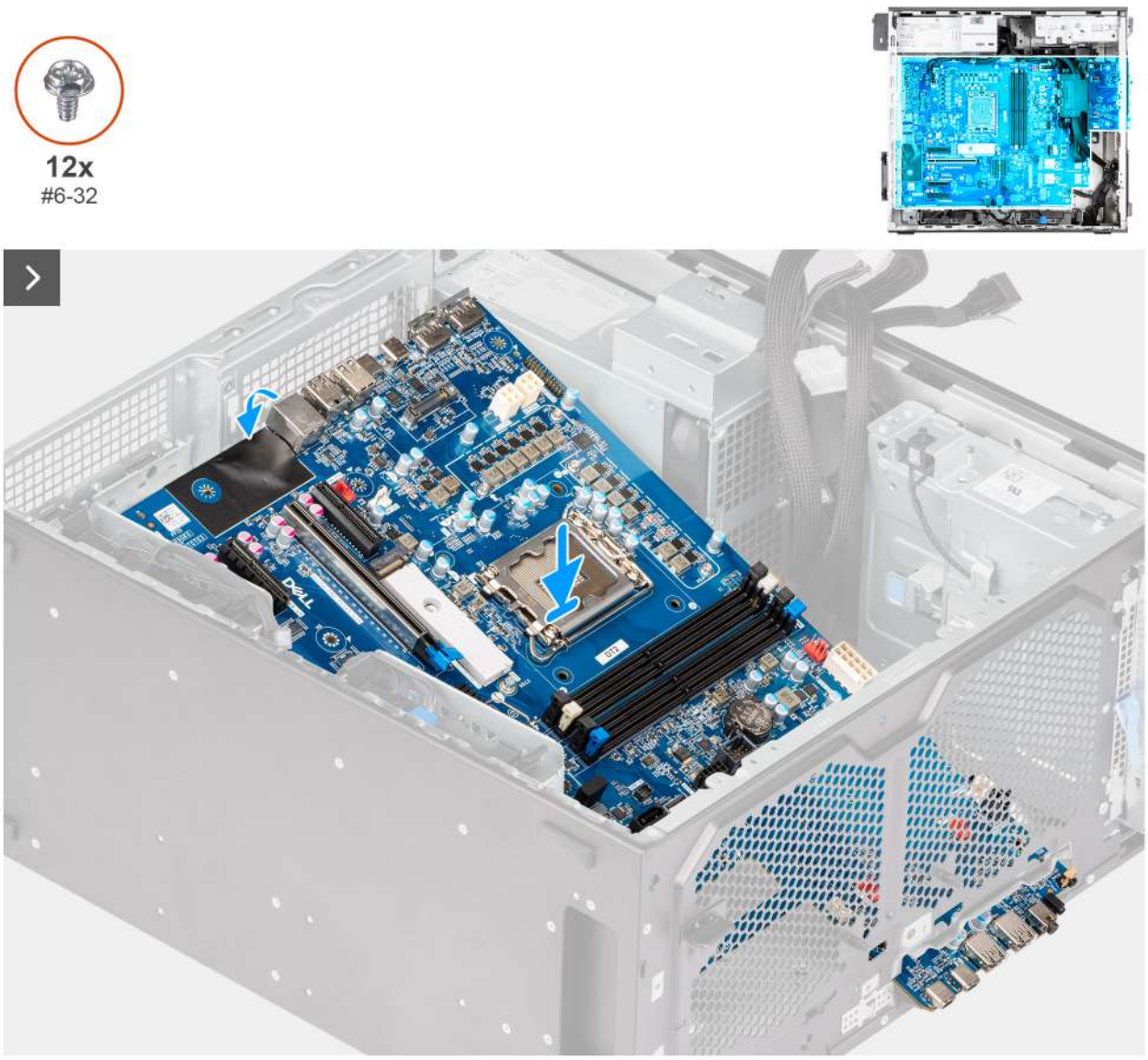


Figura 94. Instalando a placa de sistema

DRAFT

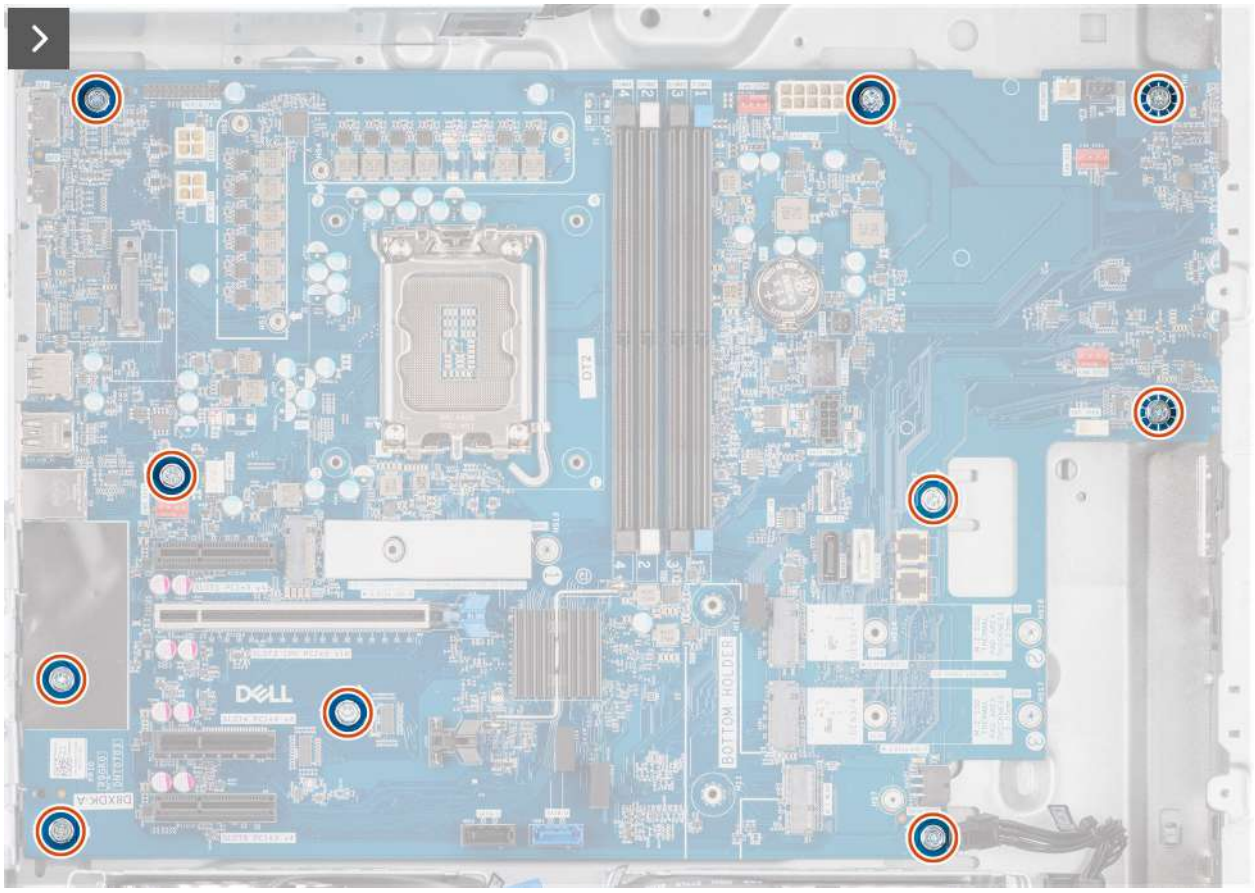


Figura 95. Instalando a placa de sistema

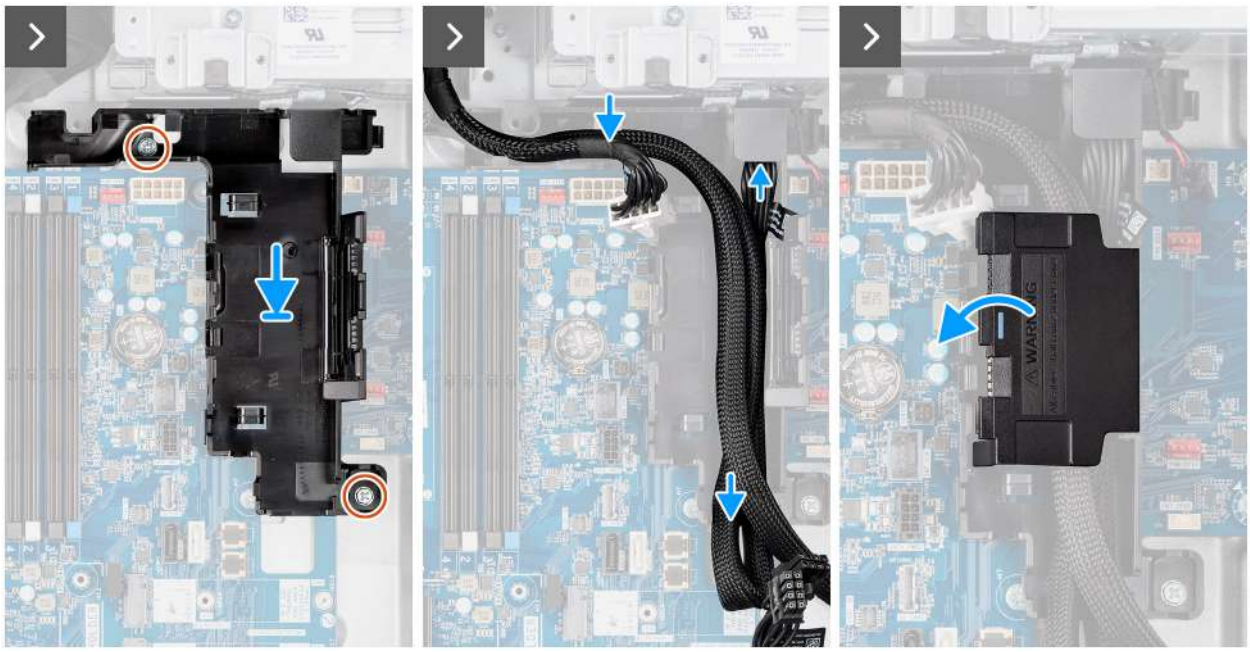


Figura 96. Instalando a placa de sistema

DRAFT

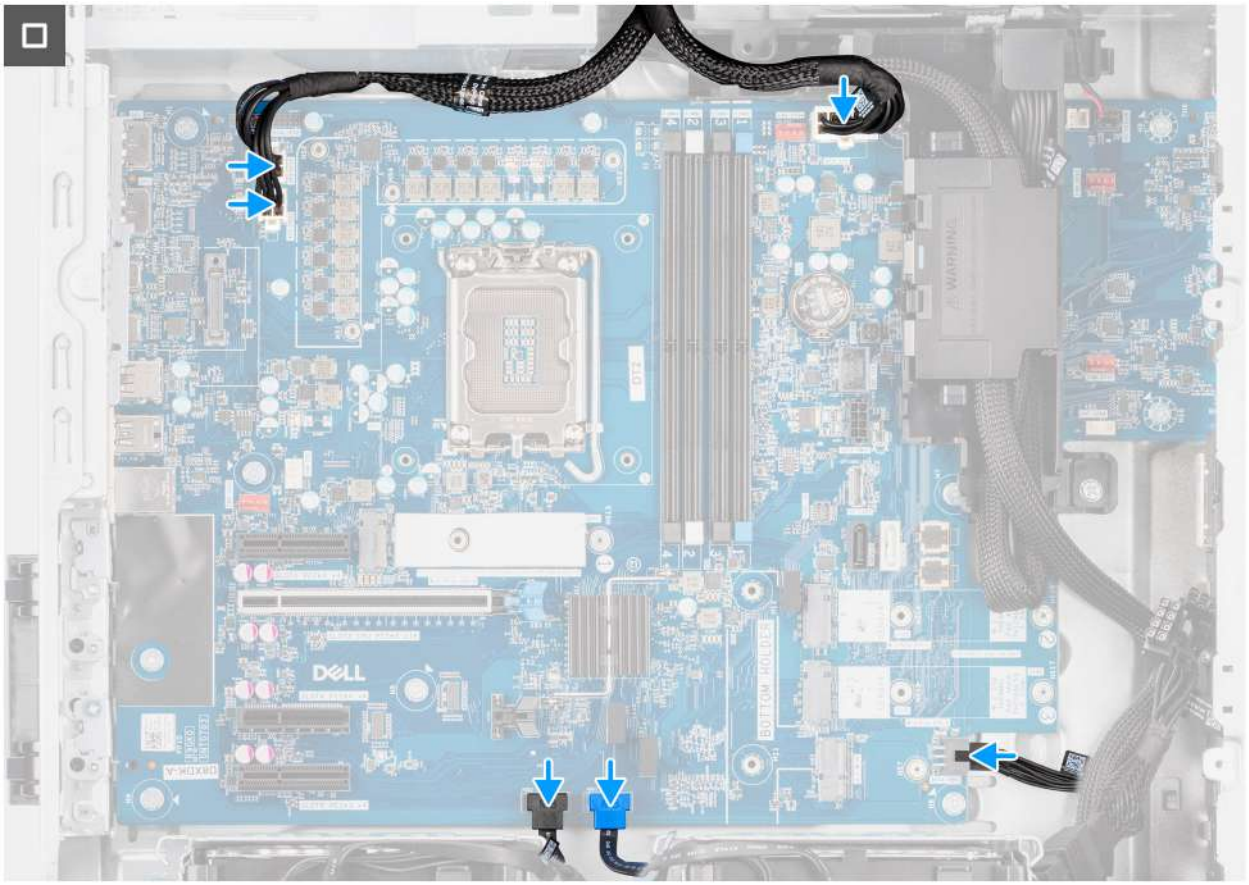


Figura 97. Instalando a placa de sistema

Etapas

1. Alinhe e deslize as portas frontais de E/S da placa de sistema no slot frontal de E/S do chassi.
2. Alinhe os orifícios dos parafusos na placa de sistema com os orifícios dos parafusos no chassi.
3. Recoloque os dez parafusos (#6-32) que fixam a placa de sistema no chassi.
4. Alinhe e coloque a caixa de cabos no respectivo slot no chassi.
5. Recoloque os dois parafusos (#6-32) que fixam a caixa de cabos no chassi.
6. Passe os cabos pela caixa de cabos e feche a tampa da caixa de cabos.

   NOTA: Dobre o excesso de cabos e insira-o na caixa de cabos.

7. Conecte os cabos de alimentação e do disco rígido aos respectivos conectores na placa de sistema.

Próximas etapas

1. Instale o suporte de E/S frontal.
2. Instale o alto-falante interno.
3. Instale o sensor de violação.
4. Instale o ventilador frontal do chassi e o ventilador traseiro do chassi.
5. Instale o processador.
6. Instale o conjunto do dissipador de calor de 125 W ou o conjunto do dissipador de calor de 65 W.
7. Instale a GPU alimentada.

   NOTA: Esta etapa será necessária apenas se o computador estiver configurado com uma GPU alimentada.

8. Instale a placa gráfica.
9. Instale o módulo de memória.
10. Instale o WLAN.
11. Instale a SSD M.2 2230 ou a SSD M.2 2280.

DRAFT

12. Instale o disco rígido de 3,5 polegadas.
13. Instale o defletor de ar.

NOTA: Somente para computadores com PSU de 1.500 W.

14. Instale a tampa frontal.
15. Instale a tampa lateral.
16. Siga o procedimento descrito em Após trabalhar na parte interna do computador.

NOTA: A etiqueta de serviço do computador está armazenada na placa de sistema. Você deve inserir a etiqueta de serviço no programa de configuração do BIOS após recolocar a placa de sistema.

NOTA: Recolocar a placa de sistema remove quaisquer alterações feitas ao BIOS usando o programa de configuração BIOS. Você deve fazer as alterações apropriadas novamente depois de recolocar a placa de sistema.

DRAFT

10 Software

Este capítulo apresenta em detalhes os sistemas operacionais compatíveis, além de instruções sobre como instalar os drivers.

Sistema operacional

O Dell Pro Max Tower T2 FCT2250 suporta os seguintes sistemas operacionais:

- Windows 11 Home
- Windows 11 Pro
- Windows 11 Pro National Academic
- Windows 11 IoT Enterprise 2024 LTSC
- Ubuntu Linux 24.04 LTS

Drivers e downloads

Durante a solução de problemas, o download ou a instalação de drivers, é recomendável que você leia o artigo da base de conhecimento da Dell 000123347, Perguntas frequentes sobre drivers e downloads.

DRAFT

11

Configuração de BIOS

CUIDADO: Certas alterações podem fazer com que o computador funcione de modo incorreto. Antes de alterar as configurações na configuração do BIOS, é recomendável anotar as configurações originais para referência futura.

NOTA: Dependendo do computador e dos dispositivos nele instalados, as opções listadas nesta seção poderão ser exibidas, ou não.

Use a configuração do BIOS para os seguintes fins:

- Obter informações sobre o hardware instalado em seu computador, como a quantidade de memória RAM e a capacidade do dispositivo de armazenamento.
- Alterar as informações de configuração do sistema.
- Definir ou alterar uma opção selecionável pelo usuário, como a senha do usuário, o tipo de dispositivo de armazenamento instalado e ativar ou desativar os dispositivos de base.

Entrando no programa Configuração do BIOS

Sobre esta tarefa

Ligue (ou reinicie) o computador e pressione F2 imediatamente.

Teclas de navegação

NOTA: Na maioria das opções de configuração do BIOS, as alterações efetuadas são registradas, mas elas só serão aplicadas quando o computador for reiniciado.

Tabela 27. Teclas de navegação

Teclas	Navegação
Seta para cima	Passa para o campo anterior.
Seta para baixo	Passa para o próximo campo.
Enter	Seleciona um valor no campo selecionado (se aplicável) ou segue o link no campo.
Barra de espaço	Expande ou recolhe uma lista suspensa, se aplicável.
Guia	Passa para a próxima área de foco.
Esc	Passa para a página anterior até que você veja a tela principal. Pressione Esc na tela principal para exibir uma mensagem que pede para salvar as mudanças feitas e reiniciar o computador.

Menu de inicialização para uma única vez

Para acessar o **one time boot menu**, ligue o computador e, em seguida, pressione F2 imediatamente.

NOTA: Se o computador não entrar no menu de inicialização, reinicie-o e pressione F2 imediatamente.

O menu de inicialização única exibe os dispositivos em que você pode fazer a inicialização, bem como a opção para iniciar o diagnóstico. As opções do menu de inicialização são:

- Removable Drive (se disponível)
- Unidade STXXXX (se disponível)

DRAFT

NOTA: XXX identifica o número da unidade SATA.

- Optical Drive (se disponível)
- Disco rígido SATA (se disponível)
- Diagnóstico

NOTA: Se você escolher **Diagnostics** exibirá a tela **ePSA diagnostics**.

O **one time boot menu** exibe também a opção de acessar a tela da configuração do sistema.

Menu de inicialização única com a tecla F12

Para acessar o menu de inicialização única, ligue ou reinicie o computador e, em seguida, pressione F12 imediatamente.

NOTA: Se não for possível entrar no menu de inicialização única, repita a ação acima.

O menu de inicialização única exibe os dispositivos em que você pode fazer a inicialização, bem como as opções para iniciar o diagnóstico. As opções do menu de inicialização são:

- Unidade removível (se disponível)
- Unidade STXXXX (se disponível)

NOTA: XXX identifica o número da unidade SATA.

- Unidade óptica (se disponível)
- Disco rígido SATA (se disponível)
- Diagnóstico

A tela do menu de inicialização única também exibe a opção de acessar a configuração do BIOS.

Opções de configuração do sistema

NOTA: Dependendo do computador e dos dispositivos instalados, os itens listados nesta seção podem ou não aparecer.

Tabela 28. Opções de configuração do sistema - menu System Information

Visão geral	
Dell Pro Max torre T2 FCT2250	
BIOS Version	Exibe o número da versão do BIOS.
Etiqueta de serviço	Exibe a etiqueta de serviço do computador.
Asset Tag	Exibe a etiqueta de inventário do computador.
Manufacture Date	Exibe a data de fabricação do computador.
Ownership Date	Exibe a data de aquisição do computador.
Express Service Code	Exibe o código de serviço expresso do computador.
Ownership Tag	Exibe a etiqueta de propriedade do computador.
Processor Information	
Processor Type	Exibe o tipo de processador.
Maximum Clock Speed	Exibe a velocidade máxima do relógio do processador.
Processor L2 Cache	Exibe o tamanho do cache L2 do processador.
Processor L3 Cache	Exibe o tamanho do cache L3 do processador.
Intel vPro Technology	Mostra se o processador é compatível com Intel vPro Technology.
Memory Information	

DRAFT

Tabela 28. Opções de configuração do sistema - menu System Information (continuação)

Visão geral	
Memory Installed	Exibe o total de memória instalada no computador.
Memory Speed	Exibe a velocidade da memória.
DIMM 1 Size	Exibe o tamanho da memória DIMM 1.
DIMM 2 Size	Exibe o tamanho da memória DIMM 2.
DIMM 3 Size	Exibe o tamanho da memória DIMM 3.
DIMM 4 Size	Exibe o tamanho da memória DIMM 4.
Devices Information	
Video Controller	Exibe o tipo do controlador de vídeo do computador.
Memória de vídeo	Exibe informações da memória de vídeo do computador.
Wi-Fi Device	Exibe informações do dispositivo de rede sem fio do computador.
Native Resolution	Exibe a resolução nativa do computador.
Audio Controller	Exibe informações do controlador de áudio do computador.
Bluetooth Device	Exibe as informações do dispositivo Bluetooth do computador.
LOM MAC Address	Exibe o endereço MAC da LAN na placa-mãe (LOM) do computador.
dGPU Video Controller	Exibe o tipo do controlador de vídeo dedicado do computador.
LOM 2 MAC Address	Exibe o segundo endereço MAC da LAN na placa-mãe (LOM) do computador.
Slot 1	Exibe as informações do disco rígido SATA do computador.
Slot 2	Exibe as informações do disco rígido SATA do computador.
Slot 4	Exibe as informações do disco rígido SATA do computador.
Slot 5	Exibe as informações do disco rígido SATA do computador.

Tabela 29. Opções de configuração do sistema — menu Boot Configuration

Configuração da inicialização	
Sequência de boot	
Boot Mode: UEFI only	Exibe o modo de inicialização.
Sequência de boot	Exibe a sequência de boot.
Enable PXE Boot Priority	Ativa ou desativa a prioridade de inicialização PXE. Por padrão, a opção **Enable PXE Boot Priority** não está ativada. Quando ativada e se uma opção de inicialização PXE for detectada, ela será adicionada ao topo da sequência de boot.
Force PXE On Next Boot	Ativa ou desativa o Force PXE na próxima inicialização. Por padrão, a opção **Force PXE on Next Boot** não está ativada.
Secure Boot	
Enable Secure Boot (Habilitar inicialização segura)	Ativa ou desativa o recurso de inicialização segura. Por padrão, a opção não está ativada.
Secure Boot Mode	Ative ou desative para alterar as opções do modo de inicialização segura. Por padrão, o **Deployed Mode** está ativado.
Expert Key Management	
Enable Custom Mode	Ativa ou desativa o modo personalizado. Por padrão, a opção **custom mode** não está ativada.

DRAFT

Tabela 29. Opções de configuração do sistema — menu Boot Configuration (continuação)

Configuração da inicialização	
Custom Mode Key Management	Selecione os valores personalizados para o gerenciamento de chaves especializadas.

Tabela 30. Opções de configuração do sistema — menu Integrated Devices

Integrated Devices	
Date/Time	Exibe a data atual no formato MM/DD/AAAA e a hora atual no formato HH:MM:SS AM/PM.
Audio	
Enable Audio	Ative ou desative o controlador de áudio integrado. Por padrão, todas as opções estão ativadas.
USB/Thunderbolt Configuration	Ative ou desative a inicialização a partir de dispositivos de armazenamento em massa USB no menu de inicialização ou sequência de boot. Por padrão, todas as opções estão ativadas.
Enable Thunderbolt Technology Support	Ative ou desative o suporte à tecnologia Thunderbolt. Por padrão, todas as opções estão ativadas. **NOTA:** A ativação das opções "Enable Thunderbolt Adaptor Boot Support" ou "Enable Thunderbolt Adaptor Pre-boot Modules" pode permitir que os dispositivos conectados ao adaptador Thunderbolt durante a pré-inicialização funcionem no sistema operacional, independentemente do nível de segurança selecionado na configuração do BIOS. O dispositivo continuará operando no sistema operacional até ser desconectado. Quando reconectado enquanto estiver no sistema operacional, o dispositivo se conectará de acordo com o nível de segurança e as autorizações anteriores do sistema operacional.
Front USB Configuration	Ative ou desative as portas USB frontais individuais. Por padrão, todas as opções estão ativadas.
Rear USB Configuration	Ative ou desative as portas USB traseiras individuais. Por padrão, todas as opções estão ativadas.

Tabela 31. Opções de configuração do sistema — menu Storage

Armazenamento	
Storage Interface	
Port Enablement	Ative ou desative várias unidades integradas. Por padrão, todas as opções estão ativadas.
Drive Information	
SATA-0	
Type	Exibe informações do tipo de disco rígido SATA do computador.
Device	Exibe informações do dispositivo de disco rígido SATA do computador.
SATA-1	
Type	Exibe informações do tipo de disco rígido SATA do computador.
Device	Exibe informações do dispositivo de disco rígido SATA do computador.
SATA-2	
Type	Exibe informações do tipo de disco rígido SATA do computador.
Device	Exibe informações do dispositivo de disco rígido SATA do computador.
SATA-3	

DRAFT

Tabela 31. Opções de configuração do sistema — menu Storage (continuação)

Armazenamento	
Type	Exibe informações do tipo de disco rígido SATA do computador.
Device	Exibe informações do dispositivo de disco rígido SATA do computador.
M.2 PCIe SSD-0	
Type	Exibe informações do tipo SSD-0 PCIe M.2 do computador.
Device	Exibe informações do dispositivo SSD-0 PCIe M.2 do computador.
M.2 PCIe SSD-1	
Type	Exibe as informações do tipo SSD-1 PCIe M.2 do computador.
Device	Exibe informações do dispositivo SSD-1 PCIe M.2 do computador.
M.2 PCIe SSD-2	
Type	Exibe as informações do tipo SSD-2 PCIe M.2 do computador.
Device	Exibe informações do dispositivo SSD-2 PCIe M.2 do computador.
Enable MediaCard	
Secure Digital (SD) Card	Ative ou desative o cartão SD. Por padrão, a opção **Secure Digital (SD) Card** está ativada.
Secure Digital (SD) Card Read-Only Mode	Ative ou desative o modo somente leitura do cartão SD. Por padrão, a opção **Secure Digital (SD) Card Read-Only Mode** não está ativada.

Tabela 32. Opções de configuração do sistema — menu Security

Segurança	
TPM 2.0 Security	
Chassis intrusion	Controla o recurso de invasão do chassi. Por padrão, a opção está desativada.
Absolute	Ativa, desativa ou desativa permanentemente a interface do módulo BIOS do serviço opcional Absolute Persistence Module do software Absolute. Por padrão, a opção **Enable Absolute** está ativada.
Firmware Device Tamper Detection	Ative ou desative Firmware Device Tamper Detection. Por padrão, a opção **Silent** está ativada.
Clear Firmware Device Tamper Detection	Ative ou desative Clear Firmware Device Tamper Detection. Por padrão, a opção **Clear Firmware Device Tamper Detection** fica desativada.

Tabela 33. Opções de configuração do sistema — menu Passwords

Passwords	
Administração de senha	Defina, altere ou exclua a senha do administrador.
System Password	Defina, altere ou apague a senha do computador.
M.2 PCIe SSD-0	Define, altera ou exclui a senha de M.2 PCIe SSD-0.

Tabela 34. Opções de configuração do sistema — menu Update, Recovery

Update, Recovery	
SupportAssist OS Recovery	Ative ou desative o fluxo de inicialização da ferramenta SupportAssist OS Recovery no caso de certos erros do computador. Por padrão, a opção está ativada.

DRAFT

Tabela 34. Opções de configuração do sistema — menu Update, Recovery (continuação)

Update, Recovery	
BIOSConnect	Ative ou desative a recuperação do sistema operacional de serviço em nuvem se o sistema operacional principal não inicializar antes de atingir número de falhas igual ou superior ao valor especificado pela opção de configuração do limite de recuperação automática do sistema operacional e o serviço local do sistema operacional não inicializar ou não estiver instalado. Por padrão, a opção está ativada.
Dell Auto OS Recovery Threshold	Controla o fluxo para inicialização automática do SupportAssist System Resolution Console e Dell OS Recovery Tool. Por padrão, o valor de limite é definido como 2.

Tabela 35. Opções de configuração do sistema — menu System Management

Gerenciamento de sistema	
Etiqueta de serviço	Exiba a etiqueta de serviço do computador.
Asset Tag	Crie uma etiqueta de inventário do computador.
First Power On Date	
Set Ownership Date	Ative ou desative a data de propriedade. Por padrão, a opção está desativada.

Tabela 36. Opções de configuração do sistema — menu Keyboard

Teclado	
Keyboard Errors	
Numlock LED	
Enable Numlock LED	Ativa ou desativa o LED Numlock. Por padrão, a opção está ativada.

Tabela 37. Opções de configuração do sistema — menu Pre-boot Behavior

Comportamento pré-inicialização	
Warning and Errors	Ativa ou desativa a ação a ser realizada quando uma advertência ou erro for encontrada. Por padrão, a opção **Prompt on Warnings and Errors** está ativada.

Tabela 38. Opções de configuração do sistema — menu System Logs

Logs do sistema	
BIOS Event Log	
Limpa o registro de eventos do BIOS	Exiba os eventos do BIOS. Por padrão, a opção **Keep Log** está ativada.
Power Event Log	
Limpa o registro de eventos de energia	Exiba os eventos de energia. Por padrão, a opção **Keep Log** está ativada.

DRAFT

Como atualizar o BIOS

Como atualizar o BIOS no Windows

Sobre esta tarefa

CUIDADO: Se o BitLocker não for suspenso antes de o BIOS ser atualizado, a chave do BitLocker não será reconhecida na próxima vez que você reiniciar o computador. A chave de recuperação precisará ser informada para que você possa prosseguir, e o computador pedirá a chave de recuperação em cada reinicialização. Deixar de informar a chave de recuperação pode resultar em perda de dados ou em uma reinstalação do sistema operacional. Para obter mais informações, consulte o recurso da base de conhecimento: Atualização do BIOS em sistemas Dell com o BitLocker ativado.

Etapas

1. Acesse o site do Suporte Dell.
2. Vá para **Identifique seu produto ou suporte de pesquisa**. Na caixa, digite o identificador do produto, modelo, chamado ou descreva o que você está procurando e clique em **Pesquisar**.

   NOTA: Se não tiver a etiqueta de serviço, use o SupportAssist para identificar automaticamente seu computador. Você também pode usar o ID do produto ou procurar manualmente o modelo do computador.

3. Clique em **Drivers e downloads**. Expanda **Localizar drivers**.
4. Selecione o sistema operacional instalado no computador.
5. Na lista suspensa **Categoria**, selecione **BIOS**.
6. Selecione a versão mais recente do BIOS e clique em **Download** para fazer download do BIOS do sistema para seu computador.
7. Depois que o download for concluído, navegue até a pasta em que você salvou o arquivo de atualização do BIOS.
8. Clique duas vezes no ícone do arquivo de atualização do BIOS e siga as instruções na tela.
   Para ver mais informações, pesquise na base de conhecimento no Site de Suporte Dell.

Como atualizar o BIOS em ambientes Linux e Ubuntu

Para atualizar o BIOS do sistema em um computador que está com Linux ou Ubuntu instalado, consulte o artigo da base de conhecimento 000131486 no Site de Suporte Dell.

Como atualizar o BIOS usando a unidade USB no Windows

Sobre esta tarefa

CUIDADO: Se o BitLocker não for suspenso antes de o BIOS ser atualizado, a chave do BitLocker não será reconhecida na próxima vez que você reiniciar o computador. A chave de recuperação precisará ser informada para que você possa prosseguir, e o computador pedirá a chave de recuperação em cada reinicialização. Deixar de informar a chave de recuperação pode resultar em perda de dados ou em uma reinstalação do sistema operacional. Para obter mais informações, consulte o recurso da base de conhecimento: Atualização do BIOS em sistemas Dell com o BitLocker ativado.

Etapas

1. Acesse o site Suporte Dell.
2. Vá para **Identifique seu produto ou suporte de pesquisa**. Na caixa, digite o identificador do produto, modelo, chamado ou descreva o que você está procurando e clique em **Pesquisar**.

   NOTA: Se não tiver a etiqueta de serviço, use o SupportAssist para identificar automaticamente seu computador. Você também pode usar o ID do produto ou procurar manualmente o modelo do computador.

3. Clique em **Drivers e downloads**. Expanda **Localizar drivers**.

DRAFT

4. Selecione o sistema operacional instalado no computador.
5. Na lista suspensa **Categoria**, selecione **BIOS**.
6. Selecione a versão mais recente do BIOS e clique em **Download** para fazer download do BIOS do sistema para seu computador.
7. Crie uma unidade USB inicializável. Para ver mais informações, pesquise na base de conhecimento no Site de Suporte Dell.
8. Copie o arquivo do programa de instalação do BIOS para a unidade USB inicializável.
9. Conecte a unidade de USB inicializável ao computador que precisa da atualização do BIOS.
10. Reinicie o computador e pressione **F12**.
11. Selecione a unidade USB no **Menu de inicialização a ser executada uma única vez**.
12. Digite o nome do arquivo do programa de instalação do BIOS e pressione **Enter**.
    O **Utilitário de atualização do BIOS** é exibido.
13. Siga as instruções na tela para concluir a atualização do BIOS.

Como atualizar o BIOS a partir do menu de inicialização única

Você pode executar o arquivo de atualização do BIOS pelo Windows usando uma unidade USB inicializável ou atualizar o BIOS a partir do menu de inicialização única no computador. Para atualizar o BIOS do computador, copie o arquivo XXXX.exe do BIOS em uma unidade USB formatada com o file system FAT32. Em seguida, reinicie o computador e inicialize a partir da unidade USB usando o menu de inicialização única.

Sobre esta tarefa

CUIDADO: Se o BitLocker não estiver suspenso antes de atualizar o BIOS, na próxima vez em que você reinicializar o computador, ele não reconhecerá a chave do BitLocker. Será solicitado que seja inserida a chave de recuperação para o progresso, e o computador solicitará isso em cada reinicialização. Se a chave de recuperação não for reconhecida, isso pode resultar em perda de dados ou em uma reinstalação desnecessária do sistema operacional. Para ver mais informações sobre este assunto, pesquise no recurso da base de conhecimento no Site de Suporte Dell.

Atualizações do BIOS

Para confirmar se a atualização flash do BIOS está listada como uma opção de inicialização, você pode inicializar o computador no menu de **inicialização única**. Se essa opção estiver listada, o BIOS poderá ser atualizado usando este método.

Requisitos para atualizar o BIOS pelo menu de inicialização única:

- Unidade USB formatada para o file system FAT32 (a unidade não precisa ser inicializável).
- Arquivo executável do BIOS baixado do site do Suporte Dell e copiado para a raiz da unidade USB
- O adaptador de energia CA precisa estar conectado ao computador
- Uma bateria funcional do computador para atualizar o BIOS

Realize as etapas a seguir para atualizar o BIOS a partir do menu de inicialização única:

CUIDADO: Não desligue o computador durante o processo de atualização do BIOS. O computador pode não inicializar se você o desligar.

Etapas

1. Desligue o computador e insira a unidade USB que contém o arquivo de atualização flash do BIOS.
2. Ligue o computador e pressione **F12** para acessar o menu de **inicialização única**. Selecione **Atualização de BIOS** usando o mouse ou as teclas de seta e pressione Enter.
   O menu Atualizar BIOS é exibido.
3. Clique em **Atualizar do arquivo**.
4. Selecione o dispositivo USB externo.
5. Após selecionar o arquivo, clique duas vezes no arquivo de destino para atualizar e, em seguida, clique em **Enviar**.
6. Clique em **Atualizar BIOS**. O computador será reiniciado para atualizar o BIOS.
7. O computador será reiniciado após a atualização do BIOS ser concluída.

DRAFT

Senhas do sistema e de configuração

CUIDADO: Os recursos das senhas proporcionam um nível básico de segurança para os dados no computador.

CUIDADO: Certifique-se de que o computador esteja bloqueado quando não estiver em uso. Qualquer pessoa pode acessar os dados armazenados no seu computador se você se afastar dele.

Tabela 39. Senhas do sistema e de configuração

Tipo de senha	Descrição
Senha do sistema	Senha que você precisa digitar para fazer inicializar seu sistema operacional.
Senha de configuração	Senha que você precisa digitar para ter acesso e fazer alterações nas configurações do BIOS do computador.

É possível criar uma senha do sistema e uma senha de configuração para proteger o computador.

NOTA: O recurso de senha do sistema e de configuração está desativado por padrão.

Como atribuir uma senha de configuração do sistema

Pré-requisitos

É possível atribuir uma nova senha de administrador ou do sistema somente quando o status está em **Não definida**. Para entrar na configuração do sistema do BIOS, pressione F2 imediatamente após uma ativação ou reinicialização.

Etapas

1. Na tela **BIOS de sistema** ou **Configuração do sistema**, selecione **Security** e pressione Enter.
   A tela **Security** é exibida.
2. Selecione **System/Admin Password** e crie uma senha no campo **Enter the new password**.
   Use as diretrizes a seguir para criar a senha do sistema:
   - A senha pode ter até 32 caracteres.
   - A senha deve conter, pelo menos, um caractere especial: "(! " # $ % & ' * + , - . / : ; < = > ? @ [\ ] ^ _ ` { | })"
   - A senha pode conter números de 0 a 9.
   - A senha pode conter letras de A a Z e de a a z.
3. Digite a senha do sistema que foi digitada anteriormente no campo **Confirm new password** e clique em **OK**.
4. Pressione Y para salvar as alterações.
   O computador será reinicializado.

Como apagar ou alterar uma senha de sistema ou uma senha de configuração existente

Pré-requisitos

Certifique-se de que o **Status da senha** esteja desbloqueado na configuração do sistema antes de tentar excluir ou alterar a senha do sistema e/ou a senha de configuração já existente. Não será possível excluir ou alterar uma senha de sistema ou de configuração já existente se a opção **Status da senha** estiver Bloqueada. Para entrar na configuração do sistema, pressione F2 imediatamente após uma ativação ou reinicialização.

Etapas

1. Na tela **BIOS de sistema** ou **Configuração do sistema**, selecione **Segurança do sistema** e pressione Enter.
   A tela **Segurança do sistema** é mostrada.
2. Na tela **Segurança do sistema**, verifique se o **Status da senha** está como Desbloqueado.
3. Selecione **Senha do sistema** Atualize ou exclua a senha do sistema existente e pressione a tecla Enter ou Tab.

DRAFT

4. Selecione **Senha de configuração**. Atualize ou exclua a senha de configuração existente e pressione a tecla Enter ou Tab.

   NOTA: Se você alterar a senha do sistema e/ou a senha de configuração, digite novamente a nova senha quando isso for solicitado. Se você excluir a senha do sistema e/ou a senha de configuração, confirme a exclusão quando isso for solicitado.

5. Pressione Esc. Será exibida uma mensagem solicitando que você salve as alterações.
6. Pressione Y para salvar as alterações e saia da **Configuração do sistema**.
   O computador será reinicializado.

Limpando as configurações do CMOS

Sobre esta tarefa

CUIDADO: Limpar as configurações da CMOS redefinirá as configurações do BIOS em seu computador.

Etapas

1. Remova a tampa lateral.
2. Desconecte o cabo da bateria da placa de sistema.
3. Remova a bateria de célula tipo moeda.
4. Aguarde um minuto.
5. Recoloque a bateria de célula tipo moeda.
6. Conecte o cabo da bateria à placa de sistema.
7. Recoloque a tampa lateral.

Como remover senhas do sistema e de configuração

Sobre esta tarefa

Para remover as senhas do sistema ou de configuração, entre em contato com o suporte técnico da Dell, conforme descrito em Entre em contato com o suporte.

NOTA: Para ver informações sobre como redefinir as senhas do Windows ou do aplicativo, consulte a documentação que acompanha o Windows ou o aplicativo.

DRAFT

12

Como diagnosticar e solucionar problemas

Diagnósticos de verificação do desempenho do sistema de pré-inicialização do Dell SupportAssist

Sobre esta tarefa

O diagnóstico do SupportAssist (também chamado de diagnóstico de sistema) executa uma verificação completa de seu hardware. O diagnóstico de verificação de desempenho de pré-inicialização do sistema do Dell SupportAssist é integrado ao BIOS e inicializado internamente pelo BIOS. O diagnóstico de sistema integrado oferece opções para determinados dispositivos ou grupos de dispositivos que permite:

- Executar testes automaticamente ou em um modo interativo.
- Repetir os testes.
- Exibir ou salvar os resultados dos testes.
- Executar testes completos para adicionar mais opções e obter detalhes sobre todos os dispositivos com falha.
- Exibir mensagens de status que informam quando os testes foram concluídos com êxito.
- Exibir mensagens de erro que informam sobre os problemas encontrados durante a realização dos testes.

NOTA: Alguns testes para dispositivos específicos exigem interação do usuário. Não se esqueça de sempre estar presente na frente do computador quando os testes de diagnóstico estiverem sendo executados.

Para ver mais informações, consulte o artigo da base de conhecimento 000181163.

Executar a verificação de desempenho de pré-inicialização do sistema do SupportAssist

Etapas

1. Ligue o computador.
2. Quando o computador inicializar, pressione a tecla F12.
3. Na tela do menu de inicialização, selecione a opção **Diagnostics**.
   O teste rápido de diagnóstico é iniciado.
   NOTA: Para obter mais informações sobre como executar a verificação de desempenho de pré-inicialização do sistema do SupportAssist em um dispositivo específico, consulte o site do Suporte Dell.
4. Se houver qualquer problema, códigos de erro serão exibidos.
   Anote o código de erro e o número de validação e entre em contato com a Dell.

Autoteste integrado da fonte de alimentação

O autoteste integrado (BIST) ajuda a determinar se a fonte de alimentação está funcionando. Para executar um diagnóstico de autoteste na fonte de alimentação de um desktop ou computador all in one, pesquise no recurso da base de conhecimento no Site de Suporte Dell.

Luzes de diagnóstico do sistema

Esta seção mostra as luzes de diagnóstico do sistema do Dell Pro Max Tower T2 FCT2250.

A tabela a seguir mostra diferentes padrões intermitentes de status do LED de serviço e os problemas associados. Os códigos de luz de diagnóstico consistem em um número de dois dígitos, e os dígitos são separados por vírgulas. O número significa um padrão de piscadas;

DRAFT

o primeiro dígito mostra o número de piscadas na cor âmbar, e o segundo dígito mostra o número de piscadas na cor branca. O LED de serviço pisca da seguinte maneira:

- O LED de serviço pisca o número de vezes igual ao valor do primeiro dígito e apaga com uma breve pausa.
- Depois disso, o LED de serviço pisca o número de vezes igual ao valor do segundo dígito.
- O LED de serviço apaga novamente com uma pausa mais longa.
- Após a segunda pausa, o padrão de piscadas será repetido.

Tabela 40. Códigos de luz de diagnóstico

Códigos de luz de diagnóstico (âmbar, branco)	Descrição do problema
1.1	Falha na detecção do TPM
1,2	Falha irrecuperável do SPI Flash
1,5	Não é possível para a EC programar o i-Fuse
1,6	Abrangência genérica para todos para erros de fluxo de código da EC
1,7	Flash não RPMC no sistema Boot Guard fundido
1,8	O sinal de “Erro catastrófico” do chipset foi ativado
2,1	Falha de configuração da CPU ou falha da CPU
2,2	Placa de sistema: falha no BIOS ou na memória somente leitura (ROM)
2,3	Nenhuma memória nem memória de acesso aleatório (RAM) detectada
2,4	Falha de memória ou da memória de acesso aleatório (RAM)
2,5	Memória instalada inválida
2,6	Erro na placa de sistema/chipset
2,7	Mensagem do SBIOS de falha no LCD
2,8	Apresenta falha no rail de energia na placa de sistema
3,1	Falha na bateria CMOS
3,2	Falha de PCI ou placa de vídeo/chip
3,3	Imagem para recuperação não encontrada
3,4	Imagem para recuperação encontrada, mas inválida
3,5	Erro no trilho de energia do EC
3,6	Corrupção de flash detectada pelo SBIOS
3,7	Tempo de espera excedido para que o ME responda à mensagem da HECI
4,1	Falha no trilho de energia do DIMM da memória
4,2	Problema de conexão do cabo de alimentação da CPU

Recuperar o sistema operacional

Quando não for possível inicializar o computador no sistema operacional mesmo após diversas tentativas, inicia-se automaticamente o Dell SupportAssist OS Recovery.

O Dell SupportAssist OS Recovery é uma ferramenta independente e pré-instalada nos computadores Dell com o sistema operacional Windows. Ele é composto de ferramentas para diagnosticar e solucionar problemas que podem ocorrer antes que o computador inicialize o sistema operacional. Ele permite que você diagnostique problemas de hardware, repare o computador, faça um backup dos arquivos e restaure o computador para o estado de fábrica.

É possível também fazer download dele no site de suporte Dell para resolver problemas e corrigir o computador quando a inicialização do seu sistema operacional principal falhar devido a falhas do software ou do hardware.

Para ver mais informações sobre o Dell SupportAssist OS Recovery, consulte o *Guia do usuário do Dell SupportAssist OS Recovery* na seção Ferramentas de facilidade de manutenção no site do Suporte Dell. Clique em **SupportAssist** e, em seguida, em **SupportAssist OS Recovery**.

DRAFT

NOTA: O Windows 11 IoT Enterprise LTSC 2024 e o Dell ThinOS 10 não são compatíveis com o Dell SupportAssist. Para obter mais informações sobre como recuperar o ThinOS 10, consulte Modo de recuperação usando R-Key.

Relógio de tempo real — Redefinição do RTC

A função de redefinição do relógio de tempo real (RTC) permite que você ou o técnico de serviço recuperem o modelo de computadores Dell Pro e Pro Max lançados recentemente em situações **Sem POST/Sem inicialização/Sem energia**. Você pode iniciar a redefinição de RTC no computador a partir de um estado desligado apenas se ele estiver conectado à fonte de alimentação AC. Mantenha o botão liga/desliga pressionado por 25 segundos. A redefinição do sistema de RTC ocorre depois que você solta o botão liga/desliga.

NOTA: Se a energia CA estiver desconectada do computador durante o processo ou se o botão liga/desliga for pressionado por mais de 40 segundos, o processo de redefinição do RTC será interrompido.

A redefinição do RTC vai redefinir o BIOS para os valores padrões, desativar o Intel vPro e redefinir a data e a hora do computador. Os itens a seguir não são afetados pela redefinição do RTC:

- Etiqueta de serviço
- Asset Tag
- Ownership Tag
- Administração de senha
- System Password
- Senha de armazenamento
- Bancos de dados principais
- Logs do sistema

NOTA: A conta e a senha vPro do administrador de TI no computador serão canceladas. O computador deve passar pelo processo de instalação e configuração novamente para se reconectar ao servidor do vPro.

Os itens abaixo podem ou não ser redefinidos com base nas seleções de configurações personalizadas do BIOS:

- Lista de inicialização
- Enable Legacy Option ROMs (Ativar ROMs de opção preexistentes)
- Ativação da inicialização segura
- Allow BIOS Downgrade

Mídia de backup e opções de recuperação

É recomendável criar uma unidade de recuperação para resolver e corrigir problemas que podem ocorrer no Windows. A Dell oferece várias opções para recuperar o sistema operacional Windows em seu computador Dell. Para ver mais informações, consulte Opções de recuperação e suporte de cópia de segurança do Windows da Dell.

Ciclo de energia da rede

Sobre esta tarefa

Se o computador não conseguir acessar a Internet devido a problemas de conectividade de rede, siga estas etapas para restaurar os dispositivos de rede:

Etapas

1. Desligue o computador.
2. Desligue o modem.
   NOTA: Alguns Provedores de Serviços de Internet (ISPs) oferecem um dispositivo combinado de modem e roteador.
3. Desligue o roteador sem fio.
4. Aguarde 30 segundos.
5. Ligue o roteador sem fio.
6. Ligue o modem.
7. Ligue o computador.

DRAFT

13

Como obter ajuda e entrar em contato com a Dell

Recursos de autoajuda

Você pode obter informações e ajuda sobre produtos e serviços Dell usando estes recursos de autoajuda:

Tabela 41. Recursos de autoajuda

Recursos de autoajuda	Local do recurso
Informações sobre produtos e serviços Dell	Site da Dell
Dicas	
Entre em contato com o suporte	Na pesquisa do Windows, digite `Contact Support` e pressione a tecla Enter.
Ajuda on-line para sistema operacional	Site do suporte do Windows Site do suporte do Linux
Acesse as principais soluções, diagnósticos, drivers e downloads, e saiba mais sobre seu computador por meio de vídeos, manuais e documentos.	Seu computador Dell é identificado exclusivamente usando uma etiqueta de serviço ou código de serviço expresso. Para ver recursos de suporte referentes ao seu computador Dell, digite a etiqueta de serviço ou o código de serviço expresso no site do Suporte Dell. Para ver mais informações sobre como localizar a etiqueta de serviço do computador, consulte Localizar a etiqueta de serviço em seu computador.
Artigo da base de conhecimento Dell	1. Acesse o site do Suporte Dell. 2. Na barra de menu, na parte superior da página suporte, selecione **Suporte** > **Biblioteca de suporte**. 3. No campo de pesquisa da página da biblioteca de suporte, digite a palavra-chave, o assunto ou o número do modelo e, em seguida, clique ou toque no ícone de pesquisa para visualizar os artigos relacionados.

Como entrar em contato com a Dell

Para entrar em contato com a Dell e tratar de problemas relativos a vendas, suporte técnico ou atendimento ao cliente, acesse o site do Suporte Dell.

NOTA: A disponibilidade dos serviços pode variar dependendo do país ou da região e do produto.

NOTA: Se não tiver uma conexão com a Internet ativa, você pode encontrar as informações de contato sobre sua fatura, nota fiscal, nota de compra ou no catálogo de produtos Dell.

Intel® Core™ Ultra 9 Processor 285K

36M Cache, up to 5.70 GHz

Intel® Core™ Ultra 9 Processor 285K

36M Cache, up to 5.70 GHz

Add To Compare

Specifications

Download Specifications ↓

Essentials

Product Collection	Intel® Core™ Ultra Processors (Series 2)
Code Name	Products formerly Arrow Lake
Vertical Segment	Desktop
Processor Number	285K
Overall Peak TOPS (Int8)	36
Recommended Customer Price	$589.00-$599.00

CPU Specifications

Total Cores	24
# of Performance-cores	8
# of Efficient-cores	16
Total Threads	24
Max Turbo Frequency	5.7 GHz
Intel® Thermal Velocity Boost Frequency	5.7 GHz
Intel® Turbo Boost Max Technology 3.0 Frequency ‡	5.6 GHz
Performance-core Max Turbo Frequency	5.5 GHz
Efficient-core Max Turbo Frequency	4.6 GHz
Performance-core Base Frequency	3.7 GHz

Efficient-core Base Frequency	3.2 GHz
Cache	36 MB Intel® Smart Cache
Total L2 Cache	40 MB
Processor Base Power	125 W
Maximum Turbo Power	250 W
Intel® Deep Learning Boost (Intel® DL Boost) on CPU	Yes
AI Software Frameworks Supported by CPU	OpenVINO™, WindowsML, DirectML, ONNX RT, WebNN
CPU Lithography	TSMC N3B

Supplemental Information

Marketing Status	Launched
Launch Date	Q4'24
Embedded Options Available	No
Use Conditions	PC/Client/Tablet, Workstation
Datasheet	View now

Memory Specifications

Max Memory Size (dependent on memory type)	256 GB
Memory Types	Up to DDR5 6400 MT/s
Maximum Memory Speed	6400 MHz
Max # of Memory Channels	2
ECC Memory Supported ‡	Yes

GPU Specifications

GPU Name‡	Intel® Graphics
Graphics Base Frequency	300 MHz
Graphics Max Dynamic Frequency	2 GHz
GPU Peak TOPS (Int8)	8
Graphics Output	DP2.1 UHBR20, HDM2.1 FRL 12GHz, eDP1.4b
Xe-cores	4
Max Resolution (HDMI)‡	4K @ 60Hz (HDMI 2.1 TMDS) 8K @ 60Hz (HDMI2.1 FRL)
Max Resolution (DP)‡	8K @ 60Hz

Max Resolution (eDP - Integrated Flat Panel)‡	4K @ 60Hz
DirectX* Support	12
OpenGL* Support	4.5
OpenCL* Support	3
Intel® Quick Sync Video	Yes
# of Displays Supported ‡	4
Device ID	0x7D67
Intel® Deep Learning Boost (Intel® DL Boost) on GPU	Yes

NPU Specifications

NPU Name‡	Intel® AI Boost
NPU Peak TOPS (Int8)	13
Sparsity Support	Yes
Windows Studio Effects Support	Yes
AI Software Frameworks Supported by NPU	OpenVINO™, WindowsML, DirectML, ONNX RT, WebNN

Expansion Options

Direct Media Interface (DMI) Revision	4
Max # of DMI Lanes	8
Intel® Thunderbolt™ 4	Yes
Scalability	1S Only
PCI Express Revision	5.0 and 4.0
PCI Express Configurations ‡	Up to 1x16+2x4, 2x8+2x4, 1x8+4x4
Max # of PCI Express Lanes	24

Package Specifications

Sockets Supported	FCLGA1851
Thermal Solution Specification	PCG 2020A
Max Operating Temperature	105 °C

Advanced Technologies

Intel® Gaussian & Neural Accelerator	3.5
Intel® Thread Director	Yes
Intel® Speed Shift Technology	Yes
Intel® Thermal Velocity Boost	Yes

Intel® Turbo Boost Max Technology 3.0 ‡	Yes
Intel® Turbo Boost Technology ‡	2.0
Intel® 64 ‡	Yes
Instruction Set	64-bit
Instruction Set Extensions	Intel® SSE4.1, Intel® SSE4.2, Intel® AVX2
Idle States	Yes
Enhanced Intel SpeedStep® Technology	Yes
Thermal Monitoring Technologies	Yes
Intel® Volume Management Device (VMD)	Yes

Security & Reliability

Intel vPro® Eligibility ‡	Intel vPro® Enterprise
Intel® Threat Detection Technology (TDT)	Yes
Intel® Active Management Technology (AMT) ‡	Yes
Intel® Standard Manageability (ISM) ‡	Yes
Intel® Remote Platform Erase (RPE) ‡	Yes
Intel® One-Click Recovery ‡	Yes
Intel® Hardware Shield Eligibility ‡	Yes
Intel® Control-Flow Enforcement Technology	Yes
Intel® Total Memory Encryption - Multi Key	Yes
Intel® AES New Instructions	Yes
Intel® Secure Key	Yes
Intel® Trusted Execution Technology ‡	Yes
Execute Disable Bit ‡	Yes
Intel® OS Guard	Yes
Intel® Boot Guard	Yes
Mode-based Execute Control (MBEC)	Yes
Intel® Stable IT Platform Program (SIPP)	Yes
Intel® Virtualization Technology with Redirect Protection (VT-rp) ‡	Yes
Intel® Virtualization Technology (VT-x) ‡	Yes
Intel® Virtualization Technology for Directed I/O (VT-d) ‡	Yes
Intel® VT-x with Extended Page Tables (EPT) ‡	Yes

All information provided is subject to change at any time, without notice. Intel may make changes to manufacturing life cycle, specifications, and product descriptions at any time, without notice. The information herein is provided "as-is" and Intel does not make any representations or warranties whatsoever regarding accuracy of the information, nor on the product features, availability, functionality, or compatibility of the products listed. Please contact system vendor for more information on specific products or systems.

Intel classifications are for general, educational and planning purposes only and consist of Export Control Classification Numbers (ECCN) and Harmonized Tariff Schedule (HTS) numbers. Any use made of Intel classifications are without recourse to Intel and shall not be construed as a representation or warranty regarding the proper ECCN or HTS. Your company as an importer and/or exporter is responsible for determining the correct classification of your transaction.

Refer to Datasheet for formal definitions of product properties and features.

‡ This feature may not be available on all computing systems. Please check with the system vendor to determine if your system delivers this feature, or reference the system specifications (motherboard, processor, chipset, power supply, HDD, graphics controller, memory, BIOS, drivers, virtual machine monitor-VMM, platform software, and/or operating system) for feature compatibility. Functionality, performance, and other benefits of this feature may vary depending on system configuration.

Intel processor numbers are not a measure of performance. Processor numbers differentiate features within each processor family, not across different processor families. See http://www.intel.com/content/www/us/en/processors/processor-numbers.html for details.

Recommended Customer Price (RCP) is pricing guidance only for Intel products. Prices are for direct Intel customers, usually represent 1,000-unit purchase quantities, and are subject to change without notice. Prices may vary for other package types and shipment quantities. In bulk, price represents individual unit. Listing of RCP does not constitute a formal pricing offer from Intel.

"Announced" SKUs are not yet available. Please refer to the Launch Date for market availability.

Intel® Arc™ graphics only available on select V-Series Intel® Core™ Ultra processor-powered systems with qualifying system thermal design or H-series Intel® Core™ Ultra processor-powered systems with at least 16GB of system memory in a dual-channel configuration. OEM enablement required. Other Intel® Core™ Ultra processor-powered system configurations feature Intel® Graphics. Check with OEM or retailer for system configuration details.

Intel® Iris® Xe Graphics only: to use the Intel® Iris® Xe brand, the system must be populated with 128-bit (dual channel) memory. Otherwise, use the Intel® UHD brand.

Max Turbo Frequency refers to the maximum single-core processor frequency that can be achieved with Intel® Turbo Boost Technology. See https://www.intel.com/content/www/us/en/gaming/resources/turbo-boost.html for more information and applicability of this technology.

Processors that support 64-bit computing on Intel® architecture require an Intel 64 architecture-enabled BIOS.

Some products can support AES New Instructions with a Processor Configuration update, in particular, i7-2630QM/i7-2635QM, i7-2670QM/i7-2675QM, i5-2430M/i5-2435M, i5-2410M/i5-2415M. Please contact OEM for the BIOS that includes the latest Processor configuration update.

Company Overview

Contact Intel

Newsroom

Investors

Careers

Corporate Responsibility

Inclusion

Public Policy






© Intel Corporation

Terms of Use

*Trademarks

Cookies

Privacy

Supply Chain Transparency

Site Map

Recycling

Intel technologies may require enabled hardware, software or service activation. // No product or component can be absolutely secure. // Your costs and results may vary. // Performance varies by use, configuration, and other factors. Learn more at intel.com/performanceindex. // See our complete legal Notices and Disclaimers

. // Intel is committed to respecting human rights and avoiding causing or contributing to adverse impacts on human rights. See Intel's Global Human Rights Principles . Intel's products and software are intended only to be used in applications that do not cause or contribute to adverse impacts on human rights.



CPU Benchmarks

Over 1,000,000 CPUs Benchmarked

Intel Core Ultra 9 285K

Benchmarks for the Intel Core Ultra 9 285K can be found below. Release dates, price and performance comparisons are also listed when available. This is made using thousands of PerformanceTest benchmark results and is updated daily.

- The first graph shows the relative performance of the CPU compared to the 10 other common (single) CPUs in terms of PassMark CPU Mark.
- The 2nd graph shows the value for money, in terms of the CPUMark per dollar.
- The pricing history data shows the price for a single Processor. For multiple Processors, multiply the price shown by the number of CPUs.

Is the Intel Core Ultra 9 285K Good for Gaming?

This is a newly released CPU that contains 24 Cores and 24 Threads. The Intel Core Ultra 9 285K also has great single threaded performance that will serve well in games. Paired with a good videocard, *is this CPU Good for Gaming?* Yes, this is a high end chip that would be great for gaming. [More ...]

Intel Core Ultra 9 285K

Description: Intel Graphics

Class:	**Socket:**
Desktop	FCLGA1851

Total Cores: 24 Cores, 24 Threads

Performance Cores: 8 Cores, 8 Threads, 3.7 GHz Base, 5.7 GHz Turbo

Efficient Cores: 16 Cores, 16 Threads, 3.2 GHz Base, 4.6 GHz Turbo

Typical TDP:
125 W

Cache per CPU Package:	**Cache per Eff. CPU Package:**
L1 Instruction Cache: 8 x 64 KB	Eff. L1 Instruction Cache: 16 x 64 KB
L1 Data Cache: 8 x 48 KB	Eff. L1 Data Cache: 16 x 32 KB
L2 Cache: 8 x 3072 KB	Eff. L2 Cache: 4 x 4096 KB
L3 Cache: 36 MB	

Memory Support: Max. Memory Size: 192 GB (Up to DDR5 6400 MT/s, ECC Supported)

Other names: Intel(R) Core(TM) Ultra 9 285K, Intel Core Ultra 9 285K

Average CPU Mark

Multithread Rating

67803

Single Thread Rating

5097

Samples: 2036*
*Margin for error: Low

+ COMPARE

CPUmark/$Price: 115.12

CPU Benchmarks

3rd fastest in single threading out of 5148 CPUs
16th fastest in out of 1449 Desktop CPUs

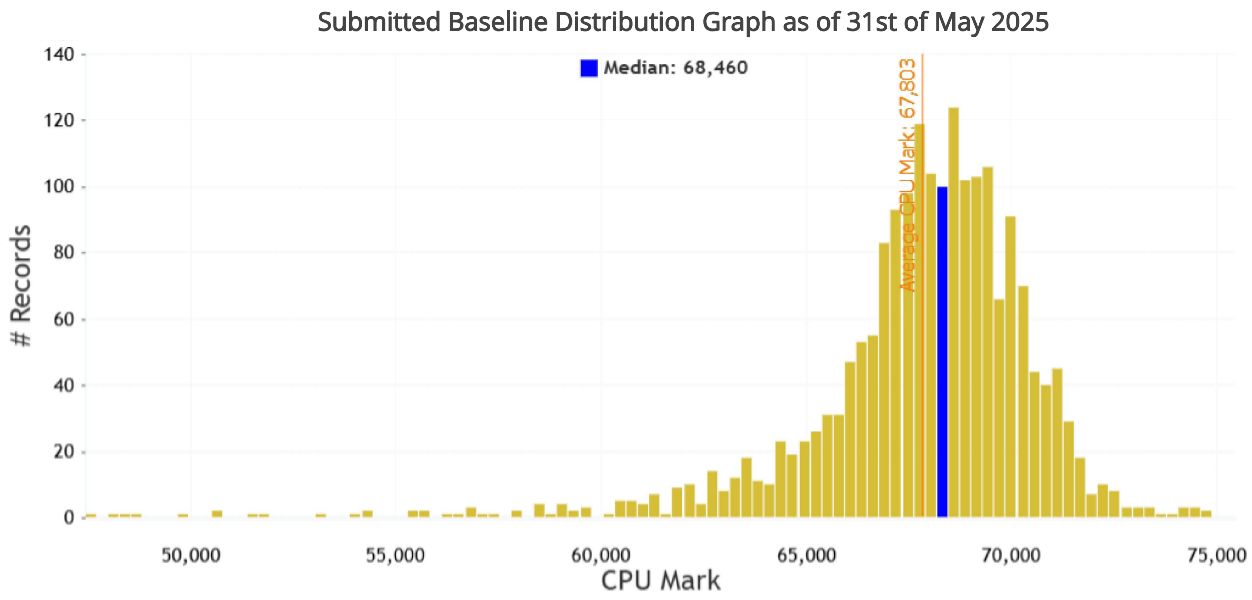
Last Price Change: $588.98 USD (2025-06-05)

CPU Test Suite Average Results for Intel Core Ultra 9 285K

Integer Math	173,436 MOps/Sec
Floating Point Math	226,035 MOps/Sec
Find Prime Numbers	547 Million Primes/Sec
Random String Sorting	95,844 Thousand Strings/Sec
Data Encryption	58,291 MBytes/Sec
Data Compression	795,658 KBytes/Sec
Physics	4,068 Frames/Sec
Extended Instructions	62,370 Million Matrices/Sec
Single Thread	5,097 MOps/Sec

From submitted results to PerformanceTest V10 as of 6th of June 2025.

CPU Mark Distribution for Intel Core Ultra 9 285K



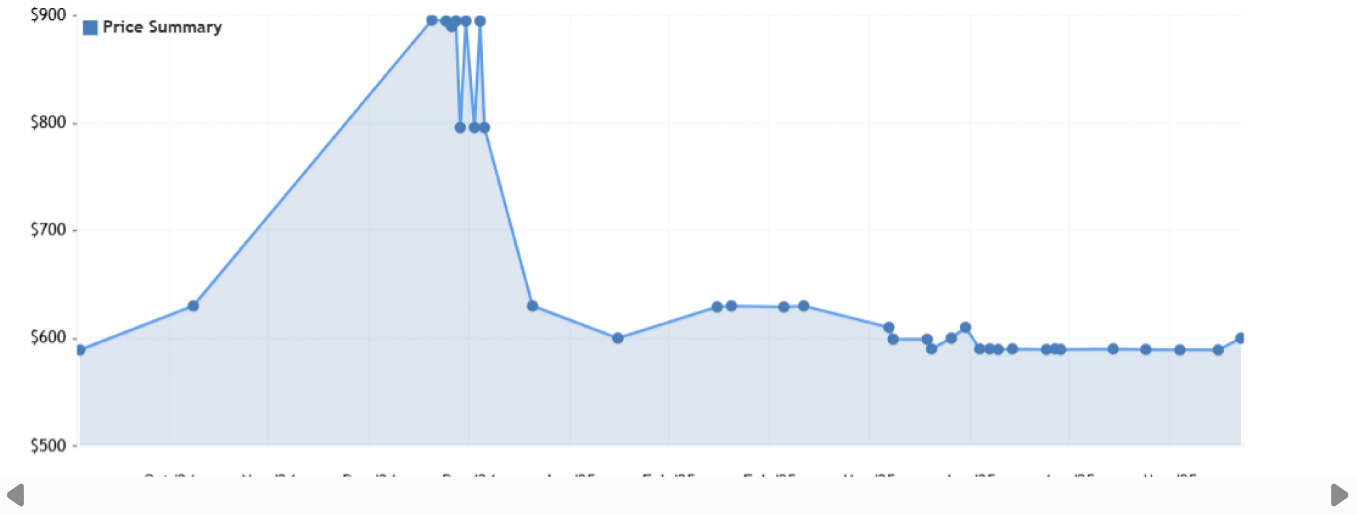
From submitted results since PerformanceTest V10 as of 31st of May 2025.
For distribution graph only: Results are trimmed to exclude outliers by disregarding the bottom 1% and top 1% of submissions.

Merchant	Price	Purchase
newegg	$599.99 USD	BUY NOW!
BEST BUY	NA	CPU Not Available. See Other Models

Note: PassMark Software may earn compensation for sales from links on this site through affiliate programs.

CPU Benchmarks

Pricing History



Machines with this CPU (or similar)

	Dell Tower Plus EBT2250 Desktop Computer - Series 2 Intel Core Ultra 9 285K 24-Core Processor up to 5.7 GHz, 64GB DDR5 RAM, 1TB NVMe SSD, Intel UHD Graphics 770, Windows 11 Pro, Graphite - EBT 2250	$1569.00 (www.amazon.com)
	HP OMEN 45L Gaming Desktop, Intel Core Ultra 9 285K, 64 GB RAM, 2 TB SSD, NVIDIA GeForce RTX 5090, Windows 11 Pro, Microsoft Copilot, Tempered Glass, GT22-3090 (2025)	$4799.95 (www.amazon.com)
	Panorama XL RTX 5090 Gaming Desktop - Intel Core Ultra 9 285K, 192GB DDR5 RAM, 4TB NVMe 990 Pro Gen4 SSD, 3TB HDD, Wifi 6E, HDMI + DP, Windows 11 Pro - Best 2024 RGB Prebuilt Tower Computer for Gamers	$7199.99 (www.amazon.com)
	NEWDell Alien.Ware Area 51 Gaming Desktop, Intel Core Ultra 9 285K- GeForce RTX 5090 32GB, 64GB DDR5 6400 MT/s, 4TB Pcle SSD-1500W Platinum Rated ATX12VO PSU, 360mm Liquid-Cooled CPU, w/USB Hub	$6299.00 (www.amazon.com)
	CLX Set Gaming PC - Intel Core Ultra 9 285K 3.7GHz, GeForce RTX 4070 Super, 2TB NVMe M.2 SSD, 4TB HDD, 64GB DDR5 Memory, 360mm AIO, WiFi, Windows 11 Home, Black	$2399.99 (www.amazon.com)

Note: PassMark Software may earn compensation for sales from links on this site through affiliate programs.

CPU Mark Relative to Top 10 Common Desktop CPUs

As of 6th of June 2025 - Higher results represent better performance

Processor	Average CPU Mark

Intel Core i9-13900K		58,670

AMD Ryzen 9 5900X		39,025
Apple M1 Max 10 Core 3200 MHz		22,148
AMD Ryzen 5 5600X		21,861
Intel Core i5-12400F		19,479
Intel Core i9-9900K @ 3.60GHz		18,171
AMD Ryzen 5 3600		17,706
Apple M2 8 Core 3500 MHz		15,649
Apple M1 8 Core 3200 MHz		14,143

CPU Value (CPU Mark / $Price)

As of 6th of June 2025 - Higher results represent better value

Processor	CPU Mark / $Price	
AMD Ryzen 5 3600		228.55
Intel Core i5-12400F		178.72
AMD Ryzen 5 5600X		176.29
AMD Ryzen 9 5900X		149.57
Intel Core i9-12900K		136.19
Intel Core i9-13900K		133.50
Intel Core Ultra 9 285K		115.12
Intel Core i9-9900K @ 3.60GHz		50.47
Apple M1 8 Core 3200 MHz		NA
Apple M2 8 Core 3500 MHz		NA
Apple M1 Max 10 Core 3200 MHz		NA

Single Thread Rating

As of 6th of June 2025 - Higher results represent better performance

Intel Core Ultra 9 285K		5,097

CPU Benchmarks

Intel Core i9-12900K		4,139
Apple M2 8 Core 3500 MHz		3,900
Apple M1 Max 10 Core 3200 MHz		3,836
Apple M1 8 Core 3200 MHz		3,680
Intel Core i5-12400F		3,477
AMD Ryzen 9 5900X		3,470
AMD Ryzen 5 5600X		3,363
Intel Core i9-9900K @ 3.60GHz		2,921
AMD Ryzen 5 3600		2,563

Last 5 Baselines for Intel Core Ultra 9 285K

Most recent listed first

Baseline		CPU Mark
BL2676695 - Jun 06 2025		69352
BL5095936 - Jun 06 2025		70324
BL2676532 - Jun 05 2025		66990
BL2676362 - Jun 05 2025		68765
BL2675975 - Jun 05 2025		71899

Additional baselines can be obtained using Windows version of PerformanceTest's Manage Baselines feature.

Popular comparisons for Intel Core Ultra 9 285K

As of 6th of June 2025 - Higher results represent better performance

Processor		Average CPU Mark
Intel Core Ultra 9 285K		67,803
AMD Ryzen 9 9950X3D vs Intel Core Ultra 9 285K		70,354 *(+3.8%)*
AMD Ryzen 9 9950X vs Intel Core Ultra 9 285K		66,090 *(-2.5%)*
Intel Core Ultra 9 285 vs Intel Core Ultra 9 285K		56,315 *(-16.9%)*

AMD Ryzen 9 9900X3D vs Intel Core Ultra 9 285K		56,529 *(-16.6%)*

CPU Benchmarks

Intel Core Ultra 7 265KF vs Intel Core Ultra 9 285K		58,879 *(-13.2%)*
Intel Core Ultra 7 265K vs Intel Core Ultra 9 285K		58,825 *(-13.2%)*
AMD Ryzen 9 9900X vs Intel Core Ultra 9 285K		54,701 *(-19.3%)*
Intel Core Ultra 9 285T vs Intel Core Ultra 9 285K		37,308 *(-45.0%)*
Intel Core i9-14900KS vs Intel Core Ultra 9 285K		60,761 *(-10.4%)*
AMD Ryzen 9 7950X3D vs Intel Core Ultra 9 285K		62,430 *(-7.9%)*
Intel Core i9-14900K vs Intel Core Ultra 9 285K		58,915 *(-13.1%)*

Is the Intel Core Ultra 9 285K Good for Gaming?

As of 6th of June 2025 - Higher results represent better performance

Processor	Relative Gaming Score	
AMD Ryzen 9 9900X3D		12,509
AMD Ryzen 7 9800X3D		12,153
AMD Ryzen 9 9950X3D		11,312
AMD Ryzen 9 7900X3D		10,844
Intel Core Ultra 9 285K		10,582
AMD Ryzen 5 7600X3D		10,503
AMD Ryzen 7 7800X3D		10,280
AMD Ryzen 9 7950X3D		9,807
AMD Ryzen 9 9955HX3D		9,766
Intel Core Ultra 5 245K		9,678
Intel Core Ultra 7 265K		9,523
Intel Core Ultra 9 285		9,485
Intel Core Ultra 7 265KF		9,414

BurnInTest
PerformanceTest
OSForensics
MemTest86
WirelessMon
Management Console
Zoom Search Engine
Free Software

USB3.0 Loopback Plugs
USB2.0 Loopback Plugs
PCIe Test Cards
USB Power Delivery Tester
Serial and Parallel Loopback Plugs
USB Short Circuit Testers

Benchmarks

CPU Benchmarks
Video Card Benchmarks
Hard Drive Benchmarks
RAM Benchmarks
PC Systems Benchmarks
Software Marketshare
Database Benchmarks
Android Benchmarks
iOS Benchmarks
Internet Bandwidth

About Us

Company
Contact Us
The Press Room

Services
Store
Support
Forums
Compliance

International
Disclaimer
Refunds
Privacy
Social

Copyright © 2025 PassMark® Software

Unified Extensible Firmware Interface Forum

Menu

Home > Membership > Membership List

Membership List

The UEFI Forum community of members is represented by industry-leading OEMs, IHVs, chip manufactures, BIOS and firmware vendors and operating system vendors.

Promoters

AMD

American Megatrends, Inc.

Apple Inc.

ARM Limited

Dell

Hewlett Packard Enterprise

HP, Inc.

Insyde Software

Intel

Lenovo

Microsoft

Phoenix Technologies

Contributors

Absolute Software Corporation

Alibaba (China) Co., Ltd.

Ampere Computing LLC

BELMICRO TECNOLOGIA S/A

Broadcom Corporation

Canonical Limited

Carnegie Mellon University (SEI)

Cirrus Logic, Inc.

Cisco

Cloud Software Group

Cumulus Networks Inc. (NVIDIA)

Cybercom Industria E Comercio de Produtos Eletronico LTDA

Daten Tecnologia

Douyin Vision (Beijing) Co., Ltd. (Beijing Bytedance Network Technology Ltd.)

Dynabook Inc

Fagundez Distribuição Ltda.

Google

Huawei Technologies Co., Ltd

IBM

ICC Intelligent Platforms GmbH

IEIT Systems Co., Ltd. (Inspur)

Linaro Ltd.

Login Informatica Com. Repr. LTDA

Loongson Technology Corporation Limited

Marvell Asia Pte. Ltd.

Montage Technology

Multilaser Industrial S/A

Nanjing Byosoft Co., Ltd.

NVIDIA

Oracle America, Inc.

Positivo Tecnologia S.A.

Qualcomm Inc.

Realtek Semiconductor Corp.

Red Hat, Inc.

Rivos Inc.

SIFIVE, INC.

SUPER MICRO Computer, Inc.

SUSE LLC

Synaptics (DisplayLink (UK) Limited)

The Linux Foundation

The MITRE Corporation

Ventana Micro Systems Inc.

Western Digital Technologies

xFusion Digital Technologies Co., Ltd.

Zoom Tecnologia Ltda.

Adopters

3MD dba Hard Drives NW

3MDEB Embedded Systems Consulting

9elements GmbH

A.D. Nieman & Associates, LLC

A.I.Corporation/BIOS Group

A.I.Corporation/BIOS Group

AAEON Technology Inc.

ACAS Technologies, Inc.

Accurate Always Inc.

Accusys, Inc.

Acer Inc.

Adaptec, Inc.

Ademco, Inc DBA ADI Global Distribution

ads-tech GmbH

Advantech Co., Ltd.

AGN Group Suprimentos

AGS Sundyne Technologies Pvt. Ltd.

Airdesk Ltd.

Alcor Micro Corp.

Allion Labs, Inc.

Alpha Tecnologia e Inovação,

ALTELL Ltd.

AlterSciences

American Arium

AMOI Electronics Co., Ltd.

Anna University - College of Engineering

Apricorn

Arca Noae, LLC

Arista Corp.

Arquimedes Automacao E Informatica LTDA.

ASSET InterTech, Inc.

AssurAware, Inc.

ASUSTeK COMPUTER INC.

Atlona Inc.

ATTO Technology

Attobotics

AuthenTrend Technology Inc.

Authorizer Technologies, Inc.

Aver Networks Corp.

Avery Design Systems

Avid Technology, Inc.

Axiom Electronics, LLC

Axiomtek Co., Ltd.

Balance Software Corp.

Basemark Oy

Battelle Memorial Institute, Pacific Northwest Division

BCM Advanced Research

BedRock Systems, Inc.

Beijing AnHeng SecoTech Information Technology Co., Ltd.

Bergamo & Cavalcante Informática Ltda

BINARLY Inc.

BiTMICRO Networks Inc.

Booz Allen Hamilton

Brown's Operating System Services Limited

BSQUARE Corporation

CalDigit, Inc.

Calxeda, Inc.

Canon Inc.

Captec Ltd.

Centerm Information Co., Ltd.

CenterTools Software GmbH

Central South University

Check Point Software

Chelsio Communications, Inc.

China Greatwall Computer Shenzhen Co., Ltd.

CHUNGHSIN INDUSTRY GROUP

CircleSoft LLC

Circuitco

Cisc Systems

Citrix Systems, Inc.

Cix Technology (Shanghai) Co., Ltd.

Computer Task Group

Concordia SA

Concurrent Technologies Plc

congatec A.G.

conpal GmbH

coresystems GmbH

Courtyard Electronics Ltd.

Cray, Inc.

CrossInfo Architects

Cryptomill Technologies Ltd.

CSWL, Inc.

Dawning Information Industry (Beijing) Corp., Ltd. (Sugon)

Def-Logix, Inc.

Denali Software

DeviceVM, Inc.

Diablo Technologies, Inc.

Dialogue Technology Corp.

Diskeeper Corporation

Dot Hill

DreamBig Semiconductor Inc.

Eclypsium, Inc

Egis Technology Inc.

Elite Group Computer Systems Co., Ltd.

EliteBytes Limited

Eltan B.V.

Embedded Now, Inc

Embedded Research Solutions

emBoot Inc.

Emerson Network Power, Embedded Computing

EMUTEX LTD.

Enmotus, Inc.

EPEAK Studio Ltd.

Etegro Technologies

Eurosoft (UK) Ltd.

EVOC

ExpressLuck Industrial Ltd.

Extreme Engineering Solutions, Inc.

F5 Networks, Inc.

Fastwel Group Co., Ltd.

Federal University of Ceara, Brazil

Fermilab

FernUniversität in Hagen

FirmTek, LLC

Flextronics Instituto de Tecnologia

focian Computer

Founder Technology Group Corp.

Framework Computer LLC

Freescale Semiconductor, Inc.

Fujitsu Ltd.

Gdai Industria Comercio & Eletronicos (Intelligency)

Gemalto SA

General Dynamics Canada

Genesi USA Inc.

Gigabyte United Inc.

GIGAPC

GIT Japan Inc.

Glacier Peak Technology, LLC

Grain Media, Inc.

Greencroft Code

Guidance Software, Inc.

HighPoint Technologies, Inc.

Hitachi, Ltd.

Horus Serviços de Tecnologia LTDA

Houter Brasil Eireli

HTC Corporation

Hunan New Cloudnet Technology Co., Ltd.

HXT Semitech

IATECAM

ICP Electronics, Inc.

Inforlandia, S.A.

InfoTeCS

Infrant Technologies, Inc.

Inphi Corp.

Institute of Physics, Academia Sinica

Integrated Device Technology Inc.

Intellico, LLC

Intelligency

Intelligraphics, Inc.

Inventec Corporation

Inventec Electronic (Tianjin) Co., Ltd.

InvoVision Optoelectronics (Kunshan) Co., Ltd.

IRCONA

ITSC Library

Japan Digital Laboratory Co., Ltd.

JARI

Jetway Information Security Industry Co., Ltd.

KingTrust Systems Ltd.

Kioxia Corporation

Konsulko Group

Kontron Embedded Modules GmbH

Kraftway Corporation PLC

Kuhrman Technology Solutions LLC

LCC Rubinteh

LCFC

LG Electronics

LI Informática e Serviços LTDA

Lockheed Martin Corporation

Lontium Semiconductor Corporation

Lower Crossing, Inc.

LucidLogix

Matrixed Reality Technology Co., Ltd.

Matrox Graphics Inc.

MBDA UK Ltd.

MBM Tecnologia e Industria de Informatica LTDA

MediaTek Inc.

MediCapture, Inc.

Mensys B.V.

Mercury Computer Systems

Micro-Star Int'l Co., Ltd

Microchip Technology

Micron Technology, Inc.

Microsemi Corporation

Mitrastar Technology Corp.

MokaFive

Moore Threads Technology Co., Ltd.

Mossbit Technologies

Multibeam Nanofab (Carleton University)

Myricom, Inc.

National Instruments Corporation

National Technical Systems

Naval Postgraduate School

NEC Personal Products Ltd.

Neterion, Inc.

Netlist Inc.

Network 2000 Inc.

NetXen Inc.

Neusoft

New H3C Technologies Co., Ltd.

Newport Enterprises Inc.

Nextiva

Nokia

NOLO Co., Ltd.

NTI Corporation

NVELO, Inc.

NXP B.V.,

OpenMars Development LLC

Order N Development, LLC

Orion Technologies, LLC

OSBASE, LLC

Panasonic Connect Co., Ltd.

Parallels International GmbH

Pegatron Corporation

Peppercon AG

PGP Corporation

PixelNext Inc.

PLX Technology, Inc.

Portlock

PQURE Technology AB

Proformatique

Quanta Computer Inc.

Radisys Corporation

Red Flag Software Co., Ltd.

Renesas Electronics Corporation

RIVAI Technologies (Shenzhen) Co., Ltd.

RPA RusBITech

rubbersoft.com

Ruijie Networks

Sage-Microelectronics

Samsung Electronics Co., Ltd.

Sandia National Laboratories

SanDisk Corporation

Sanmina Corporation d/b/a Viking Technology

Schweitzer Engineering Laboratories, Inc.

SDL Eletro Eletronica Ltda - EPP

Seagate Technology LLC

SecurStar GmbH

SEMP TOSHIBA INFORMATICA LTDA

Sensics, Inc.

ServerEngines Corp.

Shandong University

Shanghai Advanced Research Institute

Shanghai IP3 Technology Co., Ltd.

Silicon Image, Inc.

Silicon Integrated Systems Corp.

Sinces Tecnologia Coercio & Services - EXIX

SinoSun Technology, Ltd.

SoftIron, Inc.

softKVM LLC

Solarflare Communications Inc.

Spirent Communications

Sprezzatech

SSWW

ST-Ericsson SA

STEC, Inc.

Stonewood Electronics Ltd.

Stream Labs

StreamView GmbH (Thomson)

Super Future Equities, Inc.

SYBERA GmbH

Symantec Corporation

System Fabric Works

System Garden Ltd.

System Industrie electronic GmbH

TCORP

Terascala, Inc.

Themis Computer, Inc.

ThinkIT Data Solutions

TimeLab Corporation

Tokyo Electron Device Ltd.

Top Victory Investments

Toshiba Samsung Storage Technology Korea Corporation

Trend Micro

Tsinghua Tongfang Co., Ltd.

Tuxera Inc.

TYA

Ubiquitous AI Corporation

ULINK Technology, Inc.

UNH InterOperability Laboratory

Unicompute Technology Co., Ltd

UniFabriX Ltd.

Uninter Informatica S/A

Unisys Corporation

University of California, Davis

UPEK, Inc.

US Technology Resources (M) SDN. BHD.

V&G Information System Co., Ltd.

VAIO Corporation

Validity Sensors

Venetex Corp

Vestel Dijital Yretim Sanayi A. S.

VIA Alliance Semiconductor Co., Ltd.

VIA Technologies, Inc.

VMware, Inc.

VNPT Technology

VT Miltope

Wacom Technology

Wave Systems Corp.

WinMagic Inc.

Winsiders Seminars & Solutions, Inc.

WinSystems, Inc.

Wiwynn Corporation

Wuhan University

Wyse Technology

XGI Technology Inc.

Xi'an Saming Technology Co., Ltd.

Xi3 Corporation

Xitrix Computer Corporation

Xsense Connectivity Inc.

ZD Technology (Beijing) Co., Ltd. (Kunlun Technology (Beijing) Co., Ltd)

Zhejiang Dahua Technology Co., Ltd.

ZNYX Networks

Individual Adopters

Alex Kunovszky

Archer Pergande

Barry Gian James

Ben Lee Hughes

Benson Lin

Canh Kha

Cheng-Lung Chang

Connor Horman

Connor Wood

David Boyd

Dharmesh Tarapore

Don MacKellar

Ed Brundage

Elika S. Kohen

Ezri Buerger

Gail B. Keown

George Fulk

Gregory Havenga

Howard Peng

Ing-chao Lin

Jake Lehotsky

James Bottomley

Jason Christopher Stone

Jeong Kim

John A. Newton

John Blacker

John David Datuin

John M. Hare

Jonathan J. Willemin

Joseph LeGarreta

Juan Pablo Black Romero

Justin Loo

Justin Sligh

Karl O. Van Leuven IV

Kushal Koolwal

Lee Fisher

Liqiang Ni

Lucien Pullen

Martin Treadwell

Marvin Häuser

Michael Johnston

Michael Neaves

Michael Zimmermann

MUHAMMAD AYMAN BIN MUHAMMAD IDZMI

Patrick J. Kennedy

Paulo Henrique L. Amorim

Pete Batard

Phooen Sonpooshi

Piryanshu Pareek

Priyanshu Pareek

Robert Jandacek

Robert Johnston

Rocky Wang

Roger Bertoldi

Roger Thompson

Seppe Sol

Shannon Lewis

Shawn M. Pedersen

VALETTE Teddy

Vincent du Lau

Wang Qiang

William J. Biessman

Xie Tianming (Persmule)

ZongQi Li

UEFI Forum © 2025

Find Us On:


LinkedIn


X / Twitter


YouTube


Youku

Your submission was sent successfully! ***Close***

Thank you for contacting us. A member of our team will be in touch shortly. ***Close***

You have successfully unsubscribed! ***Close***

Thank you for signing up for our newsletter!
In these regular emails you will find the latest updates about Ubuntu and upcoming events where you can meet our team.***Close***

Your preferences have been successfully updated. ***Close notification***

desktops › DELL PRO MAX TOWER T2 FCT2250 › Pro Max Tower T2 FCT2250 (Intel Core Ultra 7 265K; NVIDIA RTX 5880 Ada)

Dell Pro Max Tower T2 FCT2250 (Intel Core Ultra 7 265K; NVIDIA RTX 5880 Ada)

Desktop system certified with Ubuntu

Ubuntu 24.04 LTS

Pre-installed in some regions with a custom Ubuntu image that takes advantage of the system's hardware features and may include additional software. Standard images of Ubuntu may not work well, or at all.

Kernel	6.11.0-1010-oem
BIOS	Dell Inc.: 0.59.39 (UEFI)

Hardware

Processor	• Intel Corp. Intel(R) Core(TM) Ultra 7 265K
Network	• Intel Corp. 8086:550c pci (8086:550c 1028:0ce1)
Video	• Intel Corp. Arrow Lake-U [Intel Graphics] pci (8086:7d67 1028:0ce1) • NVIDIA AD102GL [RTX 5880 Ada Generation] pci (10de:26b3 1028:1934)
Wireless	• Intel Corp. Wi-Fi 7(802.11be) AX1775*/AX1790*/BE20*/BE401/BE1750* 2x2 pci (8086:272b 8086:40f0)

All hardware details ›

3 more certified configurations in the DELL PRO MAX TOWER T2 FCT2250 platform ›

Issues? Let us know

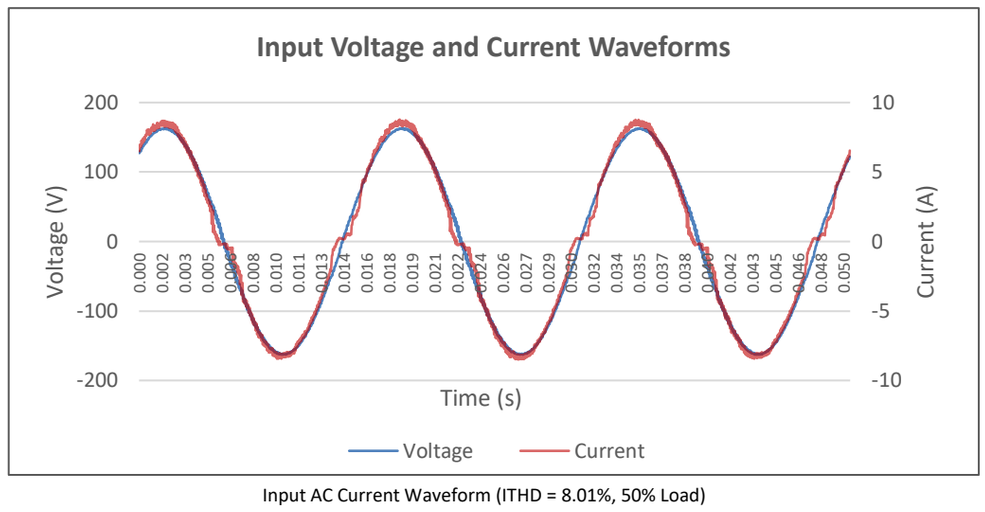
If there is an issue with the information for this system, **please let us know <https://answers.launchpad.net/ubuntu-certification/+addquestion?field.title=Feedback on the Dell Pro Max Tower T2 FCT2250 (Intel Core Ultra 7 265K; NVIDIA RTX 5880 Ada) (202411-35992)>** .

80 PLUS Verification and Testing Report

TYPICAL EFFICIENCY (50% Load):	**93.02%**
AVERAGE EFFICIENCY :	**90.50%**
80 PLUS COMPLIANT:	**Platinum**



ID Number	7331
Manufacturer	Dell
Model Number	L1500EPM-00
Serial Number	00000249
Type	ATX12V
Test Date	3/14/24

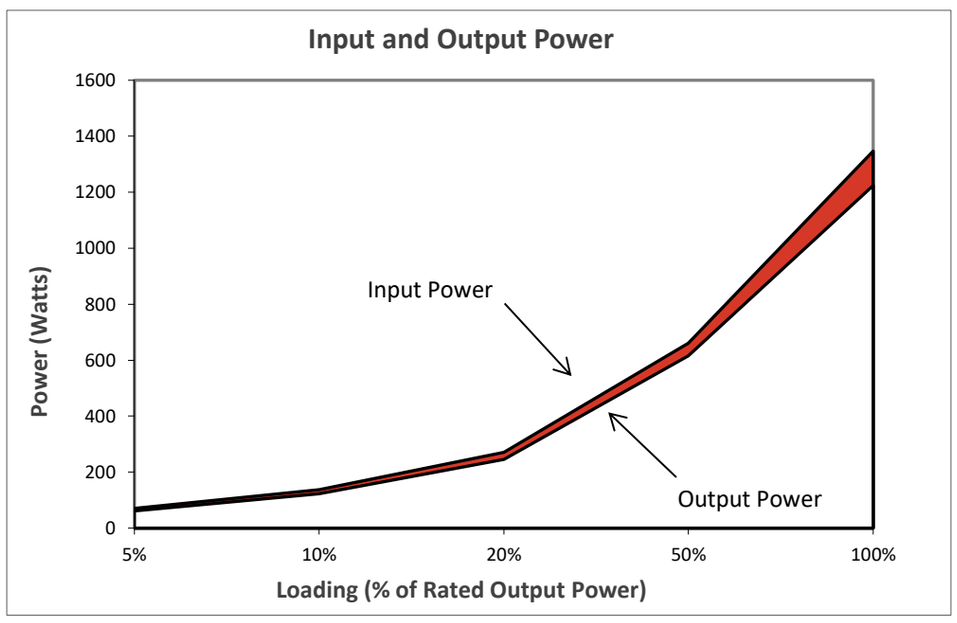


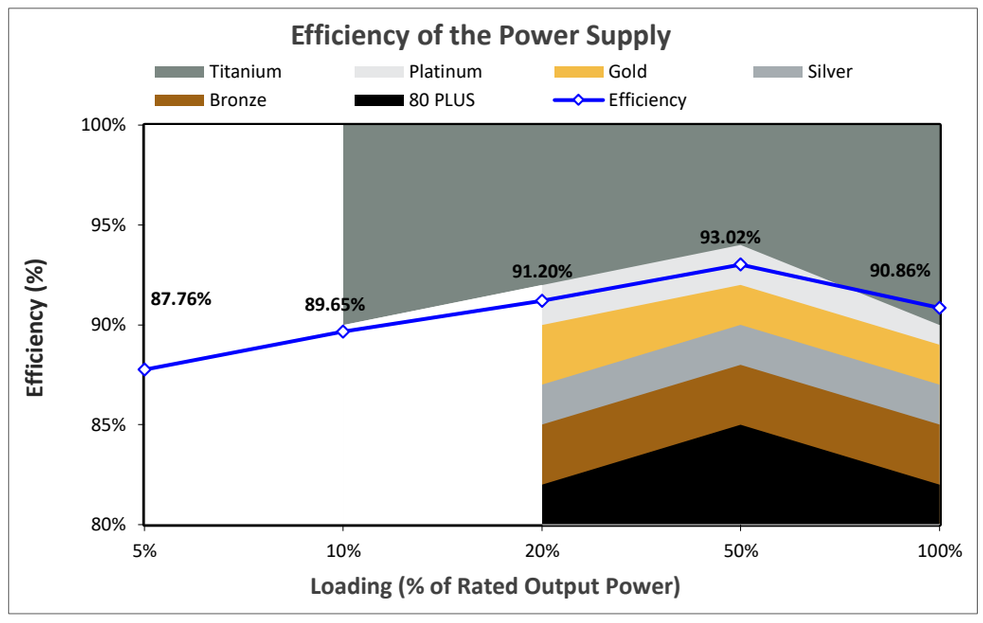
Rated Specifications	Value	Units
Input Voltage	100-240	**Volts**
Input Current	12-9.5	**Amps**
Input Frequency	50-60	**Hz**
Rated Output Power	1500	**Watts**

Note: All measurements were taken with input voltage at 115 V nominal at 60 Hz.

Input AC Current Waveform (ITHD = 8.01%, 50% Load)

I_{RMS} (A)	PF	I_{THD} (%)	Load	Input Watts	DC Terminal Voltage (V)/ DC Load Current (A)		Output Watts	Efficiency
					12V (cumulative of 12V1, 12V2, etc.)	12Vstb		
0.278	0.0836	43.15	0%	2.67	No-Load			
1.067	**0.5745**	22.30	5%	70.46	12.37/4.76	12.28/0.238	61.84	**87.76%**
1.229	**0.9751**	13.07	10%	137.86	12.36/9.53	12.26/0.476	123.60	**89.65%**
2.366	**0.9932**	8.83	20%	270.15	12.32/19.05	12.23/0.952	246.39	**91.20%**
5.773	**0.9957**	8.01	50%	660.83	12.3/47.63	12.16/2.38	614.67	**93.02%**
11.776	**0.9948**	9.07	100%	1347.00	12.25/95.24	11.95/4.762	1223.93	**90.86%**





These tests were conducted by a third party independent testing firm on behalf of the 80 PLUS Program. 80 PLUS is a certification program to promote highly-efficient power supplies (greater than 80% efficiency in the active mode) in technology applications. *http://www.80plus.org/*

Microsoft

Hardware certification report **Approved**

Private product ID:	**14568533614598128**
Shared product ID:	**402080775**
Submission ID:	**1152921505698767848**
Submission date:	**1/15/2025**
Completion date:	**1/17/2025**
Company:	**Dell Inc**
Product name:	**Dell Pro Max Tower T2 FCT2250**
Category:	**System**
Product type:	**Desktop**
Qualification level:	**Certified for Microsoft Windows 11 Client family version 24H2, x64**
Marketing name:	**Dell Pro Max Tower T2 FCT2250**

Microsoft Certified

Absolute Persistence Compatibility Checker

Are your endpoints compatible? Probably — Absolute Persistence® is already embedded in devices made by the world's leading manufacturers before they leave the factory. But if you need more clarity, choose a manufacturer below to see which models are supported.

NOTE: Some Microsoft Surface PCs have an optional BIOS feature called "Secured Core" that will prevent Absolute Persistence from functioning and must be disabled prior to agent installation.

Dell

Enter Model Number

Desktops & Workstations	Models
Dell Desktop – Tower	Dell Pro Tower (QCT1250, QCT1255), Dell Pro G5 5090, G5 5500, G5 5505, G5 5579, G5 5587, G5 5590, G5 5779, G7 7500, G7 7588, G7 7590, G7 7700, G7 7790
Optiplex Desktop	330, 380, 390, 580, 755, 760, 780, 790, 960, 980, 990, 3000, 3010, 3020, 3040, 3046, 3050, 3060, 3070, 3080, 3090, 3240, 3260, 3420, 3430, 3[illegible]1, 3550, 355[illegible], 3650, 5000, 5040, 5050, 5055, 5060, 5070,

Hello there! Chat with us - we're here to help!

	5080, 5090, 5400, 5500, 5530, 5540, 5550, 5560, 5750, 5760, 5810, 5820, 7000, 7010, 7020, 7040, 7050, 7060, 7070, 7071, 7080, 7090, 7400, 7500, 7600, 7610, 7750, 7810, 7820, 7910, 7920, 9010, 9020, 3011 AI0, 3020M, 3030 AI0, 3050 AI0, 3240 AIO, 3280 AIO, 5250 AIO, 5260 AIO, 5270 AIO, 5400 AIO, 5480 AIO, 5490 AIO, 5820 X-Series, 7010 Plus, 7020 Plus, 7400 AIO, 7410 AIO, 7440 AIO, 7450 AIO, 7460 AIO, 7470 AIO, 7480 AIO, 7490 AIO, 7760 AIO, 7770 AIO, 7780 AIO, 9010 AIO, 9020 AIO, 9020 M, 9030 AIO, AIO 7420 65W, AIO PLUS 7420, T1600, T1650, T1700, T3400, T3500, T3600, T3610, T5600, T5610, XE, XE2, XE3, XE4, XE4 SERIES
Precision	3240, 3260, 3420, 3430, 3431, 3440, 3450, 3460, 3470, 3480, 3490, 3510, 3520, 3530, 3540, 3541, 3550, 3551, 3560, 3561, 3570, 3571, 3580, 3581, 3590, 3591, 3620, 3630, 3640, 3650, 3660, 3680, 5400, 5470, 5480, 5490, 5500, 5510, 5520, 5530, 5540, 5550, 5560, 5570, 5680, 5690, 5720, 5750, 5760, 5770, 5810, 5820, 5860, 7400, 7500, 7510, 7520, 7530, 7540, 7550, 7560, 7570, 7600, 7610, 7670, 7680, 7710, 7720, 7730, 7740, 7750, 7750, 7760, 7770, 7780, 7810, 7820, 7865, 7910, 7920, 7960, 5820 X-Series, 7865 TOWER, 7875 TOWER, M2800, M4700, M4800, M6800, T1600, T1650, T1700, T3400, T3500, T3600, T3610, T5500, T5600, T5610, T7600, T7610
Precision Rack	R3930, R5400, R5500, R7610, 7910, 7920, 7960
Pro Desktop - All-in-One	Dell 24 (EC24250), Dell Pro 24 Plus (QB24250), Dell Pro 24 35W (QC24251), Dell Pro 24 65W (QC24250), Dell 27 (EC27250)

Pro Desktop – Micro	Dell Pro Micro (QCM1250, QCM1255), Dell Pro Micro Plus (QBM1250), Dell Pro Max Micro (FCM2250)
Pro Desktop – Slim	Dell Pro Slim (QCS1250, QCS1255), Dell Pro Max Slim (FCS1250), Dell Pro Slim Plus (QBS1250)
XPS	12, 13, 15, 15, 17, 18, 720, 11 Ultrabook, 12 9Q23, 12 Ultrabook, 12-9Q33, 13 7300, 13 7390, 13 7390 2-in-1, 13 9300, 13 9305, 13 9310, 13 9310 2-in-1, 13 9315, 13 9315 2-IN-1, 13 9320, 13 9333, 13 9340, 13 9343, 13 9350, 13 9360, 13 9365, 13 9370, 13 9380, 13 Ultrabook, 14 9440, 14 Ultrabook, 14z, 15 7590, 15 9500, 15 9510, 15 9520, 15 9530, 15 9550, 15 9560, 15 9570, 15 9575, 15z, 16 9640, 17 3D, 17 9700, 17 9710, 17 9720, 17 9730, L401X, M1210, M1330, M140, M1530, M170, M1710, M1730, M2010, 27 7760 AIO, 8900, 8910, 8920, 8930, 8940, 8950, 8960
Notebooks & Tablets	**Models**
Alienware	Area-51M R2, Aurora R11, Aurora R12, Aurora R13, AURORA R5, AURORA R7, AURORA R8, Aurora Ryzen, Aurora Ryzen R14, M11x, M15x, M16 R1, M16 R1 AMD, M16 R2, M17x, M18x, X14 R2, X15x, X16 R1, X16 R2, X17x
G Series	G3 3500, G3 3579, G3 3590, G3 3779, G5 5000, G5 5090, G5 5500, G5 5505, G5 5579, G5 5587, G5 5590, G5 5779, G7 7500, G7 7588, G7 7590, G7 7700, G7 7790, G15 5510, G15 5511, G15 5515, G15 5520, G15 5525, G15 5530, G15 SPECIAL EDITION 5521, G16 7620, G16 7630
Inspiron	13, 15, 16, 17, 20, 22, 24, 27, 630, 1010, 1011, 1012, 1018, 1090, 1110, 1120, 1121, 1122, 1200, 1210, 1300, 1318, 1420, 1440, 1464, 1470, 1501, 1520, 1521, 1525, 1526, 1545, 1546, 1564, 1570, 1720, 1721, 1745, 1750,

1764, 2200, 3020, 3050, 3052, 3059, 3060, 3064, 3135, 3137, 3147, 3152, 3153, 3157, 3158, 3162, 3163, 3164, 3168, 3169, 3179, 3180, 3185, 3250, 3252, 3263, 3265, 3268, 3275, 3277, 3420, 3421, 3437, 3441, 3442, 3443, 3451, 3452, 3455, 3458, 3459, 3462, 3465, 3467, 3468, 3470, 3472, 3475, 3476, 3481, 3482, 3490, 3493, 3501, 3502, 3505, 3510, 3511, 3515, 3520, 3521, 3525, 3530, 3531, 3537, 3541, 3542, 3543, 3551, 3552, 3555, 3558, 3559, 3565, 3567, 3568, 3573, 3576, 3580, 3581, 3582, 3583, 3584, 3585, 3590,
3593, 3595, 3650, 3655, 3656, 3668, 3670, 3721, 3737, 3790, 3793, 3880, 3881, 3891, 3910, 5310, 5320, 5323, 5348, 5368, 5370, 5378, 5379, 5390, 5391, 5401, 5410, 5420, 5421, 5423, 5425, 5430, 5435, 5437, 5442, 5447, 5448, 5451, 5452, 5455, 5457, 5458, 5458, 5459, 5459, 5468, 5480, 5481, 5482, 5485, 5490, 5493, 5494, 5498, 5501, 5505, 5510, 5515, 5518, 5520, 5521, 5523, 5525, 5535, 5537, 5542, 5543, 5545, 5547, 5548, 5551, 5552, 5555, 5557, 5558, 5559, 5565, 5566, 5567, 5568, 5570, 5575, 5575, 5576, 5577, 5578, 5579, 5580, 5582, 5583, 5584, 5584, 5585, 5590, 5593, 5594, 5598, 5620, 5630, 5675, 5676, 5680, 5720, 5721, 5735, 5737, 5748, 5749, 5755, 5758, 5759, 5765, 5767, 5770, 6000, 6400, 7348, 7352, 7353, 7359, 7368, 7370, 7373, 7375, 7378, 7380, 7386, 7391, 7415, 7420, 7437, 7447, 7459, 7460, 7466, 7467, 7472, 7490, 7501, 7510, 7520, 7537, 7547, 7548, 7557, 7558, 7559, 7560, 7566, 7567, 7568, 7569, 7570, 7572, 7573, 7577, 7579, 7580, 7586, 7590, 7591, 7599, 7610, 7620, 7630, 7720, 7737, 7746, 7773, 7775, 7778, 7779, 7786, 9300, 9400, 11z, 130B, 13z, 14 N4050, 14 Plus, 14R, 14z Ultrabook, 15 3535, 15R, 15z Ultrabook, 16 5635, 16 7635 2-IN-1, 16 Plus, 17R, 3000 2n1, 3000 Series, 3195 2n1, 3280 AIO, 3290 AIO, 3464 AIO, 3475 AIO, 3477 AIO, 3480 AIO, 5000

	2n1, 5000 Series, 5400 2n1, 5400 AIO, 5410 2n1, 5420 AIO, 5477 AIO, 5481 2n1, 5485 2-in-1, 5488 AIO, 5490 2n1, 5490 AIO, 5491 2n1, 5591 2n1, 640M, 7000 Series, 700M, 710M, 7300 2n1, 7390 2n1, 7391 2n1, 7405 2n1, 7420 2-in-1, 7430 2-in-1, 7500 2n1, 7590 2n1, 7591 2n1, 7620 2-in-1, 7630 2-in-1, 7700 AIO, 7710 AIO, 7720 AIO, 7777 AIO, 7790 AIO, 7791 2n1, B120, B130, Duo Tablet, E1405, E1505, E1705, M101z, M102z 1122, M301Z, M4010, M4040, M4110, M5010, M5030, M5040, M5110, N3010, N301Z, N311Z, N4010, N4018, N4050, N4110, N5010, N5030, N5040, N5050, N7110
Latitude	13, 2100, 2110, 2120, 3120, 3140, 3150, 3160, 3180, 3189, 3190, 3300, 3301, 3310, 3311, 3320, 3330, 3340, 3350, 3379, 3380, 3400, 3410, 3420, 3430, 3440, 3450, 3460, 3470, 3480, 3490, 3500, 3510, 3520, 3530, 3540, 3550, 3560, 3570, 3580, 3590, 4300, 4310, 5175, 5179, 5250, 5280, 5285, 5289, 5290, 5300, 5310, 5320, 5330, 5340, 5350, 5400, 5401, 5404, 5410, 5411, 5414, 5420, 5421, 5424, 5430, 5431, 5440, 5450, 5480, 5480, 5488, 5490, 5491, 5495, 5500, 5501, 5510, 5511, 5520, 5521, 5530, 5531, 5540, 5550, 5580, 5580, 5590, 5591, 6410, 6510, 7212, 7214, 7220, 7250, 7275, 7280, 7285, 7290, 7300, 7310, 7320, 7330, 7340, 7350, 7370, 7380, 7389, 7390, 7400, 7404, 7410, 7414, 7420, 7424, 7430, 7440, 7450, 7480, 7490, 7520, 7530, 7640, 7650, 9330, 9410, 9420, 9430, 9510, 9520, 10 Tablet, 110L, 120L, 131L, 3190 2-In-1, 3310 2-in-1, 3340 2-in-1, 3390 2-In-1, 5290 2-In-1, 5300 2-in-1, 5310 2-in-1, 5350 2-in-1, 6410 ATG, 6430u, 7200 2-in-1, 7210 2n1, 7320 Detachable Gen 12, 7330 2-in-1, 7350 Detachable, 7350 2-in-1, 7389 2-in-1, 7390 2-In-1, 7400 2-in-1, 7430 2-in-1, 9330 2-in-1, 9410 2n1, 9440 2-in-1, 9450 2-IN-1, D410, D420, D430, D510, D520, D530, D531, D610, D620, D630, D630 XFR, D631, D810,

	D820, D830, E4200, E4300, E4310, E5000, E5250, E5270, E5400, E5410, E5414, E5420, E5430, E5440, E5450, E5460, E5470, E5470, E5500, E5510, E5520, E5520M, E5530, E5540, E5550, E5570, E6000, E6220, E6230, E6320, E6330, E6400, E6400 ATG, E6400 XFR, E6410, E6410 ATG, E6420, E6420 ATG, E6430, E6430 ATG, E6430S, E6430S, E6430u, E6440, E6500, E6510, E6520, E6530, E6540, E7214, E7240, E7250, E7270, E7414, E7440, E7450, E7470, ST Tablet, X1, XT, XT2, XT2 XFR, XT3 Tablet, Z, Z600
Latitude Rugged	Pro Rugged 13, Pro Rugged 14, 12 Tablet Extreme 7214, 12 Tablet Rugged 7202, 14 Rugged, 14 Rugged Extreme, 5414 Rugged, 5420 Rugged, 5424 Rugged, 5430 Rugged, 7030 RUGGED EXTREME TABLET, 7202 Rugged Tablet, 7204 Rugged Extreme, 7212 Rugged Extreme Tablet, 7214 Rugged Extreme Tablet, 7220 Rugged Extreme Tablet, 7230 Rugged Extreme Tablet, 7330 Rugged, 7414 Rugged Extreme, 7424 Rugged Extreme
Netbook UMPC	Inspiron Duo Convertible, Inspiron Mini 10, Inspiron Mini 1010, Inspiron Mini 1011, Inspiron Mini 1012, Inspiron Mini 1018, Inspiron Mini 12, Inspiron Mini 9, Inspiron Mini 910, Latitude 2100, Latitude 2120
Precision	3240, 3260, 3420, 3430, 3431, 3440, 3450, 3530, 3540, 3541, 3550, 3551, 3560, 3561, 3620, 3630, 3640, 3650, 5400, 5500, 5530, 5540, 5550, 5560, 5750, 5760, 5810, 5820, 5820 X-Series, 7400, 7500, 7570, 7600, 7610, 7670, 7750, 7810, 7820, 7910, 7920, T1650, T1700, T3400, T1600, T3500, T3600, T3610, T5600, T5610

Pro	Pro 13 Plus, 13 Plus 2-in-1, 13 Premium, 14, 14 Plus, 14 Plus 2-in-1, 14 Premium, 16, 16 Plus
Studio	15, 16, 17
Venue Tablets	Venue 8 Pro Tablet, Venue 10 Pro Tablet, Venue 11 Pro Tablet
Vostro	1000, 1014, 1015, 1088, 1200, 1220, 1310, 1320, 1400, 1440, 1450, 1500, 1510, 1520, 1540, 1550, 1700, 1710, 1720, 2420, 2421, 2520, 2521, 3070, 3250, 3267, 3268, 3300, 3350, 3360, 3400, 3401, 3405, 3420, 3425, 3430, 3445, 3446, 3449, 3450, 3458, 3459, 3460, 3468, 3470, 3471, 3478, 3480, 3490, 3491, 3500, 3501, 3510, 3511, 3515, 3520, 3525, 3530, 3535, 3546, 3549, 3550, 3555, 3558, 3559, 3560, 3561, 3562, 3565, 3568, 3578, 3580, 3581, 3590, 3591, 3650, 3650, 3653, 3660, 3667, 3668, 3669, 3670, 3671, 3681, 3700, 3710, 3750, 3888, 3910, 5090, 5310, 5320, 5390, 5391, 5401, 5410, 5459, 5460, 5468, 5470, 5471, 5480, 5481, 5490, 5501, 5510, 5560, 5568, 5581, 5590, 5620, 5625, 5630, 5635, 5880, 7500, 7510, 7570, 7580, 7590, 7620, 3020 T, A840, A860, A90, V130, V131
XPS	12, 13, 15, 15, 17, 18, 720, 11 Ultrabook, 12 9Q23, 12 Ultrabook, 12-9Q33, 13 7300, 13 7390, 13 7390 2-in-1, 13 9300, 13 9305, 13 9310, 13 9310 2-in-1, 13 9315, 13 9315 2-IN-1, 13 9320, 13 9333, 13 9340, 13 9343, 13 9350, 13 9360, 13 9365, 13 9370, 13 9380, 13 Ultrabook, 14 9440, 14 Ultrabook, 14z, 15 7590, 15 9500, 15 9510, 15 9520, 15 9530, 15 9550, 15 9560, 15 9570, 15 9575, 15z, 16 9640, 17 3D, 17 9700, 17 9710, 17 9720, 17 9730, L401X, M1210, M1330, M140, M1530, M170, M1710, M1730, M2010, 27 7760 AIO, 8900, 8910, 8920, 8930, 8940, 8950, 8960

IoT (Internet of Things)	Models
Edge Gateway	3001, 3002, 3003, 5000, 5100

Ready to see what Absolute can do for you?

Let's create more value for your customers with firmware-embedded resilience.

Request a Demo

Featured Resources



Research Reports

Resilience Obstacles in the Healthcare Industry

Endpoint telemetry data analyzed from millions of PCs reveal 3 pressing obstacles…



Data Sheets

Absolute Resilience for ConnectWise™

Empowering Managed Service Providers (MSPs) to secure disparate and remote client…



Webinars

New innovation in endpoint security and resilience

Join Our Live Product Update to see new Endpoint Management and Recovery Features.

©2025 Absolute Software Corporation. All rights reserved. Use of this website signifies your agreement to our Terms & Conditions and Privacy & Cookie Policy.

Need Assistance?

Language

Manage cookie preferences

EU DECLARATION OF CONFORMITY

Name and Address of the manufacturer:
Dell Inc.
One Dell Way
MS: PS4-30
Round Rock, Texas USA 78682

Name and address of the authorised representative:
Dell Products Europe
Raheen Business Park
Limerick, Ireland
Contact: https://support.dellproductcompliance.com

This declaration of conformity is issued under the sole responsibility of Dell, Inc.

OBJECT OF THE DECLARATION

Type of Object……..: Workstation
Regulatory Model……....: D33M
Regulatory Type[1]……....: **D33M001**
Trade/Manufacturer name.: **Dell**

The object of the declaration described above is in conformity with the following Directives:

- DIRECTIVE 2014/53/EU OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL of 16 April 2014 on the harmonisation of the laws of the Member States relating to the making available on the market of radio equipment and repealing Directive 1999/5/EC
- DIRECTIVE 2011/65/EU OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL of 8 June 2011 on the restriction of the use of certain hazardous substances in electrical and electronic equipment.

- DIRECTIVE 2009/125/EC OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL of 21 October 2009 establishing a framework for the setting of eco design requirements for energy related products.

The object of the declaration described above has been assessed by the Notified Body TÜV Rheinland LGA Products GmbH with identification number 0197 against the essential requirements in Clause 3.2 of 2014/53/EU and the Type Examination Certificate Number RT 60177954 0001
was issued.

The object of the declaration is in compliance with the following European standards, regulations, and technical references:

SAFETY EN IEC 62368-1:2020 +A11:2020
EN IEC 62311:2020
EN 62479:2010

EMC EN 55032:2015 +A11:2020
EN 55035:2017 +A11:2020
EN 61000-3-2:2014
EN 61000-3-3:2013
EN 301 489-1 V2.2.3
EN 301 489-3 V2.3.2
EN 301 489-17 V3.3.1

RoHS EN IEC 63000:2018

ENERGY EN 50564:2011
EN 62623:2013
Commission Regulation (EC) No. 1275/2008
Commission Regulation (EU) No. 617/2013

[1] Regulatory Type uniquely identifies the product Tracking Number, radio, apparatus and EEE which is the object of this DoC.

DELL™, the Dell logo and names of Dell products and services are registered trademarks and trademarks of Dell Inc.

RADIO EN 300 328 V2.2.2
EN 301 893 V2.1.1
EN 300 330 V2.1.1
EN 300 440 V2.2.1
EN 303 687 V1.1.1

SUPPLEMENTARY INFORMATION: The object of this declaration has been tested and found to comply with the electromagnetic compatibility (EMC) limits for a Class B digital device pursuant to the listed directives, regulations and standards. These limits are designed to provide reasonable protection against harmful interference when the equipment is operated in a residential or business environment. Optional devices, such as radios, conform to the noted standard when the Dell Inc. provided devices are installed in the product. The equipment was tested in a typical configuration.

Round Rock, Texas, USA	Tai, Ken
Place of Issue	Full Printed Name
1/16/2025	**Regulatory Principal Engineer**
Date of Issue	Position/Title
CDD33M001_2501	
Dell Document Control	

Ken Tai

Signed for and on behalf of Dell Inc.

DELL™, the Dell logo and names of Dell products and services are registered trademarks and trademarks of Dell Inc.

Product Compliance Datasheet

MARKETING NAME/MODEL NO……: FCT2250

REGULATORY MODEL…..…..: D33M

REGULATORY TYPE……..…: D33M001

EMC EMISSIONS CLASS…....: B

EFFECTIVE DATE[1]……..…....: March 20, 2025

REVISED DATE[2]……..…....: February 18, 2025

Table of contents

I. Statement of Compliance 2
II. Global Environmental Information 2
III. NFPA 99 Conformity 3
IV. Declaration of Similarity 3
V. Power Cords and User Documentation 3
VI. Trade (Import/Export) Compliance Data 4
VII. Product Dimensions and Weight 4
VIII. Product Energy Performance Data 4
IX. Product Materials Information 5
X. Packaging 6
XI. Batteries 7
XII. Design for Environment 7
XIII. France Reparability Index 7
XIV. Recycling / End-of-Life Service Information 8
XV. Helpful Links 8
Appendix A: ErP Lot 3 Product Energy Consumption Information 9
Appendix B: ErP Lot 26 Network Standby Energy Consumption Information 11
Appendix C: California Energy Commission Appliance Efficiency Standards MAEDbS Registration Numbers ..12

[1] Effective Date refer to product that is available to market (RTS/Launch)
[2] Revision Date refer to the Datasheet has been updated to capture the latest information

I. Statement of Compliance

This product has been determined to be compliant with the applicable standards, regulations, and directives for the countries where the product is marketed. The product is affixed with regulatory marking and text as necessary for the country/agency. Dell manufacturers and markets Multimedia Equipment (MME), Information Technology Equipment (ITE), Audio Visual Equipment (A/V), Industrial, Scientific, Medical Equipment (ISM) or combinations of these. Generally, products Electromagnetic Compatibility (EMC) and Product Safety compliance is based on International IEC and CISPR standards and their national equivalent along with national standards for Radio (wireless), Telecommunications (Modem) and Energy. Dell products have been verified to comply with the Restriction of Hazardous Substances (RoHS) Directive 2011/65/EU of the European Parliament and the Council. Dell product does not contain any of the restricted substances in concentrations and applications not permitted by the RoHS Directive.

EMC Emissions Class refers to one of the following use environments:

- EMC Class B product is intended for use in residential/domestic environments but may also be used in nonresidential/non-domestic environments.
- EMC Class A product is intended for use in non-residential/non-domestic environments. Class A product may also be utilized in residential/domestic environments but may cause interference and require the user to take adequate corrective measures.

For Product Safety and EMC compliance, this product has been assigned a unique regulatory model and regulatory type that is imprinted on the product regulatory labeling to provide traceability to the regulatory approvals noted on this datasheet. This datasheet applies to any product that utilizes the assigned regulatory model and type including marketing names other than those listed on this datasheet. Dell products with the CE marking have been verified to comply with Energy Related Products (ErP) Directive 2009/125/EC of the European Parliament and of the Council. https://www.dell.com/ErP User Information. REACH (Registration, Evaluation, Authorization and Restriction of Chemicals), Regulation (EC) 1907/2006 of the European Parliament and of the Council is the European Union's (EU) chemical substances regulatory framework. Dell complies with the REACH regulation. For information on SVHC (Substances of Very High Concern), see www.dell.com/REACH. This products compliance documentation, such as this datasheet and the European Union Declaration of Conformity are available on the product support page, manuals tab http://www.dell.com/support. Additional compliance documentation for the product is available upon submitting a request at https://support.dellproductcompliance.com Please include product identifiers such as marketing name, regulatory model, regulatory type, and country that compliance information is needed in the email request.

II. Global Environmental Information

Environmental (Voluntary Marks)		
Country	**Approval**	**Compliance**
Global	ENERGY STAR (Configuration Dependent)	*Computer Version 8.0*
Global	TCO Certified	*Generation 10*
China	CECP	Yes
China	CEC	Yes

Japan	Green PC Label	Yes
Taiwan	Greenmark	Yes
Varies by Country See EPEAT.net	EPEAT (Configuration Dependent)	Refer to EPEAT.net for specific registration levels and countries

III. NFPA 99 Conformity

Select Dell systems have been tested and found to comply with the touch current requirements as defined in 10.3.5 of National Fire Protection Association standard NFPA 99:2021. The touch current does not exceed 100 µA with ground wire intact (if a ground wire is provided) and 500 µA with ground disconnected at 127 V AC, 60 Hz when tested in accordance with 10.3.5 of NFPA 99: 2021. To determine if this product complies with the above requirements, send a request to https://support.dellproductcompliance.com. Please include product identifiers such as marketing name, regulatory type and country for which compliance information is needed.

IV. Declaration of Similarity

Object of the Declaration	
Product Type	Workstation
Regulatory Model Number	D33M
Regulatory Type Number	D33M001
Trade Name/ Trademark	DELL
Marketing Name(s)	FCT2250

Dell Inc. herby declares that the products identified by the product designations listed in this declaration are strictly identical in design (shape, opening, etc.) components, materials, manufacturing process, and markings except for product designation – Trade Name and/or Trade Mark as specified in this declaration.

The products may have very minor differences which do not impact the level of conformity. All products identified by the product designations in this declaration have the same level of conformity according to the certificate(s) provided.

The Trade Name / Trademark and/or Marketing Name(s) are the property of Dell Inc.
Any differences in the product designation are for marketing purposes only.

Date of Issue	March 20, 2025	Signature on behalf of Dell Inc.	Dell Inc. Dell Global Product Compliance and Environmental Affairs
Title	Dell Global Product Compliance and Environmental Affairs		

V. Power Cords and User Documentation

Dell products are provided with the power cord and user documentation suitable for the intended

country of delivery. Products that are relocated to other countries should use nationally certified power cords and plugs to ensure safe operation of the product. Contact Dell to determine if alternate power cords or user documentation in other languages is available for your market.

VI. Trade (Import/Export) Compliance Data

For any questions related to importing & exporting classification of Dell products, please obtain information from the following link: http://www.dell.com/learn/us/en/uscorp1/import-export or send email request to WW_Export_Compliance@dell.com. Please include product identifiers such as marketing name, regulatory model, regulatory type, and country that compliance information is needed in the email request.

VII. Product Dimensions and Weight

Depth, mm/cm	Width, mm/cm	Height, mm/cm	Weight, kg
387/38.7	187.7/18.77	438/43.8	8.17~23 Kg (depending upon installed options)

VIII. Product Energy Performance Data

ErP Lot 3, Lot 26 and ErP Lot 9 information is in Appendices A, B and C respectively.

For additional information on how Dell's commitment to energy efficiency benefits you go to: Reducing your Footprint

For additional information on ENERGY STAR models refer to the following database: ENERGY STAR Product Finder

Computer:

Service Level	Energy Consumption (Wattage)	BTU Calculation	Description of Service Level
CPU stressed	242.78	830.31	The system is running programs to maximize the CPU utilization and/or running programs to maximize the power consumption
Short Idle	49.06	167.79	As specified per EPA ENERGY STAR
Long Idle	5.65	19.32	As specified EPA ENERGY STAR
S3 "Sleep" or Modern Standby	5.65	19.32	S3=Suspend-to-RAM, or Modern Standby
Off/Standby	0.45	1.54	System is turned off but still connected to its AC power source.

Energy Consumption[3]
Energy efficiency benefits the environment and lowers the total cost of equipment ownership by reducing power consumption. Click here for Dell's Energy efficient products.

*Energy Consumption results are based solely upon the laboratory testing of the System Configuration and in accordance to the described service level. Energy consumption is tested at 230 Volts / 50 Hz.

IX. Product Materials Information

Information on Dell's material use is available here.
Dell's Restricted Material for Use guidance document is available here.

Mechanical plastic parts are BFR/PVC free	☒ **Yes** ☐ **No** ☐ **NA**
Marking of plastics parts is in accordance with ISO 11469 (see below)	☒ **Yes** ☐ **No** ☐ **NA**
Printed circuit boards (without components) >0.5g are BFR PVC free	☐ **Yes** ☒ **No** ☐ **NA**
Insulation materials of external electrical cables are PVC free	☐ **Yes** ☒ **No**
Product is BFR/PVC Free (Accessories & Options may not be BFR/PVC-Free	☐ **Yes** ☒ **No**
Postconsumer recycled Plastics material content[4] is used in the product If yes, indicate the percentage of the postconsumer recycled material per total plastic weight of the product	☒ **Yes** ☐ **No** ☐ **NA** **39.8 % PCR (Post Consumer Recycled) material in total plastic of product**
Biobased Plastic material[5] content is used in the product. If yes, either indicate the percentage of the biobased plastic material per total plastic weight of the product	☐ **Yes** ☒ **No** ☐ **NA** **0 % biobased plastic material in total plastic of product**

[3] This document is informational only and reflects laboratory performance. Your product may perform differently, depending on the software, components, and peripherals you ordered. Accordingly, the customer should not rely upon this information in making decisions about electrical tolerances or otherwise. No warranty as to accuracy or completeness is expressed or implied.
For more details visit https://www.dell.com/learn/us/en/uscorp1/dell-environment

[4] This product contains x% post-consumer recycled plastic including closed loop recycled plastics (ITE-derived)* % Declaration to be the same in ENV0025 for Display & CP
[5] Bio-based plastics are fully or partially made from biological resources, rather than fossil raw materials. They are not necessarily compostable or biodegradable. It is important to examine the full life cycle of bio-based plastics, to ensure that they are beneficial to the environment beyond the reduction in use of fossil resources. This includes littering and changes in land use

Flame Retardants Used in Motherboard

Part	List the Flame Retardants
PCB[6]	DOPO, Cross-linked Phenoxyphosphazene

Flame Retardants Used in Mechanical Plastic Parts[7]

The external case material is Steel(SGCC),>ABS<,>PC+ABS<

Resin Material Name	Plastic Part Marking per ISO 11469:2016	Flame Retardant Marking per ISO 1043-4 (i.e. FR(16), FR(40), etc.)	List the Flame Retardants used on (i.e. BPA, etc)	List applicable R-Phrase(s) or Hazard Statement(s) per EU Directive 67/548/EEG or 1272/2008
PC+ABS-FR(40)	>PC+ABS-FR(40)<	FR(40)	Halogen Free Organic Phosphorus compounds	R43
PC+ABS-FR(40)(REC65)	>PC+ABS-FR(40)(REC65)<	FR(40)	Halogen Free Organic Phosphorus compounds	R43
ABS(REC85)	>ABS(REC85)<	N/A	N/A	N/A
ABS	>ABS<	N/A	N/A	N/A

Mercury Information

Number of bulbs	Average per bulb
If none, enter 0	0 mg

Additional information:

- Refer to Dell Technologies' Chemical Use Policy for more information on RoHS and REACH.
- Products MSDS (Material Safety Data Sheets):
  - Batteries: Battery MSDS Documentation and Declaration
  - Printer Toner and Ink: MSDS Documentation

X. Packaging

Information on Dell's sustainable packaging effort available here. Additional materials restricted in Packaging as per Dell's Material Restricted for Use Standard document can be found at www.dell.com/restrictedsubstanceslist.

[6] PCB (Printed Circuit Board) is a blank circuit board with no electronic components attached

[7] According to ISO 11469 Marking of plastics products weighing 25 grams or more must be marked. Plastic Parts weighing less than 25 grams and having adequate surface area for coding should be marked.

Packaging Materials	Total Weight, (g)	Sustainable Material Content[1] (e.g Recycled content *,bio-based, Sustainable Forested materials)	% Sustainable Material		
			APJ region	DAO region	EMEA region
Corrugated Fiberboard	1810	Recycled Content	Min 35%	Min 35%	Min 35%
LDPE (Including EPE Foam)	273	Recycled Content	0-80%	0-80%	0%
Molded paper pulp	0	Recycled content	100%	100%	100%
HDPE (including thermoformed) *	0	Recycled Content	0-80%	0-80%	0%
Molded Bamboo	0	Non-wood, biobased material	100%	100%	100%
Wheat Straw	0	Non-wood, biobased material	100%	100%	100%
Mushroom	0	Non-wood, biobased material	100%	100%	100%
LDPE Bags	0	Recycled content	0%	0%	0%
EPS	0	Recycled content	0%	0%	0%
PET	0	Recycled content	0%	0%	0%
Polypropylene	0	Recycled content	0%	0%	0%
Other, please specify	0				

XI. Batteries

Below is a listing of batteries that could be present in the product:

Battery Description – Batteries	Battery Type	Battery Weight (kg)	Rating
CR-2032 coin cell	Lithium Metal	0.0032	10mA

XII. Design for Environment

Dell systems are, when applicable, designed for easy assembly, disassembly, and servicing. For more information on Dell's Environmental product attributes click here.

XIII. France Reparability Index

On January 1, 2021, France introduced a new Repairability Index for five categories of electronic devices, including laptops. The aim of this new Repairability Index is to inform customers about available repair options for a product prior to purchase.

The Repairability Index is a score ranging from 0 to 10/10, calculated based on five criteria:

1. **Documentation:** A score determined by the manufacturer's commitment to make technical documents available free of charge, in number of years, to repairers and consumers.
2. **Disassembly, tools, and fasteners:** A score determined by how easy it is to disassemble the product, the type of tools needed, and the characteristics of the fasteners.
3. **Availability of spare parts:** A score determined by the length of time the manufacturer commits

to makes spare parts available for the product and the time it takes to deliver them.

4. **Price of spare parts:** A score determined by the ratio of the sale price of spare parts to the price of the product.
5. **Product specific:** A score determined by sub-criteria specific to the product category concerned, which may include availability of remote support, software updates, and resets.

The Repairability Index for this product and the parameters used to calculate the Repairability Index, are available on the product page.

XIV. Recycling / End-of-Life Service Information

Take back and recycling services are offered for this product in certain +countries. If you want to dispose of system components, please visit How to Recycle | Dell Technologies US and select the relevant country.

XV. Helpful Links

- **Environmental Policy**
  https://i.dell.com/sites/csdocuments/Corporate_corp-Comm_Documents/en/dell-global-environmental-policy.pdf
- **Social Impact - Progress Made Real**
  https://corporate.delltechnologies.com/en-id/social-impact.htm
- **Advancing Sustainability**
  https://corporate.delltechnologies.com/en-us/social-impact/advancing-sustainability.htm
- **ISO 14001 Certification**
  ISO Certification Certificate Environmental 14001 (delltechnologies.com)
- **Materials Restricted for Use**
  www.dell.com/restrictedsubstanceslist
- **Chemical Use Policy**
  http://i.dell.com/sites/doccontent/corporate/environment/en/Documents/chemical-use-policy.pdf
- **Product Carbon Footprint**
  https://corporate.delltechnologies.com/en-us/social-impact/advancing-sustainability/sustainable-products-and-services/product-carbon-footprints.htm
- **RoHS Compliance**
- https://dellproductcompliance.atlassian.net/servicedesk/customer/portal/6/topic/4ef197b3-28bb-4ff8-96ce-0fcb642ecf8f/article/10289411
- **REACH Compliance**
  www.dell.com/REACH
- **Recycling Information**
  http://www.dell.com/recycling
- **Supplier Responsibility – Champion the Many People**
  https://corporate.delltechnologies.com/en-us/social-impact/advancing-sustainability/champion-the-many-people.htm

Appendix A: ErP Lot 3 Product Energy Consumption Information

European Union (EU) ErP Lot 3 (Commission Regulation (EC) No. 617/2013)
The ErP Lot 3 regulation includes requirements for certain product specific information to be provided by the manufacturer. This is applicable to Desktops, Integrated Desktops (All-in-One), Notebooks, Tablets, Slates, Notebook Thin Clients, Desktop Thin Clients, Workstations, Mobile Workstations, and Small-Scale Servers.

ErP Lot 3 provides certain exclusions based upon product type, screen size, and/or the amount of power consumed in idle mode. Product energy and acoustic information might be reported for products that are out of scope of ErP Lot 3 for informational purposes only.

Additional information on ErP Lot 3, Lot 7 & Lot 26 available here.

Power Supply Model #	Internal or External	Link to efficiency report
AC360ES240-00	Internal	https://www.clearesult.com/80plus/sites/80plus/files/manufacturer-certificate/DELL_AC360ES240-00_360W_SOCE%207493_Report_1.pdf
D360ES240-00	Internal	https://www.clearesult.com/80plus/sites/80plus/files/manufacturer-certificate/DELL_D360ES240-00_360W_SOCE%207521_Report.pdf
L360ES240-00	Internal	https://www.clearesult.com/80plus/sites/80plus/files/manufacturer-certificate/DELL_L360ES240-00_360W_SOCE%207507_Report.pdf
H360ES240-00	Internal	https://www.clearesult.com/80plus/sites/80plus/files/manufacturer-certificate/DELL_H360ES240-00_360W_SOCE%207514_Report.pdf
HU360ES240-00	Internal	https://www.clearesult.com/80plus/sites/80plus/files/manufacturer-certificate/DELL_HU360ES240-00_360W_SOCE%207487_Report.pdf
D500ES240-00	Internal	https://www.clearesult.com/80plus/sites/80plus/files/manufacturer-certificate/DELL_D500ES240-00_500W_SOCE%207522_Report.pdf
H500ES240-00	Internal	https://www.clearesult.com/80plus/sites/80plus/files/manufacturer-certificate/DELL_H500ES240-00_500W_SOCE%207515_Report.pdf
L500ES240-00	Internal	https://www.clearesult.com/80plus/sites/80plus/files/manufacturer-certificate/DELL_L500ES240-00_500W_SOCE%207510_Report_0.pdf
AC1500ES240-00	Internal	https://www.clearesult.com/80plus/sites/80plus/files/manufacturer-certificate/DELL_AC1500ES240-00_1200W_SOCE%207528_Report.pdf
H1500ES240-00	Internal	https://www.clearesult.com/80plus/sites/80plus/files/manufacturer-certificate/DELL_H1500ES240-00_1200W_SOCE%207624_Report_0.pdf
L1500ES240-00	Internal	https://www.clearesult.com/80plus/sites/80plus/files/manufacturer-certificate/DELL_L1500ES240-00_1500W_SOCE%207511_Report_0.pdf

* **Energy Consumption** results are based solely upon the laboratory testing of the **System Configuration** listed above. Energy consumption is tested at 230 Volts / 50 Hz.

Energy Consumption[8]
Energy efficiency benefits the environment and lowers the total cost of equipment ownership by reducing power consumption. Click here for Dell's Energy efficient products

Declared Noise Emissions in accordance with ISO 9296. Testing performed in accordance with ISO 7779 at operating modes defined by ECMA 74. Your product may perform differently, depending on the software, components, and peripherals you ordered. No warranty as to accuracy or completeness is expressed or implied.

Computers Category D:

Service Level	Sound Power Declared mean A-weighted level	Statistical adder for verification	Sound Pressure Declared mean A-weighted emission level
	$L_{WA,m}$ (B)	K_V (B)	$L_{pA,m}$ (dB)
HDD Accessing	3.75	0.4	21.1
ODD Accessing	4.68	0.4	33.8
Idle	3.73	0.4	21.1

[8] This document is informational only and reflects laboratory performance. Your product may perform differently, depending on the software, components, and peripherals you ordered. Accordingly, the customer should not rely upon this information in making decisions about electrical tolerances or otherwise. No warranty as to accuracy or completeness is expressed or implied.

Appendix B: ErP Lot 26 Network Standby Energy Consumption Information

European Union (EU) ErP Lot 26 (Commission Regulation (EC) No 801/2013)
The ErP Lot 26 regulation includes Network Standby power requirements to be provided by the manufacturer. This is applicable to multiple product categories. If no information is reported, it's assumed it is out of scope of ErP Lot 26.

Appendix C: California Energy Commission Appliance Efficiency Standards MAEDbS Registration Numbers

MAEDbS Model Numbers *	Computer Type	Power Supply Wattage
FCT2250_360W	Workstation	360W
FCT2250_500W	Workstation	500W
FCT2250_1000W	Workstation	1500W

*L = Liquid Cooling

RETURN TO SEARCH

FCT2250

Product Summary:

Product Type:	Workstation
Registered In:	Brazil
Manufacturer:	DELL
EPEAT Tier:	Gold
Registration Date:	2025-04-23
Product Status:	Active
EPEAT Climate+:	Achieved 2025-04-23
Exceptions:	ENERGY STAR compliant power management features and power supply. Computers without such features may not conform to 4.5.1.1 ENERGY STAR and would not be in conformance with EPEAT.

COMPUTERS & DISPLAYS

All unique product identifiers existing for this product may not be listed here. If the unique product identifier you are looking for is not listed, please contact EPEAT at EPEAT@GEC.org.

EXPORT PRODUCT SUMMARY

EPEAT Tier Score Detail

For a product to be listed on the EPEAT Registry, it must, at a minimum, meet the applicable "required" criteria. Click here to see a list of the required criteria for this product category.

This product has met the necessary required criteria.

Along with required criteria, products can also meet optional criteria and score optional points. It is not required for a product to achieve any optional points.

Products that meet all required criteria and achieve **less than 50%** of the optional points are rated at
EPEAT Bronze

Products that meet all required criteria and achieve **50 - 74%** of the optional points are rated at
EPEAT Silver

Products that meet all required criteria and achieve **75 - 100%** of the optional points are rated at
EPEAT Gold

The optional criteria for this product category and optional points achieved by this product are listed below.

Optional Criteria	Scores
4.1 Substance Management	**10 / 16**

4.2 Materials Selection	3 / 3
4.4 Product longevity/life-cycle extension	2 / 2
4.5 Energy Conservation	1 / 2
4.7 Packaging	1 / 2
4.8 Life cycle assessment and carbon footprint	6 / 6
4.9 Corporate Environmental Performance	6 / 9
4.10 Corporate social responsibility	6 / 6
TOTAL OPTIONAL CRITERIA SCORE:	35 / 46

Please note that it is not required for a product to

Some optional criteria may not be applicable to a product. Optional criteria that are not applicable (N/A)

achieve any optional points.

to the product are not included in the Total Optional Criteria Score, and are not reflected above.

For any questions, comments, or feedback regarding the EPEAT Registry, please contact us.

Contact Us

+1.503.279.9383

PO Box 12149 Portland, OR 97212-0149 USA

Stay connected with regular updates from EPEAT

Sign up

© 2025 Green Electronics Council dba Global Electronics Council. All rights reserved.

EPEAT Registry Privacy Policy

EPEAT Registry Terms of Use

Plataformas DigiCert® Enterprise PKI: suporte para Windows Hello for Business

Quer adotar a autenticação passwordless?

A autenticação passwordless (sem senha) está atraindo atenção como uma forma de melhorar a segurança no ponto de acesso e, ao mesmo tempo, simplificar a experiência de login do usuário. Mesmo senhas fortes estão sujeitas a ataques de repetição e phishing e podem ser expostas por violações de servidor ou esquecidas pelos usuários. Além disso, conforme as empresas buscam modelos de segurança Zero Trust que exigem a verificação de cada solicitação de acesso, a segurança do acesso torna-se uma preocupação de TI cada vez mais importante para a proteção contra ataques e a capacitação da força de trabalho corporativa. Com a autenticação passwordless, os usuários finais não precisam mais criar ou lembrar senhas e utilizam métodos mais seguros para verificar a identidade.

> **89%**
>
> **das violações de aplicativos web envolveram alguma forma de abuso de credenciais (uso de credenciais roubadas ou força bruta).**
>
> -- Relatório de investigação de violações de dados - Verizon 2021

Windows Hello for Business: o modelo de confiança de certificados

O Windows Hello for Business (WHfB) é uma solução de autenticação passwordless da Microsoft que verifica a entrada/login, usando a autenticação forte (multifator) em PCs e dispositivos móveis por meio de credenciais de identidade biométricas ou com PIN.

O modelo de confiança de certificados para WHfB usa certificados digitais vinculados a uma Infraestrutura de chave pública (PKI) para autenticação no Active Directory (AD) com certificados emitidos por uma Autoridade de Certificação (CA).

O modelo de confiança de chaves faz autenticação no AD com uma chave e exige certificados autoassinados.

Entre os dois principais modelos de confiança utilizados pelo WHfB (confiança de chaves e confiança de certificados), a confiança de certificado pode ser a preferida por empresas preocupadas com:

- Casos de uso: com o modelo de confiança de certificados, um certificado WHfB pode ser usado da mesma forma que certificados com smart card com logon do Windows.
- Tecnologia de identidade e acesso: empresas que já usam PKI para emitir e gerenciar certificados de usuário final também podem usar essa PKI com o Windows Hello for Business.

Plataformas DigiCert® Enterprise PKI e Windows Hello For Business

As plataformas DigiCert Enterprise PKI fornecem suporte para o modelo de confiança de certificados WHfB, apresentando os casos de uso e a conveniência que os clientes esperam de iniciativas de autenticação passwordless, que:

- **simplificam** a administração dos certificados WHfB com modelos de certificado pré-configurados e os métodos de registro correspondentes.
- **aceleram** a integração por meio de fluxos de trabalho automatizados e do provisionamento zero-touch de certificados autenticados pelo cliente exigidos pelo WHfB para estações de trabalho de domínios Windows.
- **fornecem** a conveniência de gerenciar certificados digitais WHfB com a mesma plataforma usada para gerenciar outros casos de uso empresariais.

O suporte para WHfB é um dos vários recursos das plataformas de PKI empresarial da DigiCert que fornecem às organizações uma experiência simplificada de administração e provisionamento de certificados digitais com base em fluxos de trabalho automatizados, vários métodos de registro e recursos de integração de terceiros.

Para administradores do Windows Hello for Business, isso significa:

Recursos da plataforma PKI	Benefícios
Modelos de certificados predefinidos para WHfB	Facilitam a rápida integração de usuários e dispositivos por meio do DigiCert Auto-Enrollment Server (client-less) com modelos de certificados predefinidos para Controlador de domínio, Agente de registro e Autenticação de usuários no WHfB
Gerenciamento zero touch do ciclo de vida dos certificados	Aumenta a segurança e a produtividade dos usuários por meio de recursos automatizados de renovação, reemissão, expiração e reprovisionamento de certificados
Proteção de chaves forte e aplicação de políticas de alto nível	Fornecem opções para geração e proteção de chaves por meio do Trusted Platform Module (TPM) e da aplicação de políticas para usar esse módulo
Integração otimizada com aplicativos e sistemas de terceiros para o WHfB	Facilita a integração utilizando o suporte para API REST, SCEP e EST, além de SAML para serviços federados e distribuídos
Administração e gerenciamento centralizados para WHfB e outros certificados digitais	Habilita visibilidade e controle do cenário de certificados de toda a empresa, com gerenciamento completo do ciclo de vida dos certificados, rastreamento, logs de auditoria e geração de relatórios, tudo em uma única plataforma
Implantação rápida da plataforma	Capacita a implantação rápida e a criação de CAs online tanto para CAs baseadas em software como HSM
Plataforma de PKI altamente flexível e escalável	Compatível com várias opções de implantação de plataformas de PKI, incluindo modelos no local, na nuvem e híbridos, com escalabilidade comprovada
Suporte para vários idiomas	Compatível com vários idiomas em todas as interfaces web, consoles de administração e páginas web de registro de usuários finais.

Requisitos técnicos

Plataformas DigiCert® Enterprise PKI:	• PKI Platform 8 com Autoenrollment Server no Windows Server* de domínio ou • Enterprise PKI Manager com Autoenrollment Server no Windows Server de domínio (disponibilidade no 1° trimestre de 2022)
Sistemas operacionais Windows Server:	2019, 2016 ou 2012
Serviço de diretório:	Windows Active Directory (AD)*, Azure AD
Solução de Single Sign-on:	Microsoft Active Directory Federation Services (ADFS)
Solução de sincronização de dados de identidade:	Azure AD Connect
Sistema operacional de cliente:	Windows 10

*Os componentes precisam ser executados no mesmo sistema operacional Windows Server suportado

Entre em contato conosco usando o formulário da página **https://www.digicert.com/pt/** para obter mais detalhes.

© 2021 DigiCert, Inc. Todos os direitos reservados. DigiCert é marca registrada da DigiCert, Inc. nos EUA e em outros lugares.
Todas as outras marcas e marcas registradas são propriedade de seus respectivos proprietários.

Dell Data Protection

Guia do Usuário do Console

Status de criptografia
Inscrição de autenticação
Password Manager
1.10



© 2016 Dell Inc.

Marcas registradas e marcas comerciais usadas nos conjuntos de documentos do Dell Data Protection | Encryption, Dell Data Protection | Endpoint Security Suite, Dell Data Protection | Endpoint Security Suite Enterprise, Dell Data Protection | Security Tools e Dell Data Protection | Cloud Edition: Dell™ e o logotipo da Dell, Dell Precision™, OptiPlex™, ControlVault™, Latitude™, XPS® e KACE™ são marcas comerciais da Dell Inc. Cylance® e o logotipo da Cylance são marcas registradas da Cylance, Inc. nos Estados Unidos e em outros países. McAfee® e o logotipo da McAfee são marcas comerciais ou marcas registradas da McAfee, Inc. nos Estados Unidos e em outros países. Intel®, Pentium®, Intel Core Inside Duo®, Itanium® e Xeon® são marcas registradas da Intel Corporation nos Estados Unidos e em outros países. Adobe®, Acrobat® e Flash® são marcas registradas da Adobe Systems Incorporated. Authen Tec® e Eikon® são marcas comerciais registradas da Authen Tec. AMD® é marca comercial registrada da Advanced Micro Devices, Inc. Microsoft®, Windows® e Windows Server®, Internet Explorer®, MS-DOS®, Windows Vista®, MSN®, ActiveX®, Active Directory®, Access®, ActiveSync®, BitLocker®, BitLocker To Go®, Excel®, Hyper-V®, Silverlight®, Outlook®, PowerPoint®, OneDrive®, SQL Server®, e Visual C++® são marcas comerciais ou marcas registradas da Microsoft Corporation nos Estados Unidos e/ou em outros países. VMware® é marca registrada ou marca comercial da VMware, Inc. nos Estados Unidos ou em outros países. Box® é marca registrada da Box. Dropbox℠ é marca de serviço da Dropbox, Inc. Google™, Android™, Google™ Chrome™, Gmail™, YouTube® e Google™ Play são marcas comerciais ou marcas registradas da Google Inc. nos Estados Unidos e em outros países. Apple®, Aperture®, App Store℠, Apple Remote Desktop™, Apple TV®, Boot Camp™, FileVault™, iCloud®℠, iPad®, iPhone®, iPhoto®, iTunes Music Store®, Macintosh®, Safari® e Siri® são marcas de serviço, marcas comerciais ou marcas registradas da Apple, Inc. nos Estados Unidos e/ou em outros países. GO ID®, RSA® e SecurID® são marcas registradas da EMC Corporation. EnCase™ e Guidance Software® são marcas comerciais ou marcas registradas da Guidance Software. Entrust® é marca registrada da Entrust®, Inc. nos Estados Unidos e em outros países. InstallShield® é marca registrada da Flexera Software nos Estados Unidos, China, Comunidade Europeia, Hong Kong, Japão, Taiwan e Reino Unido. Micron® e RealSSD® são marcas registradas da Micron Technology, Inc. nos Estados Unidos e em outros países. Mozilla® Firefox® é marca registrada da Mozilla Foundation nos Estados Unidos e/ou em outros países. iOS® é marca comercial ou marca registrada da Cisco Systems, Inc. nos Estados Unidos e em determinados países e é usada nos Estados Unidos sob licença. Oracle® e Java® são marcas registradas da Oracle e/ou de suas afiliadas. Outros nomes podem ser marcas comerciais de seus respectivos proprietários. SAMSUNG™ é marca comercial da SAMSUNG nos Estados Unidos ou em outros países. Seagate® é marca registrada da Seagate Technology LLC nos Estados Unidos e/ou em outros países. Travelstar® é marca registrada da HGST, Inc. nos Estados Unidos e em outros países. UNIX® é marca registrada da The Open Group. VALIDITY™ é marca comercial da Validity Sensors, Inc. nos Estados Unidos e em outros países. VeriSign® e outras marcas relacionadas são marcas comerciais ou marcas registradas da VeriSign, Inc. ou suas afiliadas ou subsidiárias nos Estados Unidos e em outros países e licenciadas para a Symantec Corporation. KVM on IP® é marca registrada da Video Products. Yahoo!® é marca registrada da Yahoo! Inc.

Este produto usa partes do programa 7-Zip. O código-fonte pode ser encontrado em www.7-zip.org. O licenciamento é feito sob a licença GNU LGPL + restrições unRAR (www.7-zip.org/license.txt).

2016-07

Protegido por uma ou mais patentes dos EUA, incluindo: Número 7665125; Número 7437752 e Número 7665118.

As informações neste documento estão sujeitas a alterações sem aviso.

Índice

1 Introdução 5

2 DDP Console 7

3 Status de criptografia 9

4 Inscrições 11

Inscrever credenciais pela primeira vez **11**

Adicionar, modificar ou ver inscrições **11**

Senha **12**

Perguntas de recuperação **12**

Impressões digitais **12**

Dispositivo móvel **13**

Configurar o Security Tools Mobile 13

Emparelhar o dispositivo móvel e o computador 14

Inscrever outro dispositivo móvel 14

Desemparelhar um computador e um dispositivo móvel 15

Fazer login com senha de uso único **16**

Tarefas de gerenciamento do Security Tools Mobile **16**

Redefinir o PIN do aplicativo Security Tools Mobile 16

Desinstalar o aplicativo Security Tools Mobile 16

Cartões inteligentes **17**

5 Password Manager 19

Noções básicas do Password Manager **19**

Gerenciar logins **20**

Adicionar categoria 20

Adicionar login 20

Importar credenciais **21**

Menu de contexto do ícone **21**

Fazer login em páginas com login treinado **22**

Suporte para domínios da Web **22**

Preencher as credenciais do Windows **23**

Excluir sites **23**

Desativar solicitações para treinar formulários de login **24**

Fazer backup e restaurar credenciais do Password Manager **24**

Backup de credenciais 24

Restaurar credenciais 24

Glossário 25

1

Introdução

O Dell Data Protection | Security Tools fornece ferramentas intuitivas e de fácil uso para que você aumente a segurança do seu computador.

Os seguintes recursos estão disponíveis através do DDP Console:

- Inscrever credenciais para uso com Security Tools
- Aproveitar credenciais multifatores, como senhas, impressões digitais e cartões inteligentes
- Recuperar o acesso ao seu computador, em caso de esquecimento da senha, sem precisar telefonar para o suporte Helpdesk ou da ajuda do administrador
- Fazer backup e restaurar os dados do programa
- Facilmente mudar sua senha do Windows
- Definir preferências pessoais
- Mostrar o status da criptografia (em computadores com unidades de criptografia automática)

DDP Console

O DDP Console é a interface através da qual você pode inscrever, gerenciar suas credenciais e configurar perguntas de autorrecuperação.

Você pode acessar estes aplicativos:

- A ferramenta Status de criptografia permite que você veja o status de criptografia das unidades do computador.
- A ferramenta Inscrições permite que você configure e gerencie credenciais, configure perguntas de autorrecuperação e veja o status da inscrição de sua credencial. Sua capacidade de inscrever-se em cada tipo de credencial é definida pelo administrador.
- O Password Manager permite que você preencha e envie automaticamente os dados necessários para fazer login em sites, aplicativos do Windows e recursos de rede. O Password Manager também permite que você altere suas senhas de login através do aplicativo, garantindo que as senhas mantidas pelo Password Manager permaneçam sincronizadas com as do recurso desejado.

Este guia descreve como usar cada um desses aplicativos.

Verifique o site dell.com/support periodicamente para obter documentação atualizada.

Entrar em contato com o ProSupport

Antes de entrar em contato com o Dell ProSupport para obter assistência, tenha em mãos a etiqueta de serviço para nos ajudar a garantir que possamos direcioná-lo rapidamente ao especialista técnico correto.

Para entrar em contato com o ProSupport, ligue para 877-459-7304, ramal 4310039 para suporte por telefone 24 horas por dia e 7 dias da semana para o produto Dell Data Protection.

Adicionalmente, o serviço de suporte on-line para os produtos Dell Data Protection está disponível em dell.com/support. O suporte on-line inclui drivers, manuais, orientações técnicas, perguntas frequentes e problemas emergentes.

2

DDP Console

O DDP Console oferece acesso a aplicativos que garantem a segurança de todos os usuários do computador para ver e gerenciar o status de criptografia das unidades e partições do computador e, com base na política definida pelo administrador, gerenciar logins a sites, programas e recursos de rede, além de inscrever facilmente as credenciais de autenticação.

Para abrir o DDP Console na *área de trabalho*, clique duas vezes no ícone do **DDP Console**.

Quando o DDP Console é aberto,a página inicial mostra os aplicativos do Security Tools:

- Status de criptografia
- Inscrições
- Password Manager

Para configurar credenciais pela primeira vez, selecione o link **Noções básicas** no bloco Inscrições. Um assistente vai orientá-lo no processo rápido de inscrição. Para obter mais informações, consulte Inscrever credenciais pela primeira vez.

Navegação

Para acessar um aplicativo, clique no bloco adequado.

Barra de título

Para retornar à página inicial quando estiver dentro de um aplicativo, clique na seta de "voltar" no canto esquerdo da barra de título, ao lado do nome do aplicativo ativo.

Para navegar diretamente para outro aplicativo, clique na seta para baixo ao lado do nome do aplicativo ativo e selecione um aplicativo.

Para minimizar, maximizar ou fechar o DDP Console, clique no ícone adequado no canto direito da barra de título.



Para restaurar o DDP Console depois de minimizá-lo, clique duas vezes em seu ícone da bandeja do sistema.

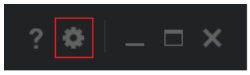


Para abrir a Ajuda, clique em **?** na barra de título.



Detalhes do DDP Console

Para ver os detalhes sobre o DDP Console, políticas, serviços em funcionamento e logs, clique no ícone de engrenagem no lado esquerdo da barra de título. Essas informações podem ser necessárias para que um administrador forneça suporte técnico.



Selecione um item do menu.

Item do menu	Finalidade
Sobre	Contém informações de versão e direitos autorais.
Mostrar informações	Contém o seguinte: • informações de versão e data do produto • se o DDP Console é gerenciado no computador pela empresa ou por um administrador local • números de versão do sistema operacional, BIOS, placa-mãe e Módulo TPM.
Informações da Microsoft	Executa o utilitário Microsoft Windows System Information para mostrar informações detalhadas sobre hardware, componentes e ambiente de software.
Copiar informações	Copia todas as informações de sistema para a área de transferência para serem coladas em um e-mail para seu administrador ou para o Dell ProSupport.
Feedback	Mostra um formulário em que você pode fornecer feedback para a Dell sobre este produto.
Políticas	Mostra uma hierarquia de políticas que se aplicam a esse computador.
Serviços	Mostra detalhes sobre os serviços que estão em funcionamento.
Suporte	Conecta-se ao site Dell ProSupport.
Log	Mostra uma lista detalhada de eventos registrados para solução de problemas.

3

Status de criptografia

A página Criptografia mostra o status de criptografia do computador. Se um disco, uma unidade ou uma partição não estiver criptografado, o status indica *Desprotegido*. Uma unidade ou uma partição que está criptografada mostra o status *Protegido*.

Para atualizar o status de criptografia, clique com o botão direito no disco, unidade ou partição adequada e selecione **Atualizar**.

4

Inscrições

A ferramenta Inscrições permite que você se inscreva, modifique e verifique o status de inscrição com base na política definida pelo administrador.

Quando você inscreve suas credenciais com o DDP Console pela primeira vez, um assistente orienta você pelo processo de inscrição de mudança de senha, de perguntas de recuperação, impressões digitais, dispositivo móvel e cartão inteligente. Dependendo da política, você pode inscrever ou ignorar cada credencial. Após a inscrição inicial, você pode clicar no bloco Inscrições para adicionar ou modificar as credenciais.

Inscrever credenciais pela primeira vez

Para inscrever credenciais pela primeira vez:

1. Na página inicial do DDP Console, clique no link **Noções Básicas** no bloco Inscrições.
2. Na página de Boas-vindas, clique em **Avançar**.
3. Na caixa de diálogo Autenticação necessária, faça login com a senha do Windows e clique em **OK**.
4. Na página Senha, para alterar a senha do Windows, digite e confirme uma nova senha e clique em **Avançar**.

   Para pular a etapa de alteração de senha, clique em **Ignorar**. O assistente permite que você ignore uma credencial caso não queira inscrevê-la. Para voltar uma página, clique em **Voltar**.
5. Siga as instruções em cada página e clique no botão adequado: **Avançar**, **Ignorar** ou **Voltar**.
6. Na página Resumo, confirme as credenciais inscritas e, ao ter concluído a inscrição, clique em **Aplicar**.

   Para retornar a uma página de inscrição de credencial e fazer uma alteração, clique em **Voltar** até chegar à página que você quer alterar.

Para obter informações detalhadas sobre como inscrever ou alterar uma credencial, consulte Adicionar, modificar ou ver inscrições.

Adicionar, modificar ou ver inscrições

Para adicionar, modificar ou ver inscrições, clique no bloco **Inscrições**.

No painel esquerdo, as guias apresentam as Inscrições disponíveis. Elas variam conforme a sua plataforma ou tipo de hardware.

A página Status mostra as credenciais suportadas, sua configuração de política (necessária ou n/a) e seu status de inscrição. Nesta página, os usuários podem gerenciar as inscrições com base na política configurada pelo administrador.

- Para inscrever uma credencial pela primeira vez, clique em **Inscrever** na linha com a credencial.
- Para apagar uma credencial atualmente inscrita, clique em **Apagar**.
- Se a política não permitir que você inscreva ou modifique suas próprias credenciais, os links **Inscrever** e **Apagar** na página Status ficam inativos.
- Para alterar uma inscrição existente, clique na guia adequada no painel esquerdo.

  Se a política não permitir a inscrição ou modificação de uma credencial, uma mensagem é mostrada na página de inscrição da credencial indicando "A modificação de credenciais não é permitida pela política".

Senha

Para alterar sua senha do Windows:

1. Clique na guia **Senha**.
2. Digite a senha atual do Windows.
3. Digite a nova senha, digite-a novamente para confirmação e clique em **Alterar**.

   As alterações de senha entram em vigor imediatamente.
4. Na caixa de diálogo Inscrição realizada com sucesso, clique em **OK**.

NOTA: Você deve alterar suas senhas do Windows apenas no DDP Console e não no Windows. Se a senha do Windows for alterada fora do DDP Console, ocorrerá disparidade de senhas, exigindo uma operação de recuperação.

Perguntas de recuperação

A página Perguntas de recuperação permite criar, apagar ou alterar suas perguntas e respostas de recuperação. As Perguntas de recuperação fornecem um método com base em perguntas e respostas para que você acesse suas contas do Windows em caso, por exemplo, de expiração ou esquecimento da senha.

NOTA: As perguntas de recuperação são usadas apenas para recuperar o acesso a um computador. As perguntas e respostas não podem ser usadas para fazer login.

Caso você não tenha cadastrado anteriormente as perguntas de recuperação:

1. Clique na guia **Perguntas de recuperação**.
2. Selecione as perguntas de uma lista de perguntas predefinidas e, em seguida, digite e confirme as respostas.
3. Clique em **Inscrever**.

NOTA: Clique no botão **Redefinir** para desmarcar as seleções desta página e iniciar de novo.

Perguntas de recuperação já inscritas

Se as perguntas de recuperação já estiverem inscritas, é possível apagar ou reinscrever suas perguntas de recuperação.

1. Clique na guia **Perguntas de recuperação**.
2. Clique no botão adequado:
   - Para remover as perguntas de recuperação por completo, clique em **Apagar**.
   - Para redefinir as perguntas e respostas de recuperação, clique em **Reinscrever**.

Impressões digitais

NOTA: Para usar esse recurso, seu computador precisa ter um leitor de impressão digital.

Para registrar suas impressões digitais, siga as instruções:

1. Clique na guia **Impressões digitais**.
2. Na página Impressão digital, clique no dedo que você quer inscrever.
3. Siga as instruções na tela para inscrever sua impressão digital.

NOTA: A leitura do dedo precisa ser realizada satisfatoriamente quatro vezes para que ele seja inscrito. O número de leituras necessárias para completar a inscrição da impressão digital depende da qualidade de cada leitura. O administrador definiu o número mínimo e máximo de impressões digitais.

4 Clique em cada dedo posterior para fazer a leitura até ter inscrito o número mínimo de impressões digitais necessárias pela política.

   Uma caixa de diálogo informará se você não tiver inscrito o número mínimo de impressões digitais. Clique em **OK** para continuar.

5 Conclua a leitura pelo número necessário de impressões digitais e clique em **Salvar**.

Para apagar uma impressão digital digitalizada, na página Inscrição de impressões digitais, clique em uma impressão selecionada para cancelar sua inscrição, clique em **Sim** para confirmar o apagamento e, por último, clique em **Salvar**.

Dispositivo móvel

A inscrição de dispositivo móvel fornece o recurso de Senha de uso único (OTP). Com o recurso de OTP, o usuário pode fazer login no Windows usando uma senha gerada pelo aplicativo Security Tools Mobile, em um dispositivo móvel emparelhado com o computador. Como opção, caso permitido pela política, o recurso de OTP pode ser usado para recuperar acesso ao computador em caso de expiração ou esquecimento de uma senha.

NOTA: Se a guia Dispositivo móvel não for mostrada no DDP Console, a configuração do seu computador não suporta esse recurso, ou a política configurada pelo administrador não o permite.

NOTA: As configurações de política determinam como o recurso de OTP pode ser usado: para fazer login ou para recuperar o acesso ao computador em caso de expiração ou esquecimento da senha. O recurso não pode ser usado para login e recuperação simultaneamente.

Para usar o recurso de OTP, você precisa inscrever ou emparelhar o dispositivo móvel com o computador. Em um computador com múltiplos usuários, cada usuário pode inscrever um dispositivo móvel com o computador. Os dispositivos móveis podem ser inscritos com múltiplos computadores.

Quando um dispositivo já está inscrito, inscrever um novo dispositivo cancela automaticamente o emparelhamento do dispositivo anterior.

No DDP Console:

1 Na página Inscrições do DDP Console, clique na guia **Dispositivo móvel**.

2 Na parte superior direita, clique em **Inscrever**.

   A página Inscrever senha de uso único é aberta.

3 Se esse for o primeiro computador a ser emparelhado, selecione **Sim**.

   a No dispositivo móvel, faça o download do aplicativo Dell Data Protection | Security Tools Mobile pela loja de aplicativos.

   b No computador, clique em **Avançar**.

Configurar o Security Tools Mobile

1 Abra o aplicativo Security Tools Mobile.

2 Crie e digite um PIN para acessar o aplicativo Security Tools Mobile.

   NOTA: O PIN pode ser exigido pela política quando o dispositivo móvel não estiver bloqueado. Se não utiliza um PIN para desbloquear o dispositivo móvel, você precisará de um para acessar o aplicativo Security Tools Mobile.

3 Selecione **Inscrever um computador**. (Se necessário, toque no canto superior esquerdo da tela do seu dispositivo móvel para acessar os comandos.)

   Um código será mostrado no dispositivo móvel. O comprimento do código e a combinação alfanumérica baseiam-se na política configurada pelo administrador.

Emparelhar o dispositivo móvel e o computador

1 No computador, na página Código de dispositivo móvel do DDP Console:

   a Digite o código do dispositivo móvel no campo.

   b Clique em **Avançar**.

   c Na página Emparelhar dispositivo, selecione uma das opções:

   Código QR - Um código QR é mostrado.

   ou

   Entrada manual - Um código de emparelhamento de 24 dígitos é mostrado.

2 No dispositivo móvel:

   a Toque em **Emparelhar dispositivos**.

   b Selecione a mesma opção de emparelhamento (**Digitalizar código QR** ou **Entrada manual**) que você selecionou no computador.

   c Selecione uma das opções:

   • Para **Código QR**, posicione o dispositivo móvel em frente à tela do computador para que ele possa digitalizar o código QR.

   Anote o código de verificação numérico que é mostrado no dispositivo móvel e toque em **Avançar**.

NOTA: Se a barra *Problemas na leitura?* for mostrada, tente novamente ou selecione **Entrada manual**.

   • Para **Entrada manual**, digite o código de emparelhamento de 24 dígitos obtido através do computador e toque em **Concluído**.

   Anote o código de verificação numérico que é mostrado no dispositivo móvel e toque em **Avançar**.

3 No computador, no DDP Console:

   a Clique em **Avançar**.

   b Digite o código de verificação mostrado no dispositivo móvel e clique em **Avançar**.

   c Como opção, modifique o nome do dispositivo móvel.

   d Clique em **Aplicar**.

   Os dispositivos são emparelhados.

4 No dispositivo móvel:

   a Toque em **Continuar**.

   b Como opção, modifique o nome do computador e toque em **Concluído**.

   c Toque em **Concluir**.

Inscrever outro dispositivo móvel

A inscrição de um novo dispositivo desemparelha automaticamente o dispositivo anterior. Nenhuma etapa separada é necessária para desemparelhar.

Desemparelhar um computador e um dispositivo móvel

Para desemparelhar um computador e um dispositivo móvel sem inscrever outro dispositivo, selecione uma das opções:

- No DDP Console: Na página Status das inscrições, ao lado da credencial Dispositivo móvel, clique em **Apagar**.
- No dispositivo móvel:
  1. Execute o aplicativo Security Tools Mobile.
  2. Na parte superior esquerda, toque nas barras de menu para abrir a gaveta.
  3. Toque em **Remover computadores**.
  4. Selecione o computador a ser desemparelhado.
  5. Selecione **Remover** (no Android) ou toque em **Concluído** (no iOS).

     Uma mensagem de confirmação será exibida.
  6. Selecione **Remover todos** para remover todos os computadores do seu dispositivo.
     A opção Remover todos será exibida quando você estiver removendo diversos computadores e quando estiver removendo o único computador emparelhado.

  - Selecione **Restaurar as configurações padrão** para remover o computador inscrito e remover o PIN. Se você restaurar as configurações padrão, todos os computadores inscritos e o PIN que você usa para acessar o aplicativo Security Tools Mobile serão removidos.
  - Selecione **Cancelar** para manter o computador inscrito.

Fazer login com senha de uso único

NOTA: A autenticação OTP pode ser usada apenas com logins do Windows.

O recurso de OTP pode ser usado para recuperação, para obter novamente acesso a um computador cujo acesso está bloqueado para você ou para fazer login no Windows. Ele não pode ser usado para ambas as finalidades.

Se permitido pela política e o símbolo do OTP  for mostrado na tela de login, você pode fazer login no Windows com o OTP.

Para fazer login com o OTP:

1. No computador, selecione o ícone do OTP  na tela de login do Windows.
2. No dispositivo móvel, abra o aplicativo Security Tools Mobile e insira o PIN.
3. Selecione o computador que você deseja acessar.

   A ocorrência de uma das condições abaixo pode resultar no nome do computador não ser mostrado no dispositivo móvel:

   - O dispositivo móvel não está inscrito ou emparelhado com o computador que você está tentando acessar.
   - Se você tem mais de uma conta de usuário do Windows, isso pode ocorrer porque o Security Tools não está instalado no computador que você está tentando acessar ou você está tentando fazer login em uma conta de usuário diferente da que foi usada para emparelhar o computador e o dispositivo móvel.
4. Toque em **Senha de uso único**.

   Uma senha é mostrada na tela do dispositivo móvel.

   NOTA: Se necessário, clique no símbolo Atualizar  para obter um novo código. Depois que as duas primeiras Senhas de uso único forem atualizadas, haverá um período de trinta segundos para que outra OTP possa ser gerada.
   O computador e o dispositivo móvel precisam estar sincronizados para que eles possam reconhecer a mesma senha ao mesmo tempo. Tentar gerar senha após senha rapidamente fará com que o computador e o dispositivo móvel percam a sincronia e o recurso de OTP não funcionará. Se esse problema ocorrer, aguarde por trinta segundos até que os dois dispositivos voltem à sincronia e, depois, tente novamente.
5. No computador, na tela de login do Windows, digite a senha mostrada no dispositivo móvel e pressione **Enter**.

   Caso você tenha usado o OTP para recuperação, após conseguir acessar o computador, siga as instruções na tela para redefinir sua senha.

Tarefas de gerenciamento do Security Tools Mobile

Essas tarefas são realizadas usando o aplicativo Security Tools Mobile no dispositivo móvel.

Redefinir o PIN do aplicativo Security Tools Mobile

Para redefinir o PIN do aplicativo Security Tools Mobile:

1. Na parte superior direita, toque nas opções do menu.
2. Selecione **Redefinir Pin**.
3. Digite e confirme o novo PIN.

Desinstalar o aplicativo Security Tools Mobile

No dispositivo móvel:

1. Desemparelhe o dispositivo e o computador.
2. Apague ou desinstale o aplicativo Security Tools Mobile como você faria normalmente com um aplicativo em seu dispositivo móvel.

Cartões inteligentes

NOTA: Para usar esse recurso, seu computador precisa ter um leitor de cartão inteligente.

Para inscrever cartões inteligentes, siga estas instruções:

1. Clique na guia **Cartão inteligente**.
2. Inscreva o cartão inteligente com base no tipo de cartão:
    - Insira o cartão inteligente no leitor de cartão.
    - Com um cartão sem contato, posicione e mantenha o cartão sobre ou próximo ao leitor.
3. Quando o cartão é detectado, uma caixa de seleção verde e a mensagem *Inscrever o cartão* são mostradas. Selecione **Inscrever o cartão**.
4. Na caixa de diálogo Inscrição realizada com sucesso, clique em **OK**.

Para cancelar a inscrição de todos os cartões inteligentes associados ao usuário, na página Inscrição de cartão inteligente, selecione **Remover cartões inscritos de sua conta**.

5

Password Manager

O Password Manager permite que você faça login automaticamente em sites, programas do Windows e recursos de rede e gerencie credenciais de login em uma única ferramenta. O Password Manager também permite que o usuário altere suas senhas de login pelo aplicativo, assegurando que as senhas mantidas pelo Password Manager permaneçam sincronizadas com as do recurso direcionado.

O Password Manager é suportado com o Internet Explorer e o Mozilla Firefox. O Password Manager não é suportado com contas da Microsoft (anteriormente conhecidas como Windows Live ID).

NOTA: Caso esteja executando o Password Manager no Firefox, você precisa instalar e registrar a extensão do Password Manager. Para obter instruções sobre como instalar extensões no Mozilla Firefox, consulte https://support.mozilla.org/.

NOTA: O uso dos ícones do Password Manager (ícones pré-treinados ou treinados) no Mozilla Firefox é diferente do uso no Microsoft Internet Explorer:

- A funcionalidade de clique duplo nos ícones do Password Manager não está disponível.
- A ação padrão não é mostrada em negrito no menu contextual suspenso.
- Se uma página tiver múltiplos formulários de login, é possível que você veja mais de um ícone do Password Manager.

NOTA: Devido à constante mudança na estrutura de páginas de login da Web, o Password Manager pode não ser capaz de suportar todos os sites o tempo todo.

Noções básicas do Password Manager

O Password Manager coleta e armazena as credenciais de login à medida que você trabalha. Você pode começar a usar o Password Manager imediatamente após a instalação do Security Tools . Ao inserir as credenciais em uma página de login, o Password Manager detecta o formulário de conexão e permite que você selecione se deseja que o recurso salve suas informações.

Você tem três opções:

- Clicar em **Salvar login** para armazenar suas credenciais de login no Password Manager.
- Se você ***não*** quiser salvar o login, você será solicitado a salvar as credenciais de login sempre que fizer login no site ou no programa. Se você preferir que não seja solicitado, selecione **Nunca para este site**. Uma inscrição será criada na lista Exclusões de sites. Consulte Excluir sites para obter detalhes.
- Se você não quiser salvar as credenciais, clique em **Não salvar login**.

Essa caixa de diálogo também é mostrada quando houver credenciais salvas para um site ou um programa e você digitar um nome de usuário ou senha diferente. Com um novo nome de usuário, se você selecionar **Salvar login**, um novo conjunto de credenciais será armazenado. Com o nome de usuário salvo anteriormente e uma nova senha, se você selecionar **Salvar login**, suas credenciais originais serão atualizadas com a nova senha.

Gerenciar logins

O Gerenciador de logins simplifica e reúne o gerenciamento de todos os seus logins em sites, programas do Windows e recursos de rede.

Para abrir o Gerenciador de logins:

1. Na página inicial do DDP Console, clique no bloco **Password Manager**.
2. Clique na guia **Gerenciador de logins**.

Você pode adicionar, classificar e filtrar logins e categorias:

- Adicionar login - permite que você adicione um novo conjunto de credenciais de login. Com base na política, você pode ser solicitado a inserir credenciais armazenadas no Security Tools para adicionar um login.
- Adicionar categoria - permite que você adicione uma nova categoria (como e-mail, armazenamento, notícias, recursos corporativos, mídias sociais) para uso na classificação e filtragem.

Classificar: Classifica os logins por Conta, Nome de usuário ou Categoria. Clique no cabeçalho de uma coluna para classificar por essa coluna.

Filtrar: Selecione uma categoria na lista *Ver* para ocultar todos os logins, exceto aqueles na categoria selecionada. Para remover o filtro, selecione *Tudo*.

Você pode gerenciar logins:

- Abrir - Abre o site ou o programa e submete as credenciais de login com base nas configurações do usuário.
- Editar - Permite que você altere os dados de login armazenados de um site ou programa.
- Apagar - Permite que você remova os dados de login armazenados do Password Manager.
- Adicionar - Permite que você adicione um novo login, uma nova categoria ou novos dados de login.

Adicionar categoria

Antes de adicionar logins, crie categorias (como e-mail, armazenamento, notícias, recursos corporativos e mídias sociais) para que você possa categorizar seus logins conforme os cria. Então, você pode classificar e filtrar seus logins por categoria.

Para adicionar uma categoria, clique em **Adicionar categoria** na página Gerenciador de logins, digite um nome de categoria e clique em **Salvar**.

Adicionar login

1. Na página Gerenciador de logins, clique em **Adicionar login**.

   Com base na política, pode ser necessário que você faça a autenticação para adicionar um login.
2. Abra o site ou o programa para fazer o login.
3. Na caixa de diálogo Adicionar login, clique em **Continuar**.
4. Na próxima caixa de diálogo, digite o seguinte:
   - **Categoria** – Escolha uma categoria para o login do site ou do programa que você está armazenando. Se você não tiver adicionado nenhuma categoria, a lista estará vazia.
   - **Nome da conta** – Deixe como está para aceitar o nome pré-preenchido ou digite o nome do site ou do programa.
   - **Título não detectado** – Esses campos são detectados pelo Password Manager como os campos na página de login nos quais você insere as informações de login. Esses campos normalmente são o nome de usuário ou o e-mail, e a senha.
5. Se um nome de campo for mostrado como Título não detectado ou se campos errados forem incluídos como campos de login, clique no botão **Mais campos** para editar nomes de campos ou para remover campos.

6 Na caixa de diálogo Mais campos, clique em **Título não detectado** e digite o nome do campo correto para cada campo.

Quando a caixa de diálogo Mais campos é mostrada, o campo que estava ativo na caixa de diálogo Adicionar login é realçado, o que o ajuda na renomeação dos campos.

Se um campo não é necessário para o login, desmarque sua caixa de seleção para excluí-lo das informações de login.

7 Para salvar as alterações, clique em **OK**.

8 Na caixa de diálogo Adicionar login, preencha os campos necessários para fazer login.

NOTA: Como você está armazenando um login existente, você pode apenas alterar a senha através da função de troca de senha do site ou do programa.

9 Se você quiser que o Password Manager preencha e submeta as informações de login automaticamente, selecione **Submeter automaticamente dados de login**.

10 Clique em **Salvar**.

O login do site ou do programa é mostrado na página do Gerenciador de logins.

Importar credenciais

Você pode importar credenciais armazenadas em navegadores da Web para o Password Manager.

1 Na ferramenta Password Manager, selecione **Importar credenciais**.

2 Selecione o navegador de onde as informações serão importadas e clique em **Verificar**.

3 Quando solicitado, digite a senha do navegador selecionado.

NOTA: Se o processo não importar as senhas, confirme se o navegador possui dados armazenados para importação. Se estiver usando o Firefox, inicie a sessão para sincronizar. Tente importar suas credenciais novamente.

Menu de contexto do ícone

Quando você acessar um site ou programa, o ícone do Password Manager será mostrado.

indica que o formulário de login pode ser treinado.

Quando o não está presente, o formulário de login já foi treinado. Clique duas vezes no ícone para fazer login no programa ou no site.

Quando você clica no ícone, um menu contextual mostra diferentes opções com base em se o formulário está treinado ou não.

Quando os campos de login atuais ainda não estão treinados, o menu contextual mostra as opções a seguir:

Adicionar ao Password Manager	Abre a caixa de diálogo Adicionar login.
Configurações de ícones	Permite que o usuário final configure a exibição do ícone do Password Manager em páginas de login treináveis.
Abrir Password Manager	Abre a ferramenta *Administração* do Password Manager e a página Gerenciador de logins.
Ajuda	Abre a ajuda on-line.

Quando os campos de login atuais estiverem treinados, o menu contextual mostra as seguintes opções:

Preencher os dados de login	Dependendo de suas seleções no treinamento do formulário de login, ele automaticamente faz o login ou preenche os campos de nome de usuário e senha, permitindo que você submeta os dados de login.
Editar login	Abre a caixa de diálogo Editar login.

Adicionar login	Abre a caixa de diálogo Adicionar login.
Abrir Password Manager	Abre a página Gerenciador de logins.
Ajuda	Abre a ajuda on-line.

Se os ícones do Password Manager não forem mostrados nos formulários de login, desative o recurso de salvar senhas do seu navegador:

- No Mozilla Firefox: Ícone Menu > Opções > Segurança > desmarque a caixa de seleção **Lembrar senhas de sites**
- No Internet Explorer: Ícone de engrenagem > Opções da Internet > guia Conteúdo > Configurações do Preenchimento Automático > desmarque a caixa de seleção **Nomes de usuário e senhas em formulários**

Fazer login em páginas com login treinado

Quando você abre o login de um site ou de um programa, o Password Manager detecta se a página é treinada. Se for treinada, o ícone do Password Manager é mostrado na área de login. Se ela não estiver treinada, o ícone do Password Manager é mostrado, a menos que os prompts para formulários não treinados tenham sido desativados.

Para fazer login, selecione uma das opções:

- Digitalize as credenciais cadastradas. Caso você tenha inscrito um cartão inteligente ou uma impressão digital, você pode tocar no leitor de impressões digitais com uma impressão digital cadastrada ou apresentar um cartão cadastrado ao leitor de cartão.
- Clique no ícone do Password Manager e selecione **Preencher dados de login** no menu contextual.
- Pressione a combinação de teclas de atalho do Password Manager: **Ctrl+Win+H**. A tela pop-up do Password Manager apresenta seus sites treinados em uma janela pop-up, permitindo que você abra cada um rapidamente.

NOTA: Você pode alterar a combinação de teclas de atalho em DDP Console > Password Manager > Configurações.

Se houver mais de um login armazenado para o site ou para o programa, você será solicitado a escolher a conta que será usada.

Suporte para domínios da Web

Se você treinou uma página de login para um domínio da web específico, mas quiser acessar a conta no domínio da web através de outra página de login, acesse a nova página de login. Você será solicitado a usar um login existente ou adicionar um novo ao Password Manager.

- Se clicar em *Usar login*, você será conectado pela conta criada anteriormente. Na próxima vez que acessar a conta através da nova página de login, você será conectado automaticamente na conta criada anteriormente.
- Se clicar em *Adicionar login*, a caixa de diálogo Adicionar login é mostrada.

Preencher as credenciais do Windows

Alguns programas permitem o uso das credenciais do Windows para o login.

Em vez de digitar o nome de usuário e a senha, selecione as credenciais do Windows nos menus suspensos disponíveis nas caixas de diálogo *Adicionar login* e *Editar login*.

Para nome de usuário, escolha entre os seguintes tipos:

- Nome de usuário do Windows
- Nome de usuário principal do Windows
- Domínio/nome de usuário do Windows
- Domínio do Windows

Para a senha, use sua senha do Windows.

Essas opções não podem ser modificadas.

Usar uma senha antiga

É possível que um programa rejeite a senha que foi alterada no Password Manager. Nesse caso, o programa permite que você use uma senha anterior (uma senha usada anteriormente para essa página de login) no lugar da senha mais recente.

Selecione **Histórico de senhas**. Após a autenticação, você será solicitado a escolher uma senha antiga na lista de Histórico de senha. A lista contém sete senhas.

Excluir sites

Para impedir o gerenciamento de sites pelo Password Manager, clique na guia **Exclusões de sites**.

Os sites excluídos têm essas características:

- Não mostram o ícone do Password Manager.
- Não conectam usuários automaticamente.
- Não mostram lembretes de senha.

Para adicionar um novo site à lista de exclusões:

1. Clique na guia **Exclusões de sites**.
2. Clique em **Adicionar site**.
3. Digite o URL do site a ser excluído.
4. Clique em **Salvar**.

O site excluído não será gerenciado pelo Password Manager. Simplesmente apague o site da lista de exclusões de sites para reverter a exclusão. Para remover um site da lista de exclusões: clique em ✕.

Depois de adicionar vários sites, você pode:

- Classificar a lista por sites, na ordem ascendente ou descendente, clicando no cabeçalho da coluna Site.
- Pesquisar dentro da lista, digitando parte da URL no campo de pesquisa. A lista será filtrada conforme você digita.

Desativar solicitações para treinar formulários de login

É possível manter os logins treinados existentes, mas desativar solicitações para treinar novos formulários de login.

Para desativar solicitações de novos logins:

1. Abra o DDP Console.
2. Clique no bloco **Password Manager**.
3. Clique na guia **Configurações**.
4. Desmarque a caixa de seleção **Solicitar para adicionar um login quando em uma tela de login**.

Fazer backup e restaurar credenciais do Password Manager

O Password Manager permite que você faça o backup dos dados de login gerenciados pela ferramenta com segurança. Esses dados podem ser restaurados em qualquer computador protegido pelo Password Manager.

NOTA: Os dados do Password Manager armazenados em backup não contêm credenciais do sistema operacional nem de login na Preboot Authentication (PBA) ou informações específicas de credenciais, como impressões digitais.

Backup de credenciais

Para fazer backup das credenciais:

1. Clique na guia **Fazer backup de credenciais** para configurar o processo de backup.
2. Clique em **Procurar** e navegue até o local desejado de backup.

   Se você tentar fazer backup dos dados para uma unidade local, é mostrada uma recomendação para fazer o backup dos dados em armazenamento portátil ou uma unidade de rede.
3. Digite e confirme uma senha. Essa senha precisa ser usada caso essas credenciais salvas em backup precisem ser restauradas posteriormente.
4. Clique em **Fazer backup**.
5. Digite a senha do Windows.
6. Na caixa de diálogo Backup executado com sucesso, clique em **OK**.

NOTA: Para ver um log de texto do backup que foi feito, clique em e selecione **Log**.

Restaurar credenciais

Para restaurar as credenciais, o local do backup precisa estar disponível.

Para restaurar as credenciais:

1. Clique na guia **Restaurar credenciais**.
2. Clique em **Procurar** para navegar até o arquivo de backup e digite a senha do arquivo.
3. Clique em **Restaurar**.

ADVERTÊNCIA: A restauração dos dados do Password Manager substituirá todos os dados existentes. Logins e outros dados adicionados após a criação do backup serão perdidos.

4. Clique em **Avançar**.

NOTA: Para ver um log de texto da operação de restauração, clique no ícone na barra de título e selecione **Log.**

Glossário

Autenticação de pré-inicialização (PBA) – A Autenticação de pré-inicialização serve como uma extensão do BIOS ou do firmware de inicialização e garante um ambiente seguro e à prova de falsificação externo ao sistema operacional como uma camada de autenticação confiável. A PBA impede a leitura de qualquer informação do disco rígido, como o sistema operacional, até o usuário confirmar que tem as credenciais corretas.

Credencial – Uma credencial é algo que comprova a identidade de uma pessoa, como sua impressão digital ou senha do Windows.

Módulo TPM (Trusted Platform Module – Módulo de plataforma confiável) – é um chip de segurança com três funções principais: armazenamento seguro, medição e confirmação. O DDP|E usa o TPM para sua função de armazenamento seguro. O TPM pode também fornecer contêineres criptografados para o software de cofre DDP|E e para proteger a chave de criptografia do DDP|E HCA. A Dell recomenda o provisionamento do TPM. O TPM é necessário para uso com o DDP|E HCA, o BitLocker Manager e o recurso de Senha de uso único.

Protegido – Para uma unidade de autocriptografia (SED), um computador está protegido quando a SED foi ativada e a Autenticação de pré-inicialização (PBA) foi implementada.

Senha de uso único (OTP) – uma senha de uso único é uma senha que só pode ser usada uma vez e é válida apenas por um período limitado de tempo. A OTP exige que o TPM esteja presente, ativado e possua um proprietário. Para ativar a OTP, um dispositivo móvel é emparelhado com o computador usando o DDP Console e o aplicativo Security Tools Mobile. O aplicativo Security Tools Mobile gera no dispositivo móvel a senha utilizada para fazer login no computador na tela de login do Windows. Conforme a política, o recurso de OTP pode ser usado para recuperar o acesso ao computador em caso de vencimento ou esquecimento da senha, desde que a OTP não tenha sido usada para o login no computador. O recurso de OTP pode ser usado para autenticação ou para recuperação, mas não para ambos. A segurança da Senha de uso único é superior a de alguns outros métodos de autenticação, pois a senha gerada pode ser utilizada apenas uma vez e vence em pouco tempo.

Unidades de autocriptografia (SEDs) – Um disco rígido com mecanismo de criptografia integrado que criptografa todos os dados armazenados na mídia e descriptografa todos os dados que deixam a mídia automaticamente. Esse tipo de criptografia é totalmente explícito para o usuário.


0XXXXXA0X

Dell Command | Configure

Version 4.5 User's Guide

May 2021
Rev. A00

Notes, cautions, and warnings

NOTE: A NOTE indicates important information that helps you make better use of your product.

CAUTION: A CAUTION indicates either potential damage to hardware or loss of data and tells you how to avoid the problem.

WARNING: A WARNING indicates a potential for property damage, personal injury, or death.

© 2021 Dell Inc. or its subsidiaries. All rights reserved. Dell, EMC, and other trademarks are trademarks of Dell Inc. or its subsidiaries. Other trademarks may be trademarks of their respective owners.

Contents

Chapter 1: Introduction to Dell Command | Configure 4.5 5
What's new in this release 5
Other documents you may need 5
Accessing documents from the Dell EMC support site 6

Chapter 2: Windows SMM Security Mitigations Table (WSMT) Compliance for Dell Command | Configure 4.5 7

Chapter 3: Using user interface for Dell Command | Configure 4.5 8
Accessing Dell Command | Configure within Windows system 8
Accessing Dell Command | Configure within Linux 8
Files and folders of Dell Command | Configure 8
Accessing the Dell Command | Configure GUI 9
Creating a BIOS package using the GUI 9
Configure the general settings 10
Configuration options 10
Configuring the setup, system, and hard disk drive passwords 11
Clearing setup, system and hard disk drive passwords using the existing password 12
Password protection screen 12
Configuring the autoon option 12
Configuring the BIOSConnect profiles 13
Configuring the bootorder option 15
Boot order screen 16
Adding a new device to the boot order 16
Boot order type 16
Configuring the primarybatterycfg option 17
Configuring the advbatterychargecfg option 17
Configuring the peakshiftcfg option 18
Password Configuration option 19
Configuring the keyboardbacklightcolor option 19
Advanced System Management 20
Setting the non-critical threshold values 20
BIOS option validation 20
Validating a multiplatform package or saved package 20
Validating a local system package 21
Exporting the BIOS configuration 21
Exporting the SCE (.EXE) file 21
Exporting the configuration without setting values 22
Target system configuration 22
Applying INI or CCTK file 22
Applying a shell script on Linux 22
Applying a SCE file 23
Log details in Package History 23
Viewing a log file 23

Deleting log details....24
Providing feedback on Dell Command | Configure 24

Chapter 4: Troubleshooting scenarios in Dell Command | Configure 4.5..... 25
Contacting Dell....26

1

Introduction to Dell Command | Configure 4.5

Dell Command | Configure is a software package that provides BIOS configuration capability for Dell client systems. IT administrators can use this tool to configure BIOS settings and create BIOS packages using the Dell Command | Configure User Interface (UI) or Command Line Interface (CLI).

Dell Command | Configure supports the following Windows and Linux operating systems:

- Windows 7
- Windows 8
- Windows 8.1
- Windows 10
- Windows Preinstallation Environment (Windows PE)
- Red Hat Enterprise Linux 7
- Red Hat Enterprise Linux 8
- Ubuntu Desktop 16.04
- Ubuntu Desktop 18.04
- Ubuntu Desktop 20.04
- Ubuntu Core 16

For information about using the CLI, see Dell Command | Configure Command Line Interface Reference Guide available at **dell.com/support**.

NOTE: This software was rebranded as Dell Command | Configure after Dell Client Configuration Toolkit version 2.2.1.

Topics:

- What's new in this release
- Other documents you may need

What's new in this release

- Support for the **BIOSConnect** profiles:
  - ConnectionProfile
  - CloudAppProfile
  - CsosProfile
  - FotaProfile
  - HttpBootProfile
- Support for the following BIOS attributes:
  - TCCActOffset
  - RgbPerKeyboardLang
  - RgbPerKeyKeyboardColor

Other documents you may need

In addition to this guide, you can access the following documents at **dell.com/support**:

- The Dell Command | Configure Installation Guide provides information about installing Dell Command | Configure on supported client systems. The guide is available at Dell Command | Configure documentation page.
- The Dell Command | Configure Command Line Interface Reference Guide provides information about configuring the BIOS options on supported Dell client systems.

The Release Notes documentation is available as part of the Dell Command | Configure download on **dell.com/support**, provides the latest available information for the installation and operation of Dell Command | Configure .

Accessing documents from the Dell EMC support site

You can access the required documents by selecting your product.

1. Go to www.dell.com/manuals.
2. Click **Browse all products**, click **Software**, and then click Client Systems Management.
3. To view the documents, click the required product name and version number.

2

Windows SMM Security Mitigations Table (WSMT) Compliance for Dell Command | Configure 4.5

The Windows (SMM) Security Mitigations Table contains information about the ACPI table that was created for the Windows operating system, which supports Windows virtualization-based security (VBS) features. Dell Command | Configure is WSMT compatible. This is used for configuring the platform features on Dell Client Systems with WSMT enabled BIOS.

Following are the behavioral changes due to WSMT compliance:

- Configuration functionalities are available on the Dell Client Platforms which have the compatible version of BIOS supporting WMI/ACPI. For more information about the platform list, see Supported Platforms.
- The following limited functionalities are available when the systems are having incompatible BIOS:
  - Dell Command | Configure user interface is used for viewing all the configuration features.
  - Dell Command | Configure generates SCE for multiplatform packages.
  - Dell Command | Configure generates the reports with the configured values.
  - Dell Command | Configure opens a saved package.

  You may see the following warning messages with systems running an incompatible BIOS.
  - During installation: This system does not have a WMI-ACPI compliant BIOS, so the limited functionality is available. Update the BIOS with a compatible version, if available. For more information, see Dell Command | Configure Release Notes.
  - Using CLI: This system does not have a WMI-ACPI compliant BIOS. Update the BIOS with a compatible version, if available.
  - For local system package in user interface: This system does not have a WMI-ACPI compatible BIOS, and the local system SCE package does not work on this system. Update the BIOS with a compatible version, if available.
  - While running the SCE packages: This system does not have a WMI-ACPI compliant BIOS. Update the BIOS with a compatible version, if available.

3

Using user interface for Dell Command | Configure 4.5

Dell Command | Configure Graphical User Interface (Dell Command | Configure user interface) displays all BIOS configurations that are supported by Dell Command | Configure . Using the Dell Command | Configure user interface, you can perform the following:

- Create BIOS configuration for client systems. For more information, see Creating a BIOS Package using GUI.
- Validate the BIOS configuration against the BIOS configuration of the host system. For more information, see BIOS option validation.
- Export the customized BIOS configurations as a configuration file (INI or CCTK), Self-Contained Executable (SCE), shell script, or report. For more information, see Exporting the BIOS configuration.

NOTE: To apply the configuration using the Dell Command | Configure Command Line Interface (CLI), run the required file (INI, CCTK, or SCE).

NOTE: This system does not have a WMI-ACPI compliant BIOS, so the limited functionality is available. Update the BIOS with a compatible version, if available. For more information, see Dell Command | Configure Release Notes.

Topics:

- Accessing Dell Command | Configure within Windows system
- Accessing Dell Command | Configure within Linux
- Files and folders of Dell Command | Configure
- Accessing the Dell Command | Configure GUI
- Creating a BIOS package using the GUI
- Advanced System Management
- BIOS option validation
- Exporting the BIOS configuration
- Target system configuration
- Log details in Package History

Accessing Dell Command | Configure within Windows system

1. Click `Windows` icon.
2. Enter **Dell Command | Configure**.

Accessing Dell Command | Configure within Linux

Browse to `/opt/dell/dcc` directory.

NOTE: On the systems running Ubuntu Core, Dell Command | Configure can be accessed from any location using the following command: `dcc.cctk`.

Files and folders of Dell Command | Configure

The following table displays the files and folders of Dell Command | Configure on systems running the Windows operating system.

Table 1. Files and folders of Dell Command | Configure

Files/Folders	Description
Dell Command | Configure Command Prompt	Allows access to the Dell Command | Configure command prompt.
Dell Command | Configure Wizard	Allows access to the Dell Command | Configure GUI.
Dell Command | Configure WINPE	Allows access to the Windows PE scripts to create a bootable image. For more details, see the Dell Command | Configure Installation Guide available at **dell.com/support**.
User's Guide Online	Provides access to the Dell Command | Configure documentation that is available at **dell.com/support**.

Accessing the Dell Command | Configure GUI

NOTE: Dell Command | Configure GUI is supported only on systems running the Windows operating system.

To access the GUI, click **Start** > **All Programs** > **Dell** > **Dell Command | Configure Wizard** or double-click Dell Command | Configure Wizard on the desktop.

Creating a BIOS package using the GUI

Using the Dell Command | Configure user interface, you can create a BIOS package containing valid settings to apply to target client systems.

To create a BIOS package:

1. Access the Configuration wizard.
   For more information, see Accessing Dell Command | Configure GUI.
   The **Create Multiplatform Package** screen is displayed with the following configuration options:
   - **Create Multiplatform Package**—Click to view the BIOS settings that are supported on all possible client systems. Configure, validate, and export the settings as INI, CCTK, EXE, shell script, or HTML file.
   - **Open a Dell Recommended Package**—Click to view the security features and the supported BIOS options in the system. The Dell recommended values are set in order to secure the system. Also, you have an option to modify the values as per the requirements. Configure, validate, and export the settings as INI, CCTK, EXE, shell script, or HTML file.

     NOTE: The Dell Recommended Package of BIOS attributes must be checked by the organization's security team prior to deployment. Dell is not responsible for security vulnerabilities that may arise which is related to the deployment or modification of the Dell Recommended Package of the BIOS attributes.

     NOTE: The status changes to caution when you modify a value that is not recommended by Dell.

     For a complete list of the BIOS attributes, which are included in the Dell Recommended Package, see **Dell Command | Configure Version 4.x Command Line Interface Reference Guide**.
   - **Create Local System Package**—Click to view the BIOS settings of the host system. Configure, validate, and export the settings as INI, CCTK, EXE, or HTML file. The file displays the supported and unsupported BIOS options for the system.
   - **Open a Saved Package**—Click to import a saved configuration file. Configure, validate, and export the settings as INI, CCTK, EXE, shell script, or HTML file.

   NOTE: To open a saved package, click **Open a Saved Package**, browse to the file location and then click **Open**.
2. Click the required option.
   All the options that are supported for configuration are displayed. For more information, see Configuration options.
3. Click **Edit** or double-click the option.
4. From the **Value to Set** drop-down list, select the values of the required option.
   The **Apply Settings** check box of the edited options is displayed as selected.
5. Select the required export option to export the edited options.
   For more information, see Exporting the BIOS configuration.

NOTE: If you do not want to export an option, and then clear the **Apply Settings** check box.

NOTE:

If the option accepts the string as an input, and then it is not required to add an escape sequence to that option.

Related Links:

- Configuration options
- Configuring the setup, system, and hard disk drive passwords
- Clearing setup, system and hard disk drive passwords
- Configuring auto on option
- Configuring boot order
- Configuring primary battery charging
- Configuring advanced battery charging
- Configuring peak shift battery charging
- Configuring keyboard backlight color option

Configure the general settings

In the **General** tab, you can update the source catalog location and the download location, configure or modify Internet proxy settings for Dell Command | Configure to gather information of the update experience.

To configure the general settings:

1. On the title bar, click **Settings**.
   The **Settings** screen is displayed.
2. On the left pane, click **General**.
3. Click **Browse** under **Download File Location**, click **Browse** to set the default location or to change the default location.
   NOTE: Dell Command | Configure automatically deletes the update files from this location after installing the updates.
4. You have the following options to set the Internet proxy settings:
   - To use the current Internet proxy settings, select **Use current Internet proxy setting**.
   - To configure a proxy server and port, select **Custom proxy setting**. To enable proxy authentication, select the **Use Proxy Authentication** and provide proxy server, proxy port, username, and password.

   NOTE: The username and password credentials are encrypted and saved.
5. On the left pane, click **Sync**.
6. Click **CHECK** to check for Dell Command | Configure updates.
   If there are updates available for Dell Command | Configure, a warning message is displayed **Updates available. Would you like to proceed?**, click **YES** to proceed with the updates.
   NOTE: Internet connection is mandatory to check for the updates.
7. To update the Dell Command | Configure without an internet connection, do the following:
   a. Download a local copy of DellCommandConfigureCatalog.cab files from http://downloads.dell.com/catalog/.
   b. Extract the `.cab` file and replace the `syscfg.xml` and `resdictionary.xml` with the files that are available in Dell Command | Configure. The installation path is `C:\Program Files (x86)\Dell\Command Configure`.
   c. Replace `Optionames_<language code>.xml` file with the files that are available in Dell Command | Configure. The installation path is `C:\Program Files (x86)\Dell\Command Configure\Localization`.

Configuration options

You can customize the BIOS settings and create a configuration package using the available configuration options that are described in the following table:

Table 2. Configuration options

Options	Description
View/Change	Click to view or change the selected configuration and load a new configuration. When you click **View/Change** to load a new configuration, the configuration screen is displayed. After you

Table 2. Configuration options (continued)

Options	Description
	have made the preferred modifications, click **Save** to save the changes, or click **Cancel** to return to the previous configuration. **NOTE:** If you try to load a new configuration without exporting the configured BIOS options, and then a screen is displayed. Click **Discard Changes** to discard the configured values or click **Cancel** to go to the same configuration.
Edit	Click to edit the loaded configuration.
Advanced view	Click to view the configuration details such as, command-line options and possible values that you can set for the option, current value of the option, options to apply settings, and description of the option. **NOTE:** You can view the current value of an option if you have loaded the settings of the host system.
Basic view	Click to view the configuration details such as, category to which the option belongs, name of the option, possible values that you can set for the option, current value of the option, options to apply settings, and the description of the option. **NOTE:** You can view the current value of an option if you have loaded the settings of the host system.
Validate	Click to validate the loaded configuration against the configuration of the host system. For more information, see BIOS option validation.
Search	Search for a text string in the table. Type the text in the search box and the first occurrence of the text in the table is selected.
Category	Click to select the required categories from the drop-down list. **NOTE:** You can view this option only in Basic View.
Name	Displays the name of the options. **NOTE:** You can view this option only in Basic View.
Value to set	Displays the value of the option. Double-click the row or click **Edit** to change the values.
Present Value	Displays the current value of the option. **NOTE:** You can view this option if you have loaded the settings of the host system.
Apply settings	Select the check box to export the option. By default, all the options that contain a value in the **Value to set** column are selected.
Description	Displays a short description of the option.
Command-Line Options	Displays the command-line representation of the options. **NOTE:** You can view this option only in Advance View.
Status	Displays the status of the options of the loaded configuration. **NOTE:** The **Status** column is displayed only when you validate.

Configuring the setup, system, and hard disk drive passwords

You can set or change the setup password (setuppwd) also known as BIOS password, the system password (syspwd), and the hard disk drive password (hddpwd).

To edit the setup, system, or hard disk drive password:

1. In the **Edit** mode, click the **Value to Set** text box of the required option.
   The corresponding password screen is displayed.
   NOTE: To display the password as clear text, select **Show Password**. When you select **Show Password**, then the **Confirm Password** text box is not displayed. Type the password in the **Password** text box.

NOTE: The setup and system passwords must contain a minimum of four characters.

2. Type the same password in the **Confirm Password** text box to confirm the password.
   If both the entries match, then a green color check mark is displayed next to the **Confirm Password** text box. A red X mark is displayed if both entries do not match.
3. Click **SUBMIT**.
4. To apply the modifications, export the configuration in ,ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

Clearing setup, system and hard disk drive passwords using the existing password

You can clear the configured setup, system, and hard disk drive passwords using the existing password.

NOTE: It is not possible to clear the password without knowing the existing password.

To clear the passwords:

1. In the **Edit** mode, click the **Value to Set** text box of the required option.
   The corresponding password screen is displayed.
   NOTE: To display the password as clear text, select **Show Password**. If you select **Show Password**, then the **Confirm Password** text box is not displayed.
2. Enter a blank space in the **Password** text box.
3. Enter a blank space in the **Confirm Password** text box to confirm the password.
   If both the entries match, a green check mark is displayed next to the **Confirm Password** text box. A red X mark is displayed if both entries do not match.
4. Click **SUBMIT**.
5. To apply the modifications, export the configuration in ,ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

Password protection screen

A password protection screen is displayed while exporting a file or report with system or setup password. To export the file with the password as clear text, click **Continue**. To export the file without the password, click **Mask**.

Configuring the autoon option

You can configure the days on which you want the system to automatically turn on using the **autoon** option from the **Power and Performance Management** category.

To configure the days:

1. Click the required option:
   - **Create Multiplatform Package**
   - **Create Local System Package**
   - **Open a Dell Recommended Package**
   - **Open a Saved Package**

   NOTE: To open a saved package, click **Open a Saved Package**, browse to the file location, and then click **Open**.
2. Click **Edit**, or double-click the option.
3. In the **autoon** option row, click **View/Change** in the **Value to set** column.
   The auto on screen is displayed.
4. Select one of the following options from **Auto On** screen:
   - Disabled — To turn off the feature.
   - Weekdays — To turn on the target system automatically only on weekdays.
   - Every Day — To turn on the target system automatically everyday.
   - Selected Days — To choose the days on which the target system has to turn on automatically.
5. Click **OK**.

6. To apply the modifications, export the configuration in, ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

Configuring the BIOSConnect profiles

A BIOSConnect profile can be configured by using either the Connection, CloudApp, Fota, Csos, or HttpBoot profile option from the **BIOS Connect profile** category. You can edit or set the input data fields for the following BIOSConnect profiles:

- ConnectionProfile
- CloudAppProfile
- CsosProfile
- FotaProfile
- HttpBootProfile

To configure the BIOSConnect profile:

1. Click the required option:
   - **Create Multiplatform Package**
   - **Create Local System Package**
   - **Open a Dell Recommended Package**
   - **Open a Saved Package**

   NOTE: To open a saved package, click **Open a Saved Package**, browse to the file location, and then click **Open**.
2. Click **Edit**, or double-click the option.
3. In the **BIOSConnect profile** option, click **View/Change** in the **Value to set** column.

   The profile screen is displayed with the current value for data fields.
   - To create a **Multiplatform Package**, update the value of data fields on the profile screen.
   - To create a **Local System Package** and to open a **Saved Package**, update the existing value of data fields on the profile screens.

     NOTE: `Get` for BIOSConnect profile is protected when the BIOS password is `Set`. After you click the **Local System Package**, the BIOS password screen is displayed. It allows 3 attempts to provide the correct password. If the correct password is not provided within 3 attempts, enumeration of the existing values for data field fails. If the correct password is provided, the existing data for BIOSConnect profiles are displayed.
4. Click **OK** to save the configuration, or click **CLOSE** to discard the changes and close the **BIOSConnect profile** screen.
5. To apply the modifications, export the configuration in, an ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

   NOTE: After selecting **export config** or **export .exe** option, a warning message is displayed to mask the sensitive values. Select **Mask** to hide the values of the sensitive data fields of BIOSConnect profiles. The masked values are set as **Hidden** in exported .xml files. Select **Continue** to save the data fields in plain text.

   The following table displays the available data fields to be provided for configuring **BIOSConnect Profiles** with Dell Command | Configure:

Table 3. BIOSConnect Profiles

Profile	Data field	Description
ConnectionProfile	NA	This feature displays and configures the BIOSConnect connection interface.
	Preferred Interface	Displays the preferred connection interface for Internet connectivity.
	SSID Hidden	When SSID is hidden, this option must be enabled.
	SSID Name	Displays the name of the SSID.
	Pre Shared Key	The data field is the authorization key to connect the SSID.

Table 3. BIOSConnect Profiles (continued)

Profile	Data field	Description
	Auto Preferred Interface	When an option is selected as a preferred interface, you can select a Wi-Fi or a wired connection.
CloudAppProfile	NA	This feature displays and configures BIOSConnect for downloading recovery applications.
	URL Type	Displays the URL type.
	URL	Displays the URL to download the files.
	Select Certificate	Allows you to import the certificate to connect the URL over https.
	Response Format	Displays the format in which responses are available or downloaded.
	Signed	When enabled, this option displays the response information that is signed.
	Select Response Certificate	Allows you to import the key or certificate to validate the response information.
FotaProfile	NA	This feature displays and configures the BIOSConnect to download the BIOS catalogs.
	URL Type	Displays the URL type.
	URL	Displays the URL to download the files.
	Select Certificate	Allows you to import the certificate to connect the URL over https.
	Response Format	Displays the format in which responses are available or downloaded.
	Signed	When enabled, this option displays the response information that is signed.
	Select Response Certificate	Allows you to import the key or certificate to validate the response information.
CsosProfile	NA	This feature displays and configures the BIOSConnect to download the system recovery files.
	URL Type	Displays the URL type.
	URL	Displays the URL to download the files.
	Select Certificate	Allows you to import the certificate to connect the URL over https.
	Response Format	Displays the format in which responses are available or downloaded.
	Signed	When enabled, this option displays the response information that is signed.
	Select Response Certificate	Allows you to import the key or certificate to validate the response information.

Table 3. BIOSConnect Profiles (continued)

Profile	Data field	Description
	OAuth Enabled	When enabled, this option ensures that the server requires OAuth to download the required files.
	OAuth URL Type	Displays the URL type for OAuth.
	OAuth URL	Displays the URL for OAuth.
	OAuth Certificate	Allows you to import the certificate to connect the OAuth over https.
	OAuth URL Format	Displays the format of the OAuth response.
	Signed	When enabled, this option displays the OAuth response information that is signed.
	Select OAuth Response Certificate	Allows you to import the key or certificate to validate the response information.
	ClientID	Displays the ClientID for the OAuth.
	Client Secret	Displays the Client's Secret for the OAuth.
	OAuth Grant	Displays the OAuth Grant status.
HttpBootProfile	NA	This feature displays and configures the BIOSConnect to install the operating system through HttpsBoot.
	URL Type	Displays the URL type.
	URL	Displays the URL to download the files.
	Select Certificate	Allows you to import the certificate to connect the URL over https.

NOTE: The **CloudApp**, **Fota**, and **HttpBoot** profile pages have fields to display the certificate validation details. You can proceed with the selected certificate even if the validation fails.

Configuring the bootorder option

You can configure the boot order of a client system using the **bootorder** option from the **Boot Management** category. You can add, remove, enable, disable, or change the boot order of the legacy and Unified Extensible Firmware Interface (UEFI) boot items.

To configure the boot order:

1. Click the required option:
   - **Create Multiplatform Package**
   - **Create Local System Package**
   - **Open a Dell Recommended Package**
   - **Open a Saved Package**

   NOTE: To open a saved package, click **Open a Saved Package**, browse to the file location, and then click **Open**.
2. Click **Edit** , or double-click the option.
3. In the **bootorder** option row, click **View/Change** in the **Value to set** column.

   The boot order screen is displayed with the current boot order type and boot order options. For more information, see Configure boot order.

- To create a multiplatform package, you can add devices.
- To create a local system package and to open a saved package, you can add devices and edit the existing boot order, if present.

  NOTE: Use the arrow buttons at the bottom of the **Boot Order** screen to change the boot order of the devices.

4. Click **OK** to save the configuration, or click **CLOSE** to discard the changes and close the **Boot Order** screen.
5. To apply the modifications, export the configuration in, ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

Related Links:

- Adding a new device to the boot order
- Boot order type

Boot order screen

The following table displays the available options on the **Dell Command | Configure - Boot Order** screen.

Table 4. Options on the boot order screen

Options	Description
Active Boot List	You can configure or modify the **Active Boot List** for UEFI or Legacy based on the requirement. If the active boot list is **ON**, and then the system boots with UEFI or Legacy based on the boot order type. **NOTE:** In **Local System Package**, you cannot modify **Active Boot List** if the system supports only UEFI.
Device Type	Displays the type of device.
Device Instance	Displays a unique number to identify the device on the system.
Shortform	Displays the short form of the device name. If the system has many devices of the same device type, and then the short form of the device is displayed with a .<number> notation. For example, if the system has an internal hard drive, eSATA HDD, and eSATA Dock HDD, and then the short forms are displayed as hdd.1, hdd.2, and hdd.3 respectively.
Description	Displays a short description for the device.
Status	Displays if the device is turned on or off.
Delete	Removes the device from the boot order. Click **X** to remove a device. **NOTE:** You can view this option if the boot order screen is in **Edit** mode.

Adding a new device to the boot order

To add a new device to the boot order:

1. Click **Add Device** on the **Boot Order** screen.
2. Select the device from the **Device Type** drop-down list.
   The **Shortform**, **Description**, and **Status** fields are automatically populated. By default, the **Status** of the device is **On**.
3. Select an instance for the device from the **Device Instance** drop-down list.
4. Click **OK**.

   NOTE: If you select the same **Device Type** and **Device Instance** in the **Boot Order Type** for UEFI or Legacy, and then the following warning message "**Remove the duplicate entry from the input list.**" is displayed.

Boot order type

The boot order type displays the type of the loaded configuration. The two types of boot order are Legacy and UEFI. If the host system file is loaded, and then it displays the currently active boot order type. If a saved file is loaded, and then it displays the boot order type that is saved in the file.

The common scenarios for boot order type are:

- If boot order type is not specified in the file and if any UEFI devices are present on the system, and then the system displays the boot order type as UEFI.
- If the boot order type is not specified in the file and if any legacy devices (other than hdd) are present on the system, and then the system displays the boot order type as Legacy.
- If the boot order type is not specified and the loaded configuration file has only hdd items, and then the system prompts the user to select the boot order type.
- If the boot order type is not specified for a legacy system and if both UEFI and legacy devices are present, and then the system displays a warning message and removes the legacy or UEFI devices depending on the order of occurrence of the device.

Configuring the primarybatterycfg option

You can configure the primary battery charging mode using the **primarybatterycfg** option from the **Power and Performance Management** category.

To configure the primary battery charging option:

1. Click the required option:
   - **Create Multiplatform Package**
   - **Create Local System Package**
   - **Open a Dell Recommended Package**
   - **Open a Saved Package**

   NOTE: To open a saved package click **Open a Saved Package**, browse to the file location and then click **Open**.
2. Click **Edit**, or double-click the option.
3. In the **primarybatterycfg** option row, click **View/Change** in the **Value to set** column.
   The **Primary Battery** screen is displayed.
4. Select the mode to charge the battery in the **Primary Battery** screen.
   - **Standard Charge** — Charges the battery over a longer period of time.
   - **Express Charge** — Charges the battery using the express charging algorithm, Dell's fast charging technology.
   - **AC Use** — Charges the battery while plugged-in.
   - **Auto Charge** — Charges the battery based on a periodic evaluation of battery usage to deliver the best balance capacity.
   - **Custom Charge** — The battery charging starts and stops based on user settings.

   NOTE: If you have selected **Custom Charge**, then specify the **Start Charging (50 – 95 %)** and **Stop Charging (55 – 100 %)** values.
5. Click **OK**.
6. To apply the modifications, export the configuration in ,ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

Configuring the advbatterychargecfg option

You can configure the advanced battery charging mode using the **advbatterychargecfg** option from the **Power and Performance Management** category. Advanced Battery charge mode uses standard charging algorithm and other methods during non-working hours to maximize battery health. During working hours, ExpressCharge is used to charge the batteries faster. You can configure the days and the work period during which the battery has to be charged. To enable advanced battery charging, provide the day, start time, and the duration of charging (optimal usage duration).

To configure the advanced battery charging option:

1. Click the required option:
   - **Create Multiplatform Package**
   - **Create Local System Package**
   - **Open a Dell Recommended Package**
   - **Open a Saved Package**

   NOTE: To open a saved package, click **Open a Saved Package**, browse to the file location, and then click **Open**.
2. Click **Edit** or double-click the option.

3. In the **advbatterychargecfg** option row, click **View/Change** in the **Value to set** column.
   The **Advanced Battery Settings** screen is displayed.
4. Enable Advanced Battery Charge.

   NOTE: If advanced battery charge mode is enabled in the **BIOS Setup** screen, the **Enable Advanced Battery Charge** is selected by default.

5. Select the day of the week.

   NOTE: To apply the same settings to all the days select the **Apply these settings to other days** option.

6. In the **Beginning of Day** drop-down list, select the time at which the advanced charging has to start.
7. In the **Work Period** drop-down list, select the duration of advanced charging.
8. Click **OK**.
9. To apply the modifications, export the configuration in ,ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

Configuring the peakshiftcfg option

You can configure the Peak Shift battery charging mode using the **peakshiftcfg** option from the **Power and Performance Management** category. Using Peak Shift configuration, you can minimize the consumption of AC power during the peak power usage period of the day. You can set a start and end time for the Peak Shift period. During this period, the system runs on battery if the battery charge is above the set battery threshold value. After the Peak Shift period, the system runs on AC power without charging the battery. The system functions normally by using AC power and recharging the battery at the specified Charge Start Time.

To configure the Peak Shift Battery charging option:

1. Click the required option:
   - **Create Multiplatform Package**
   - **Create Local System Package**
   - **Open a Dell Recommended Package**
   - **Open a Saved Package**

   NOTE: To open a saved package, click **Open a Saved Package**, browse to the file location and click **Open**.

2. Click **Edit**, or double-click the option.
3. In the **peakshiftcfg** option row, click **View/Change** in the **Value to set** column.
   The **Peak Shift** screen is displayed.
4. Enable the peak shift settings option.
5. Select the day of the week.

   NOTE: To apply the same settings to all the days select the **Apply these settings to other days** option.

6. From the **Operate only on battery** drop-down list, select the time from when you want the system to operate only on battery.
7. From the **Operate only on AC** drop-down list, select the time from when you want the system to operate only on AC.
8. From the **Resume normal power/charge** drop-down list, select the time from when the system has to start using the AC power and recharging the battery.

   NOTE: The system adjusts the value in the drop-down list to meet the following criteria:
   - **Operate only on battery** time should be less than or equal to the time specified for **Operate only on AC**.
   - **Operate only on battery** time and **Operate only on AC** time should be less than or greater than the **Resume normal power/charge** time.

9. Click **OK**.

   NOTE: Select **Apply these settings to other days** check box to apply the same settings for all days of the week.

10. To apply the modifications, export the configuration in ,ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

Password Configuration option

This feature displays and configures the password rules those are applicable to set SysPwd, SetupPwd, OwnerPwd, and HddPwd.

To configure the password configuration option:

1. Click the required option:
   - **Create Multiplatform Package**
   - **Create Local System Package**
   - **Open a Dell Recommended Package**
   - **Open a Saved Package**

   NOTE: To open a saved package, click **Open a Saved Package**, browse to the file location and click **Open**.
2. Click **Edit**, or double-click the option.
3. In the **PasswordConfiguration** option row, click **View/Change** in the **Value to set** column.
   The **PasswordConfiguration** screen is displayed.
4. Enable the Password Configuration settings option.
5. Select **Lower Case Character**, **Upper Case Character**, **Digit**, **Special Character**, and then **set the minimum number of characters that are mandatory for password.**

   NOTE: If the criteria PwdMinLen >=8, PwdLowerCaseRqd=Enabled, and PwdUpperCaseRqd=Enabled is followed, then StrongPassword is Enabled. If this criteria is not followed, then StrongPassword is Disabled. Vice versa is also applicable.
6. To apply the modifications, export the configuration in ,ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

Configuring the keyboardbacklightcolor option

You can configure the keyboard backlight color for the Dell Latitude rugged Extreme systems using the **keyboardbacklightcolor** option from the **System Configuration** category. You can enable supported colors, set active color, and configure customcolor1 and customcolor2.

To configure the keyboard backlight color:

1. Click the required option:
   - **Create Multiplatform Package**
   - **Create Local System Package**
   - **Open a Dell Recommended Package**
   - **Open a Saved Package**

   NOTE: To open a saved package click **Open a Saved Package**, browse to the file location and then click **Open**.
2. Click **Edit** or double-click the option.
3. In the **keyboardbacklightcolor** option row, click **View/Change** in the **Value to set** column.
   The **Keyboard Backlight Color** screen is displayed.
4. Select the colors that you want to enable for the keyboard backlight from the list **Enable**.

   NOTE:
   - You can select and enable multiple colors at a time.
   - If you select **None**, no color will be enabled. You cannot select other colors if you have selected the option **None**.
5. Select the color that you want to set as an active color for the keyboard backlight from the list **Active**.

   NOTE: You can select only one active color for your keyboard backlight at a time.
6. Configure the Red, Green, and Blue (RGB) values if you have selected **CustomColor1** or **CustomColor2**.
   To configure the RGB values for customcolor1 or customcolor2,
   a. Click **CHANGE**.
   b. Choose the color from the color canvas.
   c. Click **Select**.

7. Click **OK**.
8. To apply the modifications, export the configuration in ,ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

Advanced System Management

Advanced System Management (ASM) is a feature that is supported on Dell Precision R7610, T5810 ,T7810, T7910, and later workstations. The feature displays information about voltage, temperature, current, cooling device, and power supply probes. The feature also allows you to set the noncritical upper threshold values of voltage, current, cooling, and temperature probes. Contact the support team for information about system models with this feature.

Setting the non-critical threshold values

NOTE: You can set the critical and non-critical upper threshold values only for voltage, current, cooling and temperature probes.

To set the non-critical threshold values for the probes:

1. Click the required option:
   - **Create Multiplatform Package**
   - **Create Local System Package**
   - **Open a Saved Package**

   NOTE: To open a saved package, click **Open a Saved Package**, browse to the file location, and then click **Open**.
2. Click **Edit**, or double-click the option.
3. In the **advsm** option row, click **View/Change** in the **Value to set** column.
   The **Advanced System Management** screen is displayed.

   NOTE:
   - If you are setting the non-critical threshold values for **Create Local System Package**, the columns displayed are: **Description**, **Type**, **Index**, **Location**, **Minimum**, **Maximum**, **Critical Upper Threshold**, **NonCritical Upper Threshold**, and **Delete**. The system displays the details of the available probes. You cannot edit the **Type** and **Index** fields of the listed probes.
   - If you are setting the non-critical threshold values for **Create Multiplatform System Package**, the columns displayed are: **Type**, **Index**, **NonCritical Upper Threshold** and **Delete**. The system does not display any values for the probes. You have to set the values for **Index**, and **NonCritical Upper Threshold** fields for each of the selected probes. Set the value of **Index** depending on the number of instances of the probes running on the system. The value of **NonCritical Upper Threshold** must be within the critical upper threshold range.
4. To set the non-critical threshold values for a new probe, click **Add Probe**, and then type the values in the required fields.
5. To set the non-critical threshold value for the listed probes, provide the value in the respective column.
6. To delete a probe, click **X** mark.
7. Click **OK.**
8. To apply the modifications, export the configuration in ,ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

BIOS option validation

You can validate the options of a BIOS package against the configuration of the host system using the **Validate** option. You can validate the settings of a multiplatform package, local system package, or a saved package. You can validate all the options except the **bootorder**, **syspwd**, and **setuppwd** options.

Validating a multiplatform package or saved package

To validate the options of a multiplatform or saved package:

On the **Create Multiplatform Package** screen, click **Validate**.

- If the option and the configured value are supported on the host system, then a green check mark is displayed in the **Status** column.
- If the option is supported and if the configured value is not supported on the host system, then a red **X** mark is displayed in the **Status** column.
- All unsupported options are greyed out and the **Status** column remains blank.
- All the supported options on the host system are highlighted and the **Status** column remains blank with the **Value to Set** field as **Not Specified**.

Validating a local system package

To validate the options of a local system package:

On the **Create Local System Package** screen, click **Validate**.

- All the options that are applicable on the host system are highlighted, and a green check mark is displayed in the **Status** column.
- All unsupported options are greyed out, and the **Status** column remains blank.

  NOTE: You can configure the supported options on the host system even after you validate the local system package.

Exporting the BIOS configuration

You can export a customized configuration to apply the same settings on a target client system. You can export both supported and unsupported options. You can export certain options (**asset** and **propowntag**) without specifying any values.

To export an option:

Select the **Apply Settings** check box of that option, and then export in any of the following formats:

- Self-Contained Executable—Click **EXPORT.EXE** to export the configuration settings as a SCE (EXE file). For more information, see Setup, system, or hard disk drive passwords screen.
- Report—Click **Report** to export the configuration settings as a read-only HTML file.
- Configuration file—Click **EXPORT CONFIG** to export the configuration settings as a CCTK or INI file.

  NOTE: To display and configure the options on the user interface, double-click the CCTK file.
- Shell script—The shell script is generated at the location where the SCE file is exported, and contains the same configuration as that of the SCE file. The shell script is used to configure a system running the Linux operating system.

Exporting the SCE (.EXE) file

Perform the following steps to export the BIOS configuration:

1. Click the **EXPORT.EXE** option to export the BIOS configuration as an .exe file.
2. The **Setup, System or Hard Disk Drive Password** screen is displayed prompting you to type a password.
3. Depending on the type of password set on the target system, determine which password to provide based on the table below:

Settings you want to configure	Passwords set on the target system						
	Setup Password	System Password	Hard Disk Drive Password	Setup and System Passwords	Setup and Hard Disk Drive Passwords	System and Hard Disk Drive Passwords	System, Setup and Hard Disk Drive Passwords
BIOS Tokens/features	Setup Password	System Password	Not Required	Setup Password	Setup Password	System Password	Setup Password
Setup Password	Setup Password	System Password	Not Required	Setup Password	Setup Password	System Password	Setup Password
System Password	Setup Password	System Password	Not Required	Setup and System Passwords	Setup Password	System Password	Setup and System passwords
Hard Disk Drive Password	Setup Password	System Password	Hard Disk Drive Password	Setup Password	Setup and Hard Disk Drive Passwords	System and Hard Disk Drive Passwords	Setup and Hard Disk Drive Passwords

Figure 1. Password Reference Table

For example,

- If the setup password is set in the system, and you want to configure BIOS tokens/features, you need to provide setup password.
- If the setup and system passwords are set in the system, and you want to configure BIOS tokens/features, you need to provide setup password.
- If the setup and system passwords are set in the system, and if you want to configure BIOS tokens/features as well as change system password, you need to provide both system and setup passwords.
- If the setup, system and hard disk drive passwords are set in the system, and if you want to configure BIOS tokens/features as well as change hard disk drive password, you need to provide both setup and hard disk drive passwords.

4. Provide appropriate password(s) in order to be able to configure the desired settings.
   - To provide a setup password, click **Setup Password**, then select the **Use the password information below** option, and then type the setup password.
   - To provide a system password, click **System Password**, then select the **Use the password information below** option and type the system password.
   - To provide a hard disk drive password, click **Hard Disk Drive Password**, then select the **Use the password information below** option and type the hard disk drive password.
5. If the target system does not have a setup, system, or hard disk drive password, then select **No password is required**.
6. The following warning message **By exporting this BIOS configuration, your system, setup and hdd passwords will no longer be secure. If you would like to proceed with your passwords displayed in clear text, select Contonue. If you want to hide your passwords, select Mask** is displayed. Click MASK to protect your password, else click Continue.
7. Click **OK**..

   NOTE: SCE can be generated on non WMI-ACPI system using multi-system package.

Exporting the configuration without setting values

To export asset and propowntag without specifying changes to values:

Select the **Apply Settings** check box of the corresponding option and export.

Target system configuration

You can apply the exported INI, CCTK, SCE, and shell script files to configure the target client systems.

Related Links:

- Applying a INI or CCTK file
- Applying a shell script on Linux systems
- Applying a SCE file

Applying INI or CCTK file

The prerequisites for applying INI file or CCTK file are as follows:

- Administrator privileges
- Dell Command | Configure installed on the client system

To apply INI file or CCTK file, run `cctk -i <filename>.`

NOTE: For systems running Ubuntu Core operating system, copy the file at `var/snap/dcc/current` and run, dcc.cctk -i /var/snap/dcc/current/<filename>.ini

Applying a shell script on Linux

1. Copy the script to a system running the Linux operation system.
2. Run `dos2unix` on the system.
3. Run the script as: `sh <filename.sh>`

Applying a SCE file

NOTE: You must have Administrator privileges.

To apply SCE on a target system:

Double-click the SCE, or from the command prompt, browse to the directory where SCE is located and type the name of the SCE file.
For example, `C:\Users\SystemName\Documents>"<filename>"`.

NOTE: You cannot run SCE on Windows PE systems. For more information on applying SCE on target systems running the Windows PE operating systems, see Troubleshooting.

NOTE: The generated SCE file does not work on non WMI-ACPI system.

SCE details

Some of the common scenarios in which you might use SCE are:

- When you apply SCE on a target system, it performs a silent installation for the BIOS settings on the target system. When the installation is complete, SCE generates a log file with the SCE name at the same location. The log file contains all the applied options and the status of the SCE file.
  NOTE: To generate the log file in the required location, specify the location of the log file. For example, `SCE.exe /l="<folder_path>\log.txt".`
- When you apply SCE on a target system from a read-only location, provide the `/nolog` option to prevent generation of the log file. For example, `SCE.exe /nolog`. The `/nolog` option helps the SCE to run successfully and informs that a log file is not created as SCE is in a read-only location.
- If you run SCE from a read-only location without providing `/nolog`, then SCE fails to run.
- To apply SCE on Windows PE, extract SCE from a system running the Window operating system using the `/e` option. For example, `SCE.exe/e=<folder_path_to extract SCE>.`
- If you have configured a setup or system password on the target system, and while exporting SCE, if you have not provided the same password in the **Setup, System, or Hard Disk Drive Password** screen, then you cannot double-click and apply SCE on the target system. However, while applying SCE from the command prompt, you can provide the setup or system password of the target system.

NOTE: Example of providing setup password: `C:\Windows\Command Configure\SCE>"<filename>" --valsetuppwd= <password string>`

NOTE: Example of providing system password: `C:\Windows\Command Configure\SCE>"<filename>" --valsyspwd= <password string>`

Related Links:

- Exporting the BIOS configuration
- Exporting the configuration without setting values

Log details in Package History

You can view the details of the BIOS configuration exports in the **Package History** screen. The **Package History** displays the details such as time, date, type of export, and the location to which the file is exported.

Related Links:

- Viewing a log file
- Deleting log details

Viewing a log file

Click **Package History**, on the Dell Command | Configure page.

Deleting log details

On the **Package History** page, click the **Clear Log**.

Providing feedback on Dell Command | Configure

You can provide feedback on the Dell Command | Configure using the link on Dell Command | Configure GUI.

1. Click the **Give us your feedback** link to launch the online survey page.
2. Provide your feedback and satisfactory ratings.
3. Click **Submit** to share it with Dell.

4

Troubleshooting scenarios in Dell Command | Configure 4.5

Running Dell Command | Configure displays error messages

If you get the error message, `Required BIOS interface not found or HAPI load error.` and then uninstall and reinstall Hardware Application Programming Interface (HAPI).

Running Dell Command | Configure on 32-bit and 64-bit Windows supported system

Ensure that you are running `cctk.exe` based on the architecture of the system. If you are running Dell Command | Configure on a 32-bit supported system, browse to the x86 directory in the installation directory, and run Dell Command | Configure commands. If you are running `cctk.exe` on a 64-bit supported system, and then browse to the x86_64 directory and run Dell Command | Configure commands.

If you are running Dell Command | Configure for 32-bit supported systems on a 64-bit supported system, and then an error message is displayed: `HAPI Driver Load Error`.

If you are running Dell Command | Configure for 64-bit supported systems on a 32-bit supported system, and then an error message is displayed: `Not a valid Win32 application`.

Running Dell Command | Configure on Windows 7, Windows 8, Windows 8.1, or Windows 10 when user account control is enabled

To run Dell Command | Configure on systems running Windows 7 or later with User Account Control (UAC) enabled, right-click the **Dell Command | Configure Command Prompt** and select **Run as administrator**.

NOTE: On a Windows 7, Windows 8, or Windows 8.1, if UAC is enabled, and then a user with Administrator privileges cannot install or uninstall Dell Command | Configure in silent mode. Make sure that you have an administrative privileges before installing Dell Command | Configure in silent mode.

Running Dell Command | Configure on Linux

When you install Dell Command | Configure on a system running the Linux operating system, the entry, `modprobe dcdbas`, is added in the `/etc/rc.modules` file. After uninstalling Dell Command | Configure , this entry is not removed.

TPM activation

Trusted Platform Module (TPM) is an industry standard cryptographic module that provides attestation, integrity metrics and reporting, and a secure key hierarchy. Client systems use TPM to verify if the state of the system has changed between two boot cycles.

To activate and check the TPM activation:

1. If not set, set the BIOS password on the system. Type:

```
cctk --setuppwd=<new-BIOS-password>
```

2. If not enabled, enable TPM. by typing the following command:

```
cctk --tpm=on
```

3. Reboot the system.
4. To activate TPM, type the following command:

```
cctk --tpmactivation=activate --valsetuppwd=<Setuppwd>
```

5. Reboot the system without interruption till the operating system loads.
6. To check the status of TPM. type:

```
cctk --tpmactivation
```

The status is displayed as activate.

SCE failing to run on Windows Preinstallation Environment (Windows PE)

The SCE generated using the Export option on the user interface is failing to run on Windows PE. To configure BIOS using SCE, on the target system running the Windows PE operating systems:

1. On systems running the Windows operating systems, extract the contents of SCE to a folder using the following command:

```
Sce.exe /e=<folder_path_to_extract_contents>
```

NOTE: For more information about using the command, use `/h` switch.

2. Copy the extracted contents to an accessible location on the system.
3. From the location of the extracted contents, run the following command to apply the configuration:

```
applyconfig.bat /logfile <A valid and existing folder with write permission>\<A valid
file name>
```

For example, `applyconfig.bat /logfile C:\log.txt`

To apply the configuration on a system, where setup or system password has been set, run the following command: `applyconfig.bat /logfile <A valid and existing folder with write permission>\<A valid file name> "--valsetuppwd= <setup password>"`

Example 1: `applyconfig.bat /logfile C:\log.txt "--valsetuppwd=password"`

Example 2: `applyconfig.bat /logfile C:\log.txt "--valsyspwd=password"`

Topics:

- Contacting Dell

Contacting Dell

NOTE: If you do not have an active Internet connection, you can find contact information on your purchase invoice, packing slip, bill, or Dell product catalog.

Dell provides several online and telephone-based support and service options. Availability varies by country and product, and some services may not be available in your area. To contact Dell for sales, technical support, or customer service issues:

1. Go to **Dell.com/support**.
2. Select your support category.
3. Verify your country or region in the **Choose a Country/Region** drop-down list at the bottom of the page.

4. Select the appropriate service or support link based on your need.

Datasheet

NVIDIA RTX 2000 Ada Generation

Performance for endless possibilities.



Powering the Next Era of Innovation

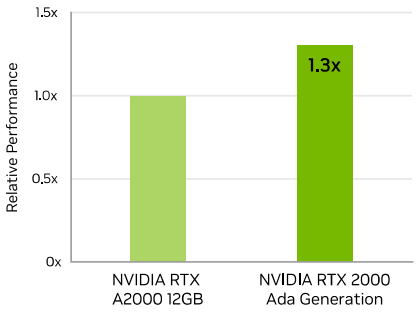
The NVIDIA RTX™ 2000 Ada Generation is a power-efficient, compact GPU that brings the power of RTX into the reach of more professionals. With real-time ray tracing, AI-accelerated compute, and high-performance graphics, the RTX 2000 empowers users to tackle complex tasks, from content creation and design to data analysis and AI-driven applications, with incredible speed and precision. Featuring the NVIDIA Ada Lovelace GPU architecture, it combines 22 third-generation RT Cores, 88 fourth-generation Tensor Cores, 2,816 CUDA® cores, and 16GB of GDDR6 graphics memory with ECC support. The RTX 2000 delivers breakthroughs in speed, efficiency, and power for everyday workflows, enabling creators, designers, and engineers to achieve new levels of productivity and innovation from the desktop.

NVIDIA RTX professional graphics cards are certified for a broad range of professional applications, tested by leading independent software vendors (ISVs) and workstation manufacturers, and backed by a global team of support specialists. Get the peace of mind to focus on what matters with the premier visual computing solution for mission-critical business.

Key Features

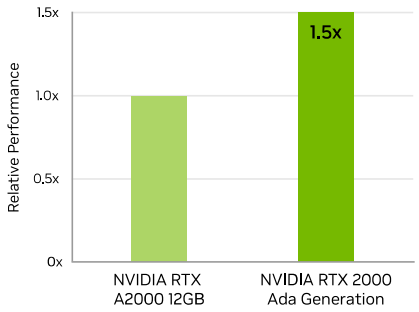
- Four Mini DisplayPort 1.4a
- AV1 encode and decode support
- DisplayPort with audio
- NVIDIA RTX Experience™
- NVIDIA RTX Desktop Manager software
- NVIDIA RTX IO support
- HDCP 2.2 support
- NVIDIA Mosaic[1] technology

Graphics



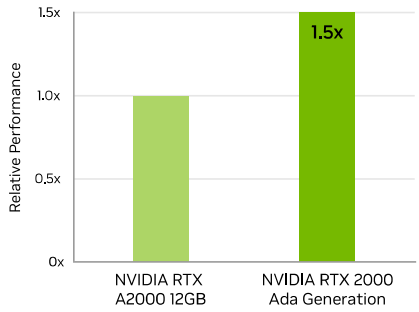
Tests run on an Intel Core i9-12900K Processor @ 3.2GHz (5.2GHz Turbo), 64GB RAM, Windows 11 Enterprise x64, SPECviewperf 2020, NVIDIA Driver 550.76. Relative speedup for 4K geomean score. Performance based on pre-release build, subject to change.

Rendering



Tests run on an Intel Core i9-12900K Processor @ 3.2GHz (5.2GHz Turbo), 64GB RAM, Windows 11 Enterprise x64, NVIDIA Driver 550.76. Average relative speedup for 1080p resolution Arnold, Blender, Cinebench, V-Ray 5.0, and Keyshot render tests. Performance based on pre-release build, subject to change.

Generative AI



Tests run on an Intel Core i9-12900K Processor @ 3.2GHz (5.2GHz Turbo), 64GB RAM, Windows 11 Enterprise x64, Stable Diffusion WebUI v1.6.0, NVIDIA Driver 550.76. Average relative speedup for 512x512 and 1024x1024 image generation. Performance based on pre-release build, subject to change.

Specifications	
GPU memory	16GB GDDR6
Memory interface	128-bit
Memory bandwidth	224 GB/s
Error-correcting code (ECC)	Yes
NVIDIA Ada Lovelace architecture-based CUDA Cores	2,816
NVIDIA fourth-generation Tensor Cores	88
NVIDIA third-generation RT Cores	22
Single-precision performance	12.0 TFLOPS[2]
RT Core performance	27.7 TFLOPS[2]
Tensor performance	191.9 TFLOPS[3]
System interface	PCIe 4.0 x 8[4]
Power consumption	Total board power: 70 W
Thermal solution	Active
Form factor	2.7" H x 6.6" L, Dual Slot
Display connectors	4x Mini DisplayPort 1.4a
Max simultaneous displays	4x 4096 x 2160 @ 120 Hz 4x 5120 x 2880 @ 60 Hz 2x 7680 x 4320 @ 60 Hz
Encode/decode engines	1x encode, 1x decode (+AV1 encode and decode)
VR-ready	Yes
Graphics APIs	DirectX 12, Shader Model 6.6, OpenGL 4.6[5], Vulkan 1.3[5]
Compute APIs	CUDA 11.6, OpenCL 3.0, DirectCompute

Ready to Get Started?

To learn more about NVIDIA RTX 2000, visit
www.nvidia.com/rtx-2000/

1 Windows 10, 11, and Linux are supported. This configuration does not offer framelock synchronization or display overlap functionality. | 2 Peak rates based on GPU Boost Clock. | 3 Effective FP8 teraFLOPS (TFLOPS) using the sparsity feature. | 4 RTX 2000 Ada Generation utilizes a full-length PCIe x8 interface. | 5 Product is based on a published Khronos specification and is expected to pass the Khronos conformance testing process when available. Current conformance status can be found at www.khronos.org/conformance

© 2024 NVIDIA Corporation and affiliates. All rights reserved. NVIDIA, the NVIDIA logo, CUDA, NVIDIA RTX, and NVIDIA RTX Experience are trademarks and/or registered trademarks of NVIDIA Corporation and affiliates in the U.S. and other countries. All other trademarks and copyrights are the property of their respective owners.
2999417. JAN24

PRODUCT BRIEF
Intel® Ethernet Connection I219
Network Connectivity/Ethernet Connnections

Intel® Ethernet Connection I219

High-performance gigabit network connectivity with support for Intel® vPro™ technology.



Overview

The Intel® Ethernet Connection I219 provides compact, single-port integrated physical layer devices that connect to the Intel® 100 Series and follow on chipsets. The Intel® Ethernet Connection I219 is a gigabit copper networking component for mobile, desktop, workstation, and value-server designs that have critical space and power constraints.

Key Details

Design is Highly Compatible with the Intel® I218 Ethernet Connection: The Intel® Ethernet Connection I219 is highly compatible with the Intel® Ethernet Connection I218, making new designs easy to generate while gaining the improvements of features now available on the Intel® Ethernet Controller I219.

Simplified Installation and Maintenance: The Intel® Ethernet Connection I219 also supports the Intel Stable Image Platform Program (SIPP), which provides system image stability (both hardware and software) and consistency for at least 12 months from the product launch date, helping IT better manage their client environment.

Performance-Enhancing Features: The Intel® Ethernet Connection I219 includes advanced interrupt-handling features to reduce CPU overheard. Other performance-enhancing features include offloading TCP/UDP (for both IPv4 and IPv6) checksum calculations and performing TCP segmentation. Advanced features such as Jumbo Frame support for extra-large packets and Receive Side Scaling (RSS) are also supported.

Reduced Power and Energy Savings: With the addition of platform low power management support and the addition of a pin that will wake the Intel® Ethernet Connection I219 from low-power states, the Intel® Ethernet Connection I219 reduces power requirements, leading to energy savings.

Besides the savings from working with the platform power management feature, the Intel® Ethernet Connection I219 reduces the power consumption in all power states compared to previous generations of Intel connections. While in active-idle, Intel® has implemented Energy Efficient Ethernet (EEE)[1], a new IEEE* standard. With EEE, Intel has reduced the idle power of the gigabit link from about 500 mW to just over 50 mW, providing a significant energy savings. It also supports advanced link downshifting capabilities to provide additional power headroom for system regulatory compliance (such as Energy Star*) by lowering the link speed under certain conditions to save power.

Additionally the Intel® Ethernet Connection I219 also adds additional wake-up flexibility to enable better power management in IT environments.

The single-pin LAN disable enables easier BIOS implementation and Low-power Link-up (LPLU) enables the system to stay in low-power modes until a link is required.

Flexible, Low-Cost System Design: The Intel® Ethernet Connection I219 provides a small package (6 mm x 6 mm) networking option for convenient board layout. The Intel® Ethernet Connection I219 has an integrated Switching Voltage Regulator (iSVR), removing the need for an external regulator and reducing both the overall cost and the board space required. Additionally, the Intel® Ethernet Connection I219 further helps to reduce board space requirements by using a shared Flash design. Finally, low Thermal Design Power (TDP) helps improve board placement flexibility.

Environmentally friendly design: The Intel® Ethernet Connection I219 family of products are all lead free[3] and halogen free[4] in their silicon and package design to reduce the potential for environmental impact.

Comparison of Connection Features

Features	I219V	I219LM
10BASE-T (IEEE 802.3 specification conformance)	✓	✓
100BASE-TX (IEEE 802.3 specification conformance)	✓	✓
1000BASE-T (IEEE 802.3 specification conformance)	✓	✓
Auto-Negotiation (IEEE 802.3u)	✓	✓
Intel® vPro™ [2] technology		✓
Intel® Stable Image Platform Program (SIPP)		✓
Intel® Standard Manageablity		✓
Power optimizer platform low-power management systems	✓	✓
Energy Efficient Ethernet[1] (IEEE 802.3az)	✓	✓
TCP/UDP checksum and segmentation offload (IPv4 and IPv6)	✓	✓
Receive Side Scaling	✓	✓
Dual Tx and Rx queues	✓	✓
Jumbo Frames (up to 9 KB)	✓	✓
Teaming	✓	✓
Integrated Auto Connect Battery Saver (ACBS) battery savings	✓	✓
Timing and Synchronization (802.1as / 1588)	✓	✓
Integrated Switched Voltage Regulator (iSVR)	✓	✓
Shared Flash with system BIOS	✓	✓
Wake from Deep Sx	✓	✓
Server operating system support		✓
Network proxy/ARP support	✓	✓
32 wake filter support	✓	✓

For more information on the Intel® Ethernet Connection I219, please visit **www.intel.com/go/Ethernet**

Component Summary

CONTROLLER[Δ]	DISTINGUISHING FEATURES	ORDER CODES
Intel® Ethernet Connection I219LM	• Corporate LAN product with support for Intel® vPro™ technology, Intel® AMT[2], Energy Efficient Ethernet (802.3az)[1], Intel® SIPP, Server operating system support, ACBS and standard gigabit networking features. • Intended for mobile, desktop, workstation, entry server and embedded designs.	WGI219LM
Intel® Ethernet Connection I219V	• Consumer LAN product with support for Energy Efficient Ethernet (802.3az)[1], ACBS and standard gigabit networking features. • Intended for mobile, desktop, and embedded designs.	WGI219V

1 Energy Efficient Ethernet (EEE) low-power idle requires that both link partners support IEEE802.3az.

2 Intel® Active Management Technology (AMT) requires specific Intel chipsets in addition to the Intel networking component. Intel Standard Manageability requires specific Intel chipsets in addition to the Intel networking component.

3 Lead has not been intentionally added, but lead may still exist as an impurity below 1000 ppm.

4 Lead and other materials banned in the RoHS Directive are either: (1) below all applicable substance thresholds as proposed by the EU or (2) an approved/pending exemption applies.

No license (express or implied, by estoppel or otherwise) to any intellectual property rights is granted by this document.

Intel disclaims all express and implied warranties, including without limitation, the implied warranties of merchantability, fitness for a particular purpose, and non-infringement, as well as any warranty arising from course of performance, course of dealing, or usage in trade.

This document contains information on products, services and/or processes in development. All information provided here is subject to change without notice. Contact your Intel representative to obtain the latest forecast, schedule, specifications and roadmaps.

The products and services described may contain defects or errors which may cause deviations from published specifications.

Copies of documents which have an order number and are referenced in this document may be obtained by calling 1-800-548- 4725 or by visiting www.intel.com/design/literature.htm.

Intel and the Intel logo are trademarks of Intel Corporation in the U.S. and/or other countries.

* Other names and brands may be claimed as the property of others.

© 2017 Intel Corporation .

Printed in USA 06/28/17/DVA/PDF ♻ Please Recycle 333229-002US

Product Brief

Intel® Wi-Fi 7 BE200 Module
1st Generation Wi-Fi 7 Support

Intel® Wi-Fi 7 BE200 (5Gig) Module

Maximize speed, latency, and reliability benefits of Wi-Fi 7 across new radio frequencies reducing legacy device interference



The Intel® Wi-Fi 7 BE200 adapter is designed to support the upcoming IEEE 802.11be standard – Wi-Fi 7[1] technology and the Wi-Fi Alliance Wi-Fi 7 certification.

This Wi-Fi/ Bluetooth® module supports dual-stream Wi-Fi in the 2.4GHz, 5GHz and 6GHz bands as well as Bluetooth® 5.4[2]. These new features maximize the benefits of Wi-Fi 7, including up to 5 Gigabit speed[3], ultra-low latencies, and enhanced reliability across new radio frequencies exclusive to Wi-Fi 7 devices, and deliver a significant improvement in user experience in dense deployments, as well as extended operating range for Bluetooth® connected devices, and support for Bluetooth® LE audio.

Combined with Intel® Core™ processors and exceptional Intel wireless innovations, the Intel® Wi-Fi 7 BE200 module can dramatically improve your connected experience at home, work, or on the go.

1st Generation Wi-Fi 7 support

Wi-Fi 7 Tri-Band 2x2 320MHz **Greater Network Flexibility** **Accelerated Connectivity** **Increased Reliability** **Wired-like Responsiveness** **Enhanced Privacy and Security**	The Intel® Wi-Fi 7 BE200 module is designed for faster connections, improved reliability, wired-like responsiveness for better user experience, and enhanced privacy and security. Aligned with the upcoming IEEE 802.11be standard, the Intel® Wi-Fi 7 BE200 module supports these key features: 4096QAM and 320MHz channels resulting in 2.4X higher peak data rates[4], Multi-link Operation (MLO - eMLSR), Multi-resource unit (Multi-RU) and Puncturing. Legacy standards continue to be supported: Wi-Fi 4, 5, 6, and Wi-Fi 6E, including Wi-Fi 6 R2 features.
Bluetooth® 5.4	Experience audio like never before with Intel® Wi-Fi 7 BE200 Bluetooth® LE technology. Our cutting-edge audio devices provide seamless connectivity, exceptional sound quality, and extended battery life. Immerse yourself in your favorite music and calls without compromise. Elevate your audio experience with the power of Bluetooth LE, setting new standards for wireless enjoyment.
Microsoft* Windows*	Full support for the latest Microsoft* Windows 11* OS
Form Factors (M.2 2230 and 1216)	M.2 2230 modules enable system configuration and platform usage flexibility with the use of a standard Key E socket for attaching the module. M.2 1216 modules enable platform design optimizations providing savings on motherboard space and BOM.

Experience the Difference with Intel® Technology

Worldwide Regulatory Support **Dynamic Regulatory Solution**	Enables performance-optimized worldwide regulatory compliance SKU. The Intel® Wi-Fi 7 BE200 module detects its location and automatically optimizes the Wi-Fi settings to local regulatory requirements in most countries worldwide, maximizing performance in each geography, simplifying travel experience and global enterprise procurement. Future regulatory changes are easily managed during the product life cycle.
Wireless Functionality in Pre-boot Environment	Support for Wi-Fi network and Bluetooth® Low Energy HID connectivity in the platform's UEFI (Unified Extensible Firmware Interface) environment during its boot stage. This capability enables use cases like OS recovery over Wi-Fi and Bluetooth® Low Energy-based keyboard and mouse connectivity in this pre-boot environment.
Wirelessly Project to the Big Screen	Project your 2-in-1 or laptop content instantly, without wires, on the big HD screen with stunning image clarity and sound using Wi-Fi Miracast*. Stream movies, videos, games, photos, connect with friends, and more.

Business-Class Wireless

Intel® vPro® Technology[5]	Supports Intel's hardware-based security and management features built into Intel® Core™ vPro® processors and chipsets that enable IT to manage PCs virtually anywhere, anytime, while reducing deployment costs, improving security and ROI.
Engineered for Intel® Evo™ vPro™ Laptops Accessory Program	The Engineered for Intel® Evo™ laptop accessory program meets strict Intel requirements to provide great experiences that include seamless connectivity and reliability when paired with Intel® Evo™ laptops. Certified accessories by industry-leading third-party vendors include Bluetooth Headsets, Bluetooth mice and keyboards, and Wi-Fi Access Points (Routers).

Intel® Wi-Fi 7 BE200 Module Technical Specifications

GENERAL

Dimensions (H x W x D)	M.2 2230: 22mm x 30mm x 2.42mm (max) M.2 1216: 12mm x 16mm x 1.7 (+-0.1) mm
Weight	M.2 2230: 3.07+/-0.15g M.2 1216: 0.75+/-0.04g
Radio ON/OFF Control	Supported
Connector Interface	M.2: PCIe*, USB
Operating Temperature (Ambient)	0°C to +50°C
Humidity Non-Operating	50% to 90% RH non-condensing (at temperatures of 25°C to 35°C)
Operating Systems	Microsoft* Windows 11*, Microsoft* Windows 10*, Linux*
Wi-Fi Alliance[6]	Wi-Fi 7 Technology support, Wi-Fi CERTIFIED* 6 with Wi-Fi 6E, Wi-Fi CERTIFIED* a/b/g/n/ac, WMM*, WMM*-Power Save, WPA3*, PMF*, Wi-Fi Direct*, Wi-Fi Agile Multiband*, Wi-Fi Location R2 HW readiness[7]
IEEE WLAN Standard	IEEE 802.11-2020 and select amendments (selected feature coverage) IEEE 802.11a, b, d, e, g, h, i, k, n, r, u, v, w, ac, ax, be; Fine Timing Measurement based on 802.11-2016, 802.11az HW readiness
Bluetooth®	Bluetooth® 5.4 (Ant. 1)

SECURITY FEATURES[8]

Security Methods	WPA3* personal and enterprise including WPA2* transition mode
Authentication Protocols	802.1X EAP-TLS, EAP-TTLS/MSCHAPv2, PEAPv0 -MSCHAPv2 (EAP-SIM, EAP-AKA, EAP-AKA')
Encryption	128-bit AES-CCMP, 256-bit AES-GCMP

COMPLIANCE

Regulatory	For a list of country approvals, please contact your local Intel representatives.
US Government	FIPS[9]140-3
Product Safety	UL, C-UL, CB (62368-1)

Product Name	Model Number	Version
Intel® Wi-Fi 7 BE200	BE200NGW BE200D2W	Wi-Fi 7, 2x2, Bluetooth® 5.4, M.2 2230 Wi-Fi 7, 2x2, Bluetooth® 5.4, M.2 1216

For more information on Intel® Wireless products, visit intel.com/wireless

[1] Wi-Fi 7 (802.11be) WFA certification is not yet available. Intel® Wi-Fi 7 BE200 module will be delivered as a pre-certified solution.
[2] Name and features might change based on Bluetooth SIG direction
[3] "5 Gbps Wi-Fi 7 2x2 client speed" - is based on the current draft of the 802.11be specification, which specifies the theoretical maximum data rate for a 2x2 device that supports 320 MHz channels in the 6GHz band, with a 4096 QAM modulation is 5.76 Gbps. Based on an industry-standard efficiency assumption, the resulting estimated maximum over-the-air 2x2 client UDP throughput speed would be 5 Gbps
[4] "2.4X higher peak data rates" Intel® Wi-Fi, 7 BE200 claims, are based on the comparison of the expected maximum theoretical data rates for similarly configured single radio Wi-Fi 7 (802.11be) and standard Wi-Fi 6 (802.11ax) Wi-Fi solutions as documented in current IEEE 802.11be spec and IEEE 802.11 wireless standard specifications, and require the use of similarly configured 802.11be wireless network routers.
[5] Intel® vPro® Technology is sophisticated and requires setup and activation. Availability of features and results will depend upon the setup and configuration of your hardware, software, and IT environment. To learn more, visit: http://www.intel.com/technology/vpro.
[6] Support of Wi-Fi Alliance certifications is OS-dependent.
[7] IEEE 802.11az hardware readiness per expected Wi-Fi Location R2 feature support and based on draft 2.1 of the IEEE802.11az amendment and is subject to change.
[8] Some security solutions may not be supported by your device operating system and/or by your device manufacturer or may require additional hardware (e.g., UICC – SIM card). Check with your device manufacturer for details on availability.
[9] Pre-certified

The Bluetooth® word mark and logos are registered trademarks owned by the Bluetooth SIG, Inc., and any use of such marks by Intel Corporation is under license.

Tests document the performance of components on a particular test, in specific systems. Differences in hardware, software, or configuration will affect actual performance. Consult other sources of information to evaluate performance as you consider your purchase. For more complete information about performance and benchmark results, visit **www.intel.com/benchmarks**.

Estimated results were obtained prior to implementation of recent software patches and firmware updates intended to address exploits referred to as "Spectre" and "Meltdown". Implementation of these updates may make these results inapplicable to your device or system.

No license (express or implied, by estoppel or otherwise) to any intellectual property rights is granted by this document.

Intel disclaims all express and implied warranties, including without limitation, the implied warranties of merchantability, fitness for a particular purpose, and non-infringement, as well as any warranty arising from course of performance, course of dealing, or usage in trade. Intel may make changes to specifications and product descriptions at any time, without notice. For the most current product information, please visit **http://www.intel.com/wireless**.

Cost reduction scenarios described are intended as examples of how a given Intel-based product, in the specified circumstances and configurations, may affect future costs and provide cost savings. Circumstances will vary. Intel does not guarantee any costs or cost reduction.

This device has not been authorized as required by the rules of the Federal Communications Commission. This device is not, and may not be, offered for sale or lease, or sold or leased, until authorization is obtained.

Intel, the Intel logo, are trademarks or registered trademarks of Intel Corporation or its subsidiaries in the U.S. and/or other countries.

* Other names and brands may be claimed as the property of others.

2024 Copyright © Intel Corporation. All rights reserved.

DELL Technologies



Comfortable, convenient and durable

Dell Wired Keyboard

MODEL: KB216

Match your keyboard to your style



Side view



Black Gray White

Compact, comfortable design

Featuring a compact, full-size keyboard, number pad, and quiet chiclet style keys, the Dell Wired Keyboard is excellent for everyday desktop use. It also has a palm rest that is available for separate purchase.

Convenient multimedia keys

Multimedia keys offer quick actions and commands at your fingertips. Easily access functions such as play, pause, rewind, and fast-forward plus volume control.

Durable and easy to use

Durable and made of flexible materials, the Dell Wired Keyboard is also spill resistant. Installation is a snap. Simply connect the plug at the end of the included cable into any open USB port on your PC and start typing.

FEATURE	TECHNICAL SPECIFICATION
MODEL	Dell Wired Keyboard - KB216
COLOR	Black/White/Gray
CONNECTIVITY	Wired USB
TYPING MECHANISM	Plunger keys
HOT KEYS	ESC – Fn Lock, F1 – Sleep, F9 – Search, Insert – Print Screen, Home – Scroll Lock, Page Up – Pause/Break, Delete, End, Page Down
MULTIMEDIA KEYS	F10 – Backward, F11 – Play/Pause, F12 – Forward, Mute, Volume Down, Volume Up
TILT ADJUSTMENT	4° (Legs in)/7° (Legs out)
DIMENSIONS (H X L X W)	24.32 x 441.7 x 127.3 mm
WEIGHT	400.5g
OS SUPPORT	OS support- Windows 7, Windows 8.1, Windows 10 and 11; macOS; Linux 6.x, Ubuntu, Chrome and Android OS
CABLE LENGTH	1800mm
PALM REST	Optional
WARRANTY	1 year

Technical specifications subject to change without prior notice. Product availability varies by country. Please contact your Dell representative for more information.

© 2025 Dell Inc. or its subsidiaries. All rights reserved. Dell Technologies, Dell, EMC, Dell EMC and other trademarks are trademarks of Dell Inc. or its subsidiaries. Other trademarks may be trademarks of their respective owners.

DELL Technologies



High precision control

Dell Pro Wired Mouse

MODEL: MS3220



Match your mouse to your style



Titan Gray



Black

Highly precise

Work faster and smarter with the Dell Pro Wired Mouse. The 3200 DPI sensitivity lets you navigate smoothly and easily across high-resolution 4K monitors. Adjust to your preferred preset DPI in moments with a simple click of the toggle button.

Enhanced productivity

Two shortcut buttons let you easily move back and forth quickly through the web pages. For a seamless workflow, program these shortcut buttons to your preferred commands or applications using the Dell Display and Peripheral Manager. The Dell Display and Peripheral Manager also allows you to conveniently get the connectivity status and latest firmware updates.

Simply reliable

Rigorous testing ensures this mouse works perfectly with Dell systems. Easily plug and play without going through the hassle of setting up. Dell's Advanced Exchange Service[1] ships you a replacement unit the next business day should the mouse become faulty during the 3-year warranty[2] period.

FEATURE	TECHNICAL SPECIFICATION
MODEL	Dell Pro Wired Mouse - MS3220
COLOR	Black, Titan Gray
CONNECTIVITY	Wired USB 2.0
SENSOR	Laser
SCROLL	Mechanical
RESOLUTION (DPI)	400, 800, 1600, 3200
BUTTONS	5 (3 are programmable)
DIMENSIONS (H X L X W)	1.53 inches x 4.54 inches x 2.47 inches 38.9 mm x 115.3 mm x 62.9 mm
CABLE LENGTH	70.87 inches / 1800 mm

FEATURE	TECHNICAL SPECIFICATION
WEIGHT (WITH CABLE)	0.21 lbs / 98 g
OS SUPPORT	USB 2.0 Windows 7, Windows 8.1, Windows 10 and 11; Mac OS; Linux (Red Hat Enterprise 8.0 /Ubuntu 18.4); Chrome; Android OS Dell Display and Peripheral Manager • Windows 10 build 17763 and above (x64-based) • Windows 11 (x64-based) • Windows 11 on ARM (arm64-based)
SOFTWARE	Dell Display and Peripheral Manager (Windows compatible) • Program Shortcut Buttons • Connectivity Status • Firmware Updates
WARRANTY	3-year Advanced Exchange Service[1]
PACKAGE CONTENTS	Mouse Documentation

1 Replacement part/unit dispatched, if needed, following completion of phone/online diagnosis. Fee charged for failure to return defective unit. Availability varies.
2 For a copy of the Limited Hardware Warranty, write to Dell USA LP, Attn: Warranties, One Dell Way, Round Rock, TX 78682 or see dell.com/warranty.

Technical specifications subject to change without prior notice. Product availability varies by country. Please contact your Dell representative for more information.

© 2025 Dell Inc. or its subsidiaries. All rights reserved. Dell Technologies, Dell, EMC, Dell EMC and other trademarks are trademarks of Dell Inc. or its subsidiaries. Other trademarks may be trademarks of their respective owners.

Se estiverem outras aplicações em execução no novo PC, é-lhe pedido para fechar as aplicações e continuar ou cancelar o processo de migração.

NOTA: Não feche o Dell Data Assistant ou clique em **Cancelar** no PC antigo enquanto a migração está em curso.

6. Quando o processo de migração estiver concluído, siga um dos passos seguintes:
   - Se foi concluída a migração de todos os dados com êxito, clique em **Concluir**.
   - Se alguns dos dados não foram migrados, clique em **Mostrar ficheiros ignorados**, analise e selecione os dados que pretende migrar, em seguida, clique em **Tentar novamente**.
7. Em alternativa, clique no ícone de conversação para enviar o seu feedback, clique no ícone de migração de mais dados para migrar dados de outro PC ou conta de utilizador, ou clique no ícone de instruções sobre como apagar para saber mais sobre como apagar o PC antigo.
8. Clique em **Fechar**.
   É apresentada a **Página inicial**. Para obter mais informações sobre o Dell Migrate, consulte o *Guia do Utilizador Dell Migrate* disponível na página da documentação Dell Data Assistant.

Passos seguintes

Para apagar e repor o PC antigo, clique em **Apagar este PC** na interface de utilizador do Dell Data Assistant. Consulte Apagar e repor o PC antigo.

Apagar e repor o PC antigo

Pré-requisitos

Certifique-se do seguinte:

- O serviço Dell Migrate está disponível para o novo PC. Para obter as instruções de compra, aceda a https://www.dell.com/Migrate.
- O sistema operativo instalado no PC antigo é o Windows 8.1 ou posterior.
- O PC antigo está ligado a uma tomada elétrica.
- Tem sessão iniciada como administrador no PC antigo.
- Não estão em execução outras aplicações no PC antigo.
- O BitLocker está desativado no PC antigo.

Passo

1. Se já migrou os seus dados para o novo PC, siga estes passos no PC antigo:
   a. abra o Dell Data Assistant.
   b. Clique em **Apagar este PC**.
      - Se um disco rígido externo estiver ligado ao PC, é apresentada uma mensagem a indicar que os dados do disco externo não serão apagados. Remova o disco rígido e clique em **Avançar** para continuar.
      - Se forem detetadas várias contas de utilizador no PC antigo, é-lhe pedido para confirmar se pretende continuar a apagar e a repor o PC. Clique em **Avançar** para continuar.

        AVISO: Se clicar em Avançar sem migrar os dados de outras contas de utilizador, os dados dessas contas também são apagados.
      - Se for detetado um problema no disco rígido, é apresentada uma mensagem para confirmar se pretende continuar. Clique em **Avançar** para continuar.
      - Se o PC for compatível com o Dell SupportAssist OS Recovery versão 5.3, ou mais recente, é apresentada uma das seguintes opções:
        - **Reiniciar para Iniciar a Reposição Dell** — Reinicia o PC e apresenta a interface de utilizador do Dell SupportAssist OS Recovery. Selecione a opção de reposição apropriada e siga as instruções no ecrã para concluir o processo de apagar e repor.
        - **Iniciar a Reposição do Windows** — Apresenta as opções de reposição do Windows. Selecione a opção apropriada e siga as instruções no ecrã para concluir o processo de apagar e repor.
2. Se ainda não migrou os dados para o novo PC, siga estes passos:
   a. No PC antigo, abra o Dell Data Assistant e clique em **Como começar**.
   b. No PC novo, inicie o processo de migração. Para obter instruções sobre como migrar os dados, consulte Migrar dados do PC antigo para o PC novo.
3. Se não quiser apagar agora o PC antigo, clique em **Lembrar Mais Tarde**, selecione a hora a que pretende receber a notificação e clique em **Ok**.

5

Descrição geral dos controladores e transferências

A atualização dos controladores ajuda a melhorar o desempenho do PC e a corrigir riscos de segurança. Por predefinição, o SupportAssist analisa o PC todas as semanas para detetar atualizações disponíveis para os controladores e aplicações da Dell instalados no PC. Se necessário, pode configurar a frequência na qual o SupportAssist executa a análise.

O SupportAssist categoriza as atualizações, com base na respetiva gravidade, como **Urgente**, **Segurança**, **Recomendada** e **Opcional**.

NOTA: Neste documento, o termo "controlador" refere-se a controladores do BIOS, controladores, firmware e a aplicações Dell instalados no PC.

Categorização das atualizações por grau de severidade

O SupportAssist categoriza as atualizações com base na respetiva severidade da seguinte forma:

- **Urgente** – atualizações que devem ser instaladas.
- **Segurança** – atualizações que podem prevenir potenciais ameaças à segurança do PC.
- **Recomendada** – Atualizações que podem melhorar o desempenho do PC.
- **Opcional**

NOTA: Se estiver disponível uma atualização urgente ou recomendada, será apresentada uma notificação. Para obter mais informações sobre o tipo de notificações que são apresentadas pelo SupportAssist, consulte Notificações.

Instalar as atualizações para os controladores

Pré-requisitos

Tem de ter sessão iniciada como administrador.

Sobre esta tarefa

O SupportAssist analisa o PC e sugere proativamente atualizações disponíveis para os controladores do PC e as aplicações Dell. Antes de instalar uma atualização do controlador, o SupportAssist cria automaticamente um ponto de restauro. Pode utilizar o ponto de restauro para desinstalar a atualização do controlador e reverter o PC para o seu estado anterior. O SupportAssist apenas pode guardar três pontos de restauro por cada período específico. Se for necessário criar um novo ponto de restauro, o ponto de restauro mais antigo é automaticamente eliminado.

NOTA: Se instalar uma versão mais recente do BIOS disponível para o seu PC, não pode desinstalar a atualização.

NOTA: Num sistema operativo Windows, as definições do ponto de restauro estão desativadas por predefinição. Para permitir que o SupportAssist possa criar um ponto de restauro, tem de ativar as definições de criação do ponto de restauro no Windows.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique na .
2. No mosaico **Obter Controladores e Transferências**, clique em **Executar**.
   - Se existirem atualizações para o seu PC, o tipo e o número de atualizações disponíveis são apresentadas no mosaico **Obter Controladores e Transferências**.
   - Se o SupportAssist não conseguir detetar atualizações disponíveis para o PC, é apresentada uma mensagem.
3. Clique em **Atualizar Agora**.
   É apresentada a página dos controladores.
4. Selecione as atualizações que pretende instalar e clique em **Instalar**.

NOTA: Determinadas atualizações de controladores têm de ser instaladas em conjunto com um ou mais controladores para funcionarem corretamente. Tem de selecionar todos os controladores dependentes e, em seguida, clicar em **Instalar**.

- No caso das atualizações que são instaladas automaticamente, são apresentados um e o estado **Concluído** na coluna **Estado**.
- Se a atualização tiver de ser instalada manualmente, é apresentada a ligação **Instalar** na coluna **Estado** quando a transferência tiver sido concluída. Para instalar a atualização, clique em **Instalar**.

NOTA: Poderá ter de reiniciar o PC para concluir a instalação de determinados controladores.

5. Clique em **Concluir**.
   É apresentada a **Página inicial**. O número de controladores instalados é apresentado na **Página inicial** e na página do **Histórico** .
6. Se for necessário reiniciar o sistema para efetuar uma atualização, clique em **Reiniciar Agora** para reiniciar o PC imediatamente.
   É-lhe pedido que guarde os seus ficheiros e feche todas as aplicações antes de reiniciar.
7. Clique em **Reiniciar**.
   O PC reinicia automaticamente para concluir a instalação.

Desinstalar as atualizações para os controladores

Pré-requisitos

Tem de ter sessão iniciada como administrador.

Sobre esta tarefa

Se encontrar problemas com o PC depois de atualizar um controlador, pode desinstalar a atualização e recuperar o estado anterior do PC.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique em **Histórico**.
2. Na página **Histórico**, clique na ligação necessária **Restaurar sistema**.
   É apresentada uma mensagem que indica que o PC será restaurado para o estado em que se encontrava no momento em que foi criado o ponto de restauro.
3. Clique em **Restaurar**.
   O PC é reiniciado automaticamente para desinstalar a atualização.

Notificações do mosaico Obter Controladores e Transferências

A tabela seguinte descreve as várias notificações de estado que são apresentadas no mosaico **Obter Controladores e Transferências**:

Tabela 8. Notificações do mosaico Obter Controladores e Transferências

Ícone de mosaico	Tipo de atualização	Descrição
	**Opcional** ou sem atualizações disponíveis	Não estão disponíveis atualizações ou só está disponível uma atualização opcional.
	**Recomendado**	Só estão disponíveis atualizações do tipo recomendadas.
	**Urgente** ou **Segurança**	Só estão disponíveis atualizações do tipo urgente, de segurança ou de vários tipos.

6

Verificação do hardware do PC

Executar uma análise de hardware permite-lhe detetar problemas de hardware no PC. Por predefinição, o SupportAssist analisa o hardware do PC uma vez por mês para detetar problemas de hardware. Também pode executar manualmente uma das seguintes ações para identificar um problema de hardware:

- Analisar um componente de hardware específico
- Executar uma análise de hardware rápida
- Executar um teste de esforço

NOTA: Se o SupportAssist estiver minimizado e for detetado um problema durante a análise, é apresentada uma notificação no mosaico **Analisar Hardware**. A notificação vai permanecer no mosaico durante um período de até sete dias. Se não criar um pedido de suporte para o problema no prazo de sete dias, a notificação é removida.

Para determinados problemas de hardware, o título do problema é apresentado acima dos mosaicos e é apresentada uma notificação no mosaico **Analisar Hardware**. A notificação que é apresentada no mosaico depende da gravidade do problema. A tabela a seguir descreve as várias notificações de estado que são apresentadas no mosaico **Analisar Hardware** quando é detetado um problema durante uma análise rápida de hardware ou um teste de esforço no PC:

Tabela 9. Notificações do mosaico Analisar Hardware

Ícone do PC	Estado	Descrição
	Normal	Não foram detetados problemas de hardware.
	**Aviso** Se for detetado um problema de tipo "aviso", os mosaicos de otimização do PC estão desativados. Para ativar os mosaicos, clique em **OK**.	Foi detetado um problema de hardware em alguns componentes que não o módulo de memória ou os discos rígidos.
	**Crítico** Se for detetado um problema de hardware crítico, os mosaicos de otimização do PC são desativados até criar um pedido de suporte.	Foi detetado um problema de hardware no módulo de memória ou no disco rígido.

Analisar um componente de hardware específico

Pré-requisitos

Tem de ter sessão iniciada como administrador.

Sobre esta tarefa

O SupportAssist permite-lhe analisar um componente de hardware específico instalado no PC. Os passos para executar uma análise dependem do componente de hardware que selecionar.

Os passos que se seguem aplicam-se à análise de um disco rígido.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique no separador **Deteção e resolução de problemas**.
2. Clique em **Quero detetar e solucionar problemas no meu PC**, e clique em **Quero verificar uma peça específica de hardware**. É apresentada a lista de componentes de hardware disponíveis no PC.

   NOTA: Para atualizar a lista de componentes de hardware apresentada, clique na ligação **Atualizar hardware**.
3. Na secção **Dispositivos de Armazenamento**, clique em **Disco rígido**.

4. Selecione o tipo de teste e clique em **Executar Teste**.

Resultados

- Se não for detetado nenhum problema, são apresentados o estado **Aprovado** e um ícone de .
- Se for detetado um problema e não for necessário criar um pedido de suporte, é apresentado o estado **Reprovado** e o .
- Se for detetado um problema e for necessário criar um pedido de suporte, é apresentada a página de detalhes do problema. Para obter instruções sobre como criar um pedido de suporte, consulte Criar um pedido de suporte para problemas detetados durante uma análise.

Executar uma análise de hardware rápida

Pré-requisitos

Tem de ter sessão iniciada como administrador.

Sobre esta tarefa

Uma análise rápida ao PC detetar problemas nos componentes de hardware como o disco rígido, o processador, o módulo de memória, etc.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique na .
2. No mosaico **Analisar Hardware**, clique em **Executar**.

Resultados

- Se não for detetado nenhum problema, é apresentada uma notificação no mosaico.
- Se for detetado um problema e for necessário criar um pedido de suporte, os mosaicos de otimização serão desativados e é apresentada a página de detalhes do problema. Para obter instruções sobre como criar um pedido de suporte, consulte Criar um pedido de suporte para problemas detetados durante uma análise.
- Se for detetado um problema e não for necessário criar um pedido de suporte, são apresentados o título do problema acima dos mosaicos e uma notificação no mosaico **Analisar Hardware**. Os mosaicos de otimização são também desativados. Para ativar os mosaicos, clique em **OK**.

Executar um teste de esforço

Pré-requisitos

Tem de ter sessão iniciada como administrador.

Sobre esta tarefa

Um teste de tensão deteta problemas em componentes como a placa do PC, as unidades óticas e a câmara. Também deteta problemas em componentes analisados durante uma análise rápida.

AVISO: Durante um teste de esforço, pode ver flashes no ecrã e poderá não conseguir utilizar o PC.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique no separador **Deteção e resolução de problemas**.
2. Clique em **Pretendo solucionar problemas no meu PC** e, em seguida, clique em **Pretendo analisar o meu PC completo**.
3. Clique em **Iniciar**.
   Será apresentada uma mensagem a pedir que grave os seus ficheiros e que feche todas as aplicações.
4. Depois de guardar os seus ficheiros e fechar todas as aplicações, clique em **OK** para executar o teste.
   Durante o teste, o nome da tarefa que está a ser executada é apresentado acima dos mosaicos e o progresso da análise é apresentado no mosaico **Analisar Hardware**.

Resultados

- Se não for detetado nenhum problema, é apresentada uma notificação no mosaico.
- Se for detetado um problema e for necessário criar um pedido de suporte, os mosaicos de otimização serão desativados e é apresentada a página de detalhes do problema. Para obter instruções sobre como criar um pedido de suporte, consulte Criar um pedido de suporte para problemas detetados durante uma análise.
- Se for detetado um problema e não for necessário criar um pedido de suporte, são apresentados o título do problema acima dos mosaicos e uma notificação no mosaico **Analisar Hardware**. Além disso, os mosaicos de otimização são também desativados. Para ativar os mosaicos, clique em **OK**.

7

Otimizar o PC

O SupportAssist ajuda-o a otimizar o PC executando uma série de diagnósticos para identificar modificações em ficheiros ou nas definições do PC. As otimizações do SupportAssist melhoram a velocidade do PC, a disponibilidade de espaço de armazenamento e a estabilidade do PC através de:

- Limpeza de ficheiros temporários
- Afinação do desempenho do PC
- Otimização da rede
- Remoção de vírus, de malware e de programas potencialmente indesejáveis (PPI)

Limpar ficheiros

Sobre esta tarefa

O SupportAssist remove os ficheiros redundantes, as pastas temporárias e outros conteúdos desnecessários do PC.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique na .
2. No mosaico **Limpar Ficheiros,** clique em **Executar**.

   Durante a otimização, o nome da tarefa que está a ser executada é apresentado acima dos mosaicos e o estado do progresso da análise é apresentado no mosaico.

   AVISO: Se cancelar a otimização enquanto esta estiver em curso, as alterações que foram efetuadas não serão revertidas.

Resultados

A quantidade de espaço poupado no disco rígido é apresentada no mosaico **Limpar Ficheiros**, na página **Início** e na página do **Histórico**.

Otimizar o desempenho do PC

Sobre esta tarefa

O SupportAssist ajusta as definições de alimentação, o registo e a alocação de memória para maximizar a velocidade de processamento do PC.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique na .
2. No mosaico **Otimizar Desempenho,** clique em **Executar**.

   Durante a otimização, o nome da tarefa que está a ser executada é apresentado acima dos mosaicos e o estado do progresso da análise é apresentado no mosaico.

   AVISO: Se cancelar a otimização enquanto esta estiver em curso, as alterações que foram efetuadas não serão revertidas.

Resultados

Após a conclusão da otimização, é apresentada uma notificação no mosaico.

Otimizar rede

Sobre esta tarefa

O SupportAssist atualiza as definições do seu PC para manter a sua rede eficiente e fiável.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique na .
2. No mosaico **Otimizar Rede,** clique em **Executar**.

   Durante a otimização, o nome da tarefa que está a ser executada é apresentado acima dos mosaicos e o estado do progresso da análise é apresentado no mosaico.

   AVISO: Se cancelar a otimização enquanto esta estiver em curso, as alterações que foram efetuadas não serão revertidas.

Resultados

Após a conclusão da otimização, é apresentada uma notificação no mosaico.

Remover vírus e malware

Sobre esta tarefa

O SupportAssist isola e remove os ficheiros que estão infetados com vírus e malware, de forma a manter o PC seguro. Também deteta e remove os programas potencialmente indesejados (PPI) instalados no PC.

NOTA: A capacidade de remoção de vírus e malware está disponível para PCs com um plano de serviço ProSupport Plus, Premium Support Plus ou Dell Software Support ativo.

NOTA: A capacidade de remoção de vírus e malware está disponível para PCs com um plano de serviço ProSupport Plus ou Premium Support Plus ativo.

NOTA: A capacidade de remoção de vírus e malware não está disponível em determinadas regiões como, por exemplo, a China.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique na .
2. No mosaico **Remover Vírus e Malware**, clique em **Executar**.

   Durante a otimização, o nome da tarefa que está a ser executada é apresentado acima dos mosaicos e o estado do progresso da análise é apresentado no mosaico.

   AVISO: Se cancelar a otimização enquanto esta estiver em curso, as alterações que foram efetuadas não serão revertidas.

Resultados

- O número de vírus e malware removidos é apresentado no mosaico **Remover Vírus e Malware**, na página **Início** e na página do **Histórico**.
- Se forem detetados PPI no PC, o número de PPI que foram detetados é apresentado no mosaico **Remover Vírus e Malware**. Para obter instruções sobre como remover PPI, consulte Remover programas potencialmente indesejados.

Remover programas potencialmente indesejados

Pré-requisitos

Tem de ter sessão iniciada como administrador.

Sobre esta tarefa

Programas potencialmente indesejados (PPI) são programas instalados em segundo plano aquando da instalação de uma aplicação. Os PPI prejudicam o desempenho do PC ou apresentam publicidade indesejada.

O SupportAssist deteta os PPI no PC durante uma análise de vírus e malware iniciada manualmente ou de forma automática. Caso sejam detetados PPI, o ícone do mosaico **Remover Vírus e Malware** é apresentado a vermelho e o número de PPI detetados será apresentado no mosaico. Pode rever e remover os PPI detetados no PC.

NOTA: Caso sejam detetados PPI durante uma análise automática, será apresentada uma notificação. Para obter mais informações sobre o tipo de notificações que são apresentadas pelo SupportAssist, consulte Notificações.

Passo

1. Abra o SupportAssist.
2. No mosaico **Remover Vírus e Malware**, clique em **Ver**.
   É apresentada a página de detalhes dos PPI.
   NOTA: Por predefinição, estão selecionados todos os PIP. Pode rever e limpar as seleções dos PPI que não deseja remover do PC.
3. Como opção, para ver mais informações sobre um PPI, clique na ligação **Clique aqui para obter mais detalhes**.
4. Clique em **Remover** e, em seguida, clique em **Confirmar**.
   Os PPI selecionados serão removidos do PC.
5. Clique em **OK**.

Resultados

É apresentado o número de PIPs removidos na página **Início** e da página **Histórico**.

Executar todas as análises do PC e otimizações

Sobre esta tarefa

Inicie uma análise completa do PC para identificar problemas de hardware, otimizações necessárias e identificar atualizações para os controladores ou aplicações da Dell que estão instaladas no seu sistema.

Passo

1. Execute um dos seguintes:
   - Abra o SupportAssist e clique em **Iniciar Agora**.
   - Abra o SupportAssist, clique na e, em seguida, clique em **Executar tudo**.

   Durante a otimização, o nome da tarefa que está a ser executada é apresentado acima dos mosaicos e o estado do progresso da análise é apresentado no mosaico.

   AVISO: Se cancelar a otimização enquanto esta estiver em curso, as alterações que foram efetuadas não serão revertidas.

   - Se não for detetado nenhum problema e não existirem atualizações, é apresentada uma mensagem em cada mosaico. É apresentado na página **Início** a quantidade de espaço que se poupa no disco rígido e a quantidade de vírus e malware que é removida.
   - Se forem detetadas atualizações para os controladores ou para as aplicações durante a análise, o tipo e o número de atualizações são apresentados no mosaico **Obter Controladores e Transferências**. Para obter instruções sobre como instalar estas atualizações, consulte Instalar as atualizações para os controladores.
   - Se for detetado um problema de hardware e for necessário criar um pedido de suporte, é apresentada a página de detalhes do problema. Para obter instruções sobre como criar um pedido de suporte, consulte Criar um pedido de suporte para problemas detetados durante uma análise.
   - Depois de todas as análises estarem concluídas, se for detetado um problema e não for necessário criar um pedido de suporte, são apresentados o título do problema acima dos mosaicos e uma notificação no mosaico **Analisar Hardware**.
     NOTA: O tipo da notificação depende da gravidade do problema de hardware. Para obter mais informações sobre o tipo de notificações que são apresentadas pelo SupportAssist, consulte Notificações. Para ocultar a notificação de problemas, clique em **OK**.

- Se forem detetados programas potencialmente indesejados (PPI), é apresentada uma notificação no mosaico **Remover Vírus e Malware**. Para obter instruções sobre como remover PPI, consulte Remover programas potencialmente indesejados.

NOTA: Os detalhes das análises e otimizações que são realizadas no seu PC são apresentados na página **Histórico**.

2. Se o problema continuar, clique em **Ainda Preciso de Ajuda** para criar manualmente um pedido de suporte.

NOTA: A funcionalidade de criação manual de pedidos de suporte só é aplicável para PCs com planos de serviço Premium Support, ProSupport, Premium Support Plus ou ProSupport Plus ativos.

É apresentada a página de pedido de suporte. Para obter instruções sobre como criar manualmente um pedido de suporte, consulte Criar manualmente um pedido de suporte.

8

Descrição geral do assistente virtual

Utilize o assistente virtual de qualquer página para detetar e resolver problemas no PC, tais como um desempenho lento e problemas de hardware, ou falar com um agente de suporte técnico da Dell. Para detetar e resolver um problema, o assistente virtual pode pedir-lhe para atualizar os controladores, efetuar otimizações ou criar um pedido de suporte, se necessário.

Utilizando as palavras-chave ou frases que introduz no chat, o assistente virtual compreende as suas intenções e fornece ligações para artigos da base de conhecimento, tutoriais de vídeo, ou fornece instruções de deteção e resolução de problemas. Se não for possível compreender as suas intenções, apresenta diversas categorias de problemas que podem ocorrer no PC. Quando seleciona uma categoria de problema, são mostradas as respetivas ligações de resolução ou deteção e resolução do problema. Se o problema não for compreendido nem resolvido, será reencaminhado para um agente de suporte técnico da Dell.

Pode ver transcrições de conversas anteriores, detalhes sobre ações que foram realizadas, bem como verificar o estado do pedido de suporte na página **Histórico**.

NOTA: Atualmente, o assistente virtual só está disponível em algumas regiões e alguns idiomas.

É possível detetar e resolver os seguintes problemas ou componentes do PC:

- Problemas de som
- Adaptador
- Bateria
- Ecrã
- Ruído da ventoinha
- Microfone
- Ativação do Microsoft Office
- Desempenho do PC

Para utilizar o assistente virtual, clique no apresentado no canto inferior direito da interface do utilizador do SupportAssist e, depois, clique em **Iniciar conversa**.

9

Criar um pedido de suporte

O SupportAssist ajuda-o a monitorizar o seu PC de forma proativa e periodicamente para identificar problemas de hardware ou software. Se for detetado um problema no PC, o SupportAssist permite-lhe criar um pedido de suporte junto da equipa de suporte técnico da Dell. Dependendo do plano de serviço do PC, o SupportAssist também pode criar automaticamente um pedido de suporte para o problema.

NOTA: A funcionalidade de criação do pedido de suporte automático não está disponível para PCs fora da garantia.

Criar um pedido de suporte para problemas detetados durante uma análise

Pré-requisitos

Nos PCs com número de compilação do sistema operativo igual ou superior a 16299, tem de ter direitos de administrador no PC. Para saber como ver o número de compilação do sistema operativo instalado no PC, consulte Perguntas frequentes.

Sobre esta tarefa

Se tiver de criar um pedido de suporte para um problema que foi detetado durante uma análise iniciada manualmente ou automaticamente, os mosaicos de otimização do PC e as ligações para a deteção e resolução de problemas de hardware estão desativados na página **Deteção e resolução de problemas**. Se a interface de utilizador do SupportAssist estiver minimizada durante a análise, é apresentada uma notificação no mosaico **Analisar Hardware**. Se a interface de utilizador do SupportAssist estiver aberta, é apresentada a página de detalhes do problema.

Passo

1. Abra o SupportAssist.
2. Clique em **Resolver Agora**.

   NOTA: Se não tiver direitos de administrador no PC e não tiver sido criado um perfil SupportAssist, é apresentada uma mensagem. Tem de iniciar sessão no PC como administrador, criar um perfil e tentar novamente.

   NOTA: Se o  for apresentado no mosaico, clique em **OK** e crie o pedido de suporte mais tarde. Se clicar em **OK**, os mosaicos de otimização do PC e as ligações na página **Deteção e resolução de problemas** são ativados.

   A página de detalhes do problema é apresentada.

   NOTA: Nos PCs XPS, Inspiron e Alienware em determinadas regiões com um plano de serviço expirado, é apresentada uma ligação para adquirir o componente de hardware.
3. Clique em **Seguinte**.
   - Se o SupportAssist não conseguir estabelecer a ligação à Internet, é apresentada uma mensagem. Clique nas ligações de deteção e resolução de problemas apresentadas em baixo da mensagem para resolver o problema e voltar a tentar.
   - Se não tiver criado um perfil SupportAssist, é apresentada a página **Iniciar sessão** de A Minha Conta Dell. Para continuar, crie um perfil SupportAssist e clique em **Terminar**.
   - Se já tiver criado um perfil SupportAssist, são apresentadas as informações de contacto e a morada de envio. Para atualizar as informações de contacto e a morada de envio, clique em **Editar**, faça as alterações necessárias e, depois, clique em **Terminar**.

     NOTA: Se não tiver direitos de administrador no PC, não pode editar as informações de contacto nem o endereço de envio.
4. Na página de resumo do problema, clique em **Concluído**.

   NOTA: Pode ver os detalhes e acompanhar o estado do pedido de suporte na página do **Histórico**.

   É apresentada a vista de mosaico da página **Início** e o estado **Pedido de Suporte Aberto** é apresentado no mosaico **Analisar Hardware**.

Criar manualmente um pedido de suporte

Sobre esta tarefa

Dependendo do plano de serviço do seu PC, pode criar manualmente um pedido de suporte para problemas que não tenham sido detetados pelo SupportAssist. Para obter informações sobre as funcionalidades do SupportAssist para os diferentes planos de assistência, consulte Funções do SupportAssist e planos de serviços da Dell.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique no separador **Obter Suporte**.
2. Clique em **Abrir um Pedido de Suporte**.
   - Se as análises e otimizações do SupportAssist não foram executadas nas últimas 24 horas, todas as análises são iniciadas automaticamente. Se for detetado um problema no PC, a análise é interrompida e é apresentada a página com os detalhes do problema. Para obter instruções sobre como criar um pedido de suporte, consulte Criar um pedido de suporte para problemas detetados durante uma análise.
   - Se as análises e otimizações do SupportAssist foram executadas nas últimas 24 horas, é apresentada a página do pedido de suporte.
   - Se já estiver a ser apresentada uma notificação relativa a um problema de hardware na página **Início**, é apresentada a página de detalhes sobre o problema. Para obter instruções sobre como criar um pedido de suporte, consulte Criar um pedido de suporte para problemas detetados durante uma análise.
   - Se não tiver direitos de administrador no PC e não tiver sido criado um perfil SupportAssist, é apresentada uma mensagem. Tem de iniciar sessão no PC como administrador, criar um perfil e tentar novamente.
3. Se a página do pedido de suporte for apresentada:
   a. A partir da lista **Selecionar uma categoria,** selecione uma categoria do problema.
   b. Introduza a descrição do problema.
   c. Clique em **Seguinte**.
   - Se não tiver criado um perfil SupportAssist, é apresentada a página **Iniciar sessão** de A Minha Conta Dell. Para continuar, crie um perfil SupportAssist e clique em **Terminar**.
   - Se já tiver criado um perfil SupportAssist, são apresentadas as informações de contacto e a morada de envio. Para atualizar as informações de contacto e a morada de envio, clique em **Editar**, faça as alterações necessárias e, depois, clique em **Terminar**.

     NOTA: Se não tiver direitos de administrador no PC, não pode editar as informações de contacto nem o endereço de envio.
4. Na página de resumo do problema, clique em **Concluído**.

   NOTA: Pode ver os detalhes e acompanhar o estado do pedido de suporte na página do **Histórico**.

   É apresentada a vista de mosaico da página **Início** e o estado **Pedido de Suporte Aberto** é apresentado no mosaico **Analisar Hardware**.

Página de detalhes do problema

A tabela que se segue descreve as informações apresentadas na página de detalhes do problema:

Tabela 10. Página de detalhes do problema

Informações	Descrição
Etiqueta de Serviço	O identificador único do PC. A etiqueta de serviço é um identificador alfanumérico.
Garantia	O plano de serviço e a data em que expira.
Problema	São indicados os detalhes sobre o problema para o qual o pedido de suporte foi criado.
Solução	A solução recomendada.
Pretendo a opção de suporte no local **NOTA:** Esta opção só se encontra disponível em determinadas regiões e é apresentada apenas para PCs	Selecione esta caixa de verificação se deseja que um técnico do suporte da Dell se desloque ao local para substituir a peça.

Tabela 10. Página de detalhes do problema (continuação)

Informações	Descrição
com planos de serviço Premium Support, Premium Support Plus, ProSupport ou ProSupport Plus ativos.	

Página de resumo do problema

A tabela que se segue descreve as informações apresentadas na página de resumo do problema:

Tabela 11. Página de resumo do problema

Informações	Descrição
Etiqueta de Serviço	O identificador único do PC. A etiqueta de serviço é um identificador alfanumérico.
Garantia	O plano de serviço e a data em que expira.
Problema	São indicados os detalhes sobre o problema para o qual o pedido de suporte foi criado.
N.º do Pedido de Suporte	O número do pedido de suporte para o problema.

Peças passíveis de envio

Quando o SupportAssist deteta um problema no PC, poderá ser-lhe automaticamente enviada uma peça de substituição, dependendo do plano de assistência do seu PC.

As peças a seguir podem ser entregues automaticamente:

- Disco rígido
- Módulo da memória
- Disco ótico
- Teclado
- Rato
- Bateria
- Placa gráfica

10

Descrição geral da deteção e resolução de problemas

A página de **Deteção e resolução de problemas** permite-lhe detetar e solucionar problemas com a conectividade de rede e o desempenho do PC. Também permite efetuar uma análise ao PC para procurar problemas de hardware e fornece ligações a tutoriais de vídeo para resolver problemas comuns de hardware e software. As ligações de deteção e resolução de problemas ativadas para si dependem do tipo da sua conta de utilizador. Para obter instruções para saber qual é o seu tipo de conta de utilizador, consulte a documentação do sistema operativo em https://support.microsoft.com/.

NOTA: Se for detetado um problema de hardware ou um pedido de suporte for criado devido a um problema de hardware, as ligações para solucionar os problemas de hardware serão desativadas.

Se o PC estiver a utilizar uma versão do sistema operativo Windows 10 RS4 ou posterior de 64 bits, a página **Deteção e resolução de problemas** também permite configurar o seguinte:

- Conta Microsoft Office
- Atualizações automáticas do Windows
- Conta de e-mail
- Impressora
- Página inicial do browser
- Padrão de Fundo do Ambiente de Trabalho
- Definições das atualizações automáticas das aplicações, Live Tile, e reprodução automática de vídeos na Microsoft Store

11

Descrição geral do histórico

A página **Histórico** apresenta informações sobre as atividades e eventos do SupportAssist, tais como otimizações do software, tarefas de deteção e resolução de problemas, atualizações de controladores, análises de hardware, conversas com o assistente virtual, etc. A informação relativa às atividades realizadas nos últimos 90 dias por ordem cronológica.

A página **Histórico** apresenta ligações para ver as transcrições das suas conversações com o assistente virtual e para verificar o estado dos pedidos de suporte online. Também são mostradas as ligações para os pontos de restauro criados durante as atualizações do controlador.

Por predefinição, são apresentadas as informações sobre os eventos e as atividades executadas durante a semana atual. Também pode ver os detalhes de um dia específico ou de um mês completo. Utilize a lista **Selecionar Vista do Histórico** para ver detalhes de um tipo de evento ou atividade em particular.

Dependendo do plano de serviço do PC, é apresentado o número de atualizações dos controladores que estão instalados, o espaço de disco rígido que foi guardado e o número de vírus ou malware que foi eliminado.

12

Obter Suporte

O SupportAssist permite-lhe contactar os agentes de suporte técnico da Dell através de telefone, chat ou redes sociais. A página **Obter Suporte Técnico** lista as opções de ajuda e de suporte disponíveis para o PC. As opções de ajuda e suporte a que pode aceder diferem consoante o plano de serviço do PC e da região. Para obter mais informações sobre as opções de ajuda e suporte disponíveis para os vários planos de serviço, consulte Funções do SupportAssist e planos de serviços da Dell.

NOTA: Se não estiver disponível uma ligação à Internet, são apresentados apenas os números de contacto do Suporte Técnico da Dell para a sua região.

A seguinte tabela descreve as funcionalidades de ajuda e suporte disponíveis na página **Obter Suporte Técnico**:

Tabela 12. Página Obter Suporte

Características	Descrição
Localizador do Serviço Carry-in[1]	Encontre o centro do Serviço Carry-In Dell autorizado mais próximo através do apartado, código postal, cidade ou estado.
Contacte-nos[1]	Dependendo da sua região, contacte o suporte técnico da Dell através dos números de contacto apresentados.
Ligar com as Redes Sociais	Contactar o suporte técnico da Dell através das plataformas de redes sociais como o WeChat, WhatsApp, Facebook Messenger ou Line, consoante a sua região.
Abrir um Pedido de Suporte	Criar manualmente um pedido de suporte para um problema de hardware ou software. Para obter instruções sobre como criar um pedido de suporte, consulte Criar manualmente um pedido de suporte.
Deixar-nos aceder remotamente ao seu PC	Permitir que um agente de suporte técnico aceda e controle remotamente o PC para detetar e resolver problemas. Para obter instruções sobre como iniciar uma sessão, consulte Permitir a deteção e resolução remota de problemas através do RemoteAssist.
Enviar ficheiros para o Suporte Técnico	Envie ficheiros para o suporte técnico da Dell com a descrição do problema do seu PC ou envie os ficheiros solicitados pelo agente do Suporte Técnico. **NOTA:** O tamanho máximo do ficheiro que pode enviar é 4 MB. Para obter informações sobre como enviar ficheiros para o suporte técnico da Dell, consulte Enviar ficheiros para o suporte técnico da Dell. Para saber como enviar o ficheiro de registo da atividade do PC para o suporte técnico da Dell, consulte Enviar ficheiros de registo para o suporte técnico da Dell.
Mais recursos Dell.com	Clique na ligação para ver mais informações aplicáveis ao PC.

1 Estas informações são sempre apresentadas no idioma aplicável para o país ou região em que o PC foi adquirido.

O assistente virtual permite-lhe detetar e resolver problemas no PC, fazer otimizações ou falar com o agente de suporte técnico da Dell.

Para utilizar o assistente virtual, clique no apresentado no canto inferior direito da interface do utilizador do SupportAssist e, depois, clique em **Iniciar conversa**.

NOTA: Atualmente, o assistente virtual só está disponível em algumas regiões e alguns idiomas.

Enviar ficheiros para o suporte técnico da Dell

Sobre esta tarefa

Se pedido por um agente do suporte técnico da Dell, pode enviar ficheiros descrevendo o problema no seu PC ou qualquer outro ficheiro específico que seja pedido pelo agente de suporte. Pode enviar um ficheiro ZIP, RAR, TXT, JPG, JPEG, PNG, GIF, DOCX, DOC, ODT, PDF, XLS ou XLSX.

NOTA: O tamanho máximo do ficheiro que pode enviar é 4 MB.

NOTA: Só pode enviar até três ficheiros por dia. Se tiver vários ficheiros, comprima-os em formato `.zip` e envie o ficheiro .zip.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique no separador **Obter Suporte**.
2. No painel do lado direito, clique em **Carregar ficheiros**.
3. Na caixa de diálogo **Carregar ficheiros**, clique em **Procurar**, selecione o ficheiro necessário e clique em **Carregar**.

Resultados

Depois de o ficheiro ser enviado, são apresentados um ✓ e a mensagem **Ficheiro carregado com sucesso**.

Enviar ficheiros de registo para o suporte técnico da Dell

Sobre esta tarefa

Envie os ficheiros de registo da atividade do PC para o suporte técnico da Dell caso sejam solicitados pelo agente do suporte técnico da Dell.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique no separador **Obter Suporte**.
2. No painel do lado direito, clique em **Carregar ficheiro de registo**.

Resultados

Depois de o ficheiro ser enviado, são apresentados um ✓ e a mensagem **Ficheiro carregado com sucesso**.

Deteção e resolução remota de problemas

Um agente do suporte técnico da Dell pode precisar de aceder ao seu PC para detetar e solucionar alguns problemas. Pode facultar-lhe o controlo total do seu PC remotamente ou permitir-lhe apenas efetuar análises remotas. Se não lhe facultar o controlo total do seu PC, o agente de suporte técnico só pode analisar e instalar atualizações de controladores ou efetuar uma análise do hardware.

Para autorizar o agente de suporte técnico da Dell a ter o controlo total do seu PC remotamente, consulte Permitir a deteção e resolução remota de problemas através do RemoteAssist.

Para autorizar o agente de suporte técnico da Dell a apenas efetuar análises e instalar atualizações de controladores no seu PC, consulte Permitir a deteção e resolução remota de problemas através da ajuda do Remote.

Permitir a deteção e resolução remota de problemas através do RemoteAssist

Pré-requisitos

- Tem de ter sessão iniciada como administrador.
- A sessão remota tem de ser iniciada no PC pelo agente de suporte técnico da Dell.

NOTA: Se estiver em curso uma análise de controladores ou do hardware ou uma otimização do sistema, iniciada manualmente, o agente de suporte técnico não pode iniciar a sessão remota.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique no separador **Obter Suporte**.
2. No painel do lado direito, clique em **Iniciar uma sessão remota**.
3. Leia e aceite os termos e condições apresentados na página **Termos e Condições do Dell RemoteAssist** e, em seguida, clique em **Concluir**.
   O agente de suporte técnico pode agora aceder remotamente ao PC e efetuar a deteção e resolução de problemas.

Permitir a deteção e resolução remota de problemas através da ajuda do Remote

Pré-requisitos

- Tem de ter sessão iniciada como administrador.
- A sessão de ajuda remota tem de ser iniciada no PC pelo agente de suporte técnico da Dell.
- Não pode estar a utilizar qualquer aplicação no PC em modo de ecrã inteiro ou em modo de apresentação.
- As notificações do SupportAssist não devem ser desativadas.

NOTA: Se estiver em curso uma análise de controladores ou do hardware ou uma otimização do sistema, iniciada manualmente, o agente de suporte técnico não pode iniciar a sessão de ajuda remota.

Passo

1. Clique na notificação **Ajuda remota através do TechSupport** apresentada no centro de ação do Windows.
   É apresentada a página **Termos e Condições do Dell RemoteActions**. Os termos e condições não são apresentados se tiver ocorrido uma sessão durante as últimas duas horas.
2. Leia e aceite os termos e condições e, em seguida, clique em **Seguinte**.
   O agente de suporte técnico pode agora analisar e instalar atualizações de controladores ou efetuar uma análise do hardware. Se for detetado um problema e for necessário criar um pedido de suporte, os mosaicos de otimização serão desativados e é apresentada a página de detalhes do problema. Para obter instruções sobre como criar um pedido de suporte, consulte Criar um pedido de suporte para problemas detetados durante uma análise.

13

Enviar comentários

Quando encerrar a interface de utilizador do SupportAssist após concluir uma atividade, será mostrada uma opção de questionário para comentar a sua experiência geral com o SupportAssist para PCs de Casa.

NOTA: Neste momento, a opção de questionário para envio de comentários apenas está disponível em determinados modelos de PC e em determinadas regiões.

Os seus comentários permanecem confidenciais e ajudam a Dell a implementar melhorias nos produtos. Pode enviar os seus comentários após realizar uma das seguintes atividades na interface de utilizador do SupportAssist:

- Análise do PC
- Otimização do PC
- Instalação de uma atualização
- Deteção de resolução de problemas no PC

Se pretender ignorar o questionário, clique em **Talvez na próxima vez**, ou feche a janela **Questionário ao cliente SupportAssist**. Se clicar em **Talvez na próxima vez**, a opção do questionário não será apresentada durante os próximos 15 dias.

Para fornecer a sua classificação no questionário, selecione o número de estrelas e, em seguida, clique em **Enviar**. Se fornecer uma classificação de três ou menos estrelas, é mostrada uma opção de fornecimento de sugestões de melhoria. Introduza as suas ideias de melhoria na caixa **Diga-nos como podemos melhorar esta experiência para si** e, em seguida, clique em **Enviar**.

Após ter concluído o questionário uma vez, a opção de fornecer novamente uma classificação apenas estará disponível passados 90 dias quando voltar a concluir uma das atividades anteriormente mencionadas na interface de utilizador do SupportAssist.

14

Perguntas frequentes

1. **Como posso identificar o número de compilação do sistema operativo instalado no meu PC?**

   Siga os passos seguintes:

   a. Faça uma pesquisa e abra a aplicação **Executar**.
   b. Introduza **winver** e clique em **OK**.

   É apresentado o número de compilação do sistema operativo, por exemplo, OS Build 15063.1266.
2. **Como posso verificar se o SupportAssist está instalado no meu PC?**

   Para verificar se o SupportAssist está instalado, execute os passos seguintes:

   a. Aceda a **Painel de Controlo** > **Programas** > **Programas e Funcionalidades**.
   b. Verifique se o **Dell SupportAssist** aparece na lista de programas.

   Se o Dell SupportAssist não estiver na lista de programas, tem de instalar o SupportAssist manualmente. Consulte Instalar o SupportAssist para PCs Domésticos.
3. **Como posso desativar as notificações do SupportAssist?**

   Para obter instruções sobre como desativar as notificações do SupportAssist, consulte Desativar notificações do SupportAssist.
4. **Posso agendar uma análise de hardware?**

   Sim, pode agendar uma análise de hardware. Para obter instruções sobre como agendar um análise de hardware, consulte Agendar análises e otimizações automáticas.
5. **Como posso editar as minhas informações de contacto e de envio?**

   Para obter instruções sobre como atualizar as informações de contacto e de envio, consulte Atualizar informações de contacto e de envio.
6. **Acidentalmente cancelei uma notificação relativa a uma falha. Quando e onde recebo novamente a notificação para poder visualizar os detalhes sobre a falha?**

   Se cancelar uma notificação, esta será apresentada novamente após seis horas ou quando reiniciar o PC.
7. **Posso alterar as informações de contacto e os detalhes de envio enquanto crio um pedido de suporte?**

   Sim, pode alterar as informações de contacto e os detalhes de envio durante a criação de um pedido de suporte.
8. **Por que devo introduzir os meus detalhes de envio para um problema com uma peça não sujeita a envio?**

   Após a análise, se uma falha de hardware for identificada como a causa do problema, o endereço de expedição é utilizado para lhe enviar uma peça de substituição. Se tiver introduzido o seu endereço de expedição durante o registo no SupportAssist, o seu endereço de expedição é automaticamente recuperado antes de enviar um problema.
9. **Quais são os idiomas suportados pela interface de utilizador do SupportAssist?**

   A interface de utilizador do SupportAssist suporta 24 idiomas. Os idiomas suportados são o alemão, árabe, checo, chinês (simplificado), chinês (tradicional), coreano, dinamarquês, espanhol, finlandês, francês, francês (Canadá), grego, hebraico, holandês, húngaro, inglês, italiano, japonês, norueguês, polaco, português (Brasil), russo, sueco e turco. Para obter instruções sobre como alterar a definição do idioma, consulte Alterar a definição de idioma.
10. **Instalei o SupportAssist no meu PC, mas não o consigo abrir. Qual poderá ser o motivo?**

    O SupportAssist requer o número da porta 5700 para abrir a interface do SupportAssist. Se qualquer outra aplicação utilizar esta porta, o SupportAssist não irá abrir no PC. Certifique-se de que nenhuma outra aplicação está a utilizar esta porta e tente abrir de novo o SupportAssist.
11. **Como posso verificar se qualquer outra aplicação está a utilizar a porta 5700?**

    Siga os passos seguintes:

    a. Faça uma pesquisa e abra a aplicação **Serviços**.
    b. No painel do lado direito, clique em **Dell SupportAssist**.
    c. No painel esquerdo, clique em **Parar**.
    d. A partir do menu de programas, faça uma pesquisa e abra a aplicação **Linha de comandos**.

e. Digite `netstat -a -v | findstr /C:"5700"` e prima Enter.
   - Se nenhuma aplicação utilizar a porta 5700, não é apresentado nenhum resultado.
   - Se qualquer outra aplicação utilizar a porta 5700, o número da porta e o estado de **ESCUTA** são apresentados.

f. Reinicie o serviço **Dell SupportAssist**.

12. **O SupportAssist está a demorar muito tempo a abrir. O que devo fazer?**

    Se o SupportAssist estiver a demorar muito tempo a abrir, terá de reiniciar o serviço do SupportAssist. Siga os passos seguintes:

    a. Faça uma pesquisa e abra a aplicação **Serviços**.
    b. No painel do lado direito, clique em **Dell SupportAssist**.
    c. No painel do lado esquerdo, clique em **Parar** e clique em **Reiniciar**.

13. **Estou com um problema de hardware no meu PC. Por que motivo não é detetado pelo SupportAssist?**

    Se não for detetado qualquer problema de hardware, certifique-se de que os serviços do SupportAssist estão em execução no PC. Para verificar se os serviços do SupportAssist estão em execução:

    a. Faça uma pesquisa e abra a aplicação **Serviços**.
    b. Verifique se é apresentado o estado **Em execução** para os seguintes serviços no PC:
       - Dell Data Vault Collector
       - Dell Data Vault Processor
       - Dell Data Vault Service API
       - Dell SupportAssist
       - Dell Hardware Support
       - Dell Client Management Service

14. **Onde é que posso verificar os detalhes das otimizações que foram realizadas no meu PC durante uma otimização agendada ou iniciada manualmente?**

    O SupportAssist guarda os detalhes de todos os eventos e atividades que foram realizados nos últimos 90 dias. Pode consultar os detalhes relativos a um mês, uma semana ou um dia em particular na página **Histórico**.

15. **Por que motivo é que o SupportAssist demora mais tempo a executar as otimizações do que a duração especificada nos mosaicos?**

    O tempo apresentado nos mosaicos de otimização do PC é apenas uma estimativa baseada nas configurações do PC. O tempo real necessário para realizar as otimizações poderá ser diferente da estimativa.

16. **Quando clico em Iniciar Sessão do DellConnect e aceito os termos e condições, o agente do suporte técnico não consegue aceder ao meu PC remotamente. O que devo fazer?**

    Peça ao agente do suporte técnico que encerre a sessão atual e inicie uma nova sessão no DellConnect.

17. **Quando clico em Iniciar Sessão, porque é que surge uma mensagem a indicar que não existe uma sessão do Dell RemoteAssist ativa?**

    Só pode iniciar uma sessão do Dell RemoteAssist após esta ter sido iniciada por um agente do suporte técnico da Dell. Para evitar este erro, clique em **Iniciar Sessão** após a sessão ter sido iniciada.

18. **Quando coloco o ponteiro do rato sobre a Etiqueta de Serviço ou sobre o número de modelo do PC é apresentada a mensagem Garantia Desconhecida. Porquê?**

    A mensagem **Garantia Desconhecida** pode ser apresentada por um dos seguintes motivos:

    - O SupportAssist não está ligado à internet. Aceda à página **Deteção e resolução de problemas** para conhecer os passos para resolver o problema da sua ligação à Internet.
    - O PC acede à Internet através de um servidor proxy. Certifique-se de que configurou as definições proxy no SupportAssist. Consulte Configurar as definições da Internet.
    - O PC pode não ter uma garantia válida. Contacte o suporte técnico da Dell para obter ajuda.

19. **Durante a otimização, o SupportAssist deixou de funcionar. O que devo fazer?**

    Feche e volte a abrir o SupportAssist e, em seguida, tente realizar novamente a otimização. Se o problema persistir, efetue os seguintes passos:

    a. Faça uma pesquisa e abra a aplicação **Serviços**.
    b. No painel do lado direito, clique em **Dell SupportAssist**.
    c. No painel do lado esquerdo, clique em **Parar** e clique em **Reiniciar**.

20. **Não estou a receber notificações sobre as atualizações do controlador. O que devo fazer?**

    Se o seu plano de serviço tiver expirado, o SupportAssist não apresenta notificações sobre as atualizações do controlador disponíveis para o seu PC. Tem de renovar o plano de serviço para receber notificações sobre as atualizações do controlador.

21. **Posso atualizar o BIOS num PC compatível com o BitLocker?**

    Recomenda-se que desative a encriptação do BitLocker no PC antes de atualizar o BIOS.
22. **Quando efetuo uma análise de hardware, o resultado da análise é apresentado como Desconfigurado na página Histórico. Porém, não é apresentada qualquer notificação no mosaico Analisar Hardware. Porquê?**

    Se o SupportAssist não conseguir analisar um componente durante a análise de hardware, será apresentado o estado **Desconfigurado**. Por esse motivo, não será apresentada qualquer notificação no mosaico **Analisar Hardware**. O SupportAssist voltará a analisar o componente na próxima análise automática ou manual.
23. **Onde posso ver o resumo dos ficheiros e definições migrados com o Dell Migrate?**

    Para ver os ficheiros e definições migrados na última sessão, vá à página inicial do Dell Migrate e clique em **Ver Resumo**. Também pode ver o resumo de todos os ficheiros e definições que foram migrados nos últimos 90 dias na página **Histórico**.
24. **Por que motivo é que o Dell Data Assistant me pede para utilizar a Reposição do Windows quando eu tenho o Dell SupportAssist OS Recovery instalado no meu PC?**

    O Dell Data Assistant só lhe pede para apagar o PC com a Reposição Dell se o Dell SupportAssist OS Recovery, versão 5.3 ou posterior, estiver instalado no PC. Se estiver instalada uma versão anterior do Dell SupportAssist OS Recovery no PC, é-lhe pedido para utilizar a Reposição do Windows.
25. **Durante a migração de dados, recebo o erro "Não é possível concluir a sua migração". Qual poderá ser o motivo?**

    Pode estar a utilizar uma versão desatualizada do Dell Data Assistant. Transfira a versão mais recente em https://www.dell.com/Migrate e volte a tentar a migração. Certifique-se de que o SupportAssist também está a executar a versão mais recente.
26. **Porque é que o progresso da migração para após uma determinada percentagem?**

    Isto pode dever-se a permissões de acesso insuficientes em determinados ficheiros de utilizador. Certifique-se de que tem sessão iniciada no PC como administrador e que os ficheiros que está a tentar migrar não pertencem a qualquer outro perfil de utilizador.
27. **A migração de dados falha com o erro "Este PC não está ligado a uma rede ". Qual poderá ser o motivo?**

    Pode deparar-se com este erro se a rede se desligar enquanto a migração está em curso. Para solucionar os problemas de rede e voltar a tentar a migração, consulte a secção **Deteção e resolução de problemas de desligação da rede durante a migração** no *Manual do Utilizador de Migração da Dell* disponível na página de documentação Dell Data Assistant.
28. **Tenho atualmente a versão 3.9.2 do SupportAssist em execução no meu PC. Porque é que não consigo atualizar para a versão mais recente?**

    Pode estar a executar uma versão do sistema operativo Windows 10 RS3 ou anterior. para atualizar o supportAssist para a versão 3.10 ou posterior, tem primeiro de atualizar a versão do sistema operativo para a Windows 10 RS4 ou posterior.

15

Recursos do SupportAssist para PCs de Casa

Esta secção faz uma listagem dos recursos de documentação e outras ligações úteis que fornecem mais informações sobre o SupportAssist para PCs de Casa.

Tabela 13. Recursos do SupportAssist para PCs de Casa

Conteúdos	Recurso	Aceda a
Requisitos mínimos, instalação e funcionalidades do produto	Manual do Utilizador do SupportAssist para PCs de Casa, Versão 3.10.2	Manuais SupportAssist para PCs de Casa
Novas funcionalidades, melhorias, problemas conhecidos e limitações na versão	Notas de Versão do SupportAssist para PCs de Casa, Versão 3.10.2	
Tutoriais em vídeo para saber mais sobre as funcionalidades do SupportAssist para PCs de Casa	Lista de reprodução do SupportAssist para PCs de Casa	YouTube
Perguntas peer-to-peer (ponto a ponto) sobre o SupportAssist para PCs de Casa	Fórum da Comunidade	Comunidade SupportAssist para PCs de Casa

16

Contactar a Dell

A Dell disponibiliza várias opções de suporte e de serviços online e por telefone. A disponibilidade varia consoante o país ou a região e o produto, e alguns serviços podem não estar disponíveis na sua zona. Caso não possua uma ligação ativa à Internet, pode encontrar informações de contacto sobre a sua fatura de compra, guia de remessa, conta ou sobre o catálogo de produtos Dell.

Passo

1. Para contactar a Dell sobre questões relacionadas com vendas, suporte técnico ou assistência ao cliente, faça o seguinte:
   a. Vá para https://www.dell.com/support.
   b. Selecione o seu país ou região a partir da lista de seleção na parte inferior da página.
   c. Clique em **Contactar Suporte** e selecione a ligação de suporte apropriada.
2. Para encontrar manuais e documentos, faça o seguinte:
   a. Vá para https://www.dell.com/support.
   b. Clique em **Navegar em todos os produtos**.
   c. Selecione a categoria apropriada de produtos e depois o produto pretendido.
   d. Para ver ou transferir os manuais e documentos, clique no separador **Documentação** .

   Também pode aceder diretamente aos manuais e aos documentos sobre as Ferramentas de Possibilidade de Assistência a partir de https://www.dell.com/serviceabilitytools.

Imprimir

Dell Data Wipe

Resumo: Este artigo fornece informações sobre o recurso Dell Data Wipe no BIOS da Dell e instruções sobre o uso desse recurso.

Artigo detalhado

Instruções

O Dell Data Wipe é um recurso do BIOS do Dell Enterprise Client que permite que nossos clientes solicitem uma limpeza de dados dos dispositivos de armazenamento interno em seus computadores. Isso possibilita uma eliminação eficiente para fins de realocação ou reimplementação usando os recursos de limpeza de dados padrão do setor, já compatíveis com Dell Storage Devices.

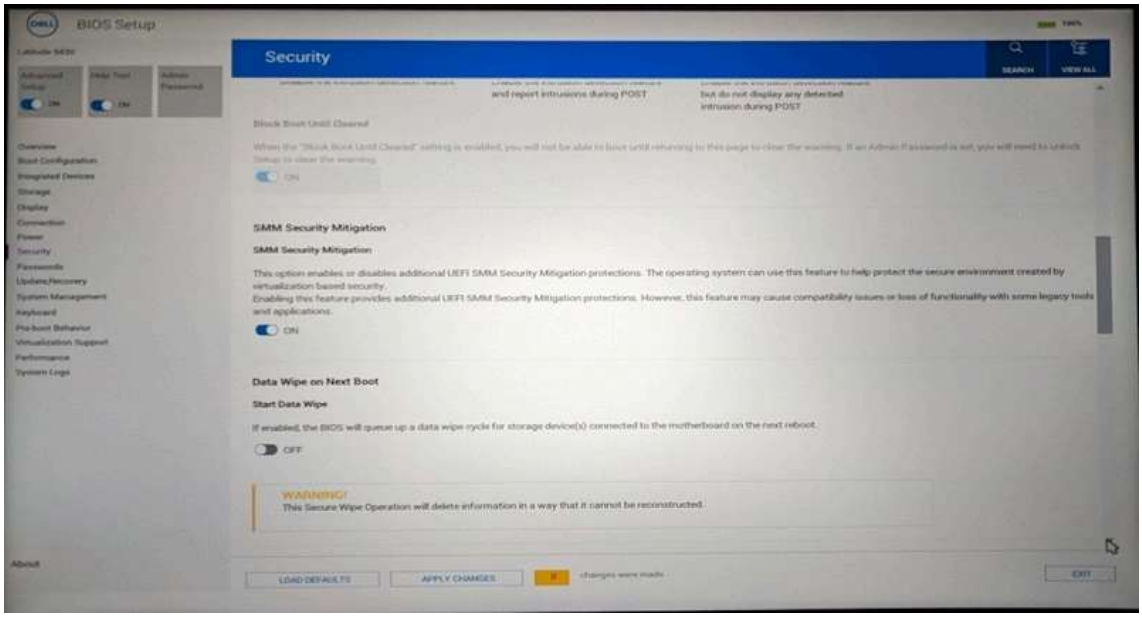
Como os dados do cliente são uma prioridade para a Dell, desenvolvemos esse recurso para garantir a máxima compatibilidade e o potencial mínimo de eliminação não intencional de dados.

- O Dell Data Wipe é compatível apenas com dispositivos de armazenamento interno: Disco rígido SATA, SSD e eMMC, dependendo dos tipos de dispositivos compatíveis com o sistema.
- O Dell Data Wipe usa métodos padrão aprovados do setor para limpeza de dados, como Secure Erase para SATA e Sanitize para eMMC.
- O Dell Data Wipe só pode ser acessado por um usuário fisicamente presente. O usuário deve estar fisicamente presente até que a limpeza da unidade comece.
- O Dell Data Wipe limpa todas as unidades internas do computador, sem a opção de limpar apenas determinados dispositivos de armazenamento.

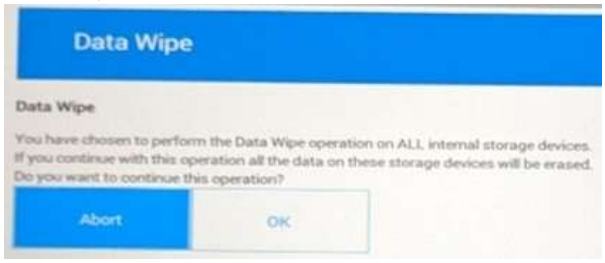
ⓘ **Nota:** A limpeza de dados da Dell é compatível com a maioria dos produtos Dell. Para saber se o seu computador é compatível, vá para a configuração do BIOS e selecione **Segurança**. Em seguida, veja se a opção **Limpeza de dados na próxima inicialização** está disponível. Para usuários do Alienware, selecione **Advanced** e, em seguida, **Maintenance** para encontrar a opção **Data Wipe na próxima inicialização** .

---

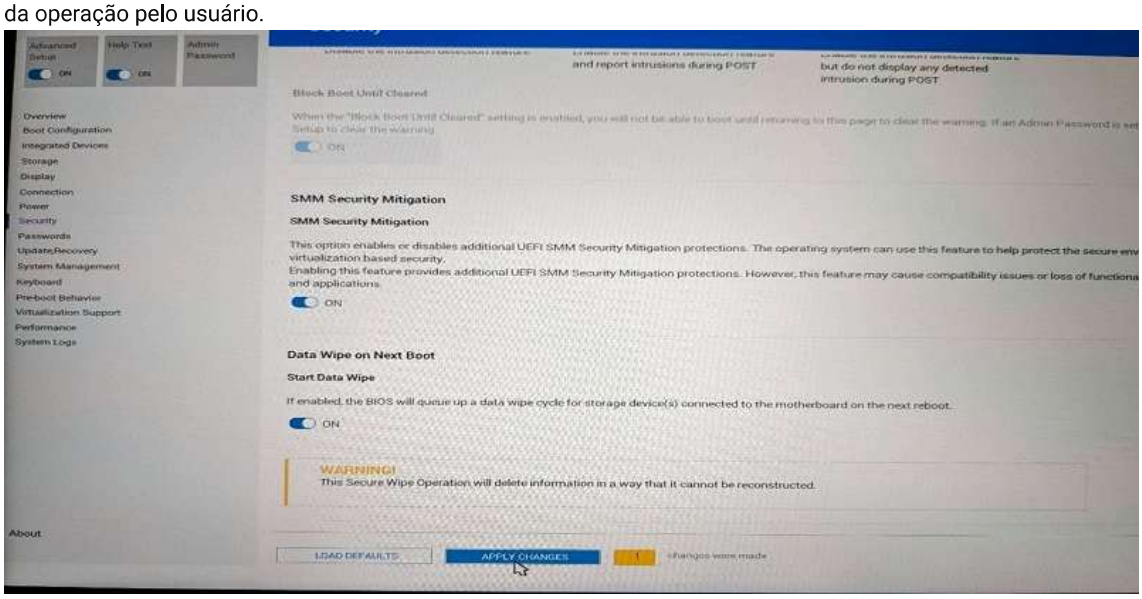
1. O recurso Data Wipe é acessado na configuração do BIOS. Na tela inicial da Dell, pressione F2 para entrar na configuração do BIOS.



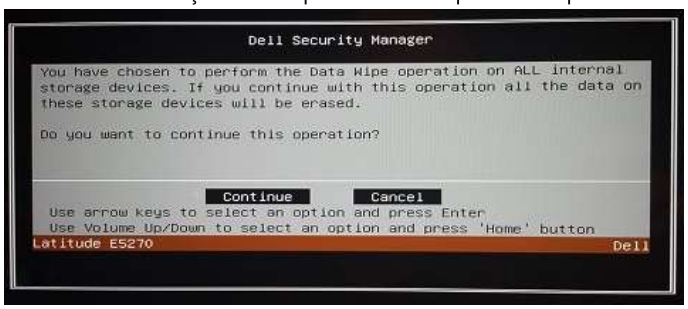
2. No aplicativo de configuração do BIOS, o usuário pode selecionar "Limpar na próxima inicialização" na opção **Limpezade dados de segurança >**ou **> Manutenção avançada** para aplicar a limpeza de dados em todas as unidades internas após a reinicialização. O BIOS solicita a confirmação do usuário duas vezes antes de permitir que ele saia da configuração com a opção "**Limpar na próxima inicialização**" selecionada para garantir que o usuário pretenda apagar todos os dispositivos de armazenamento.



3. Como medida adicional de segurança, o BIOS ajusta a seleção padrão para o prompt final a fim de reforçar ainda mais a aceitação direta da operação pelo usuário.



4. Depois que a opção for selecionada e os prompts forem confirmados, o usuário sairá da configuração do BIOS para forçar uma reinicialização do sistema e iniciar o processo de limpeza de dados. Após a reinicialização, o BIOS solicitará várias confirmações antes de enviar as instruções de limpeza de dados para os dispositivos de armazenamento do cliente.



5. O usuário pode optar por cancelar o procedimento de limpeza da unidade em qualquer um desses prompts e o acionador da limpeza de dados é redefinido. O processo deve ser reiniciado a partir da configuração do BIOS para reiniciar o procedimento de apagamento, se desejado.



6. A exibição de uma caixa de diálogo verde com a mensagem "Limpeza de dados concluída com sucesso" relata o êxito na execução de um procedimento de limpeza. Se houver falhas, elas são apresentadas em vez da caixa de diálogo de sucesso na limpeza. "Reinicialize o sistema e reinstale o sistema operacional".

Mais informações

Você encontrará mais informações sobre como fazer a limpeza dos dados no artigo da Base de conhecimento Dell Como limpar os dados de meu disco rígido?.

Produtos afetados

Alienware, Dell Pro All-in-One, Dell Pro Max Micro, Dell Pro Max Slim, Dell Pro Max Tower, Dell Pro Micro, Dell Pro Slim, Dell Pro Tower, Dell Slim, Dell Tower, Inspiron, OptiPlex, Vostro, XPS, G Series, G Series, Alienware, Dell Plus, Dell Pro, Dell Pro Max, Dell Pro Plus, Dell Pro Premium, Inspiron, Latitude, Dell Pro Rugged, Vostro, XPS, Fixed Workstations, Mobile Workstations

Propriedades do artigo

Número do artigo: 000146892

Tipo de artigo: How To

Último modificado: 26 mai. 2025

Versão: 12

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
2121710	07/04/2025	25/03/2025	25/06/2025

Dados básicos:

CNPJ : 72.381.189/0006-25
Razão Social : DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA
Nome fantasia : DELL
Data de abertura : 22/06/2006

Endereço:

logradouro: AVENIDA DA EMANCIPAÇÃO, 5000
N.º: 5000 Complemento:
Bairro: PARQUE DOS PINHEIROS Município: HORTOLANDIA
CEP: 13184-654 UF: SP

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

Código	Descrição
5-2	Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	S4NMKVVSSA1HB5E3

ICC
Instituto de Certificações e Conformidades

CERTIFICADO
DE CONFORMIDADE TÉCNICA
CERTIFICATE OF TECHNICAL CONFORMITY

Número do Certificado / Certificate #
ICC 11.112/2022.1

Produto certificado desde: Product certified since: 10/10/2023	**Data de emissão:** Emission date: 25/07/2024	**Válido até:** Valid until: 10/10/2025

Solicitante Applicant	**Fabricante** Manufacturer
R. Social: INTEL SEMICONDUTORES DO BRASIL LTDA	**R. Social:** Intel Corporation SAS
CNPJ: 57.286.247/0001-33	**CNPJ:** N/A
Endereço: Av. Doutor Chucri Zaidan, 940 - Vila Cordeiro 04.583-906 - São Paulo - São Paulo - Brasil	**Endereço:** 425 Rue de GOA Cargo B6 06600 Antibes França

Modelo: Model: BE200NGW e BE200NGW M

Nome Comercial: Commercial Name: N/A

Tipo de Produto: Product Type: Transceptor de radiação restrita

Serviço / Aplicação: Service / Application: Radiocomunicação de Radiação Restrita

Atos e Resoluções Aplicáveis: Acts and Resolutions Applicable: Resolução nº 680/2017 e Ato nº 14448/2017

O organismo ICC no uso das atribuições que lhe confere o Ato de Designação nº 696, de 19/01/2022, da ANATEL, certifica que o produto descrito neste certificado está em conformidade com os documentos normativos indicados.
Certificado de Conformidade válido somente acompanhado de todas as suas páginas.

The ICC certification body, in the use of the attributions conferred on it by the Designation Act no. 696, of 01/19/2022, rom ANATEL, certifies that the product described in this certificate is in compliance with the normative documents indicated.
Conformity Certificate is only valid with all pages.

Campinas, 25 de julho de 2024

ICC

ANATEL

Gustavo Domenes Ferlin
Diretor Comercial e Sócio-Proprietário

Características técnicas do produto
Technical characteristics of the product

Módulo RF operando com tecnologias sem fio conforme listadas abaixo:

Faixa de frequência (MHz)	Potência de saída (W)	Designação de emissões	Tecnologia	Modulação	SAR Cabeça (W/Kg)	SAR Corpo (W/Kg)	Taxa de transmissão (Mbit/s)	Padrão
2400 a 2483,5	0,0228	930KF7D	FHSS - Salto em Frequência	GFSK	-	-	1	Bluetooth
2400 a 2483,5	0,2286	1M45G7D	FHSS - Salto em Frequência	¶/4DQPSK e 8DPSK	-	-	2 e 3	Bluetooth+ EDR
2400 a 2483,5	0,0219	757KF7D	DSSS – Sequência Direta	GFSK	-	-	1	Bluetooth LE
2400 a 2483,5	0,0216	1M37F7D	DSSS – Sequência Direta	GFSK	-	-	2	Bluetooth LE 5.0
2400 – 2483,5	0,7780	10M3X9D	DSSS – Sequência Direta	DBPSK, DQPSK e CCK	-	-	1, 2, 5,5 e 11	802.11b
2400 – 2483,5	0,7328	16M5X9D	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	6, 9, 12, 18, 24, 36, 48, e 54	802.11g
2400 – 2483,5	0,9363	17M8X9D	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	Até 144,4	802.11n 20MHz
2400 – 2483,5	0,8597	36M5X9D	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	Até 300	802.11n 40MHz
2400 – 2483,5	0,9079	19M1X9D	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 286	802.11ax 20MHz
2400 – 2483,5	0,8719	38M2X9D	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 574	802.11ax 40MHz
2400 – 2483,5	0,9743	18M2X9D	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 286	OFDMA 20MHz
2400 – 2483,5	0,8502	36M7X9D	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 574	OFDMA 40MHz
5725 a 5850	0,8279	16M5X9D	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	6, 9, 12, 18, 24, 36, 48, e 54	802.11a
5725 a 5850	0,9755	17M8X9D	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	Até 144,4	802.11n 20MHz
5725 a 5850	0,9652	36M5X9D	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	Até 300	802.11n 40MHz
5725 a 5850	0,9706	17M8X9D	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	Até 173,4	802.11ac 20MHz
5725 a 5850	0,9453	36M5X9D	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	Até 400	802.11ac 40MHz
5725 a 5850	0,7949	75M2X9D	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	Até 866,6	802.11ac 80MHz
5725 a 5850	0,9727	22M3X9D	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 286	802.11ax 20MHz
5725 a 5850	0,7647	38M2X9D	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 574	802.11ax 40MHz

Faixa de frequência (MHz)	Potência de saída (W)	Designação de emissões	Tecnologia	Modulação	SAR Cabeça (W/Kg)	SAR Corpo (W/Kg)	Taxa de transmissão (Mbit/s)	Padrão
5725 a 5850	0,9432	78M1X9D	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 1200	802.11ax 80MHz
5725 a 5850	0,9965	16M9X9D	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 286	OFDMA 20MHz
5725 a 5850	0,8601	36M4X9D	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 574	OFDMA 40MHz
5725 a 5850	0,9752	75M1X9D	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 1200	OFDMA 80MHz
5150 a 5350	0,1577	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	6, 9, 12, 18, 24, 36, 48, e 54	802.11a
5150 a 5350	0,4266	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	Até 144,4	802.11n 20MHz
5150 a 5350	0,5792	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	Até 300	802.11n 40MHz
5150 a 5350	0,5618	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	Até 173,4	802.11ac 20MHz
5150 a 5350	0,2698	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	Até 400	802.11ac 40MHz
5150 a 5350	0,4625	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	Até 866,6	802.11ac 80MHz
5150 a 5350	0,1684	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM			Até 1733,4	802.11ac 160MHz
5150 a 5350	0,4711	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 286	802.11ax 20MHz
5150 a 5350	0,5594	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 574	802.11ax 40MHz
5150 a 5350	0,4917	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 1200	802.11ax 80MHz
5150 a 5350	0,1738	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM			Até 2400	802.11ax 160MHz
5150 a 5350	0,4862	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 286	OFDMA 20MHz
5150 a 5350	0,6564	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 574	OFDMA 40MHz
5150 a 5350	0,4632	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 1200	OFDMA 80MHz
5150 a 5350	0,3181		OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM			Até 2400	OFDMA 160MHz
5470 a 5725	0,2055	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	6, 9, 12, 18, 24, 36, 48, e 54	802.11a

Faixa de frequência (MHz)	Potência de saída (W)	Designação de emissões	Tecnologia	Modulação	SAR Cabeça (W/Kg)	SAR Corpo (W/Kg)	Taxa de transmissão (Mbit/s)	Padrão
5470 a 5725	0,4754	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	Até 144	802.11n 20MHz
5470 a 5725	0,6929	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	Até 300	802.11n 40MHz
5470 a 5725	0,5165	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	Até 173,4	802.11ac 20MHz
5470 a 5725	0,7039	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	Até 400	802.11ac 40MHz
5470 a 5725	0,7030	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	Até 866,6	802.11ac 80MHz
5470 a 5725	0,3013	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 1733,4	802.11ac 160MHz
5470 a 5725	0,4948	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 286	802.11ax 20MHz
5470 a 5725	0,6387	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 574	802.11ax 40MHz
5470 a 5725	0,7146	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 1200	802.11ax 80MHz
5470 a 5725	0,2689	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	Até 2402	802.11ax 160MHz
5470 a 5725	0,4991	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 286	OFDMA 20MHz
5470 a 5725	0,4355	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 574	OFDMA 40MHz
5470 a 5725	0,6421	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 1200	OFDMA 80MHz
5470 a 5725	0,6303	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	Até 2402	OFDMA 160MHz
5925 a 7125	0,0085	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	6, 9, 12, 18, 24, 36, 48, e 54	802.11a
5925 a 7125	0,0090	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 286	802.11ax 20MHz
5925 a 7125	0,0199	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 574	802.11ax 40MHz
5925 a 7125	0,0400	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 1200	802.11ax 80MHz
5925 a 7125	0,0818	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 2402	802.11ax 160MHz
5925 a 7125	0,0092	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 286	OFDMA 20MHz
5925 a 7125	0,0166	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 574	OFDMA 40MHz

Faixa de frequência (MHz)	Potência de saída (W)	Designação de emissões	Tecnologia	Modulação	SAR Cabeça (W/Kg)	SAR Corpo (W/Kg)	Taxa de transmissão (Mbit/s)	Padrão
5925 a 7125	0,0325	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 1200	OFDMA 80MHz
5925 a 7125	0,0127	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 2402	OFDMA 160MHz
5925 a 7125	0,1321	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	Até 4804	OFDMA 320MHz

- Ensaio de SAR não aplicável: Produto não acabado, de uso interno, cuja integração em outros equipamentos pode requerer nova avaliação
- Produto não acabado, cuja integração em outro equipamento requer nova avaliação.
- Possui antena não integrada.
- Ganho das antenas (5,1 GHz): 5,15 dBi (antena 1 e 2).
- Ganho das antenas (5,4 GHz): 5,15 dBi (antena 1 e 2).
- Ganho das antenas (6 GHz): 5,02 dBi (antena 1 e 2).
- Os valores de potências indicados nas faixas de 5150-5350 MHz, 5470-5725 MHz e 5925-7125 MHz referem-se a potência média em E.I.R.P.
- Possui mecanismo DFS.

Laboratório de testes
Testing laboratory

Laboratório: Laboratory:	Endereço: Address:
Instituto de Pesquisas Eldorado	Av. Alan Turing, 275 - Cidade Universitária, Campinas - SP, 13083-898

Nomenclatura do Relatório Report nomenclature	Laboratório Laboratory	Data de emissão Emission date
LET-SBL-RE 2395-12931-01 - C [5.2G] - 04.00	ELDORADO	05/10/2023
LET-SBL-RE 2395-12931-01 - C [5.4G] – 03.00	ELDORADO	04/10/2023
LET-SBL-RE 2395-12931-01 - C [6.0G] – 02.00	ELDORADO	04/10/2023
LET-SBL-RE 2395-12931-01 - C [7.0G] – 03.00	ELDORADO	09/10/2023
LET-TDS-RE 2395-12931-01 - C [2.4G] – 03.00	ELDORADO	04/10/2023
LET-TDS-RE 2395-12931-01 - C [5.8G] – 03.00	ELDORADO	04/10/2023
LET-TFH-RE 2395-12931-01 - C – 01.00	ELDORADO	30/08/2023
LET-ID 2395-12931-01 – 01.00	ELDORADO	04/09/2023

Observações
Notes

Obs 01: O produto, objeto deste Certificado, deverá obter a Homologação da Anatel para fins de comercialização e uso e está sujeito à comprovação periódica de que mantém as suas características originalmente certificadas, nos termos da regulamentação.

Obs 02: Conforme estabelecido no Item 10.5 do Ato Nº 14448/2017, os equipamentos utilizando tecnologia de espalhamento espectral ou outras tecnologias de modulação digital, que façam uso de antenas de transmissão com ganho direcional superior a 6 dBi, devem ter a potência de pico máxima na saída do transmissor reduzida para valores abaixo daqueles especificados nos subitens 10.2.5, 10.2.6 e 10.2.7 e no item 10.3.3, pela quantidade em dB que o ganho direcional da antena exceder a 6 dBi;

Obs 03: Sistemas operando na faixa de 2400-2483,5 MHz e utilizados exclusivamente em aplicações ponto-a-ponto do serviço fixo podem fazer uso de antenas de transmissão com ganho direcional superior a 6 dBi, desde que potência de pico máxima na saída do transmissor seja reduzida de 1 dB para cada 3 dB que o ganho direcional da antena exceder a 6 dBi;

Obs 04: Conforme estabelecido no Art. 5° da Resolução N° 680, os equipamentos de radiação restrita devem conter no produto, em lugar facilmente visível, ou no manual de instruções fornecido pelo fabricante, em local de destaque, informação sobre as implicações de sua operação, nos seguintes termos: "Este equipamento não tem direito à proteção contra interferência prejudicial e não pode causar interferência em sistemas devidamente autorizados";

Obs 05: Sistemas operando na faixa 5.725-5.850 MHz e utilizados exclusivamente em aplicações ponto-a-ponto do serviço fixo podem fazer uso de antenas de transmissão com ganho direcional superior a 6 dBi sem necessidade de uma correspondente redução na potência de pico máxima na saída do transmissor.

Obs 06: Sistemas operando na faixa 5.150-5.250 MHz, as emissões devem estar confinadas aos ambientes internos das edificações.

Obs 07: A antena não integrada que poderá ser utilizada no produto, deverá atender as regras vigentes para certificações de antenas.

Obs 08: O equipamento ao qual o módulo será integrado, deve garantir o uso de uma antena fixa e sem possibilidade de substituição como especificado no item 11.7.7 (Ato nº 14448/2017).

Obs 09: O produto é um equipamento que opera como escravo e possui mecanismo DFS acompanhando os mecanismos do equipamento mestre.

Obs 10: O requerente apresentou declaração em conformidade com os Requisitos de Segurança Cibernética para Equipamentos para Telecomunicações.

Obs 11: As diferenças entre os modelos estão justificadas no campo 12 do RACT.

Obs 12: Este certificado substitui o de mesmo número devido a inclusão de unidade fabril.

Comentários adicionais
Additional comments

Alimentação: 3V

Unidade(s) Fabril(s)
Factory Unit(s)

SYRMA SGS TECHNOLOGY LIMITED (Site 4)
Plot No.61, Sector-14, Phase-Ii, Hsiidc, Imt Bawal, District Rewari - 123 501, Haryana State, India

Gemtek Electronics (Kunshan) Co., Ltd.
No. 88, Xin Zhu Road, Comprehensive Bonded Zone, Kun Shan, Jiangsu Province 215300, P. R. China

GEMTEK VIETNAM CORPORATION LIMITED
Dong Van II Industrial Zone, Duy Minh Ward, Duy Tien Town, Ha Nam Province, Vietnam

AzureWave Technologies (Shanghai) Inc.
No.1355, Jiaxin Highway, Malu Town, Jiading District, Shanghai, P.R. China

Gemtek Technology Co., Ltd.
No. 15-1, Zhonghua Road, Hsinchu Industrial Park, Hukou, Hsinchu 30352, Taiwan, R.O.C.

Histórico
History

Emissão Emission	**Data** Date	**Comentários** Comments
00	10/10/2023	Emissão inicial
01	25/07/2024	Inclusão de UF

Obtenha acesso total. Entrar Criar conta



Dell Pro Max Tower T2 FCT2250

ntifique seu dispositivo para obter os drivers mais recentes, verificar o status dos serviços de suporte e obter suporte personalizado.

Identificar dispositivo

ks rápidos

ltar para drivers e downloads

a-chave

ra um nome ou uma palavra-

Sistema operacional

Windows 11

Não encontrou o que precisa?

Categoria

Todas

Agrupar drivers por

Data da versão Categorias

Data da versão:

Todas

Esta é uma lista abrangente dos downloads disponíveis para seu Dell Pro Max Tower T2 FCT2250. Pode ser que alguns já tenham sido feitos no dispositivo. Para permitir que a Dell encontre automaticamente as atualizações disponíveis para você, clique aqui.

Todas Dell Pro Max Tower T... (48) Este dispositivo 0 Driver selecionado Fazer download das seleções

Motivador	Importância	Data do lançamento	Categoria	Ação
Dell Command | Monitor	Recomendada	26 May 2025	Gerenciamento de sistemas	Download
BIOS do sistema Dell Pro Max FCM2250/slim FCS1250/torre T2 FCT2250	Essencial	20 May 2025	BIOS	Download
Driver do leitor de cartão de memória PCIe Realtek	Essencial	15 May 2025	Chipset	Download
O Dell Command | Endpoint Configure para Microsoft Intune	Essencial	24 Apr 2025	Gerenciamento de sistemas	Download
Plug-in do Dell SupportAssist OS Recovery para Dell Update	Recomendada	17 Apr 2025	Aplicativo	Download

Não encontrou o driver que procura?

Guia de atualização de drivers

Saiba mais sobre as diferentes maneiras de atualizar seus drivers.

Ler o guia →

Verificar compatibilidade

Determine a compatibilidade de driver para sistema operacional e processadores.

Verificar compatibilidade →

Notificações de driver

Seja notificado quando novos drivers e atualizações estiverem disponíveis para o seu dispositivo.

Criar assinatura →

Mais informações



Para obter mais informações sobre por que você deve atualizar os drivers, como fazer isso, onde encontrar os drivers necessários e vídeos de instalação.

Perguntas frequentes sobre drivers e downloads

Recursos adicionais

Dell Digital Locker

Faça download do software adquirido e gerencie produtos licenciados de software.

Recuperação do sistema operacional

Crie uma unidade de recuperação USB para reinstalar a versão do Windows ou Linux enviada com seu dispositivo.

Saiba mais

Mais informações sobre drivers e como manter seu dispositivo atualizado.

Saiba como atualizar drivers via Dell SupportAssist e muito mais

Saiba como atualizar drivers via SupportAssist e muito mais

Torre Precision 5860

Configuração e especificações

Modelo normativo: D03T
Tipo normativo: D03T001
Setembro 2024
Rev. A03

Notas, avisos e advertências

NOTA: Uma NOTA indica informações importantes que ajudam você a usar melhor o seu produto.

CUIDADO: Um AVISO indica possíveis danos ao hardware ou a possibilidade de perda de dados e informa como evitar o problema.

ATENÇÃO: Uma ADVERTÊNCIA indica possíveis danos à propriedade, lesões corporais ou risco de morte.

© 2023-2024 Dell Inc. ou suas subsidiárias. Todos os direitos reservados. Dell Technologies, Dell e outras marcas são marcas comerciais da Dell Inc. ou suas subsidiárias. Outras marcas podem ser marcas comerciais de seus respectivos proprietários.

Índice

Capítulo 1: Configurar seu computador..... 4

Capítulo 2: Vistas do Torre Precision 5860..... 9
Tela..... 9
Parte traseira..... 10

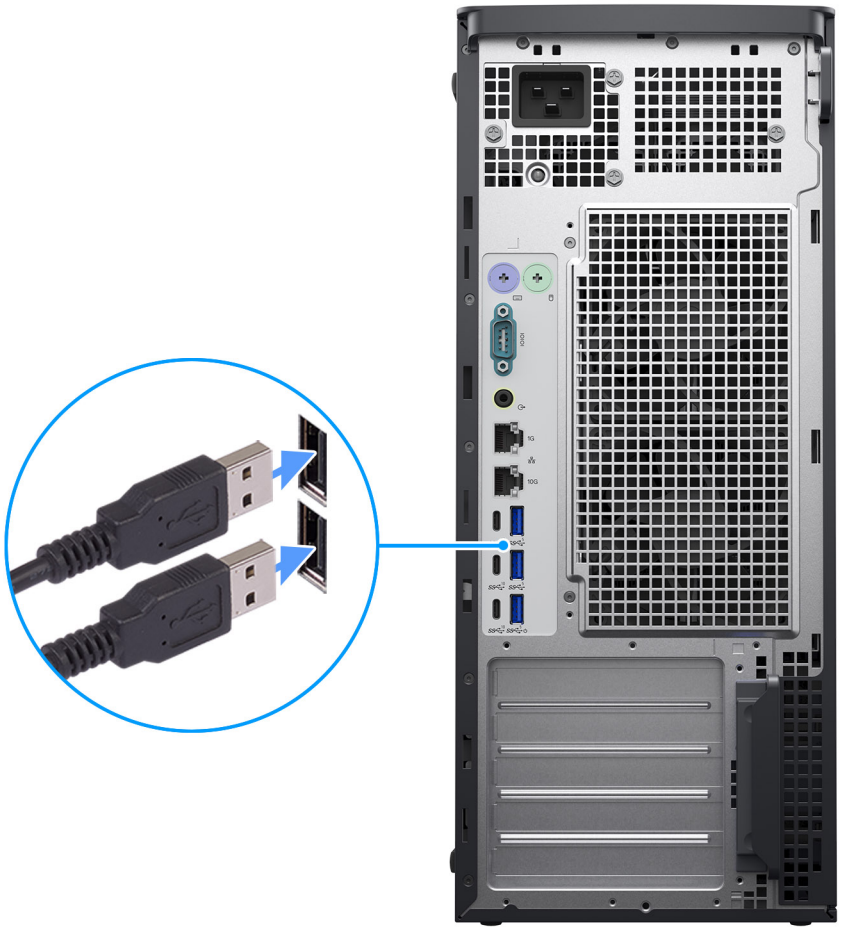
Capítulo 3: Especificações do Torre Precision 5860..... 11
Dimensões e peso..... 11
Processadores..... 11
Chipset..... 12
Sistema operacional..... 12
Memória..... 13
Matriz de memória..... 14
Portas e slots externos..... 15
Slots internos..... 15
Ethernet..... 16
Módulo sem fio..... 16
Áudio..... 16
Armazenamento..... 17
RAID (Redundant Array of Independent Disks — Matriz redundante de discos independentes)..... 18
Placa MegaRAID 9660-16i..... 19
Leitor de cartão de mídia..... 20
Especificações de alimentação..... 20
Conector da fonte de alimentação..... 20
GPU — discreta..... 21
Resolução da porta de vídeo..... 21
Segurança de hardware..... 23
Requisitos ambientais..... 23
Conformidade com normas..... 23
Ambiente de operação e armazenamento..... 24

Capítulo 4: Como obter ajuda e entrar em contato com a Dell..... 25

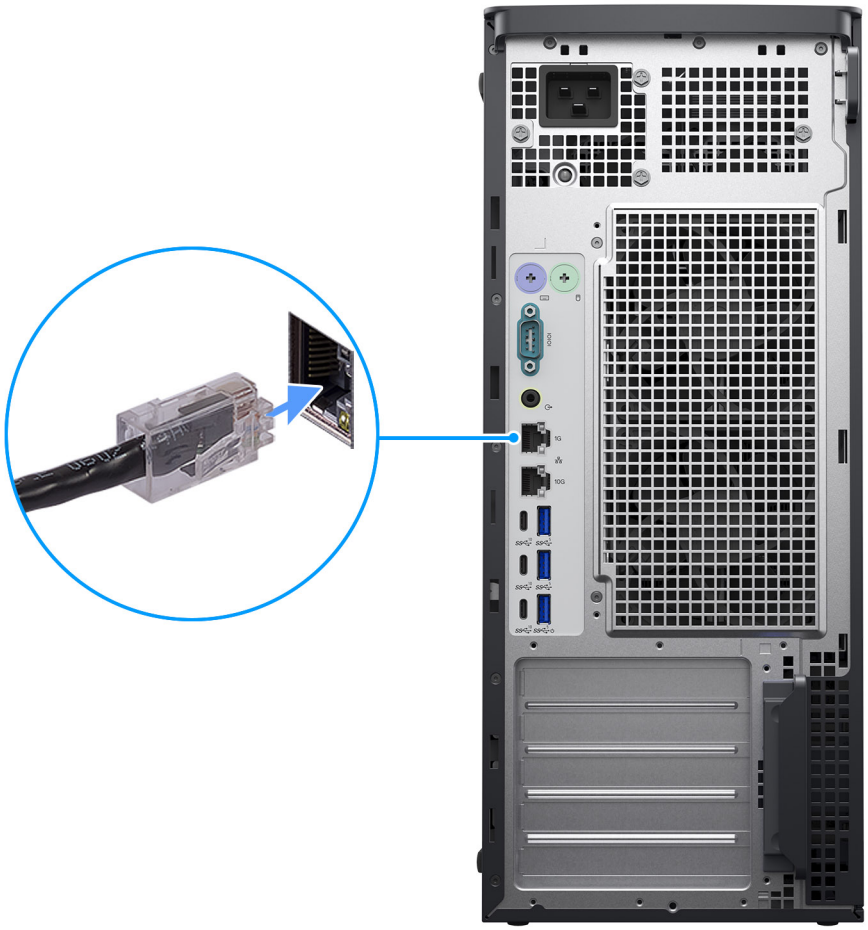
1

Configurar seu computador

1. Conecte o teclado e o mouse.



2. Conecte-se à rede usando um cabo ou conecte-se a uma rede sem fio.



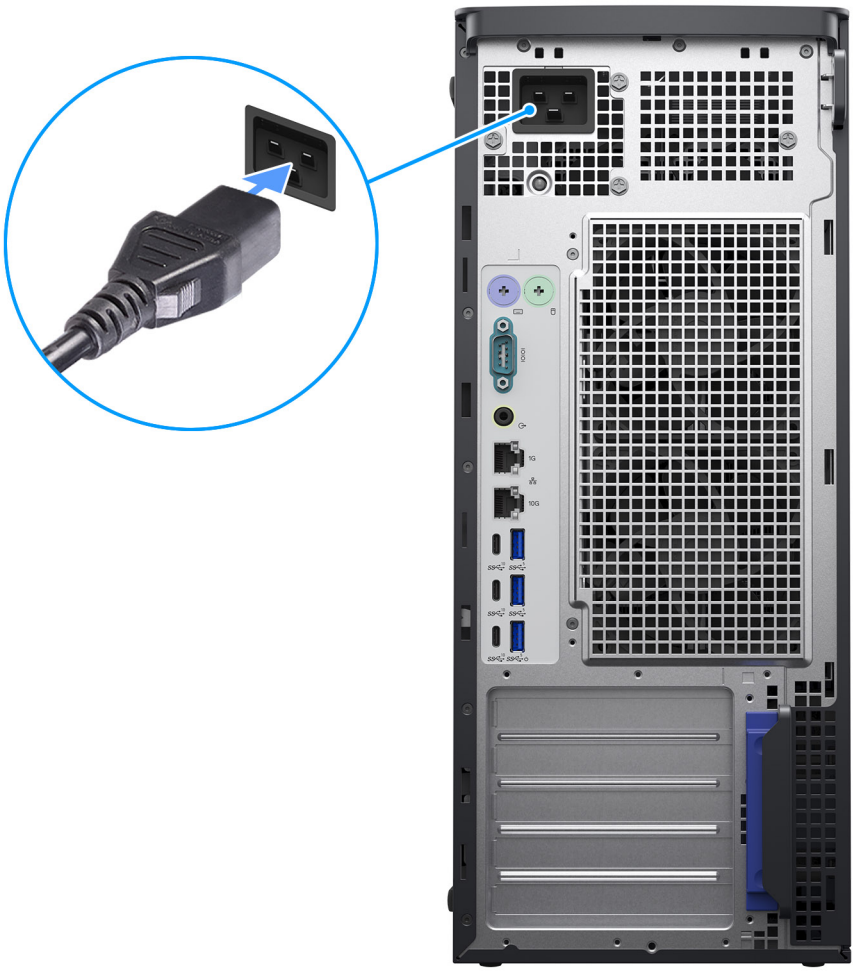
3. Conecte a tela.

CUIDADO: Conecte o cabo de alimentação a uma unidade de distribuição de energia (PDU) de 16 A e, em seguida, conecte a PDU à tomada de parede.



4. Conecte o cabo de alimentação.

CUIDADO: Conecte o cabo de alimentação a uma unidade de distribuição de energia (PDU) de 16 A e, em seguida, conecte a PDU à tomada de parede.



5. Pressione o botão liga/desliga.



6. Conclua a configuração do sistema operacional.

   Para Ubuntu:

   Siga as instruções na tela para concluir a configuração. Para ver mais informações sobre como instalar e configurar o Ubuntu, pesquise no recurso da base de conhecimento no Site de Suporte Dell.

   Para Windows:

   Siga as instruções na tela para concluir a configuração. Quando estiver configurando, a Dell recomenda que você:

   - Conecte-se a uma rede para obter as atualizações do Windows.

     NOTA: Se estiver se conectando a uma rede de rede sem fio segura, digite a senha de acesso à rede de rede sem fio quando solicitado.

   - Se estiver conectado à Internet, faça login ou crie uma conta da Microsoft. Se não estiver conectado à Internet, crie uma conta off-line.
   - Na tela **Suporte e proteção**, insira suas informações de contato.

7. Localize e use os aplicativos da Dell no menu Iniciar do Windows (recomendado)

Tabela 1. Localizar aplicativos Dell

Recursos	Descrição
	My Dell Local centralizado para os principais aplicativos da Dell, artigos de ajuda e outras informações importantes sobre seu computador. Ele também notifica você sobre o status da garantia, acessórios recomendados e atualizações de software se disponível.

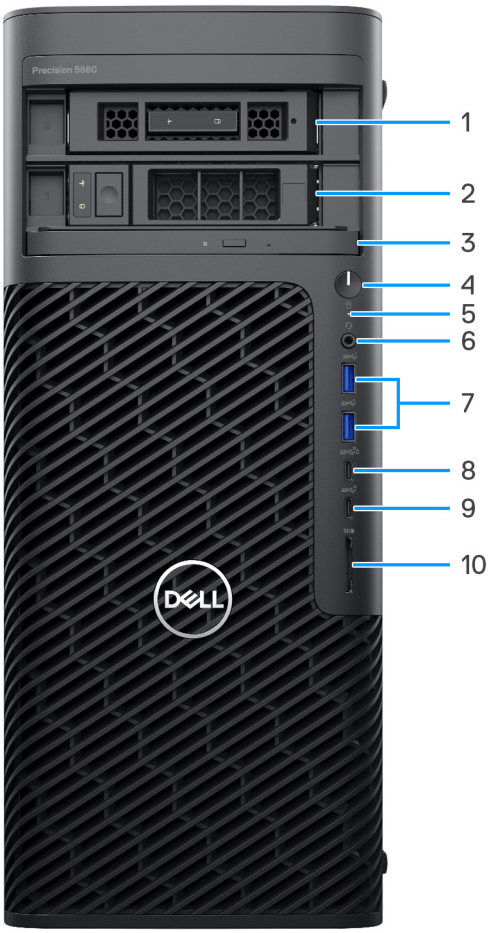
Tabela 1. Localizar aplicativos Dell (continuação)

Recursos	Descrição
	**SupportAssist** O SupportAssist faz a identificação proativa e preditiva de problemas de hardware e software em seu computador e automatiza o processo de engajamento com o suporte técnico da Dell. Ele aborda problemas de desempenho e estabilização, impede ameaças à segurança, monitora e detecta falhas de hardware. Para ver mais informações, consulte o *Guia do usuário do SupportAssist for Home PCs* em Ferramentas de facilidade de manutenção no site do Suporte Dell. Clique em **SupportAssist** e, em seguida, clique em **SupportAssist for Home PCs**. **NOTA:** No SupportAssist, clique na data de vencimento da garantia para renovar ou atualizar sua garantia.
	**Dell Update** Atualiza seu computador com correções críticas e os drivers de dispositivos mais recentes à medida que ficarem disponíveis. Para ver mais informações sobre como usar o Dell Update, pesquise no recurso da base de conhecimento no Site de Suporte Dell.
	**Dell Digital Delivery** Faça download dos aplicativos de software que são adquiridos, mas não são pré-instalados em seu computador. Para ver mais informações sobre como usar o Dell Digital Delivery, pesquise na base de conhecimento no Site do Suporte Dell.

2

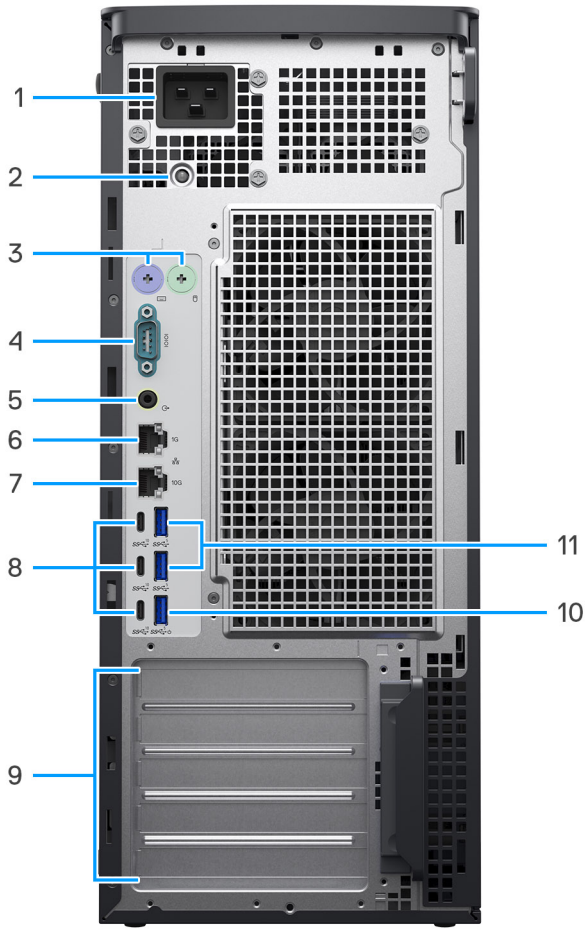
Vistas do Torre Precision 5860

Tela



1. Flexbay M.2 voltado para fora (opcional)
2. Flexbay SATA voltado para fora (opcional)
3. Unidade óptica compacta (opcional)
4. Botão liga/desliga
5. Indicador de atividade do disco rígido
6. Porta de áudio universal
7. Porta USB 3.2 de 1ª geração
8. Porta USB 3.2 Type-C de 2ª geração com PowerShare
9. Porta USB 3.2 Type-C de 2ª geração
10. Leitor de cartão SD

Parte traseira



1. Porta de alimentação (porta de entrada C20)

   NOTA: Os computadores com PSU de 750 W são vendidos com a porta de entrada C14.

2. Luz de diagnóstico da fonte de alimentação
3. Porta PS2 (opcional)
4. Porta serial (opcional)
5. Porta de áudio de saída de linha
6. Porta Ethernet RJ45 (1 Gbps)
7. Porta Ethernet RJ45 (10 Gbps)
8. Três portas USB 3.2 de 2ª geração Type-C
9. Cinco slots de expansão PCIe de 4ª geração

   NOTA: O slot de expansão na parte superior é compatível com a 5ª geração, e os quatro slots da parte inferior são compatíveis com a 4ª geração.

10. Porta USB 3.2 de 1ª geração com Smart Power ativado
11. Duas portas USB 3.2 de 1ª geração

3

Especificações do Torre Precision 5860

Dimensões e peso

A tabela a seguir lista a altura, a largura, a profundidade e o peso do Torre Precision 5860.

Tabela 2. Dimensões e peso

Descrição	Valores
Altura	• 414 mm (16,29 pol.) • 417,90 mm (16,45 pol.) com pé de borracha saliente
Largura	• 172,60 mm (6,79 pol.) • 176,50 mm (6,94 pol.) com pé de borracha saliente
Profundidade	• 429,60 mm (16,90 pol.) • 452,10 mm (17,79 pol.) com estrutura de bloqueio saliente
Peso **NOTA:** O peso do computador depende da configuração solicitada e da variabilidade na fabricação.	• Mínimo: 14,40 kg (31,70 lb) • Máximo: 21,70 kg (47,80 lb)

Processadores

A tabela a seguir mostra os detalhes dos processadores compatíveis na Torre Precision 5860.

Tabela 3. Processadores

Tipo do processador	Potência do processador	Contagem de núcleo do processador	Contagem de threads do processador	Velocidade do processador	Cache do processador
Intel Xeon w3-2423	120 W	6	12	2,10 GHz a 4,20 GHz	15 MB
Intel Xeon w3-2425	130 W	6	12	3,00 GHz a 4,40 GHz	15 MB
Intel Xeon w3-2435	165 W	8	16	3,10 GHz a 4,50 GHz	22,50 MB
Intel Xeon w5-2445	175 W	10	20	3,10 GHz a 4,60 GHz	26,25 MB
Intel Xeon w5-2455X	200 W	12	24	3,20 GHz a 4,60 GHz	30 MB
Intel Xeon w5-2465X	200 W	16	32	3,10 GHz a 4,70 GHz	33,75 MB
Intel Xeon w7-2475X	225 W	20	40	2,60 GHz a 4,80 GHz	37,50 MB
Intel Xeon w7-2495X	225 W	24	48	2,50 GHz a 4,80 GHz	45 MB
Intel Xeon w3-2525	175 W	8	16	3,50 GHz a 4,50 GHz	22,50 MB

Tabela 3. Processadores (continuação)

Tipo do processador	Potência do processador	Contagem de núcleo do processador	Contagem de threads do processador	Velocidade do processador	Cache do processador
Intel Xeon w3-2535	185 W	10	20	3,50 GHz a 4,60 GHz	26,25 MB
Intel Xeon w5-2545	210 W	12	24	3,50 GHz a 4,70 GHz	30 MB
Intel Xeon w5-2555X	210 W	14	28	3,30 GHz a 4,80 GHz	33,75 MB
Intel Xeon w5-2565X	240 W	18	36	3,20 GHz a 4,80 GHz	37,50 MB
Intel Xeon w7-2575X	250 W	22	44	3,00 GHz a 4,80 GHz	45 MB
Intel Xeon w7-2595X	250 W	26	52	2,80 GHz a 4,80 GHz	48,75 MB

Chipset

A tabela a seguir mostra os detalhes do chipset suportado pelo Torre Precision 5860.

Tabela 4. Chipset

Descrição	Valores
Chipset	Intel PCH W790
Processador	Intel Xeon w3/w5/w7
Largura do barramento de DRAM	64 bits
Flash EPROM	32 MB + 16 MB
Barramento PCIe	Até 5ª geração
Memória não volátil	Sim
Interface serial de periférico (SPI) de configuração do BIOS	256 Mbit (32 MB) localizado em SPI_FLASH
Trusted Platform Module TPM 2.0 (TPM discreto ativado)	24 KB localizados no TPM 2.0 no chipset
Firmware -TPM (TPM discreto desativado)	Por padrão, o recurso Platform Trust Technology está visível para o sistema operacional.
EEPROM NIC	Configuração de LOM contida na SPI flash ROM em vez de LOM e-fusível

Sistema operacional

O Torre Precision 5860 suporta os seguintes sistemas operacionais:

- Downgrade do Windows 11 Pro (Imagem do Windows 10 Pro instalada de fábrica)
- Windows 10 CMIT Government Edition, 64 bits (somente para China)
- Windows 11 Pro for Workstations
- Downgrade do Windows 10 Pro for Workstations
- Ubuntu 22.04 LTS, 64 bits
- Red Hat Enterprise Linux 8.6

Memória

A tabela a seguir lista as especificações ambientais da Torre Precision 5860.

Tabela 5. Especificações da memória

Descrição	Valores
Slots de memória	Oito slots DIMM
Tipo de memória	DDR5 ECC quad channel
Velocidade da memória	4.800 MT/s **NOTA:** Os processadores neste computador limitam a velocidade da memória a 4.800 MT/s. **NOTA:** O computador pode ser enviado com memória de classificação mais rápida, mas seu desempenho é restrito pelo limite de barramento de memória de 4.800 MT/s.
Configuração máxima de memória	2 TB
Configuração mínima de memória	16 GB
Tamanho da memória por slot	16 GB, 32 GB, 64 GB, 128 GB, 256 GB
Configurações de memória suportadas	• 16 GB, 1 de 16 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 32 GB, 2 de 16 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 32 GB, 1 de 32 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 64 GB, 4 de 16 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 64 GB, 2 de 32 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 64 GB, 1 de 64 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 96 GB, 6 de 16 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 128 GB, 8 de 16 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 128 GB, 4 de 32 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 128 GB, 2 de 64 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 128 GB, 1 de 128 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 192 GB, 6 de 32 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 256 GB, 8 de 32 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 256 GB, 4 de 64 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 256 GB, 2 de 128 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 256 GB, 1 de 256 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 384 GB, 6 de 64 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 384 GB, 4 de 96 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 512 GB, 8 de 64 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 512 GB, 4 de 128 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 512 GB, 2 de 256 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 768 GB, 8 de 96 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 768 GB, 6 de 128 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 1 TB, 8 de 128 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 1 TB, 4 de 256 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 1,5 TB, 6 de 256 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s • 2 TB, 8 de 256 GB, DDR5 RDIMM, 4.800 MT/s

NOTA:

- Quando cinco ou mais slots DIMM forem preenchidos no computador, a velocidade da memória de 4800 MT/s será rebaixada para 4400 MT/s.

- Os processadores Intel Xeon W3-2423/W3-2425/W3-2435/W3-2525/W3-2535 suportam velocidade de memória de até 4400 MT/s em todas as configurações.

Matriz de memória

A tabela a seguir lista as configurações de memória compatíveis com o Torre Precision 5860.

Tabela 6. Matriz de memória

Descrição	**Opções**							
	CH_F		CH_E		CH_A		CH_B	
Configurações	DIMM 4	DIMM 8	DIMM 2	DIMM 6	DIMM 5	DIMM 1	DIMM 7	DIMM 3
DDR5 ECC de 16 GB	-	-	-	-	-	16	-	-
DDR5 ECC de 32 GB	-	-	16	-	-	16	-	-
DDR5 ECC de 32 GB	-	-	-	-	-	32	-	-
DDR5 ECC de 64 GB	16	-	16	-	-	16	-	16
DDR5 ECC de 64 GB	-	-	32	-	-	32	-	-
DDR5 ECC de 64 GB	-	-	-	-	-	64	-	-
DDR5 ECC de 96 GB	16	-	16	16	16	16	-	16
DDR5 ECC de 128 GB	-	-	-	-	-	128	-	-
DDR5 ECC de 128 GB	-	-	64	-	-	64	-	-
DDR5 ECC de 128 GB	16	16	16	16	16	16	16	16
DDR5 ECC de 128 GB	32	-	32	-	-	32	-	32
DDR5 ECC de 192 GB	32	-	32	32	32	32	-	32
DDR5 ECC de 256 GB	32	32	32	32	32	32	32	32
DDR5 ECC de 256 GB	64	-	64	-	-	64	-	64
DDR5 ECC de 256 GB	-	-	128	-	-	128	-	-
DDR5 ECC de 256 GB	-	-	-	-	-	256	-	-
DDR5 ECC de 384 GB	64	-	64	64	64	64	-	64
DDR5 ECC de 384 GB	96	-	96	-	96	-	96	-
DDR5 ECC de 512 GB	64	64	64	64	64	64	64	64
DDR5 ECC de 512 GB	128	-	128	-	128	-	128	-
DDR5 ECC de 512 GB	-	-	256	-	-	256	-	-
DDR5 ECC de 768 GB	128	-	128	128	128	128	-	128
DDR5 ECC de 768 GB	96	96	96	96	96	96	96	96
DDR5 ECC de 1 TB	128	128	128	128	128	128	128	128
DDR5 ECC de 1 TB	256	-	256	-	256	-	256	-
DDR5 ECC de 1,5 TB	256	-	256	256	256	256	-	256
DDR5 ECC de 2 TB	256	256	256	256	256	256	256	256

Portas e slots externos

A tabela a seguir lista as portas externas e slots do Torre Precision 5860.

Tabela 7. Portas e slots externos

Descrição	Valores
Porta de rede	• Uma porta Ethernet RJ45, 1 GbE (parte traseira) • Uma porta Ethernet RJ45, 10 GbE (parte traseira)
Portas USB	• Duas portas USB 3.2 de 1ª geração (parte dianteira) • Uma porta USB 3.2 Type-C de 2ª geração com PowerShare (parte frontal) • Uma porta USB 3.2 Type-C de 2ª geração (parte frontal) • Três portas USB 3.2 de 2ª geração Type-C (parte traseira) • Duas portas USB 3.2 de 1ª geração (parte traseira) • Uma porta USB 3.2 de 1ª geração com Smart Power On (parte traseira)
Porta de áudio	• Uma porta de áudio universal (frontal) • Uma porta de saída de áudio (parte traseira)
Porta(s) de vídeo	Via GPU dedicada
Leitor de cartão de mídia	Um slot de cartão SD (parte frontal)
Porta do adaptador de energia	Uma porta de alimentação
Slot do cabo de segurança	• Um slot do cabo de segurança Kensington • Um anel de cadeado

Slots internos

A tabela a seguir lista os slots internos da Torre Precision 5860.

Tabela 8. Slots internos

Descrição	Valores
SATA	• Dois slots SATA 3.0 para disco rígido de 3,5 polegadas/2,5 polegadas • Dois slots SATA 3.0 para compartimento flexível de armazenamento voltado para fora • Unidade óptica fina
Expansão PCIe	• Um slot PCIe x16 de altura completa de 5ª geração • Um slot PCIe x16 de altura completa de 4ª geração • Dois slots PCIe x8 de altura completa de 4ª geração • Um slot PCIe x8 de altura completa de 4ª geração (x4 elétricos por meio de PCH) (aberto)
M.2	• Dois slots M.2 2230/2280 para unidade de estado sólido PCIe NVMe de 4ª geração • Dois slots M.2 2230/2280 para compartimentos flexíveis de armazenamento PCIe NVMe de 4ª geração voltados para fora

Tabela 8. Slots internos (continuação)

Descrição	Valores
	NOTA: Para saber mais sobre os recursos de diferentes tipos de placas M.2, consulte o artigo da base de conhecimento 000144170 no Site de Suporte Dell.

Ethernet

A tabela a seguir mostra as especificações de rede local Ethernet com fio (LAN) do Torre Precision 5860.

Tabela 9. Especificações de Ethernet

Descrição	Valores
Modelo	• Conexão Ethernet Intel i219-LM • Marvell AQC113
Taxa de transferência	• 1 Gbps • 10 Gbps

Módulo sem fio

A tabela a seguir lista o módulo de rede local sem fio (WLAN) compatível com o Torre Precision 5860.

Tabela 10. Especificações do módulo sem fio

Descrição	Valores
Número do modelo	Qualcomm WCN6856-DBS
Taxa de transferência	Até 3.571 Mbps
Bandas de frequência suportadas	2,4 GHz/5 GHz/6 GHz **NOTA:** A frequência de 6 GHz é compatível apenas com computadores instalados com o sistema operacional Windows 11.
Padrões sem fio	• Wi-Fi 802.11a/b/g • Wi-Fi 4 (Wi-Fi 802.11n) • Wi-Fi 5 (Wi-Fi 802.11ac) • Wi-Fi 6E (Wi-Fi 802.11ax)
Criptografia	• WEP de 64 bits e 128 bits • AES-CCMP • TKIP
Placa de rede sem fio Bluetooth	Bluetooth 5.3

Áudio

A tabela a seguir lista as especificações de áudio do Torre Precision 5860.

Tabela 11. Especificações de áudio

Descrição		Valores
Controlador de áudio		Controlador de áudio Realtek ALC3246-CG
Conversão estéreo		DAC (digital para analógico) e ADC (analógico para digital) de 24 bits
Interface de áudio interna		USB
Interface de áudio externa		• Uma porta de áudio universal (frontal) • Uma porta de saída de áudio (parte traseira)
Número de alto-falantes		Um (interno)
Amplificador interno de alto-falante		Não suportado
Controles de volume externo		Não suportado
Saída do alto-falante:		
	Média	2 W
	Pico	2,5 W
Microfone		Por porta de áudio universal

Armazenamento

Esta seção lista as opções de armazenamento na Torre Precision 5860.

A Torre Precision 5860 é compatível com uma ou mais das unidades de armazenamento a seguir:

- Dois discos rígidos de 2,5 polegadas
- Dois discos rígidos de 2,5 polegadas (via compartimentos flexíveis de armazenamento voltados para fora)
- Dois discos rígidos de 3,5 polegadas
- Dois discos rígidos de 3,5 polegadas (via compartimentos flexíveis de armazenamento voltados para fora)
- Duas unidades de estado sólido M.2 internas
- Duas unidades de estado sólido M.2 (via compartimentos flexíveis de armazenamento voltados para fora)

NOTA: O sistema suporta no máximo dois slots de compartimento flexível de armazenamento voltados para fora.

Tabela 12. Especificações de armazenamento

	Tipo de interface	Capacity (Capacidade)
Unidade de disco rígido de 2,5 polegadas e 7200 RPM	SATA 3.0	500 GB
Unidade de estado sólido SATA de 2,5 polegadas para uso misto	SATA 3.0	1,92 TB
Unidade de disco rígido de 3,5 polegadas e 7200 RPM	SATA 3.0	1 TB
Disco rígido Enterprise de 3,5 polegadas e 7.200 RPM	SATA 3.0	2 TB
Disco rígido Enterprise de 3,5 polegadas e 7.200 RPM	SATA 3.0	4 TB
Disco rígido Enterprise de 3,5 polegadas e 7.200 RPM	SATA 3.0	8 TB

Tabela 12. Especificações de armazenamento (continuação)

	Tipo de interface	Capacity (Capacidade)
Disco rígido Enterprise de 3,5 polegadas e 7.200 RPM	SATA 3.0	12 TB
Unidade de disco rígido de 2,5 polegadas, 15.000 RPM	SAS	600 GB
Unidade de disco rígido de 2,5 polegadas, 10.000 RPM	SAS	1,2 TB
Unidade de disco rígido Enterprise de 2,5 polegadas, 10.000 RPM	SAS	2,4 TB
SSD M.2 2230, classe 40	PCIe NVMe x4 de 4ª geração	256 GB
M.2 2280, SSD, Classe 40	PCIe NVMe x4 de 4ª geração	2 TB
M.2 2280, SSD, Classe 40	PCIe NVMe x4 de 4ª geração	4 TB
SSD M.2 2280, criptografia automática, Opal 2.0, FIPS	PCIe NVMe x4 de 4ª geração	512 GB
SSD M.2 2280, criptografia automática, Opal 2.0, FIPS	PCIe NVMe x4 de 4ª geração	1 TB

RAID (Redundant Array of Independent Disks — Matriz redundante de discos independentes)

Para obter desempenho ideal ao configurar unidades como um volume RAID, a Dell Technologies recomenda modelos de unidade idênticos.

Os volumes de RAID 0 (fracionado, de desempenho) se beneficiam de maior desempenho quando as unidades são correspondentes, pois os dados são divididos em várias unidades: quaisquer operações de E/S com tamanhos de bloco maiores do que o tamanho da fração dividirão a E/S e se tornarão limitados pela unidade mais lenta. Para as operações de E/S do RAID 0 em que os tamanhos de bloco são menores do que o tamanho da fração, qualquer que seja a unidade de destino da E/S, isso determinará o desempenho, o que aumenta a variabilidade e resulta em latências inconsistentes. Essa variabilidade é especialmente pronunciada para operações de gravação e pode ser problemática para aplicativos que são sensíveis a latência. Um exemplo disso é qualquer aplicativo que execute milhares de gravações aleatórias por segundo em tamanhos de blocos muito pequenos.

Os volumes de RAID 1 (Mirrored e Data Protection) se beneficiam de maior desempenho quando as unidades são correspondentes, pois os dados são espelhados em diversas unidades: todas as operações de E/S devem ser executadas de maneira idêntica nas duas unidades; assim, as variações no desempenho da unidade quando o os modelos são diferentes resultam nas operações de E/S concluídas somente de maneira tão rápida quanto a unidade mais lenta. Embora isso não sofra o problema de latência variável em operações de E/S aleatórias pequenas, como o RAID 0 em unidades heterogêneas, o impacto ainda é grande porque a unidade de maior desempenho se torna limitada em todos os tipos de E/S. Um dos piores exemplos de desempenho limitado é quando se usa E/S sem armazenamento em buffer. Para garantir que as gravações sejam totalmente confirmadas em regiões não voláteis do volume de RAID, a E/S sem armazenamento em buffer ignora o cache (por exemplo, usando o bit Force Unit Access no protocolo NVMe) e a operação de E/S não será concluída até que todas as unidades no volume RAID tenham concluído a solicitação para confirmar os dados. Esse tipo de operação de E/S nega completamente qualquer vantagem de uma unidade de melhor desempenho no volume.

O RAID 5 oferece melhor desempenho usando o fracionamento e a proteção de dados por meio da paridade. A desvantagem do RAID 5 é que a recriação de um grande volume RAID 5 requer um período mais longo. A seguir estão os principais recursos do RAID 5:

- Requer pelo menos três unidades.
- Os dados estão disponíveis mesmo se uma das unidades presentes no volume falhar. A unidade com falha deve ser substituída e o volume deve ser reconstruído para que os dados fiquem acessíveis.
- A capacidade total é N-1, em que N é a capacidade total das unidades no array. Por exemplo, se você usar três unidades de 1 TB em um array RAID 5, o tamanho total do volume será de 2 TB.

O RAID 10 é uma faixa de espelhos que combina os recursos do RAID 0 e do RAID 1. À medida que os blocos são fracionados e espelhados, o desempenho e a redundância são maiores. A desvantagem do RAID 10 é que ele é mais caro do que outros níveis de RAID, exigindo de um número maior de unidades. A seguir estão os principais recursos do RAID 10:

- Requer um mínimo de quatro unidades. Pode-se utilizar apenas um número par de unidades, não sendo possível um número ímpar.
- A capacidade total do volume é metade da soma da capacidade da unidade individual. Por exemplo, quando você usa quatro unidades de 1 TB, obtém um volume RAID 10 de 2 TB.

Deve-se ter cuidado para fazer a correspondência não apenas do fornecedor, da capacidade e da classe da unidade, mas também o modelo específico. As unidades do mesmo fornecedor, com a mesma capacidade e até mesmo dentro da mesma classe, podem ter características de desempenho muito diferentes para determinados tipos de operações de E/S. Portanto, a correspondência por modelo garante que os volumes RAID sejam compostos por um array homogêneo de unidades que entregará todos os benefícios de um volume RAID sem incorrer em penalidades adicionais quando uma ou mais unidades do volume tiverem desempenho inferior.

Torre Precision 5860A Torre Precision 5860 é compatível com RAID que tenha mais de uma configuração de disco rígido.

Coerção de disco :

A família de produtos Intel VROC é compatível com coerção de disco. Quando um volume RAID é criado, esse recurso analisa os discos rígidos e automaticamente ajusta (arredonda para baixo) a capacidade dos discos para 95% do menor disco rígido. Isso possibilita as variações de capacidades do disco rígido entre diferentes fornecedores.

A interface de usuário do VROC – UI do aplicativo VROC do Windows ou a ferramenta CLI para produção – oferece a opção de ignorar essa situação manualmente, para que seja possível usar todo o espaço em disco.

Placa MegaRAID 9660-16i

A tabela a seguir lista as especificações da placa MegaRAID 9660-16i.

Tabela 13. Especificações da MegaRAID 9660-16i

Descrição	Valores
Tipo de adaptador	MegaRAID
Portas	16 internas
Controlador de armazenamento	SAS4116 ROC
Interface de host PCIe	x8, 4ª geração
Storage interface	PCIe (NVMe) de 4ª geração, 24 Gb/s SAS, 6 Gb/s SATA
Níveis de RAID	0, 1, 10, 5, 50, 6, 60
PDs SAS/SATA, no máximo	240
PDs NVMe, no máximo	32
Conectores	2 x8 SFF-8654
Formato	LP-MD2
Dimensões	155,52 mm (± 0,13 mm) x 68,77 mm (± 0,13 mm)
Energia típica	20 W
Condições de operação	250 LFM a 55°C
Backup de energia	CVPM05 (FBU345)
Security	Inicialização segura e atestado de hardware
Driver	Driver MPI3 unificado
Sistemas operacionais compatíveis	• Windows • VMware vSphere/ESXi • Red Hat Enterprise Linux • SuSE Linux • Ubuntu Linux • Citrix XenServer • CentOS Linux • Debian Linux • Oracle Enterprise Linux • Fedora • FreeBSD

Leitor de cartão de mídia

A tabela abaixo apresenta as especificações dos cartões de mídia compatíveis com o Torre Precision 5860.

Tabela 14. Especificações do leitor de cartão de mídia

Descrição	Valores
Tipo de slot de cartão de mídia	Slot 4.0
Cartões de mídia com suporte	• Secure Digital (SD) • Secure Digital High Capacity (SDHC) • Secure Digital Extended Capacity (SDXC)
NOTA: A capacidade máxima permitida pelo leitor de cartão de mídia depende do padrão do cartão de mídia instalado no computador.	

Especificações de alimentação

A tabela a seguir mostra as especificações de classificação de energia do Torre Precision 5860.

Tabela 15. Especificações de alimentação

Descrição	Opção um	Opção dois
Tipo	Fonte de alimentação interna Platinum de 1.350 W	Fonte de alimentação interna Platinum de 750 W
Tensão de entrada	90 VCA-264 VCA	90 VCA-264 VCA
Frequência de entrada	47 Hz–63 Hz	47 Hz–63 Hz
Corrente de entrada (máxima)	16 A	10 A
Corrente de saída (contínua)	Operação: • 12 VA / 42 A • 12 VB/36 A • 12 VC/72 A Modo de espera: • 12 VA/1,5 A • 12 VB/5 A	Operação: • 12 VA/36 A • 12 VB/27 A • 12 VC/36 A Modo de espera: • 12 VA/1,5 A • 12 VB/5 A
Tensão de saída nominal	• 12 VA • 12 VB • +12 VC	• 12 VA • 12 VB • +12 VC
Faixa de temperatura		
De operação	5 °C a 45° C (41 °F a 113 °F)	5 °C a 45° C (41 °F a 113 °F)
Armazenamento	-40 °C a 70 °C (-40 °F a 158 °F)	-40 °C a 70 °C (-40 °F a 158 °F)

Conector da fonte de alimentação

A tabela a seguir mostra as especificações do conector da fonte de alimentação da Torre Precision 5860.

Tabela 16. conector da fonte de alimentação

Descrição	Valores
750 W (Platinum)	• Dois conectores de 4 pinos para o processador • Um conector de 10 pinos para placa de sistema • Dois conectores auxiliares de 8 pinos (6 + 2) para placas de expansão
1.350 W (Platinum)	• Três conectores de 4 pinos para o processador • Um conector de 12 pinos para placa de sistema • Quatro conectores auxiliares de 8 pinos (6 + 2) para placas de expansão

GPU — discreta

A tabela a seguir mostra as especificações da unidade de processamento gráfico (GPU) dedicada compatível com a Torre Precision 5860.

Tabela 17. GPU — discreta

Controlador	Tamanho da memória	Tipo de memória
AMD Radeon Pro W6300	2 GB	GDDR6
AMD Radeon Pro W6400	4 GB	GDDR6
AMD Radeon Pro W6600	8 GB	GDDR6
AMD Radeon Pro W7500	8 GB	GDDR6
AMD Radeon Pro W7600	8 GB	GDDR6
AMD Radeon Pro W6800	16 GB	GDDR6
AMD Radeon Pro W7700	16 GB	GDDR6
AMD Radeon Pro W7900	48 GB	GDDR6
NVIDIA T400	4 GB	GDDR6
NVIDIA T1000	8 GB	GDDR6
NVIDIA RTX A2000	12 GB	GDDR6
NVIDIA RTX A4000	16 GB	GDDR6
NVIDIA RTX A4500	20 GB	GDDR6
NVIDIA RTX 4000 Geração Ada	20 GB	GDDR6
NVIDIA RTX 4500 Geração Ada	24 GB	GDDR6
NVIDIA RTX A5500	24 GB	GDDR6
NVIDIA RTX 5000 Geração Ada	32 GB	GDDR6
NVIDIA A800	40 GB	HBM2
NVIDIA RTX A6000	48 GB	GDDR6
NVIDIA RTX 6000 Geração Ada	48 GB	GDDR6

Resolução da porta de vídeo

A tabela a seguir lista a resolução da porta de vídeo da Torre Precision 5860.

Tabela 18. Resolução da porta de vídeo

Placa gráfica	Portas de vídeo	Resolução máxima compatível
AMD Radeon Pro W6300	Quatro portas DP 1.4	7680 x 4320 @ 24 bpp a 120 Hz **NOTA:** Requer dois DPs 1.4a e DSC.
AMD Radeon Pro W6400	Quatro portas DP 1.4	7680 x 4320 @ 24 bpp a 120 Hz **NOTA:** Requer dois DPs 1.4a e DSC.
AMD Radeon Pro W6600	Quatro portas DP 1.4	7680 x 4320 a 60 Hz
AMD Radeon Pro W7500	Quatro portas DP 1.4	7680 x 4320 a 60 Hz
AMD Radeon Pro W7600	Quatro portas DP 1.4	7680 x 4320 a 60 Hz
AMD Radeon Pro W6800	Seis portas mini-DP 1.4	7680 x 4320 a 60 Hz
AMD Radeon Pro W7700	Quatro portas DP 1.4	7680 x 4320 @ 24 bpp a 120 Hz **NOTA:** Requer dois DPs 1.4a e DSC.
AMD Radeon Pro W7900	Três portas DP 1.4 e uma porta mini-DP	7680 x 4320 @ 24 bpp a 120 Hz **NOTA:** Requer dois DPs 1.4a e DSC.
NVIDIA T400	Três portas mini-DP 1.4	7680 x 4320 @ 24 bpp a 120 Hz **NOTA:** Requer dois DPs 1.4a e DSC.
NVIDIA T1000	Quatro portas mini-DP 1.4	7680 x 4320 @ 24 bpp a 120 Hz **NOTA:** Requer dois DPs 1.4a e DSC.
NVIDIA RTX A2000	Quatro portas mini-DP 1.4	7680 x 4320 @ 24 bpp a 120 Hz **NOTA:** Requer dois DPs 1.4a e DSC.
NVIDIA RTX A4000	Quatro portas DP 1.4	7680 x 4320 @ 24 bpp a 120 Hz **NOTA:** Requer dois DPs 1.4a e DSC.
NVIDIA RTX A4500	Quatro portas DP 1.4	7680 x 4320 @ 24 bpp a 120 Hz **NOTA:** Requer dois DPs 1.4a e DSC.
NVIDIA RTX 4000 Geração Ada	Quatro portas DP 1.4	7680 x 4320 @ 24 bpp a 120 Hz **NOTA:** Requer dois DPs 1.4a e DSC.
NVIDIA RTX 4500 Geração Ada	Quatro portas DP 1.4	7680 x 4320 @ 24 bpp a 120 Hz **NOTA:** Requer dois DPs 1.4a e DSC.
NVIDIA RTX A5500	Quatro portas DP 1.4	7680 x 4320 @ 24 bpp a 120 Hz **NOTA:** Requer dois DPs 1.4a e DSC.
NVIDIA RTX 5000 Geração Ada	Quatro portas DP 1.4	7680 x 4320 @ 24 bpp a 120 Hz **NOTA:** Requer dois DPs 1.4a e DSC.
NVIDIA A800 **NOTA:** A NVIDIA A800 de 40 GB não vem equipada com DisplayPorts, portanto, não tem saídas de vídeo.	N/D	N/D
NVIDIA RTX A6000	Quatro portas DP 1.4	7680 x 4320 @ 24 bpp a 120 Hz **NOTA:** Requer dois DPs 1.4a e DSC.

Tabela 18. Resolução da porta de vídeo (continuação)

Placa gráfica	Portas de vídeo	Resolução máxima compatível
NVIDIA RTX 6000 Geração Ada	Quatro portas DP 1.4	7680 x 4320 a 60 Hz

Segurança de hardware

A tabela a seguir mostra a segurança de hardware do Torre Precision 5860.

Tabela 19. Segurança de hardware

Segurança de hardware
Slot do cabo de segurança Kensington
Volta de cadeado
Suporte para trava do chassi - Fechadura de moeda
Sensor de violação do chassi
Borda com trava para compartimento flexível de armazenamento voltado para fora (incluído com unidades NVMe M.2, opcional com unidades SATA)
Hardware dedicado TPM 2.0

Requisitos ambientais

A tabela a seguir lista as especificações ambientais do Torre Precision 5860.

Tabela 20. Requisitos ambientais

Recurso	Valores
Embalagem reciclável	Sim
BFR/sem PVC	Não
Suporte para embalagem de orientação vertical	Sim
Embalagem Multi-pack	Não
Fonte de alimentação com uso eficiente de energia	Padrão
Compatível com ENV0424	Sim

NOTA: As embalagens de fibra à base de madeira contêm um mínimo de 35% de conteúdo reciclado, em peso total de fibra à base de madeira. As embalagens sem fibra de madeira podem ser consideradas como não aplicáveis. Os critérios antecipados requeridos para a EPEAT 2018.

Conformidade com normas

A tabela a seguir lista a conformidade com normas do Torre Precision 5860.

Tabela 21. Conformidade com normas

Conformidade com normas
Configurações com registro da EPEAT disponíveis
Configurações compatíveis com o ENERGY STAR disponíveis
Configurações com certificação TCO 9.0 disponíveis

Tabela 21. Conformidade com normas (continuação)

Conformidade com normas
Configurações compatíveis com US CEC MEPS disponíveis
WEEE
Lei de energia do Japão
ROHS da União Europeia
ROHS da China

Ambiente de operação e armazenamento

Esta tabela lista as especificações de operação e armazenamento do Torre Precision 5860.

Nível de poluentes transportados: G1, conforme definido pela norma ISA-S71.04-1985

Tabela 22. Características ambientais do computador

Descrição	Operação	Armazenamento
Faixa de temperatura	5 °C a 35 °C (41 °F a 95 °F)	-40 °C a 65 °C (-40 °F a 149 °F)
Umidade relativa (máxima)	20 a 80% (sem condensação, temperatura máxima do ponto de orvalho = 26 °C)	5 a 95% (sem condensação, temperatura máxima do ponto de orvalho = 33 °C)
Vibração (máxima)*	0,52 GRMS aleatório, de 5 Hz a 350 Hz	2,00 GRMS aleatório, 5 Hz a 350 Hz
Choque (máximo)	Pulso inferior de meio seno com uma mudança de velocidade de 40 G, 2,5 ms	Pulso inferior de meio seno de 105 G com uma mudança de velocidade de 105 G, 2,5 ms
Faixa de altitude	-15,2 m a 3.048 m (49 pés a 10.000 pés)	-15,2 m a 10.668 m (49 pés a 35.000 pés)

CUIDADO: Os intervalos de temperatura de armazenamento e de operação podem ser diferentes entre os componentes. Assim, operar ou armazenar o dispositivo fora desses intervalos pode afetar o desempenho de componentes específicos.

* Medida usando um espectro de vibração aleatório que simula o ambiente do usuário.

† Medida usando um pulso de meio seno de 2 ms.

4

Como obter ajuda e entrar em contato com a Dell

Recursos de autoajuda

Você pode obter informações e ajuda sobre produtos e serviços Dell usando estes recursos de autoajuda:

Tabela 23. Recursos de autoajuda

Recursos de autoajuda	Local do recurso
Informações sobre produtos e serviços Dell	Site da Dell
Dicas	
Entrar em contato com o suporte	Na pesquisa do Windows, digite `Contact Support` e pressione a tecla Enter.
Ajuda on-line para sistema operacional	Site do suporte do Windows Site do suporte do Linux
Acesse as principais soluções, diagnósticos, drivers e downloads para saber mais sobre seu computador por meio de vídeos, manuais e documentos.	Seu computador Dell é identificado exclusivamente por uma etiqueta de serviço ou código de serviço expresso. Para ver recursos de suporte referentes ao seu computador Dell, digite a etiqueta de serviço ou o código de serviço expresso no site do Suporte Dell. Para ver mais informações sobre como localizar a etiqueta de serviço do computador, consulte Localizar a etiqueta de serviço em seu computador.
Artigo da base de conhecimento Dell	1. Acesse o site do Suporte Dell. 2. Na barra de menu, na parte superior da página suporte, selecione **Suporte** > **Biblioteca de suporte**. 3. No campo de pesquisa da página da biblioteca de suporte, digite a palavra-chave, o assunto ou o número do modelo e, em seguida, clique ou toque no ícone de pesquisa para visualizar os artigos relacionados.

Como entrar em contato com a Dell

Para entrar em contato com a Dell e tratar de problemas relativos a vendas, suporte técnico ou atendimento ao cliente, acesse o site do Suporte Dell.

NOTA: A disponibilidade dos serviços pode variar dependendo do país ou da região e do produto.

NOTA: Se não tiver uma conexão ativa à Internet, você pode encontrar as informações de contato sobre sua fatura, nota fiscal, nota de compra ou no catálogo de produtos Dell.

Processador Intel® Xeon® W7-2495X
cache de 45 M, 2,50 GHz

Processador Intel® Xeon® W7-2495X
cache de 45 M, 2,50 GHz

Adicionar para comparar

Especificações

Baixe as especificações ↓

Essenciais

Coleção de produtos	Processador Intel® Xeon® W
Codinome	Produtos com denominação anterior Sapphire Rapids
Segmento vertical	Workstation
Número do processador	w7-2495X
Litografia	Intel 7
Preço recomendado para o cliente	$2189.00-$2199.00

Especificações da CPU

Número de núcleos	24
Nº de Performance-cores	24
Nº de Efficient-cores	0
Total de threads	48
Frequência turbo max	4.80 GHz
Frequência da Tecnologia Intel® Turbo Boost Max 3.0 ‡	4.80 GHz
Frequência da Tecnologia Intel® Turbo Boost 2.0 ‡	4.60 GHz
Frequência base do processador	2.50 GHz
Cache	45 MB Intel® Smart Cache
Velocidade do Intel® UPI	0 GT/s

Nº de links de UPI	0
Potência básica do processador	225 W
Energia turbo máxima	270 W

Informações complementares

Status	Launched
Data de introdução	Q1'23
Opções integradas disponíveis	Não
Condições de uso	Workstation

Especificações de memória

Tamanho máximo de memória (de acordo com o tipo de memória)	2 TB
Tipos de memória	DDR5-4800 (MT/s)
Velocidade máxima de memória	4800 MHz
Nº máximo de canais de memória	4
Memória persistente Intel® Optane™ DC com suporte	Não
Compatibilidade com memória ECC ‡	Sim

Opções de expansão

Revisão da Interface de Mídia Direta (DMI)	4.0
Escalabilidade	1S Only
Revisão de PCI Express	5.0
Nº máximo de linhas PCI Express	64

Especificações de encapsulamento

Soquetes suportados	FCLGA4677
Transportadora de pacotes	E1B
Configuração máxima da CPU	1
DTS Max	94 °C
T_{CASE}	77
Tamanho do pacote	77.5mm x 56.5mm

Tecnologias avançadas

Intel® QuickAssist Technology (QAT)	0 default devices
Intel® Dynamic Load Balancer (DLB)	0 default devices
Intel® Data Streaming Accelerator (DSA)	1 default devices

Intel® In-memory Analytics Accelerator (IAA)	0 default devices
Intel® Advanced Matrix Extensions (AMX)	Sim
Intel® Deep Learning Boost (Intel® DL Boost)	Sim
Intel® Resource Director Technology (Intel® RDT)	Não
Tecnologia Intel® Speed Shift	Sim
Tecnologia Intel® Turbo Boost Max 3.0 ‡	Sim
Tecnologia Intel® Turbo Boost ‡	2.0
Tecnologia Hyper-Threading Intel® ‡	Sim
Intel® TSX-NI	Sim
Intel® 64 ‡	Sim
Conjunto de instruções	64-bit
Extensões do conjunto de instruções	Intel® SSE4.1, Intel® AMX, Intel® SSE4.2, Intel® AVX2, Intel® AVX-512
Nº de unidades de FMA de AVX-512	2
Tecnologia Enhanced Intel SpeedStep®	Sim

Segurança e confiabilidade

Elegibilidade Intel vPro® ‡	Intel vPro® Enterprise
Intel® Threat Detection Technology (TDT)	Não
Intel® Active Management Technology (AMT) ‡	Sim
Intel® Remote Platform Erase (RPE) ‡	Não
Intel® One-Click Recovery ‡	Não
Aceleração de software Intel® QuickAssist	Não
Suporte para Resiliência de firmware de plataforma Intel®	Sim
Intel® Control-Flow Enforcement Technology	Sim
Intel® Total Memory Encryption - Multi Key	Não
Intel® Total Memory Encryption	Sim
Novas instruções Intel® AES	Sim
Intel® Software Guard Extensions (Intel®SGX)	No
Intel® OS Guard	Sim
Intel® Trusted Execution Technology ‡	Sim
Bit de desativação de execução ‡	Sim
Intel® Boot Guard	Sim

Controle de Execução baseado em Modo (MBEC — Mode-based Execute Control)	Sim
Tecnologia de Virtualização Intel® com proteção de redirecionamento (VT-rp) ‡	Sim
Tecnologia de virtualização Intel® (VT-x) ‡	Sim
Tecnologia de virtualização Intel® para E/S dirigida (VT-d) ‡	Sim
Intel® VT-x com Tabelas de páginas estendidas (EPT) ‡	Sim

Todas as informações fornecidas estão sujeitas a alterações a qualquer momento, sem aviso prévio. A Intel pode alterar o ciclo de vida da fabricação, as especificações e as descrições dos produtos a qualquer momento, sem aviso prévio. As informações aqui contidas são fornecidas "no estado em que se encontram" e a Intel não atribui qualquer declaração ou garantias relacionadas à precisão das informações, nem sobre os recursos dos produtos, disponibilidade, funcionalidade ou compatibilidade dos produtos listados. Para obter mais informações sobre os produtos ou sistemas, entre em contato com o fornecedor do sistema.

Intel classifications are for general, educational and planning purposes only and consist of Export Control Classification Numbers (ECCN) and Harmonized Tariff Schedule (HTS) numbers. Any use made of Intel classifications are without recourse to Intel and shall not be construed as a representation or warranty regarding the proper ECCN or HTS. Your company as an importer and/or exporter is responsible for determining the correct classification of your transaction.

Consulte a Ficha técnica para obter definições formais de propriedades e recursos de produtos.

‡ Este recurso pode não estar disponível em todos os sistemas de computação. Verifique com o fornecedor do sistema para determinar se seu sistema oferece este recurso ou consulte as especificações de seu sistema (motherboard, processador, chipset, alimentação, HDD, controle gráfico, memória, BIOS, drivers, monitor de máquina virtual [VMM], software de plataforma e/ou sistema operacional) para saber sobre a compatibilidade do recurso. A funcionalidade, o desempenho e outros benefícios deste recurso podem variar, dependendo das configurações do sistema.

Os números dos processadores Intel não são indicação de desempenho. Os números dos processadores diferenciam recursos dentro de cada família de processador, e não entre famílias diferentes de processadores. Consulte https://www.intel.com.br/content/www/br/pt/processors/processor-numbers.html para obter mais detalhes.

O RCP (Recommended Customer Price, preço recomendado para o cliente) é o guia de preços somente para produtos Intel. Os preços são para clientes diretos da Intel, representam geralmente as quantidades de compra de 1.000 unidades, e estão sujeitos a alterações sem aviso prévio. Os preços podem variar para outros tipos de pacotes e quantidades de envio. Na venda por atacado, o preço corresponde à unidade. Listar os índices RCP não constitui uma oferta oficial da Intel.

SKUs "anunciados" ainda não estão disponíveis. Favor consultar a data de lançamento para a disponibilidade no mercado.

Frequência máxima de turbo refere-se à frequência máxima do processador de núcleo único que pode ser atingida com a Tecnologia Intel® Turbo Boost. Mais informações estão disponíveis no site https://www.intel.com/content/www/br/pt/architecture-and-technology/turbo-boost/turbo-boost-technology.html .

Consulte https://www.intel.com.br/content/www/br/pt/architecture-and-technology/hyper-threading/hyper-threading-technology.html?wapkw=hyper+threading para obter mais informações, incluindo detalhes sobre quais processadores são compatíveis com a Tecnologia Hyper-Threading Intel®.

Os processadores compatíveis com a computação de 64 bits na arquitetura Intel® requerem BIOS habilitados para arquitetura Intel 64.

Alguns produtos suportam as novas instruções AES com uma atualização da Configuração do processador, em particular, i7-2630QM/i7-2635QM, i7-2670QM/i7-2675QM, i5-2430M/i5-2435M, i5-2410M/i5-2415M. Favor entrar em contato com o OEM para o BIOS que inclui a mais recente atualização da Configuração do processador.

© Intel Corporation

Termos de uso

*Marcas comerciais

Cookies

Privacidade

Transparência da cadeia de fornecimento

As tecnologias Intel® podem exigir ativação de hardware, software específico ou de serviços. // Nenhum produto ou componente pode ser totalmente seguro. // Os seus custos e resultados podem variar. // O desempenho varia de acordo com o uso, a configuração e outros fatores. Saiba mais em intel.com/performanceindex // Veja nossos Avisos e isenções de responsabilidade legais completos. // A Intel está comprometida em respeitar os direitos humanos e evitar cumplicidade com abusos de direitos humanos. Consulte Princípios Globais de Direitos Humanos da Intel. Os produtos e software da Intel são destinados a serem utilizados apenas em aplicações que não causem ou contribuam com a violação de um direito humano reconhecido internacionalmente.

CPU Benchmarks

Over 1,000,000 CPUs Benchmarked

Intel Xeon w7-2495X

Benchmarks for the Intel Xeon w7-2495X can be found below. Release dates, price and performance comparisons are also listed when available. This is made using thousands of PerformanceTest benchmark results and is updated daily.

- The first graph shows the relative performance of the CPU compared to the 10 other common (single) CPUs in terms of PassMark CPU Mark.
- The 2nd graph shows the value for money, in terms of the CPUMark per dollar.
- The pricing history data shows the price for a single Processor. For multiple Processors, multiply the price shown by the number of CPUs.

Intel Xeon w7-2495X

Description:

Class:
Server

Socket:
FCLGA4677

Clockspeed:
2.5 GHz

Turbo Speed:
4.8 GHz

Cores:
24

Typical TDP:
225 W

Threads:
48

TDP Up
: 270 W

Cache per CPU Package:

L1 Instruction Cache: 24 x 32 KB
L1 Data Cache: 24 x 48 KB
L2 Cache: 24 x 2048 KB
L3 Cache: 45

Average CPU Mark

Multithread Rating

57697

Single Thread Rating

3471

Samples: 62*
*Margin for error: Low

+ COMPARE

CPU Benchmarks

CPUmark/$Price: 23.09

Overall Rank:
138th fastest in multithreading out of 5148 CPUs
381st fastest in single threading out of 5148 CPUs
108th fastest in out of 1105 Server CPUs

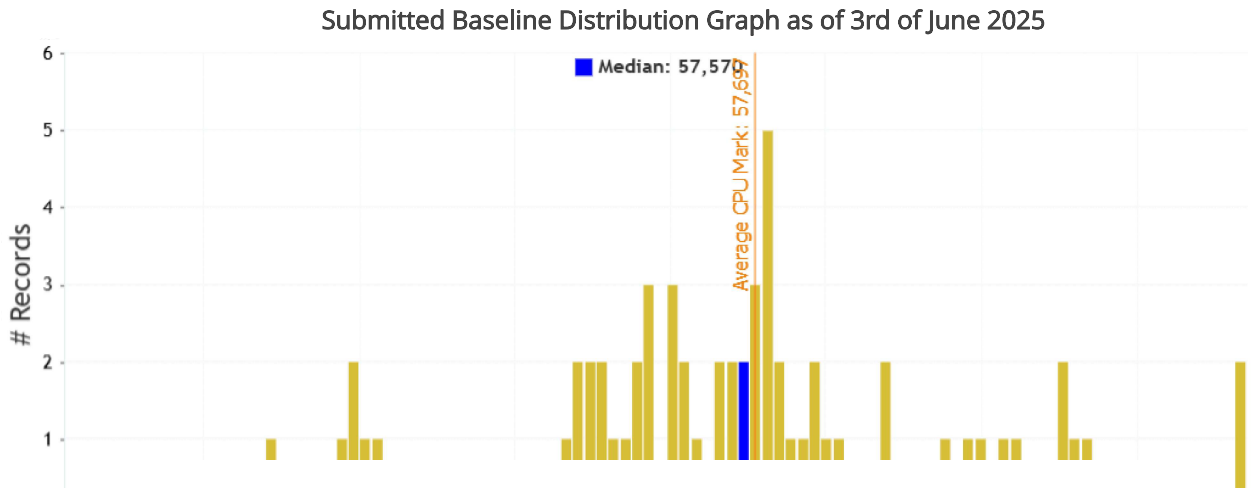
Last Price Change: $2,498.80 USD (2025-02-27)

CPU Test Suite Average Results for Intel Xeon w7-2495X

Integer Math	214,121 MOps/Sec
Floating Point Math	166,493 MOps/Sec
Find Prime Numbers	264 Million Primes/Sec
Random String Sorting	84,998 Thousand Strings/Sec
Data Encryption	41,710 MBytes/Sec
Data Compression	836,043 KBytes/Sec
Physics	3,206 Frames/Sec
Extended Instructions	68,012 Million Matrices/Sec
Single Thread	3,471 MOps/Sec

From submitted results to PerformanceTest V10 as of 6th of June 2025.

CPU Mark Distribution for Intel Xeon w7-2495X



From submitted results since PerformanceTest V10 as of 3rd of June 2025.
For distribution graph only: Results are trimmed to exclude outliers by disregarding the bottom 1% and top 1% of submissions.

Search for Intel Xeon w7-2495X

from the Featured Merchants below:

amazon

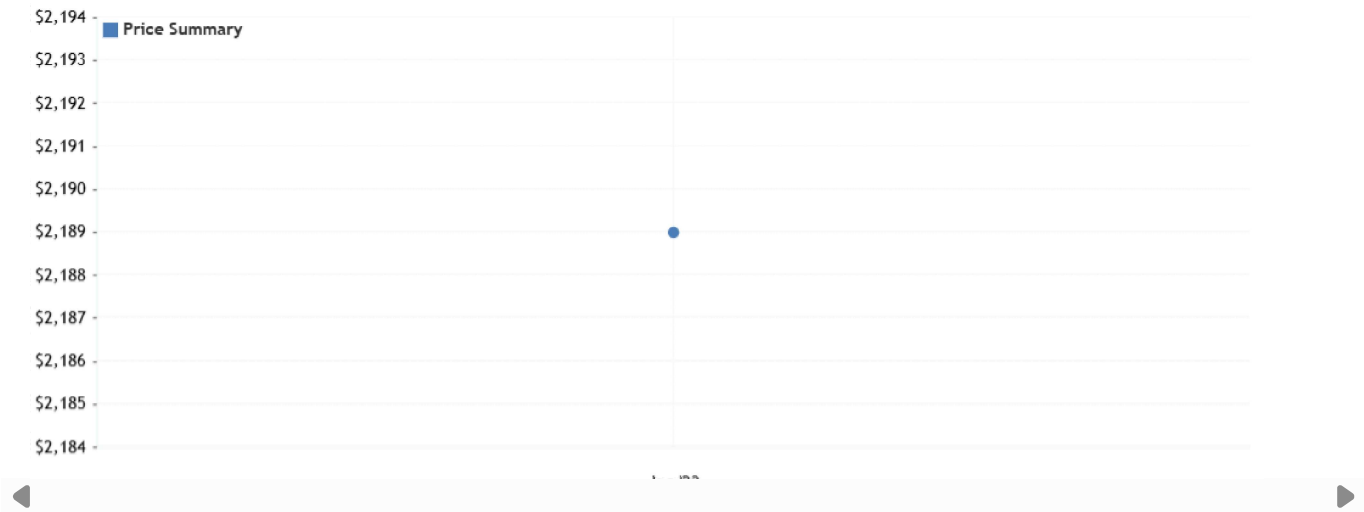
newegg

BEST BUY

ebay

Note: PassMark Software may earn compensation for sales from links on this site through affiliate programs.

Pricing History



CPU Mark Relative to Top 10 Common Server CPUs

As of 6th of June 2025 - Higher results represent better performance

Intel Xeon w7-2495X		57,697

CPU Benchmarks

ARM Neoverse-N1 128 Core 3000 MHz		39,163
ARM Neoverse-N1 80 Core 3000 MHz		35,253
AMD Ryzen 7 PRO 7745		33,694
ARM Neoverse-N1 64 Core 0 MHz		28,044
AMD Ryzen 5 PRO 7645		24,325
Intel Xeon E5-2680 v4 @ 2.40GHz		17,418
Intel Xeon E5-2697 v2 @ 2.70GHz		14,286
Intel Xeon E5-1650 v3 @ 3.50GHz		10,393
Intel Xeon E5-1620 v3 @ 3.50GHz		6,992

CPU Value (CPU Mark / $Price)

As of 6th of June 2025 - Higher results represent better value

Processor	CPU Mark / $Price	
Intel Xeon E5-2680 v4 @ 2.40GHz		82.18
Intel Xeon E5-2697 v2 @ 2.70GHz		73.85
AMD Ryzen Threadripper PRO 3955WX		45.90
Intel Xeon E5-1620 v3 @ 3.50GHz		30.12
Intel Xeon w7-2495X		23.09
Intel Xeon E5-1650 v3 @ 3.50GHz		7.29
ARM Neoverse-N1 80 Core 3000 MHz		NA
ARM Neoverse-N1 128 Core 3000 MHz		NA
ARM Neoverse-N1 64 Core 0 MHz		NA
AMD Ryzen 7 PRO 7745		NA
AMD Ryzen 5 PRO 7645		NA

Processor	Average Thread Rating	

CPU Benchmarks

AMD Ryzen 5 PRO 7645		3,488
Intel Xeon w7-2495X		3,471
AMD Ryzen Threadripper PRO 3955WX		2,679
Intel Xeon E5-1650 v3 @ 3.50GHz		2,122
Intel Xeon E5-1620 v3 @ 3.50GHz		2,009
Intel Xeon E5-2680 v4 @ 2.40GHz		1,935
Intel Xeon E5-2697 v2 @ 2.70GHz		1,791
ARM Neoverse-N1 128 Core 3000 MHz		1,329
ARM Neoverse-N1 80 Core 3000 MHz		1,328
ARM Neoverse-N1 64 Core 0 MHz		1,092

Last 5 Baselines for Intel Xeon w7-2495X

Most recent listed first

Baseline	CPU Mark	
BL2665080 - May 31 2025		54412
BL2650835 - May 25 2025		55404
BL2650831 - May 25 2025		53177
BL2648899 - May 24 2025		53603
BL2622993 - May 14 2025		52260

Additional baselines can be obtained using Windows version of PerformanceTest's Manage Baselines feature.

Popular comparisons for Intel Xeon w7-2495X

As of 6th of June 2025 - Higher results represent better performance

Processor	Average CPU Mark	
Intel Xeon w7-2495X		57,697
AMD EPYC 9224 vs Intel Xeon w7-2495X		45,223 *(-21.6%)*
Intel Xe		4 *(+1.5%)*

Intel Xeon w7-3465X vs Intel Xeon w7-2495X		62,564 *(+8.4%)*

CPU Benchmarks

AMD EPYC 7443 vs Intel Xeon w7-2495X		56,686 *(-1.8%)*
AMD EPYC 9174F vs Intel Xeon w7-2495X		54,243 *(-6.0%)*
Intel Xeon w7-2475X vs Intel Xeon w7-2495X		53,777 *(-6.8%)*
Intel Xeon w7-3445 vs Intel Xeon w7-2495X		48,476 *(-16.0%)*
AMD EPYC 9254 vs Intel Xeon w7-2495X		64,086 *(+11.1%)*
AMD EPYC 9274F vs Intel Xeon w7-2495X		73,982 *(+28.2%)*
AMD EPYC 7543P vs Intel Xeon w7-2495X		66,687 *(+15.6%)*

Software

- BurnInTest
- PerformanceTest
- OSForensics
- MemTest86
- WirelessMon
- Management Console
- Zoom Search Engine
- Free Software

Hardware

- USB3.0 Loopback Plugs
- USB2.0 Loopback Plugs
- PCIe Test Cards
- USB Power Delivery Tester
- Serial and Parallel Loopback Plugs
- USB Short Circuit Testers

Benchmarks

- CPU Benchmarks
- Video Card Benchmarks
- Hard Drive Benchmarks
- RAM Benchmarks
- PC Systems Benchmarks
- Software Marketshare
- Database Benchmarks
- Android Benchmarks
- iOS Benchmarks
- Internet Bandwidth

About Us

- Company
- Contact Us
- The Press Room

Services

International

Copyright © 2025 PassMark® Software

Unified Extensible Firmware Interface Forum

Menu

Home > Membership > Membership List

Membership List

The UEFI Forum community of members is represented by industry-leading OEMs, IHVs, chip manufactures, BIOS and firmware vendors and operating system vendors.

Promoters

AMD

American Megatrends, Inc.

Apple Inc.

ARM Limited

Dell

Hewlett Packard Enterprise

HP, Inc.

Insyde Software

Intel

Lenovo

Microsoft

Phoenix Technologies

Contributors

Absolute Software Corporation

Alibaba (China) Co., Ltd.

Ampere Computing LLC

BELMICRO TECNOLOGIA S/A

Broadcom Corporation

Canonical Limited

Carnegie Mellon University (SEI)

Cirrus Logic, Inc.

Cisco

Cloud Software Group

Cumulus Networks Inc. (NVIDIA)

Cybercom Industria E Comercio de Produtos Eletronico LTDA

Daten Tecnologia

Douyin Vision (Beijing) Co., Ltd. (Beijing Bytedance Network Technology Ltd.)

Dynabook Inc

Fagundez Distribuição Ltda.

Google

Huawei Technologies Co., Ltd

IBM

ICC Intelligent Platforms GmbH

IEIT Systems Co., Ltd. (Inspur)

Linaro Ltd.

Login Informatica Com. Repr. LTDA

Loongson Technology Corporation Limited

Marvell Asia Pte. Ltd.

Montage Technology

Multilaser Industrial S/A

Nanjing Byosoft Co., Ltd.

NVIDIA

Oracle America, Inc.

Positivo Tecnologia S.A.

Qualcomm Inc.

Realtek Semiconductor Corp.

Red Hat, Inc.

Rivos Inc.

SIFIVE, INC.

SUPER MICRO Computer, Inc.

SUSE LLC

Synaptics (DisplayLink (UK) Limited)

The Linux Foundation

The MITRE Corporation

Ventana Micro Systems Inc.

Western Digital Technologies

xFusion Digital Technologies Co., Ltd.

Zoom Tecnologia Ltda.

Adopters

3MD dba Hard Drives NW

3MDEB Embedded Systems Consulting

9elements GmbH

A.D. Nieman & Associates, LLC

A.I.Corporation/BIOS Group

A.I.Corporation/BIOS Group

AAEON Technology Inc.

ACAS Technologies, Inc.

Accurate Always Inc.

Accusys, Inc.

Acer Inc.

Adaptec, Inc.

Ademco, Inc DBA ADI Global Distribution

ads-tech GmbH

Advantech Co., Ltd.

AGN Group Suprimentos

AGS Sundyne Technologies Pvt. Ltd.

Airdesk Ltd.

Alcor Micro Corp.

Allion Labs, Inc.

Alpha Tecnologia e Inovação,

ALTELL Ltd.

AlterSciences

American Arium

AMOI Electronics Co., Ltd.

Anna University - College of Engineering

Apricorn

Arca Noae, LLC

Arista Corp.

Arquimedes Automacao E Informatica LTDA.

ASSET InterTech, Inc.

AssurAware, Inc.

ASUSTeK COMPUTER INC.

Atlona Inc.

ATTO Technology

Attobotics

AuthenTrend Technology Inc.

Authorizer Technologies, Inc.

Aver Networks Corp.

Avery Design Systems

Avid Technology, Inc.

Axiom Electronics, LLC

Axiomtek Co., Ltd.

Balance Software Corp.

Basemark Oy

Battelle Memorial Institute, Pacific Northwest Division

BCM Advanced Research

BedRock Systems, Inc.

Beijing AnHeng SecoTech Information Technology Co., Ltd.

Bergamo & Cavalcante Informática Ltda

BINARLY Inc.

BiTMICRO Networks Inc.

Booz Allen Hamilton

Brown's Operating System Services Limited

BSQUARE Corporation

CalDigit, Inc.

Calxeda, Inc.

Canon Inc.

Captec Ltd.

Centerm Information Co., Ltd.

CenterTools Software GmbH

Central South University

Check Point Software

Chelsio Communications, Inc.

China Greatwall Computer Shenzhen Co., Ltd.

CHUNGHSIN INDUSTRY GROUP

CircleSoft LLC

Circuitco

Cisc Systems

Citrix Systems, Inc.

Cix Technology (Shanghai) Co., Ltd.

Computer Task Group

Concordia SA

Concurrent Technologies Plc

congatec A.G.

conpal GmbH

coresystems GmbH

Courtyard Electronics Ltd.

Cray, Inc.

CrossInfo Architects

Cryptomill Technologies Ltd.

CSWL, Inc.

Dawning Information Industry (Beijing) Corp., Ltd. (Sugon)

Def-Logix, Inc.

Denali Software

DeviceVM, Inc.

Diablo Technologies, Inc.

Dialogue Technology Corp.

Diskeeper Corporation

Dot Hill

DreamBig Semiconductor Inc.

Eclypsium, Inc

Egis Technology Inc.

Elite Group Computer Systems Co., Ltd.

EliteBytes Limited

Eltan B.V.

Embedded Now, Inc

Embedded Research Solutions

emBoot Inc.

Emerson Network Power, Embedded Computing

EMUTEX LTD.

Enmotus, Inc.

EPEAK Studio Ltd.

Etegro Technologies

Eurosoft (UK) Ltd.

EVOC

ExpressLuck Industrial Ltd.

Extreme Engineering Solutions, Inc.

F5 Networks, Inc.

Fastwel Group Co., Ltd.

Federal University of Ceara, Brazil

Fermilab

FernUniversität in Hagen

FirmTek, LLC

Flextronics Instituto de Tecnologia

focian Computer

Founder Technology Group Corp.

Framework Computer LLC

Freescale Semiconductor, Inc.

Fujitsu Ltd.

Gdai Industria Comercio & Eletronicos (Intelligency)

Gemalto SA

General Dynamics Canada

Genesi USA Inc.

Gigabyte United Inc.

GIGAPC

GIT Japan Inc.

Glacier Peak Technology, LLC

Grain Media, Inc.

Greencroft Code

Guidance Software, Inc.

HighPoint Technologies, Inc.

Hitachi, Ltd.

Horus Serviços de Tecnologia LTDA

Houter Brasil Eireli

HTC Corporation

Hunan New Cloudnet Technology Co., Ltd.

HXT Semitech

IATECAM

ICP Electronics, Inc.

Inforlandia, S.A.

InfoTeCS

Infrant Technologies, Inc.

Inphi Corp.

Institute of Physics, Academia Sinica

Integrated Device Technology Inc.

Intellico, LLC

Intelligency

Intelligraphics, Inc.

Inventec Corporation

Inventec Electronic (Tianjin) Co., Ltd.

InvoVision Optoelectronics (Kunshan) Co., Ltd.

IRCONA

ITSC Library

Japan Digital Laboratory Co., Ltd.

JARI

Jetway Information Security Industry Co., Ltd.

KingTrust Systems Ltd.

Kioxia Corporation

Konsulko Group

Kontron Embedded Modules GmbH

Kraftway Corporation PLC

Kuhrman Technology Solutions LLC

LCC Rubinteh

LCFC

LG Electronics

LI Informática e Serviços LTDA

Lockheed Martin Corporation

Lontium Semiconductor Corporation

Lower Crossing, Inc.

LucidLogix

Matrixed Reality Technology Co., Ltd.

Matrox Graphics Inc.

MBDA UK Ltd.

MBM Tecnologia e Industria de Informatica LTDA

MediaTek Inc.

MediCapture, Inc.

Mensys B.V.

Mercury Computer Systems

Micro-Star Int'l Co., Ltd

Microchip Technology

Micron Technology, Inc.

Microsemi Corporation

Mitrastar Technology Corp.

MokaFive

Moore Threads Technology Co., Ltd.

Mossbit Technologies

Multibeam Nanofab (Carleton University)

Myricom, Inc.

National Instruments Corporation

National Technical Systems

Naval Postgraduate School

NEC Personal Products Ltd.

Neterion, Inc.

Netlist Inc.

Network 2000 Inc.

NetXen Inc.

Neusoft

New H3C Technologies Co., Ltd.

Newport Enterprises Inc.

Nextiva

Nokia

NOLO Co., Ltd.

NTI Corporation

NVELO, Inc.

NXP B.V.,

OpenMars Development LLC

Order N Development, LLC

Orion Technologies, LLC

OSBASE, LLC

Panasonic Connect Co., Ltd.

Parallels International GmbH

Pegatron Corporation

Peppercon AG

PGP Corporation

PixelNext Inc.

PLX Technology, Inc.

Portlock

PQURE Technology AB

Proformatique

Quanta Computer Inc.

Radisys Corporation

Red Flag Software Co., Ltd.

Renesas Electronics Corporation

RIVAI Technologies (Shenzhen) Co., Ltd.

RPA RusBITech

rubbersoft.com

Ruijie Networks

Sage-Microelectronics

Samsung Electronics Co., Ltd.

Sandia National Laboratories

SanDisk Corporation

Sanmina Corporation d/b/a Viking Technology

Schweitzer Engineering Laboratories, Inc.

SDL Eletro Eletronica Ltda - EPP

Seagate Technology LLC

SecurStar GmbH

SEMP TOSHIBA INFORMATICA LTDA

Sensics, Inc.

ServerEngines Corp.

Shandong University

Shanghai Advanced Research Institute

Shanghai IP3 Technology Co., Ltd.

Silicon Image, Inc.

Silicon Integrated Systems Corp.

Sinces Tecnologia Coercio & Services - EXIX

SinoSun Technology, Ltd.

SoftIron, Inc.

softKVM LLC

Solarflare Communications Inc.

Spirent Communications

Sprezzatech

SSWW

ST-Ericsson SA

STEC, Inc.

Stonewood Electronics Ltd.

Stream Labs

StreamView GmbH (Thomson)

Super Future Equities, Inc.

SYBERA GmbH

Symantec Corporation

System Fabric Works

System Garden Ltd.

System Industrie electronic GmbH

TCORP

Terascala, Inc.

Themis Computer, Inc.

ThinkIT Data Solutions

TimeLab Corporation

Tokyo Electron Device Ltd.

Top Victory Investments

Toshiba Samsung Storage Technology Korea Corporation

Trend Micro

Tsinghua Tongfang Co., Ltd.

Tuxera Inc.

TYA

Ubiquitous AI Corporation

ULINK Technology, Inc.

UNH InterOperability Laboratory

Unicompute Technology Co., Ltd

UniFabriX Ltd.

Uninter Informatica S/A

Unisys Corporation

University of California, Davis

UPEK, Inc.

US Technology Resources (M) SDN. BHD.

V&G Information System Co., Ltd.

VAIO Corporation

Validity Sensors

Venetex Corp

Vestel Dijital Yretim Sanayi A. S.

VIA Alliance Semiconductor Co., Ltd.

VIA Technologies, Inc.

VMware, Inc.

VNPT Technology

VT Miltope

Wacom Technology

Wave Systems Corp.

WinMagic Inc.

Winsiders Seminars & Solutions, Inc.

WinSystems, Inc.

Wiwynn Corporation

Wuhan University

Wyse Technology

XGI Technology Inc.

Xi'an Saming Technology Co., Ltd.

Xi3 Corporation

Xitrix Computer Corporation

Xsense Connectivity Inc.

ZD Technology (Beijing) Co., Ltd. (Kunlun Technology (Beijing) Co., Ltd)

Zhejiang Dahua Technology Co., Ltd.

ZNYX Networks

Individual Adopters

Alex Kunovszky

Archer Pergande

Barry Gian James

Ben Lee Hughes

Benson Lin

Canh Kha

Cheng-Lung Chang

Connor Horman

Connor Wood

David Boyd

Dharmesh Tarapore

Don MacKellar

Ed Brundage

Elika S. Kohen

Ezri Buerger

Gail B. Keown

George Fulk

Gregory Havenga

Howard Peng

Ing-chao Lin

Jake Lehotsky

James Bottomley

Jason Christopher Stone

Jeong Kim

John A. Newton

John Blacker

John David Datuin

John M. Hare

Jonathan J. Willemin

Joseph LeGarreta

Juan Pablo Black Romero

Justin Loo

Justin Sligh

Karl O. Van Leuven IV

Kushal Koolwal

Lee Fisher

Liqiang Ni

Lucien Pullen

Martin Treadwell

Marvin Häuser

Michael Johnston

Michael Neaves

Michael Zimmermann

MUHAMMAD AYMAN BIN MUHAMMAD IDZMI

Patrick J. Kennedy

Paulo Henrique L. Amorim

Pete Batard

Phooen Sonpooshi

Piryanshu Pareek

Priyanshu Pareek

Robert Jandacek

Robert Johnston

Rocky Wang

Roger Bertoldi

Roger Thompson

Seppe Sol

Shannon Lewis

Shawn M. Pedersen

VALETTE Teddy

Vincent du Lau

Wang Qiang

William J. Biessman

Xie Tianming (Persmule)

ZongQi Li

UEFI Forum © 2025

Find Us On:


LinkedIn


X / Twitter


YouTube


Youku

Your submission was sent successfully! ***Close***

Thank you for contacting us. A member of our team will be in touch shortly. ***Close***

You have successfully unsubscribed! ***Close***

Thank you for signing up for our newsletter!
In these regular emails you will find the latest updates about Ubuntu and upcoming events where you can meet our team.***Close***

Your preferences have been successfully updated. ***Close notification***

desktops › Precision 5860 Tower (NVIDIA RTX A4500)

Dell Precision 5860 Tower (NVIDIA RTX A4500)

Desktop system certified with Ubuntu

Visit vendor website <https://www.dell.com/en-us/shop/dell-computer-laptops/scr/laptops/appref=ubuntu-linux-os>

Ubuntu 22.04 LTS

Pre-installed in some regions with a custom Ubuntu image that takes advantage of the system's hardware features and may include additional software. Standard images of Ubuntu may not work well, or at all.

Kernel	5.17.0-1025-oem
BIOS	Dell Inc.: 0.16.68 (UEFI)

Hardware

Processor	• Intel Corp. Intel(R) Xeon(R) w3-2425
Network	• Aquantia Corp. AQC113CS NBase-T/IEEE 802.3bz Ethernet Controller [AQtion] pci (1d6a:94c0 1028:0a3c)

	• Intel Corp. Ethernet Controller X710 for 10GBASE-T Ethernet 10G 2P X710-T2L-t Adapter pci (8086:15ff 8086:0005) • Intel Corp. Ethernet Controller X710 for 10GBASE-T pci (8086:15ff) • Intel Corp. Ethernet Connection (17) I219-LM pci (8086:1a1c 1028:0a3a)
Video	• NVIDIA GA102GL [RTX A4500] pci (10de:2232 1028:163c)
Wireless	• Qualcomm Inc Atheros QCNFA765 pci (17cb:1103 105b:e0ce)

[All hardware details ›]

Issues? Let us know

If there is an issue with the information for this system, [please let us know <https://answers.launchpad.net/ubuntu-certification/+addquestion?field.title=Feedback on the Dell Precision 5860 Tower (NVIDIA RTX A4500) (202209-30600)>] .

Components certified with this system

Component	18.04 LTS	20.04 LTS	22.04 LTS	24.04 LTS	Comments
Intel Corp. Ethernet Controller X710 for 10GBASE-T			*Supported*		
Dell GA102GL [RTX A4500]			✓[3]		
Qualcomm Inc WCN6856			*Supported*		

- Supported
- ✓[3] May require 3rd-party driver
- In progress

80 PLUS Verification and Testing Report

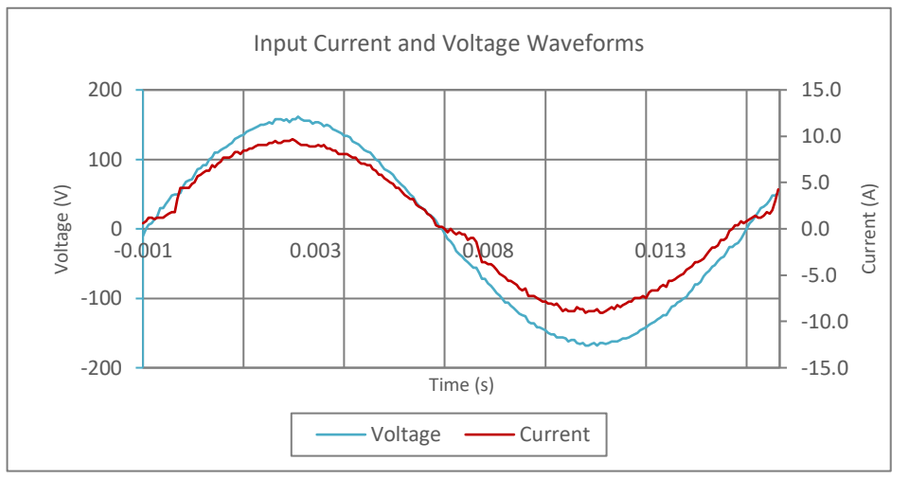
TYPICAL EFFICIENCY (50% Load):	**92.62%**
AVERAGE EFFICIENCY :	**91.31%**
80 PLUS COMPLIANT:	**YES**



ID Number	6701
Manufacturer	Dell
Model Number	L1350EPF-00
Serial Number	N/A
Year	2021
Type	CUSTOM
Test Date	11/11/21

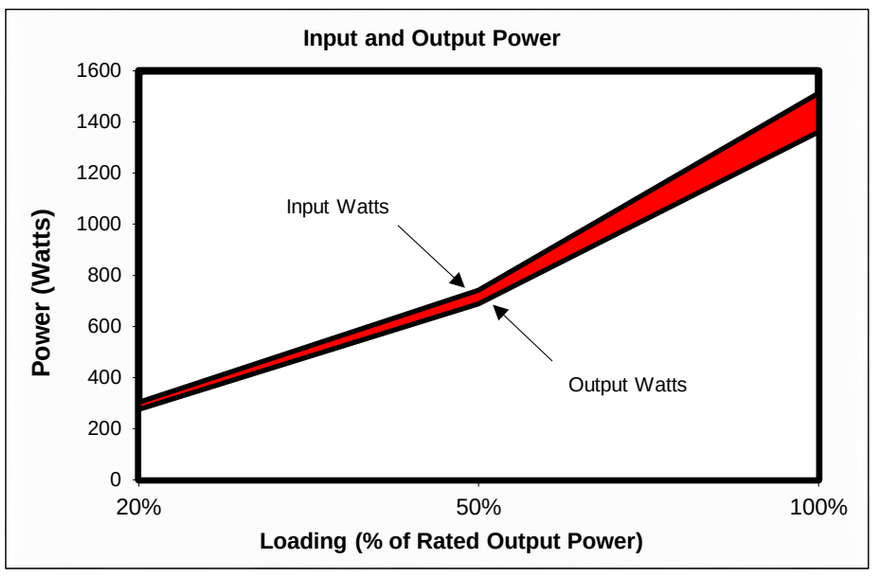
Rated Specifications	Value	Units
Input Voltage	100-240	Volts
Input Current	15-9	Amps
Input Frequency	50-60	Hz
Rated Output Power	**1350**	**Watts**

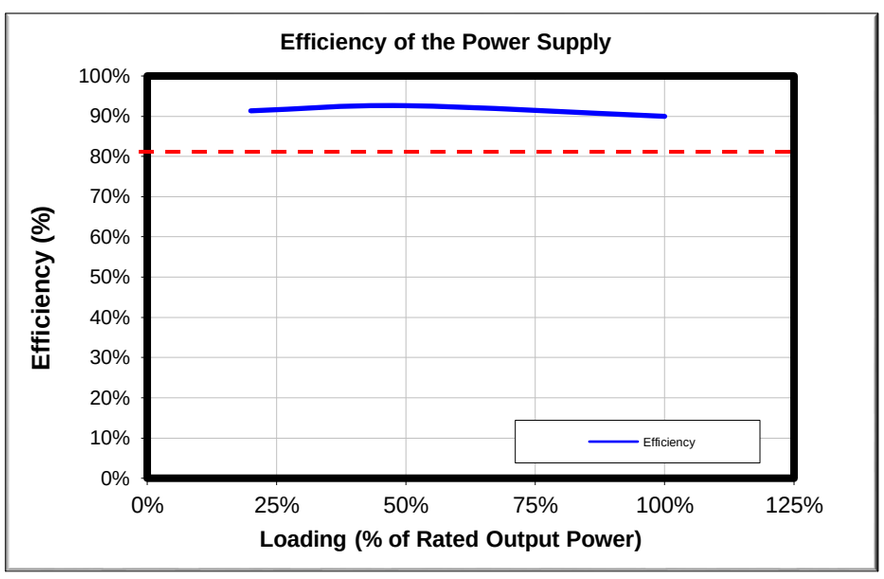
Note: All measurements were taken with input voltage at 115 V nominal at 60 Hz.



Input AC Current Waveform (ITHD = 5.18%, 50% Load)

I_{RMS}	PF	I_{THD}	Load	Input Watts	DC Terminal Voltage (V)/ DC Load Current (A) 12V (cumulative of 12VA, 12VB, etc.)	Output Watts	Efficiency
1.35	0.99	11.52%	10%	153.30	12.25/11.25	137.84	**89.92%**
2.64	1.00	7.68%	20%	302.02	12.23/22.55	275.86	**91.34%**
6.46	1.00	5.18%	50%	742.20	12.2/56.36	687.45	**92.62%**
13.17	1.00	4.03%	100%	1512.80	12.12/94.46	1361.11	**89.97%**





These tests were conducted by a third party independent testing firm on behalf of the 80 PLUS Program. 80 PLUS is a certification program to promote highly-efficient power supplies (greater than 80% efficiency in the active mode) in technology applications. *http://www.80plus.org/*

Microsoft

Hardware certification report **Approved**

Private product ID:	**14231116553390549**
Shared product ID:	**401251634**
Submission ID:	**1152921505696013879**
Submission date:	**3/3/2023**
Completion date:	**3/6/2023**
Company:	**Dell Inc**
Product name:	**Precision 5860 Tower MB03**
Category:	**System**
Product type:	**Desktop**
Qualification level:	**Certified for Microsoft Windows 11 Client family version 22H2, x64**
Marketing name:	**Precision 5860 Tower**

Microsoft Certified

Absolute Persistence Compatibility Checker

Are your endpoints compatible? Probably — Absolute Persistence® is already embedded in devices made by the world's leading manufacturers before they leave the factory. But if you need more clarity, choose a manufacturer below to see which models are supported.

NOTE: Some Microsoft Surface PCs have an optional BIOS feature called "Secured Core" that will prevent Absolute Persistence from functioning and must be disabled prior to agent installation.

Dell

Enter Model Number

Desktops & Workstations	Models
Dell Desktop – Tower	Dell Pro Tower (QCT1250, QCT1255), Dell Pro Max Tower T2 (FCT2250), Dell Pro Tower Plus (QBT1250)
G Series	G3 3500, G3 3579, G3 3590, G3 3779, G5 5000, G5 5090, G5 5500, G5 5505, G5 5579, G5 5587, G5 5590, G5 5779, G7 7500, G7 7588, G7 7590, G7 7700, G7 7790
Optiplex Desktop	330, 380, 390, 580, 755, 760, 780, 790, 960, 980, 990, 3000, 3010, 3020, 3040, 3046, 3050, 3060, 3070, 3080, 3090, 3240, 3260, 3420, 3430, 3[illegible] 3550, 355[illegible] 3650, 5000, 5040, 5050, 5055, 5060, 5070,

Welcome back! 👋 Can I help you find something?

	5080, 5090, 5400, 5500, 5530, 5540, 5550, 5560, 5750, 5760, 5810, 5820, 7000, 7010, 7020, 7040, 7050, 7060, 7070, 7071, 7080, 7090, 7400, 7500, 7600, 7610, 7750, 7810, 7820, 7910, 7920, 9010, 9020, 3011 AI0, 3020M, 3030 AI0, 3050 AI0, 3240 AIO, 3280 AIO, 5250 AIO, 5260 AIO, 5270 AIO, 5400 AIO, 5480 AIO, 5490 AIO, 5820 X-Series, 7010 Plus, 7020 Plus, 7400 AIO, 7410 AIO, 7440 AIO, 7450 AIO, 7460 AIO, 7470 AIO, 7480 AIO, 7490 AIO, 7760 AIO, 7770 AIO, 7780 AIO, 9010 AIO, 9020 AIO, 9020 M, 9030 AIO, AIO 7420 65W, AIO PLUS 7420, T1600, T1650, T1700, T3400, T3500, T3600, T3610, T5600, T5610, XE, XE2, XE3, XE4, XE4 SERIES
Precision	3240, 3260, 3420, 3430, 3431, 3440, 3450, 3460, 3470, 3480, 3490, 3510, 3520, 3530, 3540, 3541, 3550, 3551, 3560, 3561, 3570, 3571, 3580, 3581, 3590, 3591, 3620, 3630, 3640, 3650, 3660, 3680, 5400, 5470, 5480, 5490, 5500, 5510, 5520, 5530, 5540, 5550, 5560, 5570, 5680, 5690, 5720, 5750, 5760, 5770, 5810, 5820, 5860, 7400, 7500, 7510, 7520, 7530, 7540, 7550, 7560, 7570, 7600, 7610, 7670, 7680, 7710, 7720, 7730, 7740,

	T3600, T3610, T5500, T5600, T5610, T7600, T7610
Precision Rack	R3930, R5400, R5500, R7610, 7910, 7920, 7960
Pro Desktop - All-in-One	Dell 24 (EC24250), Dell Pro 24 Plus (QB24250), Dell Pro 24 35W (QC24251), Dell Pro 24 65W (QC24250), Dell 27 (EC27250)

Pro Desktop – Micro	Dell Pro Micro (QCM1250, QCM1255), Dell Pro Micro Plus (QBM1250), Dell Pro Max Micro (FCM2250)
Pro Desktop – Slim	Dell Pro Slim (QCS1250, QCS1255), Dell Pro Max Slim (FCS1250), Dell Pro Slim Plus (QBS1250)
XPS	12, 13, 15, 15, 17, 18, 720, 11 Ultrabook, 12 9Q23, 12 Ultrabook, 12-9Q33, 13 7300, 13 7390, 13 7390 2-in-1, 13 9300, 13 9305, 13 9310, 13 9310 2-in-1, 13 9315, 13 9315 2-IN-1, 13 9320, 13 9333, 13 9340, 13 9343, 13 9350, 13 9360, 13 9365, 13 9370, 13 9380, 13 Ultrabook, 14 9440, 14 Ultrabook, 14z, 15 7590, 15 9500, 15 9510, 15 9520, 15 9530, 15 9550, 15 9560, 15 9570, 15 9575, 15z, 16 9640, 17 3D, 17 9700, 17 9710, 17 9720, 17 9730, L401X, M1210, M1330, M140, M1530, M170, M1710, M1730, M2010, 27 7760 AIO, 8900, 8910, 8920, 8930, 8940, 8950, 8960
Notebooks & Tablets	**Models**
Alienware	Area-51M R2, Aurora R11, Aurora R12, Aurora R13, AURORA R5, AURORA R7, AURORA R8, Aurora Ryzen, Aurora Ryzen R14, M11x, M15x, M16 R1, M16 R1 AMD, M16 R2, M17x, M18x, X14 R2, X15x, X16 R1, X16 R2, X17x
G Series	G3 3500, G3 3579, G3 3590, G3 3779, G5 5000, G5 5090, G5 5500, G5 5505, G5 5579, G5 5587, G5 5590, G5 5779, G7 7500, G7 7588, G7 7590, G7 7700, G7 7790, G15 5510, G15 5511, G15 5515, G15 5520, G15 5525, G15 5530, G15 SPECIAL EDITION 5521, G16 7620, G16 7630
Inspiron	13, 15, 16, 17, 20, 22, 24, 27, 630, 1010, 1011, 1012, 1018, 1090, 1110, 1120, 1121, 1122, 1200, 1210, 1300, 1318, 1420, 1440, 1464, 1470, 1501, 1520, 1521, 1525, 1526, 1545, 1546, 1564, 1570, 1720, 1721, 1745, 1750,

1764, 2200, 3020, 3050, 3052, 3059, 3060, 3064, 3135, 3137, 3147, 3152, 3153, 3157, 3158, 3162, 3163, 3164, 3168, 3169, 3179, 3180, 3185, 3250, 3252, 3263, 3265, 3268, 3275, 3277, 3420, 3421, 3437, 3441, 3442, 3443, 3451, 3452, 3455, 3458, 3459, 3462, 3465, 3467, 3468, 3470, 3472, 3475, 3476, 3481, 3482, 3490, 3493, 3501, 3502, 3505, 3510, 3511, 3515, 3520, 3521, 3525, 3530, 3531, 3537, 3541, 3542, 3543, 3551, 3552, 3555, 3558, 3559, 3565, 3567, 3568, 3573, 3576, 3580, 3581, 3582, 3583, 3584, 3585, 3590,
3593, 3595, 3650, 3655, 3656, 3668, 3670, 3721, 3737, 3790, 3793, 3880, 3881, 3891, 3910, 5310, 5320, 5323, 5348, 5368, 5370, 5378, 5379, 5390, 5391, 5401, 5410, 5420, 5421, 5423, 5425, 5430, 5435, 5437, 5442, 5447, 5448, 5451, 5452, 5455, 5457, 5458, 5458, 5459, 5459, 5468, 5480, 5481, 5482, 5485, 5490, 5493, 5494, 5498, 5501, 5505, 5510, 5515, 5518, 5520, 5521, 5523, 5525, 5535, 5537, 5542, 5543, 5545, 5547, 5548, 5551, 5552, 5555, 5557, 5558, 5559, 5565, 5566, 5567, 5568, 5570, 5575, 5575, 5576, 5577, 5578, 5579, 5580, 5582, 5583, 5584, 5584, 5585, 5590, 5593, 5594, 5598, 5620, 5630, 5675, 5676, 5680, 5720, 5721, 5735, 5737, 5748, 5749, 5755, 5758, 5759, 5765, 5767, 5770, 6000, 6400, 7348, 7352, 7353, 7359, 7368, 7370, 7373, 7375, 7378, 7380, 7386, 7391, 7415, 7420, 7437, 7447, 7459, 7460, 7466, 7467, 7472, 7490, 7501, 7510, 7520, 7537, 7547, 7548, 7557, 7558, 7559, 7560, 7566, 7567, 7568, 7569, 7570, 7572, 7573, 7577, 7579, 7580, 7586, 7590, 7591, 7599, 7610, 7620, 7630, 7720, 7737, 7746, 7773, 7775, 7778, 7779, 7786, 9300, 9400, 11z, 130B, 13z, 14 N4050, 14 Plus, 14R, 14z Ultrabook, 15 3535, 15R, 15z Ultrabook, 16 5635, 16 7635 2-IN-1, 16 Plus, 17R, 3000 2n1, 3000 Series, 3195 2n1, 3280 AIO, 3290 AIO, 3464 AIO, 3475 AIO, 3477 AIO, 3480 AIO, 5000

	2n1, 5000 Series, 5400 2n1, 5400 AIO, 5410 2n1, 5420 AIO, 5477 AIO, 5481 2n1, 5485 2-in-1, 5488 AIO, 5490 2n1, 5490 AIO, 5491 2n1, 5591 2n1, 640M, 7000 Series, 700M, 710M, 7300 2n1, 7390 2n1, 7391 2n1, 7405 2n1, 7420 2-in-1, 7430 2-in-1, 7500 2n1, 7590 2n1, 7591 2n1, 7620 2-in-1, 7630 2-in-1, 7700 AIO, 7710 AIO, 7720 AIO, 7777 AIO, 7790 AIO, 7791 2n1, B120, B130, Duo Tablet, E1405, E1505, E1705, M101z, M102z 1122, M301Z, M4010, M4040, M4110, M5010, M5030, M5040, M5110, N3010, N301Z, N311Z, N4010, N4018, N4050, N4110, N5010, N5030, N5040, N5050, N7110
Latitude	13, 2100, 2110, 2120, 3120, 3140, 3150, 3160, 3180, 3189, 3190, 3300, 3301, 3310, 3311, 3320, 3330, 3340, 3350, 3379, 3380, 3400, 3410, 3420, 3430, 3440, 3450, 3460, 3470, 3480, 3490, 3500, 3510, 3520, 3530, 3540, 3550, 3560, 3570, 3580, 3590, 4300, 4310, 5175, 5179, 5250, 5280, 5285, 5289, 5290, 5300, 5310, 5320, 5330, 5340, 5350, 5400, 5401, 5404, 5410, 5411, 5414, 5420, 5421, 5424, 5430, 5431, 5440, 5450, 5480, 5480, 5488, 5490, 5491, 5495, 5500, 5501, 5510, 5511, 5520, 5521, 5530, 5531, 5540, 5550, 5580, 5580, 5590, 5591, 6410, 6510, 7212, 7214, 7220, 7250, 7275, 7280, 7285, 7290, 7300, 7310, 7320, 7330, 7340, 7350, 7370, 7380, 7389, 7390, 7400, 7404, 7410, 7414, 7420, 7424, 7430, 7440, 7450, 7480, 7490, 7520, 7530, 7640, 7650, 9330, 9410, 9420, 9430, 9510, 9520, 10 Tablet, 110L, 120L, 131L, 3190 2-In-1, 3310 2-in-1, 3340 2-in-1, 3390 2-In-1, 5290 2-In-1, 5300 2-in-1, 5310 2-in-1, 5350 2-in-1, 6410 ATG, 6430u, 7200 2-in-1, 7210 2n1, 7320 Detachable Gen 12, 7330 2-in-1, 7350 Detachable, 7350 2-in-1, 7389 2-in-1, 7390 2-In-1, 7400 2-in-1, 7430 2-in-1, 9330 2-in-1, 9410 2n1, 9440 2-in-1, 9450 2-IN-1, D410, D420, D430, D510, D520, D530, D531, D610, D620, D630, D630 XFR, D631, D810,

	D820, D830, E4200, E4300, E4310, E5000, E5250, E5270, E5400, E5410, E5414, E5420, E5430, E5440, E5450, E5460, E5470, E5470, E5500, E5510, E5520, E5520M, E5530, E5540, E5550, E5570, E6000, E6220, E6230, E6320, E6330, E6400, E6400 ATG, E6400 XFR, E6410, E6410 ATG, E6420, E6420 ATG, E6430, E6430 ATG, E6430S, E6430S, E6430u, E6440, E6500, E6510, E6520, E6530, E6540, E7214, E7240, E7250, E7270, E7414, E7440, E7450, E7470, ST Tablet, X1, XT, XT2, XT2 XFR, XT3 Tablet, Z, Z600
Latitude Rugged	Pro Rugged 13, Pro Rugged 14, 12 Tablet Extreme 7214, 12 Tablet Rugged 7202, 14 Rugged, 14 Rugged Extreme, 5414 Rugged, 5420 Rugged, 5424 Rugged, 5430 Rugged, 7030 RUGGED EXTREME TABLET, 7202 Rugged Tablet, 7204 Rugged Extreme, 7212 Rugged Extreme Tablet, 7214 Rugged Extreme Tablet, 7220 Rugged Extreme Tablet, 7230 Rugged Extreme Tablet, 7330 Rugged, 7414 Rugged Extreme, 7424 Rugged Extreme
Netbook UMPC	Inspiron Duo Convertible, Inspiron Mini 10, Inspiron Mini 1010, Inspiron Mini 1011, Inspiron Mini 1012, Inspiron Mini 1018, Inspiron Mini 12, Inspiron Mini 9, Inspiron Mini 910, Latitude 2100, Latitude 2120
Precision	3240, 3260, 3420, 3430, 3431, 3440, 3450, 3530, 3540, 3541, 3550, 3551, 3560, 3561, 3620, 3630, 3640, 3650, 5400, 5500, 5530, 5540, 5550, 5560, 5750, 5760, 5810, 5820, 5820 X-Series, 7400, 7500, 7570, 7600, 7610, 7670, 7750, 7810, 7820, 7910, 7920, T1650, T1700, T3400, T1600, T3500, T3600, T3610, T5600, T5610

Pro	Pro 13 Plus, 13 Plus 2-in-1, 13 Premium, 14, 14 Plus, 14 Plus 2-in-1, 14 Premium, 16, 16 Plus
Studio	15, 16, 17
Venue Tablets	Venue 8 Pro Tablet, Venue 10 Pro Tablet, Venue 11 Pro Tablet
Vostro	1000, 1014, 1015, 1088, 1200, 1220, 1310, 1320, 1400, 1440, 1450, 1500, 1510, 1520, 1540, 1550, 1700, 1710, 1720, 2420, 2421, 2520, 2521, 3070, 3250, 3267, 3268, 3300, 3350, 3360, 3400, 3401, 3405, 3420, 3425, 3430, 3445, 3446, 3449, 3450, 3458, 3459, 3460, 3468, 3470, 3471, 3478, 3480, 3490, 3491, 3500, 3501, 3510, 3511, 3515, 3520, 3525, 3530, 3535, 3546, 3549, 3550, 3555, 3558, 3559, 3560, 3561, 3562, 3565, 3568, 3578, 3580, 3581, 3590, 3591, 3650, 3650, 3653, 3660, 3667, 3668, 3669, 3670, 3671, 3681, 3700, 3710, 3750, 3888, 3910, 5090, 5310, 5320, 5390, 5391, 5401, 5410, 5459, 5460, 5468, 5470, 5471, 5480, 5481, 5490, 5501, 5510, 5560, 5568, 5581, 5590, 5620, 5625, 5630, 5635, 5880, 7500, 7510, 7570, 7580, 7590, 7620, 3020 T, A840, A860, A90, V130, V131
XPS	12, 13, 15, 15, 17, 18, 720, 11 Ultrabook, 12 9Q23, 12 Ultrabook, 12-9Q33, 13 7300, 13 7390, 13 7390 2-in-1, 13 9300, 13 9305, 13 9310, 13 9310 2-in-1, 13 9315, 13 9315 2-IN-1, 13 9320, 13 9333, 13 9340, 13 9343, 13 9350, 13 9360, 13 9365, 13 9370, 13 9380, 13 Ultrabook, 14 9440, 14 Ultrabook, 14z, 15 7590, 15 9500, 15 9510, 15 9520, 15 9530, 15 9550, 15 9560, 15 9570, 15 9575, 15z, 16 9640, 17 3D, 17 9700, 17 9710, 17 9720, 17 9730, L401X, M1210, M1330, M140, M1530, M170, M1710, M1730, M2010, 27 7760 AIO, 8900, 8910, 8920, 8930, 8940, 8950, 8960

IoT (Internet of Things)	Models
Edge Gateway	3001, 3002, 3003, 5000, 5100

Ready to see what Absolute can do for you?

Let's create more value for your customers with firmware-embedded resilience.

Request a Demo

Featured Resources



Research Reports

Resilience Obstacles in the Healthcare Industry

Endpoint telemetry data analyzed from millions of PCs reveal 3 pressing obstacles…



Data Sheets

Absolute Resilience for ConnectWise™

Empowering Managed Service Providers (MSPs) to secure disparate and remote client…



Webinars

New innovation in endpoint security and resilience

Join Our Live Product Update to see new Endpoint Management and Recovery Features.

Release Updates
Security Information
Absolute for Home

Professional Services
Public Safety
Transportation
Utilities

Partner Portal Login

Support
Absolute Community

Legal
Careers
Contact

©2025 Absolute Software Corporation. All rights reserved. Use of this website signifies your agreement to our Terms & Conditions and Privacy & Cookie Policy.

Need Assistance?

Language

Manage cookie preferences

Privacy Policy Terms of Service Cookies Settings

UK DECLARATION OF CONFORMITY

Name and Address of the manufacturer:
Dell Inc.
One Dell Way
MS: PS4-30
Round Rock, Texas USA 78682

Name and address of the authorised representative:
Dell Corporation Ltd.
One Creechurch Place,
London, EC3A 5AF
Contact: https://support.dellproductcompliance.com

This declaration of conformity is issued under the sole responsibility of Dell, Inc.

OBJECT OF THE DECLARATION

Type of Object……..: Workstation
Regulatory Model……....: D03T
Regulatory Type[1]……....: D03T001
Trade/Manufacturer name.: Dell

The object of the declaration described above is in conformity with the following Directives:

- Radio Equipment Regulations 2017 (as amended 2019,2020)
- The Restriction of the Use of Certain Hazardous Substances in Electrical and Electronic Equipment Regulations 2012 (as amended 2019,2020)

- The Ecodesign for Energy-Related Products and Energy Information (Amendment) (EU Exit) Regulations 2019

The object of the declaration described above has been assessed by the Notified Body TUV Rheinland UK Ltd. with identification number against the essential requirements in Regulation 6 3.2 of the Radio Equipment Regulations and the Type Examination Certificate Number A9 50571362 0001 was issued.

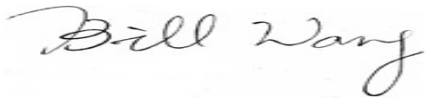
The object of the declaration is in compliance with the following standards, regulations, and technical references:

SAFETY	BS EN IEC 62368-1:2020 +A11:2020 BS EN IEC 62311:2020
EMC	BS EN 55032:2015 +A11:2020 BS EN 55035:2017 +A11:2020 BS EN 61000-3-3:2013 EN 301 489-1 V2.2.3 EN 301 489-17 V3.2.4 BS EN 61000-3-2:2014 (Class D)
RoHS	BS EN IEC 63000:2018
ENERGY	BS EN 50564:2011 Commission Regulation (EC) No. 1275/2008
RADIO	EN 300 328 V2.2.2 EN 301 893 V2.1.1 EN 300 440 V2.1.1 DRAFT EN 303 687

[1] Regulatory Type uniquely identifies the product Tracking Number, radio, apparatus and EEE which is the object of this DoC.

DELL™, the Dell logo and names of Dell products and services are registered trademarks and trademarks of Dell Inc.

Round Rock, Texas, USA	Wang, Bill_CC
Place of Issue	Full Printed Name
03/20/2023	Senior Manager, Regulatory Engineering
Date of Issue	Position/Title
CDD03T001-1	
Dell Document Control	



Signed for and on behalf of Dell Inc

DELL™, the Dell logo and names of Dell products and services are registered trademarks and trademarks of Dell Inc.

Product Compliance Datasheet

MARKETING NAME/MODEL NO……: Precision 5860 Tower

REGULATORY MODEL…..…: D03T

REGULATORY TYPE……..…: D03T001

EMC EMISSIONS CLASS…...: B

EFFECTIVE DATE[1]……..…...: April 11, 2023

REVISED DATE[2]……..…...: January 29, 2024

Table of contents

I. Statement of Compliance 2
II. Global Environmental Information 2
III. NFPA 99 Conformity 3
IV. Declaration of Similarity 3
V. Power Cords and User Documentation 3
VI. Trade (Import/Export) Compliance Data 4
VII. Product Dimensions and Weight 4
VIII. Product Energy Performance Data 4
IX. Product Materials Information 5
X. Packaging 6
XI. Batteries 7
XII. Design for Environment 7
XIII. Recycling / End-of-Life Service Information 7
XIV. Helpful Links 8
Appendix A: ErP Lot 3 Product Energy Consumption Information 9
Appendix B: ErP Lot 26 Network Standby Energy Consumption Information 11
Appendix C: California Energy Commission Appliance Efficiency Standards MAEDbS Registration Numbers .. 12

[1] Effective Date refer to product that is available to market (RTS/Launch)
[2] Revision Date refer to the Datasheet has been updated to capture the latest information

I. Statement of Compliance

This product has been determined to be compliant with the applicable standards, regulations, and directives for the countries where the product is marketed. The product is affixed with regulatory marking and text as necessary for the country/agency. Dell manufacturers and markets Multimedia Equipment (MME), Information Technology Equipment (ITE), Audio Visual Equipment (A/V), Industrial, Scientific, Medical Equipment (ISM) or combinations of these. Generally, products Electromagnetic Compatibility (EMC) and Product Safety compliance is based on International IEC and CISPR standards and their national equivalent along with national standards for Radio (wireless), Telecommunications (Modem) and Energy. Dell products have been verified to comply with the Restriction of Hazardous Substances (RoHS) Directive 2011/65/EU of the European Parliament and the Council. Dell product does not contain any of the restricted substances in concentrations and applications not permitted by the RoHS Directive.

EMC Emissions Class refers to one of the following use environments:

- EMC Class B product is intended for use in residential/domestic environments but may also be used in nonresidential/non-domestic environments.
- EMC Class A product is intended for use in non-residential/non-domestic environments. Class A product may also be utilized in residential/domestic environments but may cause interference and require the user to take adequate corrective measures.

For Product Safety and EMC compliance, this product has been assigned a unique regulatory model and regulatory type that is imprinted on the product regulatory labeling to provide traceability to the regulatory approvals noted on this datasheet. This datasheet applies to any product that utilizes the assigned regulatory model and type including marketing names other than those listed on this datasheet. Dell products with the CE marking have been verified to comply with Energy Related Products (ErP) Directive 2009/125/EC of the European Parliament and of the Council. https://www.dell.com/ErP User Information. REACH (Registration, Evaluation, Authorization and Restriction of Chemicals), Regulation (EC) 1907/2006 of the European Parliament and of the Council is the European Union's (EU) chemical substances regulatory framework. Dell complies with the REACH regulation. For information on SVHC (Substances of Very High Concern), see www.dell.com/REACH. This products compliance documentation, such as this datasheet and the European Union Declaration of Conformity are available on the product support page, manuals tab http://www.dell.com/support. Additional compliance documentation for the product is available upon submitting a request at https://support.dellproductcompliance.com Please include product identifiers such as marketing name, regulatory model, regulatory type, and country that compliance information is needed in the email request.

II. Global Environmental Information

Environmental (Voluntary Marks)		
Country	**Approval**	**Compliance**
Global	ENERGY STAR (Configuration Dependent)	*Computer Version8.0*
Global	TCO Certified	*Generation 9*
China	CECP	*Yes*
China	CEC	*Yes*

Japan	Green PC Label	*Yes*
Taiwan	Greenmark	*Yes*
Varies by Country See EPEAT.net	EPEAT (Configuration Dependent)	Refer to EPEAT.net for specific registration levels and countries

III. NFPA 99 Conformity

Select Dell systems have been tested and found to comply with the touch current requirements as defined in 10.3.5 of National Fire Protection Association standard NFPA 99:2021. The touch current does not exceed 100 µA with ground wire intact (if a ground wire is provided) and 500 µA with ground disconnected at 127 V AC, 60 Hz when tested in accordance with 10.3.5 of NFPA 99: 2021. To determine if this product complies with the above requirements, send a request to https://support.dellproductcompliance.com. Please include product identifiers such as marketing name, regulatory type and country for which compliance information is needed.

IV. Declaration of Similarity

Object of the Declaration	
Product Type	Workstation
Regulatory Model Number	D03T
Regulatory Type Number	D03T001
Trade Name/ Trademark	DELL
Marketing Name(s)	Precision 5860 Tower

Dell Inc. herby declares that the products identified by the product designations listed in this declaration are strictly identical in design (shape, opening, etc.) components, materials, manufacturing process, and markings except for product designation – Trade Name and/or Trade Mark as specified in this declaration.

The products may have very minor differences which do not impact the level of conformity. All products identified by the product designations in this declaration have the same level of conformity according to the certificate(s) provided.

The Trade Name / Trademark and/or Marketing Name(s) are the property of Dell Inc.
Any differences in the product designation are for marketing purposes only.

Date of Issue	April 11, 2023	Signature on behalf of Dell Inc.	Dell Inc. Dell Global Product Compliance and Environmental Affairs
Title	Dell Global Product Compliance and Environmental Affairs		

V. Power Cords and User Documentation

Dell products are provided with the power cord and user documentation suitable for the intended

country of delivery. Products that are relocated to other countries should use nationally certified power cords and plugs to ensure safe operation of the product. Contact Dell to determine if alternate power cords or user documentation in other languages is available for your market.

VI. Trade (Import/Export) Compliance Data

For any questions related to importing & exporting classification of Dell products, please obtain information from the following link: http://www.dell.com/learn/us/en/uscorp1/import-export or send email request to WW_Export_Compliance@dell.com. Please include product identifiers such as marketing name, regulatory model, regulatory type, and country that compliance information is needed in the email request.

VII. Product Dimensions and Weight

Depth, mm/cm	Width, mm/cm	Height, mm/cm	Weight, kg
452.1/45.21	176.5/17.65	417.9/41.79	14.403~21.709Kg (depending upon installed options)

VIII. Product Energy Performance Data

ErP Lot 3, Lot 26 and ErP Lot 9 information is in Appendices A, B and C respectively.

For additional information on how Dell's commitment to energy efficiency benefits you go to: Reducing your Footprint

For additional information on ENERGY STAR models refer to the following database: ENERGY STAR Product Finder

Computer:

Service Level	Energy Consumption (Wattage)	BTU Calculation	Description of Service Level
CPU stressed	**456.27**	**1560.44**	The system is running programs to maximize the CPU utilization and/or running programs to maximize the power consumption
Short Idle	**112.89**	**386.08**	As specified per EPA ENERGY STAR
Long Idle	**109.65**	**375.00**	As specified EPA ENERGY STAR
S3 "Sleep" or Modern Standby	**34.68**	**118.61**	S3=Suspend-to-RAM, or Modern Standby
Off/Standby	**0.42**	**1.44**	System is turned off but still connected to its AC power source.

Energy Consumption[3]
Energy efficiency benefits the environment and lowers the total cost of equipment ownership by reducing power consumption. Click here for Dell's Energy efficient products.

*Energy Consumption results are based solely upon the laboratory testing of the System Configuration and in accordance to the described service level. Energy consumption is tested at 230 Volts / 50 Hz.

IX. Product Materials Information

Information on Dell's material use is available here.
Dell's Restricted Material for Use guidance document is available here.

Mechanical plastic parts are BFR/PVC free	☒ **Yes** ☐ **No** ☐ **NA**
Marking of plastics parts is in accordance with ISO 11469 (see below)	☒ **Yes** ☐ **No** ☐ **NA**
Printed circuit boards (without components) >0.5g are BFR PVC free	☐ **Yes** ☒ **No** ☐ **NA**
Insulation materials of external electrical cables are PVC free	☐ **Yes** ☒ **No**
Product is BFR/PVC Free (Accessories & Options may not be BFR/PVC-Free	☐ **Yes** ☒ **No**
Postconsumer recycled Plastics material content[4] is used in the product If yes, indicate the percentage of the postconsumer recycled material per total plastic weight of the product	☒ **Yes** ☐ **No** ☐ **NA** **38.1 % PCR (Post Consumer Recycled) material in total plastic of product**
Biobased Plastic material[5] content is used in the product. If yes, either indicate the percentage of the biobased plastic material per total plastic weight of the product	☐ **Yes** ☒ **No** ☐ **NA** **0 % biobased plastic material in total plastic of product**

[3] This document is informational only and reflects laboratory performance. Your product may perform differently, depending on the software, components, and peripherals you ordered. Accordingly, the customer should not rely upon this information in making decisions about electrical tolerances or otherwise. No warranty as to accuracy or completeness is expressed or implied.
For more details visit https://www.dell.com/learn/us/en/uscorp1/dell-environment

[4] This product contains x% post-consumer recycled plastic including closed loop recycled plastics (ITE-derived)* % Declaration to be the same in ENV0025 for Display & CP

[5] Bio-based plastics are fully or partially made from biological resources, rather than fossil raw materials. They are not necessarily compostable or biodegradable. It is important to examine the full life cycle of bio-based plastics, to ensure that they are beneficial to the environment beyond the reduction in use of fossil resources. This includes littering and changes in land use

Flame Retardants Used in Motherboard

Part	List the Flame Retardants
PCB[6]	DOPO

Flame Retardants Used in Mechanical Plastic Parts[7]

The external case material is >ABS</>PC</>PC+ABS<

Resin Material Name	Plastic Part Marking per ISO 11469:2016	Flame Retardant Marking per ISO 1043-4 (i.e. FR(16), FR(40), etc.)	List the Flame Retardants used on (i.e. BPA, etc)	List applicable R-Phrase(s) or Hazard Statement(s) per EU Directive 67/548/EEG or 1272/2008
PC	>PC<	N/A	N/A	N/A
PC+ABS-FR(40)	>PC+ABS-FR(40)<	FR(40)	Halogen Free Organic Phosphorus compounds	R43
ABS(REC85)	>ABS(REC85)<	N/A	N/A	N/A
PC+ABS-FR(40)(REC65)	>PC+ABS-FR(40)(REC65)<	FR(40)	Halogen Free Organic Phosphorus compounds	R43
PC-GF20FR(40)(REC35)	>PC-GF20FR(40)(REC35)<	FR(40)	Halogen Free Organic Phosphorus compounds	R43

Mercury Information

Number of bulbs	Average per bulb
If none, enter 0	0 mg

Additional information:

- Refer to Dell Technologies' Chemical Use Policy for more information on RoHS and REACH.
- Products MSDS (Material Safety Data Sheets):
  - Batteries: Battery MSDS Documentation and Declaration
  - Printer Toner and Ink: MSDS Documentation

X. Packaging

Information on Dell's sustainable packaging effort available here. Additional materials restricted in Packaging as per Dell's Material Restricted for Use Standard document can be found at

[6] PCB (Printed Circuit Board) is a blank circuit board with no electronic components attached

[7] According to ISO 11469 Marking of plastics products weighing 25 grams or more must be marked. Plastic Parts weighing less than 25 grams and having adequate surface area for coding should be marked.

www.dell.com/restrictedsubstanceslist.

Packaging Materials	Total Weight, (g)	Sustainable Material Content[1] (e.g Recycled content *,bio-based, Sustainable Forested materials)	% Sustainable Material		
			APJ region	DAO region	EMEA region
Corrugated Fiberboard	1670	Recycled Content	Min 35%	Min 35%	Min 35%
LDPE (Including EPE Foam)	480	Recycled Content	0-80%	0-80%	0%
Molded paper pulp	0	Recycled content	100%	100%	100%
HDPE (including thermoformed) *	0	Recycled Content	0-80%	0-80%	0%
Molded Bamboo	0	Non-wood, biobased material	100%	100%	100%
Wheat Straw	0	Non-wood, biobased material	100%	100%	100%
Mushroom	0	Non-wood, biobased material	100%	100%	100%
LDPE Bags	0	Recycled content	0%	0%	0%
EPS	0	Recycled content	0%	0%	0%
PET	0	Recycled content	0%	0%	0%
Polypropylene	0	Recycled content	0%	0%	0%
Other, please specify	0				

XI. Batteries

Below is a listing of batteries that could be present in the product:

Battery Description – Batteries	Battery Type	Battery Weight (kg)	Rating
CR-2032 coin cell	Lithium Metal	0.0032	10mA

XII. Design for Environment

Dell systems are, when applicable, designed for easy assembly, disassembly, and servicing. For more information on Dell's Environmental product attributes click here.

XIII. Recycling / End-of-Life Service Information

Take back and recycling services are offered for this product in certain countries. If you want to dispose of system components, please visit How to Recycle | Dell Technologies US and select the relevant country.

XIV. Helpful Links

- **Environmental Policy**
  https://i.dell.com/sites/csdocuments/Corporate_corp-Comm_Documents/en/dell-global-environmental-policy.pdf
- **Social Impact - Progress Made Real**
  https://corporate.delltechnologies.com/en-id/social-impact.htm
- **Advancing Sustainability**
  https://corporate.delltechnologies.com/en-us/social-impact/advancing-sustainability.htm
- **ISO 14001 Certification**
  ISO Certification Certificate Environmental 14001 (delltechnologies.com)
- **Materials Restricted for Use**
  www.dell.com/restrictedsubstanceslist
- **Chemical Use Policy**
  http://i.dell.com/sites/doccontent/corporate/environment/en/Documents/chemical-use-policy.pdf
- **Product Carbon Footprint**
  https://corporate.delltechnologies.com/en-us/social-impact/advancing-sustainability/sustainable-products-and-services/product-carbon-footprints.htm
- **RoHS Compliance**
- https://dellproductcompliance.atlassian.net/servicedesk/customer/portal/6/topic/4ef197b3-28bb-4ff8-96ce-0fcb642ecf8f/article/10289411
- **REACH Compliance**
  www.dell.com/REACH
- **Recycling Information**
  http://www.dell.com/recycling
- **Supplier Responsibility – Champion the Many People**
  https://corporate.delltechnologies.com/en-us/social-impact/advancing-sustainability/champion-the-many-people.htm

Appendix A: ErP Lot 3 Product Energy Consumption Information

European Union (EU) ErP Lot 3 (Commission Regulation (EC) No. 617/2013)
The ErP Lot 3 regulation includes requirements for certain product specific information to be provided by the manufacturer. This is applicable to Desktops, Integrated Desktops (All-in-One), Notebooks, Tablets, Slates, Notebook Thin Clients, Desktop Thin Clients, Workstations, Mobile Workstations, and Small-Scale Servers.

ErP Lot 3 provides certain exclusions based upon product type, screen size, and/or the amount of power consumed in idle mode. Product energy and acoustic information might be reported for products that are out of scope of ErP Lot 3 for informational purposes only.

Additional information on ErP Lot 3, Lot 7 & Lot 26 available here.

Power Supply Model #	Internal or External	Link to efficiency report
L1350EPF-00	Internal	https://www.clearesult.com/80plus/sites/80plus/files/manufacturer-certificate/dell-l1350epf00-11576.pdf
D1350EPF-00	Internal	https://www.clearesult.com/80plus/sites/80plus/files/manufacturer-certificate/dell-d1350epf00-11572.pdf
AC1350EPF-00	Internal	https://www.clearesult.com/80plus/sites/80plus/files/manufacturer-certificate/dell-ac1350epf00-15.pdf
L750EPS-00	Internal	https://www.clearesult.com/80plus/sites/80plus/files/manufacturer-certificate/dell-l750eps00-216.pdf
H750EPS-00	Internal	https://www.clearesult.com/80plus/sites/80plus/files/manufacturer-certificate/dell-h750eps00-312.pdf
AC750EPS-00	Internal	https://www.clearesult.com/80plus/sites/80plus/files/manufacturer-certificate/dell-ac750eps00-259.pdf

* **Energy Consumption** results are based solely upon the laboratory testing of the **System Configuration** listed above. Energy consumption is tested at 230 Volts / 50 Hz.

Energy Consumption[8]
Energy efficiency benefits the environment and lowers the total cost of equipment ownership by reducing power consumption. Click here for Dell's Energy efficient products

Declared Noise Emissions in accordance with ISO 9296. Testing performed in accordance with ISO 7779 at operating modes defined by ECMA 74. Your product may perform differently, depending on the software, components, and peripherals you ordered. No warranty as to accuracy or completeness is expressed or implied.

[8] This document is informational only and reflects laboratory performance. Your product may perform differently, depending on the software, components, and peripherals you ordered. Accordingly, the customer should not rely upon this information in making decisions about electrical tolerances or otherwise. No warranty as to accuracy or completeness is expressed or implied.

Computers Category D:

Service Level	Sound Power Declared mean A-weighted level	Statistical adder for verification	Sound Pressure Declared mean A-weighted emission level
	$L_{WA,m}$ (B)	K_V (B)	$L_{pA,m}$ (dB)
HDD Accessing	3.79	0.4	27.6
ODD Accessing	4.55	0.4	38.6
Idle	3.78	0.4	27.5

Appendix B: ErP Lot 26 Network Standby Energy Consumption Information

European Union (EU) ErP Lot 26 (Commission Regulation (EC) No 801/2013)
The ErP Lot 26 regulation includes Network Standby power requirements to be provided by the manufacturer. This is applicable to multiple product categories. If no information is reported, it's assumed it is out of scope of ErP Lot 26.

Appendix C: California Energy Commission Appliance Efficiency Standards MAEDbS Registration Numbers

MAEDbS Model Numbers *	Computer Type	Power Supply Wattage
Precision 5860 Tower_1350W	Workstation	1350W
Precision 5860 Tower_750W	Workstation	750W

EU DECLARATION OF CONFORMITY

Name and Address of the manufacturer:
Dell Inc.
One Dell Way
MS: PS4-30
Round Rock, Texas USA 78682

Name and address of the authorised representative:
Dell Products Europe BV
Raheen Business Park
Limerick, Ireland
Contact: https://support.dellproductcompliance.com

This declaration of conformity is issued under the sole responsibility of Dell, Inc.

OBJECT OF THE DECLARATION

Type of Object……..: Workstation
Regulatory Model……....: D03T
Regulatory Type[1]……....: D03T001
Trade/Manufacturer name.: Dell

The object of the declaration described above is in conformity with the following Directives:

- DIRECTIVE 2014/53/EU OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL of 16 April 2014 on the harmonisation of the laws of the Member States relating to the making available on the market of radio equipment and repealing Directive 1999/5/EC
- DIRECTIVE 2011/65/EU OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL of 8 June 2011 on the restriction of the use of certain hazardous substances in electrical and electronic equipment.

- DIRECTIVE 2009/125/EC OF THE EUROPEAN PARLIAMENT AND OF THE COUNCIL of 21 October 2009 establishing a framework for the setting of eco design requirements for energy related products.

The object of the declaration described above has been assessed by the Notified Body TÜV Rheinland LGA Products GmbH with identification number against the essential requirements in Clause 3.2 of 2014/53/EU and the Type Examination Certificate Number RT 60167858 0001 was issued.

The object of the declaration is in compliance with the following European standards, regulations, and technical references:

SAFETY EN IEC 62368-1:2020 +A11:2020
EN IEC 62311:2020

EMC EN 55032:2015 +A11:2020
EN 55035:2017 +A11:2020
EN 61000-3-3:2013
EN 301 489-1 V2.2.3
EN 301 489-17 V3.2.4
EN 61000-3-2:2014 (Class D)

RoHS EN IEC 63000:2018

ENERGY EN 50564:2011
Commission Regulation (EC) No. 1275/2008

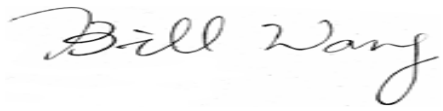
RADIO EN 300 328 V2.2.2
EN 301 893 V2.1.1
EN 300 440 V2.1.1
DRAFT EN 303 687

[1] Regulatory Type uniquely identifies the product Tracking Number, radio, apparatus and EEE which is the object of this DoC.

DELL™, the Dell logo and names of Dell products and services are registered trademarks and trademarks of Dell Inc.

SUPPLEMENTARY INFORMATION: The object of this declaration has been tested and found to comply with the electromagnetic compatibility (EMC) limits for a Class B digital device pursuant to the listed directives, regulations and standards. These limits are designed to provide reasonable protection against harmful interference when the equipment is operated in a residential or business environment. Optional devices, such as radios, conform to the noted standard when the Dell Inc. provided devices are installed in the product. The equipment was tested in a typical configuration.

Round Rock, Texas, USA Place of Issue	Wang, Bill_CC Full Printed Name
03/20/2023 Date Issue	Senior Manager, Regulatory Engineering Position/Title
CDD03T001-1 Dell Document Control	



Signed for and on behalf of Dell Inc.

Plataformas DigiCert® Enterprise PKI: suporte para Windows Hello for Business

Quer adotar a autenticação passwordless?

A autenticação passwordless (sem senha) está atraindo atenção como uma forma de melhorar a segurança no ponto de acesso e, ao mesmo tempo, simplificar a experiência de login do usuário. Mesmo senhas fortes estão sujeitas a ataques de repetição e phishing e podem ser expostas por violações de servidor ou esquecidas pelos usuários. Além disso, conforme as empresas buscam modelos de segurança Zero Trust que exigem a verificação de cada solicitação de acesso, a segurança do acesso torna-se uma preocupação de TI cada vez mais importante para a proteção contra ataques e a capacitação da força de trabalho corporativa. Com a autenticação passwordless, os usuários finais não precisam mais criar ou lembrar senhas e utilizam métodos mais seguros para verificar a identidade.

> **89%**
>
> **das violações de aplicativos web envolveram alguma forma de abuso de credenciais (uso de credenciais roubadas ou força bruta).**
>
> -- Relatório de investigação de violações de dados - Verizon 2021

Windows Hello for Business: o modelo de confiança de certificados

O Windows Hello for Business (WHfB) é uma solução de autenticação passwordless da Microsoft que verifica a entrada/login, usando a autenticação forte (multifator) em PCs e dispositivos móveis por meio de credenciais de identidade biométricas ou com PIN.

O modelo de confiança de certificados para WHfB usa certificados digitais vinculados a uma Infraestrutura de chave pública (PKI) para autenticação no Active Directory (AD) com certificados emitidos por uma Autoridade de Certificação (CA).

O modelo de confiança de chaves faz autenticação no AD com uma chave e exige certificados autoassinados.

Entre os dois principais modelos de confiança utilizados pelo WHfB (confiança de chaves e confiança de certificados), a confiança de certificado pode ser a preferida por empresas preocupadas com:

- Casos de uso: com o modelo de confiança de certificados, um certificado WHfB pode ser usado da mesma forma que certificados com smart card com logon do Windows.
- Tecnologia de identidade e acesso: empresas que já usam PKI para emitir e gerenciar certificados de usuário final também podem usar essa PKI com o Windows Hello for Business.

Plataformas DigiCert® Enterprise PKI e Windows Hello For Business

As plataformas DigiCert Enterprise PKI fornecem suporte para o modelo de confiança de certificados WHfB, apresentando os casos de uso e a conveniência que os clientes esperam de iniciativas de autenticação passwordless, que:

- **simplificam** a administração dos certificados WHfB com modelos de certificado pré-configurados e os métodos de registro correspondentes.
- **aceleram** a integração por meio de fluxos de trabalho automatizados e do provisionamento zero-touch de certificados autenticados pelo cliente exigidos pelo WHfB para estações de trabalho de domínios Windows.
- **fornecem** a conveniência de gerenciar certificados digitais WHfB com a mesma plataforma usada para gerenciar outros casos de uso empresariais.

O suporte para WHfB é um dos vários recursos das plataformas de PKI empresarial da DigiCert que fornecem às organizações uma experiência simplificada de administração e provisionamento de certificados digitais com base em fluxos de trabalho automatizados, vários métodos de registro e recursos de integração de terceiros.

Para administradores do Windows Hello for Business, isso significa:

Recursos da plataforma PKI	Benefícios
Modelos de certificados predefinidos para WHfB	Facilitam a rápida integração de usuários e dispositivos por meio do DigiCert Auto-Enrollment Server (client-less) com modelos de certificados predefinidos para Controlador de domínio, Agente de registro e Autenticação de usuários no WHfB
Gerenciamento zero touch do ciclo de vida dos certificados	Aumenta a segurança e a produtividade dos usuários por meio de recursos automatizados de renovação, reemissão, expiração e reprovisionamento de certificados
Proteção de chaves forte e aplicação de políticas de alto nível	Fornecem opções para geração e proteção de chaves por meio do Trusted Platform Module (TPM) e da aplicação de políticas para usar esse módulo
Integração otimizada com aplicativos e sistemas de terceiros para o WHfB	Facilita a integração utilizando o suporte para API REST, SCEP e EST, além de SAML para serviços federados e distribuídos
Administração e gerenciamento centralizados para WHfB e outros certificados digitais	Habilita visibilidade e controle do cenário de certificados de toda a empresa, com gerenciamento completo do ciclo de vida dos certificados, rastreamento, logs de auditoria e geração de relatórios, tudo em uma única plataforma
Implantação rápida da plataforma	Capacita a implantação rápida e a criação de CAs online tanto para CAs baseadas em software como HSM
Plataforma de PKI altamente flexível e escalável	Compatível com várias opções de implantação de plataformas de PKI, incluindo modelos no local, na nuvem e híbridos, com escalabilidade comprovada
Suporte para vários idiomas	Compatível com vários idiomas em todas as interfaces web, consoles de administração e páginas web de registro de usuários finais.

Requisitos técnicos

Plataformas DigiCert® Enterprise PKI:	• PKI Platform 8 com Autoenrollment Server no Windows Server* de domínio ou • Enterprise PKI Manager com Autoenrollment Server no Windows Server de domínio (disponibilidade no 1° trimestre de 2022)
Sistemas operacionais Windows Server:	2019, 2016 ou 2012
Serviço de diretório:	Windows Active Directory (AD)*, Azure AD
Solução de Single Sign-on:	Microsoft Active Directory Federation Services (ADFS)
Solução de sincronização de dados de identidade:	Azure AD Connect
Sistema operacional de cliente:	Windows 10

*Os componentes precisam ser executados no mesmo sistema operacional Windows Server suportado

Entre em contato conosco usando o formulário da página **https://www.digicert.com/pt/** para obter mais detalhes.

© 2021 DigiCert, Inc. Todos os direitos reservados. DigiCert é marca registrada da DigiCert, Inc. nos EUA e em outros lugares.
Todas as outras marcas e marcas registradas são propriedade de seus respectivos proprietários.

Dell Data Protection

Guia do Usuário do Console

Status de criptografia
Inscrição de autenticação
Password Manager
1.10



© 2016 Dell Inc.

Marcas registradas e marcas comerciais usadas nos conjuntos de documentos do Dell Data Protection | Encryption, Dell Data Protection | Endpoint Security Suite, Dell Data Protection | Endpoint Security Suite Enterprise, Dell Data Protection | Security Tools e Dell Data Protection | Cloud Edition: Dell™ e o logotipo da Dell, Dell Precision™, OptiPlex™, ControlVault™, Latitude™, XPS® e KACE™ são marcas comerciais da Dell Inc. Cylance® e o logotipo da Cylance são marcas registradas da Cylance, Inc. nos Estados Unidos e em outros países. McAfee® e o logotipo da McAfee são marcas comerciais ou marcas registradas da McAfee, Inc. nos Estados Unidos e em outros países. Intel®, Pentium®, Intel Core Inside Duo®, Itanium® e Xeon® são marcas registradas da Intel Corporation nos Estados Unidos e em outros países. Adobe®, Acrobat® e Flash® são marcas registradas da Adobe Systems Incorporated. Authen Tec® e Eikon® são marcas comerciais registradas da Authen Tec. AMD® é marca comercial registrada da Advanced Micro Devices, Inc. Microsoft®, Windows® e Windows Server®, Internet Explorer®, MS-DOS®, Windows Vista®, MSN®, ActiveX®, Active Directory®, Access®, ActiveSync®, BitLocker®, BitLocker To Go®, Excel®, Hyper-V®, Silverlight®, Outlook®, PowerPoint®, OneDrive®, SQL Server®, e Visual C++® são marcas comerciais ou marcas registradas da Microsoft Corporation nos Estados Unidos e/ou em outros países. VMware® é marca registrada ou marca comercial da VMware, Inc. nos Estados Unidos ou em outros países. Box® é marca registrada da Box. Dropbox℠ é marca de serviço da Dropbox, Inc. Google™, Android™, Google™ Chrome™, Gmail™, YouTube® e Google™ Play são marcas comerciais ou marcas registradas da Google Inc. nos Estados Unidos e em outros países. Apple®, Aperture®, App Store℠, Apple Remote Desktop™, Apple TV®, Boot Camp™, FileVault™, iCloud®℠, iPad®, iPhone®, iPhoto®, iTunes Music Store®, Macintosh®, Safari® e Siri® são marcas de serviço, marcas comerciais ou marcas registradas da Apple, Inc. nos Estados Unidos e/ou em outros países. GO ID®, RSA® e SecurID® são marcas registradas da EMC Corporation. EnCase™ e Guidance Software® são marcas comerciais ou marcas registradas da Guidance Software. Entrust® é marca registrada da Entrust®, Inc. nos Estados Unidos e em outros países. InstallShield® é marca registrada da Flexera Software nos Estados Unidos, China, Comunidade Europeia, Hong Kong, Japão, Taiwan e Reino Unido. Micron® e RealSSD® são marcas registradas da Micron Technology, Inc. nos Estados Unidos e em outros países. Mozilla® Firefox® é marca registrada da Mozilla Foundation nos Estados Unidos e/ou em outros países. iOS® é marca comercial ou marca registrada da Cisco Systems, Inc. nos Estados Unidos e em determinados países e é usada nos Estados Unidos sob licença. Oracle® e Java® são marcas registradas da Oracle e/ou de suas afiliadas. Outros nomes podem ser marcas comerciais de seus respectivos proprietários. SAMSUNG™ é marca comercial da SAMSUNG nos Estados Unidos ou em outros países. Seagate® é marca registrada da Seagate Technology LLC nos Estados Unidos e/ou em outros países. Travelstar® é marca registrada da HGST, Inc. nos Estados Unidos e em outros países. UNIX® é marca registrada da The Open Group. VALIDITY™ é marca comercial da Validity Sensors, Inc. nos Estados Unidos e em outros países. VeriSign® e outras marcas relacionadas são marcas comerciais ou marcas registradas da VeriSign, Inc. ou suas afiliadas ou subsidiárias nos Estados Unidos e em outros países e licenciadas para a Symantec Corporation. KVM on IP® é marca registrada da Video Products. Yahoo!® é marca registrada da Yahoo! Inc.

Este produto usa partes do programa 7-Zip. O código-fonte pode ser encontrado em www.7-zip.org. O licenciamento é feito sob a licença GNU LGPL + restrições unRAR (www.7-zip.org/license.txt).

2016-07

Protegido por uma ou mais patentes dos EUA, incluindo: Número 7665125; Número 7437752 e Número 7665118.

As informações neste documento estão sujeitas a alterações sem aviso.

Índice

1 Introdução 5

2 DDP Console 7

3 Status de criptografia 9

4 Inscrições 11

Inscrever credenciais pela primeira vez **11**

Adicionar, modificar ou ver inscrições **11**

Senha **12**

Perguntas de recuperação **12**

Impressões digitais **12**

Dispositivo móvel **13**

Configurar o Security Tools Mobile 13

Emparelhar o dispositivo móvel e o computador 14

Inscrever outro dispositivo móvel 14

Desemparelhar um computador e um dispositivo móvel 15

Fazer login com senha de uso único **16**

Tarefas de gerenciamento do Security Tools Mobile **16**

Redefinir o PIN do aplicativo Security Tools Mobile 16

Desinstalar o aplicativo Security Tools Mobile 16

Cartões inteligentes **17**

5 Password Manager 19

Noções básicas do Password Manager **19**

Gerenciar logins **20**

Adicionar categoria 20

Adicionar login 20

Importar credenciais **21**

Menu de contexto do ícone **21**

Fazer login em páginas com login treinado **22**

Suporte para domínios da Web **22**

Preencher as credenciais do Windows **23**

Excluir sites **23**

Desativar solicitações para treinar formulários de login **24**

Fazer backup e restaurar credenciais do Password Manager **24**

Backup de credenciais 24

Restaurar credenciais 24

Glossário 25

1

Introdução

O Dell Data Protection | Security Tools fornece ferramentas intuitivas e de fácil uso para que você aumente a segurança do seu computador.

Os seguintes recursos estão disponíveis através do DDP Console:

- Inscrever credenciais para uso com Security Tools
- Aproveitar credenciais multifatores, como senhas, impressões digitais e cartões inteligentes
- Recuperar o acesso ao seu computador, em caso de esquecimento da senha, sem precisar telefonar para o suporte Helpdesk ou da ajuda do administrador
- Fazer backup e restaurar os dados do programa
- Facilmente mudar sua senha do Windows
- Definir preferências pessoais
- Mostrar o status da criptografia (em computadores com unidades de criptografia automática)

DDP Console

O DDP Console é a interface através da qual você pode inscrever, gerenciar suas credenciais e configurar perguntas de autorrecuperação.

Você pode acessar estes aplicativos:

- A ferramenta Status de criptografia permite que você veja o status de criptografia das unidades do computador.
- A ferramenta Inscrições permite que você configure e gerencie credenciais, configure perguntas de autorrecuperação e veja o status da inscrição de sua credencial. Sua capacidade de inscrever-se em cada tipo de credencial é definida pelo administrador.
- O Password Manager permite que você preencha e envie automaticamente os dados necessários para fazer login em sites, aplicativos do Windows e recursos de rede. O Password Manager também permite que você altere suas senhas de login através do aplicativo, garantindo que as senhas mantidas pelo Password Manager permaneçam sincronizadas com as do recurso desejado.

Este guia descreve como usar cada um desses aplicativos.

Verifique o site dell.com/support periodicamente para obter documentação atualizada.

Entrar em contato com o ProSupport

Antes de entrar em contato com o Dell ProSupport para obter assistência, tenha em mãos a etiqueta de serviço para nos ajudar a garantir que possamos direcioná-lo rapidamente ao especialista técnico correto.

Para entrar em contato com o ProSupport, ligue para 877-459-7304, ramal 4310039 para suporte por telefone 24 horas por dia e 7 dias da semana para o produto Dell Data Protection.

Adicionalmente, o serviço de suporte on-line para os produtos Dell Data Protection está disponível em dell.com/support. O suporte on-line inclui drivers, manuais, orientações técnicas, perguntas frequentes e problemas emergentes.

2

DDP Console

O DDP Console oferece acesso a aplicativos que garantem a segurança de todos os usuários do computador para ver e gerenciar o status de criptografia das unidades e partições do computador e, com base na política definida pelo administrador, gerenciar logins a sites, programas e recursos de rede, além de inscrever facilmente as credenciais de autenticação.

Para abrir o DDP Console na *área de trabalho*, clique duas vezes no ícone do **DDP Console**.

Quando o DDP Console é aberto,a página inicial mostra os aplicativos do Security Tools:

- Status de criptografia
- Inscrições
- Password Manager

Para configurar credenciais pela primeira vez, selecione o link **Noções básicas** no bloco Inscrições. Um assistente vai orientá-lo no processo rápido de inscrição. Para obter mais informações, consulte Inscrever credenciais pela primeira vez.

Navegação

Para acessar um aplicativo, clique no bloco adequado.

Barra de título

Para retornar à página inicial quando estiver dentro de um aplicativo, clique na seta de "voltar" no canto esquerdo da barra de título, ao lado do nome do aplicativo ativo.

Para navegar diretamente para outro aplicativo, clique na seta para baixo ao lado do nome do aplicativo ativo e selecione um aplicativo.

Para minimizar, maximizar ou fechar o DDP Console, clique no ícone adequado no canto direito da barra de título.



Para restaurar o DDP Console depois de minimizá-lo, clique duas vezes em seu ícone da bandeja do sistema.

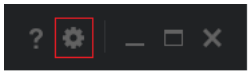


Para abrir a Ajuda, clique em **?** na barra de título.



Detalhes do DDP Console

Para ver os detalhes sobre o DDP Console, políticas, serviços em funcionamento e logs, clique no ícone de engrenagem no lado esquerdo da barra de título. Essas informações podem ser necessárias para que um administrador forneça suporte técnico.



Selecione um item do menu.

Item do menu	Finalidade
Sobre	Contém informações de versão e direitos autorais.
Mostrar informações	Contém o seguinte: • informações de versão e data do produto • se o DDP Console é gerenciado no computador pela empresa ou por um administrador local • números de versão do sistema operacional, BIOS, placa-mãe e Módulo TPM.
Informações da Microsoft	Executa o utilitário Microsoft Windows System Information para mostrar informações detalhadas sobre hardware, componentes e ambiente de software.
Copiar informações	Copia todas as informações de sistema para a área de transferência para serem coladas em um e-mail para seu administrador ou para o Dell ProSupport.
Feedback	Mostra um formulário em que você pode fornecer feedback para a Dell sobre este produto.
Políticas	Mostra uma hierarquia de políticas que se aplicam a esse computador.
Serviços	Mostra detalhes sobre os serviços que estão em funcionamento.
Suporte	Conecta-se ao site Dell ProSupport.
Log	Mostra uma lista detalhada de eventos registrados para solução de problemas.

3

Status de criptografia

A página Criptografia mostra o status de criptografia do computador. Se um disco, uma unidade ou uma partição não estiver criptografado, o status indica *Desprotegido*. Uma unidade ou uma partição que está criptografada mostra o status *Protegido*.

Para atualizar o status de criptografia, clique com o botão direito no disco, unidade ou partição adequada e selecione **Atualizar**.

4

Inscrições

A ferramenta Inscrições permite que você se inscreva, modifique e verifique o status de inscrição com base na política definida pelo administrador.

Quando você inscreve suas credenciais com o DDP Console pela primeira vez, um assistente orienta você pelo processo de inscrição de mudança de senha, de perguntas de recuperação, impressões digitais, dispositivo móvel e cartão inteligente. Dependendo da política, você pode inscrever ou ignorar cada credencial. Após a inscrição inicial, você pode clicar no bloco Inscrições para adicionar ou modificar as credenciais.

Inscrever credenciais pela primeira vez

Para inscrever credenciais pela primeira vez:

1. Na página inicial do DDP Console, clique no link **Noções Básicas** no bloco Inscrições.
2. Na página de Boas-vindas, clique em **Avançar**.
3. Na caixa de diálogo Autenticação necessária, faça login com a senha do Windows e clique em **OK**.
4. Na página Senha, para alterar a senha do Windows, digite e confirme uma nova senha e clique em **Avançar**.

   Para pular a etapa de alteração de senha, clique em **Ignorar**. O assistente permite que você ignore uma credencial caso não queira inscrevê-la. Para voltar uma página, clique em **Voltar**.
5. Siga as instruções em cada página e clique no botão adequado: **Avançar**, **Ignorar** ou **Voltar**.
6. Na página Resumo, confirme as credenciais inscritas e, ao ter concluído a inscrição, clique em **Aplicar**.

   Para retornar a uma página de inscrição de credencial e fazer uma alteração, clique em **Voltar** até chegar à página que você quer alterar.

Para obter informações detalhadas sobre como inscrever ou alterar uma credencial, consulte Adicionar, modificar ou ver inscrições.

Adicionar, modificar ou ver inscrições

Para adicionar, modificar ou ver inscrições, clique no bloco **Inscrições**.

No painel esquerdo, as guias apresentam as Inscrições disponíveis. Elas variam conforme a sua plataforma ou tipo de hardware.

A página Status mostra as credenciais suportadas, sua configuração de política (necessária ou n/a) e seu status de inscrição. Nesta página, os usuários podem gerenciar as inscrições com base na política configurada pelo administrador.

- Para inscrever uma credencial pela primeira vez, clique em **Inscrever** na linha com a credencial.
- Para apagar uma credencial atualmente inscrita, clique em **Apagar**.
- Se a política não permitir que você inscreva ou modifique suas próprias credenciais, os links **Inscrever** e **Apagar** na página Status ficam inativos.
- Para alterar uma inscrição existente, clique na guia adequada no painel esquerdo.

  Se a política não permitir a inscrição ou modificação de uma credencial, uma mensagem é mostrada na página de inscrição da credencial indicando "A modificação de credenciais não é permitida pela política".

Senha

Para alterar sua senha do Windows:

1. Clique na guia **Senha**.
2. Digite a senha atual do Windows.
3. Digite a nova senha, digite-a novamente para confirmação e clique em **Alterar**.

   As alterações de senha entram em vigor imediatamente.
4. Na caixa de diálogo Inscrição realizada com sucesso, clique em **OK**.

NOTA: Você deve alterar suas senhas do Windows apenas no DDP Console e não no Windows. Se a senha do Windows for alterada fora do DDP Console, ocorrerá disparidade de senhas, exigindo uma operação de recuperação.

Perguntas de recuperação

A página Perguntas de recuperação permite criar, apagar ou alterar suas perguntas e respostas de recuperação. As Perguntas de recuperação fornecem um método com base em perguntas e respostas para que você acesse suas contas do Windows em caso, por exemplo, de expiração ou esquecimento da senha.

NOTA: As perguntas de recuperação são usadas apenas para recuperar o acesso a um computador. As perguntas e respostas não podem ser usadas para fazer login.

Caso você não tenha cadastrado anteriormente as perguntas de recuperação:

1. Clique na guia **Perguntas de recuperação**.
2. Selecione as perguntas de uma lista de perguntas predefinidas e, em seguida, digite e confirme as respostas.
3. Clique em **Inscrever**.

NOTA: Clique no botão **Redefinir** para desmarcar as seleções desta página e iniciar de novo.

Perguntas de recuperação já inscritas

Se as perguntas de recuperação já estiverem inscritas, é possível apagar ou reinscrever suas perguntas de recuperação.

1. Clique na guia **Perguntas de recuperação**.
2. Clique no botão adequado:
   - Para remover as perguntas de recuperação por completo, clique em **Apagar**.
   - Para redefinir as perguntas e respostas de recuperação, clique em **Reinscrever**.

Impressões digitais

NOTA: Para usar esse recurso, seu computador precisa ter um leitor de impressão digital.

Para registrar suas impressões digitais, siga as instruções:

1. Clique na guia **Impressões digitais**.
2. Na página Impressão digital, clique no dedo que você quer inscrever.
3. Siga as instruções na tela para inscrever sua impressão digital.

NOTA: A leitura do dedo precisa ser realizada satisfatoriamente quatro vezes para que ele seja inscrito. O número de leituras necessárias para completar a inscrição da impressão digital depende da qualidade de cada leitura. O administrador definiu o número mínimo e máximo de impressões digitais.

4 Clique em cada dedo posterior para fazer a leitura até ter inscrito o número mínimo de impressões digitais necessárias pela política.

   Uma caixa de diálogo informará se você não tiver inscrito o número mínimo de impressões digitais. Clique em **OK** para continuar.

5 Conclua a leitura pelo número necessário de impressões digitais e clique em **Salvar**.

Para apagar uma impressão digital digitalizada, na página Inscrição de impressões digitais, clique em uma impressão selecionada para cancelar sua inscrição, clique em **Sim** para confirmar o apagamento e, por último, clique em **Salvar**.

Dispositivo móvel

A inscrição de dispositivo móvel fornece o recurso de Senha de uso único (OTP). Com o recurso de OTP, o usuário pode fazer login no Windows usando uma senha gerada pelo aplicativo Security Tools Mobile, em um dispositivo móvel emparelhado com o computador. Como opção, caso permitido pela política, o recurso de OTP pode ser usado para recuperar acesso ao computador em caso de expiração ou esquecimento de uma senha.

NOTA: Se a guia Dispositivo móvel não for mostrada no DDP Console, a configuração do seu computador não suporta esse recurso, ou a política configurada pelo administrador não o permite.

NOTA: As configurações de política determinam como o recurso de OTP pode ser usado: para fazer login ou para recuperar o acesso ao computador em caso de expiração ou esquecimento da senha. O recurso não pode ser usado para login e recuperação simultaneamente.

Para usar o recurso de OTP, você precisa inscrever ou emparelhar o dispositivo móvel com o computador. Em um computador com múltiplos usuários, cada usuário pode inscrever um dispositivo móvel com o computador. Os dispositivos móveis podem ser inscritos com múltiplos computadores.

Quando um dispositivo já está inscrito, inscrever um novo dispositivo cancela automaticamente o emparelhamento do dispositivo anterior.

No DDP Console:

1 Na página Inscrições do DDP Console, clique na guia **Dispositivo móvel**.

2 Na parte superior direita, clique em **Inscrever**.

   A página Inscrever senha de uso único é aberta.

3 Se esse for o primeiro computador a ser emparelhado, selecione **Sim**.

   a No dispositivo móvel, faça o download do aplicativo Dell Data Protection | Security Tools Mobile pela loja de aplicativos.

   b No computador, clique em **Avançar**.

Configurar o Security Tools Mobile

1 Abra o aplicativo Security Tools Mobile.

2 Crie e digite um PIN para acessar o aplicativo Security Tools Mobile.

   NOTA: O PIN pode ser exigido pela política quando o dispositivo móvel não estiver bloqueado. Se não utiliza um PIN para desbloquear o dispositivo móvel, você precisará de um para acessar o aplicativo Security Tools Mobile.

3 Selecione **Inscrever um computador**. (Se necessário, toque no canto superior esquerdo da tela do seu dispositivo móvel para acessar os comandos.)

   Um código será mostrado no dispositivo móvel. O comprimento do código e a combinação alfanumérica baseiam-se na política configurada pelo administrador.

Emparelhar o dispositivo móvel e o computador

1 No computador, na página Código de dispositivo móvel do DDP Console:

   a Digite o código do dispositivo móvel no campo.

   b Clique em **Avançar**.

   c Na página Emparelhar dispositivo, selecione uma das opções:

   Código QR - Um código QR é mostrado.

   ou

   Entrada manual - Um código de emparelhamento de 24 dígitos é mostrado.

2 No dispositivo móvel:

   a Toque em **Emparelhar dispositivos**.

   b Selecione a mesma opção de emparelhamento (**Digitalizar código QR** ou **Entrada manual**) que você selecionou no computador.

   c Selecione uma das opções:

   • Para **Código QR**, posicione o dispositivo móvel em frente à tela do computador para que ele possa digitalizar o código QR.

   Anote o código de verificação numérico que é mostrado no dispositivo móvel e toque em **Avançar**.

NOTA: Se a barra *Problemas na leitura?* for mostrada, tente novamente ou selecione **Entrada manual**.

   • Para **Entrada manual**, digite o código de emparelhamento de 24 dígitos obtido através do computador e toque em **Concluído**.

   Anote o código de verificação numérico que é mostrado no dispositivo móvel e toque em **Avançar**.

3 No computador, no DDP Console:

   a Clique em **Avançar**.

   b Digite o código de verificação mostrado no dispositivo móvel e clique em **Avançar**.

   c Como opção, modifique o nome do dispositivo móvel.

   d Clique em **Aplicar**.

   Os dispositivos são emparelhados.

4 No dispositivo móvel:

   a Toque em **Continuar**.

   b Como opção, modifique o nome do computador e toque em **Concluído**.

   c Toque em **Concluir**.

Inscrever outro dispositivo móvel

A inscrição de um novo dispositivo desemparelha automaticamente o dispositivo anterior. Nenhuma etapa separada é necessária para desemparelhar.

Desemparelhar um computador e um dispositivo móvel

Para desemparelhar um computador e um dispositivo móvel sem inscrever outro dispositivo, selecione uma das opções:

- No DDP Console: Na página Status das inscrições, ao lado da credencial Dispositivo móvel, clique em **Apagar**.
- No dispositivo móvel:
  1. Execute o aplicativo Security Tools Mobile.
  2. Na parte superior esquerda, toque nas barras de menu para abrir a gaveta.
  3. Toque em **Remover computadores**.
  4. Selecione o computador a ser desemparelhado.
  5. Selecione **Remover** (no Android) ou toque em **Concluído** (no iOS).

     Uma mensagem de confirmação será exibida.
  6. Selecione **Remover todos** para remover todos os computadores do seu dispositivo.
     A opção Remover todos será exibida quando você estiver removendo diversos computadores e quando estiver removendo o único computador emparelhado.

  - Selecione **Restaurar as configurações padrão** para remover o computador inscrito e remover o PIN. Se você restaurar as configurações padrão, todos os computadores inscritos e o PIN que você usa para acessar o aplicativo Security Tools Mobile serão removidos.
  - Selecione **Cancelar** para manter o computador inscrito.

Fazer login com senha de uso único

NOTA: A autenticação OTP pode ser usada apenas com logins do Windows.

O recurso de OTP pode ser usado para recuperação, para obter novamente acesso a um computador cujo acesso está bloqueado para você ou para fazer login no Windows. Ele não pode ser usado para ambas as finalidades.

Se permitido pela política e o símbolo do OTP  for mostrado na tela de login, você pode fazer login no Windows com o OTP.

Para fazer login com o OTP:

1. No computador, selecione o ícone do OTP  na tela de login do Windows.
2. No dispositivo móvel, abra o aplicativo Security Tools Mobile e insira o PIN.
3. Selecione o computador que você deseja acessar.

   A ocorrência de uma das condições abaixo pode resultar no nome do computador não ser mostrado no dispositivo móvel:

   - O dispositivo móvel não está inscrito ou emparelhado com o computador que você está tentando acessar.
   - Se você tem mais de uma conta de usuário do Windows, isso pode ocorrer porque o Security Tools não está instalado no computador que você está tentando acessar ou você está tentando fazer login em uma conta de usuário diferente da que foi usada para emparelhar o computador e o dispositivo móvel.
4. Toque em **Senha de uso único**.

   Uma senha é mostrada na tela do dispositivo móvel.

   NOTA: Se necessário, clique no símbolo Atualizar  para obter um novo código. Depois que as duas primeiras Senhas de uso único forem atualizadas, haverá um período de trinta segundos para que outra OTP possa ser gerada.
   O computador e o dispositivo móvel precisam estar sincronizados para que eles possam reconhecer a mesma senha ao mesmo tempo. Tentar gerar senha após senha rapidamente fará com que o computador e o dispositivo móvel percam a sincronia e o recurso de OTP não funcionará. Se esse problema ocorrer, aguarde por trinta segundos até que os dois dispositivos voltem à sincronia e, depois, tente novamente.
5. No computador, na tela de login do Windows, digite a senha mostrada no dispositivo móvel e pressione **Enter**.

   Caso você tenha usado o OTP para recuperação, após conseguir acessar o computador, siga as instruções na tela para redefinir sua senha.

Tarefas de gerenciamento do Security Tools Mobile

Essas tarefas são realizadas usando o aplicativo Security Tools Mobile no dispositivo móvel.

Redefinir o PIN do aplicativo Security Tools Mobile

Para redefinir o PIN do aplicativo Security Tools Mobile:

1. Na parte superior direita, toque nas opções do menu.
2. Selecione **Redefinir Pin**.
3. Digite e confirme o novo PIN.

Desinstalar o aplicativo Security Tools Mobile

No dispositivo móvel:

1. Desemparelhe o dispositivo e o computador.
2. Apague ou desinstale o aplicativo Security Tools Mobile como você faria normalmente com um aplicativo em seu dispositivo móvel.

Cartões inteligentes

NOTA: Para usar esse recurso, seu computador precisa ter um leitor de cartão inteligente.

Para inscrever cartões inteligentes, siga estas instruções:

1. Clique na guia **Cartão inteligente**.
2. Inscreva o cartão inteligente com base no tipo de cartão:
    - Insira o cartão inteligente no leitor de cartão.
    - Com um cartão sem contato, posicione e mantenha o cartão sobre ou próximo ao leitor.
3. Quando o cartão é detectado, uma caixa de seleção verde e a mensagem *Inscrever o cartão* são mostradas. Selecione **Inscrever o cartão**.
4. Na caixa de diálogo Inscrição realizada com sucesso, clique em **OK**.

Para cancelar a inscrição de todos os cartões inteligentes associados ao usuário, na página Inscrição de cartão inteligente, selecione **Remover cartões inscritos de sua conta**.

5

Password Manager

O Password Manager permite que você faça login automaticamente em sites, programas do Windows e recursos de rede e gerencie credenciais de login em uma única ferramenta. O Password Manager também permite que o usuário altere suas senhas de login pelo aplicativo, assegurando que as senhas mantidas pelo Password Manager permaneçam sincronizadas com as do recurso direcionado.

O Password Manager é suportado com o Internet Explorer e o Mozilla Firefox. O Password Manager não é suportado com contas da Microsoft (anteriormente conhecidas como Windows Live ID).

NOTA: Caso esteja executando o Password Manager no Firefox, você precisa instalar e registrar a extensão do Password Manager. Para obter instruções sobre como instalar extensões no Mozilla Firefox, consulte https://support.mozilla.org/.

NOTA: O uso dos ícones do Password Manager (ícones pré-treinados ou treinados) no Mozilla Firefox é diferente do uso no Microsoft Internet Explorer:

- A funcionalidade de clique duplo nos ícones do Password Manager não está disponível.
- A ação padrão não é mostrada em negrito no menu contextual suspenso.
- Se uma página tiver múltiplos formulários de login, é possível que você veja mais de um ícone do Password Manager.

NOTA: Devido à constante mudança na estrutura de páginas de login da Web, o Password Manager pode não ser capaz de suportar todos os sites o tempo todo.

Noções básicas do Password Manager

O Password Manager coleta e armazena as credenciais de login à medida que você trabalha. Você pode começar a usar o Password Manager imediatamente após a instalação do Security Tools . Ao inserir as credenciais em uma página de login, o Password Manager detecta o formulário de conexão e permite que você selecione se deseja que o recurso salve suas informações.

Você tem três opções:

- Clicar em **Salvar login** para armazenar suas credenciais de login no Password Manager.
- Se você ***não*** quiser salvar o login, você será solicitado a salvar as credenciais de login sempre que fizer login no site ou no programa. Se você preferir que não seja solicitado, selecione **Nunca para este site**. Uma inscrição será criada na lista Exclusões de sites. Consulte Excluir sites para obter detalhes.
- Se você não quiser salvar as credenciais, clique em **Não salvar login**.

Essa caixa de diálogo também é mostrada quando houver credenciais salvas para um site ou um programa e você digitar um nome de usuário ou senha diferente. Com um novo nome de usuário, se você selecionar **Salvar login**, um novo conjunto de credenciais será armazenado. Com o nome de usuário salvo anteriormente e uma nova senha, se você selecionar **Salvar login**, suas credenciais originais serão atualizadas com a nova senha.

Gerenciar logins

O Gerenciador de logins simplifica e reúne o gerenciamento de todos os seus logins em sites, programas do Windows e recursos de rede.

Para abrir o Gerenciador de logins:

1. Na página inicial do DDP Console, clique no bloco **Password Manager**.
2. Clique na guia **Gerenciador de logins**.

Você pode adicionar, classificar e filtrar logins e categorias:

- Adicionar login - permite que você adicione um novo conjunto de credenciais de login. Com base na política, você pode ser solicitado a inserir credenciais armazenadas no Security Tools para adicionar um login.
- Adicionar categoria - permite que você adicione uma nova categoria (como e-mail, armazenamento, notícias, recursos corporativos, mídias sociais) para uso na classificação e filtragem.

Classificar: Classifica os logins por Conta, Nome de usuário ou Categoria. Clique no cabeçalho de uma coluna para classificar por essa coluna.

Filtrar: Selecione uma categoria na lista *Ver* para ocultar todos os logins, exceto aqueles na categoria selecionada. Para remover o filtro, selecione *Tudo*.

Você pode gerenciar logins:

- Abrir - Abre o site ou o programa e submete as credenciais de login com base nas configurações do usuário.
- Editar - Permite que você altere os dados de login armazenados de um site ou programa.
- Apagar - Permite que você remova os dados de login armazenados do Password Manager.
- Adicionar - Permite que você adicione um novo login, uma nova categoria ou novos dados de login.

Adicionar categoria

Antes de adicionar logins, crie categorias (como e-mail, armazenamento, notícias, recursos corporativos e mídias sociais) para que você possa categorizar seus logins conforme os cria. Então, você pode classificar e filtrar seus logins por categoria.

Para adicionar uma categoria, clique em **Adicionar categoria** na página Gerenciador de logins, digite um nome de categoria e clique em **Salvar**.

Adicionar login

1. Na página Gerenciador de logins, clique em **Adicionar login**.

   Com base na política, pode ser necessário que você faça a autenticação para adicionar um login.
2. Abra o site ou o programa para fazer o login.
3. Na caixa de diálogo Adicionar login, clique em **Continuar**.
4. Na próxima caixa de diálogo, digite o seguinte:
   - **Categoria** – Escolha uma categoria para o login do site ou do programa que você está armazenando. Se você não tiver adicionado nenhuma categoria, a lista estará vazia.
   - **Nome da conta** – Deixe como está para aceitar o nome pré-preenchido ou digite o nome do site ou do programa.
   - **Título não detectado** – Esses campos são detectados pelo Password Manager como os campos na página de login nos quais você insere as informações de login. Esses campos normalmente são o nome de usuário ou o e-mail, e a senha.
5. Se um nome de campo for mostrado como Título não detectado ou se campos errados forem incluídos como campos de login, clique no botão **Mais campos** para editar nomes de campos ou para remover campos.

6 Na caixa de diálogo Mais campos, clique em **Título não detectado** e digite o nome do campo correto para cada campo.

Quando a caixa de diálogo Mais campos é mostrada, o campo que estava ativo na caixa de diálogo Adicionar login é realçado, o que o ajuda na renomeação dos campos.

Se um campo não é necessário para o login, desmarque sua caixa de seleção para excluí-lo das informações de login.

7 Para salvar as alterações, clique em **OK**.

8 Na caixa de diálogo Adicionar login, preencha os campos necessários para fazer login.

NOTA: Como você está armazenando um login existente, você pode apenas alterar a senha através da função de troca de senha do site ou do programa.

9 Se você quiser que o Password Manager preencha e submeta as informações de login automaticamente, selecione **Submeter automaticamente dados de login**.

10 Clique em **Salvar**.

O login do site ou do programa é mostrado na página do Gerenciador de logins.

Importar credenciais

Você pode importar credenciais armazenadas em navegadores da Web para o Password Manager.

1 Na ferramenta Password Manager, selecione **Importar credenciais**.

2 Selecione o navegador de onde as informações serão importadas e clique em **Verificar**.

3 Quando solicitado, digite a senha do navegador selecionado.

NOTA: Se o processo não importar as senhas, confirme se o navegador possui dados armazenados para importação. Se estiver usando o Firefox, inicie a sessão para sincronizar. Tente importar suas credenciais novamente.

Menu de contexto do ícone

Quando você acessar um site ou programa, o ícone do Password Manager será mostrado.

indica que o formulário de login pode ser treinado.

Quando o não está presente, o formulário de login já foi treinado. Clique duas vezes no ícone para fazer login no programa ou no site.

Quando você clica no ícone, um menu contextual mostra diferentes opções com base em se o formulário está treinado ou não.

Quando os campos de login atuais ainda não estão treinados, o menu contextual mostra as opções a seguir:

Adicionar ao Password Manager	Abre a caixa de diálogo Adicionar login.
Configurações de ícones	Permite que o usuário final configure a exibição do ícone do Password Manager em páginas de login treináveis.
Abrir Password Manager	Abre a ferramenta *Administração* do Password Manager e a página Gerenciador de logins.
Ajuda	Abre a ajuda on-line.

Quando os campos de login atuais estiverem treinados, o menu contextual mostra as seguintes opções:

Preencher os dados de login	Dependendo de suas seleções no treinamento do formulário de login, ele automaticamente faz o login ou preenche os campos de nome de usuário e senha, permitindo que você submeta os dados de login.
Editar login	Abre a caixa de diálogo Editar login.

Adicionar login	Abre a caixa de diálogo Adicionar login.
Abrir Password Manager	Abre a página Gerenciador de logins.
Ajuda	Abre a ajuda on-line.

Se os ícones do Password Manager não forem mostrados nos formulários de login, desative o recurso de salvar senhas do seu navegador:

- No Mozilla Firefox: Ícone Menu > Opções > Segurança > desmarque a caixa de seleção **Lembrar senhas de sites**
- No Internet Explorer: Ícone de engrenagem > Opções da Internet > guia Conteúdo > Configurações do Preenchimento Automático > desmarque a caixa de seleção **Nomes de usuário e senhas em formulários**

Fazer login em páginas com login treinado

Quando você abre o login de um site ou de um programa, o Password Manager detecta se a página é treinada. Se for treinada, o ícone do Password Manager é mostrado na área de login. Se ela não estiver treinada, o ícone do Password Manager é mostrado, a menos que os prompts para formulários não treinados tenham sido desativados.

Para fazer login, selecione uma das opções:

- Digitalize as credenciais cadastradas. Caso você tenha inscrito um cartão inteligente ou uma impressão digital, você pode tocar no leitor de impressões digitais com uma impressão digital cadastrada ou apresentar um cartão cadastrado ao leitor de cartão.
- Clique no ícone do Password Manager e selecione **Preencher dados de login** no menu contextual.
- Pressione a combinação de teclas de atalho do Password Manager: **Ctrl+Win+H**. A tela pop-up do Password Manager apresenta seus sites treinados em uma janela pop-up, permitindo que você abra cada um rapidamente.

NOTA: Você pode alterar a combinação de teclas de atalho em DDP Console > Password Manager > Configurações.

Se houver mais de um login armazenado para o site ou para o programa, você será solicitado a escolher a conta que será usada.

Suporte para domínios da Web

Se você treinou uma página de login para um domínio da web específico, mas quiser acessar a conta no domínio da web através de outra página de login, acesse a nova página de login. Você será solicitado a usar um login existente ou adicionar um novo ao Password Manager.

- Se clicar em *Usar login*, você será conectado pela conta criada anteriormente. Na próxima vez que acessar a conta através da nova página de login, você será conectado automaticamente na conta criada anteriormente.
- Se clicar em *Adicionar login*, a caixa de diálogo Adicionar login é mostrada.

Preencher as credenciais do Windows

Alguns programas permitem o uso das credenciais do Windows para o login.

Em vez de digitar o nome de usuário e a senha, selecione as credenciais do Windows nos menus suspensos disponíveis nas caixas de diálogo *Adicionar login* e *Editar login*.

Para nome de usuário, escolha entre os seguintes tipos:

- Nome de usuário do Windows
- Nome de usuário principal do Windows
- Domínio/nome de usuário do Windows
- Domínio do Windows

Para a senha, use sua senha do Windows.

Essas opções não podem ser modificadas.

Usar uma senha antiga

É possível que um programa rejeite a senha que foi alterada no Password Manager. Nesse caso, o programa permite que você use uma senha anterior (uma senha usada anteriormente para essa página de login) no lugar da senha mais recente.

Selecione **Histórico de senhas**. Após a autenticação, você será solicitado a escolher uma senha antiga na lista de Histórico de senha. A lista contém sete senhas.

Excluir sites

Para impedir o gerenciamento de sites pelo Password Manager, clique na guia **Exclusões de sites**.

Os sites excluídos têm essas características:

- Não mostram o ícone do Password Manager.
- Não conectam usuários automaticamente.
- Não mostram lembretes de senha.

Para adicionar um novo site à lista de exclusões:

1. Clique na guia **Exclusões de sites**.
2. Clique em **Adicionar site**.
3. Digite o URL do site a ser excluído.
4. Clique em **Salvar**.

O site excluído não será gerenciado pelo Password Manager. Simplesmente apague o site da lista de exclusões de sites para reverter a exclusão. Para remover um site da lista de exclusões: clique em ✕.

Depois de adicionar vários sites, você pode:

- Classificar a lista por sites, na ordem ascendente ou descendente, clicando no cabeçalho da coluna Site.
- Pesquisar dentro da lista, digitando parte da URL no campo de pesquisa. A lista será filtrada conforme você digita.

Desativar solicitações para treinar formulários de login

É possível manter os logins treinados existentes, mas desativar solicitações para treinar novos formulários de login.

Para desativar solicitações de novos logins:

1. Abra o DDP Console.
2. Clique no bloco **Password Manager**.
3. Clique na guia **Configurações**.
4. Desmarque a caixa de seleção **Solicitar para adicionar um login quando em uma tela de login**.

Fazer backup e restaurar credenciais do Password Manager

O Password Manager permite que você faça o backup dos dados de login gerenciados pela ferramenta com segurança. Esses dados podem ser restaurados em qualquer computador protegido pelo Password Manager.

NOTA: Os dados do Password Manager armazenados em backup não contêm credenciais do sistema operacional nem de login na Preboot Authentication (PBA) ou informações específicas de credenciais, como impressões digitais.

Backup de credenciais

Para fazer backup das credenciais:

1. Clique na guia **Fazer backup de credenciais** para configurar o processo de backup.
2. Clique em **Procurar** e navegue até o local desejado de backup.

   Se você tentar fazer backup dos dados para uma unidade local, é mostrada uma recomendação para fazer o backup dos dados em armazenamento portátil ou uma unidade de rede.
3. Digite e confirme uma senha. Essa senha precisa ser usada caso essas credenciais salvas em backup precisem ser restauradas posteriormente.
4. Clique em **Fazer backup**.
5. Digite a senha do Windows.
6. Na caixa de diálogo Backup executado com sucesso, clique em **OK**.

NOTA: Para ver um log de texto do backup que foi feito, clique em e selecione **Log**.

Restaurar credenciais

Para restaurar as credenciais, o local do backup precisa estar disponível.

Para restaurar as credenciais:

1. Clique na guia **Restaurar credenciais**.
2. Clique em **Procurar** para navegar até o arquivo de backup e digite a senha do arquivo.
3. Clique em **Restaurar**.

ADVERTÊNCIA: A restauração dos dados do Password Manager substituirá todos os dados existentes. Logins e outros dados adicionados após a criação do backup serão perdidos.

4. Clique em **Avançar**.

NOTA: Para ver um log de texto da operação de restauração, clique no ícone na barra de título e selecione **Log.**

Glossário

Autenticação de pré-inicialização (PBA) – A Autenticação de pré-inicialização serve como uma extensão do BIOS ou do firmware de inicialização e garante um ambiente seguro e à prova de falsificação externo ao sistema operacional como uma camada de autenticação confiável. A PBA impede a leitura de qualquer informação do disco rígido, como o sistema operacional, até o usuário confirmar que tem as credenciais corretas.

Credencial – Uma credencial é algo que comprova a identidade de uma pessoa, como sua impressão digital ou senha do Windows.

Módulo TPM (Trusted Platform Module – Módulo de plataforma confiável) – é um chip de segurança com três funções principais: armazenamento seguro, medição e confirmação. O DDP|E usa o TPM para sua função de armazenamento seguro. O TPM pode também fornecer contêineres criptografados para o software de cofre DDP|E e para proteger a chave de criptografia do DDP|E HCA. A Dell recomenda o provisionamento do TPM. O TPM é necessário para uso com o DDP|E HCA, o BitLocker Manager e o recurso de Senha de uso único.

Protegido – Para uma unidade de autocriptografia (SED), um computador está protegido quando a SED foi ativada e a Autenticação de pré-inicialização (PBA) foi implementada.

Senha de uso único (OTP) – uma senha de uso único é uma senha que só pode ser usada uma vez e é válida apenas por um período limitado de tempo. A OTP exige que o TPM esteja presente, ativado e possua um proprietário. Para ativar a OTP, um dispositivo móvel é emparelhado com o computador usando o DDP Console e o aplicativo Security Tools Mobile. O aplicativo Security Tools Mobile gera no dispositivo móvel a senha utilizada para fazer login no computador na tela de login do Windows. Conforme a política, o recurso de OTP pode ser usado para recuperar o acesso ao computador em caso de vencimento ou esquecimento da senha, desde que a OTP não tenha sido usada para o login no computador. O recurso de OTP pode ser usado para autenticação ou para recuperação, mas não para ambos. A segurança da Senha de uso único é superior a de alguns outros métodos de autenticação, pois a senha gerada pode ser utilizada apenas uma vez e vence em pouco tempo.

Unidades de autocriptografia (SEDs) – Um disco rígido com mecanismo de criptografia integrado que criptografa todos os dados armazenados na mídia e descriptografa todos os dados que deixam a mídia automaticamente. Esse tipo de criptografia é totalmente explícito para o usuário.


0XXXXXA0X

Dell Command | Configure

Version 4.5 User's Guide

May 2021
Rev. A00

Notes, cautions, and warnings

NOTE: A NOTE indicates important information that helps you make better use of your product.

CAUTION: A CAUTION indicates either potential damage to hardware or loss of data and tells you how to avoid the problem.

WARNING: A WARNING indicates a potential for property damage, personal injury, or death.

© 2021 Dell Inc. or its subsidiaries. All rights reserved. Dell, EMC, and other trademarks are trademarks of Dell Inc. or its subsidiaries. Other trademarks may be trademarks of their respective owners.

Contents

Chapter 1: Introduction to Dell Command | Configure 4.5 5
What's new in this release 5
Other documents you may need 5
Accessing documents from the Dell EMC support site 6

Chapter 2: Windows SMM Security Mitigations Table (WSMT) Compliance for Dell Command | Configure 4.5 7

Chapter 3: Using user interface for Dell Command | Configure 4.5 8
Accessing Dell Command | Configure within Windows system 8
Accessing Dell Command | Configure within Linux 8
Files and folders of Dell Command | Configure 8
Accessing the Dell Command | Configure GUI 9
Creating a BIOS package using the GUI 9
Configure the general settings 10
Configuration options 10
Configuring the setup, system, and hard disk drive passwords 11
Clearing setup, system and hard disk drive passwords using the existing password 12
Password protection screen 12
Configuring the autoon option 12
Configuring the BIOSConnect profiles 13
Configuring the bootorder option 15
Boot order screen 16
Adding a new device to the boot order 16
Boot order type 16
Configuring the primarybatterycfg option 17
Configuring the advbatterychargecfg option 17
Configuring the peakshiftcfg option 18
Password Configuration option 19
Configuring the keyboardbacklightcolor option 19
Advanced System Management 20
Setting the non-critical threshold values 20
BIOS option validation 20
Validating a multiplatform package or saved package 20
Validating a local system package 21
Exporting the BIOS configuration 21
Exporting the SCE (.EXE) file 21
Exporting the configuration without setting values 22
Target system configuration 22
Applying INI or CCTK file 22
Applying a shell script on Linux 22
Applying a SCE file 23
Log details in Package History 23
Viewing a log file 23

Deleting log details....24
Providing feedback on Dell Command | Configure 24

Chapter 4: Troubleshooting scenarios in Dell Command | Configure 4.5..... 25
Contacting Dell....26

1

Introduction to Dell Command | Configure 4.5

Dell Command | Configure is a software package that provides BIOS configuration capability for Dell client systems. IT administrators can use this tool to configure BIOS settings and create BIOS packages using the Dell Command | Configure User Interface (UI) or Command Line Interface (CLI).

Dell Command | Configure supports the following Windows and Linux operating systems:

- Windows 7
- Windows 8
- Windows 8.1
- Windows 10
- Windows Preinstallation Environment (Windows PE)
- Red Hat Enterprise Linux 7
- Red Hat Enterprise Linux 8
- Ubuntu Desktop 16.04
- Ubuntu Desktop 18.04
- Ubuntu Desktop 20.04
- Ubuntu Core 16

For information about using the CLI, see Dell Command | Configure Command Line Interface Reference Guide available at **dell.com/support**.

NOTE: This software was rebranded as Dell Command | Configure after Dell Client Configuration Toolkit version 2.2.1.

Topics:

- What's new in this release
- Other documents you may need

What's new in this release

- Support for the **BIOSConnect** profiles:
  - ConnectionProfile
  - CloudAppProfile
  - CsosProfile
  - FotaProfile
  - HttpBootProfile
- Support for the following BIOS attributes:
  - TCCActOffset
  - RgbPerKeyboardLang
  - RgbPerKeyKeyboardColor

Other documents you may need

In addition to this guide, you can access the following documents at **dell.com/support**:

- The Dell Command | Configure Installation Guide provides information about installing Dell Command | Configure on supported client systems. The guide is available at Dell Command | Configure documentation page.
- The Dell Command | Configure Command Line Interface Reference Guide provides information about configuring the BIOS options on supported Dell client systems.

The Release Notes documentation is available as part of the Dell Command | Configure download on **dell.com/support**, provides the latest available information for the installation and operation of Dell Command | Configure .

Accessing documents from the Dell EMC support site

You can access the required documents by selecting your product.

1. Go to www.dell.com/manuals.
2. Click **Browse all products**, click **Software**, and then click Client Systems Management.
3. To view the documents, click the required product name and version number.

2

Windows SMM Security Mitigations Table (WSMT) Compliance for Dell Command | Configure 4.5

The Windows (SMM) Security Mitigations Table contains information about the ACPI table that was created for the Windows operating system, which supports Windows virtualization-based security (VBS) features. Dell Command | Configure is WSMT compatible. This is used for configuring the platform features on Dell Client Systems with WSMT enabled BIOS.

Following are the behavioral changes due to WSMT compliance:

- Configuration functionalities are available on the Dell Client Platforms which have the compatible version of BIOS supporting WMI/ACPI. For more information about the platform list, see Supported Platforms.
- The following limited functionalities are available when the systems are having incompatible BIOS:
  - Dell Command | Configure user interface is used for viewing all the configuration features.
  - Dell Command | Configure generates SCE for multiplatform packages.
  - Dell Command | Configure generates the reports with the configured values.
  - Dell Command | Configure opens a saved package.

  You may see the following warning messages with systems running an incompatible BIOS.
  - During installation: This system does not have a WMI-ACPI compliant BIOS, so the limited functionality is available. Update the BIOS with a compatible version, if available. For more information, see Dell Command | Configure Release Notes.
  - Using CLI: This system does not have a WMI-ACPI compliant BIOS. Update the BIOS with a compatible version, if available.
  - For local system package in user interface: This system does not have a WMI-ACPI compatible BIOS, and the local system SCE package does not work on this system. Update the BIOS with a compatible version, if available.
  - While running the SCE packages: This system does not have a WMI-ACPI compliant BIOS. Update the BIOS with a compatible version, if available.

3

Using user interface for Dell Command | Configure 4.5

Dell Command | Configure Graphical User Interface (Dell Command | Configure user interface) displays all BIOS configurations that are supported by Dell Command | Configure . Using the Dell Command | Configure user interface, you can perform the following:

- Create BIOS configuration for client systems. For more information, see Creating a BIOS Package using GUI.
- Validate the BIOS configuration against the BIOS configuration of the host system. For more information, see BIOS option validation.
- Export the customized BIOS configurations as a configuration file (INI or CCTK), Self-Contained Executable (SCE), shell script, or report. For more information, see Exporting the BIOS configuration.

NOTE: To apply the configuration using the Dell Command | Configure Command Line Interface (CLI), run the required file (INI, CCTK, or SCE).

NOTE: This system does not have a WMI-ACPI compliant BIOS, so the limited functionality is available. Update the BIOS with a compatible version, if available. For more information, see Dell Command | Configure Release Notes.

Topics:

- Accessing Dell Command | Configure within Windows system
- Accessing Dell Command | Configure within Linux
- Files and folders of Dell Command | Configure
- Accessing the Dell Command | Configure GUI
- Creating a BIOS package using the GUI
- Advanced System Management
- BIOS option validation
- Exporting the BIOS configuration
- Target system configuration
- Log details in Package History

Accessing Dell Command | Configure within Windows system

1. Click `Windows` icon.
2. Enter **Dell Command | Configure**.

Accessing Dell Command | Configure within Linux

Browse to `/opt/dell/dcc` directory.

NOTE: On the systems running Ubuntu Core, Dell Command | Configure can be accessed from any location using the following command: `dcc.cctk`.

Files and folders of Dell Command | Configure

The following table displays the files and folders of Dell Command | Configure on systems running the Windows operating system.

Table 1. Files and folders of Dell Command | Configure

Files/Folders	Description
Dell Command | Configure Command Prompt	Allows access to the Dell Command | Configure command prompt.
Dell Command | Configure Wizard	Allows access to the Dell Command | Configure GUI.
Dell Command | Configure WINPE	Allows access to the Windows PE scripts to create a bootable image. For more details, see the Dell Command | Configure Installation Guide available at **dell.com/support**.
User's Guide Online	Provides access to the Dell Command | Configure documentation that is available at **dell.com/support**.

Accessing the Dell Command | Configure GUI

NOTE: Dell Command | Configure GUI is supported only on systems running the Windows operating system.

To access the GUI, click **Start** > **All Programs** > **Dell** > **Dell Command | Configure Wizard** or double-click Dell Command | Configure Wizard on the desktop.

Creating a BIOS package using the GUI

Using the Dell Command | Configure user interface, you can create a BIOS package containing valid settings to apply to target client systems.

To create a BIOS package:

1. Access the Configuration wizard.
   For more information, see Accessing Dell Command | Configure GUI.
   The **Create Multiplatform Package** screen is displayed with the following configuration options:
   - **Create Multiplatform Package**—Click to view the BIOS settings that are supported on all possible client systems. Configure, validate, and export the settings as INI, CCTK, EXE, shell script, or HTML file.
   - **Open a Dell Recommended Package**—Click to view the security features and the supported BIOS options in the system. The Dell recommended values are set in order to secure the system. Also, you have an option to modify the values as per the requirements. Configure, validate, and export the settings as INI, CCTK, EXE, shell script, or HTML file.

     NOTE: The Dell Recommended Package of BIOS attributes must be checked by the organization's security team prior to deployment. Dell is not responsible for security vulnerabilities that may arise which is related to the deployment or modification of the Dell Recommended Package of the BIOS attributes.

     NOTE: The status changes to caution when you modify a value that is not recommended by Dell.

     For a complete list of the BIOS attributes, which are included in the Dell Recommended Package, see **Dell Command | Configure Version 4.x Command Line Interface Reference Guide**.
   - **Create Local System Package**—Click to view the BIOS settings of the host system. Configure, validate, and export the settings as INI, CCTK, EXE, or HTML file. The file displays the supported and unsupported BIOS options for the system.
   - **Open a Saved Package**—Click to import a saved configuration file. Configure, validate, and export the settings as INI, CCTK, EXE, shell script, or HTML file.

   NOTE: To open a saved package, click **Open a Saved Package**, browse to the file location and then click **Open**.
2. Click the required option.
   All the options that are supported for configuration are displayed. For more information, see Configuration options.
3. Click **Edit** or double-click the option.
4. From the **Value to Set** drop-down list, select the values of the required option.
   The **Apply Settings** check box of the edited options is displayed as selected.
5. Select the required export option to export the edited options.
   For more information, see Exporting the BIOS configuration.

NOTE: If you do not want to export an option, and then clear the **Apply Settings** check box.

NOTE:

If the option accepts the string as an input, and then it is not required to add an escape sequence to that option.

Related Links:

- Configuration options
- Configuring the setup, system, and hard disk drive passwords
- Clearing setup, system and hard disk drive passwords
- Configuring auto on option
- Configuring boot order
- Configuring primary battery charging
- Configuring advanced battery charging
- Configuring peak shift battery charging
- Configuring keyboard backlight color option

Configure the general settings

In the **General** tab, you can update the source catalog location and the download location, configure or modify Internet proxy settings for Dell Command | Configure to gather information of the update experience.

To configure the general settings:

1. On the title bar, click **Settings**.
   The **Settings** screen is displayed.
2. On the left pane, click **General**.
3. Click **Browse** under **Download File Location**, click **Browse** to set the default location or to change the default location.
   NOTE: Dell Command | Configure automatically deletes the update files from this location after installing the updates.
4. You have the following options to set the Internet proxy settings:
   - To use the current Internet proxy settings, select **Use current Internet proxy setting**.
   - To configure a proxy server and port, select **Custom proxy setting**. To enable proxy authentication, select the **Use Proxy Authentication** and provide proxy server, proxy port, username, and password.

   NOTE: The username and password credentials are encrypted and saved.
5. On the left pane, click **Sync**.
6. Click **CHECK** to check for Dell Command | Configure updates.
   If there are updates available for Dell Command | Configure, a warning message is displayed **Updates available. Would you like to proceed?**, click **YES** to proceed with the updates.
   NOTE: Internet connection is mandatory to check for the updates.
7. To update the Dell Command | Configure without an internet connection, do the following:
   a. Download a local copy of DellCommandConfigureCatalog.cab files from http://downloads.dell.com/catalog/.
   b. Extract the `.cab` file and replace the `syscfg.xml` and `resdictionary.xml` with the files that are available in Dell Command | Configure. The installation path is `C:\Program Files (x86)\Dell\Command Configure`.
   c. Replace `Optionames_<language code>.xml` file with the files that are available in Dell Command | Configure. The installation path is `C:\Program Files (x86)\Dell\Command Configure\Localization`.

Configuration options

You can customize the BIOS settings and create a configuration package using the available configuration options that are described in the following table:

Table 2. Configuration options

Options	Description
View/Change	Click to view or change the selected configuration and load a new configuration. When you click **View/Change** to load a new configuration, the configuration screen is displayed. After you

Table 2. Configuration options (continued)

Options	Description
	have made the preferred modifications, click **Save** to save the changes, or click **Cancel** to return to the previous configuration. **NOTE:** If you try to load a new configuration without exporting the configured BIOS options, and then a screen is displayed. Click **Discard Changes** to discard the configured values or click **Cancel** to go to the same configuration.
Edit	Click to edit the loaded configuration.
Advanced view	Click to view the configuration details such as, command-line options and possible values that you can set for the option, current value of the option, options to apply settings, and description of the option. **NOTE:** You can view the current value of an option if you have loaded the settings of the host system.
Basic view	Click to view the configuration details such as, category to which the option belongs, name of the option, possible values that you can set for the option, current value of the option, options to apply settings, and the description of the option. **NOTE:** You can view the current value of an option if you have loaded the settings of the host system.
Validate	Click to validate the loaded configuration against the configuration of the host system. For more information, see BIOS option validation.
Search	Search for a text string in the table. Type the text in the search box and the first occurrence of the text in the table is selected.
Category	Click to select the required categories from the drop-down list. **NOTE:** You can view this option only in Basic View.
Name	Displays the name of the options. **NOTE:** You can view this option only in Basic View.
Value to set	Displays the value of the option. Double-click the row or click **Edit** to change the values.
Present Value	Displays the current value of the option. **NOTE:** You can view this option if you have loaded the settings of the host system.
Apply settings	Select the check box to export the option. By default, all the options that contain a value in the **Value to set** column are selected.
Description	Displays a short description of the option.
Command-Line Options	Displays the command-line representation of the options. **NOTE:** You can view this option only in Advance View.
Status	Displays the status of the options of the loaded configuration. **NOTE:** The **Status** column is displayed only when you validate.

Configuring the setup, system, and hard disk drive passwords

You can set or change the setup password (setuppwd) also known as BIOS password, the system password (syspwd), and the hard disk drive password (hddpwd).

To edit the setup, system, or hard disk drive password:

1. In the **Edit** mode, click the **Value to Set** text box of the required option.
   The corresponding password screen is displayed.
   NOTE: To display the password as clear text, select **Show Password**. When you select **Show Password**, then the **Confirm Password** text box is not displayed. Type the password in the **Password** text box.

NOTE: The setup and system passwords must contain a minimum of four characters.

2. Type the same password in the **Confirm Password** text box to confirm the password.
   If both the entries match, then a green color check mark is displayed next to the **Confirm Password** text box. A red X mark is displayed if both entries do not match.
3. Click **SUBMIT**.
4. To apply the modifications, export the configuration in ,ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

Clearing setup, system and hard disk drive passwords using the existing password

You can clear the configured setup, system, and hard disk drive passwords using the existing password.

NOTE: It is not possible to clear the password without knowing the existing password.

To clear the passwords:

1. In the **Edit** mode, click the **Value to Set** text box of the required option.
   The corresponding password screen is displayed.
   NOTE: To display the password as clear text, select **Show Password**. If you select **Show Password**, then the **Confirm Password** text box is not displayed.
2. Enter a blank space in the **Password** text box.
3. Enter a blank space in the **Confirm Password** text box to confirm the password.
   If both the entries match, a green check mark is displayed next to the **Confirm Password** text box. A red X mark is displayed if both entries do not match.
4. Click **SUBMIT**.
5. To apply the modifications, export the configuration in ,ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

Password protection screen

A password protection screen is displayed while exporting a file or report with system or setup password. To export the file with the password as clear text, click **Continue**. To export the file without the password, click **Mask**.

Configuring the autoon option

You can configure the days on which you want the system to automatically turn on using the **autoon** option from the **Power and Performance Management** category.

To configure the days:

1. Click the required option:
   - **Create Multiplatform Package**
   - **Create Local System Package**
   - **Open a Dell Recommended Package**
   - **Open a Saved Package**

   NOTE: To open a saved package, click **Open a Saved Package**, browse to the file location, and then click **Open**.
2. Click **Edit**, or double-click the option.
3. In the **autoon** option row, click **View/Change** in the **Value to set** column.
   The auto on screen is displayed.
4. Select one of the following options from **Auto On** screen:
   - Disabled — To turn off the feature.
   - Weekdays — To turn on the target system automatically only on weekdays.
   - Every Day — To turn on the target system automatically everyday.
   - Selected Days — To choose the days on which the target system has to turn on automatically.
5. Click **OK**.

6. To apply the modifications, export the configuration in, ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

Configuring the BIOSConnect profiles

A BIOSConnect profile can be configured by using either the Connection, CloudApp, Fota, Csos, or HttpBoot profile option from the **BIOS Connect profile** category. You can edit or set the input data fields for the following BIOSConnect profiles:

- ConnectionProfile
- CloudAppProfile
- CsosProfile
- FotaProfile
- HttpBootProfile

To configure the BIOSConnect profile:

1. Click the required option:
   - **Create Multiplatform Package**
   - **Create Local System Package**
   - **Open a Dell Recommended Package**
   - **Open a Saved Package**

   NOTE: To open a saved package, click **Open a Saved Package**, browse to the file location, and then click **Open**.
2. Click **Edit**, or double-click the option.
3. In the **BIOSConnect profile** option, click **View/Change** in the **Value to set** column.

   The profile screen is displayed with the current value for data fields.
   - To create a **Multiplatform Package**, update the value of data fields on the profile screen.
   - To create a **Local System Package** and to open a **Saved Package**, update the existing value of data fields on the profile screens.

     NOTE: `Get` for BIOSConnect profile is protected when the BIOS password is `Set`. After you click the **Local System Package**, the BIOS password screen is displayed. It allows 3 attempts to provide the correct password. If the correct password is not provided within 3 attempts, enumeration of the existing values for data field fails. If the correct password is provided, the existing data for BIOSConnect profiles are displayed.
4. Click **OK** to save the configuration, or click **CLOSE** to discard the changes and close the **BIOSConnect profile** screen.
5. To apply the modifications, export the configuration in, an ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

   NOTE: After selecting **export config** or **export .exe** option, a warning message is displayed to mask the sensitive values. Select **Mask** to hide the values of the sensitive data fields of BIOSConnect profiles. The masked values are set as **Hidden** in exported .xml files. Select **Continue** to save the data fields in plain text.

   The following table displays the available data fields to be provided for configuring **BIOSConnect Profiles** with Dell Command | Configure:

Table 3. BIOSConnect Profiles

Profile	Data field	Description
ConnectionProfile	NA	This feature displays and configures the BIOSConnect connection interface.
	Preferred Interface	Displays the preferred connection interface for Internet connectivity.
	SSID Hidden	When SSID is hidden, this option must be enabled.
	SSID Name	Displays the name of the SSID.
	Pre Shared Key	The data field is the authorization key to connect the SSID.

Table 3. BIOSConnect Profiles (continued)

Profile	Data field	Description
	Auto Preferred Interface	When an option is selected as a preferred interface, you can select a Wi-Fi or a wired connection.
CloudAppProfile	NA	This feature displays and configures BIOSConnect for downloading recovery applications.
	URL Type	Displays the URL type.
	URL	Displays the URL to download the files.
	Select Certificate	Allows you to import the certificate to connect the URL over https.
	Response Format	Displays the format in which responses are available or downloaded.
	Signed	When enabled, this option displays the response information that is signed.
	Select Response Certificate	Allows you to import the key or certificate to validate the response information.
FotaProfile	NA	This feature displays and configures the BIOSConnect to download the BIOS catalogs.
	URL Type	Displays the URL type.
	URL	Displays the URL to download the files.
	Select Certificate	Allows you to import the certificate to connect the URL over https.
	Response Format	Displays the format in which responses are available or downloaded.
	Signed	When enabled, this option displays the response information that is signed.
	Select Response Certificate	Allows you to import the key or certificate to validate the response information.
CsosProfile	NA	This feature displays and configures the BIOSConnect to download the system recovery files.
	URL Type	Displays the URL type.
	URL	Displays the URL to download the files.
	Select Certificate	Allows you to import the certificate to connect the URL over https.
	Response Format	Displays the format in which responses are available or downloaded.
	Signed	When enabled, this option displays the response information that is signed.
	Select Response Certificate	Allows you to import the key or certificate to validate the response information.

Table 3. BIOSConnect Profiles (continued)

Profile	Data field	Description
	OAuth Enabled	When enabled, this option ensures that the server requires OAuth to download the required files.
	OAuth URL Type	Displays the URL type for OAuth.
	OAuth URL	Displays the URL for OAuth.
	OAuth Certificate	Allows you to import the certificate to connect the OAuth over https.
	OAuth URL Format	Displays the format of the OAuth response.
	Signed	When enabled, this option displays the OAuth response information that is signed.
	Select OAuth Response Certificate	Allows you to import the key or certificate to validate the response information.
	ClientID	Displays the ClientID for the OAuth.
	Client Secret	Displays the Client's Secret for the OAuth.
	OAuth Grant	Displays the OAuth Grant status.
HttpBootProfile	NA	This feature displays and configures the BIOSConnect to install the operating system through HttpsBoot.
	URL Type	Displays the URL type.
	URL	Displays the URL to download the files.
	Select Certificate	Allows you to import the certificate to connect the URL over https.

NOTE: The **CloudApp**, **Fota**, and **HttpBoot** profile pages have fields to display the certificate validation details. You can proceed with the selected certificate even if the validation fails.

Configuring the bootorder option

You can configure the boot order of a client system using the **bootorder** option from the **Boot Management** category. You can add, remove, enable, disable, or change the boot order of the legacy and Unified Extensible Firmware Interface (UEFI) boot items.

To configure the boot order:

1. Click the required option:
   - **Create Multiplatform Package**
   - **Create Local System Package**
   - **Open a Dell Recommended Package**
   - **Open a Saved Package**

   NOTE: To open a saved package, click **Open a Saved Package**, browse to the file location, and then click **Open**.
2. Click **Edit** , or double-click the option.
3. In the **bootorder** option row, click **View/Change** in the **Value to set** column.

   The boot order screen is displayed with the current boot order type and boot order options. For more information, see Configure boot order.

- To create a multiplatform package, you can add devices.
- To create a local system package and to open a saved package, you can add devices and edit the existing boot order, if present.

  NOTE: Use the arrow buttons at the bottom of the **Boot Order** screen to change the boot order of the devices.

4. Click **OK** to save the configuration, or click **CLOSE** to discard the changes and close the **Boot Order** screen.
5. To apply the modifications, export the configuration in, ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

Related Links:

- Adding a new device to the boot order
- Boot order type

Boot order screen

The following table displays the available options on the **Dell Command | Configure - Boot Order** screen.

Table 4. Options on the boot order screen

Options	Description
Active Boot List	You can configure or modify the **Active Boot List** for UEFI or Legacy based on the requirement. If the active boot list is **ON**, and then the system boots with UEFI or Legacy based on the boot order type. **NOTE:** In **Local System Package**, you cannot modify **Active Boot List** if the system supports only UEFI.
Device Type	Displays the type of device.
Device Instance	Displays a unique number to identify the device on the system.
Shortform	Displays the short form of the device name. If the system has many devices of the same device type, and then the short form of the device is displayed with a .<number> notation. For example, if the system has an internal hard drive, eSATA HDD, and eSATA Dock HDD, and then the short forms are displayed as hdd.1, hdd.2, and hdd.3 respectively.
Description	Displays a short description for the device.
Status	Displays if the device is turned on or off.
Delete	Removes the device from the boot order. Click **X** to remove a device. **NOTE:** You can view this option if the boot order screen is in **Edit** mode.

Adding a new device to the boot order

To add a new device to the boot order:

1. Click **Add Device** on the **Boot Order** screen.
2. Select the device from the **Device Type** drop-down list.
   The **Shortform**, **Description**, and **Status** fields are automatically populated. By default, the **Status** of the device is **On**.
3. Select an instance for the device from the **Device Instance** drop-down list.
4. Click **OK**.

   NOTE: If you select the same **Device Type** and **Device Instance** in the **Boot Order Type** for UEFI or Legacy, and then the following warning message "**Remove the duplicate entry from the input list.**" is displayed.

Boot order type

The boot order type displays the type of the loaded configuration. The two types of boot order are Legacy and UEFI. If the host system file is loaded, and then it displays the currently active boot order type. If a saved file is loaded, and then it displays the boot order type that is saved in the file.

The common scenarios for boot order type are:

- If boot order type is not specified in the file and if any UEFI devices are present on the system, and then the system displays the boot order type as UEFI.
- If the boot order type is not specified in the file and if any legacy devices (other than hdd) are present on the system, and then the system displays the boot order type as Legacy.
- If the boot order type is not specified and the loaded configuration file has only hdd items, and then the system prompts the user to select the boot order type.
- If the boot order type is not specified for a legacy system and if both UEFI and legacy devices are present, and then the system displays a warning message and removes the legacy or UEFI devices depending on the order of occurrence of the device.

Configuring the primarybatterycfg option

You can configure the primary battery charging mode using the **primarybatterycfg** option from the **Power and Performance Management** category.

To configure the primary battery charging option:

1. Click the required option:
   - **Create Multiplatform Package**
   - **Create Local System Package**
   - **Open a Dell Recommended Package**
   - **Open a Saved Package**

   NOTE: To open a saved package click **Open a Saved Package**, browse to the file location and then click **Open**.
2. Click **Edit**, or double-click the option.
3. In the **primarybatterycfg** option row, click **View/Change** in the **Value to set** column.
   The **Primary Battery** screen is displayed.
4. Select the mode to charge the battery in the **Primary Battery** screen.
   - **Standard Charge** — Charges the battery over a longer period of time.
   - **Express Charge** — Charges the battery using the express charging algorithm, Dell's fast charging technology.
   - **AC Use** — Charges the battery while plugged-in.
   - **Auto Charge** — Charges the battery based on a periodic evaluation of battery usage to deliver the best balance capacity.
   - **Custom Charge** — The battery charging starts and stops based on user settings.

   NOTE: If you have selected **Custom Charge**, then specify the **Start Charging (50 – 95 %)** and **Stop Charging (55 – 100 %)** values.
5. Click **OK**.
6. To apply the modifications, export the configuration in ,ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

Configuring the advbatterychargecfg option

You can configure the advanced battery charging mode using the **advbatterychargecfg** option from the **Power and Performance Management** category. Advanced Battery charge mode uses standard charging algorithm and other methods during non-working hours to maximize battery health. During working hours, ExpressCharge is used to charge the batteries faster. You can configure the days and the work period during which the battery has to be charged. To enable advanced battery charging, provide the day, start time, and the duration of charging (optimal usage duration).

To configure the advanced battery charging option:

1. Click the required option:
   - **Create Multiplatform Package**
   - **Create Local System Package**
   - **Open a Dell Recommended Package**
   - **Open a Saved Package**

   NOTE: To open a saved package, click **Open a Saved Package**, browse to the file location, and then click **Open**.
2. Click **Edit** or double-click the option.

3. In the **advbatterychargecfg** option row, click **View/Change** in the **Value to set** column.
   The **Advanced Battery Settings** screen is displayed.
4. Enable Advanced Battery Charge.

   NOTE: If advanced battery charge mode is enabled in the **BIOS Setup** screen, the **Enable Advanced Battery Charge** is selected by default.

5. Select the day of the week.

   NOTE: To apply the same settings to all the days select the **Apply these settings to other days** option.

6. In the **Beginning of Day** drop-down list, select the time at which the advanced charging has to start.
7. In the **Work Period** drop-down list, select the duration of advanced charging.
8. Click **OK**.
9. To apply the modifications, export the configuration in ,ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

Configuring the peakshiftcfg option

You can configure the Peak Shift battery charging mode using the **peakshiftcfg** option from the **Power and Performance Management** category. Using Peak Shift configuration, you can minimize the consumption of AC power during the peak power usage period of the day. You can set a start and end time for the Peak Shift period. During this period, the system runs on battery if the battery charge is above the set battery threshold value. After the Peak Shift period, the system runs on AC power without charging the battery. The system functions normally by using AC power and recharging the battery at the specified Charge Start Time.

To configure the Peak Shift Battery charging option:

1. Click the required option:
   - **Create Multiplatform Package**
   - **Create Local System Package**
   - **Open a Dell Recommended Package**
   - **Open a Saved Package**

   NOTE: To open a saved package, click **Open a Saved Package**, browse to the file location and click **Open**.

2. Click **Edit**, or double-click the option.
3. In the **peakshiftcfg** option row, click **View/Change** in the **Value to set** column.
   The **Peak Shift** screen is displayed.
4. Enable the peak shift settings option.
5. Select the day of the week.

   NOTE: To apply the same settings to all the days select the **Apply these settings to other days** option.

6. From the **Operate only on battery** drop-down list, select the time from when you want the system to operate only on battery.
7. From the **Operate only on AC** drop-down list, select the time from when you want the system to operate only on AC.
8. From the **Resume normal power/charge** drop-down list, select the time from when the system has to start using the AC power and recharging the battery.

   NOTE: The system adjusts the value in the drop-down list to meet the following criteria:
   - **Operate only on battery** time should be less than or equal to the time specified for **Operate only on AC**.
   - **Operate only on battery** time and **Operate only on AC** time should be less than or greater than the **Resume normal power/charge** time.

9. Click **OK**.

   NOTE: Select **Apply these settings to other days** check box to apply the same settings for all days of the week.

10. To apply the modifications, export the configuration in ,ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

Password Configuration option

This feature displays and configures the password rules those are applicable to set SysPwd, SetupPwd, OwnerPwd, and HddPwd.

To configure the password configuration option:

1. Click the required option:
   - **Create Multiplatform Package**
   - **Create Local System Package**
   - **Open a Dell Recommended Package**
   - **Open a Saved Package**

   NOTE: To open a saved package, click **Open a Saved Package**, browse to the file location and click **Open**.
2. Click **Edit**, or double-click the option.
3. In the **PasswordConfiguration** option row, click **View/Change** in the **Value to set** column.
   The **PasswordConfiguration** screen is displayed.
4. Enable the Password Configuration settings option.
5. Select **Lower Case Character**, **Upper Case Character**, **Digit**, **Special Character**, and then **set the minimum number of characters that are mandatory for password.**

   NOTE: If the criteria PwdMinLen >=8, PwdLowerCaseRqd=Enabled, and PwdUpperCaseRqd=Enabled is followed, then StrongPassword is Enabled. If this criteria is not followed, then StrongPassword is Disabled. Vice versa is also applicable.
6. To apply the modifications, export the configuration in ,ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

Configuring the keyboardbacklightcolor option

You can configure the keyboard backlight color for the Dell Latitude rugged Extreme systems using the **keyboardbacklightcolor** option from the **System Configuration** category. You can enable supported colors, set active color, and configure customcolor1 and customcolor2.

To configure the keyboard backlight color:

1. Click the required option:
   - **Create Multiplatform Package**
   - **Create Local System Package**
   - **Open a Dell Recommended Package**
   - **Open a Saved Package**

   NOTE: To open a saved package click **Open a Saved Package**, browse to the file location and then click **Open**.
2. Click **Edit** or double-click the option.
3. In the **keyboardbacklightcolor** option row, click **View/Change** in the **Value to set** column.
   The **Keyboard Backlight Color** screen is displayed.
4. Select the colors that you want to enable for the keyboard backlight from the list **Enable**.

   NOTE:
   - You can select and enable multiple colors at a time.
   - If you select **None**, no color will be enabled. You cannot select other colors if you have selected the option **None**.
5. Select the color that you want to set as an active color for the keyboard backlight from the list **Active**.

   NOTE: You can select only one active color for your keyboard backlight at a time.
6. Configure the Red, Green, and Blue (RGB) values if you have selected **CustomColor1** or **CustomColor2**.
   To configure the RGB values for customcolor1 or customcolor2,
   a. Click **CHANGE**.
   b. Choose the color from the color canvas.
   c. Click **Select**.

7. Click **OK**.
8. To apply the modifications, export the configuration in ,ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

Advanced System Management

Advanced System Management (ASM) is a feature that is supported on Dell Precision R7610, T5810 ,T7810, T7910, and later workstations. The feature displays information about voltage, temperature, current, cooling device, and power supply probes. The feature also allows you to set the noncritical upper threshold values of voltage, current, cooling, and temperature probes. Contact the support team for information about system models with this feature.

Setting the non-critical threshold values

NOTE: You can set the critical and non-critical upper threshold values only for voltage, current, cooling and temperature probes.

To set the non-critical threshold values for the probes:

1. Click the required option:
   - **Create Multiplatform Package**
   - **Create Local System Package**
   - **Open a Saved Package**

   NOTE: To open a saved package, click **Open a Saved Package**, browse to the file location, and then click **Open**.
2. Click **Edit**, or double-click the option.
3. In the **advsm** option row, click **View/Change** in the **Value to set** column.
   The **Advanced System Management** screen is displayed.

   NOTE:
   - If you are setting the non-critical threshold values for **Create Local System Package**, the columns displayed are: **Description**, **Type**, **Index**, **Location**, **Minimum**, **Maximum**, **Critical Upper Threshold**, **NonCritical Upper Threshold**, and **Delete**. The system displays the details of the available probes. You cannot edit the **Type** and **Index** fields of the listed probes.
   - If you are setting the non-critical threshold values for **Create Multiplatform System Package**, the columns displayed are: **Type**, **Index**, **NonCritical Upper Threshold** and **Delete**. The system does not display any values for the probes. You have to set the values for **Index**, and **NonCritical Upper Threshold** fields for each of the selected probes. Set the value of **Index** depending on the number of instances of the probes running on the system. The value of **NonCritical Upper Threshold** must be within the critical upper threshold range.
4. To set the non-critical threshold values for a new probe, click **Add Probe**, and then type the values in the required fields.
5. To set the non-critical threshold value for the listed probes, provide the value in the respective column.
6. To delete a probe, click **X** mark.
7. Click **OK.**
8. To apply the modifications, export the configuration in ,ini or .exe format. See, Exporting the BIOS configuration.

BIOS option validation

You can validate the options of a BIOS package against the configuration of the host system using the **Validate** option. You can validate the settings of a multiplatform package, local system package, or a saved package. You can validate all the options except the **bootorder**, **syspwd**, and **setuppwd** options.

Validating a multiplatform package or saved package

To validate the options of a multiplatform or saved package:

On the **Create Multiplatform Package** screen, click **Validate**.

- If the option and the configured value are supported on the host system, then a green check mark is displayed in the **Status** column.
- If the option is supported and if the configured value is not supported on the host system, then a red **X** mark is displayed in the **Status** column.
- All unsupported options are greyed out and the **Status** column remains blank.
- All the supported options on the host system are highlighted and the **Status** column remains blank with the **Value to Set** field as **Not Specified**.

Validating a local system package

To validate the options of a local system package:

On the **Create Local System Package** screen, click **Validate**.

- All the options that are applicable on the host system are highlighted, and a green check mark is displayed in the **Status** column.
- All unsupported options are greyed out, and the **Status** column remains blank.

  NOTE: You can configure the supported options on the host system even after you validate the local system package.

Exporting the BIOS configuration

You can export a customized configuration to apply the same settings on a target client system. You can export both supported and unsupported options. You can export certain options (**asset** and **propowntag**) without specifying any values.

To export an option:

Select the **Apply Settings** check box of that option, and then export in any of the following formats:

- Self-Contained Executable—Click **EXPORT.EXE** to export the configuration settings as a SCE (EXE file). For more information, see Setup, system, or hard disk drive passwords screen.
- Report—Click **Report** to export the configuration settings as a read-only HTML file.
- Configuration file—Click **EXPORT CONFIG** to export the configuration settings as a CCTK or INI file.

  NOTE: To display and configure the options on the user interface, double-click the CCTK file.
- Shell script—The shell script is generated at the location where the SCE file is exported, and contains the same configuration as that of the SCE file. The shell script is used to configure a system running the Linux operating system.

Exporting the SCE (.EXE) file

Perform the following steps to export the BIOS configuration:

1. Click the **EXPORT.EXE** option to export the BIOS configuration as an .exe file.
2. The **Setup, System or Hard Disk Drive Password** screen is displayed prompting you to type a password.
3. Depending on the type of password set on the target system, determine which password to provide based on the table below:

Settings you want to configure	Passwords set on the target system						
	Setup Password	System Password	Hard Disk Drive Password	Setup and System Passwords	Setup and Hard Disk Drive Passwords	System and Hard Disk Drive Passwords	System, Setup and Hard Disk Drive Passwords
BIOS Tokens/features	Setup Password	System Password	Not Required	Setup Password	Setup Password	System Password	Setup Password
Setup Password	Setup Password	System Password	Not Required	Setup Password	Setup Password	System Password	Setup Password
System Password	Setup Password	System Password	Not Required	Setup and System Passwords	Setup Password	System Password	Setup and System passwords
Hard Disk Drive Password	Setup Password	System Password	Hard Disk Drive Password	Setup Password	Setup and Hard Disk Drive Passwords	System and Hard Disk Drive Passwords	Setup and Hard Disk Drive Passwords

Figure 1. Password Reference Table

For example,

- If the setup password is set in the system, and you want to configure BIOS tokens/features, you need to provide setup password.
- If the setup and system passwords are set in the system, and you want to configure BIOS tokens/features, you need to provide setup password.
- If the setup and system passwords are set in the system, and if you want to configure BIOS tokens/features as well as change system password, you need to provide both system and setup passwords.
- If the setup, system and hard disk drive passwords are set in the system, and if you want to configure BIOS tokens/features as well as change hard disk drive password, you need to provide both setup and hard disk drive passwords.

4. Provide appropriate password(s) in order to be able to configure the desired settings.
   - To provide a setup password, click **Setup Password**, then select the **Use the password information below** option, and then type the setup password.
   - To provide a system password, click **System Password**, then select the **Use the password information below** option and type the system password.
   - To provide a hard disk drive password, click **Hard Disk Drive Password**, then select the **Use the password information below** option and type the hard disk drive password.
5. If the target system does not have a setup, system, or hard disk drive password, then select **No password is required**.
6. The following warning message **By exporting this BIOS configuration, your system, setup and hdd passwords will no longer be secure. If you would like to proceed with your passwords displayed in clear text, select Contonue. If you want to hide your passwords, select Mask** is displayed. Click MASK to protect your password, else click Continue.
7. Click **OK**..

   NOTE: SCE can be generated on non WMI-ACPI system using multi-system package.

Exporting the configuration without setting values

To export asset and propowntag without specifying changes to values:

Select the **Apply Settings** check box of the corresponding option and export.

Target system configuration

You can apply the exported INI, CCTK, SCE, and shell script files to configure the target client systems.

Related Links:

- Applying a INI or CCTK file
- Applying a shell script on Linux systems
- Applying a SCE file

Applying INI or CCTK file

The prerequisites for applying INI file or CCTK file are as follows:

- Administrator privileges
- Dell Command | Configure installed on the client system

To apply INI file or CCTK file, run `cctk -i <filename>.`

NOTE: For systems running Ubuntu Core operating system, copy the file at `var/snap/dcc/current` and run, dcc.cctk -i /var/snap/dcc/current/<filename>.ini

Applying a shell script on Linux

1. Copy the script to a system running the Linux operation system.
2. Run `dos2unix` on the system.
3. Run the script as: `sh <filename.sh>`

Applying a SCE file

NOTE: You must have Administrator privileges.

To apply SCE on a target system:

Double-click the SCE, or from the command prompt, browse to the directory where SCE is located and type the name of the SCE file.
For example, `C:\Users\SystemName\Documents>"<filename>"`.

NOTE: You cannot run SCE on Windows PE systems. For more information on applying SCE on target systems running the Windows PE operating systems, see Troubleshooting.

NOTE: The generated SCE file does not work on non WMI-ACPI system.

SCE details

Some of the common scenarios in which you might use SCE are:

- When you apply SCE on a target system, it performs a silent installation for the BIOS settings on the target system. When the installation is complete, SCE generates a log file with the SCE name at the same location. The log file contains all the applied options and the status of the SCE file.
  NOTE: To generate the log file in the required location, specify the location of the log file. For example, `SCE.exe /l="<folder_path>\log.txt".`
- When you apply SCE on a target system from a read-only location, provide the `/nolog` option to prevent generation of the log file. For example, `SCE.exe /nolog`. The `/nolog` option helps the SCE to run successfully and informs that a log file is not created as SCE is in a read-only location.
- If you run SCE from a read-only location without providing `/nolog`, then SCE fails to run.
- To apply SCE on Windows PE, extract SCE from a system running the Window operating system using the `/e` option. For example, `SCE.exe/e=<folder_path_to extract SCE>.`
- If you have configured a setup or system password on the target system, and while exporting SCE, if you have not provided the same password in the **Setup, System, or Hard Disk Drive Password** screen, then you cannot double-click and apply SCE on the target system. However, while applying SCE from the command prompt, you can provide the setup or system password of the target system.

NOTE: Example of providing setup password: `C:\Windows\Command Configure\SCE>"<filename>" --valsetuppwd= <password string>`

NOTE: Example of providing system password: `C:\Windows\Command Configure\SCE>"<filename>" --valsyspwd= <password string>`

Related Links:

- Exporting the BIOS configuration
- Exporting the configuration without setting values

Log details in Package History

You can view the details of the BIOS configuration exports in the **Package History** screen. The **Package History** displays the details such as time, date, type of export, and the location to which the file is exported.

Related Links:

- Viewing a log file
- Deleting log details

Viewing a log file

Click **Package History**, on the Dell Command | Configure page.

Deleting log details

On the **Package History** page, click the **Clear Log**.

Providing feedback on Dell Command | Configure

You can provide feedback on the Dell Command | Configure using the link on Dell Command | Configure GUI.

1. Click the **Give us your feedback** link to launch the online survey page.
2. Provide your feedback and satisfactory ratings.
3. Click **Submit** to share it with Dell.

4

Troubleshooting scenarios in Dell Command | Configure 4.5

Running Dell Command | Configure displays error messages

If you get the error message, `Required BIOS interface not found or HAPI load error.` and then uninstall and reinstall Hardware Application Programming Interface (HAPI).

Running Dell Command | Configure on 32-bit and 64-bit Windows supported system

Ensure that you are running `cctk.exe` based on the architecture of the system. If you are running Dell Command | Configure on a 32-bit supported system, browse to the x86 directory in the installation directory, and run Dell Command | Configure commands. If you are running `cctk.exe` on a 64-bit supported system, and then browse to the x86_64 directory and run Dell Command | Configure commands.

If you are running Dell Command | Configure for 32-bit supported systems on a 64-bit supported system, and then an error message is displayed: `HAPI Driver Load Error`.

If you are running Dell Command | Configure for 64-bit supported systems on a 32-bit supported system, and then an error message is displayed: `Not a valid Win32 application`.

Running Dell Command | Configure on Windows 7, Windows 8, Windows 8.1, or Windows 10 when user account control is enabled

To run Dell Command | Configure on systems running Windows 7 or later with User Account Control (UAC) enabled, right-click the **Dell Command | Configure Command Prompt** and select **Run as administrator**.

NOTE: On a Windows 7, Windows 8, or Windows 8.1, if UAC is enabled, and then a user with Administrator privileges cannot install or uninstall Dell Command | Configure in silent mode. Make sure that you have an administrative privileges before installing Dell Command | Configure in silent mode.

Running Dell Command | Configure on Linux

When you install Dell Command | Configure on a system running the Linux operating system, the entry, `modprobe dcdbas`, is added in the `/etc/rc.modules` file. After uninstalling Dell Command | Configure , this entry is not removed.

TPM activation

Trusted Platform Module (TPM) is an industry standard cryptographic module that provides attestation, integrity metrics and reporting, and a secure key hierarchy. Client systems use TPM to verify if the state of the system has changed between two boot cycles.

To activate and check the TPM activation:

1. If not set, set the BIOS password on the system. Type:

```
cctk --setuppwd=<new-BIOS-password>
```

2. If not enabled, enable TPM. by typing the following command:

```
cctk --tpm=on
```

3. Reboot the system.
4. To activate TPM, type the following command:

```
cctk --tpmactivation=activate --valsetuppwd=<Setuppwd>
```

5. Reboot the system without interruption till the operating system loads.
6. To check the status of TPM. type:

```
cctk --tpmactivation
```

The status is displayed as activate.

SCE failing to run on Windows Preinstallation Environment (Windows PE)

The SCE generated using the Export option on the user interface is failing to run on Windows PE. To configure BIOS using SCE, on the target system running the Windows PE operating systems:

1. On systems running the Windows operating systems, extract the contents of SCE to a folder using the following command:

```
Sce.exe /e=<folder_path_to_extract_contents>
```

NOTE: For more information about using the command, use `/h` switch.

2. Copy the extracted contents to an accessible location on the system.
3. From the location of the extracted contents, run the following command to apply the configuration:

```
applyconfig.bat /logfile <A valid and existing folder with write permission>\<A valid
file name>
```

For example, `applyconfig.bat /logfile C:\log.txt`

To apply the configuration on a system, where setup or system password has been set, run the following command: `applyconfig.bat /logfile <A valid and existing folder with write permission>\<A valid file name> "--valsetuppwd= <setup password>"`

Example 1: `applyconfig.bat /logfile C:\log.txt "--valsetuppwd=password"`

Example 2: `applyconfig.bat /logfile C:\log.txt "--valsyspwd=password"`

Topics:

- Contacting Dell

Contacting Dell

NOTE: If you do not have an active Internet connection, you can find contact information on your purchase invoice, packing slip, bill, or Dell product catalog.

Dell provides several online and telephone-based support and service options. Availability varies by country and product, and some services may not be available in your area. To contact Dell for sales, technical support, or customer service issues:

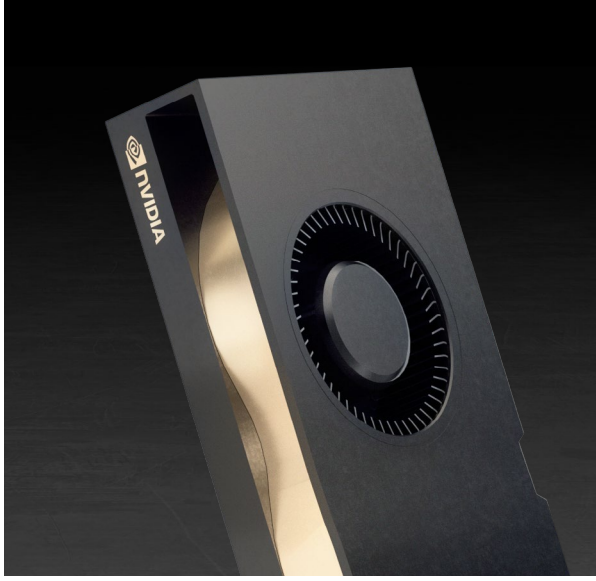
1. Go to **Dell.com/support**.
2. Select your support category.
3. Verify your country or region in the **Choose a Country/Region** drop-down list at the bottom of the page.

4. Select the appropriate service or support link based on your need.

Datasheet

NVIDIA RTX A4500

Powerful performance for professionals.



The NVIDIA RTX™ A4500 combines high performance, enterprise reliability, and the latest NVIDIA **RTX technology** to help you achieve your best work in real time. Built on the NVIDIA Ampere architecture, the RTX A4500 combines 56 second-generation RT Cores, 224 third-generation Tensor Cores, and 7,168 CUDA® cores with 20GB of graphics memory to supercharge rendering, AI, graphics, and compute tasks. Connect two RTX A4500s with NVIDIA NVLink™[1] to scale memory and performance with multi-GPU configurations[2], allowing professionals to work with memory-intensive tasks such as large models, ultra-high-resolution rendering, and complex compute workloads.

NVIDIA RTX professional graphics cards are certified with a broad range of professional applications, tested by leading independent software vendors (ISVs) and workstation manufacturers, and backed by a global team of support specialists. Get the peace of mind needed to focus on what matters with the premier visual computing solution for mission-critical business.

Features

- PCI Express Gen 4
- Four DisplayPort 1.4a connectors
- AV1 decode support
- DisplayPort with audio
- 3D stereo support with stereo connector
- NVIDIA GPUDirect® for Video support
- NVIDIA Quadro® Sync II[3] compatibility
- NVIDIA RTX Experience™
- NVIDIA RTX Desktop Manager software
- NVIDIA RTX IO support
- HDCP 2.2 support
- NVIDIA Mosaic[4] technology
- NVIDIA NVLink Technology

Specifications	
GPU memory	20GB GDDR6
Memory interface	320-bit
Memory bandwidth	640 GB/s
Error-correcting code (ECC)	Yes
NVIDIA Ampere architecture-based CUDA Cores	7,168
NVIDIA third-generation Tensor Cores	224
NVIDIA second-generation RT Cores	56
Single-precision performance	23.7 TFLOPS[5]
RT Core performance	46.2 TFLOPS[5]
Tensor performance	189.2 TFLOPS[6]
NVIDIA NVLink	Low profile bridges connect two NVIDIA RTX A4500 GPUs[1]
NVIDIA NVLink bandwidth	112.5 GB/s (bidirectional)
System interface	PCIe 4.0x16
Power consumption	Total board power: 200W
Thermal solution	Active
Form factor	4.4” H x 10.5” L, dual slot, full height
Display connectors	4x DisplayPort 1.4a
Max simultaneous displays	4x 4096 x 2160 @ 120Hz, 4x 5120 x 2880 @ 60Hz, 2x 7680 x 4320 @ 60Hz
Power connector	1x 8-pin PCIe
Encode/decode engines	1x encode, 1x decode (+AV1 decode)
VR ready	Yes
Graphics APIs	DirectX 12 Ultimate, Shader Model 6.6, OpenGL 4.6[7], Vulkan 1.3[7]
Compute APIs	CUDA 11.6, OpenCL 3.0, DirectCompute

Ready to Get Started?

To learn more about the NVIDIA RTX A4500, visit **nvidia.com/rtx-a4500**

1 NVIDIA NVLink sold separately. | 2 Connecting two RTX A4500 cards with NVLink to scale performance and memory capacity to 40GB is only possible if your application supports NVLink technology. Please contact your application provider to confirm their support for NVLink. | 3 Quadro Sync II card sold separately. | 4 Windows 10, Windows 11, and Linux. | 5 Peak rates based on GPU Boost Clock. | 6 Effective teraFLOPS (TFLOPS) using the new sparsity feature. | 7 Product is based on a published Khronos specification and is expected to pass the Khronos conformance testing process when available. Current conformance status can be found at **www.khronos.org/conformance**

© 2023 NVIDIA, the NVIDIA logo, CUDA, NVIDIA RTX, RTX Experience, Quadro, NVLink, and GPUDirect are trademarks and/or registered trademarks of NVIDIA Corporation in the U.S. and other countries. 2564322. FEB23

NVIDIA

PRODUCT BRIEF
Intel® Ethernet Connection I219
Network Connectivity/Ethernet Connnections

Intel® Ethernet Connection I219

High-performance gigabit network connectivity with support for Intel® vPro™ technology.



Overview

The Intel® Ethernet Connection I219 provides compact, single-port integrated physical layer devices that connect to the Intel® 100 Series and follow on chipsets. The Intel® Ethernet Connection I219 is a gigabit copper networking component for mobile, desktop, workstation, and value-server designs that have critical space and power constraints.

Key Details

Design is Highly Compatible with the Intel® I218 Ethernet Connection: The Intel® Ethernet Connection I219 is highly compatible with the Intel® Ethernet Connection I218, making new designs easy to generate while gaining the improvements of features now available on the Intel® Ethernet Controller I219.

Simplified Installation and Maintenance: The Intel® Ethernet Connection I219 also supports the Intel Stable Image Platform Program (SIPP), which provides system image stability (both hardware and software) and consistency for at least 12 months from the product launch date, helping IT better manage their client environment.

Performance-Enhancing Features: The Intel® Ethernet Connection I219 includes advanced interrupt-handling features to reduce CPU overheard. Other performance-enhancing features include offloading TCP/UDP (for both IPv4 and IPv6) checksum calculations and performing TCP segmentation. Advanced features such as Jumbo Frame support for extra-large packets and Receive Side Scaling (RSS) are also supported.

Reduced Power and Energy Savings: With the addition of platform low power management support and the addition of a pin that will wake the Intel® Ethernet Connection I219 from low-power states, the Intel® Ethernet Connection I219 reduces power requirements, leading to energy savings.

Besides the savings from working with the platform power management feature, the Intel® Ethernet Connection I219 reduces the power consumption in all power states compared to previous generations of Intel connections. While in active-idle, Intel® has implemented Energy Efficient Ethernet (EEE)[1], a new IEEE* standard. With EEE, Intel has reduced the idle power of the gigabit link from about 500 mW to just over 50 mW, providing a significant energy savings. It also supports advanced link downshifting capabilities to provide additional power headroom for system regulatory compliance (such as Energy Star*) by lowering the link speed under certain conditions to save power.

Additionally the Intel® Ethernet Connection I219 also adds additional wake-up flexibility to enable better power management in IT environments.

The single-pin LAN disable enables easier BIOS implementation and Low-power Link-up (LPLU) enables the system to stay in low-power modes until a link is required.

Flexible, Low-Cost System Design: The Intel® Ethernet Connection I219 provides a small package (6 mm x 6 mm) networking option for convenient board layout. The Intel® Ethernet Connection I219 has an integrated Switching Voltage Regulator (iSVR), removing the need for an external regulator and reducing both the overall cost and the board space required. Additionally, the Intel® Ethernet Connection I219 further helps to reduce board space requirements by using a shared Flash design. Finally, low Thermal Design Power (TDP) helps improve board placement flexibility.

Environmentally friendly design: The Intel® Ethernet Connection I219 family of products are all lead free[3] and halogen free[4] in their silicon and package design to reduce the potential for environmental impact.

Comparison of Connection Features

Features	I219V	I219LM
10BASE-T (IEEE 802.3 specification conformance)	✓	✓
100BASE-TX (IEEE 802.3 specification conformance)	✓	✓
1000BASE-T (IEEE 802.3 specification conformance)	✓	✓
Auto-Negotiation (IEEE 802.3u)	✓	✓
Intel® vPro™ [2] technology		✓
Intel® Stable Image Platform Program (SIPP)		✓
Intel® Standard Manageablity		✓
Power optimizer platform low-power management systems	✓	✓
Energy Efficient Ethernet[1] (IEEE 802.3az)	✓	✓
TCP/UDP checksum and segmentation offload (IPv4 and IPv6)	✓	✓
Receive Side Scaling	✓	✓
Dual Tx and Rx queues	✓	✓
Jumbo Frames (up to 9 KB)	✓	✓
Teaming	✓	✓
Integrated Auto Connect Battery Saver (ACBS) battery savings	✓	✓
Timing and Synchronization (802.1as / 1588)	✓	✓
Integrated Switched Voltage Regulator (iSVR)	✓	✓
Shared Flash with system BIOS	✓	✓
Wake from Deep Sx	✓	✓
Server operating system support		✓
Network proxy/ARP support	✓	✓
32 wake filter support	✓	✓

For more information on the Intel® Ethernet Connection I219, please visit **www.intel.com/go/Ethernet**

Component Summary

CONTROLLER[Δ]	DISTINGUISHING FEATURES	ORDER CODES
Intel® Ethernet Connection I219LM	• Corporate LAN product with support for Intel® vPro™ technology, Intel® AMT[2], Energy Efficient Ethernet (802.3az)[1], Intel® SIPP, Server operating system support, ACBS and standard gigabit networking features. • Intended for mobile, desktop, workstation, entry server and embedded designs.	WGI219LM
Intel® Ethernet Connection I219V	• Consumer LAN product with support for Energy Efficient Ethernet (802.3az)[1], ACBS and standard gigabit networking features. • Intended for mobile, desktop, and embedded designs.	WGI219V

1 Energy Efficient Ethernet (EEE) low-power idle requires that both link partners support IEEE802.3az.

2 Intel® Active Management Technology (AMT) requires specific Intel chipsets in addition to the Intel networking component. Intel Standard Manageability requires specific Intel chipsets in addition to the Intel networking component.

3 Lead has not been intentionally added, but lead may still exist as an impurity below 1000 ppm.

4 Lead and other materials banned in the RoHS Directive are either: (1) below all applicable substance thresholds as proposed by the EU or (2) an approved/pending exemption applies.

No license (express or implied, by estoppel or otherwise) to any intellectual property rights is granted by this document.

Intel disclaims all express and implied warranties, including without limitation, the implied warranties of merchantability, fitness for a particular purpose, and non-infringement, as well as any warranty arising from course of performance, course of dealing, or usage in trade.

This document contains information on products, services and/or processes in development. All information provided here is subject to change without notice. Contact your Intel representative to obtain the latest forecast, schedule, specifications and roadmaps.

The products and services described may contain defects or errors which may cause deviations from published specifications.

Copies of documents which have an order number and are referenced in this document may be obtained by calling 1-800-548- 4725 or by visiting www.intel.com/design/literature.htm.

Intel and the Intel logo are trademarks of Intel Corporation in the U.S. and/or other countries.

* Other names and brands may be claimed as the property of others.

© 2017 Intel Corporation .

Printed in USA 06/28/17/DVA/PDF ♻ Please Recycle 333229-002US

ICC
Instituto de Certificações e Conformidades

CERTIFICADO
DE CONFORMIDADE TÉCNICA
CERTIFICATE OF TECHNICAL CONFORMITY

Número do Certificado / Certificate #
ICC 07.053/2024.9

Produto certificado desde: Product certified since:	22/09/2020	**Data de emissão:** Emission date:	21/08/2024	**Válido até:** Valid until:	22/09/2026

Solicitante Applicant	**Fabricante** Manufacturer
R. Social: INTEL SEMICONDUTORES DO BRASIL LTDA	**R. Social:** Intel Corporation SAS
CNPJ: 57.286.247/0001-33	**CNPJ:** N/A
Endereço: Av. Doutor Chucri Zaidan, 940 - Vila Cordeiro 04.583-906 - São Paulo - São Paulo - Brasil	**Endereço:** 425 Rue de GOA Cargo B6 06600 Antibes França

Modelo: Model: AX210NGW

Nome Comercial: Commercial Name: N/A

Tipo de Produto: Product Type: Transceptor de radiação restrita

Serviço / Aplicação: Service / Application: Radiocomunicação de Radiação Restrita

Atos e Resoluções Aplicáveis: Acts and Resolutions Applicable: Resolução nº 680/2017; Ato nº 14448/2017

O organismo ICC no uso das atribuições que lhe confere o Ato de Designação nº 696, de 19/01/2022, da ANATEL, certifica que o produto descrito neste certificado está em conformidade com os documentos normativos indicados.
Certificado de Conformidade válido somente acompanhado de todas as suas páginas.

The ICC certification body, in the use of the attributions conferred on it by the Designation Act no. 696, of 01/19/2022, rom ANATEL, certifies that the product described in this certificate is in compliance with the normative documents indicated.
Conformity Certificate is only valid with all pages.

Campinas, 21 de agosto de 2024

ICC

ANATEL

Gustavo Domenes Ferlin
Diretor Comercial e Sócio-Proprietário

Características técnicas do produto
Technical characteristics of the product

Módulo RF operando com tecnologias sem fio conforme listadas abaixo:

Faixa de frequência (MHz)	Potência de saída (W)	Designação de emissões	Tecnologia	Modulação	SAR Cabeça (W/Kg)	SAR Corpo (W/Kg)	Taxa de transmissão (Mbit/s)	Padrão
2400 a 2483,5	0,0107	882KF7D	FHSS – Salto em frequência	GFSK	-	-	1	Bluetooth
2400 a 2483,5	0,0078	1M41G7D	FHSS – Salto em frequência	π/4DQPSK e8DPSK	-	-	2 e 3	Bluetooth EDR
2400 a 2483,5	0,0036	678KF7D	DSSS – Sequência Direta	GFSK	-	-	1	Bluetooth LE
2400 a 2483,5	0,0036	1M15F7D	DSSS – Sequência Direta	GFSK	-	-	2	Bluetooth LE5.0
2400 a 2483,5	0,291	10M3X9D	DSSS – Sequência Direta	DBPSK, DQPSK eCCK	-	-	1, 2, 5,5 e 11	802.11b
2400 a 2483,5	0,534	16M3X9D	OFDM	BPSK, QPSK,16 QAM, 64 QAM	-	-	6, 9, 12, 18, 24, 36, 48 e 54	802.11g
2400 a 2483,5	0,516	17M5X9D	OFDM	BPSK, QPSK,16 QAM, 64 QAM	-	-	até 144,4	802.11n BW 20 MHz
2400 a 2483,5	0,244	35M9X9D	OFDM	BPSK, QPSK,16 QAM, 64 QAM	-	-	até 300	802.11n BW 40 MHz
2400 a 2483,5	0,174	18M4X9D	OFDMA	BPSK, QPSK,16 QAM, 64 QAM, 256QAM, 1024QAM	-	-	até 286	802.11ax BW 20 MHz
2400 a 2483,5	0,168	36M4X9D	OFDMA	BPSK, QPSK,16 QAM, 64 QAM, 256QAM, 1024QAM	-	-	até 574	802.11ax BW 40 MHz
5725 a 5850	0,199	15M1X9D	OFDM	BPSK, QPSK,16 QAM, 64 QAM	-	-	6, 9, 12, 18, 24, 36, 48 e 54	802.11a
5725 a 5850	0,234	16M3X9D	OFDM	BPSK, QPSK,16 QAM, 64 QAM	-	-	até 144,4	802.11n BW 20 MHz
5725 a 5850	0,196	35M1X9D	OFDM	BPSK, QPSK,16 QAM, 64 QAM	-	-	até 300	802.11n BW 40 MHz
5725 a 5850	0,234	16M3X9D	OFDM	BPSK, QPSK,16 QAM, 64 QAM, 256QAM	-	-	até 192,6	802.11ac BW 20 MHz
5725 a 5850	0,196	35M1X9D	OFDM	BPSK, QPSK,16 QAM, 64 QAM, 256QAM	-	-	até 400	802.11ac BW 40 MHz
5725 a 5850	0,102	76M4X9D	OFDM	BPSK, QPSK,16 QAM, 64 QAM, 256QAM	-	-	até 866,6	802.11ac BW 80 MHz
5725 a 5850	0,239	19M0X9D	OFDM	BPSK, QPSK,16 QAM, 64 QAM, 256QAM, 1024QAM	-	-	até 286	802.11ax BW 20 MHz
5725 a 5850	0,193	38M0X9D	OFDMA	BPSK, QPSK,16 QAM, 64 QAM, 256QAM, 1024QAM	-	-	até 574	802.11ax BW 40 MHz
5725 a 5850	0,102	78M0X9D	OFDMA	BPSK, QPSK,16 QAM, 64 QAM, 256QAM, 1024QAM	-	-	até 1200	802.11ax BW 80 MHz
5150 a 5350	0,0799	-	OFDM	BPSK, QPSK,16 QAM, 64 QAM	-	-	6, 9, 12, 18, 24, 36, 48 e 54	802.11a
5150 a 5350	0,0936	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	até 144,4	802.11n BW 20 MHz
5150 a 5350	0,0951	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	até 300	802.11n BW 40 MHz
5150 a 5350	0,0936	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	até 173,4	802.11ac BW 20 MHz
5150 a 5350	0,0951	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	até 400	802.11ac BW 40 MHz
5150 a 5350	0,0921	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	até 866,6	802.11ac BW 80 MHz
5150 a 5350	0,0850	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	até 1733,4	802.11ac BW 160 MHz
5150 a 5350	0,0961	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	até 286	802.11ax BW 20 MHz
5150 a 5350	0,0754	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	até 574	802.11ax BW 40 MHz

Faixa de frequência (MHz)	Potência de saída (W)	Designação de emissões	Tecnologia	Modulação	SAR Cabeça (W/Kg)	SAR Corpo (W/Kg)	Taxa de transmissão (Mbit/s)	Padrão
5150 a 5350	0,0724	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	até 1200	802.11ax BW 80 MHz
5150 a 5350	0,0690	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	até 2400	802.11ax BW 160 MHz
5470 a 5725	0,2064	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	6, 9, 12, 18, 24, 36, 48 e 54	802.11a
5470 a 5725	0,2025	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	até 144,4	802.11n BW 20 MHz
5470 a 5725	0,1573	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	até 300	802.11n BW 40 MHz
5470 a 5725	0,2025	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	até 173,4	802.11ac BW 20 MHz
5470 a 5725	0,1573	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	até 400	802.11ac BW 40 MHz
5470 a 5725	0,1769	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	até 866,6	802.11ac BW 80 MHz
5470 a 5725	0,0975	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	até 1733,4	802.11ac BW 160 MHz
5470 a 5725	0,2010	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	até 286	802.11ax BW 20 MHz
5470 a 5725	0,2338	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	até 574	802.11ax BW 40 MHz
5470 a 5725	0,1742	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	até 1200	802.11ax BW 80 MHz
5470 a 5725	0,0577	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	até 2400	802.11ax BW 160 MHz
5925 a 7125	0,0233	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	6, 9, 12, 18, 24, 36, 48 e 54	802.11a
5925 a 7125	0,0230	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	até 144,4	802.11n BW 20 MHz
5925 a 7125	0,0515	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM	-	-	até 300	802.11n BW 40 MHz
5925 a 7125	0,0230	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	até 173,4	802.11ac BW 20 MHz
5925 a 7125	0,0515	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	até 400	802.11ac BW 40 MHz
5925 a 7125	0,1007	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	até 866,6	802.11ac BW 80 MHz
5925 a 7125	0,1797	-	OFDM	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM	-	-	até 1733,4	802.11ac BW 160 MHz
5925 a 7125	0,0253	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	até 286	802.11ax BW 20 MHz
5925 a 7125	0,0525	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	até 574	802.11ax BW 40 MHz
5925 a 7125	0,0961	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	até 1200	802.11ax BW 80 MHz
5925 a 7125	0,1704	-	OFDMA	BPSK, QPSK, 16 QAM, 64 QAM, 256 QAM, 1024QAM	-	-	até 2400	802.11ax BW 160 MHz

- Ensaio de SAR não aplicável: Produto não acabado, de uso interno, cuja integração em outros equipamentos pode requerer nova avaliação
- Produto não acabado, cuja integração em outro equipamento requer nova avaliação.
- Possui antena integrada.
- Ganho das antenas (5,1 GHz): 3,73 dBi (antenas 1 e 2).
- Ganho das antenas (5,4 GHz): 4,77 dBi (antenas 1 e 2).
- Ganho das antenas (6 GHz): 5,60 dBi (antenas 1 e 2).
- Possui mecanismo DFS.
- Os valores de potências indicados nas faixas de 5150-5350 MHz, 5470-5725 MHz e 5925-7125 MHz referem-se à potência média em E.I.R.P.

Laboratório de testes
Testing laboratory

Laboratório: Laboratory:	**Endereço:** Address:
CERTLAB - LAB. DE ENSAIOS ELÉTRICOS E MAGNÉTICOS	Rua Maestro Francisco Manoel da Silva, 71

Nomenclatura do Relatório Report nomenclature	**Laboratório** Laboratory	**Data de emissão** Emission date
CertLab-IBT-116993-20-01A-Rev0	CERTLAB	02/09/2020
CertLab-I11-116993-20-01A-Rev0_Parte_2_2	CERTLAB	03/09/2020
CertLab-IWF-116993-20-01A-Rev0_Parte_2_2	CERTLAB	03/09/2020
CertLab-I11-116993-20-01A-Rev0_Parte_1_2	CERTLAB	03/09/2020
CertLab-IWF-116993-20-01A-Rev0_Parte_1_2	CERTLAB	03/09/2020
CertLab-IDE-121122-21-02A-Rev0	CERTLAB	25/03/2021
CertLab-IW6-121122-21-02A-Rev0_Parte_1_4	CERTLAB	06/08/2021
CertLab-IW6-121122-21-02A-Rev0_Parte_2_4	CERTLAB	06/08/2021
CertLab-IW6-121122-21-02A-Rev0_Parte_3_4	CERTLAB	06/08/2021
CertLab-IW6-121122-21-02A-Rev0_Parte_4_4	CERTLAB	06/08/2021
CERTLAB-IDE-116993-20-01A-Rev1	CERTLAB	22/09/2020

Observações
Notes

Obs 01: O produto, objeto deste Certificado, deverá obter a Homologação da Anatel para fins de comercialização e uso e está sujeito à comprovação periódica de que mantém as suas características originalmente certificadas, nos termos da regulamentação.

Obs 02: Conforme estabelecido no Item 10.5 do Ato N° 14448/2017, os equipamentos utilizando tecnologia de espalhamento espectral ou outras tecnologias de modulação digital, que façam uso de antenas de transmissão com ganho direcional superior a 6 dBi, devem ter a potência de pico máxima na saída do transmissor reduzida para valores abaixo daqueles especificados nos subitens 10.2.5, 10.2.6 e 10.2.7 e no item 10.3.3, pela quantidade em dB que o ganho direcional da antena exceder a 6 dBi;

Obs 03: Sistemas operando na faixa de 2400-2483,5 MHz e utilizados exclusivamente em aplicações ponto-a-ponto do serviço fixo podem fazer uso de antenas de transmissão com ganho direcional superior a 6 dBi, desde que potência de pico máxima na saída do transmissor seja reduzida de 1 dB para cada 3 dB que o ganho direcional da antena exceder a 6 dBi;

Obs 04: Conforme estabelecido no Art. 5° da Resolução N° 680, os equipamentos de radiação restrita devem conter no produto, em lugar facilmente visível, ou no manual de instruções fornecido pelo fabricante, em local de destaque, informação sobre as implicações de sua operação, nos seguintes termos: "Este equipamento não tem direito à proteção contra interferência prejudicial e não pode causar interferência em sistemas devidamente autorizados";

Obs 05: Sistemas operando na faixa 5.725-5.850 MHz e utilizados exclusivamente em aplicações ponto-a-ponto do serviço fixo podem fazer uso de antenas de transmissão com ganho direcional superior a 6 dBi sem necessidade de uma correspondente redução na potência de pico máxima na saída do transmissor.

Obs 06: Sistemas operando na faixa 5.150-5.250 MHz, as emissões devem estar confinadas aos ambientes internos das edificações.

Obs 07: O produto é um equipamento que opera como escravo e possui mecanismo DFS acompanhando os mecanismos do equipamento mestre.

Obs 08: O requerente apresentou declaração de segurança cibernética conforme Ato no 77/2021.

Obs 09: Este certificado substitui o anterior de número 00126264 devido a troca de OCD e manutenção 02.

Comentários adicionais
Additional comments

Alimentação: Alimentado via barramento.

Unidade(s) Fabril(s)
Factory Unit(s)

AzureWave Technologies (Shanghai) Inc.
No 1355, Jiaxin Highway, Malu Town, Jiading District, Shanghai, Post Code: 201801 P.R., China

Flextronics International Tecnologia Ltda
Avenida Liberdade, 6315, Iporanga, - 18087-170, Sorocaba, São Paulo, Brasil

Gemtek Electronics (Kunshan) Co., Ltd.
No 88, Xin Zhu Rd., Comprehensive Bonded Zone, Jiangsu Province 215300, China

SYRMA SGS TECHNOLOGY LIMITED
PLOT NO.61, SECTOR-14, PHASE-II, HSIIDC, IMT BAWAL, DISTRICT REWARI - 123 501, HARYANA STATE, INDIA

Gemtek Technology Co., Ltd.
No. 15-1, Zhonghua Road, Hsinchu Industrial Park, Hukou, Hsinchu 30352. Taiwan, R.O.C

GEMTEK VIETNAM CORPORATION LIMITED
Dong Van II Industrial Zone, Duy Minh Ward, Duy Tien Town, Ha Nam Province, Vietnam

Histórico
History

Emissão Emission	**Data** Date	**Comentários** Comments
00	21/08/2024	Troca de OCD e manutenção 02.

Product Brief

Intel® Wi-Fi 6E AX210 Module
2nd Generation Wi-Fi 6 with extended Wi-Fi 6E (6GHz band) support

Intel® Wi-Fi 6E AX210 (Gig+) Module

Maximize speed, latency, and reliability benefits of Wi-Fi 6 across new radio frequencies free from legacy device interference





Wi Fi 6 CERTIFIED

WI-FI GIG+ 6E BY INTEL®

The Intel® Wi-Fi 6E AX210 (Gig+) adapter is designed to support upcoming Wi-Fi 6E technology and related Wi-Fi Alliance Wi-Fi 6E[1] certification. The product supports dual-stream Wi-Fi in the 2.4GHz, 5GHz and 6GHz bands, and includes improved TCP throughput—exceeding 2Gbps—and future Wi-Fi 6 R2 features, including UL MU-MIMO[2] that improves UL network capacity in dense environments as well as Bluetooth® 5.2 support. These new features maximize the benefits of Wi-Fi 6, including Gigabit speed, ultra-low latencies, and enhanced reliability benefits across new radio frequencies exclusive to Wi-Fi 6E devices, and deliver a significant improvement in user experience in dense deployments. Combined with Intel® Core™ processors and exceptional Intel wireless innovations, the Intel® Wi-Fi 6E AX210 module can dramatically improve your connected experience at home, work, or on the go.

2nd Generation Intel Wi-Fi 6 Wireless with Extended Wi-Fi 6E (6GHz Band) Support	
Greater Network Flexibility **Faster Speed** **Reduced Latency** **Wi-Fi 6E Tri Band 2x2 160MHz**	Intel® Wi-Fi 6E AX210 module supports legacy Wi-Fi 4, 5, 6 and Wi-Fi 6E and is designed to support Wi-Fi 6 wave 2 features. By implementing the new Wi-Fi 6E technology supporting the new 6GHz band that includes 1200MHz of new contiguous spectrum (>2x compared to 5GHz) with more Gigabit Wi-Fi options and exclusivity to Wi-Fi 6 products, Intel® Wi-Fi 6E AX210 module maximizes Wi-Fi 6 and Gigabit Wi-Fi benefits enabling greater network flexibility, faster downloads, sharing and backups as well as reduced latency and improved reliability. When using Wi-Fi 6 technology with 1024QAM and 160MHz channels, Intel® Wi-Fi 6 AX210 module can deliver nearly 3x higher peak data rates[3] (up to 2.4Gbps) and up to 4x capacity improvement in dense or congested environments comparing to Wi-Fi 5[4].
Bluetooth® 5.2	On top of existing features, Bluetooth® 5.2 includes Isochronous Channel feature which lays the foundation for the implementation of next generation of Bluetooth® Audio – Low Energy Audio. Bluetooth® 5.2 Core specification also provides the capability to change the transmit power of the devices (local and peer) in order to improve the link quality while not using extra power consumption.
Microsoft* Windows 10*	Full support for latest Microsoft* Windows 10* OS.
Form Factors (M.2 2230 and 1216)	M.2 2230 modules enable system configuration and platform usage flexibility with the use of a standard Key A or Key E socket for attaching the module. M.2 1216 modules enable platform design optimizations providing savings on motherboard space and BOM.

Experience the Intel® Difference

Worldwide Regulatory Support **Intel® Dynamic Regulatory Solution**	Enables performance-optimized worldwide regulatory compliance SKU. The Intel® Wi-Fi 6E AX210 module detects its location and automatically optimizes the Wi-Fi settings to local regulatory requirements, maximizing performance in each geography, simplifying travel experience and global enterprise procurement. Future regulatory changes are easily managed during the product life cycle.
Wireless Functionality in Pre-boot Environment	Support for Wi-Fi network and Bluetooth® Low Energy HID connectivity in the platform's UEFI (Unified Extensible Firmware Interface) environment during its boot stage. This capability enables use cases like OS recovery over Wi-Fi and Bluetooth® Low Energy-based keyboard and mouse connectivity in this pre-boot environment.
Wirelessly Project to the Big Screen	Project your 2-in-1 or laptop content instantly, without wires, on the big HD screen with stunning image clarity and sound using Wi-Fi Miracast*. Stream movies, videos, games, photos, connect with friends, and more. Experience it all, bigger and better than ever before.

Business-Class Wireless

Intel® vPro® Technology[5]	Supports Intel's hardware-based security and management features built into Intel® Core™ vPro® processors and chipsets that enable IT to manage PCs virtually anywhere, anytime, while reducing deployment costs, improving security and ROI.
Intel® Active Management Technology[6]	Using integrated platform capabilities and popular third-party management and security applications, Intel® AMT allows IT or managed service providers to better discover, repair, and help protect their networked computing assets. Intel® AMT is a feature of Intel® Core™ processors with Intel® vPro® technology.

Intel® Wi-Fi 6E AX210 Module Technical Specifications

GENERAL

Dimensions (H x W x D)	M.2 2230: 22mm x 30mm x 2.4mm [1.5mm Max (Top Side)/ 0.1mm Max (Bottom Side)] M.2 1216: 12mm x 16mm x 1.7 (+-0.1) mm
Weight	M.2 2230: 2.83 +/– 0.3 g M.2 1216: 0.67 +/– 0.1 g
Radio ON/OFF Control	Supported
Connector Interface	M.2: PCIe*, USB
Operating Temperature (Adapter Shield)	0°C to +80°C
Humidity Non-Operating	50% to 90% RH non-condensing (at temperatures of 25°C to 35°C)
Operating Systems	Microsoft* Windows 10*, Linux*
Wi-Fi Alliance[7]	Wi-Fi CERTIFIED* 6, Wi-Fi CERTIFIED* a/b/g/n/ac, WMM*, WMM*-Power Save, WPA3*, PMF*, Wi-Fi Direct*, Wi-Fi Agile Multiband*
IEEE WLAN Standard	IEEE 802.11-2016 and select amendments (selected feature coverage) IEEE 802.11a, b, d, e, g, h, i, k, n, r, u, v, w, ac, ax; Fine Timing Measurement based on 802.11-2016, Wi-Fi Location R2 (802.11az) HW readiness[8]
Bluetooth®	Bluetooth® 5.2

SECURITY FEATURES[9]

Security Methods	WPA2*; WPA3*
Authentication Protocols	802.1X EAP-TLS, EAP-TTLS/MSCHAPv2, PEAPv0 -MSCHAPv2 (EAP-SIM, EAP-AKA, EAP-AKA')
Encryption	128-bit AES-CCMP, 256-bit AES-GCMP

COMPLIANCE

Regulatory	For a list of country approvals, please contact your local Intel representatives.
US Government	FIPS[10] 140-2
Product Safety	UL, C-UL, CB (IEC 60950-1)

Product Name	Model Number	Version
Intel® Wi-Fi 6E AX210	AX210NGW	Wi-Fi 6E (6GHz), 2x2, Bluetooth® 5.2, M.2 2230
	AX210D2W	Wi-Fi 6E (6GHz), 2x2, Bluetooth® 5.2, M.2 1216

For more information on Intel® Wireless products, visit intel.com/wireless





[1] Wi-Fi 6E WFA certification expected to be available by Dec 2020 – Jan 2021.

[2] Wi-Fi 6 Uplink Multi-User MIMO (Multiple Input Multiple Output) supports up to 8 streams of UL data from multiple stations improving UL network capacity in dense environment.

[3] "Nearly 3x higher peak data rates" Intel® Wi-Fi 6 AX claims are based on the comparison of the expected maximum theoretical data rates for similarly configured 802.11ax and standard 802.11ac Wi-Fi solutions as documented in IEEE 802.11ax D4.0 spec and IEEE 802.11 wireless standard specifications, and require the use of similarly configured 802.11ax wireless network routers.

[4] Wi-Fi 5 = 802.11ac. In accordance with the IEEE 802.1ax PAR. For additional details visit: https://mentor.ieee.org/802.11/dcn/14/11-14-0165-01-0hew-802-11-hew-sg-proposed-par.docx.

[5] Intel® vPro® Technology is sophisticated and requires setup and activation. Availability of features and results will depend upon the setup and configuration of your hardware, software and IT environment. To learn more visit: http://www.intel.com/technology/vpro.

[6] Requires activation and a system with a corporate network connection, an Intel® AMT-enabled chipset, network hardware and software. For notebooks, Intel® AMT may be unavailable or limited over a host OS-based VPN, when connecting wirelessly, on battery power, sleeping, hibernating or powered off. Results dependent upon hardware, setup and configuration. For more information, visit http://www.intel.com/technology/platform-technology/intel-amt.

[7] Support of Wi-Fi Alliance certifications is OS-dependent.

[8] IEEE 802.11az hardware readiness per expected Wi-Fi Location R2 feature support and based on draft 2.1 of the IEEE802.11az amendment and is subject to change.

[9] Some security solutions may not be supported by your device operating system and/or by your device manufacturer or may require additional hardware (e.g., UICC – SIM card). Check with your device manufacturer for details on availability.

[10] On Microsoft* Windows 10*.

The Bluetooth® word mark and logos are registered trademarks owned by the Bluetooth SIG, Inc. and any use of such marks by Intel Corporation is under license.

Tests document performance of components on a particular test, in specific systems. Differences in hardware, software, or configuration will affect actual performance. Consult other sources of information to evaluate performance as you consider your purchase. For more complete information about performance and benchmark results, visit **www.intel.com/benchmarks**.

Estimated results were obtained prior to implementation of recent software patches and firmware updates intended to address exploits referred to as "Spectre" and "Meltdown". Implementation of these updates may make these results inapplicable to your device or system.

No license (express or implied, by estoppel or otherwise) to any intellectual property rights is granted by this document.

Intel disclaims all express and implied warranties, including without limitation, the implied warranties of merchantability, fitness for a particular purpose, and non-infringement, as well as any warranty arising from course of performance, course of dealing, or usage in trade. Intel may make changes to specifications and product descriptions at any time, without notice. For the most current product information, please visit **http://www.intel.com/wireless**.

Cost reduction scenarios described are intended as examples of how a given Intel-based product, in the specified circumstances and configurations, may affect future costs and provide cost savings. Circumstances will vary. Intel does not guarantee any costs or cost reduction.

This device has not been authorized as required by the rules of the Federal Communications Commission. This device is not, and may not be, offered for sale or lease, or sold or leased, until authorization is obtained.

Intel, the Intel logo, are trademarks or registered trademarks of Intel Corporation or its subsidiaries in the U.S. and/or other countries.

* Other names and brands may be claimed as the property of others.

Copyright © Intel Corporation. All rights reserved.

Mouser Electronics

Authorized Distributor

Click to View Pricing, Inventory, Delivery & Lifecycle Information:

Intel:

AX210.NGWG AX210.NGWG.NVX

DELL Technologies



Comfortable, convenient and durable

Dell Wired Keyboard

MODEL: KB216

Match your keyboard to your style



Side view



Black Gray White

Compact, comfortable design

Featuring a compact, full-size keyboard, number pad, and quiet chiclet style keys, the Dell Wired Keyboard is excellent for everyday desktop use. It also has a palm rest that is available for separate purchase.

Convenient multimedia keys

Multimedia keys offer quick actions and commands at your fingertips. Easily access functions such as play, pause, rewind, and fast-forward plus volume control.

Durable and easy to use

Durable and made of flexible materials, the Dell Wired Keyboard is also spill resistant. Installation is a snap. Simply connect the plug at the end of the included cable into any open USB port on your PC and start typing.

FEATURE	TECHNICAL SPECIFICATION
MODEL	Dell Wired Keyboard - KB216
COLOR	Black/White/Gray
CONNECTIVITY	Wired USB
TYPING MECHANISM	Plunger keys
HOT KEYS	ESC – Fn Lock, F1 – Sleep, F9 – Search, Insert – Print Screen, Home – Scroll Lock, Page Up – Pause/Break, Delete, End, Page Down
MULTIMEDIA KEYS	F10 – Backward, F11 – Play/Pause, F12 – Forward, Mute, Volume Down, Volume Up
TILT ADJUSTMENT	4° (Legs in)/7° (Legs out)
DIMENSIONS (H X L X W)	24.32 x 441.7 x 127.3 mm
WEIGHT	400.5g
OS SUPPORT	OS support- Windows 7, Windows 8.1, Windows 10 and 11; macOS; Linux 6.x, Ubuntu, Chrome and Android OS
CABLE LENGTH	1800mm
PALM REST	Optional
WARRANTY	1 year

Technical specifications subject to change without prior notice. Product availability varies by country. Please contact your Dell representative for more information.

© 2025 Dell Inc. or its subsidiaries. All rights reserved. Dell Technologies, Dell, EMC, Dell EMC and other trademarks are trademarks of Dell Inc. or its subsidiaries. Other trademarks may be trademarks of their respective owners.

DELL Technologies



High precision control

Dell Pro Wired Mouse

MODEL: MS3220



Match your mouse to your style



Titan Gray



Black

Highly precise

Work faster and smarter with the Dell Pro Wired Mouse. The 3200 DPI sensitivity lets you navigate smoothly and easily across high-resolution 4K monitors. Adjust to your preferred preset DPI in moments with a simple click of the toggle button.

Enhanced productivity

Two shortcut buttons let you easily move back and forth quickly through the web pages. For a seamless workflow, program these shortcut buttons to your preferred commands or applications using the Dell Display and Peripheral Manager. The Dell Display and Peripheral Manager also allows you to conveniently get the connectivity status and latest firmware updates.

Simply reliable

Rigorous testing ensures this mouse works perfectly with Dell systems. Easily plug and play without going through the hassle of setting up. Dell's Advanced Exchange Service[1] ships you a replacement unit the next business day should the mouse become faulty during the 3-year warranty[2] period.

FEATURE	TECHNICAL SPECIFICATION
MODEL	Dell Pro Wired Mouse - MS3220
COLOR	Black, Titan Gray
CONNECTIVITY	Wired USB 2.0
SENSOR	Laser
SCROLL	Mechanical
RESOLUTION (DPI)	400, 800, 1600, 3200
BUTTONS	5 (3 are programmable)
DIMENSIONS (H X L X W)	1.53 inches x 4.54 inches x 2.47 inches 38.9 mm x 115.3 mm x 62.9 mm
CABLE LENGTH	70.87 inches / 1800 mm

FEATURE	TECHNICAL SPECIFICATION
WEIGHT (WITH CABLE)	0.21 lbs / 98 g
OS SUPPORT	USB 2.0 Windows 7, Windows 8.1, Windows 10 and 11; Mac OS; Linux (Red Hat Enterprise 8.0 /Ubuntu 18.4); Chrome; Android OS Dell Display and Peripheral Manager • Windows 10 build 17763 and above (x64-based) • Windows 11 (x64-based) • Windows 11 on ARM (arm64-based)
SOFTWARE	Dell Display and Peripheral Manager (Windows compatible) • Program Shortcut Buttons • Connectivity Status • Firmware Updates
WARRANTY	3-year Advanced Exchange Service[1]
PACKAGE CONTENTS	Mouse Documentation

1 Replacement part/unit dispatched, if needed, following completion of phone/online diagnosis. Fee charged for failure to return defective unit. Availability varies.
2 For a copy of the Limited Hardware Warranty, write to Dell USA LP, Attn: Warranties, One Dell Way, Round Rock, TX 78682 or see dell.com/warranty.

Technical specifications subject to change without prior notice. Product availability varies by country. Please contact your Dell representative for more information.

© 2025 Dell Inc. or its subsidiaries. All rights reserved. Dell Technologies, Dell, EMC, Dell EMC and other trademarks are trademarks of Dell Inc. or its subsidiaries. Other trademarks may be trademarks of their respective owners.

Se estiverem outras aplicações em execução no novo PC, é-lhe pedido para fechar as aplicações e continuar ou cancelar o processo de migração.

NOTA: Não feche o Dell Data Assistant ou clique em **Cancelar** no PC antigo enquanto a migração está em curso.

6. Quando o processo de migração estiver concluído, siga um dos passos seguintes:
   - Se foi concluída a migração de todos os dados com êxito, clique em **Concluir**.
   - Se alguns dos dados não foram migrados, clique em **Mostrar ficheiros ignorados**, analise e selecione os dados que pretende migrar, em seguida, clique em **Tentar novamente**.
7. Em alternativa, clique no ícone de conversação para enviar o seu feedback, clique no ícone de migração de mais dados para migrar dados de outro PC ou conta de utilizador, ou clique no ícone de instruções sobre como apagar para saber mais sobre como apagar o PC antigo.
8. Clique em **Fechar**.
   É apresentada a **Página inicial**. Para obter mais informações sobre o Dell Migrate, consulte o *Guia do Utilizador Dell Migrate* disponível na página da documentação Dell Data Assistant.

Passos seguintes

Para apagar e repor o PC antigo, clique em **Apagar este PC** na interface de utilizador do Dell Data Assistant. Consulte Apagar e repor o PC antigo.

Apagar e repor o PC antigo

Pré-requisitos

Certifique-se do seguinte:

- O serviço Dell Migrate está disponível para o novo PC. Para obter as instruções de compra, aceda a https://www.dell.com/Migrate.
- O sistema operativo instalado no PC antigo é o Windows 8.1 ou posterior.
- O PC antigo está ligado a uma tomada elétrica.
- Tem sessão iniciada como administrador no PC antigo.
- Não estão em execução outras aplicações no PC antigo.
- O BitLocker está desativado no PC antigo.

Passo

1. Se já migrou os seus dados para o novo PC, siga estes passos no PC antigo:
   a. abra o Dell Data Assistant.
   b. Clique em **Apagar este PC**.
      - Se um disco rígido externo estiver ligado ao PC, é apresentada uma mensagem a indicar que os dados do disco externo não serão apagados. Remova o disco rígido e clique em **Avançar** para continuar.
      - Se forem detetadas várias contas de utilizador no PC antigo, é-lhe pedido para confirmar se pretende continuar a apagar e a repor o PC. Clique em **Avançar** para continuar.

        AVISO: Se clicar em Avançar sem migrar os dados de outras contas de utilizador, os dados dessas contas também são apagados.
      - Se for detetado um problema no disco rígido, é apresentada uma mensagem para confirmar se pretende continuar. Clique em **Avançar** para continuar.
      - Se o PC for compatível com o Dell SupportAssist OS Recovery versão 5.3, ou mais recente, é apresentada uma das seguintes opções:
        - **Reiniciar para Iniciar a Reposição Dell** — Reinicia o PC e apresenta a interface de utilizador do Dell SupportAssist OS Recovery. Selecione a opção de reposição apropriada e siga as instruções no ecrã para concluir o processo de apagar e repor.
        - **Iniciar a Reposição do Windows** — Apresenta as opções de reposição do Windows. Selecione a opção apropriada e siga as instruções no ecrã para concluir o processo de apagar e repor.
2. Se ainda não migrou os dados para o novo PC, siga estes passos:
   a. No PC antigo, abra o Dell Data Assistant e clique em **Como começar**.
   b. No PC novo, inicie o processo de migração. Para obter instruções sobre como migrar os dados, consulte Migrar dados do PC antigo para o PC novo.
3. Se não quiser apagar agora o PC antigo, clique em **Lembrar Mais Tarde**, selecione a hora a que pretende receber a notificação e clique em **Ok**.

5

Descrição geral dos controladores e transferências

A atualização dos controladores ajuda a melhorar o desempenho do PC e a corrigir riscos de segurança. Por predefinição, o SupportAssist analisa o PC todas as semanas para detetar atualizações disponíveis para os controladores e aplicações da Dell instalados no PC. Se necessário, pode configurar a frequência na qual o SupportAssist executa a análise.

O SupportAssist categoriza as atualizações, com base na respetiva gravidade, como **Urgente**, **Segurança**, **Recomendada** e **Opcional**.

NOTA: Neste documento, o termo "controlador" refere-se a controladores do BIOS, controladores, firmware e a aplicações Dell instalados no PC.

Categorização das atualizações por grau de severidade

O SupportAssist categoriza as atualizações com base na respetiva severidade da seguinte forma:

- **Urgente** – atualizações que devem ser instaladas.
- **Segurança** – atualizações que podem prevenir potenciais ameaças à segurança do PC.
- **Recomendada** – Atualizações que podem melhorar o desempenho do PC.
- **Opcional**

NOTA: Se estiver disponível uma atualização urgente ou recomendada, será apresentada uma notificação. Para obter mais informações sobre o tipo de notificações que são apresentadas pelo SupportAssist, consulte Notificações.

Instalar as atualizações para os controladores

Pré-requisitos

Tem de ter sessão iniciada como administrador.

Sobre esta tarefa

O SupportAssist analisa o PC e sugere proativamente atualizações disponíveis para os controladores do PC e as aplicações Dell. Antes de instalar uma atualização do controlador, o SupportAssist cria automaticamente um ponto de restauro. Pode utilizar o ponto de restauro para desinstalar a atualização do controlador e reverter o PC para o seu estado anterior. O SupportAssist apenas pode guardar três pontos de restauro por cada período específico. Se for necessário criar um novo ponto de restauro, o ponto de restauro mais antigo é automaticamente eliminado.

NOTA: Se instalar uma versão mais recente do BIOS disponível para o seu PC, não pode desinstalar a atualização.

NOTA: Num sistema operativo Windows, as definições do ponto de restauro estão desativadas por predefinição. Para permitir que o SupportAssist possa criar um ponto de restauro, tem de ativar as definições de criação do ponto de restauro no Windows.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique na .
2. No mosaico **Obter Controladores e Transferências**, clique em **Executar**.
   - Se existirem atualizações para o seu PC, o tipo e o número de atualizações disponíveis são apresentadas no mosaico **Obter Controladores e Transferências**.
   - Se o SupportAssist não conseguir detetar atualizações disponíveis para o PC, é apresentada uma mensagem.
3. Clique em **Atualizar Agora**.
   É apresentada a página dos controladores.
4. Selecione as atualizações que pretende instalar e clique em **Instalar**.

NOTA: Determinadas atualizações de controladores têm de ser instaladas em conjunto com um ou mais controladores para funcionarem corretamente. Tem de selecionar todos os controladores dependentes e, em seguida, clicar em **Instalar**.

- No caso das atualizações que são instaladas automaticamente, são apresentados um e o estado **Concluído** na coluna **Estado**.
- Se a atualização tiver de ser instalada manualmente, é apresentada a ligação **Instalar** na coluna **Estado** quando a transferência tiver sido concluída. Para instalar a atualização, clique em **Instalar**.

NOTA: Poderá ter de reiniciar o PC para concluir a instalação de determinados controladores.

5. Clique em **Concluir**.
   É apresentada a **Página inicial**. O número de controladores instalados é apresentado na **Página inicial** e na página do **Histórico** .
6. Se for necessário reiniciar o sistema para efetuar uma atualização, clique em **Reiniciar Agora** para reiniciar o PC imediatamente.
   É-lhe pedido que guarde os seus ficheiros e feche todas as aplicações antes de reiniciar.
7. Clique em **Reiniciar**.
   O PC reinicia automaticamente para concluir a instalação.

Desinstalar as atualizações para os controladores

Pré-requisitos

Tem de ter sessão iniciada como administrador.

Sobre esta tarefa

Se encontrar problemas com o PC depois de atualizar um controlador, pode desinstalar a atualização e recuperar o estado anterior do PC.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique em **Histórico**.
2. Na página **Histórico**, clique na ligação necessária **Restaurar sistema**.
   É apresentada uma mensagem que indica que o PC será restaurado para o estado em que se encontrava no momento em que foi criado o ponto de restauro.
3. Clique em **Restaurar**.
   O PC é reiniciado automaticamente para desinstalar a atualização.

Notificações do mosaico Obter Controladores e Transferências

A tabela seguinte descreve as várias notificações de estado que são apresentadas no mosaico **Obter Controladores e Transferências**:

Tabela 8. Notificações do mosaico Obter Controladores e Transferências

Ícone de mosaico	Tipo de atualização	Descrição
	**Opcional** ou sem atualizações disponíveis	Não estão disponíveis atualizações ou só está disponível uma atualização opcional.
	**Recomendado**	Só estão disponíveis atualizações do tipo recomendadas.
	**Urgente** ou **Segurança**	Só estão disponíveis atualizações do tipo urgente, de segurança ou de vários tipos.

6

Verificação do hardware do PC

Executar uma análise de hardware permite-lhe detetar problemas de hardware no PC. Por predefinição, o SupportAssist analisa o hardware do PC uma vez por mês para detetar problemas de hardware. Também pode executar manualmente uma das seguintes ações para identificar um problema de hardware:

- Analisar um componente de hardware específico
- Executar uma análise de hardware rápida
- Executar um teste de esforço

NOTA: Se o SupportAssist estiver minimizado e for detetado um problema durante a análise, é apresentada uma notificação no mosaico **Analisar Hardware**. A notificação vai permanecer no mosaico durante um período de até sete dias. Se não criar um pedido de suporte para o problema no prazo de sete dias, a notificação é removida.

Para determinados problemas de hardware, o título do problema é apresentado acima dos mosaicos e é apresentada uma notificação no mosaico **Analisar Hardware**. A notificação que é apresentada no mosaico depende da gravidade do problema. A tabela a seguir descreve as várias notificações de estado que são apresentadas no mosaico **Analisar Hardware** quando é detetado um problema durante uma análise rápida de hardware ou um teste de esforço no PC:

Tabela 9. Notificações do mosaico Analisar Hardware

Ícone do PC	Estado	Descrição
	Normal	Não foram detetados problemas de hardware.
	**Aviso** Se for detetado um problema de tipo "aviso", os mosaicos de otimização do PC estão desativados. Para ativar os mosaicos, clique em **OK**.	Foi detetado um problema de hardware em alguns componentes que não o módulo de memória ou os discos rígidos.
	**Crítico** Se for detetado um problema de hardware crítico, os mosaicos de otimização do PC são desativados até criar um pedido de suporte.	Foi detetado um problema de hardware no módulo de memória ou no disco rígido.

Analisar um componente de hardware específico

Pré-requisitos

Tem de ter sessão iniciada como administrador.

Sobre esta tarefa

O SupportAssist permite-lhe analisar um componente de hardware específico instalado no PC. Os passos para executar uma análise dependem do componente de hardware que selecionar.

Os passos que se seguem aplicam-se à análise de um disco rígido.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique no separador **Deteção e resolução de problemas**.
2. Clique em **Quero detetar e solucionar problemas no meu PC**, e clique em **Quero verificar uma peça específica de hardware**. É apresentada a lista de componentes de hardware disponíveis no PC.

   NOTA: Para atualizar a lista de componentes de hardware apresentada, clique na ligação **Atualizar hardware**.
3. Na secção **Dispositivos de Armazenamento**, clique em **Disco rígido**.

4. Selecione o tipo de teste e clique em **Executar Teste**.

Resultados

- Se não for detetado nenhum problema, são apresentados o estado **Aprovado** e um ícone de .
- Se for detetado um problema e não for necessário criar um pedido de suporte, é apresentado o estado **Reprovado** e o .
- Se for detetado um problema e for necessário criar um pedido de suporte, é apresentada a página de detalhes do problema. Para obter instruções sobre como criar um pedido de suporte, consulte Criar um pedido de suporte para problemas detetados durante uma análise.

Executar uma análise de hardware rápida

Pré-requisitos

Tem de ter sessão iniciada como administrador.

Sobre esta tarefa

Uma análise rápida ao PC detetar problemas nos componentes de hardware como o disco rígido, o processador, o módulo de memória, etc.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique na .
2. No mosaico **Analisar Hardware**, clique em **Executar**.

Resultados

- Se não for detetado nenhum problema, é apresentada uma notificação no mosaico.
- Se for detetado um problema e for necessário criar um pedido de suporte, os mosaicos de otimização serão desativados e é apresentada a página de detalhes do problema. Para obter instruções sobre como criar um pedido de suporte, consulte Criar um pedido de suporte para problemas detetados durante uma análise.
- Se for detetado um problema e não for necessário criar um pedido de suporte, são apresentados o título do problema acima dos mosaicos e uma notificação no mosaico **Analisar Hardware**. Os mosaicos de otimização são também desativados. Para ativar os mosaicos, clique em **OK**.

Executar um teste de esforço

Pré-requisitos

Tem de ter sessão iniciada como administrador.

Sobre esta tarefa

Um teste de tensão deteta problemas em componentes como a placa do PC, as unidades óticas e a câmara. Também deteta problemas em componentes analisados durante uma análise rápida.

AVISO: Durante um teste de esforço, pode ver flashes no ecrã e poderá não conseguir utilizar o PC.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique no separador **Deteção e resolução de problemas**.
2. Clique em **Pretendo solucionar problemas no meu PC** e, em seguida, clique em **Pretendo analisar o meu PC completo**.
3. Clique em **Iniciar**.
   Será apresentada uma mensagem a pedir que grave os seus ficheiros e que feche todas as aplicações.
4. Depois de guardar os seus ficheiros e fechar todas as aplicações, clique em **OK** para executar o teste.
   Durante o teste, o nome da tarefa que está a ser executada é apresentado acima dos mosaicos e o progresso da análise é apresentado no mosaico **Analisar Hardware**.

Resultados

- Se não for detetado nenhum problema, é apresentada uma notificação no mosaico.
- Se for detetado um problema e for necessário criar um pedido de suporte, os mosaicos de otimização serão desativados e é apresentada a página de detalhes do problema. Para obter instruções sobre como criar um pedido de suporte, consulte Criar um pedido de suporte para problemas detetados durante uma análise.
- Se for detetado um problema e não for necessário criar um pedido de suporte, são apresentados o título do problema acima dos mosaicos e uma notificação no mosaico **Analisar Hardware**. Além disso, os mosaicos de otimização são também desativados. Para ativar os mosaicos, clique em **OK**.

7

Otimizar o PC

O SupportAssist ajuda-o a otimizar o PC executando uma série de diagnósticos para identificar modificações em ficheiros ou nas definições do PC. As otimizações do SupportAssist melhoram a velocidade do PC, a disponibilidade de espaço de armazenamento e a estabilidade do PC através de:

- Limpeza de ficheiros temporários
- Afinação do desempenho do PC
- Otimização da rede
- Remoção de vírus, de malware e de programas potencialmente indesejáveis (PPI)

Limpar ficheiros

Sobre esta tarefa

O SupportAssist remove os ficheiros redundantes, as pastas temporárias e outros conteúdos desnecessários do PC.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique na .
2. No mosaico **Limpar Ficheiros,** clique em **Executar**.

   Durante a otimização, o nome da tarefa que está a ser executada é apresentado acima dos mosaicos e o estado do progresso da análise é apresentado no mosaico.

   AVISO: Se cancelar a otimização enquanto esta estiver em curso, as alterações que foram efetuadas não serão revertidas.

Resultados

A quantidade de espaço poupado no disco rígido é apresentada no mosaico **Limpar Ficheiros**, na página **Início** e na página do **Histórico**.

Otimizar o desempenho do PC

Sobre esta tarefa

O SupportAssist ajusta as definições de alimentação, o registo e a alocação de memória para maximizar a velocidade de processamento do PC.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique na .
2. No mosaico **Otimizar Desempenho,** clique em **Executar**.

   Durante a otimização, o nome da tarefa que está a ser executada é apresentado acima dos mosaicos e o estado do progresso da análise é apresentado no mosaico.

   AVISO: Se cancelar a otimização enquanto esta estiver em curso, as alterações que foram efetuadas não serão revertidas.

Resultados

Após a conclusão da otimização, é apresentada uma notificação no mosaico.

Otimizar rede

Sobre esta tarefa

O SupportAssist atualiza as definições do seu PC para manter a sua rede eficiente e fiável.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique na .
2. No mosaico **Otimizar Rede,** clique em **Executar**.

   Durante a otimização, o nome da tarefa que está a ser executada é apresentado acima dos mosaicos e o estado do progresso da análise é apresentado no mosaico.

   AVISO: Se cancelar a otimização enquanto esta estiver em curso, as alterações que foram efetuadas não serão revertidas.

Resultados

Após a conclusão da otimização, é apresentada uma notificação no mosaico.

Remover vírus e malware

Sobre esta tarefa

O SupportAssist isola e remove os ficheiros que estão infetados com vírus e malware, de forma a manter o PC seguro. Também deteta e remove os programas potencialmente indesejados (PPI) instalados no PC.

NOTA: A capacidade de remoção de vírus e malware está disponível para PCs com um plano de serviço ProSupport Plus, Premium Support Plus ou Dell Software Support ativo.

NOTA: A capacidade de remoção de vírus e malware está disponível para PCs com um plano de serviço ProSupport Plus ou Premium Support Plus ativo.

NOTA: A capacidade de remoção de vírus e malware não está disponível em determinadas regiões como, por exemplo, a China.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique na .
2. No mosaico **Remover Vírus e Malware**, clique em **Executar**.

   Durante a otimização, o nome da tarefa que está a ser executada é apresentado acima dos mosaicos e o estado do progresso da análise é apresentado no mosaico.

   AVISO: Se cancelar a otimização enquanto esta estiver em curso, as alterações que foram efetuadas não serão revertidas.

Resultados

- O número de vírus e malware removidos é apresentado no mosaico **Remover Vírus e Malware**, na página **Início** e na página do **Histórico**.
- Se forem detetados PPI no PC, o número de PPI que foram detetados é apresentado no mosaico **Remover Vírus e Malware**. Para obter instruções sobre como remover PPI, consulte Remover programas potencialmente indesejados.

Remover programas potencialmente indesejados

Pré-requisitos

Tem de ter sessão iniciada como administrador.

Sobre esta tarefa

Programas potencialmente indesejados (PPI) são programas instalados em segundo plano aquando da instalação de uma aplicação. Os PPI prejudicam o desempenho do PC ou apresentam publicidade indesejada.

O SupportAssist deteta os PPI no PC durante uma análise de vírus e malware iniciada manualmente ou de forma automática. Caso sejam detetados PPI, o ícone do mosaico **Remover Vírus e Malware** é apresentado a vermelho e o número de PPI detetados será apresentado no mosaico. Pode rever e remover os PPI detetados no PC.

NOTA: Caso sejam detetados PPI durante uma análise automática, será apresentada uma notificação. Para obter mais informações sobre o tipo de notificações que são apresentadas pelo SupportAssist, consulte Notificações.

Passo

1. Abra o SupportAssist.
2. No mosaico **Remover Vírus e Malware**, clique em **Ver**.
   É apresentada a página de detalhes dos PPI.
   NOTA: Por predefinição, estão selecionados todos os PIP. Pode rever e limpar as seleções dos PPI que não deseja remover do PC.
3. Como opção, para ver mais informações sobre um PPI, clique na ligação **Clique aqui para obter mais detalhes**.
4. Clique em **Remover** e, em seguida, clique em **Confirmar**.
   Os PPI selecionados serão removidos do PC.
5. Clique em **OK**.

Resultados

É apresentado o número de PIPs removidos na página **Início** e da página **Histórico**.

Executar todas as análises do PC e otimizações

Sobre esta tarefa

Inicie uma análise completa do PC para identificar problemas de hardware, otimizações necessárias e identificar atualizações para os controladores ou aplicações da Dell que estão instaladas no seu sistema.

Passo

1. Execute um dos seguintes:
   - Abra o SupportAssist e clique em **Iniciar Agora**.
   - Abra o SupportAssist, clique na e, em seguida, clique em **Executar tudo**.

   Durante a otimização, o nome da tarefa que está a ser executada é apresentado acima dos mosaicos e o estado do progresso da análise é apresentado no mosaico.

   AVISO: Se cancelar a otimização enquanto esta estiver em curso, as alterações que foram efetuadas não serão revertidas.

   - Se não for detetado nenhum problema e não existirem atualizações, é apresentada uma mensagem em cada mosaico. É apresentado na página **Início** a quantidade de espaço que se poupa no disco rígido e a quantidade de vírus e malware que é removida.
   - Se forem detetadas atualizações para os controladores ou para as aplicações durante a análise, o tipo e o número de atualizações são apresentados no mosaico **Obter Controladores e Transferências**. Para obter instruções sobre como instalar estas atualizações, consulte Instalar as atualizações para os controladores.
   - Se for detetado um problema de hardware e for necessário criar um pedido de suporte, é apresentada a página de detalhes do problema. Para obter instruções sobre como criar um pedido de suporte, consulte Criar um pedido de suporte para problemas detetados durante uma análise.
   - Depois de todas as análises estarem concluídas, se for detetado um problema e não for necessário criar um pedido de suporte, são apresentados o título do problema acima dos mosaicos e uma notificação no mosaico **Analisar Hardware**.
     NOTA: O tipo da notificação depende da gravidade do problema de hardware. Para obter mais informações sobre o tipo de notificações que são apresentadas pelo SupportAssist, consulte Notificações. Para ocultar a notificação de problemas, clique em **OK**.

- Se forem detetados programas potencialmente indesejados (PPI), é apresentada uma notificação no mosaico **Remover Vírus e Malware**. Para obter instruções sobre como remover PPI, consulte Remover programas potencialmente indesejados.

NOTA: Os detalhes das análises e otimizações que são realizadas no seu PC são apresentados na página **Histórico**.

2. Se o problema continuar, clique em **Ainda Preciso de Ajuda** para criar manualmente um pedido de suporte.

NOTA: A funcionalidade de criação manual de pedidos de suporte só é aplicável para PCs com planos de serviço Premium Support, ProSupport, Premium Support Plus ou ProSupport Plus ativos.

É apresentada a página de pedido de suporte. Para obter instruções sobre como criar manualmente um pedido de suporte, consulte Criar manualmente um pedido de suporte.

8

Descrição geral do assistente virtual

Utilize o assistente virtual de qualquer página para detetar e resolver problemas no PC, tais como um desempenho lento e problemas de hardware, ou falar com um agente de suporte técnico da Dell. Para detetar e resolver um problema, o assistente virtual pode pedir-lhe para atualizar os controladores, efetuar otimizações ou criar um pedido de suporte, se necessário.

Utilizando as palavras-chave ou frases que introduz no chat, o assistente virtual compreende as suas intenções e fornece ligações para artigos da base de conhecimento, tutoriais de vídeo, ou fornece instruções de deteção e resolução de problemas. Se não for possível compreender as suas intenções, apresenta diversas categorias de problemas que podem ocorrer no PC. Quando seleciona uma categoria de problema, são mostradas as respetivas ligações de resolução ou deteção e resolução do problema. Se o problema não for compreendido nem resolvido, será reencaminhado para um agente de suporte técnico da Dell.

Pode ver transcrições de conversas anteriores, detalhes sobre ações que foram realizadas, bem como verificar o estado do pedido de suporte na página **Histórico**.

NOTA: Atualmente, o assistente virtual só está disponível em algumas regiões e alguns idiomas.

É possível detetar e resolver os seguintes problemas ou componentes do PC:

- Problemas de som
- Adaptador
- Bateria
- Ecrã
- Ruído da ventoinha
- Microfone
- Ativação do Microsoft Office
- Desempenho do PC

Para utilizar o assistente virtual, clique no apresentado no canto inferior direito da interface do utilizador do SupportAssist e, depois, clique em **Iniciar conversa**.

9

Criar um pedido de suporte

O SupportAssist ajuda-o a monitorizar o seu PC de forma proativa e periodicamente para identificar problemas de hardware ou software. Se for detetado um problema no PC, o SupportAssist permite-lhe criar um pedido de suporte junto da equipa de suporte técnico da Dell. Dependendo do plano de serviço do PC, o SupportAssist também pode criar automaticamente um pedido de suporte para o problema.

NOTA: A funcionalidade de criação do pedido de suporte automático não está disponível para PCs fora da garantia.

Criar um pedido de suporte para problemas detetados durante uma análise

Pré-requisitos

Nos PCs com número de compilação do sistema operativo igual ou superior a 16299, tem de ter direitos de administrador no PC. Para saber como ver o número de compilação do sistema operativo instalado no PC, consulte Perguntas frequentes.

Sobre esta tarefa

Se tiver de criar um pedido de suporte para um problema que foi detetado durante uma análise iniciada manualmente ou automaticamente, os mosaicos de otimização do PC e as ligações para a deteção e resolução de problemas de hardware estão desativados na página **Deteção e resolução de problemas**. Se a interface de utilizador do SupportAssist estiver minimizada durante a análise, é apresentada uma notificação no mosaico **Analisar Hardware**. Se a interface de utilizador do SupportAssist estiver aberta, é apresentada a página de detalhes do problema.

Passo

1. Abra o SupportAssist.
2. Clique em **Resolver Agora**.

   NOTA: Se não tiver direitos de administrador no PC e não tiver sido criado um perfil SupportAssist, é apresentada uma mensagem. Tem de iniciar sessão no PC como administrador, criar um perfil e tentar novamente.

   NOTA: Se o  for apresentado no mosaico, clique em **OK** e crie o pedido de suporte mais tarde. Se clicar em **OK**, os mosaicos de otimização do PC e as ligações na página **Deteção e resolução de problemas** são ativados.

   A página de detalhes do problema é apresentada.

   NOTA: Nos PCs XPS, Inspiron e Alienware em determinadas regiões com um plano de serviço expirado, é apresentada uma ligação para adquirir o componente de hardware.
3. Clique em **Seguinte**.
   - Se o SupportAssist não conseguir estabelecer a ligação à Internet, é apresentada uma mensagem. Clique nas ligações de deteção e resolução de problemas apresentadas em baixo da mensagem para resolver o problema e voltar a tentar.
   - Se não tiver criado um perfil SupportAssist, é apresentada a página **Iniciar sessão** de A Minha Conta Dell. Para continuar, crie um perfil SupportAssist e clique em **Terminar**.
   - Se já tiver criado um perfil SupportAssist, são apresentadas as informações de contacto e a morada de envio. Para atualizar as informações de contacto e a morada de envio, clique em **Editar**, faça as alterações necessárias e, depois, clique em **Terminar**.

     NOTA: Se não tiver direitos de administrador no PC, não pode editar as informações de contacto nem o endereço de envio.
4. Na página de resumo do problema, clique em **Concluído**.

   NOTA: Pode ver os detalhes e acompanhar o estado do pedido de suporte na página do **Histórico**.

   É apresentada a vista de mosaico da página **Início** e o estado **Pedido de Suporte Aberto** é apresentado no mosaico **Analisar Hardware**.

Criar manualmente um pedido de suporte

Sobre esta tarefa

Dependendo do plano de serviço do seu PC, pode criar manualmente um pedido de suporte para problemas que não tenham sido detetados pelo SupportAssist. Para obter informações sobre as funcionalidades do SupportAssist para os diferentes planos de assistência, consulte Funções do SupportAssist e planos de serviços da Dell.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique no separador **Obter Suporte**.
2. Clique em **Abrir um Pedido de Suporte**.
   - Se as análises e otimizações do SupportAssist não foram executadas nas últimas 24 horas, todas as análises são iniciadas automaticamente. Se for detetado um problema no PC, a análise é interrompida e é apresentada a página com os detalhes do problema. Para obter instruções sobre como criar um pedido de suporte, consulte Criar um pedido de suporte para problemas detetados durante uma análise.
   - Se as análises e otimizações do SupportAssist foram executadas nas últimas 24 horas, é apresentada a página do pedido de suporte.
   - Se já estiver a ser apresentada uma notificação relativa a um problema de hardware na página **Início**, é apresentada a página de detalhes sobre o problema. Para obter instruções sobre como criar um pedido de suporte, consulte Criar um pedido de suporte para problemas detetados durante uma análise.
   - Se não tiver direitos de administrador no PC e não tiver sido criado um perfil SupportAssist, é apresentada uma mensagem. Tem de iniciar sessão no PC como administrador, criar um perfil e tentar novamente.
3. Se a página do pedido de suporte for apresentada:
   a. A partir da lista **Selecionar uma categoria,** selecione uma categoria do problema.
   b. Introduza a descrição do problema.
   c. Clique em **Seguinte**.
   - Se não tiver criado um perfil SupportAssist, é apresentada a página **Iniciar sessão** de A Minha Conta Dell. Para continuar, crie um perfil SupportAssist e clique em **Terminar**.
   - Se já tiver criado um perfil SupportAssist, são apresentadas as informações de contacto e a morada de envio. Para atualizar as informações de contacto e a morada de envio, clique em **Editar**, faça as alterações necessárias e, depois, clique em **Terminar**.

     NOTA: Se não tiver direitos de administrador no PC, não pode editar as informações de contacto nem o endereço de envio.
4. Na página de resumo do problema, clique em **Concluído**.

   NOTA: Pode ver os detalhes e acompanhar o estado do pedido de suporte na página do **Histórico**.

   É apresentada a vista de mosaico da página **Início** e o estado **Pedido de Suporte Aberto** é apresentado no mosaico **Analisar Hardware**.

Página de detalhes do problema

A tabela que se segue descreve as informações apresentadas na página de detalhes do problema:

Tabela 10. Página de detalhes do problema

Informações	Descrição
Etiqueta de Serviço	O identificador único do PC. A etiqueta de serviço é um identificador alfanumérico.
Garantia	O plano de serviço e a data em que expira.
Problema	São indicados os detalhes sobre o problema para o qual o pedido de suporte foi criado.
Solução	A solução recomendada.
Pretendo a opção de suporte no local **NOTA:** Esta opção só se encontra disponível em determinadas regiões e é apresentada apenas para PCs	Selecione esta caixa de verificação se deseja que um técnico do suporte da Dell se desloque ao local para substituir a peça.

Tabela 10. Página de detalhes do problema (continuação)

Informações	Descrição
com planos de serviço Premium Support, Premium Support Plus, ProSupport ou ProSupport Plus ativos.	

Página de resumo do problema

A tabela que se segue descreve as informações apresentadas na página de resumo do problema:

Tabela 11. Página de resumo do problema

Informações	Descrição
Etiqueta de Serviço	O identificador único do PC. A etiqueta de serviço é um identificador alfanumérico.
Garantia	O plano de serviço e a data em que expira.
Problema	São indicados os detalhes sobre o problema para o qual o pedido de suporte foi criado.
N.º do Pedido de Suporte	O número do pedido de suporte para o problema.

Peças passíveis de envio

Quando o SupportAssist deteta um problema no PC, poderá ser-lhe automaticamente enviada uma peça de substituição, dependendo do plano de assistência do seu PC.

As peças a seguir podem ser entregues automaticamente:

- Disco rígido
- Módulo da memória
- Disco ótico
- Teclado
- Rato
- Bateria
- Placa gráfica

10

Descrição geral da deteção e resolução de problemas

A página de **Deteção e resolução de problemas** permite-lhe detetar e solucionar problemas com a conectividade de rede e o desempenho do PC. Também permite efetuar uma análise ao PC para procurar problemas de hardware e fornece ligações a tutoriais de vídeo para resolver problemas comuns de hardware e software. As ligações de deteção e resolução de problemas ativadas para si dependem do tipo da sua conta de utilizador. Para obter instruções para saber qual é o seu tipo de conta de utilizador, consulte a documentação do sistema operativo em https://support.microsoft.com/.

NOTA: Se for detetado um problema de hardware ou um pedido de suporte for criado devido a um problema de hardware, as ligações para solucionar os problemas de hardware serão desativadas.

Se o PC estiver a utilizar uma versão do sistema operativo Windows 10 RS4 ou posterior de 64 bits, a página **Deteção e resolução de problemas** também permite configurar o seguinte:

- Conta Microsoft Office
- Atualizações automáticas do Windows
- Conta de e-mail
- Impressora
- Página inicial do browser
- Padrão de Fundo do Ambiente de Trabalho
- Definições das atualizações automáticas das aplicações, Live Tile, e reprodução automática de vídeos na Microsoft Store

11

Descrição geral do histórico

A página **Histórico** apresenta informações sobre as atividades e eventos do SupportAssist, tais como otimizações do software, tarefas de deteção e resolução de problemas, atualizações de controladores, análises de hardware, conversas com o assistente virtual, etc. A informação relativa às atividades realizadas nos últimos 90 dias por ordem cronológica.

A página **Histórico** apresenta ligações para ver as transcrições das suas conversações com o assistente virtual e para verificar o estado dos pedidos de suporte online. Também são mostradas as ligações para os pontos de restauro criados durante as atualizações do controlador.

Por predefinição, são apresentadas as informações sobre os eventos e as atividades executadas durante a semana atual. Também pode ver os detalhes de um dia específico ou de um mês completo. Utilize a lista **Selecionar Vista do Histórico** para ver detalhes de um tipo de evento ou atividade em particular.

Dependendo do plano de serviço do PC, é apresentado o número de atualizações dos controladores que estão instalados, o espaço de disco rígido que foi guardado e o número de vírus ou malware que foi eliminado.

12

Obter Suporte

O SupportAssist permite-lhe contactar os agentes de suporte técnico da Dell através de telefone, chat ou redes sociais. A página **Obter Suporte Técnico** lista as opções de ajuda e de suporte disponíveis para o PC. As opções de ajuda e suporte a que pode aceder diferem consoante o plano de serviço do PC e da região. Para obter mais informações sobre as opções de ajuda e suporte disponíveis para os vários planos de serviço, consulte Funções do SupportAssist e planos de serviços da Dell.

NOTA: Se não estiver disponível uma ligação à Internet, são apresentados apenas os números de contacto do Suporte Técnico da Dell para a sua região.

A seguinte tabela descreve as funcionalidades de ajuda e suporte disponíveis na página **Obter Suporte Técnico**:

Tabela 12. Página Obter Suporte

Características	Descrição
Localizador do Serviço Carry-in[1]	Encontre o centro do Serviço Carry-In Dell autorizado mais próximo através do apartado, código postal, cidade ou estado.
Contacte-nos[1]	Dependendo da sua região, contacte o suporte técnico da Dell através dos números de contacto apresentados.
Ligar com as Redes Sociais	Contactar o suporte técnico da Dell através das plataformas de redes sociais como o WeChat, WhatsApp, Facebook Messenger ou Line, consoante a sua região.
Abrir um Pedido de Suporte	Criar manualmente um pedido de suporte para um problema de hardware ou software. Para obter instruções sobre como criar um pedido de suporte, consulte Criar manualmente um pedido de suporte.
Deixar-nos aceder remotamente ao seu PC	Permitir que um agente de suporte técnico aceda e controle remotamente o PC para detetar e resolver problemas. Para obter instruções sobre como iniciar uma sessão, consulte Permitir a deteção e resolução remota de problemas através do RemoteAssist.
Enviar ficheiros para o Suporte Técnico	Envie ficheiros para o suporte técnico da Dell com a descrição do problema do seu PC ou envie os ficheiros solicitados pelo agente do Suporte Técnico. **NOTA:** O tamanho máximo do ficheiro que pode enviar é 4 MB. Para obter informações sobre como enviar ficheiros para o suporte técnico da Dell, consulte Enviar ficheiros para o suporte técnico da Dell. Para saber como enviar o ficheiro de registo da atividade do PC para o suporte técnico da Dell, consulte Enviar ficheiros de registo para o suporte técnico da Dell.
Mais recursos Dell.com	Clique na ligação para ver mais informações aplicáveis ao PC.

1 Estas informações são sempre apresentadas no idioma aplicável para o país ou região em que o PC foi adquirido.

O assistente virtual permite-lhe detetar e resolver problemas no PC, fazer otimizações ou falar com o agente de suporte técnico da Dell.

Para utilizar o assistente virtual, clique no apresentado no canto inferior direito da interface do utilizador do SupportAssist e, depois, clique em **Iniciar conversa**.

NOTA: Atualmente, o assistente virtual só está disponível em algumas regiões e alguns idiomas.

Enviar ficheiros para o suporte técnico da Dell

Sobre esta tarefa

Se pedido por um agente do suporte técnico da Dell, pode enviar ficheiros descrevendo o problema no seu PC ou qualquer outro ficheiro específico que seja pedido pelo agente de suporte. Pode enviar um ficheiro ZIP, RAR, TXT, JPG, JPEG, PNG, GIF, DOCX, DOC, ODT, PDF, XLS ou XLSX.

NOTA: O tamanho máximo do ficheiro que pode enviar é 4 MB.

NOTA: Só pode enviar até três ficheiros por dia. Se tiver vários ficheiros, comprima-os em formato `.zip` e envie o ficheiro .zip.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique no separador **Obter Suporte**.
2. No painel do lado direito, clique em **Carregar ficheiros**.
3. Na caixa de diálogo **Carregar ficheiros**, clique em **Procurar**, selecione o ficheiro necessário e clique em **Carregar**.

Resultados

Depois de o ficheiro ser enviado, são apresentados um ✓ e a mensagem **Ficheiro carregado com sucesso**.

Enviar ficheiros de registo para o suporte técnico da Dell

Sobre esta tarefa

Envie os ficheiros de registo da atividade do PC para o suporte técnico da Dell caso sejam solicitados pelo agente do suporte técnico da Dell.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique no separador **Obter Suporte**.
2. No painel do lado direito, clique em **Carregar ficheiro de registo**.

Resultados

Depois de o ficheiro ser enviado, são apresentados um ✓ e a mensagem **Ficheiro carregado com sucesso**.

Deteção e resolução remota de problemas

Um agente do suporte técnico da Dell pode precisar de aceder ao seu PC para detetar e solucionar alguns problemas. Pode facultar-lhe o controlo total do seu PC remotamente ou permitir-lhe apenas efetuar análises remotas. Se não lhe facultar o controlo total do seu PC, o agente de suporte técnico só pode analisar e instalar atualizações de controladores ou efetuar uma análise do hardware.

Para autorizar o agente de suporte técnico da Dell a ter o controlo total do seu PC remotamente, consulte Permitir a deteção e resolução remota de problemas através do RemoteAssist.

Para autorizar o agente de suporte técnico da Dell a apenas efetuar análises e instalar atualizações de controladores no seu PC, consulte Permitir a deteção e resolução remota de problemas através da ajuda do Remote.

Permitir a deteção e resolução remota de problemas através do RemoteAssist

Pré-requisitos

- Tem de ter sessão iniciada como administrador.
- A sessão remota tem de ser iniciada no PC pelo agente de suporte técnico da Dell.

NOTA: Se estiver em curso uma análise de controladores ou do hardware ou uma otimização do sistema, iniciada manualmente, o agente de suporte técnico não pode iniciar a sessão remota.

Passo

1. Abra o SupportAssist e clique no separador **Obter Suporte**.
2. No painel do lado direito, clique em **Iniciar uma sessão remota**.
3. Leia e aceite os termos e condições apresentados na página **Termos e Condições do Dell RemoteAssist** e, em seguida, clique em **Concluir**.
   O agente de suporte técnico pode agora aceder remotamente ao PC e efetuar a deteção e resolução de problemas.

Permitir a deteção e resolução remota de problemas através da ajuda do Remote

Pré-requisitos

- Tem de ter sessão iniciada como administrador.
- A sessão de ajuda remota tem de ser iniciada no PC pelo agente de suporte técnico da Dell.
- Não pode estar a utilizar qualquer aplicação no PC em modo de ecrã inteiro ou em modo de apresentação.
- As notificações do SupportAssist não devem ser desativadas.

NOTA: Se estiver em curso uma análise de controladores ou do hardware ou uma otimização do sistema, iniciada manualmente, o agente de suporte técnico não pode iniciar a sessão de ajuda remota.

Passo

1. Clique na notificação **Ajuda remota através do TechSupport** apresentada no centro de ação do Windows.
   É apresentada a página **Termos e Condições do Dell RemoteActions**. Os termos e condições não são apresentados se tiver ocorrido uma sessão durante as últimas duas horas.
2. Leia e aceite os termos e condições e, em seguida, clique em **Seguinte**.
   O agente de suporte técnico pode agora analisar e instalar atualizações de controladores ou efetuar uma análise do hardware. Se for detetado um problema e for necessário criar um pedido de suporte, os mosaicos de otimização serão desativados e é apresentada a página de detalhes do problema. Para obter instruções sobre como criar um pedido de suporte, consulte Criar um pedido de suporte para problemas detetados durante uma análise.

13

Enviar comentários

Quando encerrar a interface de utilizador do SupportAssist após concluir uma atividade, será mostrada uma opção de questionário para comentar a sua experiência geral com o SupportAssist para PCs de Casa.

NOTA: Neste momento, a opção de questionário para envio de comentários apenas está disponível em determinados modelos de PC e em determinadas regiões.

Os seus comentários permanecem confidenciais e ajudam a Dell a implementar melhorias nos produtos. Pode enviar os seus comentários após realizar uma das seguintes atividades na interface de utilizador do SupportAssist:

- Análise do PC
- Otimização do PC
- Instalação de uma atualização
- Deteção de resolução de problemas no PC

Se pretender ignorar o questionário, clique em **Talvez na próxima vez**, ou feche a janela **Questionário ao cliente SupportAssist**. Se clicar em **Talvez na próxima vez**, a opção do questionário não será apresentada durante os próximos 15 dias.

Para fornecer a sua classificação no questionário, selecione o número de estrelas e, em seguida, clique em **Enviar**. Se fornecer uma classificação de três ou menos estrelas, é mostrada uma opção de fornecimento de sugestões de melhoria. Introduza as suas ideias de melhoria na caixa **Diga-nos como podemos melhorar esta experiência para si** e, em seguida, clique em **Enviar**.

Após ter concluído o questionário uma vez, a opção de fornecer novamente uma classificação apenas estará disponível passados 90 dias quando voltar a concluir uma das atividades anteriormente mencionadas na interface de utilizador do SupportAssist.

14

Perguntas frequentes

1. **Como posso identificar o número de compilação do sistema operativo instalado no meu PC?**

   Siga os passos seguintes:

   a. Faça uma pesquisa e abra a aplicação **Executar**.
   b. Introduza **winver** e clique em **OK**.

   É apresentado o número de compilação do sistema operativo, por exemplo, OS Build 15063.1266.
2. **Como posso verificar se o SupportAssist está instalado no meu PC?**

   Para verificar se o SupportAssist está instalado, execute os passos seguintes:

   a. Aceda a **Painel de Controlo** > **Programas** > **Programas e Funcionalidades**.
   b. Verifique se o **Dell SupportAssist** aparece na lista de programas.

   Se o Dell SupportAssist não estiver na lista de programas, tem de instalar o SupportAssist manualmente. Consulte Instalar o SupportAssist para PCs Domésticos.
3. **Como posso desativar as notificações do SupportAssist?**

   Para obter instruções sobre como desativar as notificações do SupportAssist, consulte Desativar notificações do SupportAssist.
4. **Posso agendar uma análise de hardware?**

   Sim, pode agendar uma análise de hardware. Para obter instruções sobre como agendar um análise de hardware, consulte Agendar análises e otimizações automáticas.
5. **Como posso editar as minhas informações de contacto e de envio?**

   Para obter instruções sobre como atualizar as informações de contacto e de envio, consulte Atualizar informações de contacto e de envio.
6. **Acidentalmente cancelei uma notificação relativa a uma falha. Quando e onde recebo novamente a notificação para poder visualizar os detalhes sobre a falha?**

   Se cancelar uma notificação, esta será apresentada novamente após seis horas ou quando reiniciar o PC.
7. **Posso alterar as informações de contacto e os detalhes de envio enquanto crio um pedido de suporte?**

   Sim, pode alterar as informações de contacto e os detalhes de envio durante a criação de um pedido de suporte.
8. **Por que devo introduzir os meus detalhes de envio para um problema com uma peça não sujeita a envio?**

   Após a análise, se uma falha de hardware for identificada como a causa do problema, o endereço de expedição é utilizado para lhe enviar uma peça de substituição. Se tiver introduzido o seu endereço de expedição durante o registo no SupportAssist, o seu endereço de expedição é automaticamente recuperado antes de enviar um problema.
9. **Quais são os idiomas suportados pela interface de utilizador do SupportAssist?**

   A interface de utilizador do SupportAssist suporta 24 idiomas. Os idiomas suportados são o alemão, árabe, checo, chinês (simplificado), chinês (tradicional), coreano, dinamarquês, espanhol, finlandês, francês, francês (Canadá), grego, hebraico, holandês, húngaro, inglês, italiano, japonês, norueguês, polaco, português (Brasil), russo, sueco e turco. Para obter instruções sobre como alterar a definição do idioma, consulte Alterar a definição de idioma.
10. **Instalei o SupportAssist no meu PC, mas não o consigo abrir. Qual poderá ser o motivo?**

    O SupportAssist requer o número da porta 5700 para abrir a interface do SupportAssist. Se qualquer outra aplicação utilizar esta porta, o SupportAssist não irá abrir no PC. Certifique-se de que nenhuma outra aplicação está a utilizar esta porta e tente abrir de novo o SupportAssist.
11. **Como posso verificar se qualquer outra aplicação está a utilizar a porta 5700?**

    Siga os passos seguintes:

    a. Faça uma pesquisa e abra a aplicação **Serviços**.
    b. No painel do lado direito, clique em **Dell SupportAssist**.
    c. No painel esquerdo, clique em **Parar**.
    d. A partir do menu de programas, faça uma pesquisa e abra a aplicação **Linha de comandos**.

e. Digite `netstat -a -v | findstr /C:"5700"` e prima Enter.
   - Se nenhuma aplicação utilizar a porta 5700, não é apresentado nenhum resultado.
   - Se qualquer outra aplicação utilizar a porta 5700, o número da porta e o estado de **ESCUTA** são apresentados.

f. Reinicie o serviço **Dell SupportAssist**.

12. **O SupportAssist está a demorar muito tempo a abrir. O que devo fazer?**

    Se o SupportAssist estiver a demorar muito tempo a abrir, terá de reiniciar o serviço do SupportAssist. Siga os passos seguintes:

    a. Faça uma pesquisa e abra a aplicação **Serviços**.
    b. No painel do lado direito, clique em **Dell SupportAssist**.
    c. No painel do lado esquerdo, clique em **Parar** e clique em **Reiniciar**.

13. **Estou com um problema de hardware no meu PC. Por que motivo não é detetado pelo SupportAssist?**

    Se não for detetado qualquer problema de hardware, certifique-se de que os serviços do SupportAssist estão em execução no PC. Para verificar se os serviços do SupportAssist estão em execução:

    a. Faça uma pesquisa e abra a aplicação **Serviços**.
    b. Verifique se é apresentado o estado **Em execução** para os seguintes serviços no PC:
       - Dell Data Vault Collector
       - Dell Data Vault Processor
       - Dell Data Vault Service API
       - Dell SupportAssist
       - Dell Hardware Support
       - Dell Client Management Service

14. **Onde é que posso verificar os detalhes das otimizações que foram realizadas no meu PC durante uma otimização agendada ou iniciada manualmente?**

    O SupportAssist guarda os detalhes de todos os eventos e atividades que foram realizados nos últimos 90 dias. Pode consultar os detalhes relativos a um mês, uma semana ou um dia em particular na página **Histórico**.

15. **Por que motivo é que o SupportAssist demora mais tempo a executar as otimizações do que a duração especificada nos mosaicos?**

    O tempo apresentado nos mosaicos de otimização do PC é apenas uma estimativa baseada nas configurações do PC. O tempo real necessário para realizar as otimizações poderá ser diferente da estimativa.

16. **Quando clico em Iniciar Sessão do DellConnect e aceito os termos e condições, o agente do suporte técnico não consegue aceder ao meu PC remotamente. O que devo fazer?**

    Peça ao agente do suporte técnico que encerre a sessão atual e inicie uma nova sessão no DellConnect.

17. **Quando clico em Iniciar Sessão, porque é que surge uma mensagem a indicar que não existe uma sessão do Dell RemoteAssist ativa?**

    Só pode iniciar uma sessão do Dell RemoteAssist após esta ter sido iniciada por um agente do suporte técnico da Dell. Para evitar este erro, clique em **Iniciar Sessão** após a sessão ter sido iniciada.

18. **Quando coloco o ponteiro do rato sobre a Etiqueta de Serviço ou sobre o número de modelo do PC é apresentada a mensagem Garantia Desconhecida. Porquê?**

    A mensagem **Garantia Desconhecida** pode ser apresentada por um dos seguintes motivos:

    - O SupportAssist não está ligado à internet. Aceda à página **Deteção e resolução de problemas** para conhecer os passos para resolver o problema da sua ligação à Internet.
    - O PC acede à Internet através de um servidor proxy. Certifique-se de que configurou as definições proxy no SupportAssist. Consulte Configurar as definições da Internet.
    - O PC pode não ter uma garantia válida. Contacte o suporte técnico da Dell para obter ajuda.

19. **Durante a otimização, o SupportAssist deixou de funcionar. O que devo fazer?**

    Feche e volte a abrir o SupportAssist e, em seguida, tente realizar novamente a otimização. Se o problema persistir, efetue os seguintes passos:

    a. Faça uma pesquisa e abra a aplicação **Serviços**.
    b. No painel do lado direito, clique em **Dell SupportAssist**.
    c. No painel do lado esquerdo, clique em **Parar** e clique em **Reiniciar**.

20. **Não estou a receber notificações sobre as atualizações do controlador. O que devo fazer?**

    Se o seu plano de serviço tiver expirado, o SupportAssist não apresenta notificações sobre as atualizações do controlador disponíveis para o seu PC. Tem de renovar o plano de serviço para receber notificações sobre as atualizações do controlador.

21. **Posso atualizar o BIOS num PC compatível com o BitLocker?**

    Recomenda-se que desative a encriptação do BitLocker no PC antes de atualizar o BIOS.
22. **Quando efetuo uma análise de hardware, o resultado da análise é apresentado como Desconfigurado na página Histórico. Porém, não é apresentada qualquer notificação no mosaico Analisar Hardware. Porquê?**

    Se o SupportAssist não conseguir analisar um componente durante a análise de hardware, será apresentado o estado **Desconfigurado**. Por esse motivo, não será apresentada qualquer notificação no mosaico **Analisar Hardware**. O SupportAssist voltará a analisar o componente na próxima análise automática ou manual.
23. **Onde posso ver o resumo dos ficheiros e definições migrados com o Dell Migrate?**

    Para ver os ficheiros e definições migrados na última sessão, vá à página inicial do Dell Migrate e clique em **Ver Resumo**. Também pode ver o resumo de todos os ficheiros e definições que foram migrados nos últimos 90 dias na página **Histórico**.
24. **Por que motivo é que o Dell Data Assistant me pede para utilizar a Reposição do Windows quando eu tenho o Dell SupportAssist OS Recovery instalado no meu PC?**

    O Dell Data Assistant só lhe pede para apagar o PC com a Reposição Dell se o Dell SupportAssist OS Recovery, versão 5.3 ou posterior, estiver instalado no PC. Se estiver instalada uma versão anterior do Dell SupportAssist OS Recovery no PC, é-lhe pedido para utilizar a Reposição do Windows.
25. **Durante a migração de dados, recebo o erro "Não é possível concluir a sua migração". Qual poderá ser o motivo?**

    Pode estar a utilizar uma versão desatualizada do Dell Data Assistant. Transfira a versão mais recente em https://www.dell.com/Migrate e volte a tentar a migração. Certifique-se de que o SupportAssist também está a executar a versão mais recente.
26. **Porque é que o progresso da migração para após uma determinada percentagem?**

    Isto pode dever-se a permissões de acesso insuficientes em determinados ficheiros de utilizador. Certifique-se de que tem sessão iniciada no PC como administrador e que os ficheiros que está a tentar migrar não pertencem a qualquer outro perfil de utilizador.
27. **A migração de dados falha com o erro "Este PC não está ligado a uma rede ". Qual poderá ser o motivo?**

    Pode deparar-se com este erro se a rede se desligar enquanto a migração está em curso. Para solucionar os problemas de rede e voltar a tentar a migração, consulte a secção **Deteção e resolução de problemas de desligação da rede durante a migração** no *Manual do Utilizador de Migração da Dell* disponível na página de documentação Dell Data Assistant.
28. **Tenho atualmente a versão 3.9.2 do SupportAssist em execução no meu PC. Porque é que não consigo atualizar para a versão mais recente?**

    Pode estar a executar uma versão do sistema operativo Windows 10 RS3 ou anterior. para atualizar o supportAssist para a versão 3.10 ou posterior, tem primeiro de atualizar a versão do sistema operativo para a Windows 10 RS4 ou posterior.

15

Recursos do SupportAssist para PCs de Casa

Esta secção faz uma listagem dos recursos de documentação e outras ligações úteis que fornecem mais informações sobre o SupportAssist para PCs de Casa.

Tabela 13. Recursos do SupportAssist para PCs de Casa

Conteúdos	Recurso	Aceda a
Requisitos mínimos, instalação e funcionalidades do produto	Manual do Utilizador do SupportAssist para PCs de Casa, Versão 3.10.2	Manuais SupportAssist para PCs de Casa
Novas funcionalidades, melhorias, problemas conhecidos e limitações na versão	Notas de Versão do SupportAssist para PCs de Casa, Versão 3.10.2	
Tutoriais em vídeo para saber mais sobre as funcionalidades do SupportAssist para PCs de Casa	Lista de reprodução do SupportAssist para PCs de Casa	YouTube
Perguntas peer-to-peer (ponto a ponto) sobre o SupportAssist para PCs de Casa	Fórum da Comunidade	Comunidade SupportAssist para PCs de Casa

16

Contactar a Dell

A Dell disponibiliza várias opções de suporte e de serviços online e por telefone. A disponibilidade varia consoante o país ou a região e o produto, e alguns serviços podem não estar disponíveis na sua zona. Caso não possua uma ligação ativa à Internet, pode encontrar informações de contacto sobre a sua fatura de compra, guia de remessa, conta ou sobre o catálogo de produtos Dell.

Passo

1. Para contactar a Dell sobre questões relacionadas com vendas, suporte técnico ou assistência ao cliente, faça o seguinte:
   a. Vá para https://www.dell.com/support.
   b. Selecione o seu país ou região a partir da lista de seleção na parte inferior da página.
   c. Clique em **Contactar Suporte** e selecione a ligação de suporte apropriada.
2. Para encontrar manuais e documentos, faça o seguinte:
   a. Vá para https://www.dell.com/support.
   b. Clique em **Navegar em todos os produtos**.
   c. Selecione a categoria apropriada de produtos e depois o produto pretendido.
   d. Para ver ou transferir os manuais e documentos, clique no separador **Documentação** .

   Também pode aceder diretamente aos manuais e aos documentos sobre as Ferramentas de Possibilidade de Assistência a partir de https://www.dell.com/serviceabilitytools.

Imprimir

Dell Data Wipe

Resumo: Este artigo fornece informações sobre o recurso Dell Data Wipe no BIOS da Dell e instruções sobre o uso desse recurso.

Artigo detalhado

Instruções

O Dell Data Wipe é um recurso do BIOS do Dell Enterprise Client que permite que nossos clientes solicitem uma limpeza de dados dos dispositivos de armazenamento interno em seus computadores. Isso possibilita uma eliminação eficiente para fins de realocação ou reimplementação usando os recursos de limpeza de dados padrão do setor, já compatíveis com Dell Storage Devices.

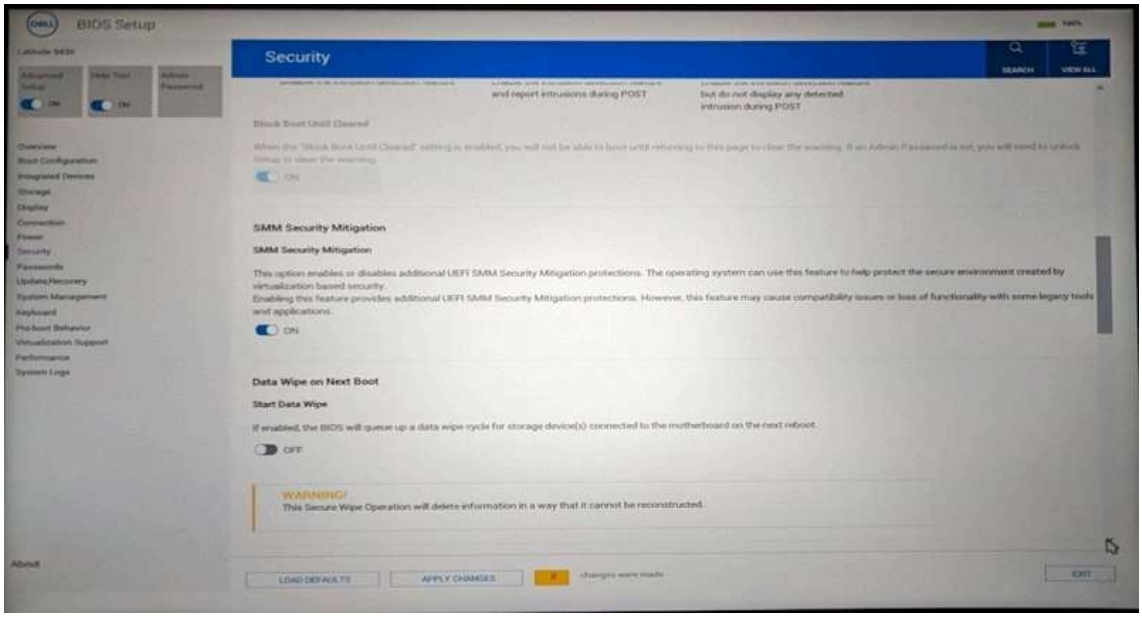
Como os dados do cliente são uma prioridade para a Dell, desenvolvemos esse recurso para garantir a máxima compatibilidade e o potencial mínimo de eliminação não intencional de dados.

- O Dell Data Wipe é compatível apenas com dispositivos de armazenamento interno: Disco rígido SATA, SSD e eMMC, dependendo dos tipos de dispositivos compatíveis com o sistema.
- O Dell Data Wipe usa métodos padrão aprovados do setor para limpeza de dados, como Secure Erase para SATA e Sanitize para eMMC.
- O Dell Data Wipe só pode ser acessado por um usuário fisicamente presente. O usuário deve estar fisicamente presente até que a limpeza da unidade comece.
- O Dell Data Wipe limpa todas as unidades internas do computador, sem a opção de limpar apenas determinados dispositivos de armazenamento.

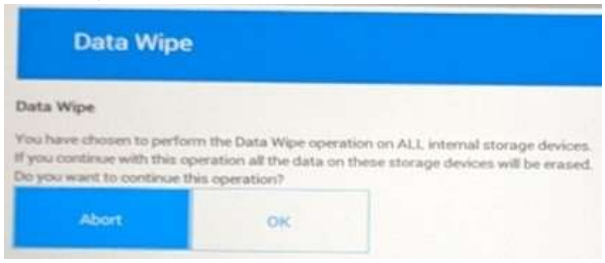
ⓘ **Nota:** A limpeza de dados da Dell é compatível com a maioria dos produtos Dell. Para saber se o seu computador é compatível, vá para a configuração do BIOS e selecione **Segurança**. Em seguida, veja se a opção **Limpeza de dados na próxima inicialização** está disponível. Para usuários do Alienware, selecione **Advanced** e, em seguida, **Maintenance** para encontrar a opção **Data Wipe na próxima inicialização** .

---

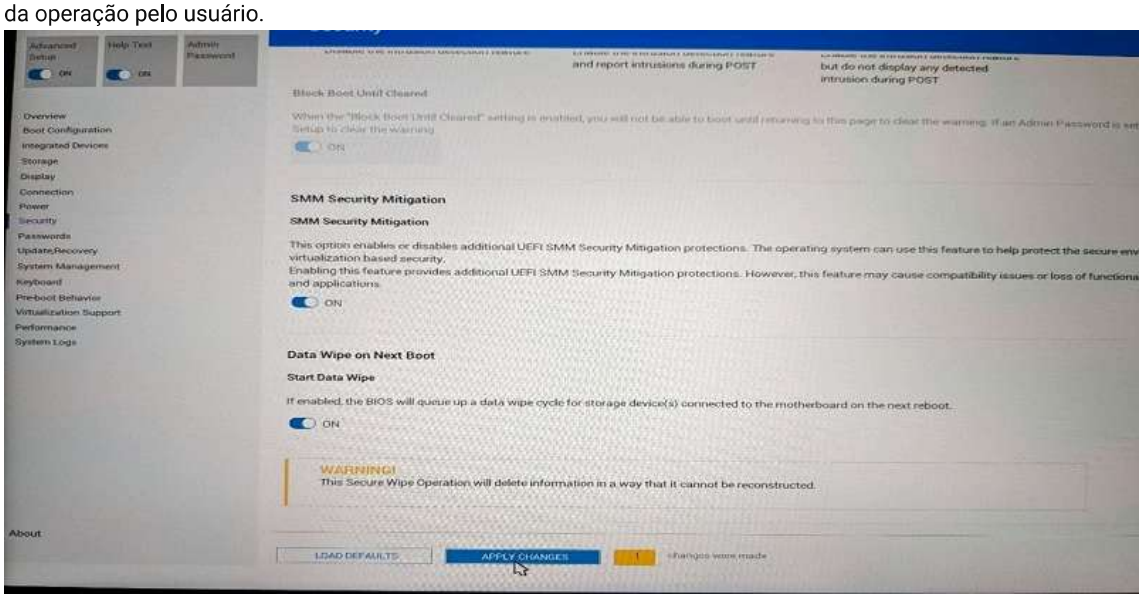
1. O recurso Data Wipe é acessado na configuração do BIOS. Na tela inicial da Dell, pressione F2 para entrar na configuração do BIOS.



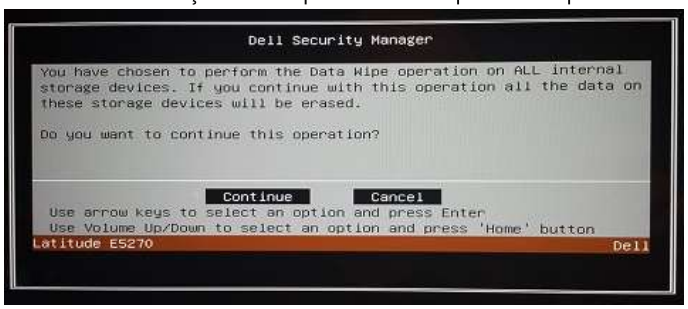
2. No aplicativo de configuração do BIOS, o usuário pode selecionar "Limpar na próxima inicialização" na opção **Limpezade dados de segurança >**ou **> Manutenção avançada** para aplicar a limpeza de dados em todas as unidades internas após a reinicialização. O BIOS solicita a confirmação do usuário duas vezes antes de permitir que ele saia da configuração com a opção "**Limpar na próxima inicialização**" selecionada para garantir que o usuário pretenda apagar todos os dispositivos de armazenamento.



3. Como medida adicional de segurança, o BIOS ajusta a seleção padrão para o prompt final a fim de reforçar ainda mais a aceitação direta da operação pelo usuário.



4. Depois que a opção for selecionada e os prompts forem confirmados, o usuário sairá da configuração do BIOS para forçar uma reinicialização do sistema e iniciar o processo de limpeza de dados. Após a reinicialização, o BIOS solicitará várias confirmações antes de enviar as instruções de limpeza de dados para os dispositivos de armazenamento do cliente.



5. O usuário pode optar por cancelar o procedimento de limpeza da unidade em qualquer um desses prompts e o acionador da limpeza de dados é redefinido. O processo deve ser reiniciado a partir da configuração do BIOS para reiniciar o procedimento de apagamento, se desejado.



6. A exibição de uma caixa de diálogo verde com a mensagem "Limpeza de dados concluída com sucesso" relata o êxito na execução de um procedimento de limpeza. Se houver falhas, elas são apresentadas em vez da caixa de diálogo de sucesso na limpeza. "Reinicialize o sistema e reinstale o sistema operacional".

Mais informações

Você encontrará mais informações sobre como fazer a limpeza dos dados no artigo da Base de conhecimento Dell Como limpar os dados de meu disco rígido?.

Produtos afetados

Alienware, Dell Pro All-in-One, Dell Pro Max Micro, Dell Pro Max Slim, Dell Pro Max Tower, Dell Pro Micro, Dell Pro Slim, Dell Pro Tower, Dell Slim, Dell Tower, Inspiron, OptiPlex, Vostro, XPS, G Series, G Series, Alienware, Dell Plus, Dell Pro, Dell Pro Max, Dell Pro Plus, Dell Pro Premium, Inspiron, Latitude, Dell Pro Rugged, Vostro, XPS, Fixed Workstations, Mobile Workstations

Propriedades do artigo

Número do artigo: 000146892

Tipo de artigo: How To

Último modificado: 26 mai. 2025

Versão: 12

Ministério do Meio Ambiente
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
CADASTROS TÉCNICOS FEDERAIS
CERTIFICADO DE REGULARIDADE - CR

Registro n.º	Data da consulta:	CR emitido em:	CR válido até:
2121710	07/04/2025	25/03/2025	25/06/2025

Dados básicos:

CNPJ : 72.381.189/0006-25
Razão Social : DELL COMPUTADORES DO BRASIL LTDA
Nome fantasia : DELL
Data de abertura : 22/06/2006

Endereço:

logradouro: AVENIDA DA EMANCIPAÇÃO, 5000
N.º: 5000 Complemento:
Bairro: PARQUE DOS PINHEIROS Município: HORTOLANDIA
CEP: 13184-654 UF: SP

Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP

Código	Descrição
5-2	Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática

Conforme dados disponíveis na presente data, CERTIFICA-SE que a pessoa jurídica está em conformidade com as obrigações cadastrais e de prestação de informações ambientais sobre as atividades desenvolvidas sob controle e fiscalização do Ibama, por meio do CTF/APP.

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não desobriga a pessoa inscrita de obter licenças, autorizações, permissões, concessões, alvarás e demais documentos exigíveis por instituições federais, estaduais, distritais ou municipais para o exercício de suas atividades

O Certificado de Regularidade emitido pelo CTF/APP não habilita o transporte e produtos e subprodutos florestais e faunísticos.

Chave de autenticação	S4NMKVVSSA1HB5E3

Login

RETURN TO SEARCH

Precision 5860 Tower

COMPUTERS & DISPLAYS

Product Summary:

Product Type:	Workstation
Registered In:	Brazil
Manufacturer:	DELL
EPEAT Tier:	Gold
Registration Date:	2023-05-03
Product Status:	Active
EPEAT Climate+:	Achieved 2023-09-29
Exceptions:	ENERGY STAR compliant power management features and power supply. Computers without such features may not conform to 4.5.1.1 ENERGY STAR and would not be in conformance with EPEAT.

All unique product identifiers existing for this product may not be listed here. If the unique product identifier you are looking for is not listed, please contact EPEAT at EPEAT@GEC.org.

EXPORT PRODUCT SUMMARY

EPEAT Tier Score Detail

For a product to be listed on the EPEAT Registry, it must, at a minimum, meet the applicable "required" criteria. Click here to see a list of the required criteria for this product category.

This product has met the necessary required criteria.

Along with required criteria, products can also meet optional criteria and score optional points. It is not required for a product to achieve any optional points.

Products that meet all required criteria and achieve **less than 50%** of the optional points are rated at
EPEAT Bronze

Products that meet all required criteria and achieve **50 - 74%** of the optional points are rated at
EPEAT Silver

Products that meet all required criteria and achieve **75 - 100%** of the optional points are rated at
EPEAT Gold

The optional criteria for this product category and optional points achieved by this product are listed below.

Optional Criteria	Scores
4.1 Substance Management	**10 / 16**

4.2 Materials Selection	3 / 3
4.4 Product longevity/life-cycle extension	2 / 2
4.5 Energy Conservation	1 / 2
4.7 Packaging	1 / 2
4.8 Life cycle assessment and carbon footprint	6 / 6
4.9 Corporate Environmental Performance	6 / 9
4.10 Corporate social responsibility	6 / 6
TOTAL OPTIONAL CRITERIA SCORE:	35 / 46

Please note that it is not required for a product to

Some optional criteria may not be applicable to a product. Optional criteria that are not applicable (N/A)

achieve any optional points.

to the product are not included in the Total Optional Criteria Score, and are not reflected above.

For any questions, comments, or feedback regarding the EPEAT Registry, please contact us.

Contact Us

+1.503.279.9383

PO Box 12149 Portland, OR 97212-0149 USA

Stay connected with regular updates from EPEAT

Sign up

© 2025 Green Electronics Council dba Global Electronics Council. All rights reserved.

EPEAT Registry Privacy Policy

EPEAT Registry Terms of Use

Não desligue o computador nem o desconecte da fonte de energia durante a atualização do BIOS, pois isso pode prejudicar o computador. Durante a atualização, o computador será reiniciado e você pode ver uma tela preta por um momento.

Antes de atualizar, leia as instruções de instalação e as informações importantes mencionadas abaixo.

BIOS do sistema Dell Precision 5860 REINICIALIZAÇÃO NECESSÁRIA

O conteúdo desta página pode ter sido traduzido automaticamente. Para fazer comentários, preencha o formulário no fim da página.

Este pacote contém a atualização do BIOS do sistema Dell. O BIOS é um pacote de firmware integrado a um pequeno chip de memória na placa de sistema. Ele controla o teclado, o monitor, as unidades de disco e outros dispositivos. Esta atualização atende ao comunicado de segurança da Dell (DSA). Um aviso de segurança é uma declaração emitida quando um produto é impactado por uma vulnerabilidade de segurança e há uma resolução disponível.

Para ver todos os drivers de Precision 5860 Tower, vá para Drivers e downloads.

RECOMENDADO

Esta é a versão mais recente validada pela Dell deste driver

Precision_5860_2.11.0.exe | 23.85 MB

Digite a etiqueta de serviço do seu dispositivo para verificar a compatibilidade deste download com ele.

Enviar

Download

Mostrar informações | Ver outros formatos para download

Correções e aprimoramentos

Correções:
— Esta versão contém atualizações de segurança, conforme divulgado nos Dell Security Advisories DSA-2024-351 e DSA-2025-016. Os detalhes do DSA são publicados na página Aconselhamentos de segurança, avisos e recursos assim que são disponibilizados publicamente. Para obter mais informações sobre a programação da versão, consulte a Agenda de lançamento de atualização de

Ler mais

Versão

2.11.0, 2.11.0

Data da versão

01 jun. 2025

Tipo de download

BIOS do sistema

Categoria

BIOS

Importância ESSENCIAL

A Dell Technologies recomenda aplicar esta atualização importante o mais rápido possível. A atualização contém correções de bugs e alterações importantes para melhorar a funcionalidade, a confiabilidade e a estabilidade do seu sistema Dell. Ela também pode incluir correções de segurança e outros aprimoramentos de recursos.

Formatos disponíveis ⓘ Ver informações importantes

Ao fazer o download, você aceita os termos do Contrato de Licença de Software da Dell (em Inglês).

Mais informações Mostrar tudo | Ocultar tudo

- Informações importantes
- Outras versões disponíveis
- Sistemas compatíveis
- Sistemas operacionais compatíveis
- Aplica-se a
- Instruções de instalação

Precisa de ajuda com problemas de BIOS?

Encontre uma solução no guia de solução de problemas do BIOS da Dell

Visite o guia de solução de problemas do BIOS

Ajuda e tutoriais para drivers

Para ver mais downloads, vá para Drivers e downloads. Para obter ajuda sobre como usar as informações contidas nesta página, visite Ajuda e tutoriais de driver.

Copyright © 2025 Dell Inc. Termos e Condições Declaração de Privacidade Cookies, Anúncios e e-mails
Informações Legais e Regulatórias Políticas Acessibilidade Cumprimento dos Requisitos Regulatórios

Não desligue o computador nem o desconecte da fonte de energia durante a atualização do BIOS, pois isso pode prejudicar o computador. Durante a atualização, o computador será reiniciado e você pode ver uma tela preta por um momento.

Antes de atualizar, leia as instruções de instalação e as informações importantes mencionadas abaixo.

BIOS do sistema Dell Precision 5860 REINICIALIZAÇÃO NECESSÁRIA

O conteúdo desta página pode ter sido traduzido automaticamente. Para fazer comentários, preencha o formulário no fim da página.

Este pacote contém a atualização do BIOS do sistema Dell. O BIOS é um pacote de firmware integrado a um pequeno chip de memória na placa de sistema. Ele controla o teclado, o monitor, as unidades de disco e outros dispositivos. Esta atualização atende ao comunicado de segurança da Dell (DSA). Um aviso de segurança é uma declaração emitida quando um produto é impactado por uma vulnerabilidade de segurança e há uma resolução disponível.

Para ver todos os drivers de Precision 5860 Tower, vá para Drivers e downloads.

RECOMENDADO

Esta é a versão mais recente validada pela Dell deste driver

Precision_5860_2.11.0.exe | 23.85 MB

Digite a etiqueta de serviço do seu dispositivo para verificar a compatibilidade deste download com ele.

Enviar

Download

Mostrar informações | Ver outros formatos para download

Encontre mais atualizações. Use o SupportAssist para encontrar as atualizações de driver mais recentes para o seu dispositivo.

Procurar atualizações

Correções e aprimoramentos

Correções:
— Esta versão contém atualizações de segurança, conforme divulgado nos Dell Security Advisories DSA-2024-351 e DSA-2025-016. Os detalhes do DSA são publicados na página Aconselhamentos de segurança, avisos e recursos assim que são disponibilizados publicamente. Para obter mais informações sobre a programação da versão, consulte a Agenda de lançamento de atualização de

Ler mais

Versão

2.11.0, 2.11.0

Data da versão

01 jun. 2025

Tipo de download

BIOS do sistema

Categoria

BIOS

Importância ESSENCIAL

A Dell Technologies recomenda aplicar esta atualização importante o mais rápido possível. A atualização contém correções de bugs e alterações importantes para melhorar a funcionalidade, a confiabilidade e a estabilidade do seu sistema Dell. Ela também pode incluir correções de segurança e outros aprimoramentos de recursos.

Formatos disponíveis ⓘ Ver informações importantes

Formato do arquivo:	BIOS Recovery Image File
Nome do arquivo:	BIOS_IMG.rcv
Tamanho do arquivo:	23.85 MB
Descrição de formato:	Este formato de arquivo representa um arquivo de recuperação do BIOS. Este arquivo é usado no processo de recuperação do BIOS de sistema para recuperar um sistema de um BIOS corrompido.

Download

Para garantir a integridade do download, verifique o valor da soma de verificação.

MD5:
a101baa4ab905545cc25ccbc48b67914
SHA1:
5f90a9726dcd99ff972cd5e51d37ddaf37930dda
SHA-256:
fd23faf7affb553bfe59c6d19f42538368c8c939da14af206f569489f1d5c295

Ao fazer o download, você aceita os termos do Contrato de Licença de Software da Dell (em Inglês).

Mais informações Mostrar tudo | Ocultar tudo

- Informações importantes
- Outras versões disponíveis
- Sistemas compatíveis
- Sistemas operacionais compatíveis
- Aplica-se a
- Instruções de instalação

Precisa de ajuda com problemas de BIOS?

Encontre uma solução no guia de solução de problemas do BIOS da Dell

Visite o guia de solução de problemas do BIOS

Ajuda e tutoriais para drivers

Para ver mais downloads, vá para Drivers e downloads. Para obter ajuda sobre como usar as informações contidas nesta página, visite Ajuda e tutoriais de driver.

Copyright © 2025 Dell Inc. Termos e Condições Declaração de Privacidade Cookies, Anúncios e e-mails
Informações Legais e Regulatórias Políticas Acessibilidade Cumprimento dos Requisitos Regulatórios

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

PROPOSTA COMERCIAL - PLUGNET

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025

CONTRATANTE (UASG) PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA (925129)

OBJETO

Registro de Preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 1.125.658,66 (um milhão cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **10/06/2025** às **10h (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

AVISO: A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO comunica a todos, que a inobservância das regras estabelecidas neste edital sujeita os responsáveis às sanções nele estabelecidas e na legislação aplicável, por isso, solicita-se aos licitantes que apresentem suas propostas e lances de forma consciente, com a certeza de que deverão cumprir com a efetiva entrega/prestação do objeto na forma solicitada no Edital e dentro dos prazos, preços e padrões de qualidade exigidos. Lembrando que qualquer alteração somente ocorrerá nos termos da lei. Impõe-se dessa forma, a necessidade de que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, visando evitar problemas, tanto para a Administração Pública como para as empresas.

Comunica-se ainda, que as informações constantes neste edital e em seus anexos são complementares entre si, de modo que todas devem ser consideradas para os fins a que se destinam. E que futuras alegações relacionadas com o desconhecimento de quaisquer informações constantes deste Edital e seus Anexos, bem como dos preceitos legais pertinentes, não serão consideradas e/ou admitidas, inclusive quando da execução do contrato ou instrumento equivalente.

Sumário

1 DO OBJETO 3
2 DO REGISTRO DE PREÇOS 3
3 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO 3
4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 5
5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 7
6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 8
7 DA FASE DE JULGAMENTO 11
8 DA FASE HABILITAÇÃO 13
9 DOS RECURSOS 18
10 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO 18
11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 19
12 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA 19
13 DA GARANTIA DE CONTRATAÇÃO 20
14 DO CONTRATO 20
15 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 21
16 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 24
17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 24
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA 26
ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO 27
ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS __/20__ 28
ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO 35

EDITAL

PREGÃO Nº. 90003/2025 – ELETRÔNICO

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO** e este(a) Pregoeiro(a), designado(a) pela Portaria nº 11.123/2024 – GAB/PGJ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº **22856/2024**, oriundo da Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO), tornam público, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021, da Resolução n. 283/2024-CNMP, do Decreto nº 11.462/2023, do Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a formação de Registros de Preços visando a aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formados por 02 (dois) itens, conforme tabela constante no item anterior e no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 O valor global máximo estimado desta despesa importa em **R$ 1.125.658,66 (um milhão cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos)** e o valor máximo unitário estimado por item é aquele disposto no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste edital.

1.4 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto deste Pregão descritas no **Compras.gov.br** (www.gov.br/compras) e aquelas constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

2 DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão

de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 Agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;

3.6.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.11 Empresas cujos sócios sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme dispõe o inciso II do art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público;

3.7 O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

3.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10 O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12 A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

4.12 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

4.15 A LICITANTE deverá apresentar junto à proposta, sob pena de desclassificação, declaração de que é a responsável pelos serviços de garantia e manutenção "on-site" ou indicando sua Rede de Assistência Técnica Autorizada.

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total do item;

5.1.2 Marca;

5.1.3 Fabricante;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais e estaduais, quando participarem de licitações públicas;

5.10.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estimados da contratação.

5.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 51, inciso VIII, da Constituição Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1,00% (um por cento) do valor do item**.

6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

6.11 Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2 A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1 Empresas estabelecidas no Estado do Maranhão;

6.19.2.2 Empresas brasileiras;

6.19.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3 Caso se verifique uma situação de empate real que não tenha sido dirimida por nenhum dos critérios do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, antes da fase de julgamento, o sistema irá realizar o sorteio de forma automática.

6.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.21 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

6.22 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta); e

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 Contiver vícios insanáveis;

7.7.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada,

com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, deverá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13 O Pregoeiro poderá solicitar da (s) licitante (s) classificada (s) provisoriamente em primeiro lugar, a apresentação de amostras, conforme previsto no Termo de Referência (Anexo I).

7.13.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.13.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8 DA FASE HABILITAÇÃO

8.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021:

8.3 Habilitação Jurídica:

8.3.1 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.2 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.3 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.3.5 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.6 Declaração de Inexistência de Parentesco, conforme ANEXO II;

8.3.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.4 Regularidade fiscal e trabalhista:

8.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto ora licitado;

8.4.6 Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

8.4.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5 Qualificação Econômico-Financeira:

8.5.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.5.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II) ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

8.5.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.5.3.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.5.3.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.5.3.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.5.3.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.5.4 Apresentar Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação;

8.5.4.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.5.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.6 Qualificação técnica:

8.6.1 Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido os bens compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação, contendo nome, RG e telefone do declarante para mais informações;

8.6.2 A LICITANTE deverá apresentar junto à proposta, sob pena de desclassificação, **declaração de que é a responsável** pelos serviços de garantia e manutenção "on-site" ou indicando sua Rede de Assistência Técnica Autorizada.

8.7 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.7.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.8 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.8.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.9 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.10 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.11 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.12 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.13 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.13.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.14 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.14.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.15 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.15.1.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, juntamente com a proposta de preços em conformidade com o item 6.21.

8.15.1.2 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.16.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

8.15.1.3 A aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.1.4 A atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.1.5 A apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

8.15.1.6 A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 8.16.1 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.16.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.17 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.17.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.17.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.18 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.19 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.20 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.21 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9 DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.mpma.mp.br.

10 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), pela autoridade superior, que em seguida homologará o processo licitatório.

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

12.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2 Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13 DA GARANTIA DE CONTRATAÇÃO

13.1 Não será exigida garantia de contratação

14 DO CONTRATO

14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Contrato.

14.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, por e-mail, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3 O Aceite da Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

14.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.5 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.5.1 Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.6 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou receber a nota de empenho, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

14.7 O Diretor-Geral nomeará servidores lotados no Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO, para fiscalizar o contrato, devendo-se registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, para que providencie a imediata correção das irregularidades apontadas.

14.7.1 O fiscal do contrato deverá:

14.7.1.1 Atestar os documentos da despesa e acompanhar o fornecimento de acordo com as datas e especificações pré-definidas, em conformidade com o Edital.

14.7.1.2 Fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, inclusive quanto à não interrupção do fornecimento do bem.

15 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.5 Fraudar a licitação

15.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1.1 Advertência;

15.2.1.2 Multa;

15.2.1.3 Impedimento de licitar e contratar e

15.2.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2 As peculiaridades do caso concreto

15.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1 Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2 Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Maranhão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item , caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

15.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3 A impugnação e/ ou pedido de esclarecimento poderão ser realizados, mediante petição a ser enviada, **exclusivamente**, de forma eletrônica, para o e-mail esclarecimentos@mpma.mp.br.

16.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

17.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

17.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.mpma.mp.br.

17.11 A abertura da sessão deste Pregão será transmitida via Youtube no canal Licitações do MPE-MA, conforme determina o Ato Regulamentar n. 39/2020 -GPGJ.

17.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.12.1 ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

17.12.2 ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO;

17.12.3 ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGRISTRO DE PREÇOS; e

17.12.4 ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO;

17.13 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor;

17.14 Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro por meio eletrônico, via internet, através do e-mail: esclarecimentos@mpma.mp.br.

São Luís-MA, data da assinatura digital.

RODOLFO ALVES SANTOS
Pregoeiro – CPL
PGJ/MA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

PREGÃO Nº 90003/2024 – SRP – PGJ/MA

(RESOLUÇÃO CNMP 37/2009)

Cientes que ao se realizar declaração falsa, incorre-se no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, declaramos que não há sócios na empresa _____, CNPJ nº_____, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, detentor de tais cargos e funções quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, detentor de tais cargos quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

São Luís, _____ de _____ de 20__.

_____
(Assinatura Representante Legal da Empresa)

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS __/20__

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22856/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025 – SRP – CPL/PGJ
ID DA CONTRATAÇÃO NO PNCP:

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO**, com sede nesta cidade, à Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3.261, Calhau, São Luís/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. PAULO GONÇALVES ARRAIS, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, **matrícula nº** _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão de nº 90003/2025, operado na forma eletrônica, para Registro de Preços, constante do **Processo Administrativo nº** 22856/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital do certame, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar nº. 123/06, Decreto Federal nº 11.462/2023, Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ e demais normativos legais aplicáveis à espécie, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, especificado na tabela constante no item 1.1 do Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão nº 90003/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

1 – DADOS DA EMPRESA

Razão Social:_____ CNPJ: _____

Endereço:_____

Telefone:_____ E-mail:_____

Nome do Representante:_____

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. No ato da prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pela PGJ/MA por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual, de que trata o item 5.2, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a PGJ/MA convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a PGJ/MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, a PGJ/MA comunicará aos órgãos e às entidades que

tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela PGJ/MA e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a PGJ/MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, a PGJ/MA atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. A PGJ/MA comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pela PGJ/MA, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133,

de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá a PGJ/MA, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho da PGJ/MA, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a PGJ/MA poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar à PGJ/MA qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 82, §5, VIº da Lei n. 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de

lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Luís (MA), ____ de _____ de 20__.

_____

Órgão Gerenciador: Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão

PAULO GONÇALVES ARRAIS

Diretor-Geral

_____

Fornecedor:

Representante:

ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/20__, QUE CELEBRAM A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

A **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO,** com sede nesta Capital, à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº. 3261, Calhau, CEP 65076-820, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. PAULO GONÇALVES ARRAIS, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, matrícula funcional nº _____e de outro lado a empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, sediada na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, têm justo e acertada a celebração do presente contrato, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo n.º 22856/2024** que instruiu a licitação na modalidade **Pregão nº 90003/2025**, por sistema de registro de preços, e em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021, do Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais legislação aplicável, têm entre si justo e avençado o que segue:

1.CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.O objeto do presente instrumento é aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, nos termos da tabela abaixo, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2.Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	WORKSTATION TIPO I	460038	Unid	x	R$	R$
2	WORKSTATION TIPO II	606229	Unid	x	R$	R$
VALOR TOTAL						

1.3.Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1.O Termo de Referência;

1.3.2.O Edital da Licitação;

1.3.3.A Proposta do contratado;

1.3.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1.O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, nos termos já descritos no Termo de Referência e neste Contrato.

3.CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

3.1.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2.Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3.As comunicações entre a PGJ/MA e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4.A PGJ/MA poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

3.5.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

3.6.O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

3.6.1.O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117);

3.6.2.Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

3.6.3.O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.6.4.No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.6.5.O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

3.7.O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.7.1.Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

3.8.O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.9.O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.10.O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.11.O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.12.O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.13.O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.14.O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4.CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1.Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1.O valor total da contratação é de R$..... (.....).

5.2.No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3.O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6.CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1.1.Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

6.1.1.1.Não produzir os resultados acordados,

6.1.1.2.Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.1.1.3.Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

6.2. O recebimento será feito nos termos do art. 140 da Lei n° 14.133/2021;

6.2.1. Provisoriamente, no ato da entrega do(s) produto(s), para posterior verificação da conformidade com as especificações e amostras aprovadas pela FISCALIZAÇÃO;

6.2.1.1. Será assinado o Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório pelas partes em até 15 (quinze) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da formalização, por parte da CONTRATADA, comunicando a finalização da entrega dos equipamentos no local determinado;

6.2.1.2. Serão executados testes de funcionamento para verificar o atendimento ao estabelecido nas especificações técnicas mínimas exigidas e as especificações em que a contratada pontuou para fins de qualificação de sua proposta;

6.2.1.3. Se for constatada desconformidade do(s) produto(s) apresentado(s) em relação às especificações do(s) objeto(s) ou à(s) amostra(s) aprovada(s) pela FISCALIZAÇÃO, o CONTRATADO deve efetuar a troca do(s) produto(s), no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus para a CONTRATANTE, a contar do recebimento da solicitação;

6.2.1.4. Neste caso, o recebimento dos produtos livre dos vícios que deram causa a sua troca será considerado recebimento provisório, ensejando nova contagem de prazo para o recebimento definitivo.

6.2.1.5. O Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório será certificado pelo fiscal do contrato indicado pela CONTRATANTE, conforme art. 7º, do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ;

6.2.2. Definitivamente, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação de que o material adquirido encontra-se em perfeitas condições de utilização e atende às especificações do objeto contratado e consequente aceitação mediante termo circunstanciado de recebimento, considerando os seguintes itens conforme cada caso:

6.2.2.1. Condição da embalagem dos produtos, que deve estar em perfeito estado e não violada e que ofereça proteção ao calor e à umidade;

6.2.2.2. Confrontação entre a marca cotada na licitação e o produto entregue;

6.2.2.3. O Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo será certificado pelo gestor e pelo fiscal do contrato indicado pela CONTRATANTE, conforme art. 7º, do Ato Regulamentar nº 08/2015;

6.3. Os objetos a serem fornecidos serão considerados aceitos somente após o recebimento e análise, depois de desembalados e conferidos pela CONTRATANTE, atendidos as especificações exigidas no Termo de Referência;

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

6.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Liquidação

6.8.Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.8.1.O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.9.1.O prazo de validade;

6.9.2.A data da emissão;

6.9.3.Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.9.4.O período respectivo de execução do contrato;

6.9.5.O valor a pagar; e

6.9.6.Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.10.Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.11.A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.12.A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.13.Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.14.Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.15.Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.16.Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.17.O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

6.18.O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

6.19.Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.20.1.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.21.O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.CLÁUSULA SÉTIMA – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Critérios de Aceitação

7.1. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.2. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-oflife);

7.3. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade;

7.4. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil;

7.5. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas no Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, no Termo de Referência e neste CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

7.6. A garantia “ON-SITE” para todos os equipamentos, componentes e peças deverá ser prestada pelo período de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos, sem nenhum custo adicional à PGJMA;

7.7. A garantia acima não trará prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante; 4.8.1.1. O licitante deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante, se houver;

7.8. A CONTRATADA declara que é a responsável pelos serviços de garantia e manutenção "on-site", ou indicará sua Rede de Assistência Técnica Autorizada;

7.8.1.Entende-se "Rede de Assistência Técnica Autorizada" "fabricantes dos equipamentos" como os parceiros ou representantes do fabricante dos equipamentos que serão responsáveis pelos serviços de garantia e manutenção "on site" quando a licitante apenas comercializa os produtos do fabricante. Ou seja, quando o equipamento necessita de manutenção durante o período de garantia, o fabricante enviará um técnico autorizado até a instalação da Contratante para realizar a manutenção;

7.8.2. A garantia e assistência técnica dos equipamentos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento e possíveis falhas que possam surgir com o uso;

7.8.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico via telefone, e-mail ou página web, sem ônus para a PGJMA, visando agilizar os chamados e atendimentos técnicos, e prestar a garantia, quando solicitada, no horário compreendido entre 08h00 (oito) e 18h00 (quinze) horas, de segunda a sexta-feira, excluídos os feriados, no LABLD / GAECO / CAEI;

7.8.4. Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados devem estar disponíveis para download no web site do fornecedor do equipamento;

7.8.5. O atendimento aos chamados deve seguir um procedimento padrão, com o objetivo de realizar o diagnóstico remoto do defeito e/ou orientar a solução do problema por telefone. O atendimento de primeiro nível de garantia deve ser capaz de solucionar problemas por telefone no momento do contato. Caso o primeiro nível de atendimento do fabricante não solucione o problema, a CONTRATADA deverá disponibilizar um segundo nível de atendimento remoto;

7.8.6. Deverá ser ofertado uma solução de gerenciamento com console web que ofereça no mínimo as seguintes características:

7.8.6.1. Possuir interface personalizável permitindo o gerenciamento e inventário do hardware e com acesso a informações da garantia dos equipamentos;

7.8.6.2. Detecção antecipada de problemas e suporte proativo orientado por Inteligência Artificial, permitindo o monitoramento da saúde dos dispositivos, alerta a falhas de configuração, erros do SO Windows, e indicadores de segurança;

7.8.6.3. Contenha solução para a abertura e gerenciamento de chamados com a opção de configuração de chamados automáticos;

7.8.7. Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante, que permita verificar a garantia do equipamento exigida, através da inserção do seu número de série;

7.8.8. A validação da garantia junto ao fabricante será feita no momento da entrega do equipamento, com pena de não aceitação até sua regularização;

7.8.9. A garantia "ON-SITE" deverá observar os prazos estabelecidos no Termo de Referência e neste Contrato, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta;

7.8.10. Para o atendimento, deve-se considerar que:

7.8.10.1. Entende-se por hora da solicitação para abertura de chamado a hora de envio do fac-símile, chat, e-mail ou da chamada telefônica;

7.8.10.2. Entende-se por início do atendimento o primeiro contato, que pode ser feito por telefone (para pré-diagnóstico) ou presencialmente, a partir da hora de chegada do técnico ao local onde está o equipamento;

7.8.11. O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas a partir da hora da solicitação;

7.8.12. O término do reparo do equipamento deverá ocorrer no prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis, contado a partir do início do atendimento, ou de acordo com a particularidade de cada equipamento especificado no TERMO DE REFERÊNCIA;

7.8.13. Entende-se por término do reparo do equipamento a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado;

7.8.14. No caso da CONTRATADA não terminar o reparo do equipamento no prazo estabelecido, deverá substituir imediatamente o equipamento defeituoso por outro de sua propriedade, com características e capacidades iguais ou superiores ao substituído, em caráter provisório, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da substituição;

7.8.15. Findo o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a substituição do equipamento será definitiva, a critério da PGJMA;

7.8.16. A CONTRATADA deverá substituir o equipamento já instalado por um novo, com características e capacidades iguais ou superiores ao que será substituído, no prazo de 10 (dez) dias úteis após ser notificada, nos seguintes casos:

7.8.16.1. Caso a soma dos tempos de paralisação do equipamento, por defeito de hardware, ultrapasse 80 (oitenta) horas úteis, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias;

7.8.16.2. Quando da solicitação da manutenção corretiva, por meio de telefone, chat, fac-símile ou e-mail, a PGJMA, através do LAB-LD / GAECO / CAEI, fornecerá à CONTRATADA, para fins de abertura de chamado técnico, obrigatoriamente as seguintes informações:

7.8.16.3. Código de fabricação ou número de série do equipamento;

7.8.16.4. Local onde a assistência técnica deverá ser prestada (no LAB-LD / GAECO / CAEI);

7.8.16.5. Anormalidade observada;

7.8.16.6. Nome do responsável pela solicitação;

7.8.16.7.Número do telefone para contato;

7.8.17. Somente os técnicos da CONTRATADA, ou pessoas a quem a CONTRATADA autorizar por escrito, poderão executar os serviços de manutenção corretiva “ON-SITE”;

7.8.18. Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências do PGJMA;

7.8.19. Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

7.8.20. Fica ressalvado à CONTRATADA o direito de adotar medidas de segurança que entender necessárias a fim de evitar que pessoas não autorizadas executem os serviços de manutenção, exceto lacres;

7.8.21. Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, Relatório de Serviço Técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do equipamento, número de série/patrimônio do equipamento atendido, localização do equipamento, descrição do problema relatado pela PGJMA, descrição do problema realmente encontrado com a indicação clara da troca ou não de peças, lista das peças ou componentes que foram substituídos, solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da PGJMA;

7.8.21.1. A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com Servidor da PGJMA responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico;

7.8.22. A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema;

7.8.23. As peças e componentes substituídos deverão possuir configuração idêntica ou superior às originais (tipo, capacidade, configuração, desempenho, situação/condição física, estado de conservação, etc.) e devem ser do FABRICANTE do equipamento ou atestadas pelo FABRICANTE do equipamento;

7.8.24. As peças e componentes em substituição, instaladas pela CONTRATADA, serão incorporadas aos equipamentos, passando a ser de propriedade do PGJMA;

7.8.25. A CONTRATANTE possui corpo técnico plenamente capacitado e habilitado, e estará a todo tempo, autorizada a abrir o gabinete do equipamento para a realização de diagnósticos iniciais que julgar necessário, bem como adição ou substituição de componentes e acessórios para a dilatação da capacidade do equipamento, sem perda de garantia;

7.8.26. Desde já, para os casos que se mostrarem necessários e objetivando a não parada do serviço, a CONTRATANTE está autorizada a realizar a substituição dos discos rígidos exclusivamente entre as máquinas entregues, garantindo que no caso de algum dano de hardware que não implique a perda do acesso aos dados do disco rígido, o trabalho do usuário possa prosseguir em outro computador da mesma marca e modelo, com a simples troca do HD;

7.8.27. Em caso de defeito irreparável no disco rígido, ou outro defeito qualquer que implique a substituição integral e definitiva do mesmo:

7.8.27.1. O disco rígido usado deverá ficar retido na Instituição a fim de resguardá-la de vazamento e informações, não sendo devolvido em hipótese alguma;

7.8.27.2. Em hipótese alguma o disco rígido poderá ser retirado das instalações da CONTRATANTE a fim de preservar a segurança dos dados armazenados;

7.8.27.3. Caso a CONTRATADA deseje analisar o produto defeituoso antes de realizar a sua substituição definitiva no caso de defeito, ela terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da abertura do chamado para se dirigir à sede do CONTRATANTE para realizar testes, acompanhada de profissional do CONTRATANTE;

7.8.27.4. Em hipótese alguma a CONTRATADA poderá copiar, ler, se apossar ou conhecer os dados armazenados nos dispositivos, sem a presença de profissional integrante do LAB-LD / GAECO / CAEI.

Condições de Entrega

7.9. O prazo para entrega dos equipamentos será de, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do Contrato;

7.10. Os itens deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Galpão 19, no endereço Av. Governador Luís Rocha (Antiga Estrada da Vitória), 2409, CEP 65.035-270 – Bairro da LIBERDADE - SÃO LUIS/MA (PROX. AO HOSPITAL SARAH) telefone: (98) 3219-1660, no horário das 08:00 às 15:00 horas;

7.10.1. Link para localização: https://maps.app.goo.gl/3qkShH2APToytRCt5;

7.11. O fornecimento será feito de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, devendo os mesmos serem novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e entregues acondicionados, adequadamente, em caixas lacradas, de forma a permitir completa segurança durante o transporte;

7.12. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para os seguintes endereços de e-mail: labld@mpma.mp.br, francisco.orino@mpma.mp.br , fones: (98) 3219-1626;

7.13. Serão injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do CONTRATANTE;

7.14. O transporte dos itens até o local determinado pela PGJMA, conforme item 7.10 deste Contrato, deverá ser realizado pela CONTRATADA. A entrega deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sob o risco de não ser autorizada;

7.15. Incluídos nos preços unitários estão todos os impostos, taxas, fretes e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, os quais serão de responsabilidade da CONTRATADA.

8.CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/11/2024.

8.1.1.Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajustes após o interregno de um ano, aplicando-se o índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.4.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.5.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.6.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.7.O reajuste será realizado por apostilamento.

8.8.Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

9.CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.3.Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4.Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.5.Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.6.Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.7.Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.8.Cientificar a Diretoria-Geral da PGJ/MA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.9.Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10.Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1.O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2.A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.3.Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.4.Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.5.Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.6.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.7.Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.8.Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a

regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.9.Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.10.Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.11.Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.12.Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.13.Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.14.Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.15.Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.16.Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.17.Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.18.Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.19.Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.20.Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.21.Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do

objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.22.Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10.23. Manter, durante a vigência do Contrato, a condição prevista na Resolução nº 172/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante à vedação de contratar a prestação de serviços com empresa que tenha como sócios, gerentes ou diretores, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, devendo, na ocorrência de quaisquer uma das hipóteses mencionadas, comunicar o fato, de imediato e por escrito, à CONTRATANTE;

10.24. É vedado à CONTRATADA manter empregados, no âmbito da CONTRATANTE, que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, observando-se, também, no que couber, a vedação de reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal;

11.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1.As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3.É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4.A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5.Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD

11.7.O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8.O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9.O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10.Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1.Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11.O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12.Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1.Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1.Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

13.1.1.Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2.Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3.Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4.Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5.Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6.Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7.Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8.Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2.Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1.**Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2 a 13.1.4 desta cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.3.**Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5 a 13.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens 13.1.2 a 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.2.4.**Multa:**

13.2.4.1.**Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.4.2.**Compensatória** de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4.3. **Em caso de inexecução parcial,** a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.4.4. **Moratória** de 1%(um por cento) do valor unitário do equipamento por dia corrido, até o limite de 30(trinta) dias, em caso de descumprimento do prazo estabelecido para a execução dos serviços afetos à garantia. Após esse prazo, será aplicada, também, multa Compensatória correspondente ao valor do equipamento.

13.3.A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1.Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.5.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5.1.Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6.A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7.Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

13.7.1.A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.7.2.As peculiaridades do caso concreto;

13.7.3.As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.7.4.Os danos que dela provierem para o Contratante;

13.7.5.A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.8.Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.9.A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Projeto Básico ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.10.O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.11.As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.12.Os débitos do contratado para com a Procuradoria-Geral de Justiça, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1.O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2.Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3.Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

14.3.1.Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

14.3.2.Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.4.O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4.1.Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4.2. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.2.1.Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5.O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.5.1.Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2.Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.3.Indenizações e multas.

14.6.A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.7.O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1.As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ação:
Natureza da despesa:
Nota de Empenho nº _____ de ____/_____/_____.

15.2.A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16.CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

16.1.Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2.O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3.As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4.Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1.Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, Lei Federal nº 14.133/2021, além do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90) e demais normas pertinentes aplicáveis à espécie.

18.CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Este instrumento contratual será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (www.pncp.gov.br), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet (www.mpma.mp.br), em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19.CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1.Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

19.2.E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato perante as testemunhas abaixo assinadas a tudo presente.

São Luís (MA), ___ de _____de 20__.

_____

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
Diretor-Geral

_____

CONTRATADA
Representante legal

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

EDITAL ALTERADO - DATA DA ABERTURA DA SESSSÃO - 10/06/2025

Detalhes

Número do Edital: 90003/2025

Processo Administrativo: 22856/2024

Data de Publicação: 20/05/2025

Data de Abertura: 30/05/2025

Hora de Abertura: 10:00:00

CNPJ Unidade Gestora: 05.483.912/0001-85

Sistema pregão: compras.gov.br

Número da Lei: 14.133

Ano da Lei: 2021

CPF da Autoridade: 859.809.942-20

Finalidade: Registro de preços

Data de Adesão:

Regime de execução: Empreitada por preço unitário

Valor Estimado: R$ 1.125.658,66

Local de Abertura: compras.gov.br

Objeto: Registro de Preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Tipo: Menor Preço

Situacao: Abertura

Resultado:

Aguardando

Arquivos anexados

#	Nome	Tipo	Descriçao	Ações
1	TERMO DE REFERÊNCIA ATUALIZADO_14.05.pdf	Anexo de Edital	Termo de Referência	

Cadastrado por RODOLFO ALVES SANTOS em 20/05/2025

Atualizado por RODOLFO ALVES SANTOS em 20/05/2025

São Luís/MA. Disponibilização: 19/05/2025. Publicação:20/05/2025. Nº 090/2025. ISSN 2764-8060

Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90003/2025
Processo Administrativo n° 22856/2024
Objeto: Registro de Preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, conforme condições e exigências estabelecidas no edital. Abertura: 30/05/2025, às 10h (dez horas) - horário de Brasília - DF; Local: Site do Portal de Compras do Governo Federal: www.compras.gov.br. Informações: Procuradoria-Geral de Justiça, situada à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís-MA. CEP: 65076-820; E-mail: esclarecimentos@mpma.mp.br; Fones: (98) 3219-1645 e 3219-1766.
São Luís-MA, 19 de maio de 2025.

RODOLFO ALVES SANTOS
Agente de Contratação - CPL
PGJ-MA

*Republicado por incorreção

Promotorias de Justiça da comarca da Capital

IDOSO

PORTARIA-18ªPJESPSLS2DI - 282025
Código de validação: 4348830514

PORTARIA IC Nº 01/2025 – 18ª PJE - 2ª PJIdoso
SIMP N.º 000238-510/2025
Inquérito Civil nº 01/2025- 18ª PJE. Objeto: Apurar eventuais irregularidades atinentes ao atendimento preferencial e acessibilidade para pessoas idosas na prestação de serviço de transporte aquaviário intermunicipal, de responsabilidade da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP.
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, por intermédio da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa de São Luís, no uso de suas atribuições constitucionais e legais de tutela dos direitos e interesses das pessoas idosas, especialmente consagrados na Constituição Federal[1] e no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003[2]) , sem prejuízo das demais disposições legais pertinentes e,
CONSIDERANDO que o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a Lei n.º 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), devendo lhe ser assegurado, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental, constituindo dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos seus direitos" (arts. 2º, 4º, § 1º).
CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público, zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública, aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (art. 129, II, da Constituição Federal e art. 98, II, da Constituição do Estado do Maranhão);
CONSIDERANDO que o Estatuto da Pessoa Idosa, no seu artigo 74, estabelece que "compete ao Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados ao idoso, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis";
CONSIDERANDO que, diante da necessidade de maior proteção aos direitos das pessoas idosas, o Ministério Público teve ampliada sua atuação, sobretudo em relação aos casos envolvendo situações de risco e vulnerabilidade social, trazendo a norma estatutária mecanismos que o legitimam na busca pela efetividade desses direitos e na proteção integral dos idosos, o que inclui o direito a uma vida digna, à saúde e ao bem-estar físico, mental e social.
CONSIDERANDO que é dever do Estado garantir à pessoa idosa a efetivação do direito à vida e à saúde, mediante a implementação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade (Estatuto da Pessoa Idosa, art. 9º);
CONSIDERANDO que a assistência social aos idosos, nos termos do art. 33 do Estatuto da Pessoa Idosa, será prestada, de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes";
CONSIDERANDO que esta Promotoria de Justiça de Proteção Especializada da Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, por meio de vistoria técnica realizada nos terminais aquaviários intermunicipais da Ponta de Espera do Itaqui e do Cujupe pela Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura - COEA, sob o nº 2356/2024, onde foram observadas condições insatisfatórias na prestação dos serviços e atendimento aos idosos em face da ausência na gestão de embarque de automotores e priorização da pessoa idosa nos veículos que são conduzidos ou transportam pessoas idosas, consubstanciado no RELAT-COEA 42024,

ESTADO DO MARANHÃO - MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº 90003/2025
Processo Administrativo nº 22856/2024

Objeto: Registro de Preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, conforme condições e exigências estabelecidas no edital. **Abertura: 30/05/2025, às 10h (dez horas)** - horário de Brasília - DF; **Local:** Site do Portal de Compras do Governo Federal: **www.compras.gov.br. Informações:** Procuradoria-Geral de Justiça, situada à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, São Luís-MA. **CEP:** 65076-820; **E-mail: esclarecimentos@mpma.mp.br; Fones:** (98) 3219-1645 e 3219-1766.

São Luís-MA, 19 de maio de 2025.
RODOLFO ALVES SANTOS
Agente de Contratação - CPL - PGJ-MA
***Republicado por incorreção**

Edital nº 90003/2025

Acessar Contratação

Última atualização 20/05/2025

Local: São Luís/MA **Órgão:** ESTADO DO MARANHAO - PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA

Unidade compradora: 925129 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Modalidade da contratação: Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de disputa: Aberto-Fechado **Registro de preço:** Sim **Fonte orçamentária:** Não informada

Data de divulgação no PNCP: 15/05/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 19/05/2025 08:00 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 30/05/2025 10:00 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 05483912000185-1-000054/2025 **Fonte:** Compras.gov.br

Objeto:

Registro de Preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS.

Informação complementar:

Para as respostas de esclarecimentos e impugnações deste edital acesse o link: https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/landing?destino=quadro-informativo&compra=92512905900032025

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 1.125.658,66

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado
1	Microcomputador	16	R$ 56.435,72
2	Microcomputador	2	R$ 111.343,57

Exibir: 5 | 1-2 de 2 itens | Página: 1

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Enap
Escola Nacional de Administração Pública

Serpro

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025-000 SRP

1 - Itens da Licitação

1 - Microcomputador

Descrição Detalhada: Microcomputador Memória Ram: 32GB, Núcleos Por Processador: 5 A 8, Armazenamento Hdd: 2TB., Armazenamento Ssd: Até 2 Tb, Monitor: Sem MonitorPOL, Componentes Adicionais: Com Teclado E Mouse, Sistema Operacional: Proprietário, Garantia On Site: Superior A 36MESES

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 16 **Quantidade Mínima Cotada:** 16

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 56.435,72

Unidade de Fornecimento: Unidade **Quantidade Máxima para Adesões:** 32

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 1,00

Local de Entrega (Quantidade): São Luís/MA (16)

2 - Microcomputador

Descrição Detalhada: Microcomputador Memória Ram: 64GB, Núcleos Por Processador: Superior A 8, Armazenamento Hdd: 2TB., Armazenamento Ssd: Até 2 Tb, Monitor: Sem MonitorPOL, Componentes Adicionais: Com Teclado E Mouse, Sistema Operacional: Proprietário, Garantia On Site: Superior A 36MESES, Gabinete: Torre

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 2 **Quantidade Mínima Cotada:** 2

Critério de Julgamento: Menor Preço **Critério de Valor:** Valor Estimado

Valor Unitário (R$): 111.343,57

Unidade de Fornecimento: Unidade **Quantidade Máxima para Adesões:** 4

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 1,00

Local de Entrega (Quantidade): São Luís/MA (2)

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

PUBLICAÇÕES INICIAIS

ESTADO DO MARANHÃO
TRIBUNAL DE CONTAS

EXTRATO DE ENVIO

PERÍODO: 20/05/2025 - 20/05/2025
ENTIDADE: PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA (PGJ) - 05483912000185
DATA DE CRIAÇÃO: 20/05/2025 10:30:22
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: c9a3c8eb-f377-4858-853d-3758cbf9dc7d

Procedimento Licitatório

cnpj procedimento	id procedimento	numero procedimento	ano procedimento	tipo procedimento	cpf envio	data envio	cpf exclusao	data exclusao	status
05483912000185	PE90032025	90003	2025	PE	49396544353	20/05/2025	-	-	ENVIADO

Total Procedimento Licitatório: 1

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

PROCEDIMENTO NO SINC

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **15 de Maio de 2025 às 13:52 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CPL-3852025, **Código de Validação**: 9C0DCFBEF1.

Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO-CPL - 3852025
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: 9C0DCFBEF1

Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO)

Assunto: Minuta do Edital do Pregão nº 90003/2025

Senhor Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira,

Considerando o DESPACHO-GAECO – 1252025, que alterou o Termo de Referência do PE nº 90003/2025, que trata da aquisição de estações de trabalho (Worksatation), modificando, especificamente, o valor unitário do Item 2 – alcançado pela média aritmética dos valores apresentados por 03 (três) fornecedores, mantendo o valor total do referido item, encaminha-se o Processo Administrativo nº 22856/2024.

Informamos que o Termo de Referência alterado foi anexado aos autos pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS.

assinado eletronicamente em 15/05/2025 às 13:42 h (*)

RODOLFO ALVES SANTOS
ANALISTA MINISTERIAL
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

assinado eletronicamente em 15/05/2025 às 13:52 h (*)

JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ANALISTA MINISTERIAL
PRESIDENTE DA CPL EM EXERCÍCIO

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 3852025

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo o Registro de Preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 01						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QTDE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	WORKSTATION TIPO I	460038	Unid	16	56.435,72*	902.971,52
2	WORKSTATION TIPO II	606229	Unid	2	111.343,57**	222.687,14
Valor médio total						**1.125.658,66**

* MEDIANA
** MÉDIA

1.2. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como bens de natureza comum, com padrão de desempenho, qualidade e especificações usuais de mercado (Art. 6º, Inciso XIII, da Lei nº 14133/2021);

1.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de publicação na Imprensa Oficial, na forma do Art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021;

1.4. O prazo de vigência do CONTRATO será de **12 (doze) meses**, a contar de sua assinatura, com eficácia na publicação do seu extrato na imprensa oficial, na forma do Art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021;

1.4.1. O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, além de estar conciliado com as datas de execução, entrega, observação e recebimento definitivo do objeto contratual e pagamento, de acordo com os termos já descritos neste TERMO DE REFERÊNCIA;

1.4.2. O contrato é de fornecimento não-contínuo e oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação;

1.5. Tal quantitativo não será passível de adesões por parte de outros órgãos, além do fato do registro de preços não requerer obrigatoriedade de dotação orçamentária, nem de aquisição integral do quantitativo definido, podendo ser adquirido de acordo com a necessidade, aliada à disponibilidade de orçamento (Art. 191 da Lei nº 14133/2021);

1.6. Apesar dos itens serem divisíveis (GRUPO 01), não se aplicará o benefício do artigo 48, III da Lei Complementar 123/2006, em razão de que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte poderá não ser vantajoso para a administração pública, caso os objetos do certame venham com padronizações diferentes, podendo representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, uma vez que são bens em que a padronização é essencial, para fins de manutenções preventivas/corretivas, suporte, controle e gestão de incidentes/requisições;

1.7. O critério de julgamento a ser adotado será de Menor Preço por Grupo, por conta da necessidade de garantir total integração e compatibilidade entre os itens especificados, de modo a não prejudicar a eficácia da Contratação;

1.8. Todos os itens possuem CATMAT próximo ao desejado, em virtude de não haver especificação exata para os mesmos no Portal de Compras do Governo Federal.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO)

2.1. **WORKSTATION TIPO I**

2.1.1. **Processador**

2.1.1.1. Processador com 24 (vinte e quatro) núcleos físicos reais e 32 (trinta e dois) threads, arquitetura x86, mínimo de 36MB de Cache total;

2.1.1.2. Frequência de operação mínima por núcleo de 2.4 GHz, sendo considerado para efeito de comprovação desta os valores alcançados no modo nativo da CPU;

2.1.1.3. O processador deverá suportar execução de sistema operacional e outros aplicativos tanto de 32 bits quanto de 64bits;
2.1.1.4. Processador com performance, mínima, de 60.000 (sessenta mil) pontos, no Performance teste do Passmark@Software:O desempenho será comprovado por intermédio de resultados de BenchMark, disponíveis em: http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php será aceito variações de até 5% na pontuação do processador ofertado;
2.1.1.5. É obrigatório informar na proposta o modelo do processador ofertado para fins de conferência.
2.1.2. **Placa Mãe**
2.1.2.1. Projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado, ou desenvolvida especialmente para o modelo em regime de OEM com a devida comprovação. Não sendo, portanto, aceitas placas genéricas destinadas ao mercado comum.
2.1.3. **Chipset**
2.1.3.1. Possuir chip de segurança TPM 2.0 ou superior integrado a mesma, acompanhado do software capaz de implementar as principais funcionalidades do mesmo e demais, conforme descrito a seguir: Deverá ser obrigatoriamente no idioma Português Brasil e do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM devidamente comprovado; quando em regime de OEM, deverá obrigatoriamente ser fornecido suporte e todas as atualizações, inclusive de versões durante o período de garantia do equipamento;
2.1.3.2. Deverá ser capaz de habilitar as principais funcionalidades básicas de segurança oferecidas pelo referido chip TPM na versão 2.0 ou superior, sendo as seguintes:
2.1.3.2.1. Deverá possuir módulo que credencie o usuário a fazer logon no equipamento pelo método padrão ou através de impressão digital se utilizando soluções externas de leitor biométrico conectado à porta USB, permitindo assim que seja utilizada senha convencional ou o leitor para acessar o sistema operacional;
2.1.3.3. Deverá através do software de segurança gerenciar as permissões dos usuários que utilizam o equipamento permitindo gerar configurações individuais ou por grupo para acesso a recursos de como, por exemplo:
2.1.3.3.1. Permitir ou bloquear acesso às portas USB;
2.1.3.3.2. Permitir ou bloquear acesso aos periféricos de conexão com o ambiente externo “Placa de Rede, Modem, Bluetooth, DVD+/-RW, etc.”;
2.1.3.3.3. Deverá possuir módulo para configurar a segurança e a proteção dos dados gerando uma área para armazenamento de arquivos particulares dos usuários, sendo essa área protegida por criptografia utilizando o chip TPM 1.2. Esse módulo visa garantir que não será possível o acesso indevido aos dados protegidos, mesmo em caso de remoção do disco rígido para outro equipamento uma vez que o acesso aos mesmos está vinculado às credenciais dos usuários e ao chip TPM do respectivo equipamento;
2.1.3.3.4. O licenciamento do software deve contemplar suporte, atualização e garantia de evolução pelo período igual à garantia do equipamento ofertado sem qualquer custo adicional.
2.1.4. **BIOS**
2.1.4.1. Desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org);
2.1.4.2. A compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site http://www.uefi.org/members, na categoria membros;
2.1.4.3. BIOS deverá ser implementada em memória "flash", atualizável diretamente pelo Windows, projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou ter direitos (Copyright) sobre essa BIOS, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizações;
2.1.4.4. Deverá suportar tecnologias de integração à rede com PXE, configuração e controle remoto;
2.1.4.5. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede;
2.1.4.6. Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 3.0 e Plug-and-Play;
2.1.4.7. Deverá possuir campo com número de série do equipamento, podendo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;
2.1.4.8. Deverá possuir campo editável, com recurso para registro de informações como, por exemplo, o número do patrimônio do equipamento podendo o mesmo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;
2.1.4.9. Possibilidade de habilitar /desabilitar portas USB;

2.1.4.10. O BIOS deve possuir ferramenta de diagnóstico com capacidade de executar teste de processador, memória RAM, saúde dodisco rígido ou SSD, interface de rede, interface gráfica e portas USB. A mensagem de erro deverá ser o suficiente para abertura de chamado em Garantia;
2.1.4.11. Relógio de calendário em bateria não volátil;
2.1.4.12. Deverá possuir a interface de configuração em idioma em Português ou Inglês;
2.1.4.13. Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco rígido;
2.1.4.14. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante;
2.1.4.15. Lançada a partir de 2022 e entregue na versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;
2.1.4.16. Deverá possuir interface gráfica acessível através de teclado e mouse;
2.1.4.17. Deverá possuir solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento em definitivo, tais como HDD, SSD e SSHD, em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela BIOS;
2.1.4.18. Deverá possuir ferramenta que possibilite realizar a formatação definitiva dos dispositivos de armazenamento conectados ao equipamento. Caso esta ferramenta não seja nativa, deverá ser oficialmente homologada pelo fabricante do dispositivo.

2.1.5. **Interfaces**

2.1.5.1. No mínimo 01 (um) slot PCIe Gen5 x16, 01 (um) Slots PCIe Gen4 x4, 01 (um) slot PCIe Gen3 x4 e 03 (três) slots M.2 para SSDs;
2.1.5.2. 01 (uma) Controladora de unidade de disco rígido tipo SATA ou SAS de 6.0 Gb/s, devendo suportar implementação dos níveis de Raid 0/1/5;
2.1.5.3. Possuir no mínimo 10 (dez) Portas USB, sendo pelo menos 06 (seis) delas USB 3.2 SuperSpeed (10Gbps);
2.1.5.4. Deverá possuir no mínimo 4 (quatro) portas USB na parte frontal do gabinete, sendo pelo menos 01 (uma) do tipo USB-C;
2.1.5.5. Possuir mínimo de 4 (quatro) Slots de memória suportando expansão mínima a 128GB com ECC.

2.1.6. **Memória**

2.1.6.1. No mínimo, 128GB (4X32GB), DDR5-3600MHz com ECC, em dual channel;
2.1.6.2. Permitir expansão mínima de até 128 GB.

2.1.7. **Armazenamento**

2.1.7.1. Deverá ser fornecido 01 (um) disco SSD de 1TB PCIe NVMe M.2, 01 (um) disco SSD de 2TB PCIe NVMe e 03 (três) HDD com capacidade de 4TB SATA-III 6.0 Gb/s 5.400 RPM, com suporte a tecnologia SMART para detecção de pré-falhas. (Discos defeituosos serão substituídos por novos, sendo que o disco antigo deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações).

2.1.8. **Vídeo**

2.1.8.1. Placa Off-board PCI Express de 128 bits com GPU Ativo, mínimo de 2800 (dois mil e oitocentos) processadores CUDAOu equivalente devidamente comprovado, memória dedicada mínima 16GB GDDR6 ou superior;
2.1.8.2. Suporte mínimo as APIs ao DirectX 12, OpenGL 4.6, OpenCL 3.0, DirectCompute;
2.1.8.3. Deve possuir no mínimo 04 (quatro) interfaces digitais, display port ou mini display port. As interfaces mini Display Port, devem ser fornecida com adaptadores para DisplayPort.

2.1.9. **Controladora de Rede**

2.1.9.1. Integrada para comunicação a 10/100/1000 Mbps, padrão Ethernet, FastEthernet e Gigabit Ethernet, plug-and-play, totalmente configurável por software;
2.1.9.2. Permitir comunicação no modo full-duplex;
2.1.9.3. Possuir conexão RJ-45 fêmea;
2.1.9.4. Possuir LED indicador de atividade de rede;
2.1.9.5. Possuir suporte a WakeUp on LAN;
2.1.9.6. Possuir suporte a PXE 2.1;
2.1.9.7. Suportar gerenciamento através do protocolo SNMP.

2.1.10. **Placa de Rede WiFi**

2.1.10.1. Controladora de rede sem fio integrada ao equipamento, não sendo aceitos adaptadores externos;
2.1.10.2. Suporte para os padrões IEEE 802.11ax 6GHz;
2.1.10.3. Suporte a WPA/WPA-PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit;
2.1.10.4. Possuir certificação ANATEL.
2.1.11. **Áudio**
2.1.11.1. Controladora de áudio de alta-definição integrada;
2.1.11.2. Possuir alto-falante interno integrado ao gabinete;
2.1.11.3. O alto-falante interno deve possuir a capacidade de reproduzir os sons gerados pelo sistema operacional e alarmes gerados por problemas de inicialização;
2.1.11.4. O alto-falante deve se desligar automaticamente, sem a necessidade de qualquer intervenção do usuário, quando forem conectados fones de ouvido ou caixas de som externas;
2.1.11.5. Deve possuir 1 (um) conector para saída de som (fone de ouvido) e outro para entrada (microfone) ou conector combo, localizados na parte frontal do equipamento.
2.1.12. **Teclado**
2.1.12.1. Teclado com no mínimo 104 teclas (AT Enhanced), padrão ABNT II;
2.1.12.2. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT II;
2.1.12.3. Possuir ajuste de inclinação;
2.1.12.4. LED indicador de teclado numérico habilitado;
2.1.12.5. LED indicador de tecla CAPS LOCK pressionada;
2.1.12.6. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;
2.1.12.7. Possuir bloco numérico separado das demais teclas;
2.1.12.8. Possuir doze teclas de função (F1-F12) na posição superior do teclado;
2.1.12.9. O teclado deverá, obrigatoriamente, ser da mesma marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).
2.1.13. **Mouse**
2.1.13.1. Dois botões, ambidestro (simétrico), com tecnologia laser;
2.1.13.2. Com roda (wheel) para rolagem (scroll) de tela;
2.1.13.3. Conector USB padrão, sem uso de adaptadores;
2.1.13.4. Tecnologia laser ou ótico e resolução mínima de 3000 dpi;
2.1.13.5. O mouse deverá, obrigatoriamente, ser compatível com o da marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).
2.1.14. **Gabinete**
2.1.14.1. Torre (Tipo Workstation) devendo o mesmo ser desenvolvido para esse propósito. Deve possuir tratamento anticorrosivo;
2.1.14.2. Deve atender ao padrão Toolless permitindo assim, a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido SATA, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Serão aceitos equipamentos que disponham de parafusos de segurança opcionais para uso durante o manuseio e transporte, a fim de prevenir possíveis acidentes;
2.1.14.3. Deve possuir sistema de resfriamento auxiliar posicionado na parte frontal do gabinete de forma a garantir o fluxo de ar passante no mesmo, evitando assim problemas de aquecimento nos componentes internos do equipamento;
2.1.14.4. Possuir sistema de trava eletrônica do gabinete com sensor de detecção de intrusão para evitar acessos indevidos ou em substituição possuir sensor de intrusão acoplado ao gabinete sem uso de qualquer adaptação que alerte no caso de abertura do mesmo e entrada na parte traseira do gabinete Para colocação de cadeado do tipo Kensington impossibilitando o acesso aos componentes internos, não será aceita qualquer tipo de adaptação ao gabinete original para atender a essa exigência como utilização de cadeados convencionais;
2.1.14.5. Deve possuir ainda etiqueta permanente com código de barras em material resistente ao desgaste por abrasão, onde conste a marca, o modelo, a configuração e o número de série do equipamento;

2.1.14.6. Deverão ser fornecidos todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos. Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136.

2.1.15. **Fonte**

2.1.15.1. Possuir chaveamento automático de tensão, potência mínima de 500W, com PFC Ativo e eficiência energética de 91% comprovada pela certificação 80 PLUS. As referências a essa certificação, deve ser verificada no site http://www.plugloadsolutions.com/80PlusPowerSupplies.aspx;

2.1.15.2. A fonte de alimentação deve ter potência suficiente para suportar o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima, incluindo discos, memórias, placas de vídeo e outros componentes.

2.1.16. **Software**

2.1.16.1. O equipamento deverá ser fornecido com o Sistema Operacional Microsoft Windows 11 Professional x64, instalado e devidamente configurado;

2.1.16.2. Deverá ser fornecido um kit de recuperação em dispositivo USB, utilizável pelo computador, contendo os drivers e o sistema operacional, com sua respectiva licença de uso, ou a imagem do disco rígido com o sistema operacional e drivers já instalados. Deverá ser entregue uma unidade por equipamento com identificação externa do seu conteúdo e proteção contra gravação. Esta solicitação visa proteger o extravio ou o uso do disco USB para outros fins. Alternativamente, será aceita solução do fabricante que permita reinstalar o Sistema Operacional através da BIOS conectado à Internet, que funcione mesmo com o Sistema Operacional inoperante ou inacessível. Não será aceita solução de recuperação em partição no disco como forma de atendimento;

2.1.16.3. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar atualizações de drivers, firmwares e BIOS, permitindo a busca no site do fabricante ou em um repositório interno da rede;

2.1.16.4. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar a saúde do sistema, sugerindo atualizações do sistema operacional e ajustes para melhorias de performance.

2.1.17. **Certificados e Compatibilidades**

2.1.17.1. HCL Microsoft Windows 11X64 (https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware /lpl/) para a Workstation;

2.1.17.2. HCL Linux para uma dessas distribuições: Ubuntu, RedHat ou Suse;

2.1.17.3. O equipamento deverá constar na Lista de BIOS & Firmware Compatibility para a solução de rastreamento e segurança da Absolute Software ;

2.1.17.4. O equipamento deve possuir conformidade com padrões de compatibilidade eletromagnética, CISPR 22 /EN55022, IEC61000, emitida por laboratório nacional ou internacional;

2.1.17.5. O fabricante do equipamento ofertado deverá possuir a Certificação IBAMA referente a Qualidade Ambiental, em conformidade a Instrução Normativa IBAMA nº 6 de 15 de março de 2013 (Federal) http://www.ibama. gov.br/phocadownload/cp/2018/Ibama-IN-6-2013-compilada-IN112018.pdf;8.7. O fabricante deverá possuir a certificação ISO 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional;

2.1.17.6. A Workstation deve estar em conformidade com a norma EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) na categoria bronze ou superior. A comprovação deverá ser feita através do site hdp://www.epeat.net, com o modelo ofertado constando na lista da categoria “Computers and Displays 2018 (launched 2019)”;

2.1.17.7. Deverá comprovar em proposta, obrigatoriamente, todos os itens e subitens desta especificação. A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará a desclassificação da proponente.

2.1.18. **Diversos**

2.1.18.1. O equipamento deverá possuir indicadores (LED, display ou Bips) para facilitar a identificação do componente (memória, processador, vídeo, etc.) que esteja com problema, para agilizar o reparo.

2.2. **WORKSTATION TIPO II**

2.2.1. **Processador**

2.2.1.1. Processador com 24 (vinte e quatro) núcleos físicos reais e 48 (quarenta e oito) threads, arquitetura x86, mínimo de 45MB de Cache total;

2.2.1.2. Frequência de operação mínima por núcleo de 2.5GHz, sendo considerado para efeito de comprovação desta os valores alcançados no modo nativo da CPU;

2.2.1.3. O processador deverá suportar execução de sistema operacional e outros aplicativos tanto de 32 bits quanto de 64bits;

2.2.1.4. Processador com performance, mínima, de 58.000 (cinquenta e oito mil) pontos, no Performance teste do Passmark@Software:O desempenho será comprovado por intermédio de resultados de BenchMark, disponíveis em: http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php será aceito variações de até 5% na pontuação do processador ofertado;

2.2.1.5. É obrigatório informar na proposta o modelo do processador ofertado para fins de conferência.

2.2.2. **Placa Mãe**

2.2.2.1. Projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado, ou desenvolvida especialmente para o modelo em regime de OEM com a devida comprovação. Não sendo, portanto, aceitas placas genéricas destinadas ao mercado comum.

2.2.3. **Chipset**

2.2.3.1. Mínimo W790 ou AMD PRO 695;

2.2.3.2. Possuir chip de segurança TPM 2.0 ou superior integrado a mesma, acompanhado do software capaz de implementar as principais funcionalidades do mesmo e demais, conforme descrito a seguir: Deverá ser obrigatoriamente no idioma Português Brasil e do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM devidamente comprovado, quando em regime de OEM, deverá obrigatoriamente ser fornecido suporte e todas as atualizações, inclusive de versões durante o período de garantia do equipamento;

2.2.3.3. Deverá ser capaz de habilitar as principais funcionalidades básicas de segurança oferecidas pelo referido chip TPM na versão 2.0 ou superior, sendo as seguintes:

2.2.3.3.1. Deverá possuir módulo que credencie o usuário a fazer logon no equipamento pelo método padrão ou através de impressão digital se utilizando soluções externas de leitor biométrico conectado à porta USB, permitindo assim que seja utilizada senha convencional ou o leitor para acessar o sistema operacional.

2.2.3.4. Deverá através do software de segurança gerenciar as permissões dos usuários que utilizam o equipamento permitindo gerar configurações individuais ou por grupo para acesso a recursos de como, por exemplo:

2.2.3.4.1. Permitir ou bloquear acesso às portas USB;

2.2.3.4.2. Permitir ou bloquear acesso aos periféricos de conexão com o ambiente externo “Placa de Rede, Modem, Bluetooth, DVD+/-RW, etc.”.

2.2.3.4.3. Deverá possuir módulo para configurar a segurança e a proteção dos dados gerando uma área para armazenamento de arquivos particulares dos usuários, sendo essa área protegida por criptografia utilizando o chip TPM 2.0. Esse módulo visa garantir que não será possível o acesso indevido aos dados protegidos, mesmo em caso de remoção do disco rígido para outro equipamento uma vez que o acesso aos mesmos está vinculado às credenciais dos usuários e ao chip TPM do respectivo equipamento.

2.2.3.4.4. O licenciamento do software deve contemplar suporte, atualização e garantia de evolução pelo período igual à garantia do equipamento ofertado sem qualquer custo adicional.

2.2.4. **BIOS**

2.2.4.1. Desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org);

2.2.4.2. A compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site http://www.uefi.org/members, na categoria membros;

2.2.4.3. BIOS deverá ser implementada em memória "flash", atualizável diretamente pelo Windows, projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou ter direitos (Copyright) sobre essa BIOS, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizações;

2.2.4.4. Deverá suportar tecnologias de integração à rede com PXE, configuração e controle remoto;

2.2.4.5. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede;

2.2.4.6. Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 3.0 e Plug-and-Play;

2.2.4.7. Deverá possuir campo com número de série do equipamento, podendo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;

2.2.4.8. Deverá possuir campo editável, com recurso para registro de informações como, por exemplo, o número do patrimônio do equipamento podendo o mesmo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;

2.2.4.9. Possibilidade de habilitar /desabilitar portas USB;

2.2.4.10. O BIOS deve possuir ferramenta de diagnóstico com capacidade de executar teste de processador, memória RAM, saúde do disco rígido ou SSD, interface de rede, interface gráfica e portas USB. A mensagem de erro deverá ser o suficiente para abertura de chamado em Garantia;

2.2.4.11. Relógio de calendário em bateria não volátil;
2.2.4.12. Deverá possuir a interface de configuração em idioma em Português ou Inglês;
2.2.4.13. Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco rígido;
2.2.4.14. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante;
2.2.4.15. Lançada a partir de 2022 e entregue na versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;
2.2.4.16. Deverá possuir interface gráfica acessível através de teclado e mouse;
2.2.4.17. Deverá possuir solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento em definitivo, tais como HDD, SSD e SSHD, em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela BIOS;
2.2.4.18. Deverá possuir ferramenta que possibilite realizar a formatação definitiva dos dispositivos de armazenamento conectados ao equipamento. Caso esta ferramenta não seja nativa, deverá ser oficialmente homologada pelo fabricante do dispositivo.

2.2.5. **Interfaces**

2.2.5.1. No mínimo 01 (um) slot PCIe Gen5 x16, 01 (um) Slots PCIe Gen4 x16, 02 (dois) slot PCIe Gen3 x8 e 03 (três) slots M.2 para SSDs;
2.2.5.2. 01 (uma) Controladora de unidade de disco rígido tipo SATA ou SAS de 6.0 Gb/s, devendo suportar implementação dos níveis de Raid 0/1/5/10;
2.2.5.3. Possuir no mínimo 10 (dez) Portas USB 3.2, sendo pelo menos 06 (seis) delas USB 3.2 SuperSpeed (5Gbps); deverá possuir no mínimo 4 (quatro) portas USB na parte frontal do gabinete, sendo pelo menos 02 (duas) do tipo USB-C;
2.2.5.4. Possuir mínimo de 8 (oito) Slots de memória suportando expansão mínima a 1 TB com ECC.

2.2.6. **Memória**

2.2.6.1. No mínimo, 128GB (1X128GB), DDR5-4800MHz com ECC;
2.2.6.2. Permitir expansão mínima de até 1 TB.

2.2.7. **Armazenamento**

2.2.7.1. Deverá ser fornecido 01 (um) disco SSD de 1TB PCIe NVMe M.2, 01 (um) disco SSD de 2TB PCIe NVMe e 02 (dois) HDD com capacidade de 4TB SATA-III 6.0 Gb/s 7.200 RPM, com suporte a tecnologia SMART para detecção de pré-falhas. (Discos defeituosos serão substituídos por novos, sendo que o disco antigo deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações);
2.2.7.2. Deverá possuir unidade de gravação DVD-RW.

2.2.8. **Placa de Vídeo**

2.2.8.1. 02 (duas) Placas Off-board PCI Express de 320 bits com GPU Ativo, mínimo de 7.168 (sete mil cento e sessenta e oito) processadores CUDAOu equivalente devidamente comprovado, memória dedicada mínima 20GB GDDR6 ou superior;
2.2.8.2. Suporte mínimo as APIs ao DirectX 12, OpenGL 4.6, OpenCL 3.0, DirectCompute;
2.2.8.3. Deve possuir no mínimo 04 (quatro) interfaces digitais, display port ou mini display port. As interfaces mini Display Port, devem ser fornecidas com adaptadores para DisplayPort.

2.2.9. **Controladora de Rede**

2.2.9.1. Integrada para comunicação a 10/100/1000 Mbps, padrão Ethernet, FastEthernet e Gigabit Ethernet, plug-and-play, totalmente configurável por software;
2.2.9.2. Permitir comunicação no modo full-duplex;
2.2.9.3. Possuir conexão RJ-45 fêmea;
2.2.9.4. Possuir LED indicador de atividade de rede;
2.2.9.5. Possuir suporte a WakeUp on LAN;
2.2.9.6. Possuir suporte a PXE 2.1;
2.2.9.7. Suportar gerenciamento através do protocolo SNMP.

2.2.10. **Placa de Rede WiFi**

2.2.10.1. Controladora de rede sem fio integrada ao equipamento, não sendo aceitos adaptadores externos;
2.2.10.2. Suporte para os padrões IEEE 802.11ax 6GHz;
2.2.10.3. Suporte a WPA/WPA-PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit;
2.2.10.4. Possuir certificação ANATEL.

2.2.11. **Áudio**

2.2.11.1. Controladora de áudio de alta-definição integrada;

2.2.11.2. Possuir alto-falante interno integrado ao gabinete;

2.2.11.3. O alto-falante interno deve possuir a capacidade de reproduzir os sons gerados pelo sistema operacional e alarmes gerados por problemas de inicialização;

2.2.11.4. O alto-falante deve se desligar automaticamente, sem a necessidade de qualquer intervenção do usuário, quando forem conectados fones de ouvido ou caixas de som externas;

2.2.11.5. Deve possuir 1 (um) conector para saída de som (fone de ouvido) e outro para entrada (microfone) ou conector combo, localizados na parte frontal do equipamento.

2.2.12. **Teclado**

2.2.12.1. Teclado com no mínimo 104 teclas (AT Enhanced), padrão ABNT II;

2.2.12.2. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT II;

2.2.12.3. Possuir ajuste de inclinação;

2.2.12.4. LED indicador de teclado numérico habilitado;

2.2.12.5. LED indicador de tecla CAPS LOCK pressionada;

2.2.12.6. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;

2.2.12.7. Possuir bloco numérico separado das demais teclas;

2.2.12.8. Possuir doze teclas de função (F1-F12) na posição superior do teclado;

2.2.12.9. O teclado deverá, obrigatoriamente, ser da mesma marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).

2.2.13. **Mouse**

2.2.13.1. Dois botões, ambidestro (simétrico), com tecnologia laser;

2.2.13.2. Com roda (wheel) para rolagem (scroll) de tela;

2.2.13.3. Conector USB padrão, sem uso de adaptadores;

2.2.13.4. Tecnologia laser ou ótico e resolução mínima de 3000 dpi;

2.2.13.5. O mouse deverá, obrigatoriamente, ser compatível com o da marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).

2.2.14. **Gabinete**

2.2.14.1. Torre (Tipo Workstation) devendo o mesmo ser desenvolvido para esse propósito. Deve possuir tratamento anticorrosivo;

2.2.14.2. Deve atender ao padrão Toolless permitindo assim, a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido SATA, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Serão aceitos equipamentos que disponham de parafusos de segurança opcionais para uso durante o manuseio e transporte, a fim de prevenir possíveis acidentes;

2.2.14.3. Deve possuir sistema de resfriamento auxiliar posicionado na parte frontal do gabinete de forma a garantir o fluxo de ar passante no mesmo, evitando assim problemas de aquecimento nos componentes internos do equipamento;

2.2.14.4. Possuir sistema de trava eletrônica do gabinete com sensor de detecção de intrusão para evitar acessos indevidos ou em substituição possuir sensor de intrusão acoplado ao gabinete sem uso de qualquer adaptação que alerte no caso de abertura do mesmo e entrada na parte traseira do gabinete Para colocação de cadeado do tipo Kensington impossibilitando o acesso aos componentes internos, não será aceita qualquer tipo de adaptação ao gabinete original para atender a essa exigência como utilização de cadeados convencionais;

2.2.14.5. Deve possuir ainda etiqueta permanente com código de barras em material resistente ao desgaste por abrasão, onde conste a marca, o modelo, a configuração e o número de série do equipamento;

2.2.14.6. Deverão ser fornecidos todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos. Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136.

2.2.15. **Fonte**

2.2.15.1. Possuir chaveamento automático de tensão, potência mínima de 1000W, com PFC Ativo e eficiência energética de 91% comprovada pela certificação 80 PLUS. As referências a essa certificação, deve ser verificada no site http://www.plugloadsolutions.com/80PlusPowerSupplies.aspx;

2.2.15.2. A fonte de alimentação deve ter potência suficiente para suportar o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima, incluindo discos, memórias, placas de vídeo e outros componentes.

2.2.16. **Software**

2.2.16.1. O equipamento deverá ser fornecido com o Sistema Operacional Microsoft Windows 11 Professional x64, instalado e devidamente configurado;

2.2.16.2. Deverá ser fornecido um kit de recuperação em dispositivo USB, utilizável pelo computador, contendo os drivers e o sistema operacional, com sua respectiva licença de uso, ou a imagem do disco rígido com o sistema operacional e drivers já instalados. Deverá ser entregue uma unidade por equipamento com identificação externa do seu conteúdo e proteção contra gravação. Esta solicitação visa proteger o extravio ou o uso do disco USB para outros fins. Alternativamente, será aceita solução do fabricante que permita reinstalar o Sistema Operacional através da BIOS conectado à Internet, que funcione mesmo com o Sistema Operacional inoperante ou inacessível. Não será aceita solução de recuperação em partição no disco como forma de atendimento;

2.2.16.3. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar atualizações de drivers, firmwares e BIOS, permitindo a busca no site do fabricante ou em um repositório interno da rede;

2.2.16.4. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar a saúde do sistema, sugerindo atualizações do sistema operacional e ajustes para melhorias de performance.

2.2.17. **Certificados e Compatibilidades**

2.2.17.1. HCL Microsoft Windows 11X64 (https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware /lpl/) para a Workstation;

2.2.17.2. HCL Linux para uma dessas distribuições: Ubuntu, RedHat ou Suse;

2.2.17.3. O equipamento deverá constar na Lista de BIOS & Firmware Compatibility para a solução de rastreamento e segurança da Absolute Software no seguinte endereço: https://www.absolute.com/partners/device-compatibility/;

2.2.17.4. O equipamento deve possuir conformidade com padrões de compatibilidade eletromagnética, CISPR 22 /EN55022, IEC61000, emitida por laboratório nacional ou internacional;

2.2.17.5. O fabricante do equipamento ofertado deverá possuir a Certificação IBAMA referente a Qualidade Ambiental, em conformidade a Instrução Normativa IBAMA nº 6 de 15 de março de 2013 (Federal) http://www.ibama. gov.br/phocadownload/cp/2018/Ibama-IN-6-2013-compilada-IN112018.pdf;8.7. O fabricante deverá possuir a certificação ISO 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional;

2.2.17.6. A Workstation deve estar em conformidade com a norma EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) na categoria bronze ou superior. A comprovação deverá ser feita através do site https://epeat.net/search-computers-and-displays, com o modelo ofertado constando na lista da categoria “Computers and Displays”;

2.2.17.7. Deverá comprovar em proposta, obrigatoriamente, todos os itens e subitens desta especificação. A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará a desclassificação da proponente.

2.2.18. **Diversos**

2.2.18.1. O equipamento deverá possuir indicadores (LED, display ou Bips) para facilitar a identificação do componente (memória, processador, vídeo, etc.) que esteja com problema, para agilizar o reparo

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A crescente complexidade dos crimes informáticos, especialmente aqueles relacionados à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores previstos na Lei nº 9.613/98, tem demandado respostas rápidas e eficientes dos agentes da lei. O avanço das práticas criminosas, com o uso de redes e ferramentas digitais, gera impactos diretos e negativos na sociedade maranhense, contribuindo para a sensação de impunidade devido à continuidade de tais crimes;

3.2. O Ministério Público do Estado do Maranhão - MPMA, enquanto fiscal da lei, age em defesa da sociedade e da legalidade, tendo como dever constitucional adotar as medidas necessárias para combater as práticas ilícitas,

inclusive quando a ação pode atingir o próprio poder público. A atuação, muita das vezes complexa, exige uma capacidade tecnológica que permita a coleta, processamento e análise de grande volume de dados, com alto grau de precisão, mantendo a segurança para salvaguarda dos vestígios obtidos judicialmente;

3.3. A pretensa aquisição de estações de trabalho avançadas, com poderio para processar grande volume de dados, atenderá a necessidade crescente por apoio técnico-científico durante as investigações conduzidas pelos membros do Ministério Público, descentralizando o serviço e consequentemente aumentando o corpo técnico nas análises, seja análise de quebras de sigilo telemático quanto das extrações dos vestígios apreendidos nas operações realizadas pela instituição ou pelos órgãos parceiros;

3.4. O uso de computadores com alto poder de processamento reduz significativamente o tempo necessário durante a indexação dos dados tornando o processo investigativo mais célere e eficiente, sem desconsiderar, durante os trabalhos, os princípios fundamentais da cadeia de custódia e da integridade dos dados, o que é indispensável para garantir a validade e confiabilidade das provas apresentadas em juízo;

3.5. Considerando que a contratação não se encontra na previsão do Plano Anual de Contratações de 2024 do LAB-LD, mas esta contemplada no Planejamento Anual da Instituição com demanda prevista nas ações da Coordenadoria de Modernização de Tecnologia da Informação – CMTI (LOA 2024);

3.6. O objetivo dessa ação é o aperfeiçoamento da infraestrutura e da segurança da tecnologia da informação, essencial para assegurar a continuidade dos serviços institucionais com a ampliação e modernização do parque tecnológico da Unidade de Tecnologia da Informação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro - LAB-LD, dos Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO, regionais de São Luís, Imperatriz e Timon, bem como da Seção de Sinais da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI, do MPMA;

3.7. Outra necessidade a ser suprida com a aquisição será atender a crescente demanda por ferramentas de Processamento de Linguagem Natural (PLN), ferramentas estas que suportem a aquisição, armazenamento, processamento, análise e geração de dados por Inteligência Artificial (IA), o que requer uma adequação tecnológica das estações de trabalho da Unidade de Tecnologia da Informação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro – LAB-LD/MPMA;

3.8. Os serviços de processamento e análise de dados, com o intermédio de ferramentas de IA, exigem computadores com altíssima capacidade de processamento, uma vez que os projetos de desenvolvimento em IA utilizam quantidades enormes de parâmetros, além da execução de cálculos sofisticados, que possam sustentar a execução e cumprimento dessas atividades, no tempo e nos custos ideais;

3.9. Considerando a depreciação natural decorrente do uso diário dos equipamentos utilizados hoje, bem como o fato de alguns destes equipamentos estarem obsoletos, tendo em vista os constantes avanços tecnológicos, a modernização tecnológica, principalmente no que diz respeito às estações de trabalhos avançados focadas em Inteligência Artificial, faz-se necessidade de que tais equipamentos possuam características particulares que permitam ingestão, processamento e inferências de dados para prover a construção de serviços em IA;

3.10. Como se pode perceber, verificou-se a necessidade de aquisição de estações avançadas de trabalhos com tecnologia apropriada para atingir o equilíbrio perfeito com desempenho em memória e recursos para executar workflows profissionais exigentes que pedem a nova era da Inteligência Artificial. É de suma importância salutar que tais estações oferecerão alto desempenho, performance elevada e uma arquitetura que favorece a utilização, desenvolvimento e prototipação de mecanismos de IA, onde destaca-se a presença de uma estrutura de múltiplas unidades computacionais de processamento de IA (GPUs), além de garantir a continuidade do desenvolvimento das ações do laboratório nos projetos que envolvam IA, com precisão e mais eficiência;

3.11. Considerando que se optou por adotar o **Sistema de Registro de Preços**, onde o quantitativo definido não significa, necessariamente, que serão adquiridos na sua totalidade, mas que é importante que se tenha esse quantitativo para atendimento da demanda atual e reserva técnica, caso necessário, conforme disposto no(s) item(ns) do Art. 168, Inciso IV do Ato Regulamentar nº 10/2023, este *in verbis:*

"Art. 168. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:
...
IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração..."

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. Garantir a aquisição de equipamentos com a qualidade exigida.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Resolução nº. 283/2024-CNMP e outras legislações aplicáveis.

Requisitos Temporais

4.4. A Entrega dos objetos deverá ser efetivada no prazo máximo de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data da assinatura do Contrato, com eficácia na publicação do seu extrato na imprensa oficial, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.6. Durante a execução do contrato, a contratada, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora, deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário da contratação, caso necessário, de acordo com a **Lei nº 12.305/2010 (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos)**.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.7. A garantia "ON-SITE" para todos os equipamentos, componentes e peças deverá ser prestada pelo período de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos, sem nenhum custo adicional à PGJMA;

4.8. A garantia acima não trará prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante;

4.8.1.1. O licitante deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante, se houver;

4.8.1.2. A LICITANTE deverá apresentar junto à proposta, sob pena de desclassificação, **declaração de que é a responsável** pelos serviços de garantia e manutenção "*on-site"* ou indicando sua Rede de Assistência Técnica Autorizada;

4.8.1.3. Entende-se "Rede de Assistência Técnica Autorizada", os parceiros ou representantes do fabricante dos equipamentos que serão responsáveis pelos serviços de garantia e manutenção "on site" quando a licitante apenas comercializa os produtos do fabricante. Ou seja, quando o equipamento necessita de manutenção durante o período de garantia, o fabricante enviará um técnico autorizado até a instalação da Contratante para realizar a manutenção;

4.8.1.4. A garantia e assistência técnica dos equipamentos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento e possíveis falhas que possam surgir com o uso;

4.8.1.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico via telefone, e-mail ou página web, sem ônus para a PGJMA, visando agilizar os chamados e atendimentos técnicos, e prestar a garantia, quando solicitada, no horário compreendido entre 08h00 (oito) e 18h00 (quinze) horas, de segunda a sexta-feira, excluídos os feriados, no LAB-LD / GAECO / CAEI;

4.8.1.6. Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados devem estar disponíveis para download no web site do fornecedor do equipamento;

4.8.1.7. O atendimento aos chamados deve seguir um procedimento padrão, com o objetivo de realizar o diagnóstico remoto do defeito e/ou orientar a solução do problema por telefone. O atendimento de primeiro nível de garantia deve ser capaz de solucionar problemas por telefone no momento do contato. Caso o primeiro nível de atendimento do fabricante não solucione o problema, a CONTRATADA deverá disponibilizar um segundo nível de atendimento remoto;

4.8.1.8. Deverá ser ofertado uma solução de gerenciamento com console web que ofereça no mínimo as seguintes características:

4.8.1.8.1. Possuir interface personalizável permitindo o gerenciamento e inventário do hardware e com acesso a informações da garantia dos equipamentos;
4.8.1.8.2. Detecção antecipada de problemas e suporte proativo orientado por Inteligência Artificial, permitindo o monitoramento da saúde dos dispositivos, alerta a falhas de configuração, erros do SO Windows, e indicadores de segurança;
4.8.1.8.3. Contenha solução para a abertura e gerenciamento de chamados com a opção de configuração de chamados automáticos;
4.8.1.9. Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante, que permita verificar a garantia do equipamento exigida, através da inserção do seu número de série;
4.8.1.10. A validação da garantia junto ao fabricante será feita no momento da entrega do equipamento, com pena de não aceitação até sua regularização;
4.8.1.11. A garantia "ON-SITE" deverá observar os prazos estabelecidos neste Termo, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta;
4.8.1.12. Para o atendimento, deve-se considerar que:
4.8.1.12.1. Entende-se por hora da solicitação para abertura de chamado a hora de envio do fac-símile, chat, e-mail ou da chamada telefônica;
4.8.1.12.2. Entende-se por início do atendimento o primeiro contato, que pode ser feito por telefone (para pré-diagnóstico) ou presencialmente, a partir da hora de chegada do técnico ao local onde está o equipamento;
4.8.1.13. O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas a partir da hora da solicitação;
4.8.1.14. O término do reparo do equipamento deverá ocorrer no prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis, contado a partir do início do atendimento, ou de acordo com a particularidade de cada equipamento especificado no TERMO DE REFERÊNCIA;
4.8.1.15. Entende-se por término do reparo do equipamento a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado;
4.8.1.16. No caso da CONTRATADA não terminar o reparo do equipamento no prazo estabelecido, deverá substituir imediatamente o equipamento defeituoso por outro de sua propriedade, com características e capacidades iguais ou superiores ao substituído, em caráter provisório, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da substituição;
4.8.1.17. Findo o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a substituição do equipamento será definitiva, a critério da PGJMA;
4.8.1.18. A CONTRATADA deverá substituir o equipamento já instalado por um novo, com características e capacidades iguais ou superiores ao que será substituído, no prazo de 10 (dez) dias úteis após ser notificada, nos seguintes casos:
4.8.1.18.1. Caso a soma dos tempos de paralisação do equipamento, por defeito de hardware, ultrapasse 80 (oitenta) horas úteis, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias;
4.8.1.19. Quando da solicitação da manutenção corretiva, por meio de telefone, chat, fac-símile ou e-mail, a PGJMA, através do LAB-LD / GAECO / CAEI, fornecerá à CONTRATADA, para fins de abertura de chamado técnico, obrigatoriamente as seguintes informações:
4.8.1.19.1. Código de fabricação ou número de série do equipamento;
4.8.1.19.2. Local onde a assistência técnica deverá ser prestada (no LAB-LD / GAECO / CAEI);
4.8.1.19.3. Anormalidade observada;
4.8.1.19.4. Nome do responsável pela solicitação;
4.8.1.19.5. Número do telefone para contato;
4.8.1.20. Somente os técnicos da CONTRATADA, ou pessoas a quem a CONTRATADA autorizar por escrito, poderão executar os serviços de manutenção corretiva "ON-SITE";
4.8.1.21. Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências do PGJMA;
4.8.1.22. Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

4.8.1.23. Fica ressalvado à CONTRATADA o direito de adotar medidas de segurança que entender necessárias a fim de evitar que pessoas não autorizadas executem os serviços de manutenção, exceto lacres;

4.8.1.24. Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, Relatório de Serviço Técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do equipamento, número de série/patrimônio do equipamento atendido, localização do equipamento, descrição do problema relatado pela PGJMA, descrição do problema realmente encontrado com a indicação clara da troca ou não de peças, lista das peças ou componentes que foram substituídos, solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da PGJMA;

4.8.1.24.1. A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com Servidor da PGJMA responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico;

4.8.1.25. A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema;

4.8.1.26. As peças e componentes substituídos deverão possuir configuração idêntica ou superior às originais (tipo, capacidade, configuração, desempenho, situação/condição física, estado de conservação, etc.) e devem ser do FABRICANTE do equipamento ou atestadas pelo FABRICANTE do equipamento;

4.8.1.27. As peças e componentes em substituição, instaladas pela CONTRATADA, serão incorporadas aos equipamentos, passando a ser de propriedade do PGJMA;

4.8.1.28. A CONTRATANTE possui corpo técnico plenamente capacitado e habilitado, e estará a todo tempo, autorizada a abrir o gabinete do equipamento para a realização de diagnósticos iniciais que julgar necessário, bem como adição ou substituição de componentes e acessórios para a dilatação da capacidade do equipamento, sem perda de garantia;

4.8.1.29. Desde já, para os casos que se mostrarem necessários e objetivando a não parada do serviço, a CONTRATANTE está autorizada a realizar a substituição dos discos rígidos exclusivamente entre as máquinas entregues, garantindo que no caso de algum dano de hardware que não implique a perda do acesso aos dados do disco rígido, o trabalho do usuário possa prosseguir em outro computador da mesma marca e modelo, com a simples troca do HD;

4.8.1.30. Em caso de defeito irreparável no disco rígido, ou outro defeito qualquer que implique a substituição integral e definitiva do mesmo:

4.8.1.30.1. O disco rígido usado deverá ficar retido na Instituição a fim de resguardá-la de vazamento e informações, não sendo devolvido em hipótese alguma;

4.8.1.30.2. Em hipótese alguma o disco rígido poderá ser retirado das instalações da CONTRATANTE a fim de preservar a segurança dos dados armazenados;

4.8.1.30.3. Caso a CONTRATADA deseje analisar o produto defeituoso antes de realizar a sua substituição definitiva no caso de defeito, ela terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da abertura do chamado para se dirigir à sede do CONTRATANTE para realizar testes, acompanhada de profissional do CONTRATANTE; 4.8.1.30.4. Em hipótese alguma a CONTRATADA poderá copiar, ler, se apossar ou conhecer os dados armazenados nos dispositivos, sem a presença de profissional integrante do LAB-LD / GAECO / CAEI.

Requisitos de Experiência Profissional

4.9. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente a contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.10. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente a contratação.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.11. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.12. Orientar e exigir de seus profissionais:

4.12.1. Preservar a integridade e guardar sigilo das informações de que fazem uso, bem como zelar e proteger os respectivos recursos processamento de informações;

4.12.2. Cumprir a política de segurança da informação, sob pena de incorrer nas sanções legais cabíveis;

4.13. Não compartilhar, sob qualquer forma, informações sigilosas com outros que não tenham necessidade de conhecer.

4.14. Responsabilizar-se pelo credenciamento e descredenciamento de acesso de técnicos às dependências da CONTRATANTE, assumindo quaisquer prejuízos porventura causados por seus recursos técnicos.

Sustentabilidade

4.15. Durante a execução do contrato, a contratada, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora, deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário da contratação, caso necessário, de acordo com a **Lei nº 12.305/2010** (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.16. Na presente contratação não haverá indicação de marca.

Da verificação de amostra do objeto

4.17. De acordo com o art. 17, §3º, da Lei nº 14.133/2021, para fins de análise técnica, **PODERÁ SER** solicitada amostra dos itens ao(s) licitante(s) detentor(es) do menor preço e, se necessário, à subsequente, observada à sequência de classificação;

4.18. A(s) amostra(s) solicitada(s) deverá(ão) ser RECEBIDA(S) em até 10 (dez) **dias úteis,** contados da convocação do licitante em chat do C*omprasnet*, por parte do Pregoeiro da Procuradoria-Geral de Justiça, das **08:00h às 15:00h**, no LAB-LD, situado no prédio sede da PGJMA, 3º andar, Avenida Professor Carlos Cunha, 3261, Jaracaty, São Luís/MA, CEP: 65.076-820, telefone: (98) 3219-1780, sob pena de desclassificação;

4.19. A amostra deverá estar devidamente lacrada e identificada com o número do Pregão, o CNPJ e a Razão Social da licitante, o grupo e o item a que se referem, além de dispor na embalagem informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, procedência, número de referência, código do produto e modelo, sendo que o ônus quanto a essa apresentação será da licitante;

4.20. Os materiais de origem estrangeira deverão apresentar na embalagem informações em língua portuguesa, suficientes para análise técnica do produto;

4.21. Caso a amostra da empresa vencedora não atenda ao solicitado, serão chamadas as demais para apresentarem amostras em ordem de classificação;

4.22. Será permitido aos licitantes acompanhar a análise das amostras pelo departamento competente;

4.23. Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos, manuseados, desmontados, ficando à disposição da(s) proponentes(s) no estado em que se encontrarem ao final da avaliação técnica. Portanto, a amostra não será computada para efeito de quantidade;

4.24. A amostra poderá ser retirada após o recebimento dos materiais adquiridos. A empresa fornecedora terá até 30 (trinta) dias após a entrega para realizar a retirada da amostra, decorrido este prazo será incorporada ao estoque do almoxarifado;

4.25. O mesmo prazo de retirada 30 (trinta) dias será dado para a empresa cuja amostra não atenda ao solicitado, sob pena de lhe ser dada outra destinação, a critério da PGJMA.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. **São obrigações da CONTRATANTE:**

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

5.1.3. Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento do Contrato firmado;

5.1.4. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.5. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas ao fornecimento da solução de TIC;

5.2. Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade antes de efetuar os pagamentos devidos;

5.3. Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pela CONTRATADA e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues fora das especificações deste Termo de Referência;

5.4. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

5.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de

ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

5.6. Observar para que, durante toda a vigência da contratação, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de habilitações exigidas;

5.7. Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do conserto, fixando prazo para sua correção;

5.8. Atestar a Nota Fiscal/Fatura após a efetiva entrega do equipamento objeto deste Termo de Referência;

5.8.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA em observância à forma estipulada pela Administração.

5.9. **São obrigações do CONTRATADO:**

5.9.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.9.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.9.3. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.9.4. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.9.5. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.9.6. Emitir Relatório de Serviços, depois de concluído o conserto do equipamento, onde constem informações referentes às substituições de peças, número do chamado, data e hora do chamado, hora do início e do término do atendimento;

5.10. Comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade, bem como atender prontamente o que lhe for solicitado ou exigido;

5.11. Não transferir a outrem o objeto contratado;

5.12. Manter, durante toda a contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

5.13. Responsabilizar-se pelo credenciamento e descredenciamento de acesso de técnicos às dependências da CONTRATANTE, assumindo quaisquer prejuízos porventura causados por seus recursos técnicos;

5.14. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do serviço, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

5.15. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento, desde o transporte, embalagens, como também encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários de seus empregados;

5.16. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere à Administração da CONTRATANTE a responsabilidade de pagamento, nem pode onerar o objeto deste Termo de Referência, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE;

5.17. Assumir a responsabilidade por todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais que a CONTRATANTE for compelida a responder por força desta contratação;

5.18. Responsabilizar-se integralmente pela segurança de seus veículos e equipamentos, movimentação de pessoal e material, assumindo a responsabilidade por qualquer acidente com seu pessoal, e ou provocado por estes a terceiros, durante os trabalhos de conserto;

5.19. Emitir **Nota Fiscal/Fatura** no valor pactuado e condições estabelecidas, apresentando-a a CONTRATANTE para ateste e pagamento;

5.20. Comunicar imediatamente à Contratante, a eventual alteração no endereço de sua sede, telefone de contato e e-mail;

5.21. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Termo de Referência em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

5.22. Orientar e exigir de seus profissionais:

5.22.1. Preservar a integridade e guardar sigilo das informações de que fazem uso, bem como zelar e proteger os

respectivos recursos processamento de informações;
5.22.2. Cumprir a política de segurança da informação, sob pena de incorrer nas sanções legais cabíveis;
5.22.3. Não compartilhar, sob qualquer forma, informações sigilosas com outros que não tenham necessidade de conhecer;
5.22.4. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

6.1. O prazo para entrega dos equipamentos será de, no máximo, **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data da assinatura do Contrato;
6.2. Os itens deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Galpão 19, no endereço Av. Governador Luís Rocha (Antiga Estrada da Vitória), 2409, CEP 65.035-270 – Bairro da LIBERDADE - SÃO LUIS/MA (PROX. AO HOSPITAL SARAH) telefone: (98) 3219-1660, no horário das 08:00 às 15:00 horas;
6.2.1. Link para localização: https://maps.app.goo.gl/3qkShH2APToytRCt5;
6.3. O fornecimento será feito de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, devendo os mesmos serem novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e entregues acondicionados, adequadamente, em caixas lacradas, de forma a permitir completa segurança durante o transporte;
6.4. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para os seguintes endereços de e-mail: labld@mpma.mp.br, fones: (98) 3219-1626;
6.5. Serão injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do CONTRATANTE;
6.6. O transporte dos itens até o local determinado pela PGJMA, conforme item 6.2 deste TERMO DE REFERÊNCIA, deverá ser realizado pela CONTRATADA. A entrega deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sob o risco de não ser autorizada;
6.7. Incluídos nos preços unitários estão todos os impostos, taxas, fretes e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, os quais serão de responsabilidade da CONTRATADA.

Formas de transferência de conhecimento

6.8. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Mecanismos formais de comunicação

6.9. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:
6.9.1. Linha telefônica local ou do tipo 0800;
6.9.2. Página web;
6.9.3. E-mails.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
7.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
7.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

7.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

7.5.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

7.5.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

7.5.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.5.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.6.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.8. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Critérios de Aceitação

7.14. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.15. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de

comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life);

7.16. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade;

7.17. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil;

7.18. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.19. Os procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo encontram-se no item **Requisitos de Metodologia de Trabalho**.

Sanções Administrativas

7.20. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

7.20.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

7.20.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.20.3. Der causa à inexecução total do contrato;

7.20.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.20.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

7.20.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.20.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.20.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.21. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.21.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.21.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 7.20.2, 7.20.3 e 7.20.4 deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.21.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 7.20.5, 7.20.6, 7.20.7 e 7.20.8 deste Termo de Referência, bem como nos itens 7.20.2, 7.20.3 e 7.20.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.21.4. **Multa:**

7.21.4.1. **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

7.21.4.2. **Compensatória** de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.21.4.3. **Em caso de inexecução parcial**, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

7.21.4.4. **Moratória** de 1%(um por cento) do valor unitário do equipamento por dia corrido, ate o limite de 30(trinta) dias, em caso de descumprimento do prazo estacebelido para a execução dos serviços afetos à garantia. Após esse prazo, será aplicada, também, multa Compensatória correspondente ao valor do equipamento.

7.22. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.23. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.23.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.23.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.23.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.24. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

7.25. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

7.25.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.25.2. As peculiaridades do caso concreto;

7.25.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.25.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

7.25.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.26. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

7.27. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.28. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.29. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

7.30. Os débitos do contratado para com a Procuradoria-Geral de Justiça, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrentes desta licitação.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. O recebimento será feito nos termos do **art. 140 da Lei n° 14.133/2021**;

9.1.1. **Provisoriamente**, no ato da entrega do(s) produto(s), para posterior verificação da conformidade com as especificações e amostras aprovadas pela FISCALIZAÇÃO;

9.1.1.1. Será assinado o Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório pelas partes em até 15 (quinze) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da formalização, por parte da CONTRATADA, comunicando

a finalização da entrega dos equipamentos no local determinado;

9.1.1.2. Serão executados testes de funcionamento para verificar o atendimento ao estabelecido nas especificações técnicas mínimas exigidas e as especificações em que a contratada pontuou para fins de qualificação de sua proposta;

9.1.1.3. Se for constatada desconformidade do(s) produto(s) apresentado(s) em relação às especificações do(s) objeto(s) ou à(s) amostra(s) aprovada(s) pela FISCALIZAÇÃO, o CONTRATADO deve efetuar a troca do(s) produto(s), no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus para a CONTRATANTE, a contar do recebimento da solicitação;

9.1.1.4. Neste caso, o recebimento dos produtos livre dos vícios que deram causa a sua troca será considerado **recebimento provisório**, ensejando nova contagem de prazo para o recebimento definitivo.

9.1.1.5. O Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório será certificado pelo fiscal do contrato indicado pela CONTRATANTE, conforme art. 7º, do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ;

9.1.2. **Definitivamente**, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação de que o material adquirido encontra-se em perfeitas condições de utilização e atende às especificações do objeto contratado **e consequente aceitação mediante termo circunstanciado de recebimento**, considerando os seguintes itens conforme cada caso:

9.1.2.1. Condição da embalagem dos produtos, que deve estar em perfeito estado e não violada e que ofereça proteção ao calor e à umidade;

9.1.2.2. Confrontação entre a marca cotada na licitação e o produto entregue;

9.1.2.3. O Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo será certificado pelo gestor e pelo fiscal do contrato indicado pela CONTRATANTE, conforme art. 7º, do Ato Regulamentar nº 08/2015;

9.2. Os objetos a serem fornecidos serão considerados aceitos somente após o recebimento e análise, depois de desembalados e conferidos pela CONTRATANTE, atendidos as especificações exigidas neste Termo de Referência;

9.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Liquidação

9.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.8.1. O prazo de validade;

9.8.2. A data da emissão;

9.8.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

9.8.4. O período respectivo de execução do contrato;

9.8.5. O valor a pagar; e

9.8.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
9.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
9.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
9.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
9.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Pagamento

9.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior;
9.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária;
9.18. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias, conforme o § único do art. 25 do Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ;
9.19. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado;
9.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
9.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
9.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O critério de julgamento a ser adotado será de Menor Preço por Grupo, por conta da necessidade de garantir total integração e compatibilidade entre os itens especificados, de modo a não prejudicar a eficácia da Contratação.

Exigências de habilitação

10.2. Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido os bens compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação, contendo nome, RG e telefone do declarante para mais informações.

11. REAJUSTE DO CONTRATO

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (data da pesquisa de mercado), em 11/11/2024.
11.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, exclusivamente, para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

11.9. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

11.10. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

12. LEVANTAMENTO DAS DIFERENTES SOLUÇÕES DE MERCADO

12.1. Com relação ao Procedimento Público de Intenção para Registro de Preços, a PGJMA será única contratante, logo, é dispensável o procedimento previsto no Art 86, §1º da Lei n° 14.133/2021. Dispensamos o procedimento também devido à necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório e ainda devido ao nosso modelo de objeto ser específico pras necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça;

12.2. Parâmetro de Pesquisa dos itens 1 e 2 – pesquisa direta com fornecedores, pelo motivo de não haver propostas compatíveis com a especificação requerida, tanto no Portal de Compras do Governo Federal quanto nos sites especializados (conforme § 1º, IV, Art 23 da Lei 14.133/2021 e Art 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021);

12.3. Metodologia para obtenção do Valor Unitário – MEDIANA (item 1) e MÉDIA (item 2) – (conforme Art 23, § 1º, I, da Lei nº 14.133/2021 e conforme Art 174, I, do Ato Reg nº 10/2023 – GPGJ);

12.4. Estão sendo utilizados modelos-padrão de documentos constantes do Processo Licitatório (conforme art. 19, IV e §2º, da Lei nº 14.133/2021);

12.5. Quanto ao Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras e Serviços (art. 17, II e §2º do AR 10/2023-GPGJ; art. 19, II e §2 da Lei nº 14.133/2021), até o momento da elaboração documental deste processo a Diretoria-Geral da PGJMA ainda não havia disponibilizado Catálogo;

12.6. Com relação ao Procedimento Público de Intenção para Registro de Preços, a PGJMA será única contratante, logo, é dispensável o procedimento previsto no Art 86, §1º da Lei n° 14.133/2021. Dispensamos o procedimento também devido à necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório e ainda devido ao nosso modelo de objeto ser específico para as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O custo estimado total da contratação é de **1.125.658,66 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

GRUPO 01						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QTDE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	WORKSTATION TIPO I	460038	Unid	16	56.435,72*	902.971,52
2	WORKSTATION TIPO II	606229	Unid	2	111.343,57**	222.687,14
Valor médio total						**1.125.658,66**

14. RESPONSÁVEIS

Equipe de Planejamento da Contratação		
Integrante Requisitante	**Integrante Técnico**	**Integrante Administrativo**
Bruno Emanuel Setubal Learte Matrícula: 1075611	Ronald Silva Pereira Matrícula: 1062298	Francisco Orino do Amaral Neto Matrícula: 1070519
	Coordenador do GAECO	
	Luiz Muniz Rocha Filho Matrícula: 656280	

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERENCIA ATUALIZADO 12052025

(*) Documento assinado eletronicamente por **LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO** em **14 de Maio de 2025 às 10:51 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-GAECO-1252025, **Código de Validação**: C4D823ED11.

DESPACHO-GAECO - 1252025
Código de validação: C4D823ED11

DESPACHO

Vieram os autos para adequação do Termo de Referência quanto ao valor total do Item 2 – Worksation Tipo II, conforme indicado no DESPACHO-CPL-3602025.

Analisado o mapa de preços (Id 2330397), verificou-se que o valor estimado correto para item 2 é **R$ 222.687,14 (duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e sete reais e quatorze centavos)**:

PESQUISA DE PREÇOS (BASEADA NAS COTAÇÕES DE EMPRESAS FORNECEDORAS)								
Item	Descrição	Qtde	CATMAT	Fonte 01	Fonte 02	Fonte 03	Valor unitário (R$)	Valor Total (R$)
				TORINO	MS TECNOLOGIA	PLUGNET		
1	WORKSTATION TIPO I	16	460038	56.435,72	75.850,00	55.500,00	56.435,72*	902.971,52
2	WORKSTATION TIPO II	2	606229	72.435,72	142.995,00	118.600,00	111.343,57**	222.687,14
							Valor médio total	1.125.658,66

* MEDIANA
** MÉDIA

O valor refere-se ao **melhor preço** aferido tendo como parâmetro para o item 2 a **composição de custo unitário**, nos termos do art. 23, § 1º, I e IV combinados, da Lei n. 14.133/2021:

> Art. 23.
> O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.
> § 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, **o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido** por meio da utilização dos **seguintes parâmetros**, **adotados de forma combinada ou não**:
> I - composição de **custos unitários** menores **ou** iguais à **mediana do item** correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
> IV - **pesquisa direta** com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

O valor apontado como correto no DESPACHO-CPL-3602025 tem como base de

cálculo o valor unitário do item 2 informado no Termo de Referência (Id 9177593). De fato, há incorreção, pois foi considerada a mediana e não a média, que, neste caso, corresponde ao melhor preço a ser estimado.

Convém registrar que, para o item 1, foi considerada a **mediana**, que apresentou melhor preço que o custo unitário médio.

Nesse contexto, o valor estimado total atualizado da contratação é de R$ 1.125.658,66 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos), corretamente anotado no DESPACHO-DG – 27942025.

Portanto, encaminha-se o Termo de Referência anexo retificado quanto valor unitário do item 2 e requer o prosseguimento do feito.

São Luís/MA, *data da assinatura eletrônica.*

assinado eletronicamente em 14/05/2025 às 10:51 h (*)

LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO
PROMOTOR DE JUSTIÇA
COORDENADOR

(*) Documento assinado eletronicamente por **LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO** em **14 de Maio de 2025 às 10:51 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-GAECO-1252025, **Código de Validação**: C4D823ED11.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

ANEXO DE MOVIMENTACAO : DESPACHO-GAECO - 1252025 DO AJUSTE DE VALOR

(*) Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA** em **08 de Maio de 2025 às 12:37 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SEAF-14802025, **Código de Validação**: 055E04F4F1.

MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SEAF - 14802025
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: 055E04F4F1

Assunto: Registro de Preços – Aquisição de Computadores – Workstations
Interessado: Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro

Ao Laboratório de Tecnologia Contra a Lavagem de Dinheiro – LAB-LD,

Tendo em vista a manifestação da Comissão Permanente de Licitação, anexo DESPACHO-CPL – 3602025, referente ao valor total do Item 2 – Worksation Tipo II, constante do Termo de Referência, encaminhem-se os autos para as retificações necessárias.

Em seguida, à **Comissão Permanente de Licitação**, para alterações da minuta, considerando o novo Termo de Referência.

Após, retornem-se.

assinado eletronicamente em 08/05/2025 às 12:37 h (*)

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR DE SECRETARIA

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 14802025

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **08 de Maio de 2025 às 11:01 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CPL-3602025, **Código de Validação**: E867B5D7B9.

Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO-CPL - 3602025
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: E867B5D7B9

Ao

Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira

Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO)

Assunto: Minuta do Edital do Pregão nº 90003/2025

Senhor Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira,

Considerando a incorreção no valor total do Item 2 – Worksation Tipo II, constante do Termo de Referência que integra o PE nº 90003/2025 **(R$ 222.687,14 – duzentos e vinte e dois mil, seiscentos e oitenta e sete reais e quatorze centavos)**, valor este replicado no Despacho-DG – 27942025, que autorizou a instauração do certame licitatório, encaminha-se o Processo Administrativo nº 22856/2024, que trata da aquisição de estações de trabalho (Worksatation) para atender demanda da Procuradoria-Geral de Justiça, para que seja corrigido o valor mencionado, o qual deve ser de **R$ 237.200,00 (duzentos e trinta e sete mil e duzentos reais)** e, após, seja os autos encaminhados à Diretoria Geral para nova autorização do procedimento licitatório.

Informamos que o Termo de Referência foi anexado aos autos pelo Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS.

assinado eletronicamente em 08/05/2025 às 10:56 h (*)

RODOLFO ALVES SANTOS
ANALISTA MINISTERIAL
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Comissão Permanente de Licitação

assinado eletronicamente em 08/05/2025 às 11:01 h (*)

JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ANALISTA MINISTERIAL
PRESIDENTE DA CPL EM EXERCÍCIO

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **08 de Maio de 2025 às 11:01 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CPL-3602025, **Código de Validação**: E867B5D7B9.

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1645 e-mail: cpl@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 3602025

(*) Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS** em **06 de Maio de 2025 às 17:06 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-DG-27942025, **Código de Validação**: EA87E81166.

Diretoria Geral

DESPACHO-DG - 27942025
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: EA87E81166

Assunto: Solicitação de abertura de processo licitatório.

Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO).

Trata-se de processo administrativo no qual o Promotor de Justiça/Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS, Dr. Luiz Muniz Rocha Filho, por meio do **MEMO-GAECO - 2342024**, solicita a abertura de processo licitatório visando à aquisição de 16 (dezesseis) estações de trabalho WORKSTATION TIPO 1 e 02 (duas) estações de trabalho WORKSTATION TIPO 2 para atender demandas da Procuradoria-Geral de Justiça, no **valor total estimado de R$ 1.125.658,66 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos),** conforme o Termo de Referência anexo.

A Coordenadoria de Orçamento e Finanças/COF, conforme Id. 8747702, realizou as anotações solicitados pela SEAF, no **DESPACHO- SEAF 50412024**.

A Assessoria Técnica da Administração, por meio do **PTC-ACI - 2912025**, manifestou-se pela inexistência de impedimentos e sugeriu o envio dos autos à Assessoria Jurídica para apreciação do mérito quanto ao prosseguimento do feito.

Em seu Parecer **DGAJA 1682025**, a Assessoria Jurídica opinou pelo retorno dos autos à unidade solicitante (GAECO) e à CPL, a fim de fossem realizadas adequações no termo de Referência e na Minuta de Edital.

O **LABLD** juntou ao processo, no Id. 9177593, o Termo de Referência Atualizado e assinado.

(*) Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS** em **06 de Maio de 2025 às 17:06 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-DG-27942025, **Código de Validação**: EA87E81166.

A CPL, via **DESPACHO-CPL 3462025**, anexou a Minuta de Edital do Pregão Eletrônico nº. 90003/2025, revisada coforme o Parecer DGAJA 1682025, com exceção do item II, letra "b", uma vez que o Aviso constante na Capa do Edital segue modelo já aprovado por esta Diretoria-Geral (DESPACHODG - 20572025), referente ao edital do Pregão nº 90006/2025, processo administrativo nº 464/2025.

A Diretoria da Secretaria Administrativo-Financeira/SEAF, no **DESPACHO-SEAF - 14372025**, manifestou-se favorável à abertura do mencionado processo licitatório.

Desse modo, considerando a regularidade da documentação, as anotações pertinentes, a inexistência de impedimentos e a manifestação favorável dos setores competentes:

1. **AUTORIZA-SE** a instauração do competente certame licitatório;

2. **Encaminhem-se os autos à Comissão Permanente de Licitação/CPL** para que sejam adotadas as medidas necessárias à efetivação do pleito, em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021).

assinado eletronicamente em 06/05/2025 às 17:06 h (*)

PAULO GONÇALVES ARRAIS
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR-GERAL

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 27942025

(*) Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA** em **06 de Maio de 2025 às 09:35 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SEAF-14372025, **Código de Validação**: D6D0824784.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SEAF - 14372025
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: D6D0824784

Assunto: Registro de Preços – Aquisição de Computadores – Workstations
Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO

Ao Diretor-Geral,

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir do MEMORANDO INAUGURAL, oriundo do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO, por meio do qual solicitou autorização para abertura de processo licitatório, com vistas à formação de Registro de Preços, para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, no valor total estimado de **R$ 1.125.658,66 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos)**, conforme quantidades e especificações constantes do Termo de Referência.

Considerando o PARECER-DGAJA - 1682025, no qual a Assessoria Jurídica se manifesta pela possibilidade jurídica de prosseguimento da Licitação, bem como pela aprovação da Minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2025, anexo MINUTA - PE_90003-2025_SRP - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATIONS;

Considerando as alterações realizadas no Termo de Referência, conforme informação contida no ID nº 9177593, e nas Minutas do Edital, da Ata de Registro de Preços e do Contrato, conforme DESPACHO-CPL - 3462025, solicitadas no parecer supra;

Encaminhem-se os autos, com posicionamento favorável desta Secretaria Administrativo-Financeira, à consideração de Vossa Senhoria para análise/autorização e aprovação do Termo de Referência, anexo TERMO DE REFERENCIA WORKSTATIONS_ATUALIZADO28042025, visando o prosseguimento do competente certame licitatório.

assinado eletronicamente em 06/05/2025 às 09:35 h (*)

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR DE SECRETARIA

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 14372025

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **05 de Maio de 2025 às 14:17 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CPL-3462025, **Código de Validação**: 9A70E7D844.

MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão

Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO-CPL - 3462025
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: 9A70E7D844

Assunto: Pregão Eletrônico nº 90003/2025
Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO

À Secretaria Administrativo-Financeira,

Em atendimento ao DESPACHO-SEAF - 13432025, encaminha-se o processo em epígrafe, acompanhado da Minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2025, cujo objeto é o registro de Preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, no valor total estimado de R$ 1.125.658,66 (um milhão cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos), revisada de acordo com a **última versão** do Termo de Referência e indicações do PARECER-DGAJA - 1682025, a exceção de:

a) item II, letra "b" do Parecer, considerando que Aviso constante da Capa do Edital segue modelo já aprovado pela Diretoria-Geral (DESPACHO-DG - 20572025), referente edital do Pregão nº 90006/2025, processo administrativo nº 464/2025.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 30/04/2025 às 14:08 h (*)
JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ANALISTA MINISTERIAL
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

assinado eletronicamente em 05/05/2025 às 14:17 h (*)
CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ANALISTA MINISTERIAL
PRESIDENTE CPL

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 3462025

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90003/2025

CONTRATANTE (UASG) PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA (925129)

OBJETO

Registro de Preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 1.125.658,66 (um milhão cento e vinte e cinco mil seiscentos de cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **XX/XX/XXXX** às **XXh (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

AVISO: A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO comunica a todos, que a inobservância das regras estabelecidas neste edital sujeita os responsáveis às sanções nele estabelecidas e na legislação aplicável, por isso, solicita-se aos licitantes que apresentem suas propostas e lances de forma consciente, com a certeza de que deverão cumprir com a efetiva entrega/prestação do objeto na forma solicitada no Edital e dentro dos prazos, preços e padrões de qualidade exigidos. Lembrando que qualquer alteração somente ocorrerá nos termos da lei. Impõe-se dessa forma, a necessidade de que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, visando evitar problemas, tanto para a Administração Pública como para as empresas.

Comunica-se ainda, que as informações constantes neste edital e em seus anexos são complementares entre si, de modo que todas devem ser consideradas para os fins a que se destinam. E que futuras alegações relacionadas com o desconhecimento de quaisquer informações constantes deste Edital e seus Anexos, bem como dos preceitos legais pertinentes, não serão consideradas e/ou admitidas, inclusive quando da execução do contrato ou instrumento equivalente.

Sumário

1 DO OBJETO 3
2 DO REGISTRO DE PREÇOS 4
3 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO 4
4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 6
5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 7
6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 8
7 DA FASE DE JULGAMENTO 11
8 DA FASE HABILITAÇÃO 13
9 DOS RECURSOS 18
10 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO 19
11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 19
12 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA 20
13 DA GARANTIA DE CONTRATAÇÃO 20
14 DO CONTRATO 21
15 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 22
16 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 24
17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 25
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA 27
ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO 28
ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS __/20__ 29
ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO 36

MINUTA DE EDITAL

PREGÃO Nº. 90003/2024 – ELETRÔNICO

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO** e este(a) Pregoeiro(a), designado(a) pela Portaria nº 11.123/2024 – GAB/PGJ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº **22856/2024**, oriundo da Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO), tornam público, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021, da Resolução n. 283/2024-CNMP, do Decreto nº 11.462/2023, do Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a formação de Registros de Preços visando a aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

GRUPO 01						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	WORKSTATION TIPO I	460038	Unid	16	R$ 56.435,72	R$ 902.971,52
2	WORKSTATION TIPO II	606229	Unid	2	R$ 118.600,00	R$ 222.687,14
					VALOR TOTAL	**R$ 1.125.658,66**

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formados por 02 (dois) itens, conforme tabela constante no item anterior e no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 O valor global máximo estimado desta despesa importa em R$ 1.125.658,66 (um milhão cento e vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos) e o valor máximo unitário estimado por item é aquele disposto no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste edital.

1.4 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto deste Pregão descritas no **Compras.gov.br** (www.gov.br/compras) e aquelas constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

2 DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 Agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;

3.6.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.11 Empresas cujos sócios sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme dispõe o inciso II do art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público;

3.7 O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

3.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10 O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12 A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

4.12 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

4.15 A LICITANTE deverá apresentar junto à proposta, sob pena de desclassificação, declaração de que é a responsável pelos serviços de garantia e manutenção "on-site" ou indicando sua Rede de Assistência Técnica Autorizada.

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total do item;

5.1.2 Marca;

5.1.3 Fabricante;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais e estaduais, quando participarem de licitações públicas;

5.10.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estimados da contratação.

5.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 51, inciso VIII, da Constituição Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1,00% (um por cento) do valor do item**.

6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

6.11 Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2 A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1 Empresas estabelecidas no Estado do Maranhão;

6.19.2.2 Empresas brasileiras;

6.19.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3 Caso se verifique uma situação de empate real que não tenha sido dirimida por nenhum dos critérios do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, antes da fase de julgamento, o sistema irá realizar o sorteio de forma automática.

6.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.21 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

6.22 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à

existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta); e

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 Contiver vícios insanáveis;

7.7.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, deverá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13 O Pregoeiro poderá solicitar da (s) licitante (s) classificada (s) provisoriamente em primeiro lugar, a apresentação de amostras, conforme previsto no Termo de Referência (Anexo I).

7.13.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.13.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8 DA FASE HABILITAÇÃO

8.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021:

8.3 Habilitação Jurídica:

8.3.1 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.2 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.3 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.3.5 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.6 Declaração de Inexistência de Parentesco, conforme ANEXO II;

8.3.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.4 Regularidade fiscal e trabalhista:

8.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto ora licitado;

8.4.6 Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

8.4.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5 Qualificação Econômico-Financeira:

8.5.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.5.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II) ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

8.5.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.5.3.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.5.3.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.5.3.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.5.3.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.5.4 Apresentar Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação;

8.5.4.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.5.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.6 Qualificação técnica:

8.6.1 Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido os bens compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação, contendo nome, RG e telefone do declarante para mais informações;

8.6.2 A LICITANTE deverá apresentar junto à proposta, sob pena de desclassificação, **declaração de que é a responsável** pelos serviços de garantia e manutenção "on-site" ou indicando sua Rede de Assistência Técnica Autorizada.

8.7 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.7.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.8 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.8.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.9 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.10 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.11 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.12 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.13 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.13.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.14 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.14.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.15 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.15.1.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, juntamente com a proposta de preços em conformidade com o item 6.21.

8.15.1.2 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.16.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

8.15.1.3 A aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.1.4 A atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.1.5 A apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

8.15.1.6 A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 8.16.1 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.16.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.17 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.17.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.17.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.18 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.19 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.20 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.21 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9 DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.mpma.mp.br.

10 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), pela autoridade superior, que em seguida homologará o processo licitatório.

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

12.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2 Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13 DA GARANTIA DE CONTRATAÇÃO

13.1 Não será exigida garantia de contratação

14 DO CONTRATO

14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Contrato.

14.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, por e-mail, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3 O Aceite da Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

14.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.5 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.5.1 Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.6 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou receber a nota de empenho, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

14.7 O Diretor-Geral nomeará servidores lotados no Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO, para fiscalizar o contrato, devendo-se registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, para que providencie a imediata correção das irregularidades apontadas.

14.7.1 O fiscal do contrato deverá:

14.7.1.1 Atestar os documentos da despesa e acompanhar o fornecimento de acordo com as datas e especificações pré-definidas, em conformidade com o Edital.

14.7.1.2 Fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, inclusive quanto à não interrupção do fornecimento do bem.

15 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.5 Fraudar a licitação

15.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1.1 Advertência;

15.2.1.2 Multa;

15.2.1.3 Impedimento de licitar e contratar e

15.2.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2 As peculiaridades do caso concreto

15.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1 Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2 Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Maranhão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item , caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

15.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3 A impugnação e/ ou pedido de esclarecimento poderão ser realizados, mediante petição a ser enviada, **exclusivamente**, de forma eletrônica, para o e-mail esclarecimentos@mpma.mp.br.

16.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

17.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

17.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.mpma.mp.br.

17.11 A abertura da sessão deste Pregão será transmitida via Youtube no canal Licitações do MPE-MA, conforme determina o Ato Regulamentar n. 39/2020 -GPGJ.

17.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.12.1 ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

17.12.2 ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO;

17.12.3 ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGRISTRO DE PREÇOS; e

17.12.4 ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO;

17.13 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor;

17.14 Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro por meio eletrônico, via internet, através do e-mail: esclarecimentos@mpma.mp.br.

São Luís-MA., __ de _____ de 20__.

_____

Pregoeiro – CPL
PGJ/MA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

PREGÃO Nº 90003/2024 – SRP – PGJ/MA

(RESOLUÇÃO CNMP 37/2009)

Cientes que ao se realizar declaração falsa, incorre-se no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, declaramos que não há sócios na empresa _____, CNPJ nº_____, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, detentor de tais cargos e funções quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, detentor de tais cargos quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

São Luís, _____ de _____ de 20__.

_____
(Assinatura Representante Legal da Empresa)

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS __/20__

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22856/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025 – SRP – CPL/PGJ
ID DA CONTRATAÇÃO NO PNCP:

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO**, com sede nesta cidade, à Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3.261, Calhau, São Luís/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. PAULO GONÇALVES ARRAIS, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, **matrícula nº** _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão de nº 90003/2025, operado na forma eletrônica, para Registro de Preços, constante do **Processo Administrativo nº** 22856/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital do certame, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar nº. 123/06, Decreto Federal nº 11.462/2023, Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ e demais normativos legais aplicáveis à espécie, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, especificado na tabela constante no item 1.1 do Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão nº 90003/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

1 – DADOS DA EMPRESA

Razão Social:_____ CNPJ: _____

Endereço:_____

Telefone:_____ E-mail:_____

Nome do Representante:_____

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. No ato da prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pela PGJ/MA por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual, de que trata o item 5.2, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a PGJ/MA convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a PGJ/MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, a PGJ/MA comunicará aos órgãos e às entidades que

tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela PGJ/MA e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a PGJ/MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, a PGJ/MA atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. A PGJ/MA comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pela PGJ/MA, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133,

de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá a PGJ/MA, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho da PGJ/MA, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a PGJ/MA poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar à PGJ/MA qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 82, §5, VIº da Lei n. 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de

lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Luís (MA), ____ de _____ de 20__.

_____

Órgão Gerenciador: Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão

PAULO GONÇALVES ARRAIS

Diretor-Geral

_____

Fornecedor:

Representante:

ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/20__, QUE CELEBRAM A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

A **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO,** com sede nesta Capital, à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº. 3261, Calhau, CEP 65076-820, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. PAULO GONÇALVES ARRAIS, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, matrícula funcional nº _____e de outro lado a empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, sediada na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, têm justo e acertada a celebração do presente contrato, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo n.º 22856/2024** que instruiu a licitação na modalidade **Pregão nº 90003/2025**, por sistema de registro de preços, e em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021, do Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais legislação aplicável, têm entre si justo e avençado o que segue:

1.CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.O objeto do presente instrumento é aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, nos termos da tabela abaixo, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2.Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	WORKSTATION TIPO I	460038	Unid	x	R$	R$
2	WORKSTATION TIPO II	606229	Unid	x	R$	R$
VALOR TOTAL						

1.3.Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1.O Termo de Referência;

1.3.2.O Edital da Licitação;

1.3.3.A Proposta do contratado;

1.3.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1.O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, nos termos já descritos no Termo de Referência e neste Contrato.

3.CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

3.1.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2.Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3.As comunicações entre a PGJ/MA e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4.A PGJ/MA poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

3.5.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

3.6.O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

3.6.1.O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117);

3.6.2.Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

3.6.3.O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.6.4.No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.6.5.O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

3.7.O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.7.1.Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

3.8.O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.9.O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.10.O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.11.O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.12.O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.13.O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.14.O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4.CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1.Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1.O valor total da contratação é de R$..... (.....).

5.2.No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3.O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6.CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1.1.Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

6.1.1.1.Não produzir os resultados acordados,

6.1.1.2.Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.1.1.3.Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

6.2. O recebimento será feito nos termos do art. 140 da Lei n° 14.133/2021;

6.2.1. Provisoriamente, no ato da entrega do(s) produto(s), para posterior verificação da conformidade com as especificações e amostras aprovadas pela FISCALIZAÇÃO;

6.2.1.1. Será assinado o Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório pelas partes em até 15 (quinze) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da formalização, por parte da CONTRATADA, comunicando a finalização da entrega dos equipamentos no local determinado;

6.2.1.2. Serão executados testes de funcionamento para verificar o atendimento ao estabelecido nas especificações técnicas mínimas exigidas e as especificações em que a contratada pontuou para fins de qualificação de sua proposta;

6.2.1.3. Se for constatada desconformidade do(s) produto(s) apresentado(s) em relação às especificações do(s) objeto(s) ou à(s) amostra(s) aprovada(s) pela FISCALIZAÇÃO, o CONTRATADO deve efetuar a troca do(s) produto(s), no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus para a CONTRATANTE, a contar do recebimento da solicitação;

6.2.1.4. Neste caso, o recebimento dos produtos livre dos vícios que deram causa a sua troca será considerado recebimento provisório, ensejando nova contagem de prazo para o recebimento definitivo.

6.2.1.5. O Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório será certificado pelo fiscal do contrato indicado pela CONTRATANTE, conforme art. 7º, do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ;

6.2.2. Definitivamente, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação de que o material adquirido encontra-se em perfeitas condições de utilização e atende às especificações do objeto contratado e consequente aceitação mediante termo circunstanciado de recebimento, considerando os seguintes itens conforme cada caso:

6.2.2.1. Condição da embalagem dos produtos, que deve estar em perfeito estado e não violada e que ofereça proteção ao calor e à umidade;

6.2.2.2. Confrontação entre a marca cotada na licitação e o produto entregue;

6.2.2.3. O Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo será certificado pelo gestor e pelo fiscal do contrato indicado pela CONTRATANTE, conforme art. 7º, do Ato Regulamentar nº 08/2015;

6.3. Os objetos a serem fornecidos serão considerados aceitos somente após o recebimento e análise, depois de desembalados e conferidos pela CONTRATANTE, atendidos as especificações exigidas no Termo de Referência;

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

6.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Liquidação

6.8.Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.8.1.O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.9.1.O prazo de validade;

6.9.2.A data da emissão;

6.9.3.Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.9.4.O período respectivo de execução do contrato;

6.9.5.O valor a pagar; e

6.9.6.Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.10.Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.11.A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.12.A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.13.Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.14.Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.15.Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.16.Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.17.O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

6.18.O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

6.19.Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.20.1.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.21.O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.CLÁUSULA SÉTIMA – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Critérios de Aceitação

7.1. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.2. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-oflife);

7.3. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade;

7.4. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil;

7.5. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas no Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, no Termo de Referência e neste CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

7.6. A garantia “ON-SITE” para todos os equipamentos, componentes e peças deverá ser prestada pelo período de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos, sem nenhum custo adicional à PGJMA;

7.7. A garantia acima não trará prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante; 4.8.1.1. O licitante deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante, se houver;

7.8. A CONTRATADA declara que é a responsável pelos serviços de garantia e manutenção "on-site", ou indicará sua Rede de Assistência Técnica Autorizada;

7.8.1.Entende-se "Rede de Assistência Técnica Autorizada" "fabricantes dos equipamentos" como os parceiros ou representantes do fabricante dos equipamentos que serão responsáveis pelos serviços de garantia e manutenção "on site" quando a licitante apenas comercializa os produtos do fabricante. Ou seja, quando o equipamento necessita de manutenção durante o período de garantia, o fabricante enviará um técnico autorizado até a instalação da Contratante para realizar a manutenção;

7.8.2. A garantia e assistência técnica dos equipamentos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento e possíveis falhas que possam surgir com o uso;

7.8.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico via telefone, e-mail ou página web, sem ônus para a PGJMA, visando agilizar os chamados e atendimentos técnicos, e prestar a garantia, quando solicitada, no horário compreendido entre 08h00 (oito) e 18h00 (quinze) horas, de segunda a sexta-feira, excluídos os feriados, no LABLD / GAECO / CAEI;

7.8.4. Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados devem estar disponíveis para download no web site do fornecedor do equipamento;

7.8.5. O atendimento aos chamados deve seguir um procedimento padrão, com o objetivo de realizar o diagnóstico remoto do defeito e/ou orientar a solução do problema por telefone. O atendimento de primeiro nível de garantia deve ser capaz de solucionar problemas por telefone no momento do contato. Caso o primeiro nível de atendimento do fabricante não solucione o problema, a CONTRATADA deverá disponibilizar um segundo nível de atendimento remoto;

7.8.6. Deverá ser ofertado uma solução de gerenciamento com console web que ofereça no mínimo as seguintes características:

7.8.6.1. Possuir interface personalizável permitindo o gerenciamento e inventário do hardware e com acesso a informações da garantia dos equipamentos;

7.8.6.2. Detecção antecipada de problemas e suporte proativo orientado por Inteligência Artificial, permitindo o monitoramento da saúde dos dispositivos, alerta a falhas de configuração, erros do SO Windows, e indicadores de segurança;

7.8.6.3. Contenha solução para a abertura e gerenciamento de chamados com a opção de configuração de chamados automáticos;

7.8.7. Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante, que permita verificar a garantia do equipamento exigida, através da inserção do seu número de série;

7.8.8. A validação da garantia junto ao fabricante será feita no momento da entrega do equipamento, com pena de não aceitação até sua regularização;

7.8.9. A garantia "ON-SITE" deverá observar os prazos estabelecidos no Termo de Referência e neste Contrato, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta;

7.8.10. Para o atendimento, deve-se considerar que:

7.8.10.1. Entende-se por hora da solicitação para abertura de chamado a hora de envio do fac-símile, chat, e-mail ou da chamada telefônica;

7.8.10.2. Entende-se por início do atendimento o primeiro contato, que pode ser feito por telefone (para pré-diagnóstico) ou presencialmente, a partir da hora de chegada do técnico ao local onde está o equipamento;

7.8.11. O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas a partir da hora da solicitação;

7.8.12. O término do reparo do equipamento deverá ocorrer no prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis, contado a partir do início do atendimento, ou de acordo com a particularidade de cada equipamento especificado no TERMO DE REFERÊNCIA;

7.8.13. Entende-se por término do reparo do equipamento a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado;

7.8.14. No caso da CONTRATADA não terminar o reparo do equipamento no prazo estabelecido, deverá substituir imediatamente o equipamento defeituoso por outro de sua propriedade, com características e capacidades iguais ou superiores ao substituído, em caráter provisório, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da substituição;

7.8.15. Findo o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a substituição do equipamento será definitiva, a critério da PGJMA;

7.8.16. A CONTRATADA deverá substituir o equipamento já instalado por um novo, com características e capacidades iguais ou superiores ao que será substituído, no prazo de 10 (dez) dias úteis após ser notificada, nos seguintes casos:

7.8.16.1. Caso a soma dos tempos de paralisação do equipamento, por defeito de hardware, ultrapasse 80 (oitenta) horas úteis, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias;

7.8.16.2. Quando da solicitação da manutenção corretiva, por meio de telefone, chat, fac-símile ou e-mail, a PGJMA, através do LAB-LD / GAECO / CAEI, fornecerá à CONTRATADA, para fins de abertura de chamado técnico, obrigatoriamente as seguintes informações:

7.8.16.3. Código de fabricação ou número de série do equipamento;

7.8.16.4. Local onde a assistência técnica deverá ser prestada (no LAB-LD / GAECO / CAEI);

7.8.16.5. Anormalidade observada;

7.8.16.6. Nome do responsável pela solicitação;

7.8.16.7.Número do telefone para contato;

7.8.17. Somente os técnicos da CONTRATADA, ou pessoas a quem a CONTRATADA autorizar por escrito, poderão executar os serviços de manutenção corretiva “ON-SITE”;

7.8.18. Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências do PGJMA;

7.8.19. Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

7.8.20. Fica ressalvado à CONTRATADA o direito de adotar medidas de segurança que entender necessárias a fim de evitar que pessoas não autorizadas executem os serviços de manutenção, exceto lacres;

7.8.21. Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, Relatório de Serviço Técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do equipamento, número de série/patrimônio do equipamento atendido, localização do equipamento, descrição do problema relatado pela PGJMA, descrição do problema realmente encontrado com a indicação clara da troca ou não de peças, lista das peças ou componentes que foram substituídos, solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da PGJMA;

7.8.21.1. A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com Servidor da PGJMA responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico;

7.8.22. A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema;

7.8.23. As peças e componentes substituídos deverão possuir configuração idêntica ou superior às originais (tipo, capacidade, configuração, desempenho, situação/condição física, estado de conservação, etc.) e devem ser do FABRICANTE do equipamento ou atestadas pelo FABRICANTE do equipamento;

7.8.24. As peças e componentes em substituição, instaladas pela CONTRATADA, serão incorporadas aos equipamentos, passando a ser de propriedade do PGJMA;

7.8.25. A CONTRATANTE possui corpo técnico plenamente capacitado e habilitado, e estará a todo tempo, autorizada a abrir o gabinete do equipamento para a realização de diagnósticos iniciais que julgar necessário, bem como adição ou substituição de componentes e acessórios para a dilatação da capacidade do equipamento, sem perda de garantia;

7.8.26. Desde já, para os casos que se mostrarem necessários e objetivando a não parada do serviço, a CONTRATANTE está autorizada a realizar a substituição dos discos rígidos exclusivamente entre as máquinas entregues, garantindo que no caso de algum dano de hardware que não implique a perda do acesso aos dados do disco rígido, o trabalho do usuário possa prosseguir em outro computador da mesma marca e modelo, com a simples troca do HD;

7.8.27. Em caso de defeito irreparável no disco rígido, ou outro defeito qualquer que implique a substituição integral e definitiva do mesmo:

7.8.27.1. O disco rígido usado deverá ficar retido na Instituição a fim de resguardá-la de vazamento e informações, não sendo devolvido em hipótese alguma;

7.8.27.2. Em hipótese alguma o disco rígido poderá ser retirado das instalações da CONTRATANTE a fim de preservar a segurança dos dados armazenados;

7.8.27.3. Caso a CONTRATADA deseje analisar o produto defeituoso antes de realizar a sua substituição definitiva no caso de defeito, ela terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da abertura do chamado para se dirigir à sede do CONTRATANTE para realizar testes, acompanhada de profissional do CONTRATANTE;

7.8.27.4. Em hipótese alguma a CONTRATADA poderá copiar, ler, se apossar ou conhecer os dados armazenados nos dispositivos, sem a presença de profissional integrante do LAB-LD / GAECO / CAEI.

Condições de Entrega

7.9. O prazo para entrega dos equipamentos será de, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do Contrato;

7.10. Os itens deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Galpão 19, no endereço Av. Governador Luís Rocha (Antiga Estrada da Vitória), 2409, CEP 65.035-270 – Bairro da LIBERDADE - SÃO LUIS/MA (PROX. AO HOSPITAL SARAH) telefone: (98) 3219-1660, no horário das 08:00 às 15:00 horas;

7.10.1. Link para localização: https://maps.app.goo.gl/3qkShH2APToytRCt5;

7.11. O fornecimento será feito de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, devendo os mesmos serem novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e entregues acondicionados, adequadamente, em caixas lacradas, de forma a permitir completa segurança durante o transporte;

7.12. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para os seguintes endereços de e-mail: labld@mpma.mp.br, francisco.orino@mpma.mp.br , fones: (98) 3219-1626;

7.13. Serão injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do CONTRATANTE;

7.14. O transporte dos itens até o local determinado pela PGJMA, conforme item 7.10 deste Contrato, deverá ser realizado pela CONTRATADA. A entrega deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sob o risco de não ser autorizada;

7.15. Incluídos nos preços unitários estão todos os impostos, taxas, fretes e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, os quais serão de responsabilidade da CONTRATADA.

8.CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/11/2024.

8.1.1.Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajustes após o interregno de um ano, aplicando-se o índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.4.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.5.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.6.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.7.O reajuste será realizado por apostilamento.

8.8.Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

9.CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.3.Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4.Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.5.Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.6.Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.7.Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.8.Cientificar a Diretoria-Geral da PGJ/MA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.9.Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10.Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1.O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2.A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.3.Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.4.Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.5.Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.6.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.7.Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.8.Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a

regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.9.Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.10.Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.11.Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.12.Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.13.Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.14.Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.15.Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.16.Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.17.Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.18.Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.19.Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.20.Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.21.Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do

objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.22.Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10.23. Manter, durante a vigência do Contrato, a condição prevista na Resolução nº 172/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante à vedação de contratar a prestação de serviços com empresa que tenha como sócios, gerentes ou diretores, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, devendo, na ocorrência de quaisquer uma das hipóteses mencionadas, comunicar o fato, de imediato e por escrito, à CONTRATANTE;

10.24. É vedado à CONTRATADA manter empregados, no âmbito da CONTRATANTE, que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, observando-se, também, no que couber, a vedação de reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal;

11.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1.As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3.É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4.A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5.Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD

11.7.O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8.O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9.O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10.Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1.Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11.O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12.Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1.Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1.Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

13.1.1.Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2.Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3.Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4.Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5.Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6.Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7.Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8.Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2.Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1.**Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2 a 13.1.4 desta cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.3.**Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5 a 13.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens 13.1.2 a 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.2.4.**Multa:**

13.2.4.1.**Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.4.2.**Compensatória** de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4.3. **Em caso de inexecução parcial,** a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.4.4. **Moratória** de 1%(um por cento) do valor unitário do equipamento por dia corrido, até o limite de 30(trinta) dias, em caso de descumprimento do prazo estabelecido para a execução dos serviços afetos à garantia. Após esse prazo, será aplicada, também, multa Compensatória correspondente ao valor do equipamento.

13.3.A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1.Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.5.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5.1.Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6.A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7.Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

13.7.1.A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.7.2.As peculiaridades do caso concreto;

13.7.3.As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.7.4.Os danos que dela provierem para o Contratante;

13.7.5.A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.8.Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.9.A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Projeto Básico ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.10.O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.11.As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.12.Os débitos do contratado para com a Procuradoria-Geral de Justiça, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1.O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2.Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3.Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

14.3.1.Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

14.3.2.Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.4.O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4.1.Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4.2. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.2.1.Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5.O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.5.1.Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2.Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.3.Indenizações e multas.

14.6.A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.7.O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1.As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ação:
Natureza da despesa:
Nota de Empenho nº _____ de ____/_____/_____.

15.2.A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16.CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

16.1.Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2.O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3.As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4.Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1.Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, Lei Federal nº 14.133/2021, além do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90) e demais normas pertinentes aplicáveis à espécie.

18.CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Este instrumento contratual será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (www.pncp.gov.br), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet (www.mpma.mp.br), em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19.CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1.Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

19.2.E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato perante as testemunhas abaixo assinadas a tudo presente.

São Luís (MA), ___ de _____de 20__.

_____

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
Diretor-Geral

_____

CONTRATADA
Representante legal

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

MINUTA - PE_90003-2025_SRP - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATIONS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo o Registro de Preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 01						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QTDE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	WORKSTATION TIPO I	460038	Unid	16	56.435,72*	902.971,52
2	WORKSTATION TIPO II	606229	Unid	2	118.600,00**	222.687,14
Valor médio total						**1.125.658,66**

* MEDIANA
** MÉDIA

1.2. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como bens de natureza comum, com padrão de desempenho, qualidade e especificações usuais de mercado (Art. 6º, Inciso XIII, da Lei nº 14133/2021);

1.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de publicação na Imprensa Oficial, na forma do Art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021;

1.4. O prazo de vigência do CONTRATO será de **12 (doze) meses**, a contar de sua assinatura, com eficácia na publicação do seu extrato na imprensa oficial, na forma do Art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021;

1.4.1. O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, além de estar conciliado com as datas de execução, entrega, observação e recebimento definitivo do objeto contratual e pagamento, de acordo com os termos já descritos neste TERMO DE REFERÊNCIA;

1.4.2. O contrato é de fornecimento não-contínuo e oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação;

1.5. Tal quantitativo não será passível de adesões por parte de outros órgãos, além do fato do registro de preços não requerer obrigatoriedade de dotação orçamentária, nem de aquisição integral do quantitativo definido, podendo ser adquirido de acordo com a necessidade, aliada à disponibilidade de orçamento (Art. 191 da Lei nº 14133/2021);

1.6. Apesar dos itens serem divisíveis (GRUPO 01), não se aplicará o benefício do artigo 48, III da Lei Complementar 123/2006, em razão de que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte poderá não ser vantajoso para a administração pública, caso os objetos do certame venham com padronizações diferentes, podendo representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, uma vez que são bens em que a padronização é essencial, para fins de manutenções preventivas/corretivas, suporte, controle e gestão de incidentes/requisições;

1.7. O critério de julgamento a ser adotado será de Menor Preço por Grupo, por conta da necessidade de garantir total integração e compatibilidade entre os itens especificados, de modo a não prejudicar a eficácia da Contratação;

1.8. Todos os itens possuem CATMAT próximo ao desejado, em virtude de não haver especificação exata para os mesmos no Portal de Compras do Governo Federal.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO)

2.1. **WORKSTATION TIPO I**

2.1.1. **Processador**

2.1.1.1. Processador com 24 (vinte e quatro) núcleos físicos reais e 32 (trinta e dois) threads, arquitetura x86, mínimo de 36MB de Cache total;

2.1.1.2. Frequência de operação mínima por núcleo de 2.4 GHz, sendo considerado para efeito de comprovação desta os valores alcançados no modo nativo da CPU;

2.1.1.3. O processador deverá suportar execução de sistema operacional e outros aplicativos tanto de 32 bits quanto de 64bits;
2.1.1.4. Processador com performance, mínima, de 60.000 (sessenta mil) pontos, no Performance teste do Passmark@Software:O desempenho será comprovado por intermédio de resultados de BenchMark, disponíveis em: http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php será aceito variações de até 5% na pontuação do processador ofertado;
2.1.1.5. É obrigatório informar na proposta o modelo do processador ofertado para fins de conferência.
2.1.2. **Placa Mãe**
2.1.2.1. Projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado, ou desenvolvida especialmente para o modelo em regime de OEM com a devida comprovação. Não sendo, portanto, aceitas placas genéricas destinadas ao mercado comum.
2.1.3. **Chipset**
2.1.3.1. Possuir chip de segurança TPM 2.0 ou superior integrado a mesma, acompanhado do software capaz de implementar as principais funcionalidades do mesmo e demais, conforme descrito a seguir: Deverá ser obrigatoriamente no idioma Português Brasil e do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM devidamente comprovado; quando em regime de OEM, deverá obrigatoriamente ser fornecido suporte e todas as atualizações, inclusive de versões durante o período de garantia do equipamento;
2.1.3.2. Deverá ser capaz de habilitar as principais funcionalidades básicas de segurança oferecidas pelo referido chip TPM na versão 2.0 ou superior, sendo as seguintes:
2.1.3.2.1. Deverá possuir módulo que credencie o usuário a fazer logon no equipamento pelo método padrão ou através de impressão digital se utilizando soluções externas de leitor biométrico conectado à porta USB, permitindo assim que seja utilizada senha convencional ou o leitor para acessar o sistema operacional;
2.1.3.3. Deverá através do software de segurança gerenciar as permissões dos usuários que utilizam o equipamento permitindo gerar configurações individuais ou por grupo para acesso a recursos de como, por exemplo:
2.1.3.3.1. Permitir ou bloquear acesso às portas USB;
2.1.3.3.2. Permitir ou bloquear acesso aos periféricos de conexão com o ambiente externo “Placa de Rede, Modem, Bluetooth, DVD+/-RW, etc.”;
2.1.3.3.3. Deverá possuir módulo para configurar a segurança e a proteção dos dados gerando uma área para armazenamento de arquivos particulares dos usuários, sendo essa área protegida por criptografia utilizando o chip TPM 1.2. Esse módulo visa garantir que não será possível o acesso indevido aos dados protegidos, mesmo em caso de remoção do disco rígido para outro equipamento uma vez que o acesso aos mesmos está vinculado às credenciais dos usuários e ao chip TPM do respectivo equipamento;
2.1.3.3.4. O licenciamento do software deve contemplar suporte, atualização e garantia de evolução pelo período igual à garantia do equipamento ofertado sem qualquer custo adicional.
2.1.4. **BIOS**
2.1.4.1. Desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org);
2.1.4.2. A compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site http://www.uefi.org/members, na categoria membros;
2.1.4.3. BIOS deverá ser implementada em memória "flash", atualizável diretamente pelo Windows, projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou ter direitos (Copyright) sobre essa BIOS, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizações;
2.1.4.4. Deverá suportar tecnologias de integração à rede com PXE, configuração e controle remoto;
2.1.4.5. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede;
2.1.4.6. Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 3.0 e Plug-and-Play;
2.1.4.7. Deverá possuir campo com número de série do equipamento, podendo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;
2.1.4.8. Deverá possuir campo editável, com recurso para registro de informações como, por exemplo, o número do patrimônio do equipamento podendo o mesmo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;
2.1.4.9. Possibilidade de habilitar /desabilitar portas USB;

2.1.4.10. O BIOS deve possuir ferramenta de diagnóstico com capacidade de executar teste de processador, memória RAM, saúde dodisco rígido ou SSD, interface de rede, interface gráfica e portas USB. A mensagem de erro deverá ser o suficiente para abertura de chamado em Garantia;
2.1.4.11. Relógio de calendário em bateria não volátil;
2.1.4.12. Deverá possuir a interface de configuração em idioma em Português ou Inglês;
2.1.4.13. Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco rígido;
2.1.4.14. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante;
2.1.4.15. Lançada a partir de 2022 e entregue na versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;
2.1.4.16. Deverá possuir interface gráfica acessível através de teclado e mouse;
2.1.4.17. Deverá possuir solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento em definitivo, tais como HDD, SSD e SSHD, em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela BIOS;
2.1.4.18. Deverá possuir ferramenta que possibilite realizar a formatação definitiva dos dispositivos de armazenamento conectados ao equipamento. Caso esta ferramenta não seja nativa, deverá ser oficialmente homologada pelo fabricante do dispositivo.

2.1.5. **Interfaces**

2.1.5.1. No mínimo 01 (um) slot PCIe Gen5 x16, 01 (um) Slots PCIe Gen4 x4, 01 (um) slot PCIe Gen3 x4 e 03 (três) slots M.2 para SSDs;
2.1.5.2. 01 (uma) Controladora de unidade de disco rígido tipo SATA ou SAS de 6.0 Gb/s, devendo suportar implementação dos níveis de Raid 0/1/5;
2.1.5.3. Possuir no mínimo 10 (dez) Portas USB, sendo pelo menos 06 (seis) delas USB 3.2 SuperSpeed (10Gbps);
2.1.5.4. Deverá possuir no mínimo 4 (quatro) portas USB na parte frontal do gabinete, sendo pelo menos 01 (uma) do tipo USB-C;
2.1.5.5. Possuir mínimo de 4 (quatro) Slots de memória suportando expansão mínima a 128GB com ECC.

2.1.6. **Memória**

2.1.6.1. No mínimo, 128GB (4X32GB), DDR5-3600MHz com ECC, em dual channel;
2.1.6.2. Permitir expansão mínima de até 128 GB.

2.1.7. **Armazenamento**

2.1.7.1. Deverá ser fornecido 01 (um) disco SSD de 1TB PCIe NVMe M.2, 01 (um) disco SSD de 2TB PCIe NVMe e 03 (três) HDD com capacidade de 4TB SATA-III 6.0 Gb/s 5.400 RPM, com suporte a tecnologia SMART para detecção de pré-falhas. (Discos defeituosos serão substituídos por novos, sendo que o disco antigo deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações).

2.1.8. **Vídeo**

2.1.8.1. Placa Off-board PCI Express de 128 bits com GPU Ativo, mínimo de 2800 (dois mil e oitocentos) processadores CUDAOu equivalente devidamente comprovado, memória dedicada mínima 16GB GDDR6 ou superior;
2.1.8.2. Suporte mínimo as APIs ao DirectX 12, OpenGL 4.6, OpenCL 3.0, DirectCompute;
2.1.8.3. Deve possuir no mínimo 04 (quatro) interfaces digitais, display port ou mini display port. As interfaces mini Display Port, devem ser fornecida com adaptadores para DisplayPort.

2.1.9. **Controladora de Rede**

2.1.9.1. Integrada para comunicação a 10/100/1000 Mbps, padrão Ethernet, FastEthernet e Gigabit Ethernet, plug-and-play, totalmente configurável por software;
2.1.9.2. Permitir comunicação no modo full-duplex;
2.1.9.3. Possuir conexão RJ-45 fêmea;
2.1.9.4. Possuir LED indicador de atividade de rede;
2.1.9.5. Possuir suporte a WakeUp on LAN;
2.1.9.6. Possuir suporte a PXE 2.1;
2.1.9.7. Suportar gerenciamento através do protocolo SNMP.

2.1.10. **Placa de Rede WiFi**

2.1.10.1. Controladora de rede sem fio integrada ao equipamento, não sendo aceitos adaptadores externos;
2.1.10.2. Suporte para os padrões IEEE 802.11ax 6GHz;
2.1.10.3. Suporte a WPA/WPA-PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit;
2.1.10.4. Possuir certificação ANATEL.
2.1.11. **Áudio**
2.1.11.1. Controladora de áudio de alta-definição integrada;
2.1.11.2. Possuir alto-falante interno integrado ao gabinete;
2.1.11.3. O alto-falante interno deve possuir a capacidade de reproduzir os sons gerados pelo sistema operacional e alarmes gerados por problemas de inicialização;
2.1.11.4. O alto-falante deve se desligar automaticamente, sem a necessidade de qualquer intervenção do usuário, quando forem conectados fones de ouvido ou caixas de som externas;
2.1.11.5. Deve possuir 1 (um) conector para saída de som (fone de ouvido) e outro para entrada (microfone) ou conector combo, localizados na parte frontal do equipamento.
2.1.12. **Teclado**
2.1.12.1. Teclado com no mínimo 104 teclas (AT Enhanced), padrão ABNT II;
2.1.12.2. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT II;
2.1.12.3. Possuir ajuste de inclinação;
2.1.12.4. LED indicador de teclado numérico habilitado;
2.1.12.5. LED indicador de tecla CAPS LOCK pressionada;
2.1.12.6. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;
2.1.12.7. Possuir bloco numérico separado das demais teclas;
2.1.12.8. Possuir doze teclas de função (F1-F12) na posição superior do teclado;
2.1.12.9. O teclado deverá, obrigatoriamente, ser da mesma marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).
2.1.13. **Mouse**
2.1.13.1. Dois botões, ambidestro (simétrico), com tecnologia laser;
2.1.13.2. Com roda (wheel) para rolagem (scroll) de tela;
2.1.13.3. Conector USB padrão, sem uso de adaptadores;
2.1.13.4. Tecnologia laser ou ótico e resolução mínima de 3000 dpi;
2.1.13.5. O mouse deverá, obrigatoriamente, ser compatível com o da marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).
2.1.14. **Gabinete**
2.1.14.1. Torre (Tipo Workstation) devendo o mesmo ser desenvolvido para esse propósito. Deve possuir tratamento anticorrosivo;
2.1.14.2. Deve atender ao padrão Toolless permitindo assim, a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido SATA, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Serão aceitos equipamentos que disponham de parafusos de segurança opcionais para uso durante o manuseio e transporte, a fim de prevenir possíveis acidentes;
2.1.14.3. Deve possuir sistema de resfriamento auxiliar posicionado na parte frontal do gabinete de forma a garantir o fluxo de ar passante no mesmo, evitando assim problemas de aquecimento nos componentes internos do equipamento;
2.1.14.4. Possuir sistema de trava eletrônica do gabinete com sensor de detecção de intrusão para evitar acessos indevidos ou em substituição possuir sensor de intrusão acoplado ao gabinete sem uso de qualquer adaptação que alerte no caso de abertura do mesmo e entrada na parte traseira do gabinete Para colocação de cadeado do tipo Kensington impossibilitando o acesso aos componentes internos, não será aceita qualquer tipo de adaptação ao gabinete original para atender a essa exigência como utilização de cadeados convencionais;
2.1.14.5. Deve possuir ainda etiqueta permanente com código de barras em material resistente ao desgaste por abrasão, onde conste a marca, o modelo, a configuração e o número de série do equipamento;

2.1.14.6. Deverão ser fornecidos todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos. Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136.

2.1.15. **Fonte**

2.1.15.1. Possuir chaveamento automático de tensão, potência mínima de 500W, com PFC Ativo e eficiência energética de 91% comprovada pela certificação 80 PLUS. As referências a essa certificação, deve ser verificada no site http://www.plugloadsolutions.com/80PlusPowerSupplies.aspx;

2.1.15.2. A fonte de alimentação deve ter potência suficiente para suportar o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima, incluindo discos, memórias, placas de vídeo e outros componentes.

2.1.16. **Software**

2.1.16.1. O equipamento deverá ser fornecido com o Sistema Operacional Microsoft Windows 11 Professional x64, instalado e devidamente configurado;

2.1.16.2. Deverá ser fornecido um kit de recuperação em dispositivo USB, utilizável pelo computador, contendo os drivers e o sistema operacional, com sua respectiva licença de uso, ou a imagem do disco rígido com o sistema operacional e drivers já instalados. Deverá ser entregue uma unidade por equipamento com identificação externa do seu conteúdo e proteção contra gravação. Esta solicitação visa proteger o extravio ou o uso do disco USB para outros fins. Alternativamente, será aceita solução do fabricante que permita reinstalar o Sistema Operacional através da BIOS conectado à Internet, que funcione mesmo com o Sistema Operacional inoperante ou inacessível. Não será aceita solução de recuperação em partição no disco como forma de atendimento;

2.1.16.3. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar atualizações de drivers, firmwares e BIOS, permitindo a busca no site do fabricante ou em um repositório interno da rede;

2.1.16.4. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar a saúde do sistema, sugerindo atualizações do sistema operacional e ajustes para melhorias de performance.

2.1.17. **Certificados e Compatibilidades**

2.1.17.1. HCL Microsoft Windows 11X64 (https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware /lpl/) para a Workstation;

2.1.17.2. HCL Linux para uma dessas distribuições: Ubuntu, RedHat ou Suse;

2.1.17.3. O equipamento deverá constar na Lista de BIOS & Firmware Compatibility para a solução de rastreamento e segurança da Absolute Software ;

2.1.17.4. O equipamento deve possuir conformidade com padrões de compatibilidade eletromagnética, CISPR 22 /EN55022, IEC61000, emitida por laboratório nacional ou internacional;

2.1.17.5. O fabricante do equipamento ofertado deverá possuir a Certificação IBAMA referente a Qualidade Ambiental, em conformidade a Instrução Normativa IBAMA nº 6 de 15 de março de 2013 (Federal) http://www.ibama. gov.br/phocadownload/cp/2018/Ibama-IN-6-2013-compilada-IN112018.pdf;8.7. O fabricante deverá possuir a certificação ISO 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional;

2.1.17.6. A Workstation deve estar em conformidade com a norma EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) na categoria bronze ou superior. A comprovação deverá ser feita através do site hdp://www.epeat.net, com o modelo ofertado constando na lista da categoria “Computers and Displays 2018 (launched 2019)”;

2.1.17.7. Deverá comprovar em proposta, obrigatoriamente, todos os itens e subitens desta especificação. A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará a desclassificação da proponente.

2.1.18. **Diversos**

2.1.18.1. O equipamento deverá possuir indicadores (LED, display ou Bips) para facilitar a identificação do componente (memória, processador, vídeo, etc.) que esteja com problema, para agilizar o reparo.

2.2. **WORKSTATION TIPO II**

2.2.1. **Processador**

2.2.1.1. Processador com 24 (vinte e quatro) núcleos físicos reais e 48 (quarenta e oito) threads, arquitetura x86, mínimo de 45MB de Cache total;

2.2.1.2. Frequência de operação mínima por núcleo de 2.5GHz, sendo considerado para efeito de comprovação desta os valores alcançados no modo nativo da CPU;

2.2.1.3. O processador deverá suportar execução de sistema operacional e outros aplicativos tanto de 32 bits quanto de 64bits;

2.2.1.4. Processador com performance, mínima, de 58.000 (cinquenta e oito mil) pontos, no Performance teste do Passmark@Software:O desempenho será comprovado por intermédio de resultados de BenchMark, disponíveis em: http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php será aceito variações de até 5% na pontuação do processador ofertado;

2.2.1.5. É obrigatório informar na proposta o modelo do processador ofertado para fins de conferência.

2.2.2. **Placa Mãe**

2.2.2.1. Projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado, ou desenvolvida especialmente para o modelo em regime de OEM com a devida comprovação. Não sendo, portanto, aceitas placas genéricas destinadas ao mercado comum.

2.2.3. **Chipset**

2.2.3.1. Mínimo W790 ou AMD PRO 695;

2.2.3.2. Possuir chip de segurança TPM 2.0 ou superior integrado a mesma, acompanhado do software capaz de implementar as principais funcionalidades do mesmo e demais, conforme descrito a seguir: Deverá ser obrigatoriamente no idioma Português Brasil e do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM devidamente comprovado, quando em regime de OEM, deverá obrigatoriamente ser fornecido suporte e todas as atualizações, inclusive de versões durante o período de garantia do equipamento;

2.2.3.3. Deverá ser capaz de habilitar as principais funcionalidades básicas de segurança oferecidas pelo referido chip TPM na versão 2.0 ou superior, sendo as seguintes:

2.2.3.3.1. Deverá possuir módulo que credencie o usuário a fazer logon no equipamento pelo método padrão ou através de impressão digital se utilizando soluções externas de leitor biométrico conectado à porta USB, permitindo assim que seja utilizada senha convencional ou o leitor para acessar o sistema operacional.

2.2.3.4. Deverá através do software de segurança gerenciar as permissões dos usuários que utilizam o equipamento permitindo gerar configurações individuais ou por grupo para acesso a recursos de como, por exemplo:

2.2.3.4.1. Permitir ou bloquear acesso às portas USB;

2.2.3.4.2. Permitir ou bloquear acesso aos periféricos de conexão com o ambiente externo “Placa de Rede, Modem, Bluetooth, DVD+/-RW, etc.”.

2.2.3.4.3. Deverá possuir módulo para configurar a segurança e a proteção dos dados gerando uma área para armazenamento de arquivos particulares dos usuários, sendo essa área protegida por criptografia utilizando o chip TPM 2.0. Esse módulo visa garantir que não será possível o acesso indevido aos dados protegidos, mesmo em caso de remoção do disco rígido para outro equipamento uma vez que o acesso aos mesmos está vinculado às credenciais dos usuários e ao chip TPM do respectivo equipamento.

2.2.3.4.4. O licenciamento do software deve contemplar suporte, atualização e garantia de evolução pelo período igual à garantia do equipamento ofertado sem qualquer custo adicional.

2.2.4. **BIOS**

2.2.4.1. Desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org);

2.2.4.2. A compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site http://www.uefi.org/members, na categoria membros;

2.2.4.3. BIOS deverá ser implementada em memória "flash", atualizável diretamente pelo Windows, projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou ter direitos (Copyright) sobre essa BIOS, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizações;

2.2.4.4. Deverá suportar tecnologias de integração à rede com PXE, configuração e controle remoto;

2.2.4.5. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede;

2.2.4.6. Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 3.0 e Plug-and-Play;

2.2.4.7. Deverá possuir campo com número de série do equipamento, podendo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;

2.2.4.8. Deverá possuir campo editável, com recurso para registro de informações como, por exemplo, o número do patrimônio do equipamento podendo o mesmo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;

2.2.4.9. Possibilidade de habilitar /desabilitar portas USB;

2.2.4.10. O BIOS deve possuir ferramenta de diagnóstico com capacidade de executar teste de processador, memória RAM, saúde do disco rígido ou SSD, interface de rede, interface gráfica e portas USB. A mensagem de erro deverá ser o suficiente para abertura de chamado em Garantia;

2.2.4.11. Relógio de calendário em bateria não volátil;
2.2.4.12. Deverá possuir a interface de configuração em idioma em Português ou Inglês;
2.2.4.13. Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco rígido;
2.2.4.14. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante;
2.2.4.15. Lançada a partir de 2022 e entregue na versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;
2.2.4.16. Deverá possuir interface gráfica acessível através de teclado e mouse;
2.2.4.17. Deverá possuir solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento em definitivo, tais como HDD, SSD e SSHD, em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela BIOS;
2.2.4.18. Deverá possuir ferramenta que possibilite realizar a formatação definitiva dos dispositivos de armazenamento conectados ao equipamento. Caso esta ferramenta não seja nativa, deverá ser oficialmente homologada pelo fabricante do dispositivo.

2.2.5. **Interfaces**

2.2.5.1. No mínimo 01 (um) slot PCIe Gen5 x16, 01 (um) Slots PCIe Gen4 x16, 02 (dois) slot PCIe Gen3 x8 e 03 (três) slots M.2 para SSDs;
2.2.5.2. 01 (uma) Controladora de unidade de disco rígido tipo SATA ou SAS de 6.0 Gb/s, devendo suportar implementação dos níveis de Raid 0/1/5/10;
2.2.5.3. Possuir no mínimo 10 (dez) Portas USB 3.2, sendo pelo menos 06 (seis) delas USB 3.2 SuperSpeed (5Gbps); deverá possuir no mínimo 4 (quatro) portas USB na parte frontal do gabinete, sendo pelo menos 02 (duas) do tipo USB-C;
2.2.5.4. Possuir mínimo de 8 (oito) Slots de memória suportando expansão mínima a 1 TB com ECC.

2.2.6. **Memória**

2.2.6.1. No mínimo, 128GB (1X128GB), DDR5-4800MHz com ECC;
2.2.6.2. Permitir expansão mínima de até 1 TB.

2.2.7. **Armazenamento**

2.2.7.1. Deverá ser fornecido 01 (um) disco SSD de 1TB PCIe NVMe M.2, 01 (um) disco SSD de 2TB PCIe NVMe e 02 (dois) HDD com capacidade de 4TB SATA-III 6.0 Gb/s 7.200 RPM, com suporte a tecnologia SMART para detecção de pré-falhas. (Discos defeituosos serão substituídos por novos, sendo que o disco antigo deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações);
2.2.7.2. Deverá possuir unidade de gravação DVD-RW.

2.2.8. **Placa de Vídeo**

2.2.8.1. 02 (duas) Placas Off-board PCI Express de 320 bits com GPU Ativo, mínimo de 7.168 (sete mil cento e sessenta e oito) processadores CUDAOu equivalente devidamente comprovado, memória dedicada mínima 20GB GDDR6 ou superior;
2.2.8.2. Suporte mínimo as APIs ao DirectX 12, OpenGL 4.6, OpenCL 3.0, DirectCompute;
2.2.8.3. Deve possuir no mínimo 04 (quatro) interfaces digitais, display port ou mini display port. As interfaces mini Display Port, devem ser fornecidas com adaptadores para DisplayPort.

2.2.9. **Controladora de Rede**

2.2.9.1. Integrada para comunicação a 10/100/1000 Mbps, padrão Ethernet, FastEthernet e Gigabit Ethernet, plug-and-play, totalmente configurável por software;
2.2.9.2. Permitir comunicação no modo full-duplex;
2.2.9.3. Possuir conexão RJ-45 fêmea;
2.2.9.4. Possuir LED indicador de atividade de rede;
2.2.9.5. Possuir suporte a WakeUp on LAN;
2.2.9.6. Possuir suporte a PXE 2.1;
2.2.9.7. Suportar gerenciamento através do protocolo SNMP.

2.2.10. **Placa de Rede WiFi**

2.2.10.1. Controladora de rede sem fio integrada ao equipamento, não sendo aceitos adaptadores externos;
2.2.10.2. Suporte para os padrões IEEE 802.11ax 6GHz;
2.2.10.3. Suporte a WPA/WPA-PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit;
2.2.10.4. Possuir certificação ANATEL.

2.2.11. **Áudio**

2.2.11.1. Controladora de áudio de alta-definição integrada;

2.2.11.2. Possuir alto-falante interno integrado ao gabinete;

2.2.11.3. O alto-falante interno deve possuir a capacidade de reproduzir os sons gerados pelo sistema operacional e alarmes gerados por problemas de inicialização;

2.2.11.4. O alto-falante deve se desligar automaticamente, sem a necessidade de qualquer intervenção do usuário, quando forem conectados fones de ouvido ou caixas de som externas;

2.2.11.5. Deve possuir 1 (um) conector para saída de som (fone de ouvido) e outro para entrada (microfone) ou conector combo, localizados na parte frontal do equipamento.

2.2.12. **Teclado**

2.2.12.1. Teclado com no mínimo 104 teclas (AT Enhanced), padrão ABNT II;

2.2.12.2. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT II;

2.2.12.3. Possuir ajuste de inclinação;

2.2.12.4. LED indicador de teclado numérico habilitado;

2.2.12.5. LED indicador de tecla CAPS LOCK pressionada;

2.2.12.6. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;

2.2.12.7. Possuir bloco numérico separado das demais teclas;

2.2.12.8. Possuir doze teclas de função (F1-F12) na posição superior do teclado;

2.2.12.9. O teclado deverá, obrigatoriamente, ser da mesma marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).

2.2.13. **Mouse**

2.2.13.1. Dois botões, ambidestro (simétrico), com tecnologia laser;

2.2.13.2. Com roda (wheel) para rolagem (scroll) de tela;

2.2.13.3. Conector USB padrão, sem uso de adaptadores;

2.2.13.4. Tecnologia laser ou ótico e resolução mínima de 3000 dpi;

2.2.13.5. O mouse deverá, obrigatoriamente, ser compatível com o da marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).

2.2.14. **Gabinete**

2.2.14.1. Torre (Tipo Workstation) devendo o mesmo ser desenvolvido para esse propósito. Deve possuir tratamento anticorrosivo;

2.2.14.2. Deve atender ao padrão Toolless permitindo assim, a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido SATA, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Serão aceitos equipamentos que disponham de parafusos de segurança opcionais para uso durante o manuseio e transporte, a fim de prevenir possíveis acidentes;

2.2.14.3. Deve possuir sistema de resfriamento auxiliar posicionado na parte frontal do gabinete de forma a garantir o fluxo de ar passante no mesmo, evitando assim problemas de aquecimento nos componentes internos do equipamento;

2.2.14.4. Possuir sistema de trava eletrônica do gabinete com sensor de detecção de intrusão para evitar acessos indevidos ou em substituição possuir sensor de intrusão acoplado ao gabinete sem uso de qualquer adaptação que alerte no caso de abertura do mesmo e entrada na parte traseira do gabinete Para colocação de cadeado do tipo Kensington impossibilitando o acesso aos componentes internos, não será aceita qualquer tipo de adaptação ao gabinete original para atender a essa exigência como utilização de cadeados convencionais;

2.2.14.5. Deve possuir ainda etiqueta permanente com código de barras em material resistente ao desgaste por abrasão, onde conste a marca, o modelo, a configuração e o número de série do equipamento;

2.2.14.6. Deverão ser fornecidos todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos. Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136.

2.2.15. **Fonte**

2.2.15.1. Possuir chaveamento automático de tensão, potência mínima de 1000W, com PFC Ativo e eficiência energética de 91% comprovada pela certificação 80 PLUS. As referências a essa certificação, deve ser verificada no site http://www.plugloadsolutions.com/80PlusPowerSupplies.aspx;

2.2.15.2. A fonte de alimentação deve ter potência suficiente para suportar o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima, incluindo discos, memórias, placas de vídeo e outros componentes.

2.2.16. **Software**

2.2.16.1. O equipamento deverá ser fornecido com o Sistema Operacional Microsoft Windows 11 Professional x64, instalado e devidamente configurado;

2.2.16.2. Deverá ser fornecido um kit de recuperação em dispositivo USB, utilizável pelo computador, contendo os drivers e o sistema operacional, com sua respectiva licença de uso, ou a imagem do disco rígido com o sistema operacional e drivers já instalados. Deverá ser entregue uma unidade por equipamento com identificação externa do seu conteúdo e proteção contra gravação. Esta solicitação visa proteger o extravio ou o uso do disco USB para outros fins. Alternativamente, será aceita solução do fabricante que permita reinstalar o Sistema Operacional através da BIOS conectado à Internet, que funcione mesmo com o Sistema Operacional inoperante ou inacessível. Não será aceita solução de recuperação em partição no disco como forma de atendimento;

2.2.16.3. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar atualizações de drivers, firmwares e BIOS, permitindo a busca no site do fabricante ou em um repositório interno da rede;

2.2.16.4. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar a saúde do sistema, sugerindo atualizações do sistema operacional e ajustes para melhorias de performance.

2.2.17. **Certificados e Compatibilidades**

2.2.17.1. HCL Microsoft Windows 11X64 (https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware /lpl/) para a Workstation;

2.2.17.2. HCL Linux para uma dessas distribuições: Ubuntu, RedHat ou Suse;

2.2.17.3. O equipamento deverá constar na Lista de BIOS & Firmware Compatibility para a solução de rastreamento e segurança da Absolute Software no seguinte endereço: https://www.absolute.com/partners/device-compatibility/;

2.2.17.4. O equipamento deve possuir conformidade com padrões de compatibilidade eletromagnética, CISPR 22 /EN55022, IEC61000, emitida por laboratório nacional ou internacional;

2.2.17.5. O fabricante do equipamento ofertado deverá possuir a Certificação IBAMA referente a Qualidade Ambiental, em conformidade a Instrução Normativa IBAMA nº 6 de 15 de março de 2013 (Federal) http://www.ibama. gov.br/phocadownload/cp/2018/Ibama-IN-6-2013-compilada-IN112018.pdf;8.7. O fabricante deverá possuir a certificação ISO 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional;

2.2.17.6. A Workstation deve estar em conformidade com a norma EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) na categoria bronze ou superior. A comprovação deverá ser feita através do site https://epeat.net/search-computers-and-displays, com o modelo ofertado constando na lista da categoria “Computers and Displays”;

2.2.17.7. Deverá comprovar em proposta, obrigatoriamente, todos os itens e subitens desta especificação. A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará a desclassificação da proponente.

2.2.18. **Diversos**

2.2.18.1. O equipamento deverá possuir indicadores (LED, display ou Bips) para facilitar a identificação do componente (memória, processador, vídeo, etc.) que esteja com problema, para agilizar o reparo

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A crescente complexidade dos crimes informáticos, especialmente aqueles relacionados à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores previstos na Lei nº 9.613/98, tem demandado respostas rápidas e eficientes dos agentes da lei. O avanço das práticas criminosas, com o uso de redes e ferramentas digitais, gera impactos diretos e negativos na sociedade maranhense, contribuindo para a sensação de impunidade devido à continuidade de tais crimes;

3.2. O Ministério Público do Estado do Maranhão - MPMA, enquanto fiscal da lei, age em defesa da sociedade e da legalidade, tendo como dever constitucional adotar as medidas necessárias para combater as práticas ilícitas,

inclusive quando a ação pode atingir o próprio poder público. A atuação, muita das vezes complexa, exige uma capacidade tecnológica que permita a coleta, processamento e análise de grande volume de dados, com alto grau de precisão, mantendo a segurança para salvaguarda dos vestígios obtidos judicialmente;

3.3. A pretensa aquisição de estações de trabalho avançadas, com poderio para processar grande volume de dados, atenderá a necessidade crescente por apoio técnico-científico durante as investigações conduzidas pelos membros do Ministério Público, descentralizando o serviço e consequentemente aumentando o corpo técnico nas análises, seja análise de quebras de sigilo telemático quanto das extrações dos vestígios apreendidos nas operações realizadas pela instituição ou pelos órgãos parceiros;

3.4. O uso de computadores com alto poder de processamento reduz significativamente o tempo necessário durante a indexação dos dados tornando o processo investigativo mais célere e eficiente, sem desconsiderar, durante os trabalhos, os princípios fundamentais da cadeia de custódia e da integridade dos dados, o que é indispensável para garantir a validade e confiabilidade das provas apresentadas em juízo;

3.5. Considerando que a contratação não se encontra na previsão do Plano Anual de Contratações de 2024 do LAB-LD, mas esta contemplada no Planejamento Anual da Instituição com demanda prevista nas ações da Coordenadoria de Modernização de Tecnologia da Informação – CMTI (LOA 2024);

3.6. O objetivo dessa ação é o aperfeiçoamento da infraestrutura e da segurança da tecnologia da informação, essencial para assegurar a continuidade dos serviços institucionais com a ampliação e modernização do parque tecnológico da Unidade de Tecnologia da Informação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro - LAB-LD, dos Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO, regionais de São Luís, Imperatriz e Timon, bem como da Seção de Sinais da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI, do MPMA;

3.7. Outra necessidade a ser suprida com a aquisição será atender a crescente demanda por ferramentas de Processamento de Linguagem Natural (PLN), ferramentas estas que suportem a aquisição, armazenamento, processamento, análise e geração de dados por Inteligência Artificial (IA), o que requer uma adequação tecnológica das estações de trabalho da Unidade de Tecnologia da Informação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro – LAB-LD/MPMA;

3.8. Os serviços de processamento e análise de dados, com o intermédio de ferramentas de IA, exigem computadores com altíssima capacidade de processamento, uma vez que os projetos de desenvolvimento em IA utilizam quantidades enormes de parâmetros, além da execução de cálculos sofisticados, que possam sustentar a execução e cumprimento dessas atividades, no tempo e nos custos ideais;

3.9. Considerando a depreciação natural decorrente do uso diário dos equipamentos utilizados hoje, bem como o fato de alguns destes equipamentos estarem obsoletos, tendo em vista os constantes avanços tecnológicos, a modernização tecnológica, principalmente no que diz respeito às estações de trabalhos avançados focadas em Inteligência Artificial, faz-se necessidade de que tais equipamentos possuam características particulares que permitam ingestão, processamento e inferências de dados para prover a construção de serviços em IA;

3.10. Como se pode perceber, verificou-se a necessidade de aquisição de estações avançadas de trabalhos com tecnologia apropriada para atingir o equilíbrio perfeito com desempenho em memória e recursos para executar workflows profissionais exigentes que pedem a nova era da Inteligência Artificial. É de suma importância salutar que tais estações oferecerão alto desempenho, performance elevada e uma arquitetura que favorece a utilização, desenvolvimento e prototipação de mecanismos de IA, onde destaca-se a presença de uma estrutura de múltiplas unidades computacionais de processamento de IA (GPUs), além de garantir a continuidade do desenvolvimento das ações do laboratório nos projetos que envolvam IA, com precisão e mais eficiência;

3.11. Considerando que se optou por adotar o **Sistema de Registro de Preços**, onde o quantitativo definido não significa, necessariamente, que serão adquiridos na sua totalidade, mas que é importante que se tenha esse quantitativo para atendimento da demanda atual e reserva técnica, caso necessário, conforme disposto no(s) item(ns) do Art. 168, Inciso IV do Ato Regulamentar nº 10/2023, este *in verbis:*

"Art. 168. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:
...
IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração..."

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. Garantir a aquisição de equipamentos com a qualidade exigida.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Resolução nº. 283/2024-CNMP e outras legislações aplicáveis.

Requisitos Temporais

4.4. A Entrega dos objetos deverá ser efetivada no prazo máximo de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data da assinatura do Contrato, com eficácia na publicação do seu extrato na imprensa oficial, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.6. Durante a execução do contrato, a contratada, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora, deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário da contratação, caso necessário, de acordo com a **Lei nº 12.305/2010 (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos)**.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.7. A garantia "ON-SITE" para todos os equipamentos, componentes e peças deverá ser prestada pelo período de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos, sem nenhum custo adicional à PGJMA;

4.8. A garantia acima não trará prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante;

4.8.1.1. O licitante deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante, se houver;

4.8.1.2. A LICITANTE deverá apresentar junto à proposta, sob pena de desclassificação, **declaração de que é a responsável** pelos serviços de garantia e manutenção "*on-site"* ou indicando sua Rede de Assistência Técnica Autorizada;

4.8.1.3. Entende-se "Rede de Assistência Técnica Autorizada", os parceiros ou representantes do fabricante dos equipamentos que serão responsáveis pelos serviços de garantia e manutenção "on site" quando a licitante apenas comercializa os produtos do fabricante. Ou seja, quando o equipamento necessita de manutenção durante o período de garantia, o fabricante enviará um técnico autorizado até a instalação da Contratante para realizar a manutenção;

4.8.1.4. A garantia e assistência técnica dos equipamentos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento e possíveis falhas que possam surgir com o uso;

4.8.1.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico via telefone, e-mail ou página web, sem ônus para a PGJMA, visando agilizar os chamados e atendimentos técnicos, e prestar a garantia, quando solicitada, no horário compreendido entre 08h00 (oito) e 18h00 (quinze) horas, de segunda a sexta-feira, excluídos os feriados, no LAB-LD / GAECO / CAEI;

4.8.1.6. Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados devem estar disponíveis para download no web site do fornecedor do equipamento;

4.8.1.7. O atendimento aos chamados deve seguir um procedimento padrão, com o objetivo de realizar o diagnóstico remoto do defeito e/ou orientar a solução do problema por telefone. O atendimento de primeiro nível de garantia deve ser capaz de solucionar problemas por telefone no momento do contato. Caso o primeiro nível de atendimento do fabricante não solucione o problema, a CONTRATADA deverá disponibilizar um segundo nível de atendimento remoto;

4.8.1.8. Deverá ser ofertado uma solução de gerenciamento com console web que ofereça no mínimo as seguintes características:

4.8.1.8.1. Possuir interface personalizável permitindo o gerenciamento e inventário do hardware e com acesso a informações da garantia dos equipamentos;
4.8.1.8.2. Detecção antecipada de problemas e suporte proativo orientado por Inteligência Artificial, permitindo o monitoramento da saúde dos dispositivos, alerta a falhas de configuração, erros do SO Windows, e indicadores de segurança;
4.8.1.8.3. Contenha solução para a abertura e gerenciamento de chamados com a opção de configuração de chamados automáticos;
4.8.1.9. Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante, que permita verificar a garantia do equipamento exigida, através da inserção do seu número de série;
4.8.1.10. A validação da garantia junto ao fabricante será feita no momento da entrega do equipamento, com pena de não aceitação até sua regularização;
4.8.1.11. A garantia "ON-SITE" deverá observar os prazos estabelecidos neste Termo, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta;
4.8.1.12. Para o atendimento, deve-se considerar que:
4.8.1.12.1. Entende-se por hora da solicitação para abertura de chamado a hora de envio do fac-símile, chat, e-mail ou da chamada telefônica;
4.8.1.12.2. Entende-se por início do atendimento o primeiro contato, que pode ser feito por telefone (para pré-diagnóstico) ou presencialmente, a partir da hora de chegada do técnico ao local onde está o equipamento;
4.8.1.13. O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas a partir da hora da solicitação;
4.8.1.14. O término do reparo do equipamento deverá ocorrer no prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis, contado a partir do início do atendimento, ou de acordo com a particularidade de cada equipamento especificado no TERMO DE REFERÊNCIA;
4.8.1.15. Entende-se por término do reparo do equipamento a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado;
4.8.1.16. No caso da CONTRATADA não terminar o reparo do equipamento no prazo estabelecido, deverá substituir imediatamente o equipamento defeituoso por outro de sua propriedade, com características e capacidades iguais ou superiores ao substituído, em caráter provisório, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da substituição;
4.8.1.17. Findo o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a substituição do equipamento será definitiva, a critério da PGJMA;
4.8.1.18. A CONTRATADA deverá substituir o equipamento já instalado por um novo, com características e capacidades iguais ou superiores ao que será substituído, no prazo de 10 (dez) dias úteis após ser notificada, nos seguintes casos:
4.8.1.18.1. Caso a soma dos tempos de paralisação do equipamento, por defeito de hardware, ultrapasse 80 (oitenta) horas úteis, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias;
4.8.1.19. Quando da solicitação da manutenção corretiva, por meio de telefone, chat, fac-símile ou e-mail, a PGJMA, através do LAB-LD / GAECO / CAEI, fornecerá à CONTRATADA, para fins de abertura de chamado técnico, obrigatoriamente as seguintes informações:
4.8.1.19.1. Código de fabricação ou número de série do equipamento;
4.8.1.19.2. Local onde a assistência técnica deverá ser prestada (no LAB-LD / GAECO / CAEI);
4.8.1.19.3. Anormalidade observada;
4.8.1.19.4. Nome do responsável pela solicitação;
4.8.1.19.5. Número do telefone para contato;
4.8.1.20. Somente os técnicos da CONTRATADA, ou pessoas a quem a CONTRATADA autorizar por escrito, poderão executar os serviços de manutenção corretiva "ON-SITE";
4.8.1.21. Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências do PGJMA;
4.8.1.22. Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

4.8.1.23. Fica ressalvado à CONTRATADA o direito de adotar medidas de segurança que entender necessárias a fim de evitar que pessoas não autorizadas executem os serviços de manutenção, exceto lacres;

4.8.1.24. Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, Relatório de Serviço Técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do equipamento, número de série/patrimônio do equipamento atendido, localização do equipamento, descrição do problema relatado pela PGJMA, descrição do problema realmente encontrado com a indicação clara da troca ou não de peças, lista das peças ou componentes que foram substituídos, solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da PGJMA;

4.8.1.24.1. A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com Servidor da PGJMA responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico;

4.8.1.25. A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema;

4.8.1.26. As peças e componentes substituídos deverão possuir configuração idêntica ou superior às originais (tipo, capacidade, configuração, desempenho, situação/condição física, estado de conservação, etc.) e devem ser do FABRICANTE do equipamento ou atestadas pelo FABRICANTE do equipamento;

4.8.1.27. As peças e componentes em substituição, instaladas pela CONTRATADA, serão incorporadas aos equipamentos, passando a ser de propriedade do PGJMA;

4.8.1.28. A CONTRATANTE possui corpo técnico plenamente capacitado e habilitado, e estará a todo tempo, autorizada a abrir o gabinete do equipamento para a realização de diagnósticos iniciais que julgar necessário, bem como adição ou substituição de componentes e acessórios para a dilatação da capacidade do equipamento, sem perda de garantia;

4.8.1.29. Desde já, para os casos que se mostrarem necessários e objetivando a não parada do serviço, a CONTRATANTE está autorizada a realizar a substituição dos discos rígidos exclusivamente entre as máquinas entregues, garantindo que no caso de algum dano de hardware que não implique a perda do acesso aos dados do disco rígido, o trabalho do usuário possa prosseguir em outro computador da mesma marca e modelo, com a simples troca do HD;

4.8.1.30. Em caso de defeito irreparável no disco rígido, ou outro defeito qualquer que implique a substituição integral e definitiva do mesmo:

4.8.1.30.1. O disco rígido usado deverá ficar retido na Instituição a fim de resguardá-la de vazamento e informações, não sendo devolvido em hipótese alguma;

4.8.1.30.2. Em hipótese alguma o disco rígido poderá ser retirado das instalações da CONTRATANTE a fim de preservar a segurança dos dados armazenados;

4.8.1.30.3. Caso a CONTRATADA deseje analisar o produto defeituoso antes de realizar a sua substituição definitiva no caso de defeito, ela terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da abertura do chamado para se dirigir à sede do CONTRATANTE para realizar testes, acompanhada de profissional do CONTRATANTE;

4.8.1.30.4. Em hipótese alguma a CONTRATADA poderá copiar, ler, se apossar ou conhecer os dados armazenados nos dispositivos, sem a presença de profissional integrante do LAB-LD / GAECO / CAEI.

Requisitos de Experiência Profissional

4.9. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente a contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.10. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente a contratação.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.11. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.12. Orientar e exigir de seus profissionais:

4.12.1. Preservar a integridade e guardar sigilo das informações de que fazem uso, bem como zelar e proteger os respectivos recursos processamento de informações;

4.12.2. Cumprir a política de segurança da informação, sob pena de incorrer nas sanções legais cabíveis;

4.13. Não compartilhar, sob qualquer forma, informações sigilosas com outros que não tenham necessidade de conhecer.

4.14. Responsabilizar-se pelo credenciamento e descredenciamento de acesso de técnicos às dependências da CONTRATANTE, assumindo quaisquer prejuízos porventura causados por seus recursos técnicos.

Sustentabilidade

4.15. Durante a execução do contrato, a contratada, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora, deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário da contratação, caso necessário, de acordo com a **Lei nº 12.305/2010** (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.16. Na presente contratação não haverá indicação de marca.

Da verificação de amostra do objeto

4.17. De acordo com o art. 17, §3º, da Lei nº 14.133/2021, para fins de análise técnica, **PODERÁ SER** solicitada amostra dos itens ao(s) licitante(s) detentor(es) do menor preço e, se necessário, à subsequente, observada à sequência de classificação;

4.18. A(s) amostra(s) solicitada(s) deverá(ão) ser RECEBIDA(S) em até 10 (dez) **dias úteis,** contados da convocação do licitante em chat do C*omprasnet*, por parte do Pregoeiro da Procuradoria-Geral de Justiça, das **08:00h às 15:00h**, no LAB-LD, situado no prédio sede da PGJMA, 3º andar, Avenida Professor Carlos Cunha, 3261, Jaracaty, São Luís/MA, CEP: 65.076-820, telefone: (98) 3219-1780, sob pena de desclassificação;

4.19. A amostra deverá estar devidamente lacrada e identificada com o número do Pregão, o CNPJ e a Razão Social da licitante, o grupo e o item a que se referem, além de dispor na embalagem informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, procedência, número de referência, código do produto e modelo, sendo que o ônus quanto a essa apresentação será da licitante;

4.20. Os materiais de origem estrangeira deverão apresentar na embalagem informações em língua portuguesa, suficientes para análise técnica do produto;

4.21. Caso a amostra da empresa vencedora não atenda ao solicitado, serão chamadas as demais para apresentarem amostras em ordem de classificação;

4.22. Será permitido aos licitantes acompanhar a análise das amostras pelo departamento competente;

4.23. Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos, manuseados, desmontados, ficando à disposição da(s) proponentes(s) no estado em que se encontrarem ao final da avaliação técnica. Portanto, a amostra não será computada para efeito de quantidade;

4.24. A amostra poderá ser retirada após o recebimento dos materiais adquiridos. A empresa fornecedora terá até 30 (trinta) dias após a entrega para realizar a retirada da amostra, decorrido este prazo será incorporada ao estoque do almoxarifado;

4.25. O mesmo prazo de retirada 30 (trinta) dias será dado para a empresa cuja amostra não atenda ao solicitado, sob pena de lhe ser dada outra destinação, a critério da PGJMA.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. **São obrigações da CONTRATANTE:**

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

5.1.3. Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento do Contrato firmado;

5.1.4. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.5. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas ao fornecimento da solução de TIC;

5.2. Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade antes de efetuar os pagamentos devidos;

5.3. Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pela CONTRATADA e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues fora das especificações deste Termo de Referência;

5.4. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

5.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de

ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

5.6. Observar para que, durante toda a vigência da contratação, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de habilitações exigidas;

5.7. Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do conserto, fixando prazo para sua correção;

5.8. Atestar a Nota Fiscal/Fatura após a efetiva entrega do equipamento objeto deste Termo de Referência;

5.8.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA em observância à forma estipulada pela Administração.

5.9. **São obrigações do CONTRATADO:**

5.9.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.9.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.9.3. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.9.4. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.9.5. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.9.6. Emitir Relatório de Serviços, depois de concluído o conserto do equipamento, onde constem informações referentes às substituições de peças, número do chamado, data e hora do chamado, hora do início e do término do atendimento;

5.10. Comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade, bem como atender prontamente o que lhe for solicitado ou exigido;

5.11. Não transferir a outrem o objeto contratado;

5.12. Manter, durante toda a contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

5.13. Responsabilizar-se pelo credenciamento e descredenciamento de acesso de técnicos às dependências da CONTRATANTE, assumindo quaisquer prejuízos porventura causados por seus recursos técnicos;

5.14. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do serviço, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

5.15. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento, desde o transporte, embalagens, como também encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários de seus empregados;

5.16. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere à Administração da CONTRATANTE a responsabilidade de pagamento, nem pode onerar o objeto deste Termo de Referência, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE;

5.17. Assumir a responsabilidade por todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais que a CONTRATANTE for compelida a responder por força desta contratação;

5.18. Responsabilizar-se integralmente pela segurança de seus veículos e equipamentos, movimentação de pessoal e material, assumindo a responsabilidade por qualquer acidente com seu pessoal, e ou provocado por estes a terceiros, durante os trabalhos de conserto;

5.19. Emitir **Nota Fiscal/Fatura** no valor pactuado e condições estabelecidas, apresentando-a a CONTRATANTE para ateste e pagamento;

5.20. Comunicar imediatamente à Contratante, a eventual alteração no endereço de sua sede, telefone de contato e e-mail;

5.21. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Termo de Referência em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

5.22. Orientar e exigir de seus profissionais:

5.22.1. Preservar a integridade e guardar sigilo das informações de que fazem uso, bem como zelar e proteger os

respectivos recursos processamento de informações;
5.22.2. Cumprir a política de segurança da informação, sob pena de incorrer nas sanções legais cabíveis;
5.22.3. Não compartilhar, sob qualquer forma, informações sigilosas com outros que não tenham necessidade de conhecer;
5.22.4. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

6.1. O prazo para entrega dos equipamentos será de, no máximo, **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data da assinatura do Contrato;
6.2. Os itens deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Galpão 19, no endereço Av. Governador Luís Rocha (Antiga Estrada da Vitória), 2409, CEP 65.035-270 – Bairro da LIBERDADE - SÃO LUIS/MA (PROX. AO HOSPITAL SARAH) telefone: (98) 3219-1660, no horário das 08:00 às 15:00 horas;
6.2.1. Link para localização: https://maps.app.goo.gl/3qkShH2APToytRCt5;
6.3. O fornecimento será feito de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, devendo os mesmos serem novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e entregues acondicionados, adequadamente, em caixas lacradas, de forma a permitir completa segurança durante o transporte;
6.4. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para os seguintes endereços de e-mail: labld@mpma.mp.br, francisco.orino@mpma.mp.br , fones: (98) 3219-1626;
6.5. Serão injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do CONTRATANTE;
6.6. O transporte dos itens até o local determinado pela PGJMA, conforme item 6.2 deste TERMO DE REFERÊNCIA, deverá ser realizado pela CONTRATADA. A entrega deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sob o risco de não ser autorizada;
6.7. Incluídos nos preços unitários estão todos os impostos, taxas, fretes e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, os quais serão de responsabilidade da CONTRATADA.

Formas de transferência de conhecimento

6.8. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Mecanismos formais de comunicação

6.9. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:
6.9.1. Linha telefônica local ou do tipo 0800;
6.9.2. Página web;
6.9.3. E-mails.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
7.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
7.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

7.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

7.5.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

7.5.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

7.5.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.5.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.6.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.8. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Critérios de Aceitação

7.14. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.15. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de

comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life);

7.16. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade;

7.17. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil;

7.18. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.19. Os procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo encontram-se no item **Requisitos de Metodologia de Trabalho**.

Sanções Administrativas

7.20. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

7.20.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

7.20.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.20.3. Der causa à inexecução total do contrato;

7.20.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.20.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

7.20.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.20.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.20.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.21. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.21.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.21.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 7.20.2, 7.20.3 e 7.20.4 deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.21.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 7.20.5, 7.20.6, 7.20.7 e 7.20.8 deste Termo de Referência, bem como nos itens 7.20.2, 7.20.3 e 7.20.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.21.4. **Multa:**

7.21.4.1. **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

7.21.4.2. **Compensatória** de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.21.4.3. **Em caso de inexecução parcial**, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

7.21.4.4. **Moratória** de 1%(um por cento) do valor unitário do equipamento por dia corrido, ate o limite de 30(trinta) dias, em caso de descumprimento do prazo estacebelido para a execução dos serviços afetos à garantia. Após esse prazo, será aplicada, também, multa Compensatória correspondente ao valor do equipamento.

7.22. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.23. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.23.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.23.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.23.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.24. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

7.25. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

7.25.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.25.2. As peculiaridades do caso concreto;

7.25.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.25.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

7.25.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.26. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

7.27. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.28. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.29. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

7.30. Os débitos do contratado para com a Procuradoria-Geral de Justiça, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrentes desta licitação.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. O recebimento será feito nos termos do **art. 140 da Lei n° 14.133/2021**;

9.1.1. **Provisoriamente**, no ato da entrega do(s) produto(s), para posterior verificação da conformidade com as especificações e amostras aprovadas pela FISCALIZAÇÃO;

9.1.1.1. Será assinado o Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório pelas partes em até 15 (quinze) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da formalização, por parte da CONTRATADA, comunicando

a finalização da entrega dos equipamentos no local determinado;

9.1.1.2. Serão executados testes de funcionamento para verificar o atendimento ao estabelecido nas especificações técnicas mínimas exigidas e as especificações em que a contratada pontuou para fins de qualificação de sua proposta;

9.1.1.3. Se for constatada desconformidade do(s) produto(s) apresentado(s) em relação às especificações do(s) objeto(s) ou à(s) amostra(s) aprovada(s) pela FISCALIZAÇÃO, o CONTRATADO deve efetuar a troca do(s) produto(s), no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus para a CONTRATANTE, a contar do recebimento da solicitação;

9.1.1.4. Neste caso, o recebimento dos produtos livre dos vícios que deram causa a sua troca será considerado **recebimento provisório**, ensejando nova contagem de prazo para o recebimento definitivo.

9.1.1.5. O Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório será certificado pelo fiscal do contrato indicado pela CONTRATANTE, conforme art. 7º, do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ;

9.1.2. **Definitivamente**, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação de que o material adquirido encontra-se em perfeitas condições de utilização e atende às especificações do objeto contratado **e consequente aceitação mediante termo circunstanciado de recebimento**, considerando os seguintes itens conforme cada caso:

9.1.2.1. Condição da embalagem dos produtos, que deve estar em perfeito estado e não violada e que ofereça proteção ao calor e à umidade;

9.1.2.2. Confrontação entre a marca cotada na licitação e o produto entregue;

9.1.2.3. O Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo será certificado pelo gestor e pelo fiscal do contrato indicado pela CONTRATANTE, conforme art. 7º, do Ato Regulamentar nº 08/2015;

9.2. Os objetos a serem fornecidos serão considerados aceitos somente após o recebimento e análise, depois de desembalados e conferidos pela CONTRATANTE, atendidos as especificações exigidas neste Termo de Referência;

9.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Liquidação

9.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.8.1. O prazo de validade;

9.8.2. A data da emissão;

9.8.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

9.8.4. O período respectivo de execução do contrato;

9.8.5. O valor a pagar; e

9.8.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
9.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
9.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
9.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
9.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Pagamento

9.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior;
9.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária;
9.18. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias, conforme o § único do art. 25 do Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ;
9.19. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado;
9.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
9.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
9.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O critério de julgamento a ser adotado será de Menor Preço por Grupo, por conta da necessidade de garantir total integração e compatibilidade entre os itens especificados, de modo a não prejudicar a eficácia da Contratação.

Exigências de habilitação

10.2. Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido os bens compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação, contendo nome, RG e telefone do declarante para mais informações.

11. REAJUSTE DO CONTRATO

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (data da pesquisa de mercado), em 11/11/2024.
11.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, exclusivamente, para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
11.9. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.
11.10. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

12. LEVANTAMENTO DAS DIFERENTES SOLUÇÕES DE MERCADO

12.1. Com relação ao Procedimento Público de Intenção para Registro de Preços, a PGJMA será única contratante, logo, é dispensável o procedimento previsto no Art 86, §1º da Lei n° 14.133/2021. Dispensamos o procedimento também devido à necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório e ainda devido ao nosso modelo de objeto ser específico pras necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça;
12.2. Parâmetro de Pesquisa dos itens 1 e 2 – pesquisa direta com fornecedores, pelo motivo de não haver propostas compatíveis com a especificação requerida, tanto no Portal de Compras do Governo Federal quanto nos sites especializados (conforme § 1º, IV, Art 23 da Lei 14.133/2021 e Art 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021);
12.3. Metodologia para obtenção do Valor Unitário – MEDIANA (item 1) e MÉDIA (item 2) – (conforme Art 23, § 1º, I, da Lei nº 14.133/2021 e conforme Art 174, I, do Ato Reg nº 10/2023 – GPGJ);
12.4. Estão sendo utilizados modelos-padrão de documentos constantes do Processo Licitatório (conforme art. 19, IV e §2º, da Lei nº 14.133/2021);
12.5. Quanto ao Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras e Serviços (art. 17, II e §2º do AR 10/2023-GPGJ; art. 19, II e §2 da Lei nº 14.133/2021), até o momento da elaboração documental deste processo a Diretoria-Geral da PGJMA ainda não havia disponibilizado Catálogo;
12.6. Com relação ao Procedimento Público de Intenção para Registro de Preços, a PGJMA será única contratante, logo, é dispensável o procedimento previsto no Art 86, §1º da Lei n° 14.133/2021. Dispensamos o procedimento também devido à necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório e ainda devido ao nosso modelo de objeto ser específico para as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O custo estimado total da contratação é de **R$ 1.125.658,66 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

GRUPO 01						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QTDE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	WORKSTATION TIPO I	460038	Unid	16	56.435,72*	902.971,52
2	WORKSTATION TIPO II	606229	Unid	2	118.600,00**	222.687,14
Valor médio total						**1.125.658,66**

14. RESPONSÁVEIS

Equipe de Planejamento da Contratação		
Integrante Requisitante	**Integrante Técnico**	**Integrante Administrativo**
Bruno Emanuel Setubal Learte Matrícula: 1075611	Ronald Silva Pereira Matrícula: 1062298	Francisco Orino do Amaral Neto Matrícula: 1070519
	Coordenador do GAECO	
	Luiz Muniz Rocha Filho Matrícula: 656280	

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERENCIA WORKSTATIONS_ATUALIZADO28042025

(*) Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA** em **25 de Abril de 2025 às 15:35 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SEAF-13432025, **Código de Validação**: FD613FE5A6.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SEAF - 13432025
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: FD613FE5A6

Assunto: Registro de Preços – Aquisição de Computadores – Workstations
Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO

Tendo em vista o parecer PARECER-DGAJA - 1682025 da Assessoria Jurídica, encaminhem-se os autos às Unidades abaixo elencadas para as providências cabíveis:

1. Ao **GAECO**, conforme item I;
2. À **Comissão Permanente de Contratação**, conforme itens II, III e IV.

Por fim, retornem-se.

assinado eletronicamente em 25/04/2025 às 15:35 h (*)

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR DE SECRETARIA

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 13432025

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **25 de Abril de 2025 às 12:52 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-1682025, **Código de Validação**: D46FF11510.

PARECER-DGAJA - 1682025
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: D46FF11510

PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 22856/2024
ASSUNTO: Compras.
INTERESSADO: GAECO.
PARECER

À Secretaria Administrativo-Financeira-SEAF

Senhor Diretor,

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir do **MEMO-GAECO - 2342024**, oriundo do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas, desta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão - PGJ/MA, por meio do qual solicitou autorização para abertura de processo licitatório com vistas à aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, conforme quantidades e especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

Para instrução dos autos, foram anexados os seguintes documentos:

1. Termo de Referência; Estudo Técnico Preliminar; pesquisa de preços realizadas por meio propostas encaminhadas por fornecedores, Documento de Oficialização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Análise de Riscos, e Mapa de Formação de Preços;

2. DESPACHO-DG – 56222024 - Diretoria-Geral encaminhou os autos ao Gabinete do Sr. Procurador Geral de Justiça para conhecimento e deliberação. Em caso de prosseguimento do feito, sugeriu o envio à Secretaria Administrativo-Financeira – SAF para instrução processual;

3. DESPACHO-DG - 91122024 - Procurador-Geral de Justiça, determinou o envio do processo à SEAF para instrução, visando atender o pleito;

4. DESPACHO-SEAF – 50412024 - SEAF determinando o envio do processo à Coordenadoria de Orçamento e Finanças. Após, à Assessoria Técnica da Administração para análise e

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **25 de Abril de 2025 às 12:52 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-1682025, **Código de Validação**: D46FF11510.

manifestação acerca da regularidade processual;

5. Movimentação Id nº. 8747702 - a COF informou que realizou os registros solicitados, em seguida encaminhou os autos à ASSTEC-ADM;

6. PTC-ACI – 17352024 - Parecer da Assessoria Técnica da Administração em que se manifestou pela "*EXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS"*;

7. DESPACHO-SEAF - 52322024 - SEAF encaminhando os autos ao GAECO para sanar as pendências;

8. DESPACHO-GAECO – 2742024 – do GAECO encaminhando os autos a SEAF, com as informações requeridas. Na oportunidade juntou Mapa de Formação de Preços;

9. DESPACHO-SEAF – 52792024 - Secretaria Administrativo-Financeiro encaminhou os autos à CMTI para prestar informações;

10. DESPACHO-CMTI – 5132024 – resposta da CMTI à solicitação de informações da SEAF;

11. DESPACHO-SEAF – 53652024 – a SEAF solicita à Diretoria Geral a análise/autorização do pedido, visando à instauração do competente certame licitatório;

12. DECISÃO-DG - 2042024 - Diretor-Geral autorizando a abertura de procedimento licitatório e, por fim, encaminhando os autos à CPL para adoção das providências necessárias;

13. Movimentação Id nº. 8918307 – Novo termo de referência apresentado pelo GAECO;

14. DESPACHO-CPL - 1472025 - por meio do qual anexou a Minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº. 90003/2025 – SRP e seus anexos, bem como a Portaria nº 11123/2024 – GAB/PGJ;

15. DESPACHO-LABLD - 22025, após ciência, e manifestação favoráveis acerca da minuta do Edital do PE 90003/2025;

16. DESPACHO-SAF - 1002024 – Secretaria Administrativo-Financeira encaminhando os autos a Comissão Permanente de Licitação; A SAF, e esta Assessoria Jurídica para análise e manifestação;

17. PARECER-DGAJA – 1122025 – desta ASSJUR sugerindo a realização de adequações no Termo de Referência e na minuta do Edital;

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **25 de Abril de 2025 às 12:52 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-1682025, **Código de Validação**: D46FF11510.

18. PTC-ACI – 2912025 - Parecer da Assessoria Técnica da Administração em que se manifestou pela "*INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS"*;

19. DESPACHO-LABLD – 42025 – o GAECO anexou novo termo de referência e o DFD;

20. DESPACHO-CPL – 3192025 – a CPL elaborou nova minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº. 90003/2025;

21. DESPACHO-SEAF - 11992025 - da Secretaria Administrativo-Financeiro encaminhando os autos a esta Assessoria Jurídica para análise e manifestação;

É o relatório. Passa-se à análise.

Inicialmente, cumpre salientar que a seguinte manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz do Ato Regulamentar nº 22/2020[1], incumbe a esta Assessoria uma análise sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados por este Órgão Ministerial, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnica, administrativa ou discricionária.

Versam os presentes autos acerca de solicitação do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas-GAECO ,
desta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão - PGJ/MA, de abertura de processo licitatório objetivando a formação de Registro de Preços para eventual aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS.

A presente matéria está prevista na Lei nº 14.133/2021[2] que dentre outras instituiu a modalidade de Licitação – Pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns e estabelece em seu art. 6º, inciso XLI, e art. 28, vejamos:

> Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
> XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;
>
> Art. 28. São modalidades de licitação:
> **I - pregão;**
> II - concorrência;
> III - concurso;

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **25 de Abril de 2025 às 12:52 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-1682025, **Código de Validação**: D46FF11510.

> IV - leilão;
> V - diálogo competitivo.
> § 1º Além das modalidades referidas no **caput** deste artigo, a Administração pode servir-se dos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 desta Lei.
> § 2º É vedada a criação de outras modalidades de licitação ou, ainda, a combinação daquelas referidas no **caput** deste artigo.

Quanto a utilização da modalidade pregão para aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação, foi prevista nos seguintes dispositivos legais:

> **Instrução Normativa SGD/ME nº 94[3], de 23 de dezembro de 2022 regida pela Lei nº 14.133, de 2021**
>
> Art. 25. A fase de Seleção do Fornecedor observará o disposto nos arts. 53 a 71 da Lei nº 14.133, de 2021, e respectivos regulamentos e atualizações supervenientes.
>
> Parágrafo único. **É obrigatória a utilização da modalidade Pregão para as contratações de que trata esta Instrução Normativa sempre que a solução de TIC for enquadrada como bem ou serviço comum**, podendo-se utilizar o Diálogo Competitivo nos casos específicos previstos no art. 32 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que devidamente justificado nos autos.

> **RESOLUÇÃO CNMP nº. 283/2024[4]**
>
> Art. 32. É obrigatória a utilização da modalidade Pregão para as contratações de bens e serviços comuns, preferencialmente na forma eletrônica, exceto nos casos de inexigibilidade e dispensa de licitação.
> Parágrafo único. Para as contratações de inovações tecnológicas ou técnicas, não enquadradas como bens e serviços comuns, poderá ser utilizada a modalidade Diálogo Competitivo, conforme o disposto no art. 32 da Lei nº 14.133/2021.

No que tange a viabilidade da realização da Licitação para Registro de Preços, tem como objetivo atender eventuais e futuras necessidades do Ministério Público, nos termos das hipóteses amparadas pelo Ato Regulamentar nº. 10/2023-GPGJ, o qual dispõe quais as situações que são admitidas a sua adoção:

> Art. 168. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:
> I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **25 de Abril de 2025 às 12:52 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-1682025, **Código de Validação**: D46FF11510.

> II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
> III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;
> IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

No âmbito da Administração Pública Federal, o Sistema de Registro de Preços foi regulamentado pelo Decreto nº. 11.462/2023, que assim dispõe:

> Art. 1º Este Decreto regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços - SRP para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
> (...)
> Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:
> I - sistema de registro de preços -SRP - conjunto de procedimentos para a realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras;

Outrossim, a adoção do critério de julgamento *menor preço*, para a licitação em voga, encontra-se em consonância com os critérios da **Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022 e Art. 173 do Ato Regulamentar nº. 10/2023:**

> **Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022**
> Art. 4º O critério de julgamento de **menor preço** ou maior desconto será adotado:
> **I - na modalidade pregão**, obrigatoriamente;
> II - na modalidade concorrência, observado o art. 3º;
> III - na fase competitiva da modalidade diálogo competitivo, quando for entendido como o mais adequado à solução identificada na fase de diálogo.
>
> **Ato Regulamentar nº. 10/2023**
> Art. 173. O processo licitatório para o **Sistema de Registro de Preço**s será realizado na modalidade de concorrência ou **de pregão**, preferencialmente eletrônicos, **do tipo menor preço** ou de maior desconto, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e deste Ato Regulamentar.

Analisando a legislação citada, percebe-se que é perfeitamente cabível a realização de Licitação

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **25 de Abril de 2025 às 12:52 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-1682025, **Código de Validação**: D46FF11510.

na modalidade Pregão na forma Eletrônica, tipo menor preço, para formação de Registro de Preços previsto no art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133/21, a fim de viabilizar a contratação objeto dos presentes autos.

Por fim, em relação à análise do Termo de Referência e da minuta do Edital foram observadas que algumas impropriedades apontadas no **PARECER-DGAJA – 1122025** ainda permanecem, razão pela qual sugere-se a realização das seguintes adequações:

I - Termo de Referência

a. Subitem 4.8.1.3, recomenda-se:

> "4.8.1.3. Entende-se "Rede de Assistência Técnica Autorizada", os parceiros ou representantes do fabricante dos equipamentos que serão responsáveis pelos serviços de garantia e manutenção 'on site' quando a licitante apenas comercializa os produtos do fabricante. Ou seja, quando o equipamento necessita de manutenção durante o período de garantia, o fabricante enviará um técnico autorizado até a instalação da Contratante para realizar a manutenção;

II – Minuta do Edital

a. Excluir Anexo IV (inclusive as previsões que constam no sumário e subitem 17.12.4), uma vez que não será admitida adesão à ata de registro de preços decorrentes desta licitação, item 8 do Termo de Referência;

b. Excluir da capa o texto a partir da palavra "Aviso", optando-se por adotá-lo durante a condução da licitação, a exemplo do "*Chat*", instando e lembrando aos licitantes acerca do estrito cumprimento das regras editalícias e em caso de cometimento de infrações administrativas do rigor deste Órgão Público na aplicação da Lei;

III – Minuta da Ata de Registro de Preços (Anexo III)

a. Item 4, realizar as adequações necessárias haja vista que não será admitida adesão à ata de registro de preços decorrentes desta licitação, item 8 do Termo de Referência;

IV – Minuta do Contrato (Anexo V)

a. Cláusula Décima Terceira, acrescentar as previsões dos subitens 7.21.4.3 e 7.21.4.4 do Termo de Referência;

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **25 de Abril de 2025 às 12:52 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-1682025, **Código de Validação**: D46FF11510.

Ante o exposto, considerando que a Minuta do Edital do Pregão Eletrônico nº. 90003/2025, está em consonância com a Lei nº.14.133/2021, Ato Regulamentar nº 10/2023, Resolução CNMP nº 283/2024 e Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73/2022, esta Assessoria se manifesta pela sua aprovação, bem como pelo prosseguimento do presente procedimento licitatório, ressalvados os aspectos técnicos, discricionários, econômicos e financeiros, que escapam do exame ora efetivado, **desde que:**

1)
Os autos sejam encaminhados ao GAECO e à CPL para a realização das adequações no Termo de Referência e na Minuta do Edital, conforme sugerido neste parecer.

2) Após, à **Diretoria-Geral** da PGJ/MA para as demais providências cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/21, especialmente, quanto ao parágrafo 3º do art. 53 da citada Lei.

São Luís/MA, 25 de abril de 2025.

Hermano José Gomes Pinheiro Neto
Assessor Jurídico.

De Acordo. À consideração superior.

Maria do Socorro Quadros de Abreu
Assessora-Chefe da ASSJUR

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **25 de Abril de 2025 às 12:52 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-1682025, **Código de Validação**: D46FF11510.

assinado eletronicamente em 25/04/2025 às 12:11 h (*)

HERMANO JOSÉ GOMES PINHEIRO NETO
ASSESSOR JURÍDICO DA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO

assinado eletronicamente em 25/04/2025 às 12:52 h (*)

MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
TÉCNICO MINISTERIAL
ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO

[1] Dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, e dá outras providências.
[2] Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
[3] Dispõe sobre o processo de contratação de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.
[4] Disciplina, no âmbito do Ministério Público, os procedimentos relativos à contratação de Soluções de Tecnologia da Informação.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: PARECER-DGAJA - 1682025

(*) Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA** em **14 de Abril de 2025 às 11:25 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SEAF-11992025, **Código de Validação**: 5540CE10E5.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SEAF - 11992025
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: 5540CE10E5

Assunto: Registro de Preços – Aquisição de Computadores tipo Workstations
Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas

À Assessoria Jurídica,

Tendo em vista o parecer da Assessoria Técnica da Administração, anexo PTC-ACI - 2912025, e após adequações realizadas pela Unidade requisitante, conforme DESPACHO-LABLD - 42025, e pela Comissão Permanente de Contratação, anexo DESPACHO-CPL - 3192025, em atendimento ao PARECER-DGAJA - 1122025 dessa Assessoria, encaminhem-se os autos para nova apreciação.

assinado eletronicamente em 14/04/2025 às 11:25 h (*)
RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR DE SECRETARIA

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 11992025

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **14 de Abril de 2025 às 09:44 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CPL-3192025, **Código de Validação**: 19A44F8234.

MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão

Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO-CPL - 3192025
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: 19A44F8234

Assunto: PE nº 90003/2025 - Registro de Preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS

Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO)

À Secretaria Administrativo-Financeira,

Em atendimento ao DESPACHO-SEAF - 9942025, encaminha-se o processo em epígrafe, acompanhado da Minuta de Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2025, cujo objeto é a formação de Registros de Preços visando a aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, no valor global estimado de R$ R$ 1.125.658,66 (um milhão cento e vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos), revisada de acordo com a última versão do Termo de Referência e indicações do PARECER-DGAJA - 1122025.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 11/04/2025 às 17:25 h (*)
MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
MEMBRO CPL

assinado eletronicamente em 14/04/2025 às 09:44 h (*)
CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM
ANALISTA MINISTERIAL
PRESIDENTE CPL

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 3192025

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90003/2025

CONTRATANTE (UASG) PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA (925129)

OBJETO

Registro de Preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 1.125.658,66 (um milhão cento e vinte e cinco mil seiscentos de cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **XX/XX/XXXX** às **XXh (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

AVISO: A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO comunica a todos, que a inobservância das regras estabelecidas neste edital sujeita os responsáveis às sanções nele estabelecidas e na legislação aplicável, por isso, solicita-se aos licitantes que apresentem suas propostas e lances de forma consciente, com a certeza de que deverão cumprir com a efetiva entrega/prestação do objeto na forma solicitada no Edital e dentro dos prazos, preços e padrões de qualidade exigidos. Lembrando que qualquer alteração somente ocorrerá nos termos da lei. Impõe-se dessa forma, a necessidade de que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, visando evitar problemas, tanto para a Administração Pública como para as empresas.

Comunica-se ainda, que as informações constantes neste edital e em seus anexos são complementares entre si, de modo que todas devem ser consideradas para os fins a que se destinam. E que futuras alegações relacionadas com o desconhecimento de quaisquer informações constantes deste Edital e seus Anexos, bem como dos preceitos legais pertinentes, não serão consideradas e/ou admitidas, inclusive quando da execução do contrato ou instrumento equivalente.

Sumário

1 DO OBJETO 3
2 DO REGISTRO DE PREÇOS 4
3 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO 4
4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 6
5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 7
6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 8
7 DA FASE DE JULGAMENTO 11
8 DA FASE HABILITAÇÃO 13
9 DOS RECURSOS 18
10 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO 19
11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 19
12 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA 20
13 DA GARANTIA DE CONTRATAÇÃO 20
14 DO CONTRATO 21
15 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 22
16 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 24
17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 25
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA 27
ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO 28
ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS __/20__ 29
ANEXO IV - MINUTA DE SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 37
ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO 38

MINUTA DE EDITAL

PREGÃO Nº. 90003/2024 – ELETRÔNICO

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO** e este(a) Pregoeiro(a), designado(a) pela Portaria nº 11.123/2024 – GAB/PGJ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº **22856/2024**, oriundo da Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO), tornam público, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021, da Resolução n. 283/2024-CNMP, do Decreto nº 11.462/2023, do Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a formação de Registros de Preços visando a aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

GRUPO 01						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	WORKSTATION TIPO I	460038	Unid	16	R$ 56.435,72	R$ 902.971,52
2	WORKSTATION TIPO II	606229	Unid	2	R$ 118.600,00	R$ 222.687,14
					VALOR TOTAL	**R$ 1.125.658,66**

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formados por 02 (dois) itens, conforme tabela constante no item anterior e no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 O valor global máximo estimado desta despesa importa em R$ 1.125.658,66 (um milhão cento e vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos) e o valor máximo unitário estimado por item é aquele disposto no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste edital.

1.4 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto deste Pregão descritas no **Compras.gov.br** (www.gov.br/compras) e aquelas constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

2 DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 Agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;

3.6.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.11 Empresas cujos sócios sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme dispõe o inciso II do art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público;

3.7 O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

3.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10 O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12 A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

4.12 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;

4.15 A LICITANTE deverá apresentar junto à proposta, sob pena de desclassificação, declaração de que é a responsável pelos serviços de garantia e manutenção "on-site" ou indicando sua Rede de Assistência Técnica Autorizada.

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total do item;

5.1.2 Marca;

5.1.3 Fabricante;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais e estaduais, quando participarem de licitações públicas;

5.10.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estimados da contratação.

5.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 51, inciso VIII, da Constituição Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1,00% (um por cento) do valor do item**.

6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

6.11 Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2 A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1 Empresas estabelecidas no Estado do Maranhão;

6.19.2.2 Empresas brasileiras;

6.19.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3 Caso se verifique uma situação de empate real que não tenha sido dirimida por nenhum dos critérios do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, antes da fase de julgamento, o sistema irá realizar o sorteio de forma automática.

6.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.21 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

6.22 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à

existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta); e

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 Contiver vícios insanáveis;

7.7.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, deverá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13 O Pregoeiro poderá solicitar da (s) licitante (s) classificada (s) provisoriamente em primeiro lugar, a apresentação de amostras, conforme previsto no Termo de Referência (Anexo I).

7.13.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.13.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8 DA FASE HABILITAÇÃO

8.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021:

8.3 Habilitação Jurídica:

8.3.1 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.2 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.3 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.3.5 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.6 Declaração de Inexistência de Parentesco, conforme ANEXO II;

8.3.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.4 Regularidade fiscal e trabalhista:

8.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto ora licitado;

8.4.6 Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

8.4.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5 Qualificação Econômico-Financeira:

8.5.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.5.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II) ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

8.5.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.5.3.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.5.3.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.5.3.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.5.3.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.5.4 Apresentar Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação;

8.5.4.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.5.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.6 Qualificação técnica:

8.6.1 Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido os bens compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação, contendo nome, RG e telefone do declarante para mais informações;

8.6.2 A LICITANTE deverá apresentar junto à proposta, sob pena de desclassificação, **declaração de que é a responsável** pelos serviços de garantia e manutenção "on-site" ou indicando sua Rede de Assistência Técnica Autorizada.

8.7 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.7.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.8 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.8.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.9 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.10 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.11 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.12 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.13 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.13.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.14 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.14.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.15 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.15.1.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, juntamente com a proposta de preços em conformidade com o item 6.21.

8.15.1.2 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.16.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

8.15.1.3 A aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.1.4 A atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.1.5 A apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

8.15.1.6 A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 8.16.1 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.16.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.17 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.17.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.17.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.18 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.19 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.20 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.21 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9 DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.mpma.mp.br.

10 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), pela autoridade superior, que em seguida homologará o processo licitatório.

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

12.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2 Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13 DA GARANTIA DE CONTRATAÇÃO

13.1 Não será exigida garantia de contratação

14 DO CONTRATO

14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Contrato.

14.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, por e-mail, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3 O Aceite da Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

14.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.5 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.5.1 Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.6 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou receber a nota de empenho, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

14.7 O Diretor-Geral nomeará servidores lotados no Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO, para fiscalizar o contrato, devendo-se registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, para que providencie a imediata correção das irregularidades apontadas.

14.7.1 O fiscal do contrato deverá:

14.7.1.1 Atestar os documentos da despesa e acompanhar o fornecimento de acordo com as datas e especificações pré-definidas, em conformidade com o Edital.

14.7.1.2 Fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, inclusive quanto à não interrupção do fornecimento do bem.

15 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.5 Fraudar a licitação

15.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1.1 Advertência;

15.2.1.2 Multa;

15.2.1.3 Impedimento de licitar e contratar e

15.2.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2 As peculiaridades do caso concreto

15.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1 Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2 Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Maranhão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item , caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

15.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3 A impugnação e/ ou pedido de esclarecimento poderão ser realizados, mediante petição a ser enviada, **exclusivamente**, de forma eletrônica, para o e-mail esclarecimentos@mpma.mp.br.

16.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

17.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

17.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.mpma.mp.br.

17.11 A abertura da sessão deste Pregão será transmitida via Youtube no canal Licitações do MPE-MA, conforme determina o Ato Regulamentar n. 39/2020 -GPGJ.

17.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.12.1 ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

17.12.2 ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO;

17.12.3 ANEXO III – M INUTA DA ATA DE REGRISTRO DE PREÇOS;

17.12.4 ANEXO IV – MINUTA DA SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS; e

17.12.5 ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO;

17.13 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor;

17.14 Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro por meio eletrônico, via internet, através do e-mail: esclarecimentos@mpma.mp.br.

São Luís-MA., __ de _____ de 20__.

_____

Pregoeiro – CPL
PGJ/MA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

PREGÃO Nº 90003/2024 – SRP – PGJ/MA

(RESOLUÇÃO CNMP 37/2009)

Cientes que ao se realizar declaração falsa, incorre-se no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, declaramos que não há sócios na empresa _____, CNPJ nº_____, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, detentor de tais cargos e funções quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, detentor de tais cargos quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

São Luís, _____ de _____ de 20__.

_____
(Assinatura Representante Legal da Empresa)

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS __/20__

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22856/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025 – SRP – CPL/PGJ
ID DA CONTRATAÇÃO NO PNCP:

A **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO**, com sede nesta cidade, à Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3.261, Calhau, São Luís/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. PAULO GONÇALVES ARRAIS, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, **matrícula nº** _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão de nº 90003/2025, operado na forma eletrônica, para Registro de Preços, constante do **Processo Administrativo nº** 22856/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital do certame, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar nº. 123/06, Decreto Federal nº 11.462/2023, Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ e demais normativos legais aplicáveis à espécie, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, especificado na tabela constante no item 1.1 do Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão nº 90003/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

1 – DADOS DA EMPRESA

Razão Social:_____ CNPJ: _____

Endereço:_____

Telefone:_____ E-mail:_____

Nome do Representante:_____

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias da PGJ/MA e do fornecedor.

4.2. A autorização da PGJ/MA apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. A PGJ/MA poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização da PGJ/MA, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. Os órgãos interessados em aderir à Ata de Registro de Preços decorrente deste pregão, o farão utilizando o modelo de formulário – Anexo IV – constante deste instrumento convocatório, **enviando essa solicitação para o e-mail: diretoriageral@mpma.mp.br**.

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada

item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. No ato da prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pela PGJ/MA por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual, de que trata o item 5.2, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica

para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a PGJ/MA convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a PGJ/MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, a PGJ/MA comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela PGJ/MA e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a PGJ/MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, a PGJ/MA atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. A PGJ/MA comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pela PGJ/MA, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá a PGJ/MA, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho da PGJ/MA, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a PGJ/MA poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar à PGJ/MA qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 82, §5, VIº da Lei n. 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Luís (MA), ____ de _____ de 20__.

_____

Órgão Gerenciador: Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão

PAULO GONÇALVES ARRAIS

Diretor-Geral

_____

Fornecedor:

Representante:

ANEXO IV - MINUTA DE SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

<< ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA >>

Ofício n. << xx >> << sigla do órgão >>

<< Local e Data >>

À Sua Excelência o Senhor
DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
Procurador-Geral de Justiça do Maranhão

Assunto: **Adesão à Ata de Registro de Preços n. << nº e ano >>**

Senhor(a) Procurador(a)-Geral,

1. O/A << Órgão ou Entidade da Administração Pública >>, por meio do seu Titular, vem manifestar interesse em aderir à << identificação da ARP >>, oriunda do Processo Licitatório << nº e origem >>, na modalidade Pregão Eletrônico, sob << nº do Pregão >>, com preços registrados para futura << objeto da Ata de Registro de Preços >>, conforme tabela abaixo:

2. Tabela elaborada com base no quadro de preços registrados da <<identificação da ARP >>:

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor total

3. Para maior celeridade do feito, no caso de aceitação, pela empresa beneficiária da <<identificação da ARP >>, o competente Termo de Adesão deverá ser elaborado com os seguintes dados do Órgão Carona:

a. << Nome do Órgão ou da Entidade, CNPJ e endereço >>

b. << Nome do Titular, CPF e cargo >>

Atenciosamente,

<< Nome do Titular da Pasta ou do Ordenador de Despesa >>

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/20__, QUE CELEBRAM A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

A **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO,** com sede nesta Capital, à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº. 3261, Calhau, CEP 65076-820, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. PAULO GONÇALVES ARRAIS, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, matrícula funcional nº _____e de outro lado a empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, sediada na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, têm justo e acertada a celebração do presente contrato, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo n.º 22856/2024** que instruiu a licitação na modalidade **Pregão nº 90003/2025**, por sistema de registro de preços, e em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021, do Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais legislação aplicável, têm entre si justo e avençado o que segue:

1.CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.O objeto do presente instrumento é aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, nos termos da tabela abaixo, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2.Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	WORKSTATION TIPO I	460038	Unid	x	R$	R$
2	WORKSTATION TIPO II	606229	Unid	x	R$	R$
VALOR TOTAL						

1.3.Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1.O Termo de Referência;

1.3.2.O Edital da Licitação;

1.3.3.A Proposta do contratado;

1.3.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1.O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, nos termos já descritos no Termo de Referência e neste Contrato.

3.CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

3.1.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2.Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3.As comunicações entre a PGJ/MA e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4.A PGJ/MA poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

3.5.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

3.6.O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

3.6.1.O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117);

3.6.2.Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

3.6.3.O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.6.4.No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.6.5.O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

3.7.O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.7.1.Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

3.8.O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.9.O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.10.O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.11.O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.12.O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.13.O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.14.O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4.CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1.Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1.O valor total da contratação é de R$..... (.....).

5.2.No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3.O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6.CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1.1.Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

6.1.1.1.Não produzir os resultados acordados,

6.1.1.2.Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.1.1.3.Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

6.2. O recebimento será feito nos termos do art. 140 da Lei n° 14.133/2021;

6.2.1. Provisoriamente, no ato da entrega do(s) produto(s), para posterior verificação da conformidade com as especificações e amostras aprovadas pela FISCALIZAÇÃO;

6.2.1.1. Será assinado o Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório pelas partes em até 15 (quinze) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da formalização, por parte da CONTRATADA, comunicando a finalização da entrega dos equipamentos no local determinado;

6.2.1.2. Serão executados testes de funcionamento para verificar o atendimento ao estabelecido nas especificações técnicas mínimas exigidas e as especificações em que a contratada pontuou para fins de qualificação de sua proposta;

6.2.1.3. Se for constatada desconformidade do(s) produto(s) apresentado(s) em relação às especificações do(s) objeto(s) ou à(s) amostra(s) aprovada(s) pela FISCALIZAÇÃO, o CONTRATADO deve efetuar a troca do(s) produto(s), no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus para a CONTRATANTE, a contar do recebimento da solicitação;

6.2.1.4. Neste caso, o recebimento dos produtos livre dos vícios que deram causa a sua troca será considerado recebimento provisório, ensejando nova contagem de prazo para o recebimento definitivo.

6.2.1.5. O Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório será certificado pelo fiscal do contrato indicado pela CONTRATANTE, conforme art. 7º, do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ;

6.2.2. Definitivamente, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação de que o material adquirido encontra-se em perfeitas condições de utilização e atende às especificações do objeto contratado e consequente aceitação mediante termo circunstanciado de recebimento, considerando os seguintes itens conforme cada caso:

6.2.2.1. Condição da embalagem dos produtos, que deve estar em perfeito estado e não violada e que ofereça proteção ao calor e à umidade;

6.2.2.2. Confrontação entre a marca cotada na licitação e o produto entregue;

6.2.2.3. O Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo será certificado pelo gestor e pelo fiscal do contrato indicado pela CONTRATANTE, conforme art. 7º, do Ato Regulamentar nº 08/2015;

6.3. Os objetos a serem fornecidos serão considerados aceitos somente após o recebimento e análise, depois de desembalados e conferidos pela CONTRATANTE, atendidos as especificações exigidas no Termo de Referência;

6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;

6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

6.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;

6.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Liquidação

6.8.Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.8.1.O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9.Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.9.1.O prazo de validade;

6.9.2.A data da emissão;

6.9.3.Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.9.4.O período respectivo de execução do contrato;

6.9.5.O valor a pagar; e

6.9.6.Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.10.Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.11.A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.12.A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.13.Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.14.Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.15.Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.16.Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.17.O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

6.18.O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

6.19.Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.20.1.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.21.O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.CLÁUSULA SÉTIMA – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Critérios de Aceitação

7.1. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.2. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-oflife);

7.3. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade;

7.4. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil;

7.5. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas no Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, no Termo de Referência e neste CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

7.6. A garantia “ON-SITE” para todos os equipamentos, componentes e peças deverá ser prestada pelo período de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos, sem nenhum custo adicional à PGJMA;

7.7. A garantia acima não trará prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante; 4.8.1.1. O licitante deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante, se houver;

7.8. A CONTRATADA declara que é a responsável pelos serviços de garantia e manutenção "on-site", ou indicará sua Rede de Assistência Técnica Autorizada;

7.8.1.Entende-se "Rede de Assistência Técnica Autorizada" "fabricantes dos equipamentos" como os parceiros ou representantes do fabricante dos equipamentos que serão responsáveis pelos serviços de garantia e manutenção "on site" quando a licitante apenas comercializa os produtos do fabricante. Ou seja, quando o equipamento necessita de manutenção durante o período de garantia, o fabricante enviará um técnico autorizado até a instalação da Contratante para realizar a manutenção;

7.8.2. A garantia e assistência técnica dos equipamentos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento e possíveis falhas que possam surgir com o uso;

7.8.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico via telefone, e-mail ou página web, sem ônus para a PGJMA, visando agilizar os chamados e atendimentos técnicos, e prestar a garantia, quando solicitada, no horário compreendido entre 08h00 (oito) e 18h00 (quinze) horas, de segunda a sexta-feira, excluídos os feriados, no LABLD / GAECO / CAEI;

7.8.4. Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados devem estar disponíveis para download no web site do fornecedor do equipamento;

7.8.5. O atendimento aos chamados deve seguir um procedimento padrão, com o objetivo de realizar o diagnóstico remoto do defeito e/ou orientar a solução do problema por telefone. O atendimento de primeiro nível de garantia deve ser capaz de solucionar problemas por telefone no momento do contato. Caso o primeiro nível de atendimento do fabricante não solucione o problema, a CONTRATADA deverá disponibilizar um segundo nível de atendimento remoto;

7.8.6. Deverá ser ofertado uma solução de gerenciamento com console web que ofereça no mínimo as seguintes características:

7.8.6.1. Possuir interface personalizável permitindo o gerenciamento e inventário do hardware e com acesso a informações da garantia dos equipamentos;

7.8.6.2. Detecção antecipada de problemas e suporte proativo orientado por Inteligência Artificial, permitindo o monitoramento da saúde dos dispositivos, alerta a falhas de configuração, erros do SO Windows, e indicadores de segurança;

7.8.6.3. Contenha solução para a abertura e gerenciamento de chamados com a opção de configuração de chamados automáticos;

7.8.7. Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante, que permita verificar a garantia do equipamento exigida, através da inserção do seu número de série;

7.8.8. A validação da garantia junto ao fabricante será feita no momento da entrega do equipamento, com pena de não aceitação até sua regularização;

7.8.9. A garantia "ON-SITE" deverá observar os prazos estabelecidos no Termo de Referência e neste Contrato, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta;

7.8.10. Para o atendimento, deve-se considerar que:

7.8.10.1. Entende-se por hora da solicitação para abertura de chamado a hora de envio do fac-símile, chat, e-mail ou da chamada telefônica;

7.8.10.2. Entende-se por início do atendimento o primeiro contato, que pode ser feito por telefone (para pré-diagnóstico) ou presencialmente, a partir da hora de chegada do técnico ao local onde está o equipamento;

7.8.11. O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas a partir da hora da solicitação;

7.8.12. O término do reparo do equipamento deverá ocorrer no prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis, contado a partir do início do atendimento, ou de acordo com a particularidade de cada equipamento especificado no TERMO DE REFERÊNCIA;

7.8.13. Entende-se por término do reparo do equipamento a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado;

7.8.14. No caso da CONTRATADA não terminar o reparo do equipamento no prazo estabelecido, deverá substituir imediatamente o equipamento defeituoso por outro de sua propriedade, com características e capacidades iguais ou superiores ao substituído, em caráter provisório, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da substituição;

7.8.15. Findo o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a substituição do equipamento será definitiva, a critério da PGJMA;

7.8.16. A CONTRATADA deverá substituir o equipamento já instalado por um novo, com características e capacidades iguais ou superiores ao que será substituído, no prazo de 10 (dez) dias úteis após ser notificada, nos seguintes casos:

7.8.16.1. Caso a soma dos tempos de paralisação do equipamento, por defeito de hardware, ultrapasse 80 (oitenta) horas úteis, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias;

7.8.16.2. Quando da solicitação da manutenção corretiva, por meio de telefone, chat, fac-símile ou e-mail, a PGJMA, através do LAB-LD / GAECO / CAEI, fornecerá à CONTRATADA, para fins de abertura de chamado técnico, obrigatoriamente as seguintes informações:

7.8.16.3. Código de fabricação ou número de série do equipamento;

7.8.16.4. Local onde a assistência técnica deverá ser prestada (no LAB-LD / GAECO / CAEI);

7.8.16.5. Anormalidade observada;

7.8.16.6. Nome do responsável pela solicitação;

7.8.16.7.Número do telefone para contato;

7.8.17. Somente os técnicos da CONTRATADA, ou pessoas a quem a CONTRATADA autorizar por escrito, poderão executar os serviços de manutenção corretiva “ON-SITE”;

7.8.18. Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências do PGJMA;

7.8.19. Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

7.8.20. Fica ressalvado à CONTRATADA o direito de adotar medidas de segurança que entender necessárias a fim de evitar que pessoas não autorizadas executem os serviços de manutenção, exceto lacres;

7.8.21. Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, Relatório de Serviço Técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do equipamento, número de série/patrimônio do equipamento atendido, localização do equipamento, descrição do problema relatado pela PGJMA, descrição do problema realmente encontrado com a indicação clara da troca ou não de peças, lista das peças ou componentes que foram substituídos, solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da PGJMA;

7.8.21.1. A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com Servidor da PGJMA responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico;

7.8.22. A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema;

7.8.23. As peças e componentes substituídos deverão possuir configuração idêntica ou superior às originais (tipo, capacidade, configuração, desempenho, situação/condição física, estado de conservação, etc.) e devem ser do FABRICANTE do equipamento ou atestadas pelo FABRICANTE do equipamento;

7.8.24. As peças e componentes em substituição, instaladas pela CONTRATADA, serão incorporadas aos equipamentos, passando a ser de propriedade do PGJMA;

7.8.25. A CONTRATANTE possui corpo técnico plenamente capacitado e habilitado, e estará a todo tempo, autorizada a abrir o gabinete do equipamento para a realização de diagnósticos iniciais que julgar necessário, bem como adição ou substituição de componentes e acessórios para a dilatação da capacidade do equipamento, sem perda de garantia;

7.8.26. Desde já, para os casos que se mostrarem necessários e objetivando a não parada do serviço, a CONTRATANTE está autorizada a realizar a substituição dos discos rígidos exclusivamente entre as máquinas entregues, garantindo que no caso de algum dano de hardware que não implique a perda do acesso aos dados do disco rígido, o trabalho do usuário possa prosseguir em outro computador da mesma marca e modelo, com a simples troca do HD;

7.8.27. Em caso de defeito irreparável no disco rígido, ou outro defeito qualquer que implique a substituição integral e definitiva do mesmo:

7.8.27.1. O disco rígido usado deverá ficar retido na Instituição a fim de resguardá-la de vazamento e informações, não sendo devolvido em hipótese alguma;

7.8.27.2. Em hipótese alguma o disco rígido poderá ser retirado das instalações da CONTRATANTE a fim de preservar a segurança dos dados armazenados;

7.8.27.3. Caso a CONTRATADA deseje analisar o produto defeituoso antes de realizar a sua substituição definitiva no caso de defeito, ela terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da abertura do chamado para se dirigir à sede do CONTRATANTE para realizar testes, acompanhada de profissional do CONTRATANTE;

7.8.27.4. Em hipótese alguma a CONTRATADA poderá copiar, ler, se apossar ou conhecer os dados armazenados nos dispositivos, sem a presença de profissional integrante do LAB-LD / GAECO / CAEI.

Condições de Entrega

7.9. O prazo para entrega dos equipamentos será de, no máximo, 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data da assinatura do Contrato;

7.10. Os itens deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Galpão 19, no endereço Av. Governador Luís Rocha (Antiga Estrada da Vitória), 2409, CEP 65.035-270 – Bairro da LIBERDADE - SÃO LUIS/MA (PROX. AO HOSPITAL SARAH) telefone: (98) 3219-1660, no horário das 08:00 às 15:00 horas;

7.10.1. Link para localização: https://maps.app.goo.gl/3qkShH2APToytRCt5;

7.11. O fornecimento será feito de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, devendo os mesmos serem novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e entregues acondicionados, adequadamente, em caixas lacradas, de forma a permitir completa segurança durante o transporte;

7.12. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para os seguintes endereços de e-mail: labld@mpma.mp.br, francisco.orino@mpma.mp.br , fones: (98) 3219-1626;

7.13. Serão injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do CONTRATANTE;

7.14. O transporte dos itens até o local determinado pela PGJMA, conforme item 7.10 deste Contrato, deverá ser realizado pela CONTRATADA. A entrega deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sob o risco de não ser autorizada;

7.15. Incluídos nos preços unitários estão todos os impostos, taxas, fretes e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, os quais serão de responsabilidade da CONTRATADA.

8.CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 11/11/2024.

8.1.1.Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajustes após o interregno de um ano, aplicando-se o índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.4.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.5.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.6.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.7.O reajuste será realizado por apostilamento.

8.8.Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

9.CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.3.Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4.Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.5.Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.6.Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.7.Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.8.Cientificar a Diretoria-Geral da PGJ/MA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

9.9.Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.10.Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1.O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

10.2.A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

10.3.Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.4.Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.5.Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.6.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.7.Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.8.Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a

regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.9.Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

10.10.Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.11.Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

10.12.Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.13.Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

10.14.Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.15.Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.16.Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

10.17.Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.18.Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.19.Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.20.Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.21.Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do

objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.22.Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

10.23. Manter, durante a vigência do Contrato, a condição prevista na Resolução nº 172/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante à vedação de contratar a prestação de serviços com empresa que tenha como sócios, gerentes ou diretores, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, devendo, na ocorrência de quaisquer uma das hipóteses mencionadas, comunicar o fato, de imediato e por escrito, à CONTRATANTE;

10.24. É vedado à CONTRATADA manter empregados, no âmbito da CONTRATANTE, que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, observando-se, também, no que couber, a vedação de reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal;

11.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1.As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3.É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4.A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5.Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD

11.7.O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8.O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9.O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10.Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1.Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11.O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12.Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1.Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1.Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

13.1.1.Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2.Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3.Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4.Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5.Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6.Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7.Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8.Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2.Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1.**Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2 a 13.1.4 desta cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.3.**Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5 a 13.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens 13.1.2 a 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.2.4.**Multa:**

13.2.4.1.**Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

13.2.4.2.**Compensatória** de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3.A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4.1.Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.5.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5.1.Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.6.A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.7.Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

13.7.1.A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.7.2.As peculiaridades do caso concreto;

13.7.3.As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.7.4.Os danos que dela provierem para o Contratante;

13.7.5.A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.8.Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e

autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.9.A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Projeto Básico ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.10.O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.11.As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.12.Os débitos do contratado para com a Procuradoria-Geral de Justiça, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1.O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2.Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.3.Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

14.3.1.Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

14.3.2.Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.4.O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.4.1.Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4.2. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.4.2.1.Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.5.O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.5.1.Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.5.2.Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.5.3.Indenizações e multas.

14.6.A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.7.O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1.As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ação:
Natureza da despesa:
Nota de Empenho nº _____ de ___/____/____.

15.2.A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16.CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

16.1.Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2.O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3.As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4.Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1.Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, Lei Federal nº 14.133/2021, além do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90) e demais normas pertinentes aplicáveis à espécie.

18.CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Este instrumento contratual será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (www.pncp.gov.br), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet (www.mpma.mp.br), em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19.CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1.Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

19.2.E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato perante as testemunhas abaixo assinadas a tudo presente.

São Luís (MA), ___ de _____de 20__.

_____

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO
Diretor-Geral

_____

CONTRATADA
Representante legal

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

MINUTA - PE_90003-2025_SRP - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATIONS

Documento de Formalização da Demanda

Número do Documento de Formalização da Demanda: 35/2025

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
GRUPO A. ESPECIAL COMB. ORG. CRIMINOSAS - GAECO	30/12/2025 00:00	925129	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO

Descrição sucinta do objeto

Aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, com alto poder de processamento de dados e desempenho.

Justificativa da prioridade

A necessidade crescente por apoio técnico científico durante as investigações conduzidas pelos membros do Ministério Público do Maranhão-MPMA.

2. Justificativa de Necessidade

O objetivo dessa contratação é o aperfeiçoamento da infraestrutura e da segurança da tecnologia da informação, essencial para assegurar a continuidade dos serviços institucionais com a ampliação e modernização do parque tecnológico da Unidade de Tecnologia da Informação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro - LAB-LD, dos Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO, regionais de São Luís, Imperatriz e Timon, bem como da Seção de Sinais da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI, do MPMA;

Essa demanda está alinhada ao planejamento estratégico do MPMA 2021-2029, no eixo Tecnologia da Informação, cujo objetivo como resultado para sociedade é aperfeiçoar a Atividade Investigativa e de Inteligência do MPMA. Os programas vinculados a este objetivo são aplicados na Utilização de Inteligência Artificial para Atendimentos Rotineiros do projeto de Criação da Política de Inteligência no MPMA., tornando a aquisição desses bens uma medida indispensável.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nº do item	Classe	PDM	Descrição	Qtd	Val. unit. (R$)	Val. total (R$)
1	Computadores	Microcomputador	armazenamento hdd: 2, armazenamento ssd: até 2 tb, componentes adicionais: com teclado e mouse, gabinete: torre, garantia on site: superior a 36, memória ram: 64, monitor: sem monitor, núcleos por processador: superior a 8, sistema operacional: proprietário **Unidade de fornecimento:** Unidade	2,00	118.600,00	237.200,00
2	Computadores	Microcomputador	armazenamento hdd: 2, armazenamento ssd: até 2 tb, componentes adicionais: com teclado e mouse, garantia on site: superior a 36, memória ram: 32, monitor: sem monitor, núcleos por processador: 5 a 8, sistema operacional: proprietário **Unidade de fornecimento:** Unidade	16,00	56.435,72	902.971,52

3.2 Serviços

Nenhum serviço incluído.

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Integrante Requisitante

BRUNO EMANUEL SETUBAL LEARTE

ASSESSOR TÉCNICO II

Despacho: Integrante Técnico

RONALD SILVA PEREIRA

ASSESSOR TÉCNICO II

Despacho: Integrante Administrativo

FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO

TÉCNICO MINISTERIAL

Despacho: Coordenador do GAECO

LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO

PROMOTOR DE JUSTIÇA

5. Acompanhamento

IdAcompanhamento	Responsável	Data
1 Operação realizada para inserção do alinhamento estratégico do MPMA 2021-2029.	FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO	08/04/2025 14:56
2 A contratação não se encontra na previsão do Plano Anual de Contratações de 2024 do LAB-LD, mas pode estar contemplada como uma das atividades priorizadas no FEMPE 2024.	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	28/03/2025 13:54

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

ANEXO DE MOVIMENTACAO : DFD925129_000035_2025_ASS

Documento de Formalização da Demanda

Número do Documento de Formalização da Demanda: 35/2025

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
GRUPO A. ESPECIAL COMB. ORG. CRIMINOSAS - GAECO	30/12/2025 00:00	925129	DANIELA NASCIMENTO MONTELO

Descrição sucinta do objeto

Aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, com alto poder de processamento de dados e desempenho.

Justificativa da prioridade

A necessidade crescente por apoio técnico científico durante as investigações conduzidas pelos membros do Ministério Público do Maranhão-MPMA.

2. Justificativa de Necessidade

O objetivo dessa ação é o aperfeiçoamento da infraestrutura e da segurança da tecnologia da informação, essencial para assegurar a continuidade dos serviços institucionais com a ampliação e modernização do parque tecnológico da Unidade de Tecnologia da Informação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro - LAB-LD, dos Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO, regionais de São Luís, Imperatriz e Timon, bem como da Seção de Sinais da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI, do MPMA.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nº do item	Classe	PDM	Descrição	Qtd	Val. unit. (R$)	Val. total (R$)
1	Computadores	Microcomputador	armazenamento hdd: 2, armazenamento ssd: até 2 tb, componentes adicionais: com teclado e mouse, gabinete: torre, garantia on site: superior a 36, memória ram: 64, monitor: sem monitor, núcleos por processador: superior a 8, sistema operacional: proprietário **Unidade de fornecimento:** Unidade	2,00	118.600,00	237.200,00
2	Computadores	Microcomputador	armazenamento hdd: 2, armazenamento ssd: até 2 tb, componentes adicionais: com teclado e mouse, garantia on site: superior a 36, memória ram: 32, monitor: sem monitor, núcleos por processador: 5 a 8, sistema operacional: proprietário **Unidade de fornecimento:** Unidade	16,00	56.435,72	902.971,52

3.2 Serviços

Nenhum serviço incluído.

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Integrante Requisitante

BRUNO EMANUEL SETUBAL LEARTE

ASSESSOR TÉCNICO II

Despacho: Integrante Técnico

RONALD SILVA PEREIRA

ASSESSOR TÉCNICO II

Despacho: Integrante Administrativo

FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO

TÉCNICO MINISTERIAL

Despacho: Coordenador do GAECO

LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO

PROMOTOR DE JUSTIÇA

5. Acompanhamento

IdAcompanhamento	Responsável	Data
1 A contratação não se encontra na previsão do Plano Anual de Contratações de 2024 do LAB-LD, mas pode estar contemplada como uma das atividades priorizadas no FEMPE 2024.	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	28/03/2025 13:54

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

ANEXO DE MOVIMENTACAO : DFD_925129_000035_2025_ WORSTATIONS

Documento de Formalização da Demanda

Número do Documento de Formalização da Demanda: 35/2025

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
GRUPO A. ESPECIAL COMB. ORG. CRIMINOSAS - GAECO	30/12/2025 00:00	925129	DANIELA NASCIMENTO MONTELO

Descrição sucinta do objeto

Aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, com alto poder de processamento de dados e desempenho.

Justificativa da prioridade

A necessidade crescente por apoio técnico científico durante as investigações conduzidas pelos membros do Ministério Público do Maranhão-MPMA.

2. Justificativa de Necessidade

O objetivo dessa ação é o aperfeiçoamento da infraestrutura e da segurança da tecnologia da informação, essencial para assegurar a continuidade dos serviços institucionais com a ampliação e modernização do parque tecnológico da Unidade de Tecnologia da Informação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro - LAB-LD, dos Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO, regionais de São Luís, Imperatriz e Timon, bem como da Seção de Sinais da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI, do MPMA.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nº do item	Classe	PDM	Descrição	Qtd	Val. unit. (R$)	Val. total (R$)
1	Computadores	Microcomputador	armazenamento hdd: 2, armazenamento ssd: até 2 tb, componentes adicionais: com teclado e mouse, gabinete: torre, garantia on site: superior a 36, memória ram: 64, monitor: sem monitor, núcleos por processador: superior a 8, sistema operacional: proprietário **Unidade de fornecimento:** Unidade	2,00	118.600,00	237.200,00
2	Computadores	Microcomputador	armazenamento hdd: 2, armazenamento ssd: até 2 tb, componentes adicionais: com teclado e mouse, garantia on site: superior a 36, memória ram: 32, monitor: sem monitor, núcleos por processador: 5 a 8, sistema operacional: proprietário **Unidade de fornecimento:** Unidade	16,00	56.435,72	902.971,52

3.2 Serviços

Nenhum serviço incluído.

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Integrante Requisitante

BRUNO EMANUEL SETUBAL LEARTE

ASSESSOR TÉCNICO II

Despacho: Integrante Técnico

RONALD SILVA PEREIRA

ASSESSOR TÉCNICO II

Despacho: Integrante Administrativo

FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO

TÉCNICO MINISTERIAL

Despacho: Coordenador do GAECO

LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO

PROMOTOR DE JUSTIÇA

5. Acompanhamento

IdAcompanhamento	Responsável	Data
1 A contratação não se encontra na previsão do Plano Anual de Contratações de 2024 do LAB-LD, mas pode estar contemplada como uma das atividades priorizadas no FEMPE 2024.	DANIELA NASCIMENTO MONTELO	28/03/2025 13:54

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Anexo de movimentação: DFD_925129_000035_2025_ WORSTATIONS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo o Registro de Preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 01						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QTDE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	WORKSTATION TIPO I	460038	Unid	16	56.435,72*	902.971,52
2	WORKSTATION TIPO II	606229	Unid	2	118.600,00**	222.687,14
Valor médio total						**1.125.658,66**

* MEDIANA
** MÉDIA

1.2. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como bens de natureza comum, com padrão de desempenho, qualidade e especificações usuais de mercado (Art. 6º, Inciso XIII, da Lei nº 14133/2021);

1.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de publicação na Imprensa Oficial, na forma do Art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021;

1.4. O prazo de vigência do CONTRATO será de **12 (doze) meses**, a contar de sua assinatura, com eficácia na publicação do seu extrato na imprensa oficial, na forma do Art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021;

1.4.1. O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, além de estar conciliado com as datas de execução, entrega, observação e recebimento definitivo do objeto contratual e pagamento, de acordo com os termos já descritos neste TERMO DE REFERÊNCIA;

1.4.2. O contrato é de fornecimento não-contínuo e oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação;

1.5. Tal quantitativo não será passível de adesões por parte de outros órgãos, além do fato do registro de preços não requerer obrigatoriedade de dotação orçamentária, nem de aquisição integral do quantitativo definido, podendo ser adquirido de acordo com a necessidade, aliada à disponibilidade de orçamento (Art. 191 da Lei nº 14133/2021);

1.6. Apesar dos itens serem divisíveis (GRUPO 01), não se aplicará o benefício do artigo 48, III da Lei Complementar 123/2006, em razão de que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte poderá não ser vantajoso para a administração pública, caso os objetos do certame venham com padronizações diferentes, podendo representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, uma vez que são bens em que a padronização é essencial, para fins de manutenções preventivas/corretivas, suporte, controle e gestão de incidentes/requisições;

1.7. O critério de julgamento a ser adotado será de Menor Preço por Grupo, por conta da necessidade de garantir total integração e compatibilidade entre os itens especificados, de modo a não prejudicar a eficácia da Contratação;

1.8. Todos os itens possuem CATMAT próximo ao desejado, em virtude de não haver especificação exata para os mesmos no Portal de Compras do Governo Federal.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO)

2.1. **WORKSTATION TIPO I**

2.1.1. **Processador**

2.1.1.1. Processador com 24 (vinte e quatro) núcleos físicos reais e 32 (trinta e dois) threads, arquitetura x86, mínimo de 36MB de Cache total;

2.1.1.2. Frequência de operação mínima por núcleo de 2.4 GHz, sendo considerado para efeito de comprovação desta os valores alcançados no modo nativo da CPU;

2.1.1.3. O processador deverá suportar execução de sistema operacional e outros aplicativos tanto de 32 bits quanto de 64bits;
2.1.1.4. Processador com performance, mínima, de 60.000 (sessenta mil) pontos, no Performance teste do Passmark@Software:O desempenho será comprovado por intermédio de resultados de BenchMark, disponíveis em: http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php será aceito variações de até 5% na pontuação do processador ofertado;
2.1.1.5. É obrigatório informar na proposta o modelo do processador ofertado para fins de conferência.
2.1.2. **Placa Mãe**
2.1.2.1. Projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado, ou desenvolvida especialmente para o modelo em regime de OEM com a devida comprovação. Não sendo, portanto, aceitas placas genéricas destinadas ao mercado comum.
2.1.3. **Chipset**
2.1.3.1. Possuir chip de segurança TPM 2.0 ou superior integrado a mesma, acompanhado do software capaz de implementar as principais funcionalidades do mesmo e demais, conforme descrito a seguir: Deverá ser obrigatoriamente no idioma Português Brasil e do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM devidamente comprovado; quando em regime de OEM, deverá obrigatoriamente ser fornecido suporte e todas as atualizações, inclusive de versões durante o período de garantia do equipamento;
2.1.3.2. Deverá ser capaz de habilitar as principais funcionalidades básicas de segurança oferecidas pelo referido chip TPM na versão 2.0 ou superior, sendo as seguintes:
2.1.3.2.1. Deverá possuir módulo que credencie o usuário a fazer logon no equipamento pelo método padrão ou através de impressão digital se utilizando soluções externas de leitor biométrico conectado à porta USB, permitindo assim que seja utilizada senha convencional ou o leitor para acessar o sistema operacional;
2.1.3.3. Deverá através do software de segurança gerenciar as permissões dos usuários que utilizam o equipamento permitindo gerar configurações individuais ou por grupo para acesso a recursos de como, por exemplo:
2.1.3.3.1. Permitir ou bloquear acesso às portas USB;
2.1.3.3.2. Permitir ou bloquear acesso aos periféricos de conexão com o ambiente externo “Placa de Rede, Modem, Bluetooth, DVD+/-RW, etc.”;
2.1.3.3.3. Deverá possuir módulo para configurar a segurança e a proteção dos dados gerando uma área para armazenamento de arquivos particulares dos usuários, sendo essa área protegida por criptografia utilizando o chip TPM 1.2. Esse módulo visa garantir que não será possível o acesso indevido aos dados protegidos, mesmo em caso de remoção do disco rígido para outro equipamento uma vez que o acesso aos mesmos está vinculado às credenciais dos usuários e ao chip TPM do respectivo equipamento;
2.1.3.3.4. O licenciamento do software deve contemplar suporte, atualização e garantia de evolução pelo período igual à garantia do equipamento ofertado sem qualquer custo adicional.
2.1.4. **BIOS**
2.1.4.1. Desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org);
2.1.4.2. A compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site http://www.uefi.org/members, na categoria membros;
2.1.4.3. BIOS deverá ser implementada em memória "flash", atualizável diretamente pelo Windows, projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou ter direitos (Copyright) sobre essa BIOS, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizações;
2.1.4.4. Deverá suportar tecnologias de integração à rede com PXE, configuração e controle remoto;
2.1.4.5. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede;
2.1.4.6. Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 3.0 e Plug-and-Play;
2.1.4.7. Deverá possuir campo com número de série do equipamento, podendo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;
2.1.4.8. Deverá possuir campo editável, com recurso para registro de informações como, por exemplo, o número do patrimônio do equipamento podendo o mesmo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;
2.1.4.9. Possibilidade de habilitar /desabilitar portas USB;

2.1.4.10. O BIOS deve possuir ferramenta de diagnóstico com capacidade de executar teste de processador, memória RAM, saúde dodisco rígido ou SSD, interface de rede, interface gráfica e portas USB. A mensagem de erro deverá ser o suficiente para abertura de chamado em Garantia;
2.1.4.11. Relógio de calendário em bateria não volátil;
2.1.4.12. Deverá possuir a interface de configuração em idioma em Português ou Inglês;
2.1.4.13. Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco rígido;
2.1.4.14. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante;
2.1.4.15. Lançada a partir de 2022 e entregue na versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;
2.1.4.16. Deverá possuir interface gráfica acessível através de teclado e mouse;
2.1.4.17. Deverá possuir solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento em definitivo, tais como HDD, SSD e SSHD, em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela BIOS;
2.1.4.18. Deverá possuir ferramenta que possibilite realizar a formatação definitiva dos dispositivos de armazenamento conectados ao equipamento. Caso esta ferramenta não seja nativa, deverá ser oficialmente homologada pelo fabricante do dispositivo.

2.1.5. **Interfaces**

2.1.5.1. No mínimo 01 (um) slot PCIe Gen5 x16, 01 (um) Slots PCIe Gen4 x4, 01 (um) slot PCIe Gen3 x4 e 03 (três) slots M.2 para SSDs;
2.1.5.2. 01 (uma) Controladora de unidade de disco rígido tipo SATA ou SAS de 6.0 Gb/s, devendo suportar implementação dos níveis de Raid 0/1/5;
2.1.5.3. Possuir no mínimo 10 (dez) Portas USB, sendo pelo menos 06 (seis) delas USB 3.2 SuperSpeed (10Gbps);
2.1.5.4. Deverá possuir no mínimo 4 (quatro) portas USB na parte frontal do gabinete, sendo pelo menos 01 (uma) do tipo USB-C;
2.1.5.5. Possuir mínimo de 4 (quatro) Slots de memória suportando expansão mínima a 128GB com ECC.

2.1.6. **Memória**

2.1.6.1. No mínimo, 128GB (4X32GB), DDR5-3600MHz com ECC, em dual channel;
2.1.6.2. Permitir expansão mínima de até 128 GB.

2.1.7. **Armazenamento**

2.1.7.1. Deverá ser fornecido 01 (um) disco SSD de 1TB PCIe NVMe M.2, 01 (um) disco SSD de 2TB PCIe NVMe e 03 (três) HDD com capacidade de 4TB SATA-III 6.0 Gb/s 5.400 RPM, com suporte a tecnologia SMART para detecção de pré-falhas. (Discos defeituosos serão substituídos por novos, sendo que o disco antigo deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações).

2.1.8. **Vídeo**

2.1.8.1. Placa Off-board PCI Express de 128 bits com GPU Ativo, mínimo de 2800 (dois mil e oitocentos) processadores CUDAOu equivalente devidamente comprovado, memória dedicada mínima 16GB GDDR6 ou superior;
2.1.8.2. Suporte mínimo as APIs ao DirectX 12, OpenGL 4.6, OpenCL 3.0, DirectCompute;
2.1.8.3. Deve possuir no mínimo 04 (quatro) interfaces digitais, display port ou mini display port. As interfaces mini Display Port, devem ser fornecida com adaptadores para DisplayPort.

2.1.9. **Controladora de Rede**

2.1.9.1. Integrada para comunicação a 10/100/1000 Mbps, padrão Ethernet, FastEthernet e Gigabit Ethernet, plug-and-play, totalmente configurável por software;
2.1.9.2. Permitir comunicação no modo full-duplex;
2.1.9.3. Possuir conexão RJ-45 fêmea;
2.1.9.4. Possuir LED indicador de atividade de rede;
2.1.9.5. Possuir suporte a WakeUp on LAN;
2.1.9.6. Possuir suporte a PXE 2.1;
2.1.9.7. Suportar gerenciamento através do protocolo SNMP.

2.1.10. **Placa de Rede WiFi**

2.1.10.1. Controladora de rede sem fio integrada ao equipamento, não sendo aceitos adaptadores externos;
2.1.10.2. Suporte para os padrões IEEE 802.11ax 6GHz;
2.1.10.3. Suporte a WPA/WPA-PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit;
2.1.10.4. Possuir certificação ANATEL.
2.1.11. **Áudio**
2.1.11.1. Controladora de áudio de alta-definição integrada;
2.1.11.2. Possuir alto-falante interno integrado ao gabinete;
2.1.11.3. O alto-falante interno deve possuir a capacidade de reproduzir os sons gerados pelo sistema operacional e alarmes gerados por problemas de inicialização;
2.1.11.4. O alto-falante deve se desligar automaticamente, sem a necessidade de qualquer intervenção do usuário, quando forem conectados fones de ouvido ou caixas de som externas;
2.1.11.5. Deve possuir 1 (um) conector para saída de som (fone de ouvido) e outro para entrada (microfone) ou conector combo, localizados na parte frontal do equipamento.
2.1.12. **Teclado**
2.1.12.1. Teclado com no mínimo 104 teclas (AT Enhanced), padrão ABNT II;
2.1.12.2. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT II;
2.1.12.3. Possuir ajuste de inclinação;
2.1.12.4. LED indicador de teclado numérico habilitado;
2.1.12.5. LED indicador de tecla CAPS LOCK pressionada;
2.1.12.6. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;
2.1.12.7. Possuir bloco numérico separado das demais teclas;
2.1.12.8. Possuir doze teclas de função (F1-F12) na posição superior do teclado;
2.1.12.9. O teclado deverá, obrigatoriamente, ser da mesma marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).
2.1.13. **Mouse**
2.1.13.1. Dois botões, ambidestro (simétrico), com tecnologia laser;
2.1.13.2. Com roda (wheel) para rolagem (scroll) de tela;
2.1.13.3. Conector USB padrão, sem uso de adaptadores;
2.1.13.4. Tecnologia laser ou ótico e resolução mínima de 3000 dpi;
2.1.13.5. O mouse deverá, obrigatoriamente, ser compatível com o da marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).
2.1.14. **Gabinete**
2.1.14.1. Torre (Tipo Workstation) devendo o mesmo ser desenvolvido para esse propósito. Deve possuir tratamento anticorrosivo;
2.1.14.2. Deve atender ao padrão Toolless permitindo assim, a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido SATA, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Serão aceitos equipamentos que disponham de parafusos de segurança opcionais para uso durante o manuseio e transporte, a fim de prevenir possíveis acidentes;
2.1.14.3. Deve possuir sistema de resfriamento auxiliar posicionado na parte frontal do gabinete de forma a garantir o fluxo de ar passante no mesmo, evitando assim problemas de aquecimento nos componentes internos do equipamento;
2.1.14.4. Possuir sistema de trava eletrônica do gabinete com sensor de detecção de intrusão para evitar acessos indevidos ou em substituição possuir sensor de intrusão acoplado ao gabinete sem uso de qualquer adaptação que alerte no caso de abertura do mesmo e entrada na parte traseira do gabinete Para colocação de cadeado do tipo Kensington impossibilitando o acesso aos componentes internos, não será aceita qualquer tipo de adaptação ao gabinete original para atender a essa exigência como utilização de cadeados convencionais;
2.1.14.5. Deve possuir ainda etiqueta permanente com código de barras em material resistente ao desgaste por abrasão, onde conste a marca, o modelo, a configuração e o número de série do equipamento;

2.1.14.6. Deverão ser fornecidos todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos. Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136.

2.1.15. **Fonte**

2.1.15.1. Possuir chaveamento automático de tensão, potência mínima de 500W, com PFC Ativo e eficiência energética de 91% comprovada pela certificação 80 PLUS. As referências a essa certificação, deve ser verificada no site http://www.plugloadsolutions.com/80PlusPowerSupplies.aspx;

2.1.15.2. A fonte de alimentação deve ter potência suficiente para suportar o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima, incluindo discos, memórias, placas de vídeo e outros componentes.

2.1.16. **Software**

2.1.16.1. O equipamento deverá ser fornecido com o Sistema Operacional Microsoft Windows 11 Professional x64, instalado e devidamente configurado;

2.1.16.2. Deverá ser fornecido um kit de recuperação em dispositivo USB, utilizável pelo computador, contendo os drivers e o sistema operacional, com sua respectiva licença de uso, ou a imagem do disco rígido com o sistema operacional e drivers já instalados. Deverá ser entregue uma unidade por equipamento com identificação externa do seu conteúdo e proteção contra gravação. Esta solicitação visa proteger o extravio ou o uso do disco USB para outros fins. Alternativamente, será aceita solução do fabricante que permita reinstalar o Sistema Operacional através da BIOS conectado à Internet, que funcione mesmo com o Sistema Operacional inoperante ou inacessível. Não será aceita solução de recuperação em partição no disco como forma de atendimento;

2.1.16.3. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar atualizações de drivers, firmwares e BIOS, permitindo a busca no site do fabricante ou em um repositório interno da rede;

2.1.16.4. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar a saúde do sistema, sugerindo atualizações do sistema operacional e ajustes para melhorias de performance.

2.1.17. **Certificados e Compatibilidades**

2.1.17.1. HCL Microsoft Windows 11X64 (https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware /lpl/) para a Workstation;

2.1.17.2. HCL Linux para uma dessas distribuições: Ubuntu, RedHat ou Suse;

2.1.17.3. O equipamento deverá constar na Lista de BIOS & Firmware Compatibility para a solução de rastreamento e segurança da Absolute Software ;

2.1.17.4. O equipamento deve possuir conformidade com padrões de compatibilidade eletromagnética, CISPR 22 /EN55022, IEC61000, emitida por laboratório nacional ou internacional;

2.1.17.5. O fabricante do equipamento ofertado deverá possuir a Certificação IBAMA referente a Qualidade Ambiental, em conformidade a Instrução Normativa IBAMA nº 6 de 15 de março de 2013 (Federal) http://www.ibama. gov.br/phocadownload/cp/2018/Ibama-IN-6-2013-compilada-IN112018.pdf;8.7. O fabricante deverá possuir a certificação ISO 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional;

2.1.17.6. A Workstation deve estar em conformidade com a norma EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) na categoria bronze ou superior. A comprovação deverá ser feita através do site hdp://www.epeat.net, com o modelo ofertado constando na lista da categoria “Computers and Displays 2018 (launched 2019)”;

2.1.17.7. Deverá comprovar em proposta, obrigatoriamente, todos os itens e subitens desta especificação. A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará a desclassificação da proponente.

2.1.18. **Diversos**

2.1.18.1. O equipamento deverá possuir indicadores (LED, display ou Bips) para facilitar a identificação do componente (memória, processador, vídeo, etc.) que esteja com problema, para agilizar o reparo.

2.2. **WORKSTATION TIPO II**

2.2.1. **Processador**

2.2.1.1. Processador com 24 (vinte e quatro) núcleos físicos reais e 48 (quarenta e oito) threads, arquitetura x86, mínimo de 45MB de Cache total;

2.2.1.2. Frequência de operação mínima por núcleo de 2.5GHz, sendo considerado para efeito de comprovação desta os valores alcançados no modo nativo da CPU;

2.2.1.3. O processador deverá suportar execução de sistema operacional e outros aplicativos tanto de 32 bits quanto de 64bits;

2.2.1.4. Processador com performance, mínima, de 58.000 (cinquenta e oito mil) pontos, no Performance teste do Passmark@Software:O desempenho será comprovado por intermédio de resultados de BenchMark, disponíveis em: http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php será aceito variações de até 5% na pontuação do processador ofertado;

2.2.1.5. É obrigatório informar na proposta o modelo do processador ofertado para fins de conferência.

2.2.2. **Placa Mãe**

2.2.2.1. Projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado, ou desenvolvida especialmente para o modelo em regime de OEM com a devida comprovação. Não sendo, portanto, aceitas placas genéricas destinadas ao mercado comum.

2.2.3. **Chipset**

2.2.3.1. Mínimo W790 ou AMD PRO 695;

2.2.3.2. Possuir chip de segurança TPM 2.0 ou superior integrado a mesma, acompanhado do software capaz de implementar as principais funcionalidades do mesmo e demais, conforme descrito a seguir: Deverá ser obrigatoriamente no idioma Português Brasil e do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM devidamente comprovado, quando em regime de OEM, deverá obrigatoriamente ser fornecido suporte e todas as atualizações, inclusive de versões durante o período de garantia do equipamento;

2.2.3.3. Deverá ser capaz de habilitar as principais funcionalidades básicas de segurança oferecidas pelo referido chip TPM na versão 2.0 ou superior, sendo as seguintes:

2.2.3.3.1. Deverá possuir módulo que credencie o usuário a fazer logon no equipamento pelo método padrão ou através de impressão digital se utilizando soluções externas de leitor biométrico conectado à porta USB, permitindo assim que seja utilizada senha convencional ou o leitor para acessar o sistema operacional.

2.2.3.4. Deverá através do software de segurança gerenciar as permissões dos usuários que utilizam o equipamento permitindo gerar configurações individuais ou por grupo para acesso a recursos de como, por exemplo:

2.2.3.4.1. Permitir ou bloquear acesso às portas USB;

2.2.3.4.2. Permitir ou bloquear acesso aos periféricos de conexão com o ambiente externo “Placa de Rede, Modem, Bluetooth, DVD+/-RW, etc.”.

2.2.3.4.3. Deverá possuir módulo para configurar a segurança e a proteção dos dados gerando uma área para armazenamento de arquivos particulares dos usuários, sendo essa área protegida por criptografia utilizando o chip TPM 2.0. Esse módulo visa garantir que não será possível o acesso indevido aos dados protegidos, mesmo em caso de remoção do disco rígido para outro equipamento uma vez que o acesso aos mesmos está vinculado às credenciais dos usuários e ao chip TPM do respectivo equipamento.

2.2.3.4.4. O licenciamento do software deve contemplar suporte, atualização e garantia de evolução pelo período igual à garantia do equipamento ofertado sem qualquer custo adicional.

2.2.4. **BIOS**

2.2.4.1. Desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org);

2.2.4.2. A compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site http://www.uefi.org/members, na categoria membros;

2.2.4.3. BIOS deverá ser implementada em memória "flash", atualizável diretamente pelo Windows, projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou ter direitos (Copyright) sobre essa BIOS, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizações;

2.2.4.4. Deverá suportar tecnologias de integração à rede com PXE, configuração e controle remoto;

2.2.4.5. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede;

2.2.4.6. Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 3.0 e Plug-and-Play;

2.2.4.7. Deverá possuir campo com número de série do equipamento, podendo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;

2.2.4.8. Deverá possuir campo editável, com recurso para registro de informações como, por exemplo, o número do patrimônio do equipamento podendo o mesmo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;

2.2.4.9. Possibilidade de habilitar /desabilitar portas USB;

2.2.4.10. O BIOS deve possuir ferramenta de diagnóstico com capacidade de executar teste de processador, memória RAM, saúde do disco rígido ou SSD, interface de rede, interface gráfica e portas USB. A mensagem de erro deverá ser o suficiente para abertura de chamado em Garantia;

2.2.4.11. Relógio de calendário em bateria não volátil;
2.2.4.12. Deverá possuir a interface de configuração em idioma em Português ou Inglês;
2.2.4.13. Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco rígido;
2.2.4.14. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante;
2.2.4.15. Lançada a partir de 2022 e entregue na versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;
2.2.4.16. Deverá possuir interface gráfica acessível através de teclado e mouse;
2.2.4.17. Deverá possuir solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento em definitivo, tais como HDD, SSD e SSHD, em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela BIOS;
2.2.4.18. Deverá possuir ferramenta que possibilite realizar a formatação definitiva dos dispositivos de armazenamento conectados ao equipamento. Caso esta ferramenta não seja nativa, deverá ser oficialmente homologada pelo fabricante do dispositivo.

2.2.5. **Interfaces**

2.2.5.1. No mínimo 01 (um) slot PCIe Gen5 x16, 01 (um) Slots PCIe Gen4 x16, 02 (dois) slot PCIe Gen3 x8 e 03 (três) slots M.2 para SSDs;
2.2.5.2. 01 (uma) Controladora de unidade de disco rígido tipo SATA ou SAS de 6.0 Gb/s, devendo suportar implementação dos níveis de Raid 0/1/5/10;
2.2.5.3. Possuir no mínimo 10 (dez) Portas USB 3.2, sendo pelo menos 06 (seis) delas USB 3.2 SuperSpeed (5Gbps); deverá possuir no mínimo 4 (quatro) portas USB na parte frontal do gabinete, sendo pelo menos 02 (duas) do tipo USB-C;
2.2.5.4. Possuir mínimo de 8 (oito) Slots de memória suportando expansão mínima a 1 TB com ECC.

2.2.6. **Memória**

2.2.6.1. No mínimo, 128GB (1X128GB), DDR5-4800MHz com ECC;
2.2.6.2. Permitir expansão mínima de até 1 TB.

2.2.7. **Armazenamento**

2.2.7.1. Deverá ser fornecido 01 (um) disco SSD de 1TB PCIe NVMe M.2, 01 (um) disco SSD de 2TB PCIe NVMe e 02 (dois) HDD com capacidade de 4TB SATA-III 6.0 Gb/s 7.200 RPM, com suporte a tecnologia SMART para detecção de pré-falhas. (Discos defeituosos serão substituídos por novos, sendo que o disco antigo deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações);
2.2.7.2. Deverá possuir unidade de gravação DVD-RW.

2.2.8. **Placa de Vídeo**

2.2.8.1. 02 (duas) Placas Off-board PCI Express de 320 bits com GPU Ativo, mínimo de 7.168 (sete mil cento e sessenta e oito) processadores CUDAOu equivalente devidamente comprovado, memória dedicada mínima 20GB GDDR6 ou superior;
2.2.8.2. Suporte mínimo as APIs ao DirectX 12, OpenGL 4.6, OpenCL 3.0, DirectCompute;
2.2.8.3. Deve possuir no mínimo 04 (quatro) interfaces digitais, display port ou mini display port. As interfaces mini Display Port, devem ser fornecidas com adaptadores para DisplayPort.

2.2.9. **Controladora de Rede**

2.2.9.1. Integrada para comunicação a 10/100/1000 Mbps, padrão Ethernet, FastEthernet e Gigabit Ethernet, plug-and-play, totalmente configurável por software;
2.2.9.2. Permitir comunicação no modo full-duplex;
2.2.9.3. Possuir conexão RJ-45 fêmea;
2.2.9.4. Possuir LED indicador de atividade de rede;
2.2.9.5. Possuir suporte a WakeUp on LAN;
2.2.9.6. Possuir suporte a PXE 2.1;
2.2.9.7. Suportar gerenciamento através do protocolo SNMP.

2.2.10. **Placa de Rede WiFi**

2.2.10.1. Controladora de rede sem fio integrada ao equipamento, não sendo aceitos adaptadores externos;
2.2.10.2. Suporte para os padrões IEEE 802.11ax 6GHz;
2.2.10.3. Suporte a WPA/WPA-PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit;
2.2.10.4. Possuir certificação ANATEL.

2.2.11. **Áudio**

2.2.11.1. Controladora de áudio de alta-definição integrada;

2.2.11.2. Possuir alto-falante interno integrado ao gabinete;

2.2.11.3. O alto-falante interno deve possuir a capacidade de reproduzir os sons gerados pelo sistema operacional e alarmes gerados por problemas de inicialização;

2.2.11.4. O alto-falante deve se desligar automaticamente, sem a necessidade de qualquer intervenção do usuário, quando forem conectados fones de ouvido ou caixas de som externas;

2.2.11.5. Deve possuir 1 (um) conector para saída de som (fone de ouvido) e outro para entrada (microfone) ou conector combo, localizados na parte frontal do equipamento.

2.2.12. **Teclado**

2.2.12.1. Teclado com no mínimo 104 teclas (AT Enhanced), padrão ABNT II;

2.2.12.2. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT II;

2.2.12.3. Possuir ajuste de inclinação;

2.2.12.4. LED indicador de teclado numérico habilitado;

2.2.12.5. LED indicador de tecla CAPS LOCK pressionada;

2.2.12.6. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;

2.2.12.7. Possuir bloco numérico separado das demais teclas;

2.2.12.8. Possuir doze teclas de função (F1-F12) na posição superior do teclado;

2.2.12.9. O teclado deverá, obrigatoriamente, ser da mesma marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).

2.2.13. **Mouse**

2.2.13.1. Dois botões, ambidestro (simétrico), com tecnologia laser;

2.2.13.2. Com roda (wheel) para rolagem (scroll) de tela;

2.2.13.3. Conector USB padrão, sem uso de adaptadores;

2.2.13.4. Tecnologia laser ou ótico e resolução mínima de 3000 dpi;

2.2.13.5. O mouse deverá, obrigatoriamente, ser compatível com o da marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).

2.2.14. **Gabinete**

2.2.14.1. Torre (Tipo Workstation) devendo o mesmo ser desenvolvido para esse propósito. Deve possuir tratamento anticorrosivo;

2.2.14.2. Deve atender ao padrão Toolless permitindo assim, a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido SATA, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Serão aceitos equipamentos que disponham de parafusos de segurança opcionais para uso durante o manuseio e transporte, a fim de prevenir possíveis acidentes;

2.2.14.3. Deve possuir sistema de resfriamento auxiliar posicionado na parte frontal do gabinete de forma a garantir o fluxo de ar passante no mesmo, evitando assim problemas de aquecimento nos componentes internos do equipamento;

2.2.14.4. Possuir sistema de trava eletrônica do gabinete com sensor de detecção de intrusão para evitar acessos indevidos ou em substituição possuir sensor de intrusão acoplado ao gabinete sem uso de qualquer adaptação que alerte no caso de abertura do mesmo e entrada na parte traseira do gabinete Para colocação de cadeado do tipo Kensington impossibilitando o acesso aos componentes internos, não será aceita qualquer tipo de adaptação ao gabinete original para atender a essa exigência como utilização de cadeados convencionais;

2.2.14.5. Deve possuir ainda etiqueta permanente com código de barras em material resistente ao desgaste por abrasão, onde conste a marca, o modelo, a configuração e o número de série do equipamento;

2.2.14.6. Deverão ser fornecidos todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos. Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136.

2.2.15. **Fonte**

2.2.15.1. Possuir chaveamento automático de tensão, potência mínima de 1000W, com PFC Ativo e eficiência energética de 91% comprovada pela certificação 80 PLUS. As referências a essa certificação, deve ser verificada no site http://www.plugloadsolutions.com/80PlusPowerSupplies.aspx;

2.2.15.2. A fonte de alimentação deve ter potência suficiente para suportar o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima, incluindo discos, memórias, placas de vídeo e outros componentes.

2.2.16. **Software**

2.2.16.1. O equipamento deverá ser fornecido com o Sistema Operacional Microsoft Windows 11 Professional x64, instalado e devidamente configurado;

2.2.16.2. Deverá ser fornecido um kit de recuperação em dispositivo USB, utilizável pelo computador, contendo os drivers e o sistema operacional, com sua respectiva licença de uso, ou a imagem do disco rígido com o sistema operacional e drivers já instalados. Deverá ser entregue uma unidade por equipamento com identificação externa do seu conteúdo e proteção contra gravação. Esta solicitação visa proteger o extravio ou o uso do disco USB para outros fins. Alternativamente, será aceita solução do fabricante que permita reinstalar o Sistema Operacional através da BIOS conectado à Internet, que funcione mesmo com o Sistema Operacional inoperante ou inacessível. Não será aceita solução de recuperação em partição no disco como forma de atendimento;

2.2.16.3. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar atualizações de drivers, firmwares e BIOS, permitindo a busca no site do fabricante ou em um repositório interno da rede;

2.2.16.4. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar a saúde do sistema, sugerindo atualizações do sistema operacional e ajustes para melhorias de performance.

2.2.17. **Certificados e Compatibilidades**

2.2.17.1. HCL Microsoft Windows 11X64 (https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware /lpl/) para a Workstation;

2.2.17.2. HCL Linux para uma dessas distribuições: Ubuntu, RedHat ou Suse;

2.2.17.3. O equipamento deverá constar na Lista de BIOS & Firmware Compatibility para a solução de rastreamento e segurança da Absolute Software no seguinte endereço: https://www.absolute.com/partners/device-compatibility/;

2.2.17.4. O equipamento deve possuir conformidade com padrões de compatibilidade eletromagnética, CISPR 22 /EN55022, IEC61000, emitida por laboratório nacional ou internacional;

2.2.17.5. O fabricante do equipamento ofertado deverá possuir a Certificação IBAMA referente a Qualidade Ambiental, em conformidade a Instrução Normativa IBAMA nº 6 de 15 de março de 2013 (Federal) http://www.ibama. gov.br/phocadownload/cp/2018/Ibama-IN-6-2013-compilada-IN112018.pdf;8.7. O fabricante deverá possuir a certificação ISO 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional;

2.2.17.6. A Workstation deve estar em conformidade com a norma EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) na categoria bronze ou superior. A comprovação deverá ser feita através do site https://epeat.net/search-computers-and-displays, com o modelo ofertado constando na lista da categoria “Computers and Displays”;

2.2.17.7. Deverá comprovar em proposta, obrigatoriamente, todos os itens e subitens desta especificação. A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará a desclassificação da proponente.

2.2.18. **Diversos**

2.2.18.1. O equipamento deverá possuir indicadores (LED, display ou Bips) para facilitar a identificação do componente (memória, processador, vídeo, etc.) que esteja com problema, para agilizar o reparo

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A crescente complexidade dos crimes informáticos, especialmente aqueles relacionados à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores previstos na Lei nº 9.613/98, tem demandado respostas rápidas e eficientes dos agentes da lei. O avanço das práticas criminosas, com o uso de redes e ferramentas digitais, gera impactos diretos e negativos na sociedade maranhense, contribuindo para a sensação de impunidade devido à continuidade de tais crimes;

3.2. O Ministério Público do Estado do Maranhão - MPMA, enquanto fiscal da lei, age em defesa da sociedade e da legalidade, tendo como dever constitucional adotar as medidas necessárias para combater as práticas ilícitas,

inclusive quando a ação pode atingir o próprio poder público. A atuação, muita das vezes complexa, exige uma capacidade tecnológica que permita a coleta, processamento e análise de grande volume de dados, com alto grau de precisão, mantendo a segurança para salvaguarda dos vestígios obtidos judicialmente;

3.3. A pretensa aquisição de estações de trabalho avançadas, com poderio para processar grande volume de dados, atenderá a necessidade crescente por apoio técnico-científico durante as investigações conduzidas pelos membros do Ministério Público, descentralizando o serviço e consequentemente aumentando o corpo técnico nas análises, seja análise de quebras de sigilo telemático quanto das extrações dos vestígios apreendidos nas operações realizadas pela instituição ou pelos órgãos parceiros;

3.4. O uso de computadores com alto poder de processamento reduz significativamente o tempo necessário durante a indexação dos dados tornando o processo investigativo mais célere e eficiente, sem desconsiderar, durante os trabalhos, os princípios fundamentais da cadeia de custódia e da integridade dos dados, o que é indispensável para garantir a validade e confiabilidade das provas apresentadas em juízo;

3.5. Considerando que a contratação não se encontra na previsão do Plano Anual de Contratações de 2024 do LAB-LD, mas esta contemplada no Planejamento Anual da Instituição com demanda prevista nas ações da Coordenadoria de Modernização de Tecnologia da Informação – CMTI (LOA 2024);

3.6. O objetivo dessa ação é o aperfeiçoamento da infraestrutura e da segurança da tecnologia da informação, essencial para assegurar a continuidade dos serviços institucionais com a ampliação e modernização do parque tecnológico da Unidade de Tecnologia da Informação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro - LAB-LD, dos Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO, regionais de São Luís, Imperatriz e Timon, bem como da Seção de Sinais da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI, do MPMA;

3.7. Outra necessidade a ser suprida com a aquisição será atender a crescente demanda por ferramentas de Processamento de Linguagem Natural (PLN), ferramentas estas que suportem a aquisição, armazenamento, processamento, análise e geração de dados por Inteligência Artificial (IA), o que requer uma adequação tecnológica das estações de trabalho da Unidade de Tecnologia da Informação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro – LAB-LD/MPMA;

3.8. Os serviços de processamento e análise de dados, com o intermédio de ferramentas de IA, exigem computadores com altíssima capacidade de processamento, uma vez que os projetos de desenvolvimento em IA utilizam quantidades enormes de parâmetros, além da execução de cálculos sofisticados, que possam sustentar a execução e cumprimento dessas atividades, no tempo e nos custos ideais;

3.9. Considerando a depreciação natural decorrente do uso diário dos equipamentos utilizados hoje, bem como o fato de alguns destes equipamentos estarem obsoletos, tendo em vista os constantes avanços tecnológicos, a modernização tecnológica, principalmente no que diz respeito às estações de trabalhos avançados focadas em Inteligência Artificial, faz-se necessidade de que tais equipamentos possuam características particulares que permitam ingestão, processamento e inferências de dados para prover a construção de serviços em IA;

3.10. Como se pode perceber, verificou-se a necessidade de aquisição de estações avançadas de trabalhos com tecnologia apropriada para atingir o equilíbrio perfeito com desempenho em memória e recursos para executar workflows profissionais exigentes que pedem a nova era da Inteligência Artificial. É de suma importância salutar que tais estações oferecerão alto desempenho, performance elevada e uma arquitetura que favorece a utilização, desenvolvimento e prototipação de mecanismos de IA, onde destaca-se a presença de uma estrutura de múltiplas unidades computacionais de processamento de IA (GPUs), além de garantir a continuidade do desenvolvimento das ações do laboratório nos projetos que envolvam IA, com precisão e mais eficiência;

3.11. Considerando que se optou por adotar o **Sistema de Registro de Preços**, onde o quantitativo definido não significa, necessariamente, que serão adquiridos na sua totalidade, mas que é importante que se tenha esse quantitativo para atendimento da demanda atual e reserva técnica, caso necessário, conforme disposto no(s) item(ns) do Art. 168, Inciso IV do Ato Regulamentar nº 10/2023, este *in verbis:*

"Art. 168. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:
...
IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração..."

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. Garantir a aquisição de equipamentos com a qualidade exigida.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Resolução nº. 283/2024-CNMP e outras legislações aplicáveis.

Requisitos Temporais

4.4. A Entrega dos objetos deverá ser efetivada no prazo máximo de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data da assinatura do Contrato, com eficácia na publicação do seu extrato na imprensa oficial, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.6. Durante a execução do contrato, a contratada, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora, deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário da contratação, caso necessário, de acordo com a **Lei nº 12.305/2010 (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos)**.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.7. A garantia "ON-SITE" para todos os equipamentos, componentes e peças deverá ser prestada pelo período de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos, sem nenhum custo adicional à PGJMA;

4.8. A garantia acima não trará prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante;

4.8.1.1. O licitante deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante, se houver;

4.8.1.2. A LICITANTE deverá apresentar junto à proposta, sob pena de desclassificação, **declaração de que é a responsável** pelos serviços de garantia e manutenção "*on-site"* ou indicando sua Rede de Assistência Técnica Autorizada;

4.8.1.3. Entende-se "Rede de Assistência Técnica Autorizada" "fabricantes dos equipamentos" como os parceiros ou representantes do fabricante dos equipamentos que serão responsáveis pelos serviços de garantia e manutenção "on site" quando a licitante apenas comercializa os produtos do fabricante. Ou seja, quando o equipamento necessita de manutenção durante o período de garantia, o fabricante enviará um técnico autorizado até a instalação da Contratante para realizar a manutenção;

4.8.1.4. A garantia e assistência técnica dos equipamentos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento e possíveis falhas que possam surgir com o uso;

4.8.1.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico via telefone, e-mail ou página web, sem ônus para a PGJMA, visando agilizar os chamados e atendimentos técnicos, e prestar a garantia, quando solicitada, no horário compreendido entre 08h00 (oito) e 18h00 (quinze) horas, de segunda a sexta-feira, excluídos os feriados, no LAB-LD / GAECO / CAEI;

4.8.1.6. Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados devem estar disponíveis para download no web site do fornecedor do equipamento;

4.8.1.7. O atendimento aos chamados deve seguir um procedimento padrão, com o objetivo de realizar o diagnóstico remoto do defeito e/ou orientar a solução do problema por telefone. O atendimento de primeiro nível de garantia deve ser capaz de solucionar problemas por telefone no momento do contato. Caso o primeiro nível de atendimento do fabricante não solucione o problema, a CONTRATADA deverá disponibilizar um segundo nível de atendimento remoto;

4.8.1.8. Deverá ser ofertado uma solução de gerenciamento com console web que ofereça no mínimo as seguintes características:

4.8.1.8.1. Possuir interface personalizável permitindo o gerenciamento e inventário do hardware e com acesso a informações da garantia dos equipamentos;
4.8.1.8.2. Detecção antecipada de problemas e suporte proativo orientado por Inteligência Artificial, permitindo o monitoramento da saúde dos dispositivos, alerta a falhas de configuração, erros do SO Windows, e indicadores de segurança;
4.8.1.8.3. Contenha solução para a abertura e gerenciamento de chamados com a opção de configuração de chamados automáticos;
4.8.1.9. Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante, que permita verificar a garantia do equipamento exigida, através da inserção do seu número de série;
4.8.1.10. A validação da garantia junto ao fabricante será feita no momento da entrega do equipamento, com pena de não aceitação até sua regularização;
4.8.1.11. A garantia "ON-SITE" deverá observar os prazos estabelecidos neste Termo, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta;
4.8.1.12. Para o atendimento, deve-se considerar que:
4.8.1.12.1. Entende-se por hora da solicitação para abertura de chamado a hora de envio do fac-símile, chat, e-mail ou da chamada telefônica;
4.8.1.12.2. Entende-se por início do atendimento o primeiro contato, que pode ser feito por telefone (para pré-diagnóstico) ou presencialmente, a partir da hora de chegada do técnico ao local onde está o equipamento;
4.8.1.13. O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas a partir da hora da solicitação;
4.8.1.14. O término do reparo do equipamento deverá ocorrer no prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis, contado a partir do início do atendimento, ou de acordo com a particularidade de cada equipamento especificado no TERMO DE REFERÊNCIA;
4.8.1.15. Entende-se por término do reparo do equipamento a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado;
4.8.1.16. No caso da CONTRATADA não terminar o reparo do equipamento no prazo estabelecido, deverá substituir imediatamente o equipamento defeituoso por outro de sua propriedade, com características e capacidades iguais ou superiores ao substituído, em caráter provisório, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da substituição;
4.8.1.17. Findo o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a substituição do equipamento será definitiva, a critério da PGJMA;
4.8.1.18. A CONTRATADA deverá substituir o equipamento já instalado por um novo, com características e capacidades iguais ou superiores ao que será substituído, no prazo de 10 (dez) dias úteis após ser notificada, nos seguintes casos:
4.8.1.18.1. Caso a soma dos tempos de paralisação do equipamento, por defeito de hardware, ultrapasse 80 (oitenta) horas úteis, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias;
4.8.1.19. Quando da solicitação da manutenção corretiva, por meio de telefone, chat, fac-símile ou e-mail, a PGJMA, através do LAB-LD / GAECO / CAEI, fornecerá à CONTRATADA, para fins de abertura de chamado técnico, obrigatoriamente as seguintes informações:
4.8.1.19.1. Código de fabricação ou número de série do equipamento;
4.8.1.19.2. Local onde a assistência técnica deverá ser prestada (no LAB-LD / GAECO / CAEI);
4.8.1.19.3. Anormalidade observada;
4.8.1.19.4. Nome do responsável pela solicitação;
4.8.1.19.5. Número do telefone para contato;
4.8.1.20. Somente os técnicos da CONTRATADA, ou pessoas a quem a CONTRATADA autorizar por escrito, poderão executar os serviços de manutenção corretiva "ON-SITE";
4.8.1.21. Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências do PGJMA;
4.8.1.22. Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

4.8.1.23. Fica ressalvado à CONTRATADA o direito de adotar medidas de segurança que entender necessárias a fim de evitar que pessoas não autorizadas executem os serviços de manutenção, exceto lacres;

4.8.1.24. Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, Relatório de Serviço Técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do equipamento, número de série/patrimônio do equipamento atendido, localização do equipamento, descrição do problema relatado pela PGJMA, descrição do problema realmente encontrado com a indicação clara da troca ou não de peças, lista das peças ou componentes que foram substituídos, solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da PGJMA;

4.8.1.24.1. A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com Servidor da PGJMA responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico;

4.8.1.25. A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema;

4.8.1.26. As peças e componentes substituídos deverão possuir configuração idêntica ou superior às originais (tipo, capacidade, configuração, desempenho, situação/condição física, estado de conservação, etc.) e devem ser do FABRICANTE do equipamento ou atestadas pelo FABRICANTE do equipamento;

4.8.1.27. As peças e componentes em substituição, instaladas pela CONTRATADA, serão incorporadas aos equipamentos, passando a ser de propriedade do PGJMA;

4.8.1.28. A CONTRATANTE possui corpo técnico plenamente capacitado e habilitado, e estará a todo tempo, autorizada a abrir o gabinete do equipamento para a realização de diagnósticos iniciais que julgar necessário, bem como adição ou substituição de componentes e acessórios para a dilatação da capacidade do equipamento, sem perda de garantia;

4.8.1.29. Desde já, para os casos que se mostrarem necessários e objetivando a não parada do serviço, a CONTRATANTE está autorizada a realizar a substituição dos discos rígidos exclusivamente entre as máquinas entregues, garantindo que no caso de algum dano de hardware que não implique a perda do acesso aos dados do disco rígido, o trabalho do usuário possa prosseguir em outro computador da mesma marca e modelo, com a simples troca do HD;

4.8.1.30. Em caso de defeito irreparável no disco rígido, ou outro defeito qualquer que implique a substituição integral e definitiva do mesmo:

4.8.1.30.1. O disco rígido usado deverá ficar retido na Instituição a fim de resguardá-la de vazamento e informações, não sendo devolvido em hipótese alguma;

4.8.1.30.2. Em hipótese alguma o disco rígido poderá ser retirado das instalações da CONTRATANTE a fim de preservar a segurança dos dados armazenados;

4.8.1.30.3. Caso a CONTRATADA deseje analisar o produto defeituoso antes de realizar a sua substituição definitiva no caso de defeito, ela terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da abertura do chamado para se dirigir à sede do CONTRATANTE para realizar testes, acompanhada de profissional do CONTRATANTE;

4.8.1.30.4. Em hipótese alguma a CONTRATADA poderá copiar, ler, se apossar ou conhecer os dados armazenados nos dispositivos, sem a presença de profissional integrante do LAB-LD / GAECO / CAEI.

Requisitos de Experiência Profissional

4.9. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente a contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.10. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente a contratação.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.11. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.12. Orientar e exigir de seus profissionais:

4.12.1. Preservar a integridade e guardar sigilo das informações de que fazem uso, bem como zelar e proteger os respectivos recursos processamento de informações;

4.12.2. Cumprir a política de segurança da informação, sob pena de incorrer nas sanções legais cabíveis;

4.13. Não compartilhar, sob qualquer forma, informações sigilosas com outros que não tenham necessidade de conhecer.

4.14. Responsabilizar-se pelo credenciamento e descredenciamento de acesso de técnicos às dependências da CONTRATANTE, assumindo quaisquer prejuízos porventura causados por seus recursos técnicos.

Sustentabilidade

4.15. Durante a execução do contrato, a contratada, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora, deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário da contratação, caso necessário, de acordo com a **Lei nº 12.305/2010** (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.16. Na presente contratação não haverá indicação de marca.

Da verificação de amostra do objeto

4.17. De acordo com o art. 17, §3º, da Lei nº 14.133/2021, para fins de análise técnica, **PODERÁ SER** solicitada amostra dos itens ao(s) licitante(s) detentor(es) do menor preço e, se necessário, à subsequente, observada à sequência de classificação;

4.18. A(s) amostra(s) solicitada(s) deverá(ão) ser RECEBIDA(S) em até 10 (dez) **dias úteis,** contados da convocação do licitante em chat do C*omprasnet*, por parte do Pregoeiro da Procuradoria-Geral de Justiça, das **08:00h às 15:00h**, no LAB-LD, situado no prédio sede da PGJMA, 3º andar, Avenida Professor Carlos Cunha, 3261, Jaracaty, São Luís/MA, CEP: 65.076-820, telefone: (98) 3219-1780, sob pena de desclassificação;

4.19. A amostra deverá estar devidamente lacrada e identificada com o número do Pregão, o CNPJ e a Razão Social da licitante, o grupo e o item a que se referem, além de dispor na embalagem informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, procedência, número de referência, código do produto e modelo, sendo que o ônus quanto a essa apresentação será da licitante;

4.20. Os materiais de origem estrangeira deverão apresentar na embalagem informações em língua portuguesa, suficientes para análise técnica do produto;

4.21. Caso a amostra da empresa vencedora não atenda ao solicitado, serão chamadas as demais para apresentarem amostras em ordem de classificação;

4.22. Será permitido aos licitantes acompanhar a análise das amostras pelo departamento competente;

4.23. Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos, manuseados, desmontados, ficando à disposição da(s) proponentes(s) no estado em que se encontrarem ao final da avaliação técnica. Portanto, a amostra não será computada para efeito de quantidade;

4.24. A amostra poderá ser retirada após o recebimento dos materiais adquiridos. A empresa fornecedora terá até 30 (trinta) dias após a entrega para realizar a retirada da amostra, decorrido este prazo será incorporada ao estoque do almoxarifado;

4.25. O mesmo prazo de retirada 30 (trinta) dias será dado para a empresa cuja amostra não atenda ao solicitado, sob pena de lhe ser dada outra destinação, a critério da PGJMA.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. **São obrigações da CONTRATANTE:**

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

5.1.3. Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento do Contrato firmado;

5.1.4. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.5. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas ao fornecimento da solução de TIC;

5.2. Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade antes de efetuar os pagamentos devidos;

5.3. Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pela CONTRATADA e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues fora das especificações deste Termo de Referência;

5.4. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

5.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de

ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

5.6. Observar para que, durante toda a vigência da contratação, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de habilitações exigidas;

5.7. Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do conserto, fixando prazo para sua correção;

5.8. Atestar a Nota Fiscal/Fatura após a efetiva entrega do equipamento objeto deste Termo de Referência;

5.8.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA em observância à forma estipulada pela Administração.

5.9. **São obrigações do CONTRATADO:**

5.9.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.9.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.9.3. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.9.4. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.9.5. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.9.6. Emitir Relatório de Serviços, depois de concluído o conserto do equipamento, onde constem informações referentes às substituições de peças, número do chamado, data e hora do chamado, hora do início e do término do atendimento;

5.10. Comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade, bem como atender prontamente o que lhe for solicitado ou exigido;

5.11. Não transferir a outrem o objeto contratado;

5.12. Manter, durante toda a contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

5.13. Responsabilizar-se pelo credenciamento e descredenciamento de acesso de técnicos às dependências da CONTRATANTE, assumindo quaisquer prejuízos porventura causados por seus recursos técnicos;

5.14. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do serviço, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

5.15. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento, desde o transporte, embalagens, como também encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários de seus empregados;

5.16. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere à Administração da CONTRATANTE a responsabilidade de pagamento, nem pode onerar o objeto deste Termo de Referência, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE;

5.17. Assumir a responsabilidade por todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais que a CONTRATANTE for compelida a responder por força desta contratação;

5.18. Responsabilizar-se integralmente pela segurança de seus veículos e equipamentos, movimentação de pessoal e material, assumindo a responsabilidade por qualquer acidente com seu pessoal, e ou provocado por estes a terceiros, durante os trabalhos de conserto;

5.19. Emitir **Nota Fiscal/Fatura** no valor pactuado e condições estabelecidas, apresentando-a a CONTRATANTE para ateste e pagamento;

5.20. Comunicar imediatamente à Contratante, a eventual alteração no endereço de sua sede, telefone de contato e e-mail;

5.21. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Termo de Referência em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

5.22. Orientar e exigir de seus profissionais:

5.22.1. Preservar a integridade e guardar sigilo das informações de que fazem uso, bem como zelar e proteger os

respectivos recursos processamento de informações;
5.22.2. Cumprir a política de segurança da informação, sob pena de incorrer nas sanções legais cabíveis;
5.22.3. Não compartilhar, sob qualquer forma, informações sigilosas com outros que não tenham necessidade de conhecer;
5.22.4. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

6.1. O prazo para entrega dos equipamentos será de, no máximo, **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data da assinatura do Contrato;
6.2. Os itens deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Galpão 19, no endereço Av. Governador Luís Rocha (Antiga Estrada da Vitória), 2409, CEP 65.035-270 – Bairro da LIBERDADE - SÃO LUIS/MA (PROX. AO HOSPITAL SARAH) telefone: (98) 3219-1660, no horário das 08:00 às 15:00 horas;
6.2.1. Link para localização: https://maps.app.goo.gl/3qkShH2APToytRCt5;
6.3. O fornecimento será feito de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, devendo os mesmos serem novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e entregues acondicionados, adequadamente, em caixas lacradas, de forma a permitir completa segurança durante o transporte;
6.4. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para os seguintes endereços de e-mail: labld@mpma.mp.br, francisco.orino@mpma.mp.br , fones: (98) 3219-1626;
6.5. Serão injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do CONTRATANTE;
6.6. O transporte dos itens até o local determinado pela PGJMA, conforme item 6.2 deste TERMO DE REFERÊNCIA, deverá ser realizado pela CONTRATADA. A entrega deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sob o risco de não ser autorizada;
6.7. Incluídos nos preços unitários estão todos os impostos, taxas, fretes e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, os quais serão de responsabilidade da CONTRATADA.

Formas de transferência de conhecimento

6.8. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Mecanismos formais de comunicação

6.9. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:
6.9.1. Linha telefônica local ou do tipo 0800;
6.9.2. Página web;
6.9.3. E-mails.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
7.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
7.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

7.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

7.5.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

7.5.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

7.5.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.5.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.6.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.8. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Critérios de Aceitação

7.14. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.15. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de

comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life);

7.16. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade;

7.17. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil;

7.18. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.19. Os procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo encontram-se no item **Requisitos de Metodologia de Trabalho**.

Sanções Administrativas

7.20. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

7.20.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

7.20.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.20.3. Der causa à inexecução total do contrato;

7.20.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.20.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

7.20.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.20.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.20.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.21. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.21.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.21.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 7.20.2, 7.20.3 e 7.20.4 deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.21.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 7.20.5, 7.20.6, 7.20.7 e 7.20.8 deste Termo de Referência, bem como nos itens 7.20.2, 7.20.3 e 7.20.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.21.4. **Multa:**

7.21.4.1. **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

7.21.4.2. **Compensatória** de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.21.4.3. **Em caso de inexecução parcial**, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

7.21.4.4. **Moratória** de 1%(um por cento) do valor unitário do equipamento por dia corrido, ate o limite de 30(trinta) dias, em caso de descumprimento do prazo estacebelido para a execução dos serviços afetos à garantia. Após esse prazo, será aplicada, também, multa Compensatória correspondente ao valor do equipamento.

7.22. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.23. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.23.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.23.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.23.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.24. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

7.25. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

7.25.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.25.2. As peculiaridades do caso concreto;

7.25.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.25.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

7.25.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.26. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

7.27. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.28. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.29. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

7.30. Os débitos do contratado para com a Procuradoria-Geral de Justiça, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrentes desta licitação.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. O recebimento será feito nos termos do **art. 140 da Lei n° 14.133/2021**;

9.1.1. **Provisoriamente**, no ato da entrega do(s) produto(s), para posterior verificação da conformidade com as especificações e amostras aprovadas pela FISCALIZAÇÃO;

9.1.1.1. Será assinado o Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório pelas partes em até 15 (quinze) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da formalização, por parte da CONTRATADA, comunicando

a finalização da entrega dos equipamentos no local determinado;

9.1.1.2. Serão executados testes de funcionamento para verificar o atendimento ao estabelecido nas especificações técnicas mínimas exigidas e as especificações em que a contratada pontuou para fins de qualificação de sua proposta;

9.1.1.3. Se for constatada desconformidade do(s) produto(s) apresentado(s) em relação às especificações do(s) objeto(s) ou à(s) amostra(s) aprovada(s) pela FISCALIZAÇÃO, o CONTRATADO deve efetuar a troca do(s) produto(s), no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus para a CONTRATANTE, a contar do recebimento da solicitação;

9.1.1.4. Neste caso, o recebimento dos produtos livre dos vícios que deram causa a sua troca será considerado **recebimento provisório**, ensejando nova contagem de prazo para o recebimento definitivo.

9.1.1.5. O Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório será certificado pelo fiscal do contrato indicado pela CONTRATANTE, conforme art. 7º, do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ;

9.1.2. **Definitivamente**, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação de que o material adquirido encontra-se em perfeitas condições de utilização e atende às especificações do objeto contratado **e consequente aceitação mediante termo circunstanciado de recebimento**, considerando os seguintes itens conforme cada caso:

9.1.2.1. Condição da embalagem dos produtos, que deve estar em perfeito estado e não violada e que ofereça proteção ao calor e à umidade;

9.1.2.2. Confrontação entre a marca cotada na licitação e o produto entregue;

9.1.2.3. O Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo será certificado pelo gestor e pelo fiscal do contrato indicado pela CONTRATANTE, conforme art. 7º, do Ato Regulamentar nº 08/2015;

9.2. Os objetos a serem fornecidos serão considerados aceitos somente após o recebimento e análise, depois de desembalados e conferidos pela CONTRATANTE, atendidos as especificações exigidas neste Termo de Referência;

9.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Liquidação

9.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

9.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.8.1. O prazo de validade;

9.8.2. A data da emissão;

9.8.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

9.8.4. O período respectivo de execução do contrato;

9.8.5. O valor a pagar; e

9.8.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
9.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
9.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
9.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
9.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Pagamento

9.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior;
9.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária;
9.18. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias, conforme o § único do art. 25 do Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ;
9.19. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado;
9.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
9.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
9.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O critério de julgamento a ser adotado será de Menor Preço por Grupo, por conta da necessidade de garantir total integração e compatibilidade entre os itens especificados, de modo a não prejudicar a eficácia da Contratação.

Exigências de habilitação

10.2. Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido os bens compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação, contendo nome, RG e telefone do declarante para mais informações.

11. REAJUSTE DO CONTRATO

11.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (data da pesquisa de mercado), em 11/11/2024.
11.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, exclusivamente, para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
11.9. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.
11.10. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

12. LEVANTAMENTO DAS DIFERENTES SOLUÇÕES DE MERCADO

12.1. Com relação ao Procedimento Público de Intenção para Registro de Preços, a PGJMA será única contratante, logo, é dispensável o procedimento previsto no Art 86, §1º da Lei n° 14.133/2021. Dispensamos o procedimento também devido à necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório e ainda devido ao nosso modelo de objeto ser específico pras necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça;
12.2. Parâmetro de Pesquisa dos itens 1 e 2 – pesquisa direta com fornecedores, pelo motivo de não haver propostas compatíveis com a especificação requerida, tanto no Portal de Compras do Governo Federal quanto nos sites especializados (conforme § 1º, IV, Art 23 da Lei 14.133/2021 e Art 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021);
12.3. Metodologia para obtenção do Valor Unitário – MEDIANA (item 1) e MÉDIA (item 2) – (conforme Art 23, § 1º, I, da Lei nº 14.133/2021 e conforme Art 174, I, do Ato Reg nº 10/2023 – GPGJ);
12.4. Estão sendo utilizados modelos-padrão de documentos constantes do Processo Licitatório (conforme art. 19, IV e §2º, da Lei nº 14.133/2021);
12.5. Quanto ao Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras e Serviços (art. 17, II e §2º do AR 10/2023-GPGJ; art. 19, II e §2 da Lei nº 14.133/2021), até o momento da elaboração documental deste processo a Diretoria-Geral da PGJMA ainda não havia disponibilizado Catálogo;
12.6. Com relação ao Procedimento Público de Intenção para Registro de Preços, a PGJMA será única contratante, logo, é dispensável o procedimento previsto no Art 86, §1º da Lei n° 14.133/2021. Dispensamos o procedimento também devido à necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório e ainda devido ao nosso modelo de objeto ser específico para as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O custo estimado total da contratação é de **R$ 1.125.658,66 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

GRUPO 01						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QTDE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	WORKSTATION TIPO I	460038	Unid	16	56.435,72*	902.971,52
2	WORKSTATION TIPO II	606229	Unid	2	118.600,00**	222.687,14
Valor médio total						**1.125.658,66**

14. RESPONSÁVEIS

Equipe de Planejamento da Contratação		
Integrante Requisitante	**Integrante Técnico**	**Integrante Administrativo**
Bruno Emanuel Setubal Learte Matrícula: 1075611	Ronald Silva Pereira Matrícula: 1062298	Francisco Orino do Amaral Neto Matrícula: 1070519
	Coordenador do GAECO	
	Luiz Muniz Rocha Filho Matrícula: 656280	

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Anexo de movimentação: 5.TERMO_DE_REFERENCIA_-_WORKSTATIONS - 03.04.25

(*) Documento assinado eletronicamente por **RONALD SILVA PEREIRA** em **04 de Abril de 2025 às 10:48 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-LABLD-42025, **Código de Validação**: 6CDEA7A298.

Ministério Público do Estado do Maranhão

LAB-LD

DESPACHO-LABLD - 42025
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: 6CDEA7A298

São Luís, 04 de abril de 2025

À Secretaria Administrativa Financeira,

Em atendimento ao DESPACHO-SEAF – 9942025, tendo em vista o que pede o PARECER- DGAJA-1122025, relativo ao Processo 228562024, informamos que foram realizadas as devidascorreções/ajustes no que diz respeito ao item I. QUANTO AO TERMO DE REFERÊNCIA, conforme documento anexo atualizado.

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 04/04/2025 às 10:48 h (*)

RONALD SILVA PEREIRA
ASSESSOR TÉCNICO II

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 3219-1780 e-mail: labld@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-LABLD - 42025

(*) Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA** em **27 de Março de 2025 às 10:28 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SEAF-9942025, **Código de Validação**: 8254A0E1D5.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SEAF - 9942025
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: 8254A0E1D5

Assunto: Registro de Preços – Aquisição de Computadores – Workstations
Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas

Tendo em vista o parecer PARECER-DGAJA – 1122025 da Assessoria Jurídica, encaminhem-se os autos às Unidades abaixo elencadas, para as providências cabíveis:

1. **Ao Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO** para adoção das providências cabíveis nos termos do parecer supra;
2. **À Comissão Permanente de Licitação** para adoção das providências cabíveis nos termos do parecer supra.

Por fim, retornem os autos a esta SEAF para análise e nova apreciação da **Assessoria Jurídica**.

assinado eletronicamente em 27/03/2025 às 10:28 h (*)

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR DE SECRETARIA

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 9942025

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **27 de Março de 2025 às 09:25 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-2912025, **Código de Validação**: 3455F4571F.

PTC-ACI - 2912025
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: 3455F4571F

Processo Administrativo: Nº 22856/2024
Documento de Origem: MEMO-GAECO - 2342024
Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS
Assunto: Registro de Preços para eventual aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS **(LICITAÇÃO – FASE INTERNA)**

Senhor Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira,

Em atenção ao DESPACHO-SEAF - 8622025, verificamos que se trata de **nova manifestação** acerca do Processo Administrativo Nº 22856/2024, instaurado a partir do MEMORANDO INAUGURAL, no qual o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS, solicita autorização para deflagração e processo licitatório, objetivando Registro de Preços para eventual aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, conforme detalhamento apresentado no Termo de Referência, no valor estimado total da contratação é de R$ 1.125.658,66 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos)**.**

Foram considerados, após a primeira análise desta Assessoria (PTC-ACI - 17352024), os seguintes documentos: DESPACHO-SEAF - 52322024; DESPACHO-GAECO - 2742024; DESPACHO-SEAF - 52792024; DESPACHO-CMTI - 5132024; DESPACHO-SEAF - 53652024; DECISÃO-DG - 2042024; TERMO DE REFERENCIA WORKSTATIONS_ATUALIZADO030220251229; DESPACHO-CPL - 1472025; PORTARIA-GAB_PGJ_11123_2024_AGENTE DE CONTRATAÇÃO; MINUTA - PE_90003-2025_SRP - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATIONS; DESPACHO-SEAF - 5192025; DESPACHO-LABLD - 22025; DESPACHO-SEAF - 6852025; PARECER-DGAJA - 1122025; DESPACHO-SEAF - 8622025.

No parecer anterior PTC-ACI - 17352024, esta Assessoria Técnica da Administração se manifestou pela **existência de impedimentos em razão das pendências apontadas nos itens 5 e 6, bem como, no subitem 7.1.**

Em face desse apontamento, o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS apresentou no anexo DESPACHO-GAECO - 2742024, as informações para sanar as pendências apontadas no PTC-ACI - 17352024, conforme se observa abaixo:

> ***"a. Item 5*** *- Demonstração de que a contratação está alinhada com o planejamento da instituição e que consta na previsão do Plano Anual de Contratações ou justificativa em relação à ausência de previsão (art. 5º,VIII do AR nº 44/2021-GPGJ e art. 21 do AR nº 10/2023-GPGJ):*
>
> > *"RESPOSTA: A contratação consta no Planejamento Anual da Instituição com demanda prevista nas ações da Coordenadoria de Modernização de Tecnologia da Informação – CMTI (Item 1, Microcomputadores)".*
>
> ***b) Item 6*** *- Utilização do catálogo eletrônico de padronização de compras e serviços;*

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **27 de Março de 2025 às 09:25 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-2912025, **Código de Validação**: 3455F4571F.

adoção justificada do catálogo do Poder Executivo Federal ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização. (art. 14, II e §2º do AR 10/2023-GPGJ; art. 19, II e §2º da Lei nº 14.133/21):

> *"RESPOSTA: A informação encontra-se no subitem 11.5 do Termo de Referência".*

***c) Item 7.1** - Utilização de modelo padrão; adoção de minuta do Poder Executivo federal por todos os entes federativos ou justificativa para não utilização de minutas padrões (art. 19, IV e §2º da Lei nº 14.133/21):*

> *"RESPOSTA: A informação encontra-se no subitem 11.4 do Termo de Referência"*

Quanto à alínea a do DESPACHO-GAECO - 2742024, a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação, por meio do anexo DESPACHO-CMTI - 5132024, esclareceu da seguinte forma:

> *"Tendo em vista a alínea a DESPACHO-GAECO – 2742024: ... A referida contratação encontra-se no Planejamento Anual da Instituição com demanda prevista nas ações da Coordenadoria de Modernização de Tecnologia da Informação – CMTI (LOA 2024). Portanto, tendo em vista o interesse público e a necessidade externada pelo GAECO, manifestamo-nos favoráveis ao uso do recurso financeiro desta CMTI, referente à reserva destinada à compra de microcomputadores tipo Workstation pelo LAB-LD".*

Diante do exposto, ressalvados os aspectos jurídicos e técnicos que extrapolam a análise desta Assessoria, manifestamo-nos pela **INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS.**

SUGERIMOS o encaminhamento dos autos para a Assessoria Jurídica a fim de que seja apreciado o mérito quanto ao prosseguimento do procedimento licitatório.

É o que se encaminha para conhecimento e deliberação das providências julgadas pertinentes.

assinado eletronicamente em 27/03/2025 às 09:25 h (*)

JADIEL FERNANDES FRANÇA
ANALISTA MINISTERIAL
CONTABIL - CONTÁBIL

assinado eletronicamente em 26/03/2025 às 13:56 h (*)

LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA
ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA TECNICA DA ADMINISTRAÇÃO

Rua Oswaldo Cruz, n.º 1396, Centro, São Luís / MA
CEP: 65.020-910 Telefone: 1692 e-mail: 37pjespsls@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: PTC-ACI - 2912025

(*) Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA** em **19 de Março de 2025 às 14:52 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SEAF-8622025, **Código de Validação**: 5DD16A47A7.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SEAF - 8622025
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: 5DD16A47A7

Assunto: Registro de Preços – Aquisição de Computadores tipo Workstations
Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas

Tendo em vista o parecer PARECER-DGAJA - 1122025 da Assessoria Jurídica, encaminhem-se os autos às Unidades abaixo elencadas, para as providências cabíveis:

1 . **À Assessoria Técnica da Administração,** quanto ao saneamento das pendências apontadas no PTC-ACI - 17352024;

2 . **Ao Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO** para adoção das providências cabíveis nos termos do parecer supra;

3. **À Comissão Permanente de Licitação** para adoção das providências cabíveis nos termos do parecer supra.

Por fim, retornem-se os autos a esta SEAF para análise e nova apreciação da **Assessoria Jurídica**.

assinado eletronicamente em 19/03/2025 às 14:52 h (*)

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR DE SECRETARIA

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 8622025

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **19 de Março de 2025 às 12:09 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-1122025, **Código de Validação**: 7D60655C46.

PARECER-DGAJA - 1122025
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: 7D60655C46

PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 22856/2024
ASSUNTO: Compras.
INTERESSADO: GAECO.
PARECER

À Secretaria Administrativo-Financeira-SEAF

Senhor Diretor,

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir do **MEMO-GAECO - 2342024**, oriundo do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas, desta Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão - PGJ/MA, por meio do qual solicitou autorização para abertura de processo licitatório com vistas à aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, conforme quantidades e especificações técnicas constantes do Termo de Referência.

O presente processo foi encaminhado pela Secretaria Administrativo-Financeira (**DESPACHO-SEAF - 6852025**) a esta Assessoria Jurídica para análise e manifestação relativa à solicitação de abertura de processo licitatório, visando registro de preços, para a aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS.

Assim, examinados o Termo de Referência e a minuta do Pregão Eletrônico nº 90003/2024 e seus anexos, constatou-se algumas impropriedades, por esse motivo e em caráter preliminar, sugere-se as providências adiante indicadas, a serem levadas a efeito pelo GAECO quanto ao Termo de Referência, e pela Comissão Permanente de Licitação com relação à Minuta do Edital de Licitação e seus anexos.

I. Quanto ao Termo de Referência:

a. Subitem 1.6, recomenda-se: *"Apesar dos itens serem divisíveis (GRUPO 01), não se*

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **19 de Março de 2025 às 12:09 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-1122025, **Código de Validação**: 7D60655C46.

aplicará o beneficio (...)".

b. Subitem 3.5, consultar a CPL sobre a possibilidade de incluir a contratação no Plano Anual de Contratação 2024;

c. Subitem 4.8.1.3, recomenda-se: *" (...) fabricantes dos equipamentos (...)".*

d. Subitem 6.1, excluir o seguinte trecho*: "(...) com eficácia na publicação do seu extrato na imprensa oficial;"*

e. Subitem 7.21.4, acrescentar a seguinte previsão**:**

> *7.21.4.4. Moratória de 1% (um por cento) do valor unitário do equipamento, por dia corrido, até o limite de trinta 30 (trinta) dias, em caso de descumprimento do prazo estabelecido para a execução dos serviços afetos à garantia. Após esse prazo, será aplicada, também, multa Compensatória correspondente ao valor do equipamento.*

f. Acrescentar informações sobre a possibilidade de adesão de outros Órgãos e prorrogação da Ata. Caso a Unidade entenda pela possibilidade de prorrogação da ARP, deverá se manifestar a respeito da renovação ou não dos quantitativos inicialmente registrados. Nesse sentido é o entendimento da Advocacia-Geral da União:

> **PARECER n. 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU**
>
> III- Conclusão pela possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços, desde que: a) seja comprovado o preço vantajoso; b) haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços; c) o tema tenha sido tratado no planejamento da contratação; d) a prorrogação da ata de registro de preços ocorra dentro do prazo de sua vigência.

g. Subitem 3.5, realizar o ajuste necessário considerando a informação prestada pela CMTI no DESPACHO-CMTI - 5132024 , bem como anexar aos autos a DFD da contratação.

II. Minuta de Edital – Pregão Eletrônico nº. 90003/2025

a. Realizar as adequações necessárias em caso de alteração do Termo de Referência.

b. Item 4, acrescentar a exigência do subitem 4.8.1.2 do Termo de Referência;

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **19 de Março de 2025 às 12:09 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-1122025, **Código de Validação**: 7D60655C46.

III. Minuta do Contrato (Anexo V)

a. Acrescentar cláusula (s) com informações acerca dos critérios de aceitação, garantia e assistência técnica, e condições de entrega, conforme as previsões do Termo de Referência;

b. Cláusula Segunda, subitem 2.1.1, excluir.

c. Cláusula Terceira, subitens 3.5 a 3.7, excluir. Em contratos de compras não há indicação de preposto para manter no local da execução do objeto;

d. Cláusula Sexta, subitens 6.2 a 6.12, realizar as adequações necessárias para manter em conformidade com os subitens 8.1 a 8.6 do Termo de Referência;

e. Cláusula Sétima, subitem 7.1, alterar a data do orçamento estimado para 11/11/2024, conforme subitem 10.1 do Termo de Referência;

f. Cláusula Nona, subitem 9.2, excluir. Em contratos de compras não há indicação de preposto para manter no local da execução do objeto;

g. Cláusula Décima Segunda, manter em conformidade com o item 10 do Termo de Referência, os critérios para aplicação da multa;

h. Cláusula Décima Quinta, excluir. As condições de recebimento já estão previstas na cláusula sexta;

Cumpre ressaltar que, em caso de discordância com as alterações sugeridas no corpo do presente parecer, tal posicionamento deve ser necessariamente justificado e fundamentado com embasamentos técnicos e/ou legais.

Ante o exposto, esta Assessoria se manifesta no sentido de que os autos sejam encaminhados à Assessoria Técnica da Administração quanto ao saneamento das pendências apontadas no **PTC-ACI - 17352024**; em seguida ao Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO e à Comissão Permanente de Licitação, para adoção das providências cabíveis nos termos deste parecer. Por fim, com o cumprimento das diligências citadas, retornem-se os autos a esta Assessoria para nova apreciação, conforme exigência do art. 53 da Lei n.º 14.133/2021.

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **19 de Março de 2025 às 12:09 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PARECER-DGAJA-1122025, **Código de Validação**: 7D60655C46.

Assessoria Jurídica da Administração

São Luís/MA, 19 de março de 2025.

Hermano José Gomes Pinheiro Neto
Assessor Jurídico

De Acordo. À consideração superior.

Maria do Socorro Quadros de Abreu
Assessora-Chefe da ASSJUR

assinado eletronicamente em 19/03/2025 às 12:06 h (*)
HERMANO JOSÉ GOMES PINHEIRO NETO
ASSESSOR JURÍDICO DA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO

assinado eletronicamente em 19/03/2025 às 12:09 h (*)
MARIA DO SOCORRO QUADROS DE ABREU
TÉCNICO MINISTERIAL
ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: PARECER-DGAJA - 1122025

(*) Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA** em **10 de Março de 2025 às 13:16 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SEAF-6852025, **Código de Validação**: 079EB48A0F.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SEAF - 6852025
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: 079EB48A0F

Assunto: Registro de Preços – Aquisição de Computadores tipo Workstations
Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas

À Assessoria Jurídica,

Após manifestação da Unidade requisitante, conforme DESPACHO-LABLD - 22025, acerca da minuta, MINUTA - PE_90003-2025_SRP - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATIONS, encaminhem-se os autos para análise e manifestação relativa à solicitação de abertura de processo licitatório, visando registro de preços, para a aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, **no valor total estimado de R$ 1.125.658,66 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos**), conforme solicitação do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO a partir do MEMORANDO INAUGURAL, e demais documentos.

assinado eletronicamente em 10/03/2025 às 13:16 h (*)
RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR DE SECRETARIA

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 6852025

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **07 de Março de 2025 às 14:45 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-LABLD-22025, **Código de Validação**: 611CC6A487.

MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão

LAB-LD

DESPACHO-LABLD - 22025
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: 611CC6A487

Assunto: Registro de Preços – Aquisição de Computadores tipo Workstations
Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas

À SEAF,

Em atendimento ao DESPACHO-SEAF - 5192025, e conforme análise realizada pela equipe técnica, informamos que a MINUTA - PE_90003-2025_SRP - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATIONS está de acordo com a pretensa aquisição.

assinado eletronicamente em 07/03/2025 às 10:35 h (*)
FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO
TÉCNICO MINISTERIAL

assinado eletronicamente em 07/03/2025 às 14:45 h (*)
RONALD SILVA PEREIRA
ASSESSOR TÉCNICO II

assinado eletronicamente em 07/03/2025 às 10:37 h (*)
BRUNO EMANUEL SETUBAL LEARTE
ASSESSOR TÉCNICO II

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-LABLD - 22025

(*) Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA** em **17 de Fevereiro de 2025 às 14:16 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SEAF-5192025, **Código de Validação**: 74513A895E.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SEAF - 5192025
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: 74513A895E

Assunto: Registro de Preços – Aquisição de Computadores tipo Workstations
Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas

Ao Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas,

Encaminhem-se os autos para ciência, análise e manifestação acerca da minuta, MINUTA - PE_90003-2025_SRP - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATIONS, e, caso necessário, propor as devidas adequações para o prosseguimento do processo licitatório, prevenindo-se, dessa forma, eventuais impropriedades.

Após, retornem-se os autos a esta SEAF para análise e posterior apreciação da **Assessoria Jurídica.**

assinado eletronicamente em 17/02/2025 às 14:16 h (*)

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR DE SECRETARIA

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 5192025

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **17 de Fevereiro de 2025 às 11:50 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CPL-1472025, **Código de Validação**: D7F4D20C7C.

MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão

Comissão Permanente de Licitação

DESPACHO-CPL - 1472025
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: D7F4D20C7C

Assunto: Análise Minuta de Edital do Pregão Eletrônico nº 90003/2025 - SRP

Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO

À Secretaria Administrativo-financeira,

Encaminha-se o processo administrativo acima identificado, que trata de abertura de procedimento licitatório, mediante Sistema de Registro de Preços, cujo objeto aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, no valor global estimado de **R$ 1.125.658,66 (um milhão cento e vinte e cinto mil seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos),** para que seja submetida à apreciação da Assessoria Jurídica da administração, conforme determina o art. 53 da Lei nº 14.133/2021, abaixo transcrito:

> "Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação."

Atenciosamente,

assinado eletronicamente em 17/02/2025 às 11:40 h (*)
MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA
MEMBRO CPL

assinado eletronicamente em 17/02/2025 às 11:50 h (*)
JOSÉ LINDSTRON PACHECO
ANALISTA MINISTERIAL
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-CPL - 1472025

(*) Documento assinado eletronicamente por **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA** em **18 de Outubro de 2024 às 14:40 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PORTARIA-GAB/PGJ-111232024, **Código de Validação**: B42B79994D.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA-GAB/PGJ - 111232024
Código de validação: B42B79994D

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e ainda o Ato Regulamentar nº 10/2023 da Procuradoria-Geral de Justiça,

CONSIDERANDO o disposto nos incisos L e LX do art. 6º, bem como os art. 7º e 8º da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO o Capítulo I do Ato Regulamentar nº 10/2023 – ATOREG, de 23 de março de 2023;

CONSIDERANDO que a comissão de contratação é o conjunto de agentes públicos indicados pela Administração, em caráter permanente ou especial, com a função de receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para, sob a presidência da primeira, comporem a COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO do Ministério Público do Estado do Maranhão, na qualidade de membros titulares:

I – CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM – Analista Ministerial – Área: Contábil;

II – JOSÉ LINDSTRON PACHECO – Analista Ministerial – Área Administrativa;

III – JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO – Técnico Ministerial – Área: Execução de Mandados;

IV – SÉRGIO HENRIQUE DE CARVALHO, Técnico Ministerial – Área: Execução de Mandados;

V – FRANCISCO DE ASSIS MARTINS QUEIROZ, Técnico Ministerial – Área: Administrativa.

VI – RODOLFO ALVES SANTOS, Analista Ministerial – Área Administrativa.

Art. 2º Designar os servidores JOSÉ LÍVIO MARINHO LIMA, Analista Ministerial – Área: Administração, MARISTER NUNES DE OLIVEIRA, Técnico Ministerial – Área Administrativa, MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA, Membro da Comissão de Licitação e CLÁUDIO RICARDO PEREIRA SERRA, Assessor Técnico II, para membros suplentes da Comissão Permanente de Contratação.

Art. 3º Designar servidores para exercerem as funções de AGENTE DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIRO e membros da EQUIPE DE APOIO do Ministério Público do Estado do Maranhão.

I – AGENTE DE CONTRATAÇÃO:

a) CONCEIÇÃO DE MARIA CORREA AMORIM, Analista Ministerial – Área: Contábil;
b) JOSÉ LINDSTRON PACHECO, Analista Ministerial – Área Administrativa;
c) SÉRGIO HENRIQUE DE CARVALHO, Técnico Ministerial – Área: Execução de Mandados;
d) FRANCISCO DE ASSIS MARTINS QUEIROZ, Técnico Ministerial – Área: Administrativa;
e) JOÃO CARLOS ALMEIDA DE CARVALHO, Técnico Ministerial – Área: Execução de Mandados:
f) RODOLFO ALVES SANTOS, Analista Ministerial – Área: Administrativa.

Art. 4º Em licitação, na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado PREGOEIRO.

Art. 5º Em licitação na modalidade leilão, o agente responsável pela condução do certame atuará como LEILOEIRO ADMINISTRATIVO, consoante art. 31 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 6º Designar os servidores para comporem a EQUIPE DE APOIO aos trabalhos executados pelos agentes de contratação/pregoeiro.

I – EQUIPE DE APOIO:
a) MARISTER NUNES DE OLIVEIRA, Técnico Ministerial – Área Administrativa;
b) CLÁUDIO RICARDO PEREIRA SERRA, Assessor Técnico II;
c) MARCOS ANTONIO LIMA DE OLIVEIRA, Membro da Comissão de Licitação;
d) ALEXANDRE DE ARAÚJO ALVES, Técnico Ministerial – Área: Execução de Mandados;
e) ANTÔNIO ALFREDO PIRES OLIVEIRA, Analista Ministerial – Área: Administrativa.
f) JOSÉ LÍVIO MARINHO LIMA – Analista Ministerial – Administração Área: Administração.

Art. 7º Delegar poderes aos agentes de contratação/pregoeiro e membros da comissão permanente de contratação para assinar editais de licitação.

Art. 8º As designações em epígrafe terão caráter permanente, até que outro ato os modifique ou revogue, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 8163/2024, cessados os efeitos da PORTARIA-GAB/PGJ – 4511/2024.

Dê-se ciência e cumpra-se. Publique-se no Boletim Interno Eletrônico e no Diário Eletrônico do Ministério Público – DEMP/MA.

assinado eletronicamente em 18/10/2024 às 14:40 h (*)

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

(*) Documento assinado eletronicamente por **DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA** em **18 de Outubro de 2024 às 14:40 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PORTARIA-GAB/PGJ-111232024, **Código de Validação**: B42B79994D.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

PORTARIA-GAB_PGJ_11123_2024_AGENTE DE CONTRATAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N. 90003/2024

CONTRATANTE (UASG)
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA (925129)

OBJETO
Registro de Preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 1.125.658,66 (um milhão cento e vinte e cinco mil seiscentos de cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia **XX/XX/XXXX** às **XXh (horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço por grupo

MODO DE DISPUTA:
Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

Sumário

1 DO OBJETO 3
2 DO REGISTRO DE PREÇOS 4
3 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO 4
4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO 6
5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA 7
6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES 9
7 DA FASE DE JULGAMENTO 11
8 DA FASE HABILITAÇÃO 13
9 DOS RECURSOS 18
10 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO 19
11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 19
12 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA 20
13 DA GARANTIA DE CONTRATAÇÃO 20
14 DO CONTRATO 20
15 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES 22
16 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO 24
17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 24
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA 27
ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO 28
ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS __/20__ 29
ANEXO IV - MINUTA DE SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 37
ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO 38

MINUTA DE EDITAL

PREGÃO Nº. 90003/2024 – ELETRÔNICO

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO** e este(a) Pregoeiro(a), designado(a) pela Portaria nº 11.123/2024 – GAB/PGJ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº **22856/2024**, oriundo da Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO), tornam público, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei Federal nº. 14.133/2021, da Resolução n. 283/2024-CNMP, do Decreto nº 11.462/2023, do Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a formação de Registros de Preços visando a aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

GRUPO 01						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UND**	**QTD**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	WORKSTATION TIPO I	460038	Unid	16	R$ 56.435,72	R$ 902.971,52
2	WORKSTATION TIPO II	606229	Unid	2	R$ 118.600,00	R$ 222.687,14
					VALOR TOTAL	**R$ 1.125.658,66**

1.2 A licitação será realizada em grupo único, formados por 02 (dois) itens, conforme tabela constante no item anterior e no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3 O valor global máximo estimado desta despesa importa em R$ 1.125.658,66 (um milhão cento e vinte e cinco mil seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos) e o valor máximo unitário estimado por item é aquele disposto no Anexo I - Termo de Referência, parte integrante deste edital.

1.4 Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto deste Pregão descritas no **Compras.gov.br** (www.gov.br/compras) e aquelas constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

2 DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6 Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8 Agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão;

3.6.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.11 Empresas cujos sócios sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme dispõe o inciso II do art. 3º da Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público;

3.7 O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

3.9 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10 O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional

com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12 A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1 Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

4.12 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para a Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1 Valor unitário e total do item;

5.1.2 Marca;

5.1.3 Fabricante;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a **120 (cento e vinte) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais e estaduais, quando participarem de licitações públicas;

5.10.1 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estimados da contratação.

5.11 O descumprimento das regras supramencionadas pela Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 51, inciso VIII, da Constituição Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1,00% (um por cento) do valor do item**.

6.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto e fechado.

6.11 Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.11.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.11.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.11.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2 A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1 Empresas estabelecidas no Estado do Maranhão;

6.19.2.2 Empresas brasileiras;

6.19.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3 Caso se verifique uma situação de empate real que não tenha sido dirimida por nenhum dos critérios do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, antes da fase de julgamento, o sistema irá realizar o sorteio de forma automática.

6.20 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.21 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

6.22 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à

existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 SICAF;

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta); e

7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1 Contiver vícios insanáveis;

7.7.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o subitem acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1 Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2 Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, deverá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13 O Pregoeiro poderá solicitar da (s) licitante (s) classificada (s) provisoriamente em primeiro lugar, a apresentação de amostras, conforme previsto no Termo de Referência (Anexo I).

7.13.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.13.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.13.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8 DA FASE HABILITAÇÃO

8.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei 14.133/2021:

8.3 Habilitação Jurídica:

8.3.1 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.2 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.3.3 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.3.4 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.3.5 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.3.6 Declaração de Inexistência de Parentesco, conforme ANEXO II;

8.3.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.4 Regularidade fiscal e trabalhista:

8.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.4.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.4.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto ora licitado;

8.4.6 Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

8.4.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.4.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.5 Qualificação Econômico-Financeira:

8.5.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.5.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II) ou, se for o caso, Certidão de Recuperação Judicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 30 (trinta) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;

8.5.3 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.5.3.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.5.3.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

8.5.3.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.5.3.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.5.4 Apresentar Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação;

8.5.4.1 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.5.5 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

8.6 Qualificação técnica:

8.6.1 Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido os bens compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação, contendo nome, RG e telefone do declarante para mais informações.

8.7 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.7.1 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.8 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.8.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.9 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.10 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.11 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.12 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções

coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.13 A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.13.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.14 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.14.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.15 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.15.1.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, juntamente com a proposta de preços em conformidade com o item 6.21.

8.15.1.2 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.16.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

8.15.1.3 A aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.1.4 A atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.1.5 A apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

8.15.1.6 A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 8.16.1 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.16.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.16.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.17 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.17.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.17.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.18 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.19 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8.20 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.21 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9 DOS RECURSOS

9.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.mpma.mp.br.

10 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), pela autoridade superior, que em seguida homologará o processo licitatório.

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de

reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

12.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

12.1.2 Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

12.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13 DA GARANTIA DE CONTRATAÇÃO

13.1 Não será exigida garantia de contratação

14 DO CONTRATO

14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Contrato.

14.2 O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante a Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão para a assinatura do Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, por e-mail, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3 O Aceite da Nota de Empenho, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

14.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.4 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.5 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.5.1 Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.6 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou receber a nota de empenho, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

14.7 O Diretor-Geral nomeará servidores lotados no Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO, para fiscalizar o contrato, devendo-se registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à CONTRATADA, para que providencie a imediata correção das irregularidades apontadas.

14.7.1 O fiscal do contrato deverá:

14.7.1.1 Atestar os documentos da despesa e acompanhar o fornecimento de acordo com as datas e especificações pré-definidas, em conformidade com o Edital.

14.7.1.2 Fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, inclusive quanto à não interrupção do fornecimento do bem.

15 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

15.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

15.1.2.1 Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2 Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3 Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.2.4 Deixar de apresentar amostra;

15.1.2.5 Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

15.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

15.1.5 Fraudar a licitação

15.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

15.1.6.1 Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

15.1.6.2 Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

15.1.6.3 Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

15.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

15.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

15.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

15.2.1.1 Advertência;

15.2.1.2 Multa;

15.2.1.3 Impedimento de licitar e contratar e

15.2.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

15.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

15.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.

15.3.2 As peculiaridades do caso concreto

15.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes

15.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública

15.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

15.4.1 Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

15.4.2 Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

15.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

15.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Maranhão, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

15.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

15.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item , caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

15.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3 A impugnação e/ ou pedido de esclarecimento poderão ser realizados, mediante petição a ser enviada, **exclusivamente**, de forma eletrônica, para o e-mail esclarecimentos@mpma.mp.br.

16.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

17.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão.

17.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.mpma.mp.br.

17.11 A abertura da sessão deste Pregão será transmitida via Youtube no canal Licitações do MPE-MA, conforme determina o Ato Regulamentar n. 39/2020 -GPGJ.

17.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.12.1 ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

17.12.2 ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO;

17.12.3 ANEXO III – M INUTA DA ATA DE REGRISTRO DE PREÇOS;

17.12.4 ANEXO IV – MINUTA DA SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS; e

17.12.5 ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO;

17.13 Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor;

17.14 Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados pelo Pregoeiro por meio eletrônico, via internet, através do e-mail: esclarecimentos@mpma.mp.br.

São Luís-MA., __ de _____ de 20__.

_____

Pregoeiro – CPL

PGJ/MA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

PREGÃO Nº 90003/2024 – SRP – PGJ/MA

(RESOLUÇÃO CNMP 37/2009)

Cientes que ao se realizar declaração falsa, incorre-se no crime de falsidade ideológica, previsto no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, declaramos que não há sócios na empresa _____, CNPJ nº_____, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros do Ministério Público do Estado do Maranhão atualmente ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, detentor de tais cargos e funções quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório, assim como de servidores atualmente ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, detentor de tais cargos quando da deflagração da licitação ou nos 6 (seis) meses anteriores ao início do procedimento licitatório.

Por ser verdade, firmo a presente, sob as penas da lei.

São Luís, _____ de _____ de 20__.

_____
(Assinatura Representante Legal da Empresa)

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS __/20__

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22856/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025 – SRP – CPL/PGJ
ID DA CONTRATAÇÃO NO PNCP:

A **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO**, com sede nesta cidade, à Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3.261, Calhau, São Luís/MA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. PAULO GONÇALVES ARRAIS, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, **matrícula nº** _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão de nº 90003/2025, operado na forma eletrônica, para Registro de Preços, constante do **Processo Administrativo nº** 22856/2024, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital do certame, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº. 14.133/21, Lei Complementar nº. 123/06, Decreto Federal nº 11.462/2023, Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ e demais normativos legais aplicáveis à espécie, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, especificado na tabela constante no item 1.1 do Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão nº 90003/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

1 – DADOS DA EMPRESA

Razão Social:_____ CNPJ: _____

Endereço:_____

Telefone:_____ E-mail:_____

Nome do Representante:_____

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor Total

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador será a PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias da PGJ/MA e do fornecedor.

4.2. A autorização da PGJ/MA apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. A PGJ/MA poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização da PGJ/MA, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

4.6. Os órgãos interessados em aderir à Ata de Registro de Preços decorrente deste pregão, o farão utilizando o modelo de formulário – Anexo IV – constante deste instrumento convocatório, **enviando essa solicitação para o e-mail: diretoriageral@mpma.mp.br**.

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada

item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. No ato da prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pela PGJ/MA por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual, de que trata o item 5.2, deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica

para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a PGJ/MA convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, a PGJ/MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, a PGJ/MA comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pela PGJ/MA e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, a PGJ/MA procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, a PGJ/MA atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. A PGJ/MA comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pela PGJ/MA, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá a PGJ/MA, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho da PGJ/MA, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, a PGJ/MA poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar à PGJ/MA qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 82, §5, VIº da Lei n. 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

São Luís (MA), ____ de _____ de 20__.

_____

Órgão Gerenciador: Procuradoria-Geral de Justiça do Maranhão

PAULO GONÇALVES ARRAIS

Diretor-Geral

_____

Fornecedor:

Representante:

ANEXO IV - MINUTA DE SOLICITAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

<< ÓRGÃO OU ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA >>

Ofício n. << xx >> << sigla do órgão >>

<< Local e Data >>

À Sua Excelência o Senhor
DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
Procurador-Geral de Justiça do Maranhão

Assunto: **Adesão à Ata de Registro de Preços n. << nº e ano >>**

Senhor(a) Procurador(a)-Geral,

1. O/A << Órgão ou Entidade da Administração Pública >>, por meio do seu Titular, vem manifestar interesse em aderir à << identificação da ARP >>, oriunda do Processo Licitatório << nº e origem >>, na modalidade Pregão Eletrônico, sob << nº do Pregão >>, com preços registrados para futura << objeto da Ata de Registro de Preços >>, conforme tabela abaixo:

2. Tabela elaborada com base no quadro de preços registrados da <<identificação da ARP >>:

Item	Especificação	Marca	Modelo	Unidade	Qtde	Valor Unitário	Valor total

3. Para maior celeridade do feito, no caso de aceitação, pela empresa beneficiária da <<identificação da ARP >>, o competente Termo de Adesão deverá ser elaborado com os seguintes dados do Órgão Carona:

a. << Nome do Órgão ou da Entidade, CNPJ e endereço >>

b. << Nome do Titular, CPF e cargo >>

Atenciosamente,

<< Nome do Titular da Pasta ou do Ordenador de Despesa >>

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº XXX/20__, QUE CELEBRAM A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

A **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO,** com sede nesta Capital, à Avenida Prof. Carlos Cunha, nº. 3261, Calhau, CEP 65076-820, inscrita no CNPJ sob o nº 05.483.912/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. PAULO GONÇALVES ARRAIS, brasileiro, servidor público, residente e domiciliado nesta capital, matrícula funcional nº _____e de outro lado a empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____, sediada na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, têm justo e acertada a celebração do presente contrato, tendo em vista o que consta do **Processo Administrativo n.º 22856/2024** que instruiu a licitação na modalidade **Pregão nº 90003/2025**, por sistema de registro de preços, e em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021, do Ato Regulamentar 10/2023-GPGJ, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e demais legislação aplicável, têm entre si justo e avençado o que segue:

1.CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1.O objeto do presente instrumento é aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, nos termos da tabela abaixo, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2.Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	WORKSTATION TIPO I	460038	Unid	x	R$	R$
2	WORKSTATION TIPO II	606229	Unid	x	R$	R$
VALOR TOTAL						

1.3.Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1.O Termo de Referência;

1.3.2.O Edital da Licitação;

1.3.3.A Proposta do contratado;

1.3.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2.CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

2.1.1.O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.1.2.O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, nos termos já descritos no Termo de Referência e neste Contrato.

3.CLÁUSULA TERCEIRA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

3.1.O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2.Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3.As comunicações entre a PGJ/MA e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4.A PGJ/MA poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

3.5.A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

3.6.A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período das 8h às 15h.

3.7.A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

3.8.A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

3.9.O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

3.9.1.O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117);

3.9.2.Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

3.9.3.O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.9.4.No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.9.5.O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

3.10.O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.10.1.Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

3.11.O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.12.O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.13.O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.14.O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao

seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.15.O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.16.O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.17.O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

4.CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1.Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1.O valor total da contratação é de R$..... (.....).

5.2.No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3.O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6.CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1.1.Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

6.1.1.1.Não produzir os resultados acordados,

6.1.1.2.Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

6.1.1.3.Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

6.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a , da Lei nº 14.133).

6.3.O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

6.4.O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.5.O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.6.O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

6.7.Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.7.1.Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

6.7.2.O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.7.3.A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

6.7.4.O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.7.5.Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.8.Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

6.9.Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

6.9.1.Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

6.9.2.Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

6.9.3.Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

6.9.4.Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

6.9.5.Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

6.10.No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.11.Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

6.12.O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

6.13.Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.13.1.O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.14.Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.14.1.O prazo de validade;

6.14.2.A data da emissão;

6.14.3.Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.14.4.O período respectivo de execução do contrato;

6.14.5.O valor a pagar; e

6.14.6.Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.15.Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.16.A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.17.A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.18.Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

6.19.Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.20.Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

6.21.Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

6.22.O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

6.23.O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

6.24.Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.25.1.Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.26.O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1.Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/11/2024.

7.1.1.Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajustes após o interregno de um ano, aplicando-se o índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2.Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3.No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.4.Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.5.Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6.Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7.O reajuste será realizado por apostilamento.

7.8.Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

8.CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1.Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

8.2.Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3.Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4.Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5.Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.6.Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.7.Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8.Cientificar a Diretoria-Geral da PGJ/MA para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9.Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11.A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1.O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2.Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.3.A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4.Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5.Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6.Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7.Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8.Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9.Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10.Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11.Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12.Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13.Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14.Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15.Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16.Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17.Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18.Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.19.Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.20.Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.21.Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.22.Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.23.Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.24. Manter, durante a vigência do Contrato, a condição prevista na Resolução nº 172/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, no tocante à vedação de contratar a prestação de serviços com empresa que tenha como sócios, gerentes ou diretores, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau de membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, devendo, na ocorrência de quaisquer uma das hipóteses mencionadas, comunicar o fato, de imediato e por escrito, à CONTRATANTE;

9.25. É vedado à CONTRATADA manter empregados, no âmbito da CONTRATANTE, que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão, observando-se, também, no que couber, a vedação de reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal;

10.CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1.As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2.Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3.É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4.A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5.Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6.É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD

10.7.O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8.O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9.O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10.Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1.Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11.O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12.Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1.Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1.Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

12.1.1.Der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2.Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3.Der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4.Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.5.Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.1.6.Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7.Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8.Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2.Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1.**Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.2 a 12.1.4 desta cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3.**Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 12.1.5 a 12.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nos subitens 12.1.2 a 12.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4.**Multa:**

12.2.4.1.**Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

12.2.4.2.Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

12.2.4.2.1.O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.2.4.3.**Compensatória,** para as infrações previstas nos subitens 12.1.5 a 12.1.8 de 5% a 15% do valor do contrato;

12.2.4.4.**Compensatória,** para a inexecução total do contrato prevista no subitem 12.1.3 de 20% a 30% do valor do contrato;

12.2.4.5.Para as infrações descritas nos subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.4, a multa será de 15% a 20% do valor do Contrato.

12.3.A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1.Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.5.Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5.1.Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6.A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7.Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

12.7.1.A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.7.2.As peculiaridades do caso concreto;

12.7.3.As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.7.4.Os danos que dela provierem para o Contratante;

12.7.5.A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8.Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.9.A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Projeto Básico ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10.O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.11.As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.12.Os débitos do contratado para com a Procuradoria-Geral de Justiça, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1.O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2.Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3.Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

13.3.1.Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2.Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4.O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4.1.Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4.2. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.4.2.1.Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5.O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.5.1.Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2.Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3.Indenizações e multas.

13.6.A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.7.O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1.As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ação:
Natureza da despesa:
Nota de Empenho nº _____ de ___/____/____.

14.2.A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15.CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

15.1.A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2.No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3.O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e administrativo após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1.A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1.A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.2.O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.2.No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1.Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2.Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1.Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4.No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo às seguintes diretrizes:

15.4.1.Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2.Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.5.O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.6.Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16.CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

16.1.Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2.O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3.As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4.Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1.Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes, respeitados o objeto deste instrumento, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, Lei Federal nº 14.133/2021, além do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90) e demais normas pertinentes aplicáveis à espécie.

18.CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

18.1. Este instrumento contratual será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (www.pncp.gov.br), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet (www.mpma.mp.br), em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

19.CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1.Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, ainda que mais privilegiado.

19.2.E, por assim estarem justas e contratadas as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato perante as testemunhas abaixo assinadas a tudo presente.

São Luís (MA), ___ de _____de 20__.

_____

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

Diretor-Geral

_____

CONTRATADA

Representante legal

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

MINUTA - PE_90003-2025_SRP - AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES DO TIPO WORKSTATIONS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo o Registro de Preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 01						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QTDE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	WORKSTATION TIPO I	460038	Unid	16	56.435,72*	902.971,52
2	WORKSTATION TIPO II	606229	Unid	2	118.600,00**	222.687,14
Valor médio total						**1.125.658,66**

* MEDIANA
** MÉDIA

1.2. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como bens de natureza comum, com padrão de desempenho, qualidade e especificações usuais de mercado (Art. 6º, Inciso XIII, da Lei nº 14133/2021);

1.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de publicação na Imprensa Oficial, na forma do Art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021;

1.4. O prazo de vigência do CONTRATO será de **12 (doze) meses**, a contar de sua assinatura, com eficácia na publicação do seu extrato na imprensa oficial, na forma do Art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021;

1.4.1. O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, além de estar conciliado com as datas de execução, entrega, observação e recebimento definitivo do objeto contratual e pagamento, de acordo com os termos já descritos neste TERMO DE REFERÊNCIA;

1.4.2. O contrato é de fornecimento não-contínuo e oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação;

1.5. Tal quantitativo será passível de adesões por parte de outros órgãos, além do fato do registro de preços não requerer obrigatoriedade de dotação orçamentária, nem de aquisição integral do quantitativo definido, podendo ser adquirido de acordo com a necessidade, aliada à disponibilidade de orçamento (Art. 191 da Lei nº 14133/2021);

1.6. Considerando tratarem-se de itens divisíveis (GRUPO 01), não se aplicará o benefício do artigo 48, III da Lei Complementar 123/2006, em razão de que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte poderá não ser vantajoso para a administração pública, caso os objetos do certame venham com padronizações diferentes, podendo representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, uma vez que são bens em que a padronização é essencial, para fins de manutenções preventivas/corretivas, suporte, controle e gestão de incidentes/requisições;

1.7. O critério de julgamento a ser adotado será de Menor Preço por Grupo, por conta da necessidade de garantir total integração e compatibilidade entre os itens especificados, de modo a não prejudicar a eficácia da Contratação;

1.8. Todos os itens possuem CATMAT próximo ao desejado, em virtude de não haver especificação exata para os mesmos no Portal de Compras do Governo Federal.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO)

2.1. **WORKSTATION TIPO I**

2.1.1. **Processador**

2.1.1.1. Processador com 24 (vinte e quatro) núcleos físicos reais e 32 (trinta e dois) threads, arquitetura x86, mínimo de 36MB de Cache total;

2.1.1.2. Frequência de operação mínima por núcleo de 2.4 GHz, sendo considerado para efeito de comprovação desta os valores alcançados no modo nativo da CPU;

2.1.1.3. O processador deverá suportar execução de sistema operacional e outros aplicativos tanto de 32 bits quanto de 64bits;
2.1.1.4. Processador com performance, mínima, de 60.000 (sessenta mil) pontos, no Performance teste do Passmark@Software:O desempenho será comprovado por intermédio de resultados de BenchMark, disponíveis em: http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php será aceito variações de até 5% na pontuação do processador ofertado;
2.1.1.5. É obrigatório informar na proposta o modelo do processador ofertado para fins de conferência.
2.1.2. **Placa Mãe**
2.1.2.1. Projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado, ou desenvolvida especialmente para o modelo em regime de OEM com a devida comprovação. Não sendo, portanto, aceitas placas genéricas destinadas ao mercado comum.
2.1.3. **Chipset**
2.1.3.1. Possuir chip de segurança TPM 2.0 ou superior integrado a mesma, acompanhado do software capaz de implementar as principais funcionalidades do mesmo e demais, conforme descrito a seguir: Deverá ser obrigatoriamente no idioma Português Brasil e do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM devidamente comprovado; quando em regime de OEM, deverá obrigatoriamente ser fornecido suporte e todas as atualizações, inclusive de versões durante o período de garantia do equipamento;
2.1.3.2. Deverá ser capaz de habilitar as principais funcionalidades básicas de segurança oferecidas pelo referido chip TPM na versão 2.0 ou superior, sendo as seguintes:
2.1.3.2.1. Deverá possuir módulo que credencie o usuário a fazer logon no equipamento pelo método padrão ou através de impressão digital se utilizando soluções externas de leitor biométrico conectado à porta USB, permitindo assim que seja utilizada senha convencional ou o leitor para acessar o sistema operacional;
2.1.3.3. Deverá através do software de segurança gerenciar as permissões dos usuários que utilizam o equipamento permitindo gerar configurações individuais ou por grupo para acesso a recursos de como, por exemplo:
2.1.3.3.1. Permitir ou bloquear acesso às portas USB;
2.1.3.3.2. Permitir ou bloquear acesso aos periféricos de conexão com o ambiente externo “Placa de Rede, Modem, Bluetooth, DVD+/-RW, etc.”;
2.1.3.3.3. Deverá possuir módulo para configurar a segurança e a proteção dos dados gerando uma área para armazenamento de arquivos particulares dos usuários, sendo essa área protegida por criptografia utilizando o chip TPM 1.2. Esse módulo visa garantir que não será possível o acesso indevido aos dados protegidos, mesmo em caso de remoção do disco rígido para outro equipamento uma vez que o acesso aos mesmos está vinculado às credenciais dos usuários e ao chip TPM do respectivo equipamento;
2.1.3.3.4. O licenciamento do software deve contemplar suporte, atualização e garantia de evolução pelo período igual à garantia do equipamento ofertado sem qualquer custo adicional.
2.1.4. **BIOS**
2.1.4.1. Desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org);
2.1.4.2. A compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site http://www.uefi.org/members, na categoria membros;
2.1.4.3. BIOS deverá ser implementada em memória "flash", atualizável diretamente pelo Windows, projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou ter direitos (Copyright) sobre essa BIOS, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizações;
2.1.4.4. Deverá suportar tecnologias de integração à rede com PXE, configuração e controle remoto;
2.1.4.5. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede;
2.1.4.6. Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 3.0 e Plug-and-Play;
2.1.4.7. Deverá possuir campo com número de série do equipamento, podendo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;
2.1.4.8. Deverá possuir campo editável, com recurso para registro de informações como, por exemplo, o número do patrimônio do equipamento podendo o mesmo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;
2.1.4.9. Possibilidade de habilitar /desabilitar portas USB;

2.1.4.10. O BIOS deve possuir ferramenta de diagnóstico com capacidade de executar teste de processador, memória RAM, saúde dodisco rígido ou SSD, interface de rede, interface gráfica e portas USB. A mensagem de erro deverá ser o suficiente para abertura de chamado em Garantia;
2.1.4.11. Relógio de calendário em bateria não volátil;
2.1.4.12. Deverá possuir a interface de configuração em idioma em Português ou Inglês;
2.1.4.13. Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco rígido;
2.1.4.14. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante;
2.1.4.15. Lançada a partir de 2022 e entregue na versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;
2.1.4.16. Deverá possuir interface gráfica acessível através de teclado e mouse;
2.1.4.17. Deverá possuir solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento em definitivo, tais como HDD, SSD e SSHD, em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela BIOS;
2.1.4.18. Deverá possuir ferramenta que possibilite realizar a formatação definitiva dos dispositivos de armazenamento conectados ao equipamento. Caso esta ferramenta não seja nativa, deverá ser oficialmente homologada pelo fabricante do dispositivo.

2.1.5. **Interfaces**

2.1.5.1. No mínimo 01 (um) slot PCIe Gen5 x16, 01 (um) Slots PCIe Gen4 x4, 01 (um) slot PCIe Gen3 x4 e 03 (três) slots M.2 para SSDs;
2.1.5.2. 01 (uma) Controladora de unidade de disco rígido tipo SATA ou SAS de 6.0 Gb/s, devendo suportar implementação dos níveis de Raid 0/1/5;
2.1.5.3. Possuir no mínimo 10 (dez) Portas USB, sendo pelo menos 06 (seis) delas USB 3.2 SuperSpeed (10Gbps);
2.1.5.4. Deverá possuir no mínimo 4 (quatro) portas USB na parte frontal do gabinete, sendo pelo menos 01 (uma) do tipo USB-C;
2.1.5.5. Possuir mínimo de 4 (quatro) Slots de memória suportando expansão mínima a 128GB com ECC.

2.1.6. **Memória**

2.1.6.1. No mínimo, 128GB (4X32GB), DDR5-3600MHz com ECC, em dual channel;
2.1.6.2. Permitir expansão mínima de até 128 GB.

2.1.7. **Armazenamento**

2.1.7.1. Deverá ser fornecido 01 (um) disco SSD de 1TB PCIe NVMe M.2, 01 (um) disco SSD de 2TB PCIe NVMe e 03 (três) HDD com capacidade de 4TB SATA-III 6.0 Gb/s 5.400 RPM, com suporte a tecnologia SMART para detecção de pré-falhas. (Discos defeituosos serão substituídos por novos, sendo que o disco antigo deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações).

2.1.8. **Vídeo**

2.1.8.1. Placa Off-board PCI Express de 128 bits com GPU Ativo, mínimo de 2800 (dois mil e oitocentos) processadores CUDAOu equivalente devidamente comprovado, memória dedicada mínima 16GB GDDR6 ou superior;
2.1.8.2. Suporte mínimo as APIs ao DirectX 12, OpenGL 4.6, OpenCL 3.0, DirectCompute;
2.1.8.3. Deve possuir no mínimo 04 (quatro) interfaces digitais, display port ou mini display port. As interfaces mini Display Port, devem ser fornecida com adaptadores para DisplayPort.

2.1.9. **Controladora de Rede**

2.1.9.1. Integrada para comunicação a 10/100/1000 Mbps, padrão Ethernet, FastEthernet e Gigabit Ethernet, plug-and-play, totalmente configurável por software;
2.1.9.2. Permitir comunicação no modo full-duplex;
2.1.9.3. Possuir conexão RJ-45 fêmea;
2.1.9.4. Possuir LED indicador de atividade de rede;
2.1.9.5. Possuir suporte a WakeUp on LAN;
2.1.9.6. Possuir suporte a PXE 2.1;
2.1.9.7. Suportar gerenciamento através do protocolo SNMP.

2.1.10. **Placa de Rede WiFi**

2.1.10.1. Controladora de rede sem fio integrada ao equipamento, não sendo aceitos adaptadores externos;
2.1.10.2. Suporte para os padrões IEEE 802.11ax 6GHz;
2.1.10.3. Suporte a WPA/WPA-PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit;
2.1.10.4. Possuir certificação ANATEL.
2.1.11. **Áudio**
2.1.11.1. Controladora de áudio de alta-definição integrada;
2.1.11.2. Possuir alto-falante interno integrado ao gabinete;
2.1.11.3. O alto-falante interno deve possuir a capacidade de reproduzir os sons gerados pelo sistema operacional e alarmes gerados por problemas de inicialização;
2.1.11.4. O alto-falante deve se desligar automaticamente, sem a necessidade de qualquer intervenção do usuário, quando forem conectados fones de ouvido ou caixas de som externas;
2.1.11.5. Deve possuir 1 (um) conector para saída de som (fone de ouvido) e outro para entrada (microfone) ou conector combo, localizados na parte frontal do equipamento.
2.1.12. **Teclado**
2.1.12.1. Teclado com no mínimo 104 teclas (AT Enhanced), padrão ABNT II;
2.1.12.2. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT II;
2.1.12.3. Possuir ajuste de inclinação;
2.1.12.4. LED indicador de teclado numérico habilitado;
2.1.12.5. LED indicador de tecla CAPS LOCK pressionada;
2.1.12.6. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;
2.1.12.7. Possuir bloco numérico separado das demais teclas;
2.1.12.8. Possuir doze teclas de função (F1-F12) na posição superior do teclado;
2.1.12.9. O teclado deverá, obrigatoriamente, ser da mesma marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).
2.1.13. **Mouse**
2.1.13.1. Dois botões, ambidestro (simétrico), com tecnologia laser;
2.1.13.2. Com roda (wheel) para rolagem (scroll) de tela;
2.1.13.3. Conector USB padrão, sem uso de adaptadores;
2.1.13.4. Tecnologia laser ou ótico e resolução mínima de 3000 dpi;
2.1.13.5. O mouse deverá, obrigatoriamente, ser compatível com o da marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).
2.1.14. **Gabinete**
2.1.14.1. Torre (Tipo Workstation) devendo o mesmo ser desenvolvido para esse propósito. Deve possuir tratamento anticorrosivo;
2.1.14.2. Deve atender ao padrão Toolless permitindo assim, a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido SATA, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Serão aceitos equipamentos que disponham de parafusos de segurança opcionais para uso durante o manuseio e transporte, a fim de prevenir possíveis acidentes;
2.1.14.3. Deve possuir sistema de resfriamento auxiliar posicionado na parte frontal do gabinete de forma a garantir o fluxo de ar passante no mesmo, evitando assim problemas de aquecimento nos componentes internos do equipamento;
2.1.14.4. Possuir sistema de trava eletrônica do gabinete com sensor de detecção de intrusão para evitar acessos indevidos ou em substituição possuir sensor de intrusão acoplado ao gabinete sem uso de qualquer adaptação que alerte no caso de abertura do mesmo e entrada na parte traseira do gabinete Para colocação de cadeado do tipo Kensington impossibilitando o acesso aos componentes internos, não será aceita qualquer tipo de adaptação ao gabinete original para atender a essa exigência como utilização de cadeados convencionais;
2.1.14.5. Deve possuir ainda etiqueta permanente com código de barras em material resistente ao desgaste por abrasão, onde conste a marca, o modelo, a configuração e o número de série do equipamento;

2.1.14.6. Deverão ser fornecidos todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos. Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136.

2.1.15. **Fonte**

2.1.15.1. Possuir chaveamento automático de tensão, potência mínima de 500W, com PFC Ativo e eficiência energética de 91% comprovada pela certificação 80 PLUS. As referências a essa certificação, deve ser verificada no site http://www.plugloadsolutions.com/80PlusPowerSupplies.aspx;

2.1.15.2. A fonte de alimentação deve ter potência suficiente para suportar o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima, incluindo discos, memórias, placas de vídeo e outros componentes.

2.1.16. **Software**

2.1.16.1. O equipamento deverá ser fornecido com o Sistema Operacional Microsoft Windows 11 Professional x64, instalado e devidamente configurado;

2.1.16.2. Deverá ser fornecido um kit de recuperação em dispositivo USB, utilizável pelo computador, contendo os drivers e o sistema operacional, com sua respectiva licença de uso, ou a imagem do disco rígido com o sistema operacional e drivers já instalados. Deverá ser entregue uma unidade por equipamento com identificação externa do seu conteúdo e proteção contra gravação. Esta solicitação visa proteger o extravio ou o uso do disco USB para outros fins. Alternativamente, será aceita solução do fabricante que permita reinstalar o Sistema Operacional através da BIOS conectado à Internet, que funcione mesmo com o Sistema Operacional inoperante ou inacessível. Não será aceita solução de recuperação em partição no disco como forma de atendimento;

2.1.16.3. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar atualizações de drivers, firmwares e BIOS, permitindo a busca no site do fabricante ou em um repositório interno da rede;

2.1.16.4. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar a saúde do sistema, sugerindo atualizações do sistema operacional e ajustes para melhorias de performance.

2.1.17. **Certificados e Compatibilidades**

2.1.17.1. HCL Microsoft Windows 11X64 (https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware /lpl/) para a Workstation;

2.1.17.2. HCL Linux para uma dessas distribuições: Ubuntu, RedHat ou Suse;

2.1.17.3. O equipamento deverá constar na Lista de BIOS & Firmware Compatibility para a solução de rastreamento e segurança da Absolute Software ;

2.1.17.4. O equipamento deve possuir conformidade com padrões de compatibilidade eletromagnética, CISPR 22 /EN55022, IEC61000, emitida por laboratório nacional ou internacional;

2.1.17.5. O fabricante do equipamento ofertado deverá possuir a Certificação IBAMA referente a Qualidade Ambiental, em conformidade a Instrução Normativa IBAMA nº 6 de 15 de março de 2013 (Federal) http://www.ibama. gov.br/phocadownload/cp/2018/Ibama-IN-6-2013-compilada-IN112018.pdf;8.7. O fabricante deverá possuir a certificação ISO 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional;

2.1.17.6. A Workstation deve estar em conformidade com a norma EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) na categoria bronze ou superior. A comprovação deverá ser feita através do site hdp://www.epeat.net, com o modelo ofertado constando na lista da categoria “Computers and Displays 2018 (launched 2019)”;

2.1.17.7. Deverá comprovar em proposta, obrigatoriamente, todos os itens e subitens desta especificação. A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará a desclassificação da proponente.

2.1.18. **Diversos**

2.1.18.1. O equipamento deverá possuir indicadores (LED, display ou Bips) para facilitar a identificação do componente (memória, processador, vídeo, etc.) que esteja com problema, para agilizar o reparo.

2.2. **WORKSTATION TIPO II**

2.2.1. **Processador**

2.2.1.1. Processador com 24 (vinte e quatro) núcleos físicos reais e 48 (quarenta e oito) threads, arquitetura x86, mínimo de 45MB de Cache total;

2.2.1.2. Frequência de operação mínima por núcleo de 2.5GHz, sendo considerado para efeito de comprovação desta os valores alcançados no modo nativo da CPU;

2.2.1.3. O processador deverá suportar execução de sistema operacional e outros aplicativos tanto de 32 bits quanto de 64bits;

2.2.1.4. Processador com performance, mínima, de 58.000 (cinquenta e oito mil) pontos, no Performance teste do Passmark@Software:O desempenho será comprovado por intermédio de resultados de BenchMark, disponíveis em: http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php será aceito variações de até 5% na pontuação do processador ofertado;
2.2.1.5. É obrigatório informar na proposta o modelo do processador ofertado para fins de conferência.
2.2.2. **Placa Mãe**
2.2.2.1. Projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado, ou desenvolvida especialmente para o modelo em regime de OEM com a devida comprovação. Não sendo, portanto, aceitas placas genéricas destinadas ao mercado comum.
2.2.3. **Chipset**
2.2.3.1. Mínimo W790 ou AMD PRO 695;
2.2.3.2. Possuir chip de segurança TPM 2.0 ou superior integrado a mesma, acompanhado do software capaz de implementar as principais funcionalidades do mesmo e demais, conforme descrito a seguir: Deverá ser obrigatoriamente no idioma Português Brasil e do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM devidamente comprovado, quando em regime de OEM, deverá obrigatoriamente ser fornecido suporte e todas as atualizações, inclusive de versões durante o período de garantia do equipamento;
2.2.3.3. Deverá ser capaz de habilitar as principais funcionalidades básicas de segurança oferecidas pelo referido chip TPM na versão 2.0 ou superior, sendo as seguintes:
2.2.3.3.1. Deverá possuir módulo que credencie o usuário a fazer logon no equipamento pelo método padrão ou através de impressão digital se utilizando soluções externas de leitor biométrico conectado à porta USB, permitindo assim que seja utilizada senha convencional ou o leitor para acessar o sistema operacional.
2.2.3.4. Deverá através do software de segurança gerenciar as permissões dos usuários que utilizam o equipamento permitindo gerar configurações individuais ou por grupo para acesso a recursos de como, por exemplo:
2.2.3.4.1. Permitir ou bloquear acesso às portas USB;
2.2.3.4.2. Permitir ou bloquear acesso aos periféricos de conexão com o ambiente externo “Placa de Rede, Modem, Bluetooth, DVD+/-RW, etc.”.
2.2.3.4.3. Deverá possuir módulo para configurar a segurança e a proteção dos dados gerando uma área para armazenamento de arquivos particulares dos usuários, sendo essa área protegida por criptografia utilizando o chip TPM 2.0. Esse módulo visa garantir que não será possível o acesso indevido aos dados protegidos, mesmo em caso de remoção do disco rígido para outro equipamento uma vez que o acesso aos mesmos está vinculado às credenciais dos usuários e ao chip TPM do respectivo equipamento.
2.2.3.4.4. O licenciamento do software deve contemplar suporte, atualização e garantia de evolução pelo período igual à garantia do equipamento ofertado sem qualquer custo adicional.
2.2.4. **BIOS**
2.2.4.1. Desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org);
2.2.4.2. A compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site http://www.uefi.org/members, na categoria membros;
2.2.4.3. BIOS deverá ser implementada em memória "flash", atualizável diretamente pelo Windows, projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou ter direitos (Copyright) sobre essa BIOS, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizações;
2.2.4.4. Deverá suportar tecnologias de integração à rede com PXE, configuração e controle remoto;
2.2.4.5. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede;
2.2.4.6. Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 3.0 e Plug-and-Play;
2.2.4.7. Deverá possuir campo com número de série do equipamento, podendo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;
2.2.4.8. Deverá possuir campo editável, com recurso para registro de informações como, por exemplo, o número do patrimônio do equipamento podendo o mesmo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;
2.2.4.9. Possibilidade de habilitar /desabilitar portas USB;
2.2.4.10. O BIOS deve possuir ferramenta de diagnóstico com capacidade de executar teste de processador, memória RAM, saúde do disco rígido ou SSD, interface de rede, interface gráfica e portas USB. A mensagem de erro deverá ser o suficiente para abertura de chamado em Garantia;

2.2.4.11. Relógio de calendário em bateria não volátil;
2.2.4.12. Deverá possuir a interface de configuração em idioma em Português ou Inglês;
2.2.4.13. Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco rígido;
2.2.4.14. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante;
2.2.4.15. Lançada a partir de 2022 e entregue na versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;
2.2.4.16. Deverá possuir interface gráfica acessível através de teclado e mouse;
2.2.4.17. Deverá possuir solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento em definitivo, tais como HDD, SSD e SSHD, em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela BIOS;
2.2.4.18. Deverá possuir ferramenta que possibilite realizar a formatação definitiva dos dispositivos de armazenamento conectados ao equipamento. Caso esta ferramenta não seja nativa, deverá ser oficialmente homologada pelo fabricante do dispositivo.

2.2.5. **Interfaces**

2.2.5.1. No mínimo 01 (um) slot PCIe Gen5 x16, 01 (um) Slots PCIe Gen4 x16, 02 (dois) slot PCIe Gen3 x8 e 03 (três) slots M.2 para SSDs;
2.2.5.2. 01 (uma) Controladora de unidade de disco rígido tipo SATA ou SAS de 6.0 Gb/s, devendo suportar implementação dos níveis de Raid 0/1/5/10;
2.2.5.3. Possuir no mínimo 10 (dez) Portas USB 3.2, sendo pelo menos 06 (seis) delas USB 3.2 SuperSpeed (5Gbps); deverá possuir no mínimo 4 (quatro) portas USB na parte frontal do gabinete, sendo pelo menos 02 (duas) do tipo USB-C;
2.2.5.4. Possuir mínimo de 8 (oito) Slots de memória suportando expansão mínima a 1 TB com ECC.

2.2.6. **Memória**

2.2.6.1. No mínimo, 128GB (1X128GB), DDR5-4800MHz com ECC;
2.2.6.2. Permitir expansão mínima de até 1 TB.

2.2.7. **Armazenamento**

2.2.7.1. Deverá ser fornecido 01 (um) disco SSD de 1TB PCIe NVMe M.2, 01 (um) disco SSD de 2TB PCIe NVMe e 02 (dois) HDD com capacidade de 4TB SATA-III 6.0 Gb/s 7.200 RPM, com suporte a tecnologia SMART para detecção de pré-falhas. (Discos defeituosos serão substituídos por novos, sendo que o disco antigo deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações);
2.2.7.2. Deverá possuir unidade de gravação DVD-RW.

2.2.8. **Placa de Vídeo**

2.2.8.1. 02 (duas) Placas Off-board PCI Express de 320 bits com GPU Ativo, mínimo de 7.168 (sete mil cento e sessenta e oito) processadores CUDAOu equivalente devidamente comprovado, memória dedicada mínima 20GB GDDR6 ou superior;
2.2.8.2. Suporte mínimo as APIs ao DirectX 12, OpenGL 4.6, OpenCL 3.0, DirectCompute;
2.2.8.3. Deve possuir no mínimo 04 (quatro) interfaces digitais, display port ou mini display port. As interfaces mini Display Port, devem ser fornecidas com adaptadores para DisplayPort.

2.2.9. **Controladora de Rede**

2.2.9.1. Integrada para comunicação a 10/100/1000 Mbps, padrão Ethernet, FastEthernet e Gigabit Ethernet, plug-and-play, totalmente configurável por software;
2.2.9.2. Permitir comunicação no modo full-duplex;
2.2.9.3. Possuir conexão RJ-45 fêmea;
2.2.9.4. Possuir LED indicador de atividade de rede;
2.2.9.5. Possuir suporte a WakeUp on LAN;
2.2.9.6. Possuir suporte a PXE 2.1;
2.2.9.7. Suportar gerenciamento através do protocolo SNMP.

2.2.10. **Placa de Rede WiFi**

2.2.10.1. Controladora de rede sem fio integrada ao equipamento, não sendo aceitos adaptadores externos;
2.2.10.2. Suporte para os padrões IEEE 802.11ax 6GHz;
2.2.10.3. Suporte a WPA/WPA-PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit;
2.2.10.4. Possuir certificação ANATEL.

2.2.11. **Áudio**

2.2.11.1. Controladora de áudio de alta-definição integrada;

2.2.11.2. Possuir alto-falante interno integrado ao gabinete;

2.2.11.3. O alto-falante interno deve possuir a capacidade de reproduzir os sons gerados pelo sistema operacional e alarmes gerados por problemas de inicialização;

2.2.11.4. O alto-falante deve se desligar automaticamente, sem a necessidade de qualquer intervenção do usuário, quando forem conectados fones de ouvido ou caixas de som externas;

2.2.11.5. Deve possuir 1 (um) conector para saída de som (fone de ouvido) e outro para entrada (microfone) ou conector combo, localizados na parte frontal do equipamento.

2.2.12. **Teclado**

2.2.12.1. Teclado com no mínimo 104 teclas (AT Enhanced), padrão ABNT II;

2.2.12.2. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT II;

2.2.12.3. Possuir ajuste de inclinação;

2.2.12.4. LED indicador de teclado numérico habilitado;

2.2.12.5. LED indicador de tecla CAPS LOCK pressionada;

2.2.12.6. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;

2.2.12.7. Possuir bloco numérico separado das demais teclas;

2.2.12.8. Possuir doze teclas de função (F1-F12) na posição superior do teclado;

2.2.12.9. O teclado deverá, obrigatoriamente, ser da mesma marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).

2.2.13. **Mouse**

2.2.13.1. Dois botões, ambidestro (simétrico), com tecnologia laser;

2.2.13.2. Com roda (wheel) para rolagem (scroll) de tela;

2.2.13.3. Conector USB padrão, sem uso de adaptadores;

2.2.13.4. Tecnologia laser ou ótico e resolução mínima de 3000 dpi;

2.2.13.5. O mouse deverá, obrigatoriamente, ser compatível com o da marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).

2.2.14. **Gabinete**

2.2.14.1. Torre (Tipo Workstation) devendo o mesmo ser desenvolvido para esse propósito. Deve possuir tratamento anticorrosivo;

2.2.14.2. Deve atender ao padrão Toolless permitindo assim, a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido SATA, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Serão aceitos equipamentos que disponham de parafusos de segurança opcionais para uso durante o manuseio e transporte, a fim de prevenir possíveis acidentes;

2.2.14.3. Deve possuir sistema de resfriamento auxiliar posicionado na parte frontal do gabinete de forma a garantir o fluxo de ar passante no mesmo, evitando assim problemas de aquecimento nos componentes internos do equipamento;

2.2.14.4. Possuir sistema de trava eletrônica do gabinete com sensor de detecção de intrusão para evitar acessos indevidos ou em substituição possuir sensor de intrusão acoplado ao gabinete sem uso de qualquer adaptação que alerte no caso de abertura do mesmo e entrada na parte traseira do gabinete Para colocação de cadeado do tipo Kensington impossibilitando o acesso aos componentes internos, não será aceita qualquer tipo de adaptação ao gabinete original para atender a essa exigência como utilização de cadeados convencionais;

2.2.14.5. Deve possuir ainda etiqueta permanente com código de barras em material resistente ao desgaste por abrasão, onde conste a marca, o modelo, a configuração e o número de série do equipamento;

2.2.14.6. Deverão ser fornecidos todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos. Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136.

2.2.15. **Fonte**

2.2.15.1. Possuir chaveamento automático de tensão, potência mínima de 1000W, com PFC Ativo e eficiência energética de 91% comprovada pela certificação 80 PLUS. As referências a essa certificação, deve ser verificada no site http://www.plugloadsolutions.com/80PlusPowerSupplies.aspx;

2.2.15.2. A fonte de alimentação deve ter potência suficiente para suportar o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima, incluindo discos, memórias, placas de vídeo e outros componentes.

2.2.16. **Software**

2.2.16.1. O equipamento deverá ser fornecido com o Sistema Operacional Microsoft Windows 11 Professional x64, instalado e devidamente configurado;

2.2.16.2. Deverá ser fornecido um kit de recuperação em dispositivo USB, utilizável pelo computador, contendo os drivers e o sistema operacional, com sua respectiva licença de uso, ou a imagem do disco rígido com o sistema operacional e drivers já instalados. Deverá ser entregue uma unidade por equipamento com identificação externa do seu conteúdo e proteção contra gravação. Esta solicitação visa proteger o extravio ou o uso do disco USB para outros fins. Alternativamente, será aceita solução do fabricante que permita reinstalar o Sistema Operacional através da BIOS conectado à Internet, que funcione mesmo com o Sistema Operacional inoperante ou inacessível. Não será aceita solução de recuperação em partição no disco como forma de atendimento;

2.2.16.3. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar atualizações de drivers, firmwares e BIOS, permitindo a busca no site do fabricante ou em um repositório interno da rede;

2.2.16.4. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar a saúde do sistema, sugerindo atualizações do sistema operacional e ajustes para melhorias de performance.

2.2.17. **Certificados e Compatibilidades**

2.2.17.1. HCL Microsoft Windows 11X64 (https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware /lpl/) para a Workstation;

2.2.17.2. HCL Linux para uma dessas distribuições: Ubuntu, RedHat ou Suse;

2.2.17.3. O equipamento deverá constar na Lista de BIOS & Firmware Compatibility para a solução de rastreamento e segurança da Absolute Software no seguinte endereço: https://www.absolute.com/partners/device-compatibility/;

2.2.17.4. O equipamento deve possuir conformidade com padrões de compatibilidade eletromagnética, CISPR 22 /EN55022, IEC61000, emitida por laboratório nacional ou internacional;

2.2.17.5. O fabricante do equipamento ofertado deverá possuir a Certificação IBAMA referente a Qualidade Ambiental, em conformidade a Instrução Normativa IBAMA nº 6 de 15 de março de 2013 (Federal) http://www.ibama. gov.br/phocadownload/cp/2018/Ibama-IN-6-2013-compilada-IN112018.pdf;8.7. O fabricante deverá possuir a certificação ISO 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional;

2.2.17.6. A Workstation deve estar em conformidade com a norma EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) na categoria bronze ou superior. A comprovação deverá ser feita através do site https://epeat.net/search-computers-and-displays, com o modelo ofertado constando na lista da categoria “Computers and Displays”;

2.2.17.7. Deverá comprovar em proposta, obrigatoriamente, todos os itens e subitens desta especificação. A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará a desclassificação da proponente.

2.2.18. **Diversos**

2.2.18.1. O equipamento deverá possuir indicadores (LED, display ou Bips) para facilitar a identificação do componente (memória, processador, vídeo, etc.) que esteja com problema, para agilizar o reparo

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A crescente complexidade dos crimes informáticos, especialmente aqueles relacionados à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores previstos na Lei nº 9.613/98, tem demandado respostas rápidas e eficientes dos agentes da lei. O avanço das práticas criminosas, com o uso de redes e ferramentas digitais, gera impactos diretos e negativos na sociedade maranhense, contribuindo para a sensação de impunidade devido à continuidade de tais crimes;

3.2. O Ministério Público do Estado do Maranhão - MPMA, enquanto fiscal da lei, age em defesa da sociedade e da legalidade, tendo como dever constitucional adotar as medidas necessárias para combater as práticas ilícitas,

inclusive quando a ação pode atingir o próprio poder público. A atuação, muita das vezes complexa, exige uma capacidade tecnológica que permita a coleta, processamento e análise de grande volume de dados, com alto grau de precisão, mantendo a segurança para salvaguarda dos vestígios obtidos judicialmente;

3.3. A pretensa aquisição de estações de trabalho avançadas, com poderio para processar grande volume de dados, atenderá a necessidade crescente por apoio técnico-científico durante as investigações conduzidas pelos membros do Ministério Público, descentralizando o serviço e consequentemente aumentando o corpo técnico nas análises, seja análise de quebras de sigilo telemático quanto das extrações dos vestígios apreendidos nas operações realizadas pela instituição ou pelos órgãos parceiros;

3.4. O uso de computadores com alto poder de processamento reduz significativamente o tempo necessário durante a indexação dos dados tornando o processo investigativo mais célere e eficiente, sem desconsiderar, durante os trabalhos, os princípios fundamentais da cadeia de custódia e da integridade dos dados, o que é indispensável para garantir a validade e confiabilidade das provas apresentadas em juízo;

3.5. Considerando que a contratação não se encontra na previsão do Plano Anual de Contratações de 2024 do LAB-LD, mas pode estar contemplada como uma das atividades priorizadas no FEMPE 2024;

3.6. O objetivo dessa ação é o aperfeiçoamento da infraestrutura e da segurança da tecnologia da informação, essencial para assegurar a continuidade dos serviços institucionais com a ampliação e modernização do parque tecnológico da Unidade de Tecnologia da Informação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro - LAB-LD, dos Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO, regionais de São Luís, Imperatriz e Timon, bem como da Seção de Sinais da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI, do MPMA;

3.7. Outra necessidade a ser suprida com a aquisição será atender a crescente demanda por ferramentas de Processamento de Linguagem Natural (PLN), ferramentas estas que suportem a aquisição, armazenamento, processamento, análise e geração de dados por Inteligência Artificial (IA), o que requer uma adequação tecnológica das estações de trabalho da Unidade de Tecnologia da Informação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro – LAB-LD/MPMA;

3.8. Os serviços de processamento e análise de dados, com o intermédio de ferramentas de IA, exigem computadores com altíssima capacidade de processamento, uma vez que os projetos de desenvolvimento em IA utilizam quantidades enormes de parâmetros, além da execução de cálculos sofisticados, que possam sustentar a execução e cumprimento dessas atividades, no tempo e nos custos ideais;

3.9. Considerando a depreciação natural decorrente do uso diário dos equipamentos utilizados hoje, bem como o fato de alguns destes equipamentos estarem obsoletos, tendo em vista os constantes avanços tecnológicos, a modernização tecnológica, principalmente no que diz respeito às estações de trabalhos avançados focadas em Inteligência Artificial, faz-se necessidade de que tais equipamentos possuam características particulares que permitam ingestão, processamento e inferências de dados para prover a construção de serviços em IA;

3.10. Como se pode perceber, verificou-se a necessidade de aquisição de estações avançadas de trabalhos com tecnologia apropriada para atingir o equilíbrio perfeito com desempenho em memória e recursos para executar workflows profissionais exigentes que pedem a nova era da Inteligência Artificial. É de suma importância salutar que tais estações oferecerão alto desempenho, performance elevada e uma arquitetura que favorece a utilização, desenvolvimento e prototipação de mecanismos de IA, onde destaca-se a presença de uma estrutura de múltiplas unidades computacionais de processamento de IA (GPUs), além de garantir a continuidade do desenvolvimento das ações do laboratório nos projetos que envolvam IA, com precisão e mais eficiência;

3.11. Considerando que se optou por adotar o **Sistema de Registro de Preços**, onde o quantitativo definido não significa, necessariamente, que serão adquiridos na sua totalidade, mas que é importante que se tenha esse quantitativo para atendimento da demanda atual e reserva técnica, caso necessário, conforme disposto no(s) item(ns) do Art. 168, Inciso IV do Ato Regulamentar nº 10/2023, este *in verbis:*

"Art. 168. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

...

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração…"

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. Garantir a aquisição de equipamentos com a qualidade exigida.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Resolução nº. 283/2024-CNMP e outras legislações aplicáveis.

Requisitos Temporais

4.4. A Entrega dos objetos deverá ser efetivada no prazo máximo de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data da assinatura do Contrato, com eficácia na publicação do seu extrato na imprensa oficial, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.6. Durante a execução do contrato, a contratada, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora, deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário da contratação, caso necessário, de acordo com a **Lei nº 12.305/2010 (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos)**.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.7. A garantia “ON-SITE” para todos os equipamentos, componentes e peças deverá ser prestada pelo período de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos, sem nenhum custo adicional à PGJMA;

4.8. A garantia acima não trará prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante;

4.8.1.1. O licitante deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante, se houver;

4.8.1.2. A LICITANTE deverá apresentar junto à proposta, sob pena de desclassificação, **declaração de que é a responsável** pelos serviços de garantia e manutenção "*on-site”* ou indicando sua Rede de Assistência Técnica Autorizada;

4.8.1.3. Entende-se “Rede de Assistência Técnica Autorizada” como os parceiros ou representantes do fabricante das impressoras que serão responsáveis pelos serviços de garantia e manutenção "on site" quando a licitante apenas comercializa os produtos do fabricante. Ou seja, quando o equipamento necessita de manutenção durante o período de garantia, o fabricante enviará um técnico autorizado até a instalação da Contratante para realizar a manutenção;

4.8.1.4. A garantia e assistência técnica dos equipamentos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento e possíveis falhas que possam surgir com o uso;

4.8.1.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico via telefone, e-mail ou página web, sem ônus para a PGJMA, visando agilizar os chamados e atendimentos técnicos, e prestar a garantia, quando solicitada, no horário compreendido entre 08h00 (oito) e 18h00 (quinze) horas, de segunda a sexta-feira, excluídos os feriados, no LAB-LD / GAECO / CAEI;

4.8.1.6. Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados devem estar disponíveis para download no web site do fornecedor do equipamento;

4.8.1.7. O atendimento aos chamados deve seguir um procedimento padrão, com o objetivo de realizar o diagnóstico remoto do defeito e/ou orientar a solução do problema por telefone. O atendimento de primeiro nível de garantia deve ser capaz de solucionar problemas por telefone no momento do contato. Caso o primeiro nível de atendimento do fabricante não solucione o problema, a CONTRATADA deverá disponibilizar um segundo nível de atendimento remoto;

4.8.1.8. Deverá ser ofertado uma solução de gerenciamento com console web que ofereça no mínimo as seguintes características:

4.8.1.8.1. Possuir interface personalizável permitindo o gerenciamento e inventário do hardware e com acesso a informações da garantia dos equipamentos;
4.8.1.8.2. Detecção antecipada de problemas e suporte proativo orientado por Inteligência Artificial, permitindo o monitoramento da saúde dos dispositivos, alerta a falhas de configuração, erros do SO Windows, e indicadores de segurança;
4.8.1.8.3. Contenha solução para a abertura e gerenciamento de chamados com a opção de configuração de chamados automáticos;
4.8.1.9. Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante, que permita verificar a garantia do equipamento exigida, através da inserção do seu número de série;
4.8.1.10. A validação da garantia junto ao fabricante será feita no momento da entrega do equipamento, com pena de não aceitação até sua regularização;
4.8.1.11. A garantia "ON-SITE" deverá observar os prazos estabelecidos neste Termo, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta;
4.8.1.12. Para o atendimento, deve-se considerar que:
4.8.1.12.1. Entende-se por hora da solicitação para abertura de chamado a hora de envio do fac-símile, chat, e-mail ou da chamada telefônica;
4.8.1.12.2. Entende-se por início do atendimento o primeiro contato, que pode ser feito por telefone (para pré-diagnóstico) ou presencialmente, a partir da hora de chegada do técnico ao local onde está o equipamento;
4.8.1.13. O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas a partir da hora da solicitação;
4.8.1.14. O término do reparo do equipamento deverá ocorrer no prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis, contado a partir do início do atendimento, ou de acordo com a particularidade de cada equipamento especificado no TERMO DE REFERÊNCIA;
4.8.1.15. Entende-se por término do reparo do equipamento a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado;
4.8.1.16. No caso da CONTRATADA não terminar o reparo do equipamento no prazo estabelecido, deverá substituir imediatamente o equipamento defeituoso por outro de sua propriedade, com características e capacidades iguais ou superiores ao substituído, em caráter provisório, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da substituição;
4.8.1.17. Findo o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a substituição do equipamento será definitiva, a critério da PGJMA;
4.8.1.18. A CONTRATADA deverá substituir o equipamento já instalado por um novo, com características e capacidades iguais ou superiores ao que será substituído, no prazo de 10 (dez) dias úteis após ser notificada, nos seguintes casos:
4.8.1.18.1. Caso a soma dos tempos de paralisação do equipamento, por defeito de hardware, ultrapasse 80 (oitenta) horas úteis, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias;
4.8.1.19. Quando da solicitação da manutenção corretiva, por meio de telefone, chat, fac-símile ou e-mail, a PGJMA, através do LAB-LD / GAECO / CAEI, fornecerá à CONTRATADA, para fins de abertura de chamado técnico, obrigatoriamente as seguintes informações:
4.8.1.19.1. Código de fabricação ou número de série do equipamento;
4.8.1.19.2. Local onde a assistência técnica deverá ser prestada (no LAB-LD / GAECO / CAEI);
4.8.1.19.3. Anormalidade observada;
4.8.1.19.4. Nome do responsável pela solicitação;
4.8.1.19.5. Número do telefone para contato;
4.8.1.20. Somente os técnicos da CONTRATADA, ou pessoas a quem a CONTRATADA autorizar por escrito, poderão executar os serviços de manutenção corretiva "ON-SITE";
4.8.1.21. Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências do PGJMA;
4.8.1.22. Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

4.8.1.23. Fica ressalvado à CONTRATADA o direito de adotar medidas de segurança que entender necessárias a fim de evitar que pessoas não autorizadas executem os serviços de manutenção, exceto lacres;
4.8.1.24. Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, Relatório de Serviço Técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do equipamento, número de série/patrimônio do equipamento atendido, localização do equipamento, descrição do problema relatado pela PGJMA, descrição do problema realmente encontrado com a indicação clara da troca ou não de peças, lista das peças ou componentes que foram substituídos, solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da PGJMA;
4.8.1.24.1. A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com Servidor da PGJMA responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico;
4.8.1.25. A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema;
4.8.1.26. As peças e componentes substituídos deverão possuir configuração idêntica ou superior às originais (tipo, capacidade, configuração, desempenho, situação/condição física, estado de conservação, etc.) e devem ser do FABRICANTE do equipamento ou atestadas pelo FABRICANTE do equipamento;
4.8.1.27. As peças e componentes em substituição, instaladas pela CONTRATADA, serão incorporadas aos equipamentos, passando a ser de propriedade do PGJMA;
4.8.1.28. A CONTRATANTE possui corpo técnico plenamente capacitado e habilitado, e estará a todo tempo, autorizada a abrir o gabinete do equipamento para a realização de diagnósticos iniciais que julgar necessário, bem como adição ou substituição de componentes e acessórios para a dilatação da capacidade do equipamento, sem perda de garantia;
4.8.1.29. Desde já, para os casos que se mostrarem necessários e objetivando a não parada do serviço, a CONTRATANTE está autorizada a realizar a substituição dos discos rígidos exclusivamente entre as máquinas entregues, garantindo que no caso de algum dano de hardware que não implique a perda do acesso aos dados do disco rígido, o trabalho do usuário possa prosseguir em outro computador da mesma marca e modelo, com a simples troca do HD;
4.8.1.30. Em caso de defeito irreparável no disco rígido, ou outro defeito qualquer que implique a substituição integral e definitiva do mesmo:
4.8.1.30.1. O disco rígido usado deverá ficar retido na Instituição a fim de resguardá-la de vazamento e informações, não sendo devolvido em hipótese alguma;
4.8.1.30.2. Em hipótese alguma o disco rígido poderá ser retirado das instalações da CONTRATANTE a fim de preservar a segurança dos dados armazenados;
4.8.1.30.3. Caso a CONTRATADA deseje analisar o produto defeituoso antes de realizar a sua substituição definitiva no caso de defeito, ela terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da abertura do chamado para se dirigir à sede do CONTRATANTE para realizar testes, acompanhada de profissional do CONTRATANTE;
4.8.1.30.4. Em hipótese alguma a CONTRATADA poderá copiar, ler, se apossar ou conhecer os dados armazenados nos dispositivos, sem a presença de profissional integrante do LAB-LD / GAECO / CAEI.

Requisitos de Experiência Profissional

4.9. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente a contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.10. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente a contratação.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.11. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:
4.12. Orientar e exigir de seus profissionais:
4.12.1. Preservar a integridade e guardar sigilo das informações de que fazem uso, bem como zelar e proteger os respectivos recursos processamento de informações;
4.12.2. Cumprir a política de segurança da informação, sob pena de incorrer nas sanções legais cabíveis;
4.13. Não compartilhar, sob qualquer forma, informações sigilosas com outros que não tenham necessidade de conhecer.

4.14. Responsabilizar-se pelo credenciamento e descredenciamento de acesso de técnicos às dependências da CONTRATANTE, assumindo quaisquer prejuízos porventura causados por seus recursos técnicos.

Sustentabilidade

4.15. Durante a execução do contrato, a contratada, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora, deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário da contratação, caso necessário, de acordo com a **Lei nº 12.305/2010** (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos).

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)

4.16. Na presente contratação não haverá indicação de marca.

Da verificação de amostra do objeto

4.17. De acordo com o art. 17, §3º, da Lei nº 14.133/2021, para fins de análise técnica, **PODERÁ SER** solicitada amostra dos itens ao(s) licitante(s) detentor(es) do menor preço e, se necessário, à subsequente, observada à sequência de classificação;

4.18. A(s) amostra(s) solicitada(s) deverá(ão) ser RECEBIDA(S) em até 10 (dez) **dias úteis,** contados da convocação do licitante em chat do C*omprasnet*, por parte do Pregoeiro da Procuradoria-Geral de Justiça, das **08:00h às 15:00h**, no LAB-LD, situado no prédio sede da PGJMA, 3º andar, Avenida Professor Carlos Cunha, 3261, Jaracaty, São Luís/MA, CEP: 65.076-820, telefone: (98) 3219-1780, sob pena de desclassificação;

4.19. A amostra deverá estar devidamente lacrada e identificada com o número do Pregão, o CNPJ e a Razão Social da licitante, o grupo e o item a que se referem, além de dispor na embalagem informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, procedência, número de referência, código do produto e modelo, sendo que o ônus quanto a essa apresentação será da licitante;

4.20. Os materiais de origem estrangeira deverão apresentar na embalagem informações em língua portuguesa, suficientes para análise técnica do produto;

4.21. Caso a amostra da empresa vencedora não atenda ao solicitado, serão chamadas as demais para apresentarem amostras em ordem de classificação;

4.22. Será permitido aos licitantes acompanhar a análise das amostras pelo departamento competente;

4.23. Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos, manuseados, desmontados, ficando à disposição da(s) proponentes(s) no estado em que se encontrarem ao final da avaliação técnica. Portanto, a amostra não será computada para efeito de quantidade;

4.24. A amostra poderá ser retirada após o recebimento dos materiais adquiridos. A empresa fornecedora terá até 30 (trinta) dias após a entrega para realizar a retirada da amostra, decorrido este prazo será incorporada ao estoque do almoxarifado;

4.25. O mesmo prazo de retirada 30 (trinta) dias será dado para a empresa cuja amostra não atenda ao solicitado, sob pena de lhe ser dada outra destinação, a critério da PGJMA.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. **São obrigações da CONTRATANTE:**

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;

5.1.3. Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento do Contrato firmado;

5.1.4. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.5. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas ao fornecimento da solução de TIC;

5.2. Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade antes de efetuar os pagamentos devidos;

5.3. Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pela CONTRATADA e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues fora das especificações deste Termo de Referência;

5.4. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

5.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de

ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

5.6. Observar para que, durante toda a vigência da contratação, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de habilitações exigidas;

5.7. Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do conserto, fixando prazo para sua correção;

5.8. Atestar a Nota Fiscal/Fatura após a efetiva entrega do equipamento objeto deste Termo de Referência;

5.8.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA em observância à forma estipulada pela Administração.

5.9. **São obrigações do CONTRATADO:**

5.9.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.9.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.9.3. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.9.4. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.9.5. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.9.6. Emitir Relatório de Serviços, depois de concluído o conserto do equipamento, onde constem informações referentes às substituições de peças, número do chamado, data e hora do chamado, hora do início e do término do atendimento;

5.10. Comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade, bem como atender prontamente o que lhe for solicitado ou exigido;

5.11. Não transferir a outrem o objeto contratado;

5.12. Manter, durante toda a contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

5.13. Responsabilizar-se pelo credenciamento e descredenciamento de acesso de técnicos às dependências da CONTRATANTE, assumindo quaisquer prejuízos porventura causados por seus recursos técnicos;

5.14. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do serviço, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

5.15. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento, desde o transporte, embalagens, como também encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários de seus empregados;

5.16. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere à Administração da CONTRATANTE a responsabilidade de pagamento, nem pode onerar o objeto deste Termo de Referência, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE;

5.17. Assumir a responsabilidade por todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais que a CONTRATANTE for compelida a responder por força desta contratação;

5.18. Responsabilizar-se integralmente pela segurança de seus veículos e equipamentos, movimentação de pessoal e material, assumindo a responsabilidade por qualquer acidente com seu pessoal, e ou provocado por estes a terceiros, durante os trabalhos de conserto;

5.19. Emitir **Nota Fiscal/Fatura** no valor pactuado e condições estabelecidas, apresentando-a a CONTRATANTE para ateste e pagamento;

5.20. Comunicar imediatamente à Contratante, a eventual alteração no endereço de sua sede, telefone de contato e e-mail;

5.21. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Termo de Referência em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

5.22. Orientar e exigir de seus profissionais:

5.22.1. Preservar a integridade e guardar sigilo das informações de que fazem uso, bem como zelar e proteger os

respectivos recursos processamento de informações;
5.22.2. Cumprir a política de segurança da informação, sob pena de incorrer nas sanções legais cabíveis;
5.22.3. Não compartilhar, sob qualquer forma, informações sigilosas com outros que não tenham necessidade de conhecer;
5.22.4. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

6.1. O prazo para entrega dos equipamentos será de, no máximo, **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data da assinatura do Contrato, com eficácia na publicação do seu extrato na imprensa oficial;
6.2. Os itens deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Galpão 19, no endereço Av. Governador Luís Rocha (Antiga Estrada da Vitória), 2409, CEP 65.035-270 – Bairro da LIBERDADE - SÃO LUIS/MA (PROX. AO HOSPITAL SARAH) telefone: (98) 3219-1660, no horário das 08:00 às 15:00 horas;
6.2.1. Link para localização: https://maps.app.goo.gl/3qkShH2APToytRCt5;
6.3. O fornecimento será feito de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, devendo os mesmos serem novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e entregues acondicionados, adequadamente, em caixas lacradas, de forma a permitir completa segurança durante o transporte;
6.4. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para os seguintes endereços de e-mail: labld@mpma.mp.br, francisco.orino@mpma.mp.br , fones: (98) 3219-1626;
6.5. Serão injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do CONTRATANTE;
6.6. O transporte dos itens até o local determinado pela PGJMA, conforme item 6.2 deste TERMO DE REFERÊNCIA, deverá ser realizado pela CONTRATADA. A entrega deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sob o risco de não ser autorizada;
6.7. Incluídos nos preços unitários estão todos os impostos, taxas, fretes e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, os quais serão de responsabilidade da CONTRATADA.

Formas de transferência de conhecimento

6.8. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Mecanismos formais de comunicação

6.9. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:
6.9.1. Linha telefônica local ou do tipo 0800;
6.9.2. Página web;
6.9.3. E-mails.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
7.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
7.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

7.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

7.5.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

7.5.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

7.5.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.5.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.6.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.8. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Critérios de Aceitação

7.14. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.15. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de

comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life);

7.16. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade;

7.17. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil;

7.18. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.19. Os procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo encontram-se no item **Requisitos de Metodologia de Trabalho**.

Sanções Administrativas

7.20. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

7.20.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

7.20.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.20.3. Der causa à inexecução total do contrato;

7.20.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.20.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

7.20.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.20.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.20.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.21. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.21.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.21.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 7.20.2, 7.20.3 e 7.20.4 deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.21.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 7.20.5, 7.20.6, 7.20.7 e 7.20.8 deste Termo de Referência, bem como nos itens 7.20.2, 7.20.3 e 7.20.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.21.4. **Multa:**

7.21.4.1. **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

7.21.4.2. **Compensatória** de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.21.4.3. **Em caso de inexecução parcial**, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

7.22. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.23. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.23.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);
7.23.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);
7.23.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
7.24. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
7.25. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
7.25.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
7.25.2. As peculiaridades do caso concreto;
7.25.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
7.25.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
7.25.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
7.26. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);
7.27. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);
7.28. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);
7.29. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;
7.30. Os débitos do contratado para com a Procuradoria-Geral de Justiça, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. O recebimento será feito nos termos do **art. 140 da Lei n° 14.133/2021**;
8.1.1. **Provisoriamente**, no ato da entrega do(s) produto(s), para posterior verificação da conformidade com as especificações e amostras aprovadas pela FISCALIZAÇÃO;
8.1.1.1. Será assinado o Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório pelas partes em até 15 (quinze) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da formalização, por parte da CONTRATADA, comunicando a finalização da entrega dos equipamentos no local determinado;
8.1.1.2. Serão executados testes de funcionamento para verificar o atendimento ao estabelecido nas especificações técnicas mínimas exigidas e as especificações em que a contratada pontuou para fins de qualificação de sua proposta;

8.1.1.3. Se for constatada desconformidade do(s) produto(s) apresentado(s) em relação às especificações do(s) objeto(s) ou à(s) amostra(s) aprovada(s) pela FISCALIZAÇÃO, o CONTRATADO deve efetuar a troca do(s) produto(s), no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus para a CONTRATANTE, a contar do recebimento da solicitação;
8.1.1.4. Neste caso, o recebimento dos produtos livre dos vícios que deram causa a sua troca será considerado **recebimento provisório**, ensejando nova contagem de prazo para o recebimento definitivo.
8.1.1.5. O Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório será certificado pelo fiscal do contrato indicado pela CONTRATANTE, conforme art. 7º, do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ;
8.1.2. **Definitivamente**, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação de que o material adquirido encontra-se em perfeitas condições de utilização e atende às especificações do objeto contratado **e consequente aceitação mediante termo circunstanciado de recebimento**, considerando os seguintes itens conforme cada caso:
8.1.2.1. Condição da embalagem dos produtos, que deve estar em perfeito estado e não violada e que ofereça proteção ao calor e à umidade;
8.1.2.2. Confrontação entre a marca cotada na licitação e o produto entregue;
8.1.2.3. O Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo será certificado pelo gestor e pelo fiscal do contrato indicado pela CONTRATANTE, conforme art. 7º, do Ato Regulamentar nº 08/2015;
8.2. Os objetos a serem fornecidos serão considerados aceitos somente após o recebimento e análise, depois de desembalados e conferidos pela CONTRATANTE, atendidos as especificações exigidas neste Termo de Referência;
8.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
8.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
8.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Liquidação

8.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
8.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
8.8.1. O prazo de validade;
8.8.2. A data da emissão;
8.8.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;
8.8.4. O período respectivo de execução do contrato;
8.8.5. O valor a pagar; e
8.8.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
8.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
8.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do

órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Pagamento

8.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior;

8.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária;

8.18. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias, conforme o § único do art. 25 do Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ;

8.19. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado;

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

8.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O critério de julgamento a ser adotado será de Menor Preço por Grupo, por conta da necessidade de garantir total integração e compatibilidade entre os itens especificados, de modo a não prejudicar a eficácia da Contratação.

Exigências de habilitação

9.2. Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido os bens compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação, contendo nome, RG e telefone do declarante para mais informações.

10. REAJUSTE DO CONTRATO

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (data da pesquisa de mercado), em 11/11/2024.

10.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, exclusivamente, para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
10.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
10.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
10.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
10.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
10.9. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.
10.10. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

11. LEVANTAMENTO DAS DIFERENTES SOLUÇÕES DE MERCADO

11.1. Com relação ao Procedimento Público de Intenção para Registro de Preços, a PGJMA será única contratante, logo, é dispensável o procedimento previsto no Art 86, §1º da Lei n° 14.133/2021. Dispensamos o procedimento também devido à necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório e ainda devido ao nosso modelo de objeto ser específico pras necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça;
11.2. Parâmetro de Pesquisa dos itens 1 e 2 – pesquisa direta com fornecedores, pelo motivo de não haver propostas compatíveis com a especificação requerida, tanto no Portal de Compras do Governo Federal quanto nos sites especializados (conforme § 1º, IV, Art 23 da Lei 14.133/2021 e Art 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021);
11.3. Metodologia para obtenção do Valor Unitário – MEDIANA (item 1) e MÉDIA (item 2) – (conforme Art 23, § 1º, I, da Lei nº 14.133/2021 e conforme Art 174, I, do Ato Reg nº 10/2023 – GPGJ);
11.4. Estão sendo utilizados modelos-padrão de documentos constantes do Processo Licitatório (conforme art. 19, IV e §2º, da Lei nº 14.133/2021);
11.5. Quanto ao Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras e Serviços (art. 17, II e §2º do AR 10/2023-GPGJ; art. 19, II e §2 da Lei nº 14.133/2021), até o momento da elaboração documental deste processo a Diretoria-Geral da PGJMA ainda não havia disponibilizado Catálogo;
11.6. Com relação ao Procedimento Público de Intenção para Registro de Preços, a PGJMA será única contratante, logo, é dispensável o procedimento previsto no Art 86, §1º da Lei n° 14.133/2021. Dispensamos o procedimento também devido à necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório e ainda devido ao nosso modelo de objeto ser específico para as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de **R$ 1.125.658,66 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

GRUPO 01						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QTDE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	WORKSTATION TIPO I	460038	Unid	16	56.435,72*	902.971,52
2	WORKSTATION TIPO II	606229	Unid	2	118.600,00**	222.687,14
Valor médio total						**1.125.658,66**

13. RESPONSÁVEIS

<table>
<tr><th colspan="3">Equipe de Planejamento da Contratação</th></tr>
<tr><th>Integrante Requisitante</th><th>Integrante Técnico</th><th>Integrante Administrativo</th></tr>
<tr><td>Bruno Emanuel Setubal Learte

_____
Matrícula: 1075611</td><td>Ronald Silva Pereira

_____
Matrícula: 1062298</td><td>Francisco Orino do Amaral Neto

_____
Matrícula: 1070519</td></tr>
<tr><td></td><td>Coordenador do GAECO
Luiz Muniz Rocha Filho

_____
Matrícula: 656280</td><td></td></tr>
</table>

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

ANEXO DE MOVIMENTACAO : TERMO DE REFERENCIA WORKSTATIONS_ATUALIZADO030220251229

(*) Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS** em **17 de Dezembro de 2024 às 13:52 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DECISÃO-DG-2042024, **Código de Validação**: 76D1C93B4A.

Diretoria Geral

DECISÃO-DG - 2042024
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: 76D1C93B4A

Assunto: Abertura de processo licitatório
Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO).

Trata-se de processo administrativo no qual o Promotor e Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS, Luiz Muniz Rocha Filho, por meio do MEMO-GAECO - 2342024, solicita a abertura de processo licitatório visando à aquisição de 16 (dezesseis) estações de trabalho WORKSTATION TIPO 1 e 02 (duas) estações de trabalho WORKSTATION TIPO 2 para atender demandas da Procuradoria-Geral de Justiça, no valor total estimado de R$ 1.125.658,66 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos), conforme o Termo de Referência anexo.

Instada a se manifestar, a Assessoria Técnica da Administração, por meio do PTC-ACI-17352024, apresentou alguns impedimentos, que foram sanados pelo DESPACHO-GAECO-2742024 e DESPACHO-CMTI-5132024.

Os autos vieram da Diretoria da Secretaria Administrativo Financeira/SEAF visando à instauração do competente certame licitatório, consoante DESPACHO-SEAF-5362024.

Era o que cabia relatar.

Ante o exposto e considerando todas as informações e os documentos contidos nos autos, a Diretoria Geral:

1- Autoriza a abertura de processo administrativo visando a instauração do competente certame licitatório.

2- Visando o prosseguimento do feito, encaminha-se os autos à Comissão Permanente de Licitação/CPL, para adoção de todas as providências que se fizerem necessárias a efetivação do pleito em conformidade com a Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021).

assinado eletronicamente em 17/12/2024 às 13:52 h (*)

PAULO GONÇALVES ARRAIS
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR-GERAL

(*) Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS** em **17 de Dezembro de 2024 às 13:52 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DECISÃO-DG-2042024, **Código de Validação**: 76D1C93B4A.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DECISÃO-DG - 2042024

(*) Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA** em **17 de Dezembro de 2024 às 10:48 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SEAF-53652024, **Código de Validação**: 236C414D90.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SEAF - 53652024
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: 236C414D90

Assunto: Registro de Preços – Aquisição de Computadores tipo Workstations
Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas

AO DIRETOR GERAL,

Trata-se de solicitação de abertura de processo licitatório, objetivando registro de preços, para a aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, no **valor total estimado de R$ 1.125.658,66 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos)**, conforme solicitação do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO a partir do MEMORANDO INAUGURAL.

Tendo em vista as pendências apontadas nos parecer da Assessoria Técnica da Administração, anexo PTC-ACI - 17352024, cabe registrar as informações prestadas pela Unidade requisitante, conforme DESPACHO-GAECO - 2742024, abaixo transcritas:

a. **Item 5** - Demonstração de que a contratação está alinhada com o planejamento da instituição e que consta na previsão do Plano Anual de Contratações ou justificativa em relação à ausência de previsão (art. 5º,VIII do AR nº 44/2021-GPGJ e art. 21 do AR nº 10/2023-GPGJ):

> "RESPOSTA: A contratação consta no Planejamento Anual da Instituição com demanda prevista nas ações da Coordenadoria de Modernização de Tecnologia da Informação – CMTI (*Item 1, Microcomputadores)".*

b) **Item 6** - Utilização do catálogo eletrônico de padronização de compras e serviços; adoção justificada do catálogo do Poder Executivo Federal ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização. (art. 14, II e §2º do AR 10/2023-GPGJ; art. 19, II e §2º da Lei nº 14.133/21):

> "RESPOSTA: A informação encontra-se no subitem 11.5 do Termo de Referência".

c) **Item 7.1** - Utilização de modelo padrão; adoção de minuta do Poder Executivo federal por todos os entes

federativos ou justificativa para não utilização de minutas padrões (art. 19, IV e §2º da Lei nº 14.133/21):

> "RESPOSTA: A informação encontra-se no subitem 11.4 do Termo de Referência".

Ressalta-se ainda a solicitação do GAECO no DESPACHO-GAECO - 2742024, para encaminhar o processo à Coordenadoria de Modernização de Tecnologia da Informação - CMTI, tendo em vista a alínea "a" do despacho em comento. A CMTI se posiciona no DESPACHO-CMTI - 5132024, a seguir transcrito:

> "Tendo em vista a alínea *a* DESPACHO-GAECO – 2742024:
> ...
> A referida contratação encontra-se no Planejamento Anual da Instituição com demanda prevista nas ações da Coordenadoria de Modernização de Tecnologia da Informação – CMTI (LOA 2024). Portanto, tendo em vista o interesse público e a necessidade externada pelo GAECO, manifestamo-nos favoráveis ao uso do recurso financeiro desta CMTI, referente à reserva destinada à compra de microcomputadores tipo Workstation pelo LAB-LD".

Ante o exposto, após as justificativas apresentadas nos itens de "a" a "c" deste Despacho, e as informações prestadas pela CMTI, encaminhem-se os autos à consideração de Vossa Senhoria para análise/autorização, visando à instauração do competente certame licitatório.

assinado eletronicamente em 17/12/2024 às 10:48 h (*)

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR DE SECRETARIA

(*) Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA** em **17 de Dezembro de 2024 às 10:48 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SEAF-53652024, **Código de Validação**: 236C414D90.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 53652024

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **13 de Dezembro de 2024 às 13:57 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-CMTI-5132024, **Código de Validação**: C9C080F036.

Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação

DESPACHO-CMTI - 5132024
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: C9C080F036

São Luís, 13 de dezembro de 2024.

PA: 228562024 – VOL 01
ASSUNTO: COMPRA (AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES TIPO WORKSTATION)
INTERESSADO: LAB-LD

Tendo em vista a alínea *a* DESPACHO-GAECO – 2742024:
a) A contratação consta no Planejamento Anual da Instituição com demanda prevista nas ações da Coordenadoria de Modernização de Tecnologia da Informação – CMTI (*Item 1, Microcomputadores*).
RESPOSTA:
A referida contratação encontra-se no Planejamento Anual da Instituição com demanda prevista nas ações da Coordenadoria de Modernização de Tecnologia da Informação – CMTI (LOA 2024).
Portanto, tendo em vista o interesse público e a necessidade externada pelo GAECO, manifestamo-nos favoráveis ao uso do recurso financeiro desta CMTI, referente à reserva destinada à compra de microcomputadores tipo Workstation pelo LAB-LD.
À SEAF, conforme DESPACHO-SEAF - 52792024.

assinado eletronicamente em 13/12/2024 às 13:57 h (*)
NAYANA SANTOS MARTINS NEIVA SOBRAL
ANALISTA MINISTERIAL

assinado eletronicamente em 13/12/2024 às 09:14 h (*)
IRACEMA SOUSA BARROSO
TÉCNICO MINISTERIAL

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-CMTI - 5132024

(*) Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA** em **12 de Dezembro de 2024 às 17:27 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SEAF-52792024, **Código de Validação**: D0EF11DB21.

MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SEAF - 52792024
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: D0EF11DB21

Assunto: Registro de Preços – Aquisição de Computadores tipo Workstations Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (GAECO)

À Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação,

Tendo em vista o DESPACHO-GAECO - 2742024 do GAECO, o qual solicita o encaminhamento do presente processo a essa Unidade Gestora, tendo em vista a alínea *a* do despacho supra, encaminhem-se os autos para manifestação.

Após, retornem-se.

assinado eletronicamente em 12/12/2024 às 17:27 h (*)

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR DE SECRETARIA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 52792024

(*) Documento assinado eletronicamente por **LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO** em **11 de Dezembro de 2024 às 14:34 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-GAECO-2742024, **Código de Validação**: 5FD0671ED3.

Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS

DESPACHO-GAECO - 2742024
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: 5FD0671ED3

ASSUNTO: REGISTRO DE PREÇOS (AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES TIPO WORKSTATION)
INTERESSADO: GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

Reportando-nos ao **PTC-ACI - 17352024**, informamos que:

a) Item 5 da análise da documentação: "**Demonstração de que a contratação está alinhada com o planejamento da instituição e que consta na previsão do Plano Anual de Contratações ou justificativa em relação à ausência de previsão (art. 5º,VIII do AR nº 44/2021-GPGJ e art. 21 do AR nº 10/2023-GPGJ)**"

RESPOSTA: A contratação consta no Planejamento Anual da Instituição com demanda prevista nas ações da Coordenadoria de Modernização de Tecnologia da Informação – CMTI (*Item 1, Microcomputadores*).

b) item 6 da análise da documentação: "**Utilização do catálogo eletrônicode padronização de compras e serviços; adoção justificadado catálogodo Poder Executivo Federal ou justificativa para não utilizaçãode catálogoeletrônicodepadronização. (art. 14, IIe§2ºdoAR10/2023-GPGJ; art.19, IIe§2ºdaLeinº 14.133/21)**"

RESPOSTA: A informação encontra-se no subitem 11.5 do Termo de Referência

c) Subitem 7.1 da análise da documentação: "**Utilização demodelo padrão; adoção deminuta do Poder Executivo Federal por todos os entes federativos ou justificativa para não utilização de minutas padrões (art. 19, IV e §2º da Lei nº 14.133/21)**"

RESPOSTA: A informação encontra-se no subitem 11.4 do Termo de Referência.

Ante o exposto, devolvo os autos à SEAF, conforme DESPACHO-SEAF - 52322024, e solicito

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1946/1947 e-mail: gaeco@mpma.mp.br

o encaminhamento do processo à Coordenadoria de Modernização de Teconologia da Informação - CMTI, tendo em vista a alínea *a* deste despacho.

São Luís/MA, *data da assinatura eletrônica.*

assinado eletronicamente em 11/12/2024 às 14:34 h (*)

LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO
PROMOTOR DE JUSTIÇA

(*) Documento assinado eletronicamente por **LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO** em **11 de Dezembro de 2024 às 14:34 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-GAECO-2742024, **Código de Validação**: 5FD0671ED3.

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1946/1947 e-mail: gaeco@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-GAECO - 2742024

(*) Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA** em **10 de Dezembro de 2024 às 09:25 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SEAF-52322024, **Código de Validação**: 16F6599C96.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SEAF - 52322024
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: 16F6599C96

Assunto: Registro de Preços – Aquisição de Computadores tipo Workstations
Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas

Ao Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas,

Tendo em vista o parecer da Assessoria Técnica da Administração, anexo PTC-ACI - 17352024, encaminhem-se os autos para as providências cabíveis.

Após, retornem-se.

assinado eletronicamente em 10/12/2024 às 09:25 h (*)

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR DE SECRETARIA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 52322024

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **09 de Dezembro de 2024 às 15:36 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-17352024, **Código de Validação**: 28FDFF4C1B.

MPMA
Ministério Público
do Estado do Maranhão

Assessoria Técnica da Administração

PTC-ACI - 17352024
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: 28FDFF4C1B

Processo Administrativo	Nº 22856/2024
Assunto	**LICITAÇÃO SRP – FASE INTERNA**
Unidade solicitante	Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas
Objeto da licitação	Registro de preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS
Valor estimado da licitação	**R$ 1.125.658,66 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos)**

Senhor Diretor da Secretaria Administrativo-Financeira,

Trata-se de análise e manifestação acerca da regularidade processual da solicitação de autorização para deflagração e processo licitatório, objetivando Registro de Preços para eventual aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, conforme detalhamento apresentado no Termo de Referência, em atendimento ao DESPACHO-SEAF - 50412024.

Da análise da documentação acostada aos autos, informamos:

ITEM	DA ANÁLISE	SIM	NÃO	ANEXO
1	Estudo Técnico Preliminar (AR nº 44/2021-GPGJ e AR nº 10/2023-GPGJ)	x		ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DEVIDAMENTE ASSINADO
2	**Análise de riscos** (art. 13, §2º do AR10/2023-GPGJ e art 18, X da Lei nº 14.133/21)	x		ANÁLISE DE RISCOS
3	**Procedimento público de intenção para registro de preços** (art. 170, I do AR 10/2023- GPGJ e art. 86 da Lei nº 14.133/2021) **ou justificativa para sua dispensa** (art. 170, parágrafo único do AR 10/2023- GPGJ)	x		MAPA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS
4	Pesquisa de Mercado (art 174 AR nº 10/2023-GPGJ e art. 23, §1º da Lei nº14.133/21)			
4.1	Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas(PNCP)	-	-	Não utilizado
4.2	Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente	-	-	Não utilizado
4.3	Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso; vedado estimativas de preços obtidas em sítios de leilão ou de intermediação de vendas (art. 174, § 9º do AR nº 10/2023-GPGJ)	-	-	Não utilizado
4.4	Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;	x		PROPOSTA DA MS INFORMÁTICA PROPOSTA DO GRUPO TORINO PROPOSTA DA PLUGNET
4.5	Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na	-	-	Não utilizado

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **09 de Dezembro de 2024 às 15:36 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-17352024, **Código de Validação**: 28FDFF4C1B.

	forma de regulamento.			
4.6	Solicitação formal a fornecedores para apresentação de cotação, preferencialmente por meio eletrônico. (art. 174, § 8º do AR 10/2023-GPGJ)	x		SOLICITAÇÃO PROPOSTA MS INFORMÁTICA SOLICITAÇÃO PROPOSTA GRUPO TORINO SOLICITAÇÃO PROPOSTA PLUGNET
4.7	Justificativa da autoridade competente para pesquisa com menos de três preços.(art. 174, § 3º do AR 10/2023-GPGJ)	-	-	Não aplicado
4.8	Mapa de formação de preços, elaborado e assinado pelo responsável pela pesquisa que refletindo a pesquisa, a metodologia adotada e o resultado obtido.(art. 174, § 5º e § 10 do AR 10/2023-GPGJ)	x		MAPA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS
5	**Demonstração de que a contratação está alinhada com o planejamento da instituição e que consta na previsão do Plano Anual de Contratações ou justificativa em relação à ausência de previsão (**art. 5º, VIII do AR nº 44/2021-GPGJ e art. 21 do AR nº 10/2023-GPGJ)		x	
6	**Utilização do catálogo eletrônico de padronização de compras e serviços; adoção justificada do catálogo do Poder Executivo Federal ou justificativa para não utilização de catálogo eletrônico de padronização.** (art. 14, II e §2º do AR 10/2023-GPGJ; art. 19, II e §2º da Lei nº 14.133/21)		x	
7	Termo de Referência	x		TERMO DE REFERÊNCIA DEVIDAMENTE ASSINADO
7.1	**Utilização de modelo padrão; adoção de minuta do Poder Executivo Federal por todos os entes federativos ou justificativa para não utilização de minutas padrões** (art. 19, IV e §2º da Lei nº 14.133/21)		x	
8	**OBSERVAÇÃO** 8.1: No estudo técnico preliminar apresentado no anexo ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DEVIDAMENTE ASSINADO, consta as informações acerca da necessidade da contratação; 8.2: Ainda do estudo técnico preliminar apresentado no anexo ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DEVIDAMENTE ASSINADO, extraímos a seguinte declaração acerca da viabilidade da contratação: *"**18. Declaração de Viabilidade*** *Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação..* ***18.1. Justificativa da Viabilidade*** *Considerando as disposições constantes neste estudo, sobretudo, acerca das justificativas da necessidade da aquisição, esta equipe se posiciona pela VIABILIDADE das aquisições por entender que foram razoáveis os fundamentos que motivaram a demanda"*			

9	**DA CONCLUSÃO**
	Após análise, quanto à instrução dos autos, manifestamo-nos pela EXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS, em razão das pendências apontadas nos itens 5 e 6, bem como, no subitem 7.1.

É o que se encaminha para conhecimento e deliberação das providências julgadas pertinentes.

assinado eletronicamente em 09/12/2024 às 14:59 h (*)

JADIEL FERNANDES FRANÇA
ANALISTA MINISTERIAL
CONTABIL - CONTÁBIL

assinado eletronicamente em 09/12/2024 às 15:36 h (*)

LUANNA KERLYS MOURA FERREIRA
ASSESSOR CHEFE DA ASSESSORIA TECNICA DA ADMINISTRAÇÃO

(*) Documento assinado eletronicamente por **diversos autores**, finalizado em **09 de Dezembro de 2024 às 15:36 h** e conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: PTC-ACI-17352024, **Código de Validação**: 28FDFF4C1B.

Rua Oswaldo Cruz, n.º 1396, Centro, São Luís / MA
CEP: 65.020-910 Telefone: 1692 e-mail: 37pjespsls@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: PTC-ACI - 17352024

(*) Documento assinado eletronicamente por **RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA** em **29 de Novembro de 2024 às 11:37 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-SEAF-50412024, **Código de Validação**: 02977E2703.

Secretaria Administrativo-Financeira

DESPACHO-SEAF - 50412024
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: 02977E2703

Assunto: Registro de Preços – Aquisição de Computadores tipo Workstations
Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas

À Coordenadoria de Orçamento e Finanças,

Encaminhem-se os autos para **conhecimento e anotações**, tendo em vista a solicitação de formação de registro de preços, conforme MEMORANDO INAUGURAL do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas.

Após, à **Assessoria Técnica da Administração**, para análise e manifestação acerca da regularidade processual da solicitação de abertura de processo licitatório, visando registro de preços, para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, no valor total estimado de **R$ 1.125.658,66 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos)**, conforme solicitação do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO, anexos MEMORANDO INAUGURAL e TERMO DE REFERÊNCIA DEVIDAMENTE ASSINADO.

assinado eletronicamente em 29/11/2024 às 11:37 h (*)

RIVEMBERG RIBEIRO DA SILVA
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR DE SECRETARIA

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1690/1692 e-mail: saf@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-SEAF - 50412024

(*) Documento assinado eletronicamente por **PAULO GONÇALVES ARRAIS** em **28 de Novembro de 2024 às 15:56 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: DESPACHO-DG-91122024, **Código de Validação**: D810FC4AAE.

Diretoria Geral

DESPACHO-DG - 91122024
(relativo ao Processo 228562024)
Código de validação: D810FC4AAE

Assunto: Permanente > Compra

Interessado: LAB-LD

Trata-se de processo administrativo no qual o Promotor e Coordenador **do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO/SÃO LUIS**, Luiz Muniz Rocha Filho, por meio do MEMO-GAECO - 2342024, solicita a abertura de processo licitatório visando à aquisição de 16 (dezesseis) estações de trabalho WORKSTATION TIPO 1 e 02 (duas) estações de trabalho WORKSTATION TIPO 2 para atender demandas da Procuradoria-Geral de Justiça, no valor total estimado de **R$ 1.125.658,66 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos),** conforme o Termo de Referência anexo.

Ante o exposto, encaminhem-se os autos à **Secretaria Administrativo-Financeira (SEAF)** para a devida instrução processual junto às unidades administrativas competentes.

assinado eletronicamente em 28/11/2024 às 15:56 h (*)

PAULO GONÇALVES ARRAIS
TÉCNICO MINISTERIAL
DIRETOR-GERAL

Av. Carlos Cunha s/n - Jaracaty, São Luís / MA
CEP: 65.076-906 Telefone: 1601/1602/1697 e-mail: diretoriageral@mpma.mp.br

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

Documento Administrativo: DESPACHO-DG - 91122024

MS TECNOLOGIA
DEZESSETE, 20 - APT 203 EDIFICIO GUIMARAES - COHAJAP -
São Luís - MA - CEP: 65072-670

MS SOLUCOES EM TECNOLOGIA E SEGURANCA LTDA
CNPJ: 20.105.933/0001-50 IE: 124354793

(98) 9601-9953
jhonatasms@grupomstecnologia.com.br

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO MARANHAO
CNPJ: 05.483.912/0001-85

(98) 3219-1773
cmti@mpma.mp.br

Avenida Professor Carlos Cunha - Jaracaty - São Luís - MA - CEP: 65076-820

Validade da proposta
06/12/2024

Previsão de entrega
90 DIAS

ATENDENDO AO SOLICITADO APRESENTAMOS NOSSA PROPOSTA ABAIXO:

Qt.	Produto/Serviço	Detalhe do item	Valor unitário	Subtotal
16	MICRO4 - MICROCOMPUTADOR	MICROCOMPUTADOR DE ALTO DESEMPENHO WORKSTATION TIPO I MARCA MODELO: HP Z2 G9 TOWER ESPECIFICAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERENCIA.	75.850,00	1.213.600,00
2	MICRO4 - MICROCOMPUTADOR	MICROCOMPUTADOR DE ALTO DESEMPENHO WORKSTATION TIPO II MARCA MODELO: HP Z2 G9 TOWER ESPECIFICAÇÕES CONFORME TERMO DE REFERENCIA.	142.995,00	285.990,00
			Total	**1.499.590,00**
			Valor líquido	**1.499.590,00**

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

PROPOSTA DA MS INFORMÁTICA

MPMA Ministério Público do Estado do Maranhão

Francisco Orino do Amaral Neto <francisco.orino@mpma.mp.br>

Solicitação de Proposta Comercial

Francisco Orino do Amaral Neto <francisco.orino@mpma.mp.br> 29 de outubro de 2024 às 08:47
Para: benedita@grupotorino.com.br, Jhonatasms@grupomstecnologia.com.br
Cc: Coordenadoria de Modernizacao e Tecnologia da Informacao <cmti@mpma.mp.br>, Iracema Sousa Barroso <isbarroso@mpma.mp.br>, Ronald Silva Pereira <ronaldsp@mpma.mp.br>, Bruno Emanuel Setubal Learte <bruno.learte@mpma.mp.br>, Luis Felipe Cabral Campos <felipecabral@mpma.mp.br>, Marcelo Vidigal <marcelovidigal@mpma.mp.br>

Prezados (as),

Cumprimentando-os (as) cordialmente, venho, pelo presente, solicitar Proposta Comercial relacionada aos requisitos mínimos descritos abaixo:, para pretensa contratação:

Item	Descrição Mínima Requerida	Unid.
01	Microcomputador de Alto Desempenho (Workstation Tipo I) Processador: Intel Core i9-14900K Memória RAM: 128GB ECC Armazenamento: 3x HD de 4TB, SSD 1TB, SSD 2TB Placa de vídeo: NVÍDIA 3000 RTX ADA Wifi +Bluetooth Sistema Operacional Windows 11 Pro BPOR Garantia de 60 Meses Prossuport Teclado Multimídia + Mouse Sistema Operacional Windows 11 Pro BPOR Garantia de 60 Meses ProSuport Monitor: Sem monitores	16
02	Microcomputador de Alto Desempenho (Workstation Tipo II) Processador: Intel Xeon-W73465X (75MB cache, 28 cores, 56 threads, up to 4.8 GHz Turbo 300W) Memória RAM: 128GB ECC (4 de 32GB, DDR5, 4.800MT/s, RDIMM, ECC) Armazenamento: 2x HD de 4TB, SSD 1TB, SSD 2TB Placa de vídeo: 2x NVÍDIA 4500RTX ADA Wifi +Bluetooth Sistema Operacional Windows 11 Pro BPOR Garantia de 60 Meses Prossuport Teclado Multimídia + Mouse Monitor: Sem monitores	02

Outrossim, solicitamos que a proposta atenda a normas internas da Instituição, contemplando as informações solicitadas no ANEXO ÚNICO do Ato Regulamentar n. 13/2020-GPGJ:

I – Identificação da pessoa jurídica ou física, com o respectivo número de inscrição no CNPJ ou CPF;

II – Discriminação do objeto a contratar;

III – Quantidades;

IV – Preços unitários e Preço total;

V – Prazo de garantia do objeto, se couber;

VI – Prazo de fornecimento ou prestação de serviço;

VII – Assinatura e identificação do proponente;

VIII – Prazo de validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias;

IX - Dados bancários para pagamento.

Informamos que, embora a proposta seja utilizada como coleta de preços, necessária para a abertura de certame licitatório, serão também analisadas as informações referentes à regularidade fiscal e trabalhista da Proponente, razão pela qual deverão ser disponibilizadas as certidões negativas das Receitas Municipal, Estadual e Federal, além das certidões do INSS e Trabalhistas (FGTS).

Nossos dados

Razão Social: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Endereço: Avenida Prof. Carlos Cunha n.º 3261, Calhau - CEP: 65076-820 - São Luís – Maranhão

Responsável: Nayana Santos Martins Neiva Sobral - Coordenadora de Modernização e Tecnologia da Informação

Telefone: (98)3219-1773

Email: cmti@mpma.mp.br/labld@mpma.mp.br

--
Francisco O A Neto
_____
Técnico Ministerial Informática
Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro
Unidade de TI
labld@mpma.mp.br
98 3231-3050 r.: 210

ATO Regulamentar – 132020.pdf
266K

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

SOLICITAÇÃO PROPOSTA MS INFORMÁTICA

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE MODERNIZAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PESQUISA DE PREÇOS (BASEADA NAS COTAÇÕES DE EMPRESAS FORNECEDORAS)								
Item	**Descrição**	**Qtde**	**CATMAT**	**Fonte 01**	**Fonte 02**	**Fonte 03**	**Valor unitário (R$)**	**Valor Total (R$)**
				TORINO	MS TECNOLOGIA	PLUGNET		
1	WORKSTATION TIPO I	16	460038	56.435,72	75.850,00	55.500,00	56.435,72*	902.971,52
2	WORKSTATION TIPO II	2	606229	72.435,72	142.995,00	118.600,00	111.343,57**	222.687,14
							Valor médio total	**1.125.658,66**

* MEDIANA
** MÉDIA

LEVANTAMENTO DAS DIFERENTES SOLUÇÕES DE MERCADO

- Parâmetro de Pesquisa dos itens 1 e 2 – pesquisa direta com fornecedores, pelo motivo de não haver propostas compatíveis com a especificação requerida, tanto no Portal de Compras do Governo Federal quanto nos sites especializados (conforme § 1º, IV, Art 23 da Lei 14.133/2021 e Art 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021);
- Metodologia para obtenção do Valor Unitário – MEDIANA (item 1) e MÉDIA (item 2) – (conforme Art 23, § 1º, I, da Lei nº 14.133/2021 e conforme Art 174, I, do Ato Reg nº 10/2023 – GPGJ);
- Estão sendo utilizados modelos-padrão de documentos constantes do Processo Licitatório (conforme art. 19, IV e §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- Quanto ao Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras e Serviços (art. 17, II e §2º do AR 10/2023-GPGJ;

art. 19, II e §2 da Lei nº 14.133/2021), até o momento da elaboração documental deste processo a Diretoria-Geral da PGJMA ainda não havia disponibilizado Catálogo;

- Com relação ao Procedimento Público de Intenção para Registro de Preços, a PGJMA será única contratante, logo, é dispensável o procedimento previsto no Art 86, §1º da Lei n° 14.133/2021. Dispensamos o procedimento também devido à necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório e ainda devido ao nosso modelo de objeto ser específico pras necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

MAPA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo o Registro de Preços para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 01						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QTDE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	WORKSTATION TIPO I	460038	Unid	16	56.435,72*	902.971,52
2	WORKSTATION TIPO II	606229	Unid	2	118.600,00**	222.687,14
Valor médio total						**1.125.658,66**

* MEDIANA
** MÉDIA

1.2. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como bens de natureza comum, com padrão de desempenho, qualidade e especificações usuais de mercado (Art. 6º, Inciso XIII, da Lei nº 14133/2021);

1.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de publicação na Imprensa Oficial, na forma do Art. 84, da Lei nº 14.133, de 2021;

1.4. O prazo de vigência do CONTRATO será de **12 (doze) meses**, a contar de sua assinatura, com eficácia na publicação do seu extrato na imprensa oficial, na forma do Art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021;

1.4.1. O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, além de estar conciliado com as datas de execução, entrega, observação e recebimento definitivo do objeto contratual e pagamento, de acordo com os termos já descritos neste TERMO DE REFERÊNCIA;

1.4.2. O contrato é de fornecimento não-contínuo e oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação;

1.5. Tal quantitativo será passível de adesões por parte de outros órgãos, além do fato do registro de preços não requerer obrigatoriedade de dotação orçamentária, nem de aquisição integral do quantitativo definido, podendo ser adquirido de acordo com a necessidade, aliada à disponibilidade de orçamento (Art. 191 da Lei nº 14133/2021);

1.6. Considerando tratarem-se de itens divisíveis (GRUPO 01), não se aplicará o benefício do artigo 48, III da Lei Complementar 123/2006, em razão de que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte poderá não ser vantajoso para a administração pública, caso os objetos do certame venham com padronizações diferentes, podendo representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, uma vez que são bens em que a padronização é essencial, para fins de manutenções preventivas/corretivas, suporte, controle e gestão de incidentes/requisições;

1.7. O critério de julgamento a ser adotado será de Menor Preço por Grupo, por conta da necessidade de garantir total integração e compatibilidade entre os itens especificados, de modo a não prejudicar a eficácia da Contratação;

1.8. Todos os itens possuem CATMAT próximo ao desejado, em virtude de não haver especificação exata para os mesmos no Portal de Compras do Governo Federal.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO)

2.1. **WORKSTATION TIPO I**

2.1.1. **Processador**

2.1.1.1. Processador com 24 (vinte e quatro) núcleos físicos reais e 32 (trinta e dois) threads, arquitetura x86, mínimo de 36MB de Cache total;

2.1.1.2. Frequência de operação mínima por núcleo de 2.4 GHz, sendo considerado para efeito de comprovação desta os valores alcançados no modo nativo da CPU;
2.1.1.3. O processador deverá suportar execução de sistema operacional e outros aplicativos tanto de 32 bits quanto de 64bits;
2.1.1.4. Processador com performance, mínima, de 60.000 (sessenta mil) pontos, no Performance teste do Passmark@Software:O desempenho será comprovado por intermédio de resultados de BenchMark, disponíveis em: http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php será aceito variações de até 5% na pontuação do processador ofertado;
2.1.1.5. É obrigatório informar na proposta o modelo do processador ofertado para fins de conferência.
2.1.2. **Placa Mãe**
2.1.2.1. Projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado, ou desenvolvida especialmente para o modelo em regime de OEM com a devida comprovação. Não sendo, portanto, aceitas placas genéricas destinadas ao mercado comum.
2.1.3. **Chipset**
2.1.3.1. Possuir chip de segurança TPM 2.0 ou superior integrado a mesma, acompanhado do software capaz de implementar as principais funcionalidades do mesmo e demais, conforme descrito a seguir: Deverá ser obrigatoriamente no idioma Português Brasil e do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM devidamente comprovado; quando em regime de OEM, deverá obrigatoriamente ser fornecido suporte e todas as atualizações, inclusive de versões durante o período de garantia do equipamento;
2.1.3.2. Deverá ser capaz de habilitar as principais funcionalidades básicas de segurança oferecidas pelo referido chip TPM na versão 2.0 ou superior, sendo as seguintes:
2.1.3.2.1. Deverá possuir módulo que credencie o usuário a fazer logon no equipamento pelo método padrão ou através de impressão digital se utilizando soluções externas de leitor biométrico conectado à porta USB, permitindo assim que seja utilizada senha convencional ou o leitor para acessar o sistema operacional;
2.1.3.3. Deverá através do software de segurança gerenciar as permissões dos usuários que utilizam o equipamento permitindo gerar configurações individuais ou por grupo para acesso a recursos de como, por exemplo:
2.1.3.3.1. Permitir ou bloquear acesso às portas USB;
2.1.3.3.2. Permitir ou bloquear acesso aos periféricos de conexão com o ambiente externo “Placa de Rede, Modem, Bluetooth, DVD+/-RW, etc.”;
2.1.3.3.3. Deverá possuir módulo para configurar a segurança e a proteção dos dados gerando uma área para armazenamento de arquivos particulares dos usuários, sendo essa área protegida por criptografia utilizando o chip TPM 1.2. Esse módulo visa garantir que não será possível o acesso indevido aos dados protegidos, mesmo em caso de remoção do disco rígido para outro equipamento uma vez que o acesso aos mesmos está vinculado às credenciais dos usuários e ao chip TPM do respectivo equipamento;
2.1.3.3.4. O licenciamento do software deve contemplar suporte, atualização e garantia de evolução pelo período igual à garantia do equipamento ofertado sem qualquer custo adicional.
2.1.4. **BIOS**
2.1.4.1. Desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org);
2.1.4.2. A compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site http://www.uefi.org/members, na categoria membros;
2.1.4.3. BIOS deverá ser implementada em memória "flash", atualizável diretamente pelo Windows, projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou ter direitos (Copyright) sobre essa BIOS, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizações;
2.1.4.4. Deverá suportar tecnologias de integração à rede com PXE, configuração e controle remoto;
2.1.4.5. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede;
2.1.4.6. Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 3.0 e Plug-and-Play;
2.1.4.7. Deverá possuir campo com número de série do equipamento, podendo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;
2.1.4.8. Deverá possuir campo editável, com recurso para registro de informações como, por exemplo, o número do patrimônio do equipamento podendo o mesmo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;

2.1.4.9. Possibilidade de habilitar /desabilitar portas USB;
2.1.4.10. O BIOS deve possuir ferramenta de diagnóstico com capacidade de executar teste de processador, memória RAM, saúde dodisco rígido ou SSD, interface de rede, interface gráfica e portas USB. A mensagem de erro deverá ser o suficiente para abertura de chamado em Garantia;
2.1.4.11. Relógio de calendário em bateria não volátil;
2.1.4.12. Deverá possuir a interface de configuração em idioma em Português ou Inglês;
2.1.4.13. Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco rígido;
2.1.4.14. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante;
2.1.4.15. Lançada a partir de 2022 e entregue na versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;
2.1.4.16. Deverá possuir interface gráfica acessível através de teclado e mouse;
2.1.4.17. Deverá possuir solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento em definitivo, tais como HDD, SSD e SSHD, em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela BIOS;
2.1.4.18. Deverá possuir ferramenta que possibilite realizar a formatação definitiva dos dispositivos de armazenamento conectados ao equipamento. Caso esta ferramenta não seja nativa, deverá ser oficialmente homologada pelo fabricante do dispositivo.

2.1.5. **Interfaces**

2.1.5.1. No mínimo 01 (um) slot PCIe Gen5 x16, 01 (um) Slots PCIe Gen4 x4, 01 (um) slot PCIe Gen3 x4 e 03 (três) slots M.2 para SSDs;
2.1.5.2. 01 (uma) Controladora de unidade de disco rígido tipo SATA ou SAS de 6.0 Gb/s, devendo suportar implementação dos níveis de Raid 0/1/5;
2.1.5.3. Possuir no mínimo 10 (dez) Portas USB, sendo pelo menos 06 (seis) delas USB 3.2 SuperSpeed (10Gbps);
2.1.5.4. Deverá possuir no mínimo 4 (quatro) portas USB na parte frontal do gabinete, sendo pelo menos 01 (uma) do tipo USB-C;
2.1.5.5. Possuir mínimo de 4 (quatro) Slots de memória suportando expansão mínima a 128GB com ECC.

2.1.6. **Memória**

2.1.6.1. No mínimo, 128GB (4X32GB), DDR5-3600MHz com ECC, em dual channel;
2.1.6.2. Permitir expansão mínima de até 128 GB.

2.1.7. **Armazenamento**

2.1.7.1. Deverá ser fornecido 01 (um) disco SSD de 1TB PCIe NVMe M.2, 01 (um) disco SSD de 2TB PCIe NVMe e 03 (três) HDD com capacidade de 4TB SATA-III 6.0 Gb/s 5.400 RPM, com suporte a tecnologia SMART para detecção de pré-falhas. (Discos defeituosos serão substituídos por novos, sendo que o disco antigo deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações).

2.1.8. **Vídeo**

2.1.8.1. Placa Off-board PCI Express de 128 bits com GPU Ativo, mínimo de 2800 (dois mil e oitocentos) processadores CUDAOu equivalente devidamente comprovado, memória dedicada mínima 16GB GDDR6 ou superior;
2.1.8.2. Suporte mínimo as APIs ao DirectX 12, OpenGL 4.6, OpenCL 3.0, DirectCompute;
2.1.8.3. Deve possuir no mínimo 04 (quatro) interfaces digitais, display port ou mini display port. As interfaces mini Display Port, devem ser fornecida com adaptadores para DisplayPort.

2.1.9. **Controladora de Rede**

2.1.9.1. Integrada para comunicação a 10/100/1000 Mbps, padrão Ethernet, FastEthernet e Gigabit Ethernet, plug-and-play, totalmente configurável por software;
2.1.9.2. Permitir comunicação no modo full-duplex;
2.1.9.3. Possuir conexão RJ-45 fêmea;
2.1.9.4. Possuir LED indicador de atividade de rede;
2.1.9.5. Possuir suporte a WakeUp on LAN;
2.1.9.6. Possuir suporte a PXE 2.1;
2.1.9.7. Suportar gerenciamento através do protocolo SNMP.

2.1.10. **Placa de Rede WiFi**

2.1.10.1. Controladora de rede sem fio integrada ao equipamento, não sendo aceitos adaptadores externos;

2.1.10.2. Suporte para os padrões IEEE 802.11ax 6GHz;

2.1.10.3. Suporte a WPA/WPA-PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit;

2.1.10.4. Possuir certificação ANATEL.

2.1.11. **Áudio**

2.1.11.1. Controladora de áudio de alta-definição integrada;

2.1.11.2. Possuir alto-falante interno integrado ao gabinete;

2.1.11.3. O alto-falante interno deve possuir a capacidade de reproduzir os sons gerados pelo sistema operacional e alarmes gerados por problemas de inicialização;

2.1.11.4. O alto-falante deve se desligar automaticamente, sem a necessidade de qualquer intervenção do usuário, quando forem conectados fones de ouvido ou caixas de som externas;

2.1.11.5. Deve possuir 1 (um) conector para saída de som (fone de ouvido) e outro para entrada (microfone) ou conector combo, localizados na parte frontal do equipamento.

2.1.12. **Teclado**

2.1.12.1. Teclado com no mínimo 104 teclas (AT Enhanced), padrão ABNT II;

2.1.12.2. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT II;

2.1.12.3. Possuir ajuste de inclinação;

2.1.12.4. LED indicador de teclado numérico habilitado;

2.1.12.5. LED indicador de tecla CAPS LOCK pressionada;

2.1.12.6. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;

2.1.12.7. Possuir bloco numérico separado das demais teclas;

2.1.12.8. Possuir doze teclas de função (F1-F12) na posição superior do teclado;

2.1.12.9. O teclado deverá, obrigatoriamente, ser da mesma marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).

2.1.13. **Mouse**

2.1.13.1. Dois botões, ambidestro (simétrico), com tecnologia laser;

2.1.13.2. Com roda (wheel) para rolagem (scroll) de tela;

2.1.13.3. Conector USB padrão, sem uso de adaptadores;

2.1.13.4. Tecnologia laser ou ótico e resolução mínima de 3000 dpi;

2.1.13.5. O mouse deverá, obrigatoriamente, ser compatível com o da marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).

2.1.14. **Gabinete**

2.1.14.1. Torre (Tipo Workstation) devendo o mesmo ser desenvolvido para esse propósito. Deve possuir tratamento anticorrosivo;

2.1.14.2. Deve atender ao padrão Toolless permitindo assim, a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido SATA, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Serão aceitos equipamentos que disponham de parafusos de segurança opcionais para uso durante o manuseio e transporte, a fim de prevenir possíveis acidentes;

2.1.14.3. Deve possuir sistema de resfriamento auxiliar posicionado na parte frontal do gabinete de forma a garantir o fluxo de ar passante no mesmo, evitando assim problemas de aquecimento nos componentes internos do equipamento;

2.1.14.4. Possuir sistema de trava eletrônica do gabinete com sensor de detecção de intrusão para evitar acessos indevidos ou em substituição possuir sensor de intrusão acoplado ao gabinete sem uso de qualquer adaptação que alerte no caso de abertura do mesmo e entrada na parte traseira do gabinete Para colocação de cadeado do tipo Kensington impossibilitando o acesso aos componentes internos, não será aceita qualquer tipo de adaptação ao gabinete original para atender a essa exigência como utilização de cadeados convencionais;

2.1.14.5. Deve possuir ainda etiqueta permanente com código de barras em material resistente ao desgaste por abrasão, onde conste a marca, o modelo, a configuração e o número de série do equipamento;

2.1.14.6. Deverão ser fornecidos todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos. Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136.

2.1.15. **Fonte**

2.1.15.1. Possuir chaveamento automático de tensão, potência mínima de 500W, com PFC Ativo e eficiência energética de 91% comprovada pela certificação 80 PLUS. As referências a essa certificação, deve ser verificada no site http://www.plugloadsolutions.com/80PlusPowerSupplies.aspx;

2.1.15.2. A fonte de alimentação deve ter potência suficiente para suportar o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima, incluindo discos, memórias, placas de vídeo e outros componentes.

2.1.16. **Software**

2.1.16.1. O equipamento deverá ser fornecido com o Sistema Operacional Microsoft Windows 11 Professional x64, instalado e devidamente configurado;

2.1.16.2. Deverá ser fornecido um kit de recuperação em dispositivo USB, utilizável pelo computador, contendo os drivers e o sistema operacional, com sua respectiva licença de uso, ou a imagem do disco rígido com o sistema operacional e drivers já instalados. Deverá ser entregue uma unidade por equipamento com identificação externa do seu conteúdo e proteção contra gravação. Esta solicitação visa proteger o extravio ou o uso do disco USB para outros fins. Alternativamente, será aceita solução do fabricante que permita reinstalar o Sistema Operacional através da BIOS conectado à Internet, que funcione mesmo com o Sistema Operacional inoperante ou inacessível. Não será aceita solução de recuperação em partição no disco como forma de atendimento;

2.1.16.3. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar atualizações de drivers, firmwares e BIOS, permitindo a busca no site do fabricante ou em um repositório interno da rede;

2.1.16.4. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar a saúde do sistema, sugerindo atualizações do sistema operacional e ajustes para melhorias de performance.

2.1.17. **Certificados e Compatibilidades**

2.1.17.1. HCL Microsoft Windows 11X64 (https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware /lpl/) para a Workstation;

2.1.17.2. HCL Linux para uma dessas distribuições: Ubuntu, RedHat ou Suse;

2.1.17.3. O equipamento deverá constar na Lista de BIOS & Firmware Compatibility para a solução de rastreamento e segurança da Absolute Software ;

2.1.17.4. O equipamento deve possuir conformidade com padrões de compatibilidade eletromagnética, CISPR 22 /EN55022, IEC61000, emitida por laboratório nacional ou internacional;

2.1.17.5. O fabricante do equipamento ofertado deverá possuir a Certificação IBAMA referente a Qualidade Ambiental, em conformidade a Instrução Normativa IBAMA nº 6 de 15 de março de 2013 (Federal) http://www.ibama. gov.br/phocadownload/cp/2018/Ibama-IN-6-2013-compilada-IN112018.pdf;8.7. O fabricante deverá possuir a certificação ISO 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional;

2.1.17.6. A Workstation deve estar em conformidade com a norma EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) na categoria bronze ou superior. A comprovação deverá ser feita através do site hdp://www.epeat.net, com o modelo ofertado constando na lista da categoria “Computers and Displays 2018 (launched 2019)”;

2.1.17.7. Deverá comprovar em proposta, obrigatoriamente, todos os itens e subitens desta especificação. A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará a desclassificação da proponente.

2.1.18. **Diversos**

2.1.18.1. O equipamento deverá possuir indicadores (LED, display ou Bips) para facilitar a identificação do componente (memória, processador, vídeo, etc.) que esteja com problema, para agilizar o reparo.

2.2. **WORKSTATION TIPO II**

2.2.1. **Processador**

2.2.1.1. Processador com 24 (vinte e quatro) núcleos físicos reais e 48 (quarenta e oito) threads, arquitetura x86, mínimo de 45MB de Cache total;

2.2.1.2. Frequência de operação mínima por núcleo de 2.5GHz, sendo considerado para efeito de comprovação desta os valores alcançados no modo nativo da CPU;
2.2.1.3. O processador deverá suportar execução de sistema operacional e outros aplicativos tanto de 32 bits quanto de 64bits;
2.2.1.4. Processador com performance, mínima, de 58.000 (cinquenta e oito mil) pontos, no Performance teste do Passmark@Software:O desempenho será comprovado por intermédio de resultados de BenchMark, disponíveis em: http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php será aceito variações de até 5% na pontuação do processador ofertado;
2.2.1.5. É obrigatório informar na proposta o modelo do processador ofertado para fins de conferência.
2.2.2. **Placa Mãe**
2.2.2.1. Projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado, ou desenvolvida especialmente para o modelo em regime de OEM com a devida comprovação. Não sendo, portanto, aceitas placas genéricas destinadas ao mercado comum.
2.2.3. **Chipset**
2.2.3.1. Mínimo W790 ou AMD PRO 695;
2.2.3.2. Possuir chip de segurança TPM 2.0 ou superior integrado a mesma, acompanhado do software capaz de implementar as principais funcionalidades do mesmo e demais, conforme descrito a seguir: Deverá ser obrigatoriamente no idioma Português Brasil e do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM devidamente comprovado, quando em regime de OEM, deverá obrigatoriamente ser fornecido suporte e todas as atualizações, inclusive de versões durante o período de garantia do equipamento;
2.2.3.3. Deverá ser capaz de habilitar as principais funcionalidades básicas de segurança oferecidas pelo referido chip TPM na versão 2.0 ou superior, sendo as seguintes:
2.2.3.3.1. Deverá possuir módulo que credencie o usuário a fazer logon no equipamento pelo método padrão ou através de impressão digital se utilizando soluções externas de leitor biométrico conectado à porta USB, permitindo assim que seja utilizada senha convencional ou o leitor para acessar o sistema operacional.
2.2.3.4. Deverá através do software de segurança gerenciar as permissões dos usuários que utilizam o equipamento permitindo gerar configurações individuais ou por grupo para acesso a recursos de como, por exemplo:
2.2.3.4.1. Permitir ou bloquear acesso às portas USB;
2.2.3.4.2. Permitir ou bloquear acesso aos periféricos de conexão com o ambiente externo “Placa de Rede, Modem, Bluetooth, DVD+/-RW, etc.”.
2.2.3.4.3. Deverá possuir módulo para configurar a segurança e a proteção dos dados gerando uma área para armazenamento de arquivos particulares dos usuários, sendo essa área protegida por criptografia utilizando o chip TPM 2.0. Esse módulo visa garantir que não será possível o acesso indevido aos dados protegidos, mesmo em caso de remoção do disco rígido para outro equipamento uma vez que o acesso aos mesmos está vinculado às credenciais dos usuários e ao chip TPM do respectivo equipamento.
2.2.3.4.4. O licenciamento do software deve contemplar suporte, atualização e garantia de evolução pelo período igual à garantia do equipamento ofertado sem qualquer custo adicional.
2.2.4. **BIOS**
2.2.4.1. Desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org);
2.2.4.2. A compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site http://www.uefi.org/members, na categoria membros;
2.2.4.3. BIOS deverá ser implementada em memória "flash", atualizável diretamente pelo Windows, projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou ter direitos (Copyright) sobre essa BIOS, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizações;
2.2.4.4. Deverá suportar tecnologias de integração à rede com PXE, configuração e controle remoto;
2.2.4.5. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede;
2.2.4.6. Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 3.0 e Plug-and-Play;
2.2.4.7. Deverá possuir campo com número de série do equipamento, podendo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;

2.2.4.8. Deverá possuir campo editável, com recurso para registro de informações como, por exemplo, o número do patrimônio do equipamento podendo o mesmo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;
2.2.4.9. Possibilidade de habilitar /desabilitar portas USB;
2.2.4.10. O BIOS deve possuir ferramenta de diagnóstico com capacidade de executar teste de processador, memória RAM, saúde do disco rígido ou SSD, interface de rede, interface gráfica e portas USB. A mensagem de erro deverá ser o suficiente para abertura de chamado em Garantia;
2.2.4.11. Relógio de calendário em bateria não volátil;
2.2.4.12. Deverá possuir a interface de configuração em idioma em Português ou Inglês;
2.2.4.13. Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco rígido;
2.2.4.14. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante;
2.2.4.15. Lançada a partir de 2022 e entregue na versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;
2.2.4.16. Deverá possuir interface gráfica acessível através de teclado e mouse;
2.2.4.17. Deverá possuir solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento em definitivo, tais como HDD, SSD e SSHD, em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela BIOS;
2.2.4.18. Deverá possuir ferramenta que possibilite realizar a formatação definitiva dos dispositivos de armazenamento conectados ao equipamento. Caso esta ferramenta não seja nativa, deverá ser oficialmente homologada pelo fabricante do dispositivo.

2.2.5. **Interfaces**

2.2.5.1. No mínimo 01 (um) slot PCIe Gen5 x16, 01 (um) Slots PCIe Gen4 x16, 02 (dois) slot PCIe Gen3 x8 e 03 (três) slots M.2 para SSDs;
2.2.5.2. 01 (uma) Controladora de unidade de disco rígido tipo SATA ou SAS de 6.0 Gb/s, devendo suportar implementação dos níveis de Raid 0/1/5/10;
2.2.5.3. Possuir no mínimo 10 (dez) Portas USB 3.2, sendo pelo menos 06 (seis) delas USB 3.2 SuperSpeed (5Gbps); deverá possuir no mínimo 4 (quatro) portas USB na parte frontal do gabinete, sendo pelo menos 02 (duas) do tipo USB-C;
2.2.5.4. Possuir mínimo de 8 (oito) Slots de memória suportando expansão mínima a 1 TB com ECC.

2.2.6. **Memória**

2.2.6.1. No mínimo, 128GB (1X128GB), DDR5-4800MHz com ECC;
2.2.6.2. Permitir expansão mínima de até 1 TB.

2.2.7. **Armazenamento**

2.2.7.1. Deverá ser fornecido 01 (um) disco SSD de 1TB PCIe NVMe M.2, 01 (um) disco SSD de 2TB PCIe NVMe e 02 (dois) HDD com capacidade de 4TB SATA-III 6.0 Gb/s 7.200 RPM, com suporte a tecnologia SMART para detecção de pré-falhas. (Discos defeituosos serão substituídos por novos, sendo que o disco antigo deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações);
2.2.7.2. Deverá possuir unidade de gravação DVD-RW.

2.2.8. **Placa de Vídeo**

2.2.8.1. 02 (duas) Placas Off-board PCI Express de 320 bits com GPU Ativo, mínimo de 7.168 (sete mil cento e sessenta e oito) processadores CUDAOu equivalente devidamente comprovado, memória dedicada mínima 20GB GDDR6 ou superior;
2.2.8.2. Suporte mínimo as APIs ao DirectX 12, OpenGL 4.6, OpenCL 3.0, DirectCompute;
2.2.8.3. Deve possuir no mínimo 04 (quatro) interfaces digitais, display port ou mini display port. As interfaces mini Display Port, devem ser fornecidas com adaptadores para DisplayPort.

2.2.9. **Controladora de Rede**

2.2.9.1. Integrada para comunicação a 10/100/1000 Mbps, padrão Ethernet, FastEthernet e Gigabit Ethernet, plug-and-play, totalmente configurável por software;
2.2.9.2. Permitir comunicação no modo full-duplex;
2.2.9.3. Possuir conexão RJ-45 fêmea;
2.2.9.4. Possuir LED indicador de atividade de rede;
2.2.9.5. Possuir suporte a WakeUp on LAN;
2.2.9.6. Possuir suporte a PXE 2.1;

2.2.9.7. Suportar gerenciamento através do protocolo SNMP.

2.2.10. **Placa de Rede WiFi**

2.2.10.1. Controladora de rede sem fio integrada ao equipamento, não sendo aceitos adaptadores externos;

2.2.10.2. Suporte para os padrões IEEE 802.11ax 6GHz;

2.2.10.3. Suporte a WPA/WPA-PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit;

2.2.10.4. Possuir certificação ANATEL.

2.2.11. **Áudio**

2.2.11.1. Controladora de áudio de alta-definição integrada;

2.2.11.2. Possuir alto-falante interno integrado ao gabinete;

2.2.11.3. O alto-falante interno deve possuir a capacidade de reproduzir os sons gerados pelo sistema operacional e alarmes gerados por problemas de inicialização;

2.2.11.4. O alto-falante deve se desligar automaticamente, sem a necessidade de qualquer intervenção do usuário, quando forem conectados fones de ouvido ou caixas de som externas;

2.2.11.5. Deve possuir 1 (um) conector para saída de som (fone de ouvido) e outro para entrada (microfone) ou conector combo, localizados na parte frontal do equipamento.

2.2.12. **Teclado**

2.2.12.1. Teclado com no mínimo 104 teclas (AT Enhanced), padrão ABNT II;

2.2.12.2. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT II;

2.2.12.3. Possuir ajuste de inclinação;

2.2.12.4. LED indicador de teclado numérico habilitado;

2.2.12.5. LED indicador de tecla CAPS LOCK pressionada;

2.2.12.6. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;

2.2.12.7. Possuir bloco numérico separado das demais teclas;

2.2.12.8. Possuir doze teclas de função (F1-F12) na posição superior do teclado;

2.2.12.9. O teclado deverá, obrigatoriamente, ser da mesma marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).

2.2.13. **Mouse**

2.2.13.1. Dois botões, ambidestro (simétrico), com tecnologia laser;

2.2.13.2. Com roda (wheel) para rolagem (scroll) de tela;

2.2.13.3. Conector USB padrão, sem uso de adaptadores;

2.2.13.4. Tecnologia laser ou ótico e resolução mínima de 3000 dpi;

2.2.13.5. O mouse deverá, obrigatoriamente, ser compatível com o da marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).

2.2.14. **Gabinete**

2.2.14.1. Torre (Tipo Workstation) devendo o mesmo ser desenvolvido para esse propósito. Deve possuir tratamento anticorrosivo;

2.2.14.2. Deve atender ao padrão Toolless permitindo assim, a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido SATA, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Serão aceitos equipamentos que disponham de parafusos de segurança opcionais para uso durante o manuseio e transporte, a fim de prevenir possíveis acidentes;

2.2.14.3. Deve possuir sistema de resfriamento auxiliar posicionado na parte frontal do gabinete de forma a garantir o fluxo de ar passante no mesmo, evitando assim problemas de aquecimento nos componentes internos do equipamento;

2.2.14.4. Possuir sistema de trava eletrônica do gabinete com sensor de detecção de intrusão para evitar acessos indevidos ou em substituição possuir sensor de intrusão acoplado ao gabinete sem uso de qualquer adaptação que alerte no caso de abertura do mesmo e entrada na parte traseira do gabinete Para colocação de

cadeado do tipo Kensington impossibilitando o acesso aos componentes internos, não será aceita qualquer tipo de adaptação ao gabinete original para atender a essa exigência como utilização de cadeados convencionais;

2.2.14.5. Deve possuir ainda etiqueta permanente com código de barras em material resistente ao desgaste por abrasão, onde conste a marca, o modelo, a configuração e o número de série do equipamento;

2.2.14.6. Deverão ser fornecidos todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos. Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136.

2.2.15. **Fonte**

2.2.15.1. Possuir chaveamento automático de tensão, potência mínima de 1000W, com PFC Ativo e eficiência energética de 91% comprovada pela certificação 80 PLUS. As referências a essa certificação, deve ser verificada no site http://www.plugloadsolutions.com/80PlusPowerSupplies.aspx;

2.2.15.2. A fonte de alimentação deve ter potência suficiente para suportar o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima, incluindo discos, memórias, placas de vídeo e outros componentes.

2.2.16. **Software**

2.2.16.1. O equipamento deverá ser fornecido com o Sistema Operacional Microsoft Windows 11 Professional x64, instalado e devidamente configurado;

2.2.16.2. Deverá ser fornecido um kit de recuperação em dispositivo USB, utilizável pelo computador, contendo os drivers e o sistema operacional, com sua respectiva licença de uso, ou a imagem do disco rígido com o sistema operacional e drivers já instalados. Deverá ser entregue uma unidade por equipamento com identificação externa do seu conteúdo e proteção contra gravação. Esta solicitação visa proteger o extravio ou o uso do disco USB para outros fins. Alternativamente, será aceita solução do fabricante que permita reinstalar o Sistema Operacional através da BIOS conectado à Internet, que funcione mesmo com o Sistema Operacional inoperante ou inacessível. Não será aceita solução de recuperação em partição no disco como forma de atendimento;

2.2.16.3. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar atualizações de drivers, firmwares e BIOS, permitindo a busca no site do fabricante ou em um repositório interno da rede;

2.2.16.4. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar a saúde do sistema, sugerindo atualizações do sistema operacional e ajustes para melhorias de performance.

2.2.17. **Certificados e Compatibilidades**

2.2.17.1. HCL Microsoft Windows 11X64 (https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware /lpl/) para a Workstation;

2.2.17.2. HCL Linux para uma dessas distribuições: Ubuntu, RedHat ou Suse;

2.2.17.3. O equipamento deverá constar na Lista de BIOS & Firmware Compatibility para a solução de rastreamento e segurança da Absolute Software no seguinte endereço: https://www.absolute.com/partners/device-compatibility/;

2.2.17.4. O equipamento deve possuir conformidade com padrões de compatibilidade eletromagnética, CISPR 22 /EN55022, IEC61000, emitida por laboratório nacional ou internacional;

2.2.17.5. O fabricante do equipamento ofertado deverá possuir a Certificação IBAMA referente a Qualidade Ambiental, em conformidade a Instrução Normativa IBAMA nº 6 de 15 de março de 2013 (Federal) http://www.ibama. gov.br/phocadownload/cp/2018/Ibama-IN-6-2013-compilada-IN112018.pdf;8.7. O fabricante deverá possuir a certificação ISO 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional;

2.2.17.6. A Workstation deve estar em conformidade com a norma EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) na categoria bronze ou superior. A comprovação deverá ser feita através do site https://epeat.net/search-computers-and-displays, com o modelo ofertado constando na lista da categoria “Computers and Displays”;

2.2.17.7. Deverá comprovar em proposta, obrigatoriamente, todos os itens e subitens desta especificação. A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará a desclassificação da proponente.

2.2.18. **Diversos**

2.2.18.1. O equipamento deverá possuir indicadores (LED, display ou Bips) para facilitar a identificação do componente (memória, processador, vídeo, etc.) que esteja com problema, para agilizar o reparo

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A crescente complexidade dos crimes informáticos, especialmente aqueles relacionados à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores previstos na Lei nº 9.613/98, tem demandado respostas rápidas e eficientes dos agentes da lei. O avanço das práticas criminosas, com o uso de redes e ferramentas digitais, gera impactos diretos e negativos na sociedade maranhense, contribuindo para a sensação de impunidade devido à continuidade de tais crimes;

3.2. O Ministério Público do Estado do Maranhão - MPMA, enquanto fiscal da lei, age em defesa da sociedade e da legalidade, tendo como dever constitucional adotar as medidas necessárias para combater as práticas ilícitas, inclusive quando a ação pode atingir o próprio poder público. A atuação, muita das vezes complexa, exige uma capacidade tecnológica que permita a coleta, processamento e análise de grande volume de dados, com alto grau de precisão, mantendo a segurança para salvaguarda dos vestígios obtidos judicialmente;

3.3. A pretensa aquisição de estações de trabalho avançadas, com poderio para processar grande volume de dados, atenderá a necessidade crescente por apoio técnico-científico durante as investigações conduzidas pelos membros do Ministério Público, descentralizando o serviço e consequentemente aumentando o corpo técnico nas análises, seja análise de quebras de sigilo telemático quanto das extrações dos vestígios apreendidos nas operações realizadas pela instituição ou pelos órgãos parceiros;

3.4. O uso de computadores com alto poder de processamento reduz significativamente o tempo necessário durante a indexação dos dados tornando o processo investigativo mais célere e eficiente, sem desconsiderar, durante os trabalhos, os princípios fundamentais da cadeia de custódia e da integridade dos dados, o que é indispensável para garantir a validade e confiabilidade das provas apresentadas em juízo;

3.5. Considerando que a contratação não se encontra na previsão do Plano Anual de Contratações de 2024 do LAB-LD, mas pode estar contemplada como uma das atividades priorizadas no FEMPE 2024;

3.6. O objetivo dessa ação é o aperfeiçoamento da infraestrutura e da segurança da tecnologia da informação, essencial para assegurar a continuidade dos serviços institucionais com a ampliação e modernização do parque tecnológico da Unidade de Tecnologia da Informação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro - LAB-LD, dos Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO, regionais de São Luís, Imperatriz e Timon, bem como da Seção de Sinais da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI, do MPMA;

3.7. Outra necessidade a ser suprida com a aquisição será atender a crescente demanda por ferramentas de Processamento de Linguagem Natural (PLN), ferramentas estas que suportem a aquisição, armazenamento, processamento, análise e geração de dados por Inteligência Artificial (IA), o que requer uma adequação tecnológica das estações de trabalho da Unidade de Tecnologia da Informação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro – LAB-LD/MPMA;

3.8. Os serviços de processamento e análise de dados, com o intermédio de ferramentas de IA, exigem computadores com altíssima capacidade de processamento, uma vez que os projetos de desenvolvimento em IA utilizam quantidades enormes de parâmetros, além da execução de cálculos sofisticados, que possam sustentar a execução e cumprimento dessas atividades, no tempo e nos custos ideais;

3.9. Considerando a depreciação natural decorrente do uso diário dos equipamentos utilizados hoje, bem como o fato de alguns destes equipamentos estarem obsoletos, tendo em vista os constantes avanços tecnológicos, a modernização tecnológica, principalmente no que diz respeito às estações de trabalhos avançados focadas em Inteligência Artificial, faz-se necessidade de que tais equipamentos possuam características particulares que permitam ingestão, processamento e inferências de dados para prover a construção de serviços em IA;

3.10. Como se pode perceber, verificou-se a necessidade de aquisição de estações avançadas de trabalhos com tecnologia apropriada para atingir o equilíbrio perfeito com desempenho em memória e recursos para executar workflows profissionais exigentes que pedem a nova era da Inteligência Artificial. É de suma importância salutar que tais estações oferecerão alto desempenho, performance elevada e uma arquitetura que favorece a utilização, desenvolvimento e prototipação de mecanismos de IA, onde destaca-se a presença de uma estrutura de múltiplas unidades computacionais de processamento de IA (GPUs), além de garantir a continuidade do desenvolvimento das ações do laboratório nos projetos que envolvam IA, com precisão e mais eficiência;

3.11. Considerando que se optou por adotar o **Sistema de Registro de Preços**, onde o quantitativo definido não significa, necessariamente, que serão adquiridos na sua totalidade, mas que é importante que se tenha esse

quantitativo para atendimento da demanda atual e reserva técnica, caso necessário, conforme disposto no(s) item(ns) do Art. 168, Inciso IV do Ato Regulamentar nº 10/2023, este *in verbis:*

"Art. 168. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:
...
IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração…"

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio:

4.1. Garantir a aquisição de equipamentos com a qualidade exigida.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Resolução nº. 283/2024-CNMP e outras legislações aplicáveis.

Requisitos Temporais

4.4. A Entrega dos objetos deverá ser efetivada no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data da assinatura do Contrato, com eficácia na publicação do seu extrato na imprensa oficial, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.5. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

4.6. Durante a execução do contrato, a contratada, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora, deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário da contratação, caso necessário, de acordo com a **Lei nº 12.305/2010 (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos)**.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.7. A garantia "ON-SITE" para todos os equipamentos, componentes e peças deverá ser prestada pelo período de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, a contar do recebimento definitivo dos equipamentos, sem nenhum custo adicional à PGJMA;

4.8. A garantia acima não trará prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante;

4.8.1.1. O licitante deverá descrever, em sua proposta, os termos da garantia adicional oferecida pelo fabricante, se houver;

4.8.1.2. A LICITANTE deverá apresentar junto à proposta, sob pena de desclassificação, **declaração de que é a responsável** pelos serviços de garantia e manutenção "*on-site"* ou indicando sua Rede de Assistência Técnica Autorizada;

4.8.1.3. Entende-se "Rede de Assistência Técnica Autorizada" como os parceiros ou representantes do fabricante das impressoras que serão responsáveis pelos serviços de garantia e manutenção "on site" quando a licitante apenas comercializa os produtos do fabricante. Ou seja, quando o equipamento necessita de manutenção durante o período de garantia, o fabricante enviará um técnico autorizado até a instalação da Contratante para realizar a manutenção;

4.8.1.4. A garantia e assistência técnica dos equipamentos deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento e possíveis falhas que possam surgir com o uso;

4.8.1.5. A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico via telefone, e-mail ou página web, sem ônus para a PGJMA, visando agilizar os chamados e atendimentos técnicos, e prestar a garantia, quando solicitada, no horário compreendido entre 08h00 (oito) e 18h00 (quinze) horas, de segunda a sexta-feira, excluídos os feriados, no LAB-LD / GAECO / CAEI;

4.8.1.6. Todos os drivers para os sistemas operacionais suportados devem estar disponíveis para download no web site do fornecedor do equipamento;
4.8.1.7. O atendimento aos chamados deve seguir um procedimento padrão, com o objetivo de realizar o diagnóstico remoto do defeito e/ou orientar a solução do problema por telefone. O atendimento de primeiro nível de garantia deve ser capaz de solucionar problemas por telefone no momento do contato. Caso o primeiro nível de atendimento do fabricante não solucione o problema, a CONTRATADA deverá disponibilizar um segundo nível de atendimento remoto;
4.8.1.8. Deverá ser ofertado uma solução de gerenciamento com console web que ofereça no mínimo as seguintes características:
4.8.1.8.1. Possuir interface personalizável permitindo o gerenciamento e inventário do hardware e com acesso a informações da garantia dos equipamentos;
4.8.1.8.2. Detecção antecipada de problemas e suporte proativo orientado por Inteligência Artificial, permitindo o monitoramento da saúde dos dispositivos, alerta a falhas de configuração, erros do SO Windows, e indicadores de segurança;
4.8.1.8.3. Contenha solução para a abertura e gerenciamento de chamados com a opção de configuração de chamados automáticos;
4.8.1.9. Possuir recurso disponibilizado via web, site do próprio fabricante, que permita verificar a garantia do equipamento exigida, através da inserção do seu número de série;
4.8.1.10. A validação da garantia junto ao fabricante será feita no momento da entrega do equipamento, com pena de não aceitação até sua regularização;
4.8.1.11. A garantia "ON-SITE" deverá observar os prazos estabelecidos neste Termo, contados a partir da data e hora do chamado, com tempo de resposta e solução indicados na proposta;
4.8.1.12. Para o atendimento, deve-se considerar que:
4.8.1.12.1. Entende-se por hora da solicitação para abertura de chamado a hora de envio do fac-símile, chat, e-mail ou da chamada telefônica;
4.8.1.12.2. Entende-se por início do atendimento o primeiro contato, que pode ser feito por telefone (para pré-diagnóstico) ou presencialmente, a partir da hora de chegada do técnico ao local onde está o equipamento;
4.8.1.13. O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis, contadas a partir da hora da solicitação;
4.8.1.14. O término do reparo do equipamento deverá ocorrer no prazo de 72 (setenta e duas) horas úteis, contado a partir do início do atendimento, ou de acordo com a particularidade de cada equipamento especificado no TERMO DE REFERÊNCIA;
4.8.1.15. Entende-se por término do reparo do equipamento a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado;
4.8.1.16. No caso da CONTRATADA não terminar o reparo do equipamento no prazo estabelecido, deverá substituir imediatamente o equipamento defeituoso por outro de sua propriedade, com características e capacidades iguais ou superiores ao substituído, em caráter provisório, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data da substituição;
4.8.1.17. Findo o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a substituição do equipamento será definitiva, a critério da PGJMA;
4.8.1.18. A CONTRATADA deverá substituir o equipamento já instalado por um novo, com características e capacidades iguais ou superiores ao que será substituído, no prazo de 10 (dez) dias úteis após ser notificada, nos seguintes casos:
4.8.1.18.1. Caso a soma dos tempos de paralisação do equipamento, por defeito de hardware, ultrapasse 80 (oitenta) horas úteis, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias;
4.8.1.19. Quando da solicitação da manutenção corretiva, por meio de telefone, chat, fac-símile ou e-mail, a PGJMA, através do LAB-LD / GAECO / CAEI, fornecerá à CONTRATADA, para fins de abertura de chamado técnico, obrigatoriamente as seguintes informações:
4.8.1.19.1. Código de fabricação ou número de série do equipamento;
4.8.1.19.2. Local onde a assistência técnica deverá ser prestada (no LAB-LD / GAECO / CAEI);
4.8.1.19.3. Anormalidade observada;
4.8.1.19.4. Nome do responsável pela solicitação;

4.8.1.19.5. Número do telefone para contato;
4.8.1.20. Somente os técnicos da CONTRATADA, ou pessoas a quem a CONTRATADA autorizar por escrito, poderão executar os serviços de manutenção corretiva "ON-SITE";
4.8.1.21. Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências do PGJMA;
4.8.1.22. Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;
4.8.1.23. Fica ressalvado à CONTRATADA o direito de adotar medidas de segurança que entender necessárias a fim de evitar que pessoas não autorizadas executem os serviços de manutenção, exceto lacres;
4.8.1.24. Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, Relatório de Serviço Técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição do equipamento, número de série/patrimônio do equipamento atendido, localização do equipamento, descrição do problema relatado pela PGJMA, descrição do problema realmente encontrado com a indicação clara da troca ou não de peças, lista das peças ou componentes que foram substituídos, solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da PGJMA;
4.8.1.24.1. A CONTRATADA deverá deixar cópia do relatório com Servidor da PGJMA responsável pelo acompanhamento do atendimento técnico;
4.8.1.25. A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema;
4.8.1.26. As peças e componentes substituídos deverão possuir configuração idêntica ou superior às originais (tipo, capacidade, configuração, desempenho, situação/condição física, estado de conservação, etc.) e devem ser do FABRICANTE do equipamento ou atestadas pelo FABRICANTE do equipamento;
4.8.1.27. As peças e componentes em substituição, instaladas pela CONTRATADA, serão incorporadas aos equipamentos, passando a ser de propriedade do PGJMA;
4.8.1.28. A CONTRATANTE possui corpo técnico plenamente capacitado e habilitado, e estará a todo tempo, autorizada a abrir o gabinete do equipamento para a realização de diagnósticos iniciais que julgar necessário, bem como adição ou substituição de componentes e acessórios para a dilatação da capacidade do equipamento, sem perda de garantia;
4.8.1.29. Desde já, para os casos que se mostrarem necessários e objetivando a não parada do serviço, a CONTRATANTE está autorizada a realizar a substituição dos discos rígidos exclusivamente entre as máquinas entregues, garantindo que no caso de algum dano de hardware que não implique a perda do acesso aos dados do disco rígido, o trabalho do usuário possa prosseguir em outro computador da mesma marca e modelo, com a simples troca do HD;
4.8.1.30. Em caso de defeito irreparável no disco rígido, ou outro defeito qualquer que implique a substituição integral e definitiva do mesmo:
4.8.1.30.1. O disco rígido usado deverá ficar retido na Instituição a fim de resguardá-la de vazamento e informações, não sendo devolvido em hipótese alguma;
4.8.1.30.2. Em hipótese alguma o disco rígido poderá ser retirado das instalações da CONTRATANTE a fim de preservar a segurança dos dados armazenados;
4.8.1.30.3. Caso a CONTRATADA deseje analisar o produto defeituoso antes de realizar a sua substituição definitiva no caso de defeito, ela terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da abertura do chamado para se dirigir à sede do CONTRATANTE para realizar testes, acompanhada de profissional do CONTRATANTE;
4.8.1.30.4. Em hipótese alguma a CONTRATADA poderá copiar, ler, se apossar ou conhecer os dados armazenados nos dispositivos, sem a presença de profissional integrante do LAB-LD / GAECO / CAEI.

Requisitos de Experiência Profissional

4.9. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente a contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.10. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente a contratação.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.11. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:
4.12. Orientar e exigir de seus profissionais:
4.12.1. Preservar a integridade e guardar sigilo das informações de que fazem uso, bem como zelar e proteger os respectivos recursos processamento de informações;
4.12.2. Cumprir a política de segurança da informação, sob pena de incorrer nas sanções legais cabíveis;
4.13. Não compartilhar, sob qualquer forma, informações sigilosas com outros que não tenham necessidade de conhecer.
4.14. Responsabilizar-se pelo credenciamento e descredenciamento de acesso de técnicos às dependências da CONTRATANTE, assumindo quaisquer prejuízos porventura causados por seus recursos técnicos.
Sustentabilidade
4.15. Durante a execução do contrato, a contratada, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora, deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte do lixo tecnológico originário da contratação, caso necessário, de acordo com a **Lei nº 12.305/2010** (Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos).
Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)
4.16. Na presente contratação não haverá indicação de marca.
Da verificação de amostra do objeto
4.17. De acordo com o art. 17, §3º, da Lei nº 14.133/2021, para fins de análise técnica, **PODERÁ SER** solicitada amostra dos itens ao(s) licitante(s) detentor(es) do menor preço e, se necessário, à subsequente, observada à sequência de classificação;
4.18. A(s) amostra(s) solicitada(s) deverá(ão) ser RECEBIDA(S) em até 10 (dez) **dias úteis,** contados da convocação do licitante em chat do C*omprasnet*, por parte do Pregoeiro da Procuradoria-Geral de Justiça, das **08:00h às 15:00h**, no LAB-LD, situado no prédio sede da PGJMA, 3º andar, Avenida Professor Carlos Cunha, 3261, Jaracaty, São Luís/MA, CEP: 65.076-820, telefone: (98) 3219-1773, sob pena de desclassificação;
4.19. A amostra deverá estar devidamente lacrada e identificada com o número do Pregão, o CNPJ e a Razão Social da licitante, o grupo e o item a que se referem, além de dispor na embalagem informações quanto às suas características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto, marca, procedência, número de referência, código do produto e modelo, sendo que o ônus quanto a essa apresentação será da licitante;
4.20. Os materiais de origem estrangeira deverão apresentar na embalagem informações em língua portuguesa, suficientes para análise técnica do produto;
4.21. Caso a amostra da empresa vencedora não atenda ao solicitado, serão chamadas as demais para apresentarem amostras em ordem de classificação;
4.22. Será permitido aos licitantes acompanhar a análise das amostras pelo departamento competente;
4.23. Os produtos apresentados como amostra poderão ser abertos, manuseados, desmontados, ficando à disposição da(s) proponentes(s) no estado em que se encontrarem ao final da avaliação técnica. Portanto, a amostra não será computada para efeito de quantidade;
4.24. A amostra poderá ser retirada após o recebimento dos materiais adquiridos. A empresa fornecedora terá até 30 (trinta) dias após a entrega para realizar a retirada da amostra, decorrido este prazo será incorporada ao estoque do almoxarifado;
4.25. O mesmo prazo de retirada 30 (trinta) dias será dado para a empresa cuja amostra não atenda ao solicitado, sob pena de lhe ser dada outra destinação, a critério da PGJMA.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. **São obrigações da CONTRATANTE:**
5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;
5.1.3. Proceder às advertências, multas e demais comunicações legais pelo descumprimento do Contrato firmado;

5.1.4. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.5. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas ao fornecimento da solução de TIC;

5.2. Verificar a regularidade da situação fiscal da CONTRATADA e dos recolhimentos sociais trabalhistas sob sua responsabilidade antes de efetuar os pagamentos devidos;

5.3. Promover a fiscalização e conferência dos fornecimentos executados pela CONTRATADA e atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução total, fiel e correta dos fornecimentos, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues fora das especificações deste Termo de Referência;

5.4. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

5.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

5.6. Observar para que, durante toda a vigência da contratação, seja mantida a compatibilidade com as obrigações assumidas e as condições de habilitações exigidas;

5.7. Notificar, por escrito, a CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do conserto, fixando prazo para sua correção;

5.8. Atestar a Nota Fiscal/Fatura após a efetiva entrega do equipamento objeto deste Termo de Referência;

5.8.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA em observância à forma estipulada pela Administração.

5.9. **São obrigações do CONTRATADO:**

5.9.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.9.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.9.3. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.9.4. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.9.5. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.9.6. Emitir Relatório de Serviços, depois de concluído o conserto do equipamento, onde constem informações referentes às substituições de peças, número do chamado, data e hora do chamado, hora do início e do término do atendimento;

5.10. Comunicar ao Gestor do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade, bem como atender prontamente o que lhe for solicitado ou exigido;

5.11. Não transferir a outrem o objeto contratado;

5.12. Manter, durante toda a contratação, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

5.13. Responsabilizar-se pelo credenciamento e descredenciamento de acesso de técnicos às dependências da CONTRATANTE, assumindo quaisquer prejuízos porventura causados por seus recursos técnicos;

5.14. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do serviço, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

5.15. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento, desde o transporte, embalagens, como também encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários de seus empregados;

5.16. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere à Administração da CONTRATANTE a responsabilidade de pagamento, nem pode onerar o objeto deste Termo de Referência, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE;

5.17. Assumir a responsabilidade por todos os prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações judiciais que a CONTRATANTE for compelida a responder por força desta contratação;

5.18. Responsabilizar-se integralmente pela segurança de seus veículos e equipamentos, movimentação de pessoal e material, assumindo a responsabilidade por qualquer acidente com seu pessoal, e ou provocado por estes a terceiros, durante os trabalhos de conserto;
5.19. Emitir **Nota Fiscal/Fatura** no valor pactuado e condições estabelecidas, apresentando-a a CONTRATANTE para ateste e pagamento;
5.20. Comunicar imediatamente à Contratante, a eventual alteração no endereço de sua sede, telefone de contato e e-mail;
5.21. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Termo de Referência em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
5.22. Orientar e exigir de seus profissionais:
5.22.1. Preservar a integridade e guardar sigilo das informações de que fazem uso, bem como zelar e proteger os respectivos recursos processamento de informações;
5.22.2. Cumprir a política de segurança da informação, sob pena de incorrer nas sanções legais cabíveis;
5.22.3. Não compartilhar, sob qualquer forma, informações sigilosas com outros que não tenham necessidade de conhecer;
5.22.4. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

6.1. O prazo para entrega dos equipamentos será de, no máximo, **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir da data da assinatura do Contrato, com eficácia na publicação do seu extrato na imprensa oficial;
6.2. Os itens deverão ser entregues no Almoxarifado Central da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Galpão 19, no endereço Av. Governador Luís Rocha (Antiga Estrada da Vitória), 2409, CEP 65.035-270 – Bairro da LIBERDADE - SÃO LUIS/MA (PROX. AO HOSPITAL SARAH) telefone: (98) 3219-1660, no horário das 08:00 às 15:00 horas;
6.2.1. Link para localização: https://maps.app.goo.gl/3qkShH2APToytRCt5;
6.3. O fornecimento será feito de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, devendo os mesmos serem novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e entregues acondicionados, adequadamente, em caixas lacradas, de forma a permitir completa segurança durante o transporte;
6.4. Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado para os seguintes endereços de e-mail: francisco.orino@mpma.mp.br , fones: (98) 3219-1626;
6.5. Serão injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do CONTRATANTE;
6.6. O transporte dos itens até o local determinado pela PGJMA, conforme item 6.2 deste TERMO DE REFERÊNCIA, deverá ser realizado pela CONTRATADA. A entrega deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sob o risco de não ser autorizada;
6.7. Incluídos nos preços unitários estão todos os impostos, taxas, fretes e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, os quais serão de responsabilidade da CONTRATADA.

Formas de transferência de conhecimento

6.8. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Mecanismos formais de comunicação

6.9. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:
6.9.1. Linha telefônica local ou do tipo 0800;
6.9.2. Página web;
6.9.3. E-mails.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

7.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

7.5. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

7.5.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

7.5.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

7.5.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.5.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.5.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.6. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.6.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

7.7. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.8. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.10. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.11. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Critérios de Aceitação

7.14. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.15. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life);

7.16. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade;

7.17. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil;

7.18. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.19. Os procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo encontram-se no item **Requisitos de Metodologia de Trabalho**.

Sanções Administrativas

7.20. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

7.20.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

7.20.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.20.3. Der causa à inexecução total do contrato;

7.20.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

7.20.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

7.20.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

7.20.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

7.20.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.21. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.21.1. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.21.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 7.20.2, 7.20.3 e 7.20.4 deste Termo de Referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.21.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 7.20.5, 7.20.6, 7.20.7 e 7.20.8 deste Termo de Referência, bem como nos itens 7.20.2, 7.20.3 e 7.20.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.21.4. **Multa:**

7.21.4.1. **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

7.21.4.2. **Compensatória** de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

7.21.4.3. **Em caso de inexecução parcial**, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

7.22. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.23. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.23.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.23.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.23.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.24. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

7.25. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

7.25.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

7.25.2. As peculiaridades do caso concreto;

7.25.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.25.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

7.25.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.26. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

7.27. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.28. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

7.29. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

7.30. Os débitos do contratado para com a Procuradoria-Geral de Justiça, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. O recebimento será feito nos termos do **art. 140 da Lei n° 14.133/2021**;

8.1.1. **Provisoriamente**, no ato da entrega do(s) produto(s), para posterior verificação da conformidade com as especificações e amostras aprovadas pela FISCALIZAÇÃO;

8.1.1.1. Será assinado o Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório pelas partes em até 15 (quinze) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da formalização, por parte da CONTRATADA, comunicando a finalização da entrega dos equipamentos no local determinado;

8.1.1.2. Serão executados testes de funcionamento para verificar o atendimento ao estabelecido nas especificações técnicas mínimas exigidas e as especificações em que a contratada pontuou para fins de qualificação de sua proposta;

8.1.1.3. Se for constatada desconformidade do(s) produto(s) apresentado(s) em relação às especificações do(s) objeto(s) ou à(s) amostra(s) aprovada(s) pela FISCALIZAÇÃO, o CONTRATADO deve efetuar a troca do(s) produto(s), no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem ônus para a CONTRATANTE, a contar do recebimento da solicitação;

8.1.1.4. Neste caso, o recebimento dos produtos livre dos vícios que deram causa a sua troca será considerado **recebimento provisório**, ensejando nova contagem de prazo para o recebimento definitivo.

8.1.1.5. O Termo Circunstanciado de Recebimento Provisório será certificado pelo fiscal do contrato indicado pela CONTRATANTE, conforme art. 7º, do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ;

8.1.2. **Definitivamente**, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação de que o material adquirido encontra-se em perfeitas condições de utilização e atende às especificações do objeto contratado **e consequente aceitação mediante termo circunstanciado de recebimento**, considerando os seguintes itens conforme cada caso:

8.1.2.1. Condição da embalagem dos produtos, que deve estar em perfeito estado e não violada e que ofereça proteção ao calor e à umidade;

8.1.2.2. Confrontação entre a marca cotada na licitação e o produto entregue;

8.1.2.3. O Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo será certificado pelo gestor e pelo fiscal do contrato indicado pela CONTRATANTE, conforme art. 7º, do Ato Regulamentar nº 08/2015;

8.2. Os objetos a serem fornecidos serão considerados aceitos somente após o recebimento e análise, depois de desembalados e conferidos pela CONTRATANTE, atendidos as especificações exigidas neste Termo de Referência;

8.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

Liquidação

8.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.7.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.8. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.8.1. O prazo de validade;

8.8.2. A data da emissão;

8.8.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

8.8.4. O período respectivo de execução do contrato;
8.8.5. O valor a pagar; e
8.8.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
8.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
8.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
8.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
8.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
8.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
8.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Pagamento

8.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior;
8.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária;
8.18. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias, conforme o § único do art. 25 do Ato Regulamentar nº 10/2023-GPGJ;
8.19. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado;
8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
8.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O critério de julgamento a ser adotado será de Menor Preço por Grupo, por conta da necessidade de garantir total integração e compatibilidade entre os itens especificados, de modo a não prejudicar a eficácia da Contratação.

Exigências de habilitação

9.2. Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão), emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido os bens compatíveis e pertinentes com o objeto desta licitação, contendo nome, RG e telefone do declarante para mais informações.

10. REAJUSTE DO CONTRATO

10.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado (data da pesquisa de mercado), em 11/11/2024.

10.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, exclusivamente, para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10.9. Caso a CONTRATADA não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

10.10. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

11. LEVANTAMENTO DAS DIFERENTES SOLUÇÕES DE MERCADO

11.1. Com relação ao Procedimento Público de Intenção para Registro de Preços, a PGJMA será única contratante, logo, é dispensável o procedimento previsto no Art 86, §1º da Lei n° 14.133/2021. Dispensamos o procedimento também devido à necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório e ainda devido ao nosso modelo de objeto ser específico pras necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça;

11.2. Parâmetro de Pesquisa dos itens 1 e 2 – pesquisa direta com fornecedores, pelo motivo de não haver propostas compatíveis com a especificação requerida, tanto no Portal de Compras do Governo Federal quanto nos sites especializados (conforme § 1º, IV, Art 23 da Lei 14.133/2021 e Art 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021);

11.3. Metodologia para obtenção do Valor Unitário – MEDIANA (item 1) e MÉDIA (item 2) – (conforme Art 23, § 1º, I, da Lei nº 14.133/2021 e conforme Art 174, I, do Ato Reg nº 10/2023 – GPGJ);

11.4. Estão sendo utilizados modelos-padrão de documentos constantes do Processo Licitatório (conforme art. 19, IV e §2º, da Lei nº 14.133/2021);

11.5. Quanto ao Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras e Serviços (art. 17, II e §2º do AR 10/2023-GPGJ; art. 19, II e §2 da Lei nº 14.133/2021), até o momento da elaboração documental deste processo a Diretoria-Geral da PGJMA ainda não havia disponibilizado Catálogo;

11.6. Com relação ao Procedimento Público de Intenção para Registro de Preços, a PGJMA será única contratante, logo, é dispensável o procedimento previsto no Art 86, §1º da Lei n° 14.133/2021. Dispensamos o procedimento também devido à necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório e ainda devido ao nosso modelo de objeto ser específico pras necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação é de **R$ 1.125.658,66 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

GRUPO 01						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QTDE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	WORKSTATION TIPO I	460038	Unid	16	56.435,72*	902.971,52
2	WORKSTATION TIPO II	606229	Unid	2	118.600,00**	222.687,14
Valor médio total						**1.125.658,66**

13. RESPONSÁVEIS

Equipe de Planejamento da Contratação		
Integrante Requisitante	**Integrante Técnico**	**Integrante Administrativo**
Bruno Emanuel Setubal Learte _____ Matrícula: 1075611	Ronald Silva Pereira _____ Matrícula: 1062298	Francisco Orino do Amaral Neto _____ Matrícula: 1070519
	Coordenador do GAECO	
	Luiz Muniz Rocha Filho _____ Matrícula: 656280	

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

TERMO DE REFERÊNCIA DEVIDAMENTE ASSINADO

Estudo Técnico Preliminar 38/2024

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

1. 1. A crescente complexidade dos crimes informáticos, especialmente aqueles relacionados à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores previstos na Lei nº 9.613/98, tem demandado respostas rápidas e eficientes dos agentes da lei. O avanço das práticas criminosas, com o uso de redes e ferramentas digitais, gera impactos diretos e negativos na sociedade maranhense, contribuindo para a sensação de impunidade devido à continuidade de tais crimes;

   2. O Ministério Público do Estado do Maranhão - MPMA, enquanto fiscal da lei, age em defesa da sociedade e da legalidade, tendo como dever constitucional adotar as medidas necessárias para combater as práticas ilícitas, inclusive quando a ação pode atingir o próprio poder público. A atuação, muita das vezes complexa, exige uma capacidade tecnológica que permita a coleta, processamento e análise de grande volume de dados, com alto grau de precisão, mantendo a segurança para salvaguarda dos vestígios obtidos judicialmente;

   3. A pretensa aquisição de estações de trabalho avançadas, com poderio para processar grande volume de dados, atenderá a necessidade crescente por apoio técnico-científico durante as investigações conduzidas pelos membros do Ministério Público, descentralizando o serviço e consequentemente aumentando o corpo técnico nas análises, seja análise de quebras de sigilo telemático quanto das extrações dos vestígios apreendidos nas operações realizadas pela instituição ou pelos órgãos parceiros;

   4. O uso de computadores com alto poder de processamento reduz significativamente o tempo necessário durante a indexação dos dados tornando o processo investigativo mais célere e eficiente, sem desconsiderar, durante os trabalhos, os princípios fundamentais da cadeia de custódia e da integridade dos dados, o que é indispensável para garantir a validade e confiabilidade das provas apresentadas em juízo;

   5. Considerando que a contratação não se encontra na previsão do Plano Anual de Contratações de 2024 do LAB-LD, mas pode estar contemplada como uma das atividades priorizadas no FEMPE 2024;

   6. O objetivo dessa ação é o aperfeiçoamento da infraestrutura e da segurança da tecnologia da informação, essencial para assegurar a continuidade dos serviços institucionais com a ampliação e modernização do parque tecnológico da Unidade de Tecnologia da Informação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro - LAB-LD, dos Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO, regionais de São Luís, Imperatriz e Timon, bem como da Seção de Sinais da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI, do MPMA;

   7. Outra necessidade a ser suprida com a aquisição será atender a crescente demanda por ferramentas de Processamento de Linguagem Natural (PLN), ferramentas estas que suportem a aquisição, armazenamento, processamento, análise e geração de dados por Inteligência Artificial (IA), o que requer uma adequação tecnológica das estações de trabalho da Unidade de Tecnologia da Informação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro – LAB-LD/MPMA;

8. Os serviços de processamento e análise de dados, com o intermédio de ferramentas de IA, exigem computadores com altíssima capacidade de processamento, uma vez que os projetos de desenvolvimento em IA utilizam quantidades enormes de parâmetros, além da execução de cálculos sofisticados, que possam sustentar a execução e cumprimento dessas atividades, no tempo e nos custos ideais;

9. Considerando a depreciação natural decorrente do uso diário dos equipamentos utilizados hoje, bem como o fato de alguns destes equipamentos estarem obsoletos, tendo em vista os constantes avanços tecnológicos, a modernização tecnológica, principalmente no que diz respeito às estações de trabalhos avançados focadas em Inteligência Artificial, faz-se necessidade de que tais equipamentos possuam características particulares que permitam ingestão, processamento e inferências de dados para prover a construção de serviços em IA;

10. Como se pode perceber, verificou-se a necessidade de aquisição de estações avançadas de trabalhos com tecnologia apropriada para atingir o equilíbrio perfeito com desempenho em memória e recursos para executar workflows profissionais exigentes que pedem a nova era da Inteligência Artificial. É de suma importância salutar que tais estações oferecerão alto desempenho, performance elevada e uma arquitetura que favorece a utilização, desenvolvimento e prototipação de mecanismos de IA, onde destaca-se a presença de uma estrutura de múltiplas unidades computacionais de processamento de IA (GPUs), além de garantir a continuidade do desenvolvimento das ações do laboratório nos projetos que envolvam IA, com precisão e mais eficiência;

11. Considerando que se optou por adotar o **Sistema de Registro de Preços**, onde o quantitativo definido não significa, necessariamente, que serão adquiridos na sua totalidade, mas que é importante que se tenha esse quantitativo para atendimento da demanda atual e reserva técnica, caso necessário, conforme disposto no(s) item(ns) do Art. 168, Inciso IV do Ato Regulamentar nº 10/2023, este *in verbis:*

"Art. 168. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

...

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração…"

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
LAB-LD	BRUNO EMANUEL SETUBAL LEARTE

4. Necessidades de Negócio

1. Garantir a aquisição de equipamentos com a qualidade exigida.

5. Necessidades Tecnológicas

Dispor de equipamentos avançados para agilizar processos

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

DEVIDO A NECESSIDADE DE EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS E DE ALTO NÍVEL, ESCOLHEMOS A SOLUÇÃO EM TELA

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
1	WORKSTATION TIPO I	460038	Unid	16
2	WORKSTATION TIPO II	606229	Unid	2

8. Levantamento de soluções

Pesquisa direta com fornecedores, pelo motivo de não haver propostas compatíveis com a especificação requerida, tanto no Portal de Compras do Governo Federal quanto nos sites especializados (conforme § 1º, IV, Art 23 da Lei 14.133/2021 e Art 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021)

9. Análise comparativa de soluções

Não há soluções a serem comparadas

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

Não há

11. Análise comparativa de custos (TCO)

Não há

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

1. **WORKSTATION TIPO I**
    1. **Processador**
        1. Processador com 24 (vinte e quatro) núcleos físicos reais e 32 (trinta e dois) threads, arquitetura x86, mínimo de 36MB de Cache total;
        2. Frequência de operação mínima por núcleo de 2.4 GHz, sendo considerado para efeito de comprovação desta os valores alcançados no modo nativo da CPU;

3. O processador deverá suportar execução de sistema operacional e outros aplicativos tanto de 32 bits quanto de 64bits;

4. Processador com performance, mínima, de 60.000 (sessenta mil) pontos, no Performance teste do Passmark@Software:O desempenho será comprovado por intermédio de resultados de BenchMark, disponíveis em: http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php será aceito variações de até 5% na pontuação do processador ofertado;

5. É obrigatório informar na proposta o modelo do processador ofertado para fins de conferência.

2. **Placa Mãe**

1. Projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado, ou desenvolvida especialmente para o modelo em regime de OEM com a devida comprovação. Não sendo, portanto, aceitas placas genéricas destinadas ao mercado comum.

3. **Chipset**

1. Possuir chip de segurança TPM 2.0 ou superior integrado a mesma, acompanhado do software capaz de implementar as principais funcionalidades do mesmo e demais, conforme descrito a seguir: Deverá ser obrigatoriamente no idioma Português Brasil e do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM devidamente comprovado; quando em regime de OEM, deverá obrigatoriamente ser fornecido suporte e todas as atualizações, inclusive de versões durante o período de garantia do equipamento;

2. Deverá ser capaz de habilitar as principais funcionalidades básicas de segurança oferecidas pelo referido chip TPM na versão 2.0 ou superior, sendo as seguintes:

    1. Deverá possuir módulo que credencie o usuário a fazer logon no equipamento pelo método padrão ou através de impressão digital se utilizando soluções externas de leitor biométrico conectado à porta USB, permitindo assim que seja utilizada senha convencional ou o leitor para acessar o sistema operacional;

3. Deverá através do software de segurança gerenciar as permissões dos usuários que utilizam o equipamento permitindo gerar configurações individuais ou por grupo para acesso a recursos de como, por exemplo:

    1. Permitir ou bloquear acesso às portas USB;

    2. Permitir ou bloquear acesso aos periféricos de conexão com o ambiente externo “Placa de Rede, Modem, Bluetooth, DVD+/-RW, etc.”;

    3. Deverá possuir módulo para configurar a segurança e a proteção dos dados gerando uma área para armazenamento de arquivos particulares dos usuários, sendo essa área protegida por criptografia utilizando o chip TPM 1.2. Esse módulo visa garantir que não será possível o acesso indevido aos dados protegidos, mesmo em caso de remoção do disco rígido para outro equipamento uma vez que o acesso aos mesmos está vinculado às credenciais dos usuários e ao chip TPM do respectivo equipamento;

    4. O licenciamento do software deve contemplar suporte, atualização e garantia de evolução pelo período igual à garantia do equipamento ofertado sem qualquer custo adicional.

4. **BIOS**

1. Desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org);
2. A compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site http://www.uefi.org/members, na categoria membros;
3. BIOS deverá ser implementada em memória "flash", atualizável diretamente pelo Windows, projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou ter direitos (Copyright) sobre essa BIOS, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizações;
4. Deverá suportar tecnologias de integração à rede com PXE, configuração e controle remoto;
5. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede;
6. Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 3.0 e Plug-and-Play;
7. Deverá possuir campo com número de série do equipamento, podendo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;
8. Deverá possuir campo editável, com recurso para registro de informações como, por exemplo, o número do patrimônio do equipamento podendo o mesmo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;
9. Possibilidade de habilitar /desabilitar portas USB;
10. O BIOS deve possuir ferramenta de diagnóstico com capacidade de executar teste de processador, memória RAM, saúde dodisco rígido ou SSD, interface de rede, interface gráfica e portas USB. A mensagem de erro deverá ser o suficiente para abertura de chamado em Garantia;
11. Relógio de calendário em bateria não volátil;
12. Deverá possuir a interface de configuração em idioma em Português ou Inglês;
13. Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco rígido;
14. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante;
15. Lançada a partir de 2022 e entregue na versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;
16. Deverá possuir interface gráfica acessível através de teclado e mouse;
17. Deverá possuir solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento em definitivo, tais como HDD, SSD e SSHD, em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela BIOS;
18. Deverá possuir ferramenta que possibilite realizar a formatação definitiva dos dispositivos de armazenamento conectados ao equipamento. Caso esta ferramenta não seja nativa, deverá ser oficialmente homologada pelo fabricante do dispositivo.

5. **Interfaces**

1. No mínimo 01 (um) slot PCIe Gen5 x16, 01 (um) Slots PCIe Gen4 x4, 01 (um) slot PCIe Gen3 x4 e 03 (três) slots M.2 para SSDs;
2. 01 (uma) Controladora de unidade de disco rígido tipo SATA ou SAS de 6.0 Gb/s, devendo suportar implementação dos níveis de Raid 0/1/5;

3. Possuir no mínimo 10 (dez) Portas USB, sendo pelo menos 06 (seis) delas USB 3.2 SuperSpeed (10Gbps);
4. Deverá possuir no mínimo 4 (quatro) portas USB na parte frontal do gabinete, sendo pelo menos 01 (uma) do tipo USB-C;
5. Possuir mínimo de 4 (quatro) Slots de memória suportando expansão mínima a 128GB com ECC.

6. **Memória**
    1. No mínimo, 128GB (4X32GB), DDR5-3600MHz com ECC, em dual channel;
    2. Permitir expansão mínima de até 128 GB.
7. **Armazenamento**
    1. Deverá ser fornecido 01 (um) disco SSD de 1TB PCIe NVMe M.2, 01 (um) disco SSD de 2TB PCIe NVMe e 03 (três) HDD com capacidade de 4TB SATA-III 6.0 Gb/s 5.400 RPM, com suporte a tecnologia SMART para detecção de pré-falhas. (Discos defeituosos serão substituídos por novos, sendo que o disco antigo deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações).
8. **Vídeo**
    1. Placa Off-board PCI Express de 128 bits com GPU Ativo, mínimo de 2800 (dois mil e oitocentos) processadores CUDAOu equivalente devidamente comprovado, memória dedicada mínima 16GB GDDR6 ou superior;
    2. Suporte mínimo as APIs ao DirectX 12, OpenGL 4.6, OpenCL 3.0, DirectCompute;
    3. Deve possuir no mínimo 04 (quatro) interfaces digitais, display port ou mini display port. As interfaces mini Display Port, devem ser fornecida com adaptadores para DisplayPort.
9. **Controladora de Rede**
    1. Integrada para comunicação a 10/100/1000 Mbps, padrão Ethernet, FastEthernet e Gigabit Ethernet, plug-and-play, totalmente configurável por software;
    2. Permitir comunicação no modo full-duplex;
    3. Possuir conexão RJ-45 fêmea;
    4. Possuir LED indicador de atividade de rede;
    5. Possuir suporte a WakeUp on LAN;
    6. Possuir suporte a PXE 2.1;
    7. Suportar gerenciamento através do protocolo SNMP.
10. **Placa de Rede WiFi**
    1. Controladora de rede sem fio integrada ao equipamento, não sendo aceitos adaptadores externos;
    2. Suporte para os padrões IEEE 802.11ax 6GHz;
    3. Suporte a WPA/WPA-PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit;
    4. Possuir certificação ANATEL.

11. **Áudio**

    1. Controladora de áudio de alta-definição integrada;
    2. Possuir alto-falante interno integrado ao gabinete;
    3. O alto-falante interno deve possuir a capacidade de reproduzir os sons gerados pelo sistema operacional e alarmes gerados por problemas de inicialização;
    4. O alto-falante deve se desligar automaticamente, sem a necessidade de qualquer intervenção do usuário, quando forem conectados fones de ouvido ou caixas de som externas;
    5. Deve possuir 1 (um) conector para saída de som (fone de ouvido) e outro para entrada (microfone) ou conector combo, localizados na parte frontal do equipamento.

12. **Teclado**

    1. Teclado com no mínimo 104 teclas (AT Enhanced), padrão ABNT II;
    2. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT II;
    3. Possuir ajuste de inclinação;
    4. LED indicador de teclado numérico habilitado;
    5. LED indicador de tecla CAPS LOCK pressionada;
    6. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;
    7. Possuir bloco numérico separado das demais teclas;
    8. Possuir doze teclas de função (F1-F12) na posição superior do teclado;
    9. O teclado deverá, obrigatoriamente, ser da mesma marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).

13. **Mouse**

    1. Dois botões, ambidestro (simétrico), com tecnologia laser;
    2. Com roda (wheel) para rolagem (scroll) de tela;
    3. Conector USB padrão, sem uso de adaptadores;
    4. Tecnologia laser ou ótico e resolução mínima de 3000 dpi;
    5. O mouse deverá, obrigatoriamente, ser compatível com o da marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).

14. **Gabinete**

    1. Torre (Tipo Workstation) devendo o mesmo ser desenvolvido para esse propósito. Deve possuir tratamento anticorrosivo;
    2. Deve atender ao padrão Toolless permitindo assim, a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido SATA, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Serão aceitos equipamentos que disponham de parafusos de segurança opcionais para uso durante o manuseio e transporte, a fim de prevenir possíveis acidentes;

3. Deve possuir sistema de resfriamento auxiliar posicionado na parte frontal do gabinete de forma a garantir o fluxo de ar passante no mesmo, evitando assim problemas de aquecimento nos componentes internos do equipamento;

4. Possuir sistema de trava eletrônica do gabinete com sensor de detecção de intrusão para evitar acessos indevidos ou em substituição possuir sensor de intrusão acoplado ao gabinete sem uso de qualquer adaptação que alerte no caso de abertura do mesmo e entrada na parte traseira do gabinete Para colocação de cadeado do tipo Kensington impossibilitando o acesso aos componentes internos, não será aceita qualquer tipo de adaptação ao gabinete original para atender a essa exigência como utilização de cadeados convencionais;

5. Deve possuir ainda etiqueta permanente com código de barras em material resistente ao desgaste por abrasão, onde conste a marca, o modelo, a configuração e o número de série do equipamento;

6. Deverão ser fornecidos todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos. Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136.

15. **Fonte**

1. Possuir chaveamento automático de tensão, potência mínima de 500W, com PFC Ativo e eficiência energética de 91% comprovada pela certificação 80 PLUS. As referências a essa certificação, deve ser verificada no site http://www.plugloadsolutions.com/80PlusPowerSupplies.aspx;

2. A fonte de alimentação deve ter potência suficiente para suportar o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima, incluindo discos, memórias, placas de vídeo e outros componentes.

16. **Software**

1. O equipamento deverá ser fornecido com o Sistema Operacional Microsoft Windows 11 Professional x64, instalado e devidamente configurado;

2. Deverá ser fornecido um kit de recuperação em dispositivo USB, utilizável pelo computador, contendo os drivers e o sistema operacional, com sua respectiva licença de uso, ou a imagem do disco rígido com o sistema operacional e drivers já instalados. Deverá ser entregue uma unidade por equipamento com identificação externa do seu conteúdo e proteção contra gravação. Esta solicitação visa proteger o extravio ou o uso do disco USB para outros fins. Alternativamente, será aceita solução do fabricante que permita reinstalar o Sistema Operacional através da BIOS conectado à Internet, que funcione mesmo com o Sistema Operacional inoperante ou inacessível. Não será aceita solução de recuperação em partição no disco como forma de atendimento;

3. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar atualizações de drivers, firmwares e BIOS, permitindo a busca no site do fabricante ou em um repositório interno da rede;

4. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar a saúde do sistema, sugerindo atualizações do sistema operacional e ajustes para melhorias de performance.

17. **Certificados e Compatibilidades**

1. HCL Microsoft Windows 11X64 (https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware /lpl/) para a Workstation;

2. HCL Linux para uma dessas distribuições: Ubuntu, RedHat ou Suse;

3. O equipamento deverá constar na Lista de BIOS & Firmware Compatibility para a solução de rastreamento e segurança da Absolute Software ;

4. O equipamento deve possuir conformidade com padrões de compatibilidade eletromagnética, CISPR 22 /EN55022, IEC61000, emitida por laboratório nacional ou internacional;

5. O fabricante do equipamento ofertado deverá possuir a Certificação IBAMA referente a Qualidade Ambiental, em conformidade a Instrução Normativa IBAMA nº 6 de 15 de março de 2013 (Federal) http://www.ibama. gov.br/phocadownload/cp /2018/Ibama-IN-6-2013-compilada-IN112018.pdf;8.7. O fabricante deverá possuir a certificação ISO 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional;

6. A Workstation deve estar em conformidade com a norma EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) na categoria bronze ou superior. A comprovação deverá ser feita através do site hdp://www.epeat.net, com o modelo ofertado constando na lista da categoria “Computers and Displays 2018 (launched 2019)”;

7. Deverá comprovar em proposta, obrigatoriamente, todos os itens e subitens desta especificação. A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará a desclassificação da proponente.

18. **Diversos**

    1. O equipamento deverá possuir indicadores (LED, display ou Bips) para facilitar a identificação do componente (memória, processador, vídeo, etc.) que esteja com problema, para agilizar o reparo.

19.

20. **Outros**

    1. A licitante vencedora deverá entregar todas as declarações e certificações, acompanhado da proposta;

    2. A licitante vencedora deverá apresentar obrigatoriamente publicações oficiais que venham a comprovar efetivamente o conjunto de especificações exigidas, sob pena de desclassificação na falta destas;

    3. Discos defeituosos serão substituídos por novos, sendo que o disco antigo deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações.

21. **WORKSTATION TIPO II**

    1. **Processador**

        1. Processador com 24 (vinte e quatro) núcleos físicos reais e 48 (quarenta e oito) threads, arquitetura x86, mínimo de 45MB de Cache total;

        2. Frequência de operação mínima por núcleo de 2.5GHz, sendo considerado para efeito de comprovação desta os valores alcançados no modo nativo da CPU;

        3. O processador deverá suportar execução de sistema operacional e outros aplicativos tanto de 32 bits quanto de 64bits;

        4. Processador com performance, mínima, de 58.000 (cinquenta e oito mil) pontos, no Performance teste do Passmark@Software:O desempenho será comprovado por intermédio de resultados de BenchMark, disponíveis em: http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php será aceito variações de até 5% na pontuação do processador ofertado;

5. É obrigatório informar na proposta o modelo do processador ofertado para fins de conferência.

2. **Placa Mãe**

    1. Projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado, ou desenvolvida especialmente para o modelo em regime de OEM com a devida comprovação. Não sendo, portanto, aceitas placas genéricas destinadas ao mercado comum.

3. **Chipset**

    1. Mínimo W790 ou AMD PRO 695;

    2. Possuir chip de segurança TPM 2.0 ou superior integrado a mesma, acompanhado do software capaz de implementar as principais funcionalidades do mesmo e demais, conforme descrito a seguir: Deverá ser obrigatoriamente no idioma Português Brasil e do mesmo fabricante do equipamento ou em regime de OEM devidamente comprovado, quando em regime de OEM, deverá obrigatoriamente ser fornecido suporte e todas as atualizações, inclusive de versões durante o período de garantia do equipamento;

    3. Deverá ser capaz de habilitar as principais funcionalidades básicas de segurança oferecidas pelo referido chip TPM na versão 2.0 ou superior, sendo as seguintes:

        1. Deverá possuir módulo que credencie o usuário a fazer logon no equipamento pelo método padrão ou através de impressão digital se utilizando soluções externas de leitor biométrico conectado à porta USB, permitindo assim que seja utilizada senha convencional ou o leitor para acessar o sistema operacional.

    4. Deverá através do software de segurança gerenciar as permissões dos usuários que utilizam o equipamento permitindo gerar configurações individuais ou por grupo para acesso a recursos de como, por exemplo:

        1. Permitir ou bloquear acesso às portas USB;

        2. Permitir ou bloquear acesso aos periféricos de conexão com o ambiente externo “Placa de Rede, Modem, Bluetooth, DVD+/-RW, etc.”.

        3. Deverá possuir módulo para configurar a segurança e a proteção dos dados gerando uma área para armazenamento de arquivos particulares dos usuários, sendo essa área protegida por criptografia utilizando o chip TPM 2.0. Esse módulo visa garantir que não será possível o acesso indevido aos dados protegidos, mesmo em caso de remoção do disco rígido para outro equipamento uma vez que o acesso aos mesmos está vinculado às credenciais dos usuários e ao chip TPM do respectivo equipamento.

        4. O licenciamento do software deve contemplar suporte, atualização e garantia de evolução pelo período igual à garantia do equipamento ofertado sem qualquer custo adicional.

4. **BIOS**

    1. Desenvolvida em conformidade com a especificação UEFI 2.1 (http://www.uefi.org);

2. A compatibilidade do fabricante com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site http://www.uefi.org/members, na categoria membros;

3. BIOS deverá ser implementada em memória "flash", atualizável diretamente pelo Windows, projetada e desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento ofertado ou ter direitos (Copyright) sobre essa BIOS, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizações;

4. Deverá suportar tecnologias de integração à rede com PXE, configuração e controle remoto;

5. Suportar Boot por dispositivos USB e por rede;

6. Tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e reprogramável, e compatível com os padrões ACPI (Advanced Configuration and Power Interface) 3.0 e Plug-and-Play;

7. Deverá possuir campo com número de série do equipamento, podendo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;

8. Deverá possuir campo editável, com recurso para registro de informações como, por exemplo, o número do patrimônio do equipamento podendo o mesmo ser lido remotamente via comandos SMBIOS;

9. Possibilidade de habilitar /desabilitar portas USB;

10. O BIOS deve possuir ferramenta de diagnóstico com capacidade de executar teste de processador, memória RAM, saúde do disco rígido ou SSD, interface de rede, interface gráfica e portas USB. A mensagem de erro deverá ser o suficiente para abertura de chamado em Garantia;

11. Relógio de calendário em bateria não volátil;

12. Deverá possuir a interface de configuração em idioma em Português ou Inglês;

13. Possuir senhas de Setup para Power On, Administrador e Disco rígido;

14. As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante;

15. Lançada a partir de 2022 e entregue na versão mais atual disponibilizada pelo fabricante;

16. Deverá possuir interface gráfica acessível através de teclado e mouse;

17. Deverá possuir solução que seja capaz de apagar os dados contidos nas unidades de armazenamento em definitivo, tais como HDD, SSD e SSHD, em conformidade com a NIST SP800-88, acessível pela BIOS;

18. Deverá possuir ferramenta que possibilite realizar a formatação definitiva dos dispositivos de armazenamento conectados ao equipamento. Caso esta ferramenta não seja nativa, deverá ser oficialmente homologada pelo fabricante do dispositivo.

5. **Interfaces**

1. No mínimo 01 (um) slot PCIe Gen5 x16, 01 (um) Slots PCIe Gen4 x16, 02 (dois) slot PCIe Gen3 x8 e 03 (três) slots M.2 para SSDs;

2. 01 (uma) Controladora de unidade de disco rígido tipo SATA ou SAS de 6.0 Gb/s, devendo suportar implementação dos níveis de Raid 0/1/5/10;

3. Possuir no mínimo 10 (dez) Portas USB 3.2, sendo pelo menos 06 (seis) delas USB 3.2 SuperSpeed (5Gbps); deverá possuir no mínimo 4 (quatro) portas USB na parte frontal do gabinete, sendo pelo menos 02 (duas) do tipo USB-C;

4. Possuir mínimo de 8 (oito) Slots de memória suportando expansão mínima a 1 TB com ECC.

6. **Memória**

    1. No mínimo, 128GB (1X128GB), DDR5-4800MHz com ECC;

    2. Permitir expansão mínima de até 1 TB.

7. **Armazenamento**

    1. Deverá ser fornecido 01 (um) disco SSD de 1TB PCIe NVMe M.2, 01 (um) disco SSD de 2TB PCIe NVMe e 02 (dois) HDD com capacidade de 4TB SATA-III 6.0 Gb/s 7.200 RPM, com suporte a tecnologia SMART para detecção de pré-falhas. (Discos defeituosos serão substituídos por novos, sendo que o disco antigo deverá permanecer com a CONTRATANTE, de forma a garantir o sigilo e confidencialidade das informações);

    2. Deverá possuir unidade de gravação DVD-RW.

8. **Placa de Vídeo**

    1. 02 (duas) Placas Off-board PCI Express de 320 bits com GPU Ativo, mínimo de 7.168 (sete mil cento e sessenta e oito) processadores CUDAOu equivalente devidamente comprovado, memória dedicada mínima 20GB GDDR6 ou superior;

    2. Suporte mínimo as APIs ao DirectX 12, OpenGL 4.6, OpenCL 3.0, DirectCompute;

    3. Deve possuir no mínimo 04 (quatro) interfaces digitais, display port ou mini display port. As interfaces mini Display Port, devem ser fornecidas com adaptadores para DisplayPort.

9. **Controladora de Rede**

    1. Integrada para comunicação a 10/100/1000 Mbps, padrão Ethernet, FastEthernet e Gigabit Ethernet, plug-and-play, totalmente configurável por software;

    2. Permitir comunicação no modo full-duplex;

    3. Possuir conexão RJ-45 fêmea;

    4. Possuir LED indicador de atividade de rede;

    5. Possuir suporte a WakeUp on LAN;

    6. Possuir suporte a PXE 2.1;

    7. Suportar gerenciamento através do protocolo SNMP.

10. **Placa de Rede WiFi**

1. Controladora de rede sem fio integrada ao equipamento, não sendo aceitos adaptadores externos;
2. Suporte para os padrões IEEE 802.11ax 6GHz;
3. Suporte a WPA/WPA-PSK, WPA2/WPA-PSK e WEP 64-bit e 128-bit;
4. Possuir certificação ANATEL.

11. **Áudio**
    1. Controladora de áudio de alta-definição integrada;
    2. Possuir alto-falante interno integrado ao gabinete;
    3. O alto-falante interno deve possuir a capacidade de reproduzir os sons gerados pelo sistema operacional e alarmes gerados por problemas de inicialização;
    4. O alto-falante deve se desligar automaticamente, sem a necessidade de qualquer intervenção do usuário, quando forem conectados fones de ouvido ou caixas de som externas;
    5. Deve possuir 1 (um) conector para saída de som (fone de ouvido) e outro para entrada (microfone) ou conector combo, localizados na parte frontal do equipamento.
12. **Teclado**
    1. Teclado com no mínimo 104 teclas (AT Enhanced), padrão ABNT II;
    2. O equipamento deverá funcionar corretamente quando o Sistema Operacional estiver configurado para o Teclado Brasileiro ABNT II;
    3. Possuir ajuste de inclinação;
    4. LED indicador de teclado numérico habilitado;
    5. LED indicador de tecla CAPS LOCK pressionada;
    6. A impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado;
    7. Possuir bloco numérico separado das demais teclas;
    8. Possuir doze teclas de função (F1-F12) na posição superior do teclado;
    9. O teclado deverá, obrigatoriamente, ser da mesma marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).
13. **Mouse**
    1. Dois botões, ambidestro (simétrico), com tecnologia laser;
    2. Com roda (wheel) para rolagem (scroll) de tela;
    3. Conector USB padrão, sem uso de adaptadores;
    4. Tecnologia laser ou ótico e resolução mínima de 3000 dpi;
    5. O mouse deverá, obrigatoriamente, ser compatível com o da marca do fabricante da CPU e possuir a mesma tonalidade (cor).
14. **Gabinete**

1. Torre (Tipo Workstation) devendo o mesmo ser desenvolvido para esse propósito. Deve possuir tratamento anticorrosivo;

2. Deve atender ao padrão Toolless permitindo assim, a abertura do equipamento e a troca de componentes internos (disco rígido SATA, unidade de mídia óptica, memórias e placas de expansão) sem a utilização de ferramentas (Tool Less), não sendo aceitas quaisquer adaptações sobre o gabinete original. Serão aceitos equipamentos que disponham de parafusos de segurança opcionais para uso durante o manuseio e transporte, a fim de prevenir possíveis acidentes;

3. Deve possuir sistema de resfriamento auxiliar posicionado na parte frontal do gabinete de forma a garantir o fluxo de ar passante no mesmo, evitando assim problemas de aquecimento nos componentes internos do equipamento;

4. Possuir sistema de trava eletrônica do gabinete com sensor de detecção de intrusão para evitar acessos indevidos ou em substituição possuir sensor de intrusão acoplado ao gabinete sem uso de qualquer adaptação que alerte no caso de abertura do mesmo e entrada na parte traseira do gabinete Para colocação de cadeado do tipo Kensington impossibilitando o acesso aos componentes internos, não será aceita qualquer tipo de adaptação ao gabinete original para atender a essa exigência como utilização de cadeados convencionais;

5. Deve possuir ainda etiqueta permanente com código de barras em material resistente ao desgaste por abrasão, onde conste a marca, o modelo, a configuração e o número de série do equipamento;

6. Deverão ser fornecidos todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos. Cabos de conexão à rede elétrica deverão seguir o padrão NBR-14136.

15. **Fonte**

    1. Possuir chaveamento automático de tensão, potência mínima de 1000W, com PFC Ativo e eficiência energética de 91% comprovada pela certificação 80 PLUS. As referências a essa certificação, deve ser verificada no site http://www.plugloadsolutions.com/80PlusPowerSupplies.aspx;

    2. A fonte de alimentação deve ter potência suficiente para suportar o funcionamento do equipamento em sua configuração máxima, incluindo discos, memórias, placas de vídeo e outros componentes.

16. **Software**

    1. O equipamento deverá ser fornecido com o Sistema Operacional Microsoft Windows 11 Professional x64, instalado e devidamente configurado;

    2. Deverá ser fornecido um kit de recuperação em dispositivo USB, utilizável pelo computador, contendo os drivers e o sistema operacional, com sua respectiva licença de uso, ou a imagem do disco rígido com o sistema operacional e drivers já instalados. Deverá ser entregue uma unidade por equipamento com identificação externa do seu conteúdo e proteção contra gravação. Esta solicitação visa proteger o extravio ou o uso do disco USB para outros fins. Alternativamente, será aceita solução do fabricante que permita reinstalar o Sistema Operacional através da BIOS conectado à Internet, que funcione mesmo com o Sistema Operacional inoperante ou inacessível. Não será aceita solução de recuperação em partição no disco como forma de atendimento;

3. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar atualizações de drivers, firmwares e BIOS, permitindo a busca no site do fabricante ou em um repositório interno da rede;

4. Deverá ser fornecida solução de software capaz de verificar a saúde do sistema, sugerindo atualizações do sistema operacional e ajustes para melhorias de performance.

17. **Certificados e Compatibilidades**

    1. HCL Microsoft Windows 11X64 (https://sysdev.microsoft.com/en-us/hardware/lpl/) para a Workstation;

    2. HCL Linux para uma dessas distribuições: Ubuntu, RedHat ou Suse;

    3. O equipamento deverá constar na Lista de BIOS & Firmware Compatibility para a solução de rastreamento e segurança da Absolute Software no seguinte endereço: https://www.absolute.com/partners/device-compatibility/;

    4. O equipamento deve possuir conformidade com padrões de compatibilidade eletromagnética, CISPR 22 /EN55022, IEC61000, emitida por laboratório nacional ou internacional;

    5. O fabricante do equipamento ofertado deverá possuir a Certificação IBAMA referente a Qualidade Ambiental, em conformidade a Instrução Normativa IBAMA nº 6 de 15 de março de 2013 (Federal) http://www.ibama. gov.br /phocadownload/cp/2018/Ibama-IN-6-2013-compilada-IN112018.pdf;8.7. O fabricante deverá possuir a certificação ISO 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional;

    6. A Workstation deve estar em conformidade com a norma EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool) na categoria bronze ou superior. A comprovação deverá ser feita através do site https://epeat.net/search-computers-and-displays, com o modelo ofertado constando na lista da categoria “Computers and Displays”;

    7. Deverá comprovar em proposta, obrigatoriamente, todos os itens e subitens desta especificação. A simples repetição das especificações do termo de referência sem a devida comprovação acarretará a desclassificação da proponente.

18. **Diversos**

    1. O equipamento deverá possuir indicadores (LED, display ou Bips) para facilitar a identificação do componente (memória, processador, vídeo, etc.) que esteja com problema, para agilizar o reparo.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R$): 1.125.658,66

GRUPO 01						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**UNIDADE DE MEDIDA**	**QTDE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**

1	WORKSTATION TIPO I	460038	Unid	16	56.435,72*	902.971,52
2	WORKSTATION TIPO II	606229	Unid	2	118.600,00**	222.687,14
Valor médio total						**1.125.658,66**

14. Justificativa técnica da escolha da solução

Não há

15. Justificativa econômica da escolha da solução

Não há

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Manter o parque tecnológico funcional;
-Continuidade nos serviços.

17. Providências a serem Adotadas

Nenhuma

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as disposições constantes neste estudo, sobretudo, acerca das justificativas da necessidade da aquisição, esta equipe se posiciona pela VIABILIDADE das aquisições por entender que foram razoáveis os fundamentos que motivaram a demanda

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO
GESTOR

BRUNO EMANUEL SETUBAL LEARTE

Integrante Requisitante

FRANCISCO ORINO DO AMARAL NETO

Integrante Administrativo

RONALD SILVA PEREIRA

Integrante Técnico

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DEVIDAMENTE ASSINADO

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

ANÁLISE DE RISCOS

1 – RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO
Frustração da contratação: Indisponibilidade de recursos orçamentários; Falta de documentação/certidões atualizadas durante a fase de contratação; Demora na instrução dos autos para análise interna da Administração; no caso de adesão, falta de Aceite do órgão ou da empresa vencedora do certame licitatório.
Gestão contratual - frustração do contrato: Descontinuidade do Suporte Técnico; Não atendimento das cláusulas contratuais de obrigatoriedade da empresa contratada; Falha no fornecimento do objeto; Não atendimento dos requisitos pela empresa.
Ações preventivas: Garantir recursos orçamentários, manter documentação atualizada, fazer acompanhamento constante do processo.
Responsável: Ronald Silva Pereira
Procedimentos de contingência: Utilizar recursos dos equipamentos existentes, mas que não atendem por completo as necessidades.
Responsável: Ronald Silva Pereira

2 – RISCOS DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
De não alcançar os resultados e deixar de atender as necessidades: Conserto de equipamentos
Ações preventivas: Elaboração de Projeto Executivo, em consonância com as necessidades.
Responsável: Ronald Silva Pereira
Procedimentos de contingência: Utilizar recursos dos equipamentos existentes, mas que não atendem por completo as necessidades.
Responsável: Ronald Silva Pereira

Equipe de Planejamento da Contratação		
Integrante Requisitante	**Integrante Técnico**	**Integrante Administrativo**
Bruno Emanuel Setubal Learte _____ Matrícula: 1075611	Ronald Silva Pereira _____ Matrícula: 1062298	Francisco Orino do Amaral Neto _____ Matrícula: 1070519
	Coordenador do GAECO	
	Luiz Muniz Rocha Filho _____ Matrícula: 656280	

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

ANÁLISE DE RISCOS

ESTADO DO MARANHÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

1 – ÁREA REQUISITANTE DA SOLUÇÃO	
Unidade: Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO	
Chefia da área: Dr Luiz Muniz Rocha Filho	
Cargo: **Coordenador do GAECO**	
Matrícula: 656280	Lotação: GAECO
E-mail: lmuniz@mpma.mp.br	Telefone: (98) 3219-1626
Assinatura:	

2 – INTEGRANTE REQUISITANTE DA SOLUÇÃO	
Nome: Bruno Emanuel Setubal Learte	
Cargo: Assessor Técnico II	
Matrícula: 1075611	Lotação: LAB-LD
E-mail: bruno.leart@mpma.mp.br	Telefone: (98) 3219-1626
Assinatura:	

3 – INTEGRANTE TÉCNICO DA SOLUÇÃO	
Nome: Ronald Silva Pereira	
Cargo: Assessor Técnico II	
Matrícula:1062298	Lotação: LAB-LD
E-mail: ronaldsp@mpma.mp.br	Telefone: (98) 3219-1626
Assinatura:	

4 – INTEGRANTE ADMINISTRATIVO DA SOLUÇÃO	
Nome: Francisco Orino do Amaral Neto	
Cargo: Técnico Ministerial	
Matrícula: 1070519	Lotação: LAB-LD
E-mail: francisco.orino@mpma.mp.br	Telefone: (98) 3219-1626
Assinatura:	

5 – IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

- Trata-se da Aquisição de 16 (dezesseis) unidades de computadores do tipo Workstation I e 02 (duas) unidades de computadores do tipo Workstation II, com garantia de 60 (sessenta) meses.

6 – ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

A demanda não se encontra na previsão do Plano Anual de Contratações de 2024 do LAB-LD, mas pode estar contemplada como uma das atividades priorizadas no FEMPE 2024.

7 – MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
1	WORKSTATION TIPO I	460038	Unid	16
2	WORKSTATION TIPO II	606229	Unid	2

Necessidade institucional:
- Processar grande volume de dados;
- Atenderá a necessidade crescente por apoio técnico-científico durante as investigações conduzidas pelos membros do Ministério Público;
- Aperfeiçoamento da infraestrutura e da segurança da tecnologia da informação.

Resultados esperados:
- Respostas rápidas e eficientes dos agentes da lei;
- O uso de computadores com alto poder de processamento reduz significativamente o tempo necessário durante a indexação dos dados tornando o processo investigativo mais célere e eficiente.

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

DOCUMENTO DE OFICIALIZAÇÃO DA DEMANDA

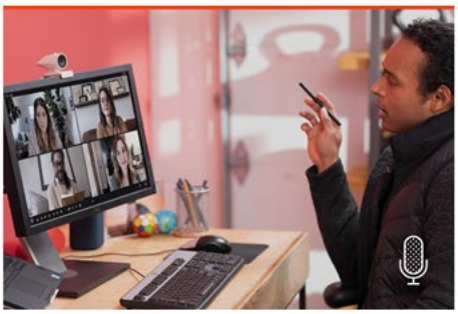
Proposta Comercial

Aquisição de Equipamentos de Informática

Maior canal de vendas de computação e impressão pessoal do Brasil. O Grupo Torino possui a mais completa linha de soluções em TI com servidores, storage, notebooks, workstations, desktops, impressoras, plotter entre outros, além de suporte técnico altamente qualificado e outsourcing.

Há mais de 10 anos no setor de tecnologia, o Grupo Torino tem escritórios em São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro, bem como atua em toda a Região Sul do Brasil. Com o objetivo de aumentar produtividade e reduzir custos dos clientes oferece apoio estratégico de pré-vendas, atendimento personalizado e total alinhamento com as inovações em TI.





Torino Informática Ltda.
CNPJ 03.619.767/0001-91
I.E. 669.369.347.110
www.grupotorino.com.br

SOROCABA, 11 de novembro de 2024

AO
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
A/C : Francisco Orino
e-mail: francisco.orino@mpma.mp.br

Proposta: 09/2024-Pa

Prezado (a)

É com satisfação que apresentamos a seguir nossa proposta, buscando atender às necessidades específicas de seu projeto.

Temos como premissa a busca pela excelência e queremos oferecer ao seu negócio a melhor solução em tecnologia da informação. Nossa meta é reduzir custos e maximizar os ganhos de nossos clientes por meio de resultados e profissionalismo.

Caso tenha necessidade de alterar qualquer ponto desta proposta, por favor, entre em contato para que possamos nos adequar às suas expectativas.

Desde já agradecemos a oportunidade e nos colocamos a sua disposição.

Atenciosamente,



Benedita Malaquias
Gerente de Contas
TORINO INFORMATICA LTDA
benedita@grupotorino.com.br
Celular:(91)991399922/(91)999044173
www.grupotorino.com.br

PROPOSTA COMERCIAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	MARCA	V. UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	**ESTAÇÃO DE TRABALHO AVANÇADA TIPO I** **Fabricante**: HP/INC **Modelo**: HP HP Z6 G5 A **Caracteristicas do Equipamento:** Processador: AMD THREADRIPPER PRO 7965WX PREMIUM CHASSIS, cache 128MB vai até 5.3 Memoria: 128GB DDR5 5600 MHZ (32x32GB)ECC **Disco**: 128GB DDR5 5600MHZ (4x32GB) ECC 1TB NVME PCIE M.2 2TB NVME PCIE M.250. 3x 4TB 7200RPM Placa de Video: NVIDIA RTX 2000 ADA 16 GB Placa de rede: SIM WIFI: SIM - WIFI MEDIATEK RZ616 Mouse: SIM MOUSE HP HYPERX PULSEFIRE 6200DPI Sistema Operacional: Windows 11 Pro Gabinete: TORRE Fonte: 1.125 Watt Garantia: 36(trinta e seis) meses On-Site Para melhores detalhes vide link abaixo: https://h20195.www2.hp.com/v2/GetPDF.aspx/c08740077	16	HP	56.435,72	902.971,52
02	**ESTAÇÃO DE TRABALHO AVANÇADA TIPO II** Fabricante: HP/INC Modelo: HP HP Z6 G5 A Caracteristicas do Equipamento: Processador: AMD THREADRIPPER PRO 7965WX PREMIUM CHASSIS, cache 128MB vai até 5.3 Memoria: 128GB DDR5 5600 MHZ (32x32GB)ECC Disco: 1TB NVME PCIE M.2 2TB NVME PCIE M.2 2x 4TB 7200RPM Placa de Video: NVIDIA RTX 4500 ADA 24 GB Placa de rede: SIM WIFI: SIM - WIFI MEDIATEK RZ616 Mouse: SIM MOUSE HP HYPERX PULSEFIRE 6200DPI Sistema Operacional: Windows 11 Pro Gabinete: TORRE Fonte: 1.125 Watt Garantia: 36(trinta e seis) meses On-Site Para melhores detalhes vide link abaixo: https://h20195.www2.hp.com/v2/GetPDF.aspx/c08740077	02	HP	72.435,72	144.871,44

NOS PREÇOS INDICADOS ACIMA ESTÃO INCLUÍDOS, ALÉM DO FORNECIMENTO DO PRODUTO, TODOS OS DEMAIS CUSTOS COM MÃO DE OBRA, SALÁRIOS, BENEFÍCIOS, ENCARGOS DIRETOS E INDIRETOS, TRIBUTOS (QUANDO APLICÁVEL) E SEUS REFLEXOS DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA INCLUÍDAS NO REGIME POR CONTA DE PROTOCOLOS E CONVÊNIOS ICMS, ALÉM DE FRETE, GARANTIA E DEMAIS CONTRIBUIÇÕES PERTINENTES. O PREÇO INDICADO JÁ CONTEMPLA QUAISQUER DESCONTOS DO VALOR APURADO, INCLUSIVE PARA ICMS/DIFAL NOS ESTADOS BENEFICIADOS COM ESTA DISPENSA.

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E OBSERVAÇÕES:

1. A presente proposta é válida por 90 (SESSENTA) dias.
2. Valores expressos em reais;
3. Prazo de entrega: até 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento do pedido.
4. Prazo de pagamento: 10(dez) dias, após testo da Nota Fiscal
5. Os prazos de garantia dos produtos são de 60 meses.

DADOS DE FATURAMENTO:
TORINO INFORMATICA LTDA.
CNPJ 03.619.767/0005-15
IE: 083.327.90-8
IM: 4675890
Av: 600, S/N – QUADRA 15 / Modulo 10 / SETOR INDUSTRIAL
BAIRRO: TIMS
SERRA/ES CEP 29.161 - 399

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

PROPOSTA DO GRUPO TORINO

MPMA Ministério Público do Estado do Maranhão

Francisco Orino do Amaral Neto <francisco.orino@mpma.mp.br>

Solicitação de Proposta Comercial

Francisco Orino do Amaral Neto <francisco.orino@mpma.mp.br> 29 de outubro de 2024 às 08:47
Para: benedita@grupotorino.com.br, Jhonatasms@grupomstecnologia.com.br
Cc: Coordenadoria de Modernizacao e Tecnologia da Informacao <cmti@mpma.mp.br>, Iracema Sousa Barroso <isbarroso@mpma.mp.br>, Ronald Silva Pereira <ronaldsp@mpma.mp.br>, Bruno Emanuel Setubal Learte <bruno.learte@mpma.mp.br>, Luis Felipe Cabral Campos <felipecabral@mpma.mp.br>, Marcelo Vidigal <marcelovidigal@mpma.mp.br>

Prezados (as),

Cumprimentando-os (as) cordialmente, venho, pelo presente, solicitar Proposta Comercial relacionada aos requisitos mínimos descritos abaixo:, para pretensa contratação:

Item	Descrição Mínima Requerida	Unid.
01	Microcomputador de Alto Desempenho (Workstation Tipo I) Processador: Intel Core i9-14900K Memória RAM: 128GB ECC Armazenamento: 3x HD de 4TB, SSD 1TB, SSD 2TB Placa de vídeo: NVÍDIA 3000 RTX ADA Wifi +Bluetooth Sistema Operacional Windows 11 Pro BPOR Garantia de 60 Meses Prossuport Teclado Multimídia + Mouse Sistema Operacional Windows 11 Pro BPOR Garantia de 60 Meses ProSuport Monitor: Sem monitores	16
02	Microcomputador de Alto Desempenho (Workstation Tipo II) Processador: Intel Xeon-W73465X (75MB cache, 28 cores, 56 threads, up to 4.8 GHz Turbo 300W) Memória RAM: 128GB ECC (4 de 32GB, DDR5, 4.800MT/s, RDIMM, ECC) Armazenamento: 2x HD de 4TB, SSD 1TB, SSD 2TB Placa de vídeo: 2x NVÍDIA 4500RTX ADA Wifi +Bluetooth Sistema Operacional Windows 11 Pro BPOR Garantia de 60 Meses Prossuport Teclado Multimídia + Mouse Monitor: Sem monitores	02

Outrossim, solicitamos que a proposta atenda a normas internas da Instituição, contemplando as informações solicitadas no ANEXO ÚNICO do Ato Regulamentar n. 13/2020-GPGJ:

I – Identificação da pessoa jurídica ou física, com o respectivo número de inscrição no CNPJ ou CPF;

II – Discriminação do objeto a contratar;

III – Quantidades;

IV – Preços unitários e Preço total;

V – Prazo de garantia do objeto, se couber;

VI – Prazo de fornecimento ou prestação de serviço;

VII – Assinatura e identificação do proponente;

VIII – Prazo de validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias;

IX - Dados bancários para pagamento.

Informamos que, embora a proposta seja utilizada como coleta de preços, necessária para a abertura de certame licitatório, serão também analisadas as informações referentes à regularidade fiscal e trabalhista da Proponente, razão pela qual deverão ser disponibilizadas as certidões negativas das Receitas Municipal, Estadual e Federal, além das certidões do INSS e Trabalhistas (FGTS).

Nossos dados

Razão Social: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão

CNPJ: 05.483.912/0001-85

Endereço: Avenida Prof. Carlos Cunha n.º 3261, Calhau - CEP: 65076-820 - São Luís – Maranhão

Responsável: Nayana Santos Martins Neiva Sobral - Coordenadora de Modernização e Tecnologia da Informação

Telefone: (98)3219-1773

Email: cmti@mpma.mp.br/labld@mpma.mp.br

--
Francisco O A Neto
_____
Técnico Ministerial Informática
Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro
Unidade de TI
labld@mpma.mp.br
98 3231-3050 r.: 210

ATO Regulamentar – 132020.pdf
266K

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

SOLICITAÇÃO PROPOSTA GRUPO TORINO

Recife, 08 de novembro de 2024.

À
Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão – PGJ-MA/LAB.LD

Atendendo a sua solicitação através, da pesquisa mercadológica para **estimativa de preços** de EQUIPAMENTOS DE TI, estamos ofertando os itens abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
01	**Microcomputador de Alto Desempenho (Workstation Tipo I)** Fabricante: Dell Modelo: Precision 3860 Tower Processador: Intel 14ª Geração Core i9-14900K Memória RAM: 128 GB: 4x 32x GB, DDR5, 3600 MT/s, ECC Armazenamento: 3x HD de 4TB (5400 RPM) SATA 3,5", SSD 1TB PCI NVMe M.2 (classe 40), SSD 2TB Placa de vídeo: NVÍDIA 2000 RTX ADA, 16 GB GDDR6, 4 adaptadores mDP PA DP Wifi +Bluetooth Teclado Multimídia Dell KB216 – Português Mouse Dell Laser Wired MS3220 - Black Sistema Operacional Windows 11 Pro BPOR Garantia de 60 Meses ProSuport	16	**R$ 55.500,00**	**R$ 888.000,00**
02	**Microcomputador de Alto Desempenho (Workstation Tipo II)** Fabricante: Dell Modelo: Precision 5860 Processador: Intel 13ª Geração Xeon-W72495X (75MB cache, 28 cores, 56 threads, up to 4.8 GHz Turbo 300W) Memória RAM: 128GB: 1 de 128 GB, DDR5, 4.800 MT/s, RDIMM, ECC Armazenamento: 2x HDD de 4TB (7200RPM) SATA AGÉnterprise Class-3,5", SSD 1TB PCIe NVMe M.2, 1x SSD 2TB PCIe NVMe M.2 Placa de vídeo: 2x NVÍDIA 4500 RTX ADA 20GB GDDR6	02	**R$ 118.600,00**	**R$ 237.200,00**

	Wifi +Bluetooth Teclado Dell Wired Keyboard-KB216 Black Mouse Dell Laser Wired MS3220 Black Sistema Operacional Windows 11 Pro BPOR Garantia de 60 Meses ProSuport			

Condições Comerciais:
Validade da Proposta: 60 dias
Prazo de Entrega: Até 45 dias

Atenciosamente,

Breno Tavares - Diretor Comercial
+55 (81) 3426.7006 / 98844.0834
breno@plugnetshop.com.br
R. Gen. Abreu e Lima, 222 – Rosarinho – Recife – PE

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

PROPOSTA DA PLUGNET

MPMA Ministério Público do Estado do Maranhão

Francisco Orino do Amaral Neto <francisco.orino@mpma.mp.br>

RE. PROPOSTA DE ESTIMATIVA - WORKSTATIONS

Francisco Orino do Amaral Neto <francisco.orino@mpma.mp.br> 29 de agosto de 2024 às 16:26
Para: Dilma Pereira <dilma@plugnetshop.com.br>
Cc: Ronald Silva Pereira <ronaldsp@mpma.mp.br>, Marcelo Vidigal <marcelovidigal@mpma.mp.br>

Correção:

Microcomputador de Alto Desempenho
(Workstation Tipo II)
Quantidade: 2

_____
Monitor: Sem monitores
Processador: Intel Xeon-W73465X (75MB cache, 28 cores, 56 threads, up to 4.8 GHz Turbo 300W)
Memória RAM: 128GB ECC (4 de 32GB, DDR5, 4.800MT/s, RDIMM, ECC)
Armazenamento: **2x** HD de 4TB, SSD 1TB, SSD 2TB
Placa de vídeo: 2x NVÍDIA 4500RTX ADA
Wifi +Bluetooth
Sistema Operacional Windows 11 Pro BPOR
Garantia de 60 Meses Prossuport

Microcomputador de Alto Desempenho
(Workstation Tipo I)
Quantidade: 12

_____
Fabricante: Dell
Monitor: Sem monitores
Processador: Intel Core i9-14900K
Memória RAM: 128GB ECC
Armazenamento: 3x HD de 4TB, SSD 1TB, SSD 2TB
Placa de vídeo: NVÍDIA 3000 RTX ADA
Wifi +Bluetooth
Sistema Operacional Windows 11 Pro BPOR
Garantia de 60 Meses Prossuport

Att,

Em qui., 29 de ago. de 2024 às 16:13, Francisco Orino do Amaral Neto <francisco.orino@mpma.mp.br> escreveu:

> Prezada Dilma,
>
> Boa tarde!
>
> Considerando o limite orçamentário para aquisição das workstations para atender a demanda de grande processamento de dados, realizamos novo estudo para cada tipo de workstation. Portanto, solicito cotação para pretensa aquisição conforme configuração abaixo.
>
> **Microcomputador de Alto Desempenho**
> **(Workstation Tipo I,**
> **Quantidade: 12**
>
> _____
> Monitor: Sem monitores
> Processador: Intel Xeon-W73465X (75MB cache, 28 cores, 56 threads, up to 4.8 GHz Turbo 300W)
> Memória RAM: 128GB ECC (4 de 32GB, DDR5, 4.800MT/s, RDIMM, ECC)
> Armazenamento: **2x** HD de 4TB, SSD 1TB, SSD 2TB
> Placa de vídeo: 2x NVÍDIA 4500RTX ADA
> Wifi +Bluetooth

Sistema Operacional Windows 11 Pro BPOR
Garantia de 60 Meses Prossuport

Microcomputador de Alto Desempenho
(Workstation Tipo I)
Quantidade: 2

Fabricante: Dell
Monitor: Sem monitores
Processador: Intel Core i9-14900K
Memória RAM: 128GB ECC
Armazenamento: 3x HD de 4TB, SSD 1TB, SSD 2TB
Placa de vídeo: NVÍDIA 3000 RTX ADA
Wifi +Bluetooth
Sistema Operacional Windows 11 Pro BPOR
Garantia de 60 Meses Prossuport

Att,

[Texto das mensagens anteriores oculto]

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

SOLICITAÇÃO PROPOSTA PLUGNET

(*) Documento assinado eletronicamente por **LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO** em **26 de Novembro de 2024 às 13:16 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: MEMO-GAECO-2342024, **Código de Validação**: F8D589642F.

MEMO-GAECO - 2342024
Código de validação: F8D589642F

São Luís/MA, [*data da assinatura digital*].

A Sua Excelência o Senhor
PAULO GONÇALVES ARRAIS
Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do MA

Assunto: Solicita abertura de procedimento licitatório para aquisição de computadores do tipo WORKSTATIONS.

Senhor Diretor-Geral,

A crescente complexidade dos crimes informáticos, especialmente aqueles relacionados à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores previstos na Lei nº 9.613/98, tem demandado respostas rápidas e eficientes dos agentes da lei. O avanço das práticas criminosas, com o uso de redes e ferramentas digitais, gera impactos diretos e negativos na sociedade maranhense, contribuindo para a sensação de impunidade devido à continuidade de tais crimes;

O Ministério Público do Estado do Maranhão - MPMA, enquanto fiscal da lei, age em defesa da sociedade e da legalidade, tendo como dever constitucional adotar as medidas necessárias para combater as práticas ilícitas, inclusive quando a ação pode atingir o próprio poder público. A atuação, muita das vezes complexa, exige uma capacidade tecnológica que permita a coleta, processamento e análise de grande volume de dados, com alto grau de precisão, mantendo a segurança para salvaguarda dos vestígios obtidos judicialmente;

A pretensa aquisição de estações de trabalho avançadas, com poderio para processar grande volume de dados, atenderá a necessidade crescente por apoio técnico-científico durante as investigações conduzidas pelos membros do Ministério Público, descentralizando o serviço e consequentemente aumentando o corpo técnico nas análises, seja análise de quebras de sigilo telemático quanto das extrações dos vestígios apreendidos nas operações realizadas pela instituição ou pelos órgãos parceiros;

O uso de computadores com alto poder de processamento reduz significativamente o tempo

(*) Documento assinado eletronicamente por **LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO** em **26 de Novembro de 2024 às 13:16 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: MEMO-GAECO-2342024, **Código de Validação**: F8D589642F.

necessário durante a indexação dos dados tornando o processo investigativo mais célere e eficiente, sem desconsiderar, durante os trabalhos, os princípios fundamentais da cadeia de custódia e da integridade dos dados, o que é indispensável para garantir a validade e confiabilidade das provas apresentadas em juízo;

Considerando que a contratação não se encontra na previsão do Plano Anual de Contratações de 2024 do LAB-LD, mas pode estar contemplada como uma das atividades priorizadas no FEMPE 2024;

O objetivo dessa ação é o aperfeiçoamento da infraestrutura e da segurança da tecnologia da informação, essencial para assegurar a continuidade dos serviços institucionais com a ampliação e modernização do parque tecnológico da Unidade de Tecnologia da Informação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro - LAB-LD, dos Grupos de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas - GAECO, regionais de São Luís, Imperatriz e Timon, bem como da Seção de Sinais da Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência - CAEI, do MPMA;

Outra necessidade a ser suprida com a aquisição será atender a crescente demanda por ferramentas de Processamento de Linguagem Natural (PLN), ferramentas estas que suportem a aquisição, armazenamento, processamento, análise e geração de dados por Inteligência Artificial (IA), o que requer uma adequação tecnológica das estações de trabalho da Unidade de Tecnologia da Informação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro – LAB-LD/MPMA;

Os serviços de processamento e análise de dados, com o intermédio de ferramentas de IA, exigem computadores com altíssima capacidade de processamento, uma vez que os projetos de desenvolvimento em IA utilizam quantidades enormes de parâmetros, além da execução de cálculos sofisticados, que possam sustentar a execução e cumprimento dessas atividades, no tempo e nos custos ideais;

Considerando a depreciação natural decorrente do uso diário dos equipamentos utilizados hoje, bem como o fato de alguns destes equipamentos estarem obsoletos, tendo em vista os constantes avanços tecnológicos, a modernização tecnológica, principalmente no que diz respeito às estações de trabalhos avançados focadas em Inteligência Artificial, faz-se necessidade de que tais equipamentos possuam características particulares que permitam ingestão, processamento e inferências de dados para prover a construção de serviços em IA;

Como se pode perceber, verificou-se a necessidade de aquisição de estações avançadas de trabalhos com tecnologia apropriada para atingir o equilíbrio perfeito com desempenho em

(*) Documento assinado eletronicamente por **LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO** em **26 de Novembro de 2024 às 13:16 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: MEMO-GAECO-2342024, **Código de Validação**: F8D589642F.

memória e recursos para executar workflows profissionais exigentes que pedem a nova era da Inteligência Artificial. É de suma importância salutar que tais estações oferecerão alto desempenho, performance elevada e uma arquitetura que favorece a utilização, desenvolvimento e prototipação de mecanismos de IA, onde destaca-se a presença de uma estrutura de múltiplas unidades computacionais de processamento de IA (GPUs), além de garantir a continuidade do desenvolvimento das ações do laboratório nos projetos que envolvam IA, com precisão e mais eficiência;

Considerando que se optou por adotar o **Sistema de Registro de Preços**, onde o quantitativo definido não significa, necessariamente, que serão adquiridos na sua totalidade, mas que é importante que se tenha esse quantitativo para atendimento da demanda atual e reserva técnica, caso necessário, conforme disposto no(s) item(ns) do Art. 168, Inciso IV do Ato Regulamentar nº 10/2023, este *in verbis:*

"Art. 168. O Sistema de Registro de Preços será adotado, preferencialmente:

...

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração…"

Estão sendo utilizados modelos-padrão de documentos constantes do Processo Licitatório (conforme art. 19, IV e §2º, da Lei nº 14.133/2021);

Considerando que até o momento da elaboração documental deste processo a Diretoria-Geral da PGJMA ainda não disponibilizou o Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras e Serviços (art. 17, II, §1º e §2º do AR 10/2023-GPGJ; art. 19, II, IV, §1º e §2 da Lei nº 14.133/2021), **sugerimos que seja colhida manifestação do Diretor-Geral da PGJMA**;

Considerando o Procedimento Público de Intenção para Registro de Preços, a PGJMA será única contratante, logo, é dispensável o procedimento previsto no Art 86, §1º da Lei n° 14.133/2021. Dispensamos o procedimento também devido à necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório e ainda devido ao nosso modelo de objeto ser específico para as necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça. **Sugerimos que seja colhida manifestação da SEAF** quanto a esse pedido;

Considerando a pesquisa realizada e o ateste das propostas solicitadas (Ato Regulamentar 13/2020; Ato Regulamentar 09/2015-GPGJ, art. 9º, f, § 5º e Ato Regulamentar 11/2014-GPGJ, art. 9º, § 4º; conforme § 1º, IV, Art 23 da Lei 14.133/2021 e Art 5º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021) - Confirmo que os arquivos anexados ao processo conferem com a documentação apresentada, e atesto sua autenticidade;

(*) Documento assinado eletronicamente por **LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO** em **26 de Novembro de 2024 às 13:16 h** conforme Art. 10, §1º da Medida Provisória 2.200-2/2001 c/c Art. 2º, EC32/01 e Arts. 107 e 219 do Código Civil Brasileiro.
Autenticidade do documento pode ser verificada em https://mpma.mp.br/autenticidade utilizando-se: **Número do documento**: MEMO-GAECO-2342024, **Código de Validação**: F8D589642F.

Vimos solicitar de Vossa Excelência os procedimentos necessários para abertura de processo licitatório para aquisição de 16 (dezesseis) estações de trabalho WORKSTATION TIPO 1 e 02 (duas) estações de trabalho WORKSTATION TIPO 2, cujo valor estimado é de **R$ 1.125.658,66 (um milhão, cento e vinte e cinco mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos),** conforme demonstrado no Termo de Referência e na documentação em anexo.

Respeitosamente,

assinado eletronicamente em 26/11/2024 às 13:16 h (*)

LUIZ MUNIZ ROCHA FILHO
PROMOTOR DE JUSTIÇA
COORDENADOR

Ministério Público do Estado do Maranhão
Av. Prof. Carlos Cunha, 3261 - Calhau - São Luís (MA)
CNPJ: 05.483.912/0001-85
Telefone: (098) 3219-1600

Detalhes do Processo Administrativo - 22856/2024

MEMORANDO INAUGURAL